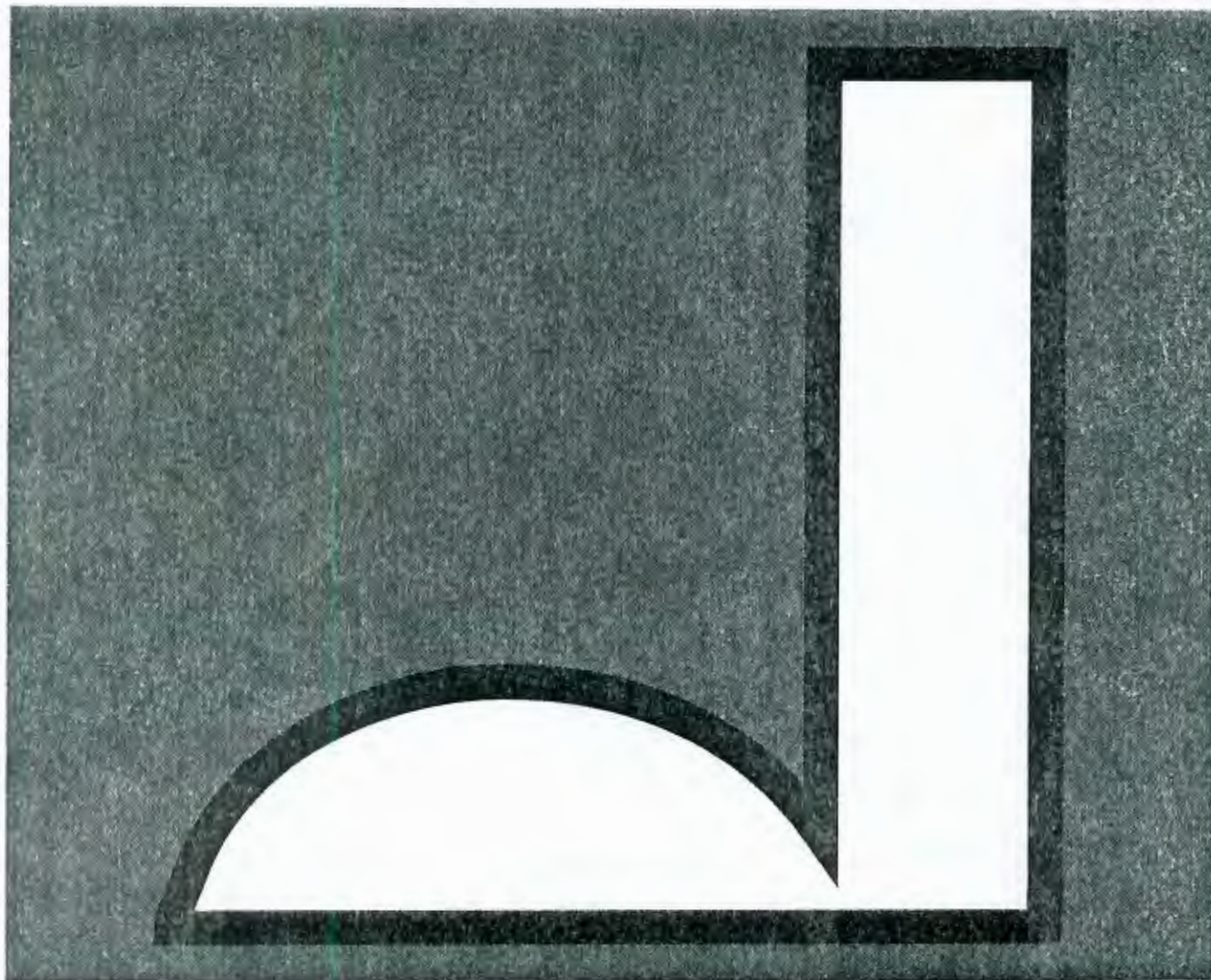




EXEMPLAR ÚNICO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME III

ANO LIX – SUP. AO Nº 208 – QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Pères – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos		
34ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2002.....	7	41ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004.....
38ª Reunião, realizada em 03 de dezembro de 2002.....	22	42ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....
12ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004.....	35	43ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....
17ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2004.....	79	3ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 15 de junho de 2004.....
19ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2004.....	99	4ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 05 de outubro de 2004.....
20ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004.....	116	5ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 16 de novembro de 2004...
21ª Reunião, realizada em 08 de junho de 2004.....	124	6ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 24 de novembro de 2004...
22ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2004.....	138	7ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 24 de novembro de 2004. ..
23ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2004.....	145	2ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 05 de outubro de 2004.....
24ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004.....	151	3ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 19 de outubro de 2004.....
25ª Reunião, realizada em 06 de julho de 2004.....	174	4ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 09 de novembro de 2004.....
26ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004.....	193	5ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 30 de novembro de 2004.....
27ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2004.....	201	1.2 – Comissão de Assuntos Sociais
32ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004.....	219	1ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2004.....
33ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004.....	263	2ª Reunião, realizada em 03 de março de 2004.....
35ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2004.....	294	3ª Reunião, realizada em 10 de março de 2004.....
36ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004.....	317	4ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004.....
37ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004.....	325	5ª Reunião, realizada em 18 de março de 2004.....
39ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	336	6ª Reunião, realizada em 31 de março de 2004.....
40ª Reunião, realizada em 07 de dezembro de 2004.....	372	7ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004.....

8ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004.....	696	35ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004.....	1006
9ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2004.....	701	36ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.....	1022
10ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004.....	736	37ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004.....	1038
11ª Reunião, realizada em 05 de maio de 2004.....	750	38ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	1052
12ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004.....	753	39ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004.....	1059
13ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2004.....	770	40ª Reunião, realizada em 02 de dezembro de 2004.....	1061
14ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2004.....	772	41ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004.....	1065
15ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2004.....	784	42ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	1073
16ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004.....	800	1ª Reunião da Subcomissão temporária do Idoso, realizada em 16 de novembro de 2004.....	1076
17ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2004.....	821	2ª Reunião da Subcomissão temporária do Idoso, realizada em 24 de novembro de 2004.....	1079
18ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004.....	831	1ª Reunião da Subcomissão temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, realizada em 14 de dezembro de 2004.....	1086
19ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004.....	856	1ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 15 de junho de 2004.....	1102
20ª Reunião, realizada em 09 de junho de 2004.....	870	2ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 10 de novembro de 2004.....	1127
21ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004.....	871	3ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 07 de dezembro de 2004.....	1133
22ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004.....	884	1ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 1º de junho de 2004.....	1151
23ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004.....	899	2ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 14 de setembro de 2004.....	1154
24ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004.....	904	3ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 17 de novembro de 2004.....	1158
25ª Reunião, realizada em 08 de julho de 2004.....	918	4ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 02 de dezembro de 2004.....	1167
26ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2004.....	918	1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
27ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004.....	923	1ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 21 de janeiro de 2004.....	1171
28ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004.....	926	2ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2004.....	1186
29ª Reunião, realizada em 06 de outubro de 2004.....	959	3ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2004.....	1212
30ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004.....	968		
31ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2004.....	979		
32ª Reunião, realizada em 04 de novembro de 2004.....	990		
33ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2004.....	993		
34ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004.....	1002		

4ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2004.....	1250
5ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2004.....	1272
1ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2004.....	1280
2ª Reunião, realizada em 03 de março de 2004.....	1308
3ª Reunião, realizada em 10 de março de 2004.....	1331
4ª Reunião, realizada em 11 de março de 2004.....	1360
5ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004.....	1361
6ª Reunião, realizada em 24 e 31 de março e 06 de abril de 2004.....	1383
7ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004.....	1462
8ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2004.....	1479
9ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2004.....	1523
10ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2004.....	1556
11ª Reunião, realizada em 05 de maio de 2004.....	1577
12ª Reunião, realizada em 06 de maio de 2004.....	1604
13ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004.....	1614
14ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004.....	1637
15ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004.....	1659
16ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004.....	1685
17ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004.....	1693
18ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004.....	1704
19ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004.....	1718
20ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004.....	1732
21ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004.....	1741
22ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2004.....	1753
23ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004.....	1781
24ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004.....	1796

25ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004.....	1831
26ª Reunião, realizada em 03 de novembro de 2004.....	1845
27ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004.....	1870
28ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004.....	1891
29ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.....	1898
30ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.....	1916
31ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004.....	1919
32ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004.....	1936
33ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004.....	1961
34ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	1980
1.4 – Comissão de Educação	
26ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004.....	2004
31ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2004.....	2026
32ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004.....	2055
33ª Reunião, realizada em 05 de outubro de 2004.....	2076
34ª Reunião, realizada em 05 de outubro de 2004.....	2082
35ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004.....	2117
36ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004.....	2122
37ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004.....	2150
38ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004.....	2158
39ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004.....	2175
40ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2004.....	2187
41ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004.....	2210
42ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004.....	2218
43ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.....	2236
44ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	2236
45ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004.....	2255
46ª Reunião, realizada em 07 de dezembro de 2004.....	2285

47ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004.....	2302
48ª Reunião, realizada em 09 de dezembro de 2004.....	2311
49ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004.....	2319

1.5 – Comissão de Fiscalização e Controle

20ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004.....	2334
21ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004.....	2357
22ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004.....	2359
23ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004.....	2360
24ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	2365
25ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	2401
26ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	2432

1ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 17 de novembro de 2004..... 2438

2ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 02 de dezembro de 2004..... 2439

3ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 08 de dezembro de 2004..... 2440

4ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 15 de dezembro de 2004..... 2445

1.6 – Comissão de Legislação Participativa

1ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004.....	2446
2ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004.....	2452
3ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	2458

1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

13ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2004.....	2459
--	------

15ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2004.....	2465
--	------

16ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2004.....	2475
--	------

17ª Reunião extraordinária, realizada em 05 de outubro de 2004.....	2519
---	------

11ª Reunião ordinária, realizada em 25 de novembro de 2004.....	2527
---	------

18ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2004.....	2532
--	------

12ª Reunião ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2004.....	2538
---	------

19ª Reunião extraordinária, realizada em 06 de dezembro de 2004.....	2563
--	------

13ª Reunião ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2004.....	2587
---	------

20ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	2597
--	------

1ª Reunião ordinária da Subcomissão permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, realizada em 21 de agosto de 2003..... 2608

5ª Reunião ordinária da Subcomissão permanente da Amazônia, realizada em 10 de novembro de 2004..... 2614

1.8 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

14ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004.....	2621
---	------

15ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004.....	2628
---	------

16ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004.....	2633
---	------

17ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	2653
---	------

18ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004.....	2684
---	------

1.9 – Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 511, de 2004-SF, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do Ano da Mulher, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003

2ª Reunião, realizada em 06 de julho de 2004.....	2694
---	------

3ª Reunião, realizada em 06 de outubro de 2004.....	2695
---	------

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 14 de Dezembro de 2004, Terça-feira, às 11 horas.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, com a presença dos Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Demóstenes Torres, José Jorge, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, João Capiberibe, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, Paulo Octávio, João Ribeiro, Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Eduardo Azeredo e Leonel Pavan reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Magno Malta, Marcelo Crivella, José Maranhão, Pedro Simon, Álvaro Dias, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio e a Senhora Senadora Serys Slhessarenko. Registra-se a presença dos Senhores Senadores Valmir Amaral, Mão Santa e a Senhora Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência inicia os trabalhos com a **Primeira Parte** da Reunião referente à apreciação do **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 194, DE 2004** (Mensagem nº 00795, de 2004, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Aloysio Silva Corrêa Da Veiga, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Cabral. **Parecer:** Votação Secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à indicação do nome do Doutor Aloysio Silva Corrêa Da Veiga para compor o Tribunal Superior do Trabalho, com 17 (dezesete) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. Passa-se a **Segunda Parte** da Reunião destinada à Segunda **AUDIÊNCIA PÚBLICA** sobre “**A Criação do Estado do Planalto Central**”, para instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2002** “Altera

as alíneas ‘b’ e ‘c’ do inciso VI do § 3º do artigo 14, o **caput** do artigo 18, o **caput** do artigo 24, o artigo 32, o **caput** do artigo 34 alínea ‘c’ do inciso III, do artigo 52 e o inciso XIV do artigo 84, da Constituição Federal (Retirada da autonomia do Distrito Federal)”. **Autoria:** Senador Francisco Escórcio e outros Srs. Senadores. **Relatoria:** Senador Jefferson Peres; e o **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 298, DE 2002** “Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central)”. **Autoria:** Senador Francisco Escórcio e outros Srs. Senadores. **Relatoria:** Senador Jefferson Péres; conforme Requerimento nº 5-CCJ/2003, de iniciativa do Senador Jefferson Péres. **Convidado:** Governador Joaquim Roriz – Distrito Federal. Usam da palavra os Senhores Senadores Jefferson Péres (Relator das proposições), Paulo Octávio, Leomar Quintanilha, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Renan Calheiros, Mão Santa, João Alberto Souza, Antonio Carlos Valadares, Sibá Machado, a Senhora Senadora Lúcia Vânia, e o Senhor Presidente da CCJ, Senador Edison Lobão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e dois minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Declaro aberta 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A primeira parte da presente reunião destina-se à apreciação do nome do Dr. Aloysio Silva Correa da Veiga para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro togado.

A segunda parte destina-se à segunda audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2002, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2002, que tratam da criação do Estado do Planalto Central, com a presença do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

Peço aos Senadores Jefferson Péres e Sérgio Cabral que acompanhem o Dr. Aloysio Silva Correa. (Pausa.)

Convido o Senador Sérgio Cabral para compor a Mesa, como Relator, a quem concedo a palavra para emitir o seu parecer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, Senador Paulo Octávio, que compõe a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, Juiz Aloysio Silva Correa da Veiga, passo neste momento a ler o relatório.

Trata-se de Mensagem que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Aloysio Silva Correa da Veiga, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal do Trabalho no cargo de Ministro togado, em vaga reservada a juízes de carreira na Magistratura Trabalhista decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros.

A Mensagem veio acompanhada do currículo do Dr. Aloysio Silva Correa da Veiga.

É o relatório.

Análise.

O indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nascido na cidade do Rio de Janeiro, é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Exerceu advocacia de 1975 a 1981, quando foi aprovado em concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 1ª Região, de que participaram 428 candidatos, tendo obtido o 7º lugar. Foi promovido, em 1984, a Juiz do Trabalho, Presidente da 27ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro. Em 1997, foi promovido por merecimento para o cargo de Juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Desde 1998, o Dr. Aloysio vem sendo convocado e reconvocato para atuar em caráter excepcional e transitório junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

O indicado exerce, desde 1984, o magistério na Universidade Católica de Petrópolis, nas disciplinas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil. Lecionou em nível de Pós-graduação, na Faculdade de Juiz de Fora, na Universidade Federal do Acre e na Universidade de Vila Velha, no Espírito Santo. O Dr. Aloysio participou de vários congressos, cursos e encontros em todo o Brasil, proferindo conferências e aulas; foi também membro de diversas bancas examinadoras de concursos públicos para ingresso na magistratura. O indicado foi agraciado com vários títulos honoríficos e condecorações, sendo de se destacar a Medalha do Cinquentenário de insti-

lação da Justiça do Trabalho, conferida em 1991, pelo Tribunal Superior do Trabalho; a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferida em 2000, pelo Tribunal Superior do Trabalho; e a denominação da Primeira Vara do Trabalho de Petrópolis de Fórum Juiz Aloysio Correa da Veiga, pelo Tribunal Regional do Trabalho, da 1ª Região.

O Dr. Aloysio Correa da Veiga é ainda autor de diversos trabalhos jurídicos publicados em revistas especializadas, sendo de se destacar o seu trabalho “Admissibilidade do Recurso de Revista”, publicado na Revista da Escola de Magistratura do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

O currículo do Dr. Aloysio Correa da Veiga é suficiente, por si só, para demonstrar a sua plena aptidão para o exercício do elevado cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Não fosse isso suficiente, a sua própria atuação como Ministro convocado do Tribunal Superior do Trabalho nos últimos anos é prova cabal do seu preparo técnico para exercer tão importante cargo. O indicado, além de possuir notória especialização na área do Direito do Trabalho, é detentor de reputação ilibada, construída ao longo dos 23 anos de exercício da magistratura do trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que o indicado possui mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, preenchendo assim o requisito objetivo do art. 111 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, para mim, como Senador do Estado do Rio de Janeiro, é uma honra fazer esse relatório. Prefiro me ater aos dados objetivos, para não correr o risco de, na subjetividade, me alongar; mas posso dizer a V. Ex^a que o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio de todos os seus representantes no Congresso Nacional, estão muito orgulhosos aqui, no Senado e na Câmara dos Deputados, pela indicação do nome, por Sua Excelência o Presidente da República, do Dr. Aloysio para o Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encontra-se presente a esta reunião o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Desembargador Nelson Tomás, a quem convido para tomar assento à mesa, dando-nos a honra de sua companhia.

Concedo a palavra ao Dr. Aloysio Veiga, para a sua exposição.

O SR. ALOYSIO SILVA CORREA DA VEIGA – Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Edison Lobão; Exm^o Sr. Senador Sérgio Cabral, do meu Estado; Exm^{os} Srs. Senadores, é extremamente difícil encontrar as palavras para dizer o quanto eu me sinto honrado de estar nesta Casa. Para mim, é um dos momentos mais importantes da minha carreira de juiz.

Esta Casa, eu tenho por ela um profundo respeito e uma grande admiração adquirida através do tempo, pelo que ela representa para a sociedade brasileira. E a demonstração que esta Casa tem dado, o Senado Federal e o Congresso Nacional, ao País é para nós motivo de grande reflexão e de um maior sentimento em face da sensibilidade, sobretudo do Senado Federal, com relação à questão social no momento pelo qual estamos passando.

Eu nasci em Petrópolis, ali cresci junto de meus pais e me criei. Formei-me, casei-me, constituí a minha família. Eu e minha esposa resolvemos construir a nossa família e juntos tivemos os nossos filhos: Maurício, Mariana e Mateus. Juntamente com Maria Helena resolvemos prosseguir a nossa vida. Advoguei no Rio de Janeiro.

Em 1981, fiz concurso para a Justiça do Trabalho e ingressei na Magistratura trabalhista como Juiz-Substituto no Rio de Janeiro, no momento em que a questão social também era um grande motivo de preocupação dentro da sociedade e da esfera do Direito do Trabalho. Era época da construção do metrô.

A crise na construção civil e o aumento extraordinário da mão-de-obra – trazida muitas vezes de fora para dar consecução àquelas etapas de cronograma para a construção do próprio metrô – trouxeram, para a Justiça do Trabalho, naquele momento, um acréscimo extraordinário e absurdo de ações ajuizadas. Havia uma lei, em 1981, que determinava que, para um conjunto de 1.500 processos, novo órgão do Judiciário, nova junta de conciliação e julgamento seria instalada para dar vazão, para dar qualidade ao julgamento e à prestação jurisdicional. E 95% das juntas de conciliação e julgamento do Rio de Janeiro estavam com um volume de feitos distribuídos acima daquele limite fixado na lei, que era ultrapassado ao dobro.

A Justiça do Trabalho, desde aquele momento, procurava diminuir a aflição das partes que ali entravam procurando a reparação da lesão do direito. Todos os juízes ultrapassavam a cota com dedicação, com atribulação, para dar uma prestação jurisdicional mais célere.

É claro que o instrumento processual da Justiça do Trabalho, o processo do trabalho, tinha como característica a agilidade. Ele rompia, e rompeu, em 1942, com o formalismo do Código do Processo Civil de 1939. E a partir de então esse processo do trabalho, *muito mais informal e célere, tinha elementos capazes de dar azo a esse aumento absurdo da demanda das ações que eram distribuídas.*

Hoje, a situação não mudou. Estamos recebendo, anualmente, no Brasil, 2.200 milhões ações trabalhistas. É claro que há um resíduo, é verdade, altamente

preocupante. Mas no julgamento, a solução tem sido de noventa e tantos por cento, representando mais de 2.200 milhões de ações ou processos solucionados no País em termos de ações trabalhistas, por ano.

Mas o que nos alenta é a demonstração que o Congresso Nacional nos deu com a reforma do Judiciário. Houve coragem, competência, enfim, sensibilidade de perceber que precisávamos de uma transformação, para se dar à sociedade pelo menos o anseio de que ela precisa, de qualidade, e uma nova construção constitucional prevista na Emenda nº 45, exatamente o tempo razoável do processo. Fruto do Pacto de San Jose de Costa Rica, de que somos signatários, não é mais possível que a sociedade fique aguardando uma solução de um conflito por dez, doze, quinze anos, e o titular da lesão do direito não seja o que irá ter a solução do processo, porque, muitas vezes, ela é concluída a seus herdeiros e sucessores. A resposta do Senado Federal e do Congresso Nacional, com a Emenda nº 45, faz uma revolução no Poder Judiciário. Não há mais como ele ser o mesmo Poder Judiciário que víamos até então. Houve grandes conquistas, como a súmula vinculante e o Conselho Nacional de Justiça. A Justiça do Trabalho sai fortalecida desse processo – foi aumentada a competência dela – até mesmo pela sua própria natureza, pela sua própria formação, que é o trabalho **lato sensu**.

É com esse otimismo, pois acredito na melhoria das condições do Brasil e na melhoria das condições do Poder Judiciário, que me submeto a V. Ex^{as} em agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encontra-se também presente o Ministro Lélcio Bentes Correia, a quem convido para participar da Mesa dos trabalhos. Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Permita-me chamá-lo de Ministro. Como todos sabem, no mundo jurídico e não-jurídico, as mudanças substanciais que o Congresso acaba de fazer no Poder Judiciário, no plano constitucional, terão de ser complementadas por mudanças, também em nível infraconstitucional, principalmente nos códigos de processo, que contribuí muito para a morosidade da Justiça.

Então, especificamente, quanto à Justiça do Trabalho, essas mudanças são necessárias também? V. S^a poderia adiantar quais seriam essas mudanças no campo da Justiça do Trabalho?

O SR. ALOYSIO SILVA CORREA DA VEIGA – Senador Jefferson Péres, tenho por V. Ex^a profunda admiração, em face da sua conduta e da sua postura no Senado Federal.

A indagação de V. Ex^a para nós é inquietante. É claro que a estrutura dada, em nível constitucional, às mudanças propostas propiciará nova conduta da formação do Poder Judiciário.

Em relação ao processo, são necessárias, de fato, essas medidas. Esse pacto do Poder Judiciário que, amanhã, será analisado pelo Congresso Nacional, com sugestões ou pretensões de mudança da legislação processual, traz, de fato, grande inovação, necessária à agilização do processo, até com relação às multas, pela inadimplência, à questão dos juros, pela mora no cumprimento, na satisfação, do processo.

Com relação às multas, é verdade que as lesões e as ações repetitivas – há réus que repetidamente se submetem a uma demanda injustificada – precisam ser coibidas quando já existe pronunciamento em todas as instâncias, porque há uma repetição absurda na Justiça do Trabalho.

Há situações dignas de serem transmitidas, como, por exemplo, o índice de atualização monetária. O Tribunal Superior do Trabalho, há muitos anos, pacificou e sedimentou a jurisprudência, entendendo que o índice de atualização monetária é o do mês subsequente ao da prestação do serviço. Alguns segmentos entendem ainda que é o da prestação de serviços. Mesmo pacificada a discussão, ainda há uma insistência e uma repetição de ações, uma multiplicação de recursos, para tratar desse assunto, impedindo, muitas vezes, uma pluralidade de objeto na ação que poderia ter sido satisfeita.

Outra coisa é a litigância, quase de má-fé, com os recursos e as medidas procrastinatórias. Coibir essas medidas procrastinatórias, dar ao juiz instrumentos para que ele possa coibir essas medidas parece-me um instrumento de força. Com a questão da mudança constitucional, o que a comunidade jurídica pretendeu um dia foi que voltasse ou que se resgatasse a autoridade da sentença. Sabemos que a sentença, no nosso sistema, não tem a menor autoridade, porque ela é um instrumento ou uma instância de passagem para que todos os recursos sejam utilizados e ela seja substituída cinco ou seis vezes, até haver a satisfação.

Com a obrigatoriedade de se vincular a súmula e a súmula impeditiva de recurso para os Tribunais Superiores, a própria sentença terá autoridade. E tendo a sentença autoridade, que é o ato do juiz que tem imediatidade com o processo, ela resgatará exatamente a celeridade que pretendemos. Por isso que essas mudanças no Legislativo também são importantes e darão conseqüências, darão resultados à própria mudança constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Formulei aqui uma pergunta que realmente me deixa intrigado, embora tenhamos discutido bastante aqui a reforma do Judiciário, que já foi, em parte, promulgada. Pergunto o seguinte: em relação à Justiça do Trabalho, o texto promulgado determina que funcionará, junto à Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que terá uma função de supervisão administrativa, financeira, patrimonial, da referida Justiça.

Pergunto: como V. Ex^a interpreta essa mudança e que vantagens terá para a Justiça do Trabalho?

O SR. ALOYSIO SILVA CORREA DA VEIGA – (*Inaudível.*) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ela dá, de fato, a verticalização da Justiça do Trabalho. Temos uma realidade nacional totalmente diversificada. As necessidades existentes no norte não são as mesmas no sul. Enfim, precisamos ter uma uniformidade de tratamento, até mesmo com relação à estrutura do Poder Judiciário. Muitas vezes, Rio de Janeiro se viu nesse processo totalmente alijado de estrutura, quando precisava de recursos econômicos, financeiros, para poder manter, porque não havia condição de se prover essa estrutura.

Administrativamente, é necessário que haja, de fato, uma orientação discutida, trabalhada, trazida dentro da própria estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho e das próprias Varas do Trabalho, se assim é possível dizer, para uma uniformidade de atuação do próprio Poder Judiciário, para que não tenhamos segmentos estanques.

E, com relação à administração financeira, de qualquer forma, é preciso que haja um equilíbrio, uma orientação uniforme, até mesmo para atender as necessidades de cada um, que são diversas.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, temos duas votações muito importantes em outra Comissão, e eu gostaria de saber de V. Ex^a se já estamos liberados para votarmos aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sim, mas eu gostaria que V. Ex^a permanecesse, porque, em seguida, teremos uma audiência pública de grande importância, com a presença do Governador Joaquim Roriz, sobre questões inclusive do seu Estado.

O SR. (Orador não identificado) – Para a criação do Estado do Planalto Central, não é?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Votarei aqui, votarei lá e voltarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito bem.

Concedo a palavra...

O SR. (Orador não identificado) – Era sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente. O Senador Maguito Vilela, além de ser vice-Presidente do Partido, sempre se antecipa aos fatos. É sobre a agilização que precisamos ter com relação à votação dessa matéria muito importante, que é a indicação, para Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, do Dr. Aloysio Silva Corrêa da Veiga, e também a audiência com o Governador Joaquim Roriz, logo após, para tratar sobre um projeto do ex-Senador Francisco Escórcio, de criação do Estado do Planalto Central.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Edison Lobão também votou.

Está encerrada a votação.

Peço aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Maguito Vilela que façam a apuração dos votos.

Peço aos Srs. Senadores que não se retirem porque teremos agora uma audiência pública com o Governador Joaquim Roriz.

Votaram 18 Srs. Senadores.

Houve 17 votos favoráveis e um voto “Não”.

O Doutor foi, portanto, aprovado na sabatina pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

O SR. ALOYSIO SILVA CORREA DA VEIGA – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passaremos agora à segunda parte da nossa reunião, que é a audiência pública com o Governador Joaquim Roriz.

Convido o Relator, Senador Jefferson Péres, para que participe dos trabalhos com assento à Mesa.

Solicito ao Senador Paulo Octávio que conduza o Governador Joaquim Roriz até a sala desta Comissão. (Pausa.)

A segunda parte desta reunião destina-se à audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2002, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2002, que tratam da criação do Estado do Planalto Central, com a presença do Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, a quem concedo a palavra para sua exposição.

Antes, devo registrar a presença do Dr. Paulo Roberto Roriz, Secretário de Estado de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, e do ex-Senador Lindberg Aziz Curi, aos quais cumprimento.

Concedo a palavra ao Governador Joaquim Roriz.

O SR. JOAQUIM RORIZ – Exmº Senador da República, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Edison Lobão; Exmº Sr. Senador da República Jefferson Péres; Senador Paulo Octávio; demais Senadores presentes; Secretários de Estado; Srs. Parlamentares estaduais aqui presentes; senhoras e senhores, é com enorme satisfação e prazer que compareço hoje ao Senado Federal, atendendo a um convite do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir o projeto do Planalto Central apresentado pelo ex-Senador Francisco Escórcio.

Estive, como naturalmente a maioria dos senhores sabe, à frente do Governo do Distrito Federal por quatro vezes. Ao terminar o meu mandato, em 2006, terei governado a Capital do meu País por mais de 14 anos.

Aprendi a conhecer o Distrito Federal, respeitar suas diferenças e servir ao seu povo. Não poderia me ausentar de um debate tão importante como este.

O Legislativo, com sua sabedoria e representatividade, saberá construir um projeto que possa beneficiar a todos. Espero que a minha presença possa colaborar na construção da melhor opção para os brasilienses, para os moradores dos Estados de Minas, de Goiás e para o Brasil.

Ao longo da história brasileira, aconteceram muitas tentativas para se estabelecer mudanças no ordenamento geopolítico brasileiro. Quase sempre as tentativas aconteceram por meio de divisões de Estados ou criação de territórios federais.

O desmembramento de regiões e a criação do Estado são quase sempre conseqüências de grandes disparidades intra-regionais e, muitas vezes, de unidades federativas economicamente inviáveis ou dependentes do Governo Federal: a preocupação dos autores de projetos de criação de Estados e de integração e ocupação de imensos espaços físicos, a redução de vazios demográficos, o aproveitamento de reservas de matérias-primas, a interiorização das ações do Governo e o fortalecimento da segurança nas fronteiras, mas, sobretudo, demonstram o desejo de maior autonomia de regiões que se sentem em situação de abandono por parte dos Governos Federal e Estadual.

Não é à toa que a maioria das iniciativas concentra-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Apesar de existirem projetos em outros Estados do Brasil nos últimos dez anos, foram apresentadas mais de dez propostas de desmembramento de território e criação de novos Estados.

Estão em discussão no Congresso a criação dos Estados de Juruá, de Solimões, de Carajás, do Ara-

guaia, do Maranhão do Sul, do Tapajós, do Oiapoque e do Mato Grosso do Norte. O Nordeste e o Centro-Sul também contam com vários projetos. Discute-se a criação dos Estados do Rio São Francisco, do Triângulo, de São Paulo do Leste e de Minas do Norte.

De uma maneira geral, os defensores de divisões territoriais acreditam que é necessário adotar áreas carentes de autonomia para que possam investir os recursos gerados em seu território, em seu próprio Governo. É um pressuposto de todas as propostas que o desmembramento irá trazer benefícios sócio-econômicos para as duas regiões envolvidas.

Acredito que qualquer divisão geopolítica não deva ser um jogo de soma zero. Todos devem ganhar. A divisão do Estado de Mato Grosso, e mais recentemente a do Estado de Goiás, são bons exemplos. O Produto Interno Bruto do Estado de Mato Grosso, nos anos 70, era bem inferior ao do Mato Grosso do Sul. No entanto, ao se transformar em Estado, o Mato Grosso foi beneficiado com a inclusão de toda a sua área na fronteira da Amazônia Legal, beneficiando-se dos incentivos fiscais da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam.

Em 1999, o PIB de Mato de Grosso representava 1.20% do PIB nacional contra 1.12 do Mato grosso do Sul. Ambos os Estados consolidaram as suas economias, sendo que a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – supera, hoje, as transferências do Fundo de Participação dos Estados.

O sucesso da criação do Estado de Mato Grosso não deve, no entanto, ser justificativa para quaisquer outras mudanças na geopolítica do Brasil. Para avançar em qualquer discussão de criação de novos Estados, deve existir uma forte identidade sócio-territorial do povo, fatores administrativos, econômicos, políticos, sociais e culturais.

O projeto do ex-Senador Francisco Escórcio enfrenta situações muito diferentes de todos os outros já apresentados no Parlamento.

O Distrito Federal hospeda a Capital da República e tem muitas peculiaridades legais. Além disso, Brasília foi tombada como patrimônio histórico da Humanidade. Um dos maiores argumentos utilizados pelos defensores da proposta é exatamente a necessidade de se preservar o projeto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Caberá ao Legislativo decidir se o projeto poderá ser de interesse do País e da população da região.

A divisão territorial do Distrito Federal só deverá ir adiante, eu repito, caso todos sejam beneficiados. É fundamental que seja mantida a qualidade de vida dos moradores da área preservada. É necessário que tanto a região do Entorno quanto a região do Distrito Federal

sejam beneficiadas com a redução das desigualdades sociais entre os brasilienses e os moradores dos Estados vizinhos de Minas e Goiás.

O Governo do Distrito Federal reconhece o grande desafio que tem pela frente. Crescer e preservar não deve ser um binômio com sinais contrários. É necessário harmonizar o crescimento econômico, a geração de empregos, a redução das desigualdades intra e inter-regionais, com a preservação do sonho de Juscelino Kubitschek.

O Governo do Distrito Federal reconhece e já está trabalhando no sentido de reduzir as pressões demográficas da região do Entorno sobre o mercado de trabalho e sobre a infra-estrutura social da Capital.

Atualmente, 54% dos moradores do Entorno trabalham no Distrito Federal; 68% utilizam serviços médicos nos hospitais e postos de saúde de Brasília. Por outro lado, o desemprego é praticamente o dobro, e a renda **per capita** do Distrito Federal é quase seis vezes maior que a do Entorno.

Só iremos resolver problemas da pressão migratória sobre o Distrito Federal depois de reduzir as desigualdades sociais sobre as regiões.

É necessário implementar programas regionais e parcerias com os Municípios de forma a fortalecer a economia local e, desta forma, reorientar os fluxos migratórios.

O trabalho de parceria já começou. Os investimentos conjuntos dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal, no fortalecimento da rede urbana do Entorno, já ultrapassa R\$90 milhões.

Além disso, a empresa brasiliense de fornecimento de água, Caesb, tem investimentos previstos acima de R\$100 milhões em vários Municípios do Entorno, principalmente em Águas Lindas.

Ao melhorar as condições de saneamento dos Municípios limítrofes do Distrito Federal teremos melhores condições de saúde da população e menor pressão sobre o serviço de saúde da Capital.

A construção da barragem de Corumbá IV é também mais um esforço de gestão compartilhada, que irá beneficiar e fortalecer a economia de Goiás e a população do Distrito Federal.

Com o início da operação da barragem de Corumbá IV, a região central de Goiás será beneficiada com o aumento nas atividades de turismo e da agricultura.

Por outro lado, a barragem vai garantir fornecimento de água para Brasília e, se isso não acontecesse, estaríamos sujeitos a um racionamento de água dentro dos próximos dois anos. Portanto, essa barragem garantirá para os próximos cem anos.

Por que falo desta maneira? Porque a produção de água de Brasília, ou seja, o que nasce, o que brota dentro do Distrito Federal, em nível de água, representa apenas 12m³ de água por segundo. E o Distrito Federal, hoje, consome em torno de 11,2m³/s.

Se tivermos um aumento de população com esses mesmos índices na região teremos falta de água nos próximos dois anos.

Mas, com a construção, que vem sendo feita há três anos, e com mais seis meses inauguraremos essa obra, que não só vai gerar energia elétrica, que será 25% do nosso consumo, como também vai garantir água para a população, com esse mesmo nível de crescimento, para cem anos. Se aqui produzimos 12 metros cúbicos de água por segundo, a vazão do rio Corumbá é de 120 metros cúbicos por segundo. Ou seja, é dez vezes maior do que a água produzida dentro do Distrito Federal.

Por outro lado – já comentamos isto –, essa obra vai aumentar a capacidade de geração de energia elétrica em 15%, resolvendo o problema das barreiras para o crescimento econômico do Distrito Federal.

Há poucos meses, assinamos um convênio com o Ministério dos Transportes para iniciar os estudos de viabilidade para a construção do trem de alta velocidade, que deverá ligar Brasília a Goiânia, Goiânia a Brasília. Não se trata de uma simples expansão do sistema de transporte entre as duas capitais. É, na realidade, o início de um grande projeto de fortalecimento do eixo Brasília/Goiânia e de economia urbana e rural nas áreas entre essas duas cidades.

A preservação da área tombada como patrimônio histórico da humanidade e a garantia de manutenção dos altos níveis de qualidade de vida, no Distrito Federal, só irão acontecer se forem reduzidas as desigualdades regionais e ampliadas as oportunidades dos Estados vizinhos à Capital da República. Esse trabalho é uma tarefa conjunta. A gestão compartilhada entre os Estados de Minas, Goiás e Distrito Federal, com a colaboração do Governo Federal, é fundamental para que se possam alcançar tais objetivos.

É possível que a criação do Estado do Planalto Central seja uma alternativa para atacar o problema. É possível que a implantação de uma região de descompressão ao redor da Capital possa minimizar as pressões sobre Brasília e redirecionar os fluxos migratórios.

Existem várias formas para se promover o desenvolvimento do Entorno e garantir a qualidade de vida em Brasília. O Governo do Distrito Federal não está parado. Reconhece as dificuldades e está trabalhando muito para resolvê-las.

A criação do Estado do Planalto Central é uma prerrogativa do Legislativo. Tenho certeza de que o Parlamento terá sabedoria para tomar a decisão correta, mas, acima de tudo, não tenho dúvidas de que o juiz da implantação de um novo formato da geopolítica da região do Planalto Central será a população dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Encerro a minhas primeiras palavras e fico à disposição de V. Ex^{as} para quaisquer outras perguntas que julgarem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Governador, em primeiro lugar, seja bem-vindo.

Estou com uma tarefa que não pedi. Creio que ela me foi atribuída exatamente porque não tenho posição **a priori**, contra ou a favor, da criação de novos Estados.

Gostaria muito de ter em mãos estudos que demonstrassem a receita normal do novo estado, considerando-se a arrecadação de ICMS e repasse de FPE. Trata-se de saber se esse estado teria autonomia financeira, uma vez que a autonomia política exige autonomia financeira. Criar um Estado que viva de mesada federal, seria criar um território federal. Melhor seria colocar na proposta um território federal, nunca um Estado. Estado, repito, pressupõe autonomia financeira, capacidade de viver de suas próprias receitas somadas, ICMS e repasse constitucional federal na forma de FPE. Não sei se esse estado teria essa capacidade, não sei se teria robustez financeira.

A pergunta é se ele teria condições de prestar à sua população serviços públicos que reduzissem ou eliminassem a pressão demográfica sobre Brasília. Não sei. Sou a favor ou contra a criação do estado na medida em que isso resulte em benefício efetivo para a população. Se for para criar um estado dependente da União e com incapacidade de prover serviços essenciais à sua população, não será a divisa entre esse novo estado e Brasília que irá impedir que continue a pressão sobre o Distrito Federal. Não tenho esse estudo, vou ver se o consigo; estou ouvindo os governadores, vamos ouvir os de Minas e Goiás também. A palavra final caberá, de qualquer modo, à população total das três unidades, Brasília, Goiás e Minas Gerais, a todo o eleitorado e não apenas ao eleitorado da parte desmembrada.

Já que V. Ex^a disse um talvez, não disse sim ou não, não sei se V. Ex^a gostaria de opinar conclusivamente. V. Ex^a tem opinião formada a respeito da criação desse estado? Seria algo realmente benéfico para a

população lá residente e, indiretamente, para a população de Brasília?

É uma pergunta objetiva que lhe faço.

O SR. JOAQUIM RORIZ – Nobre Senador, quero lhe dizer inicialmente que tenho acompanhado a sua vida pública e sei que V. Ex^a é um grande defensor das causas justas e, sobretudo, desempenha de forma extraordinária suas funções no Senado da República.

Com relação a sua pergunta, o que posso lhe dizer é que não tenho posição alguma, nem a favor nem contra. Não fui eu o autor dessa idéia, a despeito de ter um respeito enorme por aquele que a apresentou.

Tenho muitas dúvidas se isso trará aquilo que desejamos, que é a igualdade para todos, porque entendo que não é com uma linha divisória imaginária que vamos dividir o bem do mal, ou seja, o desenvolvimento do não-desenvolvimento, a boa qualidade de vida da má qualidade de vida. Não saberia dizer se essa solução passa pela criação de um estado. Portanto, não posso ter posição.

Não tenho posição alguma, nem a favor nem contra, mas, como sou convocado a falar a respeito da criação do estado, estou aqui para lhes dizer que qualquer que for o resultado, que terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional, cumprirei a missão, serei um defensor da idéia depois de vitoriosa. Ressalvo, de qualquer maneira, que tenho muita preocupação com essa divisão na medida em que não trará aquilo que desejamos, que é o desenvolvimento em toda a região do Distrito Federal. A migração é imensa, e nós, por mais que sejamos um governo que queira fazer planejamento, vemo-nos diante da impossibilidade de planejar a região, porque, enquanto você cuida de dez crianças, mais cem mudam para cá; quando você planeja resolver as questões, quaisquer que sejam as questões, quando inaugura aquilo necessário, já aparece outra necessidade. Não sei o que vai ser no futuro com essa migração descontrolada que não temos como resolver. Como vamos fazer um muro para evitar o processo migratório? Isso seria uma solução, fazer um muro, mas é impossível quando vivemos num país democrático, quando o direito de ir e vir do cidadão é um direito constitucional. E ele vem buscar melhoria da qualidade de vida, um direito de todos. Agora, fico preocupado em dizer, por exemplo, que sou a favor do Estado do Planalto. E se não der certo? E se não se tiver o suficiente para pagar nem sequer o funcionário público? O que será deste País? Como vamos justificar o nosso voto a favor, a nossa posição a favor?

De maneira que V. Ex^{as}, que têm mais experiência na vida pública, naturalmente no Legislativo, é que deveriam decidir. Tenho muita preocupação. Se V. Ex^{as} me perguntarem se sou a favor, não posso dizer se

sou a favor, muito menos contra. Não sei se sendo a favor estou ajudando ou se sendo contra estou prejudicando essa gente. Será que essa gente não gostaria de continuar sendo brasiliense? Será que essa gente da periferia não gostaria de continuar sendo morador da capital do País?

Então, há algumas indagações que não me cabe definir. Mesmo porque sou um homem em fim de carreira, já estou terminando o meu quarto mandato e com muitos sonhos de voltar à minha vida íntima e cuidar muito da minha família. Já cuidei muito do povo e continuo muito feliz em poder ser útil à sociedade.

De maneira que não tenho posição, V. Ex^a me desculpe, mas não posso responder. Nem se eu fosse senador eu saberia como votar, se a favor ou contra, não saberia dizer neste momento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua facultada a palavra aos Srs. Senadores. Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Quero cumprimentar o Governador Roriz, aqui presente nesta audiência pública; o nosso Presidente, Senador Edison Lobão; o nosso relator, Senador Jefferson Peres; todas as lideranças do PSDB, do PFL, o líder do PMDB, Renan; também o Deputado Fraga, nosso secretário; Senador Lindberg, a minha questão é para esclarecer bastante ao Senador Jefferson Péres, que tem a missão difícil de relatar esse projeto proposto pelo Francisco Escórcio, aqui presente, Senador do Maranhão, amigo de Brasília. Indago ao Governador o seguinte. Nós, durante 30 anos, vivemos numa cidade – e a Senadora Lúcia Vânia bem sabe – que não tinha eleições. Vivemos cassados por 30 anos. O primeiro governador eleito em Brasília, campanha essa que teve também a oportunidade de participar, foi justamente o Governador Roriz, em 1990. Então, por 30 anos, Senador Jefferson Péres, houve um abandono do Entorno pelos governadores nomeados.

Então, essa preocupação que hoje temos, que se manifesta na criação desse projeto, que tem sido alvo de discussões não só aqui no Congresso Nacional, mas em toda a mídia brasileira, vem justamente por isso. O Governador colocou muito bem. Hoje, em Brasília, temos a maior renda per capita do Brasil. Temos indicadores econômico-sociais extraordinários. Isso, graças a um esforço enorme nos últimos quatorze anos, tendo o Governador dirigido a cidade por grande parte desse período. Então, um esforço enorme foi feito no sentido de criarmos projetos habitacionais, assistenciais, dando vazão a uma demanda que tínhamos na cidade. Nos últimos anos, o Entorno começou a ser

uma preocupação efetiva do Governador Joaquim Roriz e também do Governador Marconi Perillo, porque os Senadores de Goiás sabem que durante um tempo o Entorno de Brasília ficou um pouco esquecido, porque o Governo de Goiás não tomava conta – a Senadora Lúcia Vânia sabe muito bem disso –, e o Governo de Brasília também não tomava conta. Então, o Entorno ficou crescendo a taxas de 6%, 7% ao ano, de uma forma irregular.

Nos últimos 6 anos – tenho acompanhado o esforço do Governo de Brasília e do Governo de Goiás – têm sido feitos muitos investimentos na região. O Governador colocou aqui quase 90 milhões de investimentos em infra-estrutura nessa região, Senador Jefferson Péres.

Agora, alguns projetos chamam a atenção. O projeto do trem de alta velocidade vai gerar empregos no Entorno e vai melhorar a região; o projeto do gasoduto é outra conquista que temos que ter para toda essa região, trazendo um combustível mais barato para aquecer essa economia; e, finalmente, Corumbá IV, que também é uma obra que seria até uma parceria público-privada, que está indo muito bem, está quase pronta, estaria pronta se não fossem as dificuldades ambientais que todos nós temos.

Recentemente, até numa audiência com a Ministra Dilma Rousseff, S. Ex^a afirmou que, se essa obra tivesse começado hoje, não teria condições de ser terminada.

A pergunta ao Governador Joaquim Roriz é a seguinte: Governador, V. Ex^a, que está realmente se preocupando efetivamente com o Entorno nos últimos 6 anos, entende ser possível, com o apoio dos Governos de Goiás e de Brasília, um esforço em conjunto para melhorar a região sem criar um novo Estado? É possível melhorar a condição de vida dessas cidades que circundam Brasília, justamente com um trabalho efetivo que começou há pouco tempo, há seis anos, um trabalho efetivo dos dois governos integrados, o governo de Goiás e o Governo de Brasília? Chamo a atenção dos representantes de Goiás e de Brasília para ver se é possível dedicarmos uma atenção especial, como a Bancada está fazendo atualmente, dedicando verbas à Bancada do Centro-Oeste para aplicar no Entorno. Nós, Parlamentares – todos nós – destinamos verbas ao Entorno. E com essa nova preocupação, Governador, V. Ex^a entende ser possível evitar a criação de um novo Estado aqui, que seria esse Estado do Planalto Central?

O SR. JOAQUIM RORIZ – Ilustre Senador Paulo Octávio, eu estaria opinando se respondesse ao pé da letra, estaria opinando sobre a criação ou não do Estado.

O que posso dizer é que é possível melhorar a região, sim, na medida em que o Governo Federal, o Estado de Minas Gerais e o Estado de Goiás façam uma política única. Por que tenho feito o que é possível, mesmo agora estou sem nenhum convênio para pavimentar uma estrada para Minas Gerais, que vai até Buritis. Isso vai trazer para Brasília toda exportação de grãos, pois é o maior Estado produtor de grãos de Minas Gerais. Mas estamos assinando um contrato para fazermos a pavimentação dessa estrada, quer dizer, o Governo do Distrito Federal vai fazer.

Estamos – o que parece um sonho, mas, é uma realidade – com um estudo bem avançado a respeito da criação do trem de alta velocidade para Goiânia. Por que isso? Não é para fazer transporte de passageiros, porque estou convencido de que o Centro-Oeste brasileiro – e não tenho dúvidas disso – é a região que tem maior possibilidade de produção neste País. V. Ex^a sabe que o Centro-Oeste tem a maior reserva agrícola do planeta terra, abundância de água, topografia excepcional, não tem enchentes, não tem seca, não tem nenhum acidente climático, não há acidente climático, enfim, tem a maior reserva agrícola do planeta.

Quer dizer, não tenho dúvida; só tem dúvida quem não quer enxergar que aqui está o grande futuro do País. E estou querendo adiantar alguma coisa, dentro das minhas limitações, da minha humildade, estou querendo adiantar alguma coisa. O quê? A construção de um trem de alta velocidade. Mas não é só para ligar Goiânia. É para mostrar que é possível desenvolver este País com de um trem de alta velocidade. Na Espanha, por exemplo, há nove mil quilômetros de estradas de alta velocidade. Países do Primeiro Mundo estão implantando o trem de alta velocidade com grande sucesso.

Então, se tivéssemos apoio para construção do trecho para Goiânia, estaríamos caminhando para nos tornarmos o Estado maior produtor deste planeta, sem a menor dúvida – sou otimista nessa questão –, e estaríamos mudando o eixo de desenvolvimento nacional. Abrindo o Centro-Oeste brasileiro, acabaríamos com a fome no País, teríamos um excesso de exportável muito superior ao atual.

Nunca se ouviu falar que secou rio ou que está faltando água no Centro-Oeste. Não faltam áreas agrícolas, não falta nada. E nunca aconteceu um acidente climático sequer. Portanto, o futuro está aqui.

Acredito que estou dando uma pequena colaboração defendendo a idéia da criação do trem de alta velocidade. Posso até não realizar essa obra, mas o projeto já está em execução. O financiamento do projeto a fundo perdido foi concedido pela Itália, que tem

interesse no desenvolvimento do Brasil, pelo fato de saber que será uma região altamente produtora.

Enfim, não é apenas isso; é tudo o que podemos fazer por Brasília. Desculpem-me ter que declarar alguns benefícios que temos trazido à cidade. No primeiro governo, Brasília estava toda invadida, tinha 64 favelas; hoje não tem nenhuma, tirei todas as favelas. Mas não poderia passar um trator por cima dos favelados, pois havia crianças, velhos, doentes. Como eu iria passar um trator para acabar com as favelas em Brasília? Fui obrigado a transferir todas elas, mas construí cidades. De forma precária, fiz o loteamento, abri as ruas, dei 164 lotes para favelados. Todos eles têm uma casinha humilde, e alguns têm até sobradinho. Não sei como eles conseguem. Hoje são oito novas cidades e não se vê uma favela em Brasília. O que seria Brasília hoje, se alguém não tivesse feito isso? Seria um grande favelão.

Estou investindo o que posso no setor de segurança pública. Esta semana comprei 300 carros zero quilômetro. Estou fazendo um sistema de segurança que será igual ao do Primeiro Mundo. E na área de saúde estou construindo mais hospitais, não faltam mais medicamentos. Hoje recebemos quatro milhões de pacientes de outros Estados, e quem paga medicamento, internação, todas as despesas é o GDF. Nós recebemos apenas para a população de Brasília, mas quem paga o excesso que é de quatro milhões de pacientes por ano é o próprio GDF.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esse excesso significa o dobro da população do Distrito Federal hoje.

O SR. JOAQUIM RORIZ – O dobro da população, e esse excesso é atendido por Brasília. Se cai um avião na selva amazônica, por exemplo, todos os acidentados vêm para Brasília. Qualquer coisa que acontece é aqui. São as dificuldades que enfrento.

Ainda tenho tempo de cuidar da cidade, cuido até da grama. Se V. Ex^{as} encontrarem uma grama mais alta do que a outra podem me condenar. Se encontrarem uma sujeira na cidade podem me condenar. Em qualquer lugar, não é apenas no Plano Piloto, em qualquer cidade satélite. Trabalho 24 horas por dia. Eu visito as minhas obras, que são feitas com recursos do GDF, pois o Governo Federal não me libera um tostão. Ele liberou apenas uma verba para o Tribunal de Contas e outra para a UnB, mas para o GDF não liberou nem um real. Mas V. Ex^{as} podem ver que a região está cheia de obras, inclusive estamos construindo o metrô, terminando o trecho para Ceilândia, uma cidade que tem atualmente 500 mil habitantes. Estou terminando o metrô, cuja inauguração será no dia 30 de junho.

Enfim, estou fazendo o que é possível, e sem nenhum interesse político-partidário, porque tenho alianças na cidade com todos os Partidos, menos com o Partido do Governo. Tenho aliança com o PFL, com o PSDB, com todos os Partidos, e eles compõem o meu Governo. Então, esse é o meu estilo de trabalho.

Agora, quanto a defender aqui a criação de outro Estado, não posso dizer se sou contra ou a favor. Quero que o Senado decida. O que se decidir, eu cumpro. Sou um cumpridor das determinações, principalmente as judiciais. Portanto, não quero me manifestar neste momento.

De uma coisa V. Ex^{as} fiquem certos: o que não me falta é coragem, determinação e atrevimento, porque falar neste País que vou construir trem-bala parece brincadeira, mas estou falando, e vou construir. Não sei se tenho tempo suficiente para construir um trem-bala com uma velocidade de 350 quilômetros por hora daqui a Goiânia. É só isso. No mais, deixo para V. Ex^{as} decidirem sobre a criação do Estado.

Garanto a V. Ex^a o seguinte: se pensarem que estou querendo ser candidato a Governador, assino em branco antes que não serei candidato a Governador no Estado do Planalto, se este for criado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, registro a presença do Deputado Alberto Fraga – seja bem-vindo – e do Secretário Benjamin Roriz.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Presidente, o Governador Joaquim Roriz, o Senador Paulo Octávio e o Senador Jefferson Péres.

Não vou especificamente fazer perguntas. Quero apenas fazer um comentário sobre o que ouvi aqui. Em primeiro lugar, quero saudar o Governador Joaquim Roriz, um goiano que emprestamos para Brasília e que é o orgulho do Estado de Goiás, pelas suas gestões exitosas aqui no Distrito Federal. Pode ter certeza, Governador, de que nós goianos, quando circulamos por Brasília, sentimos orgulho da cidade limpa, da cidade bem tratada, da cidade segura, enfim, reconhecemos o esforço de V. Ex^a em relação a Brasília e muito especialmente ao Entorno.

Quero também dizer que fico muito feliz de ver o Senador Jefferson Péres como o relator dessa matéria, que é delicada, como bem afirmou o Governador. Quando o Senador Jefferson Péres questiona em relação ao potencial de ICMS gerado na região, questiona os repasses e a autonomia da região, podemos perceber que este será um relatório discutido, um relatório

pensado, e que a questão será amplamente debatida. Não tenho dúvida disso.

Além disso, quero manifestar-me acerca do mérito desse projeto em relação à discussão que envolve essa região. Juntamente com o Senador Paulo Octávio e com o Deputado José Arruda tenho sido uma batalhadora em favor dessa região, e preocupados ficamos a cada ano. Tivemos um projeto de lei aqui aprovado, Senador Jefferson Péres, que considero oportuno V. Ex^a conhecer.

Refiro-me à Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), um projeto de lei que permite a articulação entre as três esferas de governo: a União, o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Após a aprovação desse projeto da Ride, conseguimos realmente tirar o Entorno do isolamento. E ressalto o esforço pessoal do Governador Joaquim Roriz, que é da região, é filho de Luziânia, naturalmente conhece como ninguém a área e tem compromisso. S. Ex^a tem realizado, isoladamente, ações muito importantes.

A partir da criação da Ride pudemos realmente dar um passo à frente no sentido de asfaltar as linhas de ônibus, implementar área de saneamento, implantar os programas sociais na área de educação, na área de segurança, na área de assistência social.

Então, todos os programas sociais do Governo estão implementados nesta região, tanto o PET, Sentinela, Educação, Alfabetização, programas do FAT, com recursos do FAT, para capacitação e, enfim, temos uma série de ações coordenadas, que eu gostaria de passar para V. Ex^a o que já foi feito e o que está sendo feito. Mas isso não basta para resolver os problemas do Entorno, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura pesada e a geração de emprego e renda, implementação das indústrias. Como colocou aqui o Governador Joaquim Roriz, é uma região que tem um potencial muito forte e que precisa de investimentos mais pesados.

Neste ano, entramos com a Carta-Consulta no valor de US\$200 milhões para trabalhar a questão dos resíduos sólidos da água e do esgoto, o que será implementado pelo Governo Federal. Mas ao falar no Governo Federal, acredito que este projeto vai realizar um debate muito importante. Eu sinto o Governo sensibilizado com a região, mas não sinto uma ação efetiva do Governo federal em relação a ela.

Agora, por exemplo, na Lei Orçamentária, estamos numa luta quixotesca para conseguir que os recursos da Ride sejam carimbados no Orçamento, sejam determinados, que tenham uma identificação para que a gente possa acompanhar e avaliar o que está sendo feito lá. E acredito mesmo que o Governo Federal ainda não se inteirou profundamente do me-

canismo que ele pode dispor por meio dessa Lei que articula as três ações e que permite convênios entre os três Estados.

Portanto, quero aqui cumprimentar o autor do Projeto, o ex-senador Francisco Escórcio. Acredito mesmo que ele nos dá a oportunidade de abrir este debate em relação à região do Entorno do Distrito Federal.

Penso como o Governador Joaquim Roriz que a questão não é ser a favor ou contra. A questão é estudar profundamente a região e buscar para ela a melhor posição possível e a que for mais adequada para sua população.

Nós temos hoje uma população expressiva nessa região, temos índices de analfabetismo muito altos, temos índice de pobreza assustador, mas temos também um potencial.

Portanto, deixo aqui esta sugestão e quero me permitir oferecer a V. Ex^a todo o trabalho que desenvolvemos nessa região, por seis anos consecutivos. Creio que por aí V. Ex^a poderá ser o grande defensor dessa região juntamente com o Estado de Goiás, com o Distrito Federal e com o Estado de Minas Gerais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, eminente Governador Joaquim Roriz, Senador Paulo Octávio, Sr^s e Srs. Senadores, Deputados interessados nessa questão, naturalmente essa proposta apresentada pelo ex-Senador Francisco Escórcio reaviva a discussão sobre um problema que o Centro-Oeste está vivendo e que recrudescer a cada ano.

Sou goiano, eminente Governador Joaquim Roriz, como V. Ex^a. Quero abrir um parêntese para cumprimentá-lo, já que vivo em Brasília há algum tempo, pelo extraordinário trabalho que V. Ex^a vem realizando no Distrito Federal, mantendo a cidade funcionando, ativa, bonita, agradável, receptiva e procurando solucionar os problemas, principalmente os de natureza social que são mais agravados com esse fluxo migratório intenso que se processa de todas as regiões do Brasil para o Distrito Federal.

Mas o Estado de Goiás é realmente um Estado generoso. Cedeu uma parte do seu território para o Distrito Federal e em seguida cedeu uma parte do seu território para o Estado de Tocantins, que tenho a honra de representar nesta Casa.

As duas situações foram extraordinárias, do maior relevo e da maior importância. Nós, goianos, sabemos, efetivamente, dizer o que era Goiás antes de Juscelino Kubitschek trazer o Distrito Federal, o Governo do País, para esta região. Goiás era um Estado provinciano, legado à postergação, abandonado, com uma população

sofrida. Brasília e o Distrito Federal vieram trazer uma nova vida para Goiás e para toda esta região e interiorizou o desenvolvimento deste País, de 500 anos, 400 dos quais, praticamente, experimentado em investimentos maciços nas suas regiões litorâneas. Brasília transformou esta região e nós experimentamos, – e aqueles que habitam, hoje, a região do Tocantins, o norte de Goiás – também uma mudança, guardadas as devidas proporções, muito forte e muito acentuada nas questões de natureza social e econômica, no território que, hoje, é ocupado pelo Tocantins. Foi bom para Goiás que se desonerou de uma região que requeria investimentos maciços na área de infra-estrutura, que requeria investimentos fortes na área de proteção social, nas demandas de educação e saúde da sua população e foi cuidar do que já havia de estruturado em Goiás. Foi muito bom para a economia de Goiás e creio que a Senadora Lúcia Vânia pode confirmar isto. E foi bom para o Tocantins que começou em uma nova região, a buscar o seu próprio destino. A grosso modo, a região do Tocantins, enquanto integrada ao Estado de Goiás, recebia cerca de 5% do Orçamento de Goiás. Hoje, mal comparado, o Tocantins tem investimentos da ordem de 35 a 40% do que Goiás tem de investimentos.

Então, foi esse tipo de recurso, de investimento, de uma visão própria da região, que permitiu esse **boom** de investimentos, essa explosão de desenvolvimento, essa verdadeira revolução social e econômica porque as condições sociais da população que, hoje, habitam o Tocantins são incomparavelmente melhores do que aquelas que experimentávamos antes da criação do Estado.

Portanto, essa discussão nova da criação do Estado do Entorno, alude a essa experiência que vivemos em Goiás, com a criação do Distrito Federal e o Estado do Tocantins, e é uma proposta alvissareira. Não quero dizer que ela seja panacéia ou que venha resolver os problemas, mas tenho visto essa proposta com muito otimismo e entendo que tenho o dever e a obrigação de, também, compartilhar, de forma mais amidiada e mais aprofundada, com os eminentes representantes do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais nesta questão que diz respeito ao Brasil. Brasília é o ponto da convergência das atenções do País e é o centro da difusão das ações do País. Brasília, então, tem uma ligação intrínseca com todos os Estados brasileiros, e, particularmente, com os Estados limítrofes. Ninguém pode desconhecer os reflexos que a expansão demográfica do Entorno do Distrito Federal tem trazido para Brasília, sobrecarregando os serviços públicos do Distrito Federal, dificultando, sobretudo, o atendimento a uma demanda crescente, em níveis

muito mais elevado do que a média nacional, criando enormes desafios para os seus gestores, particularmente agora com o Governador Joaquim Roriz, que tem demonstrado, assim, uma competência ímpar em buscar a solução para esses problemas.

Quero participar, efetivamente, da discussão desta questão. Vejo nessa proposta apresentada pelo eminente ex-Senador Francisco Escórcio, uma motivação a mais para trazermos isso à baila, escutarmos e ouvirmos as populações envolvidas nessa discussão – as populações do Estado de Goiás, do Estado de Minas Gerais e principalmente essas que estão nesta região do Entorno, da periferia do Distrito Federal. Não sei se seria a forma mais adequada de promovermos um novo desenho do Distrito Federal – como está aqui na proposta – com redução, inclusive, de seu território. Não sei se essa é a situação adequada ou se a situação adequada é exatamente um trabalho articulado entre o Distrito Federal e os dois outros Estados limítrofes, para buscar a solução para as questões que afligem essas populações e que criam um problema sério para Goiás e para Minas e, sobretudo, para o Distrito Federal.

Cumprimento o Senador Paulo Octávio, a Senadora Lúcia Vânia, que se interessam por esse projeto, o Governador Joaquim Roriz, que tem essas disposições extraordinária de enfrentamento desses desafios. Essa discussão é palpitante e nos traz interesse pela busca da solução dos problemas que afligem a população do Distrito Federal e do Entorno.

Era o que queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Governador Joaquim Roriz, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante de Minas Gerais, já pude anteriormente externar a minha posição. Entendo como legítima essa discussão sobre a criação de novos Estados, como o Estado do Planalto, considerando que o Brasil é um país realmente em ocupação ainda. Foi a partir, podemos dizer, do Governo de Juscelino Kubitschek que o Brasil descobriu o interior do País, promovendo todo esse desenvolvimento que vimos, como da região de Brasília, Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

Vou repetir o que disse na outra audiência. Não posso concordar com a alteração dos limites de Estados consolidados. Minas Gerais é um Estado consolidado, um dos mais antigos Estados do Brasil. É verdade que tem o maior número de Municípios: são 853. Mas essa quantidade de Município é explicada exatamente por se tratar de um Estado grande, de um

Estado que tem a segunda maior população do País, com 18 milhões de habitantes.

Os quatro Municípios mineiros que estão previstos para serem retirados de Minas e integrarem o Planalto Central – Formoso, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí – compõem esse noroeste mineiro, que é uma nova fronteira agrícola. Unaí, em especial, é a maior das quatro cidades. São cidades que têm recebido atenção do Governo do Estado de Minas, têm recebido investimentos do Estado. É evidente que nunca é o suficiente; sempre vamos querer que haja uma presença maior. Recentemente uma usina hidrelétrica, a usina de Queimados, foi construída atendendo essa região e feita em consórcio da Cemig, de Minas Gerais, com a CEB, de Brasília. Esse é só um exemplo de um investimento grande feito pelo Estado.

O Brasil pode ter novos Estados, sim, mas, no caso de Minas Gerais, trata-se de um Estado consolidado. Nós, de Minas, somos contrários à retirada de qualquer Município de Minas para a criação do Estado do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governador Joaquim Roriz, creio que todos aqui conhecem a minha posição favorável à questão da redivisão territorial do País. Tive oportunidade de apresentar três projetos de decretos legislativos convocando plebiscito para ouvir a população do Amazonas, do Pará e do Mato Grosso, que são, coincidentemente, os três maiores Estados da Federação. Trata-se de Estados com uma densidade populacional baixa, principalmente o Estado do Amazonas e o Estado do Pará na região mais delimitada, que são justamente as regiões de fronteira. O Amazonas, sozinho, é maior do que os sete Estados do Sul e do Sudeste juntos; o Pará tem praticamente a mesma área desses sete Estados; e o Mato Grosso tem uma área um pouco menor que esses sete Estados do Sul e do Sudeste.

Esses Estados gigantesco, não consolidados, merecem realmente, no meu entender, uma discussão, discussão essa que se acentuou muito durante a Constituinte, de que tive o prazer de participar. Naquela ocasião, apenas três propostas vingaram: a criação do Tocantins e a transformação dos territórios federais de Roraima e de Amapá em Estado.

Não há dúvida, o Senador Leomar Quintanilha já disse aqui muito bem, no exemplo de como essas redivisões deram certo. Temos o exemplo do Mato Grosso do Sul, o exemplo de Tocantins, mas vamos dar o exemplo do meu Estado, que é o menor em termos de economia, de progresso. Roraima já foi do Amazonas,

depois foi um território federal, desmembrado por um decreto do Presidente Getúlio Vargas, hoje é um Estado que, se compararmos com o Município vizinho do Amazonas, que é Barcelos, que já foi capital do Estado do Amazonas, que foi província do Amazonas, Barcelos tem cerca de 30 mil habitantes, vive praticamente da venda de peixes ornamentais, enquanto que Roraima, que era um Município menor, hoje tem cerca de 400 mil habitantes, tem uma universidade federal, tem várias instituições de ensino particular de nível superior, tem um centro federal de ensino tecnológico.

Então, não há dúvida de que a redivisão territorial tem sido realmente benéfica. No caso específico aqui, estamos discutindo e até louvo que se esteja discutindo mesmo quando o projeto apenas pede a convocação de um plebiscito para que a população decida sobre se quer ou não a redivisão. Creio que é importante discutirmos realmente, neste momento, as questões da viabilidade ou as questões das conveniências políticas, embora até esse debate devesse ocorrer por ocasião do plebiscito, quando haverá uma eleição, vamos dizer assim, nos Estados e aí a oportunidade daqueles que querem a redivisão mostrarem as vantagens dessa redivisão e os que são contrários terem a oportunidade de provar para a população que essa redivisão não é conveniente para aquela região.

Entendo que, por exemplo, o Congresso Nacional, seja o Senado ou seja Câmara, negar a aprovação de um projeto que convoca o plebiscito é como se nós tivéssemos negando à população o direito de opinar, porque a lei prevê que a população do Estado como um todo, como disse o Senador Jefferson Péres, opine se quer ou não a redivisão.

É preciso ouvir, realmente, o cidadão que mora naquela região; se está de acordo com aquele **status quo** que está ou se ele quer, realmente, fazer uma redivisão para melhorar de vida.

O que não pode é continuarmos no Brasil com essa geografia, em que estes três Estados – Amazonas, Pará e Mato Grosso – representam metade da área territorial do País, e, se somarmos os Estados do Norte e Centro-Oeste, veremos que representam mais de dois terços da população do País e têm ainda o menor número de Estados.

Essa questão da redivisão territorial do País merece uma profunda reflexão. É preciso que, realmente, atualizemos o nosso mapa a uma realidade do século XXI, deixemos de lado, às vezes, até questões de interesse político ou até econômico para repensar.

Quero me colocar entre aqueles que, especificamente neste caso, não têm o convencimento de que seja bom ou ruim, mas entendo que devemos permitir que esse debate saia de dentro das paredes do

Senado e da Câmara e possa ir para as ruas, ouvir a população, por meio de um plebiscito.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) – Sr. Presidente, ao cumprimentar V. Ex^{te} quero cumprimentar também o Governador Joaquim Roriz, que vem colaborar com este debate. Sua participação é fundamental, é insubstituível e tem, sobretudo neste assunto, a coragem de dizer que não tem posição formada, mas, como Governador do Distrito Federal, está disposto a cumprir qualquer decisão do Senado Federal e do Parlamento Nacional.

Quero cumprimentar também o Senador Jefferson Péres, cuja credibilidade, isenção, respeito unânime que a Casa lhe tem recomenda a sua indicação para funcionar como Relator dessa importante matéria. Quero cumprimentar, sobretudo, o ex-Senador Francisco Escórcio, eterno Senador Francisco Escórcio, nosso amigo, que teve a idéia brilhante de propor essa emenda constitucional ao Congresso Nacional, que tem mobilizado a atenção do País e, sobretudo, desta região.

Sr. Presidente, entendo que a capital do País precisava mesmo de um projeto como este que dispõe sobre a criação do Estado do Planalto Central. Claro que é preciso resolver, de uma vez por todas, todos os problemas administrativos, econômicos e sociais do entorno e, ao mesmo tempo, preservar nosso patrimônio cultural. Qualquer projeto que objetivasse resolver isso, teria que levar em consideração, sem dúvida, a situação das cidades-satélites e a necessidade de criarmos melhores condições de vida para a população do entorno, preservando, sobretudo, os avanços que se consagraram na capital.

Considero essa idéia muito boa, Chiquinho. Mais uma vez, queria parabenizá-lo porque, antes de mais nada, retoma um pouco a idéia do Distrito Federal. Claro que não vamos resolver isso da noite para o dia. É importante engajar setores que são, como disse, insubstituíveis nessa discussão, para que possamos, exatamente ponderando e assumindo posições, como o fez agora o Senador Eduardo Azeredo, possamos tirar dessa idéia o que há de melhor, compatibilizando os interesses dos Estados que compõem o entorno de Brasília.

Modestamente, quero parabenizar a audiência deste debate e o relator, dizendo mais uma vez ao ex-Senador Francisco Escórcio que estou à disposição para ajudar na construção de um consenso para materializar a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, quero cumprimentá-lo. Esta, sem dúvida, tem sido uma das Comissões que realmente têm marcado presença.

Também quero cumprimentar o grande brasileiro Roriz. Permita-me dizer que hoje o nome de V. Ex^a é o que mais se aproxima, pela coragem, pelo entusiasmo e pelo iluminismo, ao de Juscelino Kubitschek. Até no nosso Partido está.

Quero apresentar minha experiência brevemente. Toda mudança é complicada, Maquiavel já dizia. Não é Senador, Jefferson? Tiram-se alguns privilégios, alguns direitos, e os outros que vão receber não acreditam porque... Então, toda mudança... Mas sempre o mundo as teve. Vamos imaginar José Bonifácio quando imaginou Brasília. Que confusão! Quem queria sair do Rio de Janeiro? Quantos anos! Isso aconteceu com José Bonifácio, e Juscelino, quantas dificuldades teve?

Queria apresentar minha experiência. Sou médico, então, o corpo humano é a célula, que dá origem aos tecidos, aos órgãos, aos aparelhos, ao corpo. No caso dos Municípios, ninguém no Brasil tem mais experiência do que eu em criar Municípios. Não é mérito meu não, mas do brilhante Senador Freitas Neto, que passou por aqui e que é ex-Governador do Estado. O Piauí é grande. Nele, cabem 12 sergipes, 10 alagoas, do Senador Renan Calheiros. Uma vez o Albano Franco, que governava o Sergipe, reclamava de estradas, e disse-lhe que governaria o Sergipe com uma lambreta. O Piauí também é grande, comprido, disforme e complicado. Então, não é mérito meu, e não serei corruпиão.

O ex-Senador Freitas Neto, que passou por esta Casa, tendo sido brilhante Governador e brilhante Prefeito de Teresina, achou que deveria criar Municípios. Ele criou 30 Municípios no Piauí. Ele pegou o Piauí com 115 Municípios e me entregou com 145, Senador Jefferson Péres. Então, peguei o bonde andando. Não era um trem bala, mas um bonde. E vi que melhorou, inclusive na cidade em que era Prefeito. Pelo contrário, fiquei contra o Governador não por mim, porque estava assim como o Jefferson, mas porque Parnaíba tem muita história, tem Evandro Lins e Silva, João Paulo Reis Veloso, Alberto Silva. Por aquele bairrismo – eu era Prefeito –, não queriam diminuir a cidade. Mas hoje são maravilhosas cidades criadas pelo Governo: Bom Princípio do Piauí e a Ilha de Santa Isabel. Então, vi o bonde – não era o trem-bala –, fiquei mais tempo, pois Deus me permitiu governar o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias. Entreguei o Piauí com 224 cidades. Daria só um quadro. Ganhamos hoje de todos os índices do Maranhão. Bastaria citar a renda **per capita**.

Senador Edison Lobão, cheguei à conclusão de que não é aquilo o que se vê na cidade que criei. Vêm-se as avenidas, os calçamentos, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para educar, o hospital para cuidar da saúde, a cadeia para manter a ordem, que está na bandeira. O essencial é invisível aos olhos. É o ser, é a oportunidade de aparecerem outras lideranças, que participem com responsabilidade, como vereadores, vice-prefeito e prefeito. Darei um exemplo muito real das eleições recentes para prefeito de uma pequena cidade, Jatobá do Piauí, filha de Campo Maior, onde aconteceu a Batalha do Jenipapo, quando expulsamos os portugueses: é uma grande cidade para o Piauí, que, de pequena, tornou-se líder e venceu. Como isso é importante!

Os Estados Unidos têm cinquenta Estados. O México, que tem quase quatro milhões de quilômetros quadrados – o que não é a metade do espaço territorial do Brasil – tem 35 Estados. Então, o Brasil tem que reestudar sua divisão. Quero crer nisso.

Roriz, V. Ex^a se iguala a Juscelino. O trabalho de V. Ex^a é extraordinário. Não transfira seu título para o Piauí, pois V. Ex^a ganhará de mim lá. V. Ex^a amparou os piauienses e lhes deu terra. Não o fez só para os piauienses, mas para todos os brasileiros. O Piauí tem, em Brasília, sua segunda colônia, só perdendo para Minas Gerais. V. Ex^a fez! Vamos pensar que cada criação de V. Ex^a, essas cidades que abrigaram os favelados, terá autonomia. A cada cidadão, V. Ex^a dará a oportunidade de ser líder, vereador, etc, em todas as cidades. Imagine Sobradinho com vereadores, vice-prefeito, etc. Quantos filhotes! E eles são felizes porque não vão precisar buscar exemplos na História, que citei. Eles viram o exemplo do grande homem público Roriz, governando o Distrito Federal.

Sou plenamente favorável. É o reencontro deste País com o povo. Vamos escutá-lo. Façamos o plebiscito depois das discussões. O interessado é o povo. Cumprimento Francisco Escórcio pela grandeza do debate.

Essas coisas demoram. De José Bonifácio a Juscelino passaram muitos anos. De qualquer forma, nasceu este debate, que é essencial. O Brasil é mais dividido.

Senador Edison Lobão, o mapa dos Estados Unidos é dividido em quadradinhos. Do litoral do Piauí à sua fronteira com a Bahia, há muitos quilômetros. É longe. O Piauí é comprido. Dentro do Piauí, cabem 12 Sergipes. Temos de reestudar todas as divisões territoriais.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Registro também a presença do Deputado Tadeu Filippelli,

Secretário de Obras do Distrito Federal, que ajuda o Governador Roriz a realizar essa obra portentosa que S. Ex^a aqui dirige.

Há ainda quatro Srs. Senadores que solicitaram a palavra. Peço aos Srs. Senadores que sejam o mais breves possível, em razão do adiantado da hora, já são 13h30.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, cumprimento o Governador Roriz. Estou em Brasília desde 1978 no meu primeiro mandato de Deputado Federal. Lembro-me de quando o Governador Roriz foi convidado pelo ex-Presidente da República José Sarney para governar o Distrito Federal. Considero o Governador Roriz o melhor Governador que já passou por Brasília. Ele é, realmente, um dinamo. Esta cidade melhorou bem com a presença do Governador Roriz. E Roriz não pode dizer que vai para casa. Um homem de sua estirpe tem que continuar, que ele é ainda bem novo e pode causar ainda muitas alegrias a nosso povo brasileiro.

Mas preocupa-me, na criação de Brasília, eu que tenho já esse sentimento de brasiliense, inclusive torcedor do Brasiliense, já hoje com meus filhos, as palavras do Relator Jefferson Péres. Brasília recebe uma ajuda do Governo Federal permanente para a Educação e para a Segurança, e, quando o Relator Jefferson Péres falou sobre a renda que teria o futuro Estado, absteve-se de perguntar quanto é que o Governo Federal repassa para Brasília para Educação, Segurança e Saúde. Falaram-me que é em torno de R\$4 bilhões. Esta primazia é só para Brasília; outros Estados não a têm.

O Nosso ex-Senador Francisco Escórcio traz à baila um assunto importante, que é o Entorno, que eu conheço bem, inclusive suas dificuldades, e faz com que se discutam os problemas da região. Criando o novo Estado Brasília se reduziria. E será que o Governo Federal continuaria a repassar esses R\$4 ou 5 bilhões para uma cidade bem menor, para um distrito federal bem reduzido? E ainda me valendo das palavras do Senador Jefferson Péres, as condições do novo Estado para, inclusive, pagar pessoal, o funcionalismo, será que não estaríamos transformando em “favelão” o Entorno de Brasília, se o Governo Federal, com essa corrente migratória, não correr em ajudar esse novo Estado, como ajuda Brasília?

Eu gostaria que o Sr. Governador Joaquim Roriz, que nos honra com sua presença, explicasse muito bem esse repasse do Governo Federal – não sei se já explicou – para Educação, Saúde e Segurança, e o que isso representa, porque o novo Estado não terá

direito a esse repasse. E se, com a transformação, com a criação de um novo Estado e com a redução de Brasília, S. Ex^a acredita que o Governo ficaria repassando e se o Estado, o Distrito Federal, continuaria ajudando o Entorno como ajuda hoje, porque o Entorno hoje é ajudado principalmente pelo Distrito Federal.

Se V. Ex^a me permite, eu gostaria de perguntar ao Governador Joaquim Roriz.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Governador Joaquim Roriz.

O SR. JOAQUIM RORIZ – É um preceito constitucional votado por V. Ex^{as} que os servidores na área de saúde, educação e segurança deveriam ser mantidos pelo Governo Federal. E hoje isso é realizado, mas ele cumpre o preceito constitucional. De forma que eu diria o seguinte: se não houvesse esse fundo de Brasília para manter os servidores da área de saúde, educação e segurança, e se fosse para manter isso com os recursos do GDF, posso garantir que Brasília seria ingovernável. Não haveria hospitais abertos, nem escolas abertas e nem segurança pública, e isso posso assegurar. Isso ocorre nessas áreas em toda capital de país. Isso vem desde o tempo de Juscelino. Era apenas um convênio e, recentemente, transformou-se em preceito constitucional.

De maneira que sem esses recursos Brasília não pode sequer fornecer segurança, não pode oferecer absolutamente nada para a sua população. É fundamental porque Brasília cresce e precisa de mais escolas, de mais hospitais, de mais medicamentos, de atendimento não só aos brasilienses, porque mais do dobro da população do Distrito Federal é atendido aqui. E quero dizer que esses recursos não são para nenhuma obra, somente para os servidores. Isso é pago aos servidores. E se por acaso a folha desses servidores for menor que os recursos previstos, eles terão que ser devolvidos para o Governo Federal. E quem faz a própria folha e os pagamentos é o próprio Governo Federal. De forma que Brasília sem esses recursos não teria segurança nem saúde nem educação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, falo a esse respeito porque, evidentemente, com o novo Distrito Federal esses recursos vão diminuir. E o Governador Roriz, que admiro, há de convir que com esses recursos pode conseguir ajudar mais o Entorno. E se o Distrito Federal não tiver esses recursos, o Entorno ficará sem ajuda. Receio que o Entorno, sem a ajuda do Distrito Federal, venha a se transformar, porque a corrente migratória não pára, em um favelão em torno do Distrito Federal, um problema para nós moradores. Essa é a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador João Alberto, desejo apenas complementar o que disse o Governador. Aprovado em plebiscito o desmembramento, o Congresso teria que votar uma lei complementar estabelecendo as regras de criação, de instalação do novo Estado. Nada impede que uma regra de transição fixasse um repasse orçamentário durante algum tempo para o novo Estado. Mas entendo que isso seria uma incongruência. Se um Estado vai viver mesmo durante algum tempo às expensas da União, melhor será criar um território federal e não um Estado, que, por definição, precisa ter autonomia financeira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. Relator, Senador Paulo Octávio, em síntese, o projeto do ex-Senador Francisco Escórcio pretende retomar Brasília a situação original proposta pelo grande estadista que foi o Presidente Juscelino Kubitschek. Transformar a Capital federal num município neutro, que não recebesse os impactos da divergência originada da política regional, como ocorria no antigo Rio de Janeiro, que era o centro político, cultural e também de agitações que desembocavam, sem dúvida alguma, em preocupações institucionais. Além disso, a mudança da Capital teve o grande mérito de promover a descentralização social e econômica do Brasil.

Com a redefinição do mapa do Brasil e a criação de Brasília, ouvimos aqui depoimentos primorosos de vários Srs. Senadores e Senadoras, demonstrando, por “A” mais “B”, que a interiorização do Brasil, com a criação de Brasília, foi fundamental para o desenvolvimento regional, não apenas de Goiás, de Tocantins, de Mato Grosso, como também das cidades próximas que circundam Brasília e que fazem parte do território de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero dizer, em poucas palavras, que, tendo em vista a afirmação do Governador Joaquim Roriz de que o Distrito Federal, tal como hoje é concebido, não poderia sobreviver sem a ajuda do Governo Federal, tem razão o Relator, Senador Jefferson Peres, que, com a sinceridade que lhe é peculiar e com a praticidade no exercício de seu mandato, afirmou algo importante: nenhum Estado pode, indefinidamente, viver às custas do Governo Federal. Do contrário, onde está sua autonomia política?

Por esse motivo, fortalece-se, cada vez mais, a opinião do ex-Senador, não no sentido de impor uma decisão, mas de encontrarmos uma solução que venha, de uma vez por todas, transformar Brasília naquilo para o qual foi criada, ou seja, o centro admin-

istrativo do Brasil, com uma administração que cuide do abrigo dos nossos Ministérios, das Embaixadas e da residência do Presidente da República, proporcionando segurança realmente efetiva para exercer o seu papel de Capital do Brasil.

É verdade que, quando Brasília foi criada, se pensava que a cidade teria uma população de 500 mil habitantes, mas, hoje, com o entorno e as cidades satélites, há uma população superior a quatro milhões, não é, Governador?

O SR. JOAQUIM RORIZ – Três milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Três milhões; quase quatro milhões de habitantes.

Da forma como os recursos são distribuídos, sendo grande parcela oriunda do Governo Federal, o que pensamos? O Fundo Constitucional do Desenvolvimento de Brasília foi criado com a verba de todos os Estados e de todos os Municípios do Brasil.

Sr. Governador, o que V. Ex^a gasta em Brasília, direta ou indiretamente, conta com recursos de Sergipe, do Nordeste. V. Ex^a pretende construir um trem-bala, que atingirá a velocidade de 350 quilômetros por hora, o que considero importante. Sem dúvida alguma, essa obra ligará grandes regiões que terão grande desenvolvimento. Porém, nós do Nordeste estamos financiando essa obra. Na realidade, isso deveria ser financiado pelos Estados que compõem essa região. V. Ex^a disse que o Distrito Federal não sobrevive sem o Governo Federal. E de onde vem esse dinheiro? Não vem do céu nem da arrecadação própria do Governo Federal. Vem do Piauí, de Sergipe, da Bahia, de São Paulo, enfim, vem de todos os Estados do Brasil.

Por isso, essa discussão vem em boa hora. Vamos criar um novo Estado por meio de um processo democrático. Creio que o Estado de Minas Gerais deve ser ouvido separadamente e não conjuntamente com outros Estados. Todos os Estados envolvidos seriam ouvidos – Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais –, e o que for decidido será numericamente igual? Não. Creio que os Estados de Minas Gerais e de Goiás devem ser ouvidos em separado, além do Distrito Federal e das Cidades Satélites, que definirão seus destinos.

Se, por exemplo, Sr. Governador, o Estado de Minas Gerais recusar, no plebiscito, essa junção – ou a transformação num novo Estado – seria formada então pelas Cidades Satélites, que hoje, salvo engano, são 12, e por algumas cidades do Estado de Goiás, que talvez possam fazer o grande Estado, que é o Estado do Planalto Central.

Trata-se de uma idéia do ex-Senador Francisco Escórcio, mas que, sem dúvida alguma, vem encontrando receptividade não só no Senado Federal como

em todo o Brasil, notadamente no Entorno e nas Cidades Satélites.

Meus parabéns a S. Ex^a, meu amigo e ex-Senador Francisco Escórcio; meus parabéns também ao Relator e ao Governador do Estado, que realmente vem fazendo uma grande obra administrativa. É um exemplo de administração para todos os brasileiros, na qual se aplicam, eficientemente, os recursos que estamos concedendo de Sergipe, da Bahia e de todo o Nordeste para que V. Ex^{as} façam um grande Governo em Santa Catarina e em todos os Estados do Brasil.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu estava assistindo à reunião pela TV e senti-me provocado pelo assunto.

Tive a oportunidade de ouvir a apresentação em estilo VIP. Nosso Senador Francisco Escórcio apresentou essa questão no momento em que ainda a estava formatando. Naquela época, não existia nem sequer esse material publicado.

Pude entender que, do ponto de vista da construção da idéia, ele não deixa nenhuma margem de dúvida, não deixa nenhuma válvula de escape. Creio que a sua idéia está bastante avançada e quase completa, exceto por uma ou outra observação feita e que ouvi aqui.

Por excelência, sou contrário à redivisão territorial do Brasil pelo menos nos próximos 30 anos. Não entendo esse procedimento como uma saída para o País – nem para Municípios nem para Estados. O que existe hoje ainda precisa dar passos significativos. Entretanto, diante das argumentações que ouvi, algumas respostas podem ser dadas até com relação a observações feitas na manhã de hoje.

Uma delas é que o custo de Brasília já está estipulado com ou sem a criação de um novo Estado. O fundo que cobre esse déficit, apresentado aqui pelo Governador Joaquim Roriz, deve ter alguma origem, seja ela qual for. Portanto, criando ou não um novo Estado, o déficit está posto. Por quê? Porque é natural dos seres vivos dirigir-se para onde está o seu melhor nível de conforto, ou seja, a sua comida, a sua água, o seu habitat e suas condições de vida. Assim ocorre com as formigas, com as abelhas, com as pessoas etc., que procuram lugares melhores para se viver.

Em Brasília, concentra-se uma série de pessoas que se mudaram a fim de morar aqui. Outras, no entanto, vêm à Capital para obter algumas vantagens, a exemplo – como bem apresentado pelo Governador – de situações mais complexas em caso de saúde. Antes de o Governador Jorge Viana assumir o mandato

no Acre, diziam que o melhor hospital daquele Estado estava localizado em Brasília e em Goiânia. Era para cá se dirigia a maioria das pessoas.

Esse custo já existe, não há como fugir dele.

Portanto, o ponto que nos traz à discussão é a metodologia da criação. Em relação à metodologia da criação, por mais que eu tenha estudado, é necessário, antes do plebiscito, a regulamentação dos §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que rezam acerca da criação de novos Municípios e Estados. Muitas idéias sobre a redivisão territorial que aportaram ao Senado e à Câmara pecam por isso, tanto é que muitas foram rejeitadas; outras, aprovadas, mas vetadas na íntegra por faltarem elementos chamados condições básicas de sobrevivência própria, a viabilidade daquele Município ou daquele Estado.

Na regulamentação dos §§ 3º e 4º, que antecede ao plebiscito, ou ao andamento dessa idéia, resolveríamos uma série de ambigüidades. Portanto, pelo volume da população envolvida e pelos problemas que existem aqui, bem como para preservar os traçados pensados por Oscar Niemeyer, é justificável que se tenha um novo Estado do Planalto Central.

Sr. Presidente Edison Lobão, se os três Governadores assinarem uma carta de intenção amigável pela criação do novo Estado, isso terá valor de lei e o Supremo Tribunal Federal a acatará. Esse é o meu entendimento, porque convivo com essa realidade no Estado do Acre. Agora, acabamos de sair da última celeuma sobre divisão de território, primeiro com a Bolívia, depois com o Estado do Amazonas e, por último, com Rondônia. Então, foram 100 anos de litígio de divisas.

Neste caso, consta-me que se os três Governadores, de maneira amigável, assinarem essa carta de intenção, com o crivo das três assembleias legislativas, isso tem valor de lei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Escute, isso não está previsto na lei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não está previsto na lei? Porque isso foi, inclusive, relatório de jurista a respeito do litígio do Estado do Acre com Rondônia, na ponta do Abunã.

Então, nesse caso eu queria dizer que o projeto é realmente interessante, ousado e requer de todos nós uma atenção especial, porque estamos aqui resolvendo um problema que está posto, do meu ponto de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Paulo Octávio deseja dar uma palavra final. S. Exª é do Distrito Federal e também é Relator substituto. Mas, antes, o Governador Roriz também pretende emitir uma palavra.

O SR. JOAQUIM RORIZ – Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e Senadoras; todos os Parlamentares que aqui se encontram.

A minha presença é resultado de uma convocação do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para falar a respeito do tema. Tive a oportunidade de fazer uma breve introdução, na qual coloquei que a minha posição é de absoluta neutralidade. Não posso defender essa questão; não sou nem a favor, nem contra, mesmo porque eu não quero ser, depois, condenado ou criticado. Essa é uma das razões, não a mais importante. Estou-me preparando para ser Governador do Estado do Planalto, por isso falei da minha postura política, de como deverá acontecer.

Eu queria deixar claro o meu ponto de vista. V. Exªs sabem que Brasília foi planejada, discutida e construída para ter, no ano 2000, uma população de 500 mil habitantes. Entretanto, no ano 2000, tinha 2,2 milhões de habitantes, sem se considerarem os habitantes do Entorno, o que vale dizer que, sob o meu ponto de vista – não posso opinar e não vou fazê-lo –, é preciso uma solução que deverá sair daqui, dos Srs. Senadores, do Congresso Nacional, que podem promover uma grande solução para o problema desta região.

Qual é a finalidade de Brasília? Ela foi pensada, construída e implantada para ser uma indutora do desenvolvimento nacional, não da violência e do analfabetismo. E tudo isso está sendo resolvido.

Outra questão que eu gostaria de colocar é que essa verba, que é um preceito constitucional, passa para o Estado para manter os funcionários que prestam serviços, com o seu trabalho, à população não somente de Brasília, mas do Brasil inteiro. Como eu disse aqui, na área de Saúde, hoje, a transferência por meio do SUS é de uma consulta por habitante/ano. O SUS de Brasília teria que atender apenas dois milhões e duzentas mil consultas/ano. No entanto, estamos atendendo, nos hospitais de Brasília, seis milhões de habitantes. Ou seja, há quatro milhões de pacientes oriundos de outros Estados para serem atendidos em Brasília. Mas o SUS não paga esses atendimentos e, sim, o GDF, que dá medicamentos, internação, enfim, faz todo o tratamento em quatro milhões de pacientes de todo o Brasil.

Para concluir, gostaria de dizer, principalmente para o Senador Antonio Carlos Valadares, que é um homem de uma enorme experiência, não só no Legislativo como no Executivo, já que V. Exª governou o seu Estado, e com brilhantismo, sabe perfeitamente que todos os Estados têm uma política regional e cada um tem os seus interesses. Mas Brasília é diferente. Todos os Senadores tem uma residência em seu Estado de origem e uma outra em Brasília. Assim, Brasília

não é dos brasilienses; Brasília é dos brasileiros, e os brasileiros têm que cuidar da sua Capital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra, o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, os brasileiros que vivem aqui, pelo que fica constatado nos Anais desta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nove Senadores elogiaram o trabalho do Governador Roriz na Capital da República. Isso é muito importante, porque somos todos moradores de Brasília.

Os Senadores vieram de outros Estados, mas moram aqui, e estão felizes com o que encontram em Brasília. Senador Jefferson Péres, isso é muito importante para V. Ex.^a que mora aqui há muito tempo, assim como o Senador Edison Lobão, que tem sua história vinculada a Brasília. Tudo isso mostra que, principalmente em um Estado que está dando certo e apresenta indicadores sociais e econômicos positivos, fica difícil imaginar um desmembramento do que vai bem. Essa é uma questão que temos que pensar com seriedade.

A Administração do Governador Roriz é tão eficiente que tem um índice atual de aprovação de 74%, o que mostra que os brasilienses estão felizes com o seu território, com o seu Estado e com a forma de S. Ex.^a administrar.

Sr. Presidente, quero registrar a presença dos secretários Paulo Roriz, Ricardo Pena, o ex-Senador Lindberg Cury, que tanto lutou pelo fundo constitucional, Tadeu Filipelli, Cícero Miranda, Wellington Moraes e as demais pessoas que acompanham o Governador.

Assim como JK trabalhava em equipe, o Senador Roriz faz o mesmo, e S. Ex.^a sabe dar os afazeres certos.

Quero dizer ao ex-Senador Francisco Escórcio que o seu projeto tem grandes benefícios. A região do Entorno passa a ser discutida com seriedade não só pelos Governos de Goiás e Brasília, mas por todo o Brasil e por nós, Senadores, representantes de todos os Estados. Além disso, ouvi a palavra do Líder do PMDB que também enaltece o projeto de V. Ex.^a. Quero dizer que tive a alegria de ter sido um dos primeiros com quem V. Ex.^a conversou quando apresentou o projeto. Travamos uma discussão e o entendo muito interessante.

O projeto não apresenta a hipótese do plebiscito em Brasília, então, Brasília estaria fora do desmembramento. Se no decorrer das discussões do projeto nesta Comissão o plebiscito em Brasília for apresentado, quero informar ao Relator que, no caso, estarei apresentando um outro projeto que não desmembraria

Brasília e seria uma criação de um novo Estado só com as cidades do Entorno.

Defendo a redivisão territorial do Brasil, sim. Mas penso que Brasília, como a Capital de todos os brasileiros, precisa, sim, de uma blindagem. Quem sabe criando-se um novo Estado com as cidades que compõem o Entorno, com o Estado do Corumbá com quem temos uma ligação maior, com a capital, quem sabe Luziânia, estaríamos criando a possibilidade de atender essa demanda da região que mais cresce no Brasil que é a do Entorno.

Quero deixar isso claro, porque, no projeto apresentado, Brasília fica fora do plebiscito. Essa é uma informação importante ao Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, V. Ex.^a poderia apresentar uma emenda. E cada cidade despertaria para ter um governo próprio, com uma prefeitura...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, não posso apresentar essa emenda porque, repito, sou contra a separação ou a divisão de um Estado que está dando certo. Os indicadores são positivos. V. Ex.^a bem conhece, por andar em Brasília e conhecer o povo piauiense que aqui reside.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o que estamos vendo é a perspectiva de futuro, não é o hoje. Hoje existe esse extraordinário governador, que cumpre sua missão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-PI) – Exatamente por isso, Senador Mão Santa, eu disse que permaneceremos durante 30 anos como cidade cassada. V. Ex.^a sabe como a democracia faz milagres. Nos últimos seis anos, o esforço dos dois governos, de Goiás e de Brasília, tem melhorado a região de forma acelerada. Tenho a convicção de que daqui a dez anos, com o esforço dos dois Estados, integrados, seremos capazes de resolver as questões do Entorno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Governador, Srs. Senadores, Srs. Secretários, o Governador Joaquim Roriz foi convidado para fazer uma exposição a respeito da criação do novo Estado do Planalto Central, proposta pelo ex-Senador Francisco Escórcio. Ocorreu exatamente o que prevíamos, mas também uma avaliação de sua administração. Não devo emitir opinião pessoal a respeito do projeto, pelo menos por enquanto, pelo fato de que exerço a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tive, desde logo, o cuidado de escolher um relator, o Senador Jefferson Péres, por não ter S. Ex.^a qualquer posição pré-concebida a esse respeito. S. Ex.^a adota uma posição de absoluta neutralidade, o que é muito bom para a posição de relator de uma matéria de ta-

manha profundidade. Por essa razão, S. Ex^a ouvirá a todos, está ouvindo, interferindo, fazendo indagações, formando juízo pessoal, e, ao final, não tenho dúvida de que S. Ex^a emitirá um parecer na linha do pensamento majoritário e das conveniências do próprio País.

Mas não posso deixar de dizer que se trata de uma iniciativa de grande envergadura. Já travamos esse debate quando a Capital Federal era no Rio de Janeiro e foi transformada em Estado, o Estado da Guanabara. Estamos a repeti-lo agora, e penso que a avaliação não deve ser acelerada, não deve ser açodada, mas deve ser feita com vagar e com cuidado, pois estão envolvidos os interesses profundos de brasilienses, mineiros, goianos, de brasileiros, de modo geral, como acentuou o Governador Joaquim Roriz.

Com relação à administração Roriz, e já não falo como Presidente da Comissão, mas como brasiliense, pois moro aqui há 42 anos, não posso deixar de externar meu pensamento, eu que também fui governador e que, se não fui tão bom quanto Joaquim Roriz o é, certamente ganhei experiência na administração pública. Saí do governo de meu Estado, Senador Mão Santa, com 85% de aprovação popular. Creio que desempenhei meu papel. Mas acompanho, por viver aqui, a administração Roriz. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma administração eficiente e competente. Podemos observar isso ao andar nas ruas da cidade. Ainda há pouco, o Senador Jefferson Péres falava nos jardins de Brasília, como são bem cuidados. Mas não são apenas os jardins. A limpeza da cidade é perfeita. Tudo funciona bem. Vivemos em uma cidade em que a administração pública está presente com um titular que foi competente a ponto de escolher secretários de Estado da maior envergadura. Ninguém governa sozinho. Se o Governador Joaquim Roriz não tivesse tido a felicidade de escolher bons secretários, seguramente seu governo não seria tão eficiente como é.

Quero cumprimentá-lo, portanto, Governador Roriz, pelos cuidados e pela eficiência com que exerce seu mandato de governador eleito pelo povo, e antes já o fizera por nomeação.

Como brasiliense, orgulho-me de tê-lo como meu governador.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h02min.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 15 de Dezembro de 2004, Quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, com a presença dos Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta, Fernando Bezerra, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho, João Batista Motta, Romero Jucá, Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Demóstenes Torres, José Jorge, Álvaro Dias, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Sibá Machado, João Capiberibe, Aelton Freitas, Ney Suassuna, Luiz Otávio, Renan Calheiros, João Ribeiro, Efraim Morais, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Almeida Lima e a Senhora Senadora Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Tião Viana, José Maranhão, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica ao Plenário da CCJ que está sobrestada a deliberação das matérias terminativas no âmbito da Comissão, em virtude da não apreciação de Medida Provisória pelo Plenário do Senado Federal, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal. Dessa forma os itens de nºs 2 a 34 não poderão ser apreciados nesta reunião. Passa-se à Primeira Parte da Reunião destinada à realização da 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA para instruir o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2003, que “Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que ‘estabelece normas para as eleições’”. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Presentes os convidados: Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF; Dr. Fernando Neves da Silva, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Dr. Marlo Reis, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; conforme Requerimento nº 18, de 2004-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Justificaram ausência, indicando representante, o Dr. Roberto Antônio Busato, Presidente da OAB, e sua Eminência Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente

da CNBB. Usam da palavra, para interpelar os oradores, os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, João Batista Motta, Marcelo Crivella, Relator da proposição, e o Senhor Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ. Finalizada a Audiência Pública, inicia-se a Segunda Parte da Reunião com a apreciação de proposição apresentada perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, incluída como EXTRAPAUTA ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO S/Nº, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 6º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei Eleitoral (Não vinculação das coligações de eleição do Presidente e Vice-Presidente da República às coligações de Governador, Senador, Deputado Federal, Estadual e Distrital)”. Autoria: Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado; o Projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura em Plenário. Passa-se à Pauta de votação ordinária com a deliberação do ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2004 – TERMINATIVO NA CAE – “Institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá”. Autoria: Senador José Sarney. Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 6 que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprovado o Parecer com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ. ITEM 56) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências”. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Parecer: Pela aprovação do Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, e será apreciada pela Comissão Diretora. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 43) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004 (PL. 818, de 2003, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores”. Autoria: Deputado Sandes Júnior. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 47) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003 (PL. 06425, de 2002, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao *caput* e ao § 3º do artigo 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de

Processo Penal (Estabelecendo a simplificação da lavratura do auto de prisão em flagrante para permitir ao policial condutor do preso e as testemunhas serem liberadas tão logo sejam ouvidas, após a assinatura dos depoimentos)”. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 50) EMENDAS NºS 1 e 2, de PLENÁRIO, oferecidas ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002 (PL. 03881, de 2000, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta inciso ao artigo 30 da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB”. Autoria do Projeto: Deputado Wilson Santos. Autoria das Emendas nºs 1-PLEN e 2-PLEN: Senadores Edison Lobão e João Alberto Souza, respectivamente. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2-PLEN, nos termos da Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 e 2-PLEN, nos termos da Subemenda-CCJ. ITEM 44) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000 (PL. 01096, de 1995, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”. Autoria: Deputado Freire Júnior. Relatoria: Senador João Batista Motta. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Em 24/11/2004, foi concedida vista ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 41) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999, “Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas)”. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela aprovação da Proposta, com as Emendas nºs 1 a 4 que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. ITEM 45) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004 (PL. 06100, de 2002, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)”. Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador José Jorge. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emen-

da que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprova-do o Parecer com a Emenda nº 1-CCJ. A Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e oito minutos, deixando de ser apreciados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2) PLS Nº 220, DE 2002; 3) PLS Nº 499, DE 2003; 4) PLS Nº 264, DE 2003; 5) PLS Nº 259, DE 2003 (Tramita em conjunto com o PLS Nº 294, DE 2003); 6) PLS Nº 335, DE 2003; 7) PLS Nº 152, DE 2003; 8) PLS Nº 32, DE 2003; 9) PLS Nº 211, DE 2004; 10) PLS Nº 119, DE 2004; 11) PLS Nº 675, DE 1999; 12) PLS Nº 609, DE 1999; 13) PLS Nº 421, DE 2003; 14) PLS Nº 471, DE 2003; 15) PLS Nº 458, DE 2003; 16) PLS Nº 485, DE 1999; 17) PLS Nº 537, DE 1999; 18) PLS Nº 76, DE 2002; 19) PLS Nº 300, DE 2003; 20) PLS Nº 439, DE 2003 (Tramita em conjunto com o PLS Nº 170, DE 2004); 21) PLS Nº 289, DE 2003; 22) PLS Nº 143, DE 2002; 23) PLS Nº 118, DE 2003; 24) PLS Nº 120, DE 2003; 25) PLS Nº 113, DE 2003; 26) PLS Nº 207, DE 1999; 27) PLS Nº 282, DE 2003; 28) PLS Nº 11, DE 2004 (Tramita em conjunto com o PLS Nº 19, DE 2004); 29) PLS Nº 50, DE 2004; 30) PLS Nº 155, DE 2004; 31) PLS Nº 382, DE 2003; 32) PLS Nº 191, DE 2004; 33) PLS Nº 250, DE 2004; 34) PLS Nº 176, DE 2004; 35) PEC Nº 6, DE 2003; 36) PEC Nº 48, DE 1996 (Tramita em conjunto com a PEC Nº 6, DE 2000); 37) PEC Nº 3, DE 2003; 38) PEC Nº 78, DE 2003; 39) PEC Nº 19, DE 2003; 40) PEC Nº 29, DE 2003; 42) PEC Nº 59, DE 2003; 46) PLC Nº 73, DE 2003; 48) PLC Nº 15, DE 2004; 49) PLC Nº 89, DE 2002; 51) PLS Nº 191, DE 2001; 52) PLS Nº 171, DE 2003; 53) PLS Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR; 54) PLS Nº 26, DE 2003; e 55) PLS Nº 151, DE 2004; e para constar, eu, Gilde-te Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a pre-sente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Se-nado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta 34ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, pro-ponho a dispensa da leitura da Ata anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica ao Plenário da Comissão que está sobrestada a deliberação das matérias termi-nativas no âmbito desta Comissão em virtude da não deliberação pelo Plenário do Senado Federal da me-dida provisória que se encontra sobrestando a pauta, nos termos do art. 62 da Constituição Federal. Dessa forma, os Itens de nºs 2 a 34 não poderão ser apre-ciados nesta reunião. Encontram-se presentes a esta reunião o eminente Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Dr. Fernando Neves da Silva e o Dr. Marlon Reis, representante da Confer-ência Nacional dos Bispos do Brasil. Trataremos aqui, em audiência pública, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, que modifica o art. 41 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Concedo a palavra ao representante da CNBB por quinze minutos.

O SR. MARLON REIS – Bom-dia a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, ao Sr. Presidente, Senador Edi-son Lobão. Quero cumprimentar o Ministro Fernando Neves, agora advogado, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, e o Ministro Nelson Jobim, nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal.

De fato, fui convidado pela CNBB para fazer uso da palavra, em nome dessa entidade, hoje, aqui, a con-vite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Inicialmente, agradeço a iniciativa do Senador Anto-nio Carlos Valadares de propiciar a realização desta audiência pública. De fato, observo que estamos num momento de debates, que estão sendo propiciados por esta Casa, e fico feliz de saber a maneira como esse debate está sendo conduzido. Quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pela iniciativa, pela apresentação do requerimento, e também a toda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por estar propiciando a discussão sobre o projeto de lei apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que trata de uma matéria de extrema relevância para o País, particularmente para a CNBB, mas, com certe-za, para todos, para o Congresso, e, como disse, para todo o Brasil.

Fui convidado pela CNBB pelo fato de que inte-gro o Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Sou Juiz de Direito no Estado do Maranhão, Senador Edison Lobão, e integro a Asso-ciação de Juizes para a Democracia, que, juntamente com a CNBB e diversas outras entidades de caráter nacional, compõe um comitê de uma rede de enti-dades que estão, desde a edição da Lei 9.840, que é a lei que introduziu no ordenamento jurídico o art. 41 “a”, mobilizados em torno de um debate sobre as es-tratégias de combate à corrupção eleitoral no Brasil.

Pois bem, gostaria rapidamente de rememorar aquele episódio da criação da lei. Acho que todos nesta Casa lembram bem quando a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil, juntamente com diversas outras entidades, inclusive a Associação dos Juizes para a Democracia, começaram um processo de coleta de assinaturas que beirou a 5 milhões de assinaturas no Brasil, das quais pouco mais de 1 milhão foram, afinal, contabilizadas em virtude de falhas no preenchimento dos cadastros, das folhas de coleta da opinião dos eleitores que vieram a subscrever o projeto.

Entendemos que pensando na dificuldade que é em coleta de assinaturas para projetos de lei semelhantes, tanto que é o único projeto de lei dessa natureza até hoje aprovado. Um processo extremamente árduo, que revela o sentimento que tomou a sociedade brasileira em relação a uma mazela terrível da nossa vida em nosso País que era e continua sendo, infelizmente, a prática da corrupção eleitoral. Pensamos que chegou o momento em que não era mais possível ver pessoas que, às vezes com práticas, como entrega de dentaduras, a relato de práticas de pessoas que, buscando uma mandato, chegavam a distribuir dentaduras, colocadas em baldes cheios de água, porque o eleitor iria experimentar a dentadura, se o eleitor a colocasse e não servisse na boca, devolveria a dentadura ao balde de água para que o próximo da fila viesse a experimentar. Há relatos, há registros desse tipo de prática, como há também, inclusive em discussão atualmente, um processo que se atribui a alguém a conduta de haver captado sufragilmente com a entrega de dinheiro falso. E outros casos aberrantes desse jaez.

Muitas situações aconteceram que levaram a sociedade brasileira a se posicionar de maneira bem clara e definitiva de que é preciso superar esse drama, que de fato serve, embora não chegue a causar nenhum desdouro à vida, à obtenção de mandatos, mas de fato serve para estimular argumentos contrários à democracia.

Este ano vimos na pesquisa do programa das Nações Unidas ao desenvolvimento, realizado em toda a América Latina, que a população da América Latina, principalmente no país onde isso atingiu maiores índices, não acredita na democracia. Um documento fruto de pesquisa realizada com mais de 18 mil pessoas em toda a América Latina.

Pensamos que o fortalecimento das instituições e do sistema legal em relação ao combate às práticas como essas, a entrega do bem, o favorecimento pessoal, às vezes meras promessas feitas com fim de que não sejam de fato cumpridas, mas apenas para causar ilusão, possa, quem sabe, impedir que pessoas ligadas a V. Ex^{as} ou até mesmo V. Ex^{as} possam alcançar

legitimamente seus mandatos porque alguém saiu a distribuir bens de valores significativos, como disse, às vezes meras promessas, burlando, falseando propositalmente à vontade do eleitorado, em troca de valores econômicos, diante de uma população tão carente.

Infelizmente, é um drama que se revelou muito presente no Brasil. Atribui isso bastante à própria legislação eleitoral. A Justiça Eleitoral, como todos sabemos, foi criada em 1932, perdurando até, a meu ver, o ano de 1999 sem elementos eficazes de combate a essas práticas tão abjetas. Como falei, até da entrega da dentadura em troca do voto, porque é uma avaliação facilmente compreensível à luz do estudo da jurisprudência brasileira. Percebemos que as normas que existiam anteriormente, destacaria uma das mais recentes, que é a Lei de Inelegibilidade, que prevê um número tão grande de mecanismos para a não observância da própria norma, que acaba tornando quase impossível a punição de alguém que de fato pratique os atos de abuso ali previstos. A sociedade brasileira viu a necessidade de que se criasse um mecanismo mais ágil. Quero também ressaltar esse aspecto, que a sociedade brasileira observou a necessidade da criação de um mecanismo ágil e como ela fez isso? Criando uma norma para a administração das eleições, essa norma do art. 41, "a", é de caráter eminentemente administrativo, dá poder ao juiz eleitoral de uma coisa básica, afastar da disputa eleitoral aquele que estiver comprando votos, aquele que estiver praticando as condutas que a lei chama de captação ilícita de sufrágio. Isso é um poder mínimo, já que se atribui ao juiz eleitoral a condução do processo eleitoral, e também se atribui a ele o poder de polícia nas eleições. Então, o mínimo que se poderia fazer é conceder-lhe o poder de, reconhecendo provas firmes da existência da corrupção eleitoral, afastar da disputa aquele que tentasse, de maneira ilícita, conseguir o mandato.

Com essas palavras, quero dizer que o Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, e particularmente a CNBB, em nome de quem falo hoje, nesta audiência pública, tem o interesse na preservação dos princípios que conduziram à aprovação do art. 41 "a".

Não existe a possibilidade de se estar a nenhum tipo de diálogo. É preciso pensar no aprimoramento dos instrumentos legislativos. Entretanto, não podemos concordar com o retorno da situação anterior, quando as leis eram elaboradas, com conteúdo que favoreciam pessoas, que praticavam atos ilícitos, se beneficiassem dessa mesma legislação para continuar nos exercícios dos mandatos. Sabemos que exatamente a preservação dessa realidade poderia até continuar a impedir que pessoas, como V. Ex^{as}, continuassem a conquistar os

brilhantes mandatos que exercem nesta Casa, não por força de que outras pessoas tivessem mais prestígio ou conquistado mais espaço político que V. Ex^{as}, mas pela via da ilicitude, e isso não seria admissível. É isso que estamos querendo, a garantia da democracia em que, de fato, seja eleito aquele que teve mais votos, como é o que deve ser, porque as pessoas desejaram realmente votar nelas, e não por que vieram a ter corrompida a sua vontade.

Nós queremos e desejamos profundamente que o espírito do art. 41 “a”, que é o espírito revelado pela iniciativa desses milhões de brasileiros, seja preservado.

Acreditamos também que esta Casa está justamente propensa a isso. Pensamos que o art. 41 “a” é um exemplo de democracia para o Brasil, não apenas em relação que propicie para a aplicação da lei pelos juízes, mas, principalmente para a aplicação da lei pelos juízes, mas, principalmente, pelo aspecto pedagógico que ela contém. Nós achamos que pode haver, caso algumas distorções na aplicação da lei tenham acontecido, não tira o brilho da lei. Não pode, de alguma forma, apresentar uma distorção em relação a isso.

É fundamental, e eu gostaria de concluir minhas palavras reafirmando isso, que nós discutamos formas de garantir essa conquista da população brasileira, que é a concessão de poderes administrativos ao juiz eleitoral para afastar do pleito aqueles que, efetivamente, compraram votos.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade concedida por esta Casa, por esta Comissão, e mais uma vez, particularmente, ao Senador Antonio Carlos Valadares por sua iniciativa, e dizer que estamos abertos para conversar sobre o modo que podemos encontrar para salvar um dispositivo tão importante para a construção da democracia deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço a contribuição do Dr. Marlon Reis, Juiz que honra a Magistratura do meu Estado, que aqui falou em nome da CNBB.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Neves da Silva, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. FERNANDO NEVES DA SILVA – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Senador Marcelo Crivella, Presidente Nelson Jobim, Dr. Marlon, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs., a posição da OAB é de extrema preocupação com a possibilidade da corrupção eleitoral, e defende, veementemente, a necessidade de instrumentos capazes para coibir qualquer prática nesse sentido. Digo sempre, e disse isso quando era Juiz do Tribunal, tive a honra de compor o Superior Tribunal Eleitoral, e continuo dizendo hoje, que isso não

exclui a existência do instituto, a possibilidade de se ter uma normal legal que permita a punição rápida e eficiente de quem tenta comprar voto, de quem compra votos, isso não exclui a responsabilidade dos juízes, sejam de primeiro, segundo, terceiro graus ou até do Supremo Tribunal Federal, da análise crítica e atenta de cada caso, para que não cometam injustiças. O instrumento só é forte na medida em que for corretamente aplicado. E dentro dessa lógica me parece que o Projeto de Lei do Senado Federal nº76, de 2003, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares e com a Emenda nº1 apresentada, que tive conhecimento agora, parece-me que caminha neste sentido. As alterações que propõem sejam feitas no art. 41 “a” da Lei 9.504, norma essa introduzida pela Lei 9.840, que o Dr. Marlon já fez o seu histórico e demonstrou a importância do significado, da vontade popular que trouxe a esta Casa, ao Parlamento brasileiro essa preocupação com a lisura das eleições. No meu entender, esse projeto caminha para dar maior eficácia e maior, vamos dizer, certeza a essas normas. Anotei alguns pontos aqui, quando estabelece que o candidato escolhido em convenção já pode incidir no tipo. O Ministro Jobim lembra que essa era uma antiga aspiração da Justiça Eleitoral, que, todavia, na legislação anterior, tinha que se limitar ao registro, e ao Tribunal Superior Eleitoral caminhou no sentido de que era o pedido de registro e não o registro deferido, porque viu que não tinha sentido limitar esse tempo. Trazer isto para a convenção quando evidentemente, e o colocou muito bem o Senador Marcelo Crivella no relatório que S. Ex^a gentilmente permitiu-me ler, mostra que escolhido em convenção não há negar que a pessoa é candidato e que ali já estão os seus atos todos visando a sua eleição. Então deve responder se praticar esse caso.

A outra coisa que me parece relevante, já discutia com o Dr. Marlon também, a questão do prazo para que a esta ação seja proposta após a eleição. Diz-me o Senador Valadares que, segundo dados que S. Ex^a tem, perto de 90% dessas ações são propostas antes da eleição, porque evidentemente isso tem um componente moralizador para as eleições, nem todos os candidatos deixam para discutir isso só após o resultado. Agora sempre defendi, e acho que essa é a posição da Ordem dos Advogados também, que as eleições têm que terminar. É importante que o País, os Estados ou os Municípios tenham certeza de quem serão os seus dirigentes. E dentro desta linha é importante que se estabeleça esse prazo. Estou de acordo, estar nos limitando porque a jurisprudência admitiu que esta ação fosse proposta até o período da diplomação. Mas, pessoalmente, não vejo empecilho maior a que se estabeleça este prazo de 15 dias, até para permitir que

juízes de primeiro grau que julguem essas representações antes da diplomação, e não permitam, isso não ocasione o que de forma nenhuma não é recomendável para a democracia que são essas substituições. Então é importante que, antes de ser diplomado, já se saiba quem pode ser ou não diplomado, para evitar essa descontinuidade administrativa.

Outro ponto, Sr. Presidente, que anotei também é o efeito imediato que a Justiça Eleitoral tem admitido a partir da publicação. Isso é muito bom que fique definido na lei, para que não se permitam interpretações equivocadas ou que se ponham em dúvida. Com a responsabilidade, penso também que o Senador foi muito feliz, com a possibilidade da instância superior dentro do juiz cautelar, que é inerente à atividade dos magistrados poder suspender a decisão se denotar ou verificar ali uma teratologia, uma hipótese que evidentemente impeça o cumprimento. Temos que admitir que os juízes são humanos e como tais falíveis, e pode-se ter uma sentença que deixe de analisar um ou outro aspecto. Então é importante e a Constituição garante a possibilidade de recursos em duplo grau, é importante que deixe clara essa possibilidade da instância superior suspender aqueles efeitos que são imediatos da decisão eleitoral. É importante que a decisão eleitoral tenha efeito imediato, porque estamos tratando aqui de prazo de mandatos com prazo certo, seja para o vencedor, seja para aquele que está pleiteando a substituição de alguma forma. A Justiça Eleitoral tem que ser ágil e acho que neste sentido ela tem caminhado.

A última observação que tenho é relativa à referência de que a apuração do tipo eleitoral do art. 41 “a” não exclui a apuração do tipo penal do art. 299, que se fará com todas as garantias e procedimentos próprios do processo penal.

Então, em conclusão, Sr. Presidente, as minhas observações são a favor dessa emenda. Acredito que ela venha a aprimorar o processo eleitoral. E estou pronto, no momento oportuno, para tecer considerações e esclarecimentos sobre as posições que aqui defendi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito grato ao Dr. Fernando Neves da Silva também, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil.

Concedo a palavra ao Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, Membros da Mesa, gostaria de falar, nesse tema do 41 “a” com observação importante. Ou seja, gostaria de falar a partir de uma realidade política e não só a partir da leitura legal. Em primeiro lugar, só é réu, só é parte na ação do 41 “a”

candidato que tenha sido eleito. Eu não vi, não me lembro, Ministro Fernando Neves, de ações relativas à captação do sufrágio em que tenham sido réus, partes candidatos que não foram eleitos. Então, observem bem que o 41 “a”, que tem como objetivo, e esse objetivo não está sendo posto em dúvida nem pelo Senado, nem pelo projeto do Senador Valadares, que é exatamente coibir a captação do sufrágio, com a vedação do candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, a fim de obter o voto, bem ou vantagem pessoal. Isso o Senado em momento algum está colocando em dúvida. O que o Senado está tentando examinar é a forma pelo qual isso se opera.

E lembrem-se o quadro básico que temos que ter presente como perspectiva analítica. Efetivamente, o Senado continua entendendo que a captação do sufrágio, essa regra principal, corresponde à proteção da vontade do eleitor. No Brasil já resolvemos a questão relativa à capacidade de votar e ser votado, o problema da maioridade eleitoral e o problema das inegibilidades; resolvemos também o problema da verdade eleitoral, no sentido de que o voto votado seja o voto apurado; a questão relativa à forma eletrônica de votação, que é um sucesso absoluto em termos de segurança e resultados. E agora o que se discute é a formação da vontade do eleitor. Esse dispositivo visa evitar que essa formação, que essa vontade do eleitor seja distorcida por atos relativos à doação, oferta, promessa ou entrega de bem ou coisa. Isso não está sendo posto em dúvida aqui, o que está sendo posto é exatamente, em cima da experiência do 41 “a” é, exatamente, a questão de como se operacionaliza esse dispositivo.

Então, vamos deixar bem claro que esse é o ponto que está sendo discutido. Daí por que concordo plenamente com o Ministro Fernando Neves e também lembro ao eminente representante da Confederação Nacional dos Bispos que aqui não se está colocando em dúvida a conquista do 41 “a”, o que se está discutindo é uma forma adequada de fazer com que isso se operacionalize e por quê. Porque na verdade, ao fim, ao cabo, quando sabemos que as partes sujeitas ao 41 “a” são sempre os candidatos eleitos, na verdade isso é um prolongamento também do debate político. Daí por que sendo um prolongamento do debate político, temos que ter técnicas e formas pelas quais se evite que se consigam resultados políticos dentro da Justiça Eleitoral, que não tem essa função de decidir política, que tem a função de decidir lisura e conduta no processo eleitoral.

Então vejam, portanto, que quando nós debatemos a primeira vez, lá, quando eu era Presidente ou membro do TSE à época, debatemos o primeiro dado, que era o texto do art. 41 “a” que dizia que a caracter-

ística da realização, ou seja, os atos seriam coibidos desde que praticados desde o registro da candidatura até o dia da eleição. Entendemos, à época, de que era desde o pedido do registro, porque o pedido do registro só marcava um dado. Antecedemos. Eu defendia na época a possibilidade de ser da escolha do candidato, porque a partir da escolha do candidato é que poderiam ser esses atos de capacitação do sufrágio ser manifestados.

O projeto do Senador está em debate nesta Comissão, quer na versão original, quer na versão da Emenda nº 1, preserva esta situação.

Absolutamente correto. Entendemos que está perfeito, que o lapso temporal para verificação, para a prática desses atos puníveis seria exatamente da escolha do candidato até a data da eleição. Entendo que está perfeita esta parte.

O segundo ponto é exatamente aquilo referido pelo eminente Ministro Fernando Neves. Vejam o problema. O TSE considerando de que o texto do 41 “a” estabelecia, na referia o momento do ajuizamento dessa ação, o que aconteceu? Aconteceu de que se estabeleceu que o lapso de tempo para o ajuizamento da ação prevista no 41 “a” se estabelecia esse lapso de tempo entre o quê? Desde o pleito até a diplomação dos candidatos. E nós teríamos esse espaço de tempo em que nós teríamos uma insegurança jurídica sobre os candidatos eleitos.

Agora, vamos falar, vamos falar absolutamente claro. A pergunta básica é a seguinte: quando é que aparecem os movimentos para a imputação a algum candidato do 41 “a”. Repito, é depois da eleição. Se ele foi eleito, começa a aparecer um movimento em relação a descoberto ou pelo menos dos atos que teriam sido praticados. Isto não podemos, digamos, ter fora da nossa perspectiva analítica.

Ora, se isto é verdade, se isto é verdade, é bom ter presente então de que as investigações grande parte da mobilização para investigar a prática da capacitação do sufrágio se dá depois do resultado da eleição. Antes, raramente se encontra, não é verdade, Ministro Fernando Neves, a experiência que tivemos no período eleitoral, raramente se encontra momentos em que se faz uma investigação de capacitação de sufrágio com eficácia e eficiência se esse candidato ainda não foi sufragado pelo voto.

Então, observem bem. Se isto é verdade e se o tempo do prazo para o ajustamento da ação na linha do TSE é da data da eleição até a diplomação, o que nós estamos permitindo com esse espaço de tempo é um mero prolongamento do debate eleitoral e não investigação que seja eficaz em relação inclusive àqueles que não ganham eleição. O bom seria e o objetivo do

projeto não é atingir. O objetivo do texto é a lisura global das eleições para os vitoriosos e para os derrotados. Não é só para os vitoriosos.

Ora, se nós não temos um tempo enorme, um tempo... Fernando, informe aqui isso.

O SR. FERNANDO NEVES – Da eleição à diplomação uns 75 dias.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – 75 dias.

O SR. FERNANDO NEVES – Do mês de outubro à 19 de dezembro.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Dão dois meses, praticamente... É, dois meses e meio.

O SR. FERNANDO NEVES (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Claro. Não. Não. É o problema do ajuizamento da ação.

O SR. FERNANDO NEVES – Admitir, a Justiça Eleitoral também admite também propositura antes da eleição, embora normalmente elas venham depois.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – É claro, venham depois. Mas ocorre que normalmente não ocorre, sempre se dá depois.

Então, vejam. Nós entendemos na linha do que foi sustentado pelo eminente Ministro Fernando Neves que é razoável a fixação de um prazo. E por que razoável a fixação de um prazo? Porque aí a coibição da capacitação do sufrágio se estenderá também àqueles que foram derrotados. Por quê? Porque você tendo um prazo a partir da data da eleição para o ajuizamento da ação, prazo decadencial, poderá esta situação induzir a que, por exemplo, o Ministério Público Eleitoral faça as suas investigações não só em relação àqueles que foram eleitos, mas também em relação àqueles que não foram eleitos. Por quê? Porque os atos investigatórios teriam que se realizar antes do resultado da eleição. Porque de duas, uma, ou esse texto – e aqui insisto – ou esse texto é um texto que tem por objetivo a lisura da eleição – e lisura da eleição depende de quem? Dos candidatos que foram vitoriosos e dos candidatos que foram derrotados. E o que nós encontramos normalmente dentro dos procedimentos é de que o 41 “a” acaba sendo manejado exclusivamente para os candidatos que foram vitoriosos, o que coloca na impunidade os candidatos que não foram vitoriosos. E por que faz isso? Porque o prazo, sendo longo, acaba sempre induzindo que a busca do 41 “a” se destina exclusivamente a esse personagem. Daí porque eu entendo que é necessário, na perspectiva referida, que se fixe um prazo. O prazo escolhido pelo eminente Autor da Emenda nº 1 que é o Senador Antonio Carlos Valadares é o prazo de 15 dias após o pleito. Ele adotou, praticamente, a regra, ou seja, copiou a regra do art. 90 do Código Eleitoral em que, quanto à

impugnação do Mandato, a ação de impugnação da expedição do diploma, é, exatamente, o prazo de 15 dias após a diplomação, ou seja, para a impugnação da expedição do diploma que é uma ação que nasce depois da expedição e se fixa o prazo de 15 dias.

Pelo jeito, ele adotou a mesma lógica, ou seja, o mesmo prazo de 15 dias da data da realização do pleito que seria a data – vejam bem – em que, eventualmente, nasceria o interesse na ação do 41 “a”, já que o interesse é cassar registros ou diplomas de vitoriosos e não derrotados.

Então, observem bem que não há e raramente se encontra a aplicação de penas de multas a candidatos derrotados que praticaram a captação do sufrágio. Ao fim, ao cabo, acaba sendo na prática o 41 “a” sendo utilizado para proteger o resultado da eleição e não a vontade do eleitor porque se fosse para proteger, exclusivamente, a vontade do eleitor, nós teríamos demandas do 41 “a” relativas a derrotados. Isto nós temos que ter muito claro para não sermos ingênuos que nós vamos trabalhar nisto aqui, em cima de visões meramente da leitura dogmática. Vamos trabalhar com a realidade. Eu creio que é razoável se discutir, exatamente, um prazo para estabelecemos uma segurança jurídica e darmos possibilidade de termos, durante o processo eleitoral, uma fiscalização efetiva e não uma fiscalização **a posteriori**, decorrente do nascimento do interesse, tendo em vista o resultado da própria eleição.

Outro texto que acrescentaram pela Emenda – eu estou trabalhando em cima da Emenda e não em cima do texto original – apresenta, aqui, um §1º, estabelecendo o problema da eficácia. Hoje, a eficácia é imediata. Imediata significa a proclamação do resultado na sessão em que você, já no final da sessão, proclama o resultado final. E, aqui, o eminente Senador sugere que seja após a publicação da respectiva decisão judicial. Isto me parece relevante e me parece relevante por que? Porque, com a proclamação do resultado em que se decorre, hoje, a eficácia da decisão, não há nenhuma possibilidade de recurso por parte do condenado. Por que? Porque não foi publicado o acórdão. Ele só poderá recorrer depois de publicado o acórdão. Ora, se ele só pode recorrer depois de publicado o acórdão e o eminente Senador coloca que o Relator do Recurso poderá conceder a suspensão da eficácia imediata, só pode ser da data da publicação porque se não nós teríamos dois prazos completamente desconexos – um prazo da eficácia de algo que é insusceptível de recurso. Então, aqui, o que ele está fazendo? Ele está coincidindo a eficácia com a data do início do prazo de recurso que é exatamente 5 dias em relação à decisão. Parece-me absolutamente razoável: você traz para o mesmo momento processual

os dois momentos distintos e viabiliza algo importante que é o descongestionamento eventual de pressões que decorram do processo eleitoral e, aí, você trabalha com dois vetores, ou seja, não só o próprio autor da decisão – que pode se retratar – ou o Tribunal Superior que pode ser, em alguns casos, o Tribunal Superior Eleitoral e, em outros casos, o Tribunal Regional Eleitoral, dependendo se a pena for aplicada por júri de primeiro grau ou pelo próprio Tribunal.

Eu creio, meus caros Senadores, que a experiência da vigência do texto mostrou duas coisas fundamentais: uma que era absolutamente necessária – a manutenção da figura da captação do sufrágio e a outra que era necessário que pudesse o Poder Legislativo definir, com mais clareza, os mecanismos operacionais. Eu não vejo, na Proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, nenhuma modificação do objetivo fundamental. Pelo contrário, com a fixação do prazo, ele está forçando que os órgãos investigadores da Justiça Eleitoral, principalmente o Ministério Público, comece a ter, também, uma responsabilidade e produzir investigações de captação de sufrágio antes da eleição e não exclusivamente depois do resultado da eleição. A ação terá que ser depois do resultado da eleição porque a ação tem duas consequências: uma é a cassação do registro do diploma e outra é a aplicação de multa. Observem que se a cassação do registro é objeto, eu quero lembrar aos senhores que é muito raro decisões que tenham cassado registro porque sempre acaba cassando a diplomação porque a decisão acaba sempre depois da diplomação. Por quê? Porque o ajuizamento sempre é próximo à data da diplomação, o que prolonga a angústia e a insegurança jurídica do processo eleitoral.

Eu creio que o Senado está caminhando bem no sentido de discutir esse assunto. Eu seria absolutamente contrário a qualquer posição que viesse a dar ao art. 41 “a” aquela configuração que tenham outras medidas que são medidas que protegem o resultado do pleito. Aqui está se protegendo a formação da vontade do eleitor e não o resultado do pleito. Daí por que mesmo aqueles que não foram eleitos têm que ser coibidos na conduta por quê? Porque distorceram a vontade do eleitor.

Os senhores estão discutindo basicamente essa equação: que o voto votado seja o votado querido e não o voto induzido. Os senhores estão procurando aqui e esse dispositivo visa coibir a indução do voto e os senhores estão querendo estabelecer portanto não mais só a verdade eleitoral do voto votado é o voto apurado, mas, sim, estão discutindo a formação da vontade do voto. Daí por que não se discutiu o re-

sultado da eleição, ou seja, se isto produziu ou não resultados no sentido de ser eleito ou não.

Eu creio que este é o caminho e cumprimento os eminentes Senadores para dizer que me parece absolutamente adequada a solução que os senhores estão discutindo e estão debatendo. É evidente que cabe aos senhores, como órgão representativo da soberania e que exatamente tem a função legislativa decidir dessa forma.

Quero também, antes de encerrar, dizer ao eminente Presidente, que teve uma espécie de cautela no sentido de me convidar para vir expor, enfim, debater em audiência pública essa matéria, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal sente-se, de um lado honrado por todos os convites que sejam feitos pelo Senado e, de outro lado, o Presidente do Supremo Tribunal entende absolutamente obrigatório que aqui se apresente toda vez que for chamado, tendo em vista que os senhores representam a soberania nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito grato ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. V. Ex^a se inscreveu ou a Presidência se equivocou?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, efetivamente tinha me inscrito, não esperava que fosse nesse momento. Eu preferiria, talvez, primeiro ouvir o autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a deseja falar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a V. Ex^a que me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr. Relator, Senador Marcelo Crivella, Sr. Presidente do Supremo Tribunal, eminente Ministro Nelson Jobim, Supremo Tribunal Federal, Dr. Marlon Reis, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Ministro Dr. Fernando Neves da Silva, representando nesta audiência pública a Ordem dos Advogados do Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro farei um preâmbulo sobre o histórico deste Projeto nº 76.

Ele foi apresentado inicialmente no ano de 2003, em março daquele ano, e tinha o simples objetivo de conferir uma nova data a partir da qual quem cometesse captação, o crime da captação de voto poderia ser representado na Justiça Eleitoral e também ainda o projeto inicial prevê que não apenas a multa, não apenas a cassação do registro seriam as penas impostas ao infrator. Também o infrator poderia incorrer

nas penas previstas no art. 299 do Código Eleitoral, ou seja, punição de reclusão de até quatro anos, o que a lei inicial que foi alterada através do art. 41, “a” não previa estas duas situações: não previa a possibilidade do ingresso de uma ação por compra de votos a partir da convenção; nem havia a penalidade de reclusão, como a prevista no art. 299 do Código Eleitoral, mas apenas a imposição de uma multa pela Justiça Federal.

Inicialmente, em março de 2003, o objetivo era esse. Após a realização das eleições de 2004, ocorreram vários fatos no Brasil inteiro que nos inspiraram a modificar o projeto original. Para tanto, tive a compreensão do nobre Relator, Senador Marcelo Crivella, que, de imediato me estimulou a fazer um estudo pormenorizado do então projeto por mim apresentado a fim de que esta emenda configurasse o entendimento de todos aqueles que pensam em coibir a vontade de alguém em cometer o crime de captação de votos, sem cometer injustiça.

Por isso, inspiramo-nos nas decisões reiteradas do Tribunal Superior Eleitoral, proferidas por dois de seus eminentes membros: o Ministro Nelson Jobim, atual Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, e o eminente Dr. Fernando Neves da Silva. Ambos, em suas palestras, ratificaram o pensamento que já tinham antes, manifestado de forma pública e notória através de decisões judiciais de modificações que poderiam ser feitas no art. 41 “a”.

Na verdade, não estamos criando, mas mantendo o pensamento edificante da OAB, da CNBB e de todos aqueles que querem, de todas as formas, uma punição severa e exemplar para aqueles que fraudaram as eleições se utilizando o poder econômico, da máquina administrativa e de todos os meios possíveis e imagináveis para mudar o resultado da eleição.

Aproveito o ensejo para ratificar o meu apoio intransigente e inafastável em favor da manutenção do espírito, da natureza do art. 41 “a”, que, em boa hora, veio ao Brasil, e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ratificaram o pensamento das instituições envolvidas nesta preocupação.

Entretanto, a lei é realidade, é o dia-a-dia, é a sua prática. Como disse o nosso querido Ministro, Dr. Fernando Neves, os juízes são humanos e, por isso, falíveis. Podem cometer equívocos, excessos e até erros determinados pela emoção do momento da prática eleitoral e pela pressão com que os processos eleitorais são feitos. Daí, a possibilidade incluída neste projeto de se estabelecer uma medida cautelar, uma prática dos tribunais em todo Brasil, tanto dos Tribunais Regionais Eleitorais quanto do Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, os Tribunais Regionais Eleitorais estão praticamente

atendendo à súmula vinculante daquilo que é decidido, em nível superior, pela Justiça brasileira.

O que queremos é o voto querido e não o voto induzido, ou seja, a transparência das eleições através de um processamento rápido e justo para que a eleição represente, na realidade, a vontade do eleitor, mas respeitando, acima de tudo, a legislação eleitoral.

Por fim, Sr. Presidente, em resumo – o nobre Relator já colocou tudo isto em seu parecer –, o projeto propõe que o prazo para ingresso da ação judicial por compra de votos é de até 15 dias após o pleito eleitoral. Isso foi muito bem explicado. A justificação foi feita de forma primorosa pelo eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

A representação eleitoral por compra de votos não exclui outras medidas pertinentes, como a prevista no art. 299 do Código Eleitoral, de quatro anos de reclusão, que, inicialmente, não havia no art. 41ºa”.

A decisão que cassa o registro por compra de voto somente poderá ter efeito após a publicação da decisão judicial. Isso já foi explicado pelos nobres palestrantes. Os efeitos dessa decisão podem ser suspensos mediante propositura de ação cautelar. Logicamente, para que o Tribunal conceda uma cautelar, é preciso que incidam dois requisitos básicos: o **periculum in mora** e o **funs bonus iuris**. Quer dizer, se houver a ocorrência desses dois requisitos e uma determinada fundamentação que venha a convencer o Relator, ele poderá dar a cautelar. Caso ele não dê, a causa vai ao Pleno do Tribunal.

Aproveito o ensejo para dizer que, ontem, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, antes mesmo da aprovação dessa lei – apenas com base na jurisprudência do TSE e do STF –, já concedeu ao Prefeito de Capela, no Estado de Sergipe, uma cautelar negada pela Relatora, no Tribunal, que não se retratou, mas levou o processo. E, por meio de um agravo, o candidato do PSB, Sr. Sukita, conseguiu liminar por quatro a dois. Ou seja, haverá a possibilidade de discussão do processo original no Tribunal. Antes, não há legislação que assegure o direito de o candidato requerer, por meio de uma cautelar, uma suspensão da sentença de primeiro grau.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a presença de todos que debatem a questão nesta Comissão, a começar pelo Ministro Nelson Jobim, Dr. Marlon Reis e Dr. Fernando Neves, que atenderam, prontamente, ao convite de V. Exª. Reconheço que V. Exª foi célere, democrático e se interessou porque V. Exª é, sobretudo, um político de escol, um dos melhores Senadores da República, que reconhece o valor do voto – já que V. Exª foi, tantas vezes, candidato a tantos cargos eletivos – e sabe também o valor de se punirem todos aqueles

que têm alguma culpa no cartório e prevenir também os derrotados. Essa lei não pode ser, Sr. Presidente, o refúgio dos derrotados. Ela tem de ser simplesmente a garantia da lisura do voto no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço as palavras generosas de V. Exª quanto ao desempenho deste seu colega na Presidência da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; Sr. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Fernando Neves; Dr. Marlon Reis, representando a CNBB, Srªs e Srs. Senadores, parece-me que o projeto tem consenso, inclusive, entre os Senadores e os operadores de Direito quanto a duas necessidades básicas. Primeira, antecipação para escolha da candidatura, que é muito lógico, porque aí já podem começar a acontecer os abusos, e a limitação desse prazo posterior à eleição, uma vez que fica, principalmente o eleito, sujeito a uma série de montagens de artimanhas do derrotado para tentar reverter na Justiça aquilo que ele não conseguiu nas urnas. Esse prazo é muito elástico: quase 2 meses e meio, o que leva a uma certa intranquilidade, quando poderia estar o eleito montando equipe, planejando sua atuação, sua gestão.

Creio que a discussão vai se centralizar principalmente na escolha desse prazo. Há uma emenda que não está publicada que reduz o prazo para cinco dias, o que é praticamente impossível logo após a eleição se propor qualquer ação nesse prazo. O prazo de 15 dias é um prazo razoável porque guarda, inclusive, consonância com todo o ordenamento jurídico, mas acredito que uma investigação, porque ela, na realidade, tem traços de investigação, têm que se buscar elementos, etc., e guarda uma certa similitude, inclusive com a área penal. Eu acho que esse prazo, porque é uma ação que efetivamente necessita de investigação, pode ser de 30 dias. Pode ser necessário – e deve, quase sempre acontece – ouvir testemunhas, pode ser necessário produzir uma perícia, requisitar uma documentação, e nesse prazo de 15 dias, por se tratar principalmente de um ajuizamento de ação, pode ser que o Ministério Público Eleitoral, principalmente, não consiga fazer a produção dessas provas. Então, minha preocupação é somente nesse campo. Cinco dias parece-me impossível, mata a ação. Quinze dias é um prazo razoável, juridicamente é tranquilo. Mas acho que, se conseguíssemos limitar em 30 dias, poderíamos evitar, inclusive, qualquer suspeita que paira sobre a propositura da emenda, porque fica um prazo bastante elástico, um prazo razoável, em que todos poderiam trabalhar tran-

qüilamente sem qualquer castração por parte do órgão investigador, mas também sem aquele prazo imenso que possibilita, na maioria das vezes, a montagem de processos que acabam atrapalhando a vida política no Brasil, como foi muito bem colocado por todos os expositores, inclusive pelo Sr. Relator.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Ministro Nelson Jobim, Dr. Marlon Reis, Senador Marcelo Crivella, Dr. Fernando Neves, as exposições, embora não fossem longas, e não deveriam ser mesmo, foram extremamente elucidativas: a experiência do Dr. Fernando Neves no Tribunal Superior Eleitoral, o representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e, em particular, a experiência legislativa e de grande juiz do Ministro Nelson Jobim, que nos deu uma verdadeira aula em pouco tempo sobre o assunto. De maneira que o assunto ficou bastante esclarecido. Mas tem que se ver em minha ótica as causas, e, sem se encontrarem as causas, dificilmente posteriormente a Justiça vai encontrar o crime. Uma das causas principais dentro de minha inteligência é o Orçamento da República. O Orçamento da República serve para corromper. Na medida em que ele não é um Orçamento impositivo, ele corrompe, porque fica na vontade do governante liberar ou não verbas que vão ser utilizadas politicamente por aqueles que lhe são leais. Digo isso não apenas em relação ao Governo Federal, mas aos Governos Estaduais também, até aos Municipais. De modo que, enquanto não chegarmos a esse ponto, não vamos ter lisura em matéria eleitoral. Como chegar a esse ponto? Depende do Congresso Nacional. O Congresso Nacional é que tem sido o responsável pela maior parte desses abusos. O Congresso Nacional não tem tido a coragem de enfrentar os executivos, não apenas esses, mas os anteriores, em relação ao orçamento impositivo.

Se os senhores forem reparar, 80% dessas causas são nascidas das verbas orçamentárias. E nessas verbas orçamentárias o governo faz o que quer. Desde a feitura do orçamento aqui, que é absolutamente ilegal, absurda, imoral, às vezes, porque esse orçamento é feito de meia noite às seis horas da manhã pelos mais sabidos, porque os outros já foram para casa dormir, e depois fica no Poder Executivo aquela sensação de contingenciar e descontingenciar verbas até o pagamento, corrompendo, inclusive, não só os políticos como também os administradores.

Como fazer isso? Não é nesse projeto, evidentemente não é. Mas a inteligência, principalmente do Dr. Fernando Neves, em particular do eminente Ministro

Nelson Jobim, há de encontrar um caminho para que isso seja feito, porque enquanto não fizermos vamos ficar financiamento público, financiamento privado, que não vai resolver coisa nenhuma, porque quando houver financiamento público vai haver também por baixo financiamento privado, e as eleições serão sempre deturpadas. Enquanto não tivermos – não os senhores, mas nós – a coragem de fazer o que é certo, vamos ter avaliação(?) do artigo 41, que já é uma grande coisa, mas não vamos resolver o problema da corrupção que é a causa principal dos recursos eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Fernando Neves, Presidente da OAB, Sr. Marlon Reis, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Sr. Relator, Senador Marcelo Crivella, realmente é uma oportunidade ímpar desta Casa contar com a presença de tão ilustres palestrantes nesta audiência pública.

Sinto-me na obrigação de fazer uma intervenção, uma vez que fui envolvido ainda este ano numa polêmica quase que em nível nacional, quando apresentei um Projeto de Lei de nº 284 a esta Casa que procurava, dentro da nossa visão, aperfeiçoar o art. 41 “a” e colocá-lo dentro dos trâmites da Constituição Federal, quando ela dá a todo cidadão brasileiro o princípio da presunção de inocência. Isso está no art. 5º da Constituição Federal. E a nosso ver o 41 “a” permitiu que as eleições tivessem, na verdade, continuidade, após a finalização do pleito, tendo o lado derrotado, como foi muito bem aqui enaltecido e ressaltado pelo Ministro Nelson Jobim, a possibilidade de tentar, através de coleta de provas, de aliciamento de votos por maneiras fraudulentas, representar contra o vencido, com provas que poderiam não ter consistência numa primeira avaliação. E poderia, de imediato, ser cassada a diplomação e não ser respeitado o voto popular que foi extraído das urnas. Tenho verificado que os Tribunais Superiores têm dado sempre a aplicação do princípio da presunção da inocência do art. 5º. Recentemente o próprio Supremo Tribunal Federal, Ministro Jobim, conduziu ao cargo o Prefeito de Campos nessa argumentação. Da mesma forma, temos no Estatuto dos Advogados, no art. 35, que as sanções para qualquer membro da instituição deverão constar dos assentamentos no inscrito após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto da publicidade da censura. E o que procuramos foi exatamente trazer para o art. 41 “a” que essas penalidades só poderiam ter eficácia após o trânsito em julgado da respectiva condenação, com sentença condenatória. Isso foi motivo

de uma polêmica muito grande e de uma exploração política, a meu ver, injusta, odiosa, naquele momento em que apresentamos esse projeto. Atendendo a algumas solicitações de Srs. Senadores nesta Casa, retirei o Projeto nº 284.

Portanto, o Senado Federal tem agora uma oportunidade com o projeto apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Na verdade, era um projeto que antecedia o Projeto de Lei nº 76, de 2003, de nossa autoria, ora em discussão, para que pudéssemos discutir essa questão da constitucionalidade do art. 41, “a”, uma vez que todo cidadão brasileiro tem direito à presunção da inocência. E têm sido assim as sentenças proferidas pelos Tribunais Superiores deste País.

Eu gostaria de ouvir do Ministro Nelson Jobim e do Dr. Fernando Neves uma apreciação com relação a esse ponto específico, que foi motivo de polêmica nesta Casa, mais o apoio dos Srs. Senadores, para que os resultados dos pleitos eleitorais não pudessem ser modificados em 1ª Instância, deixando de lado a vontade popular expressa. Teríamos a possibilidade de ter um prejuízo irreparável para a população que votou e fez uma escolha soberana por determinado candidato, que, por uma decisão de 1ª Instância, posteriormente reparada por um tribunal superior, ficasse a vontade popular prejudicada de forma irremediável.

Eu gostaria de ouvir uma apreciação referente a essa questão dos senhores que nos visitam com tanta honra para o Senado e para esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Fernando Neves.

O SR. FERNANDO NEVES – Tenho como relevantes as ponderações do eminente Senador César Borges, mas creio que elas estão, em sua essência, atendidas pelo projeto do Senador Antonio Carlos Valadares.

A presunção de inocência constitucional, lembrada por V. Ex^a, ao que me recordo – o Ministro Nelson Jobim poderá dar a palavra final da instância revisora –, aplica-se, especificamente, no caso de uma condenação criminal. Aquela garantia constitucional é para uma condenação criminal, e não estamos falando de condenação criminal. Quando o projeto se refere ao art. 299 do Código Eleitoral, ali, sim, deverá haver a condenação para que ele sofra a restrição de liberdade ou a pena alternativa que for imposta.

O que me preocupa, Senador, é o fato de tornarmos inócuas a norma e outras disposições do Código Eleitoral, assim como outras leis relacionadas. Estamos trabalhando com um mandato de quatro anos. Sem dificuldade e até sem usar recursos protelatórios – como representante da Ordem, não estou dizendo

que os advogados usem tais recursos –, é muito fácil se levar um processo por quatro anos. Isso significará que essa e outras normas não serão aplicadas. Por isso, o art. 257 do Código Eleitoral – norma há mais de quarenta anos em vigor – estabelece que as decisões da Justiça Eleitoral têm cumprimento imediato. Os recursos não têm efeito suspensivo.

Penso que caminha muito bem o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares quando cria a possibilidade dessa revisão. É o que falei: os juízes podem errar e muitas vezes erram. Por isso, há a dupla instância. Nesse caso, há a possibilidade de um colegiado, que é bom porque são diversas pessoas a discutir, a examinar aquela decisão de primeiro ou de segundo grau pela instância superior para analisar se a decisão merece uma medida cautelar que suste os efeitos imediatos que são a regra. A regra baseia-se no cumprimento imediato. Entretanto, há possibilidade. Não estamos falando em presunção de inocência, matéria penal que está prevista na Constituição e será aplicada no processo penal, mas estamos tratando da garantia da lisura do pleito. Pergunto a V. Ex^a: se houver a evidência de um pleito violado, viciado, corrompido, o administrador vai passar quatro anos no Município, agindo, talvez, da mesma forma, e nós ficaremos de mãos atadas esperando que esse processo chegue ao fim? Creio que, neste caso, não se justifica aguardar o trânsito em julgado. Mas acho fundamental que se dê a possibilidade da instância superior examinar o ato daquilo ali. Até chegar ao Supremo, que como disse o Ministro Pertence, tem a possibilidade de errar por último. Certamente, o Ministro Jobim complementará.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Ministro Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Temos que raciocinar em termos um mecanismo que assegure a eficácia do dispositivo. Como disse o Ministro Fernando Neves, a exigência do trânsito em julgado. No caso específico, estamos falando em relação da eficiência do dispositivo. Criaria uma imensa dificuldade a eficiência e a operacionalidade do dispositivo. A regra proposta pelo Senador Valadares parece razoável pela seguinte razão. Não é razoável que hoje se execute imediatamente uma determinada decisão sem que ela seja publicada. Porque não tem nem como saber o conteúdo dessa decisão e as formas pelos quais por ela possa se opor. É a nº 1.

Nº 2. Não é razoável que a eficácia, mesmo depois de publicada, não possa ser obstada por qualquer tipo de medida cautelar. Coisa que foi criada no TSE, e, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, dando efeitos suspensivos aos recursos. Suspensivos porque sus-

pende o efeito imediato da decisão. Observem, outorgado que seja a possibilidade do efeito suspensivo e considerando inclusive que o juízo de retratação está-belecido no texto do Senador Valadares, na emenda substitutiva, importa em caber agravo de uma decisão, se o relator negar ou conceder o efeito, aí não importa. Ambas as partes poderão recorrer ao Plenário, e no prazo de 5 dias. E se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento da sessão imediatamente seguinte, ou seja, dispensável de pauta. Isso mostra a eficácia do sistema. Aí assegura uma coisa importante. Observem bem o problema que pode ocorrer com a solução do trânsito julgado. Na verdade, se estabelecermos que o trânsito em julgado é a condição básica, o que vamos ter? Vamos ter a necessidade de que Tribunal e a Justiça Eleitoral decidam com rapidez. Para quê? Para cassar desde logo. O que vai determinar uma análise dos fatos que pode, tendo em vista essa pressa, exigida pelo trânsito em julgado para que a decisão, ao final seja eficaz. Por que, caso contrário, essa decisão será ineficaz no prazo de 4 anos, que é o prazo dos mandatos. Então, com isso, você assegurando ao Tribunal que possa ele diante da lesão referida pelo Senador Valadares pela emenda, como também pela razoável fundamentação estabelecida, possa o Tribunal então segurar aquele processo para examinar, com atenção e com calma, sem criar o ônus da eficácia imediata. Eu creio que é razoável, absolutamente razoável a solução.

Quanto ao problema da constitucionalidade, temos 2 níveis de discussão. Um é esse que V. Ex^a se referiu, mas já temos uma experiência do Código Eleitoral muito antiga, que, em momento algum, se sustentou de que o Código Eleitoral que não dá efeito suspensivo aos recursos eleitorais tenha sido inconstitucional. Não temos problema em relação a esse aspecto.

Um outro aspecto é que no momento em que a lei entrou em vigor, surgiram alegações de inconstitucionalidade porque essa lei mandava aplicar a Lei Complementar nº 64 ao art. 22. Então alguém começou a sustentar de ela é inconstitucional porque teria que ser uma lei complementar. Porque importava em inelegibilidade. E o Tribunal já decidiu, o TSE já decidiu várias vezes, e agora tem uma ação direta no Supremo em relação a esse tema, mas eu posso me manifestar a respeito, porque já coloquei meu ponto de vista, a minha posição perante o Tribunal Superior Eleitoral, em que, no caso o art. 41 “a” não tem como causa a inelegibilidade. Se causasse a inelegibilidade, teria que ser Lei Complementar e aí se aplicaria o art. 15 da Lei Complementar, porque no caso da inelegibilidade ela exige o trânsito em julgado. Mas, no caso específico, não há inelegibilidade, há pura e simplesmente a perda

do mandato, e não há apenamento de inelegibilidade. Daí por que, eu creio, meu caro Senador César Borges, que a solução dada pela emenda é razoável, é uma solução que se ajusta às necessidades.

Quanto à discussão do prazo de 15 ou 30 dias, é uma questão de conveniência examinar essa extensões do prazo. Agora se os senhores estabelecerem um prazo mais dilatado têm que lembrar que a diplomação não está fixada na norma e poderá ocorrer, em um determinado momento, tendo em vista a rapidez da Justiça Eleitoral, a diplomação acabe se dando em prazo inferior a trinta dias. Assim, terá que ser um prazo “x”, mas nunca após a diplomação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente Edison Lobão, Ministro Presidente do Supremo, Nelson Jobim, Sr. Marlon Reis, representante da CNBB, Ministro Fernando Neves, da OAB, Srs. Senadores, evidentemente que o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares é por demais interessante e é mais uma tentativa para que as eleições possam ocorrer sem que o poder econômico, sem que o crime possa estar inserido nos pleitos.

Presidente Nelson Jobim, queria tentar dar relevância a alguns problemas que temos nas eleições brasileiras, mas não é possível que haja algum brasileiro incauto que possa admitir que com o sistema de eleições de dois em dois anos, não haja corrupção, não haja toda essa sorte de improbidades praticadas nos pleitos.

Ora, quem é que pode imaginar que um Prefeito, dentro das suas atribuições, possa deixar de praticar aquilo que vem ocorrendo no Brasil. No poder, a primeira coisa que acontece é que o Prefeito lança a esposa, o filho, o neto como candidatos e pode praticar toda sorte de atrocidades para elegê-los. Ninguém pode deixar de levar isso em consideração.

Se há reeleição para Prefeitos pelo interior do Brasil agora quem é que vai imaginar que haja uma eleição sem corrupção? Qual o Prefeito que, investido no cargo, com o cofre a sua disposição, vá deixar de usá-lo em benefício próprio? Só sendo muito inocente para acreditar que ocorra o contrário.

Tivemos, em 1982, após o período cruciante da Revolução, a primeira eleição direta para Governadores, a eleição tão sonhada, limpa, bonita, todos aos mesmo tempo disputando, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Governador. A corrupção não aconteceu, não houve e todos disputavam o seu espaço. Não havia clãs familiares disputando privilegiadamente uma eleição. Bastou que se instalasse a democracia plena no Brasil para que nós, no Congresso Nacional,

começássemos a inserir essas excrescências como reeleição de Prefeito e a de Presidente da República no Brasil que podemos entender, mas reeleição de Governador, de Prefeito, de quase seis mil Prefeitos por esse Brasil afora é um absurdo.

O que devíamos fazer – gostaria de ouvir a opinião do Ministro sobre isso – é eleição no final de semana, no sábado a eleição federal e, no domingo, a eleição estadual, mas que todos disputassem na mesma época e com os mesmos direitos. O que vem da corrupção? É que o Deputado Federal ou Senador vai fazer uma eleição e precisa do Vereador e do Deputado Estadual que, no caso, estará sozinho e se não procurar recursos, haja onde houver, para alimentar essa base não será eleito possivelmente.

Quando chega na eleição do Vereador e do Deputado Estadual, se o Senador ou o Deputado Federal não comparecer com recursos ou outras coisas mais, também não terá o aliado do seu lado. Quem é que desconhece esse fato no Brasil? Por que não corrigimos isso de imediato e não coincidimos essa eleição com a próxima eleição, por exemplo? Por que não acabar com a instituição da eleição, que tem dado margem a tanta corrupção e a tantos problemas que vêm ocorrendo, e que estouram no Poder Judiciário? Devíamos pensar melhor e evitar que as coisas aconteçam. Ao invés de um Melhoral, vamos tomar logo um antibiótico, e curar o paciente de vez. Do contrário, continuaremos batendo na mesma tecla, discutindo projetos como o que estamos discutindo, e a eficácia, por certo, não virá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – O eminente Senador João Batista Motta colocou um outro enfoque do problema. Eu lembraria que se o Vereador necessita de recursos do Deputado Federal para fazer sua eleição, ele precisará de recursos quer a eleição seja coincidente quer não. A situação é a mesma. Creio que o assunto a ser examinado é outro assunto, Senador. É que nossas eleições são individuais. Ou seja, os candidatos disputam entre si. Daí porque existe o fenômeno de que às vezes cronistas e cientistas políticos fazem uma análise a respeito da propaganda eleitoral, que surge uma cidade, etc., mas o sistema eleitoral impõe isso, já que a candidatura é individual, ou seja, cada um quer mostrar sua cara, quer ser conhecido. Portanto, o problema não seria resolvido ao estabelecer uma uniformidade nas eleições. O problema da coincidência das eleições V. Ex^{as} terão que discutir, necessariamente, com os vieses já discutidos há muito tempo. Se seria melhor municipalizar a eleição nacional ou federalizar a eleição municipal. Dessa forma,

surgiriam situações muito complicadas. E lembro a V. Ex^a que a eleição municipal é uma eleição com características muito diferenciadas da eleição nacional ou da eleição para Governador. Na eleição municipal, o eleitor busca administradores que resolvam problemas como o do esgoto que está a céu aberto, passando na frente de sua casa, ou da saúde pública no sentido da produção de ações tendentes ao bem estar da população que vive naquele meio urbano ou eventualmente na extensão rural.

É complicado analisar. E não cabe aqui discutir o assunto, pelo menos não tenho competência para tanto, mas é um tema complicado. Não creio, Senador, queira me perdoar, que o fato de coincidir acabará fazendo com que o vereador deixe, digamos, de buscar recursos junto ao deputado federal. Conheço bem isso. Possuo alguma experiência eleitoral nesse sentido. E eu me lembro claramente de que havia sempre essa tendência. Lembrem-se claramente que os Vereadores, na eleição para Deputado Federal, quando o levam pela mão para a campanha eleitoral, na verdade, estão fazendo a campanha eleitoral deles para daí a dois anos. Nunca o levam para locais onde ele não é conhecido, mas para a base dele. Sabe-se muito bem que é assim. Não se trata de coincidência ou de bondade desse Vereador. Ele está resolvendo um problema do futuro. Está fazendo um desfile, na eleição nacional e de Governador de Estado, para assegurar depois sua penetração nas eleições subseqüentes.

Caro Senador, a situação é essa. A discussão da reeleição é um tema que tem que ser conduzido por V. Ex^{as}, claro, se a reeleição deve ser proibida ou se deve ser mantida. Proibida a reeleição com o mandato de quatro ou cinco anos, lembro apenas que a eleição com mandato de quatro anos, sempre existe um problema básico, antes do processo de reeleição. O primeiro ano de mandato era o da formação da maioria. V. Ex^a sabe muito bem que quem elege não confere governabilidade. Ou seja, a aliança que elege não é a que confere governabilidade. No momento em que alguém é eleito para um cargo executivo, ele precisa rever a aliança que lhe garantiu a eleição a fim de criar condições de governabilidade através de majorias no Parlamento. E isso determina, às vezes, o rompimento com partidos mais radicais da aliança básica eleitoral, que não coincidem com a necessidade da aliança. Aí temos o quê? O primeiro ano...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permite, é porque não existem partidos políticos organizados.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – É evidente. Mas esse é outro assunto. Estou descrevendo a realidade. E vejam bem, no primeiro ano, o administrador

acaba, digamos, aprendendo a administrar e no último ano ele acaba gestando a sua reeleição, e temos uma governabilidade que se dá de dois em dois anos, com interrupção de um final de mandato e um início de outro mandato, em que, lembra em si, o administrador que assume a primeira característica – pelo menos a assistência que vemos, principalmente na área municipal –, a primeira coisa que acontece é que o Prefeito rompe claramente com sua base eleitoral, que quer toda assumir seus cargos, e aí começa a grande briga em relação às funções administrativas que vão surgir e o Governador ou o Prefeito fica com imensa dificuldade de gerir tudo isso, porque tem obrigações de resultado, mas tem obrigações também de atender a determinados discursos.

Creio que essa é uma temática infundável na discussão e que só a experiência pode, efetivamente, dar resultados, não é com visões fundamentalistas que se vai resolver esse assunto, é exatamente pelo aprimoramento sucessivo e anual desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Marcelo Crivella, Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, serei breve, cumprimentando o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, os representantes da CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, tinha alinhavado um relatório para o projeto que já estamos discutindo há bastante tempo, do Senador Antonio Carlos Valadares.

Tinha dúvida, tinha dúvida se deveríamos considerar um candidato, para fins de apuração de uma acusação de compra de votos, antes de ele ser efetivamente candidato, havia apenas sido escolhido na convenção, mas não havia sido, pelo tribunal, registrado como. Acreditava que nesse período devia cuidar a justiça criminal, mas hoje tive aqui a opinião de V. Ex^{as} de que não, de que a justiça eleitoral deve tratar do tema, o que tranqüiliza o meu relatório que estava alinhavado com certa dúvida.

Penso também que devíamos discutir, e gostaria de ouvir a opinião dos srs. representantes que compõem a Mesa, sobre uma coisa fundamental, Sr. Ministro, que é a prova. O Senador Capiberibe sofreu um processo, que a nosso ver foi uma excrescência, em que a Justiça considerou prova testemunhal. Não sou advogado, mas sempre ouvimos falar que prova testemunhal é a prostituta das provas do meio forense. Será que essa só basta e é suficiente para se cassar um mandato de milhões de votos na maioria das vezes conquistado nas urnas? É uma opinião que gostaria de ouvir de V. Ex^{as}.

E queria também dizer aqui, de público, que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem toda a razão quando fala de orçamento impositivo. É um vexame, é uma vergonha a manipulação das verbas públicas em favor de um ou outro candidato. É um vexame que isso seja um instrumento de sabotagem, a pior e mais vergonhosa corrupção política que existe no Brasil, chantagem mesmo. Assumimos um mandato, chegamos a esta Casa com propostas, com projetos, como chegam também os Srs. Deputados Federais, e o Ministro Nelson Jobim foi um, e encontramos dificuldades tremendas de aprovar até mesmo aquelas emendas a que temos direitos constitucionais, recursos para Municípios, verbas para nosso Estado, por posições que tomamos, legítimas, daquilo que nos ordena a consciência, porque temos um orçamento aprovado aqui, mas que depois fica aos ventos, ao sabor das decisões políticas, para ser usado como manipulação de Parlamentares.

Gostaria também de terminar minha participação, fazendo um desabafo. Concorri às eleições na cidade do Rio de Janeiro, onde nasci. A reeleição é algo extremamente venal para nossa democracia, porque o Prefeito, com o cargo na mão, começa a fazer propaganda eleitoral bem antes do que prevê a Lei Eleitoral, despejando milhões na mídia, anunciando seus projetos, cooptando meios de comunicação, que escolhem com antecedência aqueles candidatos que devem ganhar e perder. Então, faz-se uma campanha de compra de votos, mas que não poderemos investigar nem mesmo aumentando o prazo do 41 “a”, porque é extremamente difícil de caracterizar que os jornais, que as rádios e as televisões estejam fazendo campanha para esse ou aquele candidato num processo eleitoral. Com isso, vem a discussão da liberdade de imprensa e, por aí a fora, e não conseguimos concluir o pleito.

Sr. Ministro, o que eu gostaria de ouvir de V. Ex^a refere-se às provas, aliás, com os representantes aqui hoje à Mesa.

Valeria a prova testemunhal apenas ou teríamos que ter realmente provas efetivas muito mais do que testemunhal para concluir o processo de cassação no caso de compra de votos por algum candidato?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Dr. Marlon Reis.

O SR. MARLON REIS – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a suscita uma pergunta absolutamente relevante assim como as demais, mas, nesse caso, trata-se de um dos grandes debates que se trava hoje no Brasil sobre o 41 “a” a fonte de legitimidade que se pode buscar para a Justiça Eleitoral, e aqui falo como Juiz mesmo, deve estar na maneira de se apreciar

a prova. Não vejo, por outro lado, como restringir a essa ou àquela modalidade de prova a possibilidade de análise judicial do caso. Dentre as modalidades de provas, lembraríamos as perícias, as fotografias, entre os documentos, papéis de toda ordem, e gravações além da prova testemunhal.

Há situações em que é possível obter mais de uma dessas modalidades de provas, mas devemos convir que elas são pouco freqüentes. Se, por exemplo, impedíssemos que uma decisão fosse dada exclusivamente com base na prova testemunhal, poderíamos estimular a prática de atos de corrupção eleitoral em situações em que se pudesse prever que não houvesse a possibilidade da gravação, da filmagem, ou da fotografia, ou do levantamento de qualquer documento. Isso é possível lembrando nossa realidade do interior brasileiro, aquelas comunidades isoladas em que o candidato poderia estar presente e até sem muita dificuldade ele se acercaria das cautelas necessárias para que as provas que viessem a existir fossem apenas testemunhas.

Eu até poderia orientar a conduta da prática de corrupção eleitoral para que se tomassem todas as cautelas para que aquele não fosse gravado, filmado ou outra providência que permitisse a produção de outra prova que não fosse a testemunhal. Isso é possível de se fazer e normalmente acontece. Penso que é fundamental e faz parte da cultura do Poder Judiciário que ela deve se aprimorar cada vez mais em relação isso – e o debate sobre essa lei trabalha nesse sentido – sobre a relevância da importância que deve ser dada ao Juiz no ato da valoração da prova. Isso é algo que deve estar ainda mais exaltado dentro da cultura do Poder Judiciário.

Sabemos que podemos ter pessoas condenadas por crimes gravíssimos, com penas elevadíssimas e prova baseada em depoimentos de testemunhas. A prova testemunhal, de fato, é uma prova perigosa, mas quando se pesam, de fato, os depoimentos, a experiência da Magistratura pesa devidamente os depoimentos; ela é capaz, na grande maioria das vezes, de discernir aquilo que é correto do que é incorreto, do que foi dito pela testemunha. Mas ainda há um outro fator que pesa em favor daquele contra quem foi produzida a prova testemunhal – isso já de acordo com nosso sistema -, que é aquela tendência que o Juiz deve ter e se não a tiver, ele estará cometendo um erro, daí a necessidade dos recursos, de não se basear em qualquer prova testemunhal, mas naquela produzida de maneira homogênea e uniforme. Os depoimentos devem se complementar entre si e mostrar que a testemunha conhece, de fato, a situação e depõe de uma maneira convincente. Se isso não acontece, se o juiz

não está convencido, se, por mais que ele ouça as testemunhas, elas dizem algo contrário ao candidato, ele não pode seguir o que diz a testemunha apenas porque ela afirma que houve corrupção eleitoral. É preciso que ele, de fato, convença-se de que o fato ocorreu, até porque existem outras situações que não somente a da suspeição da testemunha, mas até a de um mero engano, em que a testemunha pode estar simplesmente enganada em relação ao fato. Também existe realmente a possibilidade de ela vir a ser subornada para depor nesse ou naquele sentido.

Isso deve fortalecer a orientação à magistratura, particularmente a magistratura eleitoral, de que sopesse devidamente a prova e de que não se deixe levar, a não ser por aquela prova que deixe, de maneira inconfundível, caracterizada a prática da corrupção eleitoral.

Concordo com a preocupação de V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. De fato, é uma temática relevante, mas penso que se deve orientar pela necessidade de manutenção do atual sistema de provas, que, aliás, permeia todo o universo dos julgamentos de processos no Brasil. Então, deve-se orientar no sentido da cautela do Poder Judiciário e que o sistema de recursos venha a suprimir eventuais falhas na valoração da prova.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Quero apenas complementar. Concordo com as observações do Dr. Marlon. Penso que seria muito complicado excluir a prova testemunhal que é uma prova lícita em todo o Direito Processual brasileiro. Agora, a responsabilidade é do juiz eleitoral ao analisar o conjunto das provas. Esse é o grande fato. Ele tem de examiná-las e dar a cada uma o valor que ela merece.

Com o juiz atento, numa prova testemunhal, ele, muitas vezes, consegue obter da testemunha, no interrogatório, no depoimento, mais informações para o seu convencimento que, às vezes, um documento.

Infelizmente, quando estamos falando de ato ilícito, poucos são os que vêm comprovados por escritura pública. Pelo menos, nos sete anos que estive no Tribunal Eleitoral, nunca vi uma escritura pública de compra ou de promessa de compra de voto.

Sobre o caso do Senador João Capiberibe, peço licença para não entrar no assunto, porque ele será examinado pelo Supremo Tribunal Federal. O que eu tinha a dizer sobre a análise que fiz da prova está no meu voto vencido, quando eu estava no Tribunal Eleitoral.

Agora, fundamentalmente, eminente Senador-Relator, penso que não poderíamos excluir uma das provas possíveis em Direito.

Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar que realmente eu não pedi a exclusão. O que eu gostaria realmente era que chegássemos a um consenso sobre se elas são suficientes. A prova testemunhal deveria ser considerada como suficiente, Sr. Ministro? Ela deveria ser considerada como suficiente para o julgamento ou devíamos buscar, nesse caso, também a prova documental? Essa era a minha questão.

O SR. FERNANDO NEVES – Talvez num determinado caso, a única prova seja a testemunhal. Pode não existir a chamada escritura de compra e venda – a brincadeira que fiz. Pode ser que ele não tenha nenhuma outra prova, não tenha uma fotografia, um filme. São coisas complicadas muitas vezes de se obter, como lembrou o Dr. Marlon.

A responsabilidade é do juiz de fazer uma análise e um bom interrogatório da testemunha, buscando a verdade real.

Agradeço.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Caros Senadores, creio que a discussão tem de ser posta também por um outro aspecto. Lembrem que a formação da convicção do juiz decorre da dialética produzida pelo debate das partes do processo.

A avaliação que está em jogo é a avaliação da prova produzida e não a idoneidade em si da prova. Essa avaliação decorrerá sempre da capacidade que tenha o autor da demanda e o réu da demanda de produzir um conflito dialético que possa formar a convicção. A convicção do juiz decorre exatamente do conflito dialético. Assisto, 'n' vezes, uma situação em que se tem uma disparidade de armas, no sentido de alguém que tem um tipo de conduta processual um bacharel, um procurador frágil, ele acaba fragilizando a convicção, porque a convicção do juiz nasce exatamente do debate dialético, ou seja, do conflito dialético, e não exclusivamente da própria... porque ele não tem a iniciativa da produção da prova.

Então, vejam bem, quando você tem prova testemunhal, exclusivamente prova testemunhal e eu me lembro da experiência profissional que tive, daquilo com que convivi, qual é grande operação da advocacia? É exatamente desqualificar a informação da testemunha na busca da contradição e na busca de momentos em que aquilo poderia ter sido produzido.

Então, a questão de valer ou não a testemunha decorre do quê? Da capacidade que tenham as partes em produzir dialeticamente um conflito que leve à convicção do magistrado. E aí está o problema.

Se trouxermos, por exemplo, para depor em determinado processo D. Paulo Evaristo Arns, vamos dizer que não vale o depoimento de D. Paulo? Ou seja, não

podemos partir, em abstrato, que a testemunha valha ou não; ou que a prova testemunhal exclusiva e única seja insuscetível. O grande problema do processo, inclusive eleitoral, exatamente é às vezes o descuido ou descaso que possa se fazer a uma das partes na condução e na preocupação nessa produção de prova.

Então, vejam: às vezes o erro judicial é decorrente da inconsistência de uma das partes no debate judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, V. Exª a palavra está franqueada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sou o maior admirador do Ministro Nelson Jobim, mas eu pergunto: só por ser D. Paulo Evaristo Arns a prova é boa?

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Não necessariamente, mas estou dizendo que não podemos desqualificá-la a partir dessa perspectiva. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, estamos chegando ao final dessa audiência pública tão importante para o encaminhamento do projeto de lei em debate que cuida de uma reforma importante no campo da vida pública brasileira. Desejo, em reação disso, agradecer a presença do Dr. Marlon Reis, juiz no Maranhão; Dr. Fernando Neves da Silva, ilustre Advogado e ex-ministro e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. Foram todos advogados e são juizes cuja contribuição haverá de balizar a votação deste projeto, com a contribuição também significativa da experiência dos Srs. Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tendo em vista que a discussão havida aqui, na prática, induz a uma unanimidade em torno desse projeto, sugeriria a V. Exª que ainda nesta reunião, se possível, o colocasse em votação, após as despedidas dos nobres convidados, já que pelos pronunciamentos aqui feitos pelas Srªs e Srs. Senadores e também pelos Srs. convidados, não há divergências sobre qualquer dispositivo que apresentamos no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Lastimo não poder atender a V. Exª por duas razões fundamentais. A primeira delas é de que o Relator deseja fazer alguns pequenos ajustes ao seu parecer. A segunda é de que esse é projeto de caráter terminativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E como há as medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – E como há as medidas provisórias obstruindo a pauta, não poderemos fazê-lo, lamentavelmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço, portanto, aos nossos convidados pela honra que nos deram e estou seguro de que a sua contribuição será de grande valia para a elaboração final desse projeto.

Mas peço aos Srs. Senadores que permaneçam, pois temos duas questões importantes a serem tratadas. Em cinco minutos, nós as resolveremos.

(PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, temos, sobre a mesa, um Projeto de Lei do Senado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cujo art. 1º estabelece:

O art. 6º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

4º – As coligações formadas para a eleição de Presidente da República e Vice-Presidente da República não vinculam as coligações celebradas nas eleições de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.

Essa proposta de Projeto do Senado foi assinada pela maioria dos Srs. Membros desta Comissão. Como há o Projeto de nº 342 tramitando, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre matéria correlata, nomeio S. Exª relator. Pedirei que S. Exª profira seu parecer, nesta reunião ainda, a respeito da matéria, que deverá ser encaminhado ao Plenário do Senado Federal como proposição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, o projeto é uma PEC?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não. É um projeto de lei e não uma PEC.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sem caráter terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sem caráter terminativo. Estamos propondo ao Plenário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é uma figura que se encontra no art. 245 do Regimento Interno. Está propondo ao Plenário esse projeto.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Acaba com a verticalização das eleições. Não é isso?

O SR. MOZARILDO CAVACANTI (PPS – RR) – Exatamente. Trata da verticalização. É, portanto, uma alteração no art. 6º da Lei 9.504/97.

O projeto que apresentei tem idêntica redação ao apresentado pela maioria dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quase a totalidade, e propõe alteração no § 4º, que passará a ter a seguinte redação:

As coligações formadas para a eleição de Presidente da República e Vice-Presidente da República não vinculam as coligações celebradas nas eleições de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital.

A justificativa de ambos os projetos são bem semelhantes. Gostaria de ler, portanto, como relatório, a justificativa dos projetos. Vou ler o de minha autoria, que é mais amplo um pouco mas tem idêntico teor.

Todos conhecem a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, tomada no curso do processo eleitoral de 2002, que obrigou os partidos políticos que realizassem determinada coligação na eleição para Presidente da República a seguirem em todos os Estados da Federação o mesmo caminho, somente podendo coligar-se com os partidos integrantes da coligação nacional ou com o partido que, no plano nacional, rejeitasse qualquer coligação.

Essa decisão do TSE foi muito questionada, inclusive com relação à sua constitucionalidade. A competência para legislar em matéria eleitoral é privativa do Congresso Nacional. Ademais, essa competência se exerce nos limites da Constituição, pois o art. 16 da Carta Magna, as disposições legais que dizem respeito à regra do jogo eleitoral, não podem ser alteradas no período de um ano antecedente à data pleito.

Acredito que a decisão do TSE entre em conflito, também, com o princípio federativo. De fato, parece descabido impor a todas as unidades federadas a mesma coligação articulada no plano da União Federal ou parte dela. Sobretudo, principalmente, trata-se de matéria a respeito da qual o Congresso Nacional não pode omitir-se, pois o regime democrático é conteúdo e forma e o processo eleitoral é livre. É essencial a afirmação da democracia.

A apresentação desse projeto visa resgatar, também, a autoridade, a competência e a responsabilidade do Congresso Nacional em matéria de Direito Eleitoral.

A independência entre as diversas coligações celebradas em entes federativos diversos decorre não apenas dos princípios constitucionais referidos, mas também do próprio Código Eleitoral, que é claro ao definir em seu art. 86 que, nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país, nas federais e estaduais, o estado, e, nas municipais, o respectivo município.

Portanto esse é o relatório que visa resgatar o papel do Congresso Nacional na primazia da definição da legislação eleitoral brasileira e compatibilizar a aplicação da Lei Eleitoral com a Constituição e o Código respectivo.

Portanto o voto ao projeto apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que é, portanto, favorável ao Projeto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a retirada do Projeto de autoria do próprio Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Leomar!

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, esse projeto de lei visa resgatar a autonomia e a liberdade dos partidos, feridos de morte com a decisão que vinculava a coligação realizada em âmbito nacional. Tivemos um exemplo muito forte, marcante, que contrariou muito, não só o interesse dos partidos, mas também do próprio eleitor, com essa verticalização da decisão das coligações.

Portanto entendo que essa proposta apresentada pelo eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que quero cumprimentar, vem resgatar essa autonomia dos partidos, prevalecendo o seu desejo e sua autonomia para fazer as coligações da forma que lhe for mais conveniente aos seus respectivos estados.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Lembro aos Srs. Senadores que não estamos votando o mérito do projeto, ainda, aqui. Estamos votando apenas a apresentação do projeto ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Sim, tem a palavra V. Ex^a!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Também gostaria de me congratular com o Senador Mozarildo pela oportunidade e pela necessidade de resgatar o acerto de um problema que aconteceu na eleição passada. Meus parabéns ao Senador Mozarildo. E, embora apenas estejamos recebendo, hoje, o projeto, comprometo-me a lutar do lado dele para que seja aprovado.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A proposta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania irá ao exame do Plenário do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Pela ordem, V. Ex^a

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Apenas para solicitar a V. Ex^a que votemos ainda hoje os Itens nºs 47 e 50 da pauta, cujos relatórios faço em um minuto, os relatórios dos dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Em votação a solicitação de V. Ex^a. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Item nº1:

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Pela ordem, V. Ex^a

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação no sentido de que fosse incluído para votação o Projeto nº1 da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Vai ser votado agora!

Item nº1:

Projeto de Lei do Senado nº107, de 2004, que institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá. Autor: Senador José Sarney. Relator: Senador Garibaldi Alves, que se manifesta pela aprovação do projeto, com as Emendas de nºs 1 a 6, que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves para o resumo de seu parecer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº107, de 2004, de iniciativa do Senador José Sarney, que institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá.

O Plano de Desenvolvimento Regional, de acordo com o §1º do art. 1º, abrange os Municípios de Calçoene, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

O Projeto de Lei prevê, em seu art. 2º, que os programas e projetos prioritários para a execução do plano serão financiados com recursos de natureza orçamentária que lhes foram destinado, pela União, pelos

Estados do Amapá e pelos municípios abrangido bem como pela operação de crédito externo e internos.

Sr. Presidente, o Plano de Desenvolvimento será gerido conforme ao rt. 3º por um Conselho a ser presidido pelo Governador do Estado do Amapá.

Na análise que fizemos deste projeto concluímos, Sr. Presidente, que nada há com relação ao aspecto constitucional que possa nos levar a um pronunciamento contrário a sua aprovação, oferecemos emendas relativas há alguns dispositivos citados, em termos de técnico legislativo para fins de maior clareza cabe em relação ao art. 4º desmembrar o parágrafo quarto, acrescentando-se o § 5º, e diante do exposto o nosso voto e pela aprovação por esta Comissão do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004, adotadas as emendas que se segue, Sr. Presidente, que estão publicadas em nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão.

Não havendo quem deseje usar da palavra, encerro a discussão.

O parecer é favorável com o projeto e as emendas de nºs 1 a 6 que apresentam.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 056:**

Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2003, que institui o diploma mulher-cidadã Berta Lutz e dá outras providências, Autora Serys Slhessarenko, Relator Senador Marcelo Crivella.

Pela aprovação do projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e será apreciada pela Comissão Diretora.

O parecer do Senador Marcelo Crivella é favorável ao projeto nos termos em que se encontra.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 043:**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004, que altera o 1121, da Lei nº 5.869, de 1973, Código de Processo Civil, para incluir como requisito indispensável a petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges e relativos ao regime de visitas dos filhos

menores. Deputado Sandy Júnior autor, Relator Senador Leomar Quintanilha, pela aprovação do projeto.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O parecer é favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, gostaria também de requerer a V. Exª o Item 41.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ao final desta votação, eu atenderei a V. Exª em seu pedido.

Item nº 47:

Projeto de Lei da Câmara nº 74, que dá nova redação ao **caput** do parágrafo terceiro do art. 304, do Decreto Lei nº 3689, de 1951, Código de Processo Penal. Autor Presidente da República, Relator Senador Demóstenes Torres pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao nobre Relator Demóstenes Torres

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O fato é o seguinte: quando alguém é preso, a polícia leva essa pessoa até a delegacia e ali o condutor que são os policiais militares, as testemunhas e o interrogado são todos ouvido e ao final se lavra esse auto e todo mundo coloca sua assinatura. Com isso a polícia fica parada na porta da delegacia por quatro horas, seis horas, oito horas, dependendo da gravidade do delito. Qual que é a proposta? A proposta é a seguinte: Houve o condutor, que é o Policial e ele assina o termo e vai embora. Quer dizer, vamos ter mais polícia na rua.

Então, projeto é da Presidência da República e merece ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável do relator ao projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A matéria vai ao Plenário.

Item 50:

Emendas de nºs 1 e 2 ao Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002, que acrescenta Inciso ao art. 30 da Lei nº 3.906, de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Autor: Deputado Wilson Santos. Autoria das Emendas nº 1 e 2 de Plenário: Senadores Edison Lobão e João Alberto de Souza. Relator: Senador Demóstenes Torres, pela aprovação parcial das

Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, nos termos da subemenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, este é um projeto de cunho moralizante e foi proposto pelo Deputado Wilson Santos, que foi eleito agora Prefeito de Cuiabá, e que tem o objetivo único e exclusivo de impedir que parentes muito próximos de juizes, de membros de Tribunal, de promotores de justiça e procuradores advoguem perante aqueles órgãos onde atue os seus respectivos parentes.

O meu parecer é absolutamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, nos termos da subemenda que apresenta o Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Item 44:

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, que determina a obrigatoriedade das edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutores de produção, bem como torna obrigatória a existência de condutor terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica. Autor: Deputado Freire Júnior. Relator: Senador João Batista Motta, pela aprovação do projeto.

Em 24 de novembro deste ano, foi concedida vista ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos regimentais, que devolveu sem modificação. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, como V. Ex^a bem frisou esse projeto determina a obrigatoriedade das edificação possuírem sistema de aterramento e instalações elétrica compatíveis com a utilização do condutor terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Acredito que não preciso ler todo o relatório, uma vez que já foi lido na oportunidade que o Senador Mozarildo pediu vista.

Quero reafirmar que o nosso parecer é favorável, até porque é uma necessidade que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 41:

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, que altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal. Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator: Senador Leomar Quintanilha, pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4 que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão a proposta apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti que inclui, entre as competências privativas do Senado Federal a aprovação de processo de demarcação de terras indígenas.

As razões são óbvias, Sr. Presidente, e as questões que incluem Estados na maior parte do seu território estão envolvidos com a demarcação indígena e é um processo que se arrasta por muitos anos e essa discussão passa necessariamente por esta Casa, que deve deliberar. Acatamos as emendas apresentadas e damos um parecer favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Vou submeter apenas duas matérias.

Item 45:

Projeto de Lei da Câmara que altera a Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Autor: Deputado Celso Russomano. Relator: Senador José Jorge, pela aprovação do projeto, com a matéria que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço ao Senador Demóstenes Torres que substitua o Senador José Jorge na leitura resumida do parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ainda à Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, estamos chegando ao final dos nossos trabalhos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também no Senado da República e na Câmara dos Deputados, esta Comissão, Srs. Senadores, com a participação de V. Ex^{as}, cumpriu com grande rigor o seu papel. Os membros desta Comissão realizaram um esforço memorável para debater as várias reformas que nos foram submetidas, entre as quais a do sistema tributário nacional, que tem como objetivo a elevação da eficácia econômica, o estímulo da produção, do investimento produtivo e da geração de emprego e renda.

Em 2003, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciou nada menos do que 142 proposições, com a realização de 52 reuniões, 13 audiências públicas e 10 indicações de autoridades.

Destaco dentre essas proposições o Estatuto do Torcedor, o Estatuto do Idoso, as significativas alterações na Lei de Execuções Penais e as reformas da Previdência e tributária, além da reforma do Poder Judiciário.

Ressalto ainda a criação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, e que foi integrada fortemente e dela é vice-Presidente o Senador Demóstenes Torres, um dos membros mais ativos desta Comissão ao lado de V. Ex^a que tanto atuaram nesta Comissão.

O Vice-Presidente da Comissão foi o Senador Pedro Simon, da Subcomissão e o Relator-Geral, Senador Demóstenes Torres.

A Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Garibaldi Alves foram também membros da Subcomissão e tiveram participação ativa, e presentes em todas as reuniões que a Subcomissão realizou.

Por sua vez, em 2004, foram apreciadas 124 proposições, com a realização de 34 reuniões, 6 audiências públicas e 5 indicações de autoridades, não obstante o sobrestamento da pauta por reiteradas vezes, o que impossibilitou a apreciação de matérias terminativas no âmbito da Comissão.

Convém salientar os projetos de lei do Senado que dispõem sobre as penalidades para o trabalho escravo, a organização, preparo e emprego das Forças Armadas, o seqüestro relâmpago, alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal,

o Código de Processo Penal, o Código Civil, o Código de Processo Civil, dentre tantos outros. E eu permaneceria aqui a tarde inteira relatando as matérias que votamos, não devo fazê-lo, vou fazê-lo sim no plenário da República.

Quero agradecer a todos os membros da Comissão pela atuação que tiveram, pela atuação absolutamente responsável no exame de todas essas matérias.

A Comissão de Constituição e Justiça, todos sabemos, é a mais importante do Congresso Nacional. Daí a presença maciça dos Senadores em todas as reuniões que realizamos. Nenhuma matéria foi apreciada pelo plenário do Senado sem ter passado antes pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço, portanto, a todos os Srs. Senadores o prestígio que deram a esta Presidência no encaminhamento e na direção dos trabalhos. Estou seguro de que cumprimos com rigor o nosso papel e as nossas atribuições.

Agradeço, portanto, a todos e a um por um em particular o apoio que deram à Presidência, sem o qual nós nada teríamos podido realizar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo

a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sr. Presidente, parabeno V. Ex^a pelo desempenho brilhante que teve à frente e na Presidência desta Comissão. Trata-se de uma Comissão, em que discutimos e fazemos até o controle de constitucionalidade prévio, antes mesmo do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais e juízes do nosso País. V. Ex^a é um homem de muita experiência, muita maturidade, que conduz muito bem qualquer reunião; V. Ex^a é um democrata; fez que nós todos tivéssemos a oportunidade de falar, de discutir e de contribuir com o País.

Acredito que os Projetos de Lei, as Propostas de Emenda à Constituição que conseguimos transformar em lei melhoraram inclusive a vida institucional do País. E V. Ex^a tem muita responsabilidade nisso, porque tem nas mãos mais de mil processos para distribuir. Há quinhentos processos para serem colocados em votação e uma pauta freqüentemente sobrestada pelo Governo Federal, que insiste em legislar através de medidas provisórias.

Então, para darmos prioridade a essa votação, somente alguém com essa característica, com esses atributos, com essas responsabilidades para que pudéssemos conseguir fazer a votação de muitas dessas matérias. De sorte que, ao entrar no Senado e na vida política – porque é a primeira vez que tenho experiência política –, e participar de uma Comissão

tão importante, eu me sinto efetivamente melhorado e engrandecido de ter sido presidido por uma figura tão ímpar e generosa, e que já faz parte da história política do nosso País.

Eu parabeno V. Ex^a por todo esse desempenho. Sinceramente, já lhe disse isso reservadamente e faço questão de publicamente, para o Brasil todo, dizer que V. Ex^a é uma das grandes figuras deste Congresso Nacional e se portou com a maior decência possível, enfim, muito bem, nesses dois anos, à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a é testemunha de que nunca faço esse tipo de manifestação. É algo que, creio, ninguém assistiu aqui ainda. Saúdo a todos os Srs. Senadores que estão aqui, e endosso, assino embaixo, a fala do Senador Demóstenes. Registro que realmente V. Ex^a na Presidência desta Comissão fez a diferença para fazer os trabalhos andarem e as coisas acontecerem com a agilidade e a dinâmica. Em determinados momentos, com a maior dificuldade. Especialmente, acerca da questão de gênero. Às vezes, até brincávamos e V. Ex^a falava “Mas, já tem tantos avanços da mulher”, mas estava sempre pronto, quando solicitávamos votar projetos que tratam da questão da mulher, V. Ex^a prontamente nos atendia. Hoje mesmo, V. Ex^a colocou em pauta dois.

Então, quando eu disse que assinava embaixo o discurso do Senador Demóstenes é para não ser repetitiva ao falar da grandeza da sua postura como Presidente desta Comissão. V. Ex^a é grande. Agradeço também – faço extensão a essa fala – a toda a sua assessoria, à equipe que o assessoria nesta Comissão. É uma equipe de primeira grandeza. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. São homens e mulheres, companheiros e companheiras de trabalho, de raça, de compromisso e de competência. Eu quero também parabenizá-los. Mas, V. Ex^a realmente tem sido de uma grandeza ímpar nesta Comissão, como Presidente. Meus parabéns! E que o ano de 2005 seja tão frutífero na sua vida quanto foi V. Ex^a na direção da Presidência desta Comissão nesses anos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu havia deixado para o final a referência aos nossos assessores, mas V. Ex^a, desde logo, também lembra o nome deles. Eu não posso deixar, então, neste instante, de dizer que a Dr^a Gildete, o Dr. Itamar, a Dr^a Dalide – e devo dizer que a Dr^a Dalide não é servidora do Senado; ela é da Caixa Econômica Federal, e nos prestou uma

assessoria qualificadíssima, sobretudo na reforma do Poder Judiciário. Lastimavelmente, o Presidente da Caixa Econômica, eu até diria, ao arrepio da lei, quer porque quer a devolução dessa servidora tão importante para o funcionamento do Senado Federal, sem nenhuma razão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Demita-se o gerente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Hoje ele é Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Mas agradeço a esses servidores e aos nossos estagiários, porque temos muitos estagiários na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que são também eficientíssimos. Aqui temos um, Dr. Lucien, que é filho de um Ex-Deputado, o Deputado Amaral Neto, que também nos ajuda enormemente. E tantos outros. Esses funcionários muitas vezes trabalharam noites a fio, sem que sequer a Comissão estivesse funcionando. Devo até registrar, Senadora Serys Slhessarenko, que ainda de ontem para hoje ficaram aqui à noite, preparando dados para o relatório da Comissão, até 4h da madrugada.

Esses servidores do Senado Federal merecem, portanto, todo o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento pelo seu senso de responsabilidade, sobretudo.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero me associar a essas manifestações do Senador Demóstenes Torres e da Senadora Serys Slhessarenko e parabenizar V. Ex^a pela conduta firme que imprimiu aos nossos trabalhos, que realmente trouxe esses resultados auspiciosos para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Cumprimento os funcionários e as funcionárias, todos que também deram o melhor de si, como V. Ex^a afirmou há poucos instantes, para que esta Comissão apresentasse todo esse elenco de resultados, o que mostra realmente o trabalho exaustivo e obstinado que teve à frente V. Ex^a.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu repito o que foi dito pelos nossos colegas. Não há dúvida de que V. Ex^a é uma das figuras ímpares deste Senado. Quer na Presidência do Senado, na Presidência desta Comissão ou na Liderança de Bancada, V. Ex^a se impõe à credibilidade, ao respeito, à seriedade não

apenas pela sua cultura e competência, mas pela sua afabilidade e o seu estilo. Que bom se nós tivéssemos muitos e muitos Parlamentares iguais a V. Ex^a, que levassem adiante a tarefa de presidir os órgãos desta Casa com a competência, a dignidade e a seriedade de V. Ex^a.

Meus cumprimentos!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr. Presidente, há um adágio popular que diz que quem cala consente. Portanto, se eu calasse agora, estaria realmente consentindo, ratificando as palavras já ditas aqui. Mas também há o outro lado que diz que quem cala se omite. Eu não gostaria de me omitir, neste momento, e também de referendar tudo o que foi dito, principalmente com relação a V. Ex^a, com quem eu tive a oportunidade de conviver inclusive dentro do Partido, como Presidente do Senado e agora como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Realmente, todos os Senadores reconhecem em V. Ex^a uma pessoa não somente qualificada, mas também alguém que tem um extremo cavalheirismo com todos, atende bem e de maneira competente. Obviamente, não há ninguém bom que trabalhe bem sem uma assessoria eficiente. Com certeza, essa assessoria que V. Ex^a escolheu e manteve foi, em grande parte, responsável pelo êxito que esta Comissão teve até aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha. Em seguida o Senador Magno Malta.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Senador Edison Lobão, para mim, efetivamente, não é surpresa o brilho e a competência com que V. Ex^a dirige e alcança os belos resultados desta Comissão. Eu tenho o privilégio de conviver com V. Ex^a há muitos anos no Senado e sou testemunha dos resultados altamente positivos que V. Ex^a sempre alcança no desempenho das altas missões que lhe são confiadas. Desde a Presidência desta Casa até as diversas, múltiplas e honrosas missões que lhes são confiadas, V. Ex^a tem sido muito competente e sobretudo muito lhano, cortês no trato com seus pares, com seus colegas, razão porque quero me associar às manifestações aqui expendidas, dizendo da nossa admiração e do nosso respeito pelo belo trabalho que V. Ex^a desempenha nesta Comissão e na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, também não poderia, quando estamos no apagar das luzes, ou pisando no limiar de um ano novo, deixar de ser grato a Deus por ter, ao chegar no Senado, feito parte de uma Comissão tão importante, cuja Presidência é exercida por V. Ex^a.

V. Ex^a é um homem preparado, com conhecimento adquirido ao longo dos anos. A sua moderação e capacidade de lidar com o Regimento e as suas emoções são impressionantes. Quando debate, toma corpo; quando entra na raia do **dégradé**, V. Ex^a é sempre um grande mediador, conhecedor das suas atribuições, mantendo respeito aos seus Colegas, aos seus Pares, aos novos da Casa, como é o meu caso e do Senador Demóstenes Torres – até que este não, porque conhece muito a lei, e é um homem advindo do Ministério Público dos mais preparados, uma revelação –, que querem ter, de fato, uma mandato profícuo e significativo.

V. Ex^a é uma faculdade para quem aprender. Fico grato pela sua capacidade de relacionamento, de respeito, de uma forma especial, às matérias que me deu para relatar, afeitas à minha natureza, à bandeira que tenho empunhado, como a nova Lei de Drogas no Brasil, a nova Lei de Narcotráfico.

Se pudéssemos repetir a sua pessoa na Presidência no próximo ano, tenho certeza de que V. Ex^a teria a unanimidade de votos. Se a decisão passasse pelo voto da Comissão, mas sabemos que se trata de uma correlação de forças e de partidos dentro de uma Casa de Leis.

Sou privilegiado também, porque, na 2^a feira, como sou um músico que virou Senador, no exercício da minha atividade musical, gravava o Programa do Raul Gil, para o sábado, tive V. Ex^a, lá na gravação, sentado, no palco, ouvindo-me cantar “Você é Dez”. Então, fica a minha música para V. Ex^a, que o Brasil inteiro está cantando, cujo refrão é o seguinte:

“Você é dez,
você é muito dez,
conseguiu me conquistar,
com esse jeito seu de falar,
com esse jeito seu de explicar,
devagarzinho, você ganhou meu coração.”

Fica para V. Ex^a a minha música, neste final de ano.

Muito obrigado pela sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço profundamente as palavras tão generosas do Senador

Demóstenes Torres – esse meu Colega do PFL, que aqui chega, que não é um recente, mas, pelo trabalho que realizou, pela competência que nos trouxe, diria que ele passou a ser um dos mais antigos -, à Senadora Serys, pela sua atuação tão forte nesta Comissão, ao Senador Garibaldi Alves, ao Senador Pedro Simon – que é uma enciclopédia. Aprendi tanto com S. Ex^a, com a sua experiência, com a sua seriedade, com o seu conceito no Brasil -, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, esse companheiro tão leal e firme, ao Senador Leomar Quintanilha, que nos vem do Tocantins, sempre tão generoso e ao Senador Magno Malta, esse religioso, político, cantor brilhante, homem público também.

Quero dizer a V. Ex^{as} que já tenho um longo caminho na vida pública. Fui Deputado Federal duas vezes, Líder na Câmara dos Deputados, Líder de um Partido que exibiu 2/3 da composição da Câmara. Depois, vim para o Senado, fui Líder também aqui do Senado, Vice-Presidente, Presidente, mas nenhuma dessas posições realizou-me tanto quanto a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, pelo contato mais estreito, mais íntimo com os membros desta Comissão, sempre tão atentos, tão generosos.

Eu, muitas vezes, no Plenário da Câmara fico examinando aquela paisagem eclética – para usar uma expressão do Senador Pedro Simon. Olho com frequência o Senador Pedro Simon, como eu gosto do comportamento dele, da atuação dele. Sua seriedade, seu conceito, sua austeridade. E este Senado caminha todo ele nessa direção, Senador Pedro Simon. Penso que todos nós nos inspiramos nos nossos comportamentos, em nós mesmos, para chegarmos a essa síntese que diria que já temos aqui no Senado.

Agradeço profundamente a V. Ex^{as} por esse convívio tão fecundo aqui no plenário da Comissão de Constituição e Justiça. E entre os funcionários que mencionei esqueci o nome do Ronaldo, um dos assessores, também dos mais recentes aqui na Comissão de Justiça, mas está, sem dúvida nenhuma, entre os mais competentes. A todo esse corpo funcional, o meu agradecimento mais profundo pelo auxílio que deram não apenas a mim, mas a todos os Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não daria para pedir que ele cante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ele cantará a vida.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 23 de Junho de 2004.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Valmir Amaral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra e Almeida Lima. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Cabral e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta e logo após a Pauta referente a Projetos de Decretos Legislativos e Pauta-Extra. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o § 4º do artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do nível de formação dos professores da educação básica”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, “Dá nova redação ao § 1º, Inciso I, e ao § 2º do artigo 2º, da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, de modo a incluir as ponderações correspondentes à educação especial e às escolas rurais no processo de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alberto Silva que, “Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista”. O relator designado é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprova-

do por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano (UFSEG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Catalão, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Neste momento passa-se a apreciação da pauta de Decretos Legislativos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa transfere a Presidência ao Senhor Senador Papaléo Paes para relatar os seguintes itens da pauta de Projetos de Decretos Legislativos.: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 929, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Liberdade – ABECCOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 012, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Carmo da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 013, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Alto Palestina e Camposaltinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Altos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 014, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Leste Mineira de Comunicação para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 126 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto

é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Aiuruocana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa reassume a Presidência e continua a deliberação da pauta: **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Taquari. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rita Mota Matos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo

que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acopiara, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Coreau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Itamarati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 080, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 087, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Sítio Histórico de Olinda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 088, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombos, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 023, de 2004**, de caráter terminativo, de au-

toria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caçapava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 030, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 040, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 079, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Espaço Cultural de Paulínia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Rádios Difusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais”. O relator

designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Nepomuceno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 006, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Rolândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolândia, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 024, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 077, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Município de Laranjal – ASCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 092, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Integração a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Jordão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Difusora Cultural Ltda., para explorar serviço de radio-

difusão sonora em onda média na cidade de Irati, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Tapira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Clube Entre Amigos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lagoa Dourada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cândói, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 019, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Armazém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armazém, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Índio Condá Ltda., para explorar serviço

de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Campos Novos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Agenor Zanon para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio da Vinci FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Limeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Itaí de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova

o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Marília, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 028, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caçanjurê Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Colméia de Porto União Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal a Verdade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 57: Pro-**

Projeto de Decreto Legislativo nº 029, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tamandaré S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 055, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Surubimense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Surubim, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento Comunitário das Vertentes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vertentes, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Livre Comunitária de Capoeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Liberdade Comunitária FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Cabo de Santo Agostinho – Rádio Calheta – A Difusão Cabense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de Recife Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o

projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 031, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Rio Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 044, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Central de Ipuiuna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 060, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Tropical – ACERT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural

de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Alto Rio Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Serrania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrania, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itapagipe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o

projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social – ABCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Utilidades de Integração Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “O Caminho” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oriente de Redenção Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Redenção, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Jerônimo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Brasil Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Piraí, Estado do

Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 041, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Novo Cântico FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapira, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 050, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Campina, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Ternura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaipú de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaú, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Líder do Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorrochó, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 022, de 2004**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Sinuelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 033, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 045, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Mucajá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucajá, Estado de Roraima”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 054, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis – CORAVER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Verdes Matas – ACOVERMA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 091, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D’oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara D’Oeste, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itapeçerica da Serra – ACIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-

dade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Inhumas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhumas, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Ciência de Anápolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio América do Rio Grande do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura Cacequiense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Rubiataba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubiataba, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 075, de 2004**, de caráter terminativo,

de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Organização RH Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 084, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Assistencial de Vertente do Lério – ASCAVEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vertente, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 085, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos por Rio Formoso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Formoso, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com as emendas nºs 01 e 02-CE, aprovadas por quinze (15) votos. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ibirajuba-PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirajuba, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de

Manaus, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Manaus, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 043, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural Beto Abacaxi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Torres & Carmargo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valentim Gentil, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Apro-

va o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Maravilha – Alagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral Maranhense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média na cidade de São Luís, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 020, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 049, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte-MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 122: Projeto de Decreto Legislativo nº 099, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranatinga, Estado de Mato

Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 123: Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Alta Floresta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 124: Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapezal, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 125: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa de Juína para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 126: Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Centro de Acorizal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 127: Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Bairros do Município de Areial a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areial, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 128: Projeto de Decreto Legislativo nº 046, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Alagoinha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 129: Projeto de Decreto Legislativo nº 061, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Acauã Produções Culturais – APC

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 130: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Curitiba de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 131: Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Agudos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 132: Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias e ou Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta Extra: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 008, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Coronel Freitas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que reno-

va a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Educacional Mandacaru – ACCEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Realeza, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Osmar Dias, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, Maguito Vilela, Leonel Pavan e Garibaldi Alves Filho pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2004, Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003 e Requerimento de autoria do Senhor Senador Leonel Pavan. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tobias Barreto, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado

por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Sergipe S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical FM de Itaguaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Antonio Barbara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio 102 de Pinhalzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Televisão Educativa do Alto Paranaíba – FUNALTOPAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Apro-

va o ato que renova a concessão da TV Serra Dourada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Centro Oeste de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Tubá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador

Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan que, “Nos termos do art. 90, inciso II-V do Regimento Interno, requeiro que seja realizada Audiência Pública, nesta comissão, a fim de esclarecer pontos e aprimorar o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, de minha autoria, que ‘dispõe sobre a regulamentação da profissão de publicitário’. Para isso solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Senhor José Antônio Calazans – Presidente da Federação Nacional das Agências de Propagandas – FENAPRO; Senhor Dalton Pastore, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda – ABAP; Senhor Petrônio Cunha Corrêa, Presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP; Washington Oliveto, Publicitário e Presidente da Agência W/Brasil; Nizan Guanaes, Publicitário e Presidente da Agência África e Professor Eloy Simões, Professor da Unisul/SC”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Jataí, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiados, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003; Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2003; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2003; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 032, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

Inicialmente, analisaremos os Projetos de Decreto Legislativo e, posteriormente, entraremos na pauta do dia.

Passo a Presidência ao Senador Papaléo Paes, pois os Itens de 1 a 8 são exatamente de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa para relatar as matérias constantes do **Item 1 ao Item 8 da pauta**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, são itens relacionados às cidades de Patrocínio, Carmo da Mata, Campos Altos, Governador Valadares, Capitão Enéias, Uberaba, Aiuruoca e Uberlândia.

O relatório é favorável pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação ocorrerá no final da reunião.

Retorno a palavra ao nobre Senador Hélio Costa para exercer a Presidência da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 104.

Itens 12, 13, 14 e 15, que serão relatados pelo Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos esses projetos têm o parecer favorável. Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir os projetos, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Apenas no final da reunião faremos a votação de todos os itens.

Passo aos Itens 16, 17, 18 e 19, cujo Relator é o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente Senador Hélio Costa, eu gostaria de dizer que, com relação a esses itens, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os projetos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Faremos a votação ao final da nossa reunião.

Passo aos Itens 26, 27 e 28. Trata-se de projetos de decreto legislativo, cujo Relator é Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, **(?)(?)** somos pela aprovação dos três itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Relator é pela aprovação dos três itens.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir as matérias, encerro a discussão.

A votação será ao final da reunião.

O Relator dos Itens 29 a 37 é o Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos itens mencionados, 29 a 37, são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pareceres favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir os projetos, encerro a discussão.

Faremos a votação ao final da reunião.

O Relator dos Itens 38 a 42 é o Senador Leonel Pavan, a quem passo a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a possibilidade de incluir o Projeto de Decreto Legislativo nº 397. É possível? Não sei se o Júlio já tem em mão essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Leonel Pavan, enquanto V. Ex^a faz essa solicitação, submetemos o seu requerimento verbalmente à votação. Aprovado, evidentemente o projeto será apreciado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sou favorável a todos os itens enumerados por V. Ex^a. Consideramos os projetos de extrema importância para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à votação também o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, cujo Relator é o Senador Leonel Pavan.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente. E a votação será ao final da reunião.

Passo aos Itens 43, 44 e 45, cujo Relator é o Senador Efraim Moraes.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O parecer é favorável para todos os itens.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir as matérias, encerro a discussão.

Passo aos Itens 52, 53, 54, 55, 56. A Relatora é a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável aos cinco Projetos de Decreto Legislativo que tratam de emissoras nos Municípios de Taió, Jaraguá do Sul, Caçador, Porto União e São José, todos do meu querido Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, solicito a retirada, se possível, dos itens 108, 109 e 110, para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Serão retirados os itens 108, 109 e 110 para reexame, a pedido do Senador Leonel Pavan.

Passemos para o início da pauta, substituindo os Relatores designados por Relatores **ad hoc**.

Item nº 9.

Pediria ao Senador Efraim Morais que relatasse os itens nºs 9 e 10, cujo Relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens 21, 22, 23, 24 e 25, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp. Peço ao Senador Maguito Vilela, que é do PMDB, para emitir parecer como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Maguito Vilela) – Todos os itens são de parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens 46, 47, 48, 49, 50 e 51, cujo Relator é o Senador Gerson Camata. Peço ao Senador Reginaldo Duarte para emitir parecer como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Sr. Presidente, todos os itens têm parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 57 a 65.

O Relator é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – São projetos de aprovação de emissoras de rádio do Estado de Pernambuco e todos têm parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens: 66, 67 a 79. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. Peço ao Senador Aelton Freitas que emita parecer dos itens 67 a 78 como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação e temos certeza de que o Senador Eduardo Azeredo agiria da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os itens 66 a 78 têm parecer favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 79, 80, 81 e 82.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – O parecer é favorável em relação aos itens 79, 80, 81 e 82.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89.

Como o Relator, Senador Almeida Lima, não está presente, vou pedir mais uma vez ao Senador Efraim Morais que, faça apresentação do relatório verbal.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 90, 91, 92, 93, 94 e solicito à Senadora Ideli Salvatti para, como Senadora **ad hoc**, em nome da Senadora Fátima Cleide, os Itens de 90 a 94.

A SRª RELATORA AD HOC (Ideli Salvatti) – Sr. Presidente, na condição de Relatora **ad hoc**, quero repassar o parecer da Senadora Fátima Cleide favorável à aprovação dos decretos legislativos nominados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos ao próximo item.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, há três rádios comunitárias de interesse de Goiás e a renovação da concessão de uma TV de Goiás todas prontas. Requeiro a V. Ex^a que também as inclua na pauta de hoje.

Sou o Relator de todas elas com o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Ex^a poderia identificá-las?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, são os PDS n^{os} 330, 409, 410 e 383.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Vamos providenciar a identificação dos itens.

Colocarei em votação extrapauta a votação dos itens de V. Ex^a.

Estando aprovado o requerimento, fico aguardando o texto dos projetos de decreto legislativo para a aprovação final.

Em discussão a proposta do Senador Maguito Vilela com a aprovação dos pareceres dos itens 330, 409, 410 e 383.

Não havendo quem queria discutir, somos pela aprovação no final da sessão.

Vamos aos **Itens 95 a 97**, cujo Relator é o Senador João Capiberibe. Solicito ao Senador Reginaldo Duarte que faça a apresentação dos pareceres.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 98 a 102, em que o Senador Demóstenes Torres é o Relator. Peço ao Senador Maguito Vilela que apresente, como Senador **ad hoc**, os pareceres dos Itens 98 a 102.

O SR. RELATOR AD HOC (Maguito Vilela) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 103 a 107, cujo Relator é o Senador Sérgio.

Solicito ao Senador José Jorge que apresente o relatório verbal.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – V. Ex^a poderia repetir quais são?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Itens 103, 104, 105 e 106.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – O parecer do Senador Sérgio Guerra em todos os quatro casos é favorável e, portanto, acompanho seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Foram retirados para reexame os **Itens 108 e 109**, mas gostaria de acrescentá-los, Senador José Jorge e, se V. Ex^a aprova, o **Item 107** que deixei de mencionar.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – Da mesma forma, o parecer do Senador Sérgio Guerra é favorável e, conseqüentemente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 111 e 112, cujo Relator é o Senador Mão Santa. Não estando presente o Relator, solicito ao Senador Flávio Arns que faça a apresentação **ad hoc**, do Relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens n^{os} 113 e 114. O Senador Luiz Otávio é o Relator. Peço ao Senador Leonel Pavan que faça a apresentação do relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Leonel Pavan) – Somos favoráveis por se encontrar perfeitamente dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos aos próximos itens.

Itens n^{os} 115 e 116. O Senador João Tenório é o Relator. Não estando presente, peço ao ilustre Senador Marco Maciel que faça a apresentação **ad hoc** dos relatórios.

O SR. RELATOR AD HOC (Marco Maciel) – Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens n^{os} 117, 118 e 119.

O Relator é o Senador Edison Lobão, que não está presente. Solicito ao Senador Efraim Morais que apresente o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Certo. Parecer favorável. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 120 a 126.

O Senador Jonas Pinheiro é o Relator. Não estando presente, peço ao Senador Aelton Freitas que apresente o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Opinamos pela aprovação, Sr. Presidente. Portanto, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 127, 128 e 129.

O Senador José Maranhão é o Relator. Peço novamente ao Senador Efraim Morais que, como Relator **ad hoc**, apresente o parecer.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pareceres favoráveis. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 130, 131 e 132.

O Relator é o ilustre Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão. Passo a palavra a S. Ex^a para que, como Relator, possa proferir o parecer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável a todas as matérias que V. Ex^a confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os pareceres são favoráveis.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A pedido do Senador Almeida Lima, solicito que V. Ex^a inclua na pauta as matérias que passo às mãos de V. Ex^a e que têm como Relatora a Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Portanto, por solicitação do Senador Osmar Dias, a pedido do ilustre Senador Almeida Lima, estou encaminhando. São dois pareceres com relatório da Senadora Maria do Carmo Alves. São duas rádios. A Rádio Cultura de Sergipe S.A. e FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. As duas cidades: Tobias Barreto e Aracaju (SE). Solicito,

então, à Secretaria que inclua imediatamente, ainda nesta reunião, como itens extrapauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria também de requerer a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 411. Fundação Antônio Bárbara, Cianorte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Por solicitação do Senador Flávio Arns, coloco em votação a inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 411.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A pedido do Senador Sérgio Cabral, que inclua também o processo da Rádio Musical FM de Itaguaí Ltda., do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Atendida a solicitação do Senador Sérgio Cabral, através de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Em discussão todos os itens que entraram extrapauta na reunião de hoje.

Não havendo quem queira discutir, vamos aos próximos itens.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas e, posteriormente, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço que seja incluído também a Fundação Rádio e Televisão Educativa de Alto Paranaíba – Funaltopar, na cidade de Presidente Olegário, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Providenciaremos junto à Secretaria a inclusão, e já submeto o requerimento de V. Ex^a.

Coloco em discussão o requerimento de V. Ex^a.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado.

Passo a palavra a V. Exª para relatar o item solicitado.

Senador Aelton Freitas, a solicitação de V. Exª foi colocada em votação.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – É o PDS nº 379, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado o requerimento de V. Exª.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para inclusão também, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo, que autoriza a Rádio 102 de Pinhalzinho. É o PDL nº 488.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento de V. Exª.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Passo a palavra a V. Exª para relatar o projeto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio 102 de Pinhalzinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É pela aprovação o parecer da Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Existe algum outro pedido para inclusão extrapauta de algum projeto de decreto legislativo?

O SR. (orador não identificado) – Não, já solicitei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª já solicitou.

Vamos à votação nominal, antes de passar, com muito orgulho, a Presidência dos trabalhos ao Senador Osmar Dias.

Passo para o Senador Osmar Dias a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Hélio Costa por ter conduzido a reunião até agora.

Vamos dar sequência, fazendo a chamada nominal para o voto de todos os processos que foram apreciados e discutidos.

Senadora Fátima Cleide...

(Procede-se à votação)

Eritão, todos foram aprovados. Consulto se o voto para as emendas é o mesmo. (Pausa.)

Confirmado, aprovadas também as emendas.

Os projetos que foram incluídos extrapauta já foram relatados e votados também.

Já encerramos a extrapauta. Vamos voltar para a pauta normal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Há apenas mais um projeto de rádio que eu queria colocar em extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode relatar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da Fundação Mata Eclesiástica de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Pergunto se o voto é o mesmo de todos aqueles já proferidos. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1 da pauta normal.

Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003, que altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acerca do nível de formação dos professores da educação básica.

Autor, Senador José Jorge. Relator, Senador Reginaldo Duarte, que deu parecer favorável. Foi concedida vista coletiva na reunião do dia 09/06. Não foram apresentadas manifestações por escrito, portanto fica mantido o relatório do Senador Reginaldo Duarte.

Pergunto se algum Senador deseja fazer alguma manifestação.

Senador José Jorge, autor do projeto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, este projeto é uma correção na LDB. Já expliquei aqui na reunião passada, não é um projeto polêmico, apenas corrige uma situação que deixou dúvida.

Solicito que o projeto fosse aprovado hoje para que aproveitássemos esse final de semestre.

É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para corroborar as observações feitas pelo Senador José Jorge.

Na realidade, essa dificuldade criada na lei trouxe uma série de inconvenientes, principalmente para as professoras do interior do meu Estado, Minas Gerais. Evidentemente, em todo e qualquer Estado brasileiro tivemos a mesma situação: houve uma verdadeira corrida de professores para se adaptarem a essa in-

sistência da lei, ou seja, precisavam habilitar-se em nível superior ou serem formados por treinamento em serviço.

Na realidade, essa proposta, cujo Relator é o Senador Reginaldo Duarte, vem, conforme disse o Senador José Jorge, alterar esse § 4º do art. 87 da Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, para facilitar a vida dos professores, especialmente no interior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira se manifestar, está em votação. A votação será nominal. Farei a chamada.

Os Senadores que aprovarem o parecer, portanto o projeto do Senador José Jorge e o parecer do Senador Reginaldo Duarte, votam sim.

(Procede-se à votação)

Aprovado por unanimidade, com os cumprimentos da Presidência ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª e, ao mesmo tempo, gostaria de comunicar que infelizmente terei de me retirar, porque vamos inaugurar o nome da sala de Infra-Estrutura, aqui no corredor, como Apolônio Sales, que foi um grande Senador e criador da Chesf.

Vou me encontrar com o Presidente Sarney, que vai presidir a solenidade, e gostaria de convidar todos os Senadores, principalmente os do Nordeste, para comparecer. É uma solenidade rápida, (inaudível) com a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge.

Item 2.

A Relatora, Senadora Lúcia Vânia, pediu para retirar da pauta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Até porque o Senador Flávio Arns apresentou pequenas alterações, pelo que a Relatora pediu mais um prazo para fazer avaliação das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Ideli.

Item 3. Não temos a presença do Relator. Primeira reunião.

Item 4. Também não temos a presença.

Item 5. Temos a presença do Senador José Maranhão. Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2003, que institui sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental público e dá outras providências. O autor é o Senador Aloizio Mercadante, e o Relator é o Senador José Maranhão.

Foi concedida vista ao Senador José Jorge na reunião do dia 9/12, e o Senador apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Como S. Exª não está presente, vamos adiar para a próxima reunião, porque penso que seria muito difícil ter esse projeto relatado nesta reunião.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Gostaria de requerer a V. Exª que inclua na pauta extra o Projeto de Lei nº 493, de minha autoria, pronto para ser votado. Se possível, pediria a V. Exª que determinasse a inclusão como item 11 da pauta extra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário o requerimento do Senador Maguito Vilela de inclusão do Projeto de Lei nº 493.

(Pausa.)

Aprovado. Fica incluído.

Item 6.

Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, dispõe sobre o Dia Nacional da Consciência Negra e dá outras providências. Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Relatora: Senadora Ideli Salvatti, que acaba de se ausentar.

Item 7. A relatora está ausente.

Item 8.

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista. Autor: Senador Alberto Silva. Relator: Senador Etraim Moraes, que tem a palavra para relatar.

O SR. EFFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, à Comissão de Educação o PLS nº 481, de 2003, que institui sobre o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista, de autoria do nobre Senador Alberto Silva, a ser comemorado no dia 23 de novembro.

Análise.

Como bem relata na sua justificativa do projeto, o Sr. Teodomiro Carneiro Santiago é um ícone da engenharia elétrica no Brasil. Convencido da necessidade de se aliciar a teoria à prática, o empreendedor e visionário professor canalizou suas energias para concretização do sonho de criar em Itajubá uma escola de engenharia com essas características. Sem se intimidar com as dificuldades de toda ordem, fundou em uma cidade do interior o primeiro Centro de Ensino Superior em Engenharia direcionado para a formação experimental. Nessa medida, o ITM foi precursor da instalação de muitas outras escolas dessa natureza e com idêntica ênfase na relevância da prática.

A importância da formação de profissionais formados a partir desse foco revelou-se indispensável na implementação do projeto. A contribuição que es-

ses profissionais têm dado para o desenvolvimento do País é inquestionável, o que torna a homenagem oportuna e meritória.

A escolha da data da inauguração do Instituto Técnico e Mecânico de Itajubá, 23 de novembro, parece apropriada para a celebração, com o mérito adicional de reverenciar a figura do Professor Teodomiro Carneiro Santiago, o que reforça a oportunidade do presente projeto de lei.

Queria registrar aqui também a Escola de Engenharia Elétrica de Campina Grande, na Paraíba, que é considerada uma das melhores escolas do nosso País.

Nosso voto, pelo exposto, e examinado o mérito, e por não haver óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, é pela aprovação.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Parecer favorável.

Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Senador por Minas Gerais, tenho certeza de que os Senadores Aelton Freitas e Eduardo Azere-do, que não está presente nesse momento, concordam com a homenagem que quero fazer ao Senador Alberto Silva.

O Senador Alberto Silva foi um dos primeiríssimos alunos do Instituto Eletrotécnico Mecânico de Itajubá, em Minas Gerais. E a região de Itajubá, Santa Rita de Sapucaí, acabou se transformando em um pólo de eletrônica e informática no Brasil. Na verdade, gostamos de dizer em Minas Gerais que a região é o vale do silício do Brasil e certamente do Estado de Minas Gerais.

Por essa razão, quando ele se lembra de criar, através do Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003, o Dia Nacional do Eletricista, ele se lembra de homenagear o Professor Teodomiro Carneiro Santiago, que foi a força que moveu a criação dessa instituição tão extraordinária que até hoje representa tão bem o nosso Estado de Minas Gerais e, certamente, o Brasil, no esforço que se faz para trazer sempre a eletrônica, a informática, as ciências e o estudo das ciências para o contexto do interior do nosso Estado.

Então, agradeço ao ilustre Senador Alberto Silva pela lembrança. Certamente, nós todos, mineiros, ficamos muito honrados de ter a indicação do Dia Nacional do Engenheiro Eletricista na memória do Prof. Teodomiro Carneiro Santiago.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, em votação.

Vou fazer a chamada nominal.

(Procede-se à chamada nominal.)

Deixei de chamar algum Senador? (Pausa.)

Então, aprovado o projeto.

Como o Senador Mozarildo Cavalcanti não está presente, não vamos para o item 9.

Item 10.

Projeto de Lei nº 494, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão, e dá outras providências. O autor é o Senador Maguito Vilela, e o relator é o Senador José Maranhão, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano – UFSG por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás – UFG, em Catalão, e dá outras providências.

Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela, cria a Universidade Federal do Sudeste Goiano, por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás – UFG, em Catalão. O PLS estabelece que os objetivos da universidade serão o ensino, a pesquisa e a extensão. Ele dispõe que a estrutura organizacional e a forma de funcionamento serão definidas segundo seu estatuto e as leis vigentes, bem como as respectivas competências da administração superior serão definidas no estatuto e no regimento geral pelo reitor e pelo conselho universitário. Ele autoriza ainda o Poder Executivo a transferir saldo orçamentário da Universidade Federal de Goiás para a UFSG e a praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto no projeto.

Em sua justificação, o Senador alega que a transformação do campus avançado de Catalão em universidade federal representará uma grande conquista para toda região do Sudeste do Estado de Goiás.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 494, de 2003, que será apreciado por esta comissão em caráter terminativo.

Análise

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 153.131 pessoas residem nos Municípios que compõem o sudeste goiano. Catalão, a maior cidade da região, possui 64.347 habitantes, dos quais 57.606 residem na área urbana. A taxa de alfabetização, entre as pessoas com 10 ou mais anos de idade, é de 92,10%.

A região, liderada pelo município de Catalão, vem experimentando um crescimento econômico, tendo se transformado em um dos maiores pólos minero-industrial do Estado de Goiás; programas de incentivos fiscais atraíram novas empresas que se instalaram na região, investiram alto volume de recursos, expandiram a produção e geraram grande número de empregos.

O desenvolvimento econômico e a crescente urbanização trouxeram maior demanda por capacitação profissional de qualidade. O campus avançado de Catalão, da Universidade Federal de Goiás, é a maior instituição de nível superior instalada na região e se esforça para formar novos profissionais que atendem a um mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo.

A transformação do campus avançado em universidade federal representaria grande conquista para a região Sudeste do Estado de Goiás, como afirma o autor do PLS em análise. Com efeito da UFSEG, com a transferência do saldo orçamentário da Universidade Federal de Goiás, daria à nova universidade autonomia orçamentária, didática, científica e administrativa necessários a sua atuação, em consonância com as exigências da própria região.

Vale ressaltar, inclusive, que é por reconhecer a importância da educação de qualidade no desenvolvimento do País, que a Constituição Federal estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” art. 28, inciso V.

Dessa forma, julgamos de fundamental importância que o Sudeste goiano conte com uma universidade que ofereça ensino de qualidade e adequado a atender as novas exigências de capacitação profissional que o desenvolvimento econômico trouxe para os jovens da região.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003.

Assina o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Procederei à chamada nominal.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a todos os Senadores no sentido de que votem favoravelmente porque, na realidade, é um projeto importante para o Sudeste de Goiás, região de Catalão, que é industrializada e produz bastante. Inclusive, já existe o campus. Seria apenas para dar mais autonomia, tendo em vista a distância de Catalão para Goiânia e para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

(Procede-se à votação nominal).

Aprovado.

Passamos ao item extrapauta solicitado pelo Senador Maguito Vilela. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano – o projeto que votamos há pouco foi referente ao sudeste – por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Jataí, e dá outras providências.

O Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem passo a palavra. Se V. Exª puder, gostaria que resumisse o relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se, como já foi anunciado pelo Presidente, do Projeto de Lei do Senado nº 493/2003, de autoria do Senador Maguito Vilela. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano, por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Jataí, e dá outras providências.

Sr. Presidente, é inegável a importância que a educação possui no processo de desenvolvimento de qualquer povo. Por reconhecer esse fato, a Constituição Federal diz que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.

Desse forma, julgamos de fundamental importância que o sudoeste goiano possua uma universidade que ofereça ensino de qualidade adequado para atender as novas exigências de capacitação profissional que o desenvolvimento econômico trouxe aos jovens da região.

Congratulo-me, pois, com o Senador Maguito Vilela pela iniciativa. Ofereço meu voto para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493/2003.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Quero fazer uma comunicação a pedido do Comitê Pára-Olímpico Brasileiro.

O Comitê Pára-Olímpico Brasileiro mandou um ofício assinado por Vital Severino Neto, Presidente, dizendo que tem muita dificuldade para divulgar a participação dos atletas pára-olímpicos nas olimpíadas de Atenas. Reconhecendo o poder de divulgação que têm a TV Senado, a Rádio Senado e o **Jornal do Senado**, pedem que a Comissão de Educação interceda junto à direção desses órgãos de imprensa do Senado Federal para que possam ter o espaço necessário para divulgar a participação dos atletas pára-olímpicos nos jogos olímpicos de Atenas. Entendemos ser importante essa divulgação, principalmente a participação do Comitê Pára-olímpico com atletas de alto rendimento e pelo destaque que o Brasil tem obtido nas competições internacionais com os atletas pára-olímpicos. Estou formalizando nosso apoio a essas reivindicações junto aos órgãos de imprensa ao Senado. Vamos remeter um ofício à Presidência que, tenho certeza, será aprovado por todos os Senadores da Comissão para que haja uma ampla divulgação da participação do Comitê Pára-olímpico nas olimpíadas de Atenas. É uma comunicação que entendo ser conveniente e importante.

Peço autorização para, atendendo solicitação do Senador Leonel Pavan, submeter à apreciação uma pauta extra.

Rádio FM Coronel Freitas Ltda., de Santa Catarina. PDS nº 08/2004. O outro é o PDS nº 136, Rádio Princesa Ltda., de Lajes, Santa Catarina. Rádio Atlântida FM, de Blumenau, Ltda., PDS nº 491. A outra é a Associação Comunitária, Cultural e Educacional Mandacaru, de Maringá, Paraná. É o PDS nº 325.

Todos por solicitação do Senador Leonel Pavan.

Senador, Rádio Aquarela FM Ltda., de Realeza, Estado do Paraná, PDS nº 389.

Como os dois últimos têm o parecer favorável de minha autoria, consulto sobre o parecer de V. Ex^a nos primeiros que V. Ex^a solicitou que incluíssemos em pauta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB -- SC) – Sr. Presidente, somos favoráveis a todos esses itens, e as duas do Paraná, que são seus eleitores, têm o aval do Senador de Santa Catarina.

Então, somos favoráveis.

Também gostaria de pedir a inclusão de mais dois PDS, se possível. O de nº 592, que trata da Sociedade Rádio Tubá Ltda., de Tubarão. E o PDS nº 453, da Rádio Vale do Araçá Ltda., cidade de Saudades, no oeste de Santa Catarina. Se for possível, incluí-los também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estão incluídos, e já consulto sobre o parecer de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Consulto se os votos dos Senadores são iguais aos que já foram conferidos.

Estão todos aprovados.

Mais um instante, porque parece que há mais alguma coisa a tratar.

Um requerimento do Senador Leonel Pavan novamente.

“Requerimento à Comissão de Educação.

Nos termos do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno, requeiro que seja realizada audiência pública nessa Comissão, a fim de esclarecer pontos e aprimorar o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, de minha autoria, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de publicitário.

Para isso, solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades:

1º) Sr. José Antonio Calazans, Presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda, Fenapro;

2º) Sr. Dalton Pastore, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade, Abap;

3º) Sr. Petrônio Cunha Corrêa, Presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão, Cenp;

4º) Washington Olivetto, publicitário, Presidente da Agência W/Brasil;

5º) Nizan Guanaes, publicitário e Presidente da Agência África;

6º) Professor Elói Simões, professor da Unisul, Santa Catarina.

Está em discussão o requerimento do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, hoje estamos trabalhando muito, pelo que se viu, até para fazer justiça ao nome dos “Leonéis”. Um se foi, depois de tanto trabalhar, mas o outro fica para dar continuidade ao trabalho. Gostaria que fosse aprovado esse requerimento, em função do Projeto de Lei nº 30, de minha autoria, que propõe a regulamentação da profissão de publicitário. Por isso, estamos requerendo essa discussão em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aprovado.

Vamos tomar as providências para que a audiência pública seja realizada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião, com os agradecimentos desta Presidência.

(Levanta-se a reunião às 11h43min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 14 de Setembro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Morais, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Almeida Lima, Tião Viana, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Paulo Octávio e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Maguito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião os Senhores Senadores, não-membros da Comissão, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Renan Calheiros e César Borges e os Deputados Ricardo Zarattini Filho (PT/SP), Osmar José Seraglio (PMDB/PR) e Moacir Micheletto (PMDB/PR). O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica as presenças na reunião de hoje, dos Senhores Steve Solot, Vice-Presidente da Motion Pictures Association; Washington Melo, Diretor de Assuntos Institucionais da Rede Bandeirantes e Arturo Netto, Diretor Executivo da União Brasileira de Vídeo. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Osmar Dias, que tem como objetivo ouvir os Senhores: Gilberto Gil, Ministro da Cultura; Ricardo Difini Leite, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENECC;

Cacá Diegues, Cineasta; Geraldo Moraes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC; Antônio Teles, Presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão – União TV; Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA, Rodrigo Saturnino Braga, Vice-Presidente dos Sindicatos dos Distribuidores dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e Otávio Luz Rodrigues Júnior, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, para discutir o anteprojeto do Ministério da Cultura para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV). A Senhora Fernanda Montenegro, atriz, convidada para a audiência, justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, autor do requerimento, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Juvêncio da Fonseca, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti e Flávio Arns. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está aberta a nossa 31ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Nosso objetivo, hoje, é discutir o anteprojeto do Ministério da Cultura para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, Ancinav. O autor do Requerimento é este Presidente.

Apresentamos o requerimento nos seguintes termos.

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, destinada a discutir o anteprojeto do Ministério da Cultura para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, Ancinav, com os seguintes convidados:

Gilberto Gil, Ministro da Cultura; Eunício Oliveira, Ministro das Comunicações; Ricardo Difini Leite, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas; Cacá Diegues, Cineasta; Geraldo Moraes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema; Antônio Telles, Presidente da União Na-

cional de Emissoras e Redes de Televisão; Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura; Fernanda Montenegro; e Rodrigo Braga.

Hoje, contamos com a presença de oito convidados, a quem peço que tomem assento à mesa nos lugares devidamente nominados.

Gostaria de agradecer a presença de todos os convidados, em especial do Ministro Gilberto Gil, que tinha um compromisso em Portugal, mas que, numa demonstração de respeito à Comissão de Educação do Senado e ao Congresso Nacional, cancelou a sua agenda no exterior para comparecer a esta audiência pública. Mesmo com a nossa sugestão de que faríamos uma audiência pública com todos os convidados, podendo comparecer numa audiência pública posteriormente, preferiu estar aqui para debater o assunto com os outros convidados, porque entende que, dessa forma, o debate seria mais produtivo, já que o que pretende é esclarecer todas as dúvidas a respeito do anteprojeto.

Vou deixar claro o seguinte: quando apresentei o requerimento, fiz um pronunciamento no plenário do Senado, fazendo críticas a respeito do anteprojeto e sustentando todas elas, mas é claro que, depois desse episódio, algumas coisas foram alteradas, das quais vamos fazer uma avaliação.

É claro que o anteprojeto, como está em discussão com a sociedade brasileira, está em processo de aperfeiçoamento, como disse o próprio Ministro Gilberto Gil. E, por estar em processo de aperfeiçoamento, é que fizemos o nosso papel de, como Presidente da Comissão, fazer um pronunciamento no plenário do Senado, convidando para uma audiência pública e debatendo na Comissão, antecipando-nos. Porque, como é um anteprojeto, sequer está sendo discutido ainda na Câmara dos Deputados.

Mas dizia há pouco ao Ministro Gilberto Gil que, quando o projeto chegar aqui ao Senado, estaremos prontos para votar, exatamente porque nos antecipamos, realizamos audiência pública, ouvimos todos os segmentos envolvidos, e aí os Senadores já terão formado um conceito a respeito.

Gostaria também de fazer uma justificativa. Telefonou-me o Ministro Eunício Oliveira, que estaria presente, hoje, também, para justificar a sua ausência plenamente compreensível, já que um problema de saúde impediu-o de estar aqui nesta audiência pública. Mas, amanhã, haverá uma outra audiência pública nesta Comissão, para tratarmos do projeto que cria o Conselho de Jornalistas. Então estará presente aqui, amanhã, na Comissão. De qualquer forma, compreendemos o motivo da ausência do Ministro Eunício Oliveira, mas

ele está sendo representado aqui pelo seu assessor jurídico. Nós vamos imediatamente iniciar a exposição dos nossos convidados. Como é do regimento o Ministro tem um tempo maior. Tem até trinta minutos para fazer a sua exposição e os convidados terão até dez minutos para fazer a sua apresentação.

Posteriormente nós abriremos para os Senadores que pretendam fazer os seus comentários ou as suas perguntas.

O Ministro Gilberto Gil é o primeiro relacionado e tem a palavra por dez minutos.

O SR. GILBERTO GIL – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, muito bom dia a todos os caros Srs. Senadores aqui presentes, caro companheiros de mesa, bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite para estar com vocês na audiência de hoje na Comissão de Educação e de Cultura do Senado Federal.

Estamos aqui para iniciar o diálogo no âmbito do Congresso Nacional sobre o anteprojeto que transforma a Agência Nacional do Cinema, a Ancine em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, já bastante conhecida como Ancinav.

Trata-se de uma nova etapa do amplo processo de diálogo que marca a trajetória deste amplo projeto desde a sua gênese. A própria idéia de fazer um anteprojeto, retomando as tentativas anteriores de criação da Ancinav devem-se a um diálogo.

Refiro-me ao diálogo entre as entidades do Cinema Brasileiro, reunidas no Congresso Brasileiro de Cinema e o Ministério da Cultura. Essas entidades estiveram entre as primeiras que me procuraram logo após a minha nomeação pelo Presidente Lula, em 2003. Ao diálogo com as entidades seguiu-se o diálogo com as empresas de comunicação e com as produtoras independentes de cinema e teve. Muitas apontaram que a Ancine deveria ser vinculada ao Ministério da Cultura e não a Casa Civil ou ao Ministério da Indústria e Comércio. Outras tantas apontaram a necessidade de um novo governo recuperar e atualizar a proposta da Ancinav, uma agência reguladora para o conjunto da indústria audiovisual e não apenas para o cinema.

Partia-se do princípio de que, no cenário atual, onde 70% da receita de um filme se realiza fora da sala de cinema, não adianta tratar a indústria do cinema como se ela não estivesse conectada a televisão aberta e fechada e a outros meios de difusão.

Dizia-se também que o poder público não deve tratar a indústria cultural como trata as demais atividades econômicas. O produto cultural tem a sua singularidade, ele combina o valor material ao valor simbólico e seu impacto transcende o território da economia. Nada mais natural portanto do que lidar com

o desenvolvimento da indústria cultural em especial a indústria do audiovisual no âmbito do Ministério da Cultura. E nada mais natural do que reformular a proposta da agência reguladora e de seus instrumentos mínimos de atuação.

Esta posição das entidades e das empresas levou o Governo Federal a abraçar a proposta da Ancinav e vincular a Ancine ao Minc. Eu tenho insistido no fato de que essa proposta não nasce de nenhum tipo de voluntarismo governamental, pelo contrário, o que acabei de expor aqui mostra claramente que a Ancinav é um velho desejo, uma velha demanda de partes significativas, eu diria, de partes substanciais do setor.

O movimento de aproximação das entidades e das empresas do setor audiovisual com o Governo estava diretamente relacionado ao meu discurso de posse quando afirmei que o Ministério da Cultura deveria incluir entre as suas atribuições a dimensão econômica da cultura. Os bens e serviços culturais compõem uma das mais importantes atividades econômicas contemporâneas, movimentando nada menos do que 1,3 bilhões de dólares, por ano, segundo a Unctad.

Em países emergentes como o Brasil observa-se um vasto potencial de crescimento, com reflexos positivos sobre o desenvolvimento econômico, a elevação do grau de diversidade cultural das sociedades e a ampliação do acesso dos cidadãos ao consumo e à produção. Afirmei, então, que o Ministério da Cultura passaria a incentivar as indústrias criativas e a buscar os caminhos para o seu desenvolvimento no País, sem esquecer de outras duas dimensões vitais: cultura como cidadania e cultura como produção simbólica.

Essa seria a nova filosofia norteadora da ação do Minc, uma filosofia mais abrangente e atualizada que buscaria criar um ambiente favorável à expansão de todos os processos culturais da sociedade brasileira. As entidades e as empresas do setor audiovisual perceberam a novidade e buscaram uma aproximação imediata estabelecendo um diálogo que, como eu disse, daria origem ao anteprojeto da Ancinav.

É preciso resgatar esse fato. Com toda a polêmica causada pela proposta, dois pontos importantes, sem os quais não se tem uma compreensão abrangente da Ancinav escaparam a algumas pessoas. O primeiro é que a criação da Ancinav e do novo marco regulatório para a indústria do audiovisual não é uma iniciativa do Governo, já me referi a isso. O Ministério da Cultura apenas atendeu a convocação do setor e assumiu com ele o compromisso de formatar e viabilizar a proposta. O segundo é que o processo antecede ao Governo Lula. Para buscar suas origens torna-se necessário retroceder ao Governo Fernando Henrique Cardoso. As entidades do cinema propõem explicitamente a criação

da agência e do marco relatório desde o ano 2.000 no Congresso de Cinema de Porto Alegre.

A própria Ancine foi pensada, inicialmente, como Ancinav. A idéia encontrou eco na Casa Civil do Ministro Pedro Parente que formou um grupo de especialistas, incluindo representantes do cinema e da televisão, para elaborar um anteprojeto, mas antes mesmo da formação desse grupo, em 2001, dois Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso já tinham tocado no assunto. Após a criação da Anatel, o Ministro Sérgio Motta defendeu a elaboração de uma lei geral dos meios de comunicação de massa, para atualizar a nossa legislação e cuidar da questão do conteúdo. Depois foi a vez do ministro Mendonça de Barros. Segundo ele era necessário ter uma agência reguladora para o **hardware**, que seria a Anatel e outra para o **software**, que seria a Ancinav.

A mobilização do setor e o amadurecimento do Governo levaram ao Grupo de 2001, cujo trabalho resultou na medida provisória da Ancine. Era para ser Ancinav, englobando o conjunto das atividades econômicas de produção e de difusão dos conteúdos audiovisuais, mas na última hora ficou Ancine mesmo, ou seja, apenas o cinema.

A perspectiva da Ancinav, como se vê, está presente aqui desde os anos 90, em sintonia com um debate internacional sobre o tema.

Eis a origem do diálogo entre o Governo, entidades e empresas que se renova com o Governo Lula e que conduz ao anteprojeto da Ancinav que estamos debatendo agora.

Ao ouvir os representantes do cinema e da televisão e analisar o trabalho do grupo de 2001, entendi que a criação de uma agência reguladora para o audiovisual era uma exigência do nosso tempo e que a iniciativa estaria de acordo com a diretriz de incluir as atividades econômicas da cultura entre as atribuições do Minc. Orientei, então, a Secretaria do Audiovisual a iniciar a elaboração de um novo anteprojeto baseado em quatro perspectivas: o diálogo permanente com o setor; a pesquisa sobre a legislação de outros países democráticos – isso é muito importante; uma análise rigorosa sobre a legislação brasileira e um estudo sobre a economia do audiovisual no Brasil e no mundo.

Ao longo de 14 meses, uma equipe de técnicos e dirigentes do Ministério da Cultura deu tratos à bola para cumprir a orientação. Eles ouviram dezenas de entidades, criadores, empresários e executivos, participaram de centenas de reuniões, debates e conferências, conheceram de perto a realidade de países como a França, a Austrália, Índia, Coreia e Estados Unidos, ouviram grande número de especialistas e sintetizaram tudo neste anteprojeto. E não só eles sozinhos, houve

a participação, em muitos casos, em muitas ocasiões do próprio Ministro.

Ao mesmo tempo, procurei afirmar, dentro e fora do Governo, em reuniões, eventos e instâncias como o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional o conceito básico da proposta. Aproveitei ainda para ouvir as sugestões e críticas de muita gente. Foi como eu disse, um processo amplo e democrático de diálogo. Todo o setor sabia que o Governo estava elaborando um anteprojeto e que havia espaço para contribuições, sabia também que haveria tempo e instrumentos institucionais para um debate objetivo sobre a proposta assim que ela viesse à tona. E mais, que o anteprojeto, uma vez concluído, seria enviado ao Congresso Nacional e aqui estamos nós.

Este sempre foi o meu compromisso, o compromisso democrático do Ministério da Cultura e do Governo Lula com as entidades, as empresas, os criadores do setor audiovisual e evidentemente da nossa sociedade. Um compromisso com o diálogo que estamos cumprindo, de modo exemplar, com toda a calma que o assunto exige.

O anteprojeto, como se sabe, foi enviado pelo Ministério da Cultura ao Conselho Superior de Cinema, que reúne 9 Ministérios e 18 representantes do setor e da sociedade civil. Hoje mesmo está acontecendo uma reunião do Conselho aqui em Brasília. O anteprojeto encontra-se também em consulta pública no *site* do Minc. As sugestões enviadas pelos internautas serão apresentadas diretamente ao Conselho. Até o fim de outubro, espero que o Presidente Lula possa mandar uma versão final para apreciação desta Casa.

A íntegra do anteprojeto e da exposição de motivos também estão no *site* para que um maior número de pessoas possam conhecer a proposta, formar a sua opinião e contribuir para melhoria do texto. O processo está a todo vapor e os resultados começam a aparecer.

Vou dar um exemplo: quando o anteprojeto foi divulgado houve uma incompreensão por parte de algumas pessoas que viram, em cinco ou seis artigos, entre os mais de 100, a possibilidade de uma nova agência vir a intervir sobre a liberdade de expressão e programação. Várias das críticas que foram veiculadas pelos jornais davam conta desse viés intervencionista que teria a proposta.

Como essa jamais foi a intenção do Ministério da Cultura, determinei à equipe responsável que identificasse as críticas e incorreções e fizesse uma limpeza do texto, excluindo ou mudando a redação dos artigos polêmicos. Isso foi feito e acho, sinceramente, que a segunda minuta do anteprojeto ficou ainda melhor, mais clara e mais objetiva.

A crítica de que haveria um suposto espírito autoritário no anteprojeto se deve, como disse, muito mais a uma incompreensão, a um certo açodamento do que a qualquer outra coisa. Espero, sinceramente, que o relato que faço hoje sirva para demonstrar, de uma vez por todas, o espírito democrático do diálogo, do debate, da pesquisa, que marca essa proposta desde o início. Espero que sirva como estímulo para que todos possam efetivamente conhecer a minuta, até para que as críticas e sugestões estejam baseadas no teor do anteprojeto, na realidade da indústria do audiovisual, e não em questões que o anteprojeto não aborda.

O ex-Ministro Bresser Pereira, por exemplo, deu-se ao trabalho de fazer uma leitura atenta e rigorosa da minuta, atraído pela controvérsia. Ele declarou publicamente que não identificou qualquer artigo que sugerisse o tal espírito autoritário que permitisse uma intervenção sobre a liberdade de expressão, que não estivesse de acordo com a Constituição Federal e com outras leis do País. Bresser viu na proposta, corretamente, o desejo de proteger as empresas brasileiras e incentivar os conteúdos audiovisuais realizados no Brasil. Esta, sim, é uma intenção da minuta do Governo, das entidades e de boa parte das empresas que atuam no setor. Mas o fato é que a proposta agora está mais clara. Aos poucos, as pessoas começam a entender o anteprojeto e o debate se livra do ranço ideológico que estava presente nos primeiros momentos. Agora podemos e devemos entrar na base conceitual e nas principais medidas do anteprojeto, preparando o debate que o Congresso Nacional fará provavelmente a partir de novembro – espero.

É precisamente o que o Conselho Superior de Cinema começará a fazer na reunião de hoje, que está acontecendo agora. O conceito básico da proposta é formado por dez pontos importantes e encadeados, que eu gostaria de compartilhar com vocês.

Primeiro, o Brasil tem uma indústria de audiovisual significativa, incluindo a televisão, o cinema e outras formas de produção e difusão de conteúdos audiovisuais. O fundamento está presente. Boa infra-estrutura, vasto mercado consumidor interno e talento.

Segundo, essa indústria é estratégica para o País em termos econômicos – geração de renda, emprego, exportação, em termos culturais, promoção da identidade e da diversidade; e políticos – afirmação da soberania, dos valores e de uma imagem positiva do País.

As diversas atividades de produção e de difusão de conteúdos audiovisuais, os vários elos de suas cadeias produtivas e os múltiplos meios e suportes do audiovisual formam uma economia própria, cada vez mais articulada e sinérgica – o terceiro ponto.

Quarto, a convergência digital e a formação de grandes conglomerados internacionais de mídia, derubando as fronteiras tradicionais entre a produção de conteúdo e a operação de redes físicas, impõem novos desafios e tornam obsoleta a nossa legislação.

Quinto, nossa indústria de audiovisual apresenta o imenso potencial de expansão e de inclusão ainda não realizado, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista cultural. A perspectiva da TV digital eleva ainda mais essa distância entre o que há e o que pode haver.

Sexto, a globalização conduz a uma espécie de divisão internacional no que diz respeito ao audiovisual. De um lado, os países produtores e exportadores de conteúdo; de outro, os consumidores. O Brasil tem tudo para estar nos dois, especialmente no primeiro grupo.

Sétimo, para desenvolver econômica e culturalmente nossa indústria de audiovisual, é necessário fazer o que os outros países fizeram: criaram uma agência reguladora e elevaram os recursos públicos e privados disponíveis para o financiamento do setor.

Oitavo, a experiência brasileira e de outros países democráticos do mundo mostrou que a agência reguladora é o mais eficiente e adequado meio de o Estado, e não o Governo, lidar com setores complexos e dinâmicos da economia. Ela visa à regulação, à mediação e ao incentivo dos agentes econômicos do setor, que muitas vezes têm interesses contraditórios – todos sabemos disso –, e também à mediação entre os interesses do setor e os da sociedade, que também em muitos casos são contraditórios. Estão aí os reclamos junto ao Ministério Público com relação a conteúdo, programação de televisão aberta, de televisão fechada, etc. São várias questões. É uma outra questão que está em debate. E também a mediação entre os interesses dos setores da sociedade. Trata-se de um mecanismo democrático e capitalista, evidentemente.

9. O que impede hoje que as empresas brasileiras de radiodifusão sejam fagocitadas pelos conglomerados internacionais é uma medida de regulação que versa sobre o percentual máximo de participação estrangeira no capital dessas empresas e sobre a questão da responsabilidade editorial que deve ser de brasileiros. É só o que temos. Nada mais natural do que adotar outras medidas regulatórias, para estimular a articulação do setor e fazer, por exemplo, com que os filmes brasileiros possam competir com igualdade de condições em nosso próprio território, em nosso próprio mercado.

10. Com os mecanismos atuais de fomento, o Estado chegou quase ao limite de suas possibilidades de financiar o desenvolvimento do setor. É preciso, de

um lado, adotar novos mecanismos para expandir essa capacidade. Mas, de outro, fazer com que o próprio setor contribua para o seu desenvolvimento. Entregue à sua própria sorte, o mercado, muitas vezes, torna-se autofágico ou não realiza o seu potencial. Essa, eu diria, é a base conceitual do que estamos fazendo e do que estão fazendo outros países democráticos do mundo.

Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma agência – a FCC – que regula as relações entre os agentes econômicos do setor. Deixe-me somente ler uma medida da FCC, a semana passada.

“A FCC determinou, por unanimidade, que os **broadcasters** norte-americanos dediquem um mínimo de horas semanais de programação educativa infantil nas suas transmissões digitais, em volume proporcional ao número de canais disponíveis gratuitamente, caso o sistema adotado seja o **multicast**. Atualmente, há a obrigação de três horas semanais desse tipo de programação. Ainda as regras proíbem a inserção, pelas emissoras, de **links** para **sites** de vendas na sua programação destinada a menores de doze anos, a fim de preservar as crianças do excesso de mensagens de vendas”.

Essa regra vale também para a TV paga. Segundo o Jornal **Los Angeles Times**, mais de mil **broadcasters** associados à Nab se opuseram às novas regras, alegando ser prematuro impor tais restrições ainda no estágio inicial da TV digital nos Estados Unidos. No entanto, a agência lá tem atribuições e poderes para fazê-lo; e o fez.

A idéia básica é que, quando há regras claras e regulação, o mercado tende a se desenvolver muito mais. Assim é, como eu disse, na Austrália, na França, na Coreia do Sul, no Canadá, no Japão, enfim, em todos os países que identificam, no seu mercado, um potencial de desenvolvimento na própria produção. Há vários exemplos na Mesa. No Canadá, para cada canal de TV por assinatura, com conteúdo gerado fora do País, é preciso haver um canal com conteúdo gerado no próprio país.

Na Austrália, por outro lado, há uma cota para o conteúdo nacional na TV aberta. Cinquenta e cinco por cento da programação deve ser australiana. A Austrália é um país democrático. O modelo australiano, aliás, é uma das inspirações desse anteprojeto. Há três agências na Austrália: uma para o **hardware**, equivalente a nossa Anatel; outra para o conteúdo, equivalente ao que pretendemos com a Ancinav; e outra para o financiamento, equivalente ao Funcinav, que também faz parte do anteprojeto que estamos debatendo. Este,

aliás, é um aspecto fundamental da proposta, que não tem merecido a devida atenção.

Além da agência reguladora do seu órgão de controle social, existe um órgão de controle social da Agência, o Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual, o Ministério da Cultura propõe a criação de dois fundos de natureza contábil e, portanto, não sujeitos a contingenciamento: um, para financiar a fiscalização das atividades do setor; e, outro, para fomentar as empresas, financiando a sua expansão. Trata-se do Funcinav, este Fundo vai reunir, pelo menos, 80% do Condecine, uma contribuição que já existe, cuja base de arrecadação estamos expandindo. Ele terá um comitê gestor formado paritariamente entre o Governo e o setor e um agente financeiro, o BNDES. Todos os recursos serão revertidos para o setor, de forma racional e planejada, na forma de investimentos diretos, capital de aval, fundo perdido para o fomento da produção e companhia. O FUNCINAV vai complementar os recursos públicos que o Governo Federal já destina ao desenvolvimento da indústria do audiovisual no País, na forma de recursos orçamentários e na forma de renúncia fiscal, através das leis de incentivo e de outros mecanismos.

A Condecine, aliás, é outro aspecto polêmico da proposta. Nos colocamos à disposição de todos para debater este e outros pontos. Mas, faço questão de dizer que tudo no anteprojeto está articulado e integrado, formando um conjunto de instrumentos para que possamos aproveitar o atual ciclo de sucesso do nosso audiovisual e transformá-lo em um processo contínuo e sustentado de desenvolvimento.

Sr. Presidente, o Senhor me permite um pouco mais de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a ainda tem mais de 9 minutos.

O SR. GILBERTO GIL – A Condecine tem uma dupla função, ela é um instrumento de regulação que visa a proteção dos conteúdos nacionais e ao aumento da competitividade e, também, um instrumento de arrecadação de recursos para os fundos, em especial para o Funcinav.

Os percentuais propostos foram pensados para levar o setor a contribuir para o seu próprio desenvolvimento, um desenvolvimento – como disse – mais racional e mais planejado. E não onerar significa, ativamente, as atividades econômicas e o próprio consumidor. Podemos e devemos combater cada medida, cada artigo, cada percentual, até para esclarecer as dúvidas e as incompreensões que ainda apareçam. Vou citar algumas e deixo outras para o debate: alguns já disseram que estamos propondo uma Condecine sobre o faturamento da televisão aberta. Não é verdade.

Estamos propondo a Condecine de 4% sobre a compra de mídia na televisão pelas empresas que anunciam, descontando o percentual das agências de publicidade. Esse percentual será pago por quem compra a mídia e não pelas televisões.

E, para estimular as empresas a contribuir, estamos oferecendo a possibilidade de abatimento no Imposto de Renda, na forma de despesa operacional, no valor da Condecine mais 50%. Alguns já disseram que perdemos a oportunidade de expandir o art. 3º da Lei do Audiovisual. Também não creio que seja verdade. Estamos ampliando o seu alcance para as emissoras de televisão como forma de estimular a compra e a veiculação de produção independente.

Alguns já disseram que a Condecine de 10% sobre o ingresso de cinema e sobre o número de cópias de um lançamento de cinema vai elevar o preço do ingresso, fechar laboratórios, prejudicar os cinemas e causar desemprego. Essa avaliação não me parece correta. Vejam o caso do ingresso: o preço médio de um ingresso de cinema, em 2003, foi de cerca de R\$6,00, talvez um pouco mais. Este ano, a média já é de mais de R\$7,00. O próprio mercado aumentou mais do que os 10% que estamos propondo. Esse aumento que tivemos de 2003 para 2004, já vai em torno de 12% a 13%. Estamos propondo 10%. O mercado está efetivando 13%. A nossa avaliação é de que o mercado pode absorver a Condecine sem repassá-la ao consumidor. Mas podemos estudar variações nesse percentual, até chegar a um denominador comum. É preciso analisar o anteprojeto com rigor a atenção que o professor (inaudível) Pereira dedicou a ele. O mais importante é que o debate está aberto e que todos podem contribuir. O Governo Federal reteve o seu compromisso com a criação de uma agência reguladora, para o conjunto das atividades audiovisuais e de um fundo para elevar o financiamento do setor. E o reitera por quê? Porque esta idéia não nasce de um voluntarismo e de um seu voluntarismo de governo. Nasce de uma demanda, como ficou muito clara a ação que fiz aqui, uma demanda histórica do setor. Se vocês me permitem, concluo a minha intervenção nessa audiência dizendo que a regulação e o incentivo das atividades econômicas de produção e de difusão de conteúdos audiovisuais, é o objeto da Ancinav e do anteprojeto. Está entre as questões estratégicas, entre as questões mais importantes da agenda do país, da sociedade, do governo e do próprio Congresso Nacional. Estamos tratando, aqui, do futuro do nosso país. Ainda pouco, conversando com Cacá Diegues; ele me dizia: farei aqui, Gil, uma exposição sobre o futuro. A minha (inaudível) aqui, não trata de outra coisa. Estamos falando do futuro do nosso país. Estamos falando do desenvolvimento do

Brasil, da geração de renda, emprego, exportação, da diversidade cultural, e da inserção soberana do país no processo de globalização. Muito obrigado, a vocês todos, aos queridos Senadores, aos vários representantes dos setores que constituem a indústria audiovisual no Brasil, muito obrigado pela oportunidade de debater esse assunto aqui na comissão de educação e cultura do Senado Federal. Muito obrigado, Senador Osmar Dias, pela oportunidade. Ministério da Cultura está à disposição para aprofundar esse debate, para chegarmos a nossa agência reguladora tão necessária. Grande abraço a vocês todos.

OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado ao Ministro Gilberto Gil. Aproveito para anunciar a presença dos deputados Moacir Micheletto, Osmar Serralle. Ambos do Paraná. E anunciar a presença de Steve (inaudível), Vice-Presidente da MPA, Washington Melo, Diretor de Assuntos Institucionais da Rede Bandeirantes, Arturo Neto, Diretor-Executivo da União Brasileira de Vídeo, além dos nossos convidados.

Agora passo a palavra a Ricardo Leite, Presidente da Federação Nacional de Empresas Cinematográficas, Fenec. Tem a palavra por 10 minutos.

O SR. RICARDO DIFINI LEITE – Prezados Senador Osmar Dias, prezados Senadores aqui presentes, prezado Ministro Gilberto Gil e demais componentes na mesa. Primeiramente agradecer à primeira oportunidade que está se dando e que esta casa está oportunizando ao presidente da federação nacional das empresas (inaudível) de debater sobre o assunto Ancinav. Eu gostaria de fazer um rápido relato de como está o diagnóstico do setor. Nós estamos vivendo um momento de expansão, onde desde o ano de 1997, quando tínhamos apenas 1075 salas de cinema no país e fechamos o ano de 2003 com 1817, 69% de crescimento. 2004, nós estamos com 1010 e vamos chegar a 1920, 1950, ou seja, em poucos anos a tendência clara até 2005, 2006, é que o parque exibidor dobre. O valor, a quantidade ainda é pequena, mas certamente se percebe um grande avanço das salas de cinema. No próximo slide, nós temos a relação das salas com a capital interior do país. Nós temos, só no ano de 2003, 875 salas de cinema na capital e 942 salas no interior. 52% das salas de cinema estão localizadas no interior no País e 48% na capital, sendo que os ingressos vendidos têm uma quantidade um pouco maior ainda nas capitais.

Por favor, volte... É a relação das salas de cinema entre as capitais do País e o interior do Estado, as demais cidades do País. Temos uma relação de praticamente 50% de salas situadas nas capitais do País e outros quase 50% situadas nas demais cidades do Brasil; essa é a relação que quero mostrar.

Também é importante salientar que ainda existem muitas empresas de cinema familiares, sendo que praticamente 400 empresas são de pequeno porte, de famílias que controlam a gestão de uma a, no máximo, dez salas de cinema no País. Também é importante salientar que houve a entrada do capital estrangeiro, de empresas de grande porte no País, que alavancaram o crescimento das salas de cinema e que agora a tendência é ocupar o espaço cada vez maior no interior do Estado e, principalmente, pelas empresas de médio e pequeno porte que estão pegando aqueles espaços que as empresas de capital muito maior, empresas de maior porte não se interessam.

Aqui se verifica obviamente uma evolução no público, decorrência da evolução do número de salas de cinema. Em 1997, tínhamos 52 milhões de ingressos vendidos e, no ano passado, fechamos em 103 milhões de ingressos vendidos.

O cinema nacional tem acompanhado essa evolução, porque a exibição do País e o cinema nacional estão caminhando juntos. Podemos ver nessa relação do **marketing share**, ou seja, da participação de mercado do cinema nacional no País, que pulou de 8%, em 2002, para 21%, em 2003. Comparem os senhores a relação do Brasil com vários países que nós aqui estamos demonstrando, ou seja, o País vem num caminho muito importante e interessante do seu conteúdo nacional, inclusive comparado com a França, que é um país modelo para o conteúdo nacional, a situação não está tão distante.

Aqui temos alguns exemplos desse sucesso: no ano de 2003, “Carandiru”, “Lisbela”, “Os Normais”, “Maria, Mãe do Filho de Deus”, “Xuxa”, “Didi”, “Deus é Brasileiro”; “Carandiru” com 4.694.000 ingressos vendidos. 2004 não está sendo diferente. Sucessos como “Cazuza”, quase 3 milhões de espectadores; “Sexo, Amor e Traição”; “Xuxa”; “Olga” – esse valor de 1,5 milhão é só nas três primeiras semanas, certamente vai ultrapassar 2 milhões de ingressos vendidos.

Neste exato momento, Srs. Senadores, abram os jornais dos seus Estados e verão, no mínimo, três grandes lançamentos nacionais sendo exibidos na sua cidade: “Olga”, “Redentor” e “Irmãos de Fé”; essa é a realidade atual do cinema brasileiro.

Isso quer dizer o quê? Que as coisas estão maravilhosamente bem, não precisam ser mudadas? Não. Tive a liberdade de pegar um artigo do Excelentíssimo Ministro, na **Zero Hora**, jornal da região do Sul do País, de Porto Alegre, na época do Festival de Gramado, que deixa claro o seguinte: “O cinema vive um novo ciclo de sucesso e vitalidade no País”. O título do artigo é **Ancinav e o Desenvolvimento**, e a grande indagação

é como transformar esse ciclo num processo contínuo e sustentado de desenvolvimento.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que os exibidores não estão contra a criação da Ancinav, até porque já fazemos parte da Ancine. Até o setor de exibição expandir essa regulação nos deixa mais confortáveis. Mas o grande problema que vem aqui, e aproveito esta oportunidade, estão nas taxações que estão previstas nesta nova regulamentação e da criação da agência.

As taxações dos ingressos que o Ministro colocou recentemente – 10% dos valores dos ingressos serão cobrados.

Quais serão os critérios ou prioridades dos governos – não deste atual, mas de todos os que virão – na destinação desses recursos? Na realidade a grande preocupação do setor é a seguinte: como nós vamos conseguir, no momento que temos que destinar a poupança do exibidor para o setor da Ancinav para com o Decine, o exibidor vai perder sua capacidade de poupança e ao mesmo tempo não vai conseguir investir em novas salas; e essa decisão vai ficar para a agência, onde o exibidor terá que bater às portas da agência, pedir esses recursos para conseguir continuar expandindo.

Quais serão essas contrapartidas que serão exigidas na liberação dessas verbas?

Quais serão as garantias de retorno dos valores recebidos para a construção de cinemas?

O Estado estará criando ao nosso entender um conjunto de salas que dependerá de recursos subsidiados para sua existência, em detrimento às salas já existentes, construídas sem as benesses dos governos.

O que gostaria de deixar claro aqui, que é até louvável essa intenção do projeto de criar alternativa de salas populares, salas a um real, ou salas onde não tem o interesse econômico. O importante é não fazer isso, prejudicando o crescimento de um setor que está em expansão e precisa dessa poupança para continuar crescendo e desenvolvendo o cinema no País. E o próprio Ministro aqui salientou, estamos falando de um setor que representa, economicamente, apenas 30% de todo audiovisual. As taxações é sobre o número de cópias que é – Quanto maior o número de cópias maior o valor taxado. Na realidade, é um outro problema sério, porque, ao mesmo tempo em que restringe a poupança do exibidor e dificulta o investimento, ele fica sem acesso aos filmes por causa da limitação de cópias que vão ocorrer no mercado.

Temos os principais efeitos das taxações, que seria eliminar a capacidade de poupança do investimento em novas salas e restringir o acesso à principal matéria prima: O filme. É difícil, ao mesmo tempo,

estimular o crescimento e restringir a matéria prima. Ou uma coisa ou outra. Ou se estimula o crescimento, ou se restringe os produtos do cinema. As consequências, certamente, onde teremos dificuldades. Quando falo teremos: é o exibidor de pequeno e médio porte, que na realidade as cópias vão ficar destinadas apenas às grandes empresas de cinema no País e nas grandes capitais, e isso vai incentivar a pirataria, porque o comércio informal não tem o Governo como sócio oculto, e por isso eles vão ter essa grande vantagem competitiva. Os lançamentos nacionais serão concentrados nos grandes centros, obviamente; haverá uma elitização do público ainda maior com o aumento dos ingressos – porque na lâmina que passei, rapidamente, está havendo uma redução em dólar do ingresso médio – e muitas vezes esse aumento do ingresso não tem acompanhado os índices de inflação e obviamente um grande risco de estagnação do setor.

Para finalizar, tive que ser muito rápido, na realidade o que gostaria de pedir para os Srs. Senadores, para o Ministério da Cultura, Exm^o Ministro, é realmente uma reflexão e principalmente pelos fatos que já estão demonstrados e pelo que vive hoje o País, estejam certos que o cinema nacional ele caminha junto com a exibição de filmes, com as salas de cinema do País.

O sucesso do cinema nacional está diretamente relacionado com a capacidade de expansão e de poupança do setor de exibição, o enfraquecimento da exibição, certamente, afetará a performance também do filme nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Ricardo Difini.

Concedo a palavra ao cineasta Cacá Diegues.

O SR. CACÁ DIEGUES – Primeiro, quero agradecer o Presidente Osmar Dias pelo convite, os Senadores todos, acho que é uma honra estar aqui presente para falar sobre questões do cinema nacional. E eu queria começar dizendo, como o Ministro Gil disse, pretendo falar sobre o futuro e é muito difícil falar sobre o futuro em 10 minutos, é subestimar o futuro do cinema brasileiro que é muito maior do que isso. Eu gostaria de deixar bem claro que não conheço ninguém do setor cinematográfico ou da atividade cinematográfica que seja contra a Ancinav. Na verdade, a oposição ao anteprojeto não significa uma oposição à Ancinav, as discordâncias não significam uma oposição à criação, fui uma das primeiras pessoas que manifestei discordância ao anteprojeto e fico à vontade para dizer que o gesto democrático do Ministro Gil eliminando alguns dos artigos criticados e abrindo a discussão, como ele próprio me disse, como repetiu aqui, aliás, esse projeto só irá para o Congresso quando tiver o consenso da

atividade, quando passar pelo crivo de toda atividade, a única resposta possível a um gesto democrático como este é realmente colaborar, fundamentando as críticas, fazendo as sugestões e trabalhando para chegar a esse consenso que todos queremos. Queremos a criação da Ancinav, não estou falando aqui oficialmente em nome de ninguém da atividade cinematográfica que seja contra a criação da Ancinav, a oposição, as críticas, as discordâncias que aconteceram em relação a isso estão ligadas a detalhes do projeto, a considerações em torno do projeto que podem ser, como o próprio Ministério da Cultura e o Ministro Gil pessoalmente já disseram, que podem ser discutidos, modificados, alterados, etc. Nesse sentido, eu gostaria de lembrar que o cinema brasileiro não foi inventado ontem nem há 5 ou 10 anos, pelo que sabemos o cinema brasileiro tem mais de 100 anos de existência e viveu esse tipo de crise que vive até hoje estes 100 anos inteiros, vivendo de ciclos que começam e terminam e transformam-se em verdadeiros buracos negros onde o cinema brasileiro desaparece completamente do quadro.

Tenho um certo tempo de vida no cinema brasileiro e, durante todo este período, fui ou expectador ou protagonista de umas quatro ou cinco retomadas como esta, que se encerraram, de repente, por razões econômicas, institucionais e políticas que nem sempre, aliás, quase nunca, eram de responsabilidade dos cineastas. Estes anos todos que vivi na tentativa de criar um cinema brasileiro como uma atividade permanente no Brasil, o modelo que o cinema brasileiro viveu, digamos, na segunda metade do século XX, foi sempre um modelo de conflito e que sempre considerávamos o exibidor, o distribuidor e, posteriormente, a televisão como inimigos. Então, era uma cultura de lei de punição, de restrição, de limitação, de taxaço, de imposição que acabou no Governo Collor, quando a Embrafilme foi puxada, e o cinema brasileiro saiu de uma produção anual de 100 filmes por ano para uma produção anual de 1, 2 e, num determinado ano, se não me engano, 92, 0 filme por ano.

A partir da criação da Lei do Audiovisual, esta mentalidade modificou-se, começou a se construir no Brasil um modelo de parcerias mais ou menos como se você dissesse que o cinema brasileiro jamais seria um bom negócio, se não fosse bom para todo mundo, se não fosse bom para todos os agentes econômicos nele envolvidos. Essa parceria foi montada muito pacientemente ao longo destes últimos 10 anos, a partir de 1993, quando foi criada a Lei do Audiovisual, complementada pela Medida Provisória 2228, de 2001, que mais ou menos estabeleceu critérios para essa parceria entre todos os agentes da economia cinematográfica. Isso quer dizer que, na verdade, esse sucesso do cin-

ema brasileiro a que assistimos nos dois últimos anos, é o resultado dessas parcerias, é o resultado desse modelo novo que foi implementado pacientemente, de uma maneira insuficiente, não está completo, se tiver tempo daqui a pouco vou falar sobre isso, mas que não pode ser alterado de uma maneira descuidada – não é o caso do anteprojeto, não estou dizendo que ele é descuidado -, nem de uma maneira violenta, que quebre a natureza desse modelo, que deu o sucesso que deu. A prova de que esse modelo estava dando certo são os resultados que ele vem apresentando. E não só resultados financeiros, são resultados artísticos, são resultados estéticos, são filmes que são consagrados internacionalmente, são filmes que dão certo no Brasil, aprovados pelos críticos, pelos prêmios nacionais, são filmes, enfim, que estão fazendo com que a população brasileira volte a se orgulhar do seu cinema.

É claro que falta muita coisa. Gostaria muito que tivéssemos um tempo para falar sobre essas coisas que faltam.

É preciso consolidar uma parceria com a televisão. Não existe cinema nenhum no mundo, não existe nenhuma indústria cinematográfica no mundo que não tenha uma parceria sólida com a televisão. É preciso expandir a rede de exibição nacional, criar mais salas. O cinema brasileiro hoje está condenado a fazer filmes para a classe média alta do País, porque os cinemas são todos de multiplex, com um preço relativamente caro em relação ao salário mínimo.

O público de cinema no Brasil hoje é um público de doze milhões de espectadores. Esse é o universo cinematográfico no Brasil hoje. Esses doze milhões de espectadores, que representam cerca de 6% da população nacional, é a classe média alta. Não estamos falando com o povo brasileiro com os nossos filmes.

É preciso criar redes populares de cinema, assim como é preciso também estabelecer critérios para fortalecer empresas nacionais, distribuidoras nacionais, que precisam ser fortalecidas, para que possam enfrentar competitivamente.

Ainda outro dia estava lendo no jornal **VALOR** um programa do BNDES sobre a criação de conglomerados para dar aos diferentes setores da atividade econômica o poder de competição internacional.

Enfim, existe um monte de coisas que é preciso fazer e que, evidentemente, não serão em dez minutos que vamos resolver, mas não pode ser.

Agora, essas coisas têm que ser feitas sem criar uma fratura no modelo que já vinha desenvolvido e bem sucedido, ao mesmo tempo estabelecendo certos critérios para o futuro que sejam definitivos em relação ao que deu certo.

Por exemplo, é preciso entender que uma das coisas boas que havia nesse modelo é que os seus custos eram relativamente baratos. A Embrafilme, no final da sua história, quando foi fechada, sua gestão custava praticamente 80% ou mais às vezes do que os recursos arrecadados, enquanto somente cerca 20% ia para a atividade-fim, que era fazer filmes.

Não é possível criar novos custos de uma atividade que é estratégica e já precisa de recursos.

Com relação à questão do dirigismo, não acho que o Ministro Gilberto Gil seja autoritário nem acho que esse Governo vá criar condições autoritárias, de intervir nos nossos filmes. Mas existe realmente a necessidade de garantirmos a liberdade de expressão. E essa liberdade de expressão tem que ser garantida de uma maneira muito clara.

Tenho aqui, por exemplo, dois artigos desta lei, os arts. 93 e 94, que falam de incentivos de que tratam a Lei 8.685, de 1993 (Lei do Audiovisual), e a Lei Rouanet, de 23 de dezembro de 1991: “somente poderão ser utilizados em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura”. A utilização dos incentivos a que se refere o **caput** será regulamentada pela Ancinav. O Ministério da Cultura poderá delegar à Ancinav a aprovação dos projetos de que tratam o **caput**.

A Ancinav disporá sobre os limites, as condições de aplicação e requisitos dos projetos a serem beneficiados com o abatimento do imposto de renda na fonte, de que tratam os artigos em questão.

Tenho certeza de que o Ministro Gilberto Gil não estava pensando em intervir no Cinema. Tenho certeza de que esse Governo não vai intervir na liberdade de expressão do cinema.

Mas estamos passando um cheque em branco para qualquer governante que venha no futuro. Se não esclarecermos que limitações, que restrições são essas, estamos passando um cheque em branco para o futuro. Não para o Ministro Gilberto Gil nem para o Governo Lula, mas para sempre. Não fazemos lei para um governo, fazemos para um país.

Queria encerrar, dizendo que acredito na boa-fé, na boa vontade e no espírito democrático do Ministério da Cultura.

Tenho certeza de que vamos nos entender ao longo desse tempo, ao longo desses dias que vêm por aí, de entendimento, de discussão profunda. Todas as entidades estão discutindo o assunto. Todos os cineastas estão mobilizados para discutir esse assunto. Eu queria dizer basicamente que o cinema brasileiro é uma obra em progresso. Ele não foi inventado ontem nem anteontem. Ele existe há mais de um século. É preciso que agora, que conseguimos montar um modelo relativamente bem-sucedido, com resultados

e objetivos flagrantes de sucesso, não só de público como também artístico, que a gente acrescente coisas a esse modelo, que a gente aprimore esse modelo que precisa ser aprimorado. Mas que ele não sofra fraturas que façam com que o cinema brasileiro recue do progresso que está tendo hoje. Confio não só na sensatez e na sinceridade dos meus colegas cineastas, mas também no bom senso e no espírito democrático do Ministro Gil.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Cacá Diegues.

Passamos a palavra ao Sr. Geraldo Moraes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema.

O SR. GERALDO MORAES – Sr. Ministro, autoridades presentes, colegas do cinema brasileiro, o atual debate que se trava no Brasil em torno da criação do anteprojeto que cria a Ancinav e propõe marcos regulatórios para o setor audiovisual se insere no quadro mais amplo das discussões que acontecem em todo o mundo a respeito das chamadas indústrias culturais e criativas. Cada vez mais as indústrias da cultura, tendo à frente seus segmentos de maior significação econômica e impacto social, a fonográfica, a editorial e a audiovisual, são abordadas nos fóruns mundiais, motivam disputas internacionais e recebem a proteção legal dos países preocupados com a preservação de suas próprias identidades e com a sobrevivência da diversidade cultural.

Essa tendência vem sendo, na verdade, a grande responsável pela recente mudança de rumos ocorrida no chamado processo de globalização e levou o mundo a perceber que na etapa inicial a abertura ampla de mercados por parte dos países em desenvolvimento foi acompanhada por medidas de autopreservação adotadas nos países mais industrializados, especialmente através de subsídios a seus próprios produtos e do impedimento ao livre comércio dentro de suas fronteiras.

Em consequência, o Estado vem retomando, em todo o mundo, o seu papel de ator principal e insubstituível para o desenvolvimento cultural, posição essa que acaba de ser assumida também pelas entidades civis do hemisfério, em reunião promovida pela Organização dos Estados Americanos, na qual foi reconhecido, por unanimidade, que os Estados têm o direito, o dever e a responsabilidade de implantar políticas públicas que promovam, fomentem e reflitam a sua diversidade cultural.

No Brasil, a criação da Ancinav, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual e a regulamentação do setor audiovisual se inserem nesse quadro e representam uma histórica demanda do cinema brasileiro, manifestada em congressos e outras instâncias.

Não precisamos de exemplos externos para mostrar o que ocorre quando o Estado se omite de sua função reguladora e deixa o setor entregue às leis do mercado.

Até 1990, a normatização, a fiscalização e o fomento ao cinema cabiam ao Concine e à Embrafilme. Não como resultado da evolução do mercado, mas por força de um ato de governo, os dois órgãos foram extintos, e o resultado dessa capitulação foi desastroso. O quadro é desenhado pelo especialista Paulo Sérgio Almeida: de 92 a 94, a ocupação do filme brasileiro foi de 0,05% do mercado; de 95 a 98, manteve-se abaixo dos 5; de 90 a 94, a produção média foi inferior a 5 filmes por ano; de 90 a 94, o preço do ingresso aumentou de US\$1,70 para US\$2,92; de 94 a 98 foi de US\$2,92 para US\$4,37.

Análise do mesmo especialista: no começo da década de 90 o mercado de cinema no Brasil enfrentava uma das mais brutais crises de sua história. Vários cinemas fecharam suas portas, principalmente no interior. Já tivemos 3200 salas e ficamos com 1037, em '95. Nenhum aumento de impostos foi responsável por isso. Nesse mesmo período, o ingresso subiu. Foi assim que, mesmo com o número reduzido de salas, o setor de exibição conseguiu manter o patamar de arrecadação de seus cinemas em cerca de 200 milhões de dólares por ano e, em 1995, o preço do ingresso ficou acima de 4,5 dólares. Foi na época em que começou o processo de elitização que mudou radicalmente o perfil do espectador de cinema no Brasil, concentrando geograficamente as salas de cinema em torno do litoral e das grandes cidades, concentrando os espectadores entre as classes que têm condições de pagar semelhante preço. O Brasil tem hoje uma sala de cinema para cada 105 mil habitantes, três vezes menos do que o México. Fala-se muito no atual momento positivo do cinema brasileiro. O público de filmes nacionais deu um salto de 236% no primeiro semestre de 2003 em relação ao mesmo período de 2002. Na renda, apresentou alta de 310%. Mais de 8,8 milhões de pessoas foram ao cinema assistir a produções brasileiras nos primeiros seis meses de 2003, enquanto no mesmo período do ano anterior esse número foi de apenas 2 milhões e 600. É preciso ressaltar, antes de tudo, que esse crescimento ocorreu graças a incentivos fiscais, fonte principal, quase exclusiva dos investimentos. É preciso entender melhor esse quadro. Cinema: poucas salas por habitantes, preço do ingresso alto, uma sala por 106 mil habitantes. TV paga: baixa penetração dos serviços, alto preço. Home vídeo: grande base instalada, baixa remuneração do produtor. Tevé aberta: grande base instalada, baixa remuneração ao produtor, ausência de filmes brasileiros, pouca veiculação

de filmes e programas independentes. Pesquisa do IBGE, realizada em 2001, mostra que somente 8% dos municípios brasileiros possuem sala de cinema e 7% têm um shopping center. O déficit é nas Regiões Norte e Nordeste e mesmo as salas de cinema do interior estão concentradas no litoral, no Sudeste e em cidades com mais de 500 mil habitantes. Em 2002, o filme Cidade de Deus rendeu 18 milhões nas bilheteiras brasileiras, com 3,1 milhões de espectadores. Seu custo não chegou a 7 milhões. Seu diretor afirmou que duas circunstâncias o impediram de colocar a mão no lucro do filme. Com os 3 milhões de espectadores no Brasil paguei o adiantamento de bilheteria e os custos de comercialização. É sabido que nenhuma cinematografia, que nenhum setor audiovisual se desenvolveu ou se desenvolve no mundo sem que antes de tudo tenha acesso e conquiste seu próprio mercado interno. Há pouco, a mídia brasileira acusou uma crise da qual, segundo suas próprias palavras, só poderia sair ou com recursos no Estado ou com a venda para empresas multinacionais. Em 2001, as televisões brasileiras exibiram 2.150 filmes. Quantas produções brasileiras foram levadas ao público? Numa rede de televisão aberta, foram veiculados cerca de 120 filmes por mês e 10 filmes nacionais ao longo de todo o ano. Duas outras só exibiram filmes estrangeiros. Será isso um bom negócio? Dados do balanço de uma emissora de televisão de São Paulo, publicados pelo Diário Oficial, relativos a 2003: apesar de ter demitido cerca de 400 pessoas e feito uma economia de 100 milhões em 2003, o prejuízo foi de 33,6 milhões ao ano, recorde na história da emissora. Tal prejuízo decorreu da queda de faturamento e principalmente devido aos contratos em dólar por filmes e desenhos importados. O balanço de 2003 registra o lançamento de 163 milhões de reais com filmes e desenhos e, de 2004 a 2007, a emissora tem compromissos que totalizam 183 milhões de dólares com esses produtos. Os gastos com filmes e desenhos equivalem a 44% de todo o custo das produções e operações da emissora, em 2003, que somaram 373 milhões e meio. Vivemos, é preciso reconhecer, algumas ficções. A primeira, de que o crescimento do mercado, nas proximidades dos grandes centros, representa uma recuperação do mercado no interior do País; segundo, a de que salas de exibição representam o mercado; terceiro, a de que incentivos fiscais são suficientes para sustentar a indústria audiovisual. Na verdade, necessitamos de incentivos fiscais, porque não temos acesso ao mercado e isso nos foi tirado exatamente por uma medida governamental, razão por que temos sempre dito que os incentivos deveriam ser considerados como indenização. Tratei do assunto sem abordar a questão cultural, é preciso abordá-la também,

nenhum povo produz nenhum povo tem capacidade de trabalho adequada, conveniente, se não tiver sua auto-estima desenvolvida. Ninguém tem sua auto-estima desenvolvida, elevada se não tiver condições de reconhecer-se a si mesmo. Impossível pensar num País que só vê a imagem alheia e que necessita de apoio governamental, que necessita de regulamentação para poder se ver a si mesmo.

Um povo que não tem acesso à sua própria produção audiovisual representa mais ou menos a mesma situação de uma família que não pode colocar na parede os quadros, as imagens que lhe agradam e têm que receber, obrigatoriamente, aquelas que vêm de alguém com outro gosto, que não lhe diz respeito.

Essa família tem casa, quadros, imagens, que não são da sua realidade e na cabeceira a fotografia da mulher do vizinho. É bom que se regulemente o setor audiovisual antes que o Brasil se apaixone por ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao sr. Antonio Telles, Presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão, União tv.

O SR. ANTONIO TELLES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros de depoimentos nesta Mesa. Manifesto a esta Presidência e aos Srs. Senadores o agradecimento pela União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão pela oportunidade democrática oferecida a nós para trazer ao Senado, através desta Comissão, nossa avaliação sobre o anteprojeto, destinado a organizar as atividades cinematográficas e audiovisuais. Preliminarmente, quero destacar o grande senso de responsabilidade desta Presidência e produção ao tomar a iniciativa de antecipar esse debate sobre o tema que, inegavelmente, envolve enormes riscos para a continuidade democrática num país, já que tem no seu núcleo a disposição evidenciada de violar a mais cara das nossas conquistas sociais, pretendendo impor controle, regulação e orientação sobre a liberdade de expressão, que é um princípio constitucional pétreo.

Com todo o respeito, pelo que disse aqui o Ministro Gilberto Gil, por quem temos um grande respeito profissional e pessoal, valho-me do direito de discordar sob vários aspectos das suas colocações feitas a esta Comissão. Considero sinuosa a maneira como está nascendo o dito projeto Ancinav, não sabemos até o momento a dimensão exata do que se pretende. Entretanto, existem duas ou três versões de texto, uma delas liberada extra oficialmente sob o pretexto de que teria havido um vazamento que dimensionam a vocação do projeto, do anteprojeto e o alcance das suas aspirações. O texto inicial, que vazou por meio de um *site*, pode ser comparado a um manual de dirigismo

cultural. Arrisca-se esse texto sem nenhuma cerimônia a falar que o Poder Executivo terá, entre outras, as prerrogativas de regular, organizar, planejar, administrar, fiscalizar, dirigir conflito entre particulares e aplicar penalidades sobre toda a cadeia de produção da atividade audiovisual.

Chega ao extremo de propor “que a liberdade será a regra, constituindo exceção as proibições, restrições e interferências do Poder Público”. Propunha até que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação seriam de responsabilidade da Ancinav.

Evidentemente, não posso considerar muito produtivo debruçar-me nesse momento sobre um texto que não conhecemos na sua integridade, porque as ações políticas desenvolvidas antecipadamente pelos autores da idéia demonstram que existem limites para o desejo de intervir fortemente na comunicação social.

É preciso agora, com certeza, que o texto final ganhe formato de realidade, por meio da sua transformação em projeto de lei, para que possamos então avaliar, sem dúvida, quais as intenções embutidas nessa iniciativa.

Ressalve-se aqui que, em nenhum momento, as redes de televisão manifestaram ou manifestam qualquer discordância com as iniciativas do Poder Executivo para desenvolver projetos de fortalecimento da cultura nacional, por intermédio de incremento de recursos e incentivos à produção cultural, que nesse momento se debate em grave crise não só na área do cinema, mas também na indústria fonográfica, na indústria editorial, nas artes plásticas, no teatro, na televisão, etc.

A indústria cultural continua vivendo à margem de qualquer apoio do Estado e, mesmo assim, oferece importantes exemplos de vitalidade. O próprio Ministro Gilberto Gil pode testemunhar, como membro da área, a importância da música popular brasileira no Brasil e o seu reconhecimento em setores importantes do exterior.

Basta também exibir as estatísticas que mostram a penetração da televisão em todos os recantos e em todas as camadas sociais do País, atingindo níveis de contato com a população que sequer o Estado, por intermédio do seu próprio aparelho, consegue.

Nada contra um projeto estruturador. Somos contra o controle, a regulamentação e a fiscalização. O setor que aqui estamos representando está preparado e pronto para analisar com isenção e profundidade qualquer proposta do Poder Executivo, inclusive esse chamado projeto Ancinav, mas reafirma, fortemente, que será intransigente na resistência a qualquer proposta que ameace violar a liberdade de expressão.

O Ministro disse que o projeto retrocede aos tempos do Governo Lula, devo lembrar que retrocede aos tempos do Estado Novo, quando através de uma agência de cinematografia, acabou se dando ao abominável DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda de memoraria lamentável. Esse livro Tempos de Capanema, lembro aos senhores, talvez seria interessante para fazer uma volta à história e verificar a gravidade de situações semelhantes que o tempo não permite que possa ler espaços desse livro que seriam valiosos.

Quero ainda lembrar aos interessados que uma biografia do escritor Roger Maxwell e Henrique... falam num livro denominado Dr. ... (inaudível) citam exemplos do centralismo cultural, feito através do cinema, na implementação do Ministério da Propaganda nazista.

Faço minhas, finalmente, as palavras do cineasta Cacá de Diegues, que aqui diz com toda a razão que não se fazem leis para governos, mas para o país e para um povo.

E convoco a consciência dos Srs. Senadores para a importância de avaliar os riscos que corremos com relação à liberdade de expressão. Muito obrigado pela atenção que me concederam.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Sr. Antônio Telles. O próximo é o Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA. Tem a palavra por dez minutos.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Senador Osmar Dias, prezados Senadores presentes, Ministro Gilberto Gil, componentes da Mesa, é um prazer muito grande poder estar presente nesta audiência pública porque é a primeira vez em que os operadores de tevê por assinatura têm a oportunidade de se manifestar em relação ao projeto proposto.

E temos algumas observações que consideramos muito relevantes porque tomando as palavras do cineasta Cacá Diegues a discordância em relação à minuta apresentada não significa discordância em relação ao projeto de uma Ancinav. No entanto, o projeto da forma como está apresenta uma quantidade tal de imperfeições e de inadequações que exigem uma discussão muito mais ampla e muito mais profunda e acredito que esse daqui é apenas o primeiro passo para essa discussão.

Vamos ao primeiro slide por favor.

Pincei do Ministro Gilberto Gil duas frases que acredito devam ser premissas que devem nortear a nossa discussão. O audiovisual tem plenas condições de se transformar em um dos setores mais competitivos da indústria brasileira, e a agência funcionária para regular e mediar suas práticas econômicas e não o teor do conteúdo a ser distribuído. São premissas

da maior importância e seguramente devem seguir de norte para todos os dados que forem dados daqui para frente.

Mas o audiovisual não é só cinema, é alguma coisa que está atingindo uma complexidade universal extraordinária.

Próximo slide, por favor.

Estamos vivendo num mundo inteiro uma revolução provocado por aquilo que se convencionou chamar convergência tecnológica. São os celulares que recebem vídeo, televisores que acessam internet, computadores que transmitem voz. Essa é a uma realidade que hoje permeia o mundo inteiro e ainda é uma realidade muito pouco conhecida, muito pouco discutida. No entanto, impacta profundamente a cadeia de valor do audiovisual.

Próximo **slide**, por favor.

Para se ter uma idéia, no caso específico da televisão por assinatura, a cadeia de valor da televisão por assinatura é constituída por produtores de conteúdo, como podem ser os estúdios Fox, Globosat, NB-UOL, as tevês abertas, a Band, a Globo, o SBT, os independentes, Canal Brasil, o Clima Tempo, todos esses são produtores de conteúdo. E depois nós temos os distribuidores de conteúdo que são as empresas DirecTV, NET, Sky, TVA, que não produzem conteúdo, compram conteúdo de terceiros e distribuem. E temos, ainda, os transportadores de conteúdo. Os transportadores de conteúdo são os proprietários das redes, que podem ser redes de cabo, rede MMDC, redes de DTH, que são as redes de satélite. Cada um desses elementos dessa cadeia de valor têm um determinado modelo de negócio, um determinado modelo econômico, que é, em diferentes medidas, impactado por essa convergência tecnológica que se aproxima.

O próximo **slide**.

Esse mesmo modelo, mudando algumas pequenas premissas, vale também para a indústria cinematográfica, vale para locação de vídeos, vale para venda de fitas, CDs e DVDs. Só não vale para televisão aberta. Isso é muito importante que se entenda.

A televisão aberta tem um modelo completamente diferente. Ela, para começo de conversa, é totalmente verticalizada. Ela é proprietária do meio de distribuição e ela produz o seu próprio conteúdo. Ela tem, portanto, controle integral de sua cadeia de valor. Além disso, a tevê aberta, ela funciona de forma **broadcast**. Ou seja, ela atinge livre e gratuitamente um grande número de espectadores e tem a sua receita centrada na publicidade. Já a tevê paga é por definição segmentada. Ela possui um público pequeno por canal, são canais especializados por temas e os recursos da tevê paga vêm principalmente das assinaturas.

Enquanto a tevê aberta está presente em cerca de 90% dos domicílios brasileiros, a tevê paga está presente em 9% dos domicílios brasileiros. Então, há diferenças substanciais entre a televisão aberta e a televisão paga. Essas diferenças não estão minimamente contempladas no projeto de lei que trata como se todas essas atividades, a atividades da televisão aberta e a atividade da televisão paga, fossem exatamente a mesma coisa, como se tudo fosse televisão. E, no entanto, as diferenças são profundas e determinantes. São modelos de negócios, são abrangências inteiramente diferentes da televisão aberta da televisão paga.

Próximo **slide**.

Algumas das questões que hoje estão na mesa, que hoje precisam ser discutidas são, por exemplo: celulares, eles podem receber audiovisuais sem as mesmas restrições impostas a tevê aberta? O proprietário de um meio de transporte de conteúdo pode discriminar seus usuários? Como utilizar as redes existentes para projetos de inclusão digital? Sem responder essas questões, e muitas outras, não é difícil, é impossível regular a indústria do audiovisual. Essas questões vêm em primeiro lugar.

Vamos pegar como exemplo o próximo **slide**?

A Lei Geral das Telecomunicações.

Alguns anos atrás se promulgou a Lei Geral das Telecomunicações que definiu alguns princípios e alguns fundamentos básicos: privatização, competição, universalização. Esses são os princípios que regeram e que regem a Lei Geral de Telecomunicações.

Uma vez discutidos profundamente esses princípios por toda a sociedade aí se instituiu uma Agência Reguladora para regular o modelo criado pela Lei Geral das Telecomunicações. Não foi o contrário. Não veio primeiro uma agência e depois uma lei que definisse princípios e fundamentos. Este acho que é um ponto essencial que nós temos que ter presente. Nós, hoje, estamos diante da necessidade de discutir e de aprofundar uma Lei Geral das Telecomunicações.

Próximo **slide**, por favor.

Uma Lei Geral da Comunicação Social para qual é necessário uma ampla discussão para estabelecer os fundamentos e princípios que nortearão a comunicação social no Brasil. Estabelecidos os princípios, uma agência reguladora deverá ser criada para zelar pelo seu cumprimento. A regulação excessiva de um mercado em profunda transformação como essa que nós estamos sofrendo, pode significar a sua paralisia e o seu engessamento. Este é o risco de nós, prematuramente, estarmos criando uma agência reguladora sem que tenhamos, antes, discutido, exaustivamente, princípios e fundamentos de uma lei geral da comunicação social da qual nós carecemos há muito tempo e

se espera que a sociedade possa vir a discutir isto. No entanto, o Projeto de Lei passa muito superficialmente por esses fundamentos e princípios e se detém muito mais em taxas e punições.

Próximo slide, por favor.

E essas taxas e punições, já explícitas na lei e que são aparentemente empíricas, elas não têm referência a qualquer plano de negócio. Na verdade, elas são criadas sem que haja uma justificativa da destinação desses recursos e só contribuem para aumentar a barreira de acesso que faz com que os consumidores de baixa renda estejam distante, justamente, dos produtos audiovisuais. Tudo o que nós fizemos e que venha a aumentar essa barreira – o aumento eventual de preços de entradas de cinema, o aumento eventual de preços de pacotes de televisão por assinatura são barreiras adicionais quanto ao alcance que se pode ter da penetração do audiovisual na população brasileira. Nós temos o exemplo do Fust que, também, foi criado de uma forma absolutamente sem qualquer referência ao modelo que, simplesmente, estabeleceu um porcentinho do faturamento das empresas de telecomunicações. Hoje, nós temos R\$3 bilhões, dos quais nenhum centavo, até hoje, foi realmente aplicado na universalização.

Vou passar rapidíssimamente – porque não vamos ter tempo de discutir exaustivamente.

O próximo slide, por favor.

Alguns dos impactos de artigos específicos sobre a TV por assinatura. O art. 71, por exemplo, isenta da Condecine – obra cinematográfica e vida fonográfica esportiva veiculada por prestadora de serviços de radiodifusão de sons e imagens. E por que não a TV por assinatura? Só a televisão aberta pode ter esse tipo de isenção?

No art. 72, se aumenta em 100% o valor retido no País para as programadoras internacionais que desejarem investir em projetos de produção independente – passa de 3 para 6%, um aumento de 100%. Isto, necessariamente, se refletirá na ponta. Quem, mais uma vez, vai pagar esse aumento é o consumidor.

Próximo slide.

O art. 39 dispõe sobre percentuais a serem estabelecidos para a promoção da cultura nacional e a regionalização da produção. Como é que se pode obrigar um consumidor a consumir e a comprar um pacote de filmes ou um pacote de televisão por assinatura com um determinado percentual de programação nacional. E se ele quiser comprar só canais estrangeiros porque ele quer que os seus filhos tenham maior familiaridade com línguas estrangeiras – vai ser impedido de comprar esse tipo de produto? Com pode o DPH – que é principalmente por satélite? Como ele poderá region-

alizer a sua produção? Esta é uma transmissão que cobre todo o território nacional.

No art. 42 – visando competição e diversidade – a Ancinav poderá estabelecer condições de exploração de atividades audiovisuais por prestadores de serviços de telecomunicações.

De novo, lembrando a frase do cineasta Cagá Diegues: isto é passar um cheque branco para o Governo, sem que fiquem absolutamente claras quais são essas condições de exploração dessas atividades.

Vou passar, rapidamente, para os outros dois slides e vou terminar no último slide. Por favor, pode passar. Depois, vou ser claro. Os senhores terão acesso a todas essas considerações e vamos parar nesse último slide porque ele, talvez, seja um dos mais importantes, no caso da televisão por assinatura e ele fecha, com chave de ouro, a nossa colocação em termos da nossa objeção ao Projeto, nos termos como ele está.

O art. 41 diz:

“Art. 41 – Compete à Ancinav, com relação ao serviço de tv a cabo, em especial, a regulamentação e a fiscalização das disposições contidas nos artigos 3º, 7º, 10º, 20º, 30º, 32º, 35º e 38º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1975.”

É a Lei do Cabo, que criou todo um arcabouço regulatório em relação à atividade da TV a cabo. Todos esses artigos são regulados e legislados pela Anatel. Já existe uma agência que é responsável pela fiscalização e regulamentação de todos esses artigos. Estamos simplesmente criando um conflito de competência absolutamente inaceitável.

Parece-me que há imperfeições muito fortes e importantes para que não discutamos mais profundamente a minuta apresentada até a oportunidade de se discutir uma agência antes de uma lei de comunicação social. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. Alexandre Annenberg. Passamos a palavra ao Sr. Rodrigo Braga, Vice-Presidente do Sindicato dos Distribuidores de Cinema dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O SR. RODRIGO BRAGA – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Sr.s e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Cultura, muito obrigado pelo convite. Preparei uma apresentação cuja cópia está sendo distribuída a V. Ex.s. Evidentemente, como sempre acontece comigo, não será possível fazer essa apresentação em dez minutos de forma que vou procurar focar os principais aspectos, a começar desse primeiro quadro, em que procuro mostrar a evolução do circuito de cinemas no Brasil. O Ricardo Difini já mostrou aqui um quadro

parecido, mas gostaria de chamar a atenção para dois aspectos: primeiro, há uma pequena divergência de números. Quer dizer, hoje o circuito brasileiro está crescendo muito e há uma enorme movimentação de forma que, cada vez que se faz um levantamento, acha-se um número diferente. Isso é como uma pesquisa eleitoral, ou seja, é uma fotografia do momento. Essa é a fotografia do final de agosto. Outro fato que gostaria de chamar a atenção de V. Ex.s é que esse quadro mostra onde estão localizadas as salas de cinema. Por exemplo, 392 salas em cinemas de uma sala no ano de 2004; 783 salas em complexos, como chamamos, de duas a cinco salas; e 735 nos chamados multiplex, os cinemas com mais de seis salas. É muito interessante notar a reversão de uma tendência que vínhamos verificando nos últimos anos. Este ano, o número de cinemas com uma sala cresceu 8%. Isso, Geraldo, é tudo interior. Isso é uma reversão na tendência mundial. A tendência é, quando o multiplex começa a abrir, os cinemas de uma sala vão fechando. No Brasil, está acontecendo o contrário porque temos uma brutal carência de salas de cinema.

Vou citar algumas cidades que abriram, reformaram ou ampliaram os cinemas recentemente: Campo Mourão, Amparo, Aparecida do Norte, Campestre, Conselheiro Lafaiete, Piraju, Pirajuí, Dracena, Foz do Iguaçu, Guarapari, que é uma praia, Jacareí, Luziânia, Sorriso, Lagoa Santa, Cáceres, Jubá, Barra Mansa, Resende, Macapá, Brumado, Mimoso do Sul, Feira de Santana, Volta Redonda, Salvador – o Cine Taiguara foi reformado –, São Gonçalo, João Pessoa e Jequié – que, aliás, reabriu um cinema que agora se chama Cine Teatro Antonio Carlos Magalhães. Dessas salas, aproximadamente 85% estarão muito afetadas com as taxas que o anteprojeto pretende cobrar. Vamos ver isso mais na frente.

Vamos para o quadro 3. Esse é um exemplo de vários países, em que mostramos dois índices: sala por habitante e frequência anual por habitante. V. Ex.s podem ver que, quanto melhor o primeiro índice, melhor o segundo índice, ou seja, a Espanha tem 10 mil habitantes para cada sala de cinema e o espanhol vai 3,4 vezes ao cinema por ano. Uma sala para cada 10 mil habitantes. V. Ex.s podem ver que o Brasil está lá embaixo. O Brasil tem uma sala para 95 mil habitantes, mesmo com toda essa evolução que vimos nos quadros anteriores. Estive em 2001 nesta sala, falando sobre o Gdic, o grupo a que o Ministro se referiu num primeiro momento, quando havia uma sala para cada 110 mil habitantes.

A frequência de idas do brasileiro ao cinema é da ordem de 0,57 vezes ao cinema por ano, e isso é resultado – não como os senhores verão no próximo

quadro – do preço médio do ingresso. Em nosso setor ocorre uma coisa muito curiosa. Como é um setor que vive de criação, criam-se algumas falácias que são repetidas à exaustão até que virem verdade. Uma delas fala do preço médio do ingresso no Brasil. Como os senhores podem ver, o preço médio do ingresso no Brasil está na ordem de R\$ 6,70 e deve ser mantido até o final do ano.

Sempre que examino essa questão, costumo verificar que o preço que chega a agosto ou setembro costuma ser o preço do final do ano. Os senhores podem ver nas duas linhas abaixo que todos os anos o preço médio tem crescido abaixo dos principais índices de inflação. Está sempre abaixo do IGPM, muito abaixo, e sempre abaixo do IPCA. Isso também é resultado de uma política de preços mais flexíveis que os Multiplex introduziram a partir de 1998. As empresas estrangeiras que se instalaram no Brasil têm uma política de preço muito melhor do que a política anterior dos exibidores brasileiros, privilegiando principalmente a família. Em 1998, o preço médio do ingresso no Brasil chegou a cair.

Costumo sempre a fazer um desafio a várias pessoas que comentam comigo que o preço do ingresso no cinema no Brasil é alto. Desafio-as no sentido de que encontrem outra forma de lazer fora de casa que seja mais barata. No Rio de Janeiro, recomendo que as pessoas levem seus filhos aos *shopping centers* para brincar com aqueles joguinhos por duas horas – Gastarão uma fortuna! – ou mesmo andar de pedalinho na Lagoa Rodrigo de Freitas. É muito mais barato ir ao cinema, especialmente porque criança paga meia-entrada.

Quando se fala que o ingresso no Brasil custa R\$ 15,00, na verdade, está-se falando de ingresso para pessoas que não são estudantes e que vão ao cinema sábado à noite. A nossa legislação dá 50% de desconto ao estudante e que está incorporada na cultura do País ou do cinema, mas qualquer empresário sabe que não existe almoço de graça e que alguém tem que financiar. Quem financia o estudante é o não-estudante que vai ao cinema à noite. Na verdade, o cinema que cobra R\$ 15,00 no seu preço mais caro, sexta-feira ou sábado à noite, tem um preço médio na faixa de R\$ 9,00. Os cinemas que estão sendo abertos no interior obviamente estão praticando preços mais baratos.

O que tem provocado o decréscimo real no preço do ingresso no Brasil, ou seja, o crescimento abaixo da inflação, é exatamente o fato que estão sendo abertos mais cinemas em áreas populares das grandes cidades e em cidades do interior do que nas grandes capitais. Até por uma questão geográfica as grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e

Porto Alegre têm um problema geográfico. Por exemplo, não dá para construir muitas salas em *shopping centers* por uma questão de espaço.

Esse quadro mostra a ocupação de outros cinemas nacionais em outros países do mundo. Esses dados são de 2003, e o Brasil está situado entre a Itália e a Suécia. É um belo desempenho – disso não resta a menor dúvida, superior ao Reino Unido, à Alemanha, ao Chile, à Argentina e ao México. É o melhor desempenho da América Latina. Voltamos a cruzar a barreira dos 100 milhões de ingressos, o que não acontecia desde os anos 80.

Esse quadro também tem o objetivo de combater uma outra falácia. Costuma-se dizer – e o Geraldo falou há pouco que não era bem isso, mas era parecido – que o cinema brasileiro se faz somente com incentivo fiscal. Esse quadro demonstra a situação da Columbia, empresa que dirijo e que é a maior distribuidora de filmes brasileiros nos últimos anos. Por esse quadro os senhores podem ver que, de cada R\$ 100,00 que a Columbia colocou no cinema brasileiro nos últimos anos, R\$ 33,00 vieram, de fato, de incentivos fiscais. Sessenta e sete por cento foram de recursos próprios, de recursos de risco. Ou seja, se o filme fracassar, perdemos o dinheiro. Essa situação se espelha mais ou menos em outras empresas americanas que têm, nos últimos anos, participado desse negócio. Todas colocam recursos próprios para lançar o filme. O recurso incentivado é usado somente na produção.

As empresas distribuidoras, particularmente as empresas americanas ou mesmo as empresas brasileiras que operam com o art. 3º – porque algumas empresas brasileiras operam com isso, também importam filme, também pagam Imposto de Renda sobre o rendimento do filme estrangeiro e também usam o art. 3º – todas elas colocam recursos próprios no negócio, recursos de risco. Se perdermos dinheiro nesse negócio, quem responde por esse dinheiro na Columbia sou eu. É dinheiro da Columbia que está sendo colocado aí.

O próximo quadro mostra outro ponto que o Geraldo tocou de passagem: a distribuição da receita dos filmes brasileiros que foram financiados pelo art. 3º – novamente estou falando da Columbia, pois não conheço dados de outras empresas por razões óbvias, sendo que esse não é um dado que se distribui assim... Mas deixo esse dado transparente porque é mais uma falácia que os distribuidores que usam o art. 3º estão ganhando rios de dinheiro enquanto os produtores não veem dinheiro.

V. Ex^{as} podem ver que da distribuição de 100% da receita 41% foram custos de lançamento do filme, 41% foram pagos aos produtores como participação

deles na receita dos filmes distribuídos pela Columbia no mercado de cinema do Brasil. Não estão incluídos o que eles vão receber depois do mercado de *home video* e o que vão receber depois no mercado de televisão. Isso inclui somente o mercado de cinema no Brasil. Disso, a participação líquida da Columbia foi de 18%. Ou seja, não é a Columbia que está ganhando mais dinheiro. A Columbia está ganhando dinheiro. A importância do filme brasileiro hoje é fundamental na Columbia. No ano passado, o filme brasileiro representou quase 50% da nossa receita. Tenho repetido para técnicos e funcionários do Minc que não somos bandidos, mas parceiros. A Columbia investe em cinema brasileiro desde 1988, desde antes da Lei do Audiovisual. Eu fui contratado pela Columbia porque tinha uma experiência com o cinema brasileiro na Embrafilme, em cuja distribuidora trabalhei onze anos. Por isso, fui para lá. Na época, meu inglês era horrível. Não conseguia falar inglês. Fui para lá porque tinha essa experiência com o cinema brasileiro.

Gostaria agora de entrar mais na questão do impacto que as novas taxas propostas no anteprojeto causam.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Seu tempo já acabou.

O SR. (orador não identificado) – Poderia V. Ex^a me conceder cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não é possível.

O SR. (orador não identificado) – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O último orador é Otávio Luiz Rodrigues Júnior.

O SR. OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores integrantes da Mesa, Sr. Ministro Gilberto Gil, compareço, em nome de S. Ex^a o Ministro Eunício de Oliveira, por razões já declinadas pela ilustre Presidência, para falar em nome do Ministério das Comunicações.

Nossa exposição, na qualidade de Consultor Jurídico, apenas se resumirá à explanação sobre o papel do Ministério das Comunicações no processo de elaboração de anteprojeto e as perspectivas do próprio Ministério em relação à Ancinav e, como tal, um projeto de Governo.

A condução do processo de elaboração do anteprojeto da Ancinav passa necessariamente por uma visão da perspectiva do Ministério da Cultura, que foi apresentada ao Conselho Superior de Cinema. A partir daí, o Ministério da Educação, juntamente com todos os demais integrantes desse Conselho, foi convocado a colaborar democraticamente, como tendo sido as discussões no âmbito do Conselho Superior do Cinema

e como tem sido o relacionamento o Ministério das Comunicações e o Ministério da Cultura, de molde a contribuir com sua formulação. O que o fez, no prazo assinado, e apresentou manifestação técnica e jurídica ao Conselho para que suas observações, em face de alguns dispositivos, fossem consideradas. Atualmente, essas manifestações estão sendo apreciadas no âmbito do Conselho. O próprio Ministério foi convidado pelo Ministério da Cultura a realizar um debate de caráter bilateral. Este próprio expositor já esteve reunido com representantes do Ministério da Cultura, de molde a que essas observações fossem colocadas e discutidas, e elas têm sido, de algum modo, já tratadas na versão em que foi apresentada, em segunda via, pelo Ministério da Cultura. Já percebemos que alguns dispositivos receberam a incorporação de algumas dessas sugestões do Ministério das Comunicações.

Algumas outras, no nosso entender, tratam de aspectos conceituais, que se circunscrevem basicamente a problemas relacionados ao conceito jurídico da atividade audiovisual e às suas repercussões no âmbito das telecomunicações e da radiodifusão.

Nesse ponto, temos ainda alguns aspectos que precisam avançar. O Ministério das Comunicações tem uma posição clara a respeito da pertinência, da necessidade, da Ancinav, mas também entende que são necessários a perspectiva e o resguardo das atividades de radiodifusão e de telecomunicações, em face do arcabouço que possuímos, e da própria necessidade de melhora desse arcabouço normativo, que pode também acontecer de modo parcial, é claro, respeitada a Constituição e os princípios inerentes a esses sistemas, através desse anteprojeto, que tem vocação a ser apresentado ao Congresso Nacional.

O Ministério das Comunicações também confia na fecundidade e na importância desse debate para o aprimoramento desse anteprojeto, que não é apenas um projeto do Ministério da Cultura, mas tende a ser um projeto do próprio Governo da República, sendo, portanto, cancelado como tal pelos integrantes do mesmo.

Dessa forma, o debate público democrático e a expectativa de que o povo brasileiro se manifeste não só através desses fóruns, como a Internet e as audiências públicas, tão bem conduzidas pelo Senado Federal, mas o faça através dos representantes do povo, aqui no Congresso Nacional, que terão, com certeza, a última palavra e poderão analisar a conveniência desses dispositivos e levar em conta o resultado de discussões como esta que estão sendo travadas na manhã de hoje.

De modo conclusivo, até porque ressaltar que o nosso comparecimento tem exclusivamente essa fi-

nalidade, gostaríamos de ressaltar que a proposição desse anteprojeto coloca a necessidade do debate da reformulação normativa nacional, no tocante a essas atividades de telecomunicações e radiodifusão, e obviamente das atividades de cunho artístico audiovisual propriamente ditas.

Dessa forma, o Ministério das Comunicações, que, desse modo, compreendeu a importância desse anteprojeto e apresentou as suas observações, coloca-se, nesse tocante, à disposição do Senado da República e, obviamente, do próprio Conselho Superior do Cinema, para que o debate flua, cresça e possa, de algum modo, resolver alguns dos problemas apresentados, em face da indústria nacional e do próprio desenvolvimento da cultura brasileira, resguardadas as atribuições do próprio Ministério das Comunicações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Sr. Rodrigo Braga. Vamos passar à segunda etapa da reunião. Como sou autor do requerimento, vou deixar as perguntas para os Senadores, mas preciso fazer algumas observações, aqui mesmo da Presidência, pois se referem ao andamento da reunião.

Primeiro, precisamos agradecer o fato de o Ministro Gilberto Gil não ter encaminhado para o Congresso Nacional nenhuma medida provisória, criando a Ancinav. Esse é um reconhecimento que faço, porque, ainda hoje, recebemos pelos jornais a notícia de que o Ministério da Educação está encaminhando por medida provisória uma parte substancial da reforma universitária, e foi compromisso do Ministro da Educação, aqui, nesta mesma cadeira, de que ele não faria isso por medida provisória. Ele está descumprindo o compromisso assumido com a Comissão de Educação do Senado o Ministro Tarso Genro, ao encaminhar por medida provisória uma parte importante da reforma universitária. Esse é um registro que gostaria de fazer.

Então, gostaria de cumprimentar o Ministro Gilberto Gil pela forma democrática com que está debatendo o assunto, principalmente porque fiz três pronunciamentos no Plenário do Senado, e o Ministro fez aqui referência às críticas que o anteprojeto recebeu. Como critiquei o projeto – e já havia anunciado isso no início –, quero reconhecer que as minhas críticas, como a de outros, talvez tenham soado como sugestões, porque todos os artigos que critiquei foram modificados na minuta mais recente. Vou fazer referência para mostrar que vale a pena muitas vezes criticarmos. Talvez erremos o tom. O tom é que talvez tenha sido errado, mas a crítica foi correta. Eu gostaria de fazer aqui uma referência, por exemplo, ao art. 1.º. Comecei pelo art. 1.º, dizendo o seguinte: que eu não aceitava que a

Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) tinha a competência de planejar e administrar as atividades cinematográficas e audiovisuais. Vejo que na minuta nova, na última, na mais recente, tivemos já a alteração, e o Ministro foi mais além, porque, além de retirar o planejamento e a administração, retirou também a regulamentação. Então, a crítica que fiz teve eco e fico satisfeito porque foi aceita nossa sugestão, como de outros que fizeram a mesma crítica.

No inciso I do art. 8.º – vou lá no art. 8.º, e lá estava escrito o seguinte: que “a liberdade será a regra, salvo as proibições, restrições e interferências do poder público”. E vejo que no novo art. 8.º – aliás não existe mais o art. 8.º, ele foi todo revogado.

Também fiz referência ao inciso III, que dizia que “o proveito coletivo gerado pelo condicionamento deverá proporcionar a privação que lhe impuser”. Foi retirado. Então, fico satisfeito também que nossa crítica tenha servido como sugestão.

E também o inciso IV: “Os deveres impostos aos exploradores das atividades e os direitos a eles reconhecidos” também foi retirado. Considero, então, que a crítica em relação ao art. 1.º e ao art. 8.º resultaram em algo positivo.

O parágrafo único do art. 22, a próxima crítica na sequência, estou levando aqui, que eu fiz. “O parágrafo único do art. 22 autoriza o Conselho Diretor a realizar, em reuniões de caráter sigiloso, reservado, quando a publicidade puder colocar em risco a segurança do País, violar segredo protegido e a intimidade de alguém”. E eu dizia que não entendia como poderia ser feito uma reunião de caráter sigiloso por um Conselho Diretor, eu não entendia isso dentro da democracia, e vejo que o art. 22 já vem sem o parágrafo único. O parágrafo único foi eliminado e, portanto, agradeço mais uma vez ao Ministro.

Também em relação à crítica que fiz, de que a Agência Nacional do Cinema (Ancine) vinha funcionando e poderia ela ser reestruturada, vou deixar apenas uma dúvida em relação a essa questão: o Senado Federal votou, sabatinou aqui nesta Comissão os atuais diretores da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Caso seja criada a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), caso seja aprovada a lei de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), como ficará o mandato desses atuais diretores? Será interrompido? E como ficará a competência do Senado Federal neste caso? Ela não terá sido agredida? Essa é uma questão que levanto, vou deixar para o Ministro depois responder, se for possível, mas eu gostaria de fazer uma sugestão agora, já que as outras sugestões que fiz foram todas aceitas.

Ministro, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.337. Foi a outra crítica que fiz em meu pronunciamento. Esse Projeto de Lei 3.337, de 2004, trata das agências reguladoras. Ainda está tramitando e está sofrendo muitas alterações e aperfeiçoamentos. Estou lendo aqui até um trecho do discurso que fiz no plenário, para mostrar que estou repetindo a crítica que fiz, para fazer a sugestão. Já foram elaborados pelo menos 137 emendas de plenário na Câmara dos Deputados, o que mostra que aquele projeto de lei que trata das agências reguladoras está muito longe de encontrar um consenso. Não seria adequado, conveniente, que o projeto de lei que cria a Ancinav somente fosse apresentado ao Congresso Nacional após a aprovação do Projeto de Lei 3.337, de 2004, que trata das agências reguladoras? Porque, de repente, a Ancinav pode ser criada, vem um projeto de lei mudando as regras, e, como outras agências reguladoras, ela vai ter que se adaptar àquele projeto de lei. Então, não quero aqui colocar o Ministro nessa dúvida que tenho, porque durante o processo de discussão, S. Ex^a poderá até fazer referência a essa sugestão que estou dando – não é uma pergunta, mas uma sugestão. Que se espere a aprovação do Projeto nº 3.337, para depois se encaminhar o Projeto de Lei que cria a Ancinav, quando ele poderá já se adaptar à nova legislação.

Coloquei aqui sugestões e não dúvidas. Se o Ministro quiser, pode fazer sugestões a elas durante o processo de discussão, para aproveitarmos o tempo. Vou passar a palavra imediatamente ao Senador Hélio Costa.

Houve uma permuta.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, o primeiro Senador a fazer uso da palavra. Na sequência, podemos ouvir o Ministro a respeito dessas duas sugestões que acabo de fazer.

O Senador Sérgio Cabral está com a palavra.

Temos também que ter uma certa disciplina no tempo dos Senadores para que todos possam falar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quero primeiro parabenizar V. Ex^a pela iniciativa como Presidente da nossa Comissão de Educação. Agradeço a presença de todos os debatedores. Ratifico as suas palavras em relação ao Ministro Gilberto Gil quanto à iniciativa legislativa por projeto de lei e não por medida provisória, algo que discutimos aqui e fizemos esse apelo ao Ministério da Cultura em outra ocasião. Então, é um fato importante, é uma conquista nossa com o Ministério da Cultura. Creio que esse debate foi muito proveitoso. Tivemos aqui diversos segmentos envolvidos num tema tão importante e tão complexo.

Eu gostaria de chamar a atenção, nas palavras do Cacá, em relação a esse processo nos últimos 14

anos que o cinema brasileiro vinha atravessando. De um período Collor na linha *laissez faire laissez passer* onde se acabou com o cinema nacional, a retomada com o Presidente Itamar Franco, a lei do audiovisual, os 8 anos do Presidente Fernando Henrique e a preocupação mais que legítima do Governo Lula e do Ministro Gil de certamente avançar nesse sentido. Na certeza de que o Ministro Gil e sua equipe e o Governo Lula desejam avançar e não retroceder é que as palavras do Dr. Antônio Telles, se referindo ao Dip de triste memória, ao Estado Novo, não cabem certamente no vestuário do Ministro Gil, no histórico do Ministro Gil e no que ele colaborou exatamente com o seu desempenho pessoal e artístico contra exatamente o que representava na década de 30 o Dip. Então, certamente está fora de tom para o Ministro Gil.

Acredito que houve avanços. O Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg, colocou questões importantes. Antes de discutir uma agência porque não discutir uma lei geral de comunicação social neste país. O Governo tomou uma triste iniciativa quanto ao Conselho Federal de Jornalismo, por exemplo. Algo absolutamente abominável. Isso sim, absolutamente perigoso, dan-tesco, e que certamente será rechaçado na Câmara dos Deputados. Espero inclusive que o Governo ainda reavalie e retire o projeto da Câmara dos Deputados. É objeto de audiência amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Amanhã teremos audiência pública com a presença do Ministro Eunício de Oliveira para discutir este assunto para atender a requerimento do Senador Hélio Costa e discutir a lei que cria o Conselho de Jornalismo que já está na Câmara.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A referência que fiz foi essa. A preocupação é que se tem que conter a voracidade do Estado no desejo de regular, de controlar, de dirigir uma atividade tão delicada quanto essa. Acho que a mancha do projeto, tem coisas interessantes, a interface da produção audiovisual com a área de tecnologia, com a telefonia, está aqui o representante do Ministério das Comunicações exatamente porque o anteprojeto da Ancinav faz menção a essa interface. Acho que tem pontos positivos. Eu gostaria, Sr. Presidente, em função de tudo que foi exposto aqui em razão de estarmos discutindo algo que ainda não está materializado – na verdade é um anteprojeto – de fazer uma pergunta objetiva ao Ministro Gilberto Gil quanto ao que já foi conquistado nesses 14 anos, conforme ressaltou Cacá, já que a Ancine é um dos pontos dessas conquistas. Aliás, a Ancine é muito bem dirigida pelo cineasta Gustavo Dahl.

Sr. Ministro, há, atualmente, na Ancine três diretores. Na concepção da Agência, são quatro diretores, mas me parece que o mandato de um deles extinguiu-se no ano passado. Acredito que, até o final deste ano, a tramitação do projeto da Ancinav pela Câmara e pelo Senado não será concluída. A minha pergunta objetiva é a seguinte: qual é a intenção do Ministério, já que houve vacância no ano passado de um dos diretores e haverá, se não me engano, ao final deste ano, a vacância de outro diretor, fato que impedirá a Agência de deliberar, de funcionar? Portanto, qual é a visão de V. Ex^a quanto a esse tema, que acredito se somar à pergunta do Presidente Osmar Dias sobre o que fazer com esses diretores da Ancine com a criação da Ancinav.

Ratifico também uma ponderação, Sr. Ministro, feita pelo Presidente Osmar Dias quanto ao fato de estar tramitando na Câmara dos Deputados essa lei que dará outra definição ao papel das agências. Creio que seria de bom tom aguardar essa definição para, posteriormente, ocorrer o envio dessa agência.

Além disso, é um prazer, mais uma vez, tê-lo conosco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos cumprir aquela regra de ouvir primeiramente três Senadores e, depois, os convidados.

Ouviremos agora o terceiro inscrito, que é o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade de trazer à nossa Comissão a discussão de um assunto tão importante. Conforme podemos perceber, está presente nesta reunião a nata do pensamento da cultura, do cinema e do audiovisual do Brasil. Cumprimento também o Ministro Gilberto Gil pela sua presteza em atender ao convite de V. Ex^a e da Comissão para participar desta discussão.

Sr. Presidente, considero a nossa primeira reunião como o primeiro passo para uma grande e longa discussão sobre a questão da Ancinav, principalmente por se tratar de um assunto muito delicado que merece tamanha atenção de todos nós. Evidentemente, não vamos resolver essa questão em apenas uma reunião nem mesmo em duas – não sei em quantas reuniões poderemos obter o consenso para chegarmos a uma posição que certamente levaremos ao plenário do Senado. Entretanto, fico extremamente preocupado com algumas considerações feitas a partir da proposta que chega para a análise do Congresso.

Deixo bem claro que cinema é muito diferente de TV, que é também diferente do vídeo, que é primo do áudio e parente do rádio. São setores totalmente distintos que precisam de um tratamento separado, e

o anteprojeto pretende regulamentar essa situação. Porém, o que me deixa realmente preocupado é a discussão que se faz sobre a proposta inicial de cobrança de uma taxa de 4% sobre as receitas obtidas por veiculação de publicidade nas televisões.

Ora, Sr. Presidente, não existe uma única emissora de televisão no Brasil que não esteja, neste momento, passando por uma seriíssima dificuldade financeira. Sabemos, inclusive, da preocupação de V. Ex^a e desta Comissão em colocar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em condições de fazer uma proposta.

O nosso relatório está pronto para ser apresentado à Comissão e poderá salvar – diria assim – a televisão brasileira de um ataque estrangeiro. Caso contrário, praticamente perderemos o sentido da nacionalidade cultural por meio da televisão. E fico também preocupado com a taxação de 10% sobre a venda de ingressos de cinemas, porque já não há salas suficientes nem uma frequência que possa realmente atender ao que o nosso cinema precisa e necessita. Se implantarmos mais taxas sobre o custo da ida ao cinema, certamente isso prejudicará a situação. Ressalto, sobretudo, que há um setor que hoje já representa cerca de 1% do PIB nacional, ou seja, R\$ 15 bilhões. Fico extremamente curioso de saber por que o Governo quer regulamentar um setor que está intimamente relacionado com as expressões artísticas e é até por esta razão que quero ler, Sr. Presidente, uma observação feita pelo Jornalista Antonio Machado, do *Correio Braziliense*, que julguei muito pertinente para ler nesta reunião. Segundo ele, a legislação convencional já protege a sociedade e os direitos das partes envolvidas na atividade cultural que, por princípio, deve estar o mais longe possível, até para sua preservação, e por mais benigno que aparentemente possa ser, de qualquer forma de controle estatal.

Então, tenho três perguntas a fazer para cumprir com os cinquenta minutos restantes do meu tempo. A primeira delas é para meu querido amigo Ministro Gilberto Gil. O Brasil precisa de um aparato regulador? Em segundo lugar, não só como Ministro, mas com um artista de renome nacional e internacional, V. Ex^a acredita que o Governo, com o Ministério da Cultura nas suas cuidadosas mãos, estaria disposto a negociar com as partes e até a ceder em determinados pontos para encontrar um consenso?

A terceira pergunta faço ao Cineasta Cacá Diegues. Como o senhor observa, com a experiência nacional e internacional que tem, a interferência governamental na produção artística? São as três indagações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa. Primeiramente, vou conceder a palavra ao Ministro Gilberto Gil e, posteriormente ao Cineasta Cacá Diegues, os dois convidados argüídos aqui.

O SR. GILBERTO GIL – Obrigado, Senador. Creio que outros fazem o questionamento sobre a necessidade de regular. Se tudo fosse objeto de uma lei única, a Constituição daria conta de tudo. A Constituição prevê todos os direitos e deveres da sociedade e, ainda assim, é preciso que se façam leis complementares, que se regulamentem aspectos da Lei Maior. Depois de criado um marco legal amplo que contempla os princípios básicos de uma Carta Magna de um povo, ainda assim, a complexidade acrescida a cada dia nas relações dinâmicas nos vários setores de atividade da vida de um povo demanda que regulações sejam feitas, que uma dinâmica regulatória seja imposta a cada dia a cada tempo. O meu assessor pode-me lembrar se não me engano o Japão, a cada cinco anos, revê seu marco regulatório. Por que o Brasil não pode fazer a mesma coisa? Por que temos que ter medo da democracia? Hoje o Ministro é o Sr. Gilberto Gil, que é um democrata, um defensor dos direitos individuais e coletivos. Estamos em boas mãos e futuramente não o estaremos. E a dinâmica do processo regulador?

O justo meio está na igual possibilidade dos extremos. Trata-se de uma visão filosófica da velha China, que perdura até hoje. Nós regulamos nossas vidas pessoais. Um faz ginástica pela manhã. Outro não. Um come tal tipo de alimento. Outro não. Um faz isto. Outro faz aquilo. Enfim, a regulação é uma dimensão natural necessária da vida, seja no plano individual, no plano das pessoas, seja no plano das instituições e a regulação é um processo dinâmico. O que serve agora pode não servir daqui a cinco anos.

Li aqui o exemplo da agência americana se antecipando a questões regulatórias relativas à televisão digital, aos novos meios que surgem por aí. Todas as outras agências que foram criadas ao longo dos últimos anos no Brasil para o setor elétrico, para o setor das águas, para o setor da telefonia etc. É um processo natural, normal, regular. A vida de qualquer pessoa tem que ser regulada e essa regulação é dinâmica e que preveja a possibilidade de que se possa trafegar entre os extremos onde estão o dever e o direito.

Penso que é assim que se faz e que não devemos ter medo da vida democrática. A regulação é uma coisa natural e necessária. Tenho uma vida regulada, o senhor tem uma vida regulada, todos temos uma vida regulada. As instituições são reproduções da dimensão humana. Elas existem por causa dos homens. As instituições existem para servir aos homens como indivíduos. Se os homens têm vida regulada, por que

as suas instituições não terão a sua? Não faz sentido e seria um absurdo.

O SR. (orador não identificado) – E sobre os membros da Ancine?

O SR. GILBERTO GIL – A minuta prevê a manutenção dos diretores da Ancine e ainda a criação de uma quinta vaga.

O Presidente Lula deve, em breve, enviar mensagem ao Senado Federal indicando o nome para preencher a vaga da atual diretoria da Ancine.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ficou só uma parte que foi o que sugeri para se pensar se não seria o caso de se enviar o projeto para cá somente depois de votado o outro projeto de lei que regulamenta as agências reguladoras na Câmara.

O SR. GILBERTO GIL – As outras agências que existem estão todas levando avante seu trabalho e não estão esperando a criação do novo marco legal que as submeterá.

Tenho a impressão que também podemos nos antecipar e que a criação da Ancinav antecipará questões não só da lei que regerá as agências, mas também da nossa necessária lei geral das comunicações sociais que teremos no futuro.

Antecipa, prepara, instrui, informa a confecção de quaisquer leis que venham a ser feitas relativas ao setor. Não temos que ter medo de nos antecipar. O Governo, o povo, todos sabemos o que queremos, mas também queremos o que não sabemos e temos que nos antecipar nessa previsão, nessa antevisão daquilo que teremos no futuro.

No momento em que tivermos uma nova lei enquadrando a constituição e o funcionamento das agências reguladoras, nos submeteremos a essa lei. Parece-me que o fato de nos adequarmos a uma lei que surja será um processo mais fácil do que nos omitirmos completamente de criarmos essa antecipação, essa preparação, essa instrução às leis futuras que virão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, V. Ex.^a quer fazer uma réplica?

O SR. HÉLIO COSTA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas concordar com o Ministro Gilberto Gil no que diz respeito à necessidade de regulamentação na Constituição e até nas leis mais simples e recentes.

É evidente que todos devemos nos enquadrar nessas leis. Apenas me manifestei com respeito à regulamentação da manifestação exclusivamente artística.

Perguntaria a V. Ex.^a, Sr. Ministro, se o Governo determinasse que só pudesse compor de sete às oito da manhã, teríamos perdido uma grande parte da sua obra.

O SR. GILBERTO GIL – Gostaria que o Senador nos apontasse em que aspectos da minuta que está sendo proposta se estabelecesse o poder de interferência do Ministério e da Ancinav na criação de conteúdo, na liberdade de expressão. Creio que não estão previstos instrumentos desse tipo na Ancinav. Até porque a Ancinav tem que se submeter a um marco legal. Ela é reguladora, portanto, pertence ao marco regulatório. E o marco regulatório tem que estar necessariamente submetido ao marco legal, que é anterior ao marco regulatório.

A lei brasileira garante a liberdade de expressão. Nenhuma instituição pertencente ao conjunto institucional brasileiro, que é garantido por uma lei maior, vai se rebelar contra a lei. Não faz sentido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas V. Ex^a concorda com a observação feita pelo Presidente Osmar Dias, no início da audiência, já corrigida no texto, que inclui, no art. 1º do inciso VIII, que a liberdade será regra salvo, evidentemente, corrigida por sugestões...

O SR. GILBERTO GIL – Sim. Mas é exatamente esse o processo. O envio de uma minuta dessa natureza ao Congresso Nacional implica necessariamente isso. Ou seja, que as Casas de representação do povo vão se manifestar. Portanto, a sociedade vai se manifestar. Além disso, estamos antecipando uma consulta ampla à sociedade brasileira. Primeiro aos setores interessados diretamente, que são os da produção audiovisual, e à sociedade brasileira de modo geral. O que precisa ficar claro, e penso que ficou claro no pronunciamento de todos, é que a necessidade de uma agência reguladora é uma questão tranqüila e pacífica para todos nós. Como a instituição será criada, é trabalho nosso, de todos nós em conjunto, inclusive do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a solicita a inscrição para falar após os outros senadores, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de fazer uma observação. Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se V. Ex^a falar, os Senadores Augusto Botelho e Leonel Pavan também vão querer falar. V. Ex^a pode se inscrever. Já está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas há certas ocasiões, Sr. Presidente, em que a criatividade nos impele. Como o Ministro Gilberto Gil disse que também ele é regulado, tenho a convicção de que jamais falou no sentido de regular a própria liberdade de criação para suas canções tão belas e

para a criação de filmes do cineasta Cacá Diegues ou de qualquer criador na cultura brasileira. Era o que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa tietagem poderia esperar, não é? Mas gostaria de reforçar o que disse o Senador Hélio Costa, lembrando algo importante para todos os senadores e para o Ministro Gilberto Gil. O Senador Hélio Costa lembrou que muitas alterações ocorreram em função de críticas e sugestões. Não temos em mãos o último texto, e tomei a liberdade de entrar no site do Ministério e buscá-lo. Seria muito importante que a Assessoria do Ministro pudesse encaminhá-lo à Comissão de Educação a fim de que façamos nova avaliação e, se necessário, novas críticas ou elogios.

O SR. GILBERTO GIL – No momento em que for solicitado. Não tomamos a iniciativa de oficialmente enviar qualquer texto ao Congresso Nacional porque ainda não é o momento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Queremos nos antecipar ao debate no intuito de ajudar a elaborar já no anteprojeto.

O SR. GILBERTO GIL – Informalmente, o texto vai para as mãos de quem quiser contribuir. A contribuição do Senado Federal nesse sentido é absolutamente valiosa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Cacá Diegues, para responder à indagação feita pelo Senador Hélio Costa.

O SR. GILBERTO GIL – Já está aqui. Nosso Assessor informa que a nova minuta já foi distribuída.

O SR. CACÁ DIEGUES – Senador, não existe, em qualquer país do mundo em que a atividade, sobretudo a economia audiovisual, não esteja regulada. E isso é muito simples de explicar. Atualmente, por motivos que não interessa analisar, porque seria muito demorado, 90% a 95% das telas de todo o mundo estão ocupadas pelos filmes americanos, que é o cinema hegemônico no mundo inteiro. Como os cinemas nacionais são considerados pelos seus países de caráter estratégico – porque viver num país que não tem cinema é como viver numa casa que não tem espelho, você nunca verá sua própria imagem, seu próprio rosto, você nunca saberá quem você é –, todos os países do mundo adotam medidas regulatórias para ocupar um pouco do espaço do seu mercado que está hegemonicamente ocupado pelo cinema americano. Todos nós gostamos de filme americano, todos nós vamos ver filmes americanos, mas há de se reconhecer que não é bom para a humanidade que 90% das telas do mundo todo estejam ocupadas por uma língua só, um costume só, uma cultura só. E é esse o sentido que faz com que se intervenha na economia cinematográfica.

No Brasil, isso ocorre há muitos anos. A Lei de Obrigatoriedade, a lei que obriga passar filmes brasileiros nos cinemas é de 1937, assinada por Getúlio Vargas. Não sei se foi antes ou depois do Estado Novo, mas é de 1937. Então, desde 1937, o Estado brasileiro intervém de alguma maneira na economia do cinema brasileiro. Na segunda metade do Século XX, como eu estava dizendo, essa intervenção foi uma intervenção de conflito, cheia de punições, taxações, limitações, restrições, impostos. A partir do início dos anos 90, mais particularmente com a Lei do Audiovisual, esse modelo mudou para um modelo de parceria. É como se o cineasta dissesse: a gente descobriu que casamento na delegacia não dá certo, porque ou os cônjuges se traem, ou o casamento acaba logo. Então, vamos fazer um casamento por amor, quer dizer, por meio de acordos, de maneira que o cinema brasileiro seja um bom negócio para todos os agentes da cadeia produtiva, tanto na exibição, na distribuição, como na televisão também. Isso é uma intervenção econômica, necessária e indispensável, feita de comum acordo com todos os agentes da cadeia produtiva.

Agora, evidentemente, se a sua pergunta se refere à intervenção no conteúdo, ela será sempre odienta. A intervenção no conteúdo não pode ser aceita por nenhum cineasta. Numa verdadeira democracia, quem representa o povo no entretenimento e na cultura é o público. O papel do Estado é respeitar o gosto do público e, ao mesmo tempo, garantir o direito e a expressão daqueles que não concordam com esse gosto majoritário e desejam modificá-lo. Esse é o limite absoluto do Estado. O Estado não tem o direito de intervir nos conteúdos da produção audiovisual, seja ela do cinema, da Televisão, ou do que seja.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Cacá Diegues.

Passo a palavra para os próximos três Senadores, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Demóstenes Torres e Senadora Ideli Salvatti. Logo após, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me inicialmente ao Ministro Gilberto Gil.

Ministro Gilberto Gil, percebeu V. Ex^a que sentimos uma certa angústia quando chega projetos de lei do Executivo. E hoje essa angústia está se transformando um pouco em festa. Festa porque o projeto de V. Ex^a é um projeto que está sendo previamente discutido. Isso é muito bom. Isso é o exercício pleno da democracia, nesse exercício entre Executivo e Legislativo na plena harmonia. Mas são fatos que não são corriqueiros, de todo dia. É por isso que está havendo da nossa parte

uma certa reserva na apreciação das questões que chegam ao Congresso Nacional. E vou dar um exemplo para V. Ex^a: a Medida Provisória nº 2.228, que instituiu a Política Nacional do Cinema, a Ancine, o Conselho Superior de Cinema e etc., teve um decreto regulamentador, que é o Decreto nº 4.858, de 2003. É um decreto regulamentador. E nenhuma assessoria, de nenhum Ministério, pode deixar de ter uma assessoria jurídica como tem aqui hoje o representante do Ministério das Comunicações. Decreto de regulamentação não pode inovar a lei, em hipótese nenhuma, há hierarquia de lei. No entanto, esse decreto faz o seguinte:

No art. 2º, extrapolando os limites da sua eficácia, da sua competência, foram incluídos como representantes do Conselho Superior de Cinema ainda, além daqueles que estavam na medida provisória, que é uma lei, incluir o representante do Ministério da Educação e o Secretário de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência. Inovação pela regulamentação. E mais: o projeto prevê a indicação de suplente dos representantes da sociedade civil, pois a medida provisória não fala nisso.

Quanto ao quorum para deliberação, segundo as regras da medida provisória, “as deliberações do Conselho dar-se-ão na presença de pelo menos oito membros, sendo cinco do Governo e três da indústria.” Já o decreto diz que esse quorum não é de oito e sim de dez membros para a deliberação do Conselho.

A Secretaria Executiva do Conselho Superior de Cinema, segundo a medida provisória, é uma solução que competia ao Diretor-Presidente da Ancine, e o decreto regulamentador diz que seria exercido pelo Secretário da Cultura.

Observe V. Ex^a que temos de ter preocupações com esse relacionamento, sim. De vez em quando sentimos um *iceberg* de autoritarismo nesse relacionamento. É por isso que na minha palavra agora foi para dizer que eu, pelo menos, estou até certo ponto em festa, porque sei que não vai mudar esse relacionamento de uma hora para outra, mas o exemplo que V. Ex^a está dando aqui é de um verdadeiro democrata. Não poderia ser diferente porque é um homem a cultura, canta os versos populares, e a população, antes de tudo, gosta da democracia. Por isso parabeno V. Ex^a.

Vamos ver se nesse nosso projeto, que vem vindo, esse princípio seja plenamente atendido.

Aproveito para elogiar mais uma vez o Senador Osmar Dias. Inteligente, competente, dinâmico, sempre com as audiências públicas antecipando os acontecimentos, como é o caso de hoje. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Convidados, Srs. e Srs. Senadores.

Sr. Ministro, primeiro, naturalmente, eu gostaria de voltar a elogiar a pessoa de V. Ex^a como homem respeitável, responsável e conhecedor da pasta e dos temas que V. Ex^a dirige. Fiquei tranqüilo com a exposição que V. Ex^a fez. Realmente foram armadas uma celeuma e uma discussão, penso até que profunda, acerca da possibilidade de algum dirigismo cultural em relação à nova agência vem substituir uma outra já existente. Mas V. Ex^a foi muito claro dizendo o seguinte: “a crítica de que haveria um suposto espírito autoritário no anteprojeto se deve, como eu disse, muito mais a uma incompreensão, a um certo açodamento, do que a qualquer outra coisa.” E ainda recomenda que seja feita a leitura da minuta até para que se possa discutir esses pontos onde supostamente possa haver algum resquício de autoritarismo.

Ao mesmo tempo, Sr. Ministro, preocupa-me uma entrevista que V. Ex^a deu, no site oficial da Presidência da República, no dia 11 de setembro. A pergunta era a seguinte: “Quais as principais novidades a serem trazidas pela nova agência?” e V. Ex^a responde: “A possibilidade de controle de conteúdo e autonomia de criação das emissoras de tevê.”

O SR. GILBERTO GIL – (Inaudível).

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria justamente...

O SR. GILBERTO GIL – Essa versão dessa versão da entrevista não conheço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Era justamente sobre isso que eu lhe perguntaria, se haveria alguma possibilidade de fazer um controle de conteúdo e um controle de economia de criação sem que houvesse um dirigismo cultural. A mesma pergunta eu dirigiria ao Dr. Antônio Telles. Mas como V. Ex^a já respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Depois passo a palavra ao Ministro para ele responder com mais tempo. Antes, vamos ouvir a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar todos os debatedores. Não tive oportunidade de assistir a todas as disposições; estávamos numa reunião das Lideranças para ultimarmos as negociações do projeto de informática, mas temos acompanhado profundamente o debate. Tivemos oportunidade de participar, em Balneário Camboriú, de um debate sobre o tema, numa realização organizada por vários produtores da área, do setor audiovisual, de documentários, antes

do Festival de Gramado. Esse debate nos propiciou subsídios para debates em plenário, para pronunciamentos e até para artigos, em que já nos manifestamos com relação à absoluta necessidade de termos uma agência reguladora do cinema e do audiovisual no nosso País, porque esse é um setor da nossa economia que tem de ser visto como fundamental em termos econômicos, porque por esse setor existe um potencial imenso de movimentação, de geração de emprego e renda. E não é à toa que a indústria do audiovisual é o segundo maior faturamento nos Estados Unidos e também seja de alta relevância nos países da Europa e que não tenha essa dimensão em nosso País. Então, a regulamentação, poder ter uma forma de incentivo, de garantias e perspectivas para esse setor é de fundamental importância.

É um setor delicado porque ao mesmo tempo em que é um setor econômico, com um potencial econômico imenso, ele trata de mentes, de corações, da cultura, de uma série de questões atrás das quais há um debate a respeito da soberania.

Então, quando o Cacá afirma que 80% do que assistimos nos cinemas brasileiros são filmes americanos, eu vou mais longe: nas televisões, que é o que o povão assiste, esse índice passa de 90%. Portanto, nós temos uma agência que regulamente, que possa estabelecer como isso se dá para garantir o produto brasileiro, a produção brasileira, para que possamos ter os espaços da identidade cultural do nosso povo, do interesse cultural e econômico brasileiro colocado neste setor, é de fundamental importância.

Por isso, acho que o título do artigo que o Ministro Gilberto Gil publicou no jornal **A Folha de S. Paulo** é absolutamente pertinente: “Audiovisual, uma indústria estratégica”.

Eu tive a oportunidade de fazer um artigo com o tema “A Tela É Nossa”, porque se não é deveria ser. É pela tela, pela diversidade de telas que temos hoje que se passa um monte de questões ligadas a nossa economia e soberania.

Então, parabenizo a coragem do Ministro em ter aberto o debate, de estarmos aí fazendo um aperfeiçoamento antes de o projeto chegar ao Congresso Nacional, pela realização da própria audiência pública no dia de hoje e, como já disse, houve um revista nacional que considerou desconhecimento sociológico, antropológico, “geológico” e não sei mais quantos “lógicos” mais. Contudo, para mim a discussão da indústria do audiovisual em nosso País hoje é tão estratégica quanto foi, na década de 50, a indústria do petróleo.

Você poder debater e discutir a regulamentação desse setor, colocar nesse debate o interesse e a soberania nacionais é tão importante e estratégico

quanto foi, há 50 anos, a discussão sobre a criação da Petrobrás, que foi um divisor de águas em termos de estrutura do nosso País.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer e estamos abertos para contribuir e aperfeiçoar. Se não for possível aperfeiçoá-lo antes de o projeto chegar ao Congresso, com certeza o faremos durante a tramitação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti, os Senadores da Comissão da Educação se sentem contemplados com os cumprimentos que V. Ex^a dirige ao Ministério na realização desta audiência pública.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a vai me desculpar, mas ontem eu não respondi a V. Ex^a no Plenário e vou fazê-lo hoje. Eu fiz questão de parabenizar a Comissão pela realização da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que eu não tinha ouvido isso. Desculpe-me.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senhor precisa me ouvir mais e me retrucar menos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – E eu garanto que nenhum Senador ouviu, porque V. Ex^a não disse isso. Pensou, mas não disse.

Passo a palavra ao Ministro Gilberto Gil.

O SR. GILBERTO GIL – Comentando a questão dos conteúdos, colocada aqui pelo Senador Hélio e por outros colegas seus, assim como também o Cacá Diegues. Não se trata de intervir na criação e na formação de conteúdos, mas nas relações deles, na medida em que se tornam produtos na competição por espaço, na competição econômica de espaço cultural. Zelar pela diversidade, exatamente para que a possibilidade de manifestação dos conteúdos esteja sempre aberta e garantida, esse é o papel da regulação. A regulação não vai dizer ao cineasta tal que deve fazer o filme sobre a favela A ou sobre o condomínio B. Não! Vá-lhe garantir que, se fizer o seu filme sobre a favela A ou o condomínio B, vai ter o espaço junto com o outro cineasta que vai fazer o filme sobre a favela C e o condomínio X.

É disso que se trata, é um conceito muito simples, no qual insisto, porque o grande público, muitas vezes, não tem tempo nem condições de dominar, com facilidade, esses conceitos. E, como somos representantes da nossa sociedade, é preciso deixar claro a ela do que se trata, quando falamos de criação de um marco regulatório nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não houve outra pergunta para algum convidado da Mesa de que me lembre.

Senador Demóstenes, V. Ex^a, que usou da palavra, não fez pergunta alguma, não?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não!

O Ministro apenas disse que não foi dito da forma como está aqui. Referia-se a uma entrevista...

O SR. GILBERTO GIL – Ah, sim, referia-se a várias entrevistas minhas que estão circulando por aí, e que, infelizmente, não posso autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas é que está no site da Presidência, Ministro!

Está no site da Presidência?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Está no site da Presidência Em Questão, do dia 11 de setembro.

O SR. GILBERTO GIL – Está no site da Presidência, mas está como conteúdo jornalístico do Em Questão. Tem que deixar claro isso!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, porque fica como uma resposta de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GIL – Sei! Infelizmente, não posso autorizar supostas declarações minhas que estão absolutamente em conflito com as minhas convicções e com a exposição constante que faço delas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O representante da CBC, Geraldo Moraes, gostaria de usar da palavra por um minuto.

O SR. GERALDO MORAES – Gostaria de fazer duas observações, porque o cinema brasileiro foi acusado de uma coisa que não fez e fui criticado pelo Rodrigo por duas coisas que não disse.

O Sr. Antônio Telles afirmou que foi uma agência cinematográfica que, em última análise, deu suporte à Ditadura do Vargas, que teria sido o DIP. O DIP era o Departamento de Imprensa e Propaganda, e o que tratou do cinema, à época de Getúlio, foi o Instituto Nacional do Cinema. Então, pelo amor de Deus, o cinema foi vítima também da Ditadura, e não sócio do empreendimento.

Uma outra observação é que o Rodrigo disse que afirmei que as distribuidoras estrangeiras não faziam investimentos.

O SR. RODRIGO BRAGA – (Inaudível).

O SR. GERALDO MORAES – Mas você me citou. Não afirmei, jamais, que as distribuidoras estrangeiras não fazem investimentos com recursos próprios. Como também me citou em relação à falácia de que os distribuidores ganham rios de dinheiro. Também não fiz essa afirmação de modo algum, até mesmo porque o que, para mim, como humilde produtor, pode ser um...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Penso que tenha ficado esclarecido!

Está esclarecido!

Então concedo a palavra ao Senador Cristóvam Buarque e, depois, ao Senador Flávio Arns, que é o último inscrito, para podermos, então, encerrar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, gostaria também de manifestar a minha satisfação de estar aqui ouvindo essas pessoas que, de certa maneira, esclareceram tantos pontos.

Apesar do gosto muito grande que tenho pela polêmica e esse tema dizer respeito a toda a minha vida, evitei falar sobre a Ancinav até agora. E evitei, em primeiro lugar, porque via que havia dois mitos se contrapondo, o meu mito Gilberto Gil e o Cacá Diegues, duas figuras pelas quais tenho um débito na minha formação, apesar de sermos da mesma idade, mas pelas suas produções.

Por outro lado, deixei de me manifestar, porque, às vezes, lia a lei como sendo um instrumento de incentivo; às vezes, como se fosse de regulamentação.

Creio, Ministro, que essa lei deveria chamar-se lei do incentivo, mas do que marco regulatório que é algo muito assustador às vezes. E a grande pergunta aqui, eu coloco aos dois mas serve para todos os outros, o que é preciso mudar na lei proposta pelo Governo para se transformar em uma lei de regulamentação ou de regulação em uma lei de incentivo. Levando em conta obviamente que todo o incentivo que o Estado dá, ele tem, não só o direito, mas obrigação de definir algumas regras e algumas prioridades, nunca o controle da liberdade de expressão, mas por exemplo da temática. Claro que pode se o Estado que está oferecendo recursos.

Eu acho que o grande desafio é como transformar a Ancinav em um projeto de incentivo tendo dentro das regras de incentivo o marco chamado regulatório. A outra coisa é lamentar que mais uma vez a gente fica trabalhando por segmentos.

Eu discuti muito com cineastas quando fui governador aqui que o grande incentivo dos cinemas ia na escola se a gente criar desde menino o gosto pelo cinema nem financiamento no Estado vai precisar. E a gente mais uma vez, meu caro Ministro estamos evitando ampliar e colocar a preocupação educacional nesta lei de incentivo. Eu vou preferir chamar assim. Aqui não tem o Ministério da Educação representado e como aqui nós estamos na Comissão de Educação e o Senador Osmar Dias é Presidente dela eu queria insistir: vamos pensar a mais longo prazo. Isso significa aumentar o número de pessoas interessadas no cinema, e isso é coisa do educação e não do aspecto pacífico e audiovisual. Para concluir eu queria dar um simples dado. São 1800 a 1900 cinemas, um por cento das escolas brasileiras se tivesse um pequeno cinema já dobrava o número de salas no Brasil, são 180 mil

escolas. Porque não incluir aí um incentivo para que as escolas brasileiras sejam obrigadas a ter um pequeno cinema que incentive a criança a gostar de cinema brasileiro e estrangeiro de tal maneira que ao crescer o cinema tenha o público que o Brasil precisa. Porque nas estatísticas aqui daqui a vinte anos nós estamos chegando ao Chile, se não continuarmos nesta tendência. Não vamos passar disso se não tivermos a produção audiovisual e o setor educacional no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado nobre Senador Cristóvam Buarque.

O último inscrito, então, concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero, também com alegria, em primeiro lugar, cumprimentar o Ministro Gilberto Gil, todos os participantes desta audiência pública, os colegas Senadores e também manifestar a alegria de estar participando deste evento esclarecedor, importante, útil como já foi mencionado inclusive antecipando-se ao próprio envio, a própria remessa do Congresso aqui para o Congresso Nacional.

Eu gostaria de destacar três aspectos:

O primeiro deles é em relação a polêmica que foi criada e voltar as próprias palavras do cineasta Cacá Diegues quando diz “que é muito mais interessante termos um processo negociado, de entendimento”. Na verdade, o que aconteceu foi um percalço no primeiro passo dado no sentido de que isto deveria estar dentro de contexto realmente de discussão, de entendimento com todas as entidades aqui presentes e o que causou assim realmente um mal-estar foi esta necessidade de se fazer as alterações todas em função de uma pressão da sociedade. Mas acho que isto pode ser resgatado. Quer dizer, é bom no sentido de que a sociedade tem que participar. Mas já no primeiro passo, eu diria é fundamental chamarmos a televisão, vermos os aspectos todos que o Dr. Alexandre mencionou e que fazem esta diversidade da área, dos aspectos que o Dr. Rodrigo mencionou e fruto deste entendimento termos um texto que de alguma forma já reflita aquilo que as pessoas pensam em termos que o cineasta Cacá Diegues mencionou de regulação.

Então, eu diria que este passo pode ser resgatado nesses aspectos todos. E com toda essa disposição que o Ministério da Cultura está demonstrando, e faz parte, inclusive, de todo o histórico de vida, na verdade, em vez de ser um contencioso, pode refletir um aspecto de amplo entendimento e de negociação.

O segundo aspecto que a sociedade está cansada de observar é o aumento das taxas, contribuições e impostos, é a vida tornar-se mais cara e o acesso aos bens culturais tornar-se mais difícil. Penso que toda sociedade está cansada de abordar isso. Então,

temos que olhar para dentro desse projeto também sob a ótica econômico-financeira, sob o impacto que isso vai causar sobre as pessoas para terem acesso à produção do cinema e do audiovisual. O terceiro aspecto que gostaria de perguntar ao Ministro Gilberto Gil é em relação aos Anexos I e II do projeto de lei. O que me preocupa sempre é que não devemos gastar muito dinheiro na atividade meio, de controle, de fiscalização, de orientação, de estrutura e tudo mais, mas gastarmos todo o dinheiro possível na atividade fim, lá na ponta, com produtor, com público, com a disseminação, com as salas, com os cinemas e assim por diante.

Temos no orçamento do Ministério da Cultura para o próximo ano, na parte de som e imagem, 60 milhões de reais, mais ou menos, e os Anexos I e II criam mais de quinhentos cargos em comissão, pelo menos está escrito aqui, talvez haja a possibilidade de algum esclarecimento. Se esses quinhentos cargos forem criados de fato significará mais ou menos cinquenta milhões, em termos de salários, de contribuições sociais, de deslocamento, de ajuda de custo de residência e todos esses aspectos. Então, qual é a explicação? Nós vemos que V. Ex^a discorda desse tipo de encaminhamento, da apresentação desse dado, mas como podemos explicar? Esse foi um dos pontos levantados pelos meios de comunicação essa dificuldade de ênfase para a atividade meio onde se gastaria 50 milhões. O Orçamento do Ministério da Cultura para a parte de som e imagem também é de 50 milhões. Como isso poderia, na verdade, de alguma maneira, receber algum tipo de enfoque um pouco diferente?

Quero enfatizar a alegria de participar, de ver que é essencial esse debate, esse envolvimento de todos setores. Juntos poderemos chegar a um tipo de projeto que possa realmente beneficiar o desenvolvimento do cinema e do audiovisual como expressões importantes da nossa soberania em termos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós vamos passar a palavra ao Ministro. Comunico que, após a fala do Ministro, que já poderá fazer as suas considerações finais, passaremos a palavra a cada um dos convidados para que num tempo possível, talvez até de dois minutos, possam fazer as suas considerações finais, porque o nosso horário já está vencendo.

Com a palavra o Ministro Gilberto Gil.

O SR. GILBERTO GIL – Obrigado, Senador. O processo de negociação com as várias áreas vem sendo feito há muito tempo, evidentemente, através de consultas. Eu me referi aqui a reuniões que fizemos com vários fóruns de representação de diversos setores, às quais eu próprio compareci, participei, com televisões, com o setor de telecomunicações e etc... Acontece que, num determinado momento do processo, o Ministério

da Cultura, enfim, as áreas do Governo incumbidas de criar e propor uma minuta, precisaram sentar e chegar a uma interpretação do conjunto dos entendimentos, das compreensões existentes sobre a instituição regulatória. Nesse momento, evidentemente, entra também a própria subjetividade, as próprias posições daqueles que são incumbidos de confeccionar a minuta e provavelmente o consenso em relação a todas as contribuições e opiniões não se refletem de forma integral no texto que foi proposto.

Por isso, é preciso, exatamente como Sr. coloca muito bem, prosseguir esse processo de negociação na manutenção dos vários diálogos bilaterais e na multilateralidade das consultas também feitas através dos meios mais públicos do que públicos, como é o caso da Internet. Essa negociação está seguindo e essa reunião é um prosseguimento disso e outras tantas como o Senador Hélio Costa se referiu serão necessárias até que se tenha uma confecção mais definitiva de uma minuta que será ainda apreciada pelo Congresso, emendada, trazida para o plano de um esclarecimento maior junto ao público.

Quanto ao cansaço dos impostos e taxações nós estaremos sempre cansados mas, ainda assim, sempre teremos que enfrentar a necessidade de criação ou não-criação de novas taxas e novos impostos. Essa dinâmica entre construir e destruir a carga fiscal é um processo natural, uma obrigação de governo, da sociedade e para isso estamos discutindo. O fato de que as cifras, os números das taxas estão colocadas à apreciação de todos reflete muito claramente essa necessidade. Se não é 10%, quanto é? Se não é 4%, quanto é? Enfim, entre o zero de um extremo e alguma coisa do outro extremo nós precisamos nos posicionar. Taxas continuam a ser necessárias.

A finalidade de criar, recuperar a capacidade de investimento do Estado em parceria com o setor privado, a criação de novos fundos que possam, junto com os fundos de investimentos dos agentes do próprio setor, alavancar a atividade, seja na produção, distribuição ou exibição, enfim, incentivar as parcerias entre as grandes companhias internacionais, a televisão brasileira e os produtores brasileiros para que mais recursos sejam injetados na criação são finalidades da criação da taxa.

Quanto ao melhor tamanho da agência, o tamanho ideal, precisa ainda ser apreciado. Em princípio, a Ancinav vai aproveitar a estrutura já existente da Ancine, basicamente com alguns acréscimos, algum pequeno aumento, mas a estrutura atual da Ancine nos parece dar conta das atividades, dos recursos humanos e materiais necessários para o exercício da nova agência que vai ampliar atribuições e conceitos de atuação

mas não necessariamente ampliar o quadro funcional da agência.

Gostaria, portanto, de aproveitar a oportunidade para agradecer a Comissão aqui representada pelo seu Presidente Osmar Dias, a todos os Srs. Senadores que vieram prestigiar essa nossa audiência pública, a todos os representantes dos setores da economia do audiovisual no Brasil. Gostaria de destacar exatamente o aspecto da concordância geral de todos aqui com relação à conveniência, necessidade e eu diria até mesmo a urgência, ainda que ponderemos ainda essa questão da urgência, faremos agora ou depois, mas da necessidade absoluta de que tenhamos uma entidade, uma agência para cuidar do marco regulatório do setor do audiovisual do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Ministro. Passo a palavra para cada um dos convidados, pedindo brevidade em função do horário.

Ricardo Difini Leite, com a palavra.

O SR. RICARDO DIFINI LEITE – Nesses minutos finais, quero agradecer novamente essa primeira oportunidade da Federação dos Exibidores em participar sobre esse assunto. Igualmente quero pedir uma reflexão, concordando com o que vários Senadores aqui expuseram. A história tem mostrado que o sucesso do cinema, do produto nacional caminha junto com o sucesso do parque exibidor. Nos momentos em que há menos salas de cinema no País também há um déficit muito grande do conteúdo nacional. E à medida que o setor cresce, o conteúdo nacional também cresce. Então, é muito importante que essa regulação ocorra dentro dos princípios que o Senador Cristóvam Buarque falou, do incentivo, porque a nossa grande preocupação que o setor privado de salas de exibição, em que a sua maior parte são pequenos e médios exibidores do País, tenha que pagar o financiamento da expansão de outro parque de exibição alternativo, com iniciativas públicas ou populares, impedindo seu crescimento. Por isso, pedimos que não seja restringida a capacidade de expansão do parque exibidor que é muito importante para ajudar também o crescimento do conteúdo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado. Cineasta Cacá Diegues com a palavra.

O SR. CACÁ DIEGUES – Agradeço muito o convite de vir aqui. Devo dizer que não é a primeira vez, já vim há alguns anos para discutir o trabalho do Gdíc, do Grupo de Estudos do Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, como tenho participado ao longo da minha vida de muitos debates sobre o cinema. Devo dizer que às vezes esses debates são melancolicamente os mesmos, ou seja, estamos sempre tentan-

do fazer do cinema brasileiro uma atividade permanente. E acho que neste momento temos uma grande oportunidade de fazer com o que estamos vivendo, o sucesso todo do cinema brasileiro, a ocupação de mercado, o sucesso cultural, o sucesso artístico não seja somente um sinal de mais um ciclo que daqui a pouco se encerra.

A economia do cinema é uma coisa muito frágil, muito delicada. A economia do audiovisual, não é à toa que todos os países do mundo, todos os estados do mundo intervenham na sua economia do audiovisual porque é estratégica e ao mesmo tempo extremamente delicada, sofisticada, complexa e muito frágil. Qualquer intervenção que frature o sucesso que o cinema brasileiro vem tendo nos últimos anos é absolutamente indesejável. É contra isso que temos de nos preparar e ficarmos atentos para que isso aconteça.

Queria até fazer uma referência ao que disse o Senador Cristóvam Buarque, não me sinto me contrapondo absolutamente ao Ministro Gil. Sinto-me eventualmente discordando de algumas coisas que existem nesse anteprojeto. Pelo contrário, tenho não só um enorme respeito e admiração pela sua biografia e pelo seu trabalho, mas até fui um dos que levantou como um dos que levantou como um marco, podia até dizer, marco histórico no cinema brasileiro um discurso que fez recentemente na inauguração dos Funcines do Banco do Brasil. Que foi um marco histórico mesmo, um plano de futuro para o cinema brasileiro que assino em baixo. As minhas discordâncias não são contraposições. Acho, pelo contrário, o gesto democrático de fazer com que o anteprojeto estivesse ao alcance da discussão de todos, só aponta para um futuro de trabalho. E está na hora de trabalhar sério em cima disso, encontrar um consenso, um projeto de lei que não interrompa o sucesso do cinema brasileiro, mas que faça crescer, aprimorando e ocupando os espaços que até agora estão vazios.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, Geraldo Moraes.

O SR. GERALDO MORAES – Em primeiro lugar agradeço o convite de estar aqui, o prazer de estar com todos os convidados, vários deles já companheiros de outros debates, embates e de vários trabalhos em comum.

A Ancinav, como foi dito, nasceu nos debates do cinema brasileiro, essa idéia surgiu por aí. E o Congresso Brasileiro de Cinema foi uma instância dessa discussão. Eu queria fazer um certo paralelo, porque o Congresso Brasileiro de Cinema é uma entidade que também reúne setores que apresentam as suas contradições. Muitas pessoas fora do Brasil, muitas vezes, perguntam como vocês conseguiram criar uma

entidade que reúne o cinema brasileiro inteiro, com todas as contradições que ele tem? E a resposta que temos dado é que sempre procuramos o consenso, e conseguimos o consenso, porque temos um objetivo comum.

Há, sim, contradições entre a televisão e o cinema, e entre todos os demais setores audiovisuais, mas é perfeitamente possível chegarmos à regulação que seja conveniente, na medida em que tenhamos como objetivo comum a maior presença do conteúdo nacional nos meios audiovisuais com todos os desdobramentos que isso tenha. Também é preciso lembrar que isso está diretamente relacionado com a liberdade de expressão. É preciso pensar que a liberdade de expressão não é só ferida pelas ditaduras, mas também pelo monopólio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Antônio Telles.

O SR. ANTÔNIO TELLES – Eu gostaria de colocar que fixei as minhas palavras, basicamente, no aspecto mais filosófico do projeto, ou seja, naquilo que ele atinge, a meu ver, um bem inalcançável que é a liberdade de expressão, um bem que não pode ser intocável, sob todas as formas, e evitei um pouco mencionar a questão estrutural e a questão de economia do cinema do audiovisual, pois ela me parece complexa demais e, a meu ver, não está suficientemente bem discutida, como na antecipação que foi feita com relação ao projeto.

Quero finalizar dizendo que esta Comissão, através do seu Presidente e dos Srs. Senadores tiveram uma inspiração especialmente significativa, quando anteciparam esse debate e estão dando a importância a que este elemento “liberdade de expressão” seja colocado de maneira a que o histórico recente da nossa vida política, em que o povo brasileiro, durante alguns anos, se viu tutelado e castrado politicamente, não venha a se repetir por razões que, sob todas as formas, são inaceitáveis.

Obrigado a todos pela participação que me permitiram.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg.

O SR. ALEXANDRE ANENBERG – Bem, ao mesmo tempo em que eu queria renovar os agradecimentos por estar presente aqui, para participar deste debate, eu queria insistir em um ou dois pontos que me parecem essenciais para o prosseguimento do próprio debate.

O primeiro ponto é que o audiovisual não é só cinema e não é só televisão aberta. O audiovisual hoje tem uma complexidade que vai muito além dessas úni-

cas duas formas de exibição. E hoje o próprio telefone celular é um item na cadeia de valor do audiovisual. E essas coisas não podem ser tratadas independentemente. Não existe a forma de se legislar sobre cinema ou sobre televisão e que isso não impacte de uma forma inadequada em todos os outros setores, se não tivermos o cuidado com isso.

Essa é uma primeira observação importante.

A segunda observação é que me parece que a discussão, necessariamente, se dará, ao longo da discussão dessa minuta de projeto de lei, necessariamente sobre princípios e fundamentos da comunicação social no Brasil. Enquanto esses princípios e esses fundamentos não estiverem plenamente discutidos pela sociedade, eu tenho dúvidas sobre a eficácia de uma agência reguladora em que se antecipe a discussão desses princípios e fundamentos.

Quero deixar bem claro que a necessidade de uma agência reguladora não está em discussão. Creio que uma agência reguladora deve vir no seu momento adequado; mas há premissas que devem ser obedecidas antes disso. E a principal delas é que a sociedade seja capaz de estabelecer os princípios que ela quer par si, em termos de comunicação social.

Por enquanto é só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Sr. Rodrigo Braga.

O SR. RODRIGO BRAGA – Queria agradecer ao Presidente, Senador Osmar Dias, pelo convite e pedir desculpas a todos por não ter conseguido terminar a apresentação no tempo. Mas, queria pedir também a sua leitura – as cópias foram distribuídas – especialmente para a parte final dela, onde nós distribuidores mostramos a preocupação que temos com o grande nível de taxaço que estão sendo proposto pelo anteprojeto, como bem salientou o Ministro Gilberto Gil, isso ainda está em discussão. Mas, acho que devemos alertar para o fato de que essas medidas se implantadas podem, a longo prazo, contribuir para uma brutal retração do mercado de cinema no Brasil, com reflexos na própria lei e nos próprios objetivos da lei, e com reflexos principalmente para o cinema brasileiro, que é quem depende hoje fundamentalmente do seu próprio mercado e não há, no mundo, um mercado exportador sem um mercado interno forte. Crescer o número de salas é absolutamente fundamental. E é por isso que a proposta de manter o atual nível de taxaço que, como os Senhores puderam ver nessa apresentação, já é acima da média de outros países que têm um mercado de cinema forte, seria recomendável, pelo menos até que o Brasil venha a ter um mercado estruturado na faixa de 4 mil e poucas salas.

Mais uma vez, obrigado. Queria, mais uma vez, reiterar os cumprimentos a essa Comissão. Espero que, mais uma vez, ela seja um grande fórum de debates dessa situação, como foi em 2001, no processo que resultou na criação da ANCINE.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. Rodrigo Braga.

Agradeço a compreensão, porque a minha missão aqui é dirigir os trabalhos e fica muito difícil dirigir os trabalhos principalmente quando temos à mesa, Cacá Diegues, Gilberto Gil, com tantos fãs torcendo por eles. Se a gente corta a palavra aqui acaba ficando antipático.

Agradeço a compreensão.

O último, então, é o Sr. Otávio Luiz Rodrigues Júnior.

O SR. OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR – Sr. Presidente, Senhores integrantes da mesa, Srs. Senadores, apenas para agradecer, mais uma vez, a oportunidade que foi conferida ao Ministério das Comunicações de manifestar esse importante cenáculo da cultura e da educação, principalmente porque esse Ministério possui uma.... com relação ao Congresso Nacional, na medida em que somos partícipes do processo de concessão de outorgas de rádio difusão em nosso país.

E, também, queria parabenizar a iniciativa que é muito relevante e ressalta, apenas e tão somente, o caráter democrático com que esse processo deve ser conduzido e está sendo conduzido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado. Só quero lembrar que amanhã teremos outra audiência pública. Cometi aqui um equívoco, dizendo que o Ministro Eunício estaria presente. Não estará. É um outro..

O SR. (orador não identificado) – (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, é porque ele não tem relação com o assunto. E teremos aqui uma audiência pública a convite do Senador Hélio Costa.

Muito obrigado pela presença de todos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o Senhor me permite. Fiz a apresentação de um requerimento, se for possível ainda incluir mais uma personalidade na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pelo Regimento, essa audiência pública não é deliberativa e não podemos submeter à votação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço à presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h38min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 15 de Setembro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Aelton Freitas, Ideli Salvatti, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Gerson Camata, José Maranhão, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Osmar Dias, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Mão Santa, Luiz Otávio, Romero Jucá, Paulo Octávio, João Ribeiro e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Duciomar Costa, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião os Senhores Senadores, não-membros da Comissão, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 29-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Hélio Costa, que tem como objetivo ouvir os Senhores: Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Murillo de Aragão, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas – ANER, José Inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais e Hermann Assis Baeta, Membro Honorário Vitalício da Ordem dos

Advogados do Brasil – OAB, para discutir o Projeto de Lei nº 3985/04 (CD), de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Conselho Federal de Jornalismo e os conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências”. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Leonel Pavan, em virtude de convocação pelo Líder do governo para as conversações sobre o Projeto de Informática, do qual é relator. Os Senhores Francisco Mesquita Neto, Presidente da Associação Nacional dos Jornais – ANJ, Alberto Dines, Jornalista (Observatório de Imprensa) e Ricardo Kotscho, Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, convidados para a audiência, justificam a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Leonel Pavan, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi. Reassume a Presidência o Senhor Vice-Presidente Senador Hélio Costa. O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, comunica as presenças na reunião de hoje, dos Senhores Paulo Machado de Carvalho Neto, Diretor e ex-Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Washington Mello, Diretor Institucional da TV Bandeirantes. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Hélio Costa**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, está aberta a 32ª reunião extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária, a realizar-se neste dia 15 de setembro, quarta-feira. Trata-se de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 3.985, de 2004, de autoria do Poder Executivo, que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo e dá outras providências, com o requerimento de autoria do Senador Hélio Costa.

São convidados a participar da Mesa os Srs. Sérgio Murilo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj; o Sr. Maurício Azê-

do, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; o Sr. Murillo de Aragão, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Editores de Revistas – Aner; o Sr. José Inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; o Sr. Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; e o Sr. Hermann Assis Baeta, membro honorário vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Peço aos convidados que assumam seus lugares na mesa de trabalho.

Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca por participar da reunião conosco; S. Ex^a é membro efetivo da Comissão e está sempre presente. Antecipo aos Srs. convidados que o motivo da falta de outros Senadores nesta reunião tão importante é o de que estão ocorrendo várias reuniões de Liderança e, ao mesmo tempo, três Comissões Especiais estão reunidas para tratar de assuntos que têm de ser votados hoje à tarde, na sessão do Plenário do Senado. Então, lamentavelmente, estamos com dificuldade de **quorum**, mas poderemos realizar a reunião extraordinária, por se tratar de audiência pública. É importantíssimo lembrar que estamos falando ao vivo, pela TV Senado, que chega a todo o Brasil. O assunto, que é da maior relevância e precisa ser discutido amplamente, é a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Como jornalista profissional, hoje, com muita honra, Senador da República, representante do Estado de Minas Gerais, apresentei este requerimento, exatamente porque, sensível às diversas manifestações, tanto contra quanto a favor da criação do Conselho, entendi que este era o fórum adequado para iniciarmos um longo processo de discussão sobre a matéria.

Antes de iniciar os trabalhos, aproveito a presença, na Comissão de Educação, do Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, do Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Editores de Revistas, do Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, do Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e do Sr. Hermann Assis Baeta, membro vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil, para dar ciência de um assunto, também relacionado à mídia, que foi trazido à Comissão de Educação do Senado no mês de maio, quando o Sr. Presidente do BNDS encaminhou uma proposta de financiamento da mídia brasileira.

Preocupados com a situação, pois as empresas de comunicação estavam entrando numa rota perigosa que poderia coincidir com interesses de empresas estrangeiras – ou seja, inúmeras empresas brasileiras de comunicação corriam o risco de serem adquiridas

por empresas estrangeiras –, insinuamos ao Professor Carlos Lessa, Presidente do BNDES, durante uma audiência pública, que seria importante que o BNDES, como um dos mais importantes bancos de financiamento da América Latina, fizesse uma proposta de socorro às empresas de comunicação. Não se trata de oferecer dinheiro a fundo perdido ou de usar dinheiro público para salvar empresa de comunicação, mas de que as empresas de comunicação brasileira tenham, pelo menos, os mesmos direitos, ofertas e oportunidades de qualquer outra empresa brasileira para se reestruturar, até porque essas empresas representam 500 mil empregos direta e indiretamente.

O Senador Osmar Dias, que acaba de chegar e certamente me deu a honra de conduzir os trabalhos no dia de hoje por se tratar de um requerimento de minha autoria, criou uma comissão não-oficial e indicou seis Senadores da nossa Comissão para estudar a questão: os Senadores Flávio Arns, Hélio Costa, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca e Mozarildo Cavalcanti e, como suplentes, Delcídio Amaral, Sérgio Cabral, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Esses Senadores teriam que estudar a proposta do Presidente do BNDES. Não se criou aqui uma comissão com Relator ou Presidente, mas apenas um grupo de trabalho.

Sr. Presidente, trouxe, para passar as suas mãos, a observação que fiz a essa questão e estou encaminhando a sugestão – é uma nota de sugestão pessoal por não se tratar de um relatório – para V. Ex^a, como Presidente da Comissão, e também para todos os Senadores que V. Ex^a indicou como membros titulares e suplentes dessa “comissão”, porque é uma posição que poderão assumir com relação à proposta do BNDES.

Aproveito esta oportunidade, porque este fórum é ideal, para fazermos a apresentação da contraproposta da Comissão de Educação. Gostaria que V. Ex^a me permitisse apresentá-la antes de iniciarmos a audiência pública.

A nota de sugestão do Senador Hélio Costa, que certamente está encaminhada a todos os Senadores indicados pelo Senador Osmar Dias nesta Comissão, é sobre o Ofício P525/2004, do Sr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES, facultando aos membros da Comissão de Educação do Senado Federal apresentar sugestões acerca da proposição de apoio financeiro à indústria de comunicações, resguardada a soberania de decisão. Essa é a minha sugestão.

O Presidente do BNDES, por meio do Ofício nº 525/2004, gentilmente, concedeu aos membros da Comissão de Educação a oportunidade de fazer observações e formular sugestões de sua proposta de apoio à indústria de comunicações.

Cabe destacar que a proposta do BNDES é meritória e chega no momento apropriado. As empresas nacionais de mídia estão passando pela pior crise de sua história e, neste momento de agonia e preocupação, somente o socorro do BNDES pode afastar os riscos da perda do controle do segmento para os grupos estrangeiros.

Como bem disse o Vice-Presidente do BNDES, Sr. Darc Costa, se o País abre mão da mídia, abre mão da própria liberdade, vira um Estado refém. A proposta é viável, estimula a modernização das empresas e incentiva a indústria nacional a investir no aumento da produção.

Ademais, ressalte-se que, segundo o noticiado pelo Presidente do BNDES, três exigências são feitas pela instituição com o escopo de manter incólume o patrimônio público: I – não se oferecerão empréstimos diretos, e os bancos comerciais credores das empresas de comunicação terão de se juntar à operação de refinanciamento, não podendo aproveitar a situação para reaver perdas ou melhorar resultados de operações anteriores, ou seja, terão de oferecer condições correspondentes às do BNDES; II – os créditos devidos a acionistas ou relacionados a empresas terão de ser convertidos em aporte de capital. Assim, os acionistas não poderão aproveitar o empréstimo do Banco para receber créditos contra a empresa; III – a gestão da empresa deverá ser transparente, publicação de balanços trimestrais e submissão de contas a auditorias independentes.

Entretanto, Sr. Presidente, na condição de membro do grupo de trabalho destinado a analisar a proposta, conforme sugestão de V. Ex^a, sinto-me ainda no dever de colaborar para o aprimoramento de alguns pontos específicos que julgo da maior importância.

Esses são os pontos, Sr. Presidente, que passei para todos os Senadores que V. Ex^a indicou. Em primeiro lugar, apoio a investimentos, o cartão do BNDES. Elevar o crédito rotativo de R\$50 mil para R\$100 mil. A proposta do BNDES é R\$50 mil. Os equipamentos de jornal, rádio e televisão são muitos caros e qualquer reforma ou modernização, por mais modesta que seja, custa muito mais de R\$100 mil. Estou certamente vendo as pequenas empresas do interior – a emissora de rádio, o jornal do interior ou a emissora de televisão – para as quais R\$100 mil farão uma grande diferença para sua rápida modernização, para o ajuste dos seus equipamentos e para que haja uma verdadeira revolução nessas empresas.

Reestruturação financeira das dívidas de curto prazo. Só a dívida das empresas de mídia chega a hoje a R\$10 bilhões. Por isso, é acertada a proposta do BNDES de propor inicialmente R\$2 bilhões para

atender à indústria de comunicação como um todo. No entanto, estamos propondo que o BNDES assuma o compromisso de aumentar esses recursos se houver elevada demanda e rápido esgotamento. Essa é uma hipótese possível e é necessário estar preparado para sua confirmação. Ou seja, muito embora entendamos que R\$2 bilhões seja um volume de recursos razoável, se a demanda for muito grande e se conseguirmos colocar apropriadamente esse montante, o BNDES se comprometeria em aumentar o valor desses recursos.

Taxas de juros, custo financeiro, remuneração total do BNDES, remuneração da instituição financeira credenciada. É correta a adoção da TJLP para aferir o custo financeiro, mas a remuneração total do BNDES, somada à remuneração do agente financeiro, não deve ultrapassar o índice de 5%. Essa é a proposta que estamos fazendo porque, pela proposta do BNDES, esse índice pode passar desse percentual. O ideal seria que esses encargos fossem equivalentes aos dos empréstimos feitos pela Finep.

Prazo de financiamento. O prazo de carência deve ser, no mínimo, de 24 meses. A proposta do BNDES é de 12 meses. Ora, estou argumentando que a proposta do BNDES de 12 meses representa um prazo muito curto para uma empresa que se encontra em processo de recuperação econômica. Entendo que esse prazo deve ser no mínimo de dois anos para que a empresa tenha realmente fôlego e condições de poder se recuperar.

Financiamento para aquisição de papel de imprensa e papel de imprimir e de escrever. Pelas razões anteriores, proponho uma carência de pelo menos 12 meses na amortização do financiamento, em contraposição aos seis meses da proposta do BNDES.

Também deve ser repensado o prazo de validade dos financiamentos para aquisição de papel. A proposta atual estabelece a data de 31 de dezembro de 2004 como limite. O ponderável seria que esse prazo começasse a partir da vigência do programa e que não fosse inferior a um ano. Se estabelecermos a data agora, e o texto for aprovado em dezembro, como ficaremos? Assim, temos que variar essa data.

Para finalizar, resalto que veio anexada à carta do BNDES com a proposta para a Comissão de Educação do Senado cópia de inquérito administrativo já instaurado pelo Ministério Público contra o BNDES sob a argumentação de que o BNDES estava para fazer um empréstimo de R\$4 bilhões a empresas de comunicação. Sr. Presidente, considere isso extremamente sério.

Quanto ao inquérito civil público promovido pelo Ministério Público Federal, cumpre salientar preliminarmente que esse órgão possui, entre suas atribuições,

legitimidade constitucional e legal para promover as diligências necessárias ao esclarecimento de fatos que envolvam a proteção do patrimônio público e social. Com efeito, o BNDES, empresa pública de fomento vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, cujo capital social é detido em sua integralidade pelo Tesouro Nacional, pode, indiscutivelmente, ter suas ações investigadas pelo Ministério Público.

Contudo, no caso em discussão, a linha de crédito aberta pelo BNDES em benefício das empresas do ramo de mídia não agride a ordem jurídica. Não cabe, portanto, abrir a via repressiva e judicial de atuação do Ministério Público da União. Sequer iniciamos um procedimento e já há um processo administrativo contra o BNDES tentando impedir que o banco abra essa linha de crédito para a mídia.

Desde 1997, não há mais óbices legais ao fomento público do setor de mídia e comunicação. As empresas do seguimento podem ter acesso a todas as linhas repassadas por meio de agentes financeiros privados credenciados pelo BNDES, como ocorre normalmente com empresas de outros ramos de atuação.

Em vista do exposto, a providência do Ministério Público se afigura legítima, mas no mérito infrutífera e prejudicial ao Brasil, pois é juridicamente irrepreensível a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no caso vertente. Insurgir-se contra esse financiamento à mídia nacional, que está sendo oferecido dentro de todos os parâmetros legais, é, acima de tudo, prestar um desserviço à Nação brasileira, é conduzir a entrega das empresas de comunicação brasileira ao controle de grupos estrangeiros, os quais não têm nenhum compromisso com estratégias de desenvolvimento e segurança nacional.

Esse é, Sr. Presidente, o documento que passo às mãos de V. Ex^a como a minha sugestão, como um entre os Senadores apontados por V. Ex^a, para que seja enviado ao BNDES a critério de V. Ex^a.

É importante ressaltar também – e eu o tenho em mão – que recentemente aprovamos no Plenário do Senado um empréstimo para a cidade de São Paulo, do qual fui Relator, para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, que contava com financiamento do Japan Bank for International Cooperation – Banco Internacional de Cooperação do Japão. O prazo de amortização será de 18 anos após prazo de carência de sete anos. A taxa de juros será de 1,8% ao ano. O período de desembolso será de sete anos.

Essa é a comparação do que faz o Banco do Japão com relação a uma posição brasileira, que é a cidade de São Paulo.

Assim, Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex^a esta minha sugestão. Julguei adequado fazer este pronunciamento neste momento, porque desde maio estamos para produzir um documento de resposta ao BNDES. Com a presença dos Srs. convidados, que são autoridades e pessoas relacionadas com a mídia, considereei apropriado o momento para fazermos a apresentação.

Pergunto se V. Ex^a gostaria de presidir o começo da reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, fiz questão de que V. Ex^a presidisse esta reunião não só porque foi o autor do requerimento, mas por tratar-se V. Ex^a de um jornalista de conceito internacional e respeitado em nosso País e fora dele e também porque V. Ex^a tem sido um Vice-Presidente assíduo e que apóia todas as iniciativas da Presidência e que tem ajudado muito a Comissão de Educação a obter sucesso em sua atuação no Senado Federal. No ano passado, realizamos 54 reuniões, e V. Ex^a esteve comigo em todas elas. Foi V. Ex^a um dos mais combativos membros da Comissão.

Por tudo isso e pela ligação que tem V. Ex^a com o setor das comunicações, eu quis prestar-lhe uma homenagem. A Presidência desta reunião está com V. Ex^a nas melhores mãos, porque a comissão trata de assunto de sua atividade e do seu conhecimento. A audiência pública de hoje é tão importante quanto à realizada ontem aqui – a da Ancinave, que teve ampla repercussão. Fico feliz em ver que a Comissão de Educação, ao promover essas audiências públicas, permite até nos anteciparmos aos fatos, às leis que votaremos. Damos, assim, condições para que os Senadores balizem suas posições e opiniões para que, quando o projeto chegar ao Senado Federal, estaremos preparados. Assim fizemos com a Lei de Biossegurança, que está enroscada no Senado desde fevereiro. A única Comissão que já realizou audiências públicas e votou o projeto foi a nossa Comissão, a Comissão de Educação.

Por essas razões, tenho a honra de transferir a Presidência da reunião de hoje por inteiro a V. Ex^a, entendendo que está em ótimas mãos e que teremos uma excelente audiência pública.

Daqui a pouco, terei que me retirar porque o Líder do Governo está me convidando para tentarmos chegar a um acordo para a votação ainda hoje da Lei de Biossegurança. Como o tempo é curto, teremos de correr. Peço desculpas porque terei de me retirar, mas acompanharei os trabalhos de V. Ex^a.

Agradeço a presença de todos os convidados que atenderam ao nosso convite e que irão nos trazer

informações para que possamos tomar nossa decisão no momento oportuno.

Obrigado e boa sorte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e a oportunidade que me dá de presidir esta reunião tão importante em que iremos discutir a criação ou não do Conselho Federal de Jornalismo.

Para mim, é uma tarefa importantíssima substituir V. Ex^a, que, sempre com elegância e competência, está à frente desta Comissão que prestou um trabalho extraordinário a toda Nação durante todo este ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados discutirão o anteprojeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, queria inicialmente dizer a todos os senhores convidados, aos Srs. Senadores e aos presentes que me sinto muito à vontade de estar participando e, até por determinação do Senador Osmar Dias, estar presidindo esta sessão, porque tenho sido um jornalista de profissão durante a minha vida inteira.

Comecei aos 14 anos de idade, numa pequena rádio, no interior de Minas Gerais, depois passei pelos principais jornais do meu Estado, alguns jornais do Rio de Janeiro, televisão, em Minas Gerais, rádio, depois televisão, Rede Globo no exterior, de volta ao Brasil. Quer dizer, fiz a minha vida toda como jornalista. Costumo até dizer que estou Senador e sou jornalista. É uma qualidade como a do médico e do dentista: nunca se deixa de ser médico; nunca se deixa de ser jornalista. Para nós, é uma honra muito grande poder dizer isso aqui.

Então, quando da apresentação da proposta do Conselho Federal de Jornalismo, é evidente que fui crivado de perguntas não só pelos meus companheiros jornalistas, mas também por pessoas que viram a apresentação da proposta e vieram discutir comigo. Trouxe essa preocupação ao Presidente Osmar Dias, e certamente chegamos à conclusão que a melhor solução seria iniciarmos um procedimento de discussão dessa proposta.

Gostaria de esclarecer, de uma forma muito clara, que não se trata evidentemente de uma proposta governamental. Esse foi o primeiro problema que encontramos a partir do instante em que foi apresentada a proposta. Ela não é oficialmente do Governo, mas vem atender a uma solicitação da Fenaj, de jornalistas, de entidades. Queria, inclusive, fazer a leitura de uma parte do documento oficial assinada pelo Ministro Ricardo Berzoini que o diz o seguinte:

O debate em torno da criação do Conselho de Jornalismo com atribuições de fiscalizar o exercício da profissão não é recente. Foram apresentadas ao Congresso Nacional propostas parlamentares, dispondo

sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Jornalismo, tendo sido rejeitadas pela Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em razão de que, sendo os conselhos de fiscalização do exercício profissional considerados autarquias, integrantes portanto do serviço público, pela natureza do serviço que realizam, órgãos da administração ainda que indireta, trata-se de matéria de iniciativa legislativa, privativa do Presidente da República. (art. 61, §1º, da Constituição Federal)

Então, não há como se apresentar a proposta de criação do Conselho Federal, a não ser com iniciativa do Presidente da República. Sou testemunha de que, insistentemente, no começo do ano, foi-me solicitado, como Senador, por colegas jornalistas, que encontrássemos um caminho, para que pudesse a entidade representativa (Fenaj) chegar ao Presidente da República e pedir a criação do Conselho.

Só não participei dessa reunião com o Presidente da República, porque estava em missão no exterior, no momento em que ela se realizou, mas a Fenaj foi a Sua Excelência, fez a proposta, e o Presidente da República a encaminha, para que o Ministro do Trabalho faça a recomendação da criação do Conselho. Se observarmos muito bem, historicamente, quem faz a fiscalização hoje, é o Ministério do Trabalho. Já existia uma fiscalização. Assim, competia ao Ministério do Trabalho, evidentemente, fazer a proposta da criação do Conselho.

Imediatamente, surgiram posições contrárias e a favor. Porém, o que me assustou, como jornalista e como Senador, foi o volume impressionante de desinformação sobre essa questão. Quer dizer, quase todas as observações que fiz estavam calcadas em posicionamentos que não leram a proposta feita.

Essa para mim é a grande surpresa que, como jornalista, tenho, porque, infelizmente, aconteceu isso. Quer dizer, lia um artigo sobre a criação do Conselho, ou seja, a pessoa manifestando a sua opinião contra ou a favor do mesmo e via que esta não havia lido por inteiro a proposta, porque, caso contrário, dificilmente, estaria dizendo rigorosamente o que eu estava vendo ali. Fiquei tão preocupado que fui procurar o Aloísio Lopes, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de meu Estado de Minas Gerais, com quem tenho uma grande amizade há tanto tempo. Acompanho, evidentemente, o seu trabalho, o trabalho do sindicato em Minas Gerais e da Federação. Perguntei o que estava havendo e por que estava ocorrendo aquilo. De repente, ele me falou de uma série de posições e disse: "Olha, lamentavelmente também estamos sentindo isso".

Qual é a melhor solução? É discutir ampla, pública e abertamente essa questão. E temos um veículo extraordinário, que é a TV Senado, que vai levar essa discussão para o Brasil inteiro, para que se faça um acompanhamento detalhado, com a participação de jornalistas, de empresários do setor de comunicação. Poderemos ouvir as próprias lideranças sindicais, empresariais e de entidades relacionadas ao setor.

Isso é uma proposta que pode, deve e vai ser modificada. Isso não é um documento definitivo. O que se apresentou não é uma imposição. Pelo contrário, é um texto que vai ser, evidentemente, submetido à apreciação, inclusive, do Congresso Nacional. Por isso, a proposta está na Casa.

Podemos fazer a observação que quisermos, podemos modificar, podemos sentar e discutir se a proposta agride, se não agride; se ela vai ser mais efetiva; de que maneira ela vai defender, proteger o jornalista. Tudo isso pretendemos fazer com esta audiência pública. Se não for suficiente, vamos fazer outras audiências. Passada a eleição, vamos continuar de novo, certamente, a discutir esse problema, mas não podemos perder a oportunidade da presença desses convidados para começarmos o debate.

Vou, inicialmente, passar a palavra ao Hermann Assis Baeta, que é membro honorário, vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil, porque lamentavelmente ele tem que sair, tem que deixar esta reunião por volta de onze e meia. Concedemos, pelo menos, os minutos iniciais a que ele tem direito para fazer sua exposição.

São dez minutos para cada expositor, e peço que obedeçam rigorosamente aos dez minutos, porque, senão, não teremos tempo de terminar até uma e meia, quando teremos de encerrar a reunião, porque, às duas e meia, começaremos o plenário do Senado Federal e porque teremos de nos preparar para toda a tarde de hoje, que vai ser importantíssima.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Hermann Assis Baeta.

O SR. HERMANN ASSIS BAETA – Eminente Senador Hélio Costa, digno Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal e Presidente desta reunião, demais autoridades, presidentes e representantes da sociedade civil de jornalistas e dos meios de comunicação presentes, Sr^{es} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, devo inicialmente agradecer aos membros da Comissão de Educação o convite dirigido à Ordem dos Advogados do Brasil para que estivessemos presentes para discutir o anteprojeto de criação do Conselho Federal de Jornalistas.

Devo dizer, inicialmente, que minha exposição não reflete a opinião global do Conselho Federal da

Ordem dos Advogados do Brasil, porque ainda estamos no início das discussões e vamos colher a opinião global, ou seja, a decisão do referido Conselho.

Temos o pensamento do Presidente Roberto Busato, que é favorável à criação do Conselho, e a minha posição pessoal, da forma que exporei em breves minutos, que é favorável à criação do Conselho. Mas, certamente, em algum tempo, sairá a decisão global do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Este tema é da máxima importância para nós. Embora em tão pouco tempo eu não possa ler os dispositivos da Constituição Federal invocados por alguns detratores do projeto, eu pediria a V. Ex^{as} reflexão sobre os artigos 220, 222 e 224 da Constituição Federal em vigor. Penso que esses dispositivos que são claros, objetivos, às vezes de uma clareza solar, não impedem a criação do Conselho. O Conselho, até da forma como está previsto nesse projeto, a Fenaj não conflita, de forma alguma, com o Texto Constitucional.

Por isso, é uma falácia dizer que a criação do Conselho Federal dos Jornalistas é inconstitucional. Pode ser que haja algum dispositivo do texto do projeto que conflite com alguma norma. Mas, como o Senador Hélio Costa disse com muita clareza, e até para minha surpresa, se trata de um texto inicial que vai ser discutido, como está sendo até pela sociedade civil, pode ser emendado, pode ser suprimido, pode ser alterado. Aqui, numa conversa informal antes da reunião, pensei até num substitutivo para chegar a uma situação de concordância das entidades de comunicação como a ABI e outras que poderão contribuir para que a sociedade brasileira não fique pensando o que está pensando. Fizeram uma tempestade em copo d'água dizendo que esse projeto é contra a liberdade de imprensa, que é de censura, que vai cercear atividade da livre manifestação de pensamento, atividade dos jornalistas, que é para voltar ao passado: nada disso. Eu indicaria ainda a própria lei dos advogados, o estatuto dos advogados brasileiros, que muitos dispositivos que estão em vigor no nosso estatuto estão não digo copiados mas assemelhados com o texto dos jornalistas.

E gostaria de lembrar aos presentes, já lembrei ontem numa reunião pública na Ordem dos Advogados do Brasil, que há uma tendência natural do ser humano em resistir a mudanças. Não temos um órgão organizador e coordenador dos jornalistas brasileiros. E essa coordenação, essa organização é meramente administrativa, não é judicial. Claro que quando um jornalista ultrapassar as linhas limítrofes da sua atividade o órgão que vai examinar a prática de crimes ou coisas semelhantes é o Poder Judiciário. Trata-se de

um órgão administrativo que visa a organizar, defender e disciplinar eticamente os jornalistas. Não há nada aqui de inconstitucionalidade, a não ser se quisermos fazer da Constituição um trampolim para justificar os nossos preconceitos com a criação de um órgão que me parece fundamental na sociedade brasileira.

Pois bem, passamos quase um século de resistência à criação da Ordem dos Advogados do Brasil. E como o próprio Senador explicou, foi o Presidente da República atual que encaminhou o anteprojeto. Apenas encaminhou, mas ele é oriundo dos jornalistas, da Fenaj, que é entidade máxima dos jornalistas brasileiros, ao lado da ABI. Naquele tempo, 1822, foi criado o Instituto dos Advogados para criar a Ordem. Passamos só 89 anos para criá-la. A Ordem só foi criada em 1930. E quem criou a Ordem dos Advogados? Para espanto de alguns que estão aqui ou de outros que virão depois, quem criou foi Getúlio Vargas, que era um ditador. Ele não encaminhou, ele criou, num dispositivo, numa lei que era o Ministro Osvaldo Aranha, da Justiça, numa lei que reformava o Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Ele criou em 1930, daí a poucos anos a Ordem dos Advogados se rebelou contra Getúlio, porque era uma ditadura. Denunciou o que estava sendo praticado nos porões do Estado Novo; colaborou com a derrubada do Estado Novo pela redemocratização, etc.

Portanto, não há o que temer. O que interessa é que os jornalistas mantenham a sua independência, como nós advogados mantemos a nossa. E ninguém cerceia a independência, a livre manifestação de pensamento, nem mesmo um órgão, como disse... Desculpem-me estar citando sempre o Senador. Basta ler o texto integral da proposta sem preconceito para perceber que não há uma predisposição para cercear a liberdade nem para censurar a atividade jornalística.

Parece-me que a criação do Conselho Federal, ao contrário do que alguns pensam, é necessária e indispensável para disciplinar a atividade dos profissionais de imprensa em nosso País, para defendê-los e para corrigir algumas falhas éticas que existem em todas as profissões.

Muitos veículos de comunicação e até jornalistas de expressão nacional, assim como editoriais que tive a oportunidade de ler, sem refletirem sobre o texto constitucional – repito que se deve refletir sobre o tema sem preconceito – e sobre o que se pretende criar, se opuseram à criação do Conselho, desinformando, por contradição, a sociedade, que precisa ser informada. Não podemos utilizar os veículos de comunicação para desinformar a sociedade, mas, sim, para informá-la corretamente.

Finalizando, ressalto que existe um Conselho de Comunicação Social, com a lei tramitando no Congresso Nacional, para corrigir esses abusos da mídia. Não se trata de constranger a mídia nem de censurá-la, mas, simplesmente, de organizar e, como eu disse, de defender ou disciplinar eticamente os jornalistas brasileiros.

Meus amigos, lamento não dispor de mais tempo para abordar outros assuntos. Peço desculpas por não poder ficar nesta reunião, pois tenho um compromisso de viagem ao Rio de Janeiro.

Em uma conversa informal, sugeri que, se não houver um consenso, se preveja até a formulação de um substitutivo, em última hipótese, das entidades principais do setor, como a ABI e outras, para que se corrijam algumas expressões ou algumas normas contidas nesse projeto. O que se deve esclarecer é que a criação do Conselho em si não constitui qualquer absurdo ou qualquer inconstitucionalidade. Qualquer estudante de Direito Constitucional das faculdades de nosso País verá que não há essa possibilidade. Basta ler os dispositivos que citei e que estão expressos na Constituição brasileira.

Agradeço a V. Ex^{as} por terem me ouvido. Estamos na Ordem dos Advogados à disposição, para continuar o debate, esclarecer os pontos divergentes e até contribuir para a formulação, se for o caso, de um novo texto, de um substitutivo – admitindo-se essa hipótese –, se assim for decidido pelos jornalistas, com a chancela da Fenaj, que é a interessada direta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço ao Sr. Hermann Assis Baeta, membro honorário vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Certamente anotamos todas as considerações e sugestões preciosas de V. S^a no momento em que estamos discutindo esta questão.

Concedo a palavra ao Sr. Murillo de Aragão, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional de Editores de Revistas – Aner.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Sr. Presidente, muito obrigado. É uma honra para a Aner estar presente neste debate.

Como V. Ex^{as} sabem, a Aner é a entidade representativa associativa das editoras de revistas no Brasil, congregando mais de 50 editoras, que representam mais de 80% do mercado editorial de revista do País. Como outras entidades e dezenas de jornalistas, vimos a iniciativa com preocupação, ainda que a Aner reconheça a legitimidade da categoria dos jornalistas e deseje a criação do Conselho. Afinal, existem dezenas de outros Conselhos, todos criados na inspiração

corporativista da nossa legislação trabalhista, até com clara influência fascista.

Então, seria mais do que normal, dentro do marco sindical brasileiro, criar um Conselho como se criaram Conselhos em várias profissões. No entanto, a questão se apresentou de forma muito confusa, polêmica, não previamente acordada com outros setores interessados e gerou reações de várias fontes, como, por exemplo, a ABI, que está aqui presente, a OAB, a Associação dos Magistrados do Brasil, a Associação dos Promotores, além do ANJ – não sei se a Abert se manifestou formalmente – e a Aner.

A Aner, como disse, reconhece a legitimidade da criação do Conselho, mas, em se tratando de fiscalizar o jornalismo, a questão fica um pouco mais séria, porque o projeto, na sua versão inicial, tratava do jornalista, e não do jornalismo, ainda que o nome seja Conselho Federal de Jornalismo.

Assim, este Conselho terá poderes de amanhã entrar num veículo, punir o jornalista e até impedir seu trabalho se ele não estiver adequado com a orientação do Conselho.

Logo, em se tratando da liberdade de expressão, não se pode tratar esta questão de forma pedestre, dizendo: “Não é nada de mais. É natural criar um Conselho. Não sei por que existe essa reação”, como se fosse a coisa mais natural do mundo. Não é natural. A questão é séria. As entidades não são idiotas, nem cretinas. Têm posições sérias. Este assunto deveria ter sido discutido amplamente antes do seu encaminhamento e deveria ter o mínimo de consenso. Quer dizer, é uma idéia confusa e até mesmo inoportuna, porque, neste momento, estamos às portas do debate da reforma do marco sindical no País, Sr. Senador. Essa reforma vai mudar a estrutura sindical do País, a forma de organização do trabalhador no Brasil. E, obviamente, vai também afetar o funcionamento dos conselhos, das confederações, dos sindicatos. Não existirá mais um sindicato por base geográfica. Poderão existir vários sindicatos. Num setor altamente politizado, no qual até a participação do jornalista é muito pequena, considerando o universo de jornalistas, poderá haver outras formas de representação que não concordem com a forma pela qual a questão está sendo encaminhada.

Então, de certa forma, parece que a iniciativa está sendo apresentada agora para ocorrer antes da própria reforma sindical. Esta é uma observação minha, de caráter pessoal, e não da Aner. A posição da Aner é claramente a seguinte: é legítimo a Fenaj desejar a criação do Conselho, a exemplo do Conselho de Fisioterapia, de Medicina e outros. No entanto, por tratar-se da liberdade de expressão, o tema é muito mais delicado e mereceria uma reflexão maior. A própria Fenaj

poderia ter expandido o debate antes da apresentação da proposta, e não o fez. Promoveu o debate dentro da categoria, o que é legítimo, apresentou-a ao Ministério do Trabalho, e candidamente aparece a proposta no Congresso Nacional.

Em se tratando de temas de comunicação, os Srs. Senadores sabem como é difícil aprovar qualquer coisa nesta Casa. Aqui mesmo, neste plenário, reunia-se a Subcomissão temática de Comunicação na Assembleia Nacional Constituinte, que acompanhei como então Diretor da Associação Nacional de Editores de Revistas. Tamanho foi o conflito, que não se chegou a nenhuma conclusão. A votação parecer terminou com metade dos constituintes abandonando a sala. O relatório foi sucessivamente encaminhado até chegar à Comissão de sistematização, sempre em grande grau de antagonismo. A lei de imprensa tramita há mais de uma década no Congresso Nacional sem existir consenso e uma mínima base para ser aprovada.

Assim, acredito que por medida de inteligência a proposta deveria ter sido debatida para se evitar que venha para cá uma proposta como essa e que se perca em um emaranhado de discussões eternas por falta de consenso, por antagonismo radicais e por desinteligência no andamento de parte a parte.

Volto a dizer em nome da Aner, é que a nossa posição está em uma nota assinada pelo nosso Presidente, Carlos Alzugaray, da Editora Três, distribuída à imprensa. Enfim, a Aner não se furtará a debater a questão quando for necessário e entende que é legítima a iniciativa. No entanto, há de se considerar, em se tratando de liberdade de imprensa, que a questão é mais séria e demandaria negociações mais exaustivas e menos corporativismo no seu encaminhamento. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Sr. Murilo de Aragão, Vice-Presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas.

Estamos procurando fazer uma espécie de posição e contraditório. Assim, preferiria não seguir a relação que me foi apresentada pela Secretaria da Comissão e pedir a palavra do Sr. Sérgio Murilo de Andrade, Presidente da Associação Nacional dos Jornalistas – Fenaj até por que foi citado.

A proposta da criação do Conselho Federal de Jornalismo é da Fenaj.

Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MURILO DE ANDRADE – Bom dia, Senador Hélio Costa, Presidente desta audiência, demais integrantes da mesa, Senadores presentes nesta reunião e, especialmente, meus colegas jornalistas que estão trabalhando na cobertura deste evento tão importante.

Antes de tudo quero falar em relação a sua nota de sugestão pessoal em relação ao empréstimo do BNDES a Fenaj tem declarado em outras oportunidades que não se opõe por princípio ao fomento público ao setor da mídia e à comunicação no Brasil.

Nos preocupa o processo de desnacionalização do setor como reafirmo as nossas preocupações em relação a esse debate que são a necessária transparência da discussão da origem da dívida, a necessidade de firmar critérios como o senhor elenca nessa proposta e a necessidade de definir condicionantes para esse empréstimo, para esse fomento.

Nos preocupa muito a necessidade de ampliarmos ainda mais o nível de concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, mas neste momento também nos preocupa e somos obrigados a colocar como condicionantes a necessidade de recuperar urgentemente o nível de emprego dos jornalistas e do setor da comunicação no Brasil.

Há um compromisso público seriamente assumido no sentido de enfrentar e reverter o processo absurdo de precarização das relações de trabalho como, por exemplo, neste momento envolve os jornalistas que trabalham no Jornal do Brasil e da Gazeta Mercantil vítimas de uma demissão em massa e de contratos verdadeiramente draconianos.

Não temos como princípio a objeção e, pelo contrário, estamos abertos ao debate e a proposta apresentada por S. S.^a será apreciada com futura manifestação da Fenaj.

Com relação ao Conselho de Jornalismo que a Fenaj propõe muito do que eu havia falado já foi facilitado pela fala do próprio Senador, colega jornalista e do brilhante Dr. Hermann Baeta, ex-Presidente da OAB.

Queremos que fique claro que essa proposta não é do Governo e, sim, dos jornalistas e não tem nenhuma novidade. Debates em nossos fóruns democráticos, em nossos congressos e conferências durante anos, desde os anos oitenta, e aparece em várias oportunidades, foi objeto de discussão em vários congressos.

Eu participei de quatro congressos que discutiram esse texto. Trata-se de uma discussão exaustiva onde não há nenhuma novidade. No dia 08 de abril, jornais do Brasil inteiro, as principais emissoras de televisão noticiaram publicamente que a proposta estava sendo entregue ao Governo para ser encaminhada ao Congresso Nacional. Portanto, não houve açodamento algum. Poderíamos ter sido procurados por qualquer profissional da mídia, por qualquer representação de entidade do setor empresarial ou não, e teríamos a maior boa vontade em explicar as razões e os motivos que nos levaram a discutir durante tantos anos e,

finalmente, encaminhar para o Congresso Nacional a proposta que cria o Conselho Federal de Jornalismo.

É necessário deixar claro que o texto é integralmente dos jornalistas. Não há qualquer alteração, qualquer modificação de conteúdo por parte do Governo. Ele é resultado integral de nossas discussões. Resume, evidentemente, imperfeições, que são resultado do esforço que realizamos durante anos, mas está no lugar exato para ser corrigido. Reúne muitos méritos. E é exatamente o que pretendo discutir, deixando claro que não é proposta de origem governamental e sim da categoria. Atualmente se encontra na sociedade para o debate, já é uma proposta da sociedade. Em hipótese alguma, tem o sentido de constranger o trabalho da profissão. Não seríamos nós da Federação e dos 31 sindicatos que representamos que proporíamos uma matéria com qualquer tipo de intenção de constranger ou censurar o trabalho de jornalistas. Isso seria, no mínimo, insano. Se existe cerceamento ao trabalho dos jornalistas e à liberdade de imprensa no Brasil, é o modelo absurdo e concentrador da propriedade dos meios de comunicação. É essa possibilidade que cria a situação de uma empresa absorver quase 80% de todas as verbas de publicidade, como ocorreu no ano passado. Isso sim é que cerceia a liberdade de imprensa. Isso sim é que limita a pluralidade. O trabalho do jornalista, e os colegas que aqui estão sabem, sofre cerceamento sim, cotidiano, das linhas editoriais das empresas, dos interesses comerciais de algum veículo, desse tipo de modelo que concentra a maior parte da verba publicitária em um único segmento, em um único grupo empresarial. A própria Justiça já cerceia e impede a livre expressão e a liberdade de pensamento.

O que pretendemos, os jornalistas, ao tomarmos essa iniciativa, é fazer o que outras categorias já fazem. O jornalista continuará respondendo perante a Justiça, perante a sociedade, mas também poderá, se eventualmente incorrer em deslize ético, passar por um processo administrativo. Isso não é novidade, não é ameaça à liberdade de imprensa. Aliás, ele precisa prestar contas aos seus pares e à própria sociedade. É disso que estamos tratando. Nós jornalistas queremos um Conselho porque precisamos definir regras de acesso à profissão. Atualmente não existem regras. Qualquer pessoa pode acessar nossa profissão. Não existe uma entidade que defina critérios para acessar uma profissão tão nobre, tão importante e que presta um serviço público essencial à sociedade. Precisamos de um Conselho que fiscalize o exercício da nossa profissão. E, insisto, que fiscalize o exercício, não o conteúdo. Há muitas pessoas trabalhando no mercado sem a necessária habilitação, o que é ruim para nós

jornalistas, mas muito pior para a própria sociedade, que não recebe informação qualificada.

Precisamos de um Conselho, Sr. Presidente, que se preocupe, que estimule a qualidade do ensino de jornalismo no Brasil. Atualmente, há centenas de escolas, mais de 350, formando milhares, 8 mil, 9 mil profissionais por ano. Com que condição? Com que nível? Com que qualidade? Tal preocupação deve ser objeto do Conselho Federal. Todos sabem como a OAB tem contribuído para o aperfeiçoamento da qualificação do ensino de Direito no Brasil, o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. É o mesmo que pretendemos fazer. E acreditem, temos todo o direito. O que os jornalistas reivindicam, afinal de contas, é autonomia sobre a profissão. Penso que é justo, temos todo o direito e, de certa forma, até o dever de pleitear isso.

Finalmente, precisamos de um Conselho para se preocupar e zelar pela ética profissional. Nós, jornalistas, precisamos dizer que vamos dar o valor e a importância que a ética necessita.

Presidente Hélio Costa, são dezenas de conselhos semelhantes no mundo inteiro. A maioria dos países democráticos conta com estruturas semelhantes, conselhos de imprensa, formados por jornalistas. São mais de 40 conselhos, alguns funcionando há 30, 40 anos. E em todos os países em que esses conselhos começaram a ser implantados aconteceram as mesmas resistências, os mesmos argumentos, os mesmos medos, exatamente em todos os países. E em todos, com a experiência histórica, ficou provado que todos esses medos e essas resistências são infundados, inclusive esse de que vai ser um instrumento de cerceamento e a serviço do Estado, do Governo. Muito pelo contrário. Ele é um instrumento, nesses países, inclusive de controle do próprio Estado.

Finalmente, não é à toa que a campanha que estamos iniciando se chama justamente ética e liberdade. Estamos convencidos de que esse Conselho Federal de Jornalismo será fundamental no exercício ético e responsável do jornalismo e essencial nas defesas das liberdades democráticas, especialmente a liberdade de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj), Sr. Sérgio Murilo de Andrade.

Tenho que fazer três observações sobre correspondências que recebemos em relação a esta audiência pública. Em primeiro lugar, da Associação Nacional de Jornais, que diz estar promovendo, entre os dias 13 e 15 de setembro, em São Paulo, o V Congresso Brasileiro de Jornais e Assembleias de Associados. Por essa razão, a diretoria da ANJ estará toda envol-

ida nessas atividades e impossibilitada de participar nessa audiência pública. Esse e-mail é assinado pelo Sr. Fernando Martins, Diretor-Executivo. Da mesma forma, recebo um e-mail da Sr^a Mariângela Rabelo de Azevedo: "Incumbiu-me o jornalista Ricardo Kotcho de informar da impossibilidade de comparecimento nessa audiência pública marcada para amanhã, dia 15, por necessidade de acompanhar a agenda do Senhor Presidente da República que cumprirá em Manaus". Ele também estava convidado. Em terceiro lugar, recebo carta do jornalista Alberto Dines, também convidado, em que ele diz: "...conforme o prometido, mas mando em anexo um texto que eu gostaria fosse lido durante a audiência e incluído em sua Ata. Por favor, encaminhe-o, com os meus cumprimentos, aos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa. Lamentavelmente, não posso comparecer por estar participando amanhã, na hora dessa audiência pública, de um programa ao vivo no Rio de Janeiro".

Vou passar depois para todos os Senadores e Senadoras o texto enviado pelo jornalista Alberto Dines.

Primeiro, quero dizer que vou ter que me ausentar, porque sou um dos Relatores da Lei de Informática, que está sendo preparada em seus mínimos detalhes para ser votada hoje à tarde. E acabo de receber uma convocação do Senador Aloizio Mercadante para que eu compareça à reunião de Líderes que está sendo realizada neste momento em seu gabinete. Infelizmente, por mais que eu gostaria de estar presente aqui, vou ter de me ausentar.

Peço ao Senador Romero Jucá que me substitua temporariamente. Se S. Ex^a está indo para lá, também, então, peço ao Senador Augusto Botelho, por favor, que venha assumir a Presidência dos trabalhos, enquanto vamos rapidamente ver com o Líder Aloizio Mercadante em que poderemos acertar os detalhes finais da Lei de Informática, que será votada hoje à tarde.

Mas passo já a palavra ao próximo orador inscrito. Como entendo que deve ser da maneira conforme fiz, de apresentação do problema e contraditório, eu gostaria de ouvir a palavra agora do Presidente da Associação Brasileira da Imprensa (ABI), Maurício Azêdo.

Com a palavra, o Presidente da Associação Brasileira da Imprensa.

O SR. MAURÍCIO AZÊDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, companheiros de Mesa, companheiros de profissão presentes, minhas senhoras e meus senhores, a Associação Brasileira da Imprensa tem uma posição radical contrária a esse projeto, porque entende que ele parte de um equívoco, o de imaginar que tal qual acontece com outras atividades e profissões, os jornalistas tenham necessidade

de regulação por um conselho como esse concebido no projeto.

Ao contrário de atividades como Medicina, Química, Engenharia e Arquitetura e a outra vintena de profissões regulamentadas, a atividade do jornalista processa-se no campo imaterial das idéias, da formação das consciências, na definição das mentes e não pôde, portanto, ser objeto de regulação, de disciplina, de orientação e de fiscalização, como previsto nesse projeto. Ainda ontem, em um debate organizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, um dos defensores do projeto, o representante do Estado do Pará, expôs um argumento que, na verdade, militava contra o projeto. Dizia ele que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Regional do Pará pode orientar a sua atividade profissional, mas não pode dizer como ele procederá em cada caso em que intervenha, como redigirá a petição, qual a natureza dessa petição, a que instância recorrerá, que tribunal escolherá para apreciar o feito no qual intervém, porque isso se situa na sua esfera individual de decisão.

O mesmo se dá com este projeto. É passível de regulação a atividade profissional dos jornalistas, mas é insusceptível de disciplina, de orientação e de fiscalização a atividade do jornalismo, isto é, o produto da atividade dos jornalistas. A entrevista, a notícia, a informação, a opinião, a transmissão de um evento como está ocorrendo nesta reunião pelas câmeras de televisão aqui instaladas pela TV Senado. E o projeto sofreu, no âmbito do Executivo, em relação à proposta originária da Fenaj, uma alteração essencial, porque foi exatamente essa disposição que visa ao controle do jornalismo que foi adicionada pelo Ministério do Trabalho à proposição original da Federação Nacional dos Jornalistas, acrescentando um elemento de inconstitucionalidade que o torna insusceptível de aceitação no Estado democrático de Direito definido pela Constituição da República.

Essa inconstitucionalidade decorre da agressão que o projeto promove ao § 1º do art. 220 da Constituição da República, segundo o qual nenhuma lei conterà disposição que possa oferecer embargo ao livre exercício da liberdade de manifestação de pensamento veiculada por qualquer meio jornalístico. Esse projeto, nos termos em que está concebido, não só colide com essa disposição do art. 220 da Constituição da República, como estabelece não apenas embaraços mas o controle da atividade profissional dos jornalistas, do produto dessa atividade, que são a informação, a notícia, a entrevista, a opinião, o tópico.

Além dessa inconstitucionalidade maior, o projeto está palmilhado de outras inconstitucionalidades, como,

por exemplo, ao admitir, no art. 2º, inciso II, que caberá ao Conselho Federal de Jornalismo resolver os casos omissos nessa lei, entre os quais figuram aqueles que podem impor ao jornalista a cassação do seu registro profissional, o que constitui uma aberração, porque, segundo a Constituição Federal, em seu art. 5º, essa disposição do projeto constitui uma agressão àquilo que a Constituição Federal estabelece. Ninguém é obrigado a fazer ou não fazer senão em virtude da lei. A lei, no caso, será substituída por um édito de caráter interno do Conselho Federal de Jornalismo, que poderá impor ao jornalista a cassação do seu direito de trabalhar, a pena mais grave em que ele pode incorrer.

Esse direito, aliás, passa a ser objeto de um novo imposto sindical, um imposto indireto. Se hoje o jornalista exerce a profissão, apresentando-se apenas com o seu registro profissional, a partir da instalação desse conselho, ele terá de apresentar, além do registro profissional, o recibo de pagamento da anuidade ao Conselho Federal de Jornalismo, que recolherá algo em torno de R\$20 milhões por ano, para manter uma burocracia sindical que vai se instalar nos cargos do Conselho Federal de Jornalismo, sem um processo de eleição direta e, sim, por indicação do conselho de representantes da Fenaj, o qual poderá indicar os dez membros iniciais do conselho, os cinquenta membros efetivos dos conselhos regionais, os dez efetivos do Conselho Federal de Jornalismo, os cinquenta suplentes do Conselho Federal de Jornalismo e os cinquenta suplentes dos Conselhos Regionais de Jornalismo. Para a instalação desses conselhos, o conselho da Fenaj terá o prazo de dois anos. Se não conseguir instalar em dois anos, terá o benefício do prazo de mais dois anos para poder instalar esses conselhos, o que significará quatro anos de exercício de funções para as quais foram indicados bionicamente, de forma indireta, com remuneração assegurada por essa soma de recursos, que vai ser amealhada pelos jornalistas para que possam exercer a sua profissão.

Há outros defeitos no projeto, como, por exemplo, a centralização que estabelece para o Conselho Federal de Jornalismo, o qual poderá intervir nos Conselhos Regionais de Jornalismo, por uma série de motivos ou uma série de pretextos, mas ele próprio não terá nenhum órgão que possa fazer a fiscalização das suas atividades. Será um órgão que, na República, terá poderes imperiais e poderá decidir ao seu talante.

Entre esses defeitos, avulta também a imposição dessas penas, o que viola o princípio adotado no Direito Penal brasileiro e na Constituição Federal brasileira, segundo o qual, não pode haver delito sem lei anterior que o defina. O projeto não define quais são os casos que podem implicar a cassação do registro profissional

do jornalista. Essa é outra das muitas irregularidades e inconstitucionalidades graves contidas nesse projeto.

É isso, caro Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Passo a Presidência para o Senador Leonel Pavan, porque não sou membro desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Já foi justificado aqui que vários Senadores foram chamados às pressas para outras comissões para realizar alguns acordos, para verificarmos se podemos ter votação no plenário hoje.

Passamos a palavra para o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – Abert, o Sr. José Inácio Pizani.

O SR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – Sr. Presidente, que, neste momento, preside esta sessão, Senador Leonel Pavan, demais companheiros desta Mesa, Srs. Senadores, Srs. e Srs. Companheiros de Imprensa, a Abert se sente privilegiada e honrada de se sentar com todos os senhores e discutir este tema.

A nossa entidade, representando 2.230 representantes de rádio e 217 emissoras de tevê, aqui se faz presente para manifestar a sua posição perante esse anteprojeto do Conselho Federal de Jornalismo.

A pretensa criação do Conselho Federal de Jornalismo – para alguns, em bom momento; para outros, inoportuna –, em suma, é uma perigosa visão atual. O projeto de lei do Executivo possui nítida intenção de controle da atividade jornalística, atividade que deve seguir livre e independente, de acordo com os princípios basilares da nossa Carta da República.

Sob a roupagem de suprir uma lacuna legal e administrativa, o pretensu Conselho, da forma proposta, cria, na verdade, distorções e lacunas muito mais perigosas, haja vista a sua vasta delegação de poderes e competências ao Conselho Federal, que, por sua vez, poderá regulamentar a lei, podendo atingir a liberdade de expressão da atividade jornalística.

Adentrando pontualmente o projeto, passamos a tecer algumas considerações.

O § 1º do art. 1º traz algumas das atribuições do Conselho Federal e dos regionais, como “orientar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista” e a própria atividade de jornalista, sem, contudo, sequer enumerar os princípios, direitos e deveres desses profissionais.

Trata-se de uma lei que pretende, como afirmado na própria mensagem interministerial originada no Ministério do Trabalho, “suprir uma significativa lacuna legal e administrativa”, mas que, na verdade, faz o contrário: não supre, mas cria uma lacuna que deve ser desmerecida por completo. Dita lei deveria atualizar, se fosse o caso, a regulamentação da profissão em tela,

mas não criar órgãos superiores capazes de impor limitações aos profissionais e – frise-se – à atividade jornalística de forma ampla, consoante se verifica no referido dispositivo.

Das competências do Conselho Federal dispostas no art. 2º do projeto, é de se repudiarem seus incisos III e IV. Não é possível ou crível que um conselho criado por uma lei que não possui princípios, direitos ou mesmo deveres basilares da profissão e da atividade jornalística, possa criar um código de ética e disciplina. Qual o norte a ser dado pela lei para essa regulamentação? Como vimos, não existe.

Pior ainda é o inciso XIII do art. 2º. O dispositivo dá poderes ao Conselho Federal para resolver os casos omissos da pretensa lei. Como já comentado, dada a generalidade e a ausência de especificidade do projeto, a lei é completamente omissa, logo dará ao conselho poderes gerais e irrestritos para resolver todo e qualquer caso de maneira discricionária, podendo assim estar violando os princípios constitucionais da liberdade de expressão e da atividade jornalística.

Temos ciência de que essa liberdade de expressão exige a contrapartida da responsabilidade empresarial, ética e social, mas, em se tratando, como o proposto, da criação de conselhos equiparados a uma autarquia pública, dotados, portanto, de personalidade jurídica de direito público, toda e qualquer criação de conceitos, obrigações, direitos ou deveres sem preceito legal estariam violando, de forma direta, o Princípio da Legalidade constante do art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, porém, aplicado com mais rigor à Administração Pública, segundo o art. 37, em que o administrador somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado na lei.

Em se tratando, pois, de uma autarquia pública, como proposto, a que órgãos estariam vinculados os referidos conselhos? Ao Ministério do Trabalho? Qual será o divisor de águas entre independência e ingerência estatal dessas autarquias?

Muitos comparam ou justificam que o projeto se equipara aos conselhos dos advogados, dos contadores, dos médicos...Entretanto, muitas são as diferenças das leis criadoras desses outros conselhos:

Primeiro, as leis desses conselhos são bastante detalhadas, não viabilizando aos órgãos uma completa discricionariedade para diminuir os temas a serem enfrentados.

Segundo, esses conselhos não são autarquias públicas, são autarquias *sui generis*. A Lei da OAB, por exemplo, traz uma diferença fundamental em seu art. 44, inciso II, §1º. A OAB não mantém com órgão da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

Sobre a composição do Conselho Federal, também existem diversas lacunas e omissões. O art. 17 dispõe que a composição provisória será indicada pela Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj.

Com o devido respeito à essa importante instituição, que, inclusive foi a entidade que preparou o primeiro anteprojeto para a discussão, não é ela a única entidade que agrega os jornalistas. Outras entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, por exemplo, também representam os jornalistas.

Por que, então, esta prerrogativa exclusiva de indicar a primeira composição? Ademais, em se tratando de órgão que quer controlar inclusive a atividade jornalística, como disposto no art. 1º do Projeto em análise, muitas outras entidades deveriam participar dessa composição, inclusive representantes dos órgãos de imprensa de uma forma geral.

Concluindo, não pensem, Srs. Legisladores, por favor, em criar um órgão de controle da atividade jornalística. Não há de se negar que existem abusos dos meios de comunicação da atividade jornalística e dos jornalistas propriamente dito. Entretanto, não podemos permitir a criação de mecanismos de restrição prévia, o que, evidentemente, se configura violação aos princípios petrificados em nossa Carta Magna.

Os abusos, as eventuais irresponsabilidades e injustiças devem ser encaminhados ao Poder Judiciário. Poder instituído pela nossa Constituição para justamente dirimir as controvérsias, inclusive os eventuais conflitos dos dispositivos constitucionais referentes à liberdade de expressão e à privacidade, intimidade e honra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Convido para fazer sua explanação o Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Sr. Aloísio Lopes.

O SR. ALOÍSIO LOPES – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Leonel Pavan.

Além de Presidente do Sindicato de Minas, sou também da Executiva da Federação Nacional de Jornalistas e 1º Secretário dessa Federação.

Gostaria de começar, repassando uma informação que obtive, ontem, no plenário da OAB, sobre iniciativas de criação de conselho ou ordem de jornalistas que já tramitaram nesta Casa. A OAB, como disse o Dr. Hermann, aguardou 89 anos pela criação de seu conselho profissional. E se considerarmos registros desta Casa, nós já estamos há 39 anos aguardando. Porque o Projeto de Lei nº 48, de 1965, do Senador Vasconcelos Torres, já propunha a criação de uma Ordem dos Jornalistas. O mesmo Senador apresentou em 1971 um novo projeto; em 1984, o Deputado Car-

los Vinagre; em 1998, o Deputado Celso Russomano; e agora mais dois projetos em tramitação nesta Casa, que é o projeto 3985, que estamos discutindo e também o novo projeto do Deputado Celso Russomano, apresentado em 2002.

Como disse o Sérgio Murilo, o Presidente da Fenaj, conselhos dessa natureza existem em vários países do mundo. Para citar alguns: Alemanha, Áustria, Itália, Suíça, Bélgica, Eslovênia, Japão, África do Sul, Peru etc. Então não estamos inventando a roda. O que se quer, como já disseram alguns expositores, é criar um órgão autônomo, desvinculado do Governo – e aí aproveito para responder ao Dr. Pizani – sem nenhuma vinculação hierárquica com o Estado, órgão independente, com autonomia administrativa e financeira, dirigido pelos próprios jornalistas.

O que queremos é retirar do Ministério do trabalho, dentre outras coisas, a atribuição de registrar os profissionais habilitados à profissão de jornalista, bem como fiscalizar a legislação profissional da categoria. Além disso, queremos também transformar o código de ética da profissão em norma legal. Hoje temos um código de ética profissional, aprovado em Congresso da categoria em 1985 e em vigor desde 1987. Esse código de ética, no entanto, é apenas um documento interno de referência para os jornalistas e para as entidades sindicais, já que as entidades sindicais não têm poder legal de apurar ou de punir eventuais infrações ao código de ética. E se transformando o código de ética em norma legal estaremos também criando uma proteção para os jornalistas, estaremos criando um *clausula de consciência* que permitirá ao jornalista negar-se a cumprir qualquer pauta que considere contrária à ética profissional, às suas convicções pessoais ou ao interesse público.

O anteprojeto que aprovamos em dois congressos de jornalistas e apresentamos ao Governo Federal, ao então Ministro Paulo Jobim no final do Governo Fernando Henrique e depois reapresentamos, no início do Governo Lula, ao Ministro Jacques Wagner, tinha 73 artigos. Realmente, fizemos um enxugamento nesse anteprojeto e, junto ao Ministério do Trabalho em comissões da qual participamos, retiramos; por exemplo, toda a legislação profissional que se contemplava neste anteprojeto, a legislação profissional inclusive atualizada, porque já se propunha uma atualização, inclusive um dos motivos de ter se retirado essa parte foi que já tramita na Câmara dos Deputados um projeto que faz essa atualização de autoria do Pastor Amariildo.

Retiramos também, e eu avalio hoje que deveremos resgatar isto agora na fase de discussão e aperfeiçoamento do projeto, porque ele está no Legis-

lativo justamente para ser alterado, ser emendado, ser aperfeiçoado, mas no anteprojeto havíamos anexado o nosso código de ética profissional. No projeto atual é referido o código de ética, mas não se diz qual e como será criado. E na verdade já temos um código de ética que pode inclusive ser aperfeiçoado também.

Um artigo que foi acrescentado, por orientação da nossa assessoria jurídica e que tem sido condenado, inclusive até pela própria OAB no debate ontem, é o da obrigatoriedade de prestação de contas ao TCU, que está no artigo 12. Segundo a legislação brasileira, as autarquias precisam prestar contas, são obrigadas a prestar contas ao TCU. E é por isso que este artigo foi incluído. A OAB é uma autarquia especial que, quando criada na sua legislação, obrigava-se à prestação de contas ao TCU, mas em uma questão especial e exclusiva ela conseguiu derrubar esse dispositivo nos tribunais superiores.

A atividade profissional dos jornalistas que queremos fiscalizar não pode ser confundida com as atividades de jornalismo. E nós da Fenaj inclusive estamos abertos a mudanças e achamos que se houver termos, artigos, expressões que levem a essa interpretação, sobre o que o Dr. Maurício Azêdo tem discorrido aqui nos seus debates. Nós achamos que deveremos mudar, sim, retirando e substituindo expressões que levem qualquer jurista, parlamentar ou jornalista a interpretar que há a intenção de “colocar um dedo” ou de cercear a liberdade de imprensa, a liberdade de os jornalistas trabalharem, ou de interferir no conteúdo editorial de qualquer veículo de comunicação.

Penso que precisamos melhorar o projeto, resgatando o anteprojeto e acrescentando as novas contribuições, até para diminuir o número de casos omissos. Sabemos que, mesmo depois, com um novo projeto, um substitutivo ou não, com certeza, ainda haverá casos não previstos nessa legislação. No Estatuto da OAB, hoje, por exemplo, depois de várias modificações, ainda há casos omissos, não previstos no estatuto, que vêm à baila e que são discutidos pela Ordem.

Discordo do jornalista Maurício Azêdo quanto à questão da remuneração. A atividade dos dirigentes do Conselho não é remunerada. Em nenhum conselho profissional é remunerada, nem na OAB, nem no anteprojeto, e não se prevê remuneração no projeto. Para se exercer a profissão de jornalista, hoje, e futuramente vai ser assim, não é preciso apresentar recibo de sindicato e nem de conselho. Basta apresentar esta carteirinha, que foi criada por lei e é emitida hoje pela Fenaj. Caso se já criado o Conselho, será emitida por ele.

Quanto às eleições diretas, no anteprojeto está clara a realização de eleições diretas para a direção do Conselho. É verdade que há essa cláusula que

prevê a constituição provisória da primeira diretoria indicada pela Fenaj. Se esse prazo de dois anos, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos, estiver exagerado, poderemos reduzi-lo. No entanto, é necessária uma primeira direção provisória para organizar administrativamente a eleição dos conselhos regionais e do Conselho Federal. Na verdade, não há a exclusividade da Fenaj. O fato é que a Fenaj, uma federação sindical de 58 anos, representando 31 sindicatos, tem uma instância, o Conselho de Representantes, que se está propondo a formar essa primeira direção provisória do Conselho.

Por último, destaco a importância do que inserimos no anteprojeto e que não consta do projeto, por ter havido esse enxugamento sob a nossa responsabilidade, que é a questão do tribunal de ética.

Então, as eventuais infrações ao Código de Ética dos Jornalistas serão analisadas, apuradas, por uma comissão ou tribunal de ética, e nós usamos a expressão tribunal.

E como será formado esse tribunal de ética? Por jornalistas e representantes da sociedade, todos eleitos pelo voto direto de todos os jornalistas. E há, Senador Leonel Pavan, uma grande inovação em relação aos demais conselhos profissionais do Brasil: estamos prevendo a participação da sociedade em órgãos importantíssimos – eu diria o mais importante, o fundamental – do futuro Conselho Federal de Jornalismo, que é o nosso tribunal de ética.

Então, estamos abertos a mudanças. Penso que a proposta de redação de um novo substitutivo é importante, necessária e viável, e é isso que estamos querendo fazer com esta audiência pública, com outras dezenas de debates que já realizamos e outros que queremos realizar. Vamos, sim, colher propostas de mudanças, novas considerações, para fornecer ao Legislativo um projeto que tenha sido amplamente discutido. E discutimos na categoria, anteriormente, nesses últimos anos, sim, mas só agora estamos tendo a oportunidade de discutir amplamente com a sociedade e com os próprios jornalistas.

O projeto está na Câmara dos Deputados, foi distribuído a quatro comissões, e estamos solicitando ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo, que realize audiências públicas em todos os Estados.

Nesse sentido, precisamos da colaboração dos Srs. Senadores, para que a Câmara, quem sabe até em conjunto com Senado, promova essas discussões a partir do mês que vem, após as eleições municipais, ao lado das assembleias legislativas, para que possamos ouvir de fato toda a sociedade e aperfeiçoar o nosso projeto.

Por último, desejamos que o Poder Legislativo não nos negue o direito de ter um conselho profissional para fiscalizar e normatizar assuntos inerentes à própria categoria.

A razão principal do veto dos outros cinco projetos que já passaram por esta Casa em 39 anos foi a questão da inconstitucionalidade, porque todos eles foram apresentados por parlamentares, e reza a Constituição que projetos dessa natureza devem ser apresentados pelo Executivo. O que o Presidente da República fez? Nada mais nada menos do que encaminhar uma reivindicação histórica da categoria dos jornalistas, que pode até ter surgido num momento inapropriado do ponto de vista das relações Executivo e Legislativo, mas num momento mais do que apropriado para os jornalistas que discutem esse assunto há tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Gostaria, mais uma vez, de justificar a ausência de alguns senadores em função de terem sido chamados com urgência pelo Líder do Governo e outras lideranças para que possam chegar a um acordo que permita a votação, hoje, da Lei de Informática e da Lei de Biossegurança.

Gostaria também de comunicar que o Regimento Interno do Senado não prevê a discussão em conjunto do Senado e da Câmara. Na hora em que vier o projeto para o Senado, certamente, iremos fazer novas audiências públicas, novas discussões. Esta é uma, e deveremos ter outras para que o assunto fique transparente e cheguemos a um consenso para que o projeto não prejudique ninguém. Queremos achar soluções que tragam condições para que tudo seja transparente, sem pressão e sem comandante, em qualquer tipo de lei, que haja democracia e que seja realmente de interesse de todos os setores, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, da população e da categoria que tem grande interesse no projeto.

Temos dois senadores inscritos, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de agradecer a presença de todos os senhores expositores e reforçar o pedido de desculpas do nosso presidente, porque realmente estamos trabalhando pressionados nesta semana, o que fez que ocorresse o esvaziamento desta audiência – não fosse isso, tenho certeza, esta reunião estaria cheia de senadores. Tive sorte e pude aqui comparecer, já que a pauta da comissão a que pertenço, quanto à Lei de Biossegurança, foi alterada – será promovida uma sessão conjunta com outra comissão.

Realmente me preocupo muito com a liberdade de expressão, porque nós, que temos as cabeças

mais brancas, vimos e passamos por momentos em que não podíamos nem conversar em um restaurante universitário que eles iam à casa da gente, invadiam, e faziam outras confusões. Os da Fenaj e os do Sindicato de Minas Gerais não passaram por isso, eles ouvem falar da história, mas eu vi pessoas morrerem nas ruas sem que sáísse uma notícia na imprensa sobre essas mortes.

O assunto é polêmico, e eu gostaria de saber se a Fenaj conversou com outras entidades – entidades que congregam jornalistas – a respeito da elaboração desse projeto, a respeito da iniciativa de se criar um conselho brasileiro de jornalistas. Essa minha pergunta vai para Sérgio Murilo de Andrade.

Em segundo lugar, gostaria que ele me explicasse melhor a afirmativa que fez, a de que a justiça impede a livre expressão e a liberdade de pensamento. Não entendo dessa forma e, por isso, pediria que ele explicasse melhor. Sou um médico do interior exercendo o mandato de Senador agora e não entendi bem.

Muito obrigado. Eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – O senhor tem três minutos para a resposta.

O SR. SÉRGIO MURILO DE ANDRADE – Na verdade, procuramos primeiro discutir entre os jornalistas e por isso discutimos isso desde os anos 80. Como é um projeto de iniciativa dos jornalistas, para a organização dos jornalistas, evidentemente, procuramos, em primeiro lugar, formular uma consciência sobre nós. Como falei, no dia 8 de agosto, o Brasil inteiro ficou sabendo que fomos solicitar que o Presidente encaminhasse esse projeto, que é uma justa reivindicação da nossa profissão. E esse debate já vem de anos. Mas não fomos procurados por ninguém. Temos alguns pedidos de audiência. Por exemplo, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, que está aqui, passou o dia todo solicitando uma audiência com o atual Presidente da ANJ, que tomou posse ontem, e uma autorização para entrar na redação, para podermos discutir com jornalistas do jornal **Zero Hora**. Depois do dia todo, a resposta que recebeu foi de que a RBS não tem como costume a presença de líderes sindicais na redação, e que o atual presidente na ANJ não poderia nos receber. Se eu quisesse ir até a empresa, seria recebido pelo terceiro escalão.

Então, temos algumas dificuldades, sim, de acesso a algumas entidades que representam as empresas. Temos toda a autonomia, e o Senador deve concordar, e todo o direito de apresentar uma proposta como essa, mesmo que receba a oposição da Abert, que, por exemplo, se opôs durante anos à constituição do Conselho de Comunicação Social, proposta que

o Fenaj fez no processo constituinte, nos anos 80. E todos sabem, hoje, que é um instrumento extremamente útil. A Abert, inclusive, já percebeu o valor e a importância dessa organização, dessa comissão que tanto auxilia esta Casa. E hoje já faz indicação para sua composição.

É natural a oposição dessas entidades patronais, como também da ABI. Mas temos convicção de que, no debate que faremos com a ABI, uma entidade que tem um longo compromisso e um papel importante pela defesa das liberdades democráticas, ela estará apoiando, talvez até um outro texto, com as mudanças que o Dr. Maurício tem sugerido, mas que nos permita ter um Conselho Federal de Jornalismo, tão importante para nós, jornalistas, como também de extrema utilidade para a sociedade.

Quero dizer que, hoje, a Justiça já pode impedir publicações. Não são poucos os casos em que, previamente, a Justiça impede a publicação de uma matéria. Foi isso que quis dizer. Essa possibilidade hoje existe. E o Conselho não é para isso, muito pelo contrário, é para lutar contra esse tipo de coisa inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Zambiasi, também jornalista do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, Leonel Pavan, demais membros da Mesa, Senadores, e presentes aqui na Comissão, não pude acompanhar todos os depoimentos, mas me chama a atenção a declaração que li na imprensa esta manhã e gostaria de ouvir, quem sabe do Presidente da ABI, uma opinião sobre a matéria que hoje está amplamente divulgada do Ministro Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, falando que a liberdade de expressão é relativa, que não considera a liberdade de expressão um direito absoluto, e que considera a necessidade de limitações. Ele cita o caso do editor gaúcho que publicou um livro com relação ao nazismo, e foi condenado. Cor no a ABI vê essa posição do Ministro Jobim?

O SR. MAURÍCIO AZÊDO – A ABI vê com muito respeito a figura do ilustre Ministro Jobim, embora em determinados espaços, em determinados momentos considere que S. Ex^a não é muito feliz em opiniões que manifesta, em alguns casos antecipando decisões que são da competência do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Evidentemente esse exemplo que menciona tem um certo conteúdo de facciosismo para sustentar uma determinada opinião, porque o caso desse editor do Rio Grande do Sul é conhecido. Ele publicava obras de conteúdo nazista, claramente racista, antijudeu extenuado, nas quais só faltava defender a recriação dos campos de concentração do nazismo, cuja existência ele justificava.

Então, no caso desse editor, houve uma oposição ao direito de expressão, à liberdade de pensamento, expresso por ele em livro e não em meio jornalístico — livro não é meio jornalístico, e a Constituição fala expressamente em meio jornalístico. A gravidade das suas afirmações impediu que ele tivesse plena liberdade de manifestação do pensamento porque, nesse campo, havia definição constitucional contrária à possibilidade de expressão de idéias racistas, hitleristas, como as desse editor.

Quanto ao conceito de que a liberdade de imprensa é relativa, é uma definição que visa a justificar atentados contra essa liberdade. Desde o extremo Norte até o Sudeste do País, temos assistido a agressões à liberdade de informação, à liberdade de imprensa, à liberdade de opinião, por meio de demasias e exorbitâncias cometidas por juizes eleitorais que têm interferido, de forma facciosa, parcial, não revestida de isenção, em disputas eleitorais locais, como ocorre atualmente na cidade de Marília, no interior de São Paulo.

Entendo que todas as questões colocadas na Constituição têm um peso relativo e devem ser analisadas no conjunto e com a organicidade da Constituição. Entretanto, decantar um aspecto e sublinhá-lo, como fez o Ministro Nelson Jobim, é um perigo, porque visa a justificar restrições à liberdade de imprensa, em um momento em que o Poder Executivo e o próprio Supremo Tribunal Federal não têm dado provas de apreço às liberdades definidas na Constituição democrática de 1988.

É a resposta que ofereço a V. Ex.^a, ilustre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) — Passo a palavra ao Senador José Maranhão, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, não farei uma indagação pontual, específica, até porque cheguei ao final dos depoimentos aqui apresentados, que, sem dúvida alguma, tiveram grande peso, pois foram feitos por dirigentes de entidades representativas da imprensa nacional, convidados, em boa hora, por esta Comissão para que possamos conhecer suas opiniões. E a minha observação, muito mais do que uma opinião, será feita com base nas observações da conduta de determinados órgãos de imprensa na minha terra.

Para começo de história, devo dizer que sou contra qualquer limite à liberdade de imprensa. É claro que, quando falamos de liberdade de imprensa — creio que este seja o entendimento dos senhores também —, não nos referimos a uma liberdade irresponsável, que, em si mesma, atente contra a liberdade de informação,

porque a imprensa tem de ter ética, sob pena de prestar um desserviço à própria liberdade de imprensa.

Mas me preocupa muito não a posição de jornalistas, porque os jornalistas são profissionais que geralmente não estão vinculados a interesses econômicos das empresas jornalísticas. Disse aqui, no começo, que me preocupa, e a minha observação está calcada no exemplo, nos fatos que ocorrem no meu Estado da Paraíba, onde alguns órgãos de imprensa estão inteiramente atrelados, conhecidas as posições de toda a sociedade paraibana, e servem-se da liberdade de imprensa para denegrir, desgastar, erodir os representantes, como no caso eu próprio, da Oposição, que estão tolhidos de prover os meios necessários para até exercer o seu direito de defesa.

Então, acho que, se vamos criar — e não sei ainda se criaremos mesmo esse conselho —, deveríamos atribuir a esse conselho um poder que estivesse acima do próprio interesse de quantas empresas jornalísticas queiram usar os instrumentos materiais de que dispõem os seus jornais, as suas revistas, para erodir pessoas, instituições, que não estão alinhadas com o governo.

E creio que essa questão é muito importante para todos os Senhores. E estou dando essa opinião como um dos Senadores que fazem parte da base de sustentação do atual Governo Federal, Governo Lula. Por que qualquer tipo de ação que extrapole o limite assegurado na Constituição — e há como fazê-lo impunemente inclusive — atenta contra a própria Democracia. Falou-se aí em Nazismo, é técnica Nazista. E apesar do regime ser pluripartidário — até acho que tem partido mais do que necessário, tem alguns que são apenas “barriga de aluguel” —, mas, há como burlarmos esse Princípio da Democracia dentro dos próprios jornais, dentro das próprias revistas, obedecendo a interesses econômicos — não há dúvida nenhuma de que são econômicos — dos proprietários das empresas jornalísticas.

A pergunta é dirigida a todos, porque acho que todos têm uma responsabilidade muito grande na discussão dessa questão. E não adianta escondermos o receio que temos. Acho que uma lei só é bem elaborada quando ela é feita de forma racional, quando a emoção é deixada de lado para discutir a coisa com todo o respeito, ao próprio nível de inteligência da sociedade brasileira.

Então, pergunto aos Senhores: os Senhores concordam que este Conselho possa ser também um instrumento para o disciplinamento da atividade de órgão jornalístico, de empresa jornalística e os seus compromissos com a ética e com a própria liberdade de imprensa? É uma pergunta que faço. Isso desprovi-

do de qualquer interesse de natureza institucional ou política do governo de plantão.

Acho que, inclusive, esse órgão, para ser, realmente, um órgão que possa exercer essa atribuição, ele não pode ser um órgão onde o governo tenha uma influência pesada, porque, se tiver uma influência pesada, não adianta fazer nada. Já sabemos que suas decisões estarão sempre coonestando a influência direta do governo nesses órgãos. E sabemos que o governo já tem muito instrumento de comunicação. A própria comunicação institucional, a mídia de governo (lacuna na gravação) para o governo exercer a sua influência na opinião pública e deixar a oposição sobreviver também. Isso é essencial para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Serão destinados 3 minutos para cada palestrante, para cada expositor, para que coloquem suas explicações finais. Três minutos para cada um.

Nesses três minutos, podem responder a pergunta do Senador José Maranhão, já que é para todos. Pode ser? Ao mesmo tempo, eu gostaria também de saber do nosso querido amigo Maurício Azêdo, que preside a honrada ABI. A ABI sempre foi intransigente, defensora das liberdades públicas e que não faltou ao país, nas lutas mais necessárias, para afirmação da cidadania. Eu gostaria de saber quais as estratégias usadas para mostrar o enorme prejuízo para liberdade em nosso país que representará esse conselho. E a pergunta é para aquele que puder nos responder. José Maranhão e também a mim. E eu vou começar pelo representante da Fenaj que parece que tem que se retirar.

O SR. (orador não identificado) – Senador, eu não sou o representante da Fenaj.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Um minutinho só. Primeiro, para responder as perguntas e dar explicações finais, seria o Murilo de Aragão. Mas antes, porém, queria ouvir o Senador.

O SR. (orador não identificado) – Só sugerir Vossa Excelência de solicitar e comunicar aos palestrantes, que a palestra deles será transcrita e distribuída a todos os membros da comissão. Para eles tomarem conhecimento do que foi falado aqui, porque eu tenho certeza de que todos gostariam de estar aqui presentes no momento. Eu queria que Vossa Excelência determinasse isso na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pois não. Será atendido o seu pedido. Vamos, então, Murilo de Aragão.

O SR. MURILO DE ARAGÃO – Bom, com relação à observação do Senador José Maranhão, tais abusos existem e decorrem do fato de que a imprensa, em um país continental como o Brasil, não tem a independência econômica para sobreviver em vários cen-

tros. Quando se trata de editoras que não dependem do faturamento do governo, o grau de liberdade é muito maior, sem dúvida. Lamentavelmente, a atividade de edição de revistas fora dos grandes centros, praticamente inexistente. Porque não há condição econômica para tal. E, assim, outros veículos terminam submetidos às ditaduras de oligarquias que controlam as políticas de vários estados no Brasil. E esse controle termina gerando uma relação espúria entre veículo e governo e veículo e poder nesses estados. Eu, como filhos de paraibanos, eu lamento que a Paraíba não tenha a liberdade de expressão que deveria ter a altura das suas tradições democráticas. Mas creio que esse conselho não poderia ter, jamais, qualquer tipo de atribuição sobre essa questão. Porque aí estaria estabelecida uma forma de censura direta ao funcionamento de uma empresa jornalística que já é uma atividade difícil de se realizar e de ser lucrativa em um país como o Brasil. O hábito de leitura é muito baixo. Por exemplo, a edição de revistas no Brasil, e aqui eu registro a presença do Armandinho Rollemberg, que foi presidente da Fenaj de grandes lutas e tradição democrática, adentrou ao recinto agora, mas o *per capita* do Brasil é um pouco mais de 3 revistas por habitante. Isso significa que a maioria dos brasileiros nunca segurou uma revista na mão. Então, é muito difícil editar e transformar uma revista em algo perene e lucrativo.

Com relação ao Conselho, são vários os artigos que merecem reparo. Mas o debate está apenas iniciando, e a ANER formalizará uma proposta objetiva e clara, tendo como ponto fundamental o fato de que o Conselho nunca deverá tratar da atividade de jornalismo. Essa é a regra essencial; esse é um ponto de honra, e acredito que a própria Fenaj deve entender. Existem outros reparos que serão encaminhados na forma de sugestão à proposta que tramita na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra, por três minutos, a Sérgio Murilo de Andrade, da Fenaj.

O SR. SÉRGIO MURILO DE ANDRADE – Senador, em primeiro lugar, essa matéria foi encaminhada pelo Governo – isso ficou claro pelo Senador Hélio Costa –, porque assim a legislação prevê. Não há nenhum vínculo político entre a proposta de criação do nosso Conselho – o texto deixa isso claro – e esse Governo ou qualquer outro. Aliás, a experiência histórica mostra isto: os conselhos de imprensa, na maioria dos países democráticos, servem, inclusive, como elementos ou instrumentos de fiscalização da ação do governo. Estou convicto de que o Conselho Federal de Jornalismo brasileiro também terá essa mesma atuação.

Em relação à questão mais importante que levanta, V. Ex^a tem razão: há uma aversão por parte da grande mídia brasileira em discutir regras. Essa mesma mídia que defende regras para todos os setores da sociedade é avessa e se indis põe ao debate de regras para si mesma. Não é à toa, por exemplo, que, no essencial, a legislação desse setor não muda há 40 anos, no Brasil; não é à toa, também, que, há 40 anos, são os mesmos os donos dos principais veículos da mídia no País.

Então, é urgente, sim, discutirmos regras para esse setor, de um modo em geral, e a sociedade avançar nisso. O Conselho de Comunicação Social, que esta Casa constituiu, é um passo nesse sentido. A Câmara tem, junto à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, uma campanha fantástica gestada na sociedade: “quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Há empresas que estão constituindo ouvidorias e conselhos de leitores.

Esse conselho que estamos propondo tem a pretensão de nos organizar, de dar autonomia à nossa profissão; é uma conquista que várias profissões no Brasil tem há anos. São dezenas de conselhos organizados em outras profissões, algumas, inclusive, muito semelhantes à nossa atividade profissional. O nosso conselho tem a pretensão e o grande objetivo de se preocupar com a ética profissional e de zelar por ela.

Nesse sentido, ele se integra, sim, nesse esforço que a sociedade deve fazer de constituir meios que assegurem a responsabilidade social da mídia. A convicção da Fenaj é a de que o Conselho Federal contribui nesse processo. V. Ex^a tem razão sobre a importância de haver uma mídia mais comprometida com a qualidade e a ética profissional.

Em nome da Fenaj, quero agradecer esse espaço que o Senado criou, que para nós é tão importante. Estamos, evidentemente, à disposição para outros debates, que, com certeza, vão acontecer. É isto que essencialmente queremos: a discussão, para que o projeto seja aperfeiçoado no Senado e na Câmara dos Deputados, e o recolhimento de sugestões da sociedade. Mais uma vez, da nossa parte, ficamos imensamente agradecidos, porque esse espaço para ouvir outras versões, para fazer um debate democrático, como o que o Senado tem propiciado, não temos, por exemplo, nas grandes empresas de comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço a Sérgio Murilo de Andrade as considerações finais.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, que é Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, agradeço ao Senador Augusto Botelho, pela condução dos trabalhos enquan-

to estive fora, bem como ao Senador Leonel Pavan. Quero dizer que foi produtiva a nossa ida lá, porque acabamos de terminar a reunião de líderes e está feito o acordo para votação, hoje à tarde, da lei informática. Finalmente, depois de dois meses.

O SR. SÉRGIO MURILO DE ANDRADE – Nobre Senador, me permite mais um... Para nós da Fenaj é uma honra registrar, além da presença do Armando Rollemberg, ex-presidente da Fenaj, também do Washington Melo, também ex-presidente da Fenaj. Como ex-presidentes eternos colaboradores nessa nossa caminhada em várias frentes de luta que a Fenaj tem desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aproveito também para anunciar a presença do Paulo Machado de Carvalho Neto, Diretor e ex-Presidente da Abert – Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

Vamos às considerações finais do Presidente da Associação Brasileira – ABI – Maurício Azêdo.

O SR. MAURICIO AZÊDO – Sr. Presidente, illustre Senador Hélio Costa, quero saudar o seu retorno à presidência dos trabalhos, adiantando que V. Ex^a teve a substituí-lo nomes brilhantes, que conduziram os trabalhos com a maior competência digna de V. Ex^a.

Devo responder ao Senador José Maranhão, dizendo que compreendo as suas insatisfações em relação a situação política lá na Paraíba, aquilo que o Sérgio Aragão definiu como oligarquia local, e devo dizer a V. Ex^a que pelo texto do projeto encaminhado à Câmara dos Deputados, é possível que o poder do Conselho Federal de jornalismo interfira na produção dos veículos de comunicação da Paraíba para lhes impor um determinado comportamento, aquele que corresponderia ao interesse das correntes políticas ora agredidas pelo poder dominante na Paraíba. Mas se favorecido por esse fato, os adversários da situação dominante estariam desfrutando um benefício de caráter inconstitucional. Porque intervenção do Conselho Federal de Jornalismo, em disputas e refregas, dessa natureza, no campo dos jornalismo da informação e da opinião tem que ser decididas pelos meios da contestação que a parte adversa possa ter, ou quando há demasias através do Poder Judiciário, ou se ocorre crime através de representação ao Ministério Público. Então, digo a V. Ex^a que não se conforte com essa hipótese, porque pela exposição de V. Ex^a jamais V. Ex^a gostaria de estar ao abrigo de uma disposição inconstitucional.

Por fim, respondo a questão suscitada pelo nobre Senador Leonel Pavan que nos brindou com uma presidência segura enquanto o Senador Hélio Costa esteve ausente, em que S. Ex^a indaga qual a questão essencial que a associação brasileira de imprensa

expõe, coloca e defende em relação a esse projeto. A ABL tem uma posição indormida, e coerente em defesa da liberdade de expressão do pensamento e dos direitos humanos.

Todas as questões que possam representar dano, lesão ou agressão a esses bens essenciais da sociedade democrática, contam com firme oposição e firme militância da associação brasileira de imprensa.

Em relação a esse projeto, nos termos em que ele foi colocado e foi exposto, o Conselho Deliberativo da ABL decidiu manifestar a sua vigorosa oposição a essa proposta porque na essência ela padece de um vício grande de inconstitucionalidade à fora as inconstitucionalidades menores que comete se é possível estabelecer uma graduação em termos de inconstitucionalidade.

De forma que assevero a V. Ex^a ilustre Senador, que a ABL ocupa, neste momento, a posição que lhe foi definida pelos seus maiores Herbert Moses, Danton Jobim – que ilustrou esta Casa como Senador –, Prudente de Moraes Neto e Barbosa Lima Sobrinho – que honrou o Congresso Nacional como Deputado e como Constituinte, em 1946 –, de defesa e vigilância em torno de questões essenciais para a sociedade democrática como são as liberdades em geral, em especial a liberdade de imprensa, que, no dizer de Rui Barbosa, como invocado recentemente pelo ilustre Ministro do STJ Francisco Peçanha Martins, é a vista da nação. E essa vista não pode ser toldada por nenhuma intervenção de qualquer Poder.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu gostaria só de esclarecer um ponto ao Dr. Azêdo. Na verdade, pela sua resposta, percebi que não fui compreendido. Não estou falando de nenhum tipo de intervenção em qualquer atividade da imprensa, até porque sou contra qualquer tipo de barreira que se ofereça à liberdade de imprensa, mas de valores éticos que a própria imprensa e o órgão que o senhor preside sempre defenderam e defendem ainda, estou falando disso. Se vamos criar um conselho, é evidente que este deve ter compromisso com a ética no jornalismo. É sobre esse assunto que estou falando.

Não me move qualquer preocupação de extinguir atividade de órgãos de imprensa que, embora temporariamente alugados ao Governo, a serviço do Governo claramente, estejam usando os instrumen-

tos da liberdade de imprensa para denegrir a imagem daqueles que não comungam do pensamento do Governo. O que me parece essencial na democracia é que a imprensa seja órgão de opinião, mas também de informação isenta, honesta. Esta é a minha opinião, é a questão da ética: que compromissos, no seu entender e no entender do demais, esse órgão deveria ter com a ética no jornalismo?

Tenho a impressão de que a ética hoje é um sentimento que move todos os cérebros, todos os espíritos da Nação e, sobretudo, da imprensa. Fala-se muito sobre isso na imprensa, e é uma verdade que se incorporou ao dia-a-dia da cidadania a partir, aliás, da edição da nova Constituição, chamada de Constituição Cidadã, com fortes compromissos com a ética, nem sempre observados na prática, mas basta ler a Constituição que todo o seu conteúdo está permeado pelo sentimento da democracia e o compromisso com a ética.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador José Maranhão.

Para as suas considerações finais, concedo a palavra ao Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani.

O SR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – Senador, todos entendemos a sua preocupação, especialmente aqueles que, algumas décadas atrás, vivemos os conflitos e tínhamos que nos resignar perante as portas que se fechavam ou até que não se abriam. É difícil imaginar no dia de hoje...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sem querer apartear e aparteando.

O SR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – Pois não.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Insiro-me nessa legião dos que sofreram as agruras – creio que o senhor está se referindo a isso – do Regime Militar de 1964, porque fui indiciado em vários IPMs e terminei perdendo o mandato de Deputado em função das minhas posições em defesa da democracia. Tive os direitos políticos suspensos e fiquei 13 anos, não digo no inferno, mas no limbo.

O SR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – Veja V. Ex^a que quem viveu tudo isso e hoje vê um projeto com uma capacidade de restringir, com uma capacidade de tentar analisar o ser humano, é natural para todos nós que a repulsa seja um fato bastante forte.

Imaginem a radiodifusão brasileira, uma pirâmide que hoje distribui conteúdo em forma de rede, com pico da pirâmide terminando com uma base, onde cada município tenha a sua emissora, que é o seu ícone de comunicação e de integração comunitária.

É evidente que quando vemos algo semelhante a isso, o simples fato de nos depararmos com isso é algo que já nos coloca em uma posição extremamente desconfortável.

Perdoe-me, Sr. Presidente, por assumir a sua frase, quando V. Ex^a se expressa como uma vigorosa oposição, esta oposição está centrada em uma ou duas pessoas. Este é o sentimento para quem convive com uma base da sociedade brasileira. Não existe mais espaço na sociedade brasileira para que sequer possamos pensar em algum tipo de controle. Isso nos arrepia. Isso nos coloca numa posição não de desconforto, mas numa situação inimaginável, até em função do passado que alguns de nós vivemos.

Se a radiodifusão tem uma profissão de fé, a profissão de fé é a legalidade, a profissão de fé é a responsabilidade, a profissão de fé é a construção e satisfação dos grandes anseios da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão.

Para as suas considerações finais, o Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Lopes.

O SR. ALOÍSIO LOPES – Obrigado, Jornalista e Senador Hélio Costa, reconhecemos, de fato, que o assunto é muito polêmico, tanto que desde a apresentação do projeto no dia 4 de agosto saíram centenas de matérias em todos os veículos de comunicação do Brasil e do exterior. É tão polêmico que estamos fazendo uma audiência pública aqui no Senado antes mesmo de o projeto chegar ao Senado. E já temos audiências públicas marcadas na Câmara. Já temos um pedido ao Presidente João Paulo, para estender as audiências públicas para os Estados. Então, nós jornalistas, representantes da categoria dos jornalistas, queremos realmente discutir com a sociedade, discutir com os jornalistas.

Quero deixar claro também, Senador, que reforçamos essa nossa intenção, essa nossa proposta de ser um conselho profissional, ou seja, um conselho para os jornalistas. A fiscalização, o estabelecimento de normas para a imprensa vai ter um espaço legal para isso, que é a Lei de Imprensa, cuja modernização precisa ser votada urgentemente. Está parada há sete anos na Câmara e nos da Fenaj participamos há dez anos, em 1994, de um acordo de amplos segmentos, inclusive empresariais, para se chegar a um substitutivo consensual para a nova Lei de Imprensa.

Existem espaços democráticos nesta própria Casa para se discutir o comportamento da mídia, com presença da sociedade, que é o Conselho de Comuni-

cação Social do Senado, cujo caráter consultivo ainda o limita muito, mas que precisa ser ampliado.

E a nossa proposta inicial, na Constituição de 1988, é que tivesse um caráter deliberativo, cuja composição social ainda é restrita e precisa ser ampliada.

Nós jornalistas, quando nos formamos, pegamos lá a formação acadêmica, o diploma, na cerimônia de formatura juramos a ética profissional, juramos obediência ao Código de Ética Profissional, porque nós jornalistas não estamos acima de outras profissões, tenho dito sempre isso, não somos deuses, temos regras estabelecidas pela sociedade que precisam ser seguidas, é preciso termos instrumentos democráticos para se exigir o cumprimento dessas regras. E esse instrumento, na nossa opinião, é o conselho profissional da nossa área, da nossa profissão.

No governo anterior o ex-Secretário José Gregório já propunha uma auto-regulamentação para a imprensa, para a mídia. No entanto, teve uma resistência muito grande das empresas de comunicação: jornais, revistas, televisões e emissoras de rádio.

Penso que é importante se definir melhor, de forma mais transparente, os marcos regulatórios da atuação da mídia brasileira, assim como é preciso consolidar e fortalecer a legislação de uma profissão que tem uma interferência enorme na vida do País, na vida da sociedade, na cultura, na política e na economia.

Acho que as expressões que porventura venham ser interpretadas como agressões à liberdade de imprensa precisam ser suprimidas ou rediscutidas no projeto de lei. Estamos abertos a esse debate. Não será a Fenaj, que, com cinquenta e oito anos de existência, junto com outras entidades como a ABI e a OAB, e que sempre combateu o regime militar, sempre defendeu a liberdade de expressão e combateu a censura, a propor agora alguma limitação legal à liberdade de expressão – um direito constitucional brasileiro e um direito universal garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Procuramos discutir o máximo possível em todo esse período, ou seja, nos últimos vinte anos. No ano passado, em 2003, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, realizamos um seminário para discutir o projeto. Lá ouvimos uma declaração do Dr. Fernando Sigismundo, ex-Presidente da ABI, de apoio à criação do Conselho Federal de Jornalismo, na forma do anteprojeto que o Dr. Maurício...

O SR. (aparteante não identificado) – Ele hoje está absolutamente minoritário com relação a essa posição.

O SR. ALOÍSIO LOPES – Ok, mas o ex-Presidente da ABI apoiava a criação do Conselho Federal

de Jornalismo, embora já defendesse naquela época uma ampla discussão com a sociedade – que isso seja registrado.

Estamos aqui para discutir. Entendemos que a profissão de jornalista precisa de um órgão de fiscalização, um órgão regulador, como o que há em outras profissões. Nós não estamos acima das outras profissões. Outras profissões também lidam com o campo da consciência e do pensamento e nem por isso estão acima das leis e das regras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais.

Em nome do Senador Osmar Dias, eu quero agradecer a cada um dos Srs. Convidados: Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, Sérgio Murilo de Andrade; Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, Maurício Azêdo; Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Editores de Revistas – ANER, Murilo de Aragão; Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, Abert, José Inácio Pisani; Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Lopes; Sr. Hermann Assis Baeta, membro honorário vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que teve que se ausentar logo após a sua fala.

Entendo que esse foi o caminho pelo qual nós conseguimos iniciar um debate neste fórum privilegiado que é o da Comissão de Educação do Senado da República, sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Para nós foi extremamente produtiva esta reunião. Tenho certeza de que logo após as eleições vamos poder voltar ao assunto, vamos poder continuar discutindo essa questão. Quanto mais pudermos discuti-la, melhor ela será entendida, não só pelos profissionais, mas também pelos empresários do setor.

É fundamental que a discussão seja feita de modo amplo, aberto e inteiramente democrático, para que possamos entender cada colocação feita nesse anteprojeto que foi apresentado. Mais uma vez volto a insistir que esse é um projeto que foi apresentado pelo Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, evidentemente levado ao Presidente da República, porque é função constitucional, art. 61, que o Presidente da República dê origem a essas manifestações.

Portanto, fica aqui o nosso agradecimento a todos os convidados, às Sras e aos Srs. Senadores que participaram desta reunião e aos demais presentes.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h04min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 05 de Outubro de 2004.

Às dez horas e vinte minutos do dia cinco de outubro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Mário Calixto, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Duciomar Costa, Valmir Amaral, José Maranhão, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Roseana Sarney, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião o Senhor Senador, não-membro da Comissão, Aloísio Mercadante e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica as presenças na reunião de hoje, dos Senhores Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Antônio Augusto Arantes Neto, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, atendendo solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura, Gilberto Gil, com base no artigo 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que tem como objetivo a exposição do Senhor Ministro sobre o Orçamento do Ministério da Cultura para o exercício de 2005. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com o Ministro. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a

tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 33ª reunião da Comissão de Educação. Contamos hoje com uma visita ilustre e um fato inédito. Pelo que tenho conhecimento, é a primeira vez que um Ministro se dispõe a vir a uma Comissão para apresentar da parte de seu Ministério a proposta para o Orçamento da União. Todos nós sabemos que as Comissões têm como competência apresentar cinco emendas orçamentárias. No caso da Comissão de Educação, há várias áreas como atribuição da Comissão: educação, ciência e tecnologia, cultura, esporte. E temos que dividir as emendas. Assumimos sempre um compromisso com a área de cultura. E o Ministro Gilberto Gil, que esteve, na última reunião da Comissão, debatendo a proposta de criação da Ancinav. Aliás, foi uma audiência pública muito interessante e importante para a Comissão e os Senadores que dela participaram e que ouviram as posições do Ministro e do Ministério da Cultura em relação à criação da Ancinav. Recebemos, naquela oportunidade, um apelo do Ministro. S. Exª gostaria de, pessoalmente, apresentar a proposta do Ministério da Cultura para a Comissão de Educação, a fim de que esta desse prioridade à proposta que o Ministro vai apresentar para a área de cultura e, desde já, vamos assumir com o Ministro um compromisso de darmos prioridade, em uma das emendas que vamos apresentar ao Orçamento, à área de cultura, pela importância que tem para o País.

Sem me alongar, porque o Ministro também tem o tempo contado conosco, passo a palavra ao Ministro Gilberto Gil, que poderá ficar à vontade para fazer apresentação aos Senadores da proposta do Ministério da Cultura para a Comissão de Educação, a qual fará a apresentação ao Orçamento de uma emenda que aprovaremos aqui oportunamente.

Concedo a palavra ao Ministro Gilberto Gil.

O SR. GILBERTO GIL – Bom dia. Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Bom dia, demais Exmos. Srs. Senadores e todos os presentes a esta reunião da Comissão de Educação do Senado Federal!

Estamos aqui para compartilhar os conceitos que inspiram a ação do Ministério da Cultura e falar sobre os programas prioritários e as realizações feitas em quase dois anos de Governo, tudo com vistas a sensibilizar o Congresso Nacional com relação à nossa

proposta de orçamento, às nossas propostas de emendas na Comissão, mediante os vários Parlamentares que assim o farão.

Estamos aqui também para pedir o apoio dos Senadores no sentido de elevar os recursos orçamentários do Ministério da Cultura. Também reiteramos o nosso apreço pela colaboração estreita entre o Executivo e o Legislativo, entre o MinC e esta Comissão, no sentido de valorizar a cultura brasileira em suas múltiplas dimensões e expressões em todos os seus sotaques, em todas as suas caras.

Estamos falando daquilo de que somos feitos como indivíduos, grupos sociais, sociedade, do que nos é essencial, básico e profundo, do que nos identifica, nos impulsiona, nos potencializa, daquilo, enfim, que nos faz brasileiros para além da carne e dos ossos, ou seja, para além do que é natureza. Esta essência que se apresenta de modo plural é a cultura.

O recente relatório de desenvolvimento humano de 2004 da ONU destaca o papel estratégico da cultura na atuação dos Governos, também incorpora o acesso à cultura como indicador para avaliar a qualidade de vida. O IDH, a partir de agora, põe a cultura ao lado da educação, da saúde e de outras questões vitais. A cultura, portanto, não é apenas assumida pela ONU...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Um instante, Sr. Ministro.

O SR. GILBERTO GIL – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Permita-me interrompê-lo um segundo. É uma honra para nós contar com a presença do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Juca de Oliveira. Fiz questão de convidá-lo para participar da mesa.

Com a palavra, o Sr. Ministro.

O SR. GILBERTO GIL – A quem também saúdo. Bom dia, prezado Secretário Juca de Oliveira.

A cultura, portanto, não é assumida apenas pela ONU como tarefa de Governo, mas como uma tarefa de Governo prioritária capaz de definir o grau de desenvolvimento de um país e não se trata exatamente da diversidade cultural ou da intensidade da produção cultural, do talento dos artistas, mas do grau de acesso da população à produção e à fruição dessa diversidade e dessa intensidade.

Aí é que entram as políticas públicas e que a cultura se torna um dos direitos fundamentais do homem. A cultura é, portanto, o componente do que chamamos cidadania e um componente do que chamamos desenvolvimento. Para que ela cumpra o seu papel nessas duas áreas é fundamental que o Governo crie um ambiente favorável a sua multiplicação, a sua afirmação.

Quem faz cultura é a sociedade e não o Estado, mas a este cabe amplificar as possibilidades da produção cultural e multiplicar os canais de difusão e as oportunidades de acesso. A cultura também é um dos pontos centrais que podemos chamar de projeto nacional.

Na globalização de hoje, os países em desenvolvimento têm a possibilidade real de uma inserção soberana a partir de estratégias consistentes no plano do crescimento sustentável, da inclusão social e do desenvolvimento cultural incorporando as novas economias e as novas tecnologias do campo do conhecimento e da cultura.

As indústrias criativas – como passaram a ser chamadas mais recentemente as várias indústrias culturais – têm um vasto potencial de geração de empregos, renda e felicidade. Cultura, portanto, também é economia e nessa economia da cultura, nós, brasileiros, temos muito a oferecer. Como diria Câmara Cascudo em frase resgatada recentemente por uma campanha publicitária “o melhor do Brasil é o brasileiro” e o melhor do brasileiro é a sua cultura.

Temos, de fato, uma cultura rica, intensa, plural que é reconhecida no mundo inteiro. Curiosamente, nunca tivemos, à exceção de um ou outro momento, uma política pública de cultura, uma ação de um governo à altura da excelência da nossa produção cultural e do talento dos nossos criadores.

Há, portanto, um potencial imenso a realizar e uma dívida social histórica a resgatar. O investimento nessa área é um investimento no desenvolvimento do País com impactos objetivos e subjetivos sobre a vitalidade da economia brasileira. Cultura gera auto-estima e renda. Cultura faz um País, mas historicamente o Governo tem se omitido no seu papel de investir na cultura especialmente no que diz respeito aos recursos orçamentários que são a principal fonte das políticas públicas e do custeio de um número significativo de instituições culturais públicas como museus, teatros, arquivos e a televisão pública.

Um dos retratos mais expressivos dessa estranha omissão que junto com esta Comissão esperamos reverter é que, nos últimos dez anos, o orçamento do Ministério da Cultura tem sido o menor de todos os orçamentos ministeriais, criando uma evidente desproporção entre o orçamento e a presença efetiva da cultura na vida social do País.

A Unesco recomenda um patamar mínimo para governos federais de 1% para a cultura. Nos últimos anos, o orçamento do MinC tem patinado entre escassos 0,3 a 0,4. O um por cento da cultura tem sido uma das nossas bandeiras desde o início da nossa gestão.

Que bom que estamos aqui para falar de cultura, de projetos que podem nos fortalecer ainda mais enquanto cidadãos democráticos e motivados, de projetos que celebram aquilo que somos e temos de melhor, de projetos que foram recebidos para dialogar com as dimensões, que foram concebidos para dialogar com as dimensões da cultura enquanto produção simbólica, enquanto direito e cidadania e enquanto atividade econômica. Enfim, suas potencialidades ainda pouco exploradas.

Gostaria de compartilhar com os Srs. Parlamentares duas políticas altamente prioritárias para o Ministério da Cultura, as quais sugerimos serem objeto de emendas desta comissão: a Política de Museus e Patrimônios e a Política de Livro, Leitura e Bibliotecas Públicas. Para a primeira, pleiteamos uma emenda abrangente, capaz de cobrir ações no campo museológico e no patrimônio cultural, duas áreas relegadas a segundo plano nos últimos anos. Encontramos nossos museus em péssimas condições, isolados da sociedade. Encontramos nosso patrimônio à beira da extinção, seja por falta de conservação, seja por falta de uso. Estamos realizando os maiores investimentos já feitos na revitalização dos museus e do patrimônio para que os brasileiros possam se orgulhar de seu passado, de suas conquistas, de seus feitos, de sua identidade. E precisamos de mais recursos para continuar.

Em sua feição material e tangível, encontram-se aqui os elementos mais facilmente reconhecidos do patrimônio cultural de uma nação: nossas edificações históricas e paisagísticas, nossas praças, monumentos, nossos registros históricos, que remontam aos registros arqueológicos, nossos documentos e objetos, compostos por uma miríade de quadros, esculturas, móveis, utensílios e etc., nossas expressões artísticas.

Em sua dimensão imaterial, encontram-se os registros e as formas de expressão singulares e intangíveis: mitos, lendas, danças, ritmos, crenças, ritos, modos de fazer e pensar, sotaques. Enfim, tudo aquilo que mais profundamente nos constitui enquanto nação.

Ao sairmos daqui, estaremos no Palácio, junto com o Presidente da República, o Presidente do Iphan e as instituições do setor no Ministério da Cultura, lançando um programa de patrimônio imaterial, com registros de bens imateriais brasileiros e com o anúncio dos bens imateriais brasileiros reconhecidos como patrimônio oral imaterial da humanidade pela Unesco e com a proposta de novos pleitos junto àquele órgão para reconhecimento de importantes patrimônios imateriais brasileiros.

No campo dos museus, estamos passando da ênfase no objeto cultural para a ênfase no sujeito da cultura, no público de diferentes segmentos e origens.

Dessa forma, os museus assumem cada vez mais a responsabilidade de manter viva a cultura brasileira com toda a multiplicidade de aspectos que lhe é característica e de lutar pela utilização dos acervos como ferramenta de conhecimento.

Em consonância com tais mudanças, o Governo lançou, em 2003, a Política Nacional de Museus, que prevê, entre outras medidas, a institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus e a criação do Instituto Nacional de Museus. Tal sistema tem por objetivo revitalizar os acervos nacionais, construir uma rede de informações e dados sobre os museus públicos e privados que permita a toda a instituição valorizar, preservar, difundir o patrimônio cultural do País, bem como criar novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do povo do Brasil.

De forma a contemplar efetivamente essa dimensão, pleiteamos a emenda Fomento a Projetos na Área de Patrimônio, no valor de R\$100 milhões, com os seguintes objetivos: apoiar projetos na área museológica e de patrimônio cultural brasileiro voltados para a sua identificação, realização de inventários, estudos e pesquisas, elaboração de planos de salvaguarda dos bens culturais, promoção, conservação, revitalização, restauração, promoção e difusão de acervos e bens culturais, promoção de ações voltadas para a preservação, aquisição e difusão de acervos, de democratização e acesso a bens culturais, publicações, atividades educativas e de comunicação com o nosso público.

A segunda política em destaque pelo MinC, como ressaltado anteriormente, refere-se à área de livro, leitura e bibliotecas públicas. Como se sabe, o acesso ao livro e à leitura é uma ação primordial para a constituição da cidadania plena, sendo, portanto, tarefa intransferível do Estado.

A pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" apontou, por exemplo, que 61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com livros; 6,5 milhões de pessoas das camadas mais pobres da população dizem não ter nenhuma condição de adquirir um livro; 73% dos livros estão concentrados em apenas 16% da população brasileira. Tal contexto impõe uma ação consistente e articulada para o estímulo à leitura e para a instalação de bibliotecas públicas em cidades e em regiões metropolitanas desprovidas ou escassamente providas deste equipamento cultural imprescindível.

Aqui pleiteamos um importante aumento dos recursos para que possamos atingir a meta, que é uma meta da sociedade e não do Governo: de zerar o número de Municípios sem bibliotecas bem como permitir que mais 200 bibliotecas possam ser instaladas

em grandes centros urbanos, em áreas de vulnerabilidade social, em parceria com o hip-hop, outros grupos, outras manifestações culturais emergentes importantes nas zonas periféricas da vida brasileira.

Para a questão, indicamos a emenda que se chama Instalação de Bibliotecas, no valor de R\$80 milhões, para cumprir o seguinte objetivo:

– Implantar bibliotecas públicas em Municípios brasileiros que não dispõem dessas instalações e nas regiões metropolitanas em áreas socialmente marginalizadas, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual;

Apoiar e dinamizar as bibliotecas já existentes, fazendo com que funcionem como centros geradores de cultura.

Falei em duas áreas, poderia ter falado em tantas outras, como o audiovisual, como o programa Pontos de Cultura, como o Programa Monumenta, como as políticas de música e de artes cênicas.

O fundamental é o pedido de apoio ao Legislativo para que possamos elevar o orçamento do MinC em cerca de R\$200 milhões. A cultura brasileira não apenas precisa como merece. Conto com a ajuda das Srs e dos Srs. Senadores, para que possamos contribuir decisivamente para a melhoria do IDH do País, ou seja, para a melhoria do índice de desenvolvimento e da qualidade de vida do povo brasileiro.

A cultura é o nosso principal patrimônio e devemos tratá-la assim, como prioridade, como urgência, como essência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Ministro Gilberto Gil.

O Ministro fez um destaque que eu gostaria de repetir: que a meta que Sua Excelência colocou na primeira intervenção que fez nesta Comissão, logo depois de assumir o Ministério, é de que o orçamento fosse elevado para uma participação de 1% do orçamento total da União, e que o orçamento, historicamente, do Ministério tem ficado entre 0,3% e 0,4%. Não sei se é o último ou o penúltimo orçamento, em termos percentuais. Não sei se o Juca Ferreira pode me acudir, mas creio que é o penúltimo orçamento.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia, Senadores, bom dia a todos. Encontramos o orçamento do Ministério com a participação menor do que 0,3%, elevamos para em torno de 0,4% e, este ano, esperamos a colaboração do Senado e da Câmara para que ele não caia de novo para menos de 0,3%, como está na Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo. Eu gostaria até de dizer ao Ministro Gilberto Gil e ao

Secretário-Executivo que a Comissão de Educação fez um trabalho inédito na reforma tributária. Quando iniciamos o trabalho em relação à reforma tributária, algumas pessoas diziam: – Mas o que a Comissão de Educação tem a ver com reforma tributária?

E trabalhamos e conseguimos aprovar cinco emendas na reforma tributária, uma delas inclusive relativa a este tema que estamos tratando, a cultura. Conseguimos portanto um avanço muito importante para a área da cultura, da educação, fomos capazes de reduzir a participação da educação naquela diminuição de 20% para os recursos livres da União, significa que deixamos mais recursos para a educação.

Esse trabalho que fizemos na Comissão de Educação para a reforma tributária, me parece, inspira um trabalho parecido agora como forma de contribuir com o Ministro que, sabemos, é o principal articulador, o coordenador dessa tarefa de encaminhar o orçamento da cultura no País.

Queremos registrar nossa responsabilidade também. A Comissão de Educação do Senado tem responsabilidade com esse tema, estamos empenhados. Quero aqui avalizar e endossar as palavras do Ministro Gilberto Gil para que todos nós, Membros da Comissão, ao apreciarmos as emendas que serão apresentadas ao Orçamento, possamos dar prioridade ao que foi dito pelo Ministro; S. Ex^a apresentou duas emendas, temos cinco para aprovar na Comissão, não sei se conseguiremos aprovar duas emendas para a área da cultura, mas, de qualquer forma, já nos comprometemos com o Ministro Gilberto Gil de que nos empenharemos ao máximo para que a área da cultura seja contemplada com uma emenda pelo menos.

Vou designar um relator oportunamente, porque precisamos essa matéria, se não me engano, até o dia 15 de outubro.

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não foi definida a data ainda. Como há as eleições este ano, não sei se conseguiremos, até o final de outubro, apreciar essa matéria, que, de qualquer forma, é nosso compromisso, assim que tivermos a data fixada, fazer uma reunião da Comissão, para que possamos, com o relator designado, apreciar a proposta feita pelo Ministro Gilberto Gil.

Senador Eduardo Azeredo deseja fazer uma intervenção.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Gilberto Gil, quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa. Também considero fundamental que a cultura receba mais recursos.

Particularmente, como representante de Minas Gerais, esse programa que V. Ex^a aborda em relação

aos museus e ao patrimônio cultural como um todo, é um assunto que nos preocupa muito, já que têm ocorrido roubos em igrejas, prédios históricos do Estado. É importante que esse projeto de proteção ao patrimônio histórico tenha recursos.

Chegamos a iniciar lá, há algum tempo, um projeto que trabalhava com proteção eletrônica, utilizando alarmes nesses prédios, e também o projeto Monumenta, que recebe recursos internacionais, projetos que têm avançado, mas isso ainda é insuficiente.

Queria, ao cumprimentá-lo, reforçar a importância de um projeto de preservação do patrimônio histórico, para que não aconteçam mais roubos de imagens e de bens tão importantes para a história brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro Gilberto Gil.

O SR. GILBERTO GIL – Obrigado Senador, tenho certeza de que o seu empenho, pessoal e de todos os seus Colegas de sua bancada e de todos os Senadores interessados, envolvidos com a dimensão cultural, será importante para a ampliação e garantia dos recursos do Ministério da Cultura.

Senador, queria também aproveitar a oportunidade para solicitar da Presidência da Comissão de Educação do Senado e seus Membros que façam gestões junto à Mesa Diretora da Casa, para que seja incluída na pauta de votação do plenário a PEC que institui o Plano Nacional de Cultura, um projeto no qual estamos definitivamente trabalhando, estamos junto a municípios e Estados, criando todas as condições para que o Sistema Nacional de Cultura seja criado e portanto o Plano Nacional de Cultura será a lei básica que vai nortear todo esse trabalho realizado pelo Ministério da Cultura e de muita importância para o País. Queria portanto pleitear gestões da Comissão de Educação nesse sentido junto à Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Comissão de Educação vai participar desse debate e vai contribuir, com toda certeza.

O Senador Juvêncio da Fonseca deseja fazer uma intervenção.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ministro Gilberto Gil, V. Ex^a é uma das referências do povo brasileiro, muito orgulho para todos nós. Sua presença aqui mostra o seu interesse para o desenvolvimento da área cultural. Preocupa-me muito, Ministro, é a pretensão do Governo Federal de aumentar o superávit primário para atender às questões do mercado financeiro internacional em detrimento, por exemplo, da cultura, da infra-estrutura e do desenvolvimento nacional. O que pensa V. Ex^a sobre esse aumento do superávit primário para esse fim?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro Gilberto Gil.

O SR. GILBERTO GIL – Sabemos que a estabilidade econômica do País, a responsabilidade fiscal, uma série de princípios que finalmente as instituições políticas governamentais brasileiras passaram a adotar são prioridades importantes. Não nos cabe aqui discutir contingências da política econômica brasileira que exijam, em determinado momento, mais aperto, em determinado momento mais folga, até porque essas políticas são da alçada mesmo dos dirigentes dos setores, dos Ministros ligados ao setor, como o da Fazenda e do Planejamento.

De qualquer maneira, sabemos, como eu já disse, que é prioridade para nós que a estabilidade econômica se mantenha, que a austeridade fiscal se consolide com uma prática importante dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. O que esperamos é que resultados nessas boas práticas de racionalidade administrativa possam nos levar, o mais breve possível, a um desafogo do nosso Orçamento, a um desafogo do nosso Tesouro, no sentido de que os recursos repassados pela nossa população através dos impostos ao Tesouro Nacional possam definitivamente reverter em benefício do nosso povo, em reinvestimento, em aplicações nos programas, nos projetos etc tão necessários para o nosso povo.

Devemos dar um voto de confiança ao nosso Governo com relação às políticas. Pessoalmente, já venho há muitos anos, desde o Governo anterior, manifestando apoio sistemático a toda política que se encaminha na direção da austeridade mais bem praticada, da economia do Tesouro Nacional mais bem praticada. Continuo apoiando essa política do Governo atual e, como eu disse, que os frutos dessa política nos possam beneficiar o mais brevemente possível no sentido de começarmos a ter folgas.

A situação de equilíbrio das economias nacionais, das economias dos países em relação ao conjunto da economia mundial é um equilíbrio muito difícil de ser obtido. Sabemos muito bem do descompasso entre as políticas públicas nacionais e os interesses do setor financeiro, da banda mundial, do setor especulativo da economia mundial. Todo cuidado, portanto, por parte dos Estados, por parte dos Governos, representantes dos Estados nacionais, é pouco.

Sabemos das dificuldades que a austeridade nos causa, as dificuldades para os investimentos, as dificuldades para que o gasto público seja uma alavanca como tem sido em outros momentos da história brasileira e de outros países, uma alavanca importante para o desenvolvimento do País, um aval importante para os investimentos privados. Sabemos que os Gov-

ernos precisam, os Estados precisam ter capacidade de investimento cada vez maior não é um problema brasileiro, é um problema mundial, mas sabemos das dificuldades extraordinárias que os Estados têm enfrentado para recuperar sua capacidade de investimento, sua capacidade de gasto público.

Portanto, não posso fazer críticas que não sejam ponderadas ao programa de austeridade fiscal e financeira do nosso Governo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Anuncio e agradeço a presença do Dr. Antônio Augusto Arantes Neto, Presidente do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.

Farei um apelo aos Senadores. Daqui a pouco, vamos encerrar esta reunião com o Ministro Gilberto Gil, mas teremos uma outra reunião. Há dezessete medidas provisórias que serão encaminhadas da Câmara dos Deputados ao Senado Federal. Quando chegarem as dezessete medidas provisórias à Mesa do Senado Federal, somente vamos votar outras matérias em novembro. Sei que os Senadores estão sendo pressionados pelos seus Estados para votarem, especialmente as concessões de rádio. Então, aqueles que não estiverem aqui para emitirem seus pareceres agora seguramente vão relatar os projetos apenas no ano que vem, porque teremos que votar dezessete medidas provisórias, por enquanto. Devem surgir mais, como a da biossegurança e outras. Então, faço um alerta aos Senadores que estão aqui, no Senado, nos gabinetes, para que compareçam à Comissão de Educação, para oferecerem seus pareceres, a fim de que possamos votar e limpar a pauta da comissão que tem muitos processos, já acumulados desde o mês de agosto.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a deseja fazer uma intervenção?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho a impressão de que o que o Ministro Gilberto Gil trouxe aqui hoje é um daqueles itens em que deveríamos trabalhar suprapartidariamente. A cultura tem de ser algo que nos uma, como a bandeira e a moeda e também fico contente em vê-lo defender a estabilidade.

Eu queria repetir aqui o que eu lembro que falei, dentro do Governo, numa reunião em que estava o Juca. Para darmos um salto na educação, precisamos de R\$ 5 bilhões, R\$10 bilhões, R\$15 bilhões por ano. Para dar um imenso salto na cultura, bastariam R\$ 200 milhões ou R\$ 300 milhões ou um pouco mais que isso. Então, na cultura, podemos dar um grande salto no Brasil, se nos unirmos aqui, suprapartidariamente, em busca de alguns projetos.

Quando não fazemos uma estrada, apenas não fazemos mais uma estrada. Agora, quando não cuidamos de um museu, destruímos o que já foi feito no passado. Então, quando não se investe na cultura, não apenas se deixa de avançar, como se pode fazer o País regredir muito.

Ministro, conte com o meu voto aqui, mas também com o meu apelo a todos os Senadores para que a cultura, em 2005, esteja além das nossas disputas partidárias e vire uma grande prioridade, porque é possível. O momento de fazer é este.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passarei a palavra para o Ministro, para suas considerações finais, e, depois, encerraremos essa primeira etapa da reunião. Logo após, vamos iniciar a segunda etapa da reunião. Peço que os Senadores permaneçam, mesmo com a ausência do Ministro Gilberto Gil. Não me deixem só.

Tem a palavra o Ministro.

O SR. GILBERTO GIL – Obrigado, Senador.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, nossos secretários do Ministério da Cultura, depois de ter feito aqui a defesa das duas emendas para a cultura, uma para a área de museus e patrimônios históricos e uma para a área de livros, de leitura e de políticas de implantação de bibliotecas, eu queria agradecer aos Senadores e à Comissão de Educação a oportunidade de vir trazer esse pleito e afirmar a minha confiança e a minha certeza de que, como acabou de dizer o Senador Cristovam Buarque, a cultura é hoje uma prioridade. O esforço parlamentar, que seja feito no sentido da defesa de emendas, de orçamento e de projetos que venham a buscar o aperfeiçoamento das nossas leis na área cultural, todo esse esforço do Legislativo brasileiro tem que ser feito acima das questões partidárias, por meio de todo um amplo processo de compreensão e de afirmação do interesse pela nossa área cultural, de reconhecimento do papel estratégico que a cultura tem hoje na dimensão do desenvolvimento do nosso povo.

Queria agradecer, portanto, aos Senadores e afirmar a minha certeza de que contarei com o trabalho interessado e o afinho de todos os Senadores no sentido da aprovação se não de tudo, mas de boa parte do nosso pleito.

Quero agradecer em particular ao Presidente Osmar Dias por mais essa acolhida calorosa e dizer que o Ministério da Cultura continua sempre às ordens de todos os Senadores para o diábgo: perene no sentido do fortalecimento da nossa dimensão cultural e do desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós é que agradecemos a presença do Ministro Gilberto Gil.

O Secretário-Executivo Juca Ferreira me deu um aceno que acho importante – depois vamos destacar o relator. Das duas emendas que o Ministro apresentou, uma é exclusiva da área de cultura (museus e patrimônio), mas a outra se encontra com a área de educação (livros e biblioteca). Então, na hora em que formos discutir aqui as duas emendas, também faremos essa consideração.

Agradecemos ao Ministro Gilberto Gil e ao Secretário-Executivo Juca Ferreira.

Está encerrada esta parte da reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h56min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 05 de Outubro De 2004.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia cinco de outubro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Mário Calixto, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azevedo, Juvêncio da Fonseca e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Duciomar Costa, Valmir Amaral, José Maranhão, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Roseana Sarney, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos que não incluem os Decretos Legislativos e logo em seguida a Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do Artigo 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedido vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias.

Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre percentual de vagas semi-gratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos que, “Altera a Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável. É concedido vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Íris de Araújo que, “Dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer é favorável. A matéria é adiada, aguardando audiência pública com o Ministro da Educação, Tarso Genro, agendada para o dia vinte (20) de outubro às dez horas e trinta minutos. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional da Consciência Negra” e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tião Viana que “Institui o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Pastore que, “Insere no artigo 3º inciso I, da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, a alínea “d”, para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais, nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico, em escolas sem fins lucrativos”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres que retira seu parecer anterior, pela aprovação do Projeto e, nos termos do voto em separado apresentado pelo Senador José Jorge, oferece parecer contrário a proposição. O projeto é rejeitado por quatorze (14) votos. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias inicia a deli-

beração da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rede Sol de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Trairi, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Água Fria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 643, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Sobralense Beneficente e Cultural Comunitária – ASBCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Escola de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Beberibe, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Popular de Jaguaruana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco”. O relator desig-

nado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da RBS TV Santa Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Matense – ARCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iúense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à DJ Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a União Comunitária de Imbé de Minas a exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbé de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurinhata, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Catedral de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade São Gotardo de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Mercedes de Integração e Cultura – AMIC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mercês, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Renascer de Inhaúma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhaúma, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que,

“Aprova o ato que autoriza a ACOMOR – Associação Comunitária Morada de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Pouso Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Soledadense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Radiodifusora Comunitária Life de Juiz de Fora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas – Minas Gerais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de De-**

creto Legislativo nº 419, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracatu, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio WS & AO Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buri, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Defensora e Difusora Sócio-Cultural das Tradições de Urupês a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupês, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de São João da Boa Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 617, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 666, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária União de Radiodifusão a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 657, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Castelo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube Ararense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Claret para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santo Antônio da Barra – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 519, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Voz do São Francisco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Apro-

va o ato que outorga permissão à Presença Sistema de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 622, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro Popular Cultural de São João da Ponte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela – MG – A. C. D. A. C. M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirabela, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 640, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mensageiros do Rei e Radiodifusora “Voz Da Liberdade” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraopeba, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultural de Linhares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Socorro, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 579, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Imprensa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba”. O relator de-

signado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 582, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Desterro, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Jozias Francisco Diniz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristalina, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 570, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 572, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio Comunitário Bethel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a ASCOG – Associação Comunitária de Guapó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapó, Estado

de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Liberdade Comunitária de Radiodifusão de Águas Lindas de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Jardim Cristina – Campinas – ACCJC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à WEB Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Picos, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Aurora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Antena Jovem FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 625, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Po-

pulares de Jaraguá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ananás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananás, Estado de Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 614, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Ambientalista de Praia Seca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação da Integração Cultural Vianense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viana, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anapurus, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que auto-

riza a Associação de Jovens Unidos na Fraternidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 667, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente São Sebastião a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecurú Mirim, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Instituto de Desenvolvimento de Paraibano – INDESPA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibano, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Santo Anastácio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sempre Viva-Movimento Ecológico e Ambiental de Igarçu do Tietê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarçu do Tietê, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jardimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Jardim, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária 2000 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos

favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 676, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Pedra Bonita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tonantins, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Evangelli Nuntianti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Crianças e Adolescentes do Município de Silves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silves, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Franciscana de Codó – Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codó, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marialva, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio

Graúna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência e inicia a deliberação da Pauta Extra: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 636, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Indianova – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio TV Educativa Rio Doce para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Ceará Rádio Clube S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente dos Moradores de Pau-Pombo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquiraz, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pires Rodrigues para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 706 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é apro-

vado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Matele de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 047, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Valle & Silva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Rádio e TV Porto Belo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Treze de Maio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Treze de Maio, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirim Doce, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Celso Ramos,

Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 677, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Indaial a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Giruá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Quaraí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Blumenau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade FM de Tubarão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão da Sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outor-

ga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urusanga, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Salto Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Claraval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Beneficente, Cultural de Radiodifusão Sãomiguelense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Anta, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Assistência Social Comunitária – ASCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Jampruca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jampruca, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto**

de Decreto Legislativo nº 832, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, Rádio Anchieta, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Benéfico e Cultural Comunitária de Tiros – ABCCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiros, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 856 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Hortência Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Proware 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Sorocaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 716 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – GO – APRODEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Bernardo, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Jardim Amarante – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Campo Grande – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 623, de 2004**, de caráter terminativo,

de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sant'ana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário das Campinas – Macaíba/Rio Grande do Norte – ADCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Grupo Integração de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Imaculada Conceição – ACIC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Propriá, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia". O re-

lador designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de São Manoel – ASCOSAM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Eldorado de Lagarto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário José Batalha de Góis – CECBGÓIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristovão, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 789, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Condorensense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 811, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da SOBRAL – Sociedade Butiaense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Palmarensense Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que

autoriza a Associação Cidade Cidadã Santafessulense, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 711, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Birigui, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para Integração Cultural e Desenvolvimento de Santo Antônio de Posse – ACICDSAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Manaus, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é

o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Macaraniense São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macarani, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Voz da Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codó, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Brejão, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Godofredo Viana ARCOGOV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godofredo Viana, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 801, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação “Jovens” da Comunidade de Sítio Novo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coari, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 797, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda., para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Cab de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Franca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio e TV Schappo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sabiá FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Regional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 710, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Andradina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 730, de 2004**, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Manchete Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sinodal de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panorama Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 650, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Minuano de Alegrete Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaimbé FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 796, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da

Bahia”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Rio de Contas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araci, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia – RO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chupinguaia, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 700, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ji-Paranaense – ASCOJIPA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Comunicações Conde Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média na cidade de Jarú, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Educativa Verde Amazônia – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 771, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sepé Tiaraju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio

Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Barreiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiros, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Jucati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucati, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 741, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Caiçara – ADECOC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiçara, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Pedrense de Eventos Comunitários – APEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural Comunitária Educadora “Rainha Dos Anjos” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regimópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Recreativa dos Bairros: Urbis, Planalto e Santo

Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catu, Estado da Bahia”. O relator, ad hoc, designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 595, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Cordeirópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mário Calixto e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mário Calixto e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Indaiá – AMORI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bertiooga, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mário Calixto e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 734, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações de Colina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colina, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mário Calixto e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 769, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Cristal de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Jales Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jales, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2004**, de caráter terminativo, de au-

toria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Real – Cafelândia FM Ltda. – ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 074, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 707, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Linhares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova concessão da Televisão Capixaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de

São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Hélio Costa, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franco da Rocha, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Comunidade São Sebastião de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Caí, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária ABV FM de Alto Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Município de Nova Guarita do Estado de Mato Grosso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia – ACR-FM-CLÁUDIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário de Jacundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacundá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Floresta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tucuruí, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Social de Água Branca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Ourinhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores, Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha, Poço Salgado e Campo Comprido – ACB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca da Mata, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Teixeira e Centro de Teixeira de Freitas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Filhos de Boninal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boninal, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por qua-

torze (14) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 777, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Donizetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Brasília – FUBRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 122: Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Central do Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central do Maranhão, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 123: Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 124: Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 125: Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambará, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 126: Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2004**,

de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Castro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Castro, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 127: Projeto de Decreto Legislativo nº 729, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Ubatã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatã, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 128: Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 129: Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Anawin a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 130: Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente – ADEMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Luiz Otávio e Luiz Pontes pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Requerimento de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca e dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 773, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2004 e Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2004. As solicitações são aprovadas. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Juvêncio da Fon-

seca que, “Requeiro a inclusão, extra-pauta nesta Comissão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2004 que ‘Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Manoel de Barros para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul’”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Manoel de Barros para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Abrigo Luz do Amanhã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caçador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 773, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural pela Democratização dos Meios de Comunicação do Contestado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Araranguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na

cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Betel FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora São Francisco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rurópolis, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2003, Item 11: Requerimento de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a presença do Senador Edison Lobão, em homenagem a quem damos por aberta a presente reunião.

Está aberta a 34ª reunião extraordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura. Temos hoje vários projetos terminativos e vamos iniciar pela pauta de rádios e tevês – são 81 processos.

Temos aqui uma solicitação de pauta extraordinária pelo Senador Juvêncio da Fonseca que já estou submetendo à Comissão.

(Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca, para relatar o item extrapauta ref. ao Decreto Legislativo nº 906, de 2004, que permite à Fundação Manoel de Barros serviços de radiodifusão sonora em FM na cidade de Campo Grande.

Tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2004, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Manoel de Barros para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido projeto, Sr. Presidente, foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É imperioso dizer e ressaltar que a Fundação Manoel de Barros, além de homenagear o maior poeta vivo do Brasil atual, autor de diversos livros, é instituído pelo Centro de Ensino Superior de Campo Grande, Cesup, pela moderna Associação Campograndense de Ensino, Mace, e por pessoas renomadas na área da educação no Estado do Mato Grosso do Sul, tais como os professores Pedro Chaves dos Santos Filho, Terezinha de Jesus dos Santos Sanués, Reny Domingos dos Santos e João Leopoldo Sanués Filho. São responsáveis, também, pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Uniderp. A Fundação Manoel de Barros será, com toda a certeza, um poderoso instrumento que embasará o

crescimento do Estado de Mato Grosso do Sul no conhecimento científico e tecnológico, formatando a nossa cultura e resgatando nossa memória histórica.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 906/2004 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente, do ato que outorga permissão à Fundação Manoel de Barros para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2004.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Vamos votar todos ao final.

Vou iniciar, agora, a pauta normal. Peço aos Senadores que adotem o mesmo procedimento da Comissão. Vou adotar um procedimento de apenas citar os itens. Os avulsos já estão na posse dos Senadores e não há necessidade de ler item por item. Vamos adotar o procedimento de votar todas as matérias hoje, mesmo com a ausência dos relatores, em função da enxurrada de medidas provisórias que vêm da Câmara para cá. Esses processos ficarão entulhando a Comissão. Principalmente, precisamos evitar gastos. Cada vez que esse material vem para a Comissão é preciso editar todo esse volume. Vamos fazer uma economia para o Senado votando hoje todos os processos.

Itens 1 a 6:

O Senador Reginaldo Duarte é o Relator. Peço ao Senador Eduardo Azeredo que faça o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Todas as seis rádios são para o Estado do Ceará. O parecer é favorável. Vou citar as cidades: Trairi, Paripaba, Fortaleza, Sobral, Beberibe, Jaguaruana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

O Senador Valdir Raupp é o Relator dos Itens 8 e 9.

Peço que também relate o Item nº 7, substituindo o Senador Marco Maciel. Senador Valdir Raupp, relate os **Itens 7 a 9**.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Tendo em vista que não há óbice que contrarie a legalidade do citado projeto, nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 10:

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O projeto atende todos os requisitos legais. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Itens 13 a 27.**

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PF – MG) – Sr. Presidente, tive oportunidade de ler caso a caso. Somos favoráveis aos 14 itens, do 13 ao 27. Vamos aguardar a presença do Senador Papaléo Paes. Depois, voltaremos aos itens cujos Senadores não estão presentes.

Itens nºs 37 e 38:

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório é pela aprovação de todos os projetos em pauta, com exceção do item... São tantos, Sr. Presidente, que estou...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a está relatando os itens 37 e 38.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – O Item nº 106.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Isso é pauta extra. Depois, vamos votar a pauta extra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Então, é pela aprovação dos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Itens 39 a 44.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. Cidades de Santo Antônio da Barra, GO, Januária, MG, Monte Carmelo, MG, São João da Ponte, MG, Mirabela, MG, Paraopeba, MG.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Maguito Vilela, **Itens 50 a 55.**

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, tudo em ordem com relação à rádio de Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Paranaiguara, Aparecida de Goiânia, Guaporé, Águas Lindas.

Pela aprovação de todas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Edison Lobão, **Itens 66 a 70.**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, manifesto-me pela aprovação de todos esses itens que dizem respeito a emissoras que foram solicitadas de acordo com a lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Hélio Costa, passo a Presidência a V. Ex^a, porque tenho que relatar os Itens nºs 80 e 81.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – **Itens 80 e 81.**

O Relator é o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Tudo em ordem com a rádio de Marialva e com a rádio Graúna de Cornélio Procopio.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Retorno a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos voltar agora para os itens que não foram ainda relatados.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a relata os **Itens 11 e 12.**

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, o Item nº 11 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 434, que aprova a outorga de permissão da DJ Comunicações e exploração de serviços de radiodifusão em frequência modulada na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Papaléo Paes, **Itens 28 a 33.**

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli ainda!

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Falta o Item nº 12 ainda. V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a está lendo o item.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Não, é porque fiz o relato do 11, mas tenho que terminar o 12.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo. Então com a palavra V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – O Item nº 12 é o Projeto de Decreto Legislativo que aprova a outorga à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Joassaba. Trata-se, inclusive, de uma rádio que vai funcionar como escola do curso de Jor-

nalismo na Universidade do Oeste de Santa Catarina, em Joassaba.

Então o nosso parecer é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Papaléo é o Relator dos **Itens 28 a 33.** Solicito ao Senador Hélio Costa que faça o relatório **ad hoc.**

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Os Itens nºs 28 a 33 estão de acordo e o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Item nº 34 tem como Relatora a Senadora Fátima Cleide, da rádio de Rondônia. Peço ao Senador Valdir Raupp que substitua a Relatora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É a Rádio Comunitária de Presidente Médici, uma cidade importante do nosso Estado.

Somos pelo parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Peço ao Senador Marco Maciel que substitua o Senador José Jorge para relatar os **Itens nºs 35 e 36.**

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, em ambos os casos, o meu parecer é favorável à aprovação das referidas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Senador Maguito Vilela, peço a V. Ex^a que substitua o Senador Efraim Morais nos **Itens nºs 45 ao 49.**

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, tudo em ordem. Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 56.

Em substituição ao Senador Luiz Otávio, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 57.** Para substituir o Senador Mão Santa no item 57, concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – É um imenso prazer fazer o relatório **ad hoc**, que é de interesse do nosso Senador Mão Santa.

O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 58.

Cidade do Mundo Novo de Goiás, Senador Maguito Vilela, substituindo o Senador Demóstenes Torres.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Tudo em perfeita ordem, Sr. Presidente, e a favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 59 e 60.

Estado do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, em substituição ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, os itens 59 e 60 estão de acordo com a lei, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 61.**

Senadora Lúcia Vânia, de Goiás. Em substituição a S. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Igualmente a favor, tudo em ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 62, 63, 64 e 65.

Peço ao Senado Cristovam Buarque para substituir o Senador João Ribeiro nos itens 62, 63 e 64. Em relação ao item 65, peço que substitua o Senador Roberto Saturnino.

O SR. RELATOR (Cristovam Buarque) – Sr. Presidente, todos estes são pela aprovação, conforme o Relator recomenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 71 a 75.

O Relator é o Senador Delcídio Amaral. Peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que o substitua.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – O parecer é favorável em todas as matérias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 76 a 78.

O Relator é o Senador Arthur Virgílio. Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSDB-AP) – Sr. Presidente, segundo o parecer do Relator é pela aprovação.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 79.

A Relatora é a Senadora Roseana Sarney, na cidade do Codó, Maranhão.

Peço ao nobre Senador Edison Lobão que a substitua.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Nós encerramos a pauta normal. Teremos agora a pauta extra e depois colocaremos em votação tudo.

Agora são mais 130 processos. Com mais 81, dá 311 rádios.

Então, nós estamos já na pauta extra.

Itens 1 e 2.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, como Relator.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, são rádios comunitárias na Cidade de Indianópolis, no Triângulo Mineiro, e de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, ambas pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 5, 6 e 7.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, o item 5 é uma rádio de frequência modulada de Arcos. O item 6, de Juiz de Fora. O item 7, de Mateus Leme. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 3 e 4.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, como Relator, em substituição ao nobre Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – O parecer é favorável de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21.**

Como Relatora, concedo a palavra à nobre Senadora.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, vou apenas citar as cidades onde estão sendo aprovadas as outorgas. Cidades de Itapuã, Porto Belo, Grão Pará, 13 de Maio, Mirim Doce, Celso Ramos, Indaial, Giruá, no Rio Grande do Sul, Cuará, também no Rio Grande do Sul, Blumenau Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, Morro da Fumaça, Santa Catarina, Urussanga, em Santa Catarina, Salto Veloso, também em Santa Catarina. Em todos eles o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 22 a 29. Senador Hélio Costa, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, são rádios comunitárias, nas cidades de Clara-val, São Miguel do Anta, São Gonçalo do Rio Abaixo, Ipaba, Jampruca, Pouso Alto e Tiros, além de João Pinheiro. Todas pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 30 e 31. Senadora Ideli Salvatti, substituindo o seu amigo, Senador Leonel Pavan.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, o parecer do Senador Leonel Pavan é favorável à outorga dessas concessões. Apenas reproduzo o parecer favorável pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 32 a 35. Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, todos os itens favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

V. Exª pode relatar também os **itens 36 e 37**, em substituição ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Todos favoráveis também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em a discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 38 a 42. Substituindo o Senador Garibaldi Alves Filho, solicito ao Senador Valdir Raupp que faça o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Somos de parecer favorável em todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca para relatar, em substituição ao Senador Almeida Lima, os **itens 43 a 52**.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Maguito Vilela para relatar os **itens 53 e 54**.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Tudo em ordem, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Edison Lobão para relatar, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, os **itens 55 e 56**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Os itens 55 e 56 têm parecer favorável do relator que agora substituo. Mantenho o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Itens 57, 58 e 59.** Senador Eduardo Azeredo em substituição ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Anuncio a presença do Senador Luiz Otávio na mesa.

Item 60. Senadora Fátima Cleide.

Senador Edison Lobão, V. Exª vai relatar os **itens 61, 62, 63 e 64**. Então, V. Exª pode relatar também o item 60.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Todos os itens referidos por V. Exª têm parecer favorável, que confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Os **itens 65 e 66**, que são relatados pelo Senador Jefferson Péres, e também os **itens 67 e 68 a 72**, que são relatados pelo Senador Mão Santa, solicito ao Senador Marco Maciel que apresente o relatório em substituição aos Relatores.

Itens 65 a 72.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, gostaria de dizer que meu parecer, como relator **ad hoc**, é francamente favorável aos itens constantes da pauta de hoje, de números 65 a 72.

O meu parecer se fundamenta na circunstância de estarem habilitadas à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Cristovam Buarque, **item 73**, rádio de Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, o parecer é favorável à renovação dessa outorga.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca, **itens 74 a 81**.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Todos os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Valdir Raupp, **itens 82 a 86**.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, o item 82 é a Rádio Comunitária da cidade de Chupinguaia. Será o único veículo de comunicação da cidade. Portanto, somos de parecer favorável.

Da mesma forma, o item 83, da cidade de Ji-Paraná.

O item 84 é da Rádio Comercial da Cidade de Jaru.

O item 85 é da Rádio Comunitária de Ariquemes, e o item 86, de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Todos têm o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 87 e 88 e 89.

Senador Marco Maciel. Cidade de Barreiros, Pernambuco e Cidade de Jucati, também em Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria, de forma muito abreviada, de dar o meu parecer favorável aos processos que tratam da autorização para instalação de rádio na cidade de Jucati, Barreiros, bem como do item constante da pauta também anunciado por V. Ex^a. Daí por que o meu parecer é no sentido da aprovação das referidas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 90, 91, 92 e 93.

Peço ao Senador José Jorge que relate o item 90, cujo Relator é o Senador Efraim Moraes, o 91, que é do próprio Senador José Jorge, o 92 e o 93, que têm como Relator o Senador Papaléo Paes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, todos os projetos têm parecer favorável. Portanto, cumprem todas as normas, e o nosso parecer é favorável a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Mário Calixto que relate os **itens 94 a 97**, em substituição ao Senador Duciomar Costa.

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB-RO) – (Fala fora do microfone) Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em substituição ao Senador Delcídio Amaral, peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que relate os **itens 98 a 101**.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Todos os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em substituição ao Senador João Ribeiro, peço ao Senador Hélio Costa que relate os **itens 102 a 105**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Os itens 102 a 105 estão de acordo com a lei. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Senador João Capiberibe, **itens 106 a 109**.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – O item 106 é pela rejeição e os demais pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fiz a leitura dos itens 106, 107, 108 e 109.

Gostaria de retirar a leitura do item 106 e apresentar separadamente esse projeto.

Então, **itens 107, 108 e 109**.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Para melhor apreciação da proposta, pediria vista do item 106.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Hélio Costa pede vista do item 106.

O Senador Jonas Pinheiro pediu que o Senador Luiz Otávio fosse Relator os **itens 110, 111 e 112**.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável nos três itens relacionados por V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos para os **itens 113 e 114**, dos quais V. Ex^a também é Relator.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável à aprovação dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou pedir ao Senador Papaléo Paes para substituir o Senador Teotônio Vilela nos **itens 115, 116, 117, 118, 119 e 120.**

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, em todos os itens o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 121.

Refere-se à rádio do Distrito Federal. Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, em substituição ao Senador Valmir Amaral.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – O parecer é favorável Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 122 a 124. A Senadora Roseana Sarney é a relatora. Peço ao Senador Demóstenes Torres que a substitua.

Transmito a Presidência ao Senador Hélio Costa porque serei relator dos próximos itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Para os **itens 125 a 130**, o Senador Osmar Dias, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Todos os itens têm parecer favorável. Item 125. Cidade de Cambará, cidade de Castro, cidade de Ubiratã, cidade de Curitiba, cidade de Francisco Beltrão e Salto do Lontra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Retorno a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Vou fazer a chamada nominal para a votação de todos os itens relatados, exceto o Item 106 da extrapauta, em que houve pedido de vista pelo Senador Hélio Costa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, também queria pedir, inclusive, a inclusão extrapauta de alguns projetos que entregarei agora, sobre as emissoras de rádio de Santa Catarina. São os de nºs 394, 392.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou anotar, e V. Exª pode repetir a leitura.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – São os de nºs **827, 863, 864, 823, 826, 773, 755, 696.**

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está submetido ao plenário e está aprovado. Tem V. Exª a palavra para relatar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sou favorável a todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Alguém mais deseja solicitar extrapauta?

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou submeter ao Plenário. Tem que ser aprovado pelo Plenário. Submeto ao Plenário a solicitação do Senador Luiz Otávio.

Aprovado.

V. Exª tem a palavra para relatar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O parecer é favorável, Sr. Presidente. É o Projeto da Câmara dos Deputados nº 1.139, transformado em Decreto Legislativo nº 766.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Mais uma vez faço a pergunta se há mais um extrapauta, porque votaremos tudo de uma vez só.

Não havendo nenhuma solicitação extrapauta, vou submeter ao voto.

(*Procede-se à votação*)

Algum Senador não foi chamado?

Então, todos os processos foram aprovados.

O voto para a emenda repete o voto do projeto? (Pausa.)

Se ninguém se manifestou, então há concordância.

Aprovadas as emendas.

Está computado o voto SIM do Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Voltamos à pauta normal, já que votamos, segundo o Senador Juvêncio da Fonseca, 211 processos.

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003. Altera e acrescenta parágrafos ao art. 2º da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre aplicação e distribuição dos recursos do Fundef para a erradicação do analfabetismo, a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.

O Autor é o Senador Valdir Raupp.

O Relator é o Senador Duciomar Costa.

Não estando presente, vamos adiar a apreciação deste Projeto para a próxima reunião.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado. Também não está presente o Senador Almeida Lima.

Como o parecer é pela rejeição, e não está presente o Relator, gostaria de submeter a voto, com Relator **ad hoc**, porque acredito que teríamos aí uma discussão. Então, vamos adiá-lo também.

Item nº 3:

Senador Valdir Raupp. O Senador José Jorge, que é o autor do Projeto, está presente; mas o Senador Valdir Raupp estava. Peço à assessoria do Senador Valdir Raupp, para que S. Ex^a retorne à Comissão. Voltaremos ao item nº 3, assim que S. Ex^a estiver presente.

Item nº 4:

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2004. Dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.

Autor: Senador Paulo Paim.

Relator: Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim faz uma série de ponderações – e eu concordei com as ponderações feitas – para que a matéria seja retirada de pauta, porque S. Ex^a deseja oferecer novos subsídios com relação à matéria ora em discussão. Daí porque peço a V. Ex^a que, se for o caso, submeta ao Plenário desta Comissão, para que a matéria seja retirada de pauta. S. Ex^a se comprometeu a remeter rapidamente esses subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a, como Relator, pode fazer essa solicitação, que está atendida. Está retirado de pauta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 5:**

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2004, altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior, e dá outras providências, para possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para o pagamento de tributos federais.

O Senador Eduardo Siqueira Campos é o Autor. O Relator é o Senador Demóstenes Torres, que tem a palavra, para apresentar o seu parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Siqueira Campos apresenta o Projeto de Lei para que o Fundo de Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior – FIES – possa possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam

ser utilizados para o pagamento de outros tributos federais, que serão deferidos em regulamento.

Hoje, esses créditos podem ser utilizados apenas para o pagamento de débitos previdenciários. O que deseja S. Ex^a? Que isso seja também utilizado para o pagamento de imposto de renda e de outros tributos. Daí porque S. Ex^a vem alegando – e concordo – que hoje existem dotações orçamentárias do Ministério da Educação e também de recursos da Loteria Federal, isso como principal fonte para o financiamento dos estudantes; e os estudantes, depois, pagam.

Naturalmente as instituições quase sempre ficam com esses créditos ociosos, porque o débito previdenciário acaba sendo menor. Se elas puderem pagar outros tributos federais, naturalmente, elas também poderão abrir outras vagas. Com os estudantes pagando mais, naturalmente, outros estudantes poderão ser beneficiados. Daí, porque opino favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Nós temos algumas questões a levantar com relação a esse Projeto, inclusive por orientação do próprio Ministério da Educação que alega que não há vantagens efetivas para os estudantes com relação às alterações propostas. Como quero substanciar o meu voto, peço vistas para poder trazer o meu voto em separado na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vista concedida à Senadora Ideli Salvatti.

Retornamos ao **item nº 3**. Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003. Eu já fiz a leitura, e o Senador Valdir Raupp tem a palavra para apresentar o seu parecer.

É o Item 3, Senador. Já há uma manifestação de que haverá um pedido de vista. Se V. Ex^a quiser resumir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Se vai haver pedido de vista, então, não precisa nem...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas V. Ex^a tem que apresentar o parecer antes do pedido de vista.

Apenas resuma, então, porque, numa próxima reunião, V. Ex^a poderá apresentar com mais detalhes. Lendo o voto será considerado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O parecer é pela...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, sou autor do projeto e talvez eu pudesse dar uma pequena explicação, enquanto o Senador Valdir Raupp examina o projeto. Porque, realmente, esses projetos demoram, às vezes, então, até esquecemos um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na verdade, essa questão do ensino a distância, de acordo com a LDB, por enquanto, só está autorizando que o Ministério da Educação faça a autorização desses cursos.

Acontece que o Ministério da Educação, na verdade, é o cabeça do sistema para os cursos de nível superior. Mas, para os cursos de nível médio ou mesmo os cursos de ensino fundamental, existem os sistemas de educação que são estaduais, comandados pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Então, é exatamente o que incluí no projeto. O primeiro ponto é esse: permitir que os sistemas estaduais possam autorizar cursos à distância, dentro das suas atribuições, evidentemente.

Em segundo lugar é que, quando se citou na LDB a possibilidade de custos de transmissão reduzidos, a tecnologia ainda era mais atrasada. Portanto, hoje, existem outras tecnologias, como Internet, etc, que ampliamos para que os custos possam ser reduzidos para eles.

Portanto, acho que é um projeto que não considere polêmico. Não sei qual a razão do pedido de vista, mas, na realidade, ele não é um projeto polêmico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para apresentar seu parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, esse é um projeto – realmente concordo com o autor do projeto – muito importante principalmente para os estados mais distantes, como o nosso do Norte e creio que do Nordeste também, e porque não em todo o Brasil, é que a educação à distância é um recurso de incalculável importância por ser capaz de atender aos grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva do que outras modalidades de ensino.

Portanto, diante do exposto, sou pelo parecer favorável do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer do relator é favorável.

Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o projeto do Senador José Jorge tem inúmeros méritos e certamente o principal deles é a modernização, no instante em que temos o recurso da Internet, da comunicação à distância, e certamente a comunicação à distância sendo utilizada pelo sistema de ensino.

A preocupação que tenho, Sr. Presidente, é até a razão pela qual peço vista, é exatamente porque não fica para mim inteiramente claro o que se pretende no § 1º, do art. 80, quando o próprio Senador José Jorge reconhece no seu relatório – muito embora seja privativo da União fixar as diretrizes e bases da educação nacional, que a educação em si é matéria de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal – então, ele diz, interpretando o § 1º, que a educação à distância organizada com a abertura de regimes especiais será oferecida por instituições credenciadas pela União, por meio do Ministério da Educação ou pelos sistemas de ensino, mediante a delegação específica.

O que quero dizer é o seguinte: Estamos falando exclusivamente de autorizar cursos técnicos de aprimoramento para os sistemas de ensino no interior, para educação fundamental, etc, ou estamos falando também de autorização estadual para os cursos universitários superiores? Essa é uma pergunta que faço ao Sr. Relator.

Em segundo lugar, Sr. Relator, estou fazendo a sugestão, até como uma proposta de emenda que poderia ser absorvida no anteprojeto, que diz o seguinte: sendo nosso também o modo de pensar, sugerimos, por meio de projeto de lei que hora apresentamos, alterar o art. 80, da LDB, com a finalidade de garantir que nos programas de educação a distância se incluam periodicamente horas de aulas presenciais. E porque estou colocando essa condição? Porque corremos o risco de receber uma verdadeira invasão de organizações internacionais de qualquer parte do mundo que poderiam propor aulas pela Internet e com autorização. Se não tivermos aula presencial, estaremos facilitando essa invasão. Com a aula presencial, ficará muito mais difícil alguém fazer um curso pela Internet numa universidade do Japão, pois precisará ir lá para participar da aula presencial. Coloco essa condição para preservar as instituições nacionais.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir a palavra do ilustre autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, em relação à primeira observação, ocorre que, de acordo com a LDB, isso ficou restrito a uma autoriza-

ção dada pela União. Como sabemos, normalmente a União autoriza o funcionamento de instituições de ensino superior. Quem autoriza o funcionamento de instituições de ensino médio, de ensino fundamental ou que ministram cursos que não sejam de nível superior são exatamente os sistemas estaduais de ensino, no caso coordenados pela Secretaria de Educação e pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Quero apenas ampliar a possibilidade de, por delegação específica, esses sistemas estaduais autorizarem o funcionamento de determinados cursos a distância para, de certa maneira, descentralizar e facilitar a utilização desse instrumento. Em relação a isso, penso que, na realidade, estamos ampliando a capacidade de utilização desse instrumento para aqueles locais específicos onde os sistemas têm poder. Eles não poderão, evidentemente, autorizar um curso que não esteja dentro do poder dele, no caso de ensino superior.

Em relação à questão presencial, é muito difícil controlar por meio de uma lei. Penso que, na realidade, isso deveria ser realizado, em cada caso, por meio de legislação complementar. Assim deve ser feita a regulamentação desse processo, pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, pois cada caso é um caso.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Senador José Jorge, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Minha preocupação, Senador, é não criarmos mais uma confusão além daquelas já existentes entre as autorizações da União e as dos Estados com respeito a cursos universitários. No nosso Estado, Minas Gerais, algumas instituições criaram diversos cursos apenas por decisão do Conselho Estadual de Educação, sem consultar o Conselho Federal. Na realidade, é atribuição do Conselho Federal de Educação criar esses cursos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se for de nível superior, sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – De nível superior. Entendo que, da maneira como está redigida essa alteração do art. 80, pode haver dúvida, ou seja, poderemos permitir aos conselhos estaduais de educação a criação de cursos – não diz aqui se são cursos superiores ou cursos do ensino fundamental. É preciso ser mais específico.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade, V. Exª tem razão. Vou reestudar a matéria. Senador Hélio Costa, V. Exª vai pedir vista?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sim.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Será que também posso pedir vistas, embora seja autor?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Faça vista coletiva com os Senadores Demóstenes Torres e Efraim Morais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se for o caso, concordaremos com alguma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não estão presentes nem o autor nem o Relator do Item 6.

Item 7:

Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2003. Dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes. A autora é a ex-Senadora Íris de Araújo e o Relator o Senador Leonel Pavan. Foi concedida vista ao Senador José Jorge no dia 11 de novembro de 2003. O Senador José Jorge não apresentou manifestação por escrito. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e constou da pauta da reunião do dia 9 de março de 2004.

Comunico à Comissão que fizemos um convite ao Ministro da Educação Tarso Genro para que comparecesse à Comissão a fim de discutir esse projeto. Desde abril aguardamos a confirmação da presença de S. Exª. Como não houve confirmação, votaremos o projeto sem discuti-lo com o Ministro, que não teve tempo de comparecer a esta Comissão nesse período.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – S. Exª deve estar preparando alguma medida provisória.

Sr. Presidente, na realidade, esse projeto de lei é um daqueles que já aprovamos aqui, que reservam vagas em universidades públicas. Quer dizer, na realidade, reservamos vaga para aluno, diversos tipos, que veio de escola pública, depois também já reservamos vaga para alunos negros, enfim, para minorias, índios, etc. Na verdade, é um assunto que já tivemos três ou quatro projetos aprovados aqui e se, na verdade, somássemos todas as vagas que aprovamos aqui na Comissão, Sr. Presidente, certamente daria mais de cem por cento. Quer dizer, estaríamos com mais de cem por cento das vagas reservadas. Mas, na realidade, essa é uma questão em relação à qual, inclusive, apresentei um projeto no sentido de que deveria partir de cada universidade. Pela nossa Constituição, as universidades são autônomas, têm autonomia para...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quem está falando não consegue falar e quem está querendo ouvir não consegue ouvir; eu pediria um pouco mais de silêncio para podermos continuar com os trabalhos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, inclusive, não estou podendo nem ouvir nem falar aqui, para ser sincero. Tenho uma atuação dupla,

porque passa tanta gente na minha frente que não consigo me ligar na questão, falo, enfim...

Mas, voltando ao assunto, acho que, na realidade, esse projeto é daqueles que tem que ser examinado, todos eles, em conjunto. Já havia até uma decisão da Comissão de examinar todos eles em conjunto, depois da vinda do Ministro, para que pudéssemos, então, verificar como iríamos dar o tratamento a isso. A minha opinião sempre foi de que caberia às universidades públicas definirem – e elas estão fazendo isso em cada caso – quais serão os seus critérios de inserção social. Eu daria apenas um sinal de que, na LDB, as universidades públicas, nos seus testes de vestibular ou o nome que se dê, incluíssem também algum tipo de inserção social baseado na sua realidade e definido pelo seu próprio conselho.

Então, é por isso que não apresentei nenhuma emenda substitutiva a esse projeto, mas acho que é um projeto que eu particularmente não tenho maior empenho na sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Relator já apresentou o relatório na última reunião. Consulto o Relator se tem alguma observação a fazer.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, entendemos perfeitamente a colocação do Senador José Jorge. Nós entendemos perfeitamente que o número de vagas que já está sendo exigido por diversos projetos de lei, se colocarmos em pauta, ultrapassaria os cem por cento. No entanto, neste projeto fala em 30% da vagas que sobram, no caso.

Portanto, queremos deixar o nosso parecer favorável ao projeto de lei da Senadora Íris de Araújo, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes.

Nós fomos escolhidos para relatar esse projeto. Entendemos que é muito importante a sua aprovação, para dar atenção justamente aos estudantes, aos alunos de menor poder econômico.

Portanto, somos totalmente favoráveis, até porque ainda será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca pediu pela ordem antes. Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, sou Relator de projeto idêntico com referência aos índios. Eu gostaria muito, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu pediria a compreensão do Senador Aelton, porque está difícil para o Senador Juvêncio da Fonseca se concentrar no que está falando.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, sou Relator de matéria idêntica com referência aos índios. A ausência do Ministro da Educação nesta Comissão penso que deixa um vácuo que precisamos preencher. Eu pergunto à Mesa: não é possível fazer uma convocação do Ministro da Educação? Porque queremos ver o ponto de vista de quem administra a educação do País. Meu parecer será favorável ou contrário? Eu gosto muito dos índios, penso que eles precisam ser amparados, ser resgatados na sua história, na sua cultura. Mas acho que não é por aí. Estão-se acumulando os projetos, e isso traz dificuldade para discutir, para votar e para implementar projetos como este.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio, todos os contatos feitos com o Ministério foram no sentido de convidar o Ministro. Foram feitos cinco contatos com a Assessoria do Ministro, tentando trazer a sua presença aqui. Mas ele não atendeu. Se houver um requerimento de convocação, submeto a voto. O plenário é soberano e decide se vamos convocar ou não o Ministro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Pode ser oral o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pode apresentar oral, depois solicitamos a assinatura de V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Eu faço e assino o requerimento no sentido de convocar o Ministro a esta Comissão para falar a respeito dos projetos dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Juvêncio da Fonseca está apresentando um requerimento de convocação do Ministro da Educação. Nós vamos concluir a discussão do projeto que está sendo discutido para depois apreciar o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, nós já estamos debatendo esse assunto relativo a cotas, reserva de vagas nas universidades brasileiras, há algum tempo. Inclusive, eu já fiz a solicitação, e a Assessoria da Comissão já preparou um levantamento. São inúmeros projetos que tramitam tanto na Câmara quanto no Senado tratando dessa questão. Portanto, é um assunto de interesse da sociedade e dos parlamentares e que teve, inclusive, iniciativa do Ministério da Educação, que mandou o projeto. Temos tramitando, no Congresso Nacional, um projeto – denominado Universidade para Todos – onde há reserva

de vagas, inclusive, na questão das filantrópicas e das particulares. E como há necessidade de poder implementar essa reserva de vagas para o ano que vem, e na Câmara o projeto não andou, o Ministério da Educação tomou a iniciativa – apesar de não desejar fazê-lo; deixou isso claro – por uma medida provisória. Mas, se não fosse baixada a medida provisória, não poderíamos ter a execução, já neste vestibular que se está organizando para 2005, da reserva de vagas. Então, além de ter uma série de projetos de origem parlamentar, um projeto de iniciativa do Executivo e, também, uma medida provisória tratando desse assunto, tenho o entendimento de que deveríamos – como já fizemos em outras matérias – realizar audiências públicas. Porque não basta apenas discutir esse projeto, que é da Senadora Íris Rezende. Eu tenho projeto de reserva de vagas, assim como outros Senadores e Deputados. Então, ou vamos tratar do assunto como um todo, num debate...

Quero dizer, Sr. Presidente, que não é usual fazermos convocação. Houve os contatos, mas talvez tenha havido uma impossibilidade até pelo fato de o Ministro estar tratando de toda essa questão da reforma universitária, do projeto Universidade para Todos. Mas eu sou da opinião de que deveríamos, da mesma forma como fizemos na questão da Ancinav, que nem tem projeto ainda, nem chegou ao Congresso Nacional. Fizemos uma audiência pública extremamente bem sucedida, com a presença de vários representantes da sociedade civil, do setor, do Ministro – como também fizemos na questão do Conselho Nacional de Jornalismo –, e, ao invés de aprovarmos uma convocação, penso que devemos realizar audiência pública para debater esse conjunto de projetos. Com certeza o Ministro Tarso Genro virá. Quero deixar aqui o meu compromisso de articular, em nome da Liderança do PT, a vinda do Ministro. Tenho certeza de que ele não se recusará a vir participar de um debate dessa natureza. Aliás, se V. Ex^a me permitir, posso falar de imediato com a Assessoria para confirmar. Porque acho muito ruim sairmos de uma prática que vimos realizando de convite, de articulação. Não há indisposição dos Ministros; eles têm vindo; a Comissão de Educação tem sido uma das que mais tem realizado audiências públicas bem sucedidas para tratar desse assunto. Então, até pediria um breve espaço de tempo para não passarmos à votação de uma convocação, o que foge da prática usual da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – À Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Juvêncio da Fonseca e ao Plenário devo informar que aprovamos um requerimento de convite ao Ministro nesta Comissão em abril para que S. Ex^a viesse discutir todos os projetos que

tratam de cotas nas universidades. Atendendo a um apelo da Comissão – o pedido foi feito pelo Senador José Jorge e pela Senadora Ideli Salvatti –, pedimos ao Ministro que encaminhasse todos os projetos que tramitam sobre o assunto e fizemos um levantamento deles. Se não me engano, há 32 projetos tratando de cotas. Esse estudo foi encaminhado a cada Senador. V. Ex^{as} puderam apreciá-lo, mas isso não substituiu a necessidade da vinda do Ministro, que continua convidado. Reiteramos o convite. Cinco contatos foram feitos com a assessoria parlamentar e com a chefia de gabinete do Ministro, e a resposta é sempre que S. Ex^a não pode comparecer. Isso motivou o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca, que, se aprovado, novamente tirará de pauta o projeto, porque o requerimento tem preferência.

Antes de discutir o requerimento apresentado, lembro que a Senadora Ideli Salvatti apela ao Senador Juvêncio da Fonseca que aguarde o contato que fará com o Ministro. Veremos se S. Ex^a terá mais sorte do que nós, da Comissão. Como Líder do PT, pode ser que tenha mais sorte do que nós – e espero que tenha –, pois não estamos conseguindo trazer o Ministro. A Presidência da Comissão não tem merecido do Ministro da Educação a mesma consideração que merecia do ex-Ministro Cristovam Buarque e do Ministro Gilberto Gil, que nem espera convite, mas se oferece para vir à Comissão, como fez hoje. Espero que o Ministro Tarso Genro nos dê a honra de comparecer pessoalmente a esta Comissão, que não mande representante.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, já foi dito aqui, inclusive pelo Senador José Jorge, que outros projetos no mesmo sentido foram discutidos, votados e aprovados nesta Comissão. Questiono se o projeto é legal e justo – a meu ver é justo e legal. Realmente as pessoas carentes não suportam pagar universidades particulares. Todos os dias somos assediados por alunos carentes em busca de bolsas de estudo. Levando em consideração que temos 60 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza e que os bem aquinhoados deste País foram altamente favorecidos ao longo dos quinhentos anos, como Senador da República, não tenho condição alguma de votar contra qualquer projeto que beneficie pessoas carentes. Portanto, considero a questão justa e oportuna. Voto favoravelmente e penso que devemos votar independente da opinião ou da audiência com o Ministro. Tenho opinião própria e penso que todos nós da Comissão a temos. A questão é relevante. O Brasil precisa proteger os carentes para não aumentarmos ainda mais a multidão de pobres e miseráveis do nosso País. Penso que o projeto deve ser votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, antes de V. Ex^a falar, quero dizer que havia pedido para fechar a porta, pensando que o barulho estava do lado de fora, mas é do lado de dentro. Então, solicito que abram a porta para ver se o barulho sai. V. Ex^a pode falar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, desde abril convidamos o Ministro para discutir essa relevante questão. S. Ex^a encaminhou um projeto que está aqui, foi discutido na Câmara e não era sobre a questão das vagas nas universidades públicas, mas sobre as vagas nas universidades privadas.

A Câmara criou uma comissão especial para discutir o assunto e houve até parecer do Relator. Ao invés de fazer um esforço para aprovar o projeto, utilizando a base do Governo, o Ministro editou uma medida provisória. Penso que S. Ex^a tinha dito que não faria isso por medida provisória, mas que faria por projeto de lei.

Então, ele está devendo uma explicação à Casa. Acho que convocar um Ministro, na realidade, não é falta de respeito; ao contrário, é uma questão regimental. Se desde abril o convidamos, e ele não veio, acho que o correto é que o convoquemos, mesmo com o esforço da Senadora Ideli Salvatti, que, imagino, tem muito mais prestígio do que V. Ex^a e eu também – justo, inclusive, porque ela é Líder do Governo, e o PT é o grande partido do Governo. Mas não acho justo que o Ministro não venha aqui. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, autor do requerimento.

Quero comunicar que o Ministro está na linha. De fato, V. Ex^a tinha razão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Vamos aguardar o seu telefonema. Eficiência da Líder.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador Juvêncio da Fonseca gostaria de falar mais alguma coisa?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Terça-feira é feriado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Presidente está recebendo a ligação do Ministro, confirmando a data.

Parabéns, Líder. Eficiência a toda prova.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos ouvir o Senador Juvêncio da Fonseca. Está retirado o requerimento de V. Ex^a

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, está retirado. Quero ressaltar aqui a eficiência da líder do governo, Senadora Ideli Salvatti que, a

boa hora, com rapidez, interferiu no processo e conseguiu a presença do Ministro. Vamos aguardá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, aprendi que toda vez que tiver que convidar um Ministro agora não peço mais para a Secretaria da Comissão, peço para a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Ex^a agora encontrou o caminho certo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes, porém, colocando um requerimento de convocação, senão não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, temos que compreender que este Ministro, o Ministro Tarso Genro, e muitos outros, estavam muito envolvidos nas campanhas eleitorais, certamente que eles ficavam muito mais ocupados nesse período do que em períodos anteriores. Sempre via os Ministros nas campanhas e certamente que aí o serviço do Ministério deve ter ficado com prioridade dois.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Senador Osmar Dias, primeiro, quanto às observações a respeito de envolvimento nas campanhas acho que todos têm envolvimento, todos sempre tiveram. Então, determinadas observações não ajudam.

Queremos dizer que temos a disposição de ajudar e de, todas as vezes que forem necessárias, contribuímos para que seja realizado o debate, o confronto das idéias, as proposições, da nossa parte, terá sempre ajuda.

Quero dizer que estava me causando muita estranheza o fato de o Ministro estar com relutância, até porque, nessa questão das universidades, da reforma universitária, da questão da reserva de vagas, o Governo Lula tem sido extremamente propositivo. Não há nenhum motivo para quem está com vários projetos apresentados, em andamento, com a iniciativa já tomada, não querer vir para fazer o debate. Acho que não quer vir fazer o debate quem não toma a iniciativa. Como a iniciativa já está tomada, já está em andamento, tenho certeza de que faremos mais uma belíssima audiência pública com a presença do Ministro.

Seria importante que pudéssemos ver algumas outras representações, talvez da Andes, da Andifes e de outras instituições ligadas ao ensino superior, para que pudessem também participar do evento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só que aí V. Ex^a tem que apresentar um outro requerimento, porque aquele era só para o Ministro.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Só para o Ministro. Nós podemos elaborar, não precisa ser deliberado hoje, não?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não.

Bem, então, nós vamos tirar o projeto de pauta para aguardar a presença do Ministro, se o Plenário concordar.

Senador Leonel Pavan, V.Exª é o relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, na verdade, nós reconhecemos que há intenção por parte do Governo em tentar achar uma solução para que as universidades possam ser usadas por todos. Nós reconhecemos que, pelo menos pelo discurso, pelo que nós estamos vendo pela imprensa, pela televisão, o Ministro de Educação tem demonstrado essa sensibilidade.

No entanto, como existem inúmeros projetos para serem discutidos, teremos que, com a maior urgência possível, tomar uma posição, porque nós somos cobrados nos nossos Estados, nas nossas cidades, de que não se toma nenhuma providência para garantir vagas para as pessoas mais citadas, os que têm menos oportunidades. No entanto, vão-se acumulando os projetos aqui em Brasília, vai-se avançando, e a Comissão de Educação não está avançando nesse sentido, em função de o próprio Ministro até agora não ter escolhido uma data para nos atender.

Mas eu quero contribuir, quero colaborar, não quero atrapalhar. Eu peço que seja retirado, então, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Retirado de pauta o item 7.

Nós vamos para o **item 8**:

Projeto de lei do Senado nº 520, de 2003, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Consciência Negra e dá outras providências. Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer favorável. Serão realizadas duas votações nominais para o projeto e para a emenda. A matéria constou da pauta da reunião do dia 23 e do dia 29, e nós passamos a palavra para a Senadora Ideli Salvatti apresentar o seu parecer.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, trata-se de um projeto da Senadora Serys Slhessarenko que institucionaliza algo que, na prática, já vem ocorrendo. Ou seja, o dia 20 de novembro já há muito tempo está incorporado ao calendário cívico nacional, onde nós temos, ao longo das últimas décadas, crescido em termos de manifestações de atividades culturais, de atividades ligadas ao resgate da condição de cidadania da população afrodescendente, que, arrancada do continente negro aos milhões, trazida à força para o nosso País, escravizada durante mais de três séculos,

contribuiu efetivamente com a construção do nosso País, mas ainda amarga condições sócio-econômicas e culturais extremamente desfavoráveis.

Então, institucionalizar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra é apenas oficializar algo que já está concretizado em nível das atividades ligadas a esse setor e todos aqueles que defendem a cidadania plena.

Então, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, louvando a iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, que, efetivamente... Quando tive a oportunidade de pegar a relatoria, me causou estranheza, porque, para nós, era algo que já estava institucionalizado, dada a crescente mobilização da comunidade afrodescendente e de todos aqueles que defendem a cidadania no Brasil com relação às comemorações e às atividades desta data.

Então, eu acho que nada mais justo do que oficializarmos como Dia Nacional da Consciência Negra o dia 20 de novembro, que, aliás, é o dia que resgata toda a saga de Zumbi, a importância do Quilombo de Palmares e do seu desaparecimento e o surgimento dessa grande liderança popular do nosso País.

Então, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V.Exª

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, primeiro, anuncio o meu voto favorável à proposição, com todos os méritos que ela tem.

Mas eu queria fazer – não é uma queixa – uma anotação. Eu apresentei há cinco anos um projeto que criava o Dia Nacional da Imigração Italiana. Por quê? Porque foi o braço operário italiano que veio substituir os escravos na abolição. E esse projeto rodou por aqui. O nosso companheiro Pedro Simon disse que só votaria a favor dele quando se instituísse o Dia Nacional da Imigração Libanesa. E eu sugeri a S. Exª que apresentasse o Dia Nacional da Imigração Libanesa, que eu votaria a favor. Acho que podíamos desarmar o projeto dos italianos e criar o Dia Nacional da Imigração Italiana, porque eles é que substituíram, numa imigração organizada pelo Imperador, pelo Império brasileiro, os escravos nas fazendas de café e no trabalho duro, mais pesado, que os brasileiros, àquela época, se recusavam a fazer.

De modo que nada mais justo que, junto com esse Dia Nacional do Afrodescendente, se institua também o Dia Nacional da Consciência do Imigrante Italiano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Camata, o projeto a que V. Ex^a fez referência está arquivado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Requererei o desarquivamento. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a pode apresentar novo projeto. Terei muito prazer em designar um Relator e colocar na pauta imediatamente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Todos votaram?

Está aprovado o projeto.

Pergunto se há algum voto diferente para a emenda?

Então, está aprovado o projeto e também está aprovada a emenda.

Item 9:

O Senador Aelton Freitas é o Relator. Autor: Senador Tião Viana.

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2004, que institui o Dia Nacional da Prevenção da Obesidade.

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Esse projeto, Senador, é de autoria do Senador Tião Viana, designando o Dia Nacional da Obesidade, que vai ser celebrado, anualmente, no dia 11 de outubro, com o objetivo de ressaltar a importância da prevenção da obesidade.

A lei em que o projeto se transformará entrará em vigor na data da sua promulgação.

Vem à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, não tendo recebido emendas durante o prazo regimental determinado para isso.

Não existem outras proposições sobre essa matéria em tramitação na Casa.

Análise.

Em sua justificação, o autor demonstra a importância da obesidade como um problema de saúde pública, cuja gravidade é crescente em várias partes do planeta e no Brasil.

Com dados fidedignos, que mostram que em nosso País a obesidade afeta não somente a população adulta, como também as crianças e adolescentes,

acarretando perdas consideráveis em qualidade de vida, produtividade e gastos sociais.

O Senador Tião Viana demonstra o quanto são urgentes e necessárias as iniciativas que conscientizem a população sobre a necessidade de prevenção à obesidade.

A instituição do Dia Nacional de Prevenção à obesidade é proposta como uma forma de informar e chamar a atenção da sociedade brasileira sobre a importância da adoção de hábitos alimentares e estímulos de vida saudáveis que concorram para a redução de crescentes índices de obesidade que vêm sendo demonstrados pelos pesquisadores e pelas autoridades sanitárias.

Além de muito minoritária, a proposição do nobre colega é constitucional, uma vez que a proteção à defesa da saúde é matéria sobre a qual a iniciativa de legislar é definida pela Constituição Federal como concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

Da mesma forma, não contradiz disposições da legislação infraconstitucional e não tem vícios de técnica legislativa.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Por mais curioso que possa parecer o título desse Projeto de Lei – Dia Nacional de Prevenção da Obesidade –, ele tem um valor social extremamente importante, porque temos que levar em consideração que a obesidade não ocorre exclusivamente por excesso de comer, ela também ocorre por comer mal.

Na verdade, a obesidade hoje aumenta consideravelmente nas camadas mais pobres da sociedade. Isso porque as pessoas comem mal. As pessoas não comem proteínas, vitaminas, alimentos nutritivos. Comem apenas aquilo que as satisfaz, que enche o seu estômago.

Eu me lembro de um caso ocorrido em um Estado da Federação, onde as pessoas foram levadas ao hospital depois de passarem mais de quarenta dias comendo jornal, bebendo água, sopa de jornal. Por quê? Porque o jornal, ao ser fervido, produzia um pouco de glicose, produzia alguma coisa que sustentava aquelas pessoas. Isso foi um escândalo há dez anos.

Hoje, quando estamos falando de obesidade, não estamos falando apenas daquele que tem o vício de comer muito e fica gordo porque come muito. Nós vamos ver, nas camadas mais pobres, que tem muita gente, lá no fim da linha da camada social, gorda, obesa, porque come o que não deve.

Eu acho que essa proposta do Senador Aelton Freitas pode despertar o interesse, especialmente dos meios de comunicação, das reportagens que precisam ser feitas a esse respeito, da iniciativa que alguns órgãos públicos têm que tomar, exatamente para que possamos discutir, pelo menos uma vez por ano, neste dia de prevenção contra a obesidade, essa questão. A obesidade hoje é um problema que aflige principalmente as nações mais desenvolvidas, mas que não deixa de estar presente nas nações menos desenvolvidas e mais pobres.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Eu compartilho de toda essa preocupação. Mas volto ao que falou o Senador Camata, ou seja, a gente faz para o africano, faz para o italiano.

Nós temos o dia do desnutrido no Brasil? Nós temos o dia para refletir sobre a fome no Brasil? Se vamos fazer do obeso, devemos fazer também do desnutrido. O Brasil está sendo hoje um exemplo para o mundo porque o Presidente lançou a campanha do Fome Zero. Mas nós queremos criar o dia do obeso antes de criar o dia de reflexão sobre por que o Brasil é um País onde há fome.

Essa é a minha preocupação e um recado para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Continua a discussão.

Não havendo quem queira discutir, vou fazer a chamada para a votação nominal.

Vamos começar esta votação pelo Senador Marco Maciel.

Como vota o Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, nada a opor. Espero chegar lá (Risos). Nenhum preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota a Senadora Ideli?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, acho até que, como uma ex-gorda, tenho o maior empenho no assunto. Acho que esse debate a respeito da obesidade é extremamente importante,

pelas conseqüências em termos de saúde pública e pela gravidade da situação. Acho que o Senador Hélio Costa lembrou muito bem que essa situação acaba atingindo de forma mais agressiva as populações de baixa renda em razão da alimentação errada.

O Senador Cristovam levantou uma questão importante. Acho que está aí o desafio. Vamos ver quem tem a iniciativa mais rápida para criar um dia para podermos debater a questão da fome. Como é possível, num País tão rico como o Brasil, termos um volume tão grande de pessoas que ainda passam fome?

Meu voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós começamos com o futuro e fomos para (inaudível).

Como vota o Senador João Capiberibe? (Pausa)

Como vota o Senador Aelton Freitas? (Pausa)

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Eu me abstenho.

Como vota a o Senador Hélio Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, eu quero votar a favor por causa daqueles que precisam de calorias e não por causa daqueles que têm excesso de calorias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Valdir Raupp? (Pausa.)

Como vota o Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) -- Eu concordo com o Senador Cristovam Buarque, mas votarei “sim” em solidariedade ao Senador Heráclito Fortes. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Papaléo Paes? (Pausa.)

Como vota o Senador Mário Calixto?

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB-RO) – Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Efraim?

Senador Jonas Pinheiro.

Senador Leonel Pavan.

Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Valdir Raupp.

Senador Jorge Bornhausen. Sim.

Aprovado, com abstenção do Senador Cristovam Buarque e um voto contra do senador Demóstenes.

Último item da pauta. Peço mais um pouco de paciência por parte dos Senadores.

Item nº 10:

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002, insere no art. 3º, I, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 91, “d”, para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais nas atividades voltadas aos alunos dos ensinos básicos, em escolas sem fins lucrativos. Autor é o Senador Luiz Pastores, Relator Senador Demóstenes Torres. Foi concedido vista ao Senador José Jorge na reunião do dia 29, que apresentou voto em separado, pela rejeição do projeto. A matéria constou da pauta dos dias 23 e 29.

Passo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, o Senador Luiz Pastore apresentou esse Projeto de Lei nº 262, o que visa? Inserir “d”, II, do art. 3º, da Lei nº 8.313, trocando em miúdos, ele quer que a Lei Rouanet possa também contemplar a participação de artistas plásticos locais e regionais nas atividades voltadas aos alunos dos ensinos básicos, em escolas sem fins lucrativos.

Analisando, vi que, primeiro, a priori estaria contemplado já na “c”, da própria Lei, instalação e manutenção de curso em caráter cultural ou artístico, destinado à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultural em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos.

Tendei aperfeiçoar a redação, ampliando de artistas plásticos para quaisquer artistas, colocando regionais e tirando locais, porque sendo regionais, naturalmente que é local, além de restringir a escolas públicas e não também sem fins lucrativos.

Senador José Jorge apresentou um voto em separado em que diz o seguinte, ele apresenta o art. 26, § 2º, da Lei nº 9.394, que é a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Essa Lei diz o seguinte: art. 26, § 2º: “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório dos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

A redação da alínea que proponho é participação de artistas regionais em projetos escolares que visem ao desenvolvimento artístico cultural de alunos e educação básica em escolas públicas. Aparentemente não teria contradição entre uma e outra redação, mas acontece que o Senador José Jorge tem razão. Somos o País das leis, se temos aqui uma forma genérica e todos que

fazem Direito sabem que a lei deve ser o máximo possível genérica, é uma das suas características, então, se temos uma lei que contempla genericamente, eu acho que não há necessidade de haver uma lei que, especificamente, contemple a mesma situação.

De sorte que vou retroagir do meu posicionamento e votar como vota o Senador José Jorge, para concluir que esse projeto já está incluído na Lei de Diretrizes e Bases. É claro que é uma outra lei, mas também há um princípio, uma lei diferente pode contemplar um item de outra lei. No caso da educação se ela possibilita que, de forma genérica, essa arte tenha que fazer parte da grade curricular de forma obrigatória, entendo realmente que não há necessidade dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos um problema regimental que é o seguinte: para votar o voto em separado do Senador José Jorge temos que rejeitar o parecer de V. Exª, a não ser que V. Exª retire o parecer e refaça acatando o voto em separado do Senador José Jorge.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres) – É o que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está bom. Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Cabe-me agradecer ao Senador Demóstenes, mas, na realidade, seria uma lei. Temos também que economizar no sentido de novas leis, isso tem custo, vai alterar a lei já existente, vai confundir a cabeça das pessoas.

Acredito que a idéia do projeto de levar os artistas às escolas é positiva, isso já é feito, já tem incentivo a isso, não há nada que proíba. Como o Senador leu, na LDB, § 2º, inclusive, fui o Relator, fui eu quem, na época, incluiu essa parte de o ensino da arte ser considerado como componente curricular obrigatório. Porque, no projeto que veio do Senado, o Relator na época não queria incluir nenhuma matéria obrigatória, no que em parte tinha razão. De qualquer maneira, incluímos. Então, isso já está previsto. Na própria lei que ele está querendo alterar, o Item 6 também já diz: instalação e manutenção de cursos, etc. Na realidade, seria um projeto inócuo, por isso o meu voto foi pela rejeição, o que foi aceito pelo Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação da seguinte forma: o Senador Demóstenes Torres acata o voto em separado do Senador José Jorge, que passa a valer como seu relatório, então.

Quem vota sim vota pela rejeição.

Vou fazer a chamada.

(Procede-se à votação nominal.)

Rejeitado o projeto e aprovado o parecer do Senador Demóstenes Torres.

Agradeço a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h30min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 1ª Reunião Extraordinária (Instalação) da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 19 De Outubro De 2004.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Edison Lobão, João Ribeiro, Eduardo Azevedo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Efraim Moraes, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparece à reunião a Deputada Luiza Erundina (PSB/SP). O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica as presenças na reunião de hoje, dos Senhores Rodrigo Rollemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia Eduardo Campos; Ingrid Sarti, Representante no Congresso Nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Professor Cylon Gonçalves da Silva, Secretário da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia e Leila Macedo Oda, Presidente da Associação Nacional de Biossegurança. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião destinada à **eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão**

Permanente de Ciência e Tecnologia. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente convida os Senadores Flávio Arns e Papaléo Paes para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para **Presidente: Senador Hélio Costa**, 05 (cinco) votos, para **Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca**, 05 (cinco) votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, proclama eleitos e empossados os Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Logo após, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Osmar Dias, concede a palavra ao Presidente e Vice-Presidente eleitos da Subcomissão, Senador Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca respectivamente. Finda a fala do Presidente e do Vice-Presidente eleitos, a palavra é concedida ao Secretário de Ciência e Tecnologia para a inclusão social do Ministério da Ciência e Tecnologia, Rodrigo Rollemberg. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª reunião da Comissão de Educação e a 1ª reunião da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa:

Para Presidente, Senador Hélio Costa; para Vice-Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as comissões partidárias.

Iniciaremos agora o processo de votação porque já temos **quorum**.

Não sem antes anunciar, para a honra da comissão, a presença da Deputada Luiza Erundina, de São Paulo, que está aqui para, exatamente, prestigiar a instalação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. E as presenças de Jacob Palis, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências; Professor Cylon Gonçalves da Silva, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Leila Oda, Presidente da Associação Nacional de Biossegurança; Ingrid Sarti, Representante, no Congresso, da SBPC.

Queremos lembrar que escolhemos a data de hoje para a instalação da Subcomissão, cuja proposta de criação foi fruto de uma proposição do Senador Hélio Costa, exatamente porque estamos na semana criada pelo decreto presidencial, que diz o seguinte:

“O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, a ser comemorada no mês de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Ciência e Tecnologia a coordenação das comemorações para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com a colaboração das entidades nacionais vinculadas ao setor.”

Então, neste ano, especificamente, a semana é de 18 a 24 de outubro. Portanto, escolhemos a data de hoje, dentro da Semana, para a instalação da nossa Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Também está presente Rodrigo Rollemberg, representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, que tinha confirmado a sua presença, mas, em função da notícia do nascimento do seu filho, ou da sua filha, não pôde estar presente: viajou ao seu Estado. Nós, evidentemente, entendemos a ausência do Ministro por essa razão tão especial. Mas ele está aqui representado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério.

Vamos proceder à votação.

Os Srs. Senadores podem apanhar a cédula na mesa e colocar na urna. Lembramos que essa eleição não tem segundo turno.

(Procede-se à votação)

Encerrada a votação, como os Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca são candidatos, convido os Senadores Papaléo Paes e Flávio Arns para fazerem a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

Com cinco votos apurados, está eleito o Senador Hélio Costa para Presidente e o Senador Juvêncio da Fonseca para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Antes de conceder a palavra ao Senador Hélio Costa, convido o Sr. Rodrigo Rollemberg, Secretário da Ciência e Tecnologia, que aqui representa o Ministro Eduardo Campos, para fazer parte da Mesa.

Com muita honra, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Ilustre Presidente, Senador Osmar Dias, ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, que acaba de ser eleito Vice-Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Srs e Srs. Senadores, Srª Deputada, senhoras e senhores, inicialmente cumprimento o representante do Ministro Eduardo Campos, Rodrigo Rollemberg, e também todos os presentes, em especial o Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Sr. Jacob Palis; o Prof. Cylon Gonçalves da Silva, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; a Srª Leila Macedo, Presidente da Associação Nacional de Biossegurança; a Srª Ingrid Sarti, representante do Conselho da SBPC, e a Deputada Luiza Erundina, já citada.

Sr. Presidente, sinto-me extremamente honrado por ter sido eleito Presidente desta Subcomissão neste momento. Evidentemente, em nome do Vice-Presidente eleito, Senador Juvêncio da Fonseca, agradeço a V. Exª pela atenção que deu à nossa proposição que visava criar uma Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que entendo ser o fórum ideal e natural para a discussão de grandes problemas nacionais e internacionais com repercussão em todos os níveis da sociedade.

Desde o começo do ano, aguardávamos a instalação dessa Subcomissão Permanente, que se destina a discutir esses assuntos. Nós a estamos instalando nesta Legislatura, mas continuará a funcionar na próxima. Evidentemente abrirá os espaços que se fazem necessários para a discussão, nesta Casa, dos temas que, principalmente neste momento, estão sensibilizando o Plenário do Senado da República, a Câmara dos Deputados e a sociedade como um todo.

Na semana passada, discutimos aqui e levamos a Plenário a lei de biossegurança. Fizemos inúmeras discussões, por meio de reuniões nesta Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, agora com a sua sucursal, sobre assuntos importantes, entre eles, evidentemente, a questão da utilização das células-tronco.

Discutimos aqui prolongadamente a questão relacionada com a biossegurança, e entendo que esses assuntos não se esgotam: estão sempre sendo renovados com o interesse da sociedade. Temos que estar permanentemente abertos para acompanhar, primeiro, os progressos da ciência, as posições que são

assumidas pelo Brasil em nível nacional e internacional. Entendo que um conjunto de Senadores e Senadoras aqui, nesta Subcomissão, poderá ajudar, sim, o Governo a tomar decisões, sobretudo levar à população como um todo uma posição do Congresso.

Hoje, por exemplo, estamos com a missão das Nações Unidas em Rezende iniciando um processo de inspeção das instalações onde temos o processamento de urânio enriquecido, do qual, certamente, o Brasil fará uso pacífico, com uma tecnologia que lhe é própria e que, com muito orgulho, se preserva de tornar pública, de forma a que possa resguardá-la para o País. Lamentavelmente, perdemos a oportunidade. Porque, se tivéssemos uma Subcomissão como esta, poderíamos ter feito uma grande discussão para esclarecer – primeiro, a população; posteriormente, até as entidades internacionais, porque o Brasil é um país pacífico, que sempre esteve de acordo com as normas internacionais de segurança atômica – que o Brasil não pode abrir mão da sua capacidade científica e criativa. Isso tudo é que nos leva a essa Subcomissão.

Senador Osmar Dias, preparei uma fala que gostaria que ficasse registrada, neste momento, como parte da Ata da nossa reunião de hoje. Gostaria que V. Ex^a me cedesse o espaço necessário para que pudesse fazer a apresentação deste documento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou conceder essa liberdade a V. Ex^a. Acabo de receber um telefonema do Ministro comunicando que está na maternidade e justificando mais uma vez – mas ele só está acompanhando – a ausência aqui.

Continua com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Evidentemente, quero estender meus cumprimentos ao papai do dia, se podemos identificar assim o ilustre Ministro Eduardo Campos.

Sr. Presidente, senhor representante do Ministro, senhoras e senhores presentes, esta semana especial, em que o País vive a instalação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia dentro da Comissão de Educação, se reveste de particular significação.

De fato, ciência e tecnologia são assuntos confinados a laboratórios e centros de pesquisa, mas cada vez mais se tornam parte integrante e indissociável do dia-a-dia de cada um de nós. Quer se queira, quer não, torna-se cada vez mais difícil – e até ao mais convicto tecnólogo – permanecer alheio às inovações técnico-científicas que invadem a nossa rotina, sob pena de se exilar, à margem da sociedade.

Se, para o indivíduo, a preocupação com questões científicas e tecnológicas tornou-se necessidade, para a nação, que não deseja ficar para trás na corrida pelo desenvolvimento, e por um espaço no cenário global-

izado atual, a questão tornou-se imperiosa, tornou-se impositiva.

A pesquisa científica e tecnológica apresenta-se, nos dias atuais, como uma ferramenta indispensável para o crescimento econômico. A globalização dos mercados obriga as economias nacionais a serem competitivas, e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras constitui o diferencial de fundamental importância. Em função disso, surge a necessidade de debater com profundidade as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico em nosso País.

O Senado Federal não poderia ficar alheio a esse quadro, que se desenha em proporções mundiais. Era preciso que esta Casa tivesse um foro especializado, para que, ao se debruçar sobre essas questões o fizesse com profundidade e com acerto.

A missão que cabe a esta Subcomissão é, portanto, de enorme importância para o desenvolvimento da Nação. Muito do que o Brasil fará e será nos próximos anos dependerá do que for debatido e decidido no âmbito desta nova Subcomissão. Temas como a preservação do patrimônio genético, as atividades espaciais, os projetos que envolvem tecnologia nuclear, a normatização de polêmicas e aspectos relacionados a tecnologia da informação, questões que envolvem biossegurança e ações de fomento e amparo à pesquisa serão alvo de importantes debates e deliberações neste foro especializado.

Estamos em um momento em que os limites da ética humana na área da biotecnologia estão sendo questionados e revistos. Somos pressionados pela sociedade a adotar um posicionamento, legislando sobre questões polêmicas, tais como o uso de células-tronco em pesquisas. Isso não poderia ser feito de qualquer maneira. A instalação desta Subcomissão é primordial para que esse debate ocorra da melhor maneira, visando a que cheguemos a uma solução adequada para a normatização da questão em âmbito nacional, sem que sejam ultrapassados, evidentemente, os limites que a sociedade estabelece.

Não é mais novidade o fato de que vivemos na sociedade da informação. Alvin Toffler já nos advertiu disso há mais de 20 anos. No entanto, ainda que prevenidos pelo Sr. Toffler, incessantemente somos surpreendidos pelos avanços que o desenvolvimento tecnológico coloca em nossas residências e mesmo em nossos bolsos a cada dia. Assim, *questões como novas formas de mídia, monitores de vídeo, transmissão de imagens via celular, entre outros, são assuntos que, recém-chegados ao nosso convívio social, demandam de nós a devida regulamentação legal.*

Esta Subcomissão terá de ter, portanto, a mesma celeridade de que se vale a indústria eletrônica ao

projetar os seus aparelhos, a fim de se manter *on-line* com a incansável sucessão de lançamentos de novas tecnologias.

A respeito da questão nuclear, quero ressaltar que o Brasil vive um momento de retomada, um novo momento. Nos dias de hoje – lembremos a recente crise do apagão –, a questão nuclear como fonte suplementar de energia é extremamente importante para a Nação. É preciso ressaltar que a ciência nuclear, geralmente associada a questões bélicas ou militares, possui inúmeras outras importantes aplicações da economia nacional. Por exemplo, a tecnologia que desenvolvemos nessa área nos permitiu utilizar recursos de irradiação no agronegócio, que hoje é uma das mais importantes fontes de divisa do País.

A medicina é outra área importante de aplicação dessa nova tecnologia. O Brasil já detém conhecimento de ponta para o enriquecimento de urânio e pretende, para um futuro próximo, enriquecer todo o urânio utilizado no País. No que depender desta Casa, pretendemos que esta Subcomissão tenha papel importante no apoio à consecução desta e de outras metas sempre destinadas ao uso pacífico do átomo.

Particularmente, em relação ao fomento e ao amparo à pesquisa, gostaria de lembrar as Sr^a e Sr^{as} Senadores e Deputados que se encontram em tramitação nesta Casa inúmeros projetos, mas, sobretudo, o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2003, que trata do assunto de maneira que dará condições às instituições privadas superiores de ensino no Brasil para distribuir, contribuir e desenvolverem a pesquisa científica.

Em países em desenvolvimento, o dilema de distribuir os limitados recursos nas políticas sociais e na pesquisa e produção científicas quase sempre se traduz em prejuízo para a pesquisa. Em relação a isso, o Brasil não constitui exceção. Ora, não há que se imaginar a pretensão de o Brasil vir a integrar o grupo de países desenvolvidos sem que se adote um programa de crescimento sócio-econômico alicerçado quer administrativamente, quer financeiramente, no desenvolvimento educacional e científico. Nenhum país do Primeiro Mundo chegou à posição em que está sem desenvolvimento científico.

Diante disso, qualquer modelo que trate a gestão pública com seriedade considera a pesquisa fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Assim, o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2003, institui uma fundação de pesquisa universitária mantida com recursos das entidades privadas e que se destinará a promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Neste momento, se encontra aguardando parecer do ilustre Senador Flávio Arns nesta Comissão.

Neste momento, de criação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia no âmbito da Comissão de Educação, cujo requerimento de criação é de minha autoria, eu quero registrar a minha imensa satisfação de estar aqui escolhido pelos meus companheiros para ser o Presidente. Era necessária a existência desse foro especializado para que várias questões de elevada significação para o País pudessem ter o seu espaço adequado para o debate e as deliberações.

Essas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as minhas palavras, sobretudo, de reconhecimento à sua liderança, à sua competência de fazer com que a nossa Comissão assumisse essa responsabilidade de criar a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e, certamente, de colocá-la inteiramente a serviço de uma causa nobre: a pesquisa nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Senador Hélio Costa, Presidente da Subcomissão.

Passo a palavra ao Vice-Presidente Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, meu Presidente Hélio Costa, Rodrigo Rollemberg, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, senhores e senhoras convidados, Senadores, inicialmente agradeço a indicação e a eleição como Vice-Presidente dessa Subcomissão de importância fundamental para a vida nacional, principalmente neste instante, em que estamos vivendo o limiar do nosso desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, quero também louvar a eleição de Hélio Costa para a Presidência. Hélio Costa é um Senador inteligente. Ele hoje lidera um segmento forte do Senado Federal e é um companheiro organizado, presente em todas as questões que se colocam aqui em nível nacional. A sua Presidência, tenho certeza, vai ser brilhante, vai trazer muitos frutos para que possamos, na verdade, caminhar na direção de contribuir decididamente para o desenvolvimento do País através da ciência e tecnologia.

Agradeço a indicação. Agradeço aos meus companheiros pela confiança e digo que estou como Vice-Presidente da Subcomissão para colaborar decididamente para que tenhamos um trabalho reconhecido e que atenda aos interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Passo a palavra ao Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Dr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Prezado Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação, prezado Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, prezado Senador Juvêncio da Fonseca, Vice-Presidente da Comissão, prezados Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Papaléo Paes, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valmir Amaral, Almeida Lima, Eduardo Azeredo e Edison Lobão, prezadas Senadoras Ideli Salvatti, Fátima Cleide, querida Deputada Luiza Erundina, prezado Dr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, Dr. Paulo Góes, Diretor da Academia Brasileira de Ciências, Dr^a Leila Oda, Presidente da Anbio, Dr. Cylon, Secretário de Políticas Estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr^a Ingrid, representando aqui a SBPC.

Trago um abraço afetuoso e um cumprimento caloroso do Ministro Eduardo Campos a todos os membros desta Comissão.

Como foi dito aqui pelo Presidente Osmar Dias, o nosso Ministro, que gostaria muito de estar aqui, não o está por um motivo nobre e belo. Mas existe um reconhecimento da importância da criação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

No momento em que o País está vivendo a Primeira Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, um marco numa política de difusão e popularização da ciência, a criação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia é o fato mais importante desta semana. Esse será certamente um ambiente privilegiado para os debates dos grandes temas de interesse nacional. Como foi dito aqui pelo Presidente Hélio Costa, um espaço privilegiado para a reflexão, o debate e a formulação de políticas de ciência e tecnologia, para o debate do Programa Nuclear Brasileiro, do Programa Espacial Brasileiro, da política de biossegurança, de como a ciência e a tecnologia podem contribuir para o desenvolvimento nacional e para a promoção da inclusão social.

Nesse sentido, quero agradecer, em nome do Ministro, ao Senado Federal pela recente aprovação da Lei de Biossegurança e manifestar a nossa confiança também na aprovação da Lei de Inovação, instrumento importante da interação da Universidade com as empresas e do desenvolvimento competitivo do nosso País.

Tenho convicção de que essa Subcomissão cumprirá o seu papel. E nós, do Ministério da Ciência e da Tecnologia, estaremos sempre prontos a contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Parabéns aos Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca e a todos os membros desta Subcomissão Permanente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Dr. Rodrigo.

Antes de encerrar esta primeira parte da reunião, gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Jacob Palis, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências, que está aqui para valorizar ainda mais as posses dos Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca e a criação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Igualmente agradecemos as presenças do professor Cylon Gonçalves da Silva, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; da Dr^a Leila Oda, Presidente da Associação Brasileira Nacional de Biossegurança; da Dr^a Ingrid Sarti, representante da SBPC; da Deputada Federal Luiza Erundina; do Sr. Rodrigo Rollemberg, que acaba de usar da palavra; e de todas as pessoas que vieram para prestigiar e valorizar a instalação da Subcomissão nesta semana.

Citarei três exemplos da importância da Ciência e Tecnologia para o País.

Nesses dias, uma pesquisadora tcheca foi homenageada pelo fato de ter criado uma tecnologia que permite o uso de bactérias fixadoras de nitrogênio em culturas oleaginosas, como, por exemplo, a soja.

Só este resultado do trabalho de uma pesquisadora, traz uma economia para o Brasil de US\$2 bilhões por ano em fertilizantes químicos, sem contar as consequências positivas para o meio ambiente que essa tecnologia criada para o Brasil por uma pesquisadora e sua equipe e que do Brasil foi espalhada pelo mundo, sem contar o aumento da produtividade da cultura da soja e do feijão, oleaginosas que dependem dessa bactéria, o rizóbio, para a fixação de nitrogênio.

Outro exemplo é, nos últimos dez anos, tivemos um aumento de safra de 120%, fruto da pesquisa científica, que incorporou novas técnicas e permitiu tal aumento, 20% do qual em função do aumento da área e 100% em função da incorporação de novas tecnologias. A Embrapa e tantas outras empresas de pesquisa, privadas e públicas, merecem todas as nossas homenagens, assim como todos os pesquisadores envolvidos nesse trabalho.

O terceiro foi o trabalho que a Comissão de Educação realizou, muito apoiada pelo Senador Edison Lobão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso nos permitiu praticamente fazer incorporar, nas outras três Comissões presididas naquela oportunidade pelo Senador Lobão, um projeto que apresentamos aqui, na Comissão de Educação, e que, aprovado, vai permitir a pesquisa com células-tronco, vai permitir a pesquisa com organismos geneticamente modificados.

Consideramos isso uma abertura e um avanço para o País. Acho que não poderia deixar de citar esses três exemplos neste momento em que estamos comemorando – e muito – a instalação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, confiando plenamente em que os Senadores Hélio Costa, autor do requerimento que inspirou a criação da nossa Subcomissão, e Juvêncio da Fonseca, com a dedicação que têm demonstração à Comissão de Educação, farão de tudo para que a Subcomissão seja uma forma de debate e de contribuição para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em nosso País.

Portanto, agradeço a todos os convidados pela presença; agradeço a todos os Senadores que colaboraram com a instalação desta Subcomissão. Desejo ao Senador Hélio Costa e ao Senador Juvêncio da Fonseca muito sucesso nessa missão que recebem da Comissão de Educação.

Lembro a todos de que teremos, em seguida a esta reunião, uma reunião deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h04min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 19 de Outubro De 2004.

Às onze horas e doze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Luiz Pontes, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Edison Lobão, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Sérgio Guerra, Leonel Pavan e Antero Paes de Barros. Justificam a ausência os Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Coíbe a utilização de mensagens

eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do autor. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eurípedes Camargo que, “Modifica o artigo 3º da Medida Provisória nº 2178-36, de 24 de agosto de 2001, para alterar a composição do Conselho de Alimentação Escolar e tornar obrigatória a capacitação de seus membros”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o parecer é pela rejeição. É concedido vista a Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do Artigo 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O Senhor Senador Hélio Costa pede a palavra, e requer, oralmente a inclusão extra-pauta, de requerimento de sua autoria. À inclusão do requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 93, Incisos I e II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado, para comparecer em audiência pública neste órgão técnico, a fim de discutir o Projeto de Lei do Senado nº 462 de 2003, de autoria do nobre Senador José Jorge, que ‘Altera o § 1º e o Inciso I do § 4º do artigo 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências (para regulamentar a educação à distância)’”, o Sr. Marcos Dantas, Secretário de Educação à Distância, vinculado ao Ministério da Educação, e outros especialistas e autoridades, no âmbito do ensino à distância”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria até a realização da audiência pública. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Hartung que, “Altera a Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O Senhor Senador Gerson Camata pede a palavra, e requer, oralmente a inclusão extra-pauta, de requerimento de sua autoria. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Informação**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que,

“Requeiro nos termos do disposto no artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministério das Comunicações, sobre a compatibilidade do Projeto nº 575, de 1999 com as novas normas de T.A.D. (HDTV)”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento de informação fica sobrestada a tramitação do projeto até a resposta do mesmo.

Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Altera o artigo 48 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir um prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. A matéria será submetida a Turno Suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador César Borges que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UNIFOESTE)”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Alberto Souza que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. A matéria será submetida a Turno Suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 16: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Requeiro, nos termos do art. 93, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2000, audiência pública com a presença do Sr. Humberto Costa, Ministro de Estado da Saúde”. O requerimento é aprovado. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Querência FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto**

de Decreto Legislativo nº 692, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 709, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Som Três Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a SESAL – Comunicação e Informática Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Champagnat para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Rotioner Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Icaraíma, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Nova Laranjeiras de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná”. O relator de-

signado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta – AMPCD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 810, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Ação Comunitária Canaã – SACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Marias, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Rainha da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Illicínea, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 900, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 902, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jofeco e Comunicação para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária do Bairro do Zumbi – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 851, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Co-

rupá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 872, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 756, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Trento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 774, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Reunidas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Capão da Canoa – ARCCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiuá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o proje-

to é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária – Rádio do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Golfinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza ao Centro Social Piedadense de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade dos Gerais, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Tijuco para o Desenvolvimento da Cultura, Educação, Esporte e Ação Comunitária para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia – DF (Nascente FM) a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 876, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Organização não Governamental Porão do Rock – Ong Porão do Rock a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras – GO – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceiras, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Desenvolvimento Comunitário e Social do Céu Azul – SODESCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ibipeba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibipeba, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Carioca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Coronel João Sá – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel João Sá, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2004**,

de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Campos Difusora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação E Cultura Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultura Cem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Vista Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Açurema “FM” de Itaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaíba, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Passira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passira, Estado de Pernambuco”. O relator de-

signado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 868, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 869, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bezerras, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Atividade de Sirinhaém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sirinhaém, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ibiranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Comunitária Paraíso FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Santa, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ma-

ter Dei para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vigia, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 905, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Centro – ASDECOBAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Taperoaense – ASCOMTAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taperoá, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 848, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Mirante Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 882,**

de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Pescadores São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Rico do Maranhão, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Yper FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iperó, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural do Jardim das Palmeiras-Sumaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV Stúdios de Jaú S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaú, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mauá, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Santa Cruz da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Edu-

ardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 837, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 028, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio O Povo Ltda., atualmente denominada Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Antônio Vidal de Oliveira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeré, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Alto do Bode a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Olinda a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crato, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Pro-Criança e Adolescente de Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 747, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Cariri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 753, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeré, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Ererê – AME a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ererê, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jaime Henrique Eugênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a ACESM – Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Russas, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusora Asa Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Cáceres Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 737, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa de Rádio e Televisão Lanhoso de Lima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 784, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Equatorial Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O

relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação ‘Ancilla Donini de Amparo Social e Cristão’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiuá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Show de Igarapava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cidadania Echaporã – ACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 778, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Assis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 783, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Liberdade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os se-

guintes itens: **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora de Belém para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 775, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 780, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampére, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística Amigos de Tamarana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamarana, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 790, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Balsa Nova Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Balsa Nova, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 798, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D’oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamante D’Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 800, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Ivaí,

Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Maringá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maringá, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência. Os Senhores Senadores Flávio Arns e Luiz Pontes pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2004 e Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2004. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003**; **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2004**; **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004**; **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003**; **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2004**; **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2004**; **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003** e **Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2004**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem: **Comunicado nº 01**: “Comunico aos Senhores Sena-

dores o recebimento da resposta do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antônio Palocci Filho, ao Requerimento de Informação nº 506/04, de autoria de Sua Excelência Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão, sobre a operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (EMBRATEL). Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. **Comunicado nº 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento das informações em complementação à resposta do Ministro de Estado da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, ao Requerimento de Informação nº 509/04, de autoria de Sua Excelência Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão, solicitando informações relacionadas à operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (EMBRATEL). Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. **Comunicado nº 03:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, ao Requerimento de Informação nº 510/04, de autoria de Sua Excelência Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão, solicitando informações relacionadas à operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (EMBRATEL). Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devolução da publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 36ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Temos 112 itens na pauta e vamos começar pelo Item 17, chamando o Senador Juvêncio da Fonseca para apresentar o seu parecer sobre os Itens 17, 18 e 19.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, sou Relator do Item nº 4, que diz respeito ao projeto de lei para regulamentar a educação a distância, e na reunião passada foi pedida vista coletiva.

Como ainda estou colhendo algumas modificações para melhor avaliar esse projeto, queria pedir o adiamento mais uma vez. Não estamos em condições de relatá-lo hoje de pronto para tirar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está pedindo para adiar. Fica retirado de pauta, atendendo à solicitação de V. Exª, o Item nº 4.

Para relatar os Itens nº 17, 18 e 19, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, os nossos pareceres são favoráveis. Eu destaco apenas o de nº 18, que é da Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB, na Cidade de Bonito, que o Brasil todo conhece, onde estarei amanhã fazendo uma palestra sobre Biossegurança e Transgênicos, justamente fruto desse trabalho das audiências públicas – e trabalho do Senado Federal –, que repercute no Brasil todo. Somos solicitados também a orientar o nosso povo sobre esses projetos.

Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Está em discussão.

Encerrada a discussão, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para relatar os Itens nº 20 a 24.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os pareceres dos Itens 20 a 24 são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Valdir Raupp, Item nº 34 ao Item nº 40.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável em todos os itens, gostaria de destacar o Item nº 36, que é a Rádio Comunitária de Capão da Canoa, no Rio Grande do Sul, coincidentemente cidade onde mora minha mãe e vários irmãos. Então, é com muita honra que relato esse projeto da cidade de Capão da Canoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Encerrada a discussão, passo a palavra à Senador Ideli Salvatti, para apresentar seu parecer sobre os Itens nº 31 a 33.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Item nº 31 é rádio cidade do município de Curupá, o Item nº 32 é Rádio Comunitária no município de Pinhalzinho e o Item nº 33 é Associação pelo desenvolvimento, Rádio Comunitária no município de

Lebon Regis, e o parecer para as três concessões é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Encerrada a discussão, passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para relatar o Item 41 e o Item 42.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Parecer favorável às rádios comunitárias das cidades de Piedado Gerais e Diamantina, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Encerrada a discussão, Senador Cristovam Buarque para relatar dos Itens 43 ao 45.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o voto em todos os três é pela aprovação para renovação das concessões e rádio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Edison Lobão, do Item 69 ao Item 72.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o Item 69 diz respeito à renovação da concessão da televisão Mirante LTDA., em São Luís, os demais itens até o nº 72 dizem respeito a rádios comunitárias. Em todos os casos o meu voto é pela aprovação em virtude de estarem os processos regularmente informados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Encerrada a discussão, Senador Luiz Pontes.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, também sou relator do Item nº 14, que não diz respeito à emissora de rádio, mas à criação de uma universidade na cidade de Bacabal. Pergunto a V. Ex^a se esse item será também apreciado?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vai ser apreciado logo após apreciarmos os processos de rádio.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Luiz Pontes, do Item 79 até 92, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LUIZ PONTES (PL – ES) – O nosso parecer é favorável aos Itens 79 até o 92. Gostaria de destacar o PDS 28, que aprova e renova a permissão outorgada à Rádio Povo Ltda, que apresentamos uma emenda de redação.

Fica aprovado o ato que se refere à Portaria nº 100, de 02 de junho de 1992, que renova por 10 anos, a partir de 08 de junho de 1989, a permissão outorgada à Empresa Jornalístico Povo S.A., outorgada originalmente à Rádio Povo Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Luiz Pontes.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Chamo o Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar do Item 94 até o Item 99.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, todos os projetos preencheram os requisitos legais, portanto estão em condições de serem aprovados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Transmito a presidência ao Presidente Hélio Costa, porque sou relator do Item 104 até o Item 112.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Então, para relatar os Itens 104 a 112 o Senador Osmar Dias, relator.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, todos os processos preencheram as formalidades legais e o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Passo a palavra novamente ao ilustre Presidente Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Agora, vamos voltar e, com um relator **ad hoc** em cada processo, relatar todos, porque como expliquei da outra vez, se não relatarmos hoje teremos que fazer tudo novamente, essa pasta inteira, todos esses documentos. Isso tem um custo, demanda tempo, a pauta vai trancar, vêm medidas provisórias e não vamos conseguir apreciar, e os concessionários vão ficar muito chateados com a Comissão de Educação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, o Item 5 trata de radiodifusão e eu sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos apreciar as concessões e retornamos à pauta pelo Item 1 até o Item 5.

Do Item 25 até o Item 27 tem como relator o Senador Aelton Freitas, mas como S. Ex^a não está presente nesse momento, solicito ao Senador Hélio Costa que faça o relatório *ad hoc*.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, favorável a todos os itens. São processos relativos às rádios comunitários das cidades de Córrego Danta*, Três Marias e Ilícínia*.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Solicito ao Senador Almeida Lima que substitua o Senador Marco Maciel, para relatar os Itens 28 a 30.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Item 28.

Trata-se de permissão à Fundação Educativa e Cultural LucyKeiser para a execução de serviços de radiodifusão na cidade de Carpina, Pernambuco. Opinamos pela aprovação.

Item 29. Também serviço de radiodifusão, Fundação Jofeco e Comunicação. Opinamos pela aprovação, é neste sentido o parecer.

Item 30. Autorização à Associação Cultural e Comunitária do Bairro do Zumbi, Pernambuco. O parecer é também pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Senador Juvêncio, para substituir o Senador Demóstenes Torres e relatar os Itens 46 e 47.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Os nossos pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Para substituir o Senador Sérgio Cabral, Senador Gerson Camata, do Item 48 até o Item 54.

Senador Gerson Camata, com a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 507, que autoriza a Associação Comunitária de Ibipeba a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ibipeba, e também do ato que autoriza a concessão da Radiodifusora Carioca, expressiva emissora do Estado do Rio de Janeiro, na continuidade de seus serviços de ondas médias.

O Decreto Legislativo 687, que aprova a Rádio Comunitária da Associação dos Amigos do Portal Alvorada, de Coronel João Sá, na Bahia.

E o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, que renova a concessão da Campos Difusora, na cidade

de Campos, emissora de ondas médias no Estado do Rio de Janeiro.

E também o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura Aliança a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Idêntico serviço comunitário na cidade de Volta Redonda.

Idêntico serviço comunitário na cidade do Rio de Janeiro.

Encerrando, os processos estão normais, atendem a todos os requisitos, e peço o voto favorável dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Do Item 55 ao Item 62 são todos rádios de Pernambuco. Peço ao Senador Cristovam Buarque para substituir o Senador José Jorge, já que são de Pernambuco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, quero pedir desculpas, mas estava conversando sobre os destinos da educação e me perdi na hora em que o senhor pediu. Mas assino embaixo dos pareceres do Senador José Jorge não apenas pela sabedoria pernambucana, mas pela velha amizade também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. São todos os pareceres favoráveis.

Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Do Item 63 ao Item 66 são todos processos relatados pelo Senador Duciomar Costa.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti para substituí-lo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, projetos que já foram examinados pela Câmara dos Deputados e que nesta Casa preencheram todos os requisitos formais e legais. Portanto, estão em condições de ser aprovados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Do Item 67 ao Item 68 são relatados pelo Senador Efraim Moraes. Solicito ao Senador Luiz Pontes que substitua o Senador Efraim Moraes.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE) – Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável aos Itens 67 e 68.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 73. Relator: Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que o substitua.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O nosso parecer é favorável, em homenagem ao meu companheiro e conterrâneo, Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 74 a 78, atendendo à solicitação da Senadora Lúcia Vânia. Senador Eduardo Azeredo para relatar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O parecer é favorável. São projetos de autorização para o Estado de São Paulo, da lavra da Senadora Lúcia Vânia. Cidades de Sumaré, Jaú, Mauá, Santa Cruz da Conceição e Monte Azul Paulista, todos no Estado de São Paulo. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca para substituir o Senador Jonas Pinheiro e relatar o item 93.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Do item 100 a 103, para substituir o Senador Teotônio Vilela Filho, solicito ao Senador Garibaldi Alves que faça o relatório *ad hoc*.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, qual é o item e a página?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Do item 100 até o item 103, todos têm como relator o Senador Teotônio Vilela.

São os últimos itens que vamos apreciar nesta fase. Depois voltamos, então, para o item 1 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, só pediria – não sei se é possível neste momento –, como extrapauta, incluir a rádio que o secretário está mostrando a V. Ex^a neste momento, Rádio Prisma.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário. V. Ex^a está atendido. Passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Cidadania Echaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo.

A nossa conclusão, tendo em vista o exame da documentação, é que o projeto merece a nossa aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável e igual para todos os outros itens, não é?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa).

Antes, passo a palavra ao Senador Flávio Arns para relatar um pedido que fez de inclusão na pauta da permissão à Prisma Engenharia de Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Antonina.

Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Senador Almeida Lima, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, pelo que entendi, V. Ex^a está retornando ao item 1 por não se tratar de radiodifusão?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É, encerramos todos de radiodifusão e vamos...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Quero insistir que o item 5 da pauta é radiodifusão, e sou o relator. Foi o requerimento anterior, que pretendi fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas há uma diferença: o que votamos são decretos legislativos, esse é um projeto de lei do Senado e ele tem uma tramitação diferente dos decretos legislativos. Vou fazer a chamada para a votação dos decretos legislativos que acabamos de apreciar, e depois voltamos ao item 1 da pauta.

(Procede-se à votação nominal.)

Consulto sobre a emenda. Os votos são os mesmos, então todos foram aprovados, incluindo as emendas.

Vou chamar, então, para relatar o item 1 da pauta. Infelizmente, o Senador Duciomar Costa não está presente, então vamos ter que adiar a votação do item 1.

O Senador Papaléo Paes vai relatar o item 2. É o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2003, que coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica. O autor é o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, lamentavelmente, eu só tomei conhecimento do substitutivo do ilustre Senador Papaléo Paes hoje, ao chegar à Comissão. Eu pediria, então, a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, que o substitutivo fosse retirado de pauta para que eu possa analisar a proposta de V. Ex^a e, certamente, até concordar com ela.

Vejo que, na questão dos **spams**, V. Ex^a se preocupa especificamente com a questão dos **spams** pelo telefone, uma das razões pelas quais V. Ex^a fez o seu substitutivo, e a dilatação do prazo para entrada em vigor do procedimento. Mas, ainda assim, eu gostaria não só de ler a sua proposição, como de sentar com V. Ex^a e discutir as sugestões que V. Ex^a fez.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Senador Papaléo Paes concordar – sendo o Relator da matéria –, nós poderemos atender.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, estou de acordo com a proposta do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Papaléo Paes.

Retiramos da pauta o item 2 e passamos ao item 3 – o Senador Almeida Lima é o Relator –, que modifica o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, que modifica o art. 3º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para alterar a composição do Conselho de Alimentação Escolar e tornar obrigatória a capacitação dos seus membros.

Autor: Senador Eurípedes Camargo.

O parecer do Senador Almeida Lima é pela rejeição.

Com a palavra, o Relator, Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que modifica a composição do Conselho de Alimentação Escolar e torna obrigatória a capacitação dos seus membros.

O art. 1º do PLS nº 513, de 2003, altera o art. 3º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, retirando do CAE o representante do Poder Executivo e incluindo dois representantes dos funcionários da rede escolar encarregados do planejamento dos cardápios e do preparo dos alimentos, indicados pelo respectivo órgão de classe. Reduz, ainda, de 2 para 1, o número de representantes dos professores indicados pelo respectivo órgão de classe.

No § 8º do mesmo art. 3º, a proposição passa a exigir que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

além da infra-estrutura necessária à plena execução das competências do Conselho, também garantam a capacitação inicial e continuada para todos os membros do Conselho.

O art. 2º do Projeto estabelece que a Lei entrará em vigor na data da sua publicação, mas garante o tempo dos mandatos dos membros dos Conselhos a que se refere o §3º do art. 3º da Medida Provisória referida. Como justificção, o Senador alega que o Projeto visa a reduzir as atuais limitações do CAE.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 513, de 2003, que será apreciado em caráter terminativo por esta Comissão de Educação.

Análise.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar vem cumprindo importante papel no contexto social do País por meio da garantia de recursos financeiros, para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência na escola.

Após várias experiências de gestão centralizada e descentralizada, o Programa adquiriu nova fase em 1999, caracterizada principalmente pela transferência automática dos recursos financeiros e pela criação dos Conselhos de Alimentação Escolar. Os referidos Conselhos foram instituídos com a finalidade de criar as condições necessárias para que, com a participação da sociedade, os recursos do PNAE sejam direcionados para os seus objetivos. A participação ativa da sociedade civil contribui para a diminuição dos desvios de verbas e a conseqüente redução da corrupção, ao propiciar maior visibilidade dos casos de má aplicação do dinheiro público. Os Conselhos também são indispensáveis na identificação de problemas, na qualidade da alimentação escolar ou de eventuais superfaturamentos de preços dos produtos adquiridos com os recursos do PNAE.

A inclusão, entre os membros do Conselho, dos profissionais responsáveis pela organização dos cardápios e pela elaboração dos alimentos, como previsto no projeto em exame, pode garantir a efetiva qualidade da merenda oferecida aos alunos. Vale lembrar que os cardápios da merenda escolar vêm sendo elaborados por nutricionistas capacitados, de acordo com os hábitos alimentares e a vocação agrícola de cada localidade. Da mesma forma, a exigência da capacitação de todos os membros do conselho também assegurará melhores condições para que o conselho cumpra o seu papel na fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos do programa.

A retirada do representante do Poder Executivo da composição por sua vez resolve a distorção apontada pelo Aviso nº 9, de 2003, do Tribunal de Contas da União, e evita a manipulação do colegiado. Entretanto,

de acordo com o art. 2º da Emenda à Constituição nº 32, de setembro de 2001, as medidas provisórias editadas em data anterior à publicação da emenda somente poderão ser alteradas mediante revogação por outra medida provisória ou mediante deliberação definitiva do Congresso Nacional, seja para convertê-las em lei, seja para rejeitá-las.

“Art. 2º – As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

A alteração por lei de dispositivo de medida provisória pendente de apreciação pode produzir problemas legais de difícil superação como a vigência, de forma isolada, de artigo de medida provisória que seja rejeitada pelo Congresso, ainda que a eficácia desse artigo dependa dos demais dispositivos que foram rejeitados. Além disso, a hipótese de tramitação conjunta de projeto de lei e medida provisória também poderia provocar desordem processual por abrir a possibilidade de serem apresentados inúmeros projetos alterando pontos específicos de determinada medida provisória sendo apreciados simultaneamente nas duas Casas sem o mínimo de disciplina.

Dessa forma, mesmo considerando que o conteúdo do PLS nº 513, de 2003, apresenta elementos que contribuem para aperfeiçoar o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar e assim melhorar o desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o vício de inconstitucionalidade da proposição impede a sua admissão.

O voto, Sr. Presidente, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003.

É o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – (Inaudível).

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Ideli Salvatti pediu a palavra antes; depois, o Senador Flávio Arns.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o projeto de autoria do Senador Eurípedes Camargo é absolutamente relevante porque aprimora a composição dos conselhos que tratam do Programa Nacional de Alimentação Escolar, da nossa tão importante merenda escolar e da sua fiscalização no sentido da boa aplicação dos recursos e da qualidade da merenda servida nas nossas escolas.

As questões levantadas pelo relator no sentido dos problemas de inconstitucionalidade da alteração acabam trazendo-nos uma discussão extremamente relevante. Eu estava aqui inclusive consultando a assessoria sobre como podemos ter medidas provisórias de 2001 ainda em vigor, sem deliberação, e que trazem assuntos importantes como esse, até porque a iniciativa do Senador Eurípedes se deu exatamente motivada pelo parecer do Aviso nº 9, do Tribunal de Contas da União, que emitiu um relatório de avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em que aquele tribunal identificou as irregularidades e, baseado neste estudo, o Senador Eurípedes Camargo apresentou as alterações necessárias para a transformação dos conselhos.

Assim, como temos que resolver problemas legais, ou seja, como podemos alterar algo que, por medida provisória não deliberada, continua em vigor e o problema existe, precisamos fazer a alteração devida, eu queria pedir vista do projeto para que possamos encontrar uma saída, tendo em vista que até o próprio relator concorda que o mérito é absolutamente relevante, que o projeto tem razão de ser, ou seja, as alterações propostas pelo Senador Eurípedes Camargo são, em termos de mérito, passíveis de aprovação, mas temos que resolver o problema legal.

Portanto, estamos pedindo vista para poder tentar encontrar uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer foi pela rejeição, a Senadora Ideli Salvatti pediu vista, e consulto o Senador Flávio Arns se ainda deseja usar da palavra. Não? S. Exª dispensou o uso da palavra.

Assim, concedido vista por cinco dias.

Quanto ao item 4, o Senador Valdir Raupp pediu que fosse retirado de pauta, mas o Senador Hélio Costa tem um requerimento para apresentar. Portanto, passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exª, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para comparecer em audiência pública neste órgão técnico, a fim de discutir o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, de autoria do nobre Senador José Jorge, que altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências, para regulamentar a educação a distância.

A minha proposta, que, na realidade, está sendo até alterada neste momento, é para chamar, a fim de participar de uma audiência pública sobre essa questão, o Sr. Marcos Dantas, Secretário de Educação a Distância, vinculado ao Ministério da Educação

e outros especialistas e autoridades no âmbito do ensino a distância.

É muito importante a questão do ensino a distância, até porque é uma inovação, por meio da Internet, em que nós podemos, na realidade, fazer um uso extraordinário, mas é um assunto que precisa ser amplamente discutido, para que não possamos abrir um espaço no Brasil para centenas, milhares de organizações internacionais, que estarão praticamente em condições de disputar o mercado brasileiro. Precisamos preservar, de certo modo, o mercado brasileiro nesse sentido.

Por essa razão, apresento esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o requerimento, lembrando que, aprovado o requerimento, fica a matéria adiada até que se faça a audiência pública. Se o requerimento de audiência pública for aprovado, será necessária a audiência pública antes da votação do projeto, que tem o parecer do Senador Valdir Raupp, que já havia solicitado o adiamento da votação.

Em discussão o requerimento do Senador Hélio Costa.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

O item 5, Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, altera a Lei nº 9.612, de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária. Autor, Senador Paulo Hartung; Relator, Senador Almeida Lima. Parecer favorável, com a emenda oferecida.

Serão realizadas duas votações nominais para o projeto e para a emenda. Foi realizada a audiência pública para instruir o projeto, em 6/6/2001.

A matéria constou da pauta na reunião do dia 29/6/2004. Esse é um projeto, portanto, que está tramitando aqui há muito tempo.

Passo a palavra ao Senador Almeida Lima, que é o Relator da matéria.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, chega a esta Comissão, para decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária.

O projeto altera as redações dos arts. 1º e 5º, bem como do § 5º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998, com o objetivo de:

a) ampliar o escopo da radiodifusão comunitária, restrita à difusão sonora, passando a contemplar também a radiodifusão de sons e imagens, televisão portanto;

b) determinar a designação de, pelo menos, dois canais para operação do serviço ou na faixa VHF e outro na UHF, e

c) especificar que as manifestações de apoio ao serviço por determinadas entidades sejam concedidas por associações representativas da comunidade envolvida em decisão ratificada pela maioria dos associados.

Além disso, o projeto acrescenta artigo à mencionada lei com o propósito de conceder outorga de autorização em caráter precário por, no máximo, dois anos a todas as entidades que se encontravam em atividade na data de publicação da Lei nº 9.612, de 1998.

Por fim, concede anistia limitada às consequências administrativas às pessoas e entidades que vinham prestando serviço de natureza comunitária anteriormente à edição da lei e especifica ficarem ressalvadas as eventuais reparações civis por danos que a operação tenha causado a terceiros, determinando que se proceda à devolução de equipamentos que tenham sido apreendidos em função do exercício do poder de polícia por órgãos ou entidades públicos.

A proposição já foi examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em que foi aprovado parecer favorável apresentado pela Senadora Emilia Fernandes. Mediante aprovação de requerimento apresentado pelo Senador Aelton Freitas, a proposição foi encaminhada ao Conselho de Comunicação Social. Aquele colegiado apresentou seus subsídios à discussão da matéria por meio de parecer acostado aos autos. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise: preliminarmente cumpre observar que a proposição legislativa em exame encontra-se em conformidade com o disposto no art. 22, inciso IV, no art. 48, inciso XII, e no art. 61, todos da Constituição da República.

No tocante ao mérito, entendemos que a proposição está a merecer encaminhamento favorável por parte desta Comissão. Ao estender o escopo da radiodifusão comunitária para o serviço de televisão, o projeto resgata a idéia inicial presente nos primeiros projetos de lei apresentados sobre a matéria, mas que foi abandonada, restringindo o serviço a radiodifusão sonora em frequência modulada.

Além disso, a medida possui outros méritos, bem destacados nas pertinentes observações da Senadora

Emília Fernandes no parecer oferecido à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a presente matéria, o qual passo a ler:

“Ao preceituar que o serviço de radiodifusão comunitária possa também ser executado na modalidade televisão, o projeto de lei em exame reconhece a importância desse veículo para a democratização da comunicação. A proliferação, sem precedentes, de canais de televisão por satélite, cabo e microondas permite uma diversificação das fontes de comunicação, abrindo o leque de opções de programação possibilitada pela entrada no mercado de novos produtos de mensagens. Tendem, assim, a deslocar, pelo menos teoricamente, o eixo dos programas dos canais de televisão no País.”

Não temos dúvida de que também os canais de baixa potência representarão experiências inestimáveis da sempre desejável ampliação do acesso à televisão. Por um lado, permitirão adequar o produto às exigências do seu público receptor específico e deixar de lado o discurso baseado na massificação tradicionalmente usado pelas emissoras comerciais. De outra parte, o telespectador poderá se transformar de agente passivo da comunicação televisiva em público participante em público participante e interativo de uma programação produzida em atendimento a seus interesses mais específicos.

Outra medida de grande relevância contida na proposição em exame diz respeito ao estabelecimento de uma regra de transição que retire da clandestinidade as milhares de emissoras comunitárias já que estavam em funcionamento por oportunidade da edição da Lei nº 9.612, de 1998.

Quanto a essa questão não será demasiado relembrar que, de acordo com estudo na Câmara dos Deputados, estima-se que, em 1997, no ano anterior à promulgação da mencionada norma, existiam cerca de cinco mil emissoras deste tipo em operação no Brasil. Em dezembro de 2002, segundo dados do Ministério das Comunicações, havia 7.366 pedidos de autorização protocolados naquela Pasta, mas apenas 1.707 haviam sido deferidos.

Já o Banco de Dados do Senado Federal informa que, dos atos de outorga expedidos, apenas 565 já foram apreciados pelo Congresso Nacional. Em outros termos, apenas uma fração da demanda existente por autorizações de funcionamento de rádios comunitárias foi atendida até o momento. Como resultado e ante o silêncio da Lei de Radiodifusão Comunitária a esse respeito, tais rádios permaneceram na clandestinidade, condição em que são alvo de processos judiciais e administrativos em que se busca a interrupção de seu funcionamento.

Dá a imperiosa necessidade de que seja aprovada a proposta de outorga de autorização precária a todas as entidades que estavam em funcionamento na data da publicação da Lei nº 9.612, de 1998, por, no máximo, dois anos contados da data de publicação da proposição.

No mesmo sentido, parece-nos pertinente a concessão de anistia às pessoas e entidades que vinham prestando serviços de natureza comunitária sem autorização, desde que ressalvadas as eventuais reparações civis por danos que a operação tenham causado a terceiros, como, por exemplo, interferências prejudiciais em outros serviços de telecomunicações devidamente autorizados.

No que tange às contribuições oferecidas pelo Conselho de Comunicação Social que apontam para a necessidade maior de discussão do tema, entendemos que a aprovação do projeto não compromete os esforços desenvolvidos por aquele Colegiado tampouco pelas Comissões Temáticas do Senado no sentido de estabelecer debate permanente sobre o tema.

Não obstante, em que pesem os inegáveis méritos da proposição que recomendam sua aprovação, parece-nos que o projeto carece de ajuste porque se refere à técnica legislativa. Para tanto, sugerimos emenda de redação sem que se promova, com isso, qualquer alteração em sua substância.

Em vista do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do PLS nº 575, de 1999, com emenda de redação que apresentamos.

EMENDA

Renumerem-se os artigos 2º e 3º do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, como artigos 3º e 4º, respectivamente, ficando os dispositivos assim redigidos:

Art. 3º. É concedida anistia às entidades, associações de pessoas físicas ou jurídicas que exploravam radiodifusão de natureza comunitária desprovidos de autorização, ressalvados os direitos de reparação civil por danos eventualmente causados a terceiros pela operação irregular.

§ 1º Os equipamentos eventualmente apreendidos em razão do exercício do poder de polícia de órgãos ou entidades públicos deverão ser devolvidos aos seus proprietários alcançados pela anistia de que trata este artigo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, não será indenizável o ato de autoridade pública que tenha dado outra destinação aos bens apreendidos, desde que o ato tenha observado os requisitos legais vigentes até a data da publicação desta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

Lembro-lhes que este projeto é terminativo. Sendo aprovado aqui, ele irá para a Câmara dos Deputados. São os Deputados que decidirão sobre o futuro do projeto.

Quero apenas fazer não uma correção, mas uma observação. Assumi a Presidência da Comissão de Educação em fevereiro de 2003. De fevereiro de 2003 até hoje, em que pese a impossibilidade de votarmos os projetos terminativos em uma boa fase deste ano em função das medidas provisórias, já aprovamos mais de 1.500 processos de rádios comunitárias. Não foram mais de 500, porém mais de 1.500 entre o ano passado e este. Há outro tanto desses na Câmara dos Deputados que virão para cá. Estou falando de rádio comunitária. Foram mais de 1.500 projetos já autorizados.

O Senador Hélio Costa havia pedido a palavra pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, a princípio, pedi a palavra pela ordem porque tinha e continuo tendo a intenção de pedir vistas do projeto, mas preferiria fazê-lo ao final da discussão porque entendo que valeria à pena termos a oportunidade de amplamente discutir essa questão, que me parece totalmente fora de propósito.

Desculpe-me colocar nesses termos, mas há aqui uma interpretação totalmente equivocada das mídias que estão em questão. Não se pode fazer uma comparação do que se faz com rádios comunitárias e televisões comunitárias. A idéia da televisão comunitária está, na realidade, atendida no instante em que foi estabelecido o critério para se colocar em funcionamento no País inteiro a tevê educativa.

O que é a tevê educativa? É a abertura que se dá a entidades, principalmente educacionais, por força de lei, para que se tenha, numa comunidade uma televisão, que não é comercial, não foi disputada em nível de Ministério das Comunicações com edital, evidentemente submetida a um preço exorbitante que hoje estão as emissoras de tevê comerciais. Dá-se à comunidade a oportunidade de, com a tevê educativa, suprir uma lacuna, que seria o áudio-visual, ou seja, a força da comunicação áudio-visual na comunidade.

Agora, querer transformar o projeto de rádios comunitárias, que também têm por objetivo chegar às cidades mais longínquas do interior do País, que não têm nenhum canal para fazer a interação da comunidade, como uma proposta de tevê comunitária, considero totalmente equivocado, porque as mídias são totalmente diferentes. A televisão não é uma extensão

do rádio. Ela é uma outra mídia. O rádio tem uma extraordinária capacidade de penetração, é uma mídia “fácil” hoje, com a moderna tecnologia de se montar, especialmente no que diz respeito à rádio comunitária, a uma pequena comunidade.

Por isso, ela é chamada de rádio comunitária. Ela pode ter, no máximo, 50 watts de potência; ela não pode ter mais do que isso. Quer dizer, a partir do ponto em que estiver o transmissor da rádio comunitária, não se conseguiria ouvi-la por mais de, no máximo, um quilômetro. Essa é uma rádio comunitária, esta é a sua intenção: dar um instrumento de interação à comunidade, não é fazer, inclusive o que está acontecendo em vários lugares, em várias cidades, onde uma pequena emissora de rádio se transforma num instrumento político.

Se fizermos isso com a televisão, que é um formidável veículo de comunicação, define posições e assume uma posição, dentro de uma pequena comunidade, uma emissora de televisão pode ser rigorosamente senhora de todas as razões.

Então, não pode ser uma coisa tão simples. A idéia da tevê comunitária está atendida com a tevê educativa, porque esta tem que seguir a determinados parâmetros. Ou seja, ela tem que, em primeiro lugar, ser destinada a uma contribuição educativa. Por isso, a Lei diz que, sobretudo, as universidades, as instituições de ensino, têm prioridade na implantação da tevê educativa.

Ainda assim, tenho um exemplo em Minas Gerais. Há uma cidade que se chama Ouro Preto, com uma das mais tradicionais faculdades e universidades do Brasil, de renome internacional, e, no entanto, quem é que tem a emissora de tevê educativa de Ouro Preto? Uma instituição particular de Belo Horizonte, que não tem nada a ver com aquela cidade. Não se sabe como é que isso foi aprovado, não se sabe nem como é que isso chegou a esse ponto.

Quer dizer, há uma universidade federal, que deveria ter todo o direito de ter uma tevê, para fazer uma interação dentro da comunidade de Ouro Preto, que é uma cidade histórica, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, e, de repente, uma instituição particular é que tem a emissora de tevê. E onde é que está essa instituição particular? Baseada em Belo Horizonte. Ora, pelo amor de Deus! São incoerências dessa natureza que não podem passar a toque de caixa pelo Congresso.

Sobretudo nesse caso específico que V. Ex^a coloca como emenda, pedindo anistia para as emissoras de rádio que entraram no ar sem autorização, que certamente foram retiradas por força de lei, não posso também concordar, porque a anistia tem que ser es-

tudada caso a caso, pois não podemos anistiar todo mundo que ficou acima da Lei.

Quer dizer, o cidadão se julgou no direito de comprar um transmissor, colocar uma emissora de rádio em qualquer lugar, fez um carnaval com aquela pequena emissora de rádio, foi tirado do ar por força de Lei, porque a Polícia Federal foi lá e a Justiça mandou tirar, e agora vou anistiar? O mesmo acontece com as TVs Educativas, que têm a obrigação de apresentar uma planilha, uma grade de programação voltada à educação e que em muitos lugares são simplesmente usados como instrumentos políticos, todos sabemos disso. Então, essa proposta da TV Educativa, no mínimo – se ninguém pedir vista, eu vou pedir ao final desta discussão – , tem que passar por uma audiência pública, temos que trazer aqui os Senadores e as Senadoras, temos que trazer autoridades nesse sentido, de discutir essa questão, porque, sobretudo, ainda há o fato de que estamos entrando numa área que está toda ela regulamentada pelo Ministério das Comunicações, está toda regulamentada pela Anatel. Para abrir um canal de televisão numa cidade não é simplesmente comprar o equipamento e conceder o canal. Tem que fazer um estudo profundo da viabilização. Isso seria possível na medida em que fizéssemos a implantação da TV digital. Porque se vai transformar um espaço em que cabem dois canais em VHF, era um espaço onde se pode colocar vinte canais digitalmente. Tudo bem. Mas enquanto não tivermos a inclusão digital, enquanto a TV digital não for implantada no País, não há a menor chance, porque, inclusive, começa-se a criar a TV de primeira qualidade e a TV de segunda qualidade. A TV de primeira qualidade é aquela que está no sistema VHF, todo o mundo pode pegar. A TV UHF já passou a ser uma TV de segunda classe, quer dizer, tem que haver uma antena especial para poder pegar a TV em VHF. Isso tudo tem que ser muito discutido, Senador, razão pela qual, desculpe-me V. Ex^a, sou totalmente contrário a essa proposição, tenho certeza de que o Senador Paulo Hartung, se estivesse aqui, estaria revendo sua posição, principalmente hoje como Governador de um Estado importante como o Espírito Santo, mas, não estando aqui, o PLS 575 fica prejudicado, porque não se fez em torno dele uma grande discussão sobre essa questão. Não podemos confundir as mídias: rádio é rádio, televisão é televisão, cinema é cinema, e assim por diante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Senador Gerson Camata, gostaria de fazer apenas uma observação. O Senador Hélio Costa falou que as TVs Educativas é que têm esse papel comunitário. Mas há vários Estados em que TVs

Educativas estão sendo utilizadas como instrumento político. Em meu Estado, o Governador utiliza intensamente a TV Educativa para fazer campanha para seus candidatos. Então, acho que também a Comissão de Educação tem que discutir este assunto com profundidade, porque inclusive há um processo no Tribunal Regional Eleitoral no Estado chamando atenção para o uso político da TV Educativa do Estado do Paraná, que tem sido feito de forma afrontosa. Então, acho que vamos ter que debater esse assunto aqui também oportunamente.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Relator pediu pela ordem?

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim, Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Apenas para um esclarecimento. Há sobre a mesa algum requerimento de pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ainda não. Está em discussão a matéria. Estamos passando a palavra ao Senador Gerson Camata na sequência da discussão do processo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo por onde terminou o Presidente. O problema das TVs Educativas tem que ser rediscutido aqui nesta Comissão e até regulamentado, porque há sempre uma tendência de regulamentar a programação das TVs privadas. Isso é função dos programadores lá das TVs privadas. Temos que regulamentar as públicas. Recentemente, a Justiça Eleitoral do Espírito Santo tirou do ar a TV Educativa daquele Estado. Por quê? Ela transmite as sessões da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, e os Deputados candidatos a Prefeitos começaram a pedir votos e a fazer programação política usando a sessão da Assembleia, que era transmitida para os Municípios onde esses Deputados atuam. Por isso foi tirada do ar a TV Educativa do Espírito Santo. De modo que ela é educativa, então temos que, realmente V. Ex^a tem razão, de regulamentar o assunto. E vou dizendo mais, secundando o que disse aqui nosso companheiro Hélio Costa, que é do ramo, entende e sua exposição foi cabal nesse ponto de vista, dizendo que nas TVs a cabo hoje tem duas estações que não são utilizadas: a TV Universitária é obrigada, e fica no ar *aquele slide* o tempo todo porque ninguém vai lá utilizar, muitas universidades não utilizam. E a TV Comunitária. Vejo no Espírito Santo, a NET lá, que tem a TV a cabo, tem a

TV Comunitária, e raramente aparece lá um programa porque ninguém se interessou em utilizá-lo. Então, há lá dois canais que estão lá à disposição nos cabos e que ninguém utiliza.

Primeiro, o mérito do projeto: o projeto é interessante, avançado, foi um Senador muito atuante, está sendo um grande governador do Espírito Santo, e relatar contra um projeto dele, e principalmente com o relato do Senador Almeida Lima, que é bem fundamentado, é difícil. Mas vou colocar aqui algumas razões, secundando o que V. Ex^a disse e o Senador Hélio Costa também disse.

Primeiro, a desastrosa experiência da Itália, quando lá desregulamentaram, e havia cidades com 40 canais de televisão se superpondo um ao outro, e teve que haver, pela primeira vez, uma legislação unitária de Roma, nacional, para regulamentar e tirar do ar. A experiência não deu certo lá. Foi o único país no mundo que tentou. Não deu certo.

O outro problema, e aí o Senador Hélio Costa foi em cima, estamos no limiar da televisão de alta definição. O Brasil, através do Ministério das Comunicações, está escolhendo se vai adotar o padrão americano, o europeu, o japonês ou se vai partir para o padrão brasileiro. A tevê de alta definição vai para os canais de UHF. Se for adotado o sistema americano, pode usar um canal. O sistema brasileiro fala em usar dois canais, até quatro canais para transmitir uma programação. Então, a faixa de UHF vai ficar ocupadíssima. E se aprovarmos esse projeto agora – não sou contra – podemos inviabilizar na frente que o Brasil tenha acesso a tevê de alta definição. Porque vamos encher os canais com canais comunitários e o cara vai dizer: tenho direito, foi aprovado, é lei. E outra coisa pior, a venda do canal que foi licenciado antes para que se instale a tevê de alta definição. Vai ser um comércio clandestino, perigoso e a lei não pode contribuir para isso.

Outro problema, há um artigo no projeto e vejam os senhores, que diz que um canal de VHF tem que ser destinado em cada cidade para uma estação comunitária. Na maioria das cidades brasileiras, com mais de 50, 60 mil habitantes, todo o espectro de VHF está ocupado, tanto nos canais de baixa, que vão até o 7, e os canais de alta que vão do 7 até o 13. Sendo que esses canais são concebidos alternadamente: o 2, o 4, o 6. Por quê? Os harmônicos de uma transmissão penetram às vezes e interferem no harmônico da segunda, da outra estação. Então, tem sempre um canal. Se você der o canal 7 você tem que conceder o 9 naquela cidade, não pode conceder o 8. O Senador Hélio Costa sabem bem disso. Então, um canal interfere nos harmônicos das transmissões de um canal, que

penetram no outro. Para não haver isso, na verdade, não são 13 canais, são 7 canais em cada cidade. Se você reserva um, por lei, para a comunidade, vamos ter que tirar do ar estações que já estão no ar há muitos anos. O que vai provocar? Um problema jurídico muito sério. Porque o cara que já está com o canal no ar vai se julgar no direito para não ser, por uma lei, revogado o canal que lhe dava 10 anos, 15 anos, 20 anos de uso daquele espectro da radiofrequência.

O que devemos esperar? Qual a minha idéia? Votar contra é uma idéia avançada. Hoje em dia você pega um aluno que faz o curso de correspondência de eletrônica, e ele monta uma estação de televisão. Ele pega um videocassete, põe um transmissor de FM e pronto: transmitiu uma imagem no ar. É fácil fazer isso, é barato e simples. Mas congestionar todos os canais, impedir que eu veja uma programação que me interessa porque alguém resolveu colocar no ar uma imagem que interessa à cidade dele, acho que não é muito correto e não é democrático. O direito da maioria, nesse caso, se sobrepõe aos interesses da minoria. Ou então vamos mandar o projeto para o Ministério das Comunicações e pedir uma apreciação técnica. Até quando o Brasil vai definir? O Brasil vai definir uma televisão de alta definição com projeto próprio? Quantos canais vão ser ocupados? Se forem ocupados 4 canais por transmissão...

Uma outra coisa interessante. No começo da tevê de alta definição haverá duas transmissões. A tevê vai transmitir na banda normal de VHF para nós, e o outro canal transmite, senão vamos criar os excluídos do HDTV, e não podemos criar mais uma exclusão. Se a gente aprova este projeto agora, faremos a exclusão de alta definição. Haverá os que podem e os que não podem.

Senador Hélio Costa, concederei, em seguida, um aparte a V. Ex^a.

O Ministério diria: ficará vago o canal 91. Dessa forma, o canal 91 será destinado à TV comunitária a partir de determinado ano ou não haverá ainda uma precisão, porque o Brasil não definiu o projeto sobre o assunto. Não é possível aprovar uma lei que impedirá o Brasil de avançar para a alta definição.

Antes de conceder o aparte ao Senador, ressaltou outro problema. Como será a interatividade dos canais de alta definição, se já estão ocupados com os canais comunitários? Estava havendo um avanço tão grande, uma evolução tão rápida, que este é o momento de pararmos um pouco. Vamos aguardar as inovações tecnológicas que aparecerão mais adiante. Não devemos elaborar uma lei para nos perguntarmos, daqui a três ou quatro meses, por que a fizemos.

Cito sempre que, quando os militares brasileiros compraram um pacote tecnológico do Pal-M, tirado do Pal-M linha alemão – disseram que foi invenção do Brasil, mas não foi –, eles aventaram que toda a América Latina nos seguiria. É claro que não nos seguiriam. Qualquer que fosse o padrão adotado pelo Brasil, a Argentina não adotaria o mesmo padrão, senão a indústria brasileira, como ocorreu com os eletrodomésticos – geladeira e fogão –, invadiria a Argentina e acabaria com a televisão daquele país. Os argentinos, assim como os uruguaios e os paraguaios, não vão acreditar que são os beócios, porque eles também pensam, e há vários técnicos e cientistas naqueles países. Atualmente, esse padrão é adotado por apenas dois países: o Brasil e o Laos, que compraram aquele pacote.

O que está ocorrendo hoje? As estações gravam, preparam, editam e fazem tudo no sistema NSTC, mas, na hora de transmitir a programação, transformam para o padrão Pal-M linha. Nem existe equipamento no mundo para o padrão brasileiro. Quer dizer, houve uma decisão precipitada. Acertaram muito os militares na área de comunicação, mas erraram nesse ponto. Mirando-nos no exemplo anterior, não podemos nos dar ao direito de errar no limiar dessa transformação que ocorrerá em seis meses ou um ano.

Concedo um aparte ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Gerson Camata, pedi um aparte para dizer que V. Ex^a fez uma análise rigorosamente perfeita, completa, inclusive técnica, sobre a questão. Fico feliz ao ver V. Ex^a cada vez mais aprofundado nesse assunto de telecomunicações.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Fui conversar com os técnicos do Ministério.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a citou que, na Itália, houve a primeira grande confusão de canais de televisão, mas quero dizer-lhe que os Estados Unidos, no momento em que foi instituída a TV digital, tiveram a preocupação de determinar que, quando as emissoras pudessem começar a apresentar imagens e usar até quatro canais, elas eventualmente deveriam devolver os canais originais. Essa é a lei americana. No Brasil, a lei não é semelhante.

A proposta é de que cada televisão hoje em VHF receberá quatro canais e ficará com os quatro canais. Até isso deve ser rediscutido, porque, na realidade, não se pode conceder canais a alguém somente por já possuir uma emissora de televisão. Recebe-se uma concessão de graça – diga-se de passagem –, e não é preciso vender mais três canais para transmitir em estéreo. São necessários quatro canais ou, no mínimo, dois – cada um dividido em duas partes – para se transmitir em bandas. Ninguém fará isso de graça,

mas no Brasil vão fazê-lo. Esse ponto deve ser levado em consideração, Senador Almeida Lima.

Agradeço a concessão do aparte.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Hélio Costa, a Itália sempre fornece bons dados ao Brasil. Foi o primeiro país a abrir os hospícios, onde ninguém mais pode ficar internado. E o Brasil pagou por isso. Um maluco foi para a porta da Embaixada do Brasil em Roma e disse, na época, ser o Presidente Itamar Franco. Ficava lá, a polícia o tirava, mas, no dia seguinte, ele voltava. Não podiam mantê-lo preso. Foi um problema e um vexame para os brasileiros. Ele ficou cerca de quatro meses na porta da Embaixada, dizendo ser Itamar Franco, Presidente do Brasil. Portanto, perceba V. Ex^a que essa também não foi uma boa experiência, mas o Brasil está tentando seguir essa lei e abrir todos os hospícios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a também pediu a palavra?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Edison Lobão, concederei a palavra a V. Ex^a logo após o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, antes da fala do Senador Edison Lobão.

Segundo o Regimento Interno, após iniciarmos um processo de discussão, evidentemente não se pode pedir vista. Só se pode fazê-lo antes do processo de discussão.

Lembre-se de que eu disse que pediria vista deste projeto e me resguardaria o direito de pedi-lo após algumas observações. Não pedi para discutir o assunto, nem V. Ex^a o submeteu a discussão. V. Ex^a me ouviu pela ordem e imagino que da mesma forma ouviu o Senador Gerson Camata. Não estamos em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria está em discussão. Submeti a matéria à discussão. Concedi a palavra ao Senador Gerson Camata e agora à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, a partir de agora, não se pode mais pedir vista. Segundo o Regimento, não.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Caberia uma decisão prévia do Presidente se ainda se pode pedir vista ou não.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Esta é a questão que quero suscitar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É um assunto de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não interpreto o Regimento como está sendo interpretado, ou seja, que, depois da discussão, não se pode pedir vista. Já houve casos – e muitos – de pedido de vista no meio e no final da discussão. Alguém pode, depois da discussão, chegar à conclusão de que não está devidamente instruído para votar e pedir vista.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Levantei, Sr. Presidente, esta questão exatamente porque já a vi sendo levantada em outros momentos. Então, o Senador Almeida Lima pode estar aguardando o momento de nos dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou até ler o art. 132:

Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator, obedecido o disposto no § 4º.

O parágrafo não está dizendo se é um segundo depois de proferido o voto ou meia hora depois. A discussão está transcorrendo e o pedido de vista poderá ocorrer a qualquer momento, durante o processo de discussão. Esta é a minha interpretação.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, fico mais tranqüila porque, apesar de o projeto estar tramitando há tanto tempo, as breves falas já dão a dimensão exata da complexidade de um projeto dessa magnitude.

Fiz questão de me inscrever porque foi solicitado exame do projeto pelo Conselho de Comunicação Social, e as observações do referido Conselho são absolutamente preocupantes e merecem ser registradas de forma explícita, nesta troca de idéias a respeito deste projeto.

Então, vou rememorar quais os tópicos abordados pelo Conselho de Comunicação Social, segundo o qual, a despeito dos méritos do projeto, é preciso registrar que a matéria está condicionada a uma realidade de cinco anos atrás. Agora, já são de seis, porque esse parecer do Conselho de Comunicação Social é do ano passado. Portanto, já não é realidade de cinco, mas de seis anos atrás, numa área em que a evolução é rapidíssima, tratando-se de segmento que é extremamente dinâmico e está hoje com sua situação profun-

damente alterada após cerca de seis anos e meio da vigência da Lei nº 9.612.

É prematura a instituição do serviço de televisão comunitária com base na tecnologia analógica. A criação deste novo serviço seria mais adequada com base na tecnologia digital, cujas definições serão tomadas pelo País oportunamente, que é a questão suscitada pelo Senador Gerson Camata.

A pauta de problemas enfocados pelo PLS nº 575, de 1999, é insuficiente para dar conta dos atuais problemas do segmento da radiodifusão comunitária. Carece de sentido a introdução de mudanças tópicas na Lei nº 9.612, que necessita de mudanças abrangentes que mereceriam ser tratadas em uma mesma iniciativa legislativa que talvez possa ser o próprio PLS nº 575, de 1999.

O Conselho de Comunicação Social tem a convicção de que uma adequada reformulação da Lei nº 9.612, aliada com o compromisso do Governo Federal de cumprir a sua parte no atendimento das demandas da sociedade pela execução do serviço de radiodifusão comunitária, em muito contribuirá para assegurar não só a necessária gestão democrática do espectro eletromagnético, como também para favorecer o exercício do direito de expressão e a pluralidade na comunicação social do País.

Então, os cinco itens mencionados pelo Conselho de Comunicação Social são absolutamente pertinentes e trazem a necessidade de que possamos efetivamente, até porque é terminativo. Ou seja, sendo o projeto aprovado por esta Comissão de Educação, ele vai diretamente para a Câmara, a não ser que haja um recurso ao plenário.

Apesar de estar tramitando há tanto tempo, parece-me que esse projeto merece um debate. Caminhando agora de forma muito mais efetiva em todo o processo eleitoral, quero registrar aqui situações muito graves na utilização de rádios comunitárias e tevês educativas, utilização efetiva desvirtuando a razão de ser desses mecanismos de democratização da comunicação em nosso país, todos importantíssimos no sentido de poder acessar as várias entidades e instituições, fazer a reforma da ocupação do espaço das ondas da transmissão, mas que precisaremos avaliar de forma muito contundente.

Tevês educativas que, de educativas, não têm absolutamente nada, rádios comunitárias que, de comunitárias, não têm absolutamente nada. Portanto, qualquer ampliação da ocupação desse tipo de espaço merece uma profunda avaliação de todos nós. Entendo que a Comissão de Educação do Senado seria o melhor espaço para que possamos fazer esse debate. Talvez o projeto do Senador, ora Governador

do Espírito Santo, Paulo Hartung, seja o instrumento para que possamos fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, tanto quanto o Senador Hélio Costa, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Gerson Camata, tenho uma profunda preocupação com este projeto.

Desde logo, peço todas as vênias ao Senador Almeida Lima, que apresentou longo relatório favorável ao projeto, mas o relato de V. Ex^a nos informa de que mais de mil e quinhentas emissoras de rádios comunitárias foram aprovadas nesta Comissão do Senado Federal. E o que é feito dessas emissoras?

Pelo menos no meu Estado, 90% delas fazem política dia e noite. Deve ser assim também nos demais estados. Temos sido até generosos no exame desses projetos de rádio comunitária. Acho que deveríamos até parar um pouco para refletir se devemos continuar aprovando tantas emissoras para o Brasil inteiro que vão fazer política de bairro em bairro, e não, exatamente, prestar um serviço à comunidade, que é o objetivo delas.

Ora, vamos ampliar isso para as televisões e permitir a instalação de televisões comunitárias em grande escala, que é o que ocorreria se a lei fosse aprovada. O Presidente Osmar Dias nos chama a atenção – e agora a Senadora Ideli Salvatti – para o fato de que estamos usando as televisões educativas também para fazer política. Elas praticamente não têm nada a ver com o setor para o qual foram destinadas.

Sr. Presidente, a questão é muito séria e com votação terminativa, pela informação de V. Ex^a. Não podemos votar esse projeto sem uma profunda meditação. Temos a opinião do Conselho de Comunicação Social, que é inteiramente contrário ao andamento desse projeto pelas razões que especifica. Por mim, votaríamos contrariamente ao projeto desde logo e com tranquilidade de consciência.

Não pode ser uma boa coisa para o País a votação desse projeto. Em todo o caso, o Senador Hélio Costa se propõe a pedir vista certamente para estudá-lo mais detidamente, e não tenho nada a objetar. Ouvi as razões técnicas do Senador Gerson Camata e quero apenas explicá-las para que os demais Senadores não fiquem apequenados diante dos conhecimentos de S. Ex^a. Mas, antes ser Senador, Deputado e excelente Governador, S. Ex^a foi técnico em televisão, de modo que conhece profundamente o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos realmente diante de uma questão para a qual devemos ter uma preocupação maior com a nossa responsabi-

lidade. Não se trata de mais uma emissora de rádio comunitária, trata-se de televisão comunitária. E não teria qualquer dúvida em rejeitar de plano o projeto, pedindo novamente desculpas ao Senador Almeida Lima em razão do parecer tão bem elaborado, tão bem costurado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, aumentou minha convicção de que devemos hoje votar contrariamente ao projeto. É o meu ponto de vista, respeitando o parecer bem elaborado do Relator e a pretensão do autor do projeto. Não temos mais o que pensar, após as exposições aqui feitas de pessoas que possuem conhecimento técnico profundo, que conhecem e que trouxeram para nós todas as razões a fim de que rejeitemos o projeto. Se a matéria for votada hoje, meu voto será contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O Senador Almeida Lima deseja se manifestar como Relator, mas antes o Senador Cristovam Buarque gostaria de falar. V. Ex^a tem a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Apenas para manifestar minha simpatia à proposta do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Almeida Lima, para as conclusões. Em seguida, vamos votar.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, após tantas e uníssonas manifestações contrárias ao projeto do então Senador Paulo Hartung, hoje Governador do Espírito Santo, um querido amigo, projeto que tenho a honra de relatar, era para o Senador que vos fala estar, sobretudo, inibido, mais ainda diante dos conhecimentos técnicos profundos aqui expostos e que não ousaria contestar.

No entanto, como sou uma pessoa um tanto atrevida, persistente e insistente com minhas teses, peço a máxima vênias às senhoras e aos senhores para fazer quatro considerações acerca do que aqui foi dito. E não me aterei, por falta de conhecimento técnico, ao assunto relativo à TV comunitária, sobretudo porque não é da competência minha, desta Comissão ou do Senado, de forma especial, tratar da questão. Nossa competência é ampla em outro sentido, mas do ponto de vista técnico é preciso que se diga que não existe a inviabilidade aqui apregoadas.

Minha cidade, a capital, Aracaju, com aproximadamente 500 mil habitantes, possui canal aberto com duas emissoras de televisão. Portanto, mesmo que

esse fosse o impedimento, devo dizer que há bastante espaço para várias outras emissoras de televisão. Lá, como de resto em todo o País. Tenho a competência para dizer, perdoem-me a ousadia, que é a falta da democratização dos meios de comunicação. Não tenho dúvida. Achei interessante aqui falar de uso político. O que é uso político? Se alguém tivesse dito aqui que essas emissoras estão servindo de instrumento para o tráfico de drogas, aí eu seria contra, porque é uma atividade ilícita. O tráfico de armas, eu seria contra, porque é uma atividade ilícita. Mas alguém dizer que as emissoras estão sendo usadas para uso político... O que é o uso político? Ah, porque uma determinada emissora de rádio ou televisão, comunitária ou não, está sendo contra, do ponto de vista político, aos conceitos e ações políticas do grupo "a" ou do grupo "b" que me é simpático naquele instante! Aliás, digo com muita sinceridade: a classe política – e aqui generalizo –, parece-me que aqueles que integram a classe política permanecem nela, mas abominam a política. Aliás, o Congresso Nacional é vezeiro em editar, aprovar leis inúmeras contrárias à classe política – uma delas, eleitoral. Aqui estabelece multas pesadíssimas, horrorosas, para as emissoras de rádio em que, no período eleitoral, de campanha eleitoral, um ouvinte ou um locutor emite uma opinião favorável ou desfavorável à determinada candidatura: R\$20 mil, R\$40 mil, R\$80 mil, e assim por diante. Eu queria entender, porque isso é um peso que o próprio Congresso estabelece quando sabemos que neste Congresso Nacional residem os interesses maiores em relação às permissões e autorizações do rádio e da televisão em todo o País. Mas a classe política não gosta dela e abomina a discussão política. Bom, salvo se por política estão entendendo outra coisa.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Permitirei, sim, mas daqui a pouco, por gentileza.

Evidentemente que a Constituição está aí para atender – ora, a própria Constituição diz que isso é uma norma ilegal, inconstitucional, a da multa, Sr. Presidente. Porque é a própria Constituição que assegura o direito de resposta, que diz que está assegurado o direito à indenização por danos morais. É a própria Constituição que assegura a penalidade criminal por injúria e difamação. E quando a Constituição estabelece que essas são as punições – direito de resposta, indenização por dano moral e a pena –, vem o legislador ordinário – porque não gosta de política, embora seja político – e estabelece uma multa, inconstitucional, porque a interpretação não permite ser extensiva, por se tratar de uma pena. Pois bem! Então, fico a estranhar.

O segundo aspecto que quero realmente me referir é a uma alegação de que este projeto também é injusto porque trata de anistia a quem cometeu uma falta. E pergunto: que grau de falta é essa, por pretender estabelecer comunicação comunitária e que isso é muito ruim para o Congresso votar? Agora, foi este mesmo Congresso que aprovou a anistia para todos os proprietários de emissoras de rádio e televisão do País e aprovou anistia para as multas eleitorais decorrentes do processo eleitoral de 1996 e 1998, salvo engano, e que foi parar no Supremo Tribunal Federal.

Agora, não se pode anistiar o pequeno que pretendeu criar uma emissora comunitária, de alcance de um ou dois quilômetros, mas é este Congresso que está para discutir, ou aqui já foi discutido, empréstimos e financiamentos vultosos aos grandes proprietários de grandes redes de televisão do País, e "financiamentos", verdadeiras doações. Eu estranho.

Eu penso até que o nobre Senador Edison Lobão, nosso querido Presidente, entendeu que o projeto deve ser votado, deliberado hoje. Parabéns a V. Ex^a. É preciso que esta Comissão e o Senado mostrem a sua cara. Mas tem que mais é que votar hoje. Discutir o quê? O que está aqui desde 1999, e se não se discutiu não foi porque houve falta de tempo, de oportunidade, não se discutiu porque não quis. E discussão houve, postergar, protelar. Não! Penso que esta Comissão, o Senado precisa mostrar o perfil, a sua cara.

Por último devo dizer que confesso, como aqui foi dito, que a aprovação desse projeto é realmente uma grande confusão mas não no sentido a que se reportaram, a que se referiram como confusão, é muito grande mesmo, porque esse é um projeto que visa a democratizar os meios de comunicação. Não é outra a proposta, não é outra a pretensão senão essa. É lamentável, mas fazer o quê? Sinto o encaminhamento mas mantenho o meu parecer e o meu voto.

Antes de concluir, evidente, concedo o aparte ao ilustre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Senador Almeida Lima, o relatório de V. Ex^a está perfeito, disse aqui, não sou contra o projeto, não penso que ele tem seus bons aspectos para a democratização das comunicações no Brasil.

Começo pelo problema da anistia. Descobri há poucos dias que o voto no Brasil é facultativo, e não obrigatório. Interessante. Todos achamos que é obrigatório. Encontrei um amigo meu no dia da eleição para prefeito, agora, no mês passado. Ele tem 47 anos, e nunca votou. Perguntei como? Todos anos vocês aprovam a anistia lá? Não precisa votar não. E é verdade. Todos os anos aprovamos uma anistia para aqueles

que não votaram. Ele nunca votou, nunca recebeu nenhuma punição, nada.

Então, o voto no Brasil é facultativo. Esse rapaz descobriu isso. Não é necessário votar, vota quem quer. A gente que pensa que é obrigatório. Essas anistias são perigosíssimas, porque aquele que fez tudo da forma correta, entrou com o pedido de licença da rádio comunitária, preparou os documentos, respondeu os questionamentos do Ministério, veio à Câmara, ao Senado, tentando a sua rádio comunitária, esse tem a rádio, o outro entrou de maneira clandestina e ainda é anistiado, o que estimula mais pessoas a agirem de forma clandestina.

Tenho um projeto que está tramitando e diz que, para implantar uma rádio comunitária, precisaria da licença do prefeito e da Câmara Municipal, ou seja, ela seria muito mais vigiada pela Câmara do que por nós, que não temos esse alcance.

Outro ponto que quero lembrar é que o homem é um ser político. É o axioma filosófico: penso, logo existo. Quando ele pensa, ele já é político. Agora existe a política partidária e existe a política eleitoral. O que nós – e creio que a maioria, tanto a Ideli Salvatti quanto o Hélio Costa, o Presidente, nós também e o Edison Lobão – temos que analisar é o uso para a política eleitoral, expressão mais adequada. O uso do ponto de vista político é muito correto, do ponto de vista partidário já é um problema duvidoso; do ponto de vista eleitoral, usar um instrumento que é comunitário, está aqui na lei, e o Senador Lobão diz aqui, como serviços comunitários... Tanto que não pode nem fazer comercial de um armazém. Como pode fazer a propaganda de um candidato a vereador, a prefeito? Essas coisas todas que foram lembradas.

Penso que, se pudesse fazer um requerimento, com a anuência dos demais companheiros, que digamos: vamos mandar para o Ministério, que vai dizer que ainda estão definindo e que, se aprovarmos a lei, vai prejudicar futuramente todo o processo da televisão de alta definição e desses novos canais. Ou poderão dizer que dá para reservar um canal número 80 para o que queremos; que eles farão uma lei, e, em todo lugar, o canal 80 será comunitário, como as frequências de rádio comunitária. O Ministério poderá se colocar. A atribuição de canais é função do Poder Executivo; ouvi-lo seria muito bom. É a proposição que faço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para concluir, Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador Gerson Camata e concluo, dizendo que o uso político não pode ser instrumento de desculpa evasiva para impedir ações, projetos

dessa magnitude, porque para o desvio de uso existe a lei para punir. E ela é severíssima nesse sentido.

Quando não é a Lei que pune, no caso do uso político, é o próprio povo. Agora, quando o povo não pune é porque ele aprovou. E devemos baixar a cabeça quando o povo aprova. Mas o uso político, o desvio de finalidade é punido. E mais: determinados pleitos, sobretudo daqueles que estão num plano inferior, na maioria das vezes, só são conquistados a duras penas, ou, usando a expressão popular, forçando a barra. E, se nesses instantes, cometem um deslize político, o Senado, o Congresso, o representante popular está aqui para entender os objetivos maiores, e uma anistia para esses casos seria muito bem-vinda e muito bem entendida, ao contrário dos financiamentos que se pretendem fazer com o dinheiro do povo para aqueles que não geriram de forma decente e competente as suas empresas. Isso é que é bem diferente.

Concluo, dizendo que se falo em um grande número de emissoras comunitárias neste País. Falou-se aqui em 1.500, 2.000. Ora, nós temos mais de 5.000 Municípios, numa extensão continental! Se colocarmos quatro emissoras comunitárias por Município, teremos 20 mil. Os 1.500 pedidos de autorização são poucos ainda. Uma cidade, por menor que seja, ter duas emissoras comunitárias, uma média, ou de tamanho superior, três, quatro, um na capital, com 15, 20, 30, 40 bairros ter as suas emissoras comunitárias não é muito. Esse número não assusta não. No País, temos mais de 5.000 municípios e uma extensão superior a 8.000.000 de Km². Este é um país-continente, precisamos estabelecer a comunicação, sobretudo da forma mais democrática possível e a mais descentralizada.

Tenho certeza absoluta de que as instituições deste País passariam a ser bem mais fortalecidas pela presença, pela participação, pela doação do povo na sua base, podendo denunciar o Governador que não está agindo bem, o Prefeito, o Deputado, o Vereador, que em muita ocasiões vende inclusive o seu voto prejudicando a comunidade nos projetos que o Governador encaminha e nos projetos que os Prefeitos encaminhas. E a rádio comunitária, a televisão comunitária serve muito bem para atender a essa necessidade social, sobretudo daqueles que estão lá na base da pirâmide que alarga cada vez mais.

Era o que tinha a dizer, S. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Esta encerrada a discussão. Vamos colocar em votação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permite, requeiro, nos termos do disposto no art. 50, §2º da Constituição Federal, c.c. art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministério das Comunicações

sobre a compatibilidade do Projeto nº 575/99 com as novas regras a serem definidas para a televisão de alta definição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a está apresentando um requerimento de informações ao Ministério das Comunicações. Vou ter de submeter o requerimento a voto.

Está em discussão o requerimento do Senador Gerson Camata.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com o requerimento, fica sobrestada a votação do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente.

Está em votação o requerimento do Senador Gerson Camata.

Aqueles que são favoráveis queiram permanecer como se encontram; os que são contrários queiram se manifestar. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento do Senador Gerson Camata.

Portanto, está sobrestada a votação até que o Ministério preste as informações requeridas pelo Senador Gerson Camata.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima pela ordem.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, V. Ex^a, ao final, usou a expressão “até que o Ministério”. Sem prazo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Trinta dias. É constitucional.

É que a Constituição já estabelece o prazo, e eu não preciso estabelecê-lo.

Vamos dar sequência.

No item 7, a relatora não está presente.

No item 8, o Senador Cristovam Buarque é o relator do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional, para definir um prazo máximo para deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. A autoria é da Senadora Serys Slhessarenko. O Senador Cristovam Buarque é o relator, que deu parecer favorável, apresentando um substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para apresentar o seu parecer.

O SR. RELATOR (Cristovam Buarque) – Sr. Presidente, o projeto da Senadora Serys Slhessarenko tenta resolver um problema de milhares de jovens brasileiros que estudam no exterior, graduam-se em seus cursos e, ao chegarem aqui, seus diplomas não são analisa-

dos. O projeto não trata de proteger esses alunos para que os diplomas sejam aprovados. Ele apenas dá um prazo para que a universidade brasileira, que analisa os documentos, tenha de se pronunciar, evitando a postergação indefinida, fazendo com que esses jovens fiquem sem possibilidade de exercer a profissão. Nem trata que tenham seus diplomas recusados, no caso de aqueles que estudarem em universidades que não se justificam.

Meu voto é absolutamente a favor do projeto, afirmando apenas que, em conversas com o Ministério da Educação, foram acrescentados alguns itens que estão apresentados que dizem respeito a um mínimo de exigências em relação à percentagem de combinação dos cursos locais com os cursos estrangeiros.

Então, o voto é a favor do projeto, que beneficiará um grande número de jovens brasileiros que estudaram no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o parecer do Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação nominal o projeto, que é terminativo.

(*Procede-se à votação nominal.*)

Está aprovado.

Vamos para o item 12, porque, nos itens 9, 10 e 11, não contamos com a presença dos relatores. No item 12, o relator é o Senador Almeida Lima, que relata o Projeto de Lei do Senado nº 323, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia, Unifoeste. O autor é o Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, que é o relator.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado 323, de 2003, de iniciativa do Senador César Borges, autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia, Unifoeste.

O art. 2º do projeto define como objetivo da Unifoeste ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A estrutura e o funcionamento da Unifoeste, conforme determina o art. 3º, serão estabelecidos em seu Estatuto e em normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A criação da Universidade subordina-se à prévia subordinação no Orçamento da União das dotações necessárias, assim como a criação dos cargos, funções e empregos essenciais ao seu desenvolvimento, segundo o disposto no art. 4º.

Encaminhada a esta Comissão para edição terminativa, a proposição não recebeu emendas. Pela análise, a primeira escola de ensino médico do País, a Faculdade de Medicina da Bahia, foi criada em 1808. Essa e outras iniciativas posteriores foram integradas em 1946, mediante a instalação da Universidade da Bahia, que, quatro anos mais tarde, passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia.

A universidade e o Centro de Federação de Educação Tecnológica são as duas únicas instituições federais de ensino superior da Bahia. Pelo Censo de 2000, a população do Estado era de 13 milhões de habitantes, o número de alunos da graduação da Universidade Federal e no Centro Federal, em 2001, era de 19.489, o que corresponde a cerca de 1,5 matrícula para cada 1.000 habitantes.

Nos Estados de Minas e Rio Grande do Sul, essa proporção é de 3,75 matrículas por mil habitantes. Para alcançar igual proporção, o Estado da Bahia deveria dispor de mais 29.896 alunos matriculados em instituições federais de ensino superior.

No esforço para suprir a carência na oferta de educação superior o Estado da Bahia aumentou 77,13% o número de alunos matriculados nos cursos de graduação nas instituições de ensino superior estaduais de 95 para 2001.

Assim, há vinte anos, foi criada a Universidade Federal da Bahia, que hoje se faz presente em quase 60 municípios, entre os quais o de Barreiras, situado na região Oeste. Todavia, a Uneb conta com recursos limitados e por isso enfrenta sérias dificuldades para se expandir e até mesmo para se manter, uma vez que os gastos do Estado em educação têm como prioridades o ensino médio, a educação profissional e a educação de jovens e adultos. Portanto, a demanda por educação superior pública na região Oeste da Bahia não consegue ser suprida por esta instituição, não obstante o enorme esforço do governo nessa direção, especialmente se considerarmos o expressivo aumento de concluintes do ensino médio e a conseqüente pressão por mais vagas no ensino superior gratuito.

Assim, os jovens da região se vêem impedidos de continuar os estudos porque, em sua maioria, não podem se deslocar para centros mais desenvolvidos por trabalharem para auxiliar na sobrevivência de suas famílias.

A criação de uma universidade federal no Oeste da Bahia contribuirá para o desenvolvimento regional, mediante a ampliação de oportunidades, de qualificação universitária, geração de conhecimento e a inovação de tecnologias voltadas para a solução dos problemas regionais.

Considerando, pois, a limitada oferta de vagas em instituições federais de ensino superior em relação à população total da Bahia, a inviabilidade de atendimento com recursos estaduais a crescente demanda por educação superior e a importância da instalação para uma universidade federal para o desenvolvimento da região, julgamos procedente o pleito da criação da Unifoeeste.

Nesse sentido, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2.003, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou fazer a chamada para a votação nominal.

Como vota o Senador Flávio Arns? (Pausa.)

Como vota a Senadora Ideli Salvatti? (Pausa.)

Como vota o Senador Cristovam Buarque? (Pausa.)

Como vota o Senador Hélio Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Valdir Raupp? (Pausa.)

Como vota o Senador Gerson Camata? (Pausa.)

Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho? (Pausa.)

Como vota o Senador Papaléo Paes? (Pausa.)

Como vota o Senador Edison Lobão? (Pausa.)

Como vota o Senador Luiz Pontes? (Pausa.)

Como vota o Senador Eduardo Azeredo? (Pausa.)

Como vota o Senador Juvêncio da Fonseca? (Pausa.)

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (Pausa.)

Foi aprovado por unanimidade.

Passemos para o item 14, Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003. Relator: Senador Edison Lobão. O Projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal*, no Maranhão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ter apenas uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – O projeto anterior é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É terminativo.

Estamos agora com o Projeto nº 203. O parecer do Senador Edison Lobão é favorável, na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de autoria do Senador

João Alberto que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão. O parecer do relator, já publicado em avulso, é favorável pelo fato de que não há vícios de inconstitucionalidade. É comprovado o mérito de seu intento pelo anteriormente já exposto no próprio parecer. Em consequência, o nosso voto é pela aprovação, porem com um substitutivo nos seguintes termos:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Bacabal, com sede no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão.

Art. 2º – A Universidade terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão.

Art. 3º – A estrutura organizacional e as normas de funcionamento da Universidade Federal de Bacabal, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas em seu estatuto.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir saldos orçamentários à Universidade Federal do Maranhão para a Universidade Federal de Bacabal, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstas na lei orçamentária.

Praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

É o substitutivo que apresento, Sr. Presidente. Portanto, com voto favorável à criação da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação, que será nominal porque o projeto é terminativo.

(Procede-se à votação)

Foi aprovado, então, por unanimidade o parecer do Senador Edison Lobão.

O último item da pauta teremos que votar em turno suplementar. Votamos, hoje, o substitutivo. Na próxima reunião estará na pauta para votação em turno suplementar.

Temos mais um item, que é o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Antes de submetê-lo, gostaria de comunicar que, amanhã, teremos uma audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Educação Tasso Genro, às 10h30min, sobre as quotas do ensino superior. São autores do requerimento os Senadores Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, Efraim Moraes e este Presidente.

O Senador Luiz Pontes pede para inserir, como item extrapauta, a permissão outorgada à Rádio Verdes Mares. É o PDS nº 898. Submeto ao plenário. Está autorizado. V. Exª tem a palavra para relatar.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE) – Pelos requisitos do Sistema Verdes Mares de Comunicação nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Consulto se o voto é o mesmo já consignado aos todos outros pareceres. Sendo o mesmo está aprovado. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para comentar o seguinte requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 35/2000, audiência pública com audiência do Sr. Humberto Costa, Ministro de Estado da Saúde.

O autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, esse projeto trata da propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação. Portanto, creio que é importantíssima a presença do Ministro aqui para dizer não só o que já está sendo feito no Ministério, mas para dar seu parecer sobre o que existe em relação ao projeto. Assim, poderemos, de uma vez por todas, votar um projeto que considero da maior importância para o Brasil e, portanto, pedir o apoio de todos os Srs. Senadores para contar com a presença do Ministro na Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento do colega Mozarildo Cavalcanti, enaltecendo a importância e a necessidade desse debate, que considero essencial. Não me lembro do teor original do requerimento. Ele requer a presença do Ministro?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Já existe o convite para outras autoridades comparecerem, mas essa é a que reputo mais importante: para estar na audiência e esclarecer, dando o parecer oficial do Governo a respeito desse projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Indago de V. Exª se não seria possível marcarmos uma audiência só com o Ministro da Saúde a respeito desse tema?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Eu acho importantíssimo, até porque o Ministro é a autoridade mais importante na discussão do tema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Seria,

então, um dia específico somente com a pessoa do Ministro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– O requerimento está especificamente para o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para

lembrar que o Senador Mozarildo Cavalcanti já tem um requerimento de audiência pública aprovado com oito pessoas que virão em audiência pública separadamente agora, depois que ele concordou com a presença do Ministro Humberto Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria

de fazer essa observação de que já existia uma proposta no sentido de que o Ministro fizesse parte de uma audiência pública com outras autoridades. Confesso, Senador Mozarildo Cavalcanti, que não me sinto à vontade para discutir esse assunto exclusivamente. Tínhamos discutido com o Ministro e, do lado dele, o contraponto, que seria a Associação Brasileira de Propaganda, porque, por mais que eu concorde com o controle, com a fiscalização, com toda rigidez possível à propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação, temos que entender que existem momentos em que temos que disciplinar, organizar, mas não proibir.

Nos Estados Unidos, por exemplo, ao se fazer propaganda de bebida alcoólica, não pode o copo chegar na boca, não pode mostrar o ato de beber, mas pode anunciar a marca da cerveja.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– O projeto não proíbe, mas disciplina.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Razão pela qual sou favorável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Dos oito convidados, existe o contraponto como profissionais da Associação Brasileira de Psiquiatria...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A minha

preocupação era se fosse exclusivamente para o Ministro mas tendo outras pessoas evidentemente fica mais fácil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco PT – PR) – A minha

preocupação era no sentido de ter os vários pontos de vista mas V. Ex^a está dizendo que haverá um dia em que somente o Ministro virá fazer esse debate e as outras virão em dias diferentes. Pelo menos entendi assim e está bom.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos a

praxe na Comissão de ouvir o Ministro separadamente. Agora, claro que quem decide isso é a Comissão que

se decidir o contrário colocaremos todos na mesma audiência pública.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Eu até concordo e aliás sugiro que ouçamos primeiro os que já foram aprovados, que têm posições a favor e contra e, posteriormente, como última palavra da autoridade no setor, o Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Assim será feito se a Comissão aprovar o requerimento que está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Tenho três comunicados rápidos para serem feitos: o Senador Hélio Costa solicitou informações aos Ministros Antonio Palocci, da Fazenda e ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos sobre a operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A. – Embratel. Os Ministros já encaminharam as informações, que estão à disposição dos Senadores na secretaria desta Comissão.

O mesmo requerimento foi feito ao Ministro José Dirceu onde o Senador Hélio Costa é o autor sobre o mesmo tema, qual seja, operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A. – Embratel

A cópia da resposta está à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, reafirmando a audiência pública de amanhã, às 10h30min, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h08min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral e Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Efraim Moraes, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes

de Barros e Almeida Lima. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião os Senhores Senadores, não-membros da Comissão, Augusto Botelho, Pedro Simon e o Deputado Jorge Boeira (PT/SC). O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 01 e 04-CE, de 2004, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Arthur Virgílio, Demóstenes Torres e Efraim Morais, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro para discutir sobre: "Cotas no Ensino Superior". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com o convidado. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti e Pedro Simon (não membro). Encerrado o debate, o Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Nossa finalidade é a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro. O assunto: quotas no ensino superior. São autores do requerimento: Senador Arthur Virgílio, Senador Demóstenes Torres, Senador Efraim Morais e este Presidente.

Quero lembrar que, na última reunião, realizada ainda durante o 1º turno das eleições, quando estivemos aqui para votar uma semana de esforço concentrado do Senado, eu próprio e mais alguns Senadores fizemos uma manifestação reclamando a presença do Ministro Tarso Genro para debater a reforma universitária, quotas na universidade, assuntos pertinentes à pasta administrada pelo Ministro Tarso Genro.

Fizemos aqui uma manifestação, dizendo que estávamos convidando o Ministro, e a sua presença era importante. E até reclamei que não tínhamos a oportunidade de receber o Ministro antes do período eleitoral. E o Ministro imediatamente me telefonou, se colocou à disposição e, na primeira reunião, praticamente, que estamos realizando – na segunda, porque ontem tivemos uma audiência pública também –, o Ministro está presente e disposto a debater os assuntos que relacionamos como importantes da sua pasta.

No entanto, é evidente a falta de *quorum*. Nem mesmo os autores do requerimento de convite ao Ministro estão presentes. Não estão presentes os autores, Senador Arthur Virgílio e Senador Demóstenes Torres. O Senador Demóstenes Torres deixou um ofício, justificando a ausência, já que ele está em missão do Senado na ONU.

E como a semana de esforço concentrado praticamente se limitou ao dia de ontem no Senado Federal, e acreditávamos que a convocação para estarmos aqui durante toda a semana, votando, como, aliás, é nossa responsabilidade, fomos surpreendidos praticamente pela dispensa que ocorreu. Os Senadores estão sem a necessidade de estar no Plenário do Senado hoje à tarde para votar, porque não existe votação programada.

Então, estamos com um número muito pequeno de Senadores, e seria uma pena debatermos assuntos tão importantes sem a presença de um número significativo de Senadores. Acho que seria perder a oportunidade de termos aqui o Ministro Tarso Genro, com toda a disposição, para ouvir, para debater, para falar sobre os assuntos referentes ao Ministério da Educação.

Por isso mesmo, estou consultando o Plenário desta Comissão se não seria mais conveniente ouvirmos o Ministro por alguns minutos, já que ele está aqui e se dispôs a vir e, depois, suspendermos ou adiarmos essa audiência pública para depois das eleições, porque certamente teremos um número de Senadores que justifiquem a presença do Ministro para um debate tão importante.

Quero consultar o Plenário e passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar e agradecer a disposição do Ministro Tarso Genro por comparecer a essa Comissão para fazer esse debate tão importante que é a questão da reserva de vagas nas universidades. É um assunto que tem um interesse muito grande, e acho que a maior demonstração do interesse desse assunto é a quantidade de projetos de origem parla-

mentar, tanto de Senadores quanto de Deputados, que tratam desse assunto.

Inclusive, a Comissão de Educação fez um levantamento bastante extenso, e só de origem no Senado temos nove projetos, e tramitando na Câmara, de origem de Deputados. Não vou contar, mas são algumas páginas. Então, nós temos algumas dezenas de projetos de origem parlamentar tramitando no Congresso Nacional sobre este assunto. Além, obviamente, do projeto de origem do Executivo chamado Universidade para Todos, o PL 3627, que está tramitando na Câmara. Então, o assunto é da maior relevância, e todos nós temos um entendimento da sua maior urgência, até porque nós não temos como implementar o programa, e há a questão do ensino médio, que, se não tomar providência num ano, você não pode aplicar na metade do ano. Tem que encerrar o outro ano para poder fazer qualquer tipo de implementação. Nós estávamos conversando na ante-sala da Comissão sobre que providências nós deveríamos tomar para acelerar a tramitação. O problema é que, aqui no Senado, nós não temos nenhuma providência a tomar, tendo em vista que está tramitando na Câmara o projeto de origem do Executivo. Então, não nos caberia. Estava até conversando com o Senador Osmar Dias de, de repente, nesse assunto, tomarmos o mesmo tipo de iniciativa que tomamos no projeto de biossegurança e que foi exatamente o requerimento da Comissão de Educação, o que acabou por provocar uma aceleração das demais comissões, e de nós termos, depois, conseguido levar ao plenário. E é uma votação. Mas aqui, no caso, nós não poderíamos tomar a mesma iniciativa, tendo em vista que ainda não chegou para nós; não está no Senado. Então, a não ser que nós pudéssemos ter uma outra tratativa no sentido de uma relação com a Câmara, eu não consigo vislumbrar ainda... Entre o caminho da ante-sala até o Plenário da Comissão, a gente foi informado de que o requerimento não teria cabimento no dia de hoje. Mas, de qualquer forma, eu acho que valeria a pena termos uma...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Permita-me um...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – (...) corte na fala de Vossa Excelência.

Eu poderia, consultando o regimento, sugerir a Vossa Excelência, que ao invés de apresentar o requerimento para a Comissão de Educação aprovar, já que não estamos em uma reunião deliberativa, apresentar um requerimento direto no Plenário. É claro que os membros da Comissão interessados, os que estão no debate deste assunto, vão votar o requerimento

de Vossa Excelência no Plenário, na tarde de hoje. Acredito que isso seria o mais...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Mas é sobre isso que eu estou falando, Senador Osmar Dias. Eu não consigo vislumbrar, regimentalmente, como eu posso apresentar um requerimento de urgência para um projeto que ainda não está no Senado. O PL 3627 está lá na Câmara.

Bem, de qualquer forma, eu acho que vale a pena ouvirmos, o Ministro rapidamente. Não sei se o Senador Flávio Arns também deseja.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Eu, em primeiro lugar, quero, também, saudar o Ministro. Dizer da alegria que tenho de tê-lo aqui, na Comissão de Educação, para discutir um assunto tão fundamental para a sociedade brasileira, como é o contido na medida provisória e já regulamentado pelo decreto que foi publicado nesta semana. É um assunto muito importante.

Eu, inclusive, também quero testemunhar o avanço que, além dessa área, o Ministério da Educação está sinalizando para a área da pessoa portadora da deficiência. Isso – é bom dizer publicamente – porque já houve debates no próprio Ministério da Educação sobre a inclusão da pessoa com deficiência, esteja ela na escola comum ou em escola especial, dentro das novas diretrizes do Fundeb, quando o projeto vier a ser enviado para este Congresso Nacional, bem como os avanços de inclusão da pessoa com deficiência, já regulamentados em termos da distribuição do livro didático, o que vai acontecer a partir do ano que vem com base no Censo deste ano.

Então, realmente concordo com a Presidência da Comissão, de que o assunto envolve um debate muito grande. Com base na argumentação que a Senadora Ideli Salvatti colocou, que a medida provisória ainda está para ser apreciada na Câmara dos Deputados, isso não impediria – é muito interessante a iniciativa da Comissão de Educação de se antecipar à vinda da medida provisória aqui para o Senado –, já que esse é o grande objetivo aqui, para não ficarmos aí à mercê dos tempos exíguos quando a medida provisória chega ao Senado. A iniciativa da Comissão de Educação é fundamental, mas acho que poderíamos também ouvir e, depois, na sequência, debater com mais detalhamento, com mais profundidade, eventualmente com a participação – se bem que o quorum também esteja aumentando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero agradecer a presença honrosa do Deputado Jorge Boeira, de Santa Catarina, que está aqui prestigiando esta audiência.

Vamos, então, passar a palavra ao Ministro e dizer o seguinte: a nossa intenção na Comissão é sempre antecipar os projetos que, já anunciados na Câmara, vêm para o Senado. Essa foi também a nossa estratégia em relação à reforma tributária, que muitos achavam que a Comissão não tinha relação com o assunto, e nós debatemos aqui, conseguimos participar da reforma tributária. Também fizemos isso com o projeto de biossegurança.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Aliás, Sr. Presidente, foi do debate da reforma tributária aqui, na Comissão de Educação, que foi levantada aquela situação da educação ir-se retirando da DRU. Agora o Ministro Tarso Genro está incluindo no Fundeb essa idéia foi debatida aqui, na Comissão de Educação. Acho que foi um grande avanço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exato.

Então, quando fizemos a proposta de ouvir o Ministro, mesmo ainda não estando aqui a medida provisória ou o projeto de lei, foi com a mesma estratégia: de anteciparmos, debatermos com profundidade o tema para, quando chegar, todos os membros da Comissão estarem preparados para votar a matéria. E esse também foi o nosso objetivo nesta audiência pública, que infelizmente não tem a presença dos Senadores, já que o Senado, na tarde de hoje, não estará votando. Propomos ao Plenário que passemos a palavra ao Ministro para que ele possa fazer a sua manifestação e deixemos o debate para uma outra ocasião, já que o Ministro se propõe a voltar à Comissão numa outra ocasião, com mais Senadores.

Passo a palavra então, com muita honra, ao Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Deputado que prestigiam este evento, em primeiro lugar quero registrar que compreendo perfeitamente, como Parlamentar que fui, a ausência de *quorum* neste momento, num momento eleitoral, em que os Parlamentares vão exercer as suas obrigações políticas junto a suas bases, o que é também uma determinação do mandato.

Portanto, Senador Osmar Dias, não há nenhum constrangimento da minha parte em fazer essa afirmativa e dizer que permaneço à total disposição desta Casa. Para mim é uma honra ser convidado para debates dessa natureza ou para quaisquer outros debates que possam ajudar a que V. Ex^{as} cumpram, como têm cumprido, com correção e com profundidade suas funções legislativas. Voltarei, portanto, no momento em que esta Casa julgar necessária a minha presença.

Vou fazer rapidíssimas observações sobre a questão da política de quotas, porque é extremamente

importante que, no momento em que a sociedade brasileira debate uma política afirmativa dessa natureza, tenhamos clareza conceitual do ponto de vista do Governo para comunicar a esta Casa e estabelecer aqui uma relação dialógica, democrática, de altíssimo nível, como é costume do Executivo e desta Casa.

Primeiro que o Governo entende que tanto as posições favoráveis como as posições contrárias às políticas de quotas podem ser defendidas com racionalidade, com respeito, com democracia, sem que quaisquer das partes sejam apontadas de populistas (quem defende a política de quotas) ou de racistas (quem é contra a política de quotas). Existem argumentos democráticos, claros, progressistas, para defender quaisquer das posições.

Por que o Governo defende a política de cotas?

Qual é a racionalidade da proposta do Governo?

O Governo defende porque entende que, pela formação social brasileira, pela história sócio-econômica do nosso País, aqui, no Brasil, se constituiu um processo que integrou a questão da afrodescendência em parte, portanto, a questão racial, com a questão social. No Brasil há, nitidamente, uma fusão entre a questão racial e a questão social.

Essa fusão pode ser respondida com políticas de médio, de longo e de curta incidência.

Quando o Governo propõe uma política de cotas, ele não está dizendo que isto é solução, mas uma política afirmativa positiva, progressista e que ajuda uma visão democrática da educação no País, mas que a questão educacional no País será resolvida por políticas afirmativas de curta e média incidência, mas, sobretudo, a partir de uma profunda reforma no financiamento da educação básica do nosso Brasil e a partir de uma reforma de ensino superior.

Essa reforma passa pelo Fundeb, por políticas imediatas de formação de professores, por escola de gestores, pelo ensino a distancia na formação para a licenciatura, por um maior acesso das camadas de baixa renda às universidades que têm vagas ociosas, que são as instituições não-estatais, através do Pró-Una. Mas o eixo, o fundamento, a reestruturação da educação no Brasil só virá através de um processo de financiamento que passa pelo Fundeb, pela autonomia da universidade, por mais verbas para a educação, por mais controle social sobre essas verbas e por trabalhos que decorram desse processo de formação de professores, de organização das infra-estruturas das escolas, que no Brasil nem todas tem a mesma qualidade e ou podem ser consideradas apenas razoáveis.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Deputado que prestigia este ato, é necessário compreender o alcance dessa política. Uma certa parte de

formadores de opinião, às vezes, induz a dizer que o Governo escolheu uma política de cotas, seja através do Pró-Una, ou de cotas públicas, ou de escolas públicas em universidades, ou de cotas de afrodescendentes e indígenas, como se isso aí fosse a única política do Governo. Não é. Isso é uma política pública imediata, positiva e afirmativa. Isso é uma política que contribui para o processo, mas não é a solução. A solução é um acesso universal a uma educação de base de qualidade para todas as camadas sociais do Brasil. É essa a solução, que passa por esse conjunto de estratégia que enunciei nesta minha fala.

Outro aspecto da política de cotas é um estabelecimento de um vínculo legal entre a escola pública média e a escola pública superior.

Por que o Governo defende essa política?

Defende essa política porque isso é uma visão republicana da educação. O vínculo do público é o público. A escola é hoje, no Brasil, provavelmente, a grande capilaridade republicana que este País tem. E os censos que o Governo faz e divulga demonstram que a ampla maioria da população de média/baixa, de baixa e baixíssima renda, está nas escolas públicas. E ali estão, inclusive, os afrodescendentes na sua amplíssima maioria. Então, é bom que se tenha uma norma que vincule, através de um sistema de cotas, a escola pública média com as universidades. Mas não com medida também que possa ser apontada como solução. Não é solução. Isso só tem sentido fazendo as outras coisas que o Governo começa a fazer. Neste momento estamos fazendo treze expansões de campus de novas universidades. Estamos propondo que os recursos destinados à gestão autônoma das universidades não possam ser contingenciados. Estamos propondo a revinculação dos recursos da educação para dentro do Fundeb. Então, estamos propondo uma profunda revolução na educação brasileira. E essas políticas de vínculo republicano – a escola média e a superior, as políticas de cotas de afrodescendentes – são impulsos democráticos através de políticas afirmativas que países desenvolvidos realizam. Realizam, a favor de imigrantes, políticas sociais diferenciadas, como os Estados Unidos realizaram. Políticas afirmativas da sua comunidade afrodescendente. Como se tem políticas afirmativas para pessoas com capacidade diferenciada.

Então, é assim que devemos entender essa questão, para não fazer um falso debate. O falso debate é dizer que o Governo apresenta essas políticas – ou os Deputados ou Senadores apresentam esses projetos, porque temos aqui, se não me engano, mais de 40 projetos tramitando num mesmo sentido, com o mesmo objetivo, com a mesma finalidade – como se

fossem uma solução. Não são uma solução; são impulsos democratizantes num país de acesso à modernidade de forma tardia, num país de estrutura social discriminatória, em função da sua história, e que tem que enfrentar esses seus fantasmas sociais, essas suas degradações históricas que atingiram vastas camadas da população – e a comunidade afrodescendente é uma vítima histórica nesse processo – com políticas afirmativas que se integram num processo de reestruturação total da educação pública no Brasil.

E, de novo, um sistema de normas para a educação não-estatal, o que já se fazendo por meio do Pró-Una. Tenho certeza esta Casa vai aprovar os fundamentos e os principais avanços que tivemos com a medida provisória que editamos, inclusive a partir de uma negociação com as próprias escolas, que assinaram concordância com aquele projeto.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, Sr. Deputado, fico à total disposição para que, em outra oportunidade, possamos aprofundar, com *quorum*, este debate. Saúdo a presença do meu querido amigo e orgulho do Rio Grande, Senador Pedro Simon, e, em síntese, quero dizer a V. Ex^{as} que o nosso projeto de reforma profunda da educação brasileira é chegarmos a uma educação republicana, democrática, qualificada, moderna, de amplo acesso. E essas políticas imediatas de cotas para afrodescendentes e indígenas e cotas públicas para as escolas são impulsos através de políticas públicas afirmativas que integram essa totalidade que tive a honra de declinar sinteticamente na minha intervenção.

Muito obrigado ao Senador Osmar Dias, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Ministro. A Senadora Ideli deseja usar da palavra?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Eu ia fazer uma brincadeira, mas perdi o *timing* com a entrada do Senador Pedro Simon e o Ministro, que estava encerrando. Não vou fazê-lo mais.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero aproveitar para transmitir ao Ministro uma preocupação que nos chegou ontem pela Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial – PET, que é um programa que já acompanhamos há alguns anos e que tem um melhor conceito, porque capacita os nossos universitários a executar projetos e desenvolver pesquisas ao longo de sua formação e com resultados extremamente positivos, porque, efetivamente, os alunos das

nossas universidades que participam do PET têm um alto índice de aproveitamento, se desenvolvem e se transformam em cientistas. Então, é um programa pelo qual temos todo carinho.

Tanto é verdade que, na Comissão de Educação, no ano passado, uma das emendas que a Comissão aprovou e incluiu no orçamento deste ano é exatamente uma emenda de 15 milhões. O pessoal nos procurou ontem, e disse que iria solicitar ao Ministro uma atenção especial para liberação dos recursos para que a emenda, efetivamente...

O SR. TARSO GENRO – Posso explicar: os recursos estão disponíveis, estão liberados. Estou é com problema legal para pagar, não posso fazer esse pagamento e depois ir para a cadeia.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Por causa da história dos tutores?

O SR. TARSO GENRO – É. Hoje, casualmente, pela manhã, para sua tranquilidade, Senadora, fiz uma reunião com o Secretário Fernando Haddad e o Professor Maculan – que está aqui e tem me perturbado bastante com essa questão, no bom sentido da expressão –, e vamos conseguir uma solução técnica, uma solução legal para isso.

Só não foi pago ainda – V. Exª pode dizer para os demandantes – porque temos que mudar a forma de pagamento sob pena de, depois, o Tribunal de Contas nos glosar com as responsabilidades penais que V. Exª conhece. Vamos resolver isso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Agradeço, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – De fato, também recebi – a Senadora Ideli Salvatti se antecipou – um ofício da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial que solicita exatamente a regularização da situação do PET e levanta esse problema jurídico do pagamento, em que V. Exª está realmente impedido. Inclusive, eles alegam que, se for verdadeira esse argumento, o pagamento das bolsas de produtividade e pesquisa por parte do CNPQ também ficaria inviabilizado.

Estamos solicitando à Assessoria Jurídica do Senado que nos ajude a encontrar uma solução. Se tivermos uma solução indicada pela Assessoria Jurídica do Senado, vamos encaminhar a V. Exª.

O SR. TARSO GENRO – Por favor, faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas é exatamente esse o pleito que fazem os representantes de vários estados brasileiros.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Da minha parte, só gostaria de, aproveitando a presença do Ministro – e ele está sempre disponível, como já enfi-

zou, de retornar a esta Comissão de Educação – fazer três indagações não propriamente sobre o PRÓ-UNE que vai ser objeto de um debate maior após o período eleitoral.

A primeira delas é sobre a reportagem que saiu nesta semana no **Fantástico** a respeito do salário-família, que é, sem dúvida, o maior programa de distribuição de renda do mundo, já que são 5 milhões de famílias com 5 bilhões e meio de recursos sendo distribuídos.

O SR. TARSO GENRO – Bolsa-Família.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Aliás, é lógico, Bolsa-Família e não salário-família. E uma das contrapartidas importantes – até me manifestei sobre isso ontem, no plenário – é que temos que aprimorar os critérios. É uma tarefa permanente. Inclusive, acho que essa discussão tem que acontecer com a sociedade, com os meios de comunicação. Mas, sem dúvida, é um programa extraordinário, que tem que ser ampliado.

Como é que o Ministério da Educação percebe e como poderia ser feita a verificação da frequência escolar das crianças, particularmente daquelas que são beneficiárias, todas elas, mas principalmente aquelas que são beneficiárias do Bolsa-Família.

A segunda questão – sei que V. Exª vem se manifestando várias vezes sobre isso – é sobre a questão da educação profissional, particularmente aquela relacionada aos brasileiros que têm o ensino fundamental, que é uma profissionalização no nível básico, mas que pode agora ser objeto de certificação. Acho que isso seria também uma verdadeira revolução em termos de Brasil.

Em relação ao terceiro aspecto, que V. Exª inclusive mencionou – a expansão do ensino universitário em 13 regiões do Brasil –, o que sentimos em termos de ensino universitário é uma disparidade muito grande entre as verbas que vêm sendo distribuídas pelo Governo Federal para os Estados. Há Estados que recebem um quinhão bastante grande em termos de recursos – às vezes temos sete, dez, doze universidades.

E eu, inclusive, digo que isso até fere, num certo sentido, o espírito federativo em termos, no mínimo, uma igualdade, uma justiça na distribuição dos recursos.

Então, como é que V. Exª pensa em termos dessa questão, como é que a gente poderia, na verdade, pensar em aprimorar o processo de distribuição de recursos em termos de ensino superior no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro, como tínhamos combinado, encerraríamos a reunião. Então, vamos solicitar aos Senadores que, depois da fala do Ministro, possamos realmente encerrar. Senão, vamos acabar realizando audiência pública, e aí o Ministro não vai voltar – e queremos que ele volte. E

como queremos que ele volte sempre, vamos deixar a surpresa para a próxima audiência pública.

Passo a palavra ao Ministro, até para suas considerações finais e também, depois, a resposta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Agradeço a V. Ex^a a permissão de fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pode fazer um aparte para o Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Tenha a bondade, Senador Pedro Simon, ouço-o com o maior prazer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Ministro Tarso Genro, tenho salientado, é um dos nomes que tem se mostrado de grande competência e que tem procurado efetivamente realizar. É pena que não tenha dois Tarso Genro, porque o trabalho que ele está fazendo lá no Conselho, embora muitos não entendessem, é um trabalho, na minha opinião, espetacular. Realmente ali é um início de uma formação de uma política governamental com a participação da sociedade. Espero que vá, se bem que sem a presença dele acho que não é a mesma coisa. Mas, na Secretaria de Educação, quero respeitar o dinamismo, a doação, a ação de S. Ex^a. Penso que esse desafio das bolsas, na questão referente às universidades particulares, é um desafio importante. Não podemos ficar assistindo sem fazer alguma coisa. E penso que V. Ex^a está no caminho certo, realmente deve fazer.

Entretanto, o que sentimos um pouco é a angústia dos que estavam acostumados com o serviço do bolsa-escola, que se escreveram e estão naquela espera, naquela expectativa, naquela angústia do que vai acontecer com ele.

E aí não tem nada que ver com a questão, mas quero repetir o Senador Flávio Arns: realmente, a reportagem da **TV Globo** foi impressionante. É claro que você pode fazer uma reportagem na hora em que quiser, do lado que você quiser. Você pode chegar numa prefeitura, pegar vinte coisas que estão erradas, salientar essas vinte e esquecer o resto. Não dou importância a dizer que tudo está mal, agora dou importância no sentido de ver que esse é um grande desafio, o desafio de conhecer as pessoas.

Vou dizer a V. Ex^a que tenho uma lei de minha autoria e que até hoje não é compreendida. Foi aprovada por unanimidade na Câmara e por unanimidade no Senado. É a lei do número único, ou seja, o cidadão, quando nasce, tem um número. Esse número é, no meu caso, por exemplo: Pedro Simon, número “X”, Caxias. Quer dizer CS/RS. Esse número me leva para toda a minha vida, vou para o colégio com esse número, sou batizado com esse número, as contas bancárias são com esse número, a escola é com esse número, a carteira de identidade é com esse número, a faculdade é

com esse número, o título eleitoral é com esse número, o certificado militar é com esse número, o certificado de casamento é com esse número, vai-se para a cadeia com esse número, esse número acompanha para o resto da vida.

Isso termina com um milhão de coisas: as contas paralelas, o cidadão ter três ou quatro contas no banco, etc. Foi aprovada por unanimidade. O ex-Presidente Fernando Henrique, em seu governo... Aliás, tive que entrar contra ele, porque, a rigor, pela lei tinha cinco anos para cumprir, depois de cinco anos os números não valiam mais nada. Então, a rigor, os números não valiam mais nada.

Acho que, se o Ministro da Justiça quer fazer justiça – tem falado comigo várias vezes, mas tem ficado nisso... Eu acho que se isso fosse... Estou vendo agora, baseado nesse debate que houve na reportagem... Agora, vamos criar um número para pôr no Bolsa-Família. Quer dizer, é mais um número. Você tem outro número na Presidência. Eu acho que não tem lógica isso. Eu acho que, se fizéssemos isso. Imagine-se se esse serviço fosse implantado em definitivo. Não haveria carteira de motorista falsa. O cara vai passar na fronteira com o caminhão roubado, ele tem que mostrar. Aí, bota no computador e se constata: não esse documento não é seu; esse passaporte é falso, esse número é falso.

Sabe, eu penso, com toda sinceridade, que há interesses de grupos ou não sei o quê de não fazer isso. Porque eu pediria a V. Ex^a, que tem autoridade e credibilidade e tem condições de influenciar, para ver se, nessa confusão toda, não era hora de, ao invés de adotar um número para a saúde, um número para a Previdência e agora vejo que vão adotar um número para a questão social, houvesse um número só para todo cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Obrigado, Senador Simon. Estou de acordo com suas observações. A idéia do Governo é um número só para todos os programas – todos, todos, todos –, o que vai precisamente na direção dessa sua proposta legislativa, que se transformou em norma. Eu sou totalmente a favor de sua idéia; concordo com ela.

Vou fazer rapidamente algumas observações a respeito do que colocou o nosso Senador Flávio Arns.

Primeiro, o MEC não é o responsável pela execução do programa Bolsa-Família. O Bolsa-Escola foi fundido num programa só e todo ele está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social. O MEC apenas é uma estrutura auxiliar, op-

eradora, quando suscitada, para ajudar no controle. O MEC teria condições e tem condições de fazer esse controle diretamente com as Secretarias Estaduais e as escolas municipais. Mas o caminho que se escolheu foi – correto, na minha opinião – fazer um processo, que já começou, de integração daquele projeto no controle de frequência digital com os programas que o Governo vincula à atividade escolar.

Qual é o *timing* desse projeto? Neste momento, nós estamos testando os protótipos, que já foram apresentados. Ele começa a ser aplicado em abril do ano que vem.

A reportagem do **Fantástico** mostra que há uma falta de controle em relação às obrigações que o beneficiado deveria cumprir e ao seu padrão de renda. Isso aí é facilmente solucionável. Isso aí não desconstitui, na minha opinião, o programa. É natural que haja 20% a 30%, no momento de uma expansão rápida, como teve esse programa, de deformações. Mas vejam que não são deformações tão graves, assim como aparentemente se demonstrou. Quer dizer, um cidadão que ganha R\$600 por mês recebe mais R\$30. Eu acho que isso não é um escândalo nacional. É um erro a ser corrigido e tem que ser corrigido efetivamente, será corrigido pelo Governo.

Agora, qual a metodologia que vamos aplicar? Eu compartilho também com a visão do Ministro Patrus Ananias de que chamar a atenção dessa questão é importante para a sociedade e para nós também. Então, isso não desconstitui a lisura jornalística com que o trabalho foi feito. Entretanto, há erros grosseiros de informações naquela reportagem. O primeiro deles é dizer que o orçamento do MEC é de R\$7,6 bilhões. Não é. Aquilo ali é o orçamento para programas discricionários. O orçamento do MEC passa de R\$30 bilhões.

O segundo é dizer, com uma certa margem de ironia, na minha opinião: como é que vai aplicar o cartão magnético onde não há computador? A minha proposta não exige computador. Não tem nada a ver com computador. É um pequeno aparelhinho com *chips* onde você marca a presença. E aquilo ali, se há computador, transmite por computador ou por telefone. E aquilo ali pode ser retirado no fim do dia, no fim de semana, aquele *chip* pode ser levado para a agência do Banco do Brasil para decompor as informações que estão ali. E as localidades onde não houver nem luz, esse aparelho pode funcionar à pilha. Mas não precisa funcionar à pilha; faz-se o controle manualmente.

Então, o nosso objetivo é massificar o controle magnético, o que é um grande avanço. Evidentemente, não vai atingir 100% das escolas. O nosso objetivo no ano que vem é chegar a 70% das escolas. Talvez

não cheguemos. O Poder Público sempre coloca um pouquinho a mais do que pode fazer, não é? Mas, se chegarmos a 60% no ano que vem, e no outro chegarmos a 80%, 90%, será um avanço espetacular.

Então, vamos fazer esse controle. Está errada aquela informação. Não precisa de computador, e a ironia, portanto, não cabe: o Governo propõe o controle magnético quando só 5% das escolas tem computador. Não tem nada a ver com computador a metodologia e a técnica que o Governo está apresentando para fazer esse controle.

A questão da educação profissional.

Temos, no ano que vem, 34% a mais de recursos para a educação técnica, profissional e tecnológica. É um volume de recursos extremamente importante, é um crescimento que, na minha opinião – não posso afirmar com certeza – constitui um salto de um ano para outro que nunca houve nos últimos trinta anos na História do Brasil com relação à educação profissional.

Com relação à educação profissional de nível fundamental, temos recursos já destacados no Orçamento para começarmos no ano que vem uma nova experiência, uma experiência revolucionária no Brasil. São quinhentas escolas no interior das empresas conveniadas com o MEC, controladas pelo MEC, pelo Cefet ou pelas escolas técnicas, onde serão formados profissionais em nível fundamental, de maneira conveniada, e onde os professores – inclusive com recursos conveniados do MEC com as fábricas, cooperativas, empresas de construção – são os velhos operários, trabalhadores técnicos, que já estão dentro da escola e que receberão informação para isso. E será certificado. Será um curso de oito meses, e os trabalhadores sairão com a certificação. Provavelmente, até aproveitados nas próprias empresas.

Estive agora na região do celeiro, Senador, e há empresas e cooperativas do Rio Grande do Sul, particularmente ligadas ao agronegócio, que não estão mais contratando direta ou indiretamente, como fábricas de arados e de tratores, porque não têm mais técnicos com possibilidade de exercer a sua profissão.

Então, queremos quinhentas escolas experimentais no ano que vem, mas queremos, também, que isso se multiplique – no outro ano mais mil, e mais mil –, para capilarizar isso para dentro da base produtiva brasileira, estabelecendo, portanto, uma ramificação no ensino técnico de nível fundamental em todo o território nacional. E essas escolas estarão vinculadas à base produtiva.

Convido todos os Senadores a participarem. O Seminário será no dia 26. Não se trata de um seminário de discussões metafísicas sobre a profissionalização, mas um seminário de aplicação do projeto, de dis-

cussão da sua aplicação. Será dia 26. É um seminário, evidentemente, mediante convite, mas, obviamente, os Srs. Deputados e Senadores estão convidados a participar desse debate.

A partir dali vamos começar, já para março, abril do ano que vem, a instalar as escolas dentro das fábricas, em convênio com as prefeituras, vigiadas pelos Cefets, organizações não-governamentais, mas o centro da escolaridade será na fábrica.

Com relação à expansão do ensino superior, na verdade há três movimentos articulares que estão sendo feitos. Um deles é o Pró-Una, utilizando aqueles 40% de vagas ociosas, uma relação negociada de alto nível com o setor, que resultou na medidas provisória e que está tendo uma adesão maciça.

O setor estima que 70% a 80% das instituições de ensino superior vão aderir ao Pró-Una. E não dão ouvidos a uma visão falsa e, às vezes, mentirosa que está aí, de que é um programa de três bilhões e duzentos milhões. É falso isso. O custo desse programa para o MEC, se todas as instituições aderirem, é de 240 milhões. E o resultado do preço das vagas, Senador Simon – e até isso causou uma negociação difícil entre nós, tem representação do setor aqui – é 25% do valor da vaga paga pelo Fies, ao qual as empresas e as escolas filantrópicas só vão aderir porque a maioria delas tem vagas ociosas. Então, aquelas vagas vão render alguma coisa. O Governo está poupando recursos e abrindo vagas para alunos pobres. Esse é um rumo de expansão do ensino superior.

Outro é a expansão das federais, das IFEs. Atualmente treze delas estão sendo trabalhadas. Qual é o critério do Governo? O critério do Governo é expandir as IFEs, as Instituições Federais de Ensino para regiões que não tenham nem instituições públicas estatais nem instituições não estatais. Isso porque não é adequado para um País que precisa expandir o ensino superior superpor escolas, uma em cima das outras. Para as escolas privadas, temos que ter políticas de ampliação de bolsas. Temos que ter políticas públicas de qualificação para elas. Temos que expandir a gratuidade em direção a elas, dando condições para elas se manterem e dando condições para os alunos entrarem nelas. Trata-se, portanto, de um processo de expansão e de qualificação. Essa é a visão com que estamos trabalhando. Esse é o segundo grande movimento e que tem várias ações e projetos.

O terceiro é a reforma do ensino superior, que exige um novo sistema de financiamento. As instituições federais de ensino superior perderam, nos últimos dez anos, 50% do seu custeio. Eu tenho orgulho de dizer, em nome do Presidente da República, que no ano que vem nós vamos recuperar 75% dessa perda. Em dez

anos nós perdemos 50% do custeio e em um ano vamos recuperar 75% desse custeio. Essa é uma modificação impressionante no padrão de sacrifício que as instituições federais tiveram nesse período.

A reforma do ensino superior está sendo negociada, discutida. Nós não vamos propor nenhuma medida provisória para a reforma do ensino superior. Vai ser uma lei orgânica de reforma do ensino superior. Ela está sendo negociada com as instituições privadas, com a UNE, com a Andifes, que é a associação dos reitores, com o MST, com as centrais sindicais, com professores eméritos de todas as universidades que estão articuladas através da Andifes. No mês que vem vamos publicar um anteprojeto. Vou levar esse anteprojeto ao Presidente, e Sua Excelência vai me mandar divulgá-lo, para que a discussão continue, e cheguemos a uma lei programática. Todos nós sabemos que uma reforma do ensino superior – estou encerrando, Senador Osmar Dias – não é um ato, é um processo. A partir de uma lei que oriente os princípios, é desencadeada a verdadeira reforma, e cada passo deve ser trabalhado, negociado, remetido ao Legislativo para que esse Poder trabalhe com suas mãos de ourives essa questão delicadíssima e que está na base de um projeto de nação, de um projeto de País.

Muito obrigado pela atenção, e é motivo de orgulho estar presente a esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós é que agradecemos ao Ministro pela sua presença, pela sua disposição de estar aqui debatendo assuntos relativos à educação do País. Já combinamos com o Ministro convidá-lo para regressar a esta Comissão, para, com mais Senadores, debatermos com mais profundidade esses assuntos.

Muito obrigado, Ministro.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h26min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 de novembro de 2004.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Luiz

Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Maguito Vilela, José Maranhão, Efraim Moraes, Roseana Sarney, Luiz Pontes e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 049, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, rejeitando as cinco (5) emendas oferecidas é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhylo que, “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável. O Senador Hélio Costa apresenta voto em separado pela aprovação do projeto na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, para melhor análise do voto em separado, atendendo a sugestão do Senador Flávio Arns, acatada pelo relator. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável, é aprovado, com a emenda nº 01-CE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, “Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei 8069, 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável. É concedido vista ao Senador Flávio Arns, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 013, de 2003**, de caráter

não terminativo, de autoria do Deputado Jaques Wagner que, “Denomina ‘Rodovia Milton Santos’ a Br-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o Oeste Baiano”. O relator designado é o Senador Valmir Amaral e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. **Item 06: Projeto de Resolução nº 558, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro da Educação, Tarso Genro, para participar de audiência pública, a fim de instruir o PLS 217, de 2004, que trata da instituição do exame nacional de proficiência em medicina como requisito para o exercício legal da medicina no país”. O requerimento é aprovado. **Item 08: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro da Saúde, Humberto Costa, para participar de audiência pública, a fim de instruir o PLS 217, de 2004, que trata da instituição do exame nacional de proficiência em medicina como requisito para o exercício legal da medicina no país”. O requerimento é aprovado. **Item 09: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Nos termos regimentais, visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, requeiro seja convidado o Presidente do Conselho Federal de Medicina para prestar esclarecimentos sobre o tema”. O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Osmar Dias requer oralmente a inclusão extra-pauta, de Requerimento de sua autoria. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, “Requeiro, nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, destinada a discutir os problemas relacionados à crise que enfrenta o Teatro Brasileiro”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 38ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Nós temos hoje para deliberar sobre nove itens, todos não terminativos, já que a pauta está trancada, e nós só podemos deliberar sobre matéria não deliberativas.

Eu gostaria, antes de entrar na pauta, de submeter à Comissão a inclusão, extrapauta, de um requerimento de minha autoria, que propõe o seguinte:

“Requeiro, nos termos dispostos no II, V, IX e XI do Art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada a audiência pública destinada a discutir os problemas relacionados à crise que enfrenta o teatro brasileiro.”

Esta Comissão vem acompanhando com interesse e preocupação o noticiário envolvendo a crise por que passa o teatro brasileiro e a aflição do setor com a demora nas alterações que serão propostas pelo Ministério da Cultura à Lei Rouanet.

Essa demora, aliada à falta de investimento das estatais no teatro, dificulta o aporte de recursos dos investidores privados no setor, pois, como sabemos, sem regras claras não há investimentos. A audiência ora requerida dá continuidade às ações desta Comissão, responsável pela deliberação, no mérito, de todas as proposições pertinentes à área cultural, visando compreender, discutir e propor, em parceria com todas as áreas que compõem este importante segmento cultural no País, caminhem para o seu desenvolvimento perene e contínuo.

É que hoje, às 14h30min, nós estaremos recebendo aqui os representantes do teatro brasileiro. Vários artistas estarão aqui para trazer uma proposta de alteração na Lei Rouanet. E como nós teremos que analisar essas propostas que serão entregues pelos artistas, pelos representantes do teatro brasileiro, e como o Ministério da Cultura se comprometeu a fazer uma reestruturação da Lei Rouanet, e até agora nós não recebemos ainda essa proposta de reformulação da lei, nós queremos propor a realização de uma audiência pública que possibilite a discussão com os dois lados – o Ministério da Cultura e os representantes da classe artística brasileira –, no sentido de nós tirarmos conclusões e, quem sabe, apresentarmos – nós mesmos, Senadores da Comissão de Educação – proposta de alteração da Lei Rouanet.

Sendo assim, estou solicitando autorização para incluir, extrapauta, este requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a inclusão.

Agora vou submeter à discussão o requerimento que já li, em que proponho a audiência pública para discutir os problemas que o teatro brasileiro vem enfrentando.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Está aprovado o requerimento.

Agora iremos apreciar os itens da pauta. Lembro que amanhã nós estaremos atendendo solicitação do Ministro dos Esportes, que, a exemplo do Ministro Gilberto Gil, da Cultura, pediu para apresentar à Comissão de Educação a proposta do Ministério dos Esportes de emendas ao orçamento.

Como teremos que definir as cinco emendas da Comissão de Educação que serão apresentadas à Comissão de Orçamento, marquei para amanhã às 11 horas com o Ministro dos Esportes aqui. Os Srs. Senadores estão convidados a participar desse encontro com o Ministro dos Esportes, quando ele fará a apresentação das suas propostas de emendas.

Vamos apreciar o **item 1**, já que o Relator, Senador Gerson Camata, está presente. Trata-se o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em um ambiente produtivo e dá outras providências.

O Poder Executivo é o autor, e o Relator é o Senador Gerson Camata, que deu o parecer favorável, rejeitando as cinco emendas oferecidas.

A matéria está tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 122, II, alínea “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero lembrar que este projeto consta do Item 4 da pauta do plenário de hoje, portanto teremos que votar agora para possibilitar a votação em plenário hoje à tarde.

Com a palavra o Relator, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLC nº 49, segundo a exposição de motivos que o acompanha, tem como principal foco o incremento da interação entre as instituições científicas e tecnológicas e o setor produtivo. O projeto prevê também fomentar iniciativa das

empresas, visando desenvolver produtos e processos inovadores.

Na Câmara, ele recebeu um substitutivo do Deputado Zarattini, após realizadas audiências públicas que contaram com a participação de diversos segmentos interessados.

No Senado, ele foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para esta Comissão de Educação. Foram apresentadas cinco emendas. Esse projeto, no seu art. 2º, define o que são as instituições científicas e tecnológicas, as ICT, órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica e aplicada, de caráter científico e tecnológico. Esses organismos só se enquadram quando eles vão aplicar no campo a pesquisa realizada no âmbito universitário ou no âmbito das instituições científicas.

No seu artigo 4º, essas ICT, instituições científicas e tecnológicas, ficam autorizadas, mediante remuneração e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênios, a partilhar suas instalações com microempresas e empresas de pequeno porte para fins de incubação e a permitir o uso dessa infra-estrutura por empresas e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividade de pesquisa.

Várias medidas de estímulo à participação das ICT no processo de inovação são apresentadas. Por exemplo, a União pode participar minoritariamente do capital da empresa privada envolvida na obtenção de produto ou de processo inovador e a propriedade intelectual sobre esses pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da participação de cada empresa no capital desse organismo.

As instituições científicas e tecnológicas ficam também autorizadas a celebrar contratos de transferência de tecnologia ou de licenciamento para outorga do direito de uso ou exploração da criação protegida, sendo exigido publicação de edital apenas para contratações com cláusula de exclusividade.

As ICT podem também obter o direito de uso ou exploração da criação protegida, como está previsto no artigo 7º, quer dizer uma inovação advinda dali, ela pode ceder o uso mediante remuneração. A ICT pode também prestar serviço a instituições públicas ou privadas desde que compatíveis com as suas atividades-fins. O pesquisador público pode receber retribuição pecuniária da ICT ou da instituição de apoio custeada exclusivamente com recursos oriundos da prestação de serviço, considerada ganho eventual para fins da Lei nº 8.212, de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o plano de custeio e dá outras providências.

Essas instituições podem ainda celebrar acordos e parcerias com instituições públicas e privadas. O pesquisador público pode receber bolsa de estímulo à inovação tecnológica diretamente de instituição de apoio ou de agência de fomento. A propriedade intelectual e a participação das partes devem ser reguladas em contrato, o que a normal é lógico. As ICT podem também ceder seus direitos sobre a criação a título não oneroso para que o criador os exerça em seu nome.

É um projeto bastante inovador e muito importante para a época atual. Penso que representa um passo gigantesco, porque segue o caminho de fazer com que a pesquisa seja aplicada, que ela deixe a re-doma do local onde a pesquisa se realiza e vá para o campo servir, beneficiar o consumidor ou trazer uma inovação tecnológica que poupe esforço, poupe capital e conseqüentemente facilite o acesso da população e do País às novas tecnologias desenvolvidas. Essa é a base de todo o processo.

Na análise, Sr. Presidente, nós observamos que há uma correlação muito grande em todos os países, não só no nosso País, entre a parte do Produto Interno Bruto que se investe em pesquisas e aquilo em que o País avança em termos de tecnologia. Isso é normal. Quanto mais se investe em educação, quanto mais em cultura, quanto mais em tecnologia, melhor o proveito.

A vantagem desse projeto oriundo do Governo é que, na verdade, busca a praticidade do investimento. Não adianta que eu pesquise profundamente dentro de um ambiente científico se não levo essa pesquisa para o campo prático.

O conjunto das medidas voltadas para estimular a aproximação entre as instituições científicas e tecnológicas e o setor produtivo parece adequado, eliminando entraves burocráticos tais como a necessidade de processo licitatório para licenciamento do uso de criações de propriedades das ICT.

Nota-se particular atenção a questões práticas, como o pagamento de adicionais aos servidores e empregados no âmbito de contratos de prestação de serviços firmados pela ICT com entes públicos ou privados, ou compartilhamento de espaço de infra-estrutura de pesquisa com empresas privadas.

Outro importante fator de estímulo à inovação apresentado é a definição de que o criador de uma invenção protegida terá direito de participar dos ganhos econômicos advindos do licenciamento da exploração.

Isso é muito importante, porque é um estímulo ao pesquisador, quando na verdade ele pode, no futuro, receber **royalties** dos ganhos da patente que registrou

através das inovações científicas e tecnológicas que introduziu num produto ou num processo.

A questão da propriedade intelectual, no seio das universidades e institutos de pesquisa públicos, merece tratamento específico. A constituição de núcleos de inovação tecnológica tem claro objetivo de estabelecer uma cultura de propriedade intelectual nessas instituições e aumentar a quantidade de patentes e outras formas de proteção intelectual de criações. Nessa mesma direção, é explicitada a questão do sigilo, antes esquecida.

Merece destaque também a revogação da proibição de participar de gerência ou administração de empresa privada que estava na Lei 8.112, de dezembro de 1990, famoso Regime Jurídico Único, que constituía impeditivo a atividade empreendedora dos pesquisadores de constituírem empresas voltadas para a inovação. Essa lei praticamente era um óbice, porque o pesquisador não poderia adquirir recursos, vender ou alugar o produto de sua pesquisa do seu processo inovador.

Outro cuidado observado é a modificação da Lei 8.745, de 1993, para contemplar como necessidade temporária de excepcional interesse público a contratação de substitutos, de professores, pesquisadores e tecnólogos, para evitar que o afastamento desses profissionais venha prejudicar as atividades da ICT.

Isso é comum. O processo de pesquisa é um processo de curso, de corrente, de avanço. Então, às vezes, a saída de um dos pesquisadores para todo um processo. Então, a lei inova no aspecto de que o afastamento de um ou outro pesquisador pode ser substituído por outro contratado especificamente para aquele tipo de processo inovador e de pesquisa.

Quanto ao conjunto dos dispositivos que pretendem estimular a inovação das empresas, a principal novidade consiste na destinação de recursos financeiros na forma de subvenção econômica ao setor produtivo, uma vez que os mecanismos de participação societária e de financiamento já estão presentes no nosso ordenamento jurídico e são empregados há anos.

A possibilidade de se utilizarem recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a subvenção econômica a empresas privadas também considero um avanço fundamental.

Entendendo corretamente que o segmento das pequenas e médias empresas do País é incipiente em questões de inovação, o projeto estabelece tratamento favorecido a tais empresas, tratando adequadamente a necessidade de promover a sua capacitação tecnológica como condição necessária para que elas possam transformar inovações em produtos e em processos, que é todo o fulcro do projeto. Não adianta

ter a inovação se não se transformar a inovação em algo plausível e que vá para o campo produzir resultados econômicos e científicos em favor do bem-estar da população.

Quanto às emendas, houve cinco emendas do Senador Álvaro Dias. A 1, 4 e 5, apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, violam a Constituição Federal, que determina que “qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativa a impostos, taxas ou contribuições só podem ser concedidas mediante lei específica federal, estadual ou municipal”, quer dizer, não se pode montar uma isenção em um projeto em tramitação, vindo como esse, no caso do Executivo.

A Emenda nº 2 promove a modificação no texto do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 10.332, de 2001, de modo a alterar as finalidades para as quais podem ser utilizados os recursos alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Não contribui para a melhoria do Projeto, quando tentamos esvaziar esse Fundo.

A Emenda nº 3 suprime os §§1º, 2º e 3º do art. 19, que dispõe sobre a concessão de recursos, sob a forma de subvenção econômica, e inclui artigos para regulá-la de forma diversa, estabelecendo limites, qual seja, um limite mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para atender aos objetivos definidos no projeto.

Não entendemos a proposta de estabelecer, em lei, percentual mínimo de 30%, porque vai engessar, ou seja, a lei vai ficar engessada. Daqui a um ou dois anos, a tendência pode ser por um outro campo. Isso tem de ficar nas mãos do Executivo ou do Ministério da Ciência e Tecnologia, que pode desengessar e redirecionar esses investimentos naquilo que for mais importante em um determinado momento da história econômica ou do desenvolvimento científico e tecnológico.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Solicitamos aos nossos companheiros, porque já está na pauta, um voto favorável a um projeto que é muito importante. Ele representa um considerável avanço, cujos primeiros resultados não se sentem imediatamente; mas que creio que, em curto prazo, vai representar uma revolução na área da aplicação da pesquisa no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Geerson Camata dá parecer pela aprovação do Projeto, rejeitando as cinco emendas apresentadas.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item nº 2.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003. Altera o Decreto Lei nº 2.848, de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros não autorizados pelos respectivos interessados a informações privadas mantidas em leis de computadores dependerá de prévia autorização judicial.

Autor: Luiz Piauhyllino.

Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Foi concedida vista ao Senador Hélio Costa na reunião do dia 24 de agosto.

Consta nos avulsos que o Senador Hélio Costa não apresentou manifestação por escrito, mas acaba de apresentar voto em separado. Peço, então, que o voto em separado seja distribuído aos Senadores da Comissão.

Então, solicito cópia para todos os Senadores, para que possamos apreciar.

Primeiramente, consulto o Senador Eduardo Azeredo se S. Ex^a pretende se pronunciar já ou se pretende ouvir a manifestação do Senador Hélio Costa, já que V. Ex^a já leu o relatório e já apresentou parecer. Se V. Ex^a pretende ouvir o Senador Hélio Costa para depois de pronunciar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Prefiro ouvir o Senador Hélio Costa para saber quais colaborações podem vir. O projeto é muito importante; eu diria urgente. Eu aguardaria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, passo a palavra ao Senador Hélio Costa que fez o pedido de vista e apresentou voto em separado que será distribuído daqui a pouco.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ser um assunto da mais alta importância – e vejo que inclusive hoje matérias publicadas pelo Jornal **Folha de S. Paulo** dizem que os ataques virtuais cresceram 22% em outubro, só em outubro a aprovação dessa lei se faz absolutamente necessária.

Quero, entretanto, ressaltar que o meu pedido de vista não teve, em nenhum momento, a preocupação de atrasar ou de impedir a aprovação há dois meses, quando isso ocorreu. Mas, simplesmente, entendo ser da minha responsabilidade como Senador ler atentamente todas as questões relacionadas ao setor, até

porque estou envolvido no setor de comunicações e, conseqüentemente, de informática.

Sr. Presidente, depois de uma leitura absolutamente dedicada – estudei por várias horas essa questão – e de ter solicitado o apoio e a participação de companheiros especialistas no assunto, apresento o meu relatório. Peço a V. Ex^a que me dê tempo suficiente para ler detalhadamente o voto em separado.

O meu relatório é o seguinte:

Em pauta na Comissão de Educação, para votação do parecer do Relator, encontra-se o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/89, na origem), que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades, entre outras providências.

Encaminhada ao Senado Federal em novembro de 2003, a proposição foi inicialmente distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por requerimento do Senador Valdir Raupp, o Plenário do Senado aprovou o exame prévio da matéria na Comissão de Educação.

Distribuída ao Senador Eduardo Azeredo para relatar, em junho de 2004, a proposição recebeu, em 10 de agosto de 2004, o parecer pela aprovação na forma do texto originário da Câmara dos Deputados. Foi incluída na pauta da Comissão de Educação em 24 de agosto, quando solicitei vistas ao processo nos termos regimentais.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Inúmeras são as proposições legislativas já apresentadas e debatidas no Congresso Nacional a respeito do tema da criminalidade na área de informática, das telecomunicações e da Internet. A evolução das tecnologias relacionadas à produção, ao processamento, ao armazenamento e à difusão da informação tem ocorrido com velocidade surpreendente, produzindo lacunas no ordenamento jurídico vigente. Esse é um ponto importante que quero abordar, porque, enquanto essa matéria passou pela Câmara dos Deputados e após chegar ao Senado, muitos fatos ocorreram.

A ausência ou a obsolescência de normas que deveriam controlar e punir a ação criminosa dirigida a sistemas de informação tem motivado a proliferação de casos de fraudes e de danos ao patrimônio de agentes públicos e privados. Estima-se que milhões de reais já tenham sido desviados de contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas em decorrência da atuação indevida de especialistas em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A propósito – faço a primeira sugestão –, a expressão “crimes de informática”, como citada no PLC e confirmada pelo Relator nesta Comissão, já está superada, pois, em face do processo de convergência tecnológica, não mais contempla o universo das

tecnologias em que se baseiam os crimes a serem tipificados no Código Penal. Dessa forma, sugerimos que seja substituída a expressão “crimes de informática” por “crimes na área da tecnologia da informação e comunicações”. Assim, engloba-se rigorosamente tudo para representar a área de incidência das práticas delituosas.

Outra observação que precisa ser feita no texto original do PLC nº 89, de 2003, da Câmara dos Deputados, diz respeito à pena com que se punirá a pornografia infantil. Aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado em novembro de 2003, o PLC em questão deixou de considerar a Lei nº 10.764, de 12 de novembro de 2003, que alterou o art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 – e prescreveu com o maior rigor o crime de pornografia infantil.

Senão vejamos.

O art. 5º do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, conforme apresentado aqui, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 218. Pornografia infantil.

a) fotografar, publicar ou divulgar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente:

Pena: reclusão de um a quatro anos e multa.

§ 1º As penas são aumentadas na metade até dois terços, se o crime é cometido por meio de rede de computadores ou outro meio de alta propagação.

§ 2º A ação penal é pública e incondicionada.

De forma muito mais abrangente e impondo pena muito mais rigorosa, assim dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990, art. 241:

“Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicações, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.”

Ou seja, na realidade, se acompanharmos o voto do Relator e aprovarmos o PLC nº 89, de 2003, estaremos diminuindo a pena imposta aos que praticam o crime da pornografia infantil na área da tecnologia da informação e de comunicação.

A atuação do Senado sobre os projetos iniciados na Câmara dos Deputados é de Câmara Revisora. Assim, para que os projetos que aqui chegam e durante sua tramitação sejam superados por outros que se tornaram lei, como é o caso em discussão, deverá ser levada em consideração uma nova ordem jurídica, sob pena de prejudicar o seu todo. Aqui há um detalhe que precisa ser esclarecido. O projeto em discussão teve aprovação da redação final na Câmara dos Depu-

tados, no dia cinco de novembro de 2003. A nova lei que, na realidade, fala sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionada no dia 13 de novembro de 2003. Ou seja, há pouco tempo. Então, o texto que se discutiu na Câmara dos Deputados sobre o chamado crime de informática já estava pronto quando foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, nem sequer é culpa da Câmara dos Deputados, que aprovou a matéria e a enviou para cá. Em seguida, dias depois, foi aprovado o ECA, impondo pena muito maior.

Assim sendo, é imperioso que sejam suprimidos os arts. 5º e 12 do PLC nº 89, de 2003, até mesmo porque o ECA está atualizadíssimo nesse sentido e é o diploma legal mais apropriado para abrigar normas que visem ao combate da pornografia infantil em todas as suas variantes.

Contudo, não deixamos de fazer remissão expressa ao ECA, estabelecendo, no art. 8º do Substitutivo que apresenta, que os crimes de pornografia infantil com a utilização de recursos da tecnologia da informação e comunicações serão punidos na forma do art. 241 da Lei nº 8.069, de 1990, alterada pela Lei nº 10.764, de 2003, a mais recente lei.

Quanto aos crimes contra a inviolabilidade de meios eletrônicos e de sistemas informatizados, reconhecemos que a redação proposta para os arts. 254-A, 254-B e 254-C, a serem inseridos no Código Penal, contempla amplamente a possibilidade de tipificação desses delitos.

No entanto, acreditamos serem necessários instrumentos ainda mais precisos para enquadrar tais ilícitos no que se refere ao acesso indevido a informações de terceiros.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiro, queria cumprimentá-lo pelo cuidado com que V. Exª teve ao analisar o assunto, apresentando esse voto em separado. Mas seria uma oportunidade para inserir – talvez V. Exª já o tenha feito – mais duas emendas. Refiro-me ao problema do pirata de TV a Cabo, de CDs e DVDs, porque é um meio eletrônico. O pirata usa um computador para piratear. Dever-se-ia já enquadrá-lo nesta nova lei.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Exª vai observar, um pouquinho mais à frente, que praticamente enquadrámos todas as atividades que envolvam a internet criminosamente. Logo, estariam automaticamente enquadradas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, já se enquadraria o pirata e o pirateador de TV a Cabo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Evidentemente, se não contemplar da maneira que V. Ex^a sugere, imagino que o Relator poderá acatar sua sugestão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Vou acolher a emenda de V. Ex^a, dando um complemento para já enquadrar o pirata e o pirateador de CDs, DVDs e TV a Cabo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Continuando... Os crimes tipificados nos artigos supramencionados contemplam a ação efetiva de acesso, de manutenção, de transporte ou de fornecimento devido ou não autorizado de informação de terceiros: senhas, dados, programas, base de dados, entre outros.

O texto submetido à aprovação pelo Relator condena inclusive aqueles que elaboram as ferramentas tecnológicas, *spywares*, que permitem a terceiros violar o sigilo de outrem – § 1º do art. 154, “a”, conforme redação contida no art. 2º do PLC.

Em outras palavras, quem faz a ferramenta, que dá a um *hacker* condições de poder penetrar também está praticando um crime. No entanto, a tentativa de cometer um crime não está coberta pela redação atual.

Estou criando condições de penalizar quem inventa a ferramenta, mas não estou prevendo o sujeito que tentou praticar um crime na *internet* e não é sujeito a penalidade alguma.

Nos últimos meses, a quantidade de fraudes eletrônicas que recebemos por meio de *e-mails* falsamente atribuídos a instituições financeiras, varejistas eletrônicos ou *sites* de entretenimento, mostram ser fundamental instrumentar o Código Penal para apenar aqueles que, mesmo frustrados em parte das tentativas, elaboram e executam táticas cada vez mais sofisticadas para a consecução do crime ora tratado. Em outras palavras, se ele tentou praticar o crime e não conseguiu, ainda assim, tem que ser penalizado. Ele cometeu um crime, mas não conseguiu completá-lo.

Sugerimos, portanto, tipificar como crime a simples tentativa de violação de sistemas informatizados ou de meios eletrônicos caracterizada pela difusão do sistema fraudados capaz de induzir alguém a fornecer espontaneamente qualquer dado que possa facilitar ou permitir o acesso a suas informações. Estamos dando o nome de fraude eletrônica a tal crime. Esse o caso específico daqueles programinhas que são colocados dentro do seu computador e, quando se responde uma pergunta, automaticamente está passando todas as informações para quem enviou o *e-mail* para você.

Outrossim, seria oportuno adaptar a pena restritiva de direitos do Código Penal a esses novos agentes

criminosos tornando-os mais úteis à sociedade, por meio de canalização de seus conhecimentos para fins públicos, nobres e legítimos. Assim, propõem-se uma nova hipótese de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, art. 46, deixando ao juiz, na análise do caso concreto, avaliar a conveniência da medida.

O que estou propondo aqui é que quando um *hacker* que é um especialista em computação, em criação de programas, é preso e vai cumprir pena. Evidentemente, que ao invés de dar uma vassoura para ele varrer a cela dá-se um computador a ele para ajudar as entidades que precisam de programas bem elaborados. Vai-se usar a inteligência do preso que pode ser útil à sociedade nesse sentido.

Acreditamos ser necessário um ajuste semântico também na redação do inciso I, do art. 154, “c” a ser inserido no Código Penal no art. 2º do PLC nº 03. Não é adequado adjetivar de eletrônico o meio capaz de armazenar ou transmitir dados magnética, ótica e eletronicamente. Por definição, um meio ótico não é um meio eletrônico. Então, tem-se que fazer a correção nesse sentido.

O fato de eu conseguir, por meio de uma sequência de projeção de imagens refletidas em espelhos, como é o caso específico de uma linha ultramoderníssima para transmitir imagens, não quer dizer que ela seja rigorosamente uma linha eletrônica.

O meio capaz de armazenar, transmitir etc. Por definição, o meio ótico não é um meio eletrônico. Desta forma, sugerimos que a terminologia meio eletrônico seja substituída por dispositivo de comunicação que é mais amplo e se fala em fibra ótica, transmissão em microondas, transmissão em *internet*. O que você quiser é um dispositivo de comunicação.

O escopo da definição do sistema informatizado contido no inciso II do art. 154, c, constante do art. 2º da proposição em análise, incluímos por razões técnicas a capacidade de processamento a sistemas que genericamente devam ser enquadrados na definição.

E, finalmente, com relação à nova redação proposta para o art. 167 do Código Penal, dada pelo art. 4º do PLC em análise, fizemos uma correção nas referências citadas, conforme consta do substitutivo anexado ao presente voto.

Passei para cada um dos senhores uma cópia da proposta que faço em que o substitutivo contempla uma série de sugestões, a maioria das quais apresentei aqui e que entendo ser da maior importância.

Voto.

Para proceder a correções de natureza jurídica, e na expectativa de contribuir com o conteúdo da

proposição, alteramos de maneira significativa o texto submetido à aprovação pelo parecer do Relator.

Diante do fato, opinamos pela aprovação do PLC nº 89, de 2003, nos termos do substitutivo que apresenta.

Entendo, Sr. Presidente, que grande parte do que disse é exatamente o que se refere às alterações feitas no que veio da Câmara dos Deputados. Evidentemente, quem desejar um detalhamento mais técnico, a leitura do substitutivo, o relatório do Senador Eduardo Azeredo e o que veio da Câmara dos Deputados atenderão plenamente a qualquer expectativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Gostaria apenas de um esclarecimento. Esta matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. A matéria irá para o plenário. Terá que passar pela Comissão, mas vai para o plenário. Apenas isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Considero relevantes as ponderações do Senador Hélio Costa. E como influem significativamente no texto em discussão, gostaria de propor inclusive ao Relator, Senador Eduardo Azeredo, que pudéssemos ler o texto com mais calma, como o próprio Senador sugeriu, já que exige explicações e ponderações. Poderíamos retirar a matéria da pauta desta semana e voltar ao tema no decorrer talvez da próxima semana no intuito de termos, assim, tempo necessário para fazer uma análise mais adequada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Talvez o grande problema seja – expliquei rapidamente, mas seria importante ressaltar – que a lei originalmente proposta é o Projeto de número 5.460, da Senadora

Marina Silva. A Lei foi sancionada no dia 12 de novembro de 2003 e publicada no **Dário Oficial da União** do dia 13. O projeto que estamos discutindo e que veio da Câmara dos Deputados, na realidade foi aprovado no dia 5 do mesmo mês e do mesmo ano. Portanto, dias antes, a Câmara dos Deputados aprova um projeto com modificação profunda no que diz respeito à pornografia infantil. Portanto, a lei vem da Câmara dos Deputados, e vem com um vício de origem que tem que ser corrigido. E onde tem que ser corrigido? No Senado Federal. Por essa razão, apresento relatório nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria, a respeito da proposta do Senador Flávio Arns, de retirar a matéria de pauta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema é realmente atual. Vimos, há alguns dias, uma decisão da Justiça em relação a crimes pela Internet, de saques em contas-correntes. A Justiça decidiu que o banco não era culpado nesse caso. A questão, portanto, é urgente. Como recebemos agora, seria interessante que pudéssemos dispor de mais tempo para analisar. Alguns pontos levantados pelo Senador Hélio Costa são válidos. Alguns são de ordem semântica, outros de informática, tecnologia da informação e comunicação, e poderiam ser resolvidos por meio de emenda de redação. Com relação à pornografia infantil, é fato que surgiu por uma legislação posterior. Concordo com o Senador Flávio Arns. Que possamos ter tempo para analisar. Apenas receio que, se alterarmos o que veio da Câmara dos Deputados, tenhamos que esperar mais um ou dois anos a fim de que haja uma legislação específica sobre o tema, lembrando, por exemplo, que a reforma tributária foi aprovada no Senado Federal no ano passado. Um ano se passou e não foi votada na Câmara dos Deputados ainda. O mesmo ocorreu com a PEC paralela da Previdência. Já se passou um ano. Estamos em uma Casa Revisora, logicamente não podemos aprovar ou rejeitar tudo que vem da Câmara dos Deputados. Nosso objetivo é aperfeiçoar. Mas vamos discutir o que é melhor. Se caminhamos no sentido de alterar o projeto, nos sujeitando a um atraso maior, ou se permanecemos na linha de aprovar o que já é bom, pode não ser ótimo, mas já é bom, e criaríamos um outro projeto a fim de aprimorar em seguida o que está sendo proposto. É essa a colocação. Pediria, então, tempo para podermos analisar o substitutivo do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como o Relator concorda com a proposta do Senador Flávio

Arns, podemos retirar de pauta e fazer constar da pauta da próxima reunião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, sobretudo do ponto de vista técnico, é importante ressaltar, Senador Azeredo, que, se aprovarmos o projeto do jeito que está, ele voltaria à Câmara dos Deputados. Voltando à Câmara dos Deputados, já tendo havido a aprovação de uma lei maior, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, automaticamente vale para o penalizado a lei menor; ele vai pagar pela pena menor. Então, praticamente perdemos todo o setor que cobre a pornografia infantil dentro desta lei, porque valeria a lei maior, que já está aprovada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero apenas lembrar que temos aí as medidas provisórias, esse projeto ainda vai ter que passar pela CCJC e depois pelo Plenário. Então, dificilmente esse projeto será votado este ano. Aqui no Senado. Quanto mais na Câmara!

Mas está retirado de pauta, e nós...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu considero que é válido. Vamos analisar o substitutivo. Se ele tiver sido recebido antes, a gente poderia até entrar no processo de votação. Mas eu realmente gostaria de ter um pouco mais de cuidado na análise, porque realmente o tema é urgente, mas é muito relevante o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A cautela de V. Ex^a é compreensível.

Item 3.

Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, que dispõe sobre assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais, desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas. O autor é o Senador Paulo Paim. O relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, que deu parecer favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Foi concedida vista à Senadora Ideli, que não apresentou manifestação por escrito. Como a matéria já constou da pauta de duas reuniões e não temos aqui a presença do Senador Garibaldi Alves, que é o relator, consulto o Senador Sérgio Cabral se pode funcionar como relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, tem a palavra V. Ex^a para relatar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – De fato, V. Ex^a antes abordou a tramitação dos nossos projetos no Senado em relação a esse projeto que o Senador Eduardo Azeredo é relator e que o Senador Hélio Costa busca aperfeiçoar, e me impressionou um estudo sobre o qual o Senador Juvêncio da Fonseca já se manifestou, segundo o qual, nos últimos anos – antes de assumirmos em 2003 –, de 1994 a 2002, menos de 5% da produção legislativa do Senado Federal se materializou na forma da lei, que se transformou em peça real para o povo brasileiro, seja na forma de lei ou de resolução aprovada – estas num nível maior. Mas tudo que dependeu da passagem pela Câmara dos Deputados é incrível, fiquei chocado... O Dr. Júlio, Secretário da Comissão, conhece esse estudo, e é algo chocante, Sr. Presidente, essa incapacidade da Câmara de dar continuidade à produção do Senado Federal.

Quanto ao projeto, V. Ex^a fez menção já de duas discussões nesta Comissão. E é verdade: é um projeto que conheço perfeitamente, como todos os membros. O próprio Senador Garibaldi, que havia, anteriormente, dado seu parecer negativo, refez o projeto, viu o alcance social da proposta do Senador Paim, faz uma análise no seu relatório, analisando artigo por artigo. Na verdade, é a regulamentação de um artigo da Constituição Federal. O Senador Garibaldi, ao rever a sua posição, além de fazer uma análise de cada artigo do PLS 298, faz também uma análise do papel social das empresas privadas no Brasil, cita o Instituto Ethos, chamando a atenção para que a empresa precisa ter a cultura da responsabilidade social incorporada ao seu pensamento... Vale lembrar que é um projeto que regula um ponto da Constituição Federal e garante essa assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais, desde o nascimento até os seis anos, em creches e pré-escolas, com uma série de restrições, com a possibilidade da dedução, por parte da empresa, no valor-limite de R\$ 1.400,00 anuais por filho ou dependente.

É um projeto que foi, de fato, exaustivamente discutido aqui. O parecer do nosso companheiro Garibaldi Alves é favorável, e eu apenas o ratifico, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigada ao Senador Sérgio Cabral por colaborar com a Comissão.

Antes de passar a palavra ao Senador Leonel Pavan, gostaria de lembrar que o Senador Garibaldi Alves, relator da matéria, havia apresentado um parecer rejeitando o projeto, aí o Senador Leonel Pavan apresentou um voto em separado, pela aprovação do projeto. O Senador Garibaldi retirou o projeto de pauta, fez novo relatório, acatando o voto em separado do Senador Leonel Pavan. Por isso que, tecnicamente,

desaparece o voto em separado do Senador Leonel Pavan, mas na verdade o relatório atual é a repetição do voto em separado do Senador Leonel Pavan a quem passo a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Deve-se ao Senador Leonel, então...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – ... a recuperação do projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro queria registrar na Casa a presença do prefeito eleito de Florianópolis, Dario Berger, que nos dá a alegria de estar, o novo prefeito de Florianópolis, a capital de Santa Catarina; segundo, penso que agora é dispensável comentar, já que o meu querido amigo, nosso Presidente Osmar Dias, já explicou o que aconteceu sobre a aprovação e mudança do voto do nosso eminente relator, o Senador Garibaldi Alves.

Queria cumprimentar o Senador Sérgio Cabral que, por relatar em tempo hábil, faz que com esse projeto tenha um processo rápido nesta Casa.

Conversava com o Senador Paim e estava preocupado com a reprovação desse projeto. Somos carentes de projetos sociais em nosso País. Existem muitos, mas poucos realmente estão sendo colocados em prática. Até a própria proposta do Governo Federal, do Presidente Lula é muito voltada para a questão social, mas na prática poucas são efetivadas com resultados positivos. Existe muita mídia, muito discurso, muito alarde, sobre projetos do atual Governo.

Esse projeto por ser justamente de uma pessoa do Governo, o Senador Paim, e por também ter, e teria na época, o voto contrário de um outro senador da base do Governo me deixou preocupado, e por isso acabei elaborando um voto em separado. O relator, sensibilizado com nosso voto em separado, recolheu o projeto e hoje fico feliz em saber, em ver que o voto agora é favorável.

Isso vai trazer grandes benefícios à sociedade do País e principalmente aos filhos dos nossos trabalhadores. Já existe obrigação da prefeitura, do Estado, do País de atender as crianças que estão nas creches, porém faltava um projeto que avançasse um pouco mais. Sabemos e vemos nosso querido amigo, Senador Flávio Arns, que sempre defende em todos os sentidos o meu parecer favorável.

Quero cumprimentar a todos, principalmente ao Sérgio Cabral que também fez a defesa do nosso voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra à Senadora Ideli Salvatti, também a Presidência gostaria de cumprimentar o prefeito eleito de Florianópolis Dario Berger e desejar sucesso na sua empreitada.

Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação, tendo em vista que havíamos pedido vista do projeto, para apreciá-lo e até apresentar um voto em separado.

É importante deixar registrado que o projeto regulamenta um inciso da Constituição Federal. É o inciso XXV do art. 7º da Constituição Federal, que deixa a cargo do empregador dar assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes entre 0 e 6 anos de seus empregados.

Este projeto do Senador Paulo Paim estabelece, no parágrafo único do art. 1º, uma situação diferenciadora para os portadores de deficiência mental. O parágrafo explicita: "Tratando-se de filho ou de dependente portador de deficiência mental, será considerada como limite para o atendimento a idade mental, comprovada mediante laudo médico".

Estamos apresentando uma emenda, para suprimir esse parágrafo único, com base em várias razões. A primeira é a questão do laudo médico. A segunda é a do estabelecimento do portador de deficiência mental, atendido a partir do laudo médico, como um fator discriminatório. Estabelecer que o laudo médico vai considerar a idade mental significa que vamos ter o atendimento de pessoas com idade física e idade mental diferenciadas no mesmo espaço, o que, para qualquer situação educacional de atendimento, é extremamente dificultoso. Imaginem uma pessoa portadora de deficiência mental com 25 ou 30 anos, estabelecida, por laudo médico, como tendo idade mental de 3 anos, no mesmo espaço onde se tem de dar atendimento a crianças de idade física e mental de 3 anos.

A nossa solicitação foi conversada com o Senador Paulo Paim, que concorda que esse parágrafo único seja retirado. Então, gostaríamos de fazer o apelo ao bom senso da comissão, para que não haja discriminação, para que não se reforce a questão do laudo médico e para que não tenhamos situações concretas, em que uma pessoa identificada pela idade mental – vejam bem a situação – seja colocada no mesmo espaço de atendimento com situações extremamente diferenciadas, como é o atendimento numa creche ou pré-escola montada em empresas.

Até peço ajuda ao Senador Flávio Arns, que tem todo um conhecimento sobre essa área, para que S. Ex^a pudesse contribuir nesse debate.

O nosso apelo é para que seja apresentada a emenda supressiva deste parágrafo único, em concordância com o autor do projeto. Que possamos apresentá-la e que ela seja incorporada ao parecer do relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas V. Ex^a ainda não apresentou a emenda?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu a estarei apresentando em seguida, assinada, para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, vamos aguardar.

Passo a palavra ao relator, para se pronunciar sobre a emenda que V. Ex^a sugere à comissão.

Antes, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se o relator me permite, quero apenas reforçar o argumento da Senadora Ideli Salvatti.

Vários argumentos são importantes. O primeiro é o de que toda criança tem de ser atendida na faixa etária de 0 a 6 anos, como a lei prevê, neste caso, em creches e pré-escolas, sejam crianças com deficiências, sejam crianças sem deficiências.

Especifica-se a área da deficiência mental, mas há outras áreas que precisam de um atendimento especial. Por exemplo, podemos pensar em autismo e nas deficiências múltiplas.

O importante é que pode ser o laudo médico, mas podem ser outros documentos que também são importantes, como, por exemplo, uma avaliação psicopedagógica, uma avaliação pedagógica ou apenas psicológica.

Quanto à idade mental, hoje, quando fazemos a avaliação de uma criança, por instrumentos os mais variados, não se diz mais qual é a idade mental da criança. “Ele tem 20 anos, mas tem uma idade mental de 7 ou 6”. Isso é algo que não se utiliza mais hoje.

Na área da deficiência mental, se diz que tem de haver um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média. Isso é diferente de se dizer que ele tem idade mental de 4 ou 5. Isso é impossível, porque uma pessoa de 20 anos que tem deficiência mental, está trabalhando, é independente, faz uma série de coisas, mas não precisa se dizer que ele tem 7, 8 ou 9 anos, seja lá o que for. Isso não corresponde à realidade. O fato que corresponde à realidade é que a pessoa tem um funcionamento significativamente abaixo da média. Isso, se for muito abaixo da média, algo mais severo; se for pouco abaixo da média, algo mais leve.

Eu pessoalmente, até em função da argumentação, também sou favorável, e já que o Relator também

concorda, que houvesse a retirada desse parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Sérgio Cabral, como Relator, tem a palavra para proferir parecer sobre a emenda apresentada pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É muito bem vinda a ponderação da Senadora Ideli Salvatti, a sua emenda, suprimindo o parágrafo único, respaldada pela observação do Senador Flávio Arns, e até, creio, com observações vindas do Poder Executivo, que trata desse assunto tão importante.

Portanto, está suprimido o parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a, então, acata a emenda da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Acato. No meu relatório, já está suprimido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o parecer do Senador Sérgio Cabral, com a emenda supressiva da Senadora Ideli Salvatti.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Gostaríamos de agradecer mais uma vez ao Senador Leonel Pavan, que salvou um projeto importante, já que ele foi apresentado com parecer contrário, e a interferência do Senador Leonel Pavan resultou na aprovação da aprovação de um projeto importante, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Lembro que o Senador Leonel Pavan é do PSDB.

Item 04.

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2004, que acrescenta § ao artigo 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer em 16 anos a idade máxima para não-recomendação de espetáculos é diversões.

O autor é o Senador Aloizio Mercadante. O relator é o Senador Demóstenes Torres. A matéria é terminativa na CCJ.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, propõe o Senador Aloizio Mercadante alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais precisamente, quer o Senador que seja acrescentado o § 2º ao art. 74 do ECA, enumerando novamente, portanto, o Parágrafo Único, que passa a ser o § 1º.

Qual é o objetivo do Senador Aloizio Mercadante? S. Ex^a quer o seguinte: essa sessão, e especialmente esse artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente,

trata da prevenção especial, do chamado poder de cautela que tem o Juiz da Infância e Adolescência para catalogar os espetáculos públicos.

O Senador Aloizio Mercadante propõe o seguinte: que essa classificação por faixa etária de obras audiovisuais referentes a cinema, vídeo, DVD e congêneres somente pode se aplicar a menores de 16 anos.

Ou seja, o que o Senador Mercadante quer é um realismo mesmo, porque o adolescente acima de dezesseis anos já sabe muito bem o que faz mesmo. E o Senador Mercadante diz que a pessoa vê as cenas na TV, mas não pode vê-las no cinema. Então, ele quer que haja a reclassificação. Como o art. 74, originariamente, não coloca idade pressupõe-se que seja a maioridade, 18 anos. Então, estabelece claramente que nessa modalidade, que nessa classificação, o poder de cautela do magistrado não ultrapasse a idade de 16 anos quando se tratar de cinema, vídeo, DVD e congêneres. Particularmente, creio – e minha posição é clara – que deveríamos avançar, inclusive, na discussão da idade penal, que é um tremendo retrocesso no Brasil. A Espanha, há menos de dois anos, acabou baixando a idade penal de 16 para 14 anos. O Chile está fazendo a mesma coisa. Estamos discutindo, aqui, se um menino de 16 anos pode ou não ir ao cinema ver cenas de violência, de nudez etc, enquanto as vê diariamente na televisão.

Estou de acordo com o Senador Aloizio Mercadante nesse projeto. Voto integralmente a favor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Senador Demóstenes Torres e, ao mesmo tempo, o Senador Aloizio Mercadante. O que disse o Senador Demóstenes Torres é rigorosamente a verdade. Temos que viver de acordo com a realidade.

Quero apenas citar alguns exemplos que observei em minhas andanças pelo mundo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Existe um procedimento que não é nem governamental. Na realidade, é feito pela entidade de classe da cinematografia americana e européia.

Nos Estados Unidos, por exemplo, temos a classificação pela Academia Nacional de Cinema. “G” quer dizer geral, todo mundo pode assistir ao filme, ao vídeo; “pg” quer dizer **parental guardian**, ou seja, com o pai ao lado o menor pode ver; o “r” quer dizer restrito e depois entram em “x” e “xx”, etc. É algo determinado

pela Academia, e não pelo Governo. Não é por nenhuma agência. Pode ou não ser seguida. Você, como pai, tem o direito de entrar com o seu filho de 2, 3 anos, em qualquer filme que quiser. Não é preciso chegar a esse absurdo. Ao mesmo tempo, é preciso entrar mais na realidade dos fatos. Qual é a criança, o menino, que se julga criança aos 16 anos? Evidentemente não há. Hoje estamos vivendo uma realidade muito diferente da do passado. Cumprimento o Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ajudaram até a eleger o Prefeito de Florianópolis, não é?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, não sou contra o projeto. Quero aproveitar essa discussão para relembrar que já votamos projeto de lei de autoria do Deputado Cunha Bueno, que foi transformado na Lei nº 10.359, de 2001, da qual fui Relator. Por aquele projeto era obrigatório que os aparelhos de televisão, depois de certo tempo, terem um bloqueador. Este poderia identificar e bloquear, se quiser a família, as cenas de sexo e violência.

A medida provisória – e é sobre isso que gostaria de alertar os Senadores nesta Comissão –, que estará hoje em pauta no plenário do Senado para ser votada, simplesmente elimina a classificação por natureza (sexo e violência) e fica só com a faixa etária. Sabemos que a inspiração desse projeto, a Lei nº 10.359, está justamente no excesso de cenas de sexo e violência no horário nobre da televisão brasileira. Lembro-me que votamos, no Senado Federal, quase que por unanimidade, um projeto que dizia que cenas de sexo e violência têm que ser identificadas previamente, permitindo à família, que às vezes não está junto aos seus filhos, por meio do **chip** na televisão, bloquear tais cenas. A medida provisória que estamos vendo agora, nº 195, diz o seguinte:

Competirá ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das pessoas jurídicas, referidas no art. 1º, proceder à classificação indicativa dos programas de televisão, que deverá apresentar as faixas etárias a que não se recomende os programas de televisão identificados.

E revoga a lei que votamos aqui em 2001.

Estou fazendo essas colocações apenas para ilustração nossa, do que vai ser votado, hoje, no plenário do Senado, se houver desbloqueio da pauta.

Portanto, nesse projeto que limita a 16 anos, sou plenamente favorável. Temos que estar atentos, aqui no Senado Federal, a essa plena liberalização dessas comunicações que atingem as faixas etárias menores, para as quais existe uma plena liberdade. Cenas de sexo e violência, inclusive trazendo situações de constrangimento para as famílias, às sete, oito horas da noite, nas novelas em que se exhibe praticamente sexo explícito, não protegendo a formação da criança. Criança com sete anos, como tem a minha neta! Outro dia, fui assistir a uma novela com ela e simplesmente pedi que desligasse. Novela das oito. As maiores cenas de libidinagem, das quais gostamos muito, pois somos adultos. Mas as crianças têm que ser preservadas.

Faço esse alerta, nesta hora, porque vejo a rec laminação das famílias brasileiras com referência a essas cenas explícitas na televisão, não só as de sexo mas também as de violência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Senador, parece-me o seguinte: a classificação por faixa etária, embora não venha trazendo a expressão “sexo e violência”, é óbvia, porque a pessoa vai cortar mesmo é sexo e violência, não vai cortar o jogo do Corinthians* nem o **Cartoon Network**. Vai é realmente cortar sexo e violência.

Então, nesse caso, embora da oposição, creio que o governo não esteja fazendo isso por alguma maldade ou coisa semelhante. A classificação por faixa etária realmente é para programas inconvenientes. Quais são os programas inconvenientes para a criança? Sexo e violência. Então o resto é sadismo paterno. Vou-lhe dar um castigo. Hoje, você não vai assistir à televisão. Você não vai assistir ao **Batman** ou não vai assistir ao **Manda-Chuva**. Então, fora disso é...

Quer dizer, embora não venha a expressão, acredito que não vá prejudicar o projeto. Imagino!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só que, ultimamente, o jogo do Corinthians deveria ser proibido.

Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ia dizer exatamente isso em relação ao meu clube, o Vasco da Gama. É atentado ao pudor, ultimamente, assistir aos jogos do meu clube.

Em relação ao **Manda-Chuva**, Senador Demóstenes, já não passa há muito tempo, creio. (Risos.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Olhe, estou falando do **Cartoon Network**.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas, Sr. Presidente, primeiro, creio que seja sempre muito bom quando vejo esta Casa discutindo e votando, seja nas Comissões ou no plenário, infelizmente com muito pouca habitualidade no plenário, porque, ultimamente,

não temos votado nada, projetos que, e aqui adoto a expressão rodriguiana, de “a vida como ela é”, quando o Congresso Nacional entra na vida real.

E esse projeto do Senador Mercadante é muito feliz exatamente porque entra na vida como é. É evidente que essas modificações tinham que ser tomadas, apresentadas. O Senador foi feliz ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, diminuindo a idade para 16 anos, sobretudo nessa área do cinema, do vídeo e do DVD. E aproveito, Sr. Presidente, para fazer um comentário sobre a MP nº 195.

Ao contrário do meu brilhante colega Juvêncio da Fonseca, não vejo bem essa MP, não a vejo com bons olhos. É uma MP na linha George Orwell. Não me bate bem essa MP. Não creio ser interessante para a liberdade de expressão. Enfim, acredito que tenhamos outros mecanismos para coibir a violência indesejada na hora indesejada, o sexo na hora indesejada, as cenas de sexo explícito na hora que não têm cabimento. Agora isso é cada vez mais subjetivo, cada vez mais uma responsabilidade de Estado, mas cada vez mais uma responsabilidade familiar, uma responsabilidade menos subjetiva e mais objetiva. E diria eu: graças a Deus! Em nome do Estado de Direito democrático. Eu não gosto desta medida provisória. Eu estou muito preocupado e acho que nós tínhamos uma obrigação cívica de rejeitá-la, primeiro porque ela não atende aos requisitos da urgência impostos pela Constituição Federal para a edição da medida provisória. Eu não vejo... Não tem cabimento. Eu não consigo imaginar como é que o Presidente Lula tenha assinado essa MP.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) –

Claro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Até porque eu quero ver qual é o órgão competente do Governo Federal que vai colocar uma classificação por faixa etária na novela da oito quanto tem sexo explícito. Quem vai colocar? Ninguém, em nome da plena liberdade de expressão. Mas não em nome da educação dos nossos filhos. É este o enfoque que quero dar neste projeto. Quando coloca a informação que tem sexo e violência, pelo menos alerta o pai, a mãe e a família a dizer: olha, vamos bloquear, porque se falar 16, 14 ou 12 anos, vira rotina. Ninguém vai prestar atenção nisso. E principalmente porque a família brasileira está acostumada, às 20h, a assistir tudo que vem pela telinha, pouco importa o conteúdo moral em favor da família ou contra a família. Esse aspecto está ficando cada vez mais desmoralizante para a família brasileira. E era preciso que houvesse uma reação a respeito disso. Era necessário que tivesse uma clas-

sificação mais rigorosa destes espetáculos que não compromettesse a convivência da família sem comprometimento da hora nobre da televisão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Juvêncio da Fonseca, eu respeito V. Ex^a, que é um democrata, mas acho extremamente perigosa essa observação dos princípios morais e familiares na hora da execução de censura à produção de telenovelas, à produção, enfim, de qualquer programa na televisão brasileira.

Acho que nós temos que ter recomendações, sim; acho que nós temos que ter orientações, sim; mas nós não podemos de maneira alguma chegar à impossibilidade de o Estado interferir diretamente no que entra e no conteúdo... Eu acho que o veículo é uma responsabilidade, é uma concessão do poder público, ele tem responsabilidade, e o Executivo tem que interagir de maneira habitual com as concessionárias no sentido de uma discussão permanente sobre esse conteúdo, mas uma orientação, não estabelecendo ou entrando na criação artística brasileira, estabelecendo que cenas entram no ar, que cenas que vão, que cenas que deixam de ir ao ar. E essa MP, volto a dizer, é assustadora. Ele me lembra George Orwell.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Claro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – O Senador tem toda a razão. Quero me reportar aos anos 80. Quando chefe da sucursal da **Rede Globo** nos Estados Unidos, foi-me solicitado fazer uma pesquisa exatamente de qual seria o procedimento, de qual era o procedimento das emissoras de televisão americanas, das redes, no que diz respeito a apresentação de cenas de sexo ou então, até não necessariamente sexo explícito, mas aquelas cenas calorosas, etc.

Nós fizemos, durante seis meses, uma série de entrevistas, indagações, recebemos relatórios e por fim chegamos à conclusão de que o que guiava a indústria norte-americana era um código de ética das empresas, não existia lei. Na realidade, a lei sempre existe, e, se você ultrapassar os limites da lei, a lei é aplicada. Mas o que orienta, o que determina, o que vai ou não vai às 20h no horário nobre – e isso, necessariamente, não é só nos Estados Unidos, na Europa funciona da mesma forma –, é um código de ética entre as emissoras.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Hélio Costa, nós temos agora um exemplo recente no Conar, que é o Conselho de Auto-Regulamentação da Propaganda, com a propaganda do amianto, onde uma entidade não-governamental questionou a exaltação do amianto, mostrando os males que ele causa

à saúde do trabalhador e os que já causou a milhares de trabalhadores brasileiros. E o Conar imediatamente retirou do ar. Penso que esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos prosseguir a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan para discutir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quando nos reunimos com uma entidade religiosa, os líderes religiosos apelam para que aprovemos uma lei que impeça determinados canais televisão de veicularem algumas cenas de sexo, de atentado ao pudor, de crimes, e assim por diante. Quando nos reunimos com associações de moradores acontece o mesmo. Mas quando nos reunimos com sindicatos, com jornalistas ou com outros setores, esses já são contrários, há um certo temor de que se venha a impedir o direito de criação dos artistas e até de exercício da sua própria profissão, principalmente os humoristas que usam muito esse tema em seu humor, porque quando abordam a questão do sexo é quando todo mundo ri, é a parte mais engraçada, pensam que o programa vende muito mais quando abordam a questão da sexualidade. Se assistirmos o programa Teste de Fidelidade, de João Kleber, é um Deus-nos-acuda, até nós passamos vergonha. Quem assistiu ontem pôde verificar. O programa é apresentado às dez e meia, onze horas, meia-noite, é algo vexatório, vergonhoso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se estivesse lendo a Ditadura Encarcerada, do Elio Gaspari, não haveria esse problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O que estamos analisando é a necessidade de se tomarem providências, de se ter uma atitude, mas sem ferir o direito dos artistas, que poderão, de repente adotar uma linha que seja aprovada por toda a sociedade brasileira.

O SR. (orador não identificado) – (INAUDÍVEL).

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Amordçar não, encurralar ou embretar...

O que queremos defender é que, como os canais de televisão têm concessão, o Governo brasileiro tome as devidas providências, que tenha um contato com os próprios canais de televisão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Uma grande providência seria estabelecer, em lugar da faixa etária, a faixa horária, para proibir em determinadas faixas horárias cenas que não fossem condizentes com a nossa formação moral, familiar e ética.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E se aparecer o horário de verão?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Até as 8 horas se proibiria qualquer filme com esse tipo de cena, até as 9 horas ou dez horas teríamos outra natureza de filmes e, após as dez, que façam o que Deus quiser. Mas, agora, estamos transferindo para a criança e para a família a obrigação da faixa etária. O Estado não é capaz de fazer com que as concessionárias se obriguem a ter uma disciplina na faixa horária da sua programação. Estamos invertendo a obrigação, com grande prejuízo para todo o povo brasileiro. Quem não sabe disso? A reclamação é generalizada. Eu recebo muitas reclamações a respeito disso, mas o que nós podemos fazer? Nada, porque o entendimento hoje está correndo para esse leito de há muito tempo de que não pode haver censura aos meios de comunicação.

Isso não é censura. A censura é ideológica, partidária, mas jamais é uma questão ética familiar. Isso não é censura, é uma disciplina na faixa etária. Tanto assim que, como o Senador Hélio Costa disse, nos EUA há um código ético dos empresários. Enquanto não chegarmos lá, vamos continuar nessa discussão que estamos tendo aqui, sem objetividade, sem um resultado final. Ninguém tem código de ética, deixa tudo liberado, deixa acontecer o que bem entender, porque o resto é ditadura.

Meu Deus, o que é isso? O brasileiro não aceita ditadura de maneira nenhuma. O brasileiro aceita as coisas boas democraticamente. E democraticamente poderíamos ter uma faixa horária para a televisão fazer o que bem entender dos seus programas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas, Senador, foi lembrada a época da ditadura. Eu era menino, eles jogavam as novelas mais picantes para depois das dez horas, Gabriela Cravo e Canela, o Bem Amado, e a gente ficava acordado para ver, e emendávamos com a “sessão coruja”. Acho que a faixa horária também é uma questão relativa. Como V. Ex^a disse, vamos acabar nessa discussão: qual a melhor solução? Nesse caso do projeto, acho que é só uma realidade, quer dizer, não estamos discutindo a faixa etária, 16 anos é razoável. Parece-me que 16 anos, hoje, é muito bom. A pessoa ver e tocar adiante.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Havia pedido a palavra para dizer que em relação a essa discussão temos que nos aprofundar, porque a reclamação da sociedade de uma maneira geral é fortís-

simamente no sentido do que a televisão vem apresentando. Quando o Senador Hélio Costa menciona o Código de Ética, que talvez não seja pela legislação, mas por outros mecanismos de controle social, que possam estar presentes no meio de comunicação, como acontece nos Estados Unidos, talvez seja um caminho. Mas realmente temos de pensar que os mecanismos de controle que os Estados Unidos e países europeus possuem são muito diferentes dos mecanismos que possuímos aqui no Brasil. E vemos americanos e europeus vindo para o Brasil e olhando os programas de televisão e nos perguntando como permitimos que isso aconteça na televisão brasileira ao meio-dia, às 2 horas da tarde, programas policiais na hora do almoço, às 6 horas da tarde. Admiro-me inclusive que os conselhos nacionais ou o Conselho Nacional da Mulher, por exemplo, não esteja se manifestando, não sei se por medo, por temor ou o quer que seja, em relação a cenas que vêm sendo apresentadas pela televisão nas novelas, às 8 horas da noite, sem que ninguém faça absolutamente nada.

O Senador Juvêncio da Fonseca expôs de maneira clara que cabe às famílias decidir, é lógico. Como o Senador Demóstenes Torres ponderou, se a família decide se pode ver, tudo bem, problema da família. Mas, ao mesmo tempo, o Senador Juvêncio pergunta: vou reclamar para quem? Que mecanismos que existem em nossa sociedade para que a reclamação possa ter algum efeito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não é amiantos. Se fosse amiantos, eu teria onde reclamar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Então, nesse sentido, lastimo, porque as novelas, os filmes, os programas, é uma questão de violência, de sexo. Mas o pior de tudo é uma questão de desestruturação da família brasileira, por mecanismos, por cenas culturais, por coisas que não fazem parte da nossa cultura, estão sendo incutidas e com isso está destruindo a família e a juventude.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte? Queria acrescentar à sua observação, Senador Flávio Arns, porque talvez esteja passando também despercebido um aspecto fundamental no caso específico do que vai ao ar na televisão, notadamente no horário nobre. Nós todos somos meio pudicos, nós todos nos protegemos na medida em que se vê uma cena de sexo, um beijo mais prolongado, uma situação erótica, mas nos esquecemos de que passam informações que não têm visualmente nenhuma agressão, porque não está mostrando um corpo nu, mas, ao mesmo tempo, está dizendo, que ser gay é perfeitamente normal, que homossexual não é problema

nenhum, que ser lésbica é interessantíssimo. Passa-se essa informação, não tem como proteger isso, não tem como se entrar no mérito dessa questão, porque visualmente é perfeitamente aceitável, mas a mensagem que se está passando é que talvez não seja.

Então, acho que nos preocupamos muito com o corpo, “ah, o corpo foi mostrado, que absurdo”, mas não nos preocupamos quando alguém mostra uma cena de duas mulheres se beijando em pleno horário nobre da televisão e isso é perfeitamente normal. Será que já estamos aceitando essas coisas, conforme V. Ex^a diz?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Isso vai render outra discussão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Vai render outra discussão porque eu já entraria dizendo que não tem nada demais. Aliás, foi citada a Espanha que acabou de aprovar... É uma discussão interessante, não é o meu gosto, mas não vejo nada. Os Estados Unidos da América enfrentaram agora uma situação, essa eleição, a manifestação dessa onda de conservadorismo reacionário que ameaça o nosso planeta. Chegamos a um mito, estamos no Século XXI, o Congresso Nacional, aliás, deveria ter coragem de discutir esse tema. Pelo amor de Deus, tratar como anormal um cidadão ou uma cidadã pela sua opção sexual, francamente

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Senador, a colocação que faço, não é necessariamente para discordar de V. Ex^a ou concordar com V. Ex^a, é apenas uma observação. O que quero dizer não é que não se possa fazer a manifestação na televisão no horário nobre. O que acho que não pode ser feito é você tratar o assunto, 80% das vezes, em 100% do horário nobre, isso não é normal, isso é que não é normal. A população brasileira, 98% dela, possivelmente, não é o que se pretende mostrar no horário nobre da televisão.

Se isso fosse mostrado de uma forma natural, ou seja, para cada mil, ou dois mil, ou um milhão de pessoas, você tinha um percentual, mas não é assim que acontece. Isso está virando lugar-comum, é apenas uma discussão. Não sou contra nem a favor, quero discutir um assunto polêmico.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Senadores, é mais ou menos o que o Millôr Fernandes, no domingo, escreveu na **Veja** um artigo muito interessante. V. Ex^a é ma pessoa insuspeita, não tem problema algum, mas é o que disse o Senador também. Vai chegar a Parada do Orgulho Gay, o orgulho de que mesmo, amigo? Quer dizer, então, é tudo muito normal, mas...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para encerrar e voltarmos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Tinha dado aparte para o Senador Hélio Costa, mas a sociedade exige que esse debate seja feito, que haja mecanismos, é uma concessão do poder público para as emissoras de televisão, quer dizer, é simplesmente uma concessão do poder público, não só violência, não é só sexo, mas toda uma estrutura de pensamento que não tem nada a ver com a nossa realidade, desestruturando, sem dúvida alguma, ajudando, substancialmente, significativamente, a desestruturar o patrimônio, a maior riqueza que deveria ser valorizada em outros sentido, que é a família também, os valores da família que é fundamental em termos de Brasil.

Acho que esse debate deve continuar, deve se aprofundar e, nesse sentido, peço vistas do projeto que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vistas ao Senador Flávio Arns.

Passa-se ao **item 5**.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, apenas para pedir a retirada de pauta do Item 5. Entrei em entendimento com o Senador Mozarildo Cavalcanti, e vamos ver se conseguimos encontrar outra fórmula para que esse entendimento possa ser trazido até aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está atendido o apelo de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Amaral, Relator do Item 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003, que denomina a Rodovia Milton Santos a BR-242, Bahia/Brasília, que atravessa a Chapada Diamantina e o Oeste baiano.

O autor é o Deputado Jacques Wagner.

O Senador Valmir Amaral deu parecer favorável, com a emenda oferecida.

O SR. RELATOR (Valmir Amaral) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003, pretende dar à rodovia BR-242 a denominação “Rodovia Milton Santos”, em homenagem ao ilustre brasileiro nascido na Bahia em 1926 e falecido em julho de 2001.

A justificação apresentada destaca aspecto da biografia do homenageado. Geógrafo, professor e pesquisador de renome, Milton Santos dedicou toda sua vida e obra ao estudo do homem e das relações desse com o território. Escreveu centenas de artigos técnicos

e dezenas de livros traduzidos em vários idiomas e foi distinguido com mais de 20 títulos **honoris causa** em diversos países.

À Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de se pronunciar sobre o mérito da iniciativa.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003, com as modificações decorrentes da Emenda apresentada a seguir.

“Suprima-se a Emenda do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003, a expressão “Bahia – Brasília.”

Então, o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer do Senador Valmir Amaral é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos agora três itens na sequência, os de nºs 7, 8 e 9, que são requerimentos do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Vou ler o primeiro.

Item nº 7.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro da Educação, Tarso Genro, para participar da audiência pública, a fim de instruir o PLS nº 217, de 2004, que trata da instituição do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, como requisito legal para o exercício legal da medicina no País.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem a palavra, se quiser, para expor o seu requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, até por uma questão de economia processual, eu gostaria de explicar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu faço a leitura dos três e passo a palavra para V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Exatamente isso.

Item nº 8.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro da Saúde, Humberto Costa, para participar de audiência pública, a fim de instruir o PLS nº 217, de 2004, que trata da instituição do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, como requisito legal para o exercício legal da medicina no País.

Esse é o mesmo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – São três pessoas para o mesmo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, o primeiro convida o Ministro Tarso Genro; o segundo, o Ministro Humberto Costa; e o terceiro, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, para instruir o Projeto nº 217.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Só para explicar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esse projeto, na verdade, é como o exame de ordem, equivalente da OAB.

É um projeto de lei da autoria do Senador Tião Viana. Eu o considero, como médico, um projeto muito importante, mas que tem de ser mais debatido. Creio que é um projeto que realmente precisa de dados tanto do Ministério da Educação quanto do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, para que possamos realmente, apreciá-lo.

Portanto, eu gostaria de ter aprovada a convocação das três autoridades no mesmo dia, para que pudéssemos ouvi-las.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, V. Exª sugere uma audiência pública para os três?

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Estão aprovados, então, os três requerimentos do Senador Mozarildo Cavalcanti. Marcaremos audiência pública, oportunamente.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h53min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 10 de Novembro de 2004.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia dez de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Valdir Raupp, José Jorge, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Luiz Otávio e Paulo Octávio, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duclomar Costa, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio

Costa, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Efraim Moraes, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião o Senhor Senador Magno Malta, não-membro da Comissão e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, atendendo a solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, com base no artigo 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que tem como objetivo a exposição do Senhor Ministro sobre o Orçamento do Ministério do Esporte para o exercício de 2005. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas e Magno Malta. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está aberta a 39ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Nosso objetivo hoje é ouvir o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que fará uma exposição sobre o orçamento do Ministério do Esporte para o exercício de 2005.

Queremos informar que esta é uma reunião muito importante, principalmente pela sua motivação – quem a solicitou foi o próprio Ministro Agnelo Queiroz. Isso já dá muita importância à Comissão de Educação, porque é um fato que se repete pela segunda vez na Comissão – já recebemos o Ministro Gilberto Gil. Se isso se tornar uma prática na Comissão, acredito que estaremos avançando muito na questão do aproveitamento das emendas da Comissão de Educação no Orçamento da União. Porque é um fato relevante o Ministro se propor a vir à Comissão, ele próprio se oferecer para apresentar à Comissão sua proposta de prioridade ao

Orçamento, porque isso encurta o caminho, evita que a Comissão aprove emendas que não se encaixam nas prioridades do Ministério e torna muito mais provável que as emendas aprovadas aqui possam ser efetivamente consagradas, liberadas.

Então, em primeiro lugar, queremos agradecer muito o Ministro Agnelo Queiroz não só por esta oportunidade, mas por todas as outras em que S. Ex^a se colocou à nossa disposição, todas as vezes que, quando convidado, aqui esteve prestando esclarecimentos sobre seu trabalho no Ministério do Esporte. Sem dúvida nenhuma, é o Ministro que tem demonstrado um grande respeito com a Comissão de Educação do Senado Federal. Meu agradecimento.

Eu gostaria até de já deixar ao Ministro um apelo. Conversei demoradamente com o Senador Juvêncio da Fonseca a respeito daquilo que acontece em relação a emendas individuais e emendas de Comissão. Aliás, hoje a imprensa, por coincidência, traz notícias que considero até depreciativas ao próprio Congresso Nacional.

Hoje, no noticiário da manhã, na televisão, os comentaristas políticos colocaram esse assunto de forma bastante crítica em relação ao Congresso e ao Governo, como se as emendas fossem objeto de negociação entre as partes, negociando-se votos, apoios e alianças dentro do Congresso. E isso não poderia, pelo menos na minha visão, continuar acontecendo. Parece-me que o Senador Juvêncio estava até indignado com isso, com as notícias que hoje estão sendo divulgadas. Porque as emendas individuais, especialmente, são um direito constitucional de Parlamentar. Isso não deveria ser nem discutido; deveria ser liberado no primeiro momento, na primeira oportunidade. Mas o Governo, ao não liberar as emendas, dá ensejo a esse tipo de comentário, que na verdade acaba sendo um comentário verdadeiro mesmo. Porque, de repente, convidam-se para um almoço lideranças partidárias, e o assunto é: bom, se não liberar as emendas, não vamos votar a favor.

Acho que isso deprecia o Congresso Nacional, deprecia o próprio Governo e deveria ser uma prática as emendas serem liberadas, e que se respeitasse efetivamente esse direito constitucional do Parlamentar, principalmente, porque ele fica desgastado, muitas vezes até desacreditado no seu Estado, quando anuncia que fez uma emenda para determinada obra ou para determinada entidade de assistência social, e essas emendas depois não são liberadas e acabam desmoralizando o autor da emenda.

Então, quero fazer um apelo ao Ministro para que, no Ministério do Esporte, que S. Ex^a conduz com tanta competência e com tanta atenção ao Congresso Nacio-

nal, pudéssemos contar efetivamente com a liberação das emendas, não só as individuais, mas que todos nós, da Comissão, nos comprometêssemos a ajudar o Ministro na sua prioridade dentro do Orçamento, e o Ministro, em contrapartida, nos ajudasse a efetivar não só na Comissão de Orçamento, mas, depois, na liberação da emenda, para atender aquilo que é prioridade do Ministro e do seu Ministério.

Para ouvir o Ministro, vamos passar-lhe a palavra. Depois, os Senadores ficam à vontade para fazer as suas perguntas.

Com a palavra, o Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Bom dia a todos, Sr. Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação do Senado, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, nossa Líder Ideli Salvatti, quero agradecer esta oportunidade de poder estar aqui com essa acolhida imediata. Esse tem sido um comportamento permanente do Senador Osmar Dias, nosso Presidente da Comissão. Acho muito interessante essa iniciativa de uma articulação mais cotidiana na articulação das propostas e, conseqüentemente, facilita muito na própria execução posterior. Quero aproveitar a oportunidade para também agradecer publicamente – o fiz pessoalmente com o Senador – por essa relação aberta e muito receptiva, por meio da qual temos podido trocar, em várias oportunidades, sugestões e encaminhamentos conjuntos. Então, quero agradecer ao Presidente da Comissão.

Quero dizer que concordo com V. Ex^a nessa assertiva de que, ao discutir as prioridades junto com o Executivo isso facilita muito essa construção. Por isso é que achei prudente já adotar, junto com a Comissão, essa prática de podermos construir as prioridades. Porque também é oportunidade de ouvir as sugestões, alguma proposta, enfim. Isso tudo também facilita muito esse tratamento conjunto do Ministério do Esporte com a Comissão de Educação, que também trata do esporte, da cultura, da ciência e da tecnologia e que tem sido uma grande parceira na construção dessas propostas para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Acho que, ao trabalhar em conjunto, já responde um pouco a essa preocupação muito correta e justa do Senador Osmar Dias de, já pensando no futuro, na própria execução do Orçamento. Porque, na medida em que possamos construir em conjunto certa proposta, ter uma prioridade e objetivos, evidentemente, isso facilita muito a execução, porque estaremos otimizando esforços dentro do que é prioridade. Então, não haveria uma grande dispersão das emendas. Como nosso Ministério, felizmente, tem uma relação muito boa com o Congresso Nacional e acolhe um grande número de emendas, na medida em que essas emendas têm

uma articulação para definir prioridades, isso ajuda muito a que os recursos direcionados dêem, de fato, um resultado objetivo, concreto. Porque há um objetivo maior naquele esforço feito tanto pelo Congresso quanto pelo Ministério.

Nesse sentido, o Ministério tem um grau de execução muito bom; conseguimos executar, dentro do limite orçamentário definido, praticamente dando prioridade, inclusive, às emendas do Congresso, de quase 99% até agora. E vamos poder, inclusive, até a data-limite, com o aumento desses limites orçamentários, tentar executar agora as emendas de Bancada. Aí completaremos de forma até muito satisfatória. Isso é um estímulo, porque, como o Senador disse, se os nossos Parlamentares verificam que a emenda que está sugerindo sai, isso é um grande estímulo para que o Parlamentar continue a fazer emendas, não gerando essa expectativa que não se concretiza, o que é muito ruim.

Como também sou Parlamentar, compreendo muito bem isso e sei que essas emendas parlamentares têm um grande significado para atender à comunidade, que está na base – esse é um objetivo concreto, e também para fortalecer a ação parlamentar.

Então, de forma muito sintética, eu gostaria de dizer que, dentro da política nacional de esportes que definimos, para a qual fizemos uma conferência nacional de esporte, estamos tratando de diversos pontos do desenvolvimento do esporte.

O esporte como um fator de inclusão social é uma ferramenta maravilhosa. Discutimos isso aqui, na comissão, no ano passado. O projeto – o Programa Segundo Tempo – desenvolveu-se com muito sucesso, tendo hoje já quase oitocentas mil crianças e adolescentes nesse projeto.

A necessidade de desenvolvimento do esporte na escola como uma ferramenta de melhorar a qualidade da escola é uma meta estratégica e prioridade. Aliás, vamos eleger o próximo ano como o ano da educação física e do esporte na escola. Vamos eleger para dar prioridade. Haverá uma série de iniciativas para fortalecer o esporte na escola, tendo em vista melhorar a formação integral da nossa juventude e garantir o direito de acesso ao esporte também na formação.

Na parte de desenvolvimento do esporte de rendimento, das competições, demos passos importantes. O Brasil teve uma posição destacada nas Olimpíadas e nas Para-Olimpíadas.

Enfim, temos de pensar no esporte como um grande negócio. Ele também gera empregos e renda, ajuda no desenvolvimento do País e incrementa o turismo. Estamos tratando isso no conjunto.

O futebol tem um papel destacado, pela força da modalidade. Estamos trabalhando agora uma proposta, que vamos discutir também na comissão, oportunamente, que vai melhorar esse segmento.

Estou dizendo isso, porque a proposta de prioridade que vamos discutir está vinculada a esse plano maior, a esse grande projeto, que é assegurar que o esporte se transforme, de fato, numa política de Estado, não ficando somente na nossa intenção, no nosso discurso. Que o esporte possa ser uma política essencial para o Brasil, para que toda a população possa ter acesso a uma ferramenta que é indispensável – isto está comprovado – para formar bem o cidadão, seus valores, sua saúde, seu desenvolvimento. Uma ferramenta dessa qualidade não pode ser para poucos, para quem tem acesso ou para quem pode pagar. Ela tem de ser para toda a sociedade.

Para atingir esse objetivo estratégico, temos de transformar a escola na base do sistema esportivo no Brasil. Esse é o objetivo estratégico. Para atingi-lo, precisamos de uma ação integrada do Poder Executivo junto com o Congresso Nacional, com a nossa comissão, ao longo do período, ao longo dos anos.

Por isso, a idéia é a de que possamos aqui discutir, dentro das emendas de comissão prioritárias, a possibilidade de inclusão de uma emenda ligada ao esporte que tivesse essa articulação, com esse objetivo. A proposta objetiva é a de que pudéssemos dar prioridade para a construção dos equipamentos nas escolas públicas no nosso País. Essa seria uma proposta objetiva. Assim, com uma grande emenda de comissão destinada especificamente para a construção de quadras esportivas ou de equipamentos esportivos nas escolas, vamos ter condição física para implantar o que falei, sobre transformar a escola nessa base do sistema esportivo. Das 180 mil escolas públicas do Brasil, metade não tem nenhum tipo de equipamento.

Se excluirmos pequenas escolas, são algo em torno de 50 mil escolas, teremos pelo menos 40 mil escolas no Brasil que não têm e que precisam de equipamento esportivo, sem falar em recuperar outras tantas que têm o equipamento, mas que está depreciado, demandando a nossa recuperação para dar-lhe utilidade plena.

Ao ter o equipamento esportivo na escola, você possibilita garantir – inclusive é o que está em lei – a obrigatoriedade da educação física. Ou seja, facilita que o professor de educação física exerça a sua atividade; facilita a implantação de programas sociais no contraturno da escola, que é o programa Segundo Tempo, de que falarei em seguida. Havendo o equipamento, você pode manter um número de crianças no contraturno da escola. Isso facilita, porque vincula-

remos no sentido de que toda escola construída com um projeto como esse, de uma emenda que prioriza a escola, será aberta no fim de semana. Ou seja, abrindo esse equipamento para a comunidade no fim de semana, a comunidade passa a proteger a escola. Toda escola que abre no fim de semana passa a ter prioridade em receber equipamentos esportivos como bolas, redes e esses equipamentos que o Ministério do Esporte fornece hoje para um número já grande de escolas e que queremos aumentar bastante dentro desse projeto.

Portanto, veja só como um equipamento determinado pode agregar tantos valores, fortalecendo reciprocamente cada iniciativa dessas. Sendo uma prioridade, havendo uma grande emenda tratando disso, estenderemos também para as emendas individuais. As emendas individuais que priorizarem equipamento na escola daremos prioridade para executar o projeto com rapidez.

Se fizermos um pacto como esse entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e ao final de um período – tomara que seja antes disso, mas, pelo cálculo que fizemos, em dez anos teríamos todas as escolas públicas deste País equipadas –, aí, sim, teria valido a pena se fazer ao longo de anos um tipo de investimento que não se perdeu. Ao final de um longo período de tempo, pergunta-se: onde estão os equipamentos? A quem servem? Quem controla? Quem defende? Hoje não o temos nada disso e passaríamos a ter. Por isso eu digo que é uma definição em conjunto do nosso País com o Poder Executivo, envolvendo também a sociedade civil, envolvendo também uma estratégia como essa.

É evidente que estaríamos dando as condições objetivas para garantir o acesso à prática esportiva para todos os jovens e todos os estudantes do Brasil.

Assim, poderemos pensar que a escola deve ser a base desse sistema esportivo no Brasil. Esse é o conteúdo principal.

Eu vou falar rapidamente sobre o Segundo Tempo, cujo objetivo é democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de nossas crianças e jovens.

O público que iremos atingir são os alunos das escolas fundamental e média localizadas prioritariamente onde há risco social, ou seja, dar oportunidade do tempo quase integral para quem mais precisa, ou seja, ocupar o tempo livre com algo mais saudável, como o esporte. Além do esporte, vamos agregar o reforço escolar e alimentar.

Há um relatório da ONU de novembro de 2003 que é o primeiro material consistente que reuniu to-

das as agências das Nações Unidas – esse relatório é dirigido pela pessoa que cuida hoje do esporte nas Nações Unidas, um ex-Presidente da Suíça por dois mandatos, Adolpho Og(?), que está dando outra dimensão para a importância do esporte para criar uma cultura de paz e desenvolvimento humano.

O esporte é um elemento importante para ensinar e promover valores importantes de formação, como disciplina, tolerância e liderança. A inclusão e a cidadania, no caso do Brasil, é o caso especial, porque a grande maioria das nossas crianças excluídas vive em condições habitacionais muito precárias, onde não há equipamento nenhum, ficando praticamente o tempo todo na rua. Se estiver a criança ocupada no contraturno, você dá uma formação estável, saudável.

Os outros são valores importantes para a vida. Não só para se formarem campeões, mas cidadãos. Temos que lidar com a vitória, com a derrota, com a intolerância e contra qualquer tipo de discriminação pela convivência que o esporte possibilita.

Esse programa, o Segundo Tempo, envolve a capacitação de recursos humanos. Distribuímos um material esportivo que é fornecido pelo Ministério, implantamos a infra-estrutura, a reforma alimentar. Há uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social na parte de alimentação. O reforço escolar também. Há outras atividades, dependendo dos parceiros.

Atingimos, já em 2004, 790 mil crianças. Com os convênios em curso, já está sendo ultrapassado o número de 800 mil crianças e adolescentes atendidos pelo programa. Cada núcleo tem 200 crianças. São 3.627 núcleos implantados no Brasil. Setecentos e setenta e quatro municípios já têm o programa Segundo Tempo. Quer dizer, o programa já começa a tomar, de fato, um caráter de programa em escala. Daqui a uns dias vamos ter 20% dos municípios do Brasil com o programa. Estará implantado, já, em todos os Estados do País.

Cada convênio é anual, são 10 meses em cada ano. É importante essa vinculação. Em todas as escolas construídas temos que garantir a existência de equipamento esportivo. Estimamos que cerca de 40 mil escolas públicas não possuem instalações. São 40 mil escolas prioritárias. Em torno de 90 mil escolas não possuem equipamentos. Essas 40 mil são escolas maiores.

O que estamos sugerindo? Emendas individuais que dêem prioridade às quadras em escolas. Assim, agregaremos todos esses valores. Sugerimos, também, que tivéssemos uma emenda de comissão para atender, caso fizéssemos mil quadras em um ano. Assim, ao longo de alguns anos, poderemos atingir essa meta. Não seria só da parte da emenda. Há a parte da

emenda e a parte das emendas individuais. Há iniciativas, fora da área de iniciativa das emendas, do Ministério do Esporte e da Educação e a contrapartida dos municípios. De tal maneira que, se juntarmos esses esforços, a resultante vai acontecer em um período muito mais curto do que os 40 anos que seriam exigidos para cobrir todas as escolas do nosso País.

A proposta objetiva é essa. Conversei um pouco com o Senador Osmar Dias. Tenho a impressão de que poderemos fazer uma articulação como essa. Creio que ajudará muito na liberação posterior dos recursos das emendas a grandeza do propósito. É um esforço concentrado. Isso valoriza também o Parlamento porque, ao final de um determinado período, essas escolas foram equipadas com uma ação determinada, continuada, pelo objetivo do Congresso Nacional, nesse caso do Senado.

É importante, também, porque não se trata de uma iniciativa isolada, ou seja, só a construção do equipamento. Ao colocar o equipamento, a escola pode receber o programa Segundo Tempo; tem condições de desenvolver a educação física. A escola que coloca o equipamento também abre no fim de semana e tem prioridade para o recebimento de materiais esportivos. Então, o equipamento é um grande atrativo para transformar a escola em um espaço agradável. As crianças passam a senti-la como um segundo lar, passam a gostar da escola. Uma escola, do jeito como é construída, pequena, sem equipamento esportivo, vira quase uma prisão, o que é terrível para a qualidade do ensino. Então, essa emenda, que podemos até dizer que é do esporte e da educação – porque não podemos considerá-la apenas do esporte, dentro da distribuição das emendas – será um esforço coletivo da educação e do esporte para o desenvolvimento dessa atividade.

Era isso que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Ministro.

Antes de passar a palavra aos Senadores, gostaria de dar uma informação. Normalmente, a Comissão de Educação destina suas emendas da seguinte forma: duas para a educação, uma para o esporte, uma para a cultura, e uma para a ciência e a tecnologia. É claro que vamos manter a tradição. Oportunamente, vamos designar um relator, que vai receber todas as emendas dos parlamentares, mais as sugestões dos ministros que estiverem aqui fazendo as suas sugestões – como foi o caso dos Ministros Gilberto Gil e Agnelo Queiroz –, e esse relator vai sistematizar essas propostas e apresentar um relatório que será votado pela Comissão de Educação. Mas faremos todo o empenho para manter a tradição da Comissão, destinando uma

emenda para cada setor e duas para a educação. Mais uma vez elogiamos a atitude do Ministro de estar aqui para apresentar a prioridade do Ministério, porque isso vai facilitar, como ele próprio disse, a concretização da emenda. Não adianta nada fazermos uma emenda que não se encaixa na prioridade do Ministério, fazendo com que se perca essa emenda e o nosso tempo e com que o Ministro perca a oportunidade de executar o seu programa de ação.

Então, asseguro o nosso empenho – pelo menos o meu – de estabelecer prioridade numa sintonia da Comissão com a política do Ministério do Esporte.

Consulto se algum Senador deseja fazer uso da palavra.

O Senador Juvêncio da Fonseca já tinha se manifestado. Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar parabeno o Ministro por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio, eu gostaria, desde já, de comunicar ao Ministro e à Comissão que pretendo designar V. Ex^a para ser o relator das emendas nesta Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Espero ser útil e que seja um instrumento de trabalho entre a Comissão e o próprio Ministério.

Sr. Ministro, parabéns. A vinda de V. Ex^a aqui encurta caminho, é atalho. Precisamos muito fazer essa integração entre Congresso e Executivo. E essa integração se faz dialogando, como V. Ex^a propôs neste encontro.

A proposta de V. Ex^a é socialmente importante e justa e vem de encontro também com aquilo que pensamos. Já fui duas vezes prefeito de Campo Grande, que é uma capital, e sinto que a carência dos equipamentos esportivos nas escolas é bastante grande. Portanto, essa prioridade de V. Ex^a é uma prioridade nacional.

Eu faria algumas perguntas porque precisamos quantificar e saber o que fazer. V. Ex^a tem noção, na sua programação, de quantas quadras esportivas poderiam ser construídas no País?

Farei outras perguntas para V. Ex^a responder de uma vez só.

Há projeto-padrão? Esse projeto-padrão é diversificado, um, dois, três? Ou é apenas um? A quadra é coberta? Qual o valor aproximado hoje de cada projeto? Nesse valor estão incluídos os equipamentos? V. Ex^a teria, por estado, a informação de qual seria o déficit desses 40 mil? Essa mil quadras que V. Ex^a falou, respondendo a essa indagação minha, elas se referem a emendas individuais, de bancada, de Comissão ou do

Ministério? É quase que respondendo àquela primeira pergunta que eu fiz.

São essas as indagações, mais uma vez parabeno V. Ex^a por estar aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Existe um projeto-padrão, inclusive de uma quadra simples, que vai de uma quadra não-coberta até uma poliesportiva coberta, que teria um valor maior, de R\$ 150 mil, por que se teria uma quadra bem organizada, com arquibancada, com um padrão muito bom. Porque, de uma maneira geral – o senhor já adiantou, na pergunta sobre se era coberta –, tem que ser coberta uma grande parte delas, porque há locais com sol muito intenso e outros com chuvas, o que não teria a possibilidade de uma utilização cotidiana, como estamos pretendendo, de usar de manhã, de tarde e de noite um equipamento desse.

Por isso é que nós já colocamos na proposta o valor maior, que é de R\$150 mil por unidade. A nossa idéia era de fazer mil quadras, com uma proposta de comissão, independente... Porque aí, como na individual nós não temos esse controle ainda, mas quantas sugestões tiverem sido encaminhadas pelo orçamento nas emendas individuais, nós ampliaríamos esse número de mil. Com a parte do Ministério – e vamos mobilizar a parte da educação também –, nós teríamos, assim, uma meta de tentar fazer duas mil quadras em cada escola por ano no Brasil, para, quando chegasse a um determinado período, com dez anos se teria pelo menos uma metade dessa necessidade atendida. Mas eu tenho certeza de que não só o resultado numérico individual conquistado com essas emendas, mas o que elas geram na sociedade para que também tenham a mesma repercussão no estado ou município. Isso termina gerando uma verdadeira campanha de prioridade em toda a linha, e o objetivo pode ser atingido mais rápido do que a gente imagina, porque o esforço foi confluyente, não houve uma dispersão.

Então, despertaria um interesse grande também por parte do Estado e do município de tentar dar prioridade. Por quê? Porque a iniciativa que houvesse lá para um equipamento desse na escola teria a nossa ajuda federal. Isso estimula a que o estado e o município adotem a mesma política, e, em um período curto, nós teríamos possibilidade de as nossas escolas públicas no Brasil estarem equipadas. E as futuras, que serão construídas, já o serão com equipamentos esportivos, porque estamos estabelecendo isso como norma para as futuras escolas.

Por isso, quero agradecer também não só as perguntas de V. Ex^a, mas a sua opinião, muito importante, de fazermos esse esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Apenas para rememorar. Então, o projeto prioritário do Ministério nesse próximo ano seria de duas mil quadras cobertas de R\$150 mil cada uma. Dessas duas mil quadras, V. Ex^a imagina que seriam mil da emenda de comissão?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exato.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – E as outras mil quadras seriam das emendas individuais, de bancada, etc.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Do próprio orçamento do Ministério, de que podemos colocar recursos, e da educação também, que será mobilizada para isso, com a qual já conversamos sobre esse esforço.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – E sem esse projeto de R\$150 mil, haveria outros projetos-padrão menores?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim. Tem uma quadra de R\$65 mil e uma quadra de R\$100 mil. São três padrões.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Quadra de R\$65 mil e quadra de R\$100mil.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Essas duas não são cobertas?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A quadra de R\$100 mil é a coberta com uma cobertura mais simples. A de R\$150mil já é um ginásiozinho poliesportivo, tem arquibancada, já aproveita as laterais, tem um palco que pode ser utilizado também para atividades culturais. É um projetozinho pequeno, mas muito interessante, e não caracteriza, como observamos em alguns ginásios que têm uma estrutura maior, um projeto de R\$250 mil a R\$300 mil. Aí é um padrão, uma quadra que nós não chamamos nem de ginásio, uma quadra poliesportiva coberta, que tem uma estrutura simples, mas muito interessante.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Essa escolha de qual seria o padrão, naturalmente, na hora da formulação do projeto seria negociada com o Ministério?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Acho que sim, porque em determinado lugar, às vezes, vai-se atender com uma quadra de menor valor porque já existe o equipamento perto, enfim...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Esse valor já inclui o equipamento ou é sem o equipamento?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Esse já é com o equipamento. É a quadra poliesportiva já toda traçada de acordo com as modalidades que pode receber. Mas os equipamentos o Ministério mesmo forneceria posteriormente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, enaltecer a presença do Ministro de Esporte e parabenizá-lo novamente pelo aniversário de ontem, dia 9 de novembro, e pelos resultados...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um aparte, Ministro. Ele lembra porque ele também fez aniversário ontem, pela coincidência dos aniversários. Então, já fica extensivo aos dois aniversariantes os parabéns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu disse ao Ministro que ele sabe escolher bem a data, que escolheu bem a data.

Quero parabenizar o Ministro, também, pela participação do Brasil nas Olimpíadas e nas Pára-Olimpíadas, porque isso nós devemos bastante à Lei Agnelo Piva, aprovada aqui no Congresso Nacional, que destina 2% dos recursos da Loteria tanto para o Comitê Olímpico, quanto para o Comitê Pára-Olímpico, o que permitiu que as atividades Olímpica e Pára-Olímpica pudessem se estruturar no decorrer dos anos com mais tranquilidade, mais segurança e mais programação para conquistar um resultado melhor, como aconteceu em Atenas.

Quero também parabenizá-lo pela escolha do projeto, com essa ênfase para o Segundo Tempo, particularmente para a construção dos espaços esportivos, da cancha coberta. Concorde plenamente que, quando temos isso na escola, não é apenas para a prática esportiva, mas também para reuniões, discussões, atividades culturais, teatro e música.

Costumo dizer sempre – vou muito a escolas e também sou professor – que uma escola sem uma cancha esportiva não é uma escola. Porque, se perguntarmos às crianças por que elas gostam de ir para a escola, elas não responderão que é para aprender Matemática ou Português, mas dirão que é porque têm amigos. E esses amigos, realmente, têm que se fortalecer através dessas outras atividades culturais, de lazer e de esporte.

Ao mesmo tempo, quero dizer que o esporte é fundamental, no que toca ao projeto Segundo Tempo, para que a gurizada toda não fique na rua. É preciso organizar outras atividades de esporte e lazer para essa finalidade. Eu diria que está bem dentro daquilo

de que o Brasil precisa. A ênfase de V. Ex^a sempre foi nesse sentido, e, de minha parte, V. Ex^a e o Ministério terão todo o apoio que for necessário para que isso seja aprovado.

Faria apenas algumas observações, até para V. Ex^a explicar.

Nesse projeto, eu faria ressalva à expressão “destinado às escolas públicas” – o Senador Juvêncio da Fonseca também vai relatar isso aqui – porque há muitas instituições como as Apae e as Pestalozzi, e V. Ex^a sempre foi um defensor ferrenho dessa área. Havendo a expressão “somente para escolas públicas”, uma Apae ou uma Pestalozzi não terá acesso a esse recurso.

Então, não podemos ter a expressão “unicamente às escolas públicas”. Eu digo também que uma Apae é uma escola pública não-estatal na minha opinião, porque é a comunidade que gerencia, e com esse espírito que foi mencionado aqui: de estar aberta nos finais de semana, de estar aberta aos pais, à comunidade e aos familiares dos alunos para participarem. Esse esforço tem que ser nacional.

Mas eu me preocupo em relação ao orçamento, porque, no ano passado, o orçamento do Ministério do Esporte foi de R\$395 milhões, enviado para o Congresso. Foram aprovados R\$422, ou seja, R\$27 milhões a mais do que o enviado pelo Executivo. E, de acordo com o programa Siga, do Governo Federal, foram gastos R\$109 milhões até o momento, ou seja, 25% do orçamento.

Talvez haja um desencontro de informações. Gostaria de saber se houve muito contingenciamento, porque seriam R\$300 milhões, com o que daria para construir 2 mil canchas esportivas das maiores, pensando nos R\$150 milhões do ano que vem.

No ano passado, o orçamento do Ministério do Esporte enviado para cá foi de R\$395 milhões. Este ano, foi de R\$170 milhões, ou seja, 40% do orçamento do ano passado; houve uma diminuição de R\$200 milhões, o que daria novamente para construir mil canchas.

E, dentro dos R\$170 milhões, R\$60 milhões estão direcionados para o PAN 2007 e R\$73 milhões para o esporte de alto rendimento. Estou perguntando isso porque sei que V. Ex^a compartilha deste aspecto da universalização do esporte. Se universalizarmos, além dos aspectos sociais, poderemos identificar atletas para participar dos esportes de alto rendimento. Quanto mais pessoas jogarem, mais talentos, sem dúvida, aparecerão.

Então, basicamente são três perguntas: esse negócio do contingenciamento, só 25%; por que a diminuição dos R\$395 milhões para R\$170 milhões e por que a ênfase no alto rendimento em termos do

esporte. Seria bom explicar, porque os debates surgem, e é bom conhecer as respostas.

Em termos de orçamento para que o Senador Juvêncio da Fonseca ter subsídios, da minha parte, estou totalmente de acordo; é uma área que temos de enfatizar. E, no Brasil, a criança, o adolescente, o jovem precisa disso, porque realmente faz um bem extraordinário para o desenvolvimento psíquico, social, físico e de cidadania.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro Agnelo, com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quero agradecer as palavras do Senador Flávio Arns.

Podemos trabalhar isso na emenda, com uma redação que possibilite o acesso para outras instituições que não são públicas, mas que tem de fato uma utilidade pública, o que considero muito correto, porque são verdadeiras escolas mesmo. O Programa Segundo Tempo tem uma grande parceria com muitas APAEs no Brasil, o que é extremamente positivo.

Às vezes, o programa da APAE tem muita dificuldade; com a parceira, melhora, fortalece o programa e também a convivência das crianças portadoras de deficiência com outras que não a têm. Fazer um trabalho junto com as APAEs é uma particularidade das parcerias, que têm um grande significado.

Visitei recentemente, na Bahia, alguns municípios que têm parcerias com a APAE, e essa convivência ajuda, em todos os sentidos, a fortalecer a educação para as crianças que têm algum tipo de deficiência e as outras que não têm.

Então penso que é muito justo, porque, também nesses outros lugares que funcionam eu vi isso nessas visitas que fiz, eles não têm equipamentos esportivos. É uma dificuldade muito grande. Então considero correta essa observação.

Com relação ao orçamento, de fato, o do Ministério é muito pequeno, tanto que foi encaminhado para cá no ano passado e neste ano. Ele aumenta mais com as emendas. Então, se ele sai de R\$170 milhões para R\$395 milhões, isso se deve muito às emendas, ao acréscimo que é feito no Congresso. É claro que esse é um aumento no orçamento, e nós faremos um esforço para executar o máximo desses recursos.

Por exemplo: em 2004, tínhamos um orçamento proposto de R\$204 milhões, cujo limite concedido pelo Executivo foi de R\$124 milhões para investimento e de R\$72 milhões para despesas correntes, o que corresponde mais ou menos a R\$200 milhões. Executamos R\$105 milhões em investimento, que corresponde a 84% da execução; e, da despesa corrente, que tinha

um teto de R\$72 milhões, executamos R\$67 milhões, o que corresponde a 93% da execução.

Então, dentro do limite de execução estabelecido, há um grau de execução fabuloso. É evidente que o valor total de que estamos tratando, por exemplo, um investimento de R\$105 milhões, é pouco ainda. E não há mais aqui, justamente, pela parte do Pan-americano, pois ainda vamos fazer empenhos até dezembro, porque parte do Pan-americano que são R\$13 milhões será feito também de investimento, e não está computado, justamente porque está empenhado até o dia 31 de dezembro.

Há alguns equipamentos que são investimentos diretos do Ministério do Esporte. Faremos, inclusive, investimentos próprios da União, na vila militar, em áreas das Forças Armadas que permanecem com a União depois dos jogos Pan-americanos. A parte de tiro e de hipismo é um investimento do Ministério. Então estamos fazendo investimento em estrutura própria da União. Esse legado permanece com a União, posteriormente.

Assim, há limitação, de fato, do ponto de vista orçamentário. Concorde plenamente com isso. Por essa razão, insisto muito nessa tese de discutirmos em conjunto algumas ações, porque se fortalece muito a possibilidade da execução e da liberação. O esforço posterior da liberação de recurso, seja por parte do Ministério do Esporte, da Educação, do Senado, da Câmara, enfim, estaria centrado em uma ação que teria uma repercussão muito grande para melhorar a qualidade do ensino como um todo.

Concorde que há muita limitação. Tenho, inclusive, aqui detalhado cada item que executamos. No que se refere a 2005, tínhamos, obviamente, a necessidade de um orçamento em torno de R\$456 milhões. Estão sendo encaminhados os R\$170 milhões a que V. Ex^a se referiu, e tentaremos, nessa parceria com o Congresso, aumentar o valor desse recurso em 2005. A diferença, e V. Ex^a tem razão, daria para fazer uma quantidade de quadras, mas acredito que tenhamos condições apresentar uma emenda com esse conteúdo e fazer um esforço, porque, infelizmente, o orçamento é pequeno, o Ministério é exclusivamente do esporte e foi criado agora em 1º de janeiro de 2003. Então, ele herdou um orçamento que era de uma secretaria do Ministério do Esporte e do Turismo, que era a Secretaria Nacional de Esporte. Foi com esse orçamento que trabalhamos ano passado, o qual foi aprovado em 2002.

Em 2003, aprovamos o orçamento deste ano, mas é evidente que não se consegue aumentar um orçamento em cinco ou dez meses, porque tem que tirar de algum lugar. A que demos prioridade para a execução do orçamento? Demos prioridade para a área de in-

clusão. Ano passado, gastamos R\$44 milhões com o segundo tempo. No segundo tempo, significa que, paradójicamente, o programa social é a prioridade, porque, na área de rendimento, estamos firmando vários tipos de parcerias, sobretudo com as estatais, para patrocinar muitas das modalidades esportivas.

Como o nosso Senador ressaltou, existe o recurso da Lei Agnelo Piva que já sustenta o topo do sistema esportivo. Então, nas Olimpíadas, praticamente, não demos recursos; tivemos que dar para a Pára-olimpíadas, para complementar. Saiu do Ministério do Esporte uma parte do recurso, e o Ministério obteve junto à Caixa Econômica a outra parte de que precisava – mais um milhão.

O esporte tem essa virtude de, nas áreas de competição, buscar parceiros externos, não precisar desembolsar, deixando para o Ministério a prioridade para essas áreas sociais. Por isso, uma emenda dessa, vinculada à escola, unifica todo esforço nosso do Congresso e do Ministério, para haver um aumento substancial de recursos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco PT-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco PT-SC) – Sr. Presidente, tenho agora um almoço com o Diretor-Geral da Unesco, para tratar de várias questões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco PT-SC) – Só queria fazer o registro da importância da presença de V. Ex^a aqui. Considero boa a metodologia de o Ministério apontar quais serão as prioridades dos seus programas, para concentrarmos as emendas naquilo que tem viabilidade de acontecer no ano seguinte.

Tenho certeza absoluta de que o relator das emendas na área dos esportes, o Senador Juvêncio da Fonseca, vai tranquilamente encaminhar, seguindo a lógica que V. Ex^a apresentou, das quadras, que entendo como algo de fundamental importância, porque, inclusive, faz uma integração entre duas áreas: esporte e educação. Equipa e coloca à disposição da comunidade, ou seja, a unidade escolar passa a ser o grande centro de referência, de agregação da comunidade da nossa juventude, para potencializar todas as atividades a serem desenvolvidas a partir do núcleo educacional de cada bairro, de cada localidade, de cada município.

Queria parabenizá-lo. Pode ter certeza de que já sei de antemão que o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca será no sentido de aprovar a emenda como V. Ex^a está apresentando. Tenho certeza de que

a Comissão de Educação não se furtará a dar apoio a essa proposta que V. Ex^a está nos apresentando.

Peço desculpas, mas não posso atrasar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de V. Ex^a sair, gostaria apenas de fazer um convite a todos da Comissão – todos vão receber este convite para a apresentação do filme “O Preço da Paz”, que é a história do Barão do Serro Azul, que será exibido no dia 16 de novembro de 2004, portanto, terça-feira próxima, às 20 horas e 30 minutos, no Píer 21, aqui em Brasília.

A Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema do Senado Federal, que é subordinada à Comissão de Educação, estão apoiando o lançamento desse filme pelo valor cultural que ele representa. Estamos convidando todos os membros da Comissão de Educação.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco PT-SC) – Senador Osmar Dias, aproveitando o convite, já que esta Comissão está ampliando a sua ação para atividades culturais, de repente, podemos até nos envolver com uma atividade esportiva, um jogo entre o Executivo e a Comissão de Educação. Quero ver os meninos em campo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero comunicar que para esse não vai haver curso, e, se não houver curso, o jogo, também, podemos promover.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pediu pela ordem, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aguardo V. Ex^a encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que o Senador Aelton Freitas está inscrito. Se V. Ex^a aguardar o Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quero ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, serei breve.

Em nome da Comissão e de V. Ex^a, que muito bem tem conduzido esta Comissão de Educação, agradeço a presença do ilustre Ministro Agnelo Queiroz e peço-lhe desculpas, Ministro, porque tenho certeza de que, se não fosse a coincidência de horário com mais outras quatro importantes Comissões, este plenário estaria lotado de Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas o Ministro é Parlamentar e entende isso.

O SR. AELTON FREITAS (PL – ES) – Perfeitamente.

Quero parabenizar o trabalho de V. Ex^a, principalmente no ano de 2003, assim como fez também o Ministro Walfrido dos Mares Guias, porque trabalharam praticamente com idéias e fizeram acontecer, de fato, o que estamos trabalhando aqui no Senado para aprovar, que é o PPP. V. Ex^{as} buscaram alternativas e parcerias de toda natureza, felizmente, tiveram êxito, e sem dinheiro no ano de 2003. Com o orçamento de que dispõe, explicando nesta oportunidade à nossa Comissão, como V. Ex^a fez muito bem, assim como fez também o Ministro Gilberto Gil, de outra vez, agradecemos a sua presença, a oportunidade e esta integração, exatamente por ser do Legislativo, por ser Parlamentar e saber da importância e da necessidade dessa interação.

E gostaria, querido Presidente, Senador Osmar Dias, que outras Comissões e outros segmentos seguissem o exemplo da Comissão de Educação, dando oportunidade aos Ministros, fazendo isso em todas as áreas, porque nós, que somos da base de apoio do Governo, estamos sentindo a necessidade dessa interação. Está muito distante a teoria da prática, e, muitas vezes, o que planejamos aqui e esperamos que aconteça não acontece.

Hoje de manhã, com a Bancada mineira, tive oportunidade de participar, como membro que sou também da Comissão Mista de Orçamento, e verificar a dificuldade de tudo o que foi aprovado perto da não realidade daquilo que esperávamos acontecer e a frustração da maioria dos Parlamentares, até da base de apoio do Governo.

Então, agradeço-lhe muito. Termino as minhas palavras, Ministro Agnelo, parabenizando-o pela sua atuação à frente do Ministério, agradecendo a oportunidade que está nos dando, principalmente por estar, hoje, nesta Comissão tão importante, tão bem presidida pelo nosso ilustre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Aelton Freitas, e obrigado também pela sua assiduidade; 100% de presença na nossa Comissão é para se valorizar.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Ministro Agnelo Queiroz, meu conterrâneo, e dizer que sinto muito orgulho dele. Digo isso em nome da cidade onde fomos criados, Itapetinga, no interior da Bahia, onde crescemos juntos. Ele morava no centro da cidade, eu morava num bairro chamado Rola Pote, e tínhamos um time lá, chamado “Atestado de Pobreza”, as camisas eram de saco, mas ninguém ganhava da rapaziada do Rola Pote, que era boa de briga, boa de bola, um

bairro muito simples, muito pobre da cidade, que, hoje, é chamado Bairro Primavera.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Hoje está uma beleza.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É. Minha mãe, D. Dada, viveu ali na Rua Brejões. Estive lá, agora, Ministro, e a cidade sente muito orgulho do filho Ministro, registra isso com muito carinho. Nós crescemos juntos, fomos contemporâneos ali. Sem dúvida alguma, fico muito envaidecido ao vê-lo à frente de uma Pasta que dá resultados.

Ontem, vi, por duas vezes, o programa do Galvão Bueno “Bem, Amigos”, com a sua participação, e me orgulhei muito da sua proposta ímpar, bem bolada, inteligente, bem-feita, para salvar os clubes brasileiros com as amarras tão bem postas, no sentido de enquadrar os times para ter comportamento administrativo, como se espera, e colocá-los no eixo, para resgatar suas dívidas. Fiquei feliz, porque o meu Flamengo, afinal de contas, agora vai resolver o seu problema com o INSS, com a sua lei, e vamos ver se ganha alguma coisa.

Tem flamenguista aqui. O senhor torce pelo Botafogo?

Se o meu Flamengo está ruim, o Botafogo já está enterrado.

Todos terão oportunidade de resgatar sua dívida. Desculpe, Ministro. O Ministro é do Botafogo.

Gostaria, até porque o Ministro tem boa intimidade com o Bebeto de Freitas, que perguntasse para ele por que um zagueiro feito Gilmar fica sentado em um banco e não joga, com aquele time tomando tanto gol; a defesa mais vazada da história da América Latina. Gilmar não joga nunca. Um craque feito o Gilmar! Só tem nego caminhando para a morte neste campeonato.

Não sei se o Ministro teve oportunidade de falar sobre esse projeto aqui – e deve voltar para falar, porque já foi apresentado no programa do Galvão Bueno – eu ouvi duas vezes. É uma coisa inteligente, bem bolada, pela qual os times poderão pagar suas dívidas com a União, sem que o dinheiro vá para a mão dos clubes, mas diretamente para resgatar a dívida com a União. Depois de resgatar a dívida, começa a receber dinheiro novo, com regras bem estabelecidas.

Tomei conhecimento desse projeto dentro do avião, depois vi na televisão. Quero registrar o meu orgulho, a minha vaidade pelo projeto de segundo tempo.

Eu, que lido na área social há 25 anos, tirando drogados da rua, de meninos drogados de 9, 10 anos de idade a gente de 70 anos, sei como a visão do seu Ministério, com o Programa Segundo Tempo, tem dado certo no País. Repartindo essa idéia com entidades as

mais diversas, mostrou disposição, quer fazer obra social. O Ministério está pronto a ir lá e fazer o projeto.

Ficamos orgulhos de estar vivendo um momento novo na vida social deste País, a partir de um Ministério que demorou tanto para vir, criado pelo Governo Lula. Nós o esperávamos há muito tempo, mas o Governo Lula o incrementou de maneira tal, com a escolha de V. Ex^a, que nos deu a possibilidade de ver um Ministro e um Ministério agindo tão bem e fazendo com que as coisas aconteçam.

Veja os nossos atletas; na sua maioria absoluta, eles estão apadrinhados por empresas, têm patrocínio, podem treinar; os resultados estão acontecendo. Veja os irmãos Hipólito: mais medalhas para o Brasil. Tenho conhecimento de que o dedo de V. Ex^a está em tudo isso.

Receber, depois de dois anos de governo tão somente, um Ministro com tanta atuação e com tanta vitória no seu campo de ação, para nós que somos Parlamentares, colegas de V. Ex^a, fomos Deputado juntos, fomos criados juntos, Deputado Federal juntos... E vejo V. Ex^a, Ministro, hoje, aplaudido pelo País.

Sinto orgulho. Muito obrigado pelo seu trabalho como cidadão. Como parlamentar, tenho que louvá-lo. Estou falando, e a TV Senado é vista por este País inteiro. Os meus votos de que Deus o abençoe, dê-lhe saúde e força para continuar, porque precisamos de V. Ex^a por muito tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Flamengo vai mal, imagine o time do Rola Pote.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O time do Rola Pote acabou, porque aquela rapaziada que jogava junto – hoje fui para lá –, todos passaram de 40 anos, bebem demais, então os caras parece que têm 60, 65 anos. Estão todos nas esquinas e continuam bebendo, o que é ruim, porque não mudou quase nada na história de muita gente. Para poucos a história mudou. Eu, graças a Deus, tive uma mãe que colocou o Evangelho no meu coração e, aos 17 anos, a minha vida mudou. Aqueles que não quiseram estão jogados pelas esquinas – com muita tristeza vi isso lá, e creio que o Ministro, também, quando passou por lá. Realmente o time do Rola Pote já não existe.

Hoje é Bairro Primavera, um bairro lindo, calçado, com casas bonitas e um povo bonito também. Tenho que dizer isso, porque eles estão nos vendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro já está incluindo o Botafogo.

Concedo a palavra ao Ministro Agnelo Queiroz, para fazer as suas considerações finais.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Senador Aelton, por sua observações. Obrigado, Senador Magno Malta, por suas palavras carinhosas. Vejam que

há uma parcialidade também, de parte de meu contemporâneo e amigo, mas termina sendo uma palavra de estímulo. Consideramos isso como um reforço, como uma dose de ânimo para continuar lutando. Se essa área do esporte conseguir atender nossas crianças carentes, nossos portadores de deficiência e, sobretudo, se conseguir garantir acesso à prática do esporte para milhões de brasileiros, estaremos contribuindo para o desenvolvimento humano do Brasil e também para o desenvolvimento econômico.

Esse programa tem gerado muito emprego. O Programa Segundo Tempo tem 800 mil crianças, e estamos treinando 11 mil instrutores, entre monitores e coordenadores, o que gera emprego e renda. Há uma quantidade grande de material esportivo que está sendo produzido. Em dois anos, instalamos 31 fábricas de material esportivo no Brasil, gerando emprego e renda tanto nos presídios quanto em comunidades carentes. Mas mesmo assim é completamente insuficiente para dar conta hoje da quantidade de material, de roupa, sobretudo, de bolas, redes. Precisamos aumentar isso.

Estamos, agora, fazendo uma experiência com o microcrédito. Estamos usando as mães do Programa Segundo Tempo, mães desempregadas, para produzir material esportivo, e o Ministério adquire toda a produção. O microcrédito é um sucesso.

Na fábrica de Feira de Santana, por exemplo, o Programa Segundo Tempo está produzindo biscoitos. As crianças levam um saquinho de biscoitos todos os dias. Agora vamos partir para a produção de mandioca, um projeto ousadíssimo, que vai ajudar na alimentação das crianças. Ou seja, é preciso mostrar que essa área tem grande importância.

Numa parceria com a Pirelli, vamos receber o lixo, que é aquela borracha, e produzir pistas de atletismo. Uma empresa de São Paulo passou a tecnologia, e nós vamos começar a produzir a pista de atletismo por um preço baratíssimo. Para que se tenha uma idéia, com R\$800 vamos produzir dez pistas de borracha. Se essa experiência der certo, poderemos instalar pistas de atletismo nas escolas do Brasil. Esse é um equipamento maravilhoso para estimular a prática da atividade esportiva. Tudo isso por um valor que fica na base de 10% do preço de mercado, e ainda estaremos gerando emprego e renda.

Quero agradecer ao Senador Magno Malta. É um orgulho para Itapetinga ter um Senador combativo, lutador, com toda essa respeitabilidade. Assim, Itapetinga tem esse grande e ilustre filho, nosso Senador. S. Ex^a está contribuindo, obviamente, para o desenvolvimento do nosso País e é um grande parceiro do esporte, tem ajudado muito nesse esforço que temos

feito a respeito. Isso porque há um trabalho social, e o Senador tem prestigiado muito, valorizado e dado muita força ao Ministério do Esporte, no sentido de que disponha dos recursos necessários para desenvolver essas atividades.

Como o Senador Flávio Arns disse, essa compreensão sobre um instrumento tão maravilhoso e barato ainda não está na mente e nos corações de todos os brasileiros. Teremos que fazer isso, dando bons exemplos com alguns programas, porque, quando estiver consolidado, não vão faltar recursos. A área econômica, sobretudo, precisa compreender que vale a pena investir nessa área.

Segundo o relatório das Nações Unidas a que me referi, cada dólar investido no esporte economiza 3.2 na área da saúde. Cada criança que está no Programa Segundo Tempo, por exemplo, não está nas ruas, não está praticando violência, não está se drogando, não está se prostituindo, não está no trabalho infantil. Tudo isso custa em média, por mês, R\$25 por criança, o que é insignificante se compararmos, por exemplo, com o custo de um menor que está em conflito com a lei, que chega a ser de R\$5 mil por criança.

Temos que evitar que as nossas crianças cheguem aos presídios. Só há um jeito de elas não irem para lá: é ocupar o seu tempo com coisas saudáveis e baratas, usando uma ferramenta que é o prazer. Não é preciso brigar com a criança para que ela faça esporte. Utilizar uma ferramenta que dá prazer... Mesmo programas contra o trabalho infantil, programas que têm renda mínima, nós passamos a renda para a família, e a criança é obrigada a estar em algum lugar para não estar trabalhando.

Nesse programa não é preciso obrigar; a criança está ocupada completamente. Então...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte bem rápido?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Todos concordamos com essa ênfase. Inclusive, quando mencionei as dificuldades de orçamento, V. Ex^a sabe que é difícil, as necessidades são grandes também em termos de Brasil e há uma pressão de todos os lados. Quando mencionei o aprofundamento nesse aspecto, era para que o Ministério dos Esportes tivesse o reforço da Comissão de Educação do Senado, no sentido de acompanhar o orçamento, verificar como está, se está sendo contingenciado ou não, fazer a pressão necessária para subsidiar a ação do Ministério do Esporte, que é a área de atuação desta Comissão. Era nesse sentido.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Concordo plenamente. Inclusive, essa iniciativa pioneira junto com a

Comissão pode inclusive servir de exemplo para outras áreas, mas será não só na elaboração, pois estamos definindo prioridades em conjunto, o Executivo e o Legislativo. Haverá esse reforço a que V. Ex^a se refere, na execução e na liberação, porque será um esforço coletivo que estaremos fazendo. Por isso tem um efeito maravilhoso. Tenho certeza de que ganha com isso é o nosso País.

Então, quero agradecer ao nosso Presidente Osmar Dias pela acolhida sempre muito pronta, sobretudo por iniciar um trabalho desses, que vai servir, sem dúvida, de referência para outras iniciativas em outras Comissões, até mesmo para dar eficiência a uma decisão que estamos tomando, que será colocada no orçamento e terá muito maior possibilidade de se transformar em realidade, porque houve esse grau de articulação, com objetivo e meta. E não será somente por um ano; teremos que repetir em outros anos, o que dará uma consistência muito grande para atingirmos nosso objetivo, que é municiar nossas escolas e equipamentos e possibilitar o acesso à prática esportiva a milhões de brasileiros que hoje não têm esse direito, inclusive constitucional, porque não está sendo assegurado. Com uma ação como essa, vamos assegurar este direito, que é a prática do esporte, ajudando na educação e na formação da nossa juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro, cumprimos, das quatro etapas que teremos que cumprir para finalizar essa tarefa, a primeira etapa, que era ouvir a prioridade do Ministério; a segunda etapa será o relatório do Senador Juvêncio da Fonseca, que terá que ser votado aqui, e é claro que vamos nos empenhar para que o Senador Juvêncio priorize a sua proposta; a terceira etapa ainda depende do Congresso, de a Comissão de Orçamento aprovar, e a quarta etapa depende mais de V. Ex^a, que é concretizar e executar aquilo que aprovamos aqui. Esse trabalho está sendo feito em parceria; vamos procurar cumprir integralmente a nossa parte. Sabemos que V. Ex^a também vai se empenhar, porque é de interesse da pasta que administra cumprir todas as etapas.

De nossa parte, ficamos muito satisfeitos com a sua vinda mais uma vez à Comissão. Queremos já renovar o convite; havendo necessidade por qualquer assunto de interesse do Ministério, esta Comissão está inteiramente à disposição, nesse trabalho de sintonia que começou no dia em que V. Ex^a esteve aqui pela primeira vez, expondo as metas da sua pasta. Estaremos sempre aqui para ouvi-lo e, evidentemente, tentar ajudar na execução dos programas do Ministério do Esporte. Lembro que sou de um Partido de Oposição,

mas aqui estamos trabalhando todos em favor de uma causa apenas: o Brasil.

Obrigado pela presença do Ministro e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Em 16 de Novembro de 2004.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Mão Santa, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, João Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Maguito Vilela, José Maranhão, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Substitutivo**, de autoria do Senador Cristovam Buarque ao **Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhesarenko que, “Altera o artigo 48 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir um prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 02: Substitutivo**, de autoria do Senador Edison Lobão ao **Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Alberto Souza que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput

do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, “Modifica o artigo 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação”. O relator designado é o Senador Efraim Morais e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação da autora, com a concordância do relator.

Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eurípedes Camargo que, “Modifica o artigo 3º da Medida Provisória nº 2178-36, de 24 de agosto de 2001, para alterar a composição do Conselho de Alimentação Escolar e tornar obrigatória a capacitação de seus membros”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é rejeitado, por quinze (15) votos.

Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos que, “Altera a Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável. A Senadora Ideli Salvatti apresenta voto em separado pela rejeição do projeto. O projeto é aprovado por oito (08) votos favoráveis, com cinco (05) votos contrários, dos Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Cristovam Buarque e Valdir Raupp. E manifesta-se pela abstenção o Senador Gerson Camata. Fica prejudicado o voto em separado, em razão da aprovação do projeto.

Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o art. 56 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que ‘Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional’”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Juliana, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a As-

sociação Comunitária Comunitária Antônio Amorim Quintão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Grande, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Patos S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Patriarca de Cassilândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Maracanã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Espírita André Luiz para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 965, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bady Bassitt, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 978, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item

19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1079, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas – SAPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Pérola do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irati, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Talismã FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 901, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Voz do Agreste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 776, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora do Vale do Itabapoana Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 794, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 795, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 803, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Energia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 834, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Núcleo de Apoio Rádio Comunitária “Colônia” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Arte, Cultura e Desenvolvimento Comunitário de Paraty – RJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2004**, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura de Vargem Grande do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Serrana de Bento Gonçalves Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Reunidas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 792, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Camaquense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 793, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhada, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará a execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José Teodoro de Aguiar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Agrolândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrolândia, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Solaris Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 867, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Entre-Ijuís – ASSOCEI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre-Ijuís, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 890, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Aluísio de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guareí, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 899, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 998, de 2004**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Peperi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1065, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nereu Ramos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1097, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei Rogério para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1027, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Paraisense (Rádio Regional FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panorama Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandrituba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 949, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que,

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 95 Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 992, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa de Roncador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Roncador, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1014, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Andirá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andirá, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 1026, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rainha do Oeste de Altônia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Altônia, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1052, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1072, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de São Jorge D'Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 1075, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Salto do Lontra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legis-**

lativo nº 1083, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cândido de Abreu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Osmar Dias, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Efraim Morais e Flávio Arns pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Requerimento de autoria do Senador Osmar Dias e dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 970, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 983, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1008, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1023, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1060, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1077, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1087, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 1013, de 2004; Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2004 e Projeto de Decreto Legislativo nº 1042, de 2004. As solicitações são aprovadas. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Informação**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, “Requer, nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, visando colher subsídios para as discussões que esta Comissão vai iniciar sobre as alterações que serão propostas pelo Governo à Lei Rouanet, uma vez que a análise do mérito cabe a este colegiado, e objetivando, ainda, dirimir dúvidas suscitadas na mídia e pelo setor teatral quando à aplicação e o destino dos recursos da Lei supracitada, que o Ministério da Cultura preste as seguintes informações: 1) Qual o volume de recursos incentivados, liberados por meio do mecenato da citada Lei, a partir de 2002 e onde foi aplicado, por Estado. 2) Qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período de 2002 até novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 970, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Difusora de Corinto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 983, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veredas FM Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1008, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1023, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Bolivar Freire – ASCOB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Datas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1060, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1077, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Japonvar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japonvar, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1087, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Cássia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cássia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1013, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atividade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de De-**

creto Legislativo nº 947, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão à Rádio Princesa Monte Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1042, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Tibagi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Apucarana, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2004**; **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003**; **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003**; **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 40ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de entrar na pauta da reunião de hoje, eu gostaria de submeter um requerimento à comissão. É um requerimento de informação.

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, visando colher subsídios para as discussões que esta Comissão vai iniciar sobre as alterações que serão propostas pelo Governo à Lei Rouanet, uma vez que a análise do mérito cabe a este colegiado, e objetivando ainda dirimir dúvidas suscitadas na mídia pelo setor teatral quanto à aplicação e ao destino dos recursos, que o Ministério da Cultura preste as seguintes informações:

1 – qual o volume de recursos incentivados liberados por meio do mecenato da citada lei, a partir de 2002, e onde foi aplicado por Estado;

2 – qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período de 2002 até dezembro

de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis.

Estou apresentando esse requerimento, porque, por várias vezes, vários visitantes aqui se pronunciaram sobre a concentração de recursos da Lei Rouanet no eixo Rio-São Paulo e, sobretudo, porque há uma reclamação, principalmente do setor teatral, de que não há mais recursos para apoio ao teatro brasileiro. Alguns artistas estiveram aqui, na semana passada, reclamando da falta da participação das empresas brasileiras no incentivo fiscal à cultura, utilizando-se dos benefícios previstos pela Lei Rouanet. Praticamente, não há mais participação das empresas estatais, o que faz com que o teatro brasileiro se encontre em crise financeira.

Estamos, então, apresentando esse requerimento, para que, sendo ele aprovado pela comissão, possamos conhecer o volume de recursos e a aplicação desses recursos na cultura brasileira.

Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Registro ainda que, durante o ano que se passou e o atual, esta comissão bem como a subcomissão que trata de cinema promoveram vários debates sobre a proposta do Governo de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, Ancinav. Fiz três pronunciamentos comentando a criação da Ancinav. O Senador Hélio Costa, que é Vice-Presidente desta comissão, também se manifestou a respeito da criação da Ancinav. Fizemos aqui audiências públicas, trazendo as pessoas que estavam se manifestando contrariamente à proposta do Governo. O Ministro Gilberto Gil esteve aqui debatendo o assunto. A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática vem debatendo, há vários anos, essa questão. Entretanto, fomos colhidos de surpresa pela organização do seminário “A Agência Nacional de Cinema e Audiovisual – Ancinav e o fortalecimento da produção audiovisual brasileira”. Não recebemos nem o convite para participar nem fomos citados em qualquer circunstância para o debate deste tema, que vai passar pela Comissão de Educação. A nossa secretaria entrou em contato com o Ministério da Cultura e reclamou, já que esta comissão debateu durante dois anos o assunto e sequer foi lembrada na hora da realização do seminário. Nós poderíamos estar participando do seminário e, desta forma, estar contribuindo para o debate. Essa comissão foi desprezada pelo Ministério da Cultura. Registro isso, porque o Ministério da Cultura tem recebido desta comissão

total apoio. Aliás, com a presença do Ministro Gilberto Gil, assumimos aqui o compromisso de priorizarmos as emendas que o Ministro apresentou à comissão e que a comissão vai apresentar ao Orçamento. Todas as vezes que o Ministro Gilberto Gil pretendeu falar na comissão, o Ministro foi convidado e muito bem recebido. A Comissão não pode aceitar que o Ministério da Cultura, ao debater o tema “a criação da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual”, que já foi objeto de audiências públicas na Comissão e de pronunciamentos em plenário de vários Senadores desta Comissão, inclusive deste Presidente, a dispense do debate. Não adianta o Ministro ou seu Secretário vir à Comissão dizer que o debate está sendo amplo e que toda sociedade está participando, porque quem deveria participar é a Comissão de Educação do Senado, e ela não foi convidada.

Registro isso em forma de protesto, para que, da próxima vez em que o Ministro Gilberto Gil estiver na Comissão, possa explicar pessoalmente porque a Comissão de Educação não foi convidada para o debate.

A pauta chegou, ainda quente, da gráfica – ficamos esperando por ela para iniciar a reunião, já que a gráfica só pôde entregar a pauta neste momento.

Passo a palavra pela ordem ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de convidar os membros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia para uma reunião em que vamos apresentar um pauta para audiências públicas nestas próximas duas semanas, sobretudo porque os assuntos que foram levantados recentemente merecem de imediato uma apreciação por parte dos Srs. Senadores.

O ideal seria que fizéssemos essas reuniões da Subcomissão imediatamente após a reunião da Comissão de Educação, porque a maioria dos Srs. Senadores da Subcomissão faz parte da Comissão de Educação e seria mais fácil organizar a reunião.

Mas os dois assuntos que vou submeter à apreciação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia dizem respeito não a uma convocação, evidentemente, como normalmente se faz e depois se transforma em convite, mas, já de início, a um convite muito respeitoso, diga-se de passagem, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, na qualidade de Ministro da Defesa.

Fiquei surpreso durante a cerimônia de posse do Vice-Presidente José Alencar como Ministro da Defesa, porque o Ministro que saía fez um pronunciamento que passou despercebido da imprensa e até mesmo dos Parlamentares presentes. S. Ex^a disse que havia

chegado a termo para um novo acordo de transferência de tecnologia com o Governo dos Estados Unidos quanto à utilização da base de Alcântara. E eu gostaria de ver esse texto.

Na verdade, no passado, há cerca de dois anos e meio, eu era Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, e esse assunto foi levantado e discutido amplamente. Tivemos a presença do então Ministro da Ciência e Tecnologia, do Ministro da Defesa. Chegamos à conclusão de que o acordo proposto não era bom para o Brasil. Ele na verdade, limitava até o acesso das autoridades brasileiras a áreas restritas da base de Alcântara no momento de um lançamento. Chegamos a dizer que, se o Presidente da República quisesse estar presente a um lançamento, as autoridades americanas do convênio poderiam até impedir a presença de cidadãos brasileiros em determinadas áreas.

Isso tudo foi corrigido. Na verdade, foi corrigido pela força da pressão política, sequer foi ao plenário da Câmara dos Deputados, porque não teria chance de passar. Nós criamos uma comissão de ex-presidentes da Comissão de Relações Exteriores, convidamos para Relator o Deputado Valdir Pires, que apresentou um relatório primoroso, mostrando todas as deficiências do acordo de salvaguardas tecnológicas Brasil-Estados Unidos. Partiu-se inclusive do pressuposto, que eu havia levantado, de que o texto original, que supostamente teria vindo dos Estados Unidos em inglês e vertido para o português, nós descobrimos que era um texto originalmente escrito em Português e vertido para o Inglês. Os entreguistas agiram de forma tão brutal que foi feito aqui o texto, depois enviado para os Estados Unidos e passado para o Inglês.

Feito isso, o ex-Ministro Viegas anunciou, na posse do Ministro José Alencar, que já está pronto o texto de um novo acordo de salvaguardas para a utilização da Base de Alcântara, e seria importantíssimo que o Congresso, a começar pelo Senado, pudesse ver a minuta do texto. No passado, o Governo assinava os convênios e depois os submetia ao Parlamento. Se existisse algo errado, o convênio já estava assinado. Então, seria no mínimo inteligente discutir-se no Senado e na Câmara o novo texto, porque, se ainda houver algo para ser corrigido, faremos isso antes de assinado o convênio. Depois da assinatura, fica extremamente complicado.

Verifiquei, na pesquisa que fiz, que houve cerca de 14 tratados assinados pelo Brasil que, antes de assinados, foram, de certa forma, aprovados pelo Congresso. Foram realizadas reuniões a portas fechadas, com Senadores e Deputados, para que se chegasse a um texto conveniente. Quando o texto foi apresentado

realmente já estava com todos os seus problemas sanados. Sugiro que façamos o mesmo com relação ao acordo de salvaguarda tecnológica para a utilização da Base de Alcântara, para que não aconteça como no passado.

Sobretudo, teríamos a oportunidade de divulgar o relatório final a respeito do desastre, do acidente em Alcântara, o que também ficou muito escondido. Houve uma notinha de rodapé em um jornal dizendo que a conclusão foi de que realmente não houve nada de excepcional na explosão. Foram levantadas suspeitas diversas, inúmeras, que poderiam levar até mesmo àquela explosão, que ocorreu de uma forma que ninguém conseguiu explicar cientificamente, e foi tudo normal? Tudo foi perfeitamente certo?

Nesses termos, Sr. Presidente, estamos apresentando a proposta de ouvirmos o Ministro da Defesa sobre esse assunto.

Tenho ainda, rapidamente, um segundo assunto que será submetido à Subcomissão de Ciência e Tecnologia e que também merece uma apreciação mais rigorosa da Subcomissão, pois diz respeito aos recursos destinados à Usina Nuclear Angra III.

O SR. (orador não identificado) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois não.

O SR. (orador não identificado) – Já que perguntaremos sobre o acordo de lançamento de satélites dos Estados Unidos, por que não sobre o da China?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente. Podemos incluí-lo nesse contexto.

Sobre a questão da Usina Nuclear Angra III, creio que devemos ouvir cientistas, autoridades do Governo, professores e o Ministro da Ciência e Tecnologia sobre em que pé está a questão Angra III. Todo ano, especialmente na época do Orçamento, vem à tona essa discussão. Vamos injetar mais dinheiro em Angra III? Ela vai funcionar, afinal de contas? Quanto já custou Angra III até agora? Ela vai, em determinado momento, atender as necessidades que o Brasil tem de energia alternativa? Essas questões precisam ser discutidas. Caso contrário, fica sempre parecendo um buraco sem fundo, em que se vai jogando dinheiro. Esse assunto precisa ser resolvido.

Portanto, são esses dois assuntos que submeterei à discussão na reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Conforme todos sabemos, tal Subcomissão foi criada por determinação do Presidente Osmar Dias para suprir uma lacuna. Trata-se de um espaço, um fórum para discutirmos os assuntos ligados à ciência e à tecnologia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Esse requerimento terá que ser votado pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Então, registamos que a Comissão apóia totalmente a iniciativa do Senador Hélio Costa. Consideramos importante, realmente, ouvir o Ministro a respeito do tema.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar à Mesa a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 507, de minha autoria, constante do item 3. O projeto modifica o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o objetivo de caracterizar os profissionais da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Senador Efraim Moraes, que é o Relator, sobre se concorda com a solicitação da Senadora Fátima Cleide.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concordo com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, está retirado o item 3.

Vamos iniciar, então, a pauta pelo Item nº1.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela ordem, gostaria de pedir, no momento oportuno, a inclusão, extrapauta, do relatório de umas rádios de Minas Gerais que estão prontas, tendo a oportunidade de serem aprovadas hoje também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pode anunciar que consulto o Plenário já para colocar em votação.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – São 7 projetos de lei, todos de rádio, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está bem!

Consulto o Plenário. Não havendo nada contra, ficam incluídos.

Senador Cristovam Buarque vai relatar. Aliás, é autor do Substitutivo do Item nº 1? É a respeito do assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Não! Pediria também que fosse extrapauta uma rádio aqui do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário. Está atendido V. Ex^a.

Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Nesse mesmo sentido, Sr. Presidente, a Princesa de Monte Azul, do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário. Está atendida a solicitação de V. Ex^a.

Tenho um Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº498, de 2003, turno suplementar, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para definir um prazo máximo para deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

O Senador Cristovam Buarque apresentou um substitutivo.

Não havendo apresentação de emendas, fica automaticamente aprovado. Consulto o Senador Cristovam Buarque se deseja fazer algum comentário, porque, como não houve apresentação de emendas, o substitutivo de V. Ex^a está aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Nenhum comentário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então está adotado o substitutivo de V. Ex^a para deliberação sobre a revalidação de diploma expedido por universidades estrangeiras.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a experiência e o conhecimento do Professor Cristovam Buarque exatamente dentro deste contexto de revalidação de diplomas obtidos no exterior. Há algumas experiências nesse sentido, até porque eu mesmo estudei no exterior, há membros da minha família que fizeram a mesma coisa, vejo um grupo de jovens que vai ao exterior se formar, talvez porque seja mais fácil, mais barato, mais simples. E o fato é que, de repente, estejamos lidando com essa situação que, todos os anos, preocupa todos nós e o Ministério da Educação.

Mas a minha pergunta é a seguinte. Em quase todos os países, há uma certa orientação do Ministério ou da Secretaria da Educação sobre como proceder a essa avaliação do diploma obtido no exterior. Por exemplo, se um médico brasileiro quer ser médico nos Estados Unidos, tem que passar por uma avaliação, aqui no Brasil, conduzida pela Embaixada Americana, que faz as vezes do Ministério da Educação americano. Faz a seleção. Passou aqui, vai para lá. Chega lá, é submetido às provas estaduais. Para ser médico na Flórida, faz uma prova, para ser médico em Nova York, faz outra, para ser médico no Texas, é outra prova. Mas

é uma prova extremamente difícil. Conheço inúmeras pessoas que se submeteram a essas provas, são provas que, de 8, 10 mil candidatos, passam 100, 150, no máximo 200 candidatos, por ano.

E, no Brasil, como é feito isso? Apenas a universidade pega o diploma do cidadão no exterior, se o currículo é o mesmo, se as matérias são as mesmas, se tem um grau de aproveitamento lá fora, e, automaticamente, é médico no Brasil. É assim que funciona? Ou perdemos, talvez, a oportunidade, com a apresentação dessa proposta, de sugerir ao Ministério da Educação que faça, na realidade, uma orientação, como se faz no Provão aqui. Se se quer fazer o antigo provão, a avaliação que, agora, será feita, por que não fazer a avaliação também do estudante que vem de fora, é diplomado lá fora?

Professor Cristovam Buarque, estou fazendo essa pergunta, porque realmente vejo em V. Ex^a um Senador e ex-Ministro que nos pode responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sua pergunta, Senador, é extremamente procedente.

Esse problema é observado sob duas óticas. A ótica dessa quantidade de jovens que estuda lá fora e que vem para cá, coisa que os Estados Unidos não têm. Porque, no caso dos Estados Unidos, os alunos estudam dentro dos Estados Unidos, e são os estrangeiros que querem ir para lá.

E a outra ótica é a de defesa do usuário do serviço do profissional. V. Ex^a está olhando por essa ótica. Parabenizo-o por trazer essa ótica na análise.

O que o projeto da Senadora Serys objetiva é resolver uma situação calamitosa que talvez esteja atingindo uma dezena de milhar de jovens brasileiros e brasileiras que estudaram lá fora, por falta de vagas aqui dentro ou por não passar no vestibular, ao voltarem não conseguem exercer suas profissões. O projeto é na ótica desses jovens.

Na ótica desses jovens que também merecem a nossa atenção é preciso resolver o problema da autonomia absoluta que as universidades têm, não para definirem se o jovem merece ou não o diploma, ao não responderem ao pedido do jovem. O pedido é menos de regulação do que de definição de prazos para que as universidades respondam. Acrescentei alguns itens que tentam regularizar isso em um prazo determinado mas ao mesmo tempo exigindo que a equivalência do conteúdo do diploma seja de 95% e que tenham que se submeter a uma prova feita pela própria universidade. Em alguns casos, poderia haver estudos complementares. Mas, devo reconhecer que no caso da tradição brasileira, diferentemente da européia e americana,

porque lá eles não estudam fora, uma vez que esse é um problema de país subdesenvolvido...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Tem alguns exemplos americanos que são razoavelmente similares ao brasileiro. Na época da invasão de Granada, a grande população “protegida” pelo Presidente dos Estados Unidos, a invasão foi feita para proteger estudantes americanos de medicina que iam a Granada, aos milhares, para se formarem em medicina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É verdade, também existe. No caso deles é uma minoria, mas que existe. Não tinha essa interpretação da invasão, mas, de fato, os americanos têm jovens estudando fora que não podem pagar lá dentro, em função do alto preço, especialmente em medicina. É interessante que, no nosso caso, o número grande é também na área de medicina.

Então, cabe a esta Comissão refletir, de acordo com a sua proposta, entre como combinar o interesse desses brasileiros, que estudaram fora, que gastaram os melhores anos da sua vida – como costumamos dizer, os anos da universidade – os recursos de suas famílias e que voltam sem que seus diplomas tenham validade. Ao mesmo tempo devemos proteger aqui no Brasil a competência desses profissionais.

A solução tradicional no Brasil é permitir que as universidades revalidem os diplomas, até porque nos Estados Unidos há instituições profissionais, do ponto de vista do Direito e da Medicina, que estão acima das próprias universidades na regulamentação do diploma.

Cabe a esta Comissão refletir sobre a proteção a eles e como combinar isso com a proteção do usuário. Acharmos, de acordo com a proposta da Senadora, que as universidades têm exercido esse papel com o rigor necessário, tanto que não se vê nenhum escândalo ou denúncia de profissionais que se formaram fora, ao exercerem a profissão no País, não tenham merecido o exercício da sua profissão. Os casos que vemos tem sido de pessoas formadas aqui dentro. É claro que proporcionalmente o número é muito menor dos oriundos de fora.

Na tradição brasileira de deixar com as universidades o reconhecimento dos diplomas, o meu parecer é absolutamente favorável. No caso da proteção ao usuário, devemos fazer uma reflexão adicional que talvez esta Comissão possa julgar conveniente. Mantida a tradição e de acordo com os seus bons resultados ao longo do tempo das universidades darem o aval aos diplomas do exterior, achamos que o projeto da Senadora está bem, e, com o que agregamos, protegeremos ainda mais os que vão ser usuários. Nós amarramos as universidades para que elas não apenas

tenham prazo para dar resposta, não deixem esses jovens no limbo profissional, como também exigências no sentido de compatibilização do conteúdo das universidades estrangeiras com os conteúdos usados pelas universidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Fátima Cleide pediu pela ordem?

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Pela ordem. Apenas para também parabenizar o Senador Cristovam e a Senadora Serys pela apresentação do projeto. Tenho aqui em mãos, inclusive, a Resolução da Câmara de Educação Superior nº 1, do Conselho Nacional de Educação, Senador Hélio Costa, de 21/1/2002, que estabelece as normas para a revalidação de diplomas. O problema é que não está sendo cumprido também. E o substitutivo do Senador Cristovam neste momento é muito bom porque estabelece o prazo, e o prazo é necessário. Temos conhecimento de muita gente – principalmente na área de fronteira, na região amazônica – que vai cursar na Bolívia e em Cuba e que está já há mais de quatro anos tentando nas universidades brasileiras, fazem as provas, pedem revalidação, mas não passa em lugar nenhum. Há uma coisa muito esquisita acontecendo nessa questão da revalidação de diplomas. Penso que esse prazo colocado de seis meses vai obrigar, pelo menos, as universidades a dizer sim ou não. Porque as pessoas ficam angustiadas com essa demora e, em alguns casos, Sr. Presidente, são obrigadas a pagar até cinco mil reais para fazer a inscrição para fazer a prova nas universidades. Então, penso que devemos aprovar esse projeto e aprofundar um pouco mais essa discussão para protegermos essas famílias cujos filhos não conseguem ter acesso a uma vaga no curso de medicina no Brasil e que se esforçam tanto, têm tanto gasto para investir na formação dos seus filhos no exterior, seja na Bolívia ou em Cuba, e depois ficar nesse sofrimento e numa situação, também, incompatível com a realidade regional. Na região amazônica, Sr. Presidente, onde há uma necessidade muito grande de profissionais, ficamos com esses profissionais lá, formados há quatro ou cinco anos, sem poder atuar, muitas vezes até sem ter o exercício da profissão, correndo o risco até de esquecer aquilo que aprenderam. Mas essas pessoas estão se esforçando muito, e sou testemunha de vários casos em que eles continuam estudando na tentativa de ser aprovados nas universidades brasileiras.

Mas a resolução do Conselho é muito clara no seu art. 6º, onde determina – ou pelo menos coloca – o que a comissão que trata da equivalência e revalidação dos diplomas tem que considerar no exame dos casos: em primeiro lugar, a afinidade de área entre o curso realizado no exterior e os oferecidos pela

universidade revalidante; em segundo, a qualificação conferida pelo título e a adequação da documentação que o acompanha; em terceiro, a correspondência do curso realizado no exterior com o que é oferecido no Brasil. Caso não exista isso, tem que fazer a prova. Caso não seja aprovado, vai ter que estudar. Não tem a adequação do currículo, vai ter que fazer as disciplinas. Agora o que não dá para continuar acontecendo é essa verdadeira “enrolação” das nossas universidades com esses jovens, que procuraram, por conta própria, em função da nossa deficiência de vagas no País, buscar conhecimento e se tornar um profissional para também contribuir com o nosso País.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa com a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Apenas para um comentário final, quero deixar bem claro que a minha preocupação é exatamente a preocupação manifestada pelos Senadores Cristovam Buarque e Fátima Cleide. Eu, certamente reconhecendo essa situação que vivemos no Brasil, em que se facilita para o jovem às vezes ir a um país limítrofe com o Brasil e fazer o seu curso lá e voltar, a minha preocupação não é apenas no sentido de estar absolutamente seguro de que o seu curso lá fora foi bem feito e que ele vai ser comparado com o curso feito no Brasil. Regulamentando tudo, criando normas mais específicas, estaríamos resolvendo, inclusive, a questão dos atrasos. Porque ouço falar nessa situação que estamos discutindo hoje, aqui, de que se apresenta um diploma na universidade, e que fica um, dois, três anos, muitos anos, sem ter a solução. Por quê? Porque não se está seguindo a lei.

Então, se tivéssemos uma lei, uma regulamentação definitiva em todos os sentidos, inclusive do tempo, automaticamente seria a situação muito mais facilmente tratada. Por exemplo, o estudante terminou o curso lá fora. Ele chega aqui e encaminha o seu diploma. Evidentemente, ele é passado por todos os requisitos legais e, no prazo, estabelecido também por lei, ele tem de ser aprovado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, ouvi atentamente a exposição dos Senadores Hélio Costa e Cristovam Buarque e a da Senadora Fátima Cleide e vejo que todos realmente têm as suas razões em suas palavras.

Quero compartilhar dessa discussão dando alguns exemplos, ou um exemplo, fundamentalmente. No governo anterior do Estado do Amapá, o Governador,

por questões ideológicas, resolveu importar médicos cubanos. Então, em um Estado pequeno, com dezesseis municípios, ele resolveu importar trinta médicos cubanos. Não sei se V. Ex^{as} sabem da realidade da importação desses médicos. Eles estão como se fosse uma verdadeira escravidão, porque – e esse é um detalhe – o governo cubano recebe pelos médicos que vão receber alguma miséria depois. Mas não é esse o detalhe de que quero tratar. O detalhe é que, para que esses médicos pudessem exercer a medicina no Estado do Amapá, o Conselho Regional de Medicina do Estado foi muito rigoroso e fez com que a Universidade fizesse com que eles fossem submetidos a uma prova de capacitação.

Agora, vejam só. Vivemos de uma propaganda. A realidade foi outra. Apenas três médicos dos trinta foram aprovados, com uma média próxima do limite da reprovação. Bom, esse aí é um caso. Eu citei esse exemplo, exatamente porque o Senador Hélio Costa centralizou a sua preocupação na proteção ao usuário. Nós não queremos criar dificuldade a nenhum cidadão brasileiro que, por não ter oportunidade de cursar sua universidade aqui, no nosso País, foi cursar no exterior. Não queremos criar essa dificuldade, mas temos de ter uma avaliação desse estudo a que ele foi submetido lá fora.

Mas creio que não é esse o problema. O problema maior é burocrático, é a dificuldade com que o nosso país trata essas pessoas. Em vez de realizar as práticas para habilitar ou não esse cidadão, ele começa a encher de dificuldades, a colocar obstáculos, e essa pessoa perde anos e anos sem ter a sua condição regulamentada para exercer a sua profissão no Brasil.

Então, concordo plenamente que se tenha um procedimento da maneira mais rápida possível, ou seja, que se dê prazos e que eles sejam rigorosamente cumpridos, para que essas pessoas não sejam prejudicadas. Quanto à questão de conhecimento, de currículo, isso tudo será avaliado, para ver se realmente essas pessoas podem exercer as suas atividades aqui, no País.

Acredito, Senador Hélio Costa, que a questão principal é o tempo, os prazos, e que eles não estão sendo obedecidos na nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já anunciei que esta matéria está aprovada. É assunto vencido.

V. Ex^a deseja ainda se pronunciar a respeito, Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Necessito de trinta segundos, para me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Seria melhor uma lei dessa para tudo no Brasil. A Itália tem

uma lei muito interessante. Tudo que você requerer ao Governo, e ele não te responder em noventa dias, a resposta é “sim”. É como deveria ser. Se a universidade não responder, está aprovado. Com isso, obriga-se os governos a serem mais rápidos no trato com o cidadão que os financiam, os mantêm e os pagam.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, está encerrada a discussão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, aproveito, já que se falou em médico cubano, para dizer que na semana passada li uma notícia no jornal que deveria preocupar um pouco esta Comissão. Dizia a matéria que o Governo Federal contratou professores cubanos para realizar alfabetização no Estado do Piauí, com o argumento de que o que dá certo naquele Estado dará certo em todo canto. Na realidade, há a dúvida sobre se irão alfabetizar as crianças do Piauí em português ou em espanhol.

Na realidade, o Brasil tem uma tradição de possuir grandes alfabetizadores, inclusive o Professor Paulo Freire, pernambucano como eu, e o professor Cristovam Buarque, considerado no mundo inteiro como um grande alfabetizador, e que elaborou um método importante. Há outros também famosos, e nós não precisamos de alfabetizadores de outros países, principalmente de língua diferente.

Eu não sei se pelo Fome Zero ou pelo Prouni, mas por meio de um desses projetos eles contrataram professores cubanos. O Senador Heráclito Fortes protestou da tribuna do Senado por ser no Piauí. Eu acho que se fosse em outro lugar S. Ex^a não teria protestado, mas, como foi exatamente no Piauí, ele protestou. Ficaram dizendo que não sabiam por que razão escolheram o Piauí para fazer esse teste. Se der certo, Pernambuco também será alfabetizado em espanhol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Cristovam Buarque havia pedido um aparte a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu não vou dizer que foi um problema de leitura do jornal, porque eu estaria colocando no Senador a responsabilidade. O problema deve ter sido na matéria escrita.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu coloco a responsabilidade no Senador Heráclito Fortes, porque eu também o ouvi falando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – O que de fato o Governo assinou foi um convênio para que os cubanos repassem método de uso de rádio e

televisão na alfabetização de adultos. Nem se trata de alfabetização de crianças, nem da alfabetização em si, que será feita por professores que falam em português. Provavelmente, os cubanos não falam nem escrevem português tão bem.

O método do uso do rádio e da televisão é uma experiência positiva que os cubanos têm e que está dando certo na Venezuela. Esse País, Sr. Presidente, vai erradicar o analfabetismo em mais um ano ou dois, e o Brasil continuará com quinze milhões de analfabetos.

Um dos métodos que os venezuelanos estão usando é este de televisão e rádio como forma de alfabetizar. V. Ex^{as} se surpreendem com a alfabetização pela rádio? Pois alcança quem é analfabeto funcional fazendo programas de leitura pela rádio, acompanhados pelos analfabetos funcionais em casa ou em escolas.

Eu acho que é um bom projeto do Governo e defenderia até que fosse mais amplo e não atingisse apenas dois municípios no Piauí. O Senador Heráclito Fortes reclamou que fosse no Piauí. Se atingisse mais estados, ou todos reclamariam ou seria mais bem aceito. Trata-se do método, e não da alfabetização em si.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É melhor assim, Sr. Presidente, porque se fosse mesmo alfabetização seria muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, nós encerramos, então, esse assunto.

O Substitutivo do Senador Cristovam Buarque foi adotado, e nós vamos ter o mesmo procedimento em relação ao Item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 2:**

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, turno suplementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão.

O Senador João Alberto Souza é o autor do PLS, mas o Senador Edison Lobão apresentou o substitutivo. Como não houve apresentação de emendas, fica adotado o substitutivo do Senador Edison Lobão.

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Item 3 foi retirado de pauta a pedido da Senadora Fátima Cleide.

Nós vamos, agora, já que não temos os relatores dos Projetos de nºs 4 a 10, entrar na apreciação... O Senador Demóstenes Torres está presente, mas a Senadora Ideli Salvatti, autora de um voto em separado, está para chegar. Enquanto isso, apreciaremos os PDS que começam no Item 11, e depois voltamos. O Senador Demóstenes Torres estudará o voto em separado da Senadora Ideli Salvatti.

Eu convido o Senador Hélio Costa a relatar, do Item 11 ao 13, os projetos de decreto legislativo que estão na pauta.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, são todos projetos de rádio e de televisão, primeiro nas cidades de Santa Juliana, Volta Grande e Patos de Minas. São todos pela aprovação; estão todos de acordo com a lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Como o Senador Juvêncio da Fonseca não está presente, solicito ao Senador Papaléo Paes que o substitua e faça o Relatório do Item nº 14 ao 19.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Os Itens de nº 14, 15, 16, 17, 18 e 19 têm o nosso parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para relatar o Item nº 20.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se da rádio comunitária em Conceição da Barra, no Estado do Espírito Santo, localizada no Parque de Itaúnas. O Projeto tem condições de ser aprovado.

O Relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para relatar o Item nº 21.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. Tomo também a liberdade de pedir como extrapauta o PDL nº 1.042, de 2004, com parecer favorável também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge para relatar os Itens nºs 22 e 23.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável em ambos os Itens.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Gerson Camata, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, que relate os Itens nºs 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se das rádios de Bom Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro, da cidade do Rio de Janeiro, Rádio Agulhas, de Agulhas Negras, Rádio Energia Ltda., de Volta Redonda, Rádio Colônia, do Rio de Janeiro, Rádio Sociedade de Arte e Cultura, da cidade de Parati, no Rio de Janeiro, Rádio Ambiental, da cidade de Niterói, Rádio Comunitária de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, Vargem Grande do Sul, no Estado de São Paulo.

Relatório favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Flávio Arns que substitua o Senador João Capiberibe e relate os Itens nºs 32, 33, 34, 35 e 36.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os pareceres são favoráveis. No Item nº 34 há uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para relatar o Item nº 37 e, na sequência, os itens nºs 38 e 39, que têm como Relator o Senador Luiz Pontes.

O Item nº 37 é de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 752, 875 e 911 têm o nosso parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Cristovam Buarque que substitua o Senador Mão Santa, relatando os Itens nºs 40, 41 e 42.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, todos os projetos têm parecer favorável, e reafirmo essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado. Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para relatar os Itens nºs 43 e 44.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, o Item nº 43 refere-se à Associação Comunitária

Aloísio de Almeida a executar serviço radiodifusão comunitária na cidade de Guareí, Estado de São Paulo.

O parecer é pela aprovação.

O Item nº 44 refere-se à Rede Integridade de Radiodifusão Limitada.

O parecer também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para relatar do Item nº 45 até o item 47, V. Exª é a Relatora. Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, apenas para registrar: o Item 45 é a Sociedade Rádio Peperi, de São Miguel D'Oeste, Santa Catarina; o Item 46 é a Rádio Nereu Ramos, de Blumenau; e o Item 47 é a Fundação Frei Rogério, de Curitiba.

Nas três, o nosso parecer é favorável à renovação, as três são renovação de concessão e o parecer é favorável às três.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Item 48 tem como Relator o Sr. Mário Calixto, e o Item 49 tem como Relatora a Senadora Roseana Sarney.

Solicito ao Senador Efraim Moraes que faça o relatório dos dois itens.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Hélio Costa que assuma a Presidência para que eu possa relatar do Item 50 ao 58.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador Osmar Dias é o Relator dos Itens 50 a 50, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – O parecer é favorável a todos os itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Retorno a palavra ao Presidente Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Retornamos, então. Aliás, vamos solicitar que os itens que foram requeridos...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – ...que fossem colocados extrapauta vamos colocar já, começando pelos itens do Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só um minutinho, Senador Aelton Freitas, o Senador José Jorge pediu pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, gostaria de pedir uma inversão de pauta para, logo que terminar essas questões das rádios, votarmos o Item 10, porque o Item 10 não é polêmico. Ele tem um parecer inclusive favorável da Senadora Ideli Salvatti, é um projeto de minha autoria. Então, se pudéssemos votá-lo antes, porque tem um item aqui que é relativamente polêmico, que é o Item 5. Se pudéssemos inverter.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos votar, então, a pauta normal, após os itens extrapauta.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, somos a favor da aprovação da Rádio de Frequência Modulada, na cidade de Monte Belo, Minas Gerais; na cidade de Corinto, Minas Gerais; na cidade de Datas, no Estado de Minas Gerais; na cidade de Japonvar, Minas Gerais; na cidade de Lagoa da Prata; na cidade de Bueno Brandão, Minas Gerais; na cidade de Cássia; e, também, do Projeto nº 283, de 2004, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e a Juventude, de autoria da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Extrapauta, ainda. Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Renovo a concessão da Rádio Princesa de Monte Azul Ltda., no Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para o item extrapauta que solicitou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, trata-se da permissão à Rádio Atividade FM do Distrito Federal para que exerça sua função de radiodifusão.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Senador Flávio Arns, o item extrapauta de V. Ex^a já foi votado.

Existe algum outro item extrapauta?

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, item extrapauta não. Apenas o item 4, que foi relatado em sessão anterior. Houve um pedido de vista, e ele se encontra na pauta. Como sou o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a solicita para que se coloque o item 4? É o próximo. É só terminarmos essa parte das rádios.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Trata-se do projeto que mencionei, que já está na Mesa, a respeito do Canal Tibagi, de Apucarana. Renovação da concessão.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos fazer, agora, a votação de todos os itens para voltarmos à pauta. Vou fazer a chamada. Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela aprovação, com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Todos foram aprovados, com as emendas que se mantém o mesmo voto.

O Senador José Jorge tinha pedido preferência para o item 10, é isso?

O SR. (orador não identificado) – É.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto o pedido de preferência do Senador José Jorge ao item 10.

Não havendo contestação...

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, só um fato: V. Ex^a vai fazer uma votação nominal, já que o projeto é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sobre qual?

O SR. (orador não identificado) – O item 10 é terminativo. Nossa preocupação é que temos a falta de um Senador para um quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – No momento da votação verificaremos. Até agora tivemos quórum.

Senador José Jorge, o Item 10 é o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, que altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O autor é o Senador José Jorge, e a relatora é a Senadora Ideli Salvatti, que apresentou parecer favorável, com a emenda oferecida.

Teremos que realizar duas votações nominais, para o projeto e para a emenda.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação. O nosso parecer é favorável, nós apresentamos emenda, mas esse

projeto do Senador José Jorge, na realidade, mexe nas questões que vão estar sendo debatidas e modificadas pela reforma universitária. E nós tivemos já a oportunidade de o Ministro Tarso Genro vir a esta Comissão numa data em que, infelizmente, o nosso quórum – exatamente para tratar das questões das cotas, da reforma universitária, etc. – estava tão baixo, que decidimos não realizar a audiência, para podermos realizá-la numa outra data em que tivéssemos uma presença mais significativa dos Senadores e das Senadoras.

Então, queria ponderar sobre se não seria conveniente suspendermos a tramitação – não é nada contra o projeto, Senador José Jorge – e até a vinda do Ministro Tarso Genro, tendo em vista que esse é um assunto que tem a ver com o debate mais global que estamos aguardando, até para poder fazê-lo com o próprio Ministro. Então, queria fazer essa ponderação sobre se não seria mais conveniente – até porque ele é um projeto terminativo – aguardarmos a data da vinda do Ministro Tarso Genro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consultarei o autor do projeto, Senador José Jorge, sobre a sugestão da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, acho que, em princípio, deveríamos votar o projeto. Pela seguinte razão: esse projeto faz uma modificação muito simples na composição dos conselhos das universidades públicas – das universidades de uma maneira geral –, dando um critério para que a comunidade não-universitária possa participar. Esse projeto da reforma universitária, quando for enviado para o Congresso, vai tramitar em primeiro lugar na Câmara. Ele não vem primeiro para o Senado; talvez vá passar um ano ou dois anos... A LDB, lembro-me muito bem, tramitou aqui por cerca de dez anos. Então, esse projeto de reforma universitária vai tramitar primeiro na Câmara, onde pode demorar dois, três ou dez anos. Enquanto isso, nada impede que aqui, no Senado, aprovemos algum projeto desde que seja viável ou bom, e ele vai para a Câmara. Se, por acaso, a Câmara decidir esperar pelo da reforma universitária, de qualquer maneira já teremos cumprido uma etapa.

É muito difícil sabermos quando um projeto desses vem para o Congresso. Há muitos projetos aí, como esse que amplia o Fundef, que todo mês sai no jornal que vão mandar, mas não mandam. Há muitos projetos assim. Outro exemplo é o da reforma trabalhista. Sempre se dizia que iriam fazer aquela reforma da CLT. Hoje já li no jornal que o Ministro Brasilino desistiu porque acha que isso dá desgaste para o Governo.

Então, acho que seria positivo que aprovássemos para o Senado. Essa é a minha opinião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu concordo com o Senador José Jorge, até porque o art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases estabelece que 70% do conselho são de membros do corpo docente. Mas está esquecendo que os outros 30% têm que ter uma representação da sociedade civil. É exatamente o que o Senador José Jorge quer fazer. Eu fico extremamente preocupado porque vejo algumas eleições de diretores e reitores de universidades e instituições superiores de ensino no Brasil – notadamente no meu Estado – onde, primeiro, os estudantes não têm voz ou representação alguma, não participam de forma alguma, a sociedade civil igualmente. No entanto, a instituição tem um grande impacto social, econômico e educacional na cidade e na região. É fundamental que se tenha a presença da sociedade civil nos conselhos. E esses conselhos, também – na medida em que vamos fazer uma nova lei, como disse a Senadora Ideli Salvatti – é importantíssimo que sejam democráticos. Porque o que diz a lei – vou citar aqui – é que “as instituições públicas de ensino de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática”. Gestão democrática não é fazer um conselho à imagem e semelhança do diretor, do presidente ou do reitor; é a representação da sociedade. Estamos vendo isso em várias escolas técnicas no Brasil inteiro. Esses conselhos terão que passar por um maior crivo se não do Ministério, mas da lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, Senadora Ideli Salvatti, como não há concordância, passo a palavra a V. Ex^a para apresentar o seu relatório.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, vamos apresentar o nosso parecer.

O projeto suprime o parágrafo único do art. 56 da LDB e insere os §§ 1º e 2º ao referido artigo. Com a nova redação, o projeto estabelece que a constituição do órgão deliberativo das universidades públicas terá 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil regional e local. Estabelece ainda que os docentes ocuparão 70% dos assentos dos demais órgãos colegiados e comissões, inclusive dos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes. Em sua justificação, a autora alega que a proposta se limita a complementar a legislação específica no sentido de garantir a presença da sociedade na composição do órgão deliberativo da universidade pública.

Já na lógica do que foi colocado, da importância de termos a representação da sociedade civil, temos o entendimento de que devemos fazer apenas uma pequena alteração no sentido de que, no § 1º do art. 1º, que trata da composição, fique especificada a expressão “órgão colegiado deliberativo superior das universidades públicas”, para, com isso, evitar qualquer erro de interpretação da lei, além de manter a coerência com o texto no seu *caput*. Então, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação, com essa pequena alteração em termos de explicitação do caráter colegiado do órgão deliberativo superior, para que não dê margem a nenhuma interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu concordo com a modificação que S. Exª fez; acho que fica mais bem explicitado colocando “colegiado”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O autor do projeto concorda com a alteração feita pela Senadora Ideli Salvatti.

Então, vamos votar o projeto com essa alteração constante do parecer da Senadora Ideli Salvatti.

A votação é nominal. Farei a chamada.

(Procede-se à votação nominal.)

Está aprovado.

Submeterei a emenda, então. Já que houve a concordância do Senador José Jorge, consulto a todos se mantêm o mesmo voto, para não fazer a chamada novamente. (Pausa.)

Está mantido o mesmo voto.

Item 4.

Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, que modifica o art. 3º da MP 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para alterar a composição do Conselho de Alimentação Escolar e tornar obrigatória a capacitação dos seus membros. O autor é o Senador Eurípides Camargo, que está aqui para assistir o relatório do Senador Almeida Lima, a quem passo a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, na verdade, esta proposição já foi relatada na sessão anterior e foi objeto de pedido de vistas pela Senadora Ideli Salvatti. Devo dizer que ratifico todo o parecer que foi pela rejeição da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer do Senador Almeida Lima é pela rejeição.

A Senadora Ideli Salvatti pediu vista, mas não apresentou nenhuma manifestação por escrito até o momento.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, não apresentei até porque nós pedimos vista ex-

atamente para ter clareza com relação a essa situação estranha. Porque o mérito do projeto é indiscutível, e não podemos aprová-lo já que há, efetivamente, uma impossibilidade jurídica. Havendo uma medida provisória que não foi deliberada, impede que façamos alteração na legislação.

Então, o máximo que poderia ser deliberado nesta Comissão... E aí faria um apelo para que pudéssemos, dado o mérito da matéria apresentada pelo Senador Eurípides Camargo, recomendar ao Ministério da Educação que o objeto do projeto pudesse servir de algum tipo de iniciativa legislativa tomada pelo próprio Executivo, já que não nos cabe deliberar sobre legislação que está alterada e medida provisória que foi deliberada.

Temos uma impossibilidade legal de fazê-lo. Conveni-me disso depois de todo trabalho que a assessoria fez. O máximo que poderia sugerir a esta Comissão, até para não perder a validade e a importância e relevância em termos de mérito que o Senador Eurípides apresenta, é que pudéssemos ter uma manifestação oficial da Comissão junto ao MEC, no sentido de aproveitar a proposta que o Senador faz.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para atender a sugestão de V. Exª, vou pedir que a Secretaria prepare ofício, que devo enviar ao Ministro da Educação fazendo a sugestão de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, acredito que neste caso, havendo concordância, seria melhor segurar a votação desse projeto até que houvesse a apreciação da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quem pode se pronunciar a respeito é o Senador Almeida Lima, que é o Relator.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – O próprio Senador Demóstenes Torres antecipou naquilo que iria afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, não tem solução?

Então, vamos ter que submeter à votação, lembrando que quem votar sim vota pela rejeição, porque vota no parecer do Senador Almeida Lima.

Vou ter que fazer a chamada novamente.

(Procede-se à votação)

Foi rejeitada a matéria.

Passa-se ao item 5, que tem como relator o Senador Demóstenes Torres.

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2004, altera a Lei nº 10.260, de 12/07/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino

Superior e dá outras providências, para possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais.

O Senador Eduardo Siqueira Campos é o autor.

O Senador Demóstenes Torres é o Relator.

Parecer é favorável. Foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti na reunião do dia 5/10.

A Senadora Ideli Salvatti vai apresentar agora manifestação por escrito.

Como o Senador Demóstenes Torres já apresentou o relatório, porque já houve pedido de vista, e a Senadora Ideli Salvatti tem uma manifestação por escrito, concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, estamos apresentando um voto em separado ao projeto, e vou fazer a leitura:

A mudança proposta pelo Senador Eduardo Siqueira Campos é extensa, tendo em vista que as obrigações previdenciárias são exíguas diante do âmbito de outros tributos federais, embora limitados aos que forem definidos em regulamento.

Quais seriam, então, os possíveis outros tributos federais? Segundo a atual legislação tributária, todos os impostos, taxas e contribuições sociais.

Na prática, o Poder Executivo teria que selecionar os tributos a partir de dois critérios:

os que não tivessem impedimento legal, para serem pagos com títulos da dívida pública, a exemplo do imposto sobre a renda, cuja receita é partilhada com Estados e Municípios;

os que não ferissem ou prejudicassem as políticas fiscal e tributária do Governo.

Prevendo-se a redação da Lei nº 10.260, de 2001, percebe-se que foi exatamente este o cuidado do legislador, quando restringiu a abrangência do benefício às contribuições previdenciárias com as concessões estabelecidas nos dois parágrafos do art. 10.

Parece-nos que seria imprudente abrir um espaço às pressões das instituições ou mesmo incentivá-las ao não-pagamento, pelas vias normais, de suas obrigações tributárias, se fosse alargada a abrangência da troca de débitos por títulos.

Observe-se, adicionalmente, que está em tramitação projeto de lei de iniciativa do Executivo que institui o Programa Universidade para Todos, Prouni, prevendo a concessão, por instituições privadas de ensino superior, de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em troca de benefícios fiscais de natureza variada. Embora subsista o Fies, a intenção manifesta do Governo Federal é enfrentar os desafios da ampliação de vagas gratuitas por meio do Prouni, bem como

da criação de novas instituições, novos **campi** e novos cursos públicos. Com o Prouni, muitas instituições privadas que hoje se sentem limitadas pelos critérios restritivos de financiamento do Fies, poderão ampliar sua atuação junto aos setores mais carentes do aluno por meio da isenção de outros tributos, além das obrigações previdenciárias, conforme analisa o autor do PLS nº 07, de 2004, em sua justificação.

O Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação posicionaram-se contrariamente à matéria. O Tesouro Nacional opõe-se à abrangência no uso dos certificados recebidos pelas instituições de ensino superior. Portanto, o meu voto é no sentido contrário ao PLS nº 07, tendo em vista que ele traria impacto nas disponibilidades do Tesouro Nacional, afetando sua receita e reduzindo o resultado primário das contas públicas.

E também porque o projeto, como já foi colocado o projeto do Prouni, estaria dando uma alternativa a vários alunos, um volume significativo de alunos que teriam, através da oferta das vagas, na troca por impostos em universidades privadas, através do projeto Prouni, que já está de imediato oferecendo 110 mil bolsas pelo resultado, já, dos acordos dos contratos que estão estabelecidos entre o MEC e as universidades privadas do nosso País.

Então, nosso voto em separado, Sr. Presidente, é contrário ao projeto. Já estou passando às mãos de V. Exª o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, como há um voto em separado da Senadora Ideli Salvatti, contrário, e um parecer favorável, ambos estão em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera o art. 10 da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, é muito simples. Essa lei estabelece que haverá um fundo de financiamento aos estudantes no ensino superior, o Fies substitui o famoso crédito educativo.

Muito bem. As empresas de curso superior trocam esse débito, naturalmente, por certificados do Tesouro Nacional e com estes podem pagar o INSS.

O que está propondo o Senador Eduardo Siqueira Campos? O Senador Eduardo Siqueira Campos está propondo que elas possam também pagar outros tributos que o próprio Executivo vai estabelecer em regulamento, a exemplo do imposto de renda, etc. Com isso vão sobrar mais recursos para que as universidades,

as faculdades continuem financiando curso superior de estudantes carentes.

A Senadora Ideli Salvatti argumentou muito bem que por meio do Prouni o Governo quer ampliar essa oferta, inclusive com a concessão de bolsas, e não para financiamento. Ela reconhece isso. O Fies vai continuar existindo para outros casos. Ora, se o Fies vai continuar existindo, por que as universidades não podem trocar esses créditos do Tesouro que terão nas mãos por outros tributos? Não há uma justificativa lógica, a não ser o fato colocado lá embaixo e que diz o seguinte: o Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação posicionaram-se contrariamente à matéria. O Ministro da Educação até me surpreende, porque ele escreveu um livro de duzentas páginas – pelo menos é o que está sendo divulgado – em que não trata de educação. Ele quer enquadrar a sociedade brasileira em outros costumes. É a primeira manifestação do Ministro e contrária aos estudantes carentes. E o Ministério da Fazenda, como aconteceu em outros Governos, se submete às orientações do FMI. Parece-me que não é o caso do PT se submeter às orientações do FMI. É contrário porque vai ter um impacto no caixa do Governo.

Concordo com o Senador Eduardo Siqueira Campos. Parece-me que o projeto dele é razoabilíssimo, claro, cristalino. Se as empresas têm o certificado do Tesouro Nacional e podem trocá-lo por dívidas do INSS, por que não podem trocá-lo então por outras dívidas, como, por exemplo, Imposto de Renda?

Assim, continuo votando com o Senador Eduardo Siqueira Campos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Demóstenes Torres mantém o parecer.

Há dois votos aqui: do Senador Demóstenes Torres, que é favorável, e da Senadora Ideli Salvatti, que é contrário.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu li atentamente o parecer da Senadora Ideli Salvatti, mas eu já estava entendendo perfeitamente a explicação brilhante do Senador Demóstenes Torres. Concluí, após a leitura dos dois pareceres, que esse é um caso típico de dois pesos e duas medidas. Ora, Senadora Ideli Salvatti, se o Governo pode pagar com o título, ele é obrigado a receber esse título em pagamento, em qualquer circunstância. Ele é como se fosse uma moeda. O Governo recebe, o Governo paga. O Governo paga com aquilo que tem que receber também. O que se propõe aqui está muito claro. Isso só facilita, só ajuda, mas só não é bom para o Ministério da Fazenda, com certeza. É tradicional que o Ministério da Fazenda se posicione contrariamente a es-

sas medidas. Eu até entendo a posição do Ministério da Fazenda, mas não posso deixar de ver os méritos da proposta do Senador Eduardo Siqueira Campos, muito bem relatada pelo Senador Demóstenes Torres. Convido até V. Ex^a para fazer uma reflexão sobre seu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o projeto é lógico. Tanto o Senador Hélio Costa quanto o Senador Demóstenes já falaram a respeito. Causou-me estranheza, no final do parecer da Senadora Ideli Salvatti, uma frase que diz que o Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação se pronunciaram contrariamente. Quanto ao Ministério da Fazenda, tudo bem. Os argumentos são de natureza financeira. Mas não há nenhum argumento de parte do Ministério da Educação. Eu não sei qual a razão de o Ministério da Educação ter se pronunciado contra. Entendo por que o Ministério da Fazenda se pronunciou contra. Os argumentos estão contidos no parecer. Quanto ao Ministério da Educação, eu não vi os argumentos.

Assim, gostaria que a Senadora Ideli Salvatti me esclarecesse quais as razões de o Ministério da Educação ter se pronunciado contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Ideli Salvatti pretende responder?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há ainda mais algum Parlamentar para se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Creio que não há mais ninguém. (Pausa.)

O Senador Aelton Freitas deseja falar.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Por ser do Bloco de apoio ao Governo, tive a recomendação para votar contra, mas, ouvindo e lendo o relatório, Sr. Presidente, fica muito difícil. Acredito que a minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, encontra-se na mesma situação. Queria que ela refletisse, porque, se estivesse mais fundamentado, eu estou com o Governo e quero estar com ela, mas, neste projeto, peço minhas escusas, mas prefiro ficar com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, esclareço que já temos um projeto que estabelece troca de impostos para a obtenção de vagas gratuitas, bolsas para os alunos, que é o Prouni. Isso já significa, digamos assim, uma abertura da parte do Governo em abrir mão de arrecadação de forma significativa. Não será por qualquer coisa que estaremos abrindo mão em termos de arrecadação para obter o volume de recursos, de vagas, que, em

troca dos impostos, será oferecido para a população de baixa renda.

O Fies, que vai permanecer – porque, é claro, o Prouni não vai resolver todos os problemas – continuará ofertando a possibilidade de financiamento aos alunos que não o tiverem. Veja bem, aos que adotarem o financiamento, as instituições poderão trocar isso em termos de previdência, mas não outros impostos federais.

Então, parece-me que essa questão beneficia as instituições. Qual é o benefício que isso trará? Essa é a discussão que quero trazer aqui. Qual é o benefício que vai trazer para o aluno? Porque o Prouni, sim, traz benefício ao aluno. O Governo está trocando imposto por vaga gratuita nas universidades; está abrindo mão de arrecadação para ofertar vagas. O Fies já permite que os títulos públicos sejam trocados no caso previdenciário. Agora, vai trazer alguma vaga a mais, algum financiamento a mais as instituições poderem trocar os títulos por outros impostos? Não estou convencida disso. Se me convencerem...

Essa é a informação e a orientação que recebi. Se me convencerem de que a instituição privada vai abrir mais financiamento para alunos que não têm condição de pagar, podendo trocar os títulos por outros impostos...

O que eu quero garantir – e imagino essa é a lógica do Ministério da Educação – é a lógica de trocar impostos por vagas, por facilidade de acesso aos alunos que não têm condição de pagar. Então, parece-me que o Fies não terá um volume maior de recursos para financiar mais bolsas se puder trocar os títulos por outros tipos de obrigação tributária. Então, se me convencerem do contrário... É nessa lógica que estou trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, faço parte de um Partido que, pelo menos até o dia 12 de dezembro, ainda faz parte também da base de apoio ao Governo. Logicamente, está em ebulição, e há recomendação para se votar contra o parecer, contra o projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Mas quero registrar que o meu voto ou os meus votos não são de cabresto. Ou seja, voto sempre com a minha consciência. Procuro acompanhar o Partido naquilo que é possível, mas não é possível acompanharmos o Bloco no caso desse projeto, porque sentimos até que a Senadora Líder do PT não tem certeza do seu parecer. Por isso, deixa uma dúvida muito grande em todos nós. Na dúvida, nós ficamos com esse projeto extremamente interessante do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Então, registro meu voto a favor do projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o relator, Senador Demóstenes Torres, para finalizar o debate.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, parece-me...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, antes de o Senador Demóstenes Torres usar da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Demóstenes Torres.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não pode pairar dúvidas a respeito da minha convicção, do que estou falando. Estou falando absolutamente convicta. Temos um projeto muito claro de troca de impostos, de obrigações tributárias, de instituições privadas de ensino por vagas. Esse é o Prouni, e ele vai abrir, só no ano que vem, 110 mil vagas gratuitas em instituições privadas de ensino por troca de impostos.

Então, creio que essa é uma moeda de troca. Indiscutivelmente, o aluno que não tem condições de pagar será beneficiado. Está claro isso, não tem nenhuma dúvida.

No projeto apresentado, parece-me que o beneficiado é exclusivamente a instituição, que, hoje, pela legislação, só pode trocar os títulos pela questão previdenciária e passa a poder trocar por outros impostos.

Quero saber quantas vagas a mais serão abertas, quantos financiamentos a mais serão dados aos alunos, senão estaremos dando um benefício para a instituição privada de ensino sem efetivamente nenhuma garantia de um único financiamento a mais. Acho que não temos o direito de trocar impostos sem abrir vagas e oportunidades para os que não podem pagar; creio que isso vai na lógica contrária. Estou absolutamente convencida do que estou falando e quero votar a matéria absolutamente convicta.

Não entendo, não enxergo, não me demonstram quantos financiamentos serão dados com essa mudança. E as instituições privadas de ensino passarão a ter um benefício a mais. Em vez de poderem trocar os créditos exclusivamente no tributo previdenciário, vão poder trocar por outros. Então, no caso das instituições privadas, elas terão o benefício, mas não foi apresentado um número referente a quantos alunos terão financiamento a mais por essa modificação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Fátima Cleide havia pedido antes a palavra.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim, Sr. Presidente, apenas para reafirmar o que falou a Senadora Ideli. Também estou convicta de que, ao rejeitarmos esse projeto, não causaremos nenhum dano aos jovens que não têm acesso à universidade. Muito pelo contrário. As universidades, as instituições privadas de ensino superior neste País, nos últimos tempos, já foram privilegiadas, tanto é que isso causou um sucateamento enorme da nossa rede pública de ensino superior. Penso que legislar a favor dos alunos carentes da nossa população seria buscar projetos que venham a fortalecer cada vez mais a nossa rede pública de ensino superior.

Portanto, voto sem cabresto. Voto convicta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Demóstenes Torres me esclarecesse em relação ao projeto, porque, pelo que me consta, na Lei nº 10.260, no art. 7º, está escrito que a União fica autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do Fies. E, na regulamentação, nos parágrafos e artigos seguintes, está escrito que esses títulos da dívida pública poderão, como estabelece o projeto do Senador Siqueira Campos, ser utilizados para as obrigações junto ao INSS, porque o Senador está dizendo que, além do INSS, pode abater outros tipos de impostos com aqueles títulos da dívida pública. É só isso.

Nesse sentido, só quero dizer que não se criam vagas novas, mas a instituição de ensino superior tem um título da dívida pública, que tem um valor. Naturalmente que aquilo que se está propondo possa ser transformado em pagamento das dívidas previdenciárias ou de quaisquer outras áreas de débitos junto ao Tesouro Nacional. Realmente, não se criam vagas, mas também não estamos beneficiando, na verdade, a instituição de ensino superior, porque ela já está recebendo aquilo como pagamento, e aquele pagamento vai ser utilizado para as dívidas previdenciárias ou para outras obrigações que tenha aquela instituição de ensino superior. Na verdade, eu até diria que a instituição de ensino superior está fazendo um favor ao aceitar o título da dívida pública, ao invés de aceitar o dinheiro em espécie. Aceitando o título da dívida pública, pode transformá-lo para o pagamento de impostos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes Torres, para encerrar a discussão.

O Senador Demóstenes Torres vai esperar mais um pouco, porque vamos passar a palavra para o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Uma pergunta ao Senador Demóstenes: com esse

projeto, não estamos simplesmente liberando as instituições de se endividarem o quanto quiserem ou de dizerem “eu não pago” e, depois, usarem esse dinheiro para pagar a educação das pessoas que escolherem? Claro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só pode de ser concedido para estudantes efetivamente carentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes, um minuto apenas. Como o Senador Gerson Camata quer fazer também uma pergunta, em seguida V. Exª responde as duas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, tenho duas questões, dúvidas, que quero submeter ao Relator. Como sou economista, não advogado, essas dúvidas jurídicas sempre me abalam sempre na hora de votar.

A primeira é que o que está em debate aqui é se o Governo pode me dar um papel e depois não querer o papel de volta como moeda que me deu. É justo isso? Não é se cria vagas, mas se não cria vagas. O debate essencial é este: tenho uma instituição, o Governo indica para mim uma pessoa, que vai estudar de graça na minha instituição, e me dá um papel para pagar. Depois, vem e diz que o papel só serve aquilo. Então, esse era o debate.

A segunda é que, quando se transfere isso para Imposto de Renda, para outros tributos que não a Previdência Social, na verdade está-se diminuindo a arrecadação do Governo. E temos que dizer, então, qual o programa que será cancelado para que isso não seja inconstitucional.

Toda vez que se diminui a receita ou que se aumenta a despesa, segundo a Constituição, parece-me, temos que dizer o que se está tirando de outra fonte de despesa para poder se jogar o recurso nessa: “Olha, aqui não estou nem diminuindo tributos, nem aumentando tributos, mas estou diminuindo a arrecadação do Governo”, porque a pessoa vai apresentar aquele título no Ministério da Fazenda e não vai pagar o Imposto de Renda. Vai diminuir a arrecadação do Governo. Para diminuir a arrecadação e ser constitucional, pelo que entendo, temos que ver qual despesa orçamentária vamos cortar para que se equilibre novamente o orçamento. É o questionamento que faço ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, a discussão em relação ao título é mais ou menos igual a um cheque. Quando emito um cheque, já tenho que re duzir da minha despesa, não só quando desconto o cheque. É a mesma coisa. Na realidade, a despesa é

feita quando o Governo emite o título, não quando paga o título, seja do INSS ou de qualquer imposto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes, para finalizar e depois votarmos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Penso que o Senador José Jorge respondeu essa questão.

Quando o Governo emite qualquer certificado do Tesouro, naturalmente, está reconhecendo um débito. Esse débito o Governo vai pagando à medida que a pessoa vai utilizando o título. Então, já é débito previsto. Isso não quer dizer que diminuirá a arrecadação do Governo ou que este também vai ampliar o seu crédito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Débito previsto na conta previdenciária. Estamos transferindo agora para outros tributos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Bom, quanto a isso não há problema, isto é, quanto à constitucionalidade, aumento de despesa, mesmo porque o Governo tem um caixa único. Então, não há problema algum dessa natureza. Também não há o óbice levantado pela Senadora Ideli Salvatti, porque é óbvio que, se a pessoa tem os papéis, e eles podem ser trocados por outros débitos que ela tem, ela vai diminuir o estoque de papéis e querer buscar outros papéis. Ela busca esses outros papéis, abrindo vagas na sua instituição. Não há outra maneira.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Demóstenes, permita-me um aparte, por gentileza?

Proponho-me apartear-lo exatamente para complementar, se me permitir, a sua justificativa, no sentido de que vale para compensar com débito previdenciário. Não vale para um outro débito, como, por exemplo, de natureza tributária ou Imposto de Renda.

Mas não é esse mesmo Governo que diz que é ele, com recursos do Tesouro, que socorre permanentemente o débito previdenciário? Qual é a diferença? Se a receita entra, se vai para o Tesouro, se é em compensação a Imposto de Renda, se é em compensação a despesas previdenciárias, se no final não há um déficit previdenciário, não é isso que o Governo afirma? Ou não existe déficit previdenciário? Existe, não é? Supre-se do mesmo jeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

Farei a chamada nominal:

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex^a que orientasse a votação – “sim” ou “não” e “com quem vota”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a V. Ex^a. Na verdade, havia me esquecido.

Tem preferência o Parecer do Senador Demóstenes Torres.

Aprovado o Parecer do Senador Demóstenes Torres, fica prejudicado o voto em separado da Senadora Ideli Salvatti.

Já que todos votarão com a convicção, está dispensada a discussão.

Em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque, para esclarecer sua dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – O parecer da Senadora é voto em separado. Então, não renega o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se aprovado o Parecer do Senador Demóstenes Torres, estará prejudicado o voto em separado da Senadora Ideli Salvatti, porque são contrários: um é a favor, e o outro é contra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Então, devemos votar “sim” ou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O voto é “sim” ou “não”. Quem vota “sim”, vota com o Senador Demóstenes Torres; quem vota “não”, vota em separado.

Peço à Secretaria que anote a votação, que será apertada.

(Procede-se à votação nominal)

Votaram SIM 10 Srs. Senadores; e NÃO 5.

Houve 1 abstenção.

Foi aprovado o parecer do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, foi aprovado o Projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Informo a V. Ex^{as} que ainda temos na pauta alguns itens para ser votados, apenas estamos aguardando a presença dos respectivos relatores.

O Ministro da Ciência e Tecnologia solicitou uma reunião para amanhã, às 10 horas, com a Comissão de Educação.

Tratará a reunião com o Ministro Eduardo Campos do Orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o Exercício de 2005.

A exemplo do Ministro Gilberto Gil e também do Ministro Agnelo Queiroz, o Ministro Eduardo Campos solicitou esta reunião para apresentar as prioridades orçamentárias, tendo em vista as emendas que vamos aprovar nesta Comissão.

Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, faço um convite às Sr^{as} e aos Srs Senadores, para participarem de uma reunião da Subcomissão de Turismo, hoje, às 14 horas, com a presença do Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, para discutir o Orçamento daquela Pasta para o ano que vem.

Esta é a oportunidade, para quem já está sofrendo com a liberação de recursos no orçamento, de discutirmos com o Ministro do Turismo o orçamento para o ano que vem.

Sr. Presidente, tenho liberado 80% de minhas emendas apenas para o Balneário do Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Amanhã, às 14 horas, na Subcomissão de Turismo, teremos a presença do Ministro Walfrido Mares Guia.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, na semana passada, tivemos a presença de vários artistas ligados ao teatro brasileiro solicitando uma audiência pública para debatermos, na Comissão de Educação, as questões relacionadas ao teatro brasileiro. Já que eu tinha uma audiência com o Ministro Gilberto Gil, comprometi-me a sugerir a possibilidade de o Ministro comparecer a esta Comissão para debater este assunto com a classe teatral. O Ministro Gilberto Gil tem uma viagem internacional no início de dezembro, o que dificultaria a sua vinda em alguma terça ou quarta-feira daqui até o final do mês de novembro, mas disponibilizou na sua agenda o dia 25 de novembro, uma quinta-feira.

Tendo em vista a relevância do assunto e a oportunidade do debate – até porque teve uma boa repercussão a vinda dos artistas ao Senado – entendo que deveríamos buscar agilizar a audiência pública para o dia 25, mesmo não sendo um dia usual de atividade da Comissão. Eu já tinha comunicado ao Júlio essa disponibilidade do Ministro e estou comunicando, agora, oficialmente, a toda Comissão.

E atendendo ao seu pedido, conversei também com o Ministro a respeito daquelas duas emendas, qual seria, digamos, a prioridade das prioridades, e o Ministro sinalizou que seria a emenda para os recursos destinados ao patrimônio. A outra emenda, a da questão das bibliotecas, como a Comissão também vai fazer emendas na área da Educação, de repente podemos ter um debate a respeito do assunto, já que seria uma emenda com intercessão entre as duas áreas, a área educacional e a cultural – a questão das bibliotecas nas unidades escolares. De qualquer forma, a emenda que o Ministério da Cultura gostaria muito que esta

Comissão apoiasse e apresentasse prioritariamente é a do patrimônio.

Estou prestando contas das tarefas que V. Ex^a e os artistas me incumbiram.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti, no início da reunião, aprovamos um requerimento de minha autoria propondo audiência pública. Quero agradecer a V. Ex^a porque nós, tendo em vista o contato que fez com o Ministro da Cultura e entendendo a impossibilidade de S. Ex^a estar aqui na terça e quarta da próxima semana, já determinamos providência para que a audiência seja realizada na quinta-feira, contando, assim, com a presença do Ministro Gilberto Gil e dos artistas, que, com certeza, a agradecerão V. Ex^a por essa interferência.

Quanto à emenda, vamos submetê-la ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 17 de Novembro de 2004.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim Moraes, Delcídio Amaral, Eduardo Azeredo, Jefferson Péres e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião os Senhores Deputados José Chaves (PTB/PE), Geddel Vieira Lima (PMDB/BA) e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica as presenças na reunião de hoje, dos Senhores Nelson Simões da Silva,

Diretor Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP; Erney Plessmann de Camargo, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Prof^o Cylon Gonçalves da Silva, Secretário da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, atendendo solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, com base no artigo 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que tem como objetivo a exposição do Senhor Ministro sobre o Orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o exercício de 2005. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Gerson Camata, Delcídio Amaral, Cristovam Buarque e João Capiberibe. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está aberta a 41ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Estamos hoje recebendo o Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, que fará uma exposição sobre o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o exercício de 2005.

Objetivamente, a nossa audiência com o Ministro é para permitir a S. Ex^a que nos sugira a emenda que deve ser aprovada pela Comissão para ser submetida à Comissão de Orçamento.

Nós tomamos essa iniciativa, que consideramos inédita, mas importante. Fizemos isso com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que aqui apresentou duas emendas, e a Comissão aproveitará uma delas. Recebemos o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, na semana passada, que apresentou a sua proposta de R\$150 milhões para a construção de quadras em escolas.

Nós já designamos um Relator, o Senador Juvêncio da Fonseca, que hoje não pôde estar presente, mas vamos transmitir-lhe o conteúdo desta reunião.

Hoje recebemos o Ministro Eduardo Campos com o mesmo objetivo: apresentar as linhas e a política do seu Ministério e fazer sua sugestão à Comissão de Educação, que tem o direito, como todas as outras comissões, de apresentar cinco emendas.

Como temos Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Esporte, vamos guardar a tradição da Comissão, que é aprovar uma emenda para o esporte, uma para a cultura, uma para a ciência e tecnologia e duas para a educação. E quando aprovamos na Comissão uma emenda que não tem sintonia com a política do Ministério afim, ela se perde na Comissão. Então, resolvemos inverter o processo. Embora a Comissão seja composta de Senadores da Oposição e da base do governo, penso que o que todos nós queremos é que a emenda aprovada aqui tenha consequência, seja depois aprovada pela Comissão de Orçamento e possa ser liberada pelo Ministério.

Nós queremos, portanto, fazer uma reunião muito produtiva. O Ministro tem o tempo regimental de trinta minutos para falar; depois, os Senadores poderão fazer suas perguntas. Lembro que está ocorrendo uma sessão do Senado, e quando começar a Ordem do Dia teremos que suspender a nossa reunião. Por isso, teremos que ser objetivos.

Gostaria de anunciar a presença de Erney Plessmann de Camargo, Presidente do CNPq, do Professor Cylon Gonçalves da Silva, Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem agradecemos por enriquecerem esta reunião, e do Deputado José Chaves, do PTB de Pernambuco, que acompanha seu conterrâneo e fará a sua apresentação.

O Ministro não pôde estar presente na instalação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia em função do nascimento do seu filho. Aproveitamos para cumprimentar S. Ex^a, que naquele dia teve a gentileza de nos ligar da maternidade.

Também queremos anunciar a presença do Sr. Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

A todos agradecemos a presença, e passo a palavra ao Ministro Eduardo Campos.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Em primeiro lugar, cumprimento o Senador Osmar Dias e, em seu nome, os Senadores aqui presentes, Capiberibe, Gerson Camata, todos os companheiros da equipe do MCT, e digo que vou procurar usar um espaço do Pequeno Expediente. Vou ser breve.

Cabe um registro, um agradecimento, ao trabalho do Presidente desta Comissão na Lei de Biosseguran-

ça, pelo bom debate que conduziu; um agradecimento ao Senado Federal, pela aprovação, por unanimidade, da lei de inovação, na semana passada, que é uma grande contribuição para alargar os recursos na área de Ciência e Tecnologia, além do Orçamento Fiscal. Ou seja, estamos batendo à porta do Senado mais uma vez para reforçar esse trabalho de entendimento que temos tido e com grandes resultados ao longo deste ano.

Essa planilha, na pág. 6, adiantando a nossa apresentação, dá uma idéia da evolução do Orçamento da União e da evolução do MCT ao longo desses anos. Este ano, em relação ao ano de 1995, tivemos um aumento além do aumento médio da União, revertendo num quadro que se apresentava desde 2003, em que o Orçamento da União crescia mais do que o orçamento do MCT.

É preciso registrar que só 40% dos recursos de Ciência e Tecnologia estão no orçamento do MCT. Existem outros recursos de Ciência e Tecnologia no Orçamento da União que estão no âmbito do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, no Ministério da Defesa.

No que toca ao Ministério da Ciência e Tecnologia, fizemos um planejamento estratégico, respeitando o PPA, segundo a Conferência de Ciência e Tecnologia, mas focando a necessidade em um eixo horizontal, que é a preocupação com a construção do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Os Srs. Senadores conhecem muito bem a evolução que teve a área de saúde no sentido de construir um sistema nacional hierarquizado, com um sistema que avançou. Precisa ainda de muitos avanços, mas que avançou efetivamente ao longo dos anos.

A nossa preocupação é a construção de um sistema que integre a preocupação com o País, que retire da pauta o que é o dissenso do “concentra, desconcentra”, como se não tivéssemos que consolidar um sistema nacional.

Uma preocupação fundamental também se faz presente com a questão da formação de recursos humanos. Esse sistema só funcionará se consolidarmos um patamar na questão da formação de recursos humanos. A ampliação das fontes de financiamento, da qual a Lei de Inovação foi uma grande contribuição, esse esforço de ampliar no Congresso um orçamento é outro, mudanças legislativas para capital de risco em empresas de bases tecnológicas. Além desse eixo horizontal central, verticalizamos em três eixos:

1) A política industrial tecnológica de comércio exterior, ou seja, fazer com que o conhecimento já gerado no Brasil, seja apropriado pelos produtores de bens e consumos, seja na área de foco da política in-

dustrial, seja nos arranjos produtivos locais, seja nas áreas de fronteira do conhecimento como a biotecnologia, a nanotecnologia.

Esse é um eixo em que estamos trabalhando, fazendo pauta com os setores organizados da indústria nacional, da agricultura brasileira, vendo os gargalos tecnológicos que ajudarão a agregação de valor e darão competitividade às nossas empresas e aos nossos produtores;

2) É exatamente o eixo das grandes questões nacionais, como a questão da biodiversidade brasileira, a questão do programa espacial, do programa nuclear brasileiro e a questão da Amazônia. Além da questão da biodiversidade, destacamos a questão da Amazônia como uma preocupação central; e

3) A questão da ciência e tecnologia e inovação para inclusão social e desenvolvimento social, com a preocupação de popularizar a ciência, com iniciativas como a Semana de Ciência e Tecnologia, iniciativas como Museu de Ciência, Olimpíada de Matemática, no espírito de melhorar o ensino da Ciência na escola pública brasileira; ações de inclusão como transferência de conhecimento para as políticas públicas em nível municipal, estadual e da União, fazendo inovação de processo e também de produto nas políticas públicas, na área do saneamento, da habitação popular. São iniciativas como a da inclusão digital que marcam esse eixo vertical da inclusão. Nessa área, dispomos de janelas orçamentárias extremamente interessantes para que Senadores e Deputados possam contribuir, nos seus Estados, com esse esforço de inclusão.

Vale salientar uma característica própria, antes de focarmos as emendas propriamente ditas, que é uma garantia dada pelo Congresso Nacional em relação ao orçamento de ciência e tecnologia, que é o não-contingenciamento.

Existe a figura de reserva de contingência em relação aos fundos setoriais, mas o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, na área de ciência e tecnologia, atingiu a maturidade que o Congresso há muito reclama para o conjunto do orçamento, que é o não-contingenciamento. Isso é um diferencial que dá segurança às Comissões, que têm direito a elaborar as suas emendas; às Bancadas, que podem fazer em número diferenciado por Estado; e às emendas regionais de ter uma eficácia. Ou seja, às vezes, o Parlamentar se envolve em um debate severo dentro de uma Comissão, dentro da sua Bancada, dentro da Bancada regional; colocam a emenda e, por vezes, essa emenda não tem eficácia, não se traduz em uma ação efetiva. Essa segurança nos diferencia em relação a outros Ministérios, que não têm, na LDO, esse tipo de garantia.

Hoje, pela manhã, tivemos uma longa conversa com a Bancada de ciência e tecnologia, com a Frente Parlamentar, com Senadores, Deputados e Membros da Academia, que foi lançada recentemente, e cotejamos as preocupações e elencamos as emendas para levá-las às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Defesa do Consumidor; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; e, no Senado Federal, começando hoje, à Comissão de Educação, trazendo as nossas prioridades.

Listamos quatro emendas no documento, que estamos entregando a V. Ex^{as} hoje. Elas estão hierarquizadas. A primeira é a da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, RNP; a segunda, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a terceira, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; e a quarta é a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Portanto, a partir das palavras do Senador Osmar Dias, ficamos com duas sugestões: a da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e a do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do CNPq. Farei um pequeno registro em relação às duas.

A emenda da RNP já condensa três emendas que estavam sendo trabalhadas junto ao Congresso, como a da Andifes, que trabalhava na questão da educação, tentando viabilizar – o Senador Cristovam Buarque acompanha isso de perto –, dentro das unidades federais de ensino superior, redes lógicas que permitam às unidades de uma própria universidade, no **campus**, ter integração interna. A Andifes vinha trabalhando essa emenda, como trabalhava uma emenda global para a Capes e para o CNPq.

Essa emenda condensa uma outra, que é o esforço para a RNP levar uma rede de alta velocidade, interligando institutos de pesquisa, que hoje só existe ligando Campinas, em São Paulo, a Petrópolis, no Rio de Janeiro, com 16 instituições de pesquisa e ensino. Levariam a rede a uma malha que integrasse o Brasil, não fazendo algo novo, mas usando o que já existe, como infra-estrutura de fibra ótica de Furnas, Chesf e Petrobras, ou seja, compartilhando estruturas já existentes. Essa seria uma segunda emenda.

A terceira emenda – que fundimos na segunda – é de conteúdo. Hoje existem várias iniciativas importantes de inúmeras instituições que terminam por sobrepor um acervo, um conjunto de sites não-organizados no que poderíamos chamar de um “google científico”. Poderemos reunir tudo em uma grande biblioteca digital científica brasileira. Conseguimos condensar essas três iniciativas nessa única emenda.

Portanto, qual seria o resultado desse trabalho? Até o final de dezembro do próximo ano, todas as universidades federais e estaduais terão suas redes organizadas internamente, chegando à porta dessas universidades a rede de alta velocidade e o conteúdo organizado em uma biblioteca digital.

Esse é um projeto que tem cronograma, tem começo, meio e fim e que usa estruturas ociosas existentes das centrais elétricas brasileiras – acima dos fios de alta-tensão, há cabos óticos que servem como para-raios – para sua comunicação. Essa é uma emenda típica de Comissão, na medida em que é, efetivamente, nacional, é para o País. Trata-se, talvez, de uma das mais importantes obras de infra-estrutura que poderemos fazer para a ciência e a tecnologia no Brasil. Ela não excetua nenhum Estado.

Temos uma grande dificuldade – os Senadores João Capiberibe e Valdir Raupp conhecem essa história mais de perto –, que é a ligação de alta velocidade para o Norte brasileiro, o que a RNP está discutindo exatamente com a Petrobras, que pode nos dar e nos dará uma grande contribuição, cedendo-nos espaço de fibra ótica que tem ao lado de gasodutos. Neste ano, já estamos viabilizando redes lógicas no Norte brasileiro. Em Belém e em Manaus, foram aprovados recursos nos fundos setoriais.

Essa é uma emenda que encanta por ser nacional, integrando todas as universidades federais e propiciando velocidade. Ela tem total sintonia com o desafio e o objetivo de construir o sistema nacional de ciência e tecnologia. Ela ajuda a consolidar a cultura de compartilhamento de pesquisa e de trabalhos em rede. Ela ajuda a que universidades mais consolidadas possam apoiar projetos de consolidação de universidades em formação no Brasil.

E, mais ainda – algo que esqueci de colocar: a rede de supercomputadores brasileira, hoje, ficaria acoplada a essa rede de maneira que pesquisas desenvolvidas em determinadas universidades e que precisam dos supercomputadores poderiam dispor das informações. Hoje, a transferência de dados dessas pesquisas, para a evolução da pesquisa, depende de transferência de um volume de dados extremamente complexo para fazer com a estrutura que temos.

Portanto, é uma emenda dessa dimensão, que tem capacidade efetiva de gestão. Vale lembrar – o Dr. Nelson Simões está aqui – que a RNP foi a entidade responsável pela introdução da Internet no Brasil. Então, estamos falando de uma instituição que sabe fazer as coisas acontecerem e que tem predicados confirmados na História recente brasileira. Essa é uma emenda que gostaríamos de colocar à consideração da Comissão de Educação do Senado Federal.

Uma segunda emenda é diz respeito ao fomento da pesquisa fundamental do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou seja, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) teve um orçamento acrescido em R\$50 milhões ano passado pelo Congresso Nacional. Houve uma emenda para a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e houve uma emenda para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este ano, com o incremento de R\$500 milhões, que tínhamos para o Orçamento, R\$200 milhões eram de receitas próprias de empresas ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que não poderíamos disponibilizar, pois eles estão diretamente vinculados. Dos R\$300 milhões, ficamos diante de uma opção: os dois grandes números do Ministério – e aí peço para colocar a tabela, uma tabela que demonstre o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dos fundos setoriais. Na verdade, eles representam um grande percentual, quase a metade do orçamento do Ministério. Então, ou partilhávamos o esforço entre Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundo setorial, ou concentraríamos em torno de um. Aí valeu o raciocínio: primeiro, já partimos da proposta orçamentária, incorporando os R\$50 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou seja, a proposta de lei já veio incorporando os R\$50 milhões; depois, o CNPq fez um trabalho de retirar as bolsas que havia. Aí não vai nenhum juízo de valor. Por necessidade efetiva de serviço, de continuidade de ações, muitas bolsas estavam servindo na verdade quase para incorporar mão-de-obra aos trabalhos de nossos institutos, ou seja, se se perdia quadro pela aposentadoria, ou alguém se desligava, precisava fazer continuidade de um trabalho, davam uma bolsa para que aquele trabalho fosse continuado ali por dois, três anos, os senhores conhecem bem. Então, acabamos inteiramente com esse tipo de prática, ou seja, esses recursos haviam voltado para a bolsa como compreendemos o sentido estrito de seu papel. Então, se são verdade esses dois passos... E mais uma coisa: quanto aos fundos setoriais, a partir deste ano, criamos programas transversais de formação de recursos humanos, o que não havia antes. Então, diante desses argumentos, preferimos concentrar os R\$120 milhões, dos R\$300 milhões, para incremento no orçamento dos fundos setoriais, o que nos permite amanhã em o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não tendo, o que não acredito, um aumento no processo do Congresso Nacional de seu Orçamento revertermos parte disso por programas

transversais dos fundos setoriais, o que se transforma em bolsa. O que não seria verdade. Ao contrário, se colocássemos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os recursos não poderiam ser transformados para as ações também finalísticas dos fundos setoriais na área de inovação. Então, essa é uma explicação mais de caráter geral sobre a questão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem aberto... Além da necessidade de aumento das bolsas existentes, houve um aumento real ano passado do valor das bolsas, um aumento da quantidade de bolsas tradicionais – bolsas de mestrado, doutorado, de pós-doutorado –, algumas de iniciação científica, algumas bolsas novas foram criadas, como a bolsa para o ensino secundário, com foco, sobretudo, no ensino técnico. E outras bolsas estão para ser criadas este ano, que são exatamente as bolsas para a extensão, ou seja, para a transferência de conhecimento. Portanto, na visão de aproximar o conhecimento da produção, sobretudo no que diz respeito aos arranjos produtivos locais, à agricultura familiar, a áreas de nossa economia de base local, essa tem sido vista pelos pró-reitores de extensão com grande alegria. E aí, no ambiente da Câmara dos Deputados, aquela Casa se concentrou e tem um compromisso no sentido de fazer uma emenda global para essa área do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), restando aí a necessidade de aumentarmos o fomento à pesquisa fundamental, ou seja, os editais universais lançados pelo CNPq que não são direcionados, **a priori**, a determinada área. Um edital aberto publicado anualmente para julgamento dos pares, para os bons projetos que possam ser colocados a despeito de área específica. Portanto, essa seria a segunda questão priorizada para a Comissão de Educação do Senado.

Como me comprometi a falar pelo mesmo prazo destinado aos oradores do Pequeno Expediente, creio que já estourei o tempo.

Agradeço a atenção do Senado, em particular neste assunto específico, e registro novamente – porque fiz isso antes de chegarem vários dos Srs. Senadores – o apoio do Senado, na última semana, em relação à Lei de Inovação, que terá um grande impacto na aplicação dos recursos para Ciência e Tecnologia no Brasil e dará uma grande contribuição, sobretudo depois do debate aqui realizado, que melhorou, e muito, a proposta original.

O Congresso Nacional e o Senado ajudaram a estabelecer o poder de compra do Estado para a questão da ciência e tecnologia, algo extremamente

importante que não estava lei. O Congresso Nacional fixou um prazo, que era um desejo do próprio ambiente acadêmico, no sentido de obtermos os instrumentos de incentivo. Ou seja, a lei saiu muito melhor – é preciso reconhecer isso – do que quando chegou. Portanto, o debate aqui travado contribuiu e muito.

Como cheguei por último – não sabia que os Ministros Gilberto Gil e Agnelo Queiroz já haviam passado pela Comissão –, estou meio assombrado, mas espero que ainda possamos ter as nossas preocupações acolhidas com a costumeira atenção e responsabilidade com que esta Comissão tem trabalhado.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Ministro, que pode ficar tranqüilo, porque há garantia de que uma emenda para Ciência e Tecnologia será oferecida pela Comissão.

O Ministro se antecipou àquilo que eu iria pedir. Nós nos comprometemos a fazer as emendas, mas existe uma tradição de que as emendas das Comissões praticamente são esquecidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esse é o primeiro passo que a Comissão de Educação está dando, em harmonia com o Ministério, para definir uma emenda. No entanto, essa emenda deverá passar pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que, como eu disse, muitas vezes ignora as nossas propostas; mas, quando passa pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é um deus-nos-acuda, porque cai no Ministério do Planejamento, que não autoriza a liberação e contingencia praticamente todas as emendas das Comissões. Não vou falar das emendas individuais, porque isso já se tornou assunto para outra página, que nem é de política.

Nos últimos dias, o noticiário tem dado conta de que, de um lado, uns exigem a liberação das emendas para votar; de outro, o Governo promete a liberação das emendas. Sendo assim, creio que todos estão errados. As emendas individuais deveriam ser liberadas independentemente da votação, pelo menos é isso que estabelece a Constituição e que deveria ser obedecido. O Governo, no momento em que não libera as emendas, dá ensejo a essa barganha, que é deplorável para o Congresso Nacional e deprecia os Parlamentares, o Congresso Nacional e o próprio Governo.

Acredito que estamos dando um passo, mas a nossa reivindicação ao Ministro é que, em contrapartida, o Ministério possa assegurar que aquilo que a Comissão aprovar tenha conseqüências posteriores, principalmente quando chegar ao Ministério do Planejamento.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Gerson Camata. Lembro aos Srs. Senadores que haverá sessão do Senado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei breve. O que vou abordar não diz muito respeito às emendas.

Primeiramente, quero dizer que fico muito feliz quando um político assume um cargo executivo e se sai bem. Isso enobrece a todos nós políticos. Por exemplo, o professor Cristovam Buarque saiu da Universidade, assumiu um cargo político e veio para o Senado, consagrado como grande Governador do Distrito Federal e reconhecido mundialmente hoje pelos seus projetos na área da Educação. Honra-nos ser colega dele. O Sr. Carlos Wilson era nosso colega Senador, foi para a Infraero, empresa estatal importantíssima. Está-se mostrando um excelente Presidente da Infraero. Poucos executivos tiveram o brilho e o destaque que o Sr. Carlos Wilson está tendo lá, honrando a classe política.

O Ministro Eunício Oliveira, por exemplo, do qual eu esperava até pouco, foi para o Ministério das Comunicações e tem realizado um trabalho impressionante. É um executivo de primeira categoria, de primeira linha, honrando o Ministério e a classe política. O Ministro Eduardo Campos é um dessa estirpe. Nem sabíamos que existia esse Ministério. O Ministro foi para lá, deu uma ventilada, sacudiu o Ministério. Sabemos que existe o Ministro e o Ministério.

A Lei de Inovação, Sr. Ministro, é mais importante do que a criação do Ministério. Não sei como esse Ministério subsistiu sem uma lei dessas, que vai fazer com que todo esse trabalho atinja o consumidor, a população, beneficiando-a, fazendo circular dinheiro mediante essas inovações tecnológicas. Agora será possível fazer a ponte. Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho que está fazendo, honrando a classe política, o Brasil, mostrando-se um grande executivo à frente do Ministério. Temos que honrar isso, cumprindo o desejo de V. Ex^a no tocante à emenda que traz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento nosso caro e competente Ministro e os demais Senadores. Faço um rápido registro até em virtude do tempo.

Ressalto a aprovação, nas Comissões de Educação, Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Inovação Tecnológica, que o Ministro, como lhe é peculiar, com muita competência, acabou de ressaltar. Foi um grande passo a integração das universidades com as áreas de produção. Sinaliza para o País a preocupação do Governo com o desenvolvimento tecnológico, com a pesquisa. Nenhum país

se estabelece, se não investir em pesquisa e desenvolvimento, se não investir em coisas práticas, exatamente para que haja resultado. É salutar dar flexibilidade aos pesquisadores. É relevante o que a própria lei hoje, em virtude daquilo tudo que foi discutido, debatido e aprimorado, vai efetivamente propiciar.

Meu caro Ministro, saúdo mais uma vez V. Ex^a pela objetividade. A intenção era discutir as emendas. Porém já recebemos um caderno aqui didaticamente apresentado. Todos os tópicos estão aqui listados e explicados com muita clareza. Queria comentar um pouco mais, Sr. Presidente, sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Contudo, sei que isso seria motivo de debate em outra ocasião, até pela importância que a energia nuclear tem para o País, não só no desenvolvimento tecnológico, mas especialmente na questão de energia. Sei que o Ministro tem tido papel preponderante, fundamental e – digo mais – corajoso e ousado com relação ao citado tema. Registro a iniciativa e a oportunidade. Há necessidade de nosso empenho, especialmente na Comissão de Orçamento, em face de uma área tão sensível para o País, como a da ciência e tecnologia.

Lendo rapidamente a questão da rede nacional de ensino e pesquisa e ouvindo a exposição do Ministro, agradeço a Deus pelo fato de ter aparecido alguém que efetivamente vai usar a estrutura de fibra ótica disponível no Brasil hoje. Só para ter uma idéia, a Petrobras, na antiga Telebrase, nas companhias de telecomunicações estaduais, só a malha de telecomunicações da Petrobras seria, dentro daquele modelo anterior, a quinta do Brasil, tamanha a estrutura de telecomunicações que a Petrobras tem. A quinta do Brasil e perdia só para São Paulo, para o Paraná, para Minas Gerais e talvez para o Rio de Janeiro. A “quinta empresa estadual” seria a Petrobras Telecom.

Vejo essa iniciativa como absolutamente importante. Não só dispor da rede de fibra ótica da Petrobras, mas as redes de fibra ótica da Chesf, do Sistema Eletrobrás, da Eletronorte, que até hoje ainda não têm sido plenamente utilizadas. Quem vai ganhar com isso são as universidades, é o ensino, é a possibilidade de transmissão de dados de uma maneira rápida e consistente.

Quero saudá-lo e dizer que estamos absolutamente à disposição para trabalhar especialmente por um segmento tão importante para o futuro do país como a área de ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, saúdo V. Ex^a pela administração competente e eficiente.

Como disse o Senador Gerson Camata, ficamos felizes ao ver um político à frente do Ministério tendo esse desempenho. O Brasil precisa de gente que faz,

e V. Ex^a desempenha um papel muito importante à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

O próximo é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Bom dia, Sr. Ministro, Sr. Presidente. Quero reafirmar o que disse o Senador Gerson Camata. Como sou do ramo, conterrâneo e companheiro do Deputado, ouvi, em sua nomeação, muitas reservas de parte da comunidade científica.

O senhor conquistou essa comunidade de uma maneira absoluta, e hoje o seu nome é tido como o do Ministro que eles gostariam de ter. Esse foi um salto muito grande nesse curto prazo em que ocupa o cargo.

Quero dizer também que pode contar comigo no que for preciso para esse ramo e que tenho uma outra preocupação, pelo fato de ter vindo aqui os Ministros do Esporte, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Estou preocupado que ainda não veio o da Educação. Quero apoiar emendas para a ciência e tecnologia desde que não saia da educação básica.

Gostaria de aproveitar para lembrar um assunto. Ouvindo o discurso do Eduardo Campos, fica claro para mim que as universidades deveriam estar no Ministério de Ciência e Tecnologia, e não no Ministério da Educação. Tem tudo a ver. Incorporar o Ministério de Ciência e Tecnologia na educação é destruir ainda mais a preocupação do Ministro da Educação com o ensino básico. Fora de questão. Não dá para se ter o Ministro da Educação prisioneiro das universidades, e noventa por cento da agenda é para a universidade.

Além disso, o Ministro da Ciência e Tecnologia fica sem poder executivo em cima das universidades que fazem parte do sistema de ciência e tecnologia – não só desse sistema, mas fazem parte. No seu discurso, quantos por cento foram gastos falando de universidade? São elas as executoras do seu orçamento. Mesmo quando o CNPq faz um programa para o ensino médio, é uma coisa marginal. O papel principal do CNPq junto ao setor universitário.

Voltaria a insistir – não sei se sabem, mas insisto muito com o Presidente, antes de ele assumir, que fosse feita essa mudança. Quando S. Ex^a me chamou para ser Ministro da Educação, disse-lhe que gostaria de cuidar só de criança e analfabetos, porque, se tiver que cuidar das universidades, ou vou relegá-las – e caio rápido –, ou vou dar atenção às universidades, não cuidando da educação básica.

O seu discurso comprova que deveríamos seguir o exemplo de muitos países: ensino universitário sepa-

rado do mesmo Ministério da Educação básica, para que o Ministro cuide da educação básica como deveria, e o Ministro da Ciência e Tecnologia tem o acesso, como executivo, sobre o sistema universitário.

Sei que não é o seu papel propor isso, pois irá parecer que está querendo ocupar espaço, mas nós, da Comissão, não sei exatamente como, deveríamos retomar o debate. O Presidente pode ainda fazer essa mudança, que seria muito positiva para o Brasil e, sobretudo, para a educação básica, mas também para o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Ministro, a satisfação para mim é dobrada por ter um Ministro competente e por se tratar de um Ministro do meu partido, um Ministro ousado, com projetos de vanguarda tanto na área de ciência e tecnologia como também em uma área que considero fundamental, que é a da cidadania.

Concordo plenamente com o Senador Cristovam Buarque. Estamos gastando 13 vezes mais recursos com educação superior do que com ensino fundamental. Ou seja, existe uma base de conhecimento muito deficiente porque os recursos são canalizados. E penso que o Ministério poderia se ocupar das universidades.

O Ministro sabe que pode contar com nosso integral apoio pelo fato de reconhecermos o trabalho que vem desenvolvendo à frente do Ministério, em todas as instituições de ciência. E o Ministério está na vanguarda de um dos processos de cidadania mais importantes, que é o da transparência na utilização de recursos.

Aproveitando a presença do Dr. Erney Camargo, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho do Presidente do CNPq, de suas andanças em busca de intercâmbio técnico-científico, por intermédio do projeto Transparência, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Acompanhei sua viagem pela Internet. Ele pegou um voo de Guarulhos a Cape Town, depois a Maputo e a Déli. Enfim, foram 12 dias. Foi à Índia fazer intercâmbio científico. Pude acompanhar tudo, simplesmente clicando o projeto Transparência, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está na vanguarda do processo de prestação de contas do que o Estado e os agentes públicos fazem com os recursos do cidadão. O Ministério da Ciência e Tecnologia, na administração do Ministro Eduardo Campos, procura melhorar cada vez mais o detalhe das informações. Isso é fundamental.

Gostaria de sugerir, dentro das emendas, um projeto de apoio às pequenas prefeituras, com menos de

50 mil habitantes, que possamos auxiliá-las na instalação de sistemas *on line* de administração orçamentária e financeira, a fim de que possam colocar seus gastos e suas receitas na Internet.

Era a minha sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro para que faça as considerações finais, gostaria de solicitar aos Senadores Delcídio Amaral, Juvêncio da Fonseca, João Capiberibe e Cristovam Buarque, que fazem parte da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que permaneçam, pois em um minuto conseguiremos, sob a Presidência do Senador Hélio Costa, aprovar os dois requerimentos que apresentou à Comissão de Educação. Basta votá-los na Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, passo a palavra ao Sr. Ministro para as considerações finais. E seria interessante, já que contamos com a presença do Relator da Comissão para as emendas ao Orçamento, que V. Ex^a sugerisse o valor da emenda – não sei se está no documento, mas gostaríamos de ouvir o valor.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer as palavras dos Senadores Gerson Camata, Delcídio Amaral, Cristovam Buarque e João Capiberibe e dizer que temos, após os depoimentos, mais responsabilidades ainda em procurar contribuir de forma correta, representar a classe política brasileira no Governo e aproximar o ambiente da política também do ambiente da academia, a fim de que amanhã ou depois mais agentes da academia possam viver e participar da política conosco, quebrar um ambiente de um certo preconceito que dividiu esses dois espaços da vida pública brasileira e que necessitam de integração.

Com relação às duas emendas que estamos propondo, a da RNP, criação da Rede Nacional de Pesquisa, está estimada em R\$115 milhões. E a emenda do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do CNPq, para fomento, em R\$68 milhões. Vamos nos colocar inteiramente à disposição do Senador Juvêncio da Fonseca – Relator designado pela Comissão para esta questão – ao longo do processo, quando S. Ex^a precisar da nossa presença aqui, de nos telefonar ou que os técnicos envolvidos diretamente com a elaboração dos dois projetos estejam no gabinete dele, para que possamos fazer esse acompanhamento.

Permita-me, Sr. Presidente, uma última consideração. Será muito importante, no ambiente de debate da Comissão, na escolha das cinco emendas, levar em consideração que teremos um processo que passará pela Comissão de Orçamento, pelo Relator,

e depois teremos um espaço no Orçamento votado pelo Congresso – hoje o calendário aponta para dia 23 de dezembro – para, então, verificarmos de forma muito clara.

Essa emenda da RNP, por exemplo, é de ciência e tecnologia e de educação, porque permitirá a educação a distância, qualificação dos professores do ensino básico, viabilização de tele-medicina. Ou seja, ela é uma emenda que poderia estar partilhada inclusive em outras ações no Orçamento, mas que, estando no ambiente da ciência e tecnologia, será contemplada com a prerrogativa dada pelo Congresso, que é a do não-contingenciamento dessas verbas, como também a própria ação do CNPq.

Portanto, esse diferencial dado pelo Congresso, do não-contingenciamento, é muito importante estar vivo no debate. Podemos atingir o mesmo objetivo, usando a forma que está no Orçamento, que tem a garantia do não-contingenciamento consagrada, volto a dizer, por uma iniciativa do Congresso Nacional, porque houve a tentativa de reverter essa situação, e foi o Congresso que efetivamente garantiu.

No mais, agradeço e coloco-me sempre à disposição desta Comissão, desta Casa e dos Srs. Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos não só a presença do Ministro, mas a exposição que fez. Também reprisamos a manifestação iniciada pelo Senador Gerson Camata quanto à atuação do Ministro no Ministério. O Senador Juvêncio e a Comissão toda estão à disposição para a troca de idéias em relação a essa emenda. Esperamos que a emenda possa sair da Comissão, ser aprovada na Comissão de Orçamento e virar dinheiro liberado no Brasil. É o que esperamos em relação a essa emenda e a outras que ainda vamos analisar.

O Senador Cristovam Buarque tem razão: esperamos que o Ministério da Educação nos encaminhe suas prioridades, se não for possível a presença do Ministro. Os Senadores vão elaborar suas propostas, e é melhor que elas estejam sintonizadas com os programas dos Ministérios para que possam ter resultado.

Agradeço a presença de todos e peço mais uma vez a permanência dos Senadores da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Encerro a reunião da Comissão de Educação, mas teremos, na sequência, com o Senador Hélio Costa como Presidente, a reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado a todos e ao Ministro.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 23 de Novembro de 2004.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Moraes, Sérgio Guerra, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Maguito Vilela, Renildo Santana, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Altera e acrescenta parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996 (Dispõe sobre a aplicação e distribuição dos recursos do FUNDEF para erradicação do analfabetismo, a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério)”. O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do autor. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedido vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon que, “Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por

quinze (15) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio que, “Institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE”. A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o parecer é favorável, com as duas (02) emendas oferecidas, acatando ainda a emenda nº 01-CAS. É concedido vista ao Senador Flávio Arns, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que, “Institui o dia 25 de março como o Dia Nacional da Comunidade Árabe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Moraes que, “Institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedido vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Macapá, no Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney que, “Dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 215 da Constituição Federal”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Marco Maciel. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe”. O relator designado é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, “Institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa. (A ser anualmente celebrado no dia cinco de novembro, em todo o território nacional)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos

favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 042, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Promoção e Assistência Social de Mar de Espanha – MG (APAS/ME-MG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Sul Matogrossense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Naviraí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1092, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Paranaibense Ltda., – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1096, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1112, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão

da Radiosul Emissoras Integradas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1119, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Radiodifusão Campo-grandense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 956, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente Férrer, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1007, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tradição Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 967, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Meaipe Empresa de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 1011, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Irupí – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irupí, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1020, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Espiritosantense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos

favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cruz de Malta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 972, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manduri, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 985, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 986, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educacional de Votuporanga para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1082, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1107, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 979, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Capetinguense de Radiodifusão

– ACCAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capetinga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1015, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Agência Goiana de Comunicação – AGE-COM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1016, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vitória Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1120, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Padre Antônio Ferraris a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aldeias Altas, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Desenvolvimento Educacional de Esplanada – FUNDESP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Esplanada, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 929, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale Aprazível Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 997, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Triunfo de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamarajú, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 1012, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria

do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atalaia de Sergipe Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 1056, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto da Lagoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pintadas, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 1086, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Recôncavo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio de Jesus, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 1044, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Santa Helena para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 1055, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Pedro José de Souza para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 1057, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 1100, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Itaituba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaituba, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto**

Legislativo nº 1024, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Ourense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator, ad hoc, designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1061, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação para o Desenvolvimento Sustentável de Gravatá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade – APADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes: **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 951, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Danúbio Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1018, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Inconfidência de Umuarama Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Umuarama, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1019, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 1040, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 1089, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio e Televisão Educativa do Paraná – TVE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência. O Senhor Senador José Maranhão pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra-pauta, do seguinte projeto: Projeto de Decreto Legislativo nº 1111, de 2004. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1111, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aroeiras, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 42ª reunião extraordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Vamos dar início à reunião, lembrando que até as doze horas estaremos recebendo as emendas ao Orçamento que os Srs. Senadores podem sugerir à Comissão, que deverá votar amanhã, em uma reunião já marcada para as 10 horas.

Já designamos o relator, Senador Juvêncio da Fonseca, e as emendas poderão ser protocoladas até as doze horas.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, que pediu a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a retirada deste projeto de pauta, tendo em vista que o Relator não se encontra, o Senador Duciomar, e ainda é preciso fazer alguns ajustes.

Trata-se de um projeto interessante para o País, que diz respeito à erradicação do analfabetismo no Brasil, com a redistribuição dos recursos do Fundef.

Peço a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Retiramos o item 1 de pauta, tendo em vista a situação do Senador Valdir Raupp e a ausência do relator e Senador Duciomar Costa.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2003. Com a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que é o autor do projeto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu estava, na realidade, aguardando para ver se o Senador Papaléo Paes, que é o Relator do projeto, chegava a tempo de fazer a apresentação do relatório. Digo a V. Ex^a que tive a oportunidade de, recebendo o relatório do Senador Papaléo, fazer até mesmo uma comparação dos itens que foram abordados no relatório do Senador.

Na verdade, todo o relatório apresentado pelo Senador Papaléo Paes só acrescenta a idéia original que apresentamos com relação à questão dos **spams**. O **spam**, na realidade, tem uma história que deve ser lembrada. Durante a Segunda Guerra, nos Estados Unidos, era produzida uma espécie de presunto enlatado chamado **spam**. E aquela era a comida distribuída para as pessoas que não tinham um bom poder aquisitivo, que estavam à margem da pobreza. Elas recebiam aquele enlatado. Comia-se tanto daquele enlatado, e era a única coisa disponível, permanentemente, durante a época de crise e depressão, durante a Segunda Guerra principalmente, que aquilo passou a ser uma comida indesejável. Ninguém queria mais o **spam**, ninguém aceitava mais o **spam**. Por essa razão se usa hoje, na modernidade eletrônica, a palavra **spam** para dizer que é a correspondência indesejável. Não quero, não gosto dessa correspondência e não deveria recebê-la.

Então, isso representa hoje uma situação extremamente desagradável, primeiro porque mais de 60% do tempo da Internet, tanto nacional quanto internacional, está sendo utilizado exatamente para a propagação dos **spams**, mensagens não solicitadas,

e isso representa um custo absurdo, no sentido de que as linhas são ocupadas permanentemente. Abre-se o computador de manhã e tem-se de receber 20, 30 mensagens que não foram solicitadas. Quer dizer, tem que haver uma regulamentação.

A idéia inicial que representei foi exatamente apenas como uma sugestão para que, aqui, na nossa Comissão, pudessemos receber todas as outras observações necessárias à apresentação de uma proposta que pudesse virar lei.

Fico extremamente feliz de ver que o Senador Papaléo fez um belíssimo trabalho, Sr. Presidente, porque, na minha comparação, ele procurou sempre aperfeiçoar a idéia. Ele acrescenta dados absolutamente necessários, e com isso creio que foi aprimorado o procedimento que inicialmente coloquei aqui.

Quero cumprimentar o Senador Papaléo e lhe dizer que o trabalho está muito bem feito. Concordo plenamente com a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Papaléo, que é o relator, deseja pronunciar-se agora. V. Ex^a já apresentou o relatório?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Já relatei, mas quero pedir permissão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora ou ao final da discussão?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Neste momento, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Primeiro, quero dizer que, como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu estava presente a uma audiência pública, o que, logicamente, foi motivo do meu atraso. Agradeço as palavras do Senador Hélio Costa, que tentou transferir os méritos de todo esse processo para minha pessoa, mas os méritos são de V. Ex^a, que teve uma idéia muito feliz em elaborar um projeto que viesse justamente atender a ansiedade de todos nós, que não suportamos mais essa questão de **spams**. Tenho uma experiência pessoal, realmente, de não conseguir. Abro meus *e-mails*, e não consigo mais selecioná-los, porque a média diária é de 3.500 a 4.000 mensagens. Então, ninguém consegue, de forma alguma, lidar com tudo isso. E, por ter passado essa situação, que se constitui num verdadeiro abuso, quero parabenizar V. Ex^a pela brilhante iniciativa, e todos nós, que com certeza absoluta iremos aprovar esse seu projeto.

Agradeço a oportunidade que tive de relatar um projeto muito importante como este, cuja autoria é de V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito embora eu tenha absorvido a proposta de V. Ex^a, penso que V. Ex^a mesmo pode fazer um aprimoramento no que diz respeito ao art. 2º da proposta de V. Ex^a, em que é acrescentado que os aparelhos de telefonia móvel habilitados em território nacional tenham como finalidade a divulgação de produtos, marcas e empresas – que seja proibido isso, ou seja, que também seja proibido o **spam** na telefonia celular.

Por um momento cheguei a ter dúvidas se seria especificamente o caso de se ligar a telefonia celular à questão da internet-spam, porque, na verdade, na telefonia celular, você pode, através da operadora, regulamentar, proibir, bloquear, fazer uma série de coisas que você não teria como fazer através da própria Internet, mas é preferível pecar por excesso do que por omissão. Então, no que diz respeito à minha sugestão, penso que vale a pena, e se lá na frente houver algum problema técnico que impeça o aproveitamento da sugestão que o senhor faz no art. 2º sobre a telefonia celular, então, evidentemente, será corrigido.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, acato a sugestão do Sr. Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo; depois, o Senador Almeida Lima.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o projeto é realmente muito importante e vem atacar uma questão que incomoda a todas as pessoas que utilizam a Internet, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

Tenho comigo um estudo referente à lei promulgada nos Estados Unidos no ano passado. Essa lei realmente tem uma série de outros pontos que abordam a questão difícil de ser controlada, o **spam**, tendo em vista que temos aí a origem por todo o mundo. Aqui alguns pontos que foram colocados no projeto aprovado nos Estados Unidos, entretanto estão sendo já questionados pelas dificuldades que trazem. Temos no Senado também outros projetos semelhantes, como o projeto da Senadora Ideli Salvatti, que foi apresentado.

De maneira, Sr. Presidente, que eu gostaria de pedir vista para poder fazer um estudo a mais sobre o projeto, tendo em vista a importância do que o Senador Hélio Costa traz aqui para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu também quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vista coletiva. Então, fica a discussão adiada, já que houve pedido de vista.

Item 3:

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Almeida Lima pediu pela ordem. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista que sou titular da Comissão de Assuntos Econômicos e lá há um projeto para relatar – aqui, nesta Comissão, sou Relator dos itens 35 a 40, seis projetos portanto –, quero pedir a V. Ex^a, com a compreensão do plenário, a inversão de pauta, possibilitando que eu faça esse relatório antecipadamente e possa-me dirigir a outra Comissão para atender também àquele outro dever.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a pediu inversão de pauta para os itens...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – 35, 36, 37, 38, 39 e 40.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – 35 a 40.

Senador Sérgio Guerra, deseja-se manifestar? (Pausa.)

Então, vamos fazer o seguinte: vamos apreciar todos os processos de rádio e voltamos à pauta.

Senador Valdir Raupp vai aguardar, porque é rápido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Antes de V. Ex^a iniciar o exame dessas rádios, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a prioridade para um requerimento que foi aprovado, de minha autoria, para a convocação do presidente da empresa Cobra Tecnologia.

Esse requerimento acho necessário porque há denúncias de uma série de irregularidades que estariam ocorrendo nessa empresa, principalmente em relação à obtenção de contratos sem licitação que têm umultuado o mercado de informática no País.

O requerimento foi aprovado. Eu, inclusive, queria solicitar a V. Ex^a – não precisaria nem ser na reunião da Comissão de Educação – que fosse até na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, porque aí mobilizaria aquelas pessoas diretamente interessadas no tema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só que o requerimento foi aprovado na Comissão de Educação. Para ser na Comissão de Ciência e Tecnologia, deverá ser aprovado lá o requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, pode ser aqui, na Comissão de Educação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos de terminar que a Secretaria agilize, então, a marcação da audiência pública, atendendo a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, queria só pedir a inversão de pauta do item 31, porque tenho uma viagem a fazer daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos iniciar, então, pelo item 31, e V. Ex^a pode relatá-lo.

Item 31.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É um projeto que autoriza a Associação Comunitária de Capetinga, Minas Gerais, para serviços de rádio comunitária.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Voltamos ao item 13.

Senador Hélio Costa, itens 12 e 13.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, o nosso requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aprovado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora vamos apreciar os itens 12 e 13, e passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se de projeto de decreto legislativo para rádio comunitária na cidade de Mar de Espanha, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Está tudo de acordo com a lei.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Almeida Lima.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Faltou um, Sr. Presidente.

É o Projeto de Lei nº 885, também para rádio comunitária na cidade de Tupaciguara, no Triângulo Mineiro.

Também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Almeida Lima, V. Ex^a tem a palavra para relatar do item 35 até o 40.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Grato pela precisão.

Ao item 35 oferecemos o parecer pela aprovação que outorga permissão à Fundação Desenvolvimento Educacional de Esplanada, Bahia, a executar serviços de radiodifusão.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Ao item 36 oferecemos parecer pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Vale Aprazível Ltda. em Jaguaquara, Estado da Bahia.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – O item 37 também pela aprovação do ato que renova a permissão/outorga à Rede Triunfo de Comunicações Ltda. na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

Também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Parecer pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Atalaia de Sergipe, da Cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.

Parecer também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Por último, Sr. Presidente, pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Alto da Lagoa a executar serviço de radiodifusão em Pintadas, também Estado da Bahia.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Tem mais um?

Senador Almeida Lima, Item 40, V. Ex^a já relatou?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Não, foi o último, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Foi o último?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Perdão. Mais um item.

Pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Recôncavo FM Ltda. na Cidade de Santo Antônio de Jesus, também Estado da Bahia.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Agora, para atender o requerimento do Senador Sérgio Guerra, vamos para o Item 46.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Presidente, trata-se de parecer que outorga permissão à Fundação para o Desenvolvimento Sustentável de Gravatá, cidade do Agreste pernambucano, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Trata-se de cidade em franca expansão, com liderança em toda a vasta área econômica de Pernambuco, é um dos 4 ou 5 pólos que cresce no Estado. Do ponto de vista técnico, o projeto está resolvido.

Meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

V. Ex^a só tinha esse item?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Apenas esse.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, voltamos ao Item 14, com o Senador Juvêncio da Fonseca. 14, 15, 16, 17, 18, 19.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, o Item 14 é com referência à concessão ao Sistema Sul-Matogrossense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ponta Porã.

O Item 15 trata de concessão à Rádio Cultura de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul, para serviço de radiodifusão sonora em onda média naquela cidade.

O Item 16 cuida da concessão da Radiodifusora Paranaibense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média naquela cidade de Paranaíba.

O Item 18 aprova o ato que renova a concessão à Radiodifusão Emissoras Integradas Ltda. para o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande.

Eu gostaria de destacar que o Item 17 aprova o ato que renova a concessão da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de som e imagem na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. A Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão explora, em Campo Grande, por concessão, a Rádio Cultura e a TV Campo Grande. São dois órgãos de comunicação antigos que bem representam a força da comunicação sadia,

boa, no meu Estado, através da Rádio Cultura e TV Campo Grande.

Penso que a aprovação dessa renovação é importante, é justa, e opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senador Gerson Camata, não pediu pela ordem, não?

Item 20:

Senador Marco Maciel, PDS nº 956.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, o presente projeto de decreto legislativo busca autorizar a Associação dos Agricultores de Capiberibe-Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Vicente Ferrer, Estado de Pernambuco.

Meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 21:

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Itens 22 a 24:

Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item 22 se refere à concessão, para a Rádio Meaípe, empresa de comunicações na cidade de Guarapari, no Estado do Espírito Santo, de uma emissora de FM.

O Item 23 autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Irupi FM a executar serviço de radiodifusão na Cidade de Irupi, Estado do Espírito Santo, nas fraldas do Pico da Bandeira, segunda maior montanha do Brasil.

E o Item 24 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Espírito Santense de Radiodifusão para a cidade de Guarapari.

Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 26, 27, 28, 29 e 30, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – O item 26 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 972, parecer favorável.

O item 27 é o 985, parecer favorável, com a emenda oferecida.

O item 28, parecer favorável.

O item 29, o PDL 1.082, com parecer favorável.

E o item nº 30, PDL 1.107, parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Senador Jonas Pinheiro, o item nº 43, PDL 1.057, aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., cidade de Apiacás, Mato Grosso.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa emissora é muito importante para Apiacás, município do extremo norte do Estado de Mato Grosso.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Senador Luiz Otávio, Itaituba, Estado do Pará.

Item 44:

PDL 1100, de 2004. É uma rádio comunitária na cidade de Itaituba.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Transfiro a Presidência ao Senador Hélio Costa, porque sou Relator dos itens 48 a 52.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os itens 48 a 52 são concessões de rádio FM e autorizações para o Estado do Paraná.

Passo a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São concessões para Santa Izabel d'Oeste, Umuarama, Campo Mourão, Chopinzinho e Curitiba. A de Curitiba autoriza a renovação outorgada à Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

O parecer é favorável, mas devo registrar que a TV Educativa tem sido utilizada intensamente para propaganda pessoal do Governador do Estado. De qualquer forma, vamos renová-la, confiando que, um dia, possa voltar a ser uma TV educativa de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Volto a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos aos itens que não foram relatados. A Senadora Ideli Salvatti é Relatora do item 25. S. Exª não está presente, peço ao Senador Luiz Otávio para apresentar o relatório.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O parecer é favorável, Sr. Presidente. A Senadora Ideli Salvatti me ligou, pedindo que lesse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 32:

Senador Demóstenes Torres.

Peço que o Senador Valdir Raupp faça o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É com muito prazer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que relato este parecer do Senador Demóstenes Torres pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 33 e 34:

Senador Edison Lobão.

Passo a palavra ao Senador Efraim Morais para fazer o relatório *ad hoc*.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – São favoráveis os pareceres dos Itens 33 e 34, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens 41 e 42:

Senadora Lúcia Vânia.

Peço ao Senador Flávio Arns para fazer o relatório *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Papaléo Paes para ler o relatório, em substituição ao Senador Mário Calixto.

É o item 45.

ENCONTRADOu:\revis\RC409201.doc

COMISSÃO

Número da comissão: 409 **Número da fita:** 201

Revisor: Adriana **Arquivo :** C:\TRABALHO\RC409201.doc

COMISSÃO CCE 24/11/04

O SR. ? – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos ao Item 47.

Em substituição ao Senador Teotônio Vilela Filho, concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio para fazer a leitura do relatório.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o parecer do eminente Senador Teotônio Vilela Filho é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos proceder agora à votação dessa parte que já foi discutida.

(Processo de votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com relação às emendas, fica mantido o mesmo voto. Estão todas aprovadas.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 105, de 2004...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Garibaldi Alves, consultei V. Ex^a apenas sobre o seu voto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, meu voto é SIM.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos prosseguir com a votação.

(Continua o processo de votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 3:**

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003, que dispõe sobre o auxílio financeiro da União aos institutos históricos e geográficos. O autor é o Senador Pedro Simon, e o relator é o Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003, de iniciativa do Senador Pedro Simon, determina, em seu art. 1º, que a União concederá, anualmente, auxílio financeiro, em cada unidade da Federação, a uma instituição cultural que se destine à preservação da memória histórica e geográfica

regional, em geral denominada instituto histórico e geográfico.

O art. 2º do projeto lembra que a instituição beneficiada deve ter caráter privado, sem fins lucrativos, além de ser registrada como associação civil e declarada de utilidade pública.

Já o art. 3º prevê que, para se habilitar ao recebimento do auxílio federal, a instituição deve ter patrimônio próprio, biblioteca especializada e arquivos documentais acessíveis ao público, bem como atuação efetiva no âmbito do respectivo ente federado.

As instituições beneficiárias do apoio financeiro federal, estabelece o art. 4º, não podem remunerar, sob qualquer título, seus dirigentes e conselheiros.

O art. 5º, por sua vez, limita o uso dos recursos federais aos equipamentos culturais da instituição.

Por fim, o art. 6º prevê o início de vigência da lei proposta na data de sua publicação.

Antes de ser enviado a esta Comissão de Educação, que tem decisão terminativa sobre a matéria, o PLS em tela foi aprovado sem ressalvas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Da análise, Sr. Presidente.

Como bem lembra a justificação do PLS em apreço, mesmo após o desenvolvimento das ciências humanas no seio do sistema universitário, os institutos históricos e geográficos continuarão a exercer trabalho de grande valor no campo da pesquisa em publicações especializadas.

Assim como o IHGB recebe habitualmente apoio financeiro da União, é justo que, pelo papel que desempenham nos estados e no Distrito Federal, seus respectivos institutos também sejam merecedores de auxílio financeiro federal, de forma a dar continuidade à sua obra de preservação de nossa memória e diversidade cultural. Contudo, parece-nos que a intenção do projeto é a de contemplar um instituto em cada Estado da Federação e no Distrito Federal. Entretanto, da forma como está redigido o artigo, cada membro federado – Estado, Distrito Federal e Município – seria abrangido.

Não se pode esquecer que a Constituição de 1988 elevou os Municípios a membros da Federação ou unidades federadas, ainda que com prerrogativas distintas das conferidas aos Estados e ao Distrito Federal. Uma vez que muitos Municípios possuem seus institutos históricos, é lícito proceder a um limite, sob o risco de ampliar demasiadamente o raio de auxílio federal. Portanto, apresentamos emenda ao projeto.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003, acolhida a emenda a seguir.

Substitua-se no art. 1º do PLS nº 132, de 2003, a expressão “em cada unidade da Federação” por “em cada Estado e no Distrito Federal”.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Vamos para o item 6, porque os Relatores dos itens 4 e 5 não estão presentes.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003

Institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O Senador Efraim Morais é o autor, e o Relator é o Senador Luiz Otávio, que deu parecer favorável, mas apresentou uma emenda para aperfeiçoar o texto.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003, de iniciativa do eminente Senador Efraim Morais, da Paraíba, determina em seu art. 1º a criação da disciplina Direito Internacional Humanitário, autônoma e obrigatória, nos programas curriculares das escolas de formação, aperfeiçoamento e de altos estudos militares das Forças Armadas.

Por sua vez, o art. 2º enumera os acórdãos internacionais que, ao lado de outras fontes, devem ser considerados no ensino da disciplina prevista pela proposição do Senador Efraim Morais. São eles: Convenção de Genebra I, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos Exércitos em campanha; Convenção de Genebra II para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das Forças Armadas no mar; Convenção de Genebra III, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra; Convenção de Genebra IV, relativa à proteção dos civis em tempo de guerra; e os Protocolos I e II, adicionais às Convenções de Genebra, adotados pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos conflitos armados.

Por fim, o art. 3º estabelece a data da publicação da lei e o início da sua vigência.

A proposta tem decisão terminativa desta Comissão, e a análise foi feita de acordo com a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. O ensino militar é regulado em lei específica (art. 83). Na verdade, cada uma das três Forças dispõe de leis próprias para regular o ensino em seus respectivos sistemas: a Lei nº 9.786, de 99, regula o ensino no Exército; a Lei nº 6.540, de 78, na Marinha; e a Lei nº 7.549, de 86, na Aeronáutica.

A obrigatoriedade de estudo de Direito Internacional Humanitário nos cursos de formação militar constitui imperativo moral por sua relevância na observação dos Direitos Humanos e pelo compromisso assumido pelo Brasil junto às demais nações nas quatro convenções de Genebra, em seus dois protocolos complementares.

Como lembrou a justificativa do projeto em exame, cabe à administração dos sistemas de ensino do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a decisão sobre o estudo do Direito Internacional Humanitário nos cursos de instrução, para as carreiras das Forças Armadas.

Como também foi apontado, esse ensino, mais conhecido no meio militar como Direito Internacional – Conflitos Armados, não tem sido ministrado de forma sistemática e continuada, em prejuízo da formação dos respectivos profissionais no que diz respeito aos tratados sobre o tema de que o Brasil é signatário.

Em vista dessa singularidade, pronunciamo-nos favoravelmente ao acolhimento do projeto, bem como de suas emendas, da Comissão de Relações Exteriores, que enriqueceu o escopo da iniciativa do brilhante Senador Efraim Morais, não obstante, sugerimos emenda que difere o início da vigência da lei para o ano letivo subsequente. Essa foi a emenda apresentada pelo Relator, no ano de sua publicação, com o objetivo de permitir a devida preparação para que a disciplina seja incluída nos respectivos programas curriculares e nos manuais militares sejam adaptados com essa inovação, sem prejuízo de antecipação por parte das escolas militares ou de qualquer uma das três Forças Armadas.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 281, de 2003, e com a emenda de que fiz referência, que fala que, ao entrar em vigor, a lei será do primeiro ano letivo subsequente ao ano da sua publicação, para que realmente possa se tornar a viabilidade e a racionalidade que, com certeza, as Forças Armadas têm com seus cursos de formação de pessoal, principalmente do oficialato das Forças Armadas Brasileiras.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Vista, pedido de vista.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pediu vista? Então, a discussão fica adiada também automaticamente.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pedido de vista coletiva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só queria levantar uma questão sobre esse tema, mas, como é uma pergunta, talvez seja melhor eu perguntar logo, porque na próxima talvez o Relator possa responder.

Na verdade, achei estranho esse projeto, que aprova, por projeto de lei, uma disciplina de um curso militar. Gostaria de saber do Relator: o currículo dessas escolas é aprovado por quem? Quer dizer, é uma lei em que se aprova o currículo das escolas. Na realidade, estamos alterando a lei...?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Estamos acrescentando, no currículo, mais essa...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, o currículo é aprovado por uma lei? Atualmente tem uma lei...?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim. (Inaudível) treinamento, a instrução...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Que lei é essa, V. Ex^a sabe?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – (Inaudível).

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está no relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos, então, adiar a discussão para momento em que o projeto for reapresentado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Como estou pretendendo apresentar uma sugestão de emenda ao Relator, deveríamos fazer isso oficialmente agora ou...?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acho que V. Ex^a pode encaminhar a emenda ao Relator. O Senador Luiz Otávio vai acolher a emenda e estudar.

O Senador Efraim é o autor do projeto, mas compreendeu o pedido de vista.

Item 7:

O autor é o Senador Papaléo Paes, mais o Senador João Capiberibe não está presente.

Vamos avançar na pauta e voltamos para esses itens que não têm relator. Porém, como já constaram

na pauta duas vezes, veremos com o relator **ad hoc** para votá-los.

Item 8:

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, que dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos éticos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal. Autora: Senadora Roseana Sarney. Relator: Senador Garibaldi Alves.

Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 105, de 2004, fixa as datas comemorativas nacionais mais significativas para os diferentes segmentos éticos da sociedade brasileira. Para tanto, propõe as datas de 19 de abril, Dia do Índio; de 22 de abril, Dia do Descobrimento do Brasil; e de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. O primeiro, para celebrar os povos que aqui já se encontravam em 1500; o segundo, para marcar a chegada oficial do branco europeu em território brasileiro; e o terceiro para homenagear o negro, na data da morte de Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, trata-se inclusive de atender, com esse projeto de lei, a regulamentação do disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal, que assim diz: “A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”.

Sendo assim, na análise que pude fazer sobre esse projeto, verifico que nada há que possa obstaculizar a sua tramitação do ponto de vista constitucional. E sob o ponto de vista da técnica legislativa, apresenta-se em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 95.

Quanto ao mérito, igualmente a proposição não apresenta qualquer obstáculo. Pelo contrário, propõe que seja trazida a ordenamento jurídico medida de mais alta relevância cultural, social e histórica.

Sr. Presidente, o voto é favorável, por esse caráter meritório, pela boa técnica legislativa, pela juridicidade e pela constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo em quem peça a palavra, encerro a discussão.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, voto com o Relator, mas quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – O dia 19 de abril, desde 1993, é considerado o Dia do Exército Brasileiro. Só quero chamar a atenção para que uma data não exclua a outra, e vou dizer qual é a fundamentação disso.

O dia 19 de abril é a data da primeira Batalha de Guararapes, que foi considerada como a primeira mobilização de viés nativista que permitiu a criação do Exército brasileiro, porque se juntaram o negro, o índio e o português na luta para expulsar o invasor holandês. Foi o que levou, certa feita, Gilberto Freire a dizer que em Guararapes se escreveu com sangue o nome da pátria.

O Exército, desde de 1993 – posso estar equivocado – celebra essa data como o Dia do Exército, passando a data de 25 de agosto, que era o Dia de Caxias, a ser considerada o Dia do Soldado.

Fico com receio de que, pela redação dada, possa parecer que se está excluindo. Não sei se ainda é possível...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Já não temos o Dia do Soldado, Senador?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mas são eventos distintos. As três Forças têm dias distintos para celebrar diferentes datas. E a data maior do Exército é essa, em cuja solenidade comparece o Presidente da República, de acordo com o cerimonial. Há inclusive leitura de ordem dia. Considero isso extremamente relevante.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Marco Maciel, para cumprir o Regimento, já estamos encerrando o processo de votação, e a V. Ex^a resta uma saída: apresentar um recurso em plenário.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Pois não. Até pedindo vênias ao autor da matéria e ao respectivo Relator, obviamente vou recorrer, fazer um recurso ao Plenário para que possamos expor melhor essa questão, e a Casa votar com conhecimento dessas diferentes perspectivas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo. O voto de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Daí por que me abstenho. Não posso subscrever integralmente a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca, foi aprovado, e o Senador Marco Maciel registra que vai apresentar recurso no plenário.

Item 9:

O Senador Efraim Morais é o relator do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Com a palavra, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, o nosso relatório, que trago a esta Comissão:

O Projeto de Lei do Senado que V. Ex^a acabou de ler, além de autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe, o PLS nº 94, de 2004, estabelece que se trata de uma instituição de ensino médio profissionalizante destinada à formação de técnicos para atender às necessidades sócio-econômicas do setor petroquímico da região. O PLS também prevê que a instalação da escola subordinar-se-á à prévia consignação, no orçamento da União, das dotações necessárias, assim como a criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Análise.

A educação profissional e tecnológica é indispensável ao desenvolvimento sustentado de qualquer economia. Para oferecê-la de forma consistente e com boa qualidade, ela deve ser desenvolvida em estreita articulação com todos os segmentos e instâncias da sociedade.

No Estado de Sergipe, a economia historicamente era baseada na agricultura, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar e sua industrialização. A descoberta de petróleo e gás natural em solo sergipano trouxe novas perspectivas de desenvolvimento.

A instalação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, proposta pelo PLS em exame, propiciará a oferta de educação profissional de qualidade necessária para atender às exigências do setor, que representa a principal força econômica do Estado, ou seja, o caso do petróleo e do gás natural.

Dessa forma, Sr. Presidente, quanto ao mérito da proposição em exame, diante dos benefícios que a instalação de escola de formação de técnicos do setor petroquímico trará para o Estado de Sergipe, somos favoráveis à aprovação da proposta.

Todavia, como o PLS visa apenas autorizar o Poder Executivo a criar nova unidade educacional, não sendo, portanto, necessária a indicação dos recursos que deverão ser utilizados para instalação do colégio, e em face das implicações legais observadas, julgamos conveniente suprimir o parágrafo único do art. 3º do projeto de lei.

O nosso voto, Sr. Presidente, diante do que foi dito, diante do que foi justificado pelo autor e com o nosso relatório, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2004, com a emenda que suprime o parágrafo único do art. 3º do referido projeto de lei.

Esse é o nosso parecer.

Voto, portanto, favorável, com a emenda que acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Foi aprovado.

Temos que votar a emenda também.

Consulto o Plenário se o voto fica mantido para a emenda. (Pausa.)

Fica mantido. Então, aprovada a emenda também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passemos ao **Item nº 11**.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Temos duas votações da matéria? Creio que será repetida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É, já consultei o Plenário, e todos concordaram que o voto é o mesmo.

Passemos ao **Item nº 11**: Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2004, que institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa, a ser anualmente celebrado no dia 5 de novembro, em todo o território nacional. O autor é o Senador Papaléo Paes, e o Relator, o Senador Luiz Otávio, a quem passo a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez relato um projeto que, com certeza, é da maior importância para esta Comissão de Educação, principalmente tendo à frente o Senador Osmar Dias.

O Relator, o Senador Papaléo Paes, teve uma brilhante idéia: a de instituir o Dia Nacional da Língua Portuguesa, a ser anualmente celebrado no dia 5 de novembro, em todo o território nacional. Trata-se do Projeto de Lei do Senado de nº 149, de 2004, que é submetido a esta Comissão, em decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas, e a Comissão de Educação, entre suas diversas incumbências, tem a de opinar sobre proposições que versam sobre datas comemorativas e homenagens cívicas (art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal). Encontrase, pois, em suas competências regimentais a análise desta matéria.

Do ponto de vista da pertinência, a proposição de se criar o Dia Nacional da Língua Portuguesa está amparada nos legítimos desígnios de se homenagear

a Língua Pátria, um dos mais valiosos patrimônios culturais do brasileiro, como alega o autor, o Senador Papaléo Paes.

No Brasil, as efemérides podem ser estabelecidas pelos costumes ou pela lei, e é regra que haja uma e não mais de uma data nacional. E, se houver dúvida, é mister que se resolva pela melhor via o irrepasse porventura existente.

No que diz respeito às homenagens à Língua Pátria, pelos costumes, encontramos a sinalização de duas oportunidades: uma no dia 21 de maio, outra, no dia 10 de junho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indica o dia 21 de maio como sendo o Dia da Língua Nacional. Mas outros informativos dão conta de que, em 10 de junho, comemora-se o Dia da Língua Portuguesa. Essa duplicidade indica, pois, que não é pacífico para os brasileiros qual seja a data para se homenagear nosso idioma. Só o fato de haver duas datas para o mesmo evento significa que a celebração não tem sido levada na devida conta.

Embora o dia 10 de junho tenha uma raiz histórica, o falecimento de Camões em Portugal, há uma decisão recente de celebrar o Dia da Língua Portuguesa no dia 3 de outubro, pois nesta data foi atribuído o prêmio Nobel de Literatura a José Saramago. Nem mesmo na Pátria de Camões o 10 de junho é tido como o dia de homenagear a nossa Língua Portuguesa.

Em suma, se a tradição não nos leva a uma data pacífica, resta-nos recorrer a outro mecanismo de legitimação, que é a via legal.

Em consulta à legislação sobre datas comemorativas, constatamos que não existe instrumento legal algum que institua o Dia da Língua Portuguesa. Ressalte-se que não são poucas as efemérides consagradas por tais instrumentos. Entre os mais de trinta dias nacionais, para citarmos apenas alguns deles, encontra-se o Dia Nacional da Saúde, estabelecido pela Lei nº 5.352, de 1967; o “Dia Nacional da Mulher” – por sinal, agora toma assento na nossa Comissão de Educação a Senadora Patrícia Saboya Gomes –, pela Lei nº 6.791, de 1980. Portanto, é uma homenagem da nossa Comissão à eminente Líder do Estado do Ceará, a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Há ainda o “Dia Nacional do Livro Infantil”, estabelecido pela Lei nº 10.402, de 2002.

Estão convencidos ou ainda querem que eu leia o restante do parecer?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a foi convincente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O voto é favorável para o Projeto de Lei do Senado nº 149, de

2004, do brilhante Senador Papaléo Paes, brilhante em todos os aspectos, principalmente pela sua idéia.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, confesso a V. Ex^a que a minha intenção era pedir vistas ao projeto, mas o Relator foi muito claro e convincente. Desisto, então, do pedido de vistas e vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Há mais três itens – os itens 4, 5 e 7.

A Relatora do item 4 é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Quanto ao item 5, o Senador Jonas Pinheiro vai apresentar relatório **ad hoc**. Com relação ao item 7, o Senador Juvêncio da Fonseca substituirá o Senador João Capiberibe.

Peço, então, que as Sr^{as} e os Srs. Senadores permaneçam para que possamos votar toda a pauta de hoje.

Passa-se ao item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003. Institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, Pace. O Senador Paulo Octávio é o autor, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Relatora.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coube-me relatar o Projeto de Lei do Senador Paulo Octávio – o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003 –, que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, mediante o qual as empresas de construção civil poderão oferecer aulas de alfabetização gratuitas a seus empregados. As aulas do Pace destinadas aos empregados que desejarem ser alfabetizados serão ministradas por professor ou alfabetizador, preferencialmente em recinto coberto, localizado no próprio canteiro de obras. A empresa poderá, para execução e acompanhamento do Pace, firmar contrato ou convênio com instituições públicas ou privadas dedicadas ao ensino.

A lei que o projeto intenta criar entrará em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, passo a ler a análise e, em seguida, o voto.

A responsabilidade do Poder Público e da sociedade no combate ao analfabetismo tem como fundamentos constitucionais a inscrição da educação como direito social e a norma que determina ser a educação direito de todos, dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Assim, a Lei nº 9.394, de 1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, determina que os sistemas de ensino assegurem aos jovens e adultos que não puderem efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas e gratuitas, mediante cursos e exames, consideradas as características dos estudantes e seus interesses, condições de vida e trabalho.

Convém ressaltar, como lembra o mapa do Inep, que o IBGE considera alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Se, no entanto, for considerado o número de analfabetos funcionais, que são as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade, o número de analfabetos, considerada a população de 15 anos ou mais, pula para três milhões.

Assim, louvamos a iniciativa desta Comissão, por meio da aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos, por meio de aprovação de sua Emenda nº 01, de ampliar o programa para todo o setor empresarial, e não se limitar à construção civil.

Para vencer esse desafio, seria interessante destacar duas conclusões na auditoria feita no final de 2002 pelo TCU no Programa de Alfabetização Solidária, responsável pela oferta de educação supletiva aos jovens com mais de 14 anos e aos adultos, particularmente àqueles com até 24 anos, que não tiveram como estudar na idade própria, ao mesmo tempo em que constatou a importância do modelo adotado, de busca de parceria entre o Poder Público e as instituições de educação superior e segmentos da sociedade na execução das ações do Programa.

A auditoria descobriu que, apesar de o programa ter proporcionado o início ou a retomada do processo de alfabetização, não logrou garantir o seu pleno sucesso nem a continuidade dos estudos dos alunos mediante as alternativas fornecidas pela educação de jovens e adultos.

Por fim, uma vez que o projeto tem inegável alcance social, além de ser jurídico e constitucional, merece ser acolhido, Sr. Presidente, por esta Comissão.

Voto.

Em vista das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, com as duas emendas abaixo apresentadas, acolhida ainda a Emenda nº 01 da CAE e rejeitadas as Emendas nºs 02 e 03 da CAE.

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 174, de 2003, a seguinte redação:

Art. 3º As aulas serão ministradas por professor ou alfabetizador devidamente capacitados, preferencialmente no local de trabalho.

E dê-se ao art. 6º do PL nº 174, de 2003, a redação abaixo, suprimindo-se o art. 7º e renumerando-se da seguinte forma:

Art. 6º As empresas cujas iniciativas no Pácea foram avaliadas positivamente terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, ressalvado o cumprimento de outras exigências legais.

Receberão o selo Empresa Formadora da Cidadania, a ser concedido pelo Governo Federal:

Parágrafo único. As empresas que obtiverem um selo disposto neste artigo poderão utilizar em peças publicitárias, placas informativas e papéis timbrados, como forma de demonstrar à sociedade sua contribuição no combate ao analfabetismo.

Esse é o voto. Parecer favorável.

Sr. Presidente, antes de encerrar, parabeno mais uma vez o Senador Paulo Octávio e os outros Senadores que contribuíram com esse projeto, que dará certamente qualidade, possibilidade e oportunidade a tantos trabalhadores que até hoje não foram contemplados com um programa de alfabetização.

Creio que é um projeto que merece a unanimidade desta Casa na sua aprovação. Parabeno mais uma vez o Senador Paulo Octávio, que procurou discutir minuciosamente esse projeto com toda a Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, considero a iniciativa extremamente importante. Ter um programa de alfabetização de ensino fundamental e médio na área da construção civil é também fundamental na educação de jovens e adultos, como também o é em tantos outros setores.

Também considero importante que possa ser dado o selo Empresa Construtora de Cidadania...

S/ MD

ENCONTRADOu:\super\sc409210.doc

COMISSÃO

Número da comissão: 409 **Número da fita:** 210

Supervisor: silvia **Arquivo :** C:\TRABALHO\SC409210.doc

(Continua o Senador Paulo Octávio)

no sentido de ampliar um pouco mais o número de empresas que queiram participar. A empresa tem que investir, tem que pagar professores e criar salas de aula. Assim, a preferência de créditos e descritos federais não é certa. Se houver uma disputa entre duas ou três empresas, é muito melhor dar o crédito a uma empresa que tenha o Selo de Cidadania.

A emenda da Senadora Patrícia Saboya Gomes vem ao encontro de uma aspiração de todos nós que queremos mais cidadania por parte das empresas. Mas se as empresas que já têm uma tributação tão exagerada e que passam dificuldades não tiverem o Selo de Cidadania, que é um incentivo, e não tiverem talvez uma preferência em créditos oficiais – o que é muito raro no Brasil hoje –, o projeto perderia seu sentido.

Sendo assim, apelo a V. Exª para que, mesmo havendo pedido de vista, apreciemos o projeto com a maior urgência possível; será muito interessante para o futuro do Brasil e para milhares de trabalhadores ainda analfabetos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Está concedida vista ao Senador Flávio Arns por cinco dias regimentais.

Item 7:

Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Macapá, no Estado do Amapá. Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 484, de autoria do Senador Papaléo Paes, tem como finalidade conceder ao Poder Executivo autorização para que seja criada a Escola Técnica Federal de Macapá, em nosso Estado, Amapá.

A análise que fizemos do projeto indica a sua aprovação. Fizemos algumas considerações no sentido de dar a essa escola um conteúdo que corresponda às aspirações do povo da região e também a essa dimensão ambiental, principalmente de valorização das riquezas naturais da região. O projeto do Senador Papaléo Paes é meritório. Nosso parecer é pela aprovação. Portanto, nosso relatório é amplamente favorável, considerando as dimensões sócio-ambientais e o fato de o Amapá ser talvez um dos únicos Estados da Federação que não tem escola técnica. Seria importante

que o Poder Executivo lá implantasse essa escola com as dimensões por nós apontadas. É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer do Senador João Capiberibe.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra como autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, autor da matéria.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, como autor da matéria, agradeço o brilhante parecer do Senador João Capiberibe. Logicamente, como Senador do nosso Estado, S. Ex^a conhece as nossas necessidades. Por isso, nós do Estado do Amapá agradecemos o parecer favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de saber se seria possível incluir, extrapauta, relatório de minha autoria favorável à concessão de canal de comunicação de rádio comunitária à Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras, que, há muito tempo, está elaborado e ainda não pôde entrar na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador José Maranhão, logo após a votação dos projetos, colocaremos em votação o requerimento de V. Ex^a.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação nominal do Item 7, Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Item nº 5:

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2004, que institui o dia 25 de março como o Dia Nacional da Comunidade Árabe. Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador João Ribeiro. Por já ter estado em pauta três vezes, terá de ser votado hoje terminativamente. Indico o Senador Jonas Pinheiro como Relator **ad hoc**.

Com a palavra o Relator **ad hoc**.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este, como já foi anunciado, é o projeto de autoria do nobre Senador Romeu Tuma, relatado pelo Senador João Ribeiro, que institui o dia 25 de março como o Dia Nacional da Comunidade Árabe. Sr. Presidente, com muita competência, o eminente Senador Romeu Tuma justifica a proposta da criação do Dia Nacional da Comunidade Árabe no dia 25 de março. Justifica também que 40% da população árabe aqui instalada se radicou em São Paulo, precisamente na rua 25 de março. Então, há uma justificativa

muito boa a respeito do povo árabe no Brasil. O Relator analisou o projeto e aprovou a proposta, que vem ao encontro de um dos traços sociais mais profundos e distintivos da sociedade brasileira, ainda que não infensa à crítica, que é a tolerância. Portanto, o relatório conclui pela aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o Projeto de Lei nº 126.

Antes de encerrar a discussão, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Romeu Tuma por esta proposição e, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para saudar todos os mineiros de origem árabe. Evidentemente, não faço isso não só com relação a Minas Gerais, mas ao País inteiro. Os árabes e seus descendentes agora terão seu dia: 25 de março, se aprovarmos esta lei.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Como último item extrapauta, o PDS nº 1.111, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Aroeiras, Estado da Paraíba. Solicitação do ilustre Senador José Maranhão, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Parecer da Comissão de Educação em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.111, de 2004, nº 931, de 2003, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Aroeiras, Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em síntese, esse processo está absolutamente regular, seguindo a sistemática da lei que disciplina a matéria, e é exatamente igual à maioria dos processos que já relatei nesse sentido.

Portanto, eu me dispensaria, se V. Ex^a o permitir, de ler, na sua integralidade, o parecer.

Assim, vou proferir o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.111, de 2004, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aroeiras, Estado da Paraíba, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pergunto se as Srs. e os Srs. Senadores mantêm o voto dado favoravelmente a outros decretos legislativos. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h56min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 24 de Novembro de 2004

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2005

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim Moraes, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, João Ribeiro e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Duciomar Costa, Valmir Amaral, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas da Comissão de Educação ao Orçamento de 2005. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Educação, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao Orçamento de 2005: **Emenda n.º 01 – Educação Profissionalizante** no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Leonel Pavan, Gerson Camata, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral e Valdir Raupp. **Emenda n.º 02 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisas Federais – Nacional** – no valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), apresentada pela Senadora Fátima Cleide.

Emenda n.º 03 – Fortalecimento da Infraestrutura e das Capacidades Básicas em Recursos Genéticos no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pelos Senadores Juvêncio da Fonseca e Osmar Dias. **Emenda n.º 04 – Instalação de Bibliotecas Públicas – Fome de Livro** no valor de R\$ 51.856.000,00 (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil reais), apresentada pelo Senador Tião Viana. **Emenda n.º 05 – Esporte e Lazer na cidade – CONORF** no valor de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), apresentada pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Ideli Salvatti e Juvêncio da Fonseca. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2005, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 44ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 30 de Novembro de 2004.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia trinta de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Moraes, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Cristovam Buarque, Maguito Vilela, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Roseana Sarney, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senador nº 236, de 2001**, de caráter não terminativo, de

autoria do Senador Ricardo Santos que, “Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados é aprovado. **Item 02: Projeto de Resolução do Senado nº 061, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, “Dispõe sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 047, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”. O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 045, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado De Velasco que, “Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, “Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei 8069, 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Resolução do Senado nº 024, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina que, “Declara o arquiteto Oscar Niemeyer Patrono da Arquitetura Brasileira”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 071, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa que, “Institui o Dia Nacional da Assistência Social”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Destina recursos provenientes das

Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Carlos Bezerra que, “Acrescenta dispositivo ao artigo 8º da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir o abatimento, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com material escolar”. O relator designado é o Senador Delcídio Amaral e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Takayama e outros que, “Institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. **Item 16: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais que, “Requeiro, nos termos dos art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, 93 e 94 do Regimento Interno desta casa, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação do Senado Federal, a fim de se determinar à oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que ‘modifica o art. 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1966, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação’: 1) a Diretora da CNTE, Profª Juçara Maria Dutra Vieira; 2) o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Dr. Francisco das Chagas Fernandes; 3) o 1º Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, Dr. João Pacheco de Souza; 4) um Representante do Conselho Nacional de Educação; 5) um Representante do Conselho Nacional de Educação dos Conselhos Estaduais de Educação; 6) um Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação; 7) um Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEM”. O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Azeredo requer oralmente a inclusão extra-pauta, de Requerimento de sua autoria, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, “Nos

termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, 93 e 94 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados: o Professor Ivan Moura Campos, Diretor do ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, o Senhor Henrique Costabile, Presidente do SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados, um Representante Técnico do Provedor de Internet Ig, um Representante Técnico do Provedor de Internet Uol, um Representante Técnico do Provedor de Internet Terra, para participarem de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se debaterá com os senhores senadores, a questão que se apresenta com gravidade crescente, que é a proibição ou não da circulação de mensagens não autorizadas, de autor não identificado e de conteúdo não necessariamente de interesse dos usuários brasileiros da rede mundial dos computadores, conhecidas pelo nome de Spam, tendo em vista, a tramitação de várias matérias sobre o tema nesta casa legislativa”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 074, de 2004, Item 14: Petição (SF) nº 008, de 2004 e Item 15: Requerimento ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002.** Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem: **Comunicado nº 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 010.381/2004-1, sobre o acompanhamento no Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. **Comunicado nº 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 005.628/2004-0, sobre auditoria na Agência Nacional de Cinema – ANCINE. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 44ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos, hoje, na pauta, apenas projetos não-terminativos, em função da obstrução da pauta no plenário.

Item nº 1 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001, que altera os artigos 6º, 30, 32 e 87, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

O autor é o Senador Ricardo Santos; Relator, o Senador José Jorge.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

O Projeto foi aprovado em caráter terminativo nesta Comissão, em 11 de dezembro de 2001, e foi encaminhado à Câmara dos Deputados, em 20 de março de 2002, que propôs alterações. Por isso, ele está aqui, de volta para o relatório do Senador José Jorge, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 236, de 2001, de autoria do Senador Ricardo Santos, altera os arts. 6º, 30, 32 e 87, da Lei nº 9.394, de 1996 – no caso, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o objetivo de fixar os seis anos de idade o início do Ensino Fundamental. Como todos sabem, hoje, a Lei fixa em 7 anos de idade para o início do Ensino Fundamental, que vai até os 14.

O Projeto de Lei em análise foi aprovado em turno suplementar por esta Comissão de Educação, na forma do substitutivo apresentado pelo Relator, à época, Senador Paulo Hartung.

Enviado à Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação daquela Casa foi aprovado com o substitutivo, devido a inadequações de caráter redacional.

Portanto, Sr. Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, as modificações foram apenas de caráter redacional, que não alteraram em nada a concepção do Projeto.

Análise.

O Relator da matéria, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação na Câmara dos Deputados, apresentou substitutivo para ajustar a redação do PLS nº 236, de 2001, aprovado no Senado Federal.

Com base no artigo 11, §2º, alínea “f”, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que recomenda grafar, por extenso, qualquer referência a números e percen-

tuais, exceto data, número de lei, nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto.

Então, na realidade, a modificação foi esta: onde havia o numeral 6, colocou-se entre parênteses a palavra “seis”.

Assim sendo, julgamos desnecessária nova análise do PLS por esta Comissão.

Voto.

Em face do exposto, sugerimos que o PLS do Senado nº 236, de 2001, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, seja enviado para a sanção do Presidente da República e, portanto, seja aprovado aqui, nesta Comissão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço um minuto apenas a V. Ex^a.

Senador José Jorge, V. Ex^a concluiu?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, Sr. Presidente.

Tenho uma dúvida, porque, na realidade, o projeto está como não-terminativo. Mas na realidade ele é terminativo. (Pausa.)

O projeto veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente. O projeto veio da Câmara e vai passar por esta Comissão e pelo Plenário. Então, ele é não-terminativo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, gostaria de me ater ao mérito do projeto, que, na verdade, alonga o tempo da obrigatoriedade para o ensino fundamental, como o da pré-escola. O projeto é de autoria do Senador Ricardo Santos, do Espírito Santo, que teve uma atuação importantíssima no Senado Federal.

À época em que fui Governador S. Ex^a foi meu Secretário da Agricultura e também desenvolveu um trabalho espetacular à frente da Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo. Atualmente S. Ex^a exerce o cargo de Secretário de Planejamento da Prefeitura de Vitória, onde também despontou como excelente Secretário, organizando as finanças daquela Prefeitura.

Portanto, S. Ex^a é um bom economista, um bom agrônomo e um bom educador, já que é autor desse importante projeto. Quanto mais cedo levarmos nossas crianças para a escola e as tirarmos da rua, melhor será para o momento educacional brasileiro.

Assim, S. Ex^a merece ter esse projeto sancionado pelo Presidente da República, pois ele é um marco da enorme preocupação do Senador Ricardo Santos junto a este Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como o Senador Gerson Camata, quero me referir aos méritos dessa proposta.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – E, sobretudo, à maneira objetiva e clara com que o Senador José Jorge tratou essa matéria.

Na verdade, há o aprimoramento do sistema e a adequação desse sistema à modernidade, que já ocorre tanto na Europa quanto em vários países do hemisfério.

Aos seis anos a criança já tem condições, sim, de iniciar um procedimento regular de aprendizagem; deve sair da fase de jardim da infância e entrar realmente no ciclo da aprendizagem acadêmica.

Sobretudo, temos cerca de vinte e seis mil e quinhentas escolas – ou até mais, os dados que eu tenho podem ser até antigos, mas pelo menos vinte e seis mil escolas – no Brasil que já adotam o sistema. Na realidade, estão recebendo as crianças com seis anos, e não com sete anos. Bem na frente isso trará um resultado excepcional, porque vai ganhar em todo o procedimento. De todos os anos que a criança passará estudando ela ganha um ano, no mínimo, para projetá-la para o estudo em nível superior.

Ao mesmo tempo, a lei teve o cuidado de alterar também o art. 30, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porque se refere à pré-escola, de quatro a seis anos. Então, evidentemente ela tinha que ser adaptada de quatro para cinco anos, porque a partir dos seis anos teremos a criança no ensino fundamental.

E tendo apenas 3% da população em idade escolar, de sete a quatorze anos, fora da escola, o que é um índice absolutamente maravilhoso para o Brasil e muito bom – esperamos que ele desça ainda mais –, um significativo número de estados e municípios já está matriculando, conforme eu disse, as crianças na faixa etária de seis anos.

Portanto, o projeto vem ao encontro da política educacional do Governo e tem o apoio do Governo e do Ministro da Educação. Inclusive, esse apoio foi manifesto, evidentemente, na medida em que a questão foi incluída no Plano Nacional da Educação. É meta

do PNE ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório, com início aos seis anos de idade, conforme propõe a lei do então Senador Ricardo Santos, relatada pelo ilustre Senador José Jorge.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador José Jorge queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pela sequência dos projetos que estão na pauta e contam com a presença do relator, nós vamos para o Item 7, que tem a presença do Senador Marco Maciel.

Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº61, de 2004, que declara o arquiteto Oscar Niemeyer patrono da arquitetura brasileira.

Antes de passar a palavra para o Senador Marco Maciel, eu gostaria de fazer uma comunicação, aproveitando a presença do Senador José Jorge. Amanhã teremos uma audiência pública para discutir os problemas relacionados à crise que enfrenta o teatro brasileiro e assuntos relacionados à Lei Rouanet. Estarão presentes o Sr. Sérgio Xavier, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura; Natália Thimberg, atriz e produtora teatral; Eduardo Barata, produtor teatral; Maria Padilha, atriz e produtora teatral; Wilson Rodrigues, empresário do setor teatral, e Nilson Raman, produtor teatral. Confirmaram presença para assistir à audiência Lúcia Veríssimo, Giulia Gam, Beth Goulart, Ari Fontoura e as produtoras Nice Agarci e Bianca de Philips. Então, amanhã, às dez horas, o Senador José Jorge, tenho certeza, estará aqui na audiência pública.

Com a palavra, o Senador Marco Maciel para relatar o Item 7.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Senador Álvaro Dias, Presidente desta Comissão... Sr. Senador Osmar Dias...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em família, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – É, mas de toda maneira...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está tudo em família.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mas, de toda maneira, no caso em espécie, quero saudar o Senador Osmar Dias e também o Vice-Presidente, Senador Hélio Costa.

A presente proposição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é decorrente de um projeto de iniciativa da Deputada Federal Luiza Erundina, que busca declarar o arquiteto Oscar Niemeyer Presidente da Arquitetura Brasileira.

A matéria foi, como se sabe, aprovada na Câmara dos Deputados e vem a esta Comissão para um parecer de mérito. Devo dizer a V. Ex^a que o projeto é não terminativo, o que significa que a matéria será submetida à apreciação do Plenário desta Casa.

Na Câmara dos Deputados, a proposição teve parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desportos e da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Como é evidente, a proposição tem a finalidade de homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer, um dos mais célebres arquitetos mundiais, em função de sua contribuição para a renovação dos padrões arquitetônicos modernos, feito extremamente positivo para o País e também para diversas partes do planeta.

Em sua justificativa, a nobre Deputada Luiza Erundina evoca o gênio criador Niemeyer como a principal razão para a homenagem. Devido à sua coragem de inovar e de não se conter nos limites de funcionalidade dos edifícios de espaços de convivência, o arquiteto criou verdadeiras obras-de-arte que integram hoje patrimônio cultural da humanidade.

Não apenas Brasília, sua mais visível e famosa obra, mas inúmeros projetos entraram para a história da arquitetura, como o conjunto Pampulha, em Belo Horizonte, a contribuição para a sede da ONU, em Nova York, a Torre da Defesa, em Paris, a reurbanização do Algarve, em Portugal, e assim por diante. Ainda poderia mencionar obras feitas na Itália, país que destaco por contar com um dos patrimônios históricos e artísticos mais famosos do mundo. Niemeyer, lá também, tem a sua presença, de forma muito destacada, inclusive no prédio da **Mondadori Editore**.

Ademais, Niemeyer marcou sua presença na sociedade brasileira, ao longo de décadas, como artista, técnico, intelectual e livre pensador, o que o coloca não apenas na condição de destaque em sua profissão, mas como exemplo de criador e de cidadão. Por todas essas qualidades, nada mais oportuno do que homenagear o Brasil e a arquitetura com esse título.

Antes de dar o meu voto, Sr. Presidente, gostaria também de acrescentar que, ao tempo em que fui Presidente da Câmara dos Deputados, promovi um processo de reinserção do arquiteto Niemeyer em Brasília. Este arquiteto, por divergências com o regime militar, tinha deixado de visitar esta cidade. Naquela ocasião, propicie conversas, permitindo com que Niemeyer retornasse a Brasília e tivesse contribuído, mais uma vez,

para executar aqui outros projetos importantes. Primeiro, no próprio Congresso Nacional, com a modernização do Plenário da Câmara, que ficara insuficiente para acolher o número maior de Deputados e também de Senadores, visto que lá se realizam as sessões conjuntas das duas Casas do Congresso.

Posteriormente, o arquiteto Oscar Niemeyer nos brindou com outras obras, como o anexo do Ministério das Relações Exteriores e muitas outras, que, com seu gênio criativo, teve a oportunidade de oferecer à cidade de Brasília, que praticamente, sob esse aspecto, guarda enormes peculiaridades no mundo.

Quando se fala de Brasília, não se pode deixar de falar de três pessoas: do urbanista Lúcio Costa, do arquiteto Oscar Niemeyer e do grande paisagista Burle Marx. Se olharmos os três em conjunto, diria que eles contribuíram muito no desenho do espaço de Brasília, que, hoje, causa admiração a qualquer visitante do exterior e, de modo especial, àqueles que ainda não têm uma avaliação correta do Brasil. Eu diria, portanto, que Niemeyer tem um papel paradigmático na arquitetura brasileira. E isso também ocorreu pela capacidade que ele teve de se associar com urbanistas do porte de Lúcio Costa, que inclusive fez edificações em outras partes do país. Lembro, a propósito, que a Secretaria de Fazenda de Pernambuco é um prédio feito a partir de um projeto de Lúcio Costa – à época, meu pai era Secretário da Fazenda do Governo Agamenon Magalhães –, é um prédio que tem hoje uma grande significação em Pernambuco.

A associação entre Lúcio Costa e Niemeyer aqui em Brasília, com a contribuição, no campo paisagístico, de Burle Marx, permitiu fazer de Brasília essa riqueza arquitetônica. Eu diria mais do que isso: essa riqueza se expressa por uma beleza nova e, ao mesmo tempo, antiga, na medida em que eles também se inspiraram em exemplos de predecessores – se formos recuar ao passado, até diria que eles recolheram lições da velha arquitetura grega.

Por isso, não tenho dúvidas em afirmar que o projeto deve merecer a acolhida desta Casa. É uma forma de homenagear não somente o arquiteto Niemeyer, mas homenagear também o Niemeyer cidadão exemplar, pai de família cujos descendentes estão, inclusive, dando uma contribuição muito boa ao país, como é o caso de sua neta Ana Lúcia Niemeyer. Eu também diria que Niemeyer, enquanto cidadão, é uma pessoa que tem amigos e sabe ser amigo. Certa feita, Carlos Castelo Branco disse, com muita propriedade, que para a pessoa ter amigos é necessário ser amigo. E Niemeyer sabe ser amigo e, por isso, tem muitos amigos.

Em segundo lugar, gostaria também de ver a figura de Niemeyer como cidadão republicano. Embora

tenha se recusado reiteradamente a disputar cargos eletivos, ele nunca deixou de estar presente na vida pública do país. Tenho sempre presente que o cidadão republicano não é aquele que necessariamente tenha ocupado cargos públicos ou disputado mandatos eletivos. O cidadão republicano é aquele que, pela própria definição etimológica da palavra república enquanto *res publica*, se preocupa com o bem comum. E Niemeyer, em sucessivos episódios da nossa história, esteve presente dando a sua contribuição, demonstrando seu civismo, expressando as suas idéias.

Finalmente, não podemos deixar de destacar também em Niemeyer aquela pessoa que ama a beleza, o belo, e que expressa essa sensibilidade não somente na sua arquitetura – diria até que é um arquiteto que parece um escultor –, mas também no campo da arte, do desenho, tendo oferecido ao país uma contribuição muito importante.

Então, sob esses três aspectos é que devemos ver a figura de Niemeyer. Aqui, o estamos consagrando como o grande arquiteto que ele de fato é, mas ele é muito mais do que isso. Ele é um cidadão republicano que foi capaz de expressar também, pela sua arte, a beleza que é o nosso país.

Portanto, Sr. Presidente, nessas minhas desataviadas considerações, o meu parecer é pelo acolhimento da proposição que ora estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de maneira muito especial, quero saudar o parecer do Senador Marco Maciel, porque nós, mineiros, participamos historicamente do desenvolvimento, do talento de Oscar Niemeyer.

Juscelino Kubitschek leva Oscar Niemeyer para projetar a Pampulha, que até hoje é um marco extraordinário da cidade de Belo Horizonte, que faz a cidade ser reconhecida no Brasil inteiro e no mundo – é exatamente o cenário criado por Oscar Niemeyer, a Lagoa da Pampulha, a Igreja de São Francisco, isso tudo é que marca a figura de Belo Horizonte.

Da mesma forma quando Juscelino convida Niemeyer para projetar, criar e conceber Brasília como uma cidade do futuro, uma cidade que impressiona desde o primeiro momento que ela começa a ser construída e que, na realidade, eletriza os estudantes de Arquitetura do mundo inteiro que querem vir ao Brasil para ver essa criação extraordinária do gênio Oscar Niemeyer.

Faço essa observação no seu relatório e no do Senador Marco Maciel, porque tive a oportunidade de participar de um delicioso almoço com Oscar Nie-

meyer há cerca de um mês, na casa de um querido amigo de Oscar Niemeyer, que é o Embaixador José Aparecido de Oliveira, e fiquei impressionadíssimo de ver como aquele extraordinário gênio de 95 anos de idade tem uma memória absolutamente cristalina. Isso porque, no instante em que estávamos dizendo para ele, professor Oscar Niemeyer, que estávamos muito felizes com o projeto que estava fazendo para um companheiro nosso aqui em Brasília, onde será criada uma estrutura maravilhosa projetada por ele, e um dos seus assessores perguntou: “quem é este cidadão?”, ele imediatamente respondeu: “é o nosso amigo que foi nos procurar na semana passada, você não se lembra? Que chegou lá por volta das cinco horas e conversamos umas duas horas. Ele me trouxe um projeto e eu modifiquei totalmente o conceito. Não é isso que devemos fazer em Brasília, nós devemos fazer é assim”. Quer dizer, este é homem de 96 anos com essa extraordinária memória.

Ter 96 anos com memória antiga é muito fácil, difícil é ter memória recente, como é o caso de Oscar Niemeyer. Então, ficamos extremamente felizes, nós mineiros, de vermos que esse projeto está sendo aprovado, sobretudo porque ele dá, à arquitetura nacional, este patrono de absoluto mérito. Eu ainda, em julho passado, estando em Paris, numa noite de sábado e ligando a televisão do hotel, pouco antes de sair, acabei quase perdendo a hora de um compromisso que tinha porque começou a ser mostrado na TV 5, na TV francesa, um documentário sobre Oscar Niemeyer de uma hora de duração. Isso prova o quanto Oscar Niemeyer superou, na realidade, o seu próprio gênio brasileiro e se transformou numa entidade criativa internacional, mundial, da maior respeitabilidade e que, no mundo inteiro, é visto como o gênio da arquitetura moderna.

Parabéns, Senador Marco Maciel, pelo seu relatório e, sobretudo, a apresentação deste projeto que entendo ser da Deputada Luiza Erundina.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, se eu puder fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Gostaria de dizer que incorporaria totalmente, se fosse possível regimentalmente, as palavras do Senador Hélio Costa sobre a figura de Oscar Niemeyer. E me penitenciar de uma omissão. Obviamente, quando se fala em Brasília, não podemos nos esquecer de Juscelino Kubitschek. Ele é pai desta Capital e teve o discernimento e a visão de convocar pessoas da estatura de Niemeyer, que fez com que essa cidade se destacasse em todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Marco Maciel queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Na sequência, temos o item... Mas vamos seguir a sequência, já que está presente a Senadora Fátima Cleide. Estávamos no item 7, vamos para o item 8.

Item 8:

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2004, que institui o Dia Nacional da Assistência Social. Autor: Deputado Eduardo Barbosa. Relatora: Senadora Fátima Cleide.

Com a palavra, a Relatora.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o presente projeto prevê, em seu art. 1º, que a proposição estabelece o dia 7 de dezembro de cada ano como o Dia Nacional da Assistência Social. O art. 2º prevê a vigência da norma na data de sua publicação.

Ao justificá-la, o autor da proposta afirma que a celebração do Dia da Assistência Social a cada ano será a ocasião para reforçar a necessidade de implementar efetivamente a Lei Orgânica da Assistência Social. Segundo ele, será também a oportunidade para avaliar a política nacional de assistência social e buscar a indispensável transparência na sua execução.

O projeto não recebeu emenda.

Reconhecidamente, Sr. Presidente, a Constituição promulgada em 1988 estabeleceu os marcos que permitiram à assistência social superar os limites da filantropia e da beneficência. Com efeito, a Carta Magna reconhece os destinatários da assistência social como sujeitos dotados de direito à proteção do Estado.

Cuida a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social, de articular as ações de assistência social e as demais políticas socioeconômicas setoriais de maneira a criar condições para que o destinatário da proteção especial do Estado possa escapar do círculo vicioso da pobreza. A existência de expressivo número de pobres e indigentes no País confere elevada significação à assistência social e, em particular, à política nacional de assistência social, prevista pelo art. 6º, parágrafo único, da Loas.

Certamente, a instituição do Dia Nacional de Assistência Social em 7 de dezembro de cada ano, data de aniversário da edição da Loas, representará a reiterada oportunidade de refletir sobre a mencio-

nada política nacional. Assim poder-se-á avaliar sua execução com vistas a aperfeiçoar o nível de transparência da oferta de serviços e benefícios e dos critérios para concedê-los, bem como aprimorar as formas de participação da sociedade, prevista como uma das diretrizes fundamentais da norma jurídica que preside a assistência social brasileira.

Recordemos, por oportuno, que em passado recente a tramitação de proposições que instituem datas nacionais foi tida por injurídica em razão de se considerar a matéria típica de ato de administração. A edição recente de normas dessa natureza, contudo, parece-nos demonstrar que esse entendimento achase superado. São exemplos a Lei nº 10.448, de 9 de maio de 2002, que institui o Dia Nacional da Defensoria Pública, e a Lei nº 10.457, de 14 de maio de 2002, que institui o Dia do Bacharel em Turismo.

Não há pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, óbices a opor à juridicidade da proposta em exame. Ademais, a proposição é constitucional e está redigida de acordo com boa técnica legislativa.

Dessa maneira, em decorrência do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2004.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o parecer da Senadora Fátima Cleide.

Não havendo quem quera discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos continuar na sequência para depois voltar aos projetos em que os Relatores estejam presentes. Por isso, novamente convido a Senadora Fátima Cleide a relatar o item 10:

Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004, que veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior.

O autor é o Senador Marcelo Crivella.

A Senadora Fátima Cleide deu parecer pela rejeição.

A matéria já constou da pauta das reuniões dos dias 24/08 e 9/11.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, vale ressaltar que essa proposição vem a esta Comissão em decorrência da aprovação, pelo Plenário, de requerimento do Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Osmar Dias, e deverá retornar à Comissão de Constituição e Justiça, à qual

havia sido despachada inicialmente para decisão em caráter terminativo.

Trata-se do exame da matéria quanto ao mérito, nos termos dos arts. 90 e 102 do Regimento Interno desta Casa. Sobre o mérito da proposição, Sr. Presidente, cumpre examinar separadamente a proibição projetada em relação aos dois procedimentos seletivos nela previstos:

1 – Os concursos públicos para ingresso no serviço público; e

2 – Os concursos vestibulares para ingresso nas instituições de ensino superior.

Cabe, neste espaço, registrar, inicialmente, que a bem-intencionada proposta do eminente Senador Marcelo Crivella reconhece, em sua justificação, que o conhecimento básico de inglês e espanhol tem-se revelado cada vez mais importante para o exercício profissional e o desempenho acadêmico em nível superior. Essa importância, frise-se, advém de tempos muito anteriores aos atuais, tempos de globalização do conhecimento e de crescimento exponencial da Internet, mas encontra raízes na natureza internacional da maior parte das informações técnicas e científicas com que lida o mundo das instituições técnicas e acadêmicas.

No tocante aos concursos públicos para seleção de pessoal para ingresso no serviço público, a proposição, a nosso ver, padece de grave incoerência lógica, por se fundar em pressuposto inconsistente, para não dizer fictício.

Com efeito, ao conceder a exceção da proibição a concursos nos quais o conhecimento de língua estrangeira seja indispensável para o ingresso e posterior exercício, a proposta parte do pressuposto de que as instituições públicas promotoras dos certames possam, eventualmente, fixar a exigência de conhecimento de línguas, desprovida de firme correspondência com as reais exigências do cargo, emprego ou função, o que nos parece plausível para justificar uma proposição legislativa em conexão com a exceção aberta pelo projeto no parágrafo único do artigo 1º. E, questionado o referido pressuposto, a proibição no que atine aos concursos públicos carece de consistência lógica. Afinal, é, ou não, válida a exigência para o exercício de determinados cargos?

Note-se, por oportuno, que, segundo os costumes da Administração Pública, especialmente na esfera federal, a exigência de conhecimento de línguas como critério de seleção de pessoal tem-se restringido a muito poucas categorias funcionais de nível superior, como as do Itamaraty, da área de ciência e tecnologia e de consultoria das duas Casas do Congresso Nacional. Observe-se que nem mesmo os complexos concursos

para ingresso nas carreiras da Receita Federal, Magistratura e do Ministério Público Federal têm adotado o critério seletivo impugnado no projeto. Assim sendo, a quem se dirige a proibição?

Sr. Presidente, em face dessas questões e outras expostas em nosso relatório, embora reconheça os nobres propósitos que sempre inspiram o trabalho legislativo do ilustre autor do projeto, não temos como dar nosso assentimento à proposição sob exame.

Pelas razões expendidas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o parecer da Senadora Fátima Cleide.

Agradeço à Senadora a lembrança: esse projeto não vinha para a Comissão de Educação, mas fizemos um requerimento.

Lerei sua ementa: “Veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior”.

Ele não viria para a Comissão de Educação. Como tantos outros, não passaria por esta Comissão se não tivéssemos feito requerimento nesse sentido. Não estou entendendo o critério de distribuição dos projetos pela Mesa, os quais precisam ser revistos.

Agradeço à Senadora Fátima Cleide, porque o ano está chegando ao fim, e S. Ex^a apresentou hoje relatórios de dois projetos. Gostaria de pedir aos Senadores que têm projetos a relatar que façam seus relatórios, a fim de que possamos votar todos os projetos ainda neste ano, para concluirmos a pauta.

Está em discussão o projeto.

Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, confesso que perguntarei ao Senador Marcelo Crivella – até porque S. Ex^a não está presente – o que passou em sua cabeça, ao assinar esse projeto. Ora, no mundo globalizado em que vivemos, às vezes falando quatro idiomas, temos dificuldades de sobreviver, imaginem se impedirmos que seja cobrado daquele que prestará um concurso público que mostre conhecimentos de uma língua estrangeira! Isso é tão absurdo que, honestamente, não vale a pena nem discutir.

Faço questão de perguntar ao Senador Marcelo Crivella, quando retornar de sua viagem, onde S. Ex^a estava quando fez isso, porque deve haver um motivo. As coisas não acontecem por acaso. Perguntarei isso a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, em função do apelo feito por V. Ex^a, gostar-

ia de fazer duas considerações. Tenho dois projetos pendentes a relatar: o primeiro trata do problema da propaganda na comercialização de remédios – esse eu já havia devolvido à Comissão, fiquei aguardando entrar em pauta, e não sei se houve fato novo –; e o segundo é de autoria do Senador Paulo Paim, que me pediu informalmente para retirá-lo de pauta, porque estava pendente de um esclarecimento por parte do Poder Executivo.

Há dias procurei o Senador Paulo Paim, e S. Ex^a disse que ainda não havia recebido as informações. Em atenção a esse excelente colega, resolvi não trazer esse projeto. Posso novamente indagar ao Senador se já recebeu essas informações. Estou pronto para relatar o projeto, mas não gostaria de fazê-lo sem ter essas informações adicionais que S. Ex^a admitiu trazer rapidamente. Ressalto que isso não dependeria de uma decisão do Senador, trata-se apenas de uma solicitação que S. Ex^a recebeu de um órgão do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo, Senador Marco Maciel.

Senador Sérgio Cabral, V. Ex^a apoiará o projeto ou o parecer? Concedo a V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Evidentemente apoiarei o parecer da Senadora Fátima Cleide.

Concordo com o Senador Hélio Costa. Penso que o Senador Marcelo Crivella certamente não deve ter observado o conteúdo do projeto apresentado, até porque a própria igreja a que S. Ex^a pertence, da qual ele é bispo, está em mais de cinquenta países do mundo. Como seus pastores irão aos países? O próprio Senador morou na África do Sul por quase dez anos. E certamente não foi falando português que conseguiu arrebatar aquela multidão que hoje segue fielmente a Igreja Universal do Reino de Deus naquele país. Portanto, o idioma é fundamental na própria igreja da qual S. Ex^a é bispo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Fátima Cleide, que é pela rejeição do projeto, queiram permanecer sentados.

Aprovado o parecer, rejeitado o projeto.

Item 12:

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004, que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. Autores: Deputado Hidekazu Takayama e outros. Relator: Senador Gerson Camata.

O parecer do Relator é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de projeto dos Deputados Hidekasu Takayama e Paulo Kobayashi – pelo nome, desconfiamos que sejam descendentes de japoneses. S. Ex^{as} apresentaram projeto meritório, já aprovado na Câmara, criando o Dia Nacional da Imigração Japonesa.

A propósito, lembro que o primeiro projeto de Dia Nacional da Imigração fui eu que apresentei há dez anos, e referia-se à imigração italiana.

O Senador Pedro Simon pediu vista do projeto, dizendo que era preciso criar também o Dia Nacional do Imigrante Libanês. Eu disse a S. Ex^a para apresentar o projeto que eu o apoiaria, mas até hoje S. Ex^a não devolveu o pedido de vista. A matéria foi arquivada, e os italianos ficaram sem essa data comemorativa, mas penso que tanto os japoneses quanto os italianos a merecem.

Quero fazer um apelo. Consta do projeto, que 260 mil japoneses vieram para o Brasil antes da Primeira Guerra Mundial e depois da Segunda Guerra Mundial. E foram bem acolhidos. Hoje seus descendentes, mais de 8 milhões de pessoas, vivem bem. Trouxeram enorme colaboração científica na área da agricultura e na área das ciências para o Brasil. Foram bem acolhidos. De outro lado, até hoje o Japão trata os brasileiros descendentes de japoneses como estranhos. Os brasileiros, então, têm que tirar um visto para cada viagem, enquanto os japoneses aqui entram sem visto, são bem recebidos até hoje.

Então, o Japão deveria retribuir, pois é onde está a maior colônia japonesa do mundo depois dos Estados Unidos, fazendo com que houvesse um visto só, não um para cada viagem, e um tratamento mais igualitário. Como o Brasil sempre os recebeu bem, que também retribuam isso.

Exarando um parecer favorável à criação do Dia Nacional do Imigrante Japonês, coloco este apelo às autoridades japonesas para que retirem esta marca ruim que têm contra os brasileiros e, o pior, contra os dekassegus, os brasileiros descendentes dos seus avós, bisavós, que vieram do Japão e que foram tão bem acolhidos aqui.

É o apelo e o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero apoiar em gênero, número e grau a posição do Senador Camata, sobretudo no que diz respeito à reciprocidade de vistos, porque, na medida em que o Japão exige dos brasileiros determinado procedimento, cabe ao Brasil exigir rigorosamente a mesma coisa. É o que fazemos com os americanos, por exemplo, até hoje. Todos os americanos que entram no Brasil ainda estão colocando a sua impressão digital, mesmo modernizada, não é mais sujando o dedo de preto, etc. Mas estão passando pelo procedimento, que é o que exigem dos brasileiros ao chegarem nos Estados Unidos. Então, caberia, evidentemente, ao Governo brasileiro fazer a mesma coisa com relação ao Japão, principalmente no que diz respeito a entradas múltiplas num país, porque isso até os Estados Unidos já fazem. Quando dão um visto, dependendo da pessoa, principalmente se é um homem de negócios ou uma mulher de negócios, automaticamente dão um visto por 10 anos com múltiplas entradas.

Agora, na verdade, pedi a palavra, Senador Camata, para exaltar a importância da imigração japonesa, conforme V. Ex^a disse, antes da Primeira Guerra Mundial e depois da Segunda Guerra Mundial. O Brasil é realmente, conforme V. Ex^a disse, o segundo país com a maior colônia japonesa depois dos Estados Unidos. Até tenho um caso extremamente curioso e interessante que ocorreu comigo na minha era de repórter internacional. Fui várias vezes ao Japão – se não me engano, pelo menos umas oito vezes – para fazer coberturas jornalísticas. Numa delas, fui exatamente para fazer uma entrevista com um general japonês, porque ficou acertado, depois da Segunda Guerra Mundial, num acordo de paz que foi firmado pelo General MacArthur com o Imperador Hiroito, que os japoneses não teriam um exército. Mas, alguns anos depois, no procedimento de adaptação dos japoneses a uma nova realidade pós-guerra, deixaram que o Japão criasse uma espécie de uma guarda nacional, que, eventualmente, acabou se transformando no Exército japonês. Mas fui, até por curiosidade, para fazer uma grande reportagem sobre esse grande general japonês, que era o comandante do então “exército japonês” ou “guarda nacional”. Chegando lá, encontrei o maior repórter da TV americana, Dan Rather, que até hoje apresenta o noticiário principal da Rede CBS de Televisão, às 8h da noite, aguardando para também entrevistar o mesmo general. Poucos minutos depois, a Secretária chegou e disse ao repórter americano que o general não ia conceder uma entrevista a ele. Ele saiu esbravejando, disse que tinha vindo de Nova Iorque especialmente para fazer aquela reportagem e que o general não iria

falar para a CBS, que era a maior rede de televisão do mundo. O fato é que ele manteve a posição, e o Dan Rather teve que ir embora. Minutos depois, a secretária disse que eu podia entrar e preparar a minha câmera porque ele ia me dar a entrevista. Então, fui lá, coloquei o material todo, a minha equipe preparada e, antes de começar a entrevista, perguntei para o General: General, confesso que estou sem saber o que aconteceu minutos atrás na sua ante-sala, porque o maior repórter da TV americana chega aqui para fazer uma entrevista com o senhor, e o senhor se nega a falar para ele e, no entanto, fala para este modesto repórter da rede de televisão brasileira. Por que razão? Ele disse assim: Eu tenho um tio que mora em São Paulo, e ele vai me ver na TV. Foi a resposta simples. Evidentemente que guardei isso, faz parte, inclusive, do meu livro de narrativa das minhas viagens, mas até hoje não me esqueço da maneira como ele respondeu tão candidamente: Eu quero que o meu tio me veja na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Gerson Camata.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Relator: Senador Sérgio Cabral.

Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2003, que dispõe sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

Autor: Senador Osmar Dias.

Portanto, sou autor desse projeto e solicito o parecer do Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, antes de mais nada, registro, com muita honra, ser o Relator do projeto de V. Ex^a, pelo mérito do projeto e pelo autor.

Trata-se de projeto de resolução de autoria do ilustre Senador Osmar Dias, que disciplina o envio de solicitações do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social.

O autor do projeto justifica a sua iniciativa argumentando que o Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 224 da Constituição Federal, foi criado pela Lei nº 8.339, de 30 de dezembro de 1991, mas somente instalado no ano de 2002.

Uma das funções do Conselho é a de auxiliar o Congresso Nacional no exame das matérias que envolvam a comunicação social, sendo, portanto, imprescindível que seja regulada a forma pela qual o Senado

Federal poderá solicitar do Conselho pareceres, estudos e recomendações necessárias a subsidiar o seu trabalho de legislar e fiscalizar as ações nessa área.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A Constituição Federal previu, em seu art. 226, a criação do Conselho de Comunicação Social, incumbindo expressamente a ele a função de órgão auxiliar do Congresso Nacional.

O Conselho foi regulamentado pela Lei nº 8.389, de 1991, mas somente foi implementado de fato no ano de 2002.

Diante da regulamentação legal e da efetiva existência do órgão, necessário se faz que se regule, no âmbito do Senado Federal, a forma pela qual serão encaminhadas a ele as demandas do Senado.

O art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal dispõe que compete ao Senado Federal dispor sobre a sua organização e o seu funcionamento, sendo, portanto, constitucional o Projeto de Resolução sob exame.

O projeto prevê o encaminhamento de solicitações, estudos, recomendações e pareceres sobre os assuntos previstos nos arts. 220 e 223 da Constituição Federal, apresentando rol meramente enunciativo das principais matérias englobadas nesse tema da comunicação social.

Quanto à competência para encaminhar solicitações ao Conselho, prevê o projeto que tal poder seja deferido à Mesa Diretora e às Comissões do Senado Federal.

A justificativa que apresenta para tal previsão é a similaridade da situação sob regulamentação, fixação de competência para provocar órgão auxiliar do Congresso Nacional com outra análoga, referente à competência para provocar manifestação do Tribunal de Contas da União, que também é órgão auxiliar do Congresso Nacional, conforme previsão expressa no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal.

O projeto, no que se refere às solicitações atinentes às proposições legislativas em tramitação, restringe a iniciativa à comissão competente para o exame do mérito, ou à Mesa, neste último caso desde que a proposição ainda não tenha sido votada em caráter definitivo.

Nas comissões, as solicitações serão encaminhadas ao Conselho, após a aprovação do requerimento efetivado por um dos seus membros, estando previsto o recurso para o Plenário, por solicitação de um décimo dos Senadores, no caso de recusa.

O prazo para a resposta do órgão auxiliar é de duas sessões no caso de proposição legislativa em tramitação. Nos demais casos, o solicitante deve fixar o prazo em que pretenda obter as informações solicitadas.

Vê-se, portanto, que merece aplauso a iniciativa do ilustre Senador Osmar Dias de regulamentar matéria fundamental para que o Senado cumpra a sua função de regular e fiscalizar as proposições legislativas e os atos que envolvam a comunicação social no País, conforme determina a Constituição Federal.

Pelo exposto, o parecer é no sentido de ser aprovado o Projeto de Resolução nº 61, de 2003, na forma como apresentado.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço o parecer e as palavras do Senador Sérgio Cabral e justifico a necessidade deste projeto de resolução.

O Conselho vem atuando praticamente sem uma regulamentação, e muitas vezes tenho notado que o Conselho, não que extrapole as suas atribuições, mas colide com as atribuições da Comissão de Educação nessa área de comunicação. Assim, é preciso regulamentar isso, e quem deve fazê-lo são os Senadores que compõem a Comissão de Educação.

Essa é a justificativa para a apresentação do nosso projeto, para que não haja mais colisão entre atribuições do Conselho e da Comissão de Educação em matéria tão importante como a comunicação social.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a por este projeto. Na realidade, o relatório do Senador Sérgio Cabral é especificamente técnico no sentido de mostrar que há um Regimento para tudo nesta Casa: o Senado tem um Regimento, o plenário tem um Regimento, as Comissões têm um Regimento, mas o Conselho de Comunicação Social está sem um Regimento. Ele não está seguindo rigorosamente os prazos que são determinados em todos os setores do Senado.

Por exemplo, quando entra uma matéria nesta Comissão, temos um prazo. Quando ela entra no plenário, ela tem um prazo. Em todos os lugares nesta Casa há um prazo a ser cumprido. Mas o Conselho de Comunicação Social não tem prazo para dar um parecer. Evidentemente, isso pode prejudicar o procedimento até de discussão e estudo de uma matéria importante. Diga-se de passagem, no Conselho não há Senador.

Portanto, é importante que possamos ter na realidade esse procedimento, essa regulamentação que V. Ex^a apresentou. Parabéns pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Sérgio Cabral.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Relator: Senador Sérgio Guerra. Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural. A autora é a Senadora Roseana Sarney.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado de nº 47, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney propõe nova redação ao art. 62 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a inclusão do art. 63-A no mesmo diploma legal, a fim de incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural.

Pelas medidas propostas, são considerados crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural o dano, a inutilização ou a deterioração de bens de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico e monumental; bens esses que tenham sido tombados pela autoridade competente ou que sejam protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

Recebem tratamento igual os danos cometidos contra arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar que sejam igualmente tombados ou protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

A pena para quem cometer tais crimes é de reclusão de um a três anos e multa. Porém, se tal ação criminosa redundar na destruição dos bens, a pena pode ser aumentada de um terço à metade.

Acrescente-se que incorre na mesma pena o proprietário que deixar de zelar pela conservação do bem com o fim de obter, para si ou para outro, vantagem de qualquer natureza. Entretanto, se o crime for considerado culposos, a pena é de seis meses e um ano de detenção e multa.

Passam a ser considerados crimes da mesma natureza o impedimento, a interrupção ou a criação de dificuldades para a realização de manifestação ou eventos populares de reconhecido valor cultural, se tal ação não for motivada por justa causa.

A fim de atualizar o ordenamento jurídico do PLS nº 47, de 2004, manda revogar o art. 65 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1941, Código Penal.

Ao projeto foram apresentadas emendas.

Análise.

À Comissão de Assuntos Sociais incumbe, entre outras, a análise da proposição que dispõe pelas normas gerais de proteção do meio ambiente, tema de que trata a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em que se encontram previstas também as normas de proteção ao ordenamento urbano e ao patrimônio cultural.

Do ponto de vista da técnica legislativa, a proposição se encontra redigida de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à constitucionalidade, encontra amparo nos dispositivos que ordenam ao Poder Público a preservação do patrimônio cultural, especialmente o art. 16, **caput**, § 4º, que determina que os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

No que diz respeito ao mérito, a proposição nada mais faz do que atualizar nosso sistema jurídico em face das novas práticas sociais e econômicas, que passaram a valorizar mais o patrimônio cultural, tanto o material (os sítios históricos, conjuntos urbanos, logradouros, edificações) quanto em material (festas, celebrações, folguedos e outros). Não obstante o valor do patrimônio cultural, no apenamento de crimes contra ele encontravam-se dois dispositivos legais e com tratamentos diferentes. O art. 165 do Código Penal considerava como crime o ato de destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico, mandando aplicar ao criminoso uma detenção de seis meses e dois anos e multa.

A outra previsão de crime, na Lei nº 965, de 1998, tratava de bens semelhantes com outra nomenclatura a imputação de pena diferente daquela. Nesta última, são tratados os bens especialmente protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial e também arquivos, registros, museus, bibliotecas, pinacotecas, instalações científicas e similares. Entretanto, muito oportunamente, a autora da iniciativa entende que nada justifica tal diferença de tratamento. Como bem lembra a justificação do projeto em análise, a vigência de duas figuras típicas, objetivamente idênticas, só contribui para a interpretação ambígua e conflituosa dos referidos dispositivos legais.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para discutir, o Senador Hélio Costa com a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, congratulo-me com a Senadora Roseana Sarney e também com o Senador Sérgio Guerra pelo parecer.

Nós, mineiros, temos uma preocupação muito grande com o patrimônio histórico, com a história do nosso Estado, que é a história do País, especialmente no que diz respeito às nossas cidades históricas de Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, Congonhas, Sabará, onde estão as relíquias do Barroco e do Colonial brasileiro. Preocupamo-nos, sobretudo, com as imagens que foram roubadas, levadas para o mundo inteiro, espalhadas hoje em alguns acervos ilegais, diga-se de passagem, e também em diversas cidades do Brasil. Inquietamo-nos em preservar esse patrimônio histórico das pichações, das depredações. Tudo isso para nós é extremamente importante.

Este PLS é da maior importância no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico brasileiro que está em cidades não só de Minas Gerais, mas de Pernambuco, Goiás, no sul do País, aqui mesmo, em Brasília. Em todo o território nacional, vamos encontrar riquíssimo patrimônio histórico sendo violentado, depredado, pichado. Por isso, esta lei é da maior importância.

Lamentavelmente, vivemos num país em que existem leis e leis, mas elas não são cumpridas; leis que só existem apenas no papel. Espero que, em quatro ou cinco anos, esta lei seja realmente cumprida, porque existem leis para serem cumpridas, e esta é uma delas. Ela deveria ser cumprida, porque é triste chegar em São Paulo e ver o monumento do Piranga pichado. É triste chegar a nossa queridíssima Tiradentes, que hoje é referência internacional para o turismo barroco, e, lamentavelmente, ver um muro, uma estátua pichados.

Então, este Projeto de Lei conta com o total apoio do Senador Hélio Costa, mineiro preocupado com o patrimônio histórico que representam as cidades históricas de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o parecer do Senador Sérgio Guerra.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2002, dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências. Autor: Deputado De Velasco. Relator: Senador Eduardo Azeredo. O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Foi concedida vista coletiva na reunião do dia 9 de março, cabendo nova vista em virtude da designação de novo relator e substancial alteração no mérito do parecer. Não foi apresentada manifestação por escrito. A matéria constou da pauta da reunião do dia 9 de março.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta para uma reavaliação em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a será atendido. Retiramos de pauta o projeto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo para apresentar o requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em relação ao projeto que está em discussão nesta reunião, o *spam*, que é um problema grave de Internet. Sou Relator de um projeto semelhante na Comissão de Constituição e Justiça; aqui é o projeto do Senador Hélio Costa, muito oportuno. Já conversei com o Senador anteriormente. A idéia é que possamos fazer uma audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, convidando algumas pessoas como o Professor Moura Campos, diretor da questão Internet no País; o Henrique Costábile, Presidente do Serpro; um representante do provedor de Internet IG; representante do provedor de Internet Uol; e também um representante do Terra, três dos maiores provedores do País. Estou sugerindo a presença deles para que possam discutir conosco a questão que tem uma gravidade crescente que é a proibição ou não de circulação de mensagens não autorizadas de autor não identificado e de conteúdo não necessariamente de interesse de usuários brasileiros da rede mundial de computadores. São mensagens conhecidas como Spam. O meu requerimento é no sentido de que possamos ter essa audiência pública; foi aprovado requerimento semelhante na Comissão de Constituição e Justiça. Os níveis de mensagens *spam* estão atingindo hoje cerca de 75% do total de mensagens indesejadas. Todos que abrimos nossas caixas de Internet vemos uma quantidade de assuntos indesejados, quantidade de vírus que vêm nas mensagens abertas. Essa é a questão que coloco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Como autor do projeto, conversando com o Senador Eduardo Azeredo, lembrei que, na verdade, sabendo que existe um procedimento idêntico na Câmara dos Deputados e que o assunto merece uma atenção especial, o assunto deve ser amplamente discutido. O caminho da audiência pública proposto pelo Senador é o ideal. Talvez seja a oportunidade de, trazendo especialistas, trazendo pessoas envolvidas com o que acontece no momento com os *spam*, que são na realidade um verdadeiro desastre aos que utilizam a Internet comercialmente, àqueles que utilizam para pesquisa, para nós todos é absolutamente necessário encontrar um caminho para se evitar o uso indiscriminado de *spam*. Existe *spam* legal em vários lugares; é perfeitamente normal que se passe uma mensagem para várias pessoas, o que não pode acontecer é mandar mensagem sem endereço, sem autoria; se eu quiser pedir para retirar o meu nome da caixa postal eu não consigo, essas coisas todas é que exigem legislação específica, necessariamente baseada naquilo que já foi feito em outros países. O Senador Azeredo citou, no seu depoimento, especificamente os Estados Unidos, onde cada estado tinha uma legislação até 16 de dezembro do ano passado, quando o Congresso americano aprovou lei federal que entrou em vigor, diga-se de passagem, no primeiro dia do ano de 2004, e já tem resultados excepcionais. Então, olhando para esses exemplos de outros países é que vamos poder resolver o problema no Brasil. Concorro plenamente com a posição do Senador Eduardo Azeredo de se fazer um ampla discussão através de uma audiência pública aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Eduardo Azeredo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Lembro que estamos chegando ao final do período legislativo e que haverá alteração da composição da Comissão; com isso os requerimentos deixam de existir praticamente. Será muito difícil conseguirmos realizar essa audiência pública até o final do ano em função da seqüência de audiências públicas que já temos para realizar. De qualquer forma, faremos um esforço. Mas V. Ex^a poderá reapresentar o pedido no ano que vem se não conseguirmos realizar a audiência este ano.

Item nº 5:

Relator Senador Demóstenes Torres. Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art. 74 da Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não-recomendação de espetáculos e diversões. O Senador Aloizio Mercadante é o autor.

O Senador Demóstenes Torres tem a palavra para relatar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já discutimos esse projeto em reuniões passadas. Houve pedido de vista do Senador Flávio Arns, que o devolveu sem manifestação.

É um projeto que me parece indiscutível. Pretende o Senador Aloizio Mercadante que no caso da classificação de tudo aquilo que implique audiovisual, especialmente visual – cinema, DVD, programas de televisão –, essa faixa de classificação caia de 18 para 16 anos.

Argumenta o Senador Aloizio Mercadante que o jovem de 16 anos já pode votar, já é considerado relativamente capaz pelo Código Civil, pode inclusive casar e fazer uma série de atividades. Como é que não pode decidir que tipo de filme vai assistir, que tipo de programa na televisão vai visualizar?

Concordo inteiramente com o Senador Aloizio Mercadante. Penso que estamos inclusive escamoteando a realidade no Brasil, que é a discussão da chamada menoridade penal ou maioridade penal, como queiram, porque hoje estamos praticamente ilhados. O Brasil deve ser o único país do mundo que tem essa idade penal. Não conheço outro, mas pode ser que algum país que não tenha nenhuma repercussão na esfera penal e na esfera econômica, um país não conhecido, tenha essa idade penal. Hoje, no Brasil a idade penal é de 18 anos, lamentavelmente, por conta de uma filosofia mórbida de que as causas do crime são sociais, o que já foi derrubado há muito tempo no mundo todo. Há mais de 200 causas da criminalidade e quem abraçar uma só vai jogar por terra toda a criminologia, todos os estudos já realizados sobre causas da criminalidade.

Voltando ao tema, penso que o Senador Aloizio Mercadante está prenhe de razão. Parabenizo S. Ex^a. Penso que o projeto é meritório, sendo simplesmente um banho de realidade. Quem pode votar para Presidente pode escolher que filme quer assistir na televisão. Essa faixa deve cair para no máximo 16 anos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Senador Demóstenes.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Resolução do Senado nº 24, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

O autor é o Senador Marco Maciel, e o relator é o Senador Demóstenes, a quem concedo a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Marco Maciel apresenta, a meu ver, com muita clareza e com muita antecedência, um projeto de resolução para que se institua já uma comissão especial para organizar o bicentenário da Independência do Brasil.

O Senador Marco Maciel, homem estudioso, sabe que em outros países isso acontece com muita antecedência mesmo. Por quê? Porque temos que fazer o planejamento logístico de um grande País, que é o Brasil, para receber autoridades estrangeiras, ver efetivamente quais os fatos históricos que merecem ser lembrados na ocasião. Haverá centenas de painéis, teorias sobre a Independência do Brasil na área econômica, na política, etc.

Já passamos aqui o vexame, creio que no ano passado, de discutirmos o centenário do nascimento de Cândido Portinari, quando já não se tinha nenhuma chance de fazer essa comemoração no ano do centenário. Aliás, esse projeto está sendo discutido até hoje, não sei em que Comissão. Já se comemorou, efetivamente, o aniversário de 101 anos de nascimento de Cândido Portinari, e não conseguimos ainda fazer a comemoração do seu centenário de nascimento.

Então, eu concordo plenamente com o Senador Marco Maciel. Muitos podem estar achando que já estamos trabalhando de uma forma muito antecipada, mas eu acho que é melhor a cautela. E a programação, que, inclusive, se iniciará – se aprovada – no ano de 2008, com a instalação dessa Comissão, terá uma razão de ser. A razão é que, em 1808, nós fizemos – ou Portugal fez – a abertura dos portos no Brasil, e foi uma data fundamental para a instalação dessa Comissão.

Eu, então, parabenizo o Senador Marco Maciel, um homem culto, um homem preparado, um dos orgulhos desta Nação e com quem temos o prazer de conviver diariamente, – permita-me a tietagem, Senador –, o que é uma escola muito boa, muito eficaz e muito eficiente. O projeto de S. Ex^a, acredito, será aprovado e vai impedir que nós façamos essa comemoração de forma atabalhoada. Aos esforços do Legislativo é claro que somaremos também os esforços do Executivo e

conseguiremos fazer, quem sabe, um bicentenário num país muito melhor do que o que temos hoje – já somos um grande país, mas com certeza vamos torcer, Senador, para que cheguemos lá numa situação muito mais confortável que a de hoje. De sorte que o parecer é favorável.

O PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o parecer.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Marco Maciel, autor do projeto.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu procurarei ser rápido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer – sinto-me sensibilizado – pelas generosas palavras do Senador Demóstenes Torres. Vou colocá-las no meu currículo.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, como salientou o relator da matéria, a proposição tem o objetivo de iniciarmos já a preparação do bicentenário da nossa Independência. Obviamente, como S. Ex^a colocou, alguém poderá questionar: “Puxa, será que não é muito cedo para pensarmos nessa questão?” E eu responderia, fazendo uma colocação com base nos antecedentes do que já se passou no Brasil.

Eu, em 1983, apresentei um projeto nesta Casa propondo que se criasse uma comissão para o centenário da República. Quando acabei de fazer o meu discurso – aliás, eu fiz um discurso e, posteriormente, apresentei o projeto –, um dos meus colegas me procurou e disse assim: “Olhe, Marco, eu até acho que você trouxe um tema interessante, mas é muito cedo. Estamos em 1983, e a proclamação do bicentenário da República só ocorrerá em 1989. Faltam 6 anos.”

Eu, então, procurei explicar a esse ilustre colega que fazia essas observações que, na realidade, o nosso objetivo não era a questão de festejar a data naquele sentido de comemoração, mas no sentido de fazer uma festa e realizar eventos. Eu quero dizer que queria ir à raiz latina da palavra comemorar – **memorarem** – e lembrar conjuntamente que isso muito ajudava a definir uma identidade nacional. Porque é olhando para o passado que nós podemos iluminar o futuro e ver o caminho que temos a percorrer. E, obviamente, quando houve o centenário da República, ainda, por coincidência, foi a mesma data em que houve a eleição presidencial, e vejam que, inclusive, o 15 de novembro caiu no segundo turno da eleição de 1989. Então, passou um pouco em óbice – passou em branco e se alguma coisa foi feita devo dizer que ainda foi por conta da nossa Comissão, que, afinal, foi criada e à qual se associou o Poder Executivo. À época, tendo como Min-

istro da Cultura o Ministro José Aparecido de Oliveira, nós fizemos uma associação entre o Congresso e o Poder Executivo e fizemos algumas publicações consideradas importantes para melhor conhecer os 100 anos de República e também alguns eventos.

Agora vou para um episódio que falarei a seguir.

Quando houve o centenário da primeira Constituição republicana – de 24 de fevereiro de 1891 –, a mesma coisa se passou. O então Presidente da Casa era o Senador Nelson Carneiro. Ele me procurou um dia e disse assim: “Olhe, Marco, eu estou preocupado. Está chegando o centenário da Constituição de 1891, e não temos nada feito.” E eu disse que eu tinha proposto àquela Comissão da República e achava que essa Comissão da República deveria prosseguir com as suas atividades até 1991, mas isso não foi possível. E para dizer que não se fez nada concretamente, uma Constituição tão importante vertebrou a República e suas instituições, não somente a República, a Federação, o sistema presidencialista bicameral etc., etc, também foi uma Constituição que teve excelentes comentadores, um dos quais foi João Barbalho de Uchoa Cavalcanti, que, por sinal, é pernambucano, mas não é por conta disso. Ele fez uns comentários, que estavam esgotados, a biblioteca do Senado tinha um exemplar, mas estava incompleto, sem algumas de suas páginas, e estava custando muito caro, àquela época R\$70,00, R\$100,00, R\$200,00.

Eu disse a ele: Sr. Presidente Nelson Carneiro, se posso sugerir alguma coisa, reedite Barbalho, agora com a seguinte condição: de mandar para todas as bibliotecas, pelo menos para as faculdades de Direito dos Países. Isso foi feito, porque era uma raridade essa obra do Barbalho, que faz um pouco a pedagogia da República. É um comentário muito agradável de se ler. É lida como um romance, porque começa explicando o que é República, o que é uma federação, e assim vai.

Mas vamos chegar aos quinhentos anos. Quando da data eu estava na Vice-Presidência. Começamos a trabalhar, tentamos começar a trabalhar com alguma antecedência. Enfrentamos dificuldades, porque o País vivia uma crise naquele momento. Mas não celebramos com tanta antecedência.

Vamos pegar paradigmas no exterior. Fui convidado para o bicentenário da Constituição americana, que transcorreu em 1987. Havia entre os painéis um de estudos comparados sobre o processo legislativo. Não fui, mas foram outros Parlamentares, como o Deputado Célio Borja, o Senador Nelson Carneiro, acho que o Deputado Nelson Marchezan.

Eles começaram a trabalhar para as comemorações do bicentenário da Constituição americana, que é o modelo que realmente forjou o nosso constitucionalismo, temos que confessar, pelo menos o constitucionalismo republicano pelo menos, vamos dizer, cinquenta anos antes, no mínimo vinte e cinco anos antes, quando mandaram fazer, nas universidades onde tinham nascido os Presidentes da República, um estudo completo dos fundadores da pátria. Aquele foi um momento de grande fermentação nos Estados Unidos. Saíram documentos muito interessantes, que, de alguma forma, ajudam a corrigir erros do presente e tentar construir o futuro, fazer um estudo prospectivo com relação à nação. Não vou dizer isso com relação ao bicentenário da Revolução Francesa. Sem dúvida, também muita coisa foi feita e que serve de valiosos subsídios.

Mas eu também poderia lembrar, por último, o IV centenário da descoberta da América, que envolveu vários países, inclusive a Espanha, como também os Estados Unidos, muitos outros países, inclusive países hispano-americanos, que celebraram com muita antecedência.

Bom, a terceira e última observação que quero fazer é a seguinte: eu me louvei em um critério muito objetivo. Fui pegar as efemérides de Rio Branco. Rio Branco morreu em 1912, como nós sabemos, e, como se diz, morreu trabalhando. Em seu gabinete de trabalho tem um dístico que diz que “de trabalho morreu o barão”. Ele, portanto, não chegou a ser coetâneo do centenário da República.

Por que me louvei em Rio Branco? Porque Rio Branco, na sua obra **Efemérides Brasileiras**, fez um trabalho cuidadoso, quase completo. Parece que, quando ele morreu, ficaram faltando umas cinquenta datas. Então, Capristano de Abreu, segundo consta, disse tenho conhecimento, chamou Rodolfo Garcia, que era um excelente historiador e que ajudou muito Capristano de Abreu, e disse: “Olha, Rodolfo, complete essas efemérides, já que Rio Branco morreu”. Rodolfo disse: “Não vou completar. Quero que você me dê os dados de Rio Branco porque vou fazer como se fosse ele fazendo, porque não quero assumir a paternidade dessa obra, que é uma obra tão bem feita”. E completou essas efemérides.

Então, peguei as efemérides de Rio Branco a partir de 1808, com a abertura dos portos, que aconteceu, se não estou equivocado, logo em janeiro de 1808. Por que isso? Penso que, com a vinda da Família Real para o Brasil e sobretudo com a abertura dos portos, foi deflagrado o processo, quer dizer, tornou mais agudo o processo da nossa emancipação. É lógico que movimentos anteriores, na história mais remota...

Eu poderia lembrar eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e até em Pernambuco. Pernambuco teve dois movimentos, em 1917 e 1924. Nós pagamos caro por essa nossa irredentia. Perdemos o território que hoje constitui o Estado de Alagoas, perdemos a Comarca de São Francisco. O nosso território de Pernambuco ia até Pirapora, toda aquela região. Então, nós sofremos duramente a nossa irredentia, mas eu não quero recuar muito ao passado.

Mas eu me louvei em 1808, quer dizer, todos os historiadores mais ou menos, à exceção de Oliveira Lima, acham que em 1808 se precipitou um processo de emancipação do País. E não foi por outra razão, por exemplo, que além da abertura dos portos tivemos a criação da imprensa régia, como se chamava à época porque iam se imprimir jornais, etc. E a partir daí eu levanto vários eventos que estão ocorrendo ao longo, vão ocorrer ao longo da história.

Então, nós temos que começar a trabalhar logo nisso. Primeiro, porque já estamos entrando em 2005. Por exemplo, os estudos sobre 2008, seminários, encontros, o que tiver que ser feito, serão publicados já fora do calendário, talvez porque isso demora algum tempo para fazer um estudo sério. E eu gostaria, está me ocorrendo, de lembrar o Centenário da Independência. No Centenário da Independência, o Instituto Histórico Geográfico e as instituições se reuniram... Bom, mas aí, lógico, o Presidente Epitácio Pessoa teve muito interesse nisso. Mas foram feitas publicações muito interessantes, estudos muito bons, inclusive um dicionário dos Cem Anos do Brasil Independente, que está esgotado, até uma brocha precisa ser reeditada. Foi feita pelo Instituto Histórico e Geográfico, presidido agora por Arnon (inaudível). Mas que eu gostaria de lembrar que também isso fez é eclodir. Não vou desassociar uma coisa: a Semana de Arte Moderna, que, em contraposição, ocorreu em São Paulo, basicamente em São Paulo, em que há, aliás, um discurso excepcional de Plínio Salgado por ocasião dos 50 anos (em 1972) da Semana de Arte Moderna.

Então, tudo isso eu acho que se começarmos a trabalhar agora vai fazer bem ao País. Por quê? Nós começamos não somente a estudar o passado, mas, olhando o passado, ver os nossos erros, tentar corrigi-los, ver o que se construiu de positivo. Ninguém pode deixar de reconhecer e de alguma forma prospectar o futuro.

Muitos países do mundo já trabalham, não vou falar na China, mas países que trabalham com universo de 30 anos de antecipação. A Índia, por exemplo, trabalha com cenários desse tipo.

Aqui no Brasil, em 1995, por proposta do então Secretário, era Secretário de Assuntos Estratégicos o

ex-Senador Ronaldo Mota Sardenberg, começamos a fazer um trabalho nesse sentido. Eu sugeri, inclusive, que chamasse os Partidos Políticos. Os Partidos Políticos de todas as tendências, à ocasião, participaram desses esforços. Infelizmente, não conseguimos progredir, mas eu diria que isso é algo muito importante para o País, e que nós devemos começar cedo, mesmo porque isso vai ter que envolver não somente o Poder Executivo, o Governo da União, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, mas os Estados, os municípios e as instituições da sociedade civil. Isso eu acho que pressupõe um trabalho com a devida antecedência. E eu diria que nós deveríamos começar a celebrar cada uma dessas datas, por exemplo, que começam a ter vinculação com a Independência e que começam ou deveriam começar a ser registradas a partir de daqui a três anos. Porque já estamos praticamente aí quase em 2005, e o tempo passa com uma velocidade maior do que a gente deseja.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Está em votação o parecer do Senador Demóstenes Torres.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Enquanto o Senador Marco Maciel falava, eu me lembrei que é muito importante mesmo se antecipar, porque na comemoração dos 500 anos do Brasil nós tivemos um episódio que é preciso varrer da história. Aquela história da nau Capitânia que afundou e que talvez, se tivesse preparado a festa antes, não teria acontecido.

O último item da pauta tem como relator o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, eu vou ser muito objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu já anunciei o item 11, mas tem o item 9.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Ah, o item 9!?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas V. Ex^a pode relatar o item 11, que o Senador Demóstenes Torres descansa do último relatório dele.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – É muito rápido, Sr. Presidente, vou ser bastante objetivo.

O meu parecer acompanha o parecer do Senador Jonas Pinheiro na Comissão de Assuntos Sociais, e o faz especificamente em função de algumas ponderações importantes e dignas de registro. Primeiro porque o presente projeto de lei cria um privilégio em favor do contribuinte pertencente à camada mais rica da população, que percebe rendimento tributável que não permite aproveitar o benefício fiscal, não permite

que o contribuinte que percebeu rendimento não alcançado pela tributação e que também tenha efetuado gastos com livros, uniformes e material escolar usufrua desse benefício proposto pelo projeto de lei. Interfere na alocação de receitas tributárias dos entes da Federação e diminui os recursos orçamentários que seriam destinados para o ensino público gratuito, prejudicando a população mais pobre.

Por isso, Sr. Presidente, meu parecer é pela rejeição da matéria, acompanhando também o parecer do Senador Jonas Pinheiro na Comissão de Assuntos Sociais.

Era o que eu tinha a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que acompanham o parecer, que é pela rejeição, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Delcídio Amaral rejeitando o projeto.

Item 9:

Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, que destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos.

Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra para apresentar o parecer, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou, no ano de 1999, esse PLS nº 558. Qual a idéia de S. Ex^a? Fazer com que 10% dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal oriundos de suas loterias fossem destinados para aplicação em programas de renda mínima em municípios de menos de 250 mil habitantes por meio de bolsas de estudos.

Enquanto tramitava esse PLS, o Governo Federal acabou assumindo a idéia e injetou vultosos recursos no programa Bolsa-Escola, principalmente por intermédio do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que é objeto dos arts. 79 a 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Começamos a discutir esse projeto e o retiramos de pauta em determinada ocasião porque eu dizia, quando da primeira discussão, que a proposta do Senador Mozarildo injetaria algo em torno de R\$70 milhões por ano – esse seria o valor em 2003 –, enquanto que o outro, criado pelo Governo Federal, como movimentava e movimentava 0,08% de toda a movimentação financeira que atinge a Contribuição Provisória, isso acaba atingindo quase 9 milhões de bolsas-escola concedidas pelo Governo

Federal. Então, o que o Governo Federal acabou fazendo foi encampar a idéia do Senador Mozarildo e melhorá-la, injetando mais recursos, o que acaba por permitir que fosse alargado o horizonte do primeiro projeto apresentado.

Nós retiramos de pauta para que o Senador Mozarildo conseguisse encontrar, nesse período, algo que pudesse justificar ainda a aprovação desse projeto.

Essa discussão, imagino, tenha se dado junto ao Ministério da Educação, mas o fato é que nada de novo pôde vir para ajudar na aprovação desse projeto. Porque esse projeto é uma redução em relação ao que já foi aprovado pelo Governo Federal.

Desse modo, não havendo como ampliar o alcance desse projeto por iniciativa do Poder Legislativo, eu voto pela rejeição do mesmo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – O Senador Demóstenes Torres está coberto de razão. Na verdade, não podemos substituir o menor pelo maior nem o maior pelo menor. No caso específico, V. Ex^a foi no ponto exato da questão. Além disso, evidentemente, por mais meritória que possa ser a idéia do Senador Mozarildo Cavalcanti, ela esbarra até em preceito constitucional, porque as fontes de recursos para financiamento do ensino fundamental são constitucionais para a manutenção do ensino, sim, e os recursos são suficientes.

O que está trazendo uma certa dificuldade com relação ao Fundef é que em alguns lugares há demais e em outros está faltando. Talvez seja necessária uma melhor distribuição, mas, honestamente, não estão faltando recursos. Pode até ser redistribuído.

Ademais, o Fundef é formado pelo FPE, pelo FPM, pelo IPI, pelo ICMS, desoneração das exportações, enquanto a questão das loterias está praticamente restrita a esporte amador e projetos culturais e já não é muito. O esporte amador precisa de muito mais incentivo, precisa de muito mais presença de recurso. O Ministério dos Esportes sabe disso, o Governo sabe disso.

V. Ex^a está rigorosamente correto em apresentar o seu relatório nesse sentido, pela rejeição. Por mais meritória que seja a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, não atende ao melhor interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Demóstenes, que é pela rejeição, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer. Rejeitado o projeto.

Existem dois comunicados rápidos.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do TCU, Ministro Valmir Campelo, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo sobre auditoria na Agência Nacional de Cinema, Ancine.

Os Senadores que desejarem uma cópia deverão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

O outro comunicado:

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do TCU, Ministro Valmir Campelo, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo sobre o acompanhamento no Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e Ministério da Educação.

Os Senadores que desejarem uma cópia deverão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, há na Mesa um requerimento de minha autoria em relação a um PL que estou relatando. Houve um entendimento com a autora, que solicitou o convite de algumas pessoas para que possamos discutir mais essa questão e ter melhor base para um relatório. Peço a V. Ex^a que o requerimento seja aprovado nos termos em que está escrito, já que há entendimento com a autora da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O requerimento de V. Ex^a solicita audiência pública, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, para discutir o Projeto de Lei de autoria da Senadora, convidando a Diretora da CNTE, Juçara Maria Dutra Vieira, o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Francisco das Chagas Fernandes, o Primeiro Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica Profissional, João Pacheco de Souza, um representante do Conselho Nacional de Educação, um representante do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação, um representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais

de Educação e um representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Em discussão o requerimento do Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, na condição de Relator, preciso de esclarecimentos. Conversando com a Senadora, alguns nomes foram apresentados por S. Ex^a, outros por mim.

Aprovada essa matéria, evidentemente passaremos a discutir qual é a melhor forma, no decorrer do próximo ano – não acredito que este ano possamos ter mais tempo –, de se discutir esse projeto. A relatoria tem o maior interesse de tentar encontrar uma solução para o que deseja a autora desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h04min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata Da 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 01 de dezembro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim Morais, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Mão Santa, Papaléo Paes, Luiz Otávio, José Agripino, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Jefferson Péres e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião o Senhor Senador Eduardo Suplicy, não-membro da Comissão e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão

a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 35-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Osmar Dias, que tem como objetivo discutir os problemas relacionados à crise que enfrenta o Teatro Brasileiro. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Maria Padilha, Atriz e Produtora Teatral; Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR; Wilson Rodrigues, Empresário do Setor Teatral, Nilson Raman, Diretor da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR, Nathalia Thimberg, Atriz e Produtora Teatral e Sérgio Xavier, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Roberto Saturnino, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, José Jorge e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, comunica as presenças na reunião de hoje, das atrizes: Lúcia Veríssimo, Giulia Gam, Beth Goulart, o ator Ary Fontoura, as Produtoras Nissia Garcia e Bianca de Felippes e Senhor Cláudio Domingos Iovanowitch do Sindicato dos Empresários e Produtores de Espetáculos e Diversões do Paraná – SEPED-PR/SATED. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Convidados, a nossa reunião de hoje se destina a promover uma audiência pública a fim de discutir os problemas relacionados com a crise que enfrenta o teatro brasileiro.

Eu diria que o título dado a essa audiência pública deveria ter sido um pouco mais objetivo. Digo isso porque tratamos aqui, em reunião realizada há 15 dias, com a presença de Maria Padilha, Barata, Tônia Carrero e outros representantes do teatro brasileiros, da Lei Rouanet. E,

naquela oportunidade, falamos de um compromisso do Ministério da Cultura de reformulação da Lei Rouanet. O Congresso Nacional está aguardando que seja enviado um projeto de lei que reformule a Lei Rouanet com o objetivo de simplificá-la, com o objetivo de torná-la mais acessível não só às grandes empresas, mas também às pequenas e médias empresas, já que um levantamento feito pelo Ministério da Cultura revela que apenas 1500 empresas no Brasil se valem da Lei Rouanet para deduzir do Imposto de Renda o investimento feito em cultura. Isso é pouco diante de um universo de 200 mil empresas que poderiam estar comprometidas com o projeto cultural nacional e que não o estão, muitas vezes até por falta de informação ou, quase sempre, pela complicação que a lei impõe a quem queira participar.

Apesar de ela ter cumprido um papel importantíssimo nesses anos todos, irrigando a cultura nacional com recursos, ainda que parcos, ela carece de uma revisão no meu entendimento – e pode ser que eu esteja dizendo aqui algo que, depois, vá ser desmentido pelos próprios representantes do teatro. Mas, no meu entendimento, depois de ler, depois de estudar e verificar o que está acontecendo, estou admitindo a possibilidade de, se o Ministério da Cultura não encaminhar um projeto de reformulação, a própria Comissão de Educação se reunir para apresentar esse projeto, embora eu tenha dito aqui que é sempre muito difícil um projeto de lei de iniciativa de um Senador prosperar. É muito mais fácil um projeto de lei com origem no Executivo, no Governo, prosperar, daí por que recomendei aos representantes da classe artística que procurasse o Ministério da Cultura no sentido de garantir que esse projeto de lei seja encaminhado para que possamos discuti-lo.

Como há aqui um representante do Ministério da Cultura, poderemos tratar de forma objetiva esse assunto, ou seja, saber se há ou não o interesse ou o compromisso de o Governo encaminhar ao Congresso o projeto de reformulação da Lei Rouanet.

Faço essa provocação para tornar mais objetiva a nossa reunião.

Estão presentes como convidados a atriz e produtora teatral Maria Padilha; o Sr. Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro; o Sr. Wilson Rodrigues, empresário do setor teatral; o Sr. Nilson Raman, Diretor dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro; a Sr^a Nathália Thimberg, atriz e produtora teatral; o Sr. Sérgio Xavier, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura. Estão presentes também as atrizes Lúcia Veríssimo, Beth Goulart e o ator Ari Fontoura, que é do Paraná, meu Estado, bem como as produtoras Nícia Garcia e Bianca de Philips.

Adotaremos o seguinte procedimento: lá na frente há um relógio, que os convidados poderão olhar quando estiverem falando. Acredito que dez minutos para cada convidado é tempo suficiente; ainda assim, quando estiver faltando um minuto para a conclusão do tempo, soará uma campainha – e não serei eu que irei acionar aqui, porque não pretendo ser deselegante. Será o relógio a avisar que estará faltando um minuto para a conclusão. Claro que não pretendemos ser tão rigorosos assim. Se houver necessidade, estenderemos o tempo; porém, peço, se for possível, que haja o cumprimento do tempo para que possamos dar oportunidade a todos os Senadores presentes de também se manifestarem.

Vamos iniciar, segundo informações do Secretário da Comissão, com a apresentação de um vídeo; depois, passarei a palavra aos Srs. Convidados na mesma sequência dos nomes constantes da lista de presença.

Passemos, pois, à apresentação do vídeo para, depois, começarmos a audiência pública.

(Pausa.)

Se o vídeo travou, podemos inverter, para dar sequência à reunião.

Vamos ouvir a atriz e produtora teatral Maria Padilha, que tem dez minutos para fazer a sua manifestação.

A SR^a MARIA PADILHA – Fui chamada aqui, escolhida pelas pessoas da APTR, para dizer quem somos. Então, vou explicar, de maneira simples, como é o nosso ofício. Primeiro estudamos, fazemos uma escola, que pode ser a Unirio, a Martins Pena, escolas de teatro, para nos tornarmos atrizes. Estudamos com diretores, fazemos cursos, prosseguimos nossa carreira, e começamos a nos juntar uns com os outros.

Por exemplo, se quero trabalhar com a Giulia Gam, tentamos escolher uma peça que seja interessante, que fale ao povo brasileiro, que fale de questões que queremos levantar, que ilumine as pessoas com o trabalho que estamos fazendo. Em seguida, chamamos um produtor de teatro que irá nos ajudar. Desde a Lei Rouanet, fazemos o orçamento, encaminhamos o projeto pela lei, esperamos vir um certificado e vamos procurar uma empresa que se interesse pelo nosso projeto. Começa uma peregrinação, que não é fácil, que não é fácil para ninguém, mesmo com a Lei Rouanet. A duras penas, conseguimos atrair o interesse de algum empresário, de algum particular, de firmas estatais a nos patrocinar.

O trabalho de teatro tem algumas particularidades porque algumas pessoas trabalham por pouco tempo, que são as pessoas de cenário, figurino, música, porque elas trabalham só até a estréia e ganham o salário. Se tivermos sorte, se a peça fizer sucesso, se

conseguirmos realizar o que era planejado, podemos ficar em cartaz um ano, dois anos, viajar pelo País inteiro, que é o sonho de todo ator, porque só conhecemos o trabalho feito quando viajamos pelo Brasil, porque não adianta ficar no eixo Rio-São Paulo, que é um eixo mais acostumado com a cultura. Então, as pessoas que fazem a temporada, que vão continuar o processo, ganham um percentual. Somos todos sócios, o elenco, o administrador e todas as pessoas que vão continuar conosco, e trabalhamos com percentuais. E assim vamos. Isso tudo funcionou até pouco tempo atrás, porque o valor de ingresso servia para a manutenção, porque o salário de todos vai sair do percentual da bilheteria. O ator pode ganhar 3%, 4% ou 5%, dependendo do número de pessoas na peça. Uma peça de produção média, digamos assim, com oito atores, paga salários que variam entre 3%, 4%, 5%. Para esses 5% serem expressivos, precisa-se chegar a um determinado número.

Em um certo momento, no meio dos anos oitenta, comecei a produzir, e não havia leis de incentivo. Todavia, a crise econômica foi apertando de uma tal maneira que a lei de Incentivo se fez necessária. Antes, pedíamos empréstimo para a peça estreiar e conseguíamos pagá-lo com a bilheteria. Hoje, já não conseguimos pagar nem mesmo o que pedimos para estreiar.

Agora, aconteceu algo mais grave do isso. Como a classe média está com o poder aquisitivo muito achatado, diminuído mesmo ao longo dos últimos anos, estamos com dificuldade de manter as peças em cartaz. Ninguém aqui é contra a entrada de estudantes; queremos que os estudantes venham; é o melhor público que temos, pois formamos platéia. Porém, essa coisa de meio ingresso virou um comércio, quase que um tráfico. Há muita carteira falsificada, e veio a terceira idade, bem como muitos outros projetos para meio ingresso. Hoje em dia, se conseguirmos 20% de ingressos inteiros é muito. Então, começou a ficar muito complicada a manutenção, ou seja, o prosseguimento das peças, que é o percentual para pagar as pessoas envolvidas.

De um tempo para cá, quando vamos pedir patrocínio – Lei Rouanet – temos que colocar embutido um patrocínio de manutenção, que é para termos um mínimo. Não posso trabalhar com ator que tem cinqüenta anos, que tem suas contas para pagar, que vive de teatro, sabendo que ele está morrendo de fome, porque dali a um mês ele vai ter que acumular dois, três trabalhos pois a peça não vai sustentá-lo. Então, ele terá que sair para a televisão, teremos que substituí-lo, e a peça vai perder as características, porque vão saindo pessoas do elenco, e vamos ficando com outra peça, que não foi o que queríamos. O que originalmente fizemos perde muito em qualidade. Isso sem falarmos

em atores cansadíssimos, que têm que fazer televisão e cinema, pois não conseguem viver de teatro. Não estou falando de salários astronômicos. Estou falando de um mínimo para as pessoas poderem pagar as suas contas, para viverem dignamente como pessoas de classe média. Para mim, ator de teatro é classe média. Esse *glamour* de televisão é de um meio de pessoas que faz anúncios; é outro esquema, é uma coisa mais “hollywoodiana” dentro do Brasil. O ator brasileiro de teatro é classe média. Começamos a ter muita dificuldade com isso. Mesmo com a minha pouca experiência se comparada a uma pessoa como a Nathália ou Ary Fontoura, aqui presentes, como atriz e produtora, eu nunca vivi um momento tão ruim.

Vou falar uma coisa até horrível: nem no momento do Collor. Na época do Collor, foi explícita a intenção de exterminar com todos nós que havíamos apoiado a candidatura do Lula contra ele. Era explícito aquilo. Eu estava lá cantando: “Lula lá, brilha uma estrela...” Estive sempre; estive agora também, votei no Lula, porque estávamos sentindo, quando da última eleição, que precisávamos de uma transformação. Acreditávamos firmemente que, do jeito que estava, já não dava mais, teria que haver uma transformação. A Lei Rouanet precisava ser transformada, bem como outros mecanismos de cultura, como um projeto cultural descente para um País como o nosso, que tem uma cultura genial. Tem um teatro maravilhoso que abastece o cinema, que abastece a televisão.

Então, esse momento Collor foi terrível, foi intencional. Sabemos que no Governo atual não há nada intencional, persecutório. Não é isso. Mas antes ainda era um pouco melhor, porque o poder aquisitivo das pessoas ainda não estava tão destruído. Então, somaram-se a crise econômica e a falta de um projeto cultural, que existe, no qual acreditamos, mas que ainda não está ocorrendo. Então, hoje, talvez eu não pudesse escolher ser atriz, e isso é um pouco triste para mim. Mas, enfim, estou aqui para falar simplesmente sobre o que somos e creio que estou falando por quase todos nós.

Muito obrigada pela paciência.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Maria Padilha.

Vamos interromper os depoimentos para a apresentação do vídeo. Antes, eu gostaria de anunciar também a presença da atriz Giulia Gam – esta é a segunda vez que ela comparece a esta Comissão – e do Sr. Cláudio Domingos, que também é do Paraná.

Passaremos agora à exibição de um vídeo, com duração de aproximadamente de dez minutos, após o que daremos prosseguimento aos depoimentos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Todos os depoimentos foram interessantes, mas o melhor deles foi o da Tônia Carrero. (Risos.)

Hoje é Dia Mundial de Combate à Aids. Aqui estão presentes estudantes que fazem parte da campanha do Ministério da Saúde e que nos solicitam interromper por alguns minutos nossa audiência pública para entregar material educativo.

Peço, então, que entrem, para que possamos depois dar sequência.

São estudantes da rede pública de ensino e fazem parte da campanha do Ministério da Saúde.

Obrigado.

Vamos dar sequência aos depoimentos.

Eu gostaria agora de passar a palavra para Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, que tem a palavra por dez minutos.

O SR. EDUARDO BARATA – Primeiro, agradeço ao Secretário-Executivo, ao Presidente e aos Senadores que compõem esta Comissão a atenção e o rápido atendimento da nossa solicitação de audiência pública.

É importante ressaltar que esta é a primeira vez na história do teatro brasileiro que representantes do setor vêm ao Poder Legislativo conversar e propor uma política pública para o segmento.

Gostaria de dizer ao representante do Ministério da Cultura e aos Senadores presentes que temos certeza de que o Congresso é o espaço mais adequado para discutirmos as mudanças na Lei Rouanet. Solicitamos ao Ministério da Cultura que essas mudanças sejam feitas através de projetos de lei, e não através de decreto.

No âmbito do fomento dos processos de financiamento e dos investimentos em cultura, consideramos que o Estado e o mercado têm papéis complementares. Consideramos também que o Governo pode e deve garantir recursos para as áreas não atendidas pelo mercado.

Acreditamos que sejam funções do Governo:

1 – Democratizar o acesso às informações para captação, inscrição, formulação e prestações de contas da Lei Rouanet;

2 – Democratizar o acesso aos recursos;

3 – Democratizar o acesso aos serviços e bens produzidos com verbas de isenção fiscal.

Porém, na nossa visão de profissionais atuantes no mercado, já existe um instrumento, dentro da própria Lei Rouanet, que, aprimorado, pode atender às demandas de democratização e descentralização. Esse instrumento é o Fundo Nacional de Cultura, que tem como objetivo destinar recursos, a fundo perdido, ou reembolsáveis, a

programas, projetos e atividades culturais compatíveis com as políticas públicas de cultura. Com o dinheiro do Fundo, podem ser financiados projetos de iniciativa do Ministério da Cultura. De onde vem o dinheiro desse Fundo? De diversas fontes, dentre elas os saldos não utilizados na execução de projetos da Lei Rouanet; 1% da arrecadação dos fundos de investimentos regionais; 3% das loterias federais, doações, e outras.

Não sabemos até hoje ao certo quanto é a verba do Fundo Nacional de Cultura, porém, há mais de um ano, solicitamos essa informação ao Ministério e, ao mesmo tempo, sempre nos colocamos à disposição do MinC para fortalecer esse importante instrumento de democratização e descentralização já existente na Lei Rouanet.

Apesar de concordar que há centralização na distribuição de recursos, achamos equivocada o critério dessa avaliação. Quando uma empresa produtora do Sul ou do Sudeste recebe um patrocínio para turnê, essa verba é computada para a cidade de origem da produtora, mas o dinheiro é aplicado nas viagens.

O MinC nos propõe a criação de tetos de aplicação de isenção por região. Não acreditamos que essa iniciativa estimule a descentralização. Em primeiro lugar, o fomento cultural nas regiões carentes do uso da Rouanet tem que ser estimulado através da organização e profissionalização dos agentes culturais. Não adianta criar tetos se não há demanda profissional. A maioria dos investidores, principalmente as estatais, só patrocina proponentes que sejam pessoas jurídicas. Infelizmente, em nenhum local do País há fácil acesso à informação e nem estímulos fiscais e tributários para a formação de profissionais e empresários na nossa área.

Por falar em teto, aproveito a oportunidade para pedir, mais uma vez, ao MinC, o anúncio da verba não só por Estado, mas por projeto beneficiado pela Lei Rouanet. Oficialmente, o teto da renúncia fiscal subiu. Gostaríamos de entender melhor para onde a isenção fiscal pública está indo, por projetos e suas respectivas regiões.

Há um desvio na lei que é a criação das associações de amigos das entidades governamentais. Nós, produtores independentes, concorremos hoje com o próprio Governo no uso dos benefícios da Lei Rouanet, principalmente em relação às estatais. Nós, produtores independentes profissionais, estamos sendo muito prejudicados, porque essa concorrência é desleal. É lógico que, na hora de patrocinar o projeto de uma associação, de uma entidade governamental, ou de um produtor independente, sabemos quem a estatal patrocinará.

Segundo o MinC, são cerca de 200 mil empresas com lucro real no Brasil que têm a possibilidade de se tornar investidoras por meio da Lei Rouanet. Porém, des-

sas 200 mil, menos de 2% usam a lei. O MinC e a nossa categoria têm de ser os principais divulgadores dessa lei, pois muitas empresas, além de não a conhecerem, não sabem utilizá-la. Além disso, os pequenos e médios empresários não têm oportunidade de se tornar investidores por meio da Rouanet, pois a alíquota de dedução do Imposto de Renda é de apenas 4%. Se essa alíquota aumentar no Sul e no Sudeste para 6% e, no Norte ou no Nordeste, para 10 ou 15%, teremos uma ampliação enorme das 1.500 empresas investidoras. Também possibilitaremos que os pequenos e médios empresários, principalmente das regiões carentes, participem efetivamente da captação para os grupos e produções dessas regiões.

É muito mais fácil a rede de farmácia ou o supermercado do Norte e Nordeste patrocinar a demanda cultural da região do que o produtor local daquela região ir ao Rio de Janeiro ou a São Paulo buscar seu investidor, já que as grandes empresas estão sediadas nos grandes centros empresariais do País. Repito: os pequenos e médios empresários devem ter a oportunidade de usar o benefício da Lei Rouanet. Essa lei não pode ser excludente, beneficiando apenas as grandes empresas.

O MinC mostrou-nos que, entre 2002 e 2004, houve o maior crescimento de captação da história, e isso indica uma tendência mais equilibrada na distribuição de recursos. Porém, se isso está acontecendo, por que nós, produtores independentes, estamos tendo a maior dificuldade de captação da história desde a criação da Lei Rouanet? Se o teto da renúncia fiscal – os dados são do MinC –, somente de 2003 para 2004, aumentou em 146%, por que nós estamos fora desse processo? Se o MinC diz que a concentração no Sudeste está caindo de 70 para 73%, porém que a captação no Sudeste vem crescendo, por que nós, produtores independentes, estamos demitindo, parando de produzir e fechando nossas empresas?

Apesar de existir há pouco mais de dez anos, a Lei Rouanet é frágil, e os mecanismos de investimento ainda não estão consolidados no mercado. Foi feito um anúncio de mudanças na lei pelo Ministro Gilberto Gil há um ano e onze meses – S. Ex^a prometeu, na época, que elas seriam feitas em quatro meses. Mas, na verdade, elas estão sendo discutidas há quase dois anos. O que ocasionou uma quase paralisação no nosso setor e um impacto extremamente negativo para os investidores desse mercado.

Também não queremos e não podemos ficar reféns da Lei Rouanet. Para isso, precisamos que exista um leque de financiamentos. Porém, também não podemos nos tornar reféns dos altos juros bancários. O financiamento de uma montagem teatral não pode ter o mesmo tratamento que recebe o financiamento

de um carro. Para isso, solicitamos que o MinC e os Senadores considerem também com carinho a possibilidade de a Caixa Econômica Federal e o BNDES financiarem e investirem em teatro.

Também precisamos que seja feito um mapeamento sério e abrangente das condições e do funcionamento do mercado teatral profissional e amador. Quanto somos? Como trabalhamos? Quanto movimentamos na economia da cultura e quanto empregamos direta e indiretamente? É fundamental que essa pesquisa seja feita por um órgão isento e de responsabilidade pública reconhecida, pois há pouco estamos organizados e, com esses dados e números, com certeza, compreenderemos melhor o nosso setor.

O debate aconteceu, mas não podemos ficar só no debate. Aplaudimos a construção de uma política pública para o setor e para a cultura, mas não queremos política pública de governo e, sim, uma política pública de Estado. Para isso, gostaríamos de solicitar aos Srs. Senadores e ao Presidente da Comissão a criação de uma subcomissão de teatro, que teria como um de seus propósitos discutir a elaboração de uma agência nacional de teatro onde teremos um marco regulatório para o nosso setor.

Obrigado pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero comunicar que todos os depoimentos estão sendo gravados e, é claro, como não estamos aqui com a presença de todos os senadores da Comissão, nós encaminharemos o resultado desta audiência pública a todos eles, que tomarão conhecimento dos depoimentos. Mesmo estando gravados, eu gostaria, se o Barata pudesse, de ficar com uma cópia do depoimento que ele fez, para que pudéssemos usá-la depois no trabalho que pretendemos fazer.

Quero comunicar também, a propósito da proposta de criação de uma subcomissão de teatro, que já temos uma subcomissão de cinema. Aliás, seu presidente encontra-se aqui, é o Senador Roberto Saturnino Braga, do Rio de Janeiro.

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos convidar Wilson Rodrigues, empresário do setor teatral, para fazer o seu depoimento por dez minutos.

O SR. WILSON RODRIGUES – Foi-me solicitado que abordasse a situação sob um outro ângulo que não o do artista. Preciso me apresentar portanto.

Sou o principal acionista de um grupo de teatros chamado Teatros Ponto Arte. Temos, hoje, seis teatros, espaços físicos: um em São Paulo e cinco no Rio de Janeiro. Não sou originário do setor de teatro, fui engenheiro do BNDE junto com o Saturnino e, de lá, depois, fui para o setor público. Fui Diretor da Finep

e, no setor público ainda, sou professor aposentado da UFRJ. Também no setor privado tenho experiência. Uma metade da minha experiência profissional está no setor privado e a outra, no setor público.

O teatro é uma cachaca – eu não estava impregnado disso, mas hoje estou. Apesar disso, consigo manter, acho, um distanciamento: pretendo ser menos emocional do que as pessoas de teatro.

Vou tentar fazer este depoimento apresentando números da minha experiência com o teatro. Há catorze anos o primeiro teatro foi inaugurado. Tenho algum trânsito nesse setor. Tentamos fazer com que a nossa empresa tenha viabilidade econômica, seja independente de favores de governo, porque, se formos depender de um governador que goste de teatro para depois nos depararmos com outro que não goste, não chegaremos a lugar algum. Não podemos depender do César Maia, que não nos dá nada, ou do Garotinho, que hoje, apesar de todas as críticas, está aberto o programa estadual. O federal, neste Governo, que entrou há dois anos, não pára de tentar mudar e não muda, isso é que o pior.

Eu não sou tão crítico da Lei Rouanet como as pessoas aqui. Considero que é um mecanismo com dificuldade de captação, mas funcionou, ele estava lá. Hoje está parado devido a algo já citado aqui, motivo da perplexidade dos empresários, que são as exigências para aprovação. Quer dizer, chegou um certo momento em que para se fazer um pedido e tê-lo aprovado, deveria se apresentar – isso é próprio de quem não entende nada de teatro – o projeto de cenário, o projeto de iluminação, o projeto de não sei o quê, é um absurdo isso.

Quer dizer, estou pedindo um dinheiro hoje, vou produzir provavelmente daqui a um ano, se for feliz na captação. Então, como vão me exigir isso? Entende? É uma burocracia odiosa. Isso é de uma burocracia odiosa, que vai contra o espírito da lei, que é dar a um acesso bom, um dinheiro generoso, um dinheiro de renúncia fiscal, de renúncia do Governo, um dinheiro muito generoso. A burocracia não tem o direito de parar o processo.

Enfim, como quero passar dados objetivos, digo que esse momento é de uma crise que nunca vi, pelo menos nesses 14 anos. Nunca vi isso. Quer dizer, os nossos teatros são muito demandados, são muito prezados, porque estão bem localizados no Rio, como esse em São Paulo, que tem 800 lugares. E somos muito demandados. Antes, escolhíamos, mas hoje é o contrário, estamos perseguindo, e por quê? Porque não há produção, está tudo parado, não há produção.

Então, não temos mais hoje a vantagem que tínhamos. E ainda há as “ajudas” do Governo. Essa é uma opinião pessoal e, evidentemente, não poderia ser de

outra forma. Em primeiro lugar este Estatuto do Idoso. Sobre o que falaram do ingresso, tenho números objetivos: em 1995, um ano depois do plano real, o *top* do ingresso foi de US\$35, e conseguíamos aplicar, pois as pessoas pagavam esse valor. Isso daria, à taxa de hoje, R\$100, não é?

Mas isso virou em razão da economia brasileira. Não foi por culpa de ninguém. E estou falando sempre de preços máximos, não de preços médios. O preço máximo que conseguimos cobrar, em uma peça com um ator muito famoso, é R\$50. Esse é o valor máximo e não se aplica isso.

Então baixou pela metade. Não, não baixou a metade, até mais, porque, vejam só, o Estatuto do Idoso – com toda a simpatia que temos por ele, sou um eventual beneficiário do Estatuto do Idoso – é um absurdo, é o Governo cumprimentando com o chapéu dos outros. Então, é muito simpático, vai para o jornal, divulga e tal e nós pagamos a conta.

Então, os R\$50 que eu tinha, com o Estatuto do Idoso – e isso é dado objetivo, é dado estatístico dos meus teatros – vira R\$35. E R\$35 ainda é um negócio razoável. Mas acontece que não é, porque aí você tem outras condições. O Estatuto do Idoso, de fato, leva para R\$27 o preço médio aplicado nos meus teatros. Isso são mais ou menos US\$9.

Começamos a falar em US\$35. Então, a redução efetiva do valor do ingresso é de US\$35 para US\$9 nesse período.

Aqui está o foco da coisa. Eis por que o teatro é inviável, porque, como a Maria falou, a produção é um negócio muito caro.

Tenho uma posição privilegiada, porque sou dono de teatro, alugo teatro para produtor, e, ao mesmo tempo, produzo. Já produzimos oito peças. Então, tenho até uma produção privilegiada que o produtor não tem, porque, de qualquer forma, ganho do aluguel dos meus teatros. Como os teatros eram muito procurados, até consigo equilibrar.

Agora, o que é equilibrar? O lucro nos últimos dez meses, pelo que mandei apurar desses seis teatros, foi de R\$186 mil, depois de pagar R\$238 mil de impostos. Então, o lucro que eu tive nesses dez meses é menor do que aquilo que paguei de imposto. Esse lucro, em relação ao investimento que fiz – temos propriedades, temos imóveis –, dá mais ou menos 2% do investimento, o que é uma rentabilidade ridícula. V. S^{as} podem me perguntar por que entrei nesse negócio, mas há outras razões, e eu já ganhei dinheiro de verdade ao longo desse período. A coisa se inverteu inteiramente nos últimos tempos.

No que diz respeito à Lei Rouanet, o problema é captar, mas ela não é ruim. Trata-se de renúncia fiscal, é um dinheiro do Governo que é dado para nós

a custo zero. Essa lei não pode ser prejudicada pela burocracia. Ouvimos dizer, por exemplo, que o capitalismo brasileiro é um capitalismo envergonhado. Quer dizer, parece que as pessoas têm vergonha de serem capitalistas. Muitos burocratas, muitos funcionários públicos acham que estão fazendo favor. Mas a lei existe, ela foi votada, foi aprovada. Ela não faz favor nenhum. Trata-se de uma concessão que o legislador, algum dia, achou que tinha que fazer – muito justamente – para um setor que tem as suas fragilidades.

Assim, vamos deixar a lei em paz. Se é para mudar, que se mude, que se proponha, que se discuta, que se aprove uma lei melhor ou pior, não sei. Mas enquanto ela existir, deixem que ela funcione. Esse é o apelo que faço. Se não atrapalharem, já estão ajudando.

Fazem propostas absurdas, vão para os jornais, falam coisas. Aí entra um Cacá Diegues – estou tomando o cinema emprestado –, na primeira página de **O Globo**, e aí volta tudo atrás. Essa indecisão não pode existir. Ela é injusta com o setor, mesmo com o setor teatro. Repito, se não puderem ajudar, não atrapalhem. Esse é o meu pedido.

Eu consigo me segurar. Eu não estou quebrando. Eu consigo me segurar com um lucro vagabundo, conforme vocês podem ver, com relação ao investimento que fiz. Mas a classe artística está em pane. Está tudo muito ruim mesmo!

Este era o depoimento que queria fazer. Acabou o meu tempo.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca)

– Agradecemos ao Sr. Wilson Rodrigues pela sua exposição.

Em nome do nosso Presidente, charmoso e barbudo, Osmar Dias, no dizer de Tônia Carrero, passamos a palavra ao Sr. Nilson Raman, diretor da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, APTR.

O SR. NILSON RAMAN – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade, Srs. Senadores, de estarmos aqui.

Eu não vou falar só da Lei Rouanet. Isso porque a confusão, no País, foi tão grande que hoje só se fala de Lei Rouanet. Lei Rouanet não é política cultural, mas uma ferramenta para levantar recursos para o Ministério. No entanto, o assunto ficou tão grande e a confusão que o Ministério causou foi tão grande que para a própria Associação, APTR, a Rouanet é um tema presente em todas as suas reuniões. Nós deixamos de trabalhar outros assuntos em função da confusão da Lei Rouanet. Mas há assuntos importantes a serem tratados, como a questão tributária. Nossas empresas culturais são tributadas como qualquer

empresa no País, enquanto os planos de saúde são considerados filantrópicos e não pagam imposto nenhum – e é claro que se trata de algo comercial. Nós pagamos todos os impostos como qualquer empresa. Como esse é um setor que não se sustenta, se ele fosse mais barato, se nós pudéssemos, por exemplo, nos enquadrar no Simples, isso baratearia, no todo, a realização do teatro. Isso significaria menos custos e facilitaria o prolongamento dos projetos.

Outra questão importante a ser considerada é a trabalhista. A CLT não atende às condições do ator de teatro. Isso porque o ator de teatro trabalha para três, para quatro pessoas ao mesmo tempo. Ele não tem um vínculo empregatício. Ao mesmo tempo, a CLT não permite a renovação de um contrato. Por exemplo, você assina um contrato de seis meses, se for renová-lo, poderá, no máximo, fazê-lo por seis meses no outro contrato. Assim, se uma peça de teatro faz uma temporada de três meses, pára, e depois de cinco meses o produtor consegue uma verba para fazer uma nova temporada, ele pode, no máximo, no outro contrato. Se a peça pára de novo, ele não pode mais renovar esse contrato. Isso porque se ele renovar, criará um vínculo empregatício desde o primeiro projeto. Acaba-se com as produções de teatro. Hoje em dia, pelo próprio trabalho do DRT do Rio de Janeiro, as empresas todas estão se encaixando, tentando sair da informalidade. Mas é impossível: a cada R\$500,00 de salário, são R\$450,00 de imposto. Não é assim que se pode gerar emprego. Não somente eu falo, mas todos os setores. Estou no Hotel Nacional, onde está havendo uma convenção sobre tributos no País.

Outra questão são os 50%. No mínimo, a lei dos 50% deixa de ser democrática, quando um jovem que não é estudante não paga 50%. Quer dizer, a pessoa que não estuda nem a sorte de pagar metade no teatro tem. Então, seria muito mais fácil se pudéssemos espelhar-nos no exemplo francês, em que as pessoas até 26 anos têm desconto de 50%, e as acima de 65 o têm de 20% ou 30%, o que é muito mais condizente, muito mais democrático.

Sou empresário da atriz Bibi Ferreira, acabei de fazer uma temporada no Teatro João Caetano, onde o ingresso é R\$20,00. Oitenta por cento do público foram a 50%, essa é a questão.

Vou falar da Lei Rouanet. Estamos passando por um período bastante conturbado no teatro brasileiro, bastante mesmo, sem políticas objetivas de ação. E nosso objetivo aqui hoje é pedir socorro mesmo, mas também somar e contribuir: primeiro, expondo a real situação de um espetáculo no País – é preciso conhecer esse mecanismo –, depois, trazendo propostas que, referendadas pela prática, aos nossos olhos,

poderiam melhorar as condições do teatro e das artes independentes no País.

Há dois anos, as empresas têm diminuído seus investimentos, principalmente as empresas públicas, as maiores patrocinadoras do mercado. Como exemplo, em 2001 e 2002, os investimentos da Petrobras e da BR na cultura ultrapassavam R\$100 milhões. É necessário falar o porquê dessa confusão. A confusão começou com a proposta do Ministro Gushiken, que propunha uma série de retornos sociais e limites no valor dos ingressos, nos projetos patrocinados pelas empresas públicas, na tentativa de nos transformar em assistentes sociais, embora sejamos produtores, artistas, técnicos, enfim, profissionais da arte.

Com o barulho provocado pelas reclamações, o Ministro Gil veio à cena e anunciou que estaria à frente dessa questão, apresentando uma solução mais viável. Até hoje, quase dois anos passados, não tivemos um pronunciamento oficial do MinC que incentivasse as empresas a continuarem a investir. Pela falta de posicionamento, criou-se um clima de medo nas grandes empresas, desestimulando-se por completo o investir.

Srs. Senadores, a arte em si é o grande retorno social da nossa parte. Não podemos reduzir a arte a retorno social; não podemos esquecer que a grande parte das ações sociais são baseadas nas artes ou nos esportes. Essa é a nossa contribuição, ao fazer bem feito e ao despertar da vontade de fazer.

Então, por falta de direções, os investimentos são tímidos, desmontando-se, praticamente, o setor. Como foi publicado recentemente no jornal **O Globo**, estamos passando uma fase em que teatros estão ameaçando fechar, não há novas produções para entrar em cartaz. Atravessamos uma fase de crise sem precedentes em nossa história, com desemprego enorme.

Senhores, não podemos paralisar o setor, criar desempregos, por não saber o que se vai fazer. Antes de mudar a direção, é necessário saber para onde se vai. O mecanismo do patrocínio cultural no País é muito jovem, em processo de amadurecimento. Gostaríamos de lembrar que as leis de incentivo ao setor têxtil, que completariam 50 anos em 2013, já foram renovadas até 2025. Então, o primeiro pedido é que as empresas públicas voltem a patrocinar as artes independentes, sem restrições e obrigações.

Sobre as distorções da Lei Rouanet, a Lei de Incentivos foi criada, para atender à necessidade das artes. O Governo, com a consciência de não ter recursos para investimento nas artes, criou a lei, que tem apenas 13 anos, mas que mostrou uma grande transformação no setor. O setor se profissionalizou. Claro que é um processo lento, que começou pelas grandes capitais, o que não poderia ser diferente, mas,

aos poucos, chegará a todo o País, pois é o caminho que está tendo. Mas existem brechas que a lei deixou passar, que, com os anos, estão desvirtuando seu real objetivo. Não são ações ilegais, mas quase imorais. A permissão de funcionamento de institutos e fundações por parte das empresas permitiu que direcionassem seus recursos para os próprios projetos, quebrando-se o processo democrático e a transparência de concorrência dos projetos inscritos na lei.

Se a própria lei fala, no seu terceiro parágrafo, que não é permitido investir recursos incentivados até o terceiro grau de parentesco, como pode permitir que as empresas invistam seus recursos nos próprios projetos? E mais: enquanto as produções independentes têm o limite de 15% para administração, o que nem sempre é fácil, os institutos chegam a gastar 90%. Contratam funcionários, transferem seus setores para dentro dos institutos.

Outra brecha é a permissão de captação de recursos pelas organizações ligadas aos órgãos públicos e às vinculadas, as quais não poderiam captar recursos, como, por exemplo, a Associação de Amigos da Funarte, a Associação dos Amigos do Theatro Municipal e assim por diante, numa grande febre por todo o País. Isso está errado, pois cria um conflito direto entre a arte independente e o setor público. Não temos força para concorrer com o setor público.

Srs. Senadores, isso é o reflexo da falta de recursos do MinC e de suas vinculadas, que, cada vez mais, buscam os recursos disponíveis na lei, o que está errado. Deveriam buscar outras alternativas, para aumentar seus orçamentos e não quase se apossarem da Lei de Incentivos. Em 1997, o MinC tirou o caráter deliberativo da CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, afastando a participação, o acompanhamento e até mesmo a fiscalização das ações do Ministério. Pedimos que os poderes da CNIC sejam resgatados. Embora o Ministro Gilberto Gil nunca tenha usado do poder para aprovar diretamente um projeto, queremos o poder deliberativo, sim, da CNIC. É importante. Não queremos um favor. Queremos o nosso direito deliberativo.

A lei foi criada tendo como base um tripé com os mecanismos do Mecenato, do Fundo Nacional da Cultura e do Ficart. O Mecenato nada mais é que as regras que sempre existiram no mercado de patrocínios, tendo a grande vantagem do benefício fiscal, e dirige-se aos projetos que tenham apelo comercial para as empresas. Não saberia falar muito sobre o Ficart, mas se trata de um mecanismo com base em fundos de investimento, dirigido aos projetos de grande porte e de grande retorno comercial. E o Fundo Nacional da Cultura foi criado para atender aos projetos que

não têm apelo no mercado, com menos chances no Mecenato.

O Fundo Nacional da Cultura nunca foi usado para o seu real objetivo; é a caixa-preta do Ministério da Cultura. Já pedimos uma prestação de contas dos investimentos com o Fundo nesses dois anos, mas até agora nada recebemos. Pelo contrário. Não sabem nos dizer nem qual o valor total do Fundo: se são R\$80 milhões ou R\$200 milhões. Uma hora falam que está contingenciado, outra hora falam que não está. Sabe-se apenas que parte dos recursos dos pequenos projetos é enviada para as vinculadas, e outra parte é usada livremente pelo Ministro, sem qualquer definição de política.

Criticava-se o Ministro Weffort – que, na minha opinião, foi bastante infeliz como Ministro da Cultura – por usar o Fundo Nacional da Cultura como um cheque ao portador do seu Gabinete. Dois anos se passaram, e esse Ministério tem agido da mesma forma. Continua sendo algo decidido em Gabinete. Já era tempo para se abrir um edital e para deixar esses recursos mais democráticos.

A Petrobras, que investia R\$110 milhões, não investiu um real em artes cênicas no ano passado. Neste ano, mandou um edital de simples R\$3 milhões, que não atendem nem de longe às necessidades de projetos, ainda em uma parceria com a Funarte, centralizando as decisões em um órgão público.

Encerro o meu pronunciamento.

Obrigado por tudo.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca, porque recebemos há pouco, na sala da Comissão, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, para discutir a respeito de um projeto que também estamos tratando na Comissão de Educação.

Imediatamente passo a palavra à atriz e produtora teatral Nathália Timberg.

A SRª NATHÁLIA TIMBERG – Antes de tudo, ressalto que tenho em mão uma carta de Bibi Ferreira. Como ela não pôde vir, pediu-me que eu fizesse a leitura de sua carta.

Sendo assim, em nome de Bibi Ferreira, dirijo-me a V. Exªs:

“Exmºs Srs. Senadores da Comissão de Educação e Cultura, agradeço muito a atenção. Sinto não poder estar presente e junto com a minha classe debater sobre o teatro em nosso País. Mas, se isto me é possível, referendo cada um dos nossos representantes que hoje aqui estão.

Comecei no teatro em 1941, na companhia de meu pai, o ator Procópio Ferreira, que viajou este Brasil

por muitos e muitos anos. Getúlio falava sempre que papai havia colocado no mapa mais cidades que muitos cartógrafos. Em 1948, inaugurava a minha companhia, também pelas mãos de meu pai. “Vamos abrir a filial”, brincava comigo. Tenho minha companhia desde então, e todos os anos levo alguns espetáculos à cena.

As coisas mudaram muito. Em 1952, viajava pelo Brasil com o repertório de sete espetáculos, com grandes cenários e grandes elencos, com todas as despesas pagas pela bilheteria. Em 1981, cruzei o Brasil inteiro com mais de quarenta profissionais, apresentando “Gota D’água”, também contando a bilheteria.

Nos dias de hoje, a renda da bilheteria não representa mais uma receita importante a ser considerada num projeto teatral. O público diminui, e são várias as questões a serem analisadas, passando pela violência, a decadência da classe média, a TV, etc.

Dessa forma, um espetáculo num teatro de porte médio, com a casa lotada em todas as sessões, torna-se deficitário se não contar com patrocinadores na produção e também na manutenção da temporada.

Antes do desmonte do setor cultural promovido no final da década de 80 pelo Governo da época, o advento das leis de incentivo fiscal à cultura conseguiu resgatar a atividade, promovendo a recuperação da produção cultural. Os bons resultados foram verificados em todos os segmentos do fazer cultural, além de elevar o setor a um grau de profissionalismo na área até então. Porém, se de um lado esses mecanismos oxigenaram a atividade, por outro, no decorrer dos anos, acumularam várias distorções. A classe artística foi a primeira a denunciar essas distorções, encaminhando ao Ministério da Cultura (MinC), tanto na administração passada como na atual, inúmeros estudos demonstrando essas deformações do sistema e propondo soluções. Jamais fomos ouvidos. Essas distorções promovem uma competição direta e desigual entre o Governo e os produtores independentes. A concorrência por verbas dentro das empresas, entre o Governo e artistas, além de desigual, envolve outras questões, já que é o poder público que aprova e fiscaliza todo esse processo.

No início deste ano, fomos surpreendidos com a divulgação da proposta do MinC para o aperfeiçoamento da Lei Rouanet, medidas inteiramente deslocadas da realidade, que, além de não enfrentarem as questões reais do setor, se implementadas irão agravar bastante o problema, tornando-o ainda mais dramático.

Srs. Senadores, para ilustrar a situação que o teatro brasileiro atravessa, faço uma comparação com a área agrícola. A essa altura, era para estarmos plantando as sementes da terceira safra, já tendo colhido as duas primeiras. Estamos chegando ao mês de

dezembro sem sequer dispormos das sementes da primeira safra. Naturalmente, não há qualquer esperança de colheita neste ano, e o primeiro semestre do próximo ano está seriamente ameaçado. Infelizmente, a não ser que grandes atitudes sejam tomadas, as nossas expectativas são de piora e de deterioração do fazer teatral. Estamos chegando ao segundo ano dessa administração sem uma política clara para a cultura, apenas vagos anúncios de reforma na legislação e nos procedimentos administrativos para o setor, reforma esta que, anunciada há mais de vinte meses, ainda não ganhou contornos claros, causando incertezas e aliteração do mercado de empresas patrocinadoras. O resultado não podia ser outro. Uma crise na produção teatral sem precedentes na História recente de nosso País, com a estagnação das atividades, teatros na iminência de fecharem suas portas e a altíssima taxa de desemprego de técnicos, atores e demais profissionais.

Srs. Senadores, o Brasil precisa de Guga ganhando em Roland Garros e de Daiane dos Santos se destacando nas Olimpíadas para despertar o interesse da juventude pelo esporte. A mesma coisa se passa nas artes. E embora não seja o pensamento do atual Ministério, precisamos ter grandes artistas, os grandes espetáculos, as grandes montagens, os grandes festivais, as grandes mostras, pois é por aí que passa a História. O teatro é o retrato de seu povo, o local onde os homens podem se ver e se reconhecer, onde retratam nossas emoções e nossas vidas. O teatro, o circo, a dança, a ópera, o cinema, a filosofia, as artes plásticas, a música, enfim a cultura é fundamental na formação do pensamento do ser humano. Esse é o nosso ofício e dirigimos aos senhores este apelo para que possamos continuar a exercê-lo com condições e dignidade.

Com meus melhores cumprimentos, Bibi Ferreira."

(Palmas.)

Eu acho que os que falaram antes de mim já detalharam claramente os problemas gravíssimos em que se encontra o teatro, a produção teatral no País. Eu acho que essa parte já ficou bem clara e, para concluir nosso pensamento, eu gostaria de lembrar que essa arte milenar, que tem resistido a tudo, que tem tido livros da Revolução Francesa falando de sua importância, como todas as artes derivadas do teatro, ela não deve e não pode, acho, ser considerada uma atividade paralela menor, acho que, se um país tem responsabilidades culturais, o teatro é uma das artes fundamentais, porque é ali que se discute o homem e a sociedade diretamente. E acho que se acharmos que o teatro é dispensável porque está sendo tratado

como uma coisa dispensável, que precisa viver de favores públicos, acho que devemos seguir o exemplo de Hitler e de outros que tais, queimando as nossas bibliotecas, porque a cultura é desnecessária, queimando as nossas pinacotecas, terminando com as nossas salas de concertos, porque tem banda tocando, não precisa orquestra sinfônica. Tem *Readers Digest*, tem livro em quadrinho, não precisa da Biblioteca Nacional nem de nenhum acúmulo de literatura.

Então, peço aos senhores que verifiquem. Se estamos, sim, morrendo de fome aqui neste País – e é uma coisa que se resolve com um pouco de alimentação bem dirigida –, aqui estamos morrendo de fome, e isso não tem nada que se corrija a não ser em muito tempo, porque sem oxigenação o cérebro não funciona. E a cultura é uma oxigenação da mente, da identidade do nosso País. Acho que, se tratarmos o teatro com o lugar que sempre ele teve nas expressões de cultura e de arte, todos esses problemas objetivos podem encontrar caminhos realizáveis; depende de vontade. Espero que essa vontade encontre eco junto aos senhores.

Acho que num país como o nosso, recentemente então, estamos saindo de eleições, ouvimos muito falar de educação, todo mundo fala em educação, saúde e economia. Acontece que a educação é uma decorrência da cultura, e não o oposto. Então, não podemos permitir que a nossa cultura se torne alguma coisa supérflua.

Obrigada pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O último depoimento será do Dr. Sérgio Xavier, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura. Lembro que após esse depoimento já temos uma lista de seis senadores inscritos para fazerem os seus questionamentos. E vamos estabelecer aquilo que o Regimento determina: Três minutos para cada Senador fazer a sua pergunta, três minutos para a resposta do convidado, dois minutos para a réplica do senador e dois minutos para a tréplica do convidado. Então, daria, em média, cinco minutos, mas nem todos os Senadores vão usar da réplica, eu tenho certeza.

Então, vamos passar a palavra para o Dr. Sérgio Xavier por dez minutos.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Bom dia, Senadores, artistas, produtores, enfim, a todos vocês que estão aqui discutindo esse tema, que é muito relevante, muito importante. Senador Osmar Dias, não sei se vou ter a competência de responder a tantas questões em dez minutos, mas vou fazer um grande esforço. Gostaria que a Mesa fosse generosa se em algum momento a gente precisar de um tempinho a mais, até para tran-

qüilizar. Acho que há uma ansiedade muito grande. E é legítima essa ansiedade. Há um inconformismo muito grande, que é legítimo, aliás, o inconformismo é o combustível da evolução, não se evolui se não tiver alguém inconformado, alguém questionando, mesmo as coisas que estão aparentemente andando. Acho que muitas das questões colocadas aqui já têm caminho, já têm respostas. Eu gostaria de apresentá-las para que houvesse um nivelamento de informações, muitas das quais ainda estão confusas. Nesse debate que realizamos em 2003/2004 houve uma grande confusão na imprensa. Foram várias percepções, várias visões, várias interpretações. Isso geralmente gera mais incertezas e dúvidas do que tranquiliza. Mas há tempo para que a gente corrija, comunique, resolva. Aparentemente, trata-se de uma questão de comunicação. O Ministério da Cultura está totalmente sintonizado com tudo o que foi aqui apresentado. Já discutimos amplamente esses pontos em reuniões específicas. Há uma semana, estive no Rio de Janeiro com Bianca de Filippis que está ali discutindo exatamente essas questões. Discutimos há pouco mais de um mês com a PTR o Decreto ponto a ponto acatando, inclusive, várias questões discutidas aqui. Já estão incorporadas no Decreto de Regulamentação da Lei que está em vigor neste momento. É bom que se diga que esse Decreto é transitório enquanto a nova lei será discutida e aprovada no Congresso. Portanto, há uma grande disposição do Ministério em trabalhar de forma sintonizada com artistas, com produtores.

Agora, entendemos que as soluções passam por questões muito mais complexas. E é isso que eu queria apresentar rapidamente aqui. Não há uma solução simples, rápida, imediatista. A única solução imediata é exatamente trabalhar para que os empresários invistam mais rapidamente nos projetos. Essa, sim, creio que é uma ação imediata, e o Ministério pode fazer isso. O Ministro Gilberto Gil tem feito isso. Fez reuniões recentes com empresários de São Paulo, em outros Estados, para sensibilizá-los e tranquilizá-los sobre os investimentos em cultura. Não vai haver nenhum impacto negativo para quem está investindo hoje em cultura. Até no processo de mudança teremos um período de transição para que todos os projetos em curso tenham a continuidade e se adaptem às regras que foram aprovadas. Enfim, não há por que essa dificuldade de investimento. Creio que os empresários estão, talvez, com pouca informação.

Rapidamente, o Ministério está trabalhando em várias frentes simultâneas, porque não é somente a discussão da Lei de Incentivo. Eu queria dizer que a Lei de Incentivo é um dos aspectos, inclusive em relação à Lei. Temos os decretos, as portarias, as instruções

normativas que permitem que o Ministério faça melhorias, aprimoramentos independente da lei. Por isso que o Eduardo Barata que deveríamos fazer as mudanças em projetos de lei e não em decretos.

Na verdade, o decreto é uma peça desse complexo legislativo que operacionaliza algumas questões que estão determinadas na lei. Então, o que o Wilson disse sobre desburocratização, além de outros pontos, estão sendo tratados exatamente no decreto e nas respectivas portarias, instruções que estão em processo de consolidação.

Houve um tempo maior nesse processo. Eu queria também destacar isso aqui, porque optamos pela discussão, pelo debate nacional. O Brasil é muito diverso. Existe um mercado diferenciado em cada região do Brasil. Existem peculiaridades muito localizadas, o eu não nos permite ter uma resposta rápida para tudo que atenda ao Brasil inteiro sem uma discussão mais aprofundada. Portanto, o decreto deveria ser feito exatamente para que houvesse uma equalização dessas preocupações e se atendesse o Brasil de um modo geral. Optamos por mecanismos flexíveis para que eles possam ser adaptados a cada realidade. Não vai haver nesse decreto nenhum instrumento que engesse, que fira a essência da lei.

Concordamos com o Wilson: a lei, na sua essência, é muito positiva. Esse tripé do Fundo do Mercenato, dos Fundos de Investimentos e do Fundo Nacional de Cultura equilibra, mas há uma dificuldade orçamentária. E todos já sabem que a solução para que esses três instrumentos funcionem de maneira equilibrada e ofereça resultados melhores depende do orçamento. É por isso que o Ministro Gilberto Gil, desde o início da gestão, no ano passado, vem fazendo a campanha pelo 1%. O Governo já está sensível a isso. O Presidente Lula já autorizou um aumento considerável do ano passado para esse ano, já vai haver um aumento também para o ano que vem, e é possível que a gente chegue em 2006 com 1% do Orçamento Federal para a cultura. Creio que isso está evoluindo, e é isso que vai atender a essas questões todas apresentadas aqui, como, por exemplo, o uso da Lei de Incentivo para recuperar bens que poderiam utilizar orçamento direto do Ministério – e aí se faz um malabarismo para que os museus não caiam aos pedaços. Essa é uma justificativa que pode ser lembrada neste momento, porque ninguém gostaria de ver, por exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, desmoronando.

Esses artifícios são usados por conta dessa emergência, mas o Ministério da Cultura, conceitualmente, considera que o recurso da Lei de Incentivos deve ser usado para projetos independentes.

Estamos trabalhando nas leis de regulamentações e na reestruturação da máquina. Foram criadas novas secretarias que, inclusive, vão atender melhor cada dimensão dessas ações culturais. A Funarte está sendo reequipada e reestruturada, para, inclusive, se trabalhar na implementação de uma política para o teatro, para a música, enfim, para diversos segmentos que, antes, estavam com uma ação dispersa no Ministério e que, agora, têm sido foco. A ampliação dos recursos financeiros está sendo trabalhada, e os programas finalísticos estão sendo integrados. A idéia é de que não tenhamos sobreposições e de que tenhamos um sistema de informação, para que se saiba onde se investiu e qual o benefício.

O Governo Federal investe hoje mais de R\$1 bilhão em cultura, somando as estatais, a Lei Rouanet, o Fundo Nacional de Cultura. Direi os números do Fundo. Aliás, já nos referimos a esses números em alguns momentos talvez pela complexidade das análises orçamentárias. Realmente, orçamento é uma ciência inexata porque, às vezes, os números não fecham. Mas há uma informação que vou apresentar sobre como está sendo aplicado o dinheiro do Fundo.

Na última semana, fizemos uma reunião histórica do Fundo Nacional de Cultura e criamos um conselho deliberativo para aprovar, de forma transparente, os projetos do Fundo Nacional de Cultura. A partir do ano que vem, teremos editais, e tudo o que foi exigido será implantado no Ministério. Certamente, em 2005, teremos essa ação muito visível.

Estamos trabalhando também na integração governamental. Falávamos dos investimentos. Somando estatais, Lei Rouanet, audiovisual e Fundo Nacional de Cultura, temos investimentos que passam de R\$1 bilhão, mas nunca o Governo soube direito como esse dinheiro é investido.

Estamos construindo com a Secom, que está muita atenta, e estamos trabalhando com as estatais num sistema de informação em que se vai permitir saber o que cada estatal está investindo, onde, em que Município, quantas pessoas foram contratadas naqueles projetos, para que avaliemos também o impacto social desses investimentos e qual o perfil do público beneficiado. Enfim, tudo isso vai ser possível em breve.

Trata-se de um sistema complexo, porque envolve instituições que são autônomas e independentes. Cada estatal tem a sua autonomia administrativa, mas estamos avançando bastante nisso que vai ser uma grande ferramenta para que possamos distribuir melhor os recursos, fazer o mapa dos investimentos no Brasil, saber onde há lacuna, saber onde houve concentração e distribuir esse recurso de forma mais equalizada.

Por fim, estamos também construindo as políticas públicas. O Ministro Gilberto Gil lançou, há pouco mais de um mês, as câmaras setoriais, que, por sinal, segunda-feira, se reunirão no Rio para, especificamente, discutir a questão das artes cênicas. Essas câmaras setoriais irão permitir, exatamente, a construção de caminhos mais consistentes e sustentáveis para todas as questões que aqui foram lembradas.

Essas comissões terão suportes técnicos. As subcomissões vão fazer e analisar estudos. O Ministério já contratou consultores especializados, que vão levantar informações em cada elo dessa cadeia produtiva. Quando falo em cadeia produtiva, não me refiro apenas à cadeia produtiva de mercado. Há uma cadeia produtiva que não passa pelo mercado, porque, em alguns casos, o mercado não atende e não investe naquele tipo de produção. O teatro é um exemplo disso. Trata-se de uma atividade importante que não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer ou como uma situação que o mercado vai resolver. Mas é preciso que se estude essa cadeia produtiva, porque há uma complexidade e um conjunto de menções simultâneas e intrincadas que exige realmente um conhecimento claro de cada elo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O seu tempo está esgotado.

Se o Plenário permitir, eu o autorizo a continuar. Senão, não posso, porque tenho que seguir o Regimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É exatamente para falar sobre a questão do tempo.

Sr. Presidente, poderíamos aproveitar esse tempo restante do secretário para que ele falasse especialmente do teatro. S. S^a está descrevendo uma superestrutura burocrática que não deu certo nem na União Soviética. (Palmas.) Isso não adianta. Enquanto isso, o teatro está fechando.

Portanto, peço a S. S^a que fale sobre a questão específica do teatro. Sendo a autoridade mais importante presente, é necessário que S. S^a diga o que pensa sobre o teatro, pois é isso que estou querendo ouvir. Senão, terei de ir para outras Comissões. Participo de dez Comissões. Todos estão me chamando, e não quero saber da estrutura burocrática do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário se poderei conceder mais cinco minutos ao orador. Será esse tempo suficiente para que V. S^a fale sobre o teatro?

O SR. SÉRGIO XAVIER – Sr. Presidente, tentarei.

Mas, com todo respeito, Senador José Jorge, é importante mostrar que o Ministério tem que mexer na sua estrutura, nos seus sistemas, para dar resultados. Hoje, não conseguimos saber onde o recurso está investido. Não conseguimos saber direito como esse volume imenso...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas para que os senhores querem saber disso? Qual a importância de se saber onde cada recurso está sendo investido? O País é muito grande, cada lugar terá a sua própria iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, vamos deixar o nosso convidado terminar. Depois, os Senadores terão oportunidade de falar.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Senador, V. Ex^a foi Ministro e sabe que, para que se tomem decisões, há que ter informação. Não há como tomar decisão e fazer políticas públicas sem que haja informações mínimas e o conhecimento de como o recurso é investido, para que haja transparência e também para prestar contas. Creio que essa questão é essencial.

Ministro, o Governo passado não conseguiu fazer isso, e agora estamos tentando. Não é fácil. Trata-se de algo complexo, que exige atenção e, inclusive, sensibilidade de todos.

Como disse o Eduardo Barata, precisamos construir um sistema de Estado, uma política pública de Estado, e não de Governo, consistente, sustentável.

Por isso, fico muito à vontade e penso que os Senadores, inclusive os da Oposição, estão com essa sensibilidade para entender o que está sendo feito.

O Senador José Jorge, homem muito sensível, que representa Pernambuco, Estado de produção cultural fantástica, certamente está sintonizado com essas preocupações que manifestamos aqui.

Como tenho pouco tempo, há muitas perguntas, e é difícil organizar o pensamento para responder a tantas questões, principalmente quando há interrupção, peço que passem as telas.

Contudo, antes, gostaria de terminar a questão das comissões das câmaras setoriais dizendo que é nesse ambiente que conseguiremos construir políticas sustentáveis.

Então, eu apresentaria ações imediatas para a solução do problema de captação, pois creio que já podemos tomar uma medida rápida, junto com o Ministro Gil, realizando reuniões com empresários no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes capitais do Brasil, no sentido de sensibilizá-los. Há tempo, pois é no final do ano, inclusive, que as empresas disponibilizam os recursos, depois que fecham seus balanços,

e sabem o quanto lucraram. Hoje há manchetes em todos os jornais mostrando o resultado muito positivo da economia, um dos melhores nos últimos anos. Portanto, certamente as empresas dispõem de lucro que permita investimentos pela lei de incentivo. Essa é a ação imediata.

Do ponto de vista mais sustentável, eu diria que essas câmaras vão estudar o processo de criação, de produção, de circulação, de consumo, o consumo de mercado e o que não passa pelo mercado, que é o acesso gratuito e democrático ao público que não tem renda para pagar teatro – todos os artistas que falaram demonstraram essa preocupação. Há também a questão da formação, da legislação que trata de direitos autorais e de incentivos, da legislação tributária, da legislação trabalhista. Trata-se de legislações que não são só federais; há também a legislação tributária municipal. Inclusive, algumas das questões aqui mencionadas têm soluções municipais. O Governo, sozinho, não tem como resolver isso. Portanto, são questões complexas que estão sendo enfrentadas pelo Ministério.

Eu queria apresentar alguns números, para mostrar que também não está tão ruim assim. Pelo crescimento, pela importância e pela qualidade do teatro brasileiro, pela produção cada vez mais profissional, certamente crescemos muito, e os recursos hoje passaram a ser muito pequenos diante dessa dimensão. Mas há um recurso considerável sendo investido, como irei mostrar.

Passo a essa tela porque fala, mais ou menos, da lógica da distribuição. Pode passar.

Aqui está o resultado de 2003. No ano passado, tivemos a maior captação da história: 422 milhões. Foi um crescimento muito expressivo em relação a 2002. Crescemos 81 milhões em relação a 2002, e, em relação ao pico anterior, foram 360 milhões, um crescimento de 17%. Portanto, no ano passado, o resultado foi muito positivo.

Este ano, também estamos caminhando, como podemos mostrar na próxima tela. Por gentileza, pode passar. Essa tela ficou truncada, mas, comparando os nove meses de 2003 com os nove meses de 2004, observamos também uma tendência muito positiva, em que os números podem chegar a patamares iguais ao do ano passado.

Na próxima tela, mostra-se que está havendo uma redução da concentração, mas que não está havendo a redução do investimento da captação no Sudeste – é bom que se diga isso. Aumentamos o teto da isenção fiscal para obtermos mais recursos, distribuí-los melhor pelo País e não impactar negati-

vamente nos dois grandes centros produtores: Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa outra tela mostra o aumento do teto nos últimos seis anos. O teto era de R\$160 milhões, mas, a partir deste ano, o Governo, sensível às reivindicações, aumentou-o para quase R\$400 milhões.

Aqui se mostra a evolução do Orçamento do Ministério e os números do Fundo Nacional de Cultura. No ano passado, foram destinados ao Fundo R\$48 milhões, dos quais cerca de R\$35 milhões foram distribuídos para as unidades vinculadas ao Ministério: Iphan, Funarte, Secretaria do Audiovisual. A Secretaria distribuiu, por meio de seleção pública, muitos desses recursos ao audiovisual, fez editais para a produção de cinema em pequenas cidades, de vídeo digital, enfim, uma série de produções que chegou até a sociedade. Para os projetos independentes, o Fundo dedicou R\$12,3 milhões, no ano passado. Posteriormente, posso entregar aos senhores dados com esses números.

Em 2004, houve crescimento. O limite orçamentário este ano é de R\$61 milhões, e já estão empenhados R\$51 milhões. Desses, R\$32 milhões, mais ou menos, destinaram-se a projetos das vinculadas ao Ministério e cerca de R\$18 milhões a projetos independentes – projetos de instituições sem fins lucrativos, em locais em que o mercado não atende, no interior, em periferia da cidade. Enfim, o critério é esse, e os projetos estão disponíveis no Ministério para que os senhores possam conhecê-los. Lembro também que todos os projetos do Mecenato estão disponíveis na Internet. Assim, os senhores podem também acompanhar que projetos captaram recursos e o quanto foi captado nos Estados brasileiros. Pela primeira vez, isso está disponível na Internet, desde março, de forma transparente.

Desculpem-me por estar falando tão rápido aqui, mas tento cumprir o tempo a mim destinado. Estou me sentindo como um locutor, narrando uma partida de futebol.

Mostro aqui a distribuição de captação por segmento. Artes cênicas captou cerca de R\$91 milhões em 2003, o correspondente a 22%; este ano, já foram captados cerca de R\$55 milhões. É possível que esse valor aumente no final do ano, e é o que queremos. Torcemos por isso e vamos trabalhar para que as empresas se sensibilizem.

Nessa tela, mostram-se as quatro áreas que mais captam. De 2002 para 2003, houve um crescimento. Notem que o segmento de artes cênicas obteve uma captação maior, o que é mostrado pela barra verde. Este ano, mostramos esses valores até o mês de setembro. Portanto, ainda há um caminho a percorrer. Pode ser que chegue próximo do valor do ano passado.

Há mais uma tela.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO XAVIER – Eu ia mostrar os investimentos da Funarte, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, das estatais de um modo geral, mas como o tempo realmente está esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O tempo já esgotou pela segunda vez.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Agradeço a generosidade do Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Gostaria de conceder mais tempo a V. S^a. Não posso fazê-lo, porque teria que agir do mesmo modo com os outros convidados. Além disso, tenho que cumprir o Regimento e observar o horário. Mas o senhor, ao responder depois aos Senadores, poderá fazer uso da tela se quiser.

Sou autor do requerimento e, como tal, tenho direito a ser o primeiro Senador a perguntar, mas vou ceder o meu tempo aos demais Senadores. Apenas farei uma observação pertinente.

Pelo depoimento do representante do Ministério da Cultura, tudo ainda está em planejamento, em organização, e o Governo já está no meio. Ou o Ministério da Cultura tem certeza da reeleição do Presidente por mais quatro anos, ou não dará tempo de fazer mais nada. Daqui a pouco, o atual Governo chegará ao final, e os projetos vão ficar apenas na fase de planejamento. Penso que essa observação é pertinente.

Passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, o Senador Valdir Raupp, que tem três minutos para perguntar. Serão três minutos para resposta, dois para réplica e dois para o convidado também.

Vamos procurar ficar dentro do tempo, mas é claro que há flexibilidade para cumprirmos o objetivo da reunião, que é o de esclarecer todos os pontos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Deixe-me aproveitar este tempo.

Sr. Presidente, Srs. expositores, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, peço escusas por não ouvir todos os expositores, porque tive que participar de outras reuniões, já que, nas terças-feiras e nas quartas-feiras, há muitas reuniões de Comissões.

Ouvi falar que a classe média está sendo achata-da – e já fiz pronunciamento nesse sentido no Senado. Os atores e atrizes de teatro pertencem à classe média e, portanto, estão sofrendo essas consequências. Ouvi falar também que, neste momento, a culpa está recaindo mais sobre o Presidente atual. Não votei no Presidente Lula; votei, no primeiro e no segundo turno, no outro candidato, até porque seu vice na chapa era do PMDB. Eu, como homem de Partido – comecei a carreira como Vereador, fui Prefeito por dois mandatos, Governador e agora Senador, sempre pelo PMDB –,

tenho que apoiar o meu Partido, e foi o que fiz. Mas, hoje, defendo o Governo Lula e defendo a manutenção do apoio do PMDB ao Governo neste momento em que o País começa a crescer a uma taxa de cinco pontos percentuais do PIB, o que há muitos anos não ocorria.

Com a perspectiva de crescimento nos próximos anos e de melhoria em todas as áreas, não apenas em teatro mas em todas as áreas no Brasil, temos o dever de apoiar neste momento o Presidente Lula. Se o Presidente está sendo culpado por muitas coisas, isso ocorre porque a expectativa de que sua eleição iria resolver todos os problemas era tão grande que hoje Sua Excelência passa a ser culpado e condenado por tudo.

A classe média vem perdendo poder há vinte anos, há duas décadas. Isso é histórico. Quanto ao problema do fraco desempenho nas bilheterias dos teatros – alguém comentou isso –, creio que um fator é a queda do poder aquisitivo.

Mas faria uma pergunta para a produtora teatral Maria Padilha e para os demais convidados. Pergunto se o teatro não está perdendo força no Brasil, que tem uma cultura muito intensa de telenovelas – que são importadas por outros países, onde talvez o teatro seja mais forte –, por que é mais cômodo ficar em casa, ficar assistindo com a família a uma novela que reúne uma seleção de artistas. Quando há um clássico de um jogo de futebol ou até mesmo quando a seleção brasileira joga em alguma cidade, proíbe-se a transmissão do jogo pela televisão, para que o público vá ao estádio, enquanto nas televisões há uma seleção de atores e atrizes todas as noites. Creio que o teatro tenha perdido um pouco de público em função desse hábito do povo brasileiro de assistir às telenovelas.

Eu gostaria de falar um pouco mais, Sr. Presidente, mas, para encerrar, devo registrar que fico preocupado com a burocracia nos Ministérios. Não quero dizer que isso não ocorra no Senado também. Sou novo aqui. Fiquei muito tempo no Executivo e estou há menos de dois anos no Senado, mas minha esposa é Deputada Federal há três mandatos, há onze anos, e tem trabalhado pela dramaturgia no meu Estado, onde já construiu alguns teatros. Por exemplo, para a pequena cidade de 50 mil habitantes que administrei por dois mandatos, ela conseguiu a destinação de recursos para construção de um teatro que lota em todos os finais de semana. Cada peça de teatro amador – já que lá não existe teatro profissional – é apresentada três vezes. Às vezes, em um sábado ou em um domingo, a mesma peça tem de ser apresentada três vezes, mesmo o teatro comportando 300 lugares. Considero

que o teatro ainda tem um apelo muito forte, e temos a obrigação de ajudar nesse sentido.

Sr. Secretário, preocupa-me a burocracia. Às vezes os números nos empolgam e nos animam, mas, quando passamos à prática, a situação fica muito complicada. Debater é muito bom, porque provoca e ajuda a formular, a reestruturar e a gerenciar a transição e a atender à demanda crescente, até pelas dificuldades. Existem as câmaras setoriais, comissões e subcomissões, estruturas que considero muito complicadas. Creio que deveria haver menos burocracia e menos instâncias, para que a discussão se desse de forma mais direta.

Para acompanhar a aplicação dos recursos e o que está sendo feito, há o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas dos Estados, o Congresso Nacional. O Ministério tem que se preocupar mais em realizar, executar. Isso não é uma crítica, mas apenas um alerta para que o teatro possa ter seu espaço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Valdir Raupp, V. Exª fez a pergunta para a Maria Padilha?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Srª Maria Padilha.

A SRª MARIA PADILHA – Senador, em primeiro lugar, não estamos aqui para falar mal do Governo Lula. Como expliquei, o problema do teatro não se formou no Governo Lula; é um problema que vem se formando. Não se pode dizer que o achatamento do poder aquisitivo da classe média ocorreu de dois anos para cá; sabemos que isso vem de muito tempo. Pelo contrário, estamos aqui para, juntos com o Governo, com o Sérgio e com as pessoas do Ministério, melhorar nossa situação. Se ainda não tivéssemos fé e crença neste Governo, nem estaríamos aqui.

Quanto às novelas, sou obrigada a discordar do que V. Exª disse. Faço televisão e trabalho em novelas há muito tempo – pelo menos, tendo em vista a minha idade, posso dizer que trabalho há muito tempo. Nos anos 80, a novela alcançava índices de audiência de 98 pontos – Roque Santeiro alcançava os 100 pontos –, e os teatros estavam lotados. Hoje, de vez em quando, a audiência de uma novela das 20 horas, quando esta é um mega-sucesso, chega aos 60 pontos. Então, a novela também perdeu público. Não se pode fazer essa vinculação senão, quando da invenção do cinema, o teatro também teria acabado.

Penso que há espaço para o cinema, para a televisão, para a novela. A televisão ajuda o teatro. Muitos querem nos ver ao vivo ou querem ter outra experi-

ência que não a de uma tela eletrônica, como disse o Zuenir Ventura em seu depoimento. Eles querem ver gente suando, gente cuspidando, gente.

É isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a também fez uma pergunta ao Sérgio Xavier? (Pausa.) Não houve pergunta.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, segundo inscrito.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria apenas de saber a ordem dos inscritos, porque tenho um compromisso e gostaria muito de falar. Pensei que o Senador Roberto Saturnino fosse o segundo e que eu fosse a terceira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A ordem é: Senador Valdir Raupp, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Roberto Saturnino, Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, farei muito mais uma constatação do que, propriamente, perguntas. O fato está tão claro, que queremos recursos e condições de trabalho para o teatro. PT saudações!

Gostei muito quando a atriz Maria Padilha falou de todos os ritos, desde a proposta de trabalho até à exibição. Gostaria de dizer o que acontece no Senado também. Não podemos apresentar projetos que criem despesa e que diminuam a receita. Isso é proibido ao legislador. A iniciativa tem de ser sempre do Executivo, mas isso não significa que esta Casa não seja o palco das grandes discussões nacionais, como as que estão acontecendo aqui agora, graças ao nosso Presidente, que, na verdade, produz aqui um trabalho muito grande de audiências públicas, trazendo-nos a discussão das questões que mais ferem o interesse nacional, como o caso dos transgênicos e de muitos outros e, agora, do teatro.

Se não houver o engajamento, a decisão e a opção política do Executivo em fazer, nada acontece. Por mais que critiquem os Senadores e o Congresso Nacional, essa crítica não prevalece na lógica. Ética e legalmente, é o Executivo que tem de dar a solução financeira.

Tenho, em certo ponto, um pouco de descrença nessa solução financeira, porque o que temos que fa-

zer é com que o País se desenvolva. Desenvolvendo-se o País, oxigenam-se de recursos todos os setores, todos os segmentos. Mas a cada dia vejo que há uma proposta do Governo Federal, primeiramente, de aumentar juros, a famosa Selic, que produz recessão.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Falarei rapidamente, Sr. Presidente.

Ao mesmo tempo, querem aumentar o superávit primário para pagar as dívidas públicas, em lugar de negociar a dívida pública, bater na mesa, discutir e não regatear na questão do pagamento, que sempre é menor, nunca maior. No entanto, o Executivo sempre quer pagar mais a dívida que temos aí fora com os juros, com os serviços da dívida, e não faz negociação dura, séria, levando em consideração os interesses nacionais de desenvolvimento.

É muito bom que fiquem bem claras essas duas questões, para que não naveguemos em utopia.

Por outro lado, há mais uma constatação: não somente no Ministério da Cultura, mas em quase todos os Ministérios, a burocratização, a falta de decisão está muito séria. Se fizéssemos uma emenda para o teatro, para o cinema, o que fosse, para a área da cultura, chegaria o fim do ano sem a liberação dessa emenda e ainda com o Executivo pichando o Congresso Nacional, que está querendo trocar seu voto pelas emendas. Então, é um relacionamento um pouco incestuoso, difícil, e não é fácil navegarmos nesse grande cenário de troca de responsabilidades.

Só digo o seguinte: parabéns à classe artística! Vocês são heróis nacionais, levam para o palco as manifestações populares importantes deste País, em busca da democracia e do desenvolvimento e em busca da afirmação de nossa identidade nacional. Parabéns!

Não faço nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, que fez uma permuta com o Senador Roberto Saturnino, que, gentilmente, cedeu a sua vez.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Ex^a que todos os Senadores, pelo menos de três em três, falassem e que, posteriormente, os membros da Mesa fizessem a observação, porque seria um pouco mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como todos falarão primeiro e depois vou passar para a Mesa, podemos substituir a réplica por um minuto no tempo corrido. Seriam, então, quatro minutos para cada Se-

nador – em vez de cinco minutos, ficam quatro. Assim, ganhamos tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Os membros da Mesa poderiam anotar qualquer observação que se quisesse fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aceito a sugestão do Senador José Jorge, peço aos convidados que anotem as questões que forem abordadas. Depois, ao final, vou passar a palavra para cada um dos convidados, para que possam ou responder ou fazer suas observações.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a generosidade do Senador Roberto Saturnino e parabenizar o Presidente da Comissão de Educação por mais esta iniciativa de debate, que é fundamental para o aprofundamento da democracia.

Ao Sr. Sérgio Xavier, eu gostaria de pedir desculpas por eventuais deselegâncias. Poderíamos ter pensado um pouco melhor na distribuição de nosso tempo, porque as informações do Ministério realmente são importantes.

Eu gostaria, na realidade, Sr. Presidente, de dar dois testemunhos. O primeiro é que estou no Senado Federal há pouco tempo. Minha experiência é esta, não estive ocupando cargos públicos anteriormente e sou da região amazônica, do Estado de Rondônia, portanto alguém que poderia puxar o “movimento dos sem-teatro”, em função do descaso das autoridades com relação a nossa cultura. No meu Estado, isso acontece também com o patrimônio. Temos o maior patrimônio de nossa História, no Estado de Rondônia, que é a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que a população brasileira vai ter a oportunidade de conhecer pela produção de uma minissérie que irá ao ar no início do ano, mas que está desmoronando. Para nós, isso é muito triste. É mais triste ainda o fato de que Porto Velho, minha cidade, é a única capital do Brasil que não tem um teatro. A situação é mais alarmante, porque concluímos, embora apressadamente, que esse fato contribui para que seja uma das capitais mais violentas do País.

Faço esse registro para dizer que sou parceira nessa luta por ser uma das vítimas da falta de acesso à cultura das artes cênicas. Cumprimento todos pela belíssima exposição.

Concordo com o Sr. Eduardo Barata ao falar sobre a necessidade de haver preparo para a captação de recurso, uma capacitação. Eu gostaria de fazer essa solicitação ao Ministério da Cultura, principalmente para os Estados considerados periféricos pelo Centro-Sul, como os Estados da Amazônia. Contamos com a

determinação e com a vontade dos nossos pequenos e microempresários também de investir, mas eles não sabem como fazê-lo. Portanto, seria interessante que o Ministério da Cultura promovesse oficinas nesses Estados para propiciar o acesso tanto dos produtores quanto daqueles que querem investir.

Também fico muito contente com a política do Ministério da Cultura de descentralização, o que é fundamental. O Brasil é muito grande e precisa ser visto por todos nós como uma República Federativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. convidados, creio ser dispensável reconhecer que a reunião foi muito importante. Cumprimento todos os presentes e também aqueles que tiveram essa iniciativa.

Pessoalmente, eu não tinha a percepção da gravidade da crise que o teatro está vivendo. É óbvio que o teatro tem especificidades, mas o problema que atinge esse cenário está permeando toda a questão nacional, de modo geral, relativa ao balanceamento, ao contraponto dessa complementaridade entre Estado e mercado. Vários pronunciamentos se referiram a esse assunto, mas esse debate ultrapassa muito a questão econômica. Sabemos que o mercado não atende às questões pertinentes à cultura, à pobreza, à educação, à saúde pública. Isso depende exatamente do contraponto do Estado, mas o que se tem percebido no País, infelizmente, desde o fim dos anos 80, é uma hegemonia crescente do mercado, quase uma subserviência, uma entrega de tudo ao mercado, e o País continua enfrentando crises setoriais específicas extremamente graves. A grande expectativa da eleição de Lula era de que essa situação mudasse substancialmente. Infelizmente, até agora, essa mudança não ocorreu, pelo menos na proporção das expectativas.

A questão do teatro deve ser tratada conforme essa questão maior, mas, obviamente, considerando as suas especificidades de que tomamos conhecimento hoje. É evidente que outros Senadores já poderiam ter tido um contato maior com o assunto.

Sr. Presidente, há uma demora que devemos reconhecer, e compreendemos a situação. O Ministério quer mudar tudo em profundidade, e essa mudança, ao ser discutida nacionalmente, implica a demora das decisões. No entanto, é nosso dever apressá-las. Por exemplo, estou muito preocupado com o cinema, a que sou mais ligado por causa da Subcomissão. Hoje, o cinema está numa situação muito boa. Raramente, em outras épocas, o cinema brasileiro esteve em uma

situação tão boa, mas começa a sentir também essa mesma indecisão entre Ancinav e Ancine. Daqui a pouco, a atividade produtora de cinema vai cair também pela mesma razão.

Dessa forma, Sr. Presidente, penso que nós, Senadores desta Comissão, deveríamos até nos propor a ocupar-nos mais dessa especificidade do teatro.

Foi sugerida a criação de uma Subcomissão, o que não é fácil, porque há uma limitação regimental para o número de Subcomissões. No entanto, ainda que informalmente, poderíamos instituir um grupo de Senadores interessados no assunto e que tivessem acesso freqüente e permanente ao Ministério da Cultura, em constante contato com o Dr. Sérgio e com o próprio Ministro, para tentar acelerar essas decisões e introduzir, na revisão da lei, pontos, propostas e reivindicações trazidas a esta reunião, que, como disse, foi muito importante.

Por essa razão, parabenizo mais uma vez o Presidente e todos os participantes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a tocou num ponto importante que não posso deixar passar: em 16 de dezembro, vence o atual mandato dos Diretores da Ancine. Esta Comissão precisa aprovar os novos Diretores, sob pena de paralisação da referida Agência.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Além disso, a Ancinav não está criada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estamos aguardando os nomes para reunir a Comissão e votar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É muito importante a observação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, aproveito a presença do representante do Ministério da Cultura para solicitar os nomes que o Governo vai indicar a fim de que a Comissão possa apreciá-los.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, depoentes, Sr^a Senadora e Srs. Senadores, se fôssemos dar um título a esta reunião, chamaria de desencontro. O Presidente Lula já me falou diversas vezes, antes e depois de ingressar na Presidência, do carinho que tem pela cultura. Lembro que, quando fui Governador, ele elogiava os programas de temporadas populares, peças de teatro e reclamava que queria mais. Ouvi-o dizer que nossos Prefeitos não percebem que, com pouco dinheiro, a cultura se espalha e dá um imenso retorno. Aqui, ouço todos reclamando do Governo do Presidente que manifestou esse sentimento.

O nome seria desencontro também porque, se fôssemos fazer uma pesquisa, quase todos aqui vo-

taram no Presidente Lula ou desejaram que ele fosse eleito. O que está acontecendo? Por que um Presidente que tem essa sensibilidade encabeça um Governo eleito por pessoas que agora vem, com todo o direito e correção, fazer reclamações? Algo está errado.

Não se trata apenas de dinheiro. O ato de o Presidente e o Ministro irem ao teatro e falarem sobre esse tema traz um impacto para o setor. Criar um movimento universitário por teatro como houve anos atrás – nós mais velhos lembramos –, instituir teatro nas escolas, falar em teatro são atitudes que ajudam. Mas só isso não basta.

Teatro é a alma do cinema e da televisão. Daqui a vinte ou trinta anos, não tendo havido um bom teatro hoje, não haverá um bom cinema nem uma boa televisão – pelo menos quanto à parte referente à dramaturgia. Investir em teatro é garantir até mesmo um retorno econômico em alguns anos, que diminuirá se não fizermos o “dever de casa”.

Sou suspeito em razão do meu envolvimento com a área. Entretanto, independentemente desse fato, como brasileiro, preocupo-me muito com essa situação e esse desencontro – como militante do PT, ainda mais. Resumo a questão com uma pergunta a atores e promotores: o que vocês gostariam de ver o Governo fazer? Ao Sr. Sérgio, pergunto: o que o Congresso pode fazer para auxiliar o Governo a realizar essa mudança?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, ilustres e importantes artistas presentes, farei algumas ponderações. Prioritariamente, trata-se daquela questão sobre a qual não consigo calar-me e de que falei naquela hora, ou seja, a estrutura burocrática apresentada, digna da União Soviética antiga.

Na realidade, tudo merece ser estudado para que possa ser mudado. Mas a mudança deve ser realizada sem parar o restante. Não adianta criar uma transição, porque, quando se diz que vai mudar determinado modelo, determinada lei, todos param de agir esperando que se mude. Mas se essa lei é colocada nesse emaranhado, então, nem se muda a lei, nem se continua fazendo como era feito antes.

Então, creio que o primeiro ponto é não criarmos uma nova transição. As questões devem permanecer virando da maneira como viraram antes e, pouco a pouco, mudamos, sem a mania de dizer que vamos acabar com tudo para depois não acabar. A mudança tem que ser anunciada com muito cuidado.

Eu, por exemplo, se for anunciar alguma mudança na minha casa, vou dizer baixinho, não vou gritar. Senão, a empregada ficará contra mim, a mulher ficará contra mim, assim como os filhos e netos, porque todos vão dizer: “Se vai mudar, vou perder um pedaço”. Então, na realidade, termina criando uma transição que é ruim para todos.

A segunda questão é em relação à prioridade para o teatro. Toda vez que se distribuem recursos, é preciso definir prioridades, e não resta a menor dúvida de que, do ponto de vista econômico, o teatro é o mais difícil de viabilizar-se, porque é algo que se repete diariamente. Um filme, bem ou mal, faz-se uma vez, exporta-se, vende-se em DVD ou fita de videocassete. Há toda uma estrutura. O teatro, não. É todo o dia a mesma coisa. Os mesmos artistas vão lá, etc. Então, na realidade, é preciso dizer claramente que, quanto às verbas, o teatro tem que ser prioritário, mais do que um *show*.

Ontem soube de algo que me deixou abismado. O Prefeito de Recife, que, inclusive, é do PT, contratou para o *show* de Natal lá em Recife, minha terra, um dos lugares culturalmente mais importantes do Brasil – desculpe-me a falsa modéstia –, a dupla Sandy e Júnior. Eles não são de Pernambuco, pouca gente de lá os conhece, a não ser a juventude, e o Prefeito os contratou pagando R\$ 450 mil, quando lá existem artistas muito melhores do que Sandy e Júnior. Não dá nem para comparar.

Comentamos isso em uma reunião na qual estava presente o Deputado Roberto Magalhães, importante político que até Governador e Prefeito já foi, e S. Ex^a perguntou: “Quem são Sandy e Júnior?” Todos nós sabemos quem são, mas S. Ex^a não.

Então, temos que definir claramente teatro na questão das verbas públicas e no sistema de incentivos, que tem que ter prioridade diferenciada pela dificuldade de operá-lo com recursos – suponhamos – capitalistas, como diria o Senador Roberto Saturnino, ou do mercado.

Em terceiro lugar, outra observação é quanto à concorrência com o setor público, o que considero gravíssimo, pois o setor público sempre tem maiores vantagens de conseguir recursos do que um produtor privado. E este Governo tem mania disso. Até no Fome Zero, fizeram concorrer o setor público e o setor privado. Por exemplo, se quero doar recursos para uma pessoa que passa fome, o que deve fazer o Governo? Incentivar que eu dê diretamente àquela instituição que está cuidando de alguns famintos, uma creche, um asilo. O que não é possível é o Governo pegar o dinheiro e depois querer dizer a quem vai dar. Sabemos que a modelo Gisele Bündchen fez uma doação

que demorou sete meses para ser processada pelo Governo. Ele poderia ter dito: “Doe àquela creche, àquela instituição”.

Então, os produtores privados têm que ser protegidos contra o Governo. Do contrário, não vai parar nenhum tostão na mão do setor privado e os critérios que o Governo usa quase sempre são os piores.

Por último, a questão do chamado papel social. Este Governo tem a idéia fixa – parece que é do Ministro Gushiken – de definir um papel social adicional a cada atividade econômica. Ora, se eu sou um produtor teatral, ator de teatro, faço meu papel social quando exerço minha profissão. Não posso trazer dez pobres para assistir à peça para ampliar o meu papel social. Não é o papel principal de um ator de teatro possibilitar que favelados assistam a peça, mas transmitir sua mensagem, exercer sua profissão de maneira digna. E isso fazem para tudo, inclusive nas empresas. Qual é o papel principal das empresas? Gerar emprego, ter lucro, investir. E, secundariamente, é evidente que ele vai atender a sua comunidade e fazer o que faz.

Então, creio que temos que atacar esses pontos para que possamos dar ao teatro a prioridade que ele pode ter. No Senado, podemos colaborar, podemos analisar, podemos apresentar projeto, podemos discutir os projetos do Governo.

Para encerrar, eu gostaria de perguntar ao Secretário quando é que ele vai mandar para o Senado um projeto mudando alguma coisa? Se não mandar para cá, não muda nada. Primeiro, tem que passar por aqui, nem que seja uma medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos ainda o Senador Eduardo Suplicy, que, mesmo não sendo da Comissão de Educação, em respeito ao teatro, está aqui e fará a sua manifestação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, eu estava na CCJ e ia para as duas outras comissões às quais pertenço quando o seu assessor me falou: “Estão aqui os artistas, e eles querem muito que o senhor esteja lá”. Então, estou aqui para encontrá-los.

Presidente Osmar Dias, meus companheiros e companheiras, para mim, o teatro foi como uma parte da minha formação.

Quando estudante, comecei a ir ao teatro e percebia que, ao assistir às peças – felizmente em São Paulo há muitos teatros –, era ali onde eu sentia que mais se abria a minha cabeça. Fui percebendo que muitas coisas transformadoras acontecem com a mente de cada um que vai ao teatro e que interage com os artistas.

Outra coisa que percebo é que a qualidade do cinema brasileiro interage muito com a qualidade do

teatro. Percebemos que atrizes como Nathália Timberg, como Maria Padilha e como todas as que estão presentes são artistas formidáveis no palco e, quando fazem cinema ou novela – felizmente temos novelas excepcionais –, a sua boa atuação decorreu do longo tempo em que estiveram nos palcos dos teatros.

Queria transmitir um apelo dos atores ao Sérgio Xavier e ao Ministro Gilberto Gil no sentido de que compareçam – e o Ministro Gilberto Gil vai muito aos espetáculos musicais, até porque ele mesmo se apresenta – um pouco mais ao teatro. Quando eu o encontrar, vou transmitir-lhe o recado e convidá-lo para irmos juntos a uma peça.

O Gilberto Gil, indo ao teatro, de repente entra na peça e poderá constatar quão bom é o teatro; e o Sérgio também. Poderemos ir juntos.

Às vezes, quando vou ao teatro, em São Paulo, de repente, estou no meio do palco porque me pedem para eu fazer parte da peça.

Sr. Presidente, faço uma sugestão – esforçando-me para concluir. Eu gostaria, se puder, de ceder uma parte do meu tempo para que Lúcia Veríssimo, Giulia Gam, Beth Goulart e Ary Fontoura, aqui presentes, se quiserem, digam brevemente uma palavra sobre o seu sentimento em relação ao que ouviram aqui. Se eu puder ceder o meu tempo para eles, para cada um falar sobre a interação que tiveram com os que estão na Mesa, agradeço-lhe muito, e agradeço este dia dedicado ao teatro pela Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A parte pior fica sempre comigo, mas vou ter que dizer “não” por causa do Regimento. Se eu desobedecer o Regimento, depois não conseguirei mais manter a ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, Sr. Presidente, pela ordem. Vejo aqui audiência pública, convidados, todos os que falaram. Confirmaram a presença, também para estarem na audiência, os atores Lúcia Veríssimo, Giulia Gam, Beth Goulart e Ary Fontoura.

Tendo V. Ex^a a oportunidade de contar com a presença de atrizes tão excepcionais, não vamos ouvi-las? As pessoas que nos assistem pela TV Senado dirão: “Mas como? O Presidente Osmar Dias tem que ter uma certa flexibilidade!”. Talvez uma ou duas possam falar em nome dos quatro, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Suplicy, como V. Ex^a, eu também gostaria de ouvi-las e a citação no rodapé foi o motivo pelo qual V. Ex^a se fez presente. Se não tivéssemos colocado o nome delas embaixo, V. Ex^a não estaria aqui. Foi por essa razão que colocamos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o Assessor disse que Nathália Timberg, Giulia Gam e Lúcia Veríssimo pediram que eu viesse. E vim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Cristovam, V. Ex^a vai me socorrer?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Mais ou menos. Depende de como V. Ex^a verá o assunto. Vou socorrê-lo sob o ponto de vista do Regimento, talvez não sob o ponto de vista do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Certo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É simples. V. Ex^a termina de ouvir, cancela a reunião e ficamos ouvindo os outros aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas não precisa cancelar a reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Não cancela. Suspende. Se não é reunião formal, está fora do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O tempo que estamos perdendo discutindo o assunto, já estaríamos ouvindo as respectivas atrizes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro. Não precisa cancelar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Lembro apenas que sou obrigado a seguir o Regimento, porque noutro dia fui admoestado por uma Senadora, porque as Senadoras seguem o Regimento mais do que os Senadores. Elas cobram de mim que eu siga o Regimento. Se eu abrir a palavra para quem não está formalmente no requerimento, outros vão pedir a palavra e vou ter que atender igualmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu pensei que estivessem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Portanto, peço a compreensão de V. Ex^a. Eu também teria imenso prazer em ouvi-las, mas terei que cumprir, mais uma vez, o Regimento.

Ficou bom para V. Ex^a, mas para mim ficou ruim, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, Sr. Presidente. Existe uma solução pela ordem regimental. V. Ex^a pode perfeitamente consultar a Comissão se, diante da presença de artistas tão renomados – isso já foi feito aqui –, todos concordamos em ouvi-los. Assim, o Regimento estará cumprido.

Não farei mais delongas, Sr. Presidente, mas V. Ex^a tem a saída regimental, sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está bem. Vou consultar o Plenário, então.

Peço a V. Ex^a que cite os nomes para que eu faça a consulta.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Eu inclusive peço, pela brevidade do tempo, a Lúcia Veríssimo, Giulia Gam, Beth Goulart e Ary Fontoura, se desejarem, que decidam quem falará em nome deles pela brevidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Todos são favoráveis. Eu também sou favorável. Assim sendo, consulto quem falará em nome dos quatro. (Pausa)

Portanto, com a palavra a Srª Beth Goulart.

A SRª BETH GOULART – Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade. Estamos todos aqui fortalecendo o poder de nossa arte. O poder do teatro é a nossa presença. Portanto, mais do que palavras, tudo que foi dito aqui nós endossamos. Estamos aqui em nome de um compromisso, de um encontro, para trocar sugestões e informações e assumirmos um compromisso. Estamos todos presentes para fortalecer a função de nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Srª Lúcia Veríssimo.

A SRª LÚCIA VERÍSSIMO – Continuando o que disse a Beth, a função do teatro é a formação de seus atores, além de todas as outras funções dentro da sociedade.

Para a formação de um ator é fundamental que ele exerça a sua função no teatro. Se não, não vai existir o cinema, não vai existir a televisão.

Tive a oportunidade de apresentar um *show* da Tina Turner em que havia um sistema de segurança enorme. Aí, perguntei: mas isso deve ter custado muito caro! Disseram que não, que o próprio Governo americano paga a segurança dela, porque ela leva divisas para o país.

Não podemos nos esquecer de que foi do teatro nacional que saiu a primeira indicação para o Oscar de melhor atriz, o que seria uma divisa para o Brasil, para a “Dama do Teatro”. É da maior importância que percebamos isso.

Por outro lado, os teatros estão sendo transformados em igrejas evangélicas. Isso é uma loucura. Os teatros estão fechando e sendo transformados em igrejas evangélicas.

Nesse momento uso um adágio popular baiano, aliás a Bahia é de onde vem o nosso Ministro, que eu gostaria que o Sr. Sérgio Xavier o ouvisse, que diz: “Cadê a tempestade, se não vejo cair água?”

Gostaria também de pedir encarecidamente ao nosso Ministro que vá ao teatro.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pergunto ao Sr. Ary Fontoura se deseja falar?

O SR. ARY FONTOURA – Há um complô, pois essas senhoras são muito inteligentes e já disseram tudo. Vamos objetivar mais.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – “A Dama do Teatro” é a atriz Fernanda Montenegro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Srª Giulia Gam tem a palavra.

A SRª GIULIA GAM – Agradeço a todos por iniciarmos esse diálogo. Acredito que ninguém esteja contra nada. Pelo contrário. Esta é a primeira vez que estou participando de um diálogo superimportante.

Creio que o teatro tem uma função vertical de aprofundamento artístico e humano fundamental, inclusive social e econômico. As pessoas não vêm isso, mas em breve começarão a ver.

Agradeço o apoio de V. Exªs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado. Nesse ponto, creio que atendemos o apelo do Senador Eduardo Suplicy.

Nesse momento, vou passar para a fase final desta audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Acredito que todos ganhamos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Portanto, farei a inversão da ordem, pois, primeiramente, ouvimos os convidados; agora início pelo sexto, que foi o Sérgio Xavier, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, deixando a S. Sª um pedido de resposta à minha pergunta: receberemos um projeto de lei de reformulação da legislação de incentivo à cultura? Se a resposta for afirmativa, quando o receberemos?

Com a palavra, o Sr. Sérgio Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Claro que sim. O Congresso vai receber uma proposta do Governo nesse sentido. Certamente em 2005 essa proposta será apresentada. Já informei anteriormente que o tempo que foi colocado para essa discussão se deveu a uma série de exigências também da própria sociedade – é importante também nos lembrarmos disso. A própria PPR nos solicitou, em julho, que revisasse o decreto – há uma carta formal para o Ministro Gil – e estamos fazendo isso. Então, a demora não é somente do Ministério da Cultura; trata-se de uma questão de exigência da sociedade, que, pela primeira vez na história, discuti democraticamente em todas as regiões do Brasil.

Tentarei responder a todas as perguntas rapidamente. Início pela observação que o Presidente Osmar Dias feita no começo deste debate de que não se

está fazendo nada, que estamos no gerúndio, estamos “encaminhando”.

Quero dizer que, em dois anos, conseguimos bater recorde na captação. Ano passado, mostrei os números, foi a maior captação da história.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Sérgio, gostaria de fazer uma correção. Eu não disse isso – apenas para repor a verdade, pois minha fala está gravada. O que disse é que já se passaram dois anos, e o Governo está planejando ainda. Porque o senhor havia afirmado exatamente isso. Então, vamos repor a verdade. Não foi o que eu disse: que o Governo não tinha feito nada. De jeito nenhum.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Não; V. Ex^a disse que estávamos planejando, ou seja, usou o gerúndio, como citei aqui, para dizer que não tinha nada concreto. Eu queria dizer que batemos recorde na captação, inclusive nas artes cênicas, pois foram mais de R\$92 milhões no ano passado. Não gosto de falar em números e dos que eles representam, pois há concentração de recursos, instituições que captaram mais do que outras. Enfim, vi a Lúcia um pouco chateada, talvez, por essa observação. Portanto, eu não queria falar em números, pois eles não representam bem a situação. Por isso mostrei aquela parafernália a que o Senador José Jorge se referiu, porque, além dos números, temos que ter as políticas, a máquina funcionando para acabar com a burocracia – que todos citaram como um problema –, temos que ter um sistema de comunicação mais eficiente, uma central de atendimento, um 0800, com possibilidade de capacitação de produtores no Brasil inteiro, para que realmente democratizemos.

Diante disso, tentei apresentar naquela tela o que está sendo feito de maneira sistêmica, estruturada. Agora, temos aqui, além do recorde na captação, o aumento do limite: subimos de R\$ 160 milhões para quase R\$ 400 milhões, o governo anterior passou seis anos com o valor de R\$ 160 milhões – é bom que se diga isso; na questão do orçamento, já houve um aumento de 34%, de 2002 para 2003, e deve aumentar para o ano que vem; começamos as discussões de políticas em todo o Brasil, não só para o teatro, mas para todas as áreas; o livro já está aí dando resultados, já foram cortados os impostos que incidiam sobre eles, e isso certamente pode ser viabilizado também para o teatro, e vamos trabalhar nesse sentido. A reforma do Ministério foi feita, é muito complexo, e todos aqui que já gerenciaram máquinas públicas sabem que é complicado, e fizemos isso sem parar.

Queria registrar, já que o Senador José Jorge não está aqui, que não paramos. Pelo contrário, mesmo fazendo essa reforma, discutindo, debatendo, formulando, no ano passado batemos esse recorde de captação.

Portanto, o Ministério foi muito atento a isso. E fizemos isso com as equipes que encontramos lá. Queria até registrar a presença aqui da Angélica Salazar, da Tereza Cristina e do Moacir Borges, que são técnicos altamente qualificados, que foram mantidos e são nossos principais gerentes na Secretaria de Fomento, que estão nos ajudando a mexer. Vocês certamente conhecem esses técnicos porque eles trabalharam durante muito tempo e conhecem não só a lei, mas o sistema que gerencia a lei.

Queria dizer também que o Ministro conseguiu destacar a cultura como uma dimensão estratégica do desenvolvimento brasileiro, não só no Brasil, mas colocou essa dimensão para o mundo. Penso que não dá para quantificar a importância desse que o Ministro Gilberto Gil deu para a cultura. O Governo Lula pôs a cultura na dimensão estratégica do desenvolvimento, pela primeira vez o debate sobre cultura foi para o *Jornal Nacional*. Os Srs. e as Sras acompanharam essa discussão da Ancinav, que continua, a discussão da Lei Rouanet. Isso no jornalismo de primeira linha, nos horários nobres. Isso é importante. Pela primeira vez, como o Eduardo Barata disse, está-se fazendo uma reunião desta aqui, é muito consistente e muito importante para discutir isso. O Senado está interessado. Não foi esta a primeira vez. E devo ressaltar o interesse do Senador Osmar Dias em relação a este tema. Aliás, todos os Senadores da Comissão de Educação e Cultura. Já foram várias audiências públicas, e o Ministro Gil, como vários de vocês, já esteve aqui.

Respondendo rapidamente ao Senador José Jorge, quanto a essa questão do papel social, o Senador traz idéias e discursos já superados. Essa questão do papel social já foi superada há mais de um ano e meio. Houve uma discussão no ano passado sobre isso, e o Ministério foi muito claro em dizer que o papel social das artes já está intrinsecamente nas ações artísticas, nos projetos artísticos; não havia necessidade desse tipo de contrapartida, que já é o projeto em si. Isso foi dito claramente no ano passado, o Ministro Gil foi muito enfático nesse ponto, e o Ministro Gushiken, inclusive, reconheceu isso e orientou as estatais para que revissem essas questões. Esse é um assunto superado, que acho que não deveria estar mais na nossa pauta.

Quanto à concorrência com o setor público, queria também dizer ao Senador José Jorge que começou no início da lei. Ou seja, o Governo anterior, durante oito anos, manteve esse modelo; não houve aumento de orçamento, não houve aumento do limite, não houve uma recuperação do Ministério, até fisicamente o Ministério está degradado, estamos fazendo uma reforma física no prédio, os sistemas de informação são superados. Assusta-me dizer que informação não

é importante, porque sem informação não dá para gerenciar, não dá para tomar decisões políticas, não dá para construir um processo democrático de distribuição de recursos.

Portanto, estamos construindo tudo isso. Essa parafernália de que ele fala é um conjunto de coisas. Pela primeira vez, o Ministério da Cultura está entendendo que cultura é um complexo e que é construído pela sociedade, não é um papel do Governo. Por isso é que algumas coisas demoram para ser debatidas, discutidas e aprofundadas – isso é importante frisar. Se fosse feito em gabinete, certamente estaria pronto no ano passado; tínhamos mil idéias. O Presidente Lula apresentou um programa de governo para a cultura chamado A Imaginação a Serviço do Brasil que tinha tudo lá, tinha as receitas para cada questão. E nós reabrimos esse debate.

Portanto, eu queria deixar claro que é uma questão muito mais complexa do que essa minimização que se faz aqui em alguns momentos. O Senador Cristovam Buarque falou sobre o que o Congresso pode fazer. Acho que já está fazendo, Senador. Inclusive, o senhor é um homem muito sensível e tem contribuído muito com essa discussão. Acho que este debate é um exemplo do que pode ser feito. Acho que, no ano que vem, quando a proposta chegar ao Congresso, certamente esta Comissão vai ter um papel muito importante e fundamental nesse processo.

Eu queria, até aproveitando sua sugestão, convidar os artistas que estão aqui para que possamos continuar esta reunião no MinC – se houver possibilidade –, porque saio daqui me sentindo ainda com muita informação que não foi nivelada, não foi passada, com aquela idéia de que não conseguimos esclarecer muita coisa. São muitos temas. Para todos os pontos que o Eduardo colocou nessa carta muito consistente, temos um caminho, temos uma idéia, uma sugestão, algo em andamento e algo que já foi efetivamente feito, mas que não deu tempo de tratar pontualmente aqui.

Lá em Rondônia já tem um projeto para a construção do teatro, que já possui captação de recursos. Certamente teremos, em Porto Velho, um teatro financiado pela Lei de Incentivo. Então, a última capital sem teatro, certamente, terá um teatro nesse momento.

Para terminar, gostaria de dizer que já estamos tratando daqueles cortes na questão dos institutos. Os institutos não têm 90% de recursos para a gestão administrativa. A CNIC já está cortando isso, apesar de ser um direito concedido por decreto e por lei.

O SR. EDUARDO BARATA – Isso é lei?

O SR. SÉRGIO XAVIER – A CNIC pode e tem a capacidade de avaliar os projetos e cortar. Tem sido feito isso. Nenhum instituto tem utilizado esses 90%.

Estamos tendo uma grande discussão com os institutos porque houve cortes de 50% dos projetos. Os grandes bancos e as grandes empresas que criam os seus próprios institutos têm tanto lucro que podiam até fazer os investimentos diretamente, sem a lei de incentivos. É disso que estamos tentando convencer esses institutos. Por sinal, quando discutimos isso com um dos institutos, o banco que patrocinava – isso era destaque nas manchetes – estava com o maior lucro líquido deste ano, ultrapassando o Baco do Brasil, os bancos oficiais. Então, uma instituição dessa tem o dever de investir diretamente, sem utilizar a lei de incentivo, deixar a lei para outras empresas que não tenham uma capacidade de investimento possam trabalhar.

É isso que temos trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Barata vai fazer uma pergunta.

O SR. EDUARDO BARATA – Já que os institutos e fundações estão fora desse processo e tem os 90% para usar na sua administração, como nós, produtores independentes, havendo aquele quadro de superávit recorde na captação, e nós estamos excluídos desse processo? Quero saber para onde esse dinheiro está indo, se nós produtores independentes não temos? Acreditávamos que era para os bancos, institutos e fundações; não é mais. Eu gostaria que isso ficasse porque é um dinheiro público.

A SRª MARIA PADILHA – Nós pedimos no começo do ano de 2004 a vocês e diretamente ao Sr. Juca Ferreira que nos desse uma listagem revelando para onde foram os R\$411 milhões de 2003, porque para nós não vieram. Todos estão desesperados. Até hoje, obtivemos para onde foi em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para o resto do Brasil, não sabemos. Nunca tivemos essa resposta oficialmente, por escrito, com transparência. Isso é uma coisa... chata. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de o senhor responder, eu gostaria de dizer o seguinte: foi aprovado nesta comissão um requerimento de minHa autoria, que foi acertado com a última visita da Maria Padilha e outros que estiveram aqui, como o Barata. O Ministério terá 30 dias para responder, segundo a Constituição. São duas pergunta. Vou ler, e o senhor depois pode responder à indagação que foi feita.

Qual o volume de recursos incentivados, liberados por meio do mecenato da citada lei, a partir de 2002 e onde foi aplicado por Estado?

Qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período de 2002 até novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis?

Então já deixo a minha pergunta se será possível responder essas duas questões que coloco no requerimento já aprovado por esta Comissão.

É claro que isso é constitucional e o Ministério terá que responder. E em respondendo, comunico ao senhor que vou passar essa resposta para os representantes do teatro que estão aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sugiro a V. Ex^a que, como hoje é dia 1^o, e a resposta pode chegar até 1^o de janeiro, então...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, o requerimento é do dia 16 de novembro; até 16 de dezembro terá que estar aqui a resposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Poderia pôr até o final de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Mesa ainda tem que despachar. É constitucional. Vamos aguardar. Mesmo que seja 15 de janeiro, não há problema algum.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Que o requerimento estabeleça não até novembro, mas até dezembro de 2004. É somente uma sugestão a V. Ex^a. Que seja assim considerada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O requerimento já foi aprovado. Não se pode mais mudar.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Senador, não há problema. Aliás, a resposta pode ser vista hoje por quem quiser, no *site* do Ministério. No *site* do MinC, tivemos o cuidado, desde março deste ano, de colocar disponíveis todos os projetos, com captação, por Estado. O usuário pode fazer busca por Estado, por projeto, por nome do proponente, por CNPJ. Enfim, os dados estão lá disponíveis. Alguns dados são restritos aos produtores, pois é necessário ter o CNPJ para poder acessá-los, mas isso está disponível.

Será um prazer para nós fazer essa apresentação, porque essa dúvida nos angustia muito. O Ministério está sendo muito transparente nessa questão. Conseguimos fazer uma reunião histórica, como falei há pouco. Foi criado o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Cultura para exatamente discutir os projetos dentro de um processo de seleção, com pontuação e critério, feito por cada instituição da área específica do projeto. Uma reunião na semana passada já inaugurou esse processo. No ano que vem, vamos ter editais e uma série de mudanças nesse sentido para tornar isso mais transparente.

Não há nenhum problema, Senador, vamos preparar essa informação. Já tínhamos entregado, anteriormente, algumas listagens, no Rio de Janeiro. Talvez por ser um conjunto muito grande de informações, não pôde ser processado. Entretanto, os dados estão

na Internet e responderemos à Comissão do Senado Federal sem nenhuma dificuldade.

Concluo, lembrando que o Ministro Gilberto Gil vai ao teatro. Pessoalmente, eu o acompanhei a uma peça de teatro aqui, em Brasília, num festival de teatro do Banco do Brasil. Talvez não tenhamos dado a devida visibilidade ao assunto. Penso que o Ministro Gilberto Gil pode fazer isso, sem nenhum problema.

O SR. EDUARDO BARATA – Em dois anos de Governo, o Ministro somente assistiu a um espetáculo?

O SR. SÉRGIO XAVIER – Não, o Ministro foi a mais espetáculos.

A SR^a LÚCIA VERÍSSIMO – (Inaudível. Interferência fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO XAVIER – Mas, Lúcia, qual o problema de ser um festival? Veja, o Ministro foi ao teatro. Talvez tenha sido muito tímida essa visita, talvez não tenha havido visibilidade. Pode-se fazer isso com mais visibilidade, mas registro que o Ministro foi ao teatro.

E eu tenho ido. Na semana passada, fui ver o Grupo Galpão, em Brasília.

O SR. EDUARDO BARATA – Pode ter certeza de que, quando o Ministro for mais ao teatro, as empresas, aos poucos, vão voltar a patrocinar. Entretanto, a partir do momento em que não temos o Poder Público, o Executivo, indo ao teatro, as empresas também não ficam estimuladas. Interessa para quem fazer teatro, se não interessa ao Poder Executivo, se nem o Poder Executivo vai assistir, se nem o órgão responsável pela cultura vai ao teatro?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para encerrar, então, Dr. Sérgio...

O SR. SÉRGIO XAVIER – Vou apenas concluir, Sr. Presidente.

Primeiro, penso que há dois caminhos a se trabalhar. O primeiro é o de resultados imediatos. Anotei todas essas preocupações, para que, amanhã ainda, eu me reúna com o Ministro Gilberto Gil – que hoje não está em Brasília –, para que possamos iniciar algumas ações de sensibilização e de motivação do empresariado para que eles invistam ainda neste ano. Há tempo ainda. É possível que isso seja feito.

Do ponto de vista de ações de médio prazo, de estruturação das políticas e de estruturação de sistemas que dêem sustentação a essa cadeia produtiva do teatro, que nunca foi estudada – os estudos são muito precários –, precisamos estudar mais, precisar nos saber onde está o gargalo em cada elo dessa cadeia, se é na formação, no consumo, na produção, na circulação. Precisamos saber quais são os problemas em cada uma destas dimensões: na questão tributária, na questão da própria lei de incentivos e das leis estaduais. Enfim, isso tudo tem de ser estudado

de forma científica. Há pessoas que podem fazer pesquisas muito consistentes sobre isso e, a partir dessas informações, teremos a solução que, certamente, vai dar um resultado positivo.

Nesse sentido, convido todos a participarem, na segunda-feira, de uma reunião no Rio de Janeiro, da Câmara Setorial de Teatro, em que vamos apresentar o que o Ministério está fazendo na construção de processos mais consistentes, na construção de políticas públicas...

O SR. EDUARDO BARATA – Há dois anos, estamos discutindo isso...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Deixe-me colocar um pouco de ordem aqui. Do contrário, vamos atrapalhar aqueles que querem ouvir também.

O SR. EDUARDO BARATA – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou lhe conceder a palavra depois.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Eu queria apenas convidar a todos para continuar esse debate, que não se esgota aqui. Estou à disposição a tarde inteira, se quiserem, para que possamos aprofundar mais os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar a palavra para cada um dos convidados. Entretanto, antes, gostaria apenas de lembrar algo importante. Como o Sérgio Xavier disse que só encaminhará em 2005 – e agora não dá mais tempo mesmo de ser em 2004 – o projeto ou os projetos, que não sei quantos serão, de reformulação da legislação de incentivo, como se trata de matéria tributária, só poderá entrar em vigor em 2006. Aprovado em 2005, só poderá entrar em vigor em 2006, no último ano do Governo Lula.

Quando eu disse, no início, que o Governo estava planejando – e nem usei o gerúndio, mas era isso mesmo –, eu quis dizer que se estava gastando muito tempo em planejamento e pouco tempo para a execução, a não ser que se confie tanto na reeleição que se projete já para os próximos quatro anos. Para um mandato, é muito tempo de planejamento para pouco tempo de execução.

O senhor me deu razão agora, porque, encaminhando em 2005, entra em vigor em 2006, e eu quero lembrar que em 2006 haverá eleição e, a partir de junho ou julho, o Executivo praticamente estará todo ele empenhado na reeleição. Sejam, portanto, sinceros: é muito pouco tempo para execução e muito para planejamento.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não estamos elaborando essa lei para o Governo Lula. Essa é uma lei para o Brasil usar. Então, não importa se ela vai entrar em vigor em 2005 ou em 2006. O importante é que ela seja bem

feita, atenda às reivindicações em todos os lugares do Brasil, seja democrática, seja distributiva dos recursos e que garanta resultados efetivos. Não estamos pensando no mandato do Presidente, porque estamos construindo um processo que é do País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ainda bem.

Passo a palavra para Nathália Timberg.

A SRª NATHÁLIA TIMBERG – Eu gostaria de usar este tempo para responder a uma questão colocada e dizer o que penso do nosso momento atual.

Foi colocado pelo Sr. Senador que é uma questão de mercado, que o teatro está definhando porque apareceu a televisão, as novelas. Acontece que, justamente porque o teatro, na maioria dos casos, é uma área de atividade cultural que depende de uma formação, estamos sofrendo com o sucateamento da formação das pessoas neste País. Portanto, o nível de demanda de algo que leve a uma reflexão mais profunda está sendo dificultado.

Há a necessidade de apoio do Estado porque a cultura, de modo geral, precisa de uma sustentação que não seja apenas a proveniente da demanda de um público que está malformado. Temos de colaborar para a formação desse público, e isso em todos os níveis, a partir da escola primária.

Outra coisa que entendo ser fundamental – e vou fazer agora uma imagem, uma analogia – é que, quando temos um doente em fase quase terminal, quando ele está gravemente doente, primeiro é preciso tentar garantir a sua sobrevivência para depois atacar as causas mais profundas que determinaram esse estado. Ocorre, porém, que não adianta chegar às causas mais profundas depois que o doente morreu. Então, penso ser necessário um ambulatório, um serviço de socorro urgente, agora, para que se sustente essa função cultural – e outras que devem estar na mesma situação – até que essa lei aprofundada seja discutida e votada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado à Nathália Timberg.

Passo a palavra para Nilson Raman, Diretor da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

O SR. NILSON RAMAN – Obrigado.

Eu gostaria de dizer que discordo de 90% do que o Sérgio falou. Não concordo. São idéias, são números. Números são lindos, mas os resultados são péssimos, porque você fala, fala, fala, mas o teatro profissional parou. Eu não sei onde está esse dinheiro realmente.

Eu gostaria de parabenizar o Senador José Jorge, que não está mais aqui. Eu gosto muito de um diálogo direto. Eu falo mesmo, acho bonito o que ele falou. Que

bom ouvir de um Senador que o nosso trabalho é social, porque, pelo Ministro Gushiken, todos viraríamos assistentes sociais, não estaríamos fazendo teatro.

A confusão começou, sim, e não está resolvida como o Sérgio falou. Até hoje temos o ranço do projeto feito pelo Ministro Gushiken, com todo o respeito ao Ministro. No entanto, S. Ex^a começou a destruir ali o teatro.

A reestruturação da máquina do Ministério não é positiva. Tínhamos uma Secretaria de Artes Cênicas e Música. Tínhamos com quem tratar os nossos problemas. Hoje, há uma coisa globalizada. A Funarte não atende às companhias grandes, atende aos grupos menores, às companhias pequenas, com políticas dirigidas a essas companhias pequenas. A Funarte não existe para as companhias grandes, para as companhias médias. Quer tentar o papel, mas não tem recurso. É esse o problema.

Há uma concentração de decisões no Ministério. Sr^s e Srs. Senadores, estamos aqui hoje porque não somos ouvidos. Não iríamos usar o tempo dos senhores – que têm assuntos tão importantes quanto, ou até mais – se fôssemos ouvidos pelo Ministério. O Sérgio, dentre as pessoas do Ministério, é por quem mais temos simpatia. É uma pessoa que conversa, que tem assunto. Quem precisaria ouvir nossa conversa era o Sr. Juca Ferreira, Secretário Executivo, se é que o Sr. Juca tem ouvidos. Na primeira reunião que tivemos com o Secretário, ouvimos: “Vocês têm que dar um voto de confiança e nos deixar fazer o que queremos”. Se ele não conseguiu fazer é porque não aceitamos. E ele percebeu, em determinado momento – quando nos reunimos com o Ministro Gilberto Gil no Rio de Janeiro –, que não daríamos um passo atrás, dando total carta branca, porque não concordávamos com o que estava sendo feito.

Há um descaso do Ministro Gilberto Gil para com o teatro. Ele até já falou publicamente que acha teatro chato. É verdade. Vou dar um exemplo a vocês. Sou também empresário da Marília Pêra e fizemos um espetáculo, no centenário de Ary Barroso, com a Orquestra Sinfônica de Brasília, no Teatro Nacional. O Ministro Gil, ao final do espetáculo, fez um discurso e esqueceu de citar a palavra “teatro”. Imediatamente, Marília Pêra foi até ele e disse-lhe: “Ministro, o senhor esqueceu de citar a palavra ‘teatro’”. Ele pediu desculpas, mas mostrou o seu descaso.

A mudança do documento do decreto – se até hoje está assim – é porque, nas vezes em que nos reunimos, voltava igual às nossas mãos. Não éramos e continuamos não sendo ouvidos pelo Ministério. Os senhores ouviram o depoimento de pessoas símbolo deste País, ouviram os nossos depoimentos e todos

falamos a mesma coisa: “Não somos ouvidos pelo Ministério; caso contrário, não estaríamos aqui”.

Não vou conceder apertes.

Senador Cristovam Buarque, vou responder à sua pergunta. Há um desencanto. A esperança, quando o Governo Lula entrou, era a de que as coisas realmente iam mudar, mas não mudaram. E isso é muito ruim. O que o Governo poderia fazer? O Ministro Weffort não foi positivo à cultura, mas pelo menos não atrapalhou. É um caminho para as coisas.

A Senadora Fátima Cleide, que aqui estava, tem todo o apoio da classe artística. Sabemos o poder que temos junto à opinião pública. Ela pode contar conosco no que precisar. O Senador Valdir Raupp deu o exemplo do teatro na cidade dele: trezentos lugares, 900 pessoas, custando R\$20,00, totalizam R\$18 mil. Essa quantia não paga as passagens de uma equipe de dez pessoas para Rondônia. Dezoito mil reais de bilheteria, brutos, sem tirar o teatro, os direitos autorais, todos os percentuais, não pagariam as passagens aéreas para um grupo chegar lá.

Pela primeira vez, Sr^s e Srs. Senadores, estamos vendo números do FNC, que é uma caixa-preta. Está havendo a vergonha de que, entre R\$48 milhões, R\$35 milhões serem para as vinculadas do Ministério. Então, o Fundo que foi criado para atender aos projetos pequenos do País, para resolver os problemas críticos da cultura, está dirigido às vinculadas. O Governo tem que buscar outra forma de aumentar o seu orçamento sem tirar o dinheiro que já está dirigido e de quem precisa: a cultura do País.

Vou falar do retorno social. Tônia Carrero, de quem sou empresário, montou “A Visita de uma Velha Senhora”. Norma Thiré, que é produtora, foi para Belo Horizonte fazer o espetáculo. A preocupação da Norma não era montar uma gigantesca produção para “A Visita de uma Velha Senhora”, mas correr atrás de ônibus para buscar um grupo carente para assistir ao espetáculo; era arranjar um grupo carente que quisesse assisti-lo. Ela perdeu um dia e meio e não conseguiu um grupo carente que quisesse ir ao teatro. É a verdade, foi o que aconteceu.

Senador Eduardo Suplicy, era de nossa vontade que o senhor estivesse aqui, por sua sensibilidade. Tínhamos comentado que o senhor não estava na Comissão de Cultura e como ficaríamos felizes com sua presença.

Senadora Roseana Sarney, muito obrigado por estar aqui. Recomendações ao seu pai!

Quero falar dos servidores do Ministério que o Sérgio citou: Angélica, Teresa e Moacir. São exemplares mesmo. São pessoas que sempre nos atenderam, que sempre buscaram soluções. No começo do Governo,

a coisa não continuou. Hoje, está mais regularizada porque o Ministério percebeu que fez uma grande confusão. Os projetos de Rouanet, que eram aprovados em dois ou três meses, 45 dias, hoje ficam dez meses. Ontem, o Ary Fontoura me disse que tem um projeto há dez meses no Ministério, e não sai.

Desculpe-me, Sr. Presidente, ter estourado. Está sendo comentada a Câmara Setorial. Não somos totalmente a favor da Câmara Setorial, porque é um órgão engessado. Estamos falando sempre de uma agência reguladora. Preferimos uma agência reguladora porque fica à parte, distinta do Governo, é algo que existe independente dos governos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Nilson Raman.

O próximo orador é o empresário do setor teatral Wilson Rodrigues.

O SR. WILSON RODRIGUES – Gostaria de falar apenas duas coisinhas.

A primeira, respondendo ao Senador Cristovam Buarque, é sobre o que queremos que o Governo faça. Creio que, se fosse aceita a sugestão do Senador Roberto Saturnino de, no caso de não haver uma subcomissão, formar-se um grupo de Senadores, teríamos um veículo de contato com o Executivo e de pressão. Para nós, basta dar uma desculpa. Isso é da maior importância! Seria uma grande ajuda mesmo criar esse veículo de acesso.

A segunda é sobre o recorde de captação que foi mostrado aqui. Muito bem! Mas basicamente com projetos aprovados anteriormente a este Governo. Esse é que é o ponto. Desses projetos aprovados anteriormente a este Governo, tive dois projetos aprovados no governo anterior que foram cancelados porque não captei em 24 meses, o que é uma regra arbitrária, porque isso não está escrito em lugar algum. Havia dois textos internacionais e um deles já estava com elenco formado, com boas chances de arranjar captação, o que é difícil, e, de fato, não depende do governo. Não liguei pessoalmente, mas pessoas do grupo o fizeram e nos disseram: “Ah, não! Agora, você apresenta um novo projeto e, assim mesmo, vai ser difícil, porque você já teve 24 meses para captar, e não captou...” Como se captação fosse fácil, e, com dois telefonemas, eu conseguisse o dinheiro.

Então, penso que esse recorde tenha sido em cima de projetos aprovados em outros governos. E, pior, projetos aprovados em outros governos foram cortados neste. Isso, somado a essa ineficiência de estar há dois anos sem aprovar coisas novas – sem aprovar é exagero meu, aprovando muito pouca coisa –, levou a essa parada no setor.

Em relação à burocracia, o Senador José Jorge falou da Gisele Bündchen, que está querendo dar o dinheiro, mas não consegue. Tenho um caso da minha experiência. No curso de Psicanálise que fiz, era obrigatório o estágio. Fiz um estágio de seis meses na Colônia Juliano Moreira. Ali, a loucura meio que permeava médico e paciente – é meio diferente –, e o PT dominava a administração. Isso já faz oito anos. Eles tinham recebido, cinco anos antes de eu chegar, a doação de um televisor que, à época, era um barato, com uma tela enorme. Esse televisor ainda estava guardado no almoxarifado pela seguinte razão: num nosocômio desses é obrigado haver separação entre mulheres e homens, por razões óbvias. E isso é muito respeitado. Então, onde colocar o televisor? Se colocasse no lado das mulheres, estaria prejudicando os homens, e vice-versa. Então, isso era votado – e eu assisti a uma das assembléias, já que estava lá –, inclusive pelos pacientes e pelos médicos, que levantavam o dedinho para dizerem se eram a favor ou contra. E sempre chegavam à conclusão de que teriam que arranjar um segundo televisor: Alguém tem que doar! Alguém tem que doar! E ninguém doava, e ninguém via televisão.

Essa perplexidade se dava pela burocracia dominante, onde tudo tem que ser decidido por consenso, o que leva à inação. É a Gisele Bündchen querendo doar.....

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – A única injustiça do Senador José Jorge é comparar a burocracia... A burocracia soviética não era assim, não! Era muito eficiente! É outro assunto. Mas era eficiente.....

O SR. WILSON RODRIGUES – Então, é isso! Enfatizando a criação de um veículo nosso, porque a questão é o poder: se eu chegar lá e bater na porta, sou atendido de uma forma; se tiver um veículo, um grupo de Senadores que eu possa acionar para ir lá comigo, é realmente outra coisa. Então, se surgiu uma idéia boa aqui, foi essa. Se os senhores puderem apoiar....

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Barata.

O SR. EDUARDO BARATA – Gostaria de firmar que somos a favor da descentralização, e acreditamos que a Lei Rouanet tem esse mecanismo para que isso aconteça, que é o Fundo Nacional de Cultura. E já propusemos que a alíquota de 4% aumente nas regiões mais carentes para 10% e 15%. Não é preciso mexer na Lei Rouanet, para que isso funcione. Nela já está estabelecido como isso deve funcionar.

Também queria falar, sabendo, agora, que os institutos e fundações estão fora, que o Poder Público

– esta é a única coisa que podemos pensar – é nosso concorrente firme na captação de recursos.

Saliento que a Funarte captou, por meio da Petrobras, R\$3 milhões para produzir o Projeto Pixinguinha, e as artes cênicas, que compreendem teatro, dança, ópera e circo, têm R\$3 milhões, em 2005, para atender a todos os Estados do País. Repito: R\$3 milhões para as artes cênicas no Brasil inteiro, e uma vinculada do Governo tem R\$3 milhões para realizar um projeto.

Quanto às estatais, a Eletrobrás, que sempre foi uma grande patrocinadora de teatro, talvez a principal, hoje está fora desse mercado. Nunca houve, desde que trabalho – há 15 anos –, tanto patrocínio por meio de indicação e de apadrinhamento político.

Não estamos tendo acesso. A situação é grave. Não sabemos se, no semestre que vem, haverá espetáculos para ocuparem os palcos do Rio de Janeiro e São Paulo, que são os principais pólos culturais do País.

Somos os excluídos da vez. Queremos voltar, temos de ser incluídos. Movimentamos a economia teatral e da cultura e estamos correndo o risco de, no ano que vem, no primeiro e segundo semestres, não vermos espetáculos realizados. Há um desemprego nunca visto na área; os técnicos não têm emprego – operador de luz, operador de som, contra-regra, camareira.

Então, gostaria muito de saber para onde foi o recorde de captação. Não veio para nós, produtores e profissionais independentes. Não chegou a nós esse dinheiro. Considero fundamental que se saiba isso. Somos a favor da descentralização – é para todos escutarem isso. Não somos contra. Temos sugestões para que ela aconteça, já as fizemos aqui. Somos a favor e temos instrumentos. A Lei Rouanet tem instrumentos para que isso aconteça imediatamente. Não é preciso mexer nela.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Eduardo, só um esclarecimento, por gentileza.

Quero dizer que os recursos repassados do Fundo para a Funarte são aplicados em projetos independentes. Por exemplo, um deles, o Caravana Funarte de Circulação Regional, é o que recebeu mais recursos: R\$6,4 milhões. Isso aconteceu exatamente para atender à produção independente na circulação.

O SR. EDUARDO BARATA – Desculpe-me, só a produção independente de todo o Brasil, R\$6 milhões. Um espetáculo, com 15 ou 20 pessoas, recebeu R\$40 mil para viajar por quatro cidades.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Sim. Mas foi a primeira vez em que isso foi feito.

O SR. EDUARDO BARATA – Se fizermos as contas, quanto custa ir para Roraima? Dezoito mil reais. A gente não pode viajar.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Deixe-me apenas concluir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só peço que cada um fale na sua vez, se não confunde quem está em casa ouvindo. Aliás, esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. Então, as pessoas que estão em casa não conseguem entender o que está sendo discutido aqui.

O SR. EDUARDO BARATA – Eu só gostaria de concluir. Há dois anos, estamos sentando, discutindo, conversando com o Ministério da Cultura. E a sensação que tenho agora é a de que estamos começando tudo de novo, partindo do zero.

Às Câmaras Setoriais já indicamos o caminho. Vocês já conversaram. Desde o início do Governo, estamos conversando, e o nosso mercado, paralisado: desemprego total, teatros sendo fechados, pessoas sendo demitidas, nossas produtoras sendo fechadas. Há dois anos estamos conversando, e o setor parou. Está fragmentada a nossa economia. Nós, profissionais – nós é que empregamos –, queremos ser incluídos nesse processo. Queremos receber os R\$422 milhões, queremos participar desse processo.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Peço a palavra, só para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar a palavra ao Sérgio, para um esclarecimento. Peço que seja rápido, porque já estamos nos aproximando do horário de encerramento da reunião.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Claro, serei bem rápido. Só quero fazer estes esclarecimentos: os recursos repassados para as entidades vinculadas são para projetos independentes, principalmente os da Funarte. Pela primeira vez na história, foram dedicados R\$6 milhões para projetos de circulação; isso nunca tinha sido feito.

Gostaria muito que comparássemos o que está sendo feito agora com o que se fazia. Antes, a Lei Rouanet era a única ação do Ministério; hoje, estamos constituindo outras coisas.

Queria dizer que a Petrobras, além dos R\$3 milhões, tem também um edital de mais R\$3 milhões – valor que, em parte, pode ser utilizado para artes cênicas, para memória das artes –, tem projetos de continuidade para artes cênicas, no valor de R\$15 milhões, para este ano; está patrocinando festivais de artes cênicas, que correspondem a mais R\$3 milhões; enfim, tem projetos de escolha direta...

O SR. EDUARDO BARATA – Não tem de montagem; não tem de realização.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Está certo. Isso pode ser ajustado. Mas os investimentos deste ano da Petrobras e das estatais todas – estou com os números e

posso passar depois – são muito expressivos e estão sendo feitos de maneira muito focada no teatro.

Não quero dizer, com esses números, que não existem problemas. Sei que existem e precisamos atacá-los. Quero, no entanto, que sejamos justos e reconheçamos que o Ministério e a Funarte estão investindo os poucos recursos que têm; que o Governo está buscando mais recursos, está elevando o Orçamento, está elevando o teto da renúncia fiscal; que as estatais estão organizando processos transparentes de seleção, com os editais, e a Petrobras é um exemplo disso.

Comenta-se que o teatro brasileiro está acabando, mas ele não vai morrer! É claro que não vai! Fico preocupado porque essa onda de pessimismo pode gerar até uma...

O SR. EDUARDO BARATA – Não é pessimismo. É realidade.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Eu sei, Eduardo, mas creio que temos capacidade de corrigir as distorções que existem.

Para terminar, eu diria que a questão da captação pode ter uma solução imediata agora em dezembro, bastando para isso as empresas se sensibilizarem. Elas lucraram. Hoje, o Governo Lula anuncia os resultados fantásticos e históricos de recuperação da economia. Não só está acontecendo o espetáculo do crescimento, conforme o Presidente disse, mas acontecerá também o crescimento do espetáculo, com certeza.

O SR. EDUARDO BARATA – Posso finalizar?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para encerrar, concedo a palavra ao Sr. Eduardo Barata.

O SR. EDUARDO BARATA – A nossa economia está inversamente proporcional à economia do País, ou seja, enquanto a economia do País cresce, a nossa decresce rapidamente, vertiginosamente.

Gostaria de agradecer ao Senado, pois considero que estamos abrindo uma nova comunicação, realizando um novo processo. Isso, sim, penso que temos que começar do zero, porque, com o Ministério, estamos conversando há dois anos e não me considero começando do zero. Já apontamos todas as fragilidades do nosso segmento e espero que, com o Senado, consigamos construir essa Subcomissão de Teatro, a fim de conversarmos sobre uma agência reguladora de teatro, uma agência nacional. Isso é importante.

Não podemos ficar à mercê de cada Governo que é empossado. Temos que ter uma política de Estado, que não mude a cada Presidente, Governador ou Prefeito. Tem que haver uma política de Estado para o nosso segmento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Eduardo Barata.

Concedo a palavra, para sua manifestação final, à Sr^a Maria Padilha.

A SR^a MARIA PADILHA – Realmente, estamos há dois anos conversando com o Ministério, e se eles mandaram o Sr. Sérgio Xavier é porque talvez ele seja a única pessoa que nos ouça. Eles mandaram a melhor pessoa, souberam quem mandar, porque o diálogo com eles é muito difícil, principalmente com o Sr. Juca Ferreira – tenho que “dar nome aos bois”.

Gostei muito da fala das pessoas do PT que estão aqui, como os Senadores Eduardo, Saturnino e Cristovam. Os senhores são pessoas que adoram o teatro, assim como Lula. Tivemos um encontro no Canecão, antes de Lula ser eleito, e ouvi esse discurso a que o senhor se referiu, que foi lindo, choramos e sabemos da preocupação. Aquilo não era mentira, eu vi no olho dele, ele não estava mentindo. Sou atriz e saberia se estivesse mentindo.

Há vários problemas que o Sérgio apresentou que são do Executivo, sim. Como aumentar a verba para esse Fundo Nacional da Cultura? Teria que ser uma decisão do Executivo. Essa proposta de as alíquotas aumentarem nos Estados menos privilegiados talvez seja uma decisão do Executivo – não sei, não entendo tão bem. Melhorar o orçamento para a cultura – não sei se chegará a 1% – também é algo que temos que fazer com o Ministério da Cultura junto ao Executivo.

Então, pergunto-me: será que o Presidente Lula sabe o que estamos vivendo? Estou olhando para o senhor porque foi quem colocou isso. Sou uma pessoa que sempre fala: vamos conversar com Lula, porque acho que ele não sabe o que está nos acontecendo. Acho que as medidas – talvez ambulatorias – têm que vir do Executivo, porque é mais verba para o Fundo Nacional da Cultura, mais verba para a cultura, colocar as estatais de novo, como a Eletrobrás, de volta. Isso são coisas em relação às quais o Executivo tem poder. Não vai ser através do MinC nem da Funart. Será que a gente consegue chegar lá? Será que vocês ajudam a gente a chegar lá? Será que o que estou colocando é uma questão pertinente? Não entendo muito de política, mas me parece que gostaríamos de se juntar um pouco, em vez de ficar só brigando, de confronto, para conseguirmos ir para frente. Então, acredito ainda no Brasil, acredito ainda neste Governo, acredito em vocês, Senadores, que vieram aqui hoje, que nos deram uma atenção do seu tempo precioso, acredito muito no nosso Senador que nos proporcionou tudo isso.

Então, gostaria que arrumássemos, juntos, já uma medida qualquer. Vamos conversar com o Presidente? Será que é isso? Não sei. Ajudem-nos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, tenho que dar uma informação sobre a proposta da criação da Subcomissão de Teatro na Comissão de Educação do Senado. Temos um número limitado de subcomissões. Uma solução que poderíamos adaptar, já que estão todas preenchidas, seria de fazermos da Subcomissão de Cinema a Subcomissão de Cinema e Teatro. Não sei se isso satisfaria. Não. Já vi que não.

A SRª (oradora não identificada) – As atividades são diferentes.

A SRª MARIA PADILHA – Já está muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, retiro a minha sugestão. Aí teremos de trabalhar no ano que vem, porque a gestão dessas subcomissões termina no dia 31 de dezembro. Teremos de trabalhar para ver se existe uma subcomissão dentro da Comissão de Educação que pode ser extinta para, em seu lugar, criar a Subcomissão de Teatro. Vamos continuar conversando sobre isso.

Sobre tudo que o Sérgio Xavier falou aqui, praticamente, tudo tem que passar pelo Congresso e tem que passar aqui nesta Comissão. Então, esta audiência pública para nós foi muito importante, porque acredito que a maioria dos Senadores não conhecia a situação do teatro brasileiro, como foi apresentada aqui. Eu mesmo fiquei muito surpreso na visita que me fizeram outro dia, tomei a iniciativa de marcar essa audiência pública, para tornar pública mesmo a situação, porque, se nós Senadores não conhecemos, o público em geral, então, nem pensa, nem imagina que o teatro possa estar passando por essa situação.

O meu objetivo, embora eu seja de um partido de oposição ao Governo Lula, sou do PDT, como Presidente da Comissão nunca foi, em nenhuma matéria, confrontar opiniões com o Governo; apenas é a realidade que está sendo exposta. Democraticamente pedi para que os representantes do teatro indicassem quem viria falar, e eles indicaram. Pedi a presença do Ministro Gilberto Gil, ele indicou o Sérgio Xavier para vir representá-lo aqui, estamos satisfeitos, não tem nenhum problema, porque o Ministro Gilberto Gil já esteve aqui em outras oportunidades, sei que virá. O meu papel, na condição de Presidente da Comissão, é promover a oportunidade do debate, porque senti que o segmento estava querendo falar, mas não tinha oportunidade de falar. E aqui, me parece, o fórum adequado para falar, porque estamos na Comissão de Educação e Cultura do Senado, com a TV Senado transmitindo ao vivo, dando oportunidade para as pessoas, no Brasil inteiro, tomarem conhecimento dessa situação, e não basta esta ação da Comissão de Educação e Cultura; temos de dar sequência a isso.

Temos o requerimento, vamos aguardar a resposta oficial, formal, do Ministério, porque há muita confusão nos números, há muita contradição, aliás, porque há uma reclamação de que os recursos escassearam, e, na visão do Ministério, eles aumentaram. Então, não sei se a demanda cresceu também. É preciso ser melhor explicado. Infelizmente, o meu mandato aqui, na Comissão de Educação, se encerra em fevereiro, mas quero passar essa missão, que iniciei, para o próximo Presidente – não sei quem será – e quero, evidentemente, acompanhar que esse processo, iniciado neste debate, não termine aqui, porque muitas vezes fazemos um debate que fica muito exposto e evidente, mas aquilo morre em um debate apenas. Espero que isso seja concluído com essa audiência pública no Senado. Não quero ouvir dos artistas e dos produtores de teatro que fizemos um teatro aqui. Quero ouvir que foi muito importante essa reunião, para dar início a um processo de conversação, de negociação mesmo – vamos usar o português claro –, com o Congresso Nacional, porque aqui é onde se decide.

Outro dia ouvi um Senador dizer “o que adianta falar com a Comissão, pois a Comissão não vai resolver nada.” É a Comissão, sim, que resolve. Se não for na Comissão, não se resolve nada. Aliás, foi a Comissão que evitou que se extinguissem as leis de incentivo, porque a proposta inicial da reforma tributária era a extinção das leis de incentivo em dez anos. E foi esta Comissão que se reuniu por unanimidade. A Tônia Carrero – depois ela compensou – me provocou outro dia, falando “o que vocês fizeram até agora?” Nós evitamos, para a cultura, que as leis de incentivo fossem extintas em dez anos, porque essa foi a proposta encaminhada na reforma tributária votada no Congresso. Aliás, não era em dez anos, mas em 2006 seriam todas extintas. Não estaríamos aqui discutindo a Lei Rouanet e outras leis de incentivo porque elas teriam sido condenadas à extinção em 2006. E esta Comissão evitou isso. Então, esta Comissão é muito importante para o País e é importante, sem nenhuma dúvida, para o teatro, para o cinema, enfim, para as artes e para a cultura.

Não sou especialista do ramo. Eu disse aqui outro dia para as atrizes que estiveram aqui – inclusive, a Rosamaria Murtinho, que disse que seu pai também era – que o meu pai é ligado à agricultura. Entendo mais de agricultura do que desta área em que estamos. Quem entende disso é o Cristovam Buarque, é o Saturnino Braga, o Suplicy, a Roseane. Mas é claro que sei da importância. E por conhecer a importância, e como Presidente da Comissão, estou aqui, cumprindo o meu papel e vou cobrar para que esse processo que se iniciou hoje tenha sequência, principalmente em relação ao Ministério da Cultura. Vamos acompanhar de

perto o encaminhamento da legislação, que, segundo o Sérgio, pode abrir novas perspectivas para o teatro e para a cultura. É o nosso papel não só legislar, mas fiscalizar também os atos do Executivo. E esse papel eu quero cumprir, principalmente sendo um Senador de Oposição. Não faço oposição apenas para me confrontar com o Governo. Faço oposição quando ela é necessária, e, neste caso, me parece muito necessário que estejamos do mesmo lado, lutando pelo mesmo objetivo. Mas, às vezes, temos visões diferentes e temos de expô-las.

Agradeço a presença de todos. Agradeço aos nossos convidados, que pacientemente permaneceram aqui. Já são 13 horas e 50 minutos; estamos, portanto, com várias horas de reunião. Coloco-me à disposição do segmento dos produtores, dos artistas, das atrizes, para que possamos continuar esse processo iniciado aqui, e também do Ministério da Cultura, para que, na tramitação da legislação que vai ser necessária que seja aprovada pelo Congresso, contem com o meu apoio para que ela seja bastante ágil.

Antes de encerrar, o Sérgio deseja falar mais uma vez.

O SR. SÉRGIO XAVIER – Quero agradecer a todos e dizer que o Juca Ferreira não está presente aqui, neste debate, porque ele tinha um compromisso fora, já marcado anteriormente, mas ele está também aberto para ouvir. Creio que, em alguns momentos, ele tem sido muito enfático, em alguns debates. Talvez isso tenha passado uma idéia errônea de que ele não está aberto para ouvir. Deixo isso registrado e informo que todo o Ministério está aberto a ouvir e a continuar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião. (Aplausos.)

Reabrimos a reunião para a Senadora Roseana.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – Eu queria apenas me desculpar pelo atraso e dizer que estou de acordo com meus parceiros, os Senadores, dizendo que também estou muito preocupada. Vim da Região Nordeste, onde também fazemos teatro e temos – falo do Maranhão, de São Luís principalmente – uma preocupação constante com a cultura brasileira e com a cultura do nosso Estado. Tenho uma responsabilidade enorme, porque sei que a lei que iniciou tudo isso foi uma lei do Presidente José Sarney. Acho que todos somos co-responsáveis. Portanto, estamos sempre atentos para que essa lei continue e perdure para ajudar a cultura brasileira.

Quero dizer a vocês – acho que é a primeira vez que nos reunimos – que tínhamos, sim, oportunidade de ajudá-los. Acho que, se tivéssemos vindo um pouco

mais cedo... Porque a nossa Comissão tem algumas prerrogativas, dentro das quais temos o direito de fazer emendas de orçamento, cujo prazo se esgotou. Então, se estivéssemos estado antes, poderíamos, realmente, ter ajudado – não é isso, Sr. Presidente? –, colocado uma emenda para a área do teatro, que é uma área que está muito necessitada. Eu sei que está. E não é só a elite do teatro, mas o nosso teatro de todo dia, de que participo muito. Digo que temos condições, sim; o Orçamento ainda não fechou. Podemos ajudar. Coloco-me à disposição para ajudar na votação do Orçamento ainda para o próximo ano, na área de cultura, isto é, tentando colocar mais verbas ao Ministério da Cultura. Acho que podemos nos unir – os Senadores que aqui estão e os que estiveram – e levar essa preocupação à Comissão de Orçamento, porque o Orçamento ainda está sendo votado.

Eu queria agradecer e dizer que me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Roseana, sobre o Orçamento eu queria dar uma explicação. A Comissão aprovou uma emenda, mas aqui a maioria aprova, e a minoria tem que aceitar.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu sei, mas é que a maioria aprovou a proposta do Ministério da Cultura, que foi para biblioteca. Então, não tivemos oportunidade de fazer uma outra emenda.

A SRª MARIA PADILHA – Mas ainda dá tempo.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dá tempo no Orçamento. V. Exª tem razão. Mas V. Exª fala aqui sempre que quiser, depois de encerrado, antes de iniciada a reunião. (Aplausos.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h53min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 07 de Dezembro de 2004.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Valdir Rapp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim

Morais, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Valmir Amaral, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 048, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, e dá outras providências”. A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 336, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Na ausência do relator designado, Senador Eduardo Azeredo, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, designa, como relator ad hoc, o Senador Hélio Costa. A matéria é adiada, para reunião a ser realizada amanhã, oito de dezembro de dois mil e quatro, atendendo a solicitação do Senador José Jorge, acatada pelo plenário. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Íris de Araújo que, “Dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador José Jorge. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta que, “Proíbe qualquer tipo de patrocínio ao esporte ou à cultura por empresas fabricantes de produtos fumígenos”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Aviso nº 004, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria Tribunal de Contas da União que, “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1932/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório anual de acompanhamento da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por força da Lei 10264/2001, no período de agosto de 2001 a dezembro de 2002 TC – 012.684/2003-0”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer, pelo conhecimento e encaminhamento do processo à Co-

missão de Fiscalização e Controle é aprovado. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias submete ao plenário a deliberação da Pauta Extra, o que é aprovado. **Pauta-Extra: Item Único: Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, “Regulamenta a promoção e publicidade de medicamentos e dá outras providências.”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2003** que, “Altera a Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do artigo 220 da Constituição Federal, em relação à propaganda de medicamentos e terapias” e o **Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2003** que, “Altera a Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996, para exigir que a propaganda de medicamentos e terapias seja aprovada, previamente à exibição pelo órgão de vigilância sanitária competente.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável ao PLS 308/03, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando os PLS 242/03 e 355/03. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Ficam adiadadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta ordinária: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 074, de 2004, Item 07: Petição (SF) nº 008, de 2004, Item 08: Requerimento ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Declaro aberta a 46ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Como todos sabem, a pauta está obstruída. Não podemos votar projeto terminativo algum na Comissão, mas há oito itens não-terminativos em pauta para serem votados.

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ABDI, e dá outras providências. Autor: Presidência da República.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. S. Ex^a encaminhou ofício a esta Presidência comunicando sua ausência, já que está em missão no exterior. O ofício do Senador reza: “Informo a V. Ex^a que este Parlamentar estará participando, como membro da Delegação do Parlamento Latino-Americano, da 24^a Sessão Plenária da Assembléia Interparlamentar dos Países Membros da Comunidade dos Estados Independentes, na cidade de São Petersburgo, de 3 a 11 do corrente”.

Como a matéria tramita em regime de urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, consulto o Senador Hélio Costa se pode funcionar como Relator **ad hoc** deste projeto de lei.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Designo o Senador Hélio Costa Relator **ad hoc** e concedo a S. Ex^a a palavra para apresentar o relatório em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2004, autoriza o Poder Executivo a instituir o serviço social autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ABDI.

O projeto é muito importante. Foi encaminhado ao Congresso pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovado na Câmara dos Deputados e depois encaminhado ao Senado. Nesta Casa, foi aprovado na CCJ com parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti e recebeu parecer favorável do Senador Eduardo Azeredo nesta Comissão de Educação.

A receita principal da ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, virá de parte dos recursos arrecadados para manutenção do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e da Apex, Agência de Promoção de Exportação.

As empresas recolhem, para a manutenção do Sebrae e da Apex, 3% da folha de pagamento. Dessa arrecadação, 87,5% são repassados ao Sebrae e 12,5% à Apex.

Este projeto propõe a redistribuição de 2% dessa verba para a ABDI, reduzindo os recursos do Sebrae em 1,75% e da Apex em 0,25%.

Senador Juvêncio da Fonseca, muito embora concorde e aprove o relatório em regime de urgência, porque precisa ser votado no plenário do Senado, entendo que não deveríamos retirar recursos do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e da Apex, que é uma agência que faz a promoção da exportação. Na realidade, esse dinheiro

deveria sair do Orçamento ou de algum outro lugar. Mas, se a Oposição não viu isso, não será o Vice-Líder do Governo que vai ver. Essa é a minha posição.

Essas duas instituições são muito importantes para o desenvolvimento social e deveriam ter seus recursos aumentados ao invés de diminuídos. Dizem que 2% não fazem diferença, mas fazem uma diferença muito grande, principalmente quando falta dinheiro para praticamente todos os projetos importantes.

O Sebrae é uma instituição que promove cursos de capacitação, facilita o acesso a serviços financeiros, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividade que contribui para a geração de emprego e renda. São centenas de projetos gerenciados pelas unidades de negócios e de gestão espalhados por todo o Brasil.

A Apex tem como objetivo coordenar as ações que facilitem as exportações brasileiras, aproximando o exportador nacional às demandas internacionais. Desenvolve missão de empresários a diversos mercados internacionais, promove feiras para expor produtos nacionais, instrui o exportador quanto aos documentos necessários à venda de seus produtos no exterior e esclarece os itens que devem ser analisados para a formação do preço do produto a ser colocado no mercado internacional.

Fiz questão de citar qual é o trabalho do Sebrae, qual é o trabalho da Apex, porque a Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial vai ter que fazer muito mais do que isso para tirar dinheiro do Sebrae, para tirar dinheiro da Apex. Ela tem que ser melhor, tem que fazer um belo trabalho para tirar dinheiro desses órgãos.

A ABDI será igualmente importante ao Sebrae e à Apex, mas o projeto deveria apresentar uma outra fonte fixa de receita para sua manutenção, sem, é claro, onerar ainda mais as empresas, que já destinam 26% a 28% da sua folha de pagamento para contribuições sociais e previdenciárias.

Sr. Presidente, passo a ler o meu voto final, que, na realidade, é voto **ad hoc**. Não fui eu quem fez o relatório, estou acrescentando opiniões do Senador Hélio Costa que não constam do relatório aprovado, do relatório enviado. Vou aprová-lo sim, mas faço a ressalva de que no Sebrae e na Apex não deveriam ser feitas modificações, dado o trabalho relevante que os dois prestam. Mas, como disse, quem tem que ver isso é a Oposição; sou Vice-Líder do Governo não posso nem reclamar.

Por tudo isso, voto favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passarmos à discussão, gostaria de prestar dois escla-

recimentos. Normalmente, é da competência do Presidente da Comissão designar o Relator da matéria. Às vezes, há solicitação de um Senador ou até solicitação de uma Liderança indicando um Senador. Sou de um partido opositor aqui na Casa, mas, muitas vezes, entendemos as razões do Governo e com ele votamos, bem como entendemos as razões do Líder do Governo e atendemos à sua solicitação. Foi uma solicitação do Líder do Governo a indicação do Senador Eduardo Azeredo para Relator dessa matéria.

Sendo o Senador Eduardo Azeredo de um partido oposicionista, talvez tenha sido até estratégia para conquistar o voto da Oposição à matéria. Mas atendi à solicitação do Líder do Governo e designei o Senador Eduardo Azeredo. Como S. Ex^a não pôde comparecer, procurei compensar, designando *ad hoc* o Vice-Líder do Governo para relatar um projeto de lei do Governo, a origem é o Executivo. Esse é o primeiro esclarecimento.

O segundo é que, na semana passada, quando realizávamos aquela audiência pública com o pessoal do teatro, fui convidado para uma conversa com o Ministro Furlan aqui, na sala da Comissão. S. Ex^a me pediu que votasse esse projeto nesta terça-feira, hoje, em função da urgência do Governo em aprovar essa matéria ainda este ano. Cumpri, portanto, o compromisso assumido com o Ministro Furlan, entendendo as razões do Governo e as razões do Ministro Furlan para a aprovação do projeto. Ouvi aqui o comentário do Senador Hélio Costa, embora já tivesse discutido a matéria com o representante do Sebrae, que me explicara exatamente esse posicionamento do Senador Hélio Costa. Portanto, mesmo estando na Presidência, concordo integralmente com a posição manifestada pelo Senador Hélio Costa. A questão do Sebrae, realmente, precisaria ter sido um pouco melhor analisada, porque estamos retirando recursos e atribuições do Sebrae, transferindo para uma agência. Todos sabemos da importância do Sebrae na prestação de serviços ao País. Vamos torcer, se aprovado o projeto em regime de urgência, para que essa agência possa substituir e até aperfeiçoar o trabalho que o Sebrae vem realizando.

Está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, não enxergo sob esse aspecto. O Sebrae é importante? É importantíssimo.

Cada Governo tem uma meta, tem um objetivo, e deve procurar os meios de alcançá-lo. Qual o objetivo e qual a meta do Governo? É a promoção, a venda dos produtos brasileiros no exterior. Ora, depois do Presidente Lula, virá outro Presidente, que tem que

ser sempre enquadrado no Sebrae; daqui a 100 anos, Sebrae. O Governo não pode mudar metas. Os Governos existem para mudar, para transformar. O Governo que não transforma, que não revoluciona, não é governo. O Governo tem que ser uma linha avançada da sociedade, crescendo, avançando, tentando novos caminhos. O governo que fica parado não é governo, é estático. O Governo tem que ser uma mola de ação que mexa, que cutuque os fundos, os porões da sociedade, que faça refluir desejos, vontades, metas, que faça com que as pessoas acreditem nos seus ideais, cresçam. Esse, sim, é um Governo. Nesse caso, o que acontece? O Governo tem as suas metas e entendeu que precisa dar um reforço, nesse momento, naquele ponto, que é um ponto que o Sebrae faz também. Mas agora haverá uma agência só para fazer aquilo. Trata-se de uma meta do Governo. Ora, nós aqui vamos discutir o que nós queremos a fim de que o Governo inclua nas metas dele, ou nós vamos contra as metas do Governo. Então, ele tem que ficar enquadrado ali, e vai ser sempre Sebrae. Daqui a vinte anos, entrou outro Presidente, Sebrae.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não pode mudar nada. Não, o Governo tem que mudar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, concordo com V. Ex^a quando diz que o Governo tem que mudar. Deveria mudar pelo menos e de imediato a origem do recurso. Por exemplo, em vez de fazer tudo isso tirando dinheiro do Sebrae, tirando dinheiro...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Uma parte. Ele não vai tirar tudo, não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Está tirando um pouco.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Dois por cento. Mas 2% é muito para o Sebrae. Que tire do Orçamento da União. Ele não precisa tirar do Sebrae.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas o Orçamento da União já é uma peneira. Então tem que tirar o salário mínimo, tem que tirar as emendas parlamentares, tem que...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas é muito pouco, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Em casa que não tem pão todos brigam e ninguém tem razão. Tira de onde tem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imagino o exercício mental feito pelo ilustre Senador Hélio Costa para apresentar o seu voto. E nós estamos precisando, deste País, de fazer um grande exercício mental de sobrevivência da governabilidade, tendo em vista os interesses nacionais.

Nós não estamos discutindo aqui, pela colocação do eminente Senador Hélio Costa, que se tire do Sebrae alguma coisa. Mas porque não há outras fontes maiores para demonstrar que há uma opção política de se fazer uma bela política industrial em cima dessa agência que está sendo criada.

No ano passado, arrecadou-se – mais do que em 2002 – R\$62 bilhões neste País. E, neste ano, acima desse valor, que é o crescimento real da arrecadação. No entanto, isso não satisfaz de forma nenhuma o Governo, que diz que está com o Orçamento todo furado; é uma peneira. É uma peneira tão grande que está deixando vazar todo esse recurso que, progressivamente, todo ano, é sempre maior.

E a reclamação dos industriais, da população brasileira é a excessiva carga de impostos deste País hoje. Quando chega a hora de se criar uma agência que vai beneficiar a indústria e a exportação, tira-se justamente recurso que vem dos empresários, que contribuem para o Sebrae. Tirando-se do Sebrae, indiretamente está se tirando dos empresários, inclusive dos industriais e das pequenas empresas. O Governo Federal está usando uma muleta para auferir recursos e criar uma agência como se fosse o autor de uma grande idéia que, na verdade, é sustentada pelos próprios empresários que querem fazer merecer uma atenção especial.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a me permite um comentário?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a está corretíssimo. A minha observação coincide rigorosamente com o que disse V. Ex^a e também não despreza a posição do Senador Gerson Camata. Mas eu gostaria de ressaltar o que V. Ex^a acabou de dizer. Não se pode tirar das pequenas e microempresa; pode-se tirar do Orçamento da União. Tem que enfrentar o touro à unha, como se diz.

Ontem, li num jornal que o Ministério das Relações Exteriores está propondo um aumento do quadro, por quê? Porque, por exemplo, na China, onde os

americanos têm 180 assessores comerciais, os alemães têm 62 assessores comerciais e a Embaixada do Brasil tem 1, que certamente não fala chinês. Então, tem que aumentar o quadro. Mas tem de propor assim: vamos aumentar o quadro. Precisamos dobrar o orçamento do Ministério das Relações Exteriores, para fazer a coisa certa.

Agora, tirar de quem já não tem muito, tirar de pequena e média empresa, tirar de microempresa, eu acho errado.

Vamos sim, com exercício mental, conforme disse V. Ex^a, aprovar com todo carinho, porque é importante, tem de ser levado ao Plenário hoje, vou pedir inclusive aos meus companheiros, aos meus amigos que entendam a minha posição. Apenas vou dizer que não concordo, mas, como é bem pelo bem da Nação, voto “sim”, com certeza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Senador Hélio Costa, obrigado pelo aparte. Mas, apesar de todas essas considerações feitas por V. Ex^a, vou votar contra, principalmente por essa argumentação que V. Ex^a trouxe: tirar da microempresa, do pequeno empresário para dar ao grande industrial, ao grande comércio exterior. Trata-se de um incentivo importante – precisamos disso –, mas não dá para aceitar que tirem logo do pequeno, do microempresário... Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Juvêncio vota contra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, será que ainda há condições de pedir vista deste projeto? Ele é um projeto bastante polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em regime de urgência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aí não há vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Ele está na pauta do plenário de hoje à tarde já.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se não o apreciássemos aqui hoje, não o fariamos mais, porque já está na pauta. Colocamos na pauta para termos o gosto de votar.

Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma pequena observação, porque estamos discutindo a criação de uma agência para o desenvolvimento industrial. Trata-se de

um órgão regulador, de um órgão autônomo e não de um órgão governamental. Ele tem como prerrogativa fazer toda a articulação dos interesses, do desenvolvimento industrial do nosso País.

Tenho o entendimento de que está em discussão o mérito. É importante ter essa agência? É importante essa articulação? Ela é fundamental? Ela é estratégica? Se for estratégica, produzirá efeitos que vão, na cadeia produtiva do nosso País, desencadear a sustentabilidade para o nosso desenvolvimento econômico, para a nossa ciência e tecnologia, de avanço, de disputa do mercado, porque todos sabemos que, na área industrial, se não tivermos toda essa articulação, se não nos empenharmos, se não integrarmos tudo aquilo que tem a ver com o desenvolvimento desse setor nós não teremos competitividade, em nível internacional.

Portanto, o que está em discussão é o mérito da agência. Eu não consigo enxergar em ninguém aqui neste plenário dúvida a respeito da importância estratégica da criação dessa agência.

Para se criar a agência é preciso haver recurso – todos nós sabemos. Então, não se trata de tirar 2% – é 1,75% –, de tirar também outro pequeno percentual das Apex. A criação da agência vai, em curto prazo – não digo nem médio –, beneficiar todos os setores, inclusive o da média e da pequena empresa, que se beneficiarão de algo criado, à parte do Governo, e que poderá fazer a integração e dar sustentação ao desenvolvimento industrial de nosso País, com a política industrial efetivamente do interesse de nosso País, em nossa lógica, em nossa soberania.

Obviamente, ninguém vai criar uma agência brasileira de desenvolvimento industrial sem fonte de recursos para dar-lhe sustentabilidade e fazer esse debate, ou seja, por causa da questão secundária, estamos obscurecendo a questão central, que é criar uma agência para articular toda a política de desenvolvimento industrial de nosso País.

Então, queria fazer um apelo aos que estão votando contra. Se o Ministro Furlan – tenho muita tranquilidade para dizer isso porque aqui todos sabem que o Ministro Furlan não é do PT – veio aqui, conversou, convenceu todos os Líderes da importância, da urgência de votarmos isso neste ano, de não termos alteração, até para que a matéria não retorne à Câmara, a fim de que possa ser imediatamente implementada. Isso se deve ao entendimento que todas as Lideranças e todos os Parlamentares estão tendo neste momento. Não temos o direito de perder este bom momento de retomada do crescimento, do desenvolvimento da nossa indústria, de todos os incentivos. O Presidente da República, há poucos dias, assinou a lei do incentivo à pesquisa, à ciência e à tecnologia, que votamos há

bem pouco tempo. Assim, é preciso dar sustentabilidade ao desenvolvimento.

Faço um apelo no sentido de que não nos atenhamos a uma questão, que é pertinente, que é relevante, em razão da importância estratégica da criação da ABDI; de que não nos atenhamos à questão da origem dos recursos, até porque, para quem detém 87,5%, passando a deter 85,75%, tendo uma redução de 1,75% na sua arrecadação, não é...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)
– Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)
– Hoje se tira 1,75%. E amanhã? Outra finalidade com a mesma sustentação. Fala-se até em se acabar, neste País, com o sistema S, tão importante para o desenvolvimento.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador, o que está em discussão é retirada de uma pequena parcela. Volto a dizer: são 87,5%. Com a retirada do percentual para a ABDI, ficarão 85,75%, um percentual extremamente significativo para o Sebrae. Isso não é contra o Sebrae; não é para ir para uma finalidade estranha ao Sebrae, que não vai ter incidência no desenvolvimento da pequena, média e micro-empresa em nosso País. Pelo contrário, a constituição da agência reguladora, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, tem tudo a ver e vai na lógica do fortalecimento, inclusive do próprio Sebrae.

Assim, não estamos retirando algo significativo, nem estamos retirando para algo alheio aos interesses do Sebrae. Pelo contrário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, como este projeto está em regime de urgência, seus prazos de discussão são muito curtos e não podemos pedir vista. Mas eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a. Como todos sabemos, há oito medidas provisórias trancando a pauta, inclusive algumas polêmicas, como é o caso daquela que dá foro especial ao Presidente do Banco Central. Há um acordo no sentido de que só se devem votar as medidas provisórias depois que ficarem dois dias na pauta – só no terceiro dia se vota –, mas nenhuma delas cumpre essa condição. Assim, hoje não vai haver votação. Apelo para V. Ex^a no sentido de que talvez pudéssemos adiar a votação deste projeto pelo menos para amanhã, quando poderíamos fazer uma sessão especial para votá-lo, sob pena de votarmos hoje sem discuti-lo. Se isso ocorrer,

vamos ser obrigados a votar contra, o que, de certa maneira, não será bom.

Por outro lado, a Senadora Ideli disse que o Ministro Furlan não era do PT. Isso não quer dizer nada. Só porque ele não é do PT, não quer dizer que tudo que S. Ex^a manda é bom. Temos que examinar com detalhe.

Obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Flávio Arns já havia pedido a palavra. Vou ouvi-lo e depois passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, vou na linha do Senador José Jorge, porque, se essa matéria não for votada no dia de hoje, como o Senador está sugerindo, talvez possamos ter algum tempo para debater e nos aprofundarmos neste assunto.

Creio ser muito estranho que se esteja retirando recursos do Sistema S para financiar uma agência, a Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial. Se essa iniciativa for tomada também com relação a outras agências, teremos um problema extraordinário. Além disso, estamos discutindo, no Congresso Nacional, o próprio papel das agências, porque se olharmos a ANTT, por exemplo, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, o que a gente observa é que existe uma completa falta de cumprimento das obrigações daquela agência em relação, por exemplo, ao controle e à fiscalização das concessões do transporte ferroviário no Brasil. Há acidentes no Paraná, acidentes no sul do Brasil, e o papel fiscalizador de uma agência nacional não vem acontecendo. Então, é uma coisa que vem sendo questionada em termos de Congresso Nacional e acho que essa questão da Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial tem que estar também incluída dentro desse debate maior que vem acontecendo. Acho estranho, por exemplo, que no §2º desse projeto de lei esteja escrito assim: são competências da ABDI propor ao Poder Executivo planos de ação da política de desenvolvimento industrial, no que eu estaria de acordo, mas aí, no inciso III das mesmas competências do §2º, já temos escrito, na proposta do projeto de lei, não propor, mas coordenar e promover a execução das políticas de desenvolvimento industrial.

Então, eu gostaria de, inclusive, saber com mais detalhe qual vai ser o papel do Ministério em função do inciso III, que diz que a agência vai coordenar e promover a execução das políticas de desenvolvimento industrial. Há um grande debate dentro do Executivo, no sentido dessa interferência inclusive das agências nacionais dentro do papel do Executivo. Ou, em outras

palavras, saber-se qual é o papel do Poder Executivo e qual é o poder específico das agências nacionais.

Gostaria, se fosse possível, receber algum esclarecimento do Senador Hélio Costa, porque é um grande debate para se ver o que é do Poder Executivo e o que é realmente das agências nacionais. E coordenar e promover me parece muito mais alguma coisa relacionada ao Poder Executivo do que ao papel de uma agência nacional. Ao mesmo tempo, gostaria de saber como esse debate dessa agência nacional se insere dentro dessa discussão que está acontecendo dentro do Congresso Nacional em relação à reestruturação do papel das agências nacionais.

Em terceiro lugar, já foi debatido pelos Senadores que me antecederam, mas, realmente, vejo como algo muito estranho tirar-se recursos do chamado Sistema S para as necessidades financeiras de uma agência nacional. São objetivos, na minha opinião, completamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, estou pensando em atender V. Ex^a por duas razões. Primeiro, porque a pauta está trancada e estou vendo que há muita dúvida para votar o projeto. Segundo, porque veja bem a contradição. Não é porque sou da Oposição que vou falar isso, mas é uma contradição do Governo. Já alertei aqui várias vezes, vou fazê-lo mais uma vez, que no dia 16 vence o mandato de dois diretores da Ancine. Já tem um vencido e vence mais um. Ao mesmo tempo em que o Governo pede urgência para um projeto que cria uma agência, o Governo, praticamente, determina a morte de outra agência, porque ela não poderá funcionar sem os seus diretores nomeados. E, dia 16, teriam que estar nomeados dois diretores. Acredito que para que um diretor da agência seja nomeado tenha que passar por aqui, na Comissão de Educação.

Então, quando a Comissão de Educação vai receber os nomes dos diretores da Ancine para que ela possa continuar funcionando? Ou a intenção é acabar com a Ancine para vir logo com a Ancinav, que é uma proposta que está em debate? Então, precisamos saber qual é a verdadeira intenção do Governo. Começo a pensar que a intenção é acabar com a Ancine para colocar em funcionamento a Ancinav. Então, fico esperando. E se vier aqui antes do dia 16, estamos dispostos a reunir a Comissão para sabatar os indicados. Mas sem a indicação não podemos sabatar ninguém.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante o Senador Flávio Arns – não sei se S. Ex^a está ainda no recinto ou se está voltando – ter uma indicação da pergunta que fez. Ela está respondida no art. 1º, porque aqui fica muito claro

que é instituir o serviço social autônomo. Na realidade, não se trata de uma agência; ela só leva o nome, mas pertence ao sistema S. Então, não é necessariamente como a ANTT, como a Anatel, etc. Ela não é uma agência governamental, e sim autônoma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, seria bom mudar o nome, para que não haja confusão. Fica difícil para a população entender como o Governo se organiza. Se você cria uma agência que não é agência, então, termina por gerar uma confusão que não é própria. Poderíamos pensar em mudar o nome da instituição para algo que a represente verdadeiramente. A idéia de agência hoje, no Brasil, é clara. Existem muitas que têm um papel definido até mesmo na Constituição e que prestam determinado tipo de serviço. Seria bom que se colocasse outro nome.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, vou pedir a V. Exª a suspensão dos debates para que tenhamos tempo até amanhã de estudar melhor a questão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Solicito a inversão de pauta, trocando o item 3 pelo 2, conforme conversei com o Relator, Senador Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou consultar o Plenário sobre a solicitação de V. Exª, de que haja a inversão do Item 3 pelo 2. Não há ninguém contra. Fica atendido V. Exª, estão suspensos os debates sobre a matéria do Item nº 1. Vamos marcar uma reunião especial para amanhã a fim de deliberarmos sobre o Item 1, antes que seja votado em plenário.

Peço ao Senador João Capiberibe que relate.

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2003, proíbe qualquer tipo de patrocínio ao esporte ou à cultura por empresas fabricantes de produtos fumígenos. O Senador Magno Malta é o autor e o Senador João Capiberibe é o Relator.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que veda o patrocínio ao esporte ou à cultura por empresas fabricantes de produtos fumígenos. No art. 2º o Projeto estabelece que o descumprimento do art. 1º sujeitará

os infratores, no que couber, às sanções previstas na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

Em sua justificativa, o Senador Magno Malta alega que as restrições impostas na Lei nº 9.294, de 1996, sobre essa matéria são insuficientes para a devida proteção da saúde pública. O Senador cita dados da Organização Mundial da Saúde que apontam os males do cigarro e os riscos que o tabagismo provoca à saúde para afirmar que esporte e cultura não devem se associar ao consumo dessa droga.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após exame na Comissão de Educação, o PLS nº 333, de 2003, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.

Análise.

A vedação pretendida no Projeto de Lei em exame já é prevista pela Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Em seu art. 2º, a lei diz:

Art. 2º. É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

Para restabelecer a vedação da Lei nº 10.167, de 27 de novembro de 2000, inseriu no art. 3º-A a Lei nº 9.294, estabelecendo, no inciso V, a proibição do patrocínio de atividade cultural e esportiva pelos produtos referidos no art. 2º.

Entretanto, tendo em vista as implicações imediatas que essa proibição provocaria em alguns casos, o inciso I do novo art. 3º-A prevê que, até 30 de setembro de 2005, a disposição dos incisos V e VI não se aplica no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras.

O projeto de lei em questão elimina a abertura concedida por essa redação do referido artigo, bem como estabelece, de modo amplo e sumário, a vedação a qualquer patrocínio de atividade cultural ou esportiva por empresa fabricante de produtos fumígenos. Trata-se, como sabemos, de uma questão de saúde pública, a respeito da qual é praticamente pacífica a constatação dos danos causados pelo fumo. Essa restrição leva em conta o perfil do público dos eventos esportivos e culturais, compostos em grande parte por jovens.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2003.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão, o relatório do Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2003, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes. Autora: Senadora Íris de Araújo. Relator: Senador Leonel Pavan, a quem passo a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 215, de 2003, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes, é da Senadora Íris de Araújo. Como Relator, quero ler aqui a análise.

A promoção da equidade no acesso à escola constitui um dos grandes desafios das políticas educacionais públicas. Afinal, além de ser um imperativo de justiça, representa o cumprimento do mandamento inscrito na Constituição Federal que estipula ser a educação direito de todos e dever do Estado (art. 205) e do princípio também constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206).

A existência de injustiça no acesso ao ensino superior público vem sendo denunciada há anos. O perfil de grande parte, senão da maioria, dos estudantes das universidades públicas que oferecem a gratuidade do ensino é formado por indivíduos oriundos de famílias com renda relativamente elevada. Enquanto isso, os estudantes mais pobres, impedidos de entrar nas universidades públicas, principalmente por terem estudado em escolas de ensino médio de qualidade inferior, são forçados a buscar os cursos dos estabelecimentos particulares de educação superior e arcar com encargos educacionais frequentemente elevados para os seus padrões de renda.

Nos cursos mais disputados, a tendência de se estabelecer um funil contra os alunos oriundos das escolas públicas torna-se ainda mais forte, como apontam alguns estudos. Essa situação explicita a perversidade do ensino superior público voltado para o atendimento da elite socioeconômica.

Embora existam avaliações divergentes quanto a esse diagnóstico, concordamos com a sua correção, razão pela qual somos levados a acolher a proposta

contida no projeto em tela, ressalvada a sua constitucionalidade a ser examinada pela CCJ.

Sr. Presidente, ainda quero esclarecer que esse projeto já foi levado à frente para que pudesse haver um debate aqui na comissão, mas não houve interesse por parte do Governo, por parte do Ministério para discutir aqui a questão das vagas nas universidades. Portanto, hoje está sendo colocado o projeto aqui em votação, com a orientação do Presidente Osmar Dias e, com certeza, não teremos Senadores contrários à garantia de vagas para as pessoas mais carentes. Sabemos que, se cada setor garantir vagas na universidade, faltará espaço. Porém, quero dizer que o Projeto de Lei nº 215, apresentado pela Senadora Íris Araújo quando era suplente nesta Casa, é bom, e somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 215.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Pavan, o Ministro Tarso Genro esteve na Comissão no mês de outubro, no período do segundo turno.

Como havia a presença de poucos Senadores, resolvemos ouvi-lo apenas por alguns minutos e cancelamos a audiência pública.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como o Ministro veio, retiro a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente. Mas não faltará oportunidade para que S. Ex^a venha a esta Casa novamente discutir não só este tema, mas outros.

O Senador José Jorge havia pedido a palavra. Depois concederei a palavra ao Senador Gerson Camata.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, este projeto faz parte de uma coleção de projetos semelhantes que procuram reservar vagas das universidades. Sempre considere, e ainda considero, em relação à reserva de vagas para alunos carentes, para minorias e para alunos oriundos da rede pública, que o Congresso Nacional deveria dar uma diretriz sobre essas questões e não dizer se são 30%, 20% ou 10% das vagas. Se somarmos os percentuais de vagas que as universidades deverão reservar para determinadas categorias que esta Casa já aprovou, o total já se aproxima do percentual de 100% porque já são 30% para carentes, 50 % para alunos da rede pública e 10% para minorias.

Apresentei um projeto que possivelmente está tramitando nesta Comissão que inclui um artigo da LDB que dispõe que as universidades públicas deverão, em seus processos de seleção, estabelecer critérios de inclusão social e que isso deveria ser decidido por cada conselho universitário, simplesmente

respeitando a autonomia universitária que está incluída na Constituição.

Ontem fui surpreendido com um projeto, de iniciativa do Poder Executivo e divulgado pelo Ministro Tarso Genro, em que essa autonomia da universidade, de certa maneira, é jogada no lixo porque dispõe que 50% dos alunos da universidade devem vir das escolas públicas. Essa questão provavelmente deverá ser discutida pelo Supremo Tribunal Federal quando apresentada por algum aluno da rede privada que não seja incluído na lista de aprovados. Trata-se de uma questão constitucional.

Na realidade, creio que houve uma troca: As universidades terão, no mínimo, 75% da verba federal para a educação. De certa maneira, está-se querendo comprar a autonomia da universidade e, acredito, que esse projeto tem esse defeito.

Creio que esse percentual de 50% que propõe o Ministro com de 100% que já foram aprovados deveriam ser colocados no mesmo pacote para que discutamos como será isso: se vamos definir que todas as universidades têm que reservar algum percentual para cada minoria ou se vamos apresentar uma diretriz e deixar que cada universidade, de acordo com sua autonomia, possa decidir como selecionará seus alunos, evidentemente em relação a critérios de inclusão social.

Sr. Presidente, como em tese discordo dessa questão, prefiro votar em branco em relação a esse projeto para não ser contra uma idéia. Entendo que quanto menos gente carente estiver melhor, mas também há que se respeitar o que está escrito na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Voto em branco quer dizer abstenção.

Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, votarei a favor do projeto. Vamos aprovar todo projeto que, como o do Senador José Sarney, objetiva tornar a universidade pública um fator de inclusão social.

Tenho a mesma preocupação. Já aprovamos aqui 50% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas, ou seja, alunos que somente estudaram em escolas públicas. Depois aprovamos um outro projeto, de autoria do Senador José Sarney, que reservava 50% das vagas para os afrodescendentes. Aí já deu 100%. Depois aprovamos 30% de vagas para os descendentes de índios: 130%. E agora aprovamos 30% para os mais pobres. Assim, vamos ter de ampliar drasticamente as vagas da universidade e transformar isso não em percentual, mas em números absolutos. Enquanto isso, os jornais hoje noticiam que o Brasil é o País mais atrasado do mundo no setor educacional,

detém o pior índice, conforme verificação da ONU. Acho que temos que começar a preocupar-nos com o ensino básico e deixar a universidade um pouquinho de lado, porque a situação é grave. Como o ensino básico não abre vaga para ninguém, nós temos que ficar abrindo vagas por meio de lei aqui. Tem-se que mudar o enfoque desse problema.

Era o que tinha a dizer. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero lembrar que hoje o Ministro Tasso Genro, se não me engano, tem uma audiência com o Presidente José Sarney para entregar a Medida Provisória do Proune, aprovada na Câmara e já está aqui. Trata-se de outra parte da reforma universitária em curso. Esperávamos que tudo viesse na forma de lei, para que pudessemos discutir, mas boa parte dela está vindo por medida provisória.

O Senador Cristovam Buarque havia solicitado a palavra antes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, eu também sou favorável à cota para a escola pública, mas quero fazer um esclarecimento: não serão beneficiados os nossos jovens mais pobres. Os mais pobres no Brasil não se alfabetizam; daqueles que se alfabetizam, dois terços não terminam o ensino médio; daquele um terço que termina o ensino médio, apenas uma minoria vai conseguir passar no vestibular para beneficiar-se das cotas. As cotas de negros na escola pública beneficiará a classe média baixa, mas não os pobres, salvo exceções.

Voto a favor, porque isso vai prestigiar a escola pública. E, ao prestigiar a escola pública, as classes médias e altas vão começar a transferir seus filhos para a escola pública, e aí ela vai começar a melhorar. Portanto, não beneficia os pobres, mas beneficia a educação pública. E espero que com isso paremos. Há um artigo, Sr. Presidente, para o qual quero chamar a atenção desta Comissão. Está na proposta que o Ministro enviou ontem e que vi hoje nos jornais. É sobre a reforma da Constituição. Pasmem, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, é verdade o que está no jornal de hoje – e eu não havia acreditado: o art. 41 da Proposta de Reforma Universitária diz que a União não aplicará mais de 25% dos recursos na escola pública, ou seja, 75% dos recursos públicos da União terão que ir para o ensino superior. Mesmo excluindo, no parágrafo único, o que vai para o Fundeb, que ainda não existe, e para o Programa de Valorização dos Professores, que ainda não está claro porque o que havia no ano passado foi suspenso, isso é um absurdo em um País, como dizia o Senador Gerson Camata, cuja educação básica está entre as piores do mundo. E eu diria que é a pior para países com a renda **per capita** nossa. É um absurdo que um País nessa situação limite quan-

to a União põe para a educação básica, dizendo que no mínimo 75% vão para a universidade. E é isso que está no projeto de lei.

Mesmo assim, façamos uma comparação: de cada R\$100,00, R\$ 75,00 irão para quinhentos mil alunos das universidades públicas e R\$25,00 vão para quarenta milhões de crianças. Isso é um artigo elitista no sentido negativo da palavra elitista. Acho que nem no Império se tinham limitações a favor dos ricos como nós estamos tendo nesse projeto que foi entregue ontem na Presidência.

Eu voto, portanto, a favor para tentar colocar a classe média na escola pública e ver que com isso a gente barra artigos com esse.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu tenho duas observações a fazer com respeito ao Projeto de Lei apresentado pela Senador Íris Araújo, que tem como Relator o Senador Leonel Pavan.

Em primeiro lugar, estranho que um projeto desta importância com relação a Educação, ele seja terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na realidade, tinha que ser o oposto. Ele tinha que ser terminativo aqui. Lá na CCJ nós tínhamos que ver a juridicidade e a constitucionalidade do projeto. Mas ele deveria ser terminativo aqui nesta Comissão, onde ele seria amplamente discutido, como está acontecendo na realidade. Mas não adianta nada discutir o que nós vamos discutir aqui porque ele é terminativo lá na CCJ.

Em segundo lugar, eu voto evidentemente a favor da matéria porque se todas quotas que nós criamos percentualmente já ultrapassam os 150%, eu eliminaria todas as outras e ficaria só com essa se tivesse que escolher, porque, na realidade, nós estamos abrindo caminho para que o aluno carente possa chegar a universidade. Muito embora entenda que o sistema esteja todo na contramão, porque nos países industrializados, notadamente na Europa e Estados Unidos e alguns países da Ásia, o ensino médio que é público; a universidade é paga. Porque quem não passa pelo ensino médio não tem a chance de fazer desabrochar o seu talento. Existe até uma pesquisa amplamente divulgada, da Unesco, mostrando isso, que os talentos, os grandes cientistas, os grandes empreendedores aparecem exatamente durante o ensino médio. Quem não passa pelo ensino médio acaba perdendo a oportunidade de mostrar para a sua gente, sobretudo, para o seu convívio que ele é capacitado, que ele tem um predomínio qualquer.

Então, eu lamento que isso ocorra no nosso País. Mas apoio firmemente essa proposta exatamente por-

que ela abre a oportunidade para que o aluno carente chegue à universidade. Só espero que ele consiga passar pelo médio. Porque se ele não tiver o dinheiro para fazer o ensino médio não adiante ele ter a universidade de graça.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – O Senador Hélio Costa suscitou uma questão que talvez não caiba mais se aplicar ao projeto em discussão, mas talvez pudesse ser prevenido. Essa questão possa ser prevenida com relação ao futuro. Diz respeito a classificação dos projetos terminativos ou não terminativos.

No caso em espécie, eu tenho impressão que está mais ou menos evidente que essa é uma matéria que se é terminativa em comissão, no caso em espécie, deveria ser a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quem caberia dar o parecer terminativo... a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia é que deveria ser incumbida de dar o parecer terminativo.

Eu não sei se não era o caso de deixar à consideração do Presidente e da Secretaria da Comissão a hipótese de examinar nos casos futuros a distribuição que é feita pela Mesa para corrigir eventuais imperfeições ou impropriedades na distribuição dos projetos. Porque se há um projeto que é nitidamente matéria de educação, pelo menos substantivamente matéria de educação, e como observou o Senador Hélio Costa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania terá um papel sempre nesse caso importante, fazer um exame vestibular para sua constitucionalidade, juridicidade, legalidade etc. Mas, no mérito, a questão substantiva que importa é organicamente, para usar uma expressão de Afonso Arinos, organicamente é uma questão da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem razão. Eu concordo. Mas a distribuição é feita pela Mesa. E nós temos feito um esforço aqui até para conseguir apreciar projetos de lei que são totalmente vinculados aos assuntos da Comissão de Educação, Cultura. E muitos desses projetos sequer são distribuídos para a Comissão de Educação, quanto mais por caráter terminativo.

Nós, no ano passado, fizemos cerca de quarenta requerimentos solicitando que passassem projetos por esta Comissão. Este ano a mesma coisa. Portanto, trata-se de um problema na distribuição dos projetos pela Mesa.

Vamos atender ao apelo de V. Exª e fazer, junto à Mesa, uma manifestação no sentido de que o mérito seja terminativo, porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai analisar sob o ponto de vista da juridicidade e da condicionalidade, e nós vamos analisar sempre sobre o mérito. Acredito que V. Exª tem razão, e vamos levar essa manifestação à Mesa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do Senador José Jorge.

Por não estarem presentes os Relatores dos itens 4 e 5, passamos direto ao item 6 de que o Senador Sérgio Cabral é o Relator. Aviso nº 4, de 2004, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.932, de 2003, do TCU– Plenário, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam sobre o Relatório Anual de Acompanhamento dos Recursos Repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro, COB, por força da Lei nº 10.264, de 2001, no período de agosto de 2001 a dezembro de 2002.

O Tribunal de Contas da União é o autor, e a Relatoria é do Senador Sérgio Cabral, pelo conhecimento e encaminhamento do processo à Comissão de Fiscalização e Controle.

É o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para apresentar o seu relatório.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Por meio do Aviso nº 4, de 2004, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1932, de 2003, votado pelo Plenário daquela Corte, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram.

O aviso foi recebido neste Senado Federal em 14 de janeiro 2004 e, no dia 19 do mesmo mês, foi remetido a esta Comissão de Educação e à Comissão de Fiscalização e Controle.

Segundo a Secretaria de Controle Externo, unidade técnica responsável pelo acompanhamento, verificou que o COB recebeu, no período que compreende o último trimestre de 2001 e o ano de 2002, R\$68 milhões, tendo utilizado R\$45 milhões. Relata a Secretaria de Controle Externo que a distribuição dos recursos atendeu à previsão legal e que foram detectadas apenas falhas de caráter formal, devidamente saneadas.

A partir da análise dos autos sobre a questão em exame, em 10 de dezembro de 2003, os Ministros do

Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário, acordaram em determinar o arquivamento do processo, além de dar ciência do acórdão ao Ministério do Esporte, ao Comitê Olímpico Nacional e a diversas Comissões do Congresso Nacional.

Diante do exposto e tendo em vista que a matéria em análise não exige providência do Poder Legislativo, opinamos que esta Comissão dela tome conhecimento e encaminhe o processo à Comissão de Fiscalização e Controle.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Sérgio Cabral queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão tem uma pauta extra, solicitada pelo Senador Marco Maciel, que é o Relator dos três projetos que constam da pauta extra.

A Presidência comunica a marcação de uma audiência pública para quinta-feira, às 10 horas, para discutir e esclarecer denúncias publicadas na imprensa envolvendo a subsidiária do Banco do Brasil Cobra Tecnologia na prestação de serviços, na aquisição e na venda de material de informática para órgãos públicos sem os devidos procedimentos previstos na legislação licitatória. O autor é o Senador José Jorge. O único convidado é o Presidente da Cobra Tecnologia, Leandro Vergara Raimundi.

A audiência pública será na quinta-feira, às 10 horas. Amanhã, estará marcado para as 10 horas a discussão do item 1 da pauta de hoje, cuja votação foi suspensa por solicitação do Relator *ad hoc*, Senador Hélio Costa, e de todo o Plenário.

Passa-se ao item extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, que tramita em conjunto com os PLS nº 242 e 355, de 2003, e que regulamenta a promoção e a publicidade de medicamentos e dá outras providências. Esse projeto é de autoria do Senador Papaléo Paes, e Relator é o Senador Marco Maciel. O parecer é favorável ao PLS nº 308, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando os PLS nºs 242 e 355, que tramitam em conjunto.

Passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegam à Comissão de Educação os Projetos de Lei do Senado nºs 242, 308 e 355, de 2003, de autoria respectivamente da Srª Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Papaléo Paes

e da Senadora Lúcia Vânia. Os três projetos tratam do mesmo tema: propaganda de medicamentos.

O PLS nº 242 propõe, por intermédio do seu art. 1º, a alteração do art. 7º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e a propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos terapêuticos e defensivos agrícolas nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

A nova redação proíbe completamente a publicidade de medicamentos dirigida ao público leigo, mesmo que sejam medicamentos de venda livre. A exceção se faz aos medicamentos genéricos que podem ser promovidos nos meios de comunicação social e nos estabelecimentos autorizados a dispensá-los.

O art. 2º da referida proposição acrescenta à citada lei o art. 7º-A, que estabelece regras para a atuação de representantes de laboratórios, produtores de medicamentos junto aos profissionais habilitados a prescrever e dispensar as drogas.

O § 1º do artigo inserido veda a propaganda direcionada a auxiliares e balconistas de farmácias e drogarias, bem como a outras pessoas que exerçam atividade de venda direta de medicamentos ao consumidor.

O § 2º proíbe o oferecimento de prêmios e vantagens aos profissionais a que se dirige a ação promocional.

Pelo § 3º, as embalagens para distribuição de amostras grátis deve obedecer aos seguintes requisitos: conter no mínimo 50% do conteúdo da embalagem aprovada pela Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, exibir a expressão “amostra grátis” em destaque e conter o número do lote de fabricação.

O § 4º, por sua vez, veda a distribuição direta de medicamentos ao público para efeito de promoção.

O PLS nº 308, de 2003, propõe no seu art. 1º a alteração da redação do art. 58 da Lei nº 6.360, de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências.

O texto proposto elimina as exigências de que a propaganda de medicamentos seja direcionada exclusivamente a médicos, farmacêuticos e dentistas e que haja autorização prévia do Ministério da Saúde para veiculação de publicidade de medicamentos.

O art. 2º dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.294/96, a que já aludi, adotando teor semelhante ao proposto pelo PLS nº 242, de 2003, ou seja, proibindo a propaganda direcionada ao público leigo.

O parágrafo único exige que a publicidade de medicamentos junto aos profissionais de saúde limite-se à forma de informação científica e obedeça às normas

regulamentares baixadas pelo órgão competente, no caso, supõe-se, a Anvisa.

O art. 3º acrescenta cinco artigos à Lei nº 6.360/76. O primeiro deles, o art. 59-A estipula requisitos para a distribuição de amostras grátis de medicamentos. A quantidade de medicamento em cada embalagem deverá ser suficiente para um tratamento adequado ou, no caso de medicação de uso contínuo, para pelo menos quinze dias de tratamento. As unidades deverão conter a mesma quantidade do princípio ativo presente no medicamento colocado à venda. As embalagens deverão conter a inscrição “amostra grátis, venda proibida” e as empresas responsáveis deverão notificar o órgão competente sobre a quantidade e os destinatários das amostras.

O art. 59, “b” veda a distribuição de medicamentos ao público leigo em caráter promocional, enquanto o 59, “c” proíbe a oferta de brindes ou benefícios aos profissionais de saúde, exceto aqueles de pequeno valor e utilidade técnico-científica para o profissional.

O art. 59, “d” determina que os patrocínios, apoios e promoções de eventos somente serão permitidos se forem explícitos e não comprometerem a liberdade de crítica e prescrição dos profissionais envolvidos.

Pelo art. 59, “e”, o produtor, o comerciante, o distribuidor, o agente publicitário e o responsável pelo meio de comunicação respondem solidariamente pelo descumprimento das disposições legais.

O art. 4º da proposição acrescenta dois parágrafos ao art. 60 da Lei nº 6.360, estabelecendo regras para dificultar a abertura de embalagens ou das embalagens de medicamentos por crianças e evitar intoxicações acidentais.

O art. 5º define um novo tipo de infração sanitária: realizar publicidade de medicamento em desacordo com as disposições legais ao inserir o inciso V ao art. 10 da Lei nº 6.407, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

Pelo art. 6º, a infração às disposições do art. 59, “a”, da Lei nº 6.630, configura infração sanitária gravíssima.

O art. 7º determina que o Poder Executivo regulamentará a lei em que o projeto eventualmente se transformar.

O PLS nº 355, de 2003, promove inserção de um art. 7º, “a”, na Lei nº 9.294, para exigir que toda peça publicitária destinada a propaganda ou comercial de medicamentos, cosméticos e terapias de qualquer espécie somente seja exibida após a aprovação pelo órgão de vigilância sanitária competente.

O art. 1º a ser inserido condiciona essa aprovação à comprovação da eficácia do produto ou serviço anunciado.

O § 2º estende a abrangência das disposições do artigo aos produtos farmacêuticos isentos de registros.

As três proposições foram distribuídas à Comissão de Assuntos Sociais para decisão em caráter definitivo. Transcorrido o prazo regimental, não lhes foram apresentadas emendas.

Com a aprovação do Requerimento nº 908, de 2003, os projetos passaram a tramitar em conjunto e foram distribuídos à Comissão de Educação e à CAS, com decisão terminativa nessa última, ou seja, à Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

Os três projetos de lei em apreciação tratam de temas extremamente relevantes para a sociedade: a publicidade de medicamentos. Tal é sua importância que o Constituinte consignou na Carta Magna, art. 220, §4º, a previsão de lei federal que propiciasse a defesa da pessoa e da família quanto a propaganda comercial de medicamentos e outros produtos e serviços. O referido diploma legal foi sancionado como a Lei nº 9.294, de 15/01/1996, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e etc.

O art. 7º trata da publicidade de medicamentos e terapias e a restringe ao público especializado à exceção da propaganda de medicamentos de venda livre, que, como se sabe, pode ser veiculada para a população em geral.

Em que pese ao avanço apresentado por essa lei, a apresentação por três Senadores de proposições legislativas que visam a restringir a publicidade dos medicamentos reflete a insatisfação da sociedade brasileira em relação ao tema.

Essa insatisfação revela-se plenamente justificada ao observarmos as peças publicitárias de medicamentos e terapias exibidas no Brasil. São freqüentes – é bom frisar – as promessas de curas ou resultados espetaculares sem qualquer comprovação científica, além de falhas em advertir o público sobre seus efeitos adversos e sobre os riscos de automedicação.

Os resultados do projeto de monitoração de propaganda e publicidade de medicamentos da Anvisa atestam essas observações. A análise de mais de 800 peças publicitárias, captadas por diversas universidades brasileiras no período de outubro de 2002 a janeiro de 2003, encontrou pelo menos algum tipo de irregularidade em 80% dos anúncios desses produtos. São números alarmantes, como podemos ver, que nos fazem refletir sobre a quantidade de desin-

formação que está sendo veiculada pela propaganda de medicamentos no País. Não é por acaso que a automedicação constitui um hábito comum entre nossa população e que os medicamentos sejam a principal causa de intoxicação, conforme pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (Sinitox) da Fundação Osvaldo Cruz, instituição de reputação nacional.

Desde o início do século XX, a propaganda de produtos farmacêuticos representa forte manifestação de persuasão. Na própria história da propaganda no Brasil, nota-se que os primeiros anunciantes eram desse setor. Eram colocadas mensagens em bondes, em um tempo em que não havia meios de comunicação de massa, como as do xarope Rum Creosotado, criadas pelo escritor Casimiro de Abreu, que já prometiam curar os doentes de bronquite. Em 1900, a propaganda do xarope São João destacava-se pela imagem agressiva, colocando a doença como grande mal e o remédio como grande salvador.

Com o passar dos anos, a indústria farmacêutica cresceu muito na Europa e nos Estados Unidos, sempre liderada por grandes laboratórios, acompanhada por maciços investimentos na propaganda. No Brasil, não poderia ser diferente. O País é o décimo país do mundo em consumo de medicamentos e representa mercado de muito interesse para as grandes indústrias farmacêuticas.

Ao final do século XX, a propaganda de medicamentos utiliza todas as ferramentas de *marketing*; publicidade, propaganda, relações públicas, promoções, *merchandising*, pesquisas com consumidores e até a Internet, por meio de *sites* bem elaborados, com informações sobre a empresa e os medicamentos.

Sr. Presidente, fala-se até de consultas médicas e de venda de medicamentos por meio eletrônico. Estudos sobre a publicidade na Internet comprovaram que o investimento da indústria farmacêutica saltou de US\$1,6 bilhões em 1997 para US\$8 bilhões em 1998.

Nota-se que a evolução tecnológica da publicidade de medicamentos foi marcante no século passado, mas os princípios éticos que a norteiam não prosperaram na mesma velocidade. As peças publicitárias atuais ainda tentam vender saúde na forma de comprimidos e pílulas, passando à população a imagem errônea de que saúde pode ser adquirida na farmácia da esquina.

Vale mencionar as conclusões obtidas pelo Professor João Batista Cardoso, da Unisanta de Santos, ao estudar a propaganda de medicamentos no Brasil. Por esse estudo, diz ele, “constatamos que a propaganda de medicamentos, em total crescimento no mundo, muitas vezes abandona o lado racional e coloca téc-

nicas de humor no processo de persuasão, utilizando recursos emocionais mediante linguagem emocional, contextualizando o ambiente familiar, vendendo soluções para o *marketing* da dor”.

Mais adiante, disse ele: “A reflexão é válida. Será que toda essa ‘medicalização’, esse comércio em cima da saúde, sobretudo em países menos avançados, vale a pena?”

Segundo o Professor Doutor Isaac Rubinstein, em Cuba não existe propaganda de medicamentos nem embalagem e o remédio é barato. “As pessoas não morrem – diz ele – por falta de leito em hospitais e, principalmente, por falta de remédio, o que, infelizmente, ocorre diariamente no Brasil”.

Todas essas observações nos fazem concluir que a publicidade de medicamentos no Brasil deve ser restrita aos profissionais legalmente habilitados a prescrevê-los e a dispensá-los, sem alcançar o público leigo, conforme propugnam os PLS nºs 242 e 308, de 2003. Os eventuais benefícios advindos da propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social não superam os transtornos proporcionados pelo verdadeiro bombardeio de mensagens equivocadas a que a nossa população tem sido submetida.

Outro tema abordado pelos projetos em análise é a publicidade direcionada aos profissionais de saúde. Pela legislação em vigor, os medicamentos que dependem de prescrição para serem dispensados somente podem ser objeto de propaganda direcionada a esses profissionais. Contudo, ali não está disciplinada a atuação dos propagandistas e os abusos que têm sido cometidos.

Com efeito, a preocupação com a promoção dos medicamentos junto aos profissionais de saúde é um fenômeno mundial. Editorial publicado pelo **The New York Times** e outros também aludem a esse tema.

Na atualidade, grande parte da educação médica continuada é subsidiada direta ou indiretamente pela indústria farmacêutica. Ela atua, como é de conhecimento público, no patrocínio de congressos, no oferecimento de brindes e amostras grátis, na promoção de palestras e na produção de pesquisas para comprovar a eficácia de seus produtos. Parte dessa informação repassada aos profissionais de saúde é de fato útil, porém uma parcela significativa é simplesmente propaganda disfarçada de educação.

As empresas patrocinadoras dos eventos médicos sempre negam que a promoção das vendas é a sua real intenção. Dizem que desejam apenas ajudar a educar os profissionais, oferecendo suporte técnico e financeiro. Os médicos, por sua vez, são naturalmente confiantes de que sua independência profissional é totalmente isenta de qualquer influência.

Por outro lado, é difícil acreditar que as empresas apliquem quantias significativas nesses patrocínios sem esperar qualquer retorno para seus investimentos. Segundo o Dr. Hellman, há evidências de que programas patrocinados por empresas aumentam o número de prescrições para seus produtos. Dessa forma, médicos e odontólogos são levados a crer que drogas novas e caras são melhores do que as antigas. É verdade que isso, algumas vezes, é procedente, mas não na mesma proporção em que a indústria farmacêutica deseja que os médicos e odontólogos pensem.

No Brasil, em particular, a tentativa de influenciar na prescrição dos profissionais de saúde vem de longa data. Já em 1889, a principal publicação sobre doenças da época, o famoso **Farol da Medicina**, tinha como anunciantes o Pó da Pérsia, o Bálsamo Maravilhoso e o Ungüento Santo. Posteriormente, incorporou-se o Xarope Bromil, cujo *slogan*, é bom lembrar, dizia “cura a tosse em 24 horas”.

Somos, portanto, favoráveis a restrições à atuação publicitária da indústria farmacêutica junto aos profissionais de saúde. Da mesma forma, julgamos pertinente a exigência de avaliação prévia das peças publicitárias de produtos relacionados à saúde, de acordo com a proposta da Senadora Lúcia Vânia, em função de inúmeras irregularidades verificadas nesses anúncios.

O terceiro tópico analisado foi abordado somente pelo PLS nº 308, de 2003. Trata da segurança das embalagens de medicamentos. A inquietação encontra respaldo no estudo do Sinixox, citado anteriormente.

A medida sugerida pela proposição visa a impedir o acesso inadvertido de crianças aos medicamentos, pois elas são as principais vítimas de intoxicações medicamentosas acidentais e, muitas vezes, graves. Ainda que os pais e responsáveis devam zelar para que os medicamentos fiquem longe do alcance das crianças, cabe à sociedade criar meios para proteger-lhes a integridade, caso, por algum equívoco, o infante tenha acesso a produtos farmacêuticos perigosos.

Em conformidade com as observações acima apontadas, Sr. Presidente, apresentamos um substitutivo, que incorpora o conteúdo principal dos três projetos ora apreciados nesta Comissão.

Portanto, meu voto, Sr. Presidente, em virtude de considerações precedentemente feitas, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, com a forma do seguinte substitutivo e rejeição dos Projetos nºs 242 e 355, de 2003.

Sr. Presidente, a rejeição desses dois outros projetos não quer dizer que não tenhamos acolhido sugestões desses projetos. Eu o fiz por imposição regimental, que determina que, no caso de substitutivo,

se tome um texto como texto básico, que, no caso, me vali do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, sem todavia deixar de considerar propostas como esta que tive oportunidade de manifestar em meu parecer. Há outras propostas do 242 e do 355 que merecem acolhida e, portanto, apreciação por parte desta douta Comissão.

Esse é meu parecer. Eu me dispensaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ler o texto do substitutivo, posto que o mesmo foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não há necessidade da leitura, não. Está certo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havia pedido a palavra antes o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, após essa brilhante explanação do Senador Marco Maciel, um belo relato, deu para notar que é um projeto que exige um estudo mais profundo, até porque regulamenta a promoção e publicidade de medicamentos. Então, entendo que devemos realizar um estudo mais técnico. Portanto, eu queria pedir ao Presidente vistas desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Leonel Pavan pede vistas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, vejo aqui que há necessidade de se pedir vista até por uma questão de redação. Por exemplo, quando diz aqui “representantes de laboratórios, produtores de medicamentos somente poderão realizar propaganda dirigida a profissionais de saúde”, é preciso esclarecer. Porque pode aparecer um cara na televisão dizendo: “Eu sou um representante de um laboratório, senhores médicos, tomem o remédio tal, receitem-no a seus clientes”, pode induzir as pessoas ao fazer a propaganda. E no genérico então, esse artigo do genérico tem que ser um pouco mais claro. O que ficou entendido aqui é que medicamento não pode, genérico pode. Eu acho que tem que tornar mais claro aqui no parágrafo único do art. 7º.

E temos outro problema que temos que começar a estudar, Sr. Presidente. Estamos coibindo a propaganda de medicamento para não induzir as pessoas ao consumo errado, a gastar dinheiro à toa com medicamento que não vai curá-las. Pois bem, apareceu um pastor norte-americano em Vitória que anunciou na televisão o seguinte: “Tragam todos os aidéticos, tuberculosos, morféticos” – e tudo quanto é diabo de doença lá, que ele cura todo o mundo, é o maior curador do mundo. A gente sabe que a Aids não tem cura, o câncer não tem, e aí vão aquelas pessoas carregando aquele monte de doentes para lá. Outro dia, apareceu um pastor lá de

São Paulo em Vitória, numa tarde ele ressuscitou duas pessoas. Quer dizer, Jesus a vida toda só ressuscitou Lázaro, e ele numa tarde ressuscitou dois. Quer dizer, aquilo é um embuste. Então, esse tipo de propaganda, que é o mercantilismo da fé, tem que enquadrar aqui também. Não pode se servir disso. Já que não podemos levar ao embuste do medicamento, temos que ver em que ponto, de que maneira podemos também fazer um certo controle sobre essas coisas. Porque senão, Sr. Presidente, é a mesma coisa: freamos um lado, e um outro setor fica lá, livre, para essas coisas dolorosas que induzem pessoas de boa-fé, coitadas, a uma esperança que não terão e depois, às vezes, sempre pagando por essa esperança.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, V. Ex^a solicita vista também. Vista coletiva.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu até gostaria de dizer que até acho muito boa a iniciativa do senador Leonel Pavan em solicitar vistas, e esse pedido ter-se transformado em vista coletiva. Entendo que essa matéria guarda, como disse ou procurei dizer em meu parecer, grande complexidade. E até está me ocorrendo agora que, se for o caso, pensar numa audiência pública. Sou muito da tese de que a lei deve ser muito refletida, muito pensada, porque uma vez sancionada tem força e, muitas vezes, força cogente. E o que é mais grave, sempre penso que uma lei que não seja boa pode trazer grandes prejuízos à sociedade.

Então, como disse certa feita o poeta: “É a pressa que aniquila o verso”. Devemos, se for o caso, examinar essa questão, se a Comissão assim entender, a partir do Presidente, de maneira mais aprofundada e, quem sabe, fazendo, se for o caso, pode ser que já tenha ocorrido alguma mesa-redonda sobre esse assunto, com uma audiência pública para examinar a questão em todos os aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Marco Maciel, ainda durante o mês de outubro fui requisitado por uma rádio de Curitiba que estava debatendo este assunto de propaganda, segundo o locutor, enganosa, que levava muitas pessoas a comprar medicamentos, principalmente para perder peso. Essas pessoas, segundo o locutor, estavam sendo enganadas. Ele pediu que fosse realizada uma audiência pública no Senado para debater o assunto com a Anvisa, porque no rótulo desses medicamentos estava citado: “fiscalização, aprovado pelo Ministério da Saúde. Esses medicamentos estão sendo comercializados com uma publicidade enorme, principalmente na televisão, de forma livre e com essa anuência do Ministério da Saúde, que acabou retirando alguns medicamentos

do mercado, mas não todos, a maioria continua aí. Sem contar o que disse aqui o Senador Gerson Camata das curas que são promovidas por aí. Eu já vi até curas coletivas.

Então, isso precisa realmente ser debatido pelo Senado. Pena que já estamos finalizando o semestre. Desta forma, um requerimento apresentado agora perde a sua validade para o ano que vem. Sugiro o seguinte: como não vamos ter tempo para apreciar numa audiência pública esta matéria, que esse requerimento seja apresentado nesta Comissão no início do ano que vem, já que este projeto seguramente não vai voltar este ano mesmo.

O Senador Leonel Pavan pode até ser autor do requerimento se quiser.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual é o prazo da vista?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Cinco dias.

O requerimento pode ser apresentado amanhã, se quiserem. Se quiserem apresentar o requerimento da audiência pública amanhã, vamos tentar realizá-la, mas creio que é um pouco difícil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas o requerimento perde a validade para o ano que vem?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Perde.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se o pedido de vista for de cinco dias, volta o projeto. Não será votado este ano o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se houver um requerimento, não.

Se apresentar amanhã, eu coloco em votação amanhã.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O projeto pode retornar do pedido de vista associado ao requerimento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ele não volta mais para a pauta, fica aguardando a audiência pública.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sugiro ao Senador Leonel Pavan, se S. Ex^a for apresentar o seu contra-relatório ou seu voto em separado sem audiência pública, que mexa com o problema das bulas, porque a bula do medicamento também induz a erro. Normalmente, alargam na bula o espectro de ação do medicamento. Por exemplo, um determinado medicamento indicado para febre tem em sua bula: febre, dor de cabeça, indisposições em geral. Isto está em linguagem popular, mas a contra-indicação está em linguagem científica abrandada. Há um medicamento cujo uso continuado, comprovadamente, provoca câncer no sangue. O espectro de ação dele é descrito para a pessoa entender: dor de cabeça, res-

friado, febre. Então, qualquer pessoa toma aquilo. E na contra-indicação está escrito que o uso continuado pode provocar agranulocitose, que é um problema de câncer sanguíneo. A pessoa que lê aquilo não sabe o que é agranulocitose e fica tomando aquele medicamento. Um médico sempre manda interromper. Há vários medicamentos assim. Por exemplo, não dizem explicitamente que um medicamento provoca aborto. Eles escrevem: o uso continuado por mulheres pode provocar reações indesejadas.

Por isso, deve-se rever também o problema das bulas, para que elas tenham linguagem científica tanto nas indicações quanto nas contra-indicações, a fim de que não se tornem todos receitadores de medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – E que seja de um tamanho possível de se ler.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual o caminho que devo seguir?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sugiro que V. Ex^a apresente um requerimento para uma audiência pública. Pode ser assinado junto com quem? Com o Senador Marco Maciel?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com a sugestão do Senador Marco Maciel poderíamos assinar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu coloco em votação o requerimento amanhã e fica sobrestada a matéria. Pelo menos este ano temos a certeza de que não será votado. No ano que vem, V. Ex^a volta a apresentar o requerimento. Isso é apenas para sobrestar a matéria.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu voto a favor do projeto, mas gostaria que fossem feitas essas correções.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar mais sobre a orientação médica para emagrecer e perder peso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Geralmente, os remédios sugeridos pela mídia prometem a perda de “x” gramas por dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Três quilos por dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para emagrecer, basta apenas fazer duas horas diárias de *cooper* e alimentar-se com 300g de comida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Foi o que o Senador Marco Maciel fez.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – **(Fora do microfone.)** Se não comer e caminhar, é possível emagrecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e encerro a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h54min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 08 de Dezembro de 2004.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim Morais, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Marco Maciel, Paulo Octávio, Arthur Virgílio e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 048, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o parecer favorável é aprovado, com os votos contrários do Senador Efraim Morais e Juvêncio da Fonseca. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 074, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Gouveia que, “Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Petição (SF) nº 008, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Aluisio François do Amaral que, “Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do Grupo MCOMCAST S.A. para a Nextel Telecomuni-

cações S.A.”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o parecer é pelo encaminhamento ao Tribunal de Contas da União. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator ad hoc, Senador Aelton Freitas, para reexame do parecer. **Item 04: Requerimento ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, “Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Inciso I do art. 101 do Regimento Interno, o encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002, que ‘cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais para as finalidades que menciona’, para apreciação da comissão de constituição e justiça, quanto ao aspecto da constitucionalidade e juridicidade”. O requerimento é aprovado. **Item 05: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Leonel Pavan, Gerson Camata, Marco Maciel e Juvêncio da Fonseca que, “Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com segmentos interessados e envolvidos diretamente no assunto, classe médica, farmacêutica, laboratórios, publicitários e sociedade civil, para discussão em torno das propostas contidas nos PLS nºs 242, 308 e 355, de 2003, com a finalidade de subsidiar esse colegiado, para deliberar sobre a matéria. a data da referida audiência, ficará a cargo da Presidência da Comissão sua definição”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 47ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Como comunicamos ontem, ficou para esta reunião especial de hoje a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, que autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, e dá outras providências.

O Senador Eduardo Azeredo, designado relator, não pôde estar presente ontem por estar em missão no exterior, e designamos como relator **ad hoc** o Senador Hélio Costa. O próprio Senador Hélio Costa ontem, atendendo apelo do plenário, solicitou o adiamento da

votação para hoje, o que tentaremos fazer nesta reunião. Aproveitamos para pautar mais cinco itens para limparmos a pauta da Comissão e encerrarmos o ano com a Comissão em dia com todos os projetos.

Imediatamente passo a palavra ao Senador Hélio Costa, que já apresentou seu parecer ontem, mas terá, sem dúvida, alguns comentários adicionais para esta Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante ressaltar que todas as vezes que, discutindo um relatório aqui apresentado, levantamos dúvidas, não se trata, evidentemente, de levantar dúvidas sobre o trabalho do Senador, mas com respeito ao original, que veio do Governo, às sugestões, que partiram dos ministérios ou da própria Assessoria, que fez em parte o relatório apresentado. Quer dizer, quando se levanta uma dúvida, estamos levantando dúvidas gerais sobre a apresentação de um relatório que envolve o Ministro, o Ministério, assessores do Ministério, o Executivo, assessores do Executivo e assessores do próprio Senado.

O que aconteceu ontem aqui, Sr. Presidente, foi exatamente isso. Eu fiquei surpreso ao ver que as indicações eram de que o Sebrae e a Apex pagariam a conta com a criação da ANDI – Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial. Por mais importante que essa Agência possa ser – e diga-se de passagem que o Ministro Furlan, que está neste momento na China, teve até a delicadeza de me ligar ontem e conversar longamente comigo – fiz saber ao Ministro que, é evidente, a Comissão de Educação tem todo o empenho em apoiar a matéria, que vem do Executivo. Ela é, sim, importantíssima, fundamental, todos reconhecemos os seus méritos. Mas, na análise do relatório, fiquei surpreso de ver que quem ia pagar a conta com 1,75 era o Sebrae e, com 0,25, a Apex.

Então, no momento em que pedimos o adiamento da análise final do relatório *ad hoc* para hoje, eu pedi à minha assessoria que se juntasse à Assessoria do Senado, se debruçasse sobre esse assunto, para, rigorosamente, apurar os números e os fatos, quem é que está perdendo e quem é que está ganhando, ou se ninguém está perdendo ou ganhando, se houve uma má interpretação do texto, o que aconteceu.

Para surpresa minha, não é o Sebrae que vai pagar a conta, como, na realidade, está indicado pelo próprio texto que vem do Executivo. O texto do Executivo diz isto: não é o Sebrae que vai pagar a conta, não é a Apex que vai pagar a conta. Na verdade, descobrimos o seguinte. Vou-me reportar, primeiro, ao relatório original, só na parte em que o relatório se refere aos recursos e à sua origem, de onde eles vêm.

O relatório original diz o seguinte:

“No tocante aos recursos para o seu financiamento, a exposição de motivos que acompanha a proposta consigna: ‘Constituirá receita principal da ABDI parte dos recursos arrecadados do adicional da contribuição social de que trata o § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e outros que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União’. Essa previsão está configurada no art. 15 do projeto sob exame, onde se destinam 2% do total da arrecadação do tributo para a ABDI”.

Nesse ponto está o erro, porque se está reportando ao Sebrae e à Apex.

Na verdade, o Relatório deveria ter sido um pouco mais profundo, tendo avançado da forma como procedi no novo Relatório *ad hoc*, afirmando o seguinte:

“No tocante à fonte de financiamento da ABDI, o § 5º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com redação dada pelo art. 15 do projeto, prevê que os recursos correrão exclusivamente à conta do acréscimo de receita líquida originado da redução da remuneração do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, vedada a redução das participações do Sebrae e da Apex/Brasil na distribuição da receita líquida dos recursos do adicional da contribuição social de que se trata”.

Vejam o que está ocorrendo. Quem faz a cobrança da contribuição social do Sebrae é o INSS. Ele cobra 3% para fazer essa cobrança. O que ficou acertado aqui com esses decretos? Que o INSS, em vez de cobrar 3%, passaria a cobrar 1%. Então, na verdade, o Sebrae não pagará a conta. Quem irá fazê-lo é a Previdência Social, porque ela deixa de cobrar 3% e passa a cobrar 1%, então passa a contribuir com 2% para atender à criação da ABDI.

Desse modo, a minha preocupação está resolvida. Não é mais o Sebrae nem a Apex que pagarão a conta. Agora, é o outro braço da viúva: a responsável pelo pagamento é a Previdência Social.

Fiz questão de abordar esse assunto, Sr. Presidente, porque entendi que não estava correto retirar das microempresas e pequenas empresas, dentro do que elas têm, dos seus próprios recursos – não é do Orçamento-Geral da União –, do próprio empresário, para se criar a Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial. A Lei também permite e prevê que se retirem tais recursos do Orçamento-Geral da União.

Não sei por que razão, no afogadilho e na pressa de se enviarem as coisas, para não serem discutidas – essa é a verdade, Senador Juvêncio da Fonseca –, essa proposta não foi feita. Podia perfeitamente ser jogado para o Orçamento-Geral da União, sim. Mas se resolveu a questão de forma técnica: o INSS dei-

xa de cobrar 3% e passa a cobrar 1%, destinando-se 2% para a criação da Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial.

Todos concordamos que a ANDI é absolutamente necessária. Precisamos, inclusive, acertar, Senadora Ideli Salvatti e Senador Aelton Freitas, que precisamos passar e aprovar essa matéria, precisamos levá-la ao plenário assim que seja desobstruída a pauta, para que possamos realmente votá-la.

Ontem, o Sr. Ministro, pelo telefone, alertou que é muito importante a imediata aprovação dessa matéria, porque, quando ele viaja – e estava na China –, sente falta de dizer aos interlocutores dos países com os quais está tratando que o Brasil dispõe, sim, de uma agência de desenvolvimento industrial.

Ontem, estávamos nos reportando à proposta oriunda do Itamaraty, que já está circulando no Congresso Nacional, pedindo aumento de pessoal. Por quê? Porque – citei aqui – os americanos possuem cerca de 200 assessores econômicos na China; os alemães dispõem de mais de 60, enquanto o Brasil tem um assessor do Ministério das Relações Exteriores em Beijing para fazer negociações entre o Brasil e a China, que, atualmente, sem dúvida, é o segundo grande mercado de compra e venda para todo o mundo, inclusive para os Estados Unidos.

A proposta do Itamaraty é muito mais correta e honesta, uma vez que declara a necessidade de aumento de seu quadro de pessoal e, conseqüentemente, de dinheiro do Orçamento da União para poder contratar, sob concurso público, as pessoas capazes de fazer essas negociações.

Não sou eu quem vai ficar contra, não estou contra absolutamente nada. Estou querendo apenas colocar os trens no trilho. Não estou aqui para criar problemas. Pelo contrário. Acho que a minha função é solucionar problemas.

Quando faço essas observações, entendam, por favor, que estou querendo apenas que as coisas sejam tratadas rigorosamente de acordo como determina a lei. A lei diz isso, e estou trazendo o seu texto. Não é o Sebrae, não é a Apex: quem paga é a Previdência. Sou, portanto, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Por tudo isso, sinto que acertei em cheio ao designar como Relator **ad hoc** o Senador Hélio Costa, que tem, como Relator, o cuidado de analisar todas as matérias e assina com muita responsabilidade os seus relatórios.

Esse estudo realizado de ontem para hoje esclareceu dúvidas e coloca, dessa forma, para aqueles que estão pensando que estamos dificultando a votação da matéria, um ponto final nas dúvidas.

Porque desde o início, quando recebi o Ministro Furlan, comprometi-me com S. Ex.^a de que essa matéria seria votada a tempo, antes de ser votada no Plenário, e, se não fosse assim, nós, da Comissão de Educação, não colocaríamos obstáculo à votação no regime de urgência em Plenário. Esse compromisso assumi com o Ministro Furlan e é o que estamos fazendo. Não estamos retardando a votação no Plenário do Senado. Pelo contrário, ao marcarmos a audiência da Comissão de Educação para hoje, permitimos que esse assunto fosse debatido na Comissão de Educação e votado aqui.

Porque, como está em regime de urgência, se não fosse votado na Comissão de Educação, seria diretamente votado no Plenário sem a votação nesta Comissão. Estamos valorizando o projeto do Governo e, ao escolher o Vice-Líder do Governo, tomei o cuidado de valorizar e garantir que aquele compromisso assumido com o Ministro Furlan tivesse conseqüência.

Abro a discussão aos Senadores. A Senadora Ideli Salvatti se inscreveu; depois, o Senador Aelton Freitas. Por permuta, o Senador Aelton Freitas fala antes.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na realidade, deixei de apresentar uma segunda sugestão que faz parte do meu relatório. Então, antes do Senador, V. Ex.^a poderia, também, apresentar esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fiz também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma sugestão de que não é necessariamente obrigatório o seu aproveitamento se ele não for apenas uma emenda de redação.

Porque, se não for entendido como emenda de redação, evidentemente que essa matéria teria que voltar à Câmara dos Deputados, e perderíamos os prazos para aprová-la.

Mas uma coisa que chamou a atenção – e vários Senadores aqui se pronunciaram a respeito – é com relação ao nome da agência, ou seja, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, quando na realidade tinha que ser um serviço.

Não se trata de uma agência regulatória, como a ANTT, não é uma agência como a Aneel, não é necessariamente uma agência do Governo. Ela não está regulamentando, mas, sim, apenas criando os instrumentos para se fazer uma política industrial. Ela não tem essa força de regulamentar. O nome agência não é apropriado. Não seria necessariamente uma agência que deveria ser criada, mas um serviço autônomo, um instituto, se for o caso, mas agência não.

Assim, fiz uma emenda, de nº 1, que diz: “No texto do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2004 onde

se lê Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI leia-se Serviço Autônomo de Desenvolvimento Industrial – SADI.”

Mas é uma sugestão apenas, se a emenda for entendida como de redação, que não obriga o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

Se for possível dessa forma, fica muito mais claro, muito mais objetivo, o nome de Serviço Autônomo, em contraposição ao de agência, que na realidade não é.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para discutir, com o palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Meu querido Presidente, Senador Osmar Dias, meu ilustre ídolo e Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa, que muito bem proferiu o relatório, se abrissemos um precedente para a agência, votando, todas as outras seguiriam o mesmo caminho, retirando dinheiro exatamente da Previdência. Somos do bloco de apoio ao Governo, V. Ex^a é Vice-Líder, sou do PL, o partido do Vice-Presidente da República, mas não vejo mais condições de sacrificar a Previdência como tem sido sacrificada. Como agência – não que eu queira votar contra –, não vejo a menor condição, e abriria o precedente para outras.

Com relação à segunda hipótese, sugerida pelo Senador Hélio Costa, se for um serviço ou um instituto, mesmo assim gostaria de defender a tese, Sr. Relator, de esses 2% saírem do cofre único do Governo, e não da Previdência Social.

Sou do bloco de apoio ao Governo, estamos aqui para defender o que for melhor, mas retirar da Previdência, sinceramente, machuca muito. Não consigo votar mais nada contra o povo brasileiro.

Deixo a discussão em aberto, Sr. Presidente. Se a matéria não retornar à Câmara dos Deputados, que encontremos uma forma, como o Senador Hélio Costa encontrou, de criar o serviço ou o instituto, e não uma agência. Do contrário, se for agência, todas as outras entrarão, buscando seus direitos também. Como agência, nosso voto é contra. Se puder ser como serviço ou como instituto, a fim de favorecer e criar um serviço ou instituto de desenvolvimento, podemos rever nossa posição. Como agência, sinceramente, não tenho coragem de votar a favor, sacrificando ainda mais a Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Aelton Freitas.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, ontem todos acabamos sendo levados a uma análise equivocada, até por conta

de que o parecer prévio dava a entender que haveria redução dos recursos do Sebrae e da Apex.

Entendo que foi muito bom ganharmos mais um dia, até porque, como foi consenso aqui, não atrasaria nada, pois a pauta está trancada, não haveria votação no dia de ontem. Foi muito bom esse tempo a mais. O Senador Hélio Costa leu o § 5º, que deixa explícito, até pela negociação feita, que os recursos para a Agência correrão exclusivamente por conta do acréscimo da receita líquida originada da redução da remuneração do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Ou seja, o INSS cobra um serviço que não é, inclusive, arrecadação do INSS em termos de arrecadação previdenciária, de cobrança, mas um serviço que o INSS presta e que, portanto, ao invés de ele ter uma arrecadação desse serviço de 3%, vai baixar para apenas 1%, e será essa diminuição da cobrança de serviço do INSS que custeará a ABDI, sem qualquer prejuízo nem para o Sebrae nem para a Apex.

E é importante também deixar registrado que o Regime Geral da Previdência não terá prejuízo com isso. É um serviço do INSS e, portanto, no limite do limite, acabará saindo do próprio Tesouro. Porque toda vez que o INSS sofre qualquer tipo de prejuízo, é o Tesouro que acaba cobrindo. Até com relação à questão levantada pelo Senador Hélio Costa no dia de ontem, de que o justo seria sair do Tesouro, e não do Sebrae e da Apex, no limite do limite acabará saindo do Tesouro. Mas repito: não é o Regime Geral da Previdência que sofrerá prejuízo, não está em questão isso. É um serviço prestado pelo INSS. E a negociação foi feita em comum acordo com o Ministro Amir Lando, com o Ministro Furlan, com a Presidência do Sebrae, com o Deputado Armando Monteiro, que é Presidente da CNI e também do Conselho do Sebrae na Câmara, e essas alterações – porque no projeto original não estava dessa forma constituído – foram fruto dessa negociação, que acabou saindo exclusivamente da redução da cobrança do INSS e desse serviço que ele presta ao Sebrae.

Creio que ficamos suficientemente esclarecidos, resolveu a polêmica levantada no dia de ontem e entendo que da forma como veio da Câmara, negociado pela Câmara, pelo Relator Beto Albuquerque e com todos os representantes dos Ministérios e do próprio Sebrae, acho que está de bom tamanho.

Agora, eu queria fazer uma ponderação, até acolhendo o relato feito pelo Deputado Beto Albuquerque, porque foram apresentadas emendas na Câmara também com relação ao nome da agência. E o Deputado Albuquerque recusou emendas, inclusive uma muito especial, que faço questão de relatar, que era do Deputado Fernando Coruja, do meu Estado, onde

propunha a alteração do nome, da mesma forma como faz o Senador Hélio Costa. E a recusa do Deputado Beto Albuquerque, Relator na Câmara, é de alterar de agência para serviço porque ele desconsiderou nessa alteração o caráter eminentemente executivo das funções a serem desempenhadas pela ABDI. Então, a exemplo do que fez quando da criação da Apex/Brasil, a denominação de agência afigura-se mais apropriada, sem prejuízo da adoção da natureza jurídica de serviço social autônomo. Assim, sobre esse debate a respeito do nome, quero dizer, Senador Hélio Costa, como esse debate já foi feito na Câmara, afigura-se, sim, como uma mudança de mérito. E aí acho que corremos um grande risco ao acatarmos sua emenda, porque, como o assunto foi debatido na Câmara, foi rejeitada emenda idêntica na Câmara, foi inclusive usado no Relatório essa questão, pelo Deputado Beto Albuquerque, acabariamos correndo o risco de não ser apenas de redação, de ser de mérito e podemos, com isso, ter a tendência de isso voltar à Câmara. E tudo que não precisamos nesse momento é ter o retorno à Câmara numa matéria onde todos nós temos a compreensão da importância, da emergência de ser rapidamente sancionada, para a agência poder funcionar de imediato.

Portanto, quero até fazer um apelo ao Senador Hélio Costa, já que o assunto foi debatido e, pelo menos na Câmara, passou como discussão de mérito e não apenas de redação, que não colocássemos em risco este retorno à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Hélio ia se manifestar a respeito do comentário de V. Ex^a, mas pedi a S. Ex^a que aguardasse o Senador Juvêncio da Fonseca, que deve falar sobre o mesmo tema. Depois, o Senador Hélio Costa, como Relator, pode fechar a discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só vou pedir licença, Sr. Presidente, porque está encerrando a votação na CAS e vou apenas até lá dar meu voto e já retorno.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas volte para votar, porque senão o Senador Gerson Camata vai pedir verificação de **quorum**.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não, retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que ontem, após o Relatório do eminente Senador Hélio Costa, que expôs de maneira muito especial, num exercício mental tremendo de conforto espiritual para dizer

sim ao Governo, fiz uma observação, votando contra o projeto. Continuo com meu ponto de vista ainda no mesmo sentido, inclusive com argumentos muito mais reforçados. Porque, quando se tiram recursos do Sebrae, que é do sistema S, você tira do microempresário, da pequena empresa, etc. Para custear uma agência do Governo é uma coisa. Mas tirar da seguridade social... Já não votamos a PEC paralela, para as questões dos aposentados e pensionistas, etc., e agora estamos diante de uma outra questão bastante delicada. Aprovar um projeto como esse e tirar do INSS recursos para custear uma agência é contrariar profundamente a vontade do povo e o nosso critério ético de conduta, de aprovar ou não os projetos bons ou não que vêm do Executivo.

O meu partido, o PDT, não é da base do Governo, mas também não é de oposição sistemática. Ainda fui relator esta semana de uma medida provisória do Governo que foi derrotada no plenário, mas meu voto foi favorável, aquela de ajuda humanitária à República do Paraguai. Manifestei-me favoravelmente. O Governo perdeu a sua aprovação no Congresso Nacional. A minha manifestação não é meramente de oposição, mas sim de interesse social.

A mudança de nome de agência para serviço ou de serviço para agência, não vejo nenhum significado, a não ser aquele de se correr o risco – como disse a Senadora Ideli Salvatti – de voltar o projeto à Câmara dos Deputados, porque não é um emenda simplesmente de redação, entendo que é também uma emenda de mérito.

Naturalmente, se aprovarmos hoje esse projeto tal como está, estaremos mais uma vez – apesar da ponderação contra, dizendo que ele não é social, não é de interesse nacional – aprovando porque o Governo quer. Mas por que o Governo quer alguma coisa que é anti-social e nós aprovamos? Só porque veio do Governo? Onde estão os princípios de interesse social, os princípios éticos com a população, que possam nortear a sua convicção? Quer dizer que a minha convicção não é se é bom ou ruim para o povo, mas se é do interesse ou não do Governo? Penso que não podemos continuar com essa postura aqui, no Senado Federal.

Tenho uma grande dificuldade em votar a favor deste projeto. Votarei contra porque antes de tudo ele está tirando recursos da Previdência Social, dos pensionistas e dos aposentados para custear uma agência que vai dar suporte a um assunto de grande importância nacional, que é o fomento à nossa indústria, ao nosso comércio exterior, etc. Mas não pode ser a Previdência que vai financiar esse tipo de projeto. Por que a Previdência tem que financiar um agência que vai tratar

dessas questões internacionais? Se fosse uma agência que fosse tratar das questões dos aposentados, dos pensionistas, dos grandes interesses sociais do País, tudo bem. Sei que o interesse econômico reflete no interesse social, mas não pode ser com o instrumento financeiro da Previdência Social que se faça funcionar uma agência essencialmente comercial, industrial, de relações internacionais.

Meu voto será contra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Creio, Senador Juvêncio, que V. Ex^a falou em nome do PDT.

Senador Gerson Camata, vai falar?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, penso que o que devia falar já disse ontem.

Primeiramente, acho que é um Ministério que está funcionando bem, um Ministério que está dando provas da capacidade brasileira de se organizar rapidamente em 360 dias, de começar a projetar o Brasil a adquirir novos mercados para o País. A Senadora do Governo está dizendo que ele não é do PT. Ele é brasileiro. O Governo não é do PT. Quando o Presidente toma posse, é eleito, ele não é o Governo do PT, ele tem que ser o Governo do Brasil. Nesse aspecto está sendo um ministro brasileiro. Ora, o Ministro entendeu, e também sua equipe, de que precisam de uma agência. Penso que o nome agência está muito bom, discordo um pouco do relatório apresentado. Temos, por exemplo, a Agência Brasileira de Notícias, que faz a Agência Nacional. Com a criação das agências reguladoras, ficou parecendo que a palavra agência só serve para regular. Mas não é: existe a Agência de Notícias, Agência dos Correios, há agência para tudo.

Essa é uma agência para promover o País, promover o desenvolvimento tecnológico, promover a adequação da produção brasileira com aquilo que o mercado quer, o famoso princípio de Adam Smith de que o consumo comanda a produção.

O que a agência vai fazer? Ela vai descobrir onde está o consumo, o que ele quer, para que ele comande a produção e ela desenvolva a produção de acordo com aquilo que o consumo deseja.

E não vai tirar da seguridade social. A seguridade social, INSS, cobra 3% para arrecadar todos os recursos do Sistema S. Ora, uma parte desses recursos vai para essa agência – não são recursos da própria agência. Acredito que vamos cumprir uma meta. Como eu disse ontem, cada Governo tem uma meta. Não se pode ficar preso a um esquema. Senão, estaríamos ainda no Império. Veio a República, a Nova República;

penso que as coisas evoluem. Se daqui a alguns anos vier um outro Governo e considerar que a Agência não foi boa para o País, o outro Governo muda. Mas estamos em um Governo que acredita que essa Agência, neste momento, é necessária.

É uma meta do Governo, é uma meta do Brasil. Por isso, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Senador Hélio Costa, o Senador Arthur Virgílio vai pedir a palavra, mas, até que S. Ex^a se posicione, vamos ouvir o Relator *ad hoc*, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria me referir à posição do Senador Juvêncio da Fonseca, porque, na realidade, o que entendemos do texto é que não se trata de uma contribuição já existente na Previdência, não se trata de um recurso já existente na Previdência e que desse recurso estamos retirando 2%. Na realidade, é um serviço prestado pela Previdência, conforme ressaltou o Senador Gerson Camata, onde a Previdência recebe 3,5% para fazer essa cobrança. Como a cobrança se refere a recursos da iniciativa privada, diga-se de passagem, porque são dos serviços sociais, inclusive o Sebrae, não é também recurso público que ela está recolhendo, ela está recolhendo contribuições de serviços ligados à iniciativa privada.

Ela reduz, por não ter essa carga de trabalho, de 3,5% para 1,5%. Então, sobram 2%. Esses 2% seriam destinados à Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial. Faço essa observação para não ficar parecendo que nós, na realidade, estamos retirando 2% da receita da Previdência. Não, trata-se de um dinheiro que ainda viria por serviço prestado, diminui-se o percentual cobrado pelo serviço prestado e sobram 2% para que seja destinado à agência que está sendo criada.

Com relação ao nome agência, eu, mais uma vez fazendo um exercício mental, como diz o Senador Juvêncio da Fonseca, para poder aceitar e entender as dificuldades do momento e a proposta do Governo. Vou retirar a emenda. Retiro a emenda que muda o nome, que tira o nome agência, mas, antes, quero fazer um esclarecimento. A nossa ver, a nomenclatura de agência não condiz com o que ocorre no nosso atual estado de direito administrativo, pois essa designação se coaduna com as agências reguladoras, como a ANTT, a Anatel, a ANA, que têm notoriamente a natureza jurídica de autarquia. Como sabemos, as autarquias são entes que integram a administração pública, mais precisamente no grupo da chamada administração indireta, com natureza jurídica de pessoa de direito público interno. A entidade que se deseja criar, que se almeja, tem natureza de direito privado,

pertencendo ao grupo dos chamados serviços sociais autônomos, que o inesquecível Professor Hely Lopes Meirelles cognominou de entidade paraestatal, isto é, que funciona ao lado do Estado, como objetivo de alcançar os seus fins, ou seja, a prestação de serviços em benefício da sociedade.

Por mais que eu esteja rigorosamente de acordo com o que prevê o mestre dos mestres, Hely Lopes Meirelles, vou aceitar a argumentação porque, como não se trata de uma emenda de redação, conforme deixou já a informação o nosso Presidente Osmar Dias, na verdade, entraríamos no mérito da questão. Entrando no mérito da questão, se alterarmos a matéria, ela terá de voltar para a Câmara dos Deputados. Assim sendo, não vamos atender ao objetivo da urgência e da emergência, porque esse é um projeto de lei que veio do Poder Executivo em regime de urgência. Na verdade, ele poderia até ter sido uma medida provisória, mas, para se evitarem o acúmulo de medidas provisórias e os comentários sobre a criação e a execução das leis de acordo sempre com o que manda a medida provisória do Presidente da República, veio um projeto de lei em regime de urgência. Então, vamos atender.

Faço um apelo para que, dentro desse critério, possamos atender ao nosso Ministro – não é atender ao Governo – que está lá fora, passando por todas as dificuldades, quando, na realidade, o Brasil precisa se modernizar e se adaptar para o comércio internacional, que é cada vez mais disputado e agressivo. Ou nós nos preparamos para esse comércio internacional, criando essas estruturas de apoio, ou, então, o Brasil realmente fica sem chances.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Faço apenas uma correção, Senador Hélio Costa: a urgência foi requerida pelos Líderes, os Senadores Ideli Salvatti, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Sérgio Guerra. Então, o projeto veio com tramitação normal, mas os Líderes fizeram um requerimento, propondo a urgência.

Consulto ao Senador Arthur Virgílio se V. Ex^a deseja usar da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o esclarecimento que recebo é o de que foi satisfatório o relatório do Senador Hélio Costa, que está de acordo com o espírito do acordo que foi posto à Liderança do PSDB, num encontro que tive com o Ministro Luiz Fernando Furlan, a partir de uma iniciativa do Senador Eduardo Azeredo, que se encontra fora do País.

Vejo que foi tudo conforme o espírito do acordo. Portanto, não tenho mais o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca, deseja fazer uso da palavra?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, a minha posição, desde o início, foi contrária ao projeto, mas vejo que as Lideranças todas estão num consenso para aprová-lo. Se isso é verdadeiro, que o meu voto contrário seja entendido apenas como um alerta de que, na seguridade social, não se pode, de forma nenhuma, mexer em seus recursos, pois são recursos sagrados em favor dos homens mais necessitados deste País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A posição de V. Ex^a está bem compreendida e correta.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, com o mesmo procedimento do Senador Juvêncio da Fonseca, vou rever meu voto e votar com o meu relator, Senador Hélio Costa, a quem admiro muito e de quem quero seguir os passos. Faço isso também pelo Ministro Luiz Fernando Furlan. Entretanto, tenho visto atos dessa maneira como propaganda enganosa em televisão e em jornal. Escreve-se em letras grandes e, no rodapé, outra informação muda o rumo do contexto.

Vou rever o meu voto, votando com o meu relator, Senador Hélio Costa, pelo Ministro Luiz Fernando Furlan. Então, sou a favor do projeto, após a justificativa do Senador Hélio Costa, mas penso que se deve seguir o caminho para o que o Senador Juvêncio da Fonseca vem alertando. Evitemos fazer qualquer coisa errada, porque o Governo e os nossos mandatos passam, mas os nossos atos podem prejudicar milhões e milhões de brasileiros, se eles não forem corretos e com a melhor intenção possível.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Vou colocar a matéria em votação...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas mais uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a ainda tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, faltou uma informação que fiz questão de levantar, antes da votação. Pedi à assessoria que pesquisasse o que significa essa contribuição social da qual vamos tirar 2% para criar a agência. Ela significa, no sistema todo, R\$ 803.316.000,00 para os sistemas não ligados a uma das áreas; a segunda é de R\$ 580.647.000,00. Então, o total é de R\$ 1.383.963.000,00 por ano. Isso representa R\$ 26 milhões por ano para a criação da Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial. Então, não estamos falando de pouco dinheiro; é muito dinheiro, que vai ser muito bem empregado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos dos Senadores Juvêncio da Fonseca e Efraim Morais.

Temos ainda um item da pauta. Vou solicitar ao Senador Juvêncio da Fonseca, se possível, funcionar como Relator *ad hoc* do item 02.

Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004, *que institui o Dia Nacional em Memória a Vítimas de Acidente e Doenças do Trabalho*. Autor: Deputado Roberto Gouveia. Relator: Senador Luiz Pontes.

Como a matéria já constou de duas reuniões e não contou com a presença do Relator, estamos designando como Relator *ad hoc* o Senador Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr Presidente, é uma satisfação imensa ser Relator *ad hoc* em substituição ao eminente Senador Luiz Pontes.

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que institui o Dia Nacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a ser anualmente celebrado no dia 28 de abril.

Em boa hora vem o Congresso Nacional abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para as vítimas de acidentes e doenças do trabalho. A Constituição Federal, no inciso XXII do art. 7º, determina como direito do trabalhador urbano e rural a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Assim, para além da homenagem, pretende-se com a instituição dessa data chamar a atenção da sociedade e do poder público para o alto percentual de acidentes e doenças oriundas do trabalho que oneram o cidadão brasileiro.

O dia 28 de abril, determinado pela proposição, foi eleito em fórum internacional por marcar a ocorrência de grave acidente de trabalho nos Estados Unidos. A justificação do projeto informa que no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em 2003, várias entidades internacionais reforçaram o estabelecimento desse dia como a marca da luta em favor de um ambiente de trabalho condigno, sem ameaças à saúde e à vida.

Nessa medida, por seu elevado sentido, o projeto em exame é meritório e oportuno.

Voto.

Pelo exposto, e por não encontrar óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa,

pronunciamo-nos pela aprovação do projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004.

Esse é o voto, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca e coloco em discussão o relatório do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que aprovam o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora para o item 03. Peço ao Senador Aelton Freitas que funcione como Relator *ad hoc*, para que possamos limpar a pauta hoje.

Item 3:

Trata-se da Petição do Senado Federal nº 08, de 2004, que encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de serviço móvel especializado, em suas respectivas radiofrequências, do grupo MCOM-CAST S.A. para Nextel Telecomunicações S. A.

Autor: Aloísio França do Amaral. Relator: Senador Almeida Lima.

Não estando presente S. Ex^a, passo a palavra ao Senador Aelton Freitas, Relator *ad hoc*.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr Presidente, Senador Osmar Dias, Sr^{as} e Srs Senadores, participamos nesta Legislatura desta Comissão, resolvendo todos os nossos trabalhos. Mas eu gostaria de pedir apenas uma semana. Como Relator, eu pretendia pedir vista desse processo, porque é a primeira vez que acontece isso nesta Casa. O que há é praticamente uma ação popular.

Na próxima terça-feira, prometo que relato da melhor maneira possível, talvez trazendo boas sugestões, como aconteceu com o Senador Hélio Costa, no projeto que antecedeu.

Assim, com a permissão de V. Ex^a e dos Srs Senadores, eu gostaria de pedir vista apenas até a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Relator *ad hoc* mineiro é assim. O Senador Hélio Costa pediu um dia, o Senador Aelton Freitas, uma semana.

Fica atendido V. Ex^a por uma semana.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Agradeço muito a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 4:**

Requerimento ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002, que cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais para as finalidades que menciona. A destinação da gratuidade será oferecida

a profissionais da educação e alunos das escolas públicas de educação básica.

Trata-se de um requerimento do Senador Roberto Saturnino:

“Requeiro a V. Ex^a, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, o encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002, que cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais, para as finalidades que menciona, para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça quanto ao aspecto da constitucionalidade e juridicidade.”

Quero lembrar que, na semana passada, estiveram aqui os representantes dos teatros reclamando bastante da meia entrada. Aqui nós estamos falando da gratuidade.

O autor do requerimento é o Senador Roberto Saturnino. O Senador Hélio Costa e a Senadora Ideli subscreveram esse requerimento.

Em discussão, o requerimento.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Esse requerimento é para adiar?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, é para enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que esta se manifeste sobre a constitucionalidade e a juridicidade.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar ao último item da pauta, quero comunicar que, atendendo a um pedido do Senador José Jorge, marcamos uma audiência pública para amanhã, às 10 horas, para discutir e esclarecer as denúncias publicadas na imprensa envolvendo a subsidiária do Banco do Brasil Cobra Tecnologia na prestação de serviços, aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos, sem os devidos procedimentos previstos na legislação licitatória.

O autor é o próprio Senador José Jorge, e há apenas um convidado, Leandro Vergara Raimundi, Presidente da Cobra.

A audiência, repito, será amanhã, às 10 horas.

Item 5:

Trata-se de um requerimento assinado pelos Senadores Gerson Camata, Leonel Pavan e Marco Maciel, nos seguintes termos:

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com os segmentos interessados e envolvidos diretamente no assunto – classe médica, farmacêutica, laboratórios, publicitários e sociedade civil – para a discussão em torno das propostas conti-

das nos PLS nº 242, 308 e 355, de 2003, com a finalidade de subsidiar este colegiado para deliberar sobre a matéria. A data da referida audiência ficará a cargo da Presidência da Comissão.

Lembro que ontem o Senador Marco Maciel apresentou o seu parecer, optando por um substitutivo. Houve aqui um debate intenso, longo, e os Senadores resolveram, por cautela, já que se trata de um assunto polêmico e importante, solicitar, através de um requerimento, audiência pública.

Assim, o projeto não volta à pauta hoje exatamente porque há um requerimento e só voltará à pauta quando for realizada a audiência pública.

Como nós estamos finalizando o período legislativo, se não conseguirmos, por falta de data, realizar a audiência pública, gostaria de comunicar aos autores do requerimento que terá que reapresentá-lo no ano que vem. Dessa forma, se desejam realmente a audiência pública, deverão apresentá-lo.

O Senador Juvêncio da Fonseca também é um dos autores desse requerimento. São quatro os autores do requerimento.

Em discussão, o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para dizer que eu assinei o requerimento. Concordo que deve haver alguma limitação à propaganda de medicamentos. Cada país tem uma legislação própria. Eu observo que, por exemplo, na legislação dos Estados Unidos, país que adiantou muito essa legislação sobre medicamentos, o medicamento que pode causar mal a outras pessoas não pode ser objeto de propaganda e é absolutamente controlado. O medicamento que se você tomar pode fazer mal só a você ou bem só a você, isso é um problema seu; ou seja, esse medicamento pode ser objeto de propaganda.

Por exemplo, um medicamento psicotrópico. Uma pessoa sob o efeito de psicotrópicos pode causar danos a outras pessoas; pode, ao dirigir, dormir, bater o carro. Esse medicamento não pode ser objeto de propaganda, só é vendido com receita médica e é rigorosamente controlado.

Outro caso, um antibiótico. Uma pessoa que toma um antibiótico descontroladamente pode desenvolver em si cepas resistentes ao antibiótico e se essas cepas forem levadas para outra pessoa podem causar danos a ela. Então, esse medicamento é controlado, não há propaganda, e seu controle é rigoroso.

O caso de um analgésico para dor de cabeça. Se eu tomar ou não, vai curar a minha dor de cabeça e não vai causar mal a ninguém. Esse medicamento é livre para propaganda.

Penso que esse seria o melhor conceito que se poderia fazer.

Mas a propaganda, segundo o substitutivo do Senador Marco Maciel, proíbe terminantemente, não pode. A não ser dos genéricos. Ora, o genérico pode causar até mal, se posso fazer propaganda dele. Ou então deveria proibir também dos genéricos, embora a redação dá a entender que pode haver a propaganda do genérico quando o governo diz o seguinte: “Consuma o genérico, porque é mais barato!” Não pode dizer qual genérico. Mas não está bem explícito no texto isso. Corrija-me o Senador Aelton, professor emérito de Língua Portuguesa, especialista em sinonímia.

Agora, quanto mais pessoas ouvirmos melhor.

Por exemplo, em relação aos analgésicos que contêm ácido acetilsalicílico, o Governo teve que fazer uma propaganda, dizendo: “Quem tiver dengue não consuma nada que contenha ácido acetilsalicílico”. Teve que fazer essa propaganda. Agora, já há, nas propagandas de Alka-Seltzer, de Melhoral: “Não recomendado para pessoas que têm dengue.” Depois, ainda no governo passado, colocou-se aquela outra frase: “Ao persistirem os sintomas, procure um médico.”

Com esses cuidados todos – é até bom esclarecer à pessoa que tem uma azia, uma má-digestão, uma dor de cabeça, que tomou uma pancada na perna e passa aquela pomada –, penso que isso não vá fazer mal a ninguém. Pelo contrário: faz bem.

Porque o que vai acontecer do outro lado? A chamada “empurroterapia”, quando o cara vai à farmácia e diz: “Olha, bati o joelho aqui na caixa ontem, o que devo tomar?” Ele vai empurrar um remédio pior do que aquele cuja propaganda foi feita.

Então, creio que essas coisas todas poderão ser elucidadas nessa audiência pública, que, não podendo ser realizada este ano, se realizará no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Está em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Quero agradecer ao Senador Hélio Costa pelo esforço que fez para nos apresentar o relatório hoje e o fez com muita competência. Também quero agradecer a todos os Senadores por terem colaborado para que esta reunião fosse realizada.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h39min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de dezembro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezenove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Aelton Freitas, Sérgio Cabral, José Jorge, Efraim Morais, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Marco Maciel e Paulo Octávio, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 26-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador José Jorge, que tem como objetivo discutir e esclarecer denúncias publicadas na imprensa, envolvendo a Subsidiária do Banco do Brasil, Cobra Tecnológica, na prestação de serviços e aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos, sem os devidos procedimentos previstos na Legislação licitatória. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usa da palavra o Senhor Senador José Jorge, autor do requerimento. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quinze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente.

Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Faremos realizar hoje audiência pública, solicitada pelo Senador José Jorge, através de requerimento aprovado na Comissão, para discutir e estabelecer alguns parâmetros sobre as denúncias publicadas na Imprensa, envolvendo a subsidiária do Banco do Brasil Cobra Tecnologia na prestação de serviços e aquisição e venda de materiais e informática para órgão públicos, sem os devidos procedimentos previstos na legislação licitatória.

O nosso convidado é Leandro Vergara Raimundi, Presidente da Cobra Tecnologia. Estão presentes ainda os diretores Duílio Monroy, Eduardo Galdiano, Egidio More Muniz, o Vice-Presidente Valdemiro Santos e o Vice-Presidente Eduardo Armond.

Indago do autor do requerimento, Senador José Jorge, se pretende fazer alguma manifestação antes de concedermos a palavra ao nosso convidado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença do Presidente e dos demais diretores e dizer da importância que eu dou a esta audiência pública. Na realidade, o dia que conseguimos marcar não foi um dia muito bom porque temos reuniões de diversas Comissões na Casa, inclusive uma reunião do Congresso Nacional. Mas, de qualquer maneira, esta audiência está sendo transmitida pela televisão e será divulgada, posteriormente, no Jornal do Senado, pela rádio etc. Então, tudo o que for dito aqui terá uma repercussão em termos desse tema.

Na verdade, a minha preocupação em relação à Cobra Tecnologia, empresa do Banco do Brasil, diz respeito a sua forma de trabalho. Pelo que se vê, temos poucas informações sobre a Cobra, uma vez que ela se transforma ora em uma empresa pública, ora em uma empresa privada. É a forma como ela é contratada por órgãos públicos. Nesses dois últimos anos, já no Governo do Presidente Lula, a Cobra tem acrescentado muitos novos contratos ao seu trabalho, a maioria em órgãos públicos, e todos sem licitação. Quer dizer: foram diversas prefeituras, mais de vinte, além de bancos, como o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, conforme já está previsto, e diversos outros contratos.

Por outro lado, há preocupação também na outra ponta, do ponto de vista dos contratos que a Cobra faz com terceiros, pois a Cobra, na realidade, em muitos contratos, serve apenas de intermediária entre a empresa que precisa do serviço e aquelas que realmente

o prestam. Enquanto na ponta da contratação ela se comporta como empresa pública – portanto, assina contratos com outras entidades públicas sem licitação –, no outro lado, ela aparece como empresa privada, porque contrata ou subloca, também sem licitação, os serviços dos seus contratados.

Então, isso é o que se diz no mercado, o que se diz na mídia. Há diversas matérias; eu mesmo já fiz alguns pronunciamentos; o Tribunal de Contas já iniciou algumas investigações sobre a Cobra. Na realidade, precisamos de esclarecimentos para não cometer nenhuma injustiça. Ninguém gostaria de prejudicar os trabalhos da Cobra, é evidente. Gostaríamos apenas que ela fosse contratada com licitação, porque estamos num País capitalista em que existem empresas privadas e empresas públicas, que devem disputar o mesmo mercado, em pé de igualdade, mas principalmente na outra ponta, quando ela subloca os serviços. Se não se proceder assim, ela terá um poder sobreco-mum no mercado, e isso pode gerar corrupção, pode gerar arrecadação para campanha eleitoral, pode gerar todo esse tipo de relação espúria, se não forem feitas as licitações devidas.

Tivemos ontem, por exemplo, no setor elétrico, esse grande leilão, que por sinal fracassou no seu objetivo; todavia, de qualquer modo, foi uma forma de mostrar como é que o setor público tem que contratar. São leilões anunciados, etc. Então, se a Cobra não faz licitação, deveria fazer. Portanto, queremos ouvir as colocações de V. S^{as} a respeito disso, até para podermos continuar no nosso trabalho de fiscalização e de acompanhamento do Governo e das entidades públicas.

Então, era essa a linha daquilo do que eu gostaria de ser esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge. Vamos passar a palavra ao nosso convidado, Sr. Leandro Vergara Raimundi, que dispõe de até vinte minutos para sua exposição.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente, pois entendo ser uma oportunidade ímpar para a Cobra Tecnologia expor seu contexto de atuação e tentar elucidar algumas questões ligadas ao processo de contratação da companhia.

Se não houver nenhum objeção, tenho uma apresentação institucional da companhia em vídeo para fazer e algumas transparências onde apresento os principais processos e como estamos atuando hoje no mercado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Senhores, a missão e a estratégia da companhia é ser uma integradora de soluções e tecnologia, suportando e garantindo a evolução tecnológica dos nossos clientes. A busca disso é com base na maximização de sinergias, uma maior melhor administração dos resultados e, com isso, conseguimos fortalecer a imagem e a marca da companhia.

O nosso principal foco de atuação é no atendimento ao conglomerado Banco do Brasil. O Banco do Brasil, que é o nosso controlador, é hoje o nosso maior cliente. Fazemos a assistência técnica de toda a rede de automação bancária do Banco.

Nos mais diversos produtos, atuamos com call center, processamento de Back Office, serviço de IDC, a parte de hospedagem e host, soluções de compartilhamento para o auto-atendimento, que é projeto em investimento da companhia; sistema de bilhetagem, no caso de controle de telefonia; e, mais recentemente, a solução que envolve o Banco Popular do Brasil.

Independentemente disso, também temos uma atuação no mercado, em outros segmentos, voltado para o gerenciamento em transporte público; gestão integrada de Municípios; serviços os mais diversos de infra-estrutura, desde a parte de hardware, software, até rede; gestão de sistemas, tanto a parte de processamento quanto a parte de atualização de código; processamento de back office. O nosso cocker é ser integrador de solução. E também fazemos fornecimento e manutenção de equipamentos.

Alguns fatos relevantes já foram comentados no filme. Fizemos uma mudança na logomarca da companhia, em 2003; lançamos uma marca própria, a Áurea; e estamos buscando, através de um regime de OIM, a fabricação de equipamentos. Pretendemos, em breve, evoluir nesse projeto. Recebemos diversos destaques no ano de 2003 por revistas conhecidas, especializadas na área, como Computer World, Exame, Informática e Informática Hoje.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o faturamento da companhia.

A companhia tem um faturamento projetado, este ano, de 832 milhões; e o nosso plano, para o ano de 2005, é atingir a marca de 949 milhões. Então, é uma companhia que vem num crescente desde o ano de 2003.

Aqui, eu gostaria de relatar a participação do Banco do Brasil nesse nosso faturamento.

O Banco do Brasil, hoje, representa 549 milhões desses 832 milhões. E, se eu evoluir para o conglomerado Banco do Brasil, às empresas associadas, esse número aumenta.

Aqui, tentei mostrar como está a nossa participação no mercado, distribuído por segmentos. Então,

tivemos uma participação, em 2003, de 85% do Grupo Banco do Brasil; 2% no mercado privado; 5% na área de tribunais; 3% do Governo Federal, municipal, e 2% na área do governo estadual.

A evolução desse número. Diminuímos a participação no Banco do Brasil; diminuímos o mercado privado e aumentamos, em governo, tanto no nível municipal quanto estadual e federal.

Eu gostaria de abordar aqui o processo de compras da companhia, que é objeto de uma discussão.

A Cobra faz o seu relacionamento comercial com o mercado através de um regimento interno de compras. Esse regimento interno de compras tem todo um procedimento de qualificação e seleção de fornecedores, suportado por critérios técnico-comerciais. Nós trabalhamos nesse modelo com base na decisão do TCU e nesses dois despachos.

Aqui, seleciono um conjunto de normas internas e procedimentos, inclusive alguns voltados para a área de certificação de qualidade de ISO 9000 que suportam todo o nosso processo de compras e contratação interna, onde se fala de competências, alçadas, aquisição, contratação de produtos para atividades fins e a nossa metodologia.

Vale uma ressalva: até como consequência dos últimos meses, estamos fazendo um trabalho de aproximação junto às entidades de classe, como o Sespro e a Fenainfo, e também estamos fazendo uma aproximação junto ao Tribunal de Contas da União e ao Banco do Brasil, por meio da área de governança corporativa, para discutir de forma bastante aberta e ampla esse nosso Regimento Interno, no sentido de buscar um aprimoramento e uma melhor qualificação, se for necessário, até porque esse é um documento vivo e ciclicamente a companhia procura trabalhar assim. Basicamente é isso.

Tenho aqui informações sobre alguns contratos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. S^a já encerrou?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Sim, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, vamos passar para a segunda parte da reunião. Em primeiro lugar, passo a palavra ao autor do Requerimento, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de este documento nos trazer algumas informações, do qual eu pediria uma cópia para que possamos estudar posteriormente, na realidade considero-o pouco esclarecedor em relação a alguns pontos que nos preocupam. Mas vejo que,

na realidade, a Cobra começa também a se preocupar em relação a essas críticas ou a essas dúvidas que estão se levantando sobre a questão do seu funcionamento.

Então, farei as perguntas de uma só vez, conforme procedimento da Casa. Primeiramente, o Senador fala e, depois, passa para os outros; então, eu não posso fazer uma pergunta de cada vez. Posteriormente, vou entregar-lhe a relação. A não ser alguma pequena modificação que eu faça aqui agora, por conta de alguns esclarecimentos que já foram feitos, as perguntas serão as seguintes:

1) Qual a personalidade jurídica da Cobra Tecnologia S.A. e quem são os seus acionistas? Quer dizer, a Cobra se considera uma empresa pública ou privada? Ela é 100% do Banco do Brasil ou tem outros acionistas minoritários? Como é indicada a sua diretoria e quem a indica? Enfim, como a Cobra funciona, na prática, como uma subsidiária do Banco do Brasil? É uma subsidiária total? O Banco do Brasil tem a maioria das ações?

2) Com quem a Cobra firmou contrato de prestação de serviços, quais desses estão sendo conduzidos com pessoal próprio e quais são realizados parcial ou totalmente por terceiros? Na realidade, a idéia dessa pergunta é saber se a Cobra é a empresa tem uma estrutura técnica de hardware ou de software para sozinha prestar esses serviços, ou se ela subloca a prestação dos serviços que contrata?

Estamos vendo, aqui, que a grande parte dos serviços que ela presta é ao Banco do Brasil, o que considero próprio já que ela foi criada exatamente para prestar serviços ao Banco do Brasil. Mas, de qualquer maneira, é preciso saber. A Cobra tem uma fábrica de hardware? Fabrica os seus próprios equipamentos? Subloca-os? Que parte eles compram?

Porque hoje em dia, por exemplo, qualquer loja de venda de computador é uma montadora. Chega-se em uma loja para comprar um computador e pede-se a máquina com a formatação que desejar; o dono da loja monta aquele computador na hora e, em 24 horas, busca-se o computador. Muda-se um chip, uma placa; enfim, organiza-se da maneira que a pessoa quiser.

Então, eu queria saber se a Cobra realmente fabrica os equipamentos principais do computador ou das máquinas que ela vende, ou se subloca todas as partes e serve como montadora e colocação da marca, vamos dizer assim.

3) Que contratos firmados são para o fornecimento de material e para quem estão sendo fornecidos? Também é outro lado da questão. Nós queremos saber, basicamente, dentro da Cobra, como ela contrata os seus subcontratados, porque, na realidade, aí é que gera a

grande dúvida com relação a essa questão do Tribunal de Contas, porque, parece-me, aquelas decisões do referido tribunal foram específicas para a área de petróleo, baseadas na Lei de Petróleo, permitindo com que a Petrobras pudesse realizar compra sem licitação, mas, na prática – já fui Presidente do Conselho da Petrobras – ela tem um processo muito claro no sentido de se fazer essas contratações. Na realidade, era o que queríamos que a Cobra também tivesse.

Quanto ao relacionamento comercial, há um contrato existente entre a Cobra e a Novadata Sistema de Computadores S/A. Esta é uma empresa petista, digamos assim. Ela é do Distrito Federal, o seu Presidente é dirigente petista, arrecadador de recursos. Na realidade, era Presidente da Ágora, aquela tal ONG a respeito da qual foi descoberto que prestou contas de R\$900 mil falsificados, que tem grande relacionamento com toda a cúpula do Governo, inclusive com o Presidente Lula.

É necessário que saibamos como é a relação da Nova Data com a Cobra, mesmo porque, depois que a pessoa não presta contas direito, ou o faz de uma forma bastante irregular, do dinheiro de uma ONG, imagine o que não seria capaz de fazer numa relação comercial. Então, era muito necessário que esclarecêsemos isso.

Em que base foi feito o contrato entre a Cobra e o Banco do Nordeste? Na verdade, há um contrato entre os dois, que foi, inclusive, suspenso em parte, de maneira liminar, mas estão estudando as formas de esse contrato ser conduzido. Ele foi feito sem licitação, como, aliás, imagino que tenham sido feitos todos esses contratos da Cobra com o setor público. É outra pergunta que gostaria de fazer: se esses contratos com o setor público, que representam 98% do faturamento, são feitos por licitação ou não.

A empresa tinha, como sempre, todas as condições técnicas de anotações de responsabilidades técnicas nos créditos para executar esse contrato com o pessoal próprio. Na verdade, os próprios funcionários do Banco do Nordeste fizeram denúncias no sentido de que esse contrato com o Banco do Nordeste foi feito sem que se levasse em conta a estrutura de pessoal que o banco dispunha.

Quantos são os funcionários próprios, que atividades exercem, em sua maioria, e quantos são terceirizados? Qual a estratégia da empresa na expansão de software livre? E o que é produto freedom? Quais são os órgãos de controle que acompanham a gestão da Cobra por parte dos controladores? Por que a Cobra se recusa sistematicamente a ser auditada pelo Tribunal de Contas da União, como se diz? Qual foi a participação da Cobra na implantação do bilhete único

do Município de São Paulo? Qual a especialização própria da Cobra nessa área? Quem efetivamente prestou o serviço contratado? Quais foram as empresas subcontratadas e qual o valor de cada contrato? Qual é a relação comercial entre a Cobra e a Gtech? Quais contratos estão vigendo, quais já se encerraram e que tratativas comerciais se encontram em exame? Qual foi o faturamento da Cobra nos últimos cinco anos? Já foram apresentados os últimos três anos. Qual a previsão do ano em curso?

Segundo comunicado da Cobra, o senhor veio trabalhar naquela empresa, trazido pelo ex-Presidente Graciano Santos Neto, substituído agora em novembro, tendo exercido o cargo de vice-Presidente de Tecnologia e Serviço. Em vista disso, pergunto se o senhor tem informações sobre a relação do seu antecessor com os Srs. Mauro Dutra, da Novadata, e Waldomiro Diniz.

Quem desenvolveu para a Cobra o Plano Diretor de Informática do Banco do Nordeste do Brasil para os próximos dois anos? O que é a verba de R\$500 mil para a implantação de uma metodologia Cobra para o Banco Nordeste do Brasil, na transição do contrato da ? para a Cobra? Não seria esse curso de responsabilidade de parte integrante do escopo da prestação de serviços?

Há alguma negociação com o Banco da Amazônia para a prestação do mesmo serviço do Banco do Nordeste? Qual o montante desse contrato?

Solicitações Finais.

Solicito a relação das empresas com quem a Cobra mantém relacionamento comercial – quer dizer, quais são empresas, ou empresas públicas, para a qual esta presta serviços -, a relação das empresas com as quais a Cobra adquiriu equipamento nos últimos dois anos e a relação das empresas com quem a Cobra adquiriu serviço de software nos últimos dois anos ou então serviços equivalentes, conjuntamente software e hardware. A idéia disso é verificarmos, já que não há um processo explícito de licitação, qual o encaminhamento que está sendo dado a esses contratos para que possamos, no futuro, ter um processo de compra de serviço da Cobra, que permita a toda a sociedade verificar que todas as empresas brasileiras de prestação de serviços de software ou mesmo de fornecimento de hardware, ou de soluções integradas, possam ter oportunidade de prestar serviços à Cobra, já que, na realidade, com o faturamento que já se aproxima de R\$1 bilhão por ano, ela passa a ser um importante agente do mercado de informática brasileiro, que não é tão grande assim, e é necessário que tenhamos uma explicitação para que não haja privilégios nem dúvidas, como as que estão acontecendo até agora.

Sr. Presidente, seriam essas as minhas primeiras perguntas.

Solicitaria a V. Ex^a autorização para, posteriormente, dependendo da resposta do presidente, possa eu acrescentar algo mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, V. Ex^a teria que encaminhar suas perguntas por escrito ao presidente da Cobra, pois – parece-me –, são muitas, o que o impossibilitou de anotá-las.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – FPE) – Sr. Presidente, a minha idéia era exatamente entregá-las a S. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a terá direito à réplica.

Passo a palavra, para responder as questões formuladas pelo Senador José Jorge, ao Presidente da Cobra Tecnologia, Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Vou tentar responder todas elas. Algumas pedem dados históricos, que, confesso, não os tenho aqui. Mas, comprometo-me a obtê-los para passar as informações.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – FPE) – Reconheço que, na realidade, algumas das questões deverão vir posteriormente.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Com relação à personalidade jurídica da Cobra Tecnologia S/A.

A Cobra é uma subsidiária total de uma sociedade de economia mista federal, no caso o Banco do Brasil, que detém 99,7% do capital da companhia. Os outros 0,3% estão pulverizados, envolvendo o BNDES, Caixa Econômica Federal e alguns agentes independentes.

Com quem a Cobra firmou contratos de prestação de serviços e quais desses estão sendo conduzidos por pessoal próprio e quais são realizados, parcial ou totalmente, por terceiros?

Gostaria de aproveitar a oportunidade e abrir uma discussão, até para que haja um entendimento da nossa atuação. A Cobra Tecnologia tem um quadro de recursos próprio, atua com recursos próprios em todos esses projetos. Mas, com o nosso papel de integrador de soluções, vamos ao mercado buscar o que tem de melhor em termos de soluções de hardware, software e componentes de comunicação, e fazemos sempre o trabalho de integração, gestão do projeto, muitas vezes, somos responsáveis inclusive pela fabricação do hardware e pela customização da aplicação.

Então, posso passar por escrito todos os contratos que temos firmado de prestação de serviços, e em todos – repito – temos a participação de recursos próprios da companhia, se não totalmente, parcialmente.

Que contratos firmados são para fornecimento de material e para quem estão sendo fornecidos?

Também preciso fazer um resgate, pois temos mais de 300 contratos na carteira da companhia. Mas, um exemplo é o Contrato do SPTrans, onde atuamos tanto na solução de monitoramento, quanto na solução de bilhetagem. Nessa situação, temos um hardware fabricado em regime de O&M, que é uma prática de mercado, onde a Cobra Tecnologia especifica o Projeto fabril faz a certificação e contrata empresas que efetivamente montam esse equipamento. Isso acontece com as multinacionais, acontece com as grandes empresas de mercado, até porque a margem de lucratividade na fabricação dos equipamentos é muito baixa.

Qual é o relacionamento comercial ou que contratos existem entre a Cobra e a Novadata Sistemas e Computadores S/A?

No ano passado, a Cobra fechou o ano com cerca de R\$660 milhões de faturamento e a Novadata representou, desse relacionamento comercial, algo em torno de quatro pontos percentuais. Basicamente, na condição de contratada, num processo de fabricação de hardware em O&M, onde ela dispunha de insumos. Vale ressaltar que a Novadata é uma empresa competitiva no mercado na fabricação de desktops e servidores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – FPE) – Esses 4 pontos percentuais, só para esclarecer, Sr. Presidente, são referentes à questão da Cobra? Quer dizer, a Cobra faturou cerca de 660 milhões no ano passado. Então, esses 4% são sobre 666 milhões?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Sobre os 666 milhões e em cima de um projeto de venda de desktop em que a Novadata atuou como commodity de montagem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas a Cobra não comprou 666 milhões de serviços. Ela vendeu. Então, na realidade, esse percentual deveria ser sobre o que a Cobra comprou, não sobre o que ela vendeu.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Desculpe-me, não entendi.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Cobra vendeu 666 milhões de serviços. Então, para ela vender 666 milhões de serviços, ela comprou 250 milhões de serviços de terceiros. O resto foi pessoal próprio, despesa, lucro, etc. Na realidade, esses 4% se referem ao faturamento total da Cobra. Mas, se formos olhar o que a Cobra comprou, será mais que 4%, porque há uma parcela que foi o recurso gasto pela própria Cobra, internamente, inclusive o lucro.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Deixa eu tentar me fazer um pouco mais claro: esses 666 milhões de faturamento da companhia estão atrelados a serviços e vendas de ativos, vendas de equipamentos.

No caso do relacionamento com a Novadata, 4% do meu faturamento total, que representa, provavelmente, o percentual maior sobre a venda de hardware, houve um relacionamento comercial entre a Cobra e a Novadata, justamente no processo de venda do produto Áurea, que é uma marca Cobra, um projeto fabril Cobra, onde a Novadata forneceu insumos.

Então, o número 4% sobre faturamento é maior quando se entra na questão da venda de ativos, mas representa 4% de faturamento. (Pausa.)

Com relação ao ano de 2004, não temos até o momento nenhum contrato ativo com a empresa Novadata. Não acredito que, até o final do ano, surja algum outro negócio. Então, a expectativa de faturamento da Novadata junto à Cobra Tecnologia este ano é zero.

Em que bases foram feitos os contratos entre a Cobra e o Banco do Nordeste? A empresa tinha todas as condições técnicas, como registro de anotações de responsabilidade técnica nos Creas, para a execução desse contrato com pessoal próprio?

O contrato da Cobra com o Banco do Nordeste tinha nove objetos. E a proposta era assumir e garantir a operabilidade do sistema operacional do Banco, promover um upgrade tecnológico dentro de todo o maquinário de que o Banco dispunha, tanto na parte de hardware, quanto na de software e rede, e dar a manutenção no call system da companhia.

Com o advento de Basiléa 2, tantos os bancos privados como os bancos federais estão fazendo fortes investimentos nesse chassi, e foi com esse argumento que o BNB nos contratou.

A participação da Cobra nesse contrato passa tanto pela gestão... Toda a equipe responsável pela gestão desse projeto, que é um projeto de alguns anos, está sob a responsabilidade direta de funcionários da Cobra. Ela passa por técnicos envolvidos na operação, ela passa por intermediação de vendas de hardware junto a empresas do mercado, e colocação de hardware próprio fabricado em regime OIM.

Quanto são os funcionários próprios, que atividades exercem em sua maioria e quantos são terceirizados?

Hoje, temos cerca de dois mil colaboradores na companhia. Aproximadamente, 600 são funcionários próprios, 1.400 são contratados na condição de colaboradores. São pessoas físicas e jurídicas que atuam sob o guarda-chuva da Cobra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esses 1.400 são contratados? Só para esclarecer...

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Eles fazem parte do nosso quadro efetivo e atuam em todas as disciplinas: suporte técnico, assistência técnica à rede do Banco do Brasil, manutenção de hardware e

supervisão de projetos de fabricação e integração. Tanto projetos de rede de comunicação quanto hardware e quanto software, novamente na linha do integrador de solução, que é a nossa intenção institucional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E esses 1.400 são contratados em que situação? É por serviço?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Não. Eles são alocados full time. Eles ficam debaixo da responsabilidade da companhia, e trabalhamos com eles na alocação de projetos. Entendemos que esse profissional é uma extensão do nosso profissional. Ele trabalha diretamente com a Cobra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem o paga? A Cobra?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – A Cobra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E qual é a diferença dos de 1400 para os de 600?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – A diferença é que os 600 funcionários são concursados e fazem parte do quadro efetivo da companhia. Só uma correção: cerca de 600 – não tenho o número preciso aqui, Senador.

Qual a estratégia da empresa na expansão do software livre e o que é o produto freedoms? Agradeço a pergunta até pela oportunidade de fazer um marketing aqui.

Na verdade, a Cobra vem trabalhando nos últimos doze meses numa iniciativa de desenvolvimento de software livre para suportar soluções de integrador. Isso é um diferencial competitivo para a companhia. Primeiro, porque barateia custos; segundo, porque ela nos permite também desenvolver um outro nicho que é a vocação da companhia, que está ligada à estratégia do Governo, que é de iniciativas de inclusão digital. Então o freedoms, na verdade, são uma solução software, cujo capital intelectual é da Cobra, e fazemos um trabalho de desenvolvimento de código; ele nos ajuda na colocação de soluções voltadas para software livre no mercado, como é a proposta do BNB e do Basa, e ele também nos permite desenvolver ações de cunho social.

O freedoms é um sistema que roda dentro de uma área de automação de escritório, à luz do que é hoje um windows, só que feito por brasileiros, com capital intelectual de brasileiros e com oportunidade de redução de custos muito grande para as companhias.

Quais são os órgãos de controle que acompanham a gestão da Cobra por parte dos controladores e por que a Cobra recusa-se sistematicamente a ser auditada pelo Tribunal de Contas da União?

A Cobra é auditada por todos os órgãos competentes: TCU etc... Desconheço particularmente essa

questão de a Cobra recusar-se sistematicamente a ser auditada pelo TCU; não tenho essa informação, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual a última vez que o TCU auditou a Cobra?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Agosto deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para colocar um pouco de ordem: até para esclarecer ao Senador José Jorge que foi importante a intervenção, mas vamos permitir só que o convidado possa falar.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Qual foi a participação da Cobra na implantação do bilhete único no Município de São Paulo? Qual é a expertise própria da Cobra nessa área e quem, efetivamente, prestou o serviço contratado? Quais foram os empregos subcontratados e qual o valor de cada contrato?

Bem, Senador, na verdade, esse projeto do bilhete único, que envolve a Secretaria de Transportes da Cidade de São Paulo, é extremamente grande, complexo e com mais de 25 empresas participando. A Cobra Tecnologia, como integradora, participa tanto do projeto que envolve o controle e monitoramento da frota quanto da parte de controle do bilhete. No relacionamento Cobra junto a esse projeto integrador no SPTrans, temos solução de hardware fabricado em regime de OIM, temos solução de software e temos serviços de assistência técnica e manutenção de hardware. O contrato da Cobra com o SPTrans, na verdade, os dois contratos da Cobra com o SPTrans, um deles é de 148 milhões e o outro, de 116 milhões, com prazo de execução de 60 meses cada um deles. E a Cobra tem cinco empresas atuando junto com ela, com chapéu de integradora, com participação de 40 a 45% desse faturamento.

Comprometo-me a, depois, passar por escrito e detalhadas as informações.

Qual é a relação comercial entre a Cobra e a GTech? Que contratos estão vigendo? Quais se enceraram e que tratativas comerciais encontram-se em exame?

A Cobra não tem nenhum relacionamento comercial com a GTech, não temos contrato ativo algum e não temos tratativa comercial alguma em jogo.

Qual foi o faturamento do Cobra nos últimos cinco anos e qual a previsão do ano em curso? Confirma que a previsão para este ano seria de 1,5 bilhão com incremento de 100% ao ano?

O faturamento deste ano é da ordem de 835 milhões, e a nossa perspectiva para o ano que vem é de 930 a 940 milhões. Infelizmente, essa previsão de 1,5 bilhão não se confirmou, e não conseguimos sustentar o incremento de 100% ao ano.

O segundo comunicado da Cobra informa que o senhor veio trabalhar nessa empresa trazido pelo ex-Presidente Graciano Neto, tendo exercido o cargo de Vice-Presidente em tecnologia e serviço. Em vista disso, pergunto se tem informações sobre a relação do seu antecessor com os senhores Mauro Dutra, da Novadata, e Waldomiro Diniz.

“Estou na Cobra há oito meses. Atuei como Vice-Presidente da área de tecnologia e serviços nos últimos sete meses e estou no mandato de Presidente nos últimos 30 dias. Conheci **O SR.** Graciano Neto por meio de um relacionamento comercial. Ele trabalhava na TecBan; então, conheceu meu trabalho, porque venho da iniciativa privada, mais especificamente do Unibanco, uma empresa de mercado, justamente na área de tecnologia. Por conta desse relacionamento, tive oportunidade de conhecer **O SR.** Graciano Neto. Não sei de nenhum relacionamento entre os senhores Graciano Neto, Mauro Dutra e Waldomiro Diniz.”

Quem desenvolveu para a Cobra o plano diretor de informática do Banco Nordeste do Brasil para os próximos dois anos?

Na verdade, o plano diretor diplomático do Banco Nordeste do Brasil é do BNB. A Cobra participa e suporta a elaboração desse plano, nele atuando, dentro de uma atividade estratégica.

O que é a verba de R\$500 mil para a implantação da metodologia Cobra no Banco do Nordeste do Brasil, na transição de contratos e uso para a Cobra? Não seria esse custo e essa responsabilidade parte integrante do escopo da prestação de serviço?

Na verdade, essa verba é uma prática de mercado que temos no projeto integrador, que é justamente todo o trabalho de planejamento, estabelecimento de processo, pontos de controle. É o que chamamos, na área de tecnologia, de start up de uma operação. Esse é um investimento que coloca à disposição pessoas para fazerem um plano de um projeto que demandaria cinco anos de execução.

Existe alguma negociação com o Banco da Amazônia para a qual há prestação do mesmo serviço do Banco do Nordeste? Qual é o montante desse contrato?

Firmamos um contrato com o Banco da Amazônia. Ele envolve uma prestação de serviço um pouco diferente da proposta do BNB, porque estamos efetivamente focados no upgrade tecnológico da companhia. Voltando um pouco para a questão da Basiléa 2, o Banco da Amazônia está fazendo fortes investimentos na área de tecnologia, migrando sua solução, que hoje é fechada, para uma solução aberta, plataforma de software livre voltada para ambientes open. E a Cobra Tecnologia está desenvolvendo o papel de

integrador, fazendo a recomendação de hardware e software, “customizando” o código, gerenciando equipamentos localmente.

Desculpe. Estou devendo a informação sobre o valor do contrato. Penso que sejam cerca de R\$130 milhões. Confirmarei depois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse contrato já foi assinado?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Ele foi firmado. Estamos justamente na fase que chamei de start up: elaborando o plano de trabalho, alocando pessoas em Belém, montando todo o desenho de fábrica de software.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Antes, quem prestava esse serviço? Foi feito com ou sem licitação?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – A contratação foi feita sem licitação, e, até onde sei, o serviço era feito pelos funcionários da casa. A área de tecnologia tinha uma equipe reduzida que fazia a manutenção do sistema.

Solicito a relação dos períodos e a lista das empresas com quem a Cobra mantém relacionamento comercial.

Gostaria de passar esses dados por escrito, porque o volume é relativamente grande. São mais de trezentas empresas. Comprometo-me a fazê-lo.

Solicito a relação de empresas com as quais a Cobra adquiriu equipamentos nos últimos dois anos.

Adquirimos equipamentos junto à ProComp, IBM, HP, Lexmark, basicamente todas as grandes empresas do ramo e algumas empresas montadoras no projeto fabril onde atuamos como OIM. Posso relacionar para V: Ex^a uma quantidade bastante grande.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acrescentei uma pergunta relativa à questão do software. O que perguntei sobre o hardware pergunto em relação ao software.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Com relação ao software, Senador, temos parceria, aliança estratégica com todas as grandes empresas do ramo: Oracle Sun, Microsoft, IBM, e temos projetos próprios sendo desenvolvidos por empresas nacionais com apoio da Cobra, na linha do software livre, suportado pela solução freedoms, que entendemos ser um diferencial competitivo para as empresas brasileiras e para a própria companhia poder penetrar nesse mercado competitivo.

Não sei se consegui esclarecer todas as questões.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o pronunciamento de V. S^a. Na realidade, ficarei aguardando as respostas mais detalhadas para que possa-

mos fazer um exame efetivo da forma como a Cobra contrata e subcontrata os seus serviços. Gostaria apenas de um esclarecimento em relação ao TCU. Na realidade, as portarias ou a decisão do TCU que V. S^a citou na sua palestra foram editadas em relação à Cobra ou em relação ao setor de petróleo?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Existem duas situações: uma em relação à Cobra e outra anterior em relação à Petrobras Distribuidora, se não me falha a memória.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual é o número da referente à Cobra?

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Conseguirei daqui a pouco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Para encerrar a minha participação, as informações prestadas nesta audiência pública por V. S^a foram esclarecedoras em parte. Com esse restante de informação, nós e a sociedade brasileira pudemos ter uma idéia geral da forma como a Cobra se comporta no mercado, tanto assinando seus contratos de prestação de serviço como terceirizando parte deles. Em relação àquelas portarias internas da Cobra, que, de certa maneira, conduzem todo o seu processo de entrada no mercado, pudemos fazer uma análise mais detalhada sobre a questão e examinar se a Cobra está fortalecendo o mercado como instituição pública, vamos dizer assim, porque 99% de suas ações pertencem ao Banco do Brasil, que tem acionistas privados, mas é um banco público.

Esta audiência pública terá continuidade, examinarei o material e farei um pronunciamento no Senado no ano que vem, pois estamos terminando o ano. Com isso, poderemos tirar dúvidas, e o Senado, como órgão de fiscalização juntamente com o TCU, poderá continuar conduzindo o processo de fiscalização dos órgãos públicos com esclarecimento maior.

Na verdade, tínhamos pouquíssima informação sobre o funcionamento da Cobra, seus resultados, seu envolvimento no mercado quando contratada pelo setor público e também atuando no setor privado. Estamos vendo agora que a participação no mercado privado é de apenas 2%, portanto bastante pequena. Se conseguirmos fazer com que os processos de subcontratação, principalmente, e de contratação fiquem mais explícitos mais claros para a sociedade, a Cobra poderá ter um importante papel a cumprir no desenvolvimento do mercado de informática. Se não ficar claro, a sociedade sempre terá dúvidas se alguém está sendo privilegiado. É esse papel do Senado que eu particularmente gostaria de exercer.

Agradeço o comparecimento de V. S^a à audiência pública, vou aguardar as informações adicionais e então farei um pronunciamento específico no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel) – Não há mais oradores inscritos. Indago a V. S^a se deseja fazer mais uma manifestação.

O SR. LEANDRO VERGARA RAIMUNDI – Gostaria só de fazer o encerramento.

Primeiro, agradeço a esta Casa e à Comissão, em especial pelo convite à Cobra. Faço aqui uma mea-culpa. Na verdade, a Cobra Tecnologia já deveria estar, efetivamente, se aproximando e divulgando mais essas informações. Fica aqui um convite para a Comissão conhecer a nossa empresa, conhecer efetivamente os projetos que estamos fazendo. São projetos muito interessantes, feitos pelos brasileiros, de um capital intelectual de altíssimo nível. Gostaria de aproveitar e também colocar a questão do regimento interno da companhia, que, eu concordo, é um documento que tem que estar vivo, tem que estar alinhado, tem que ser transparente. Já abrimos um debate bastante amplo na sociedade, e eu gostaria de estar remetendo a esta Comissão para apreciação.

Obrigado.

Gostaria de agradecer a presença do Presidente da Cobra Tecnologia, Dr. Leandro Vergara Raimundi, e protestar pelos esclarecimentos que oportunamente irá encaminhar a esta Comissão, e agradecer também o comparecimento dos integrantes da Comissão de Educação, não somente a parte do Sr. Presidente Osmar Dias, mas também do Senador José Jorge, autor do requerimento, bem como do Senador Efraim Morais e, por fim, do Líder José Agripino, que teve que momentaneamente se afastar para atender a outro compromisso de ordem parlamentar.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h15min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de dezembro de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor

Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Moraes, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, José Maranhão, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luiz Pontes e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Osmar Dias, Requerimento nº 002-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador José Jorge, Requerimento nº 04-CE, de 2004, de autoria dos Senhores Senadores Arthur Virgílio, Demóstenes Torres e Efraim Moraes que tem como objetivo discutir as cotas no Ensino Superior, Reforma Universitária e PROUNI (Programa Universidade para Todos). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores, Osmar Dias, Eduardo Azeredo, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Juvêncio da Fonseca e Gerson Camata. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica a presença na reunião de hoje, do Ministro da Agricultura, Doutor Roberto Rodrigues. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 49ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos hoje a presença do Ministro de Estado da Educação Tarso Genro, a quem convido para tomar assento à mesa. O tema da nossa audiência pública

é Cotas no Ensino Superior, Reforma Universitária e ProUni – Programa Universidade para Todos.

São autores dos requerimentos os Senadores Osmar Dias, José Jorge, Arthur Virgílio, Demóstenes Torres e Efraim Moraes, ou seja, quase metade da Comissão assinou requerimento.

Temos a honra mais uma vez de contar com a presença do Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro. S. Ex^a esteve aqui no mês de outubro para uma audiência pública. Como estávamos no segundo turno das eleições, apenas alguns Senadores estiveram presentes. Mesmo assim, o Ministro permaneceu conosco em torno de uma hora, fez sua exposição, colocou-se à nossa disposição e mais uma vez comparece à Comissão. Agradecemos a sua gentileza e, sobretudo, a atenção que V. Ex^a tem dado à Comissão de Educação.

Antes de passar a palavra ao Ministro, quero agradecer ao Coordenador-Geral de Relações Estudantis do Ministério da Educação pelos os dados relativos ao meu Estado que recebi. Acredito que os Senadores devem receber os dados relativos ao Estado de cada um. Em razão das alterações efetuadas na medida provisória, na Câmara dos Deputados, o número de bolsas no meu Estado foi reduzido. Bolsas sem emenda: 4.113. Bolsas com emendas: 2.056. Portanto, são 6.169 bolsas a menos com as alterações que foram feitas na medida provisória na Câmara dos Deputados. Esses dados também se repetem nos demais Estados.

Estamos aqui para ouvir o Ministro que vai fazer a sua exposição sobre o tema da nossa audiência pública.

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Estou muito honrado, Senador Osmar Dias, pelo seu convite e muito honrado também pela presença das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores que prestigiam o Ministério da Educação neste ato.

Quero agradecer a presença dos demais integrantes desta reunião e da minha equipe do Ministério da Educação que se encontra aqui também à disposição de V. Ex^{as}.

Como esta pauta é muito extensa, farei um rápido apanhado da visão do Governo sobre política de cotas, uma rápida síntese da nossa proposta de reforma do ensino superior e uma exposição um pouco mais demorada nesse programa de bolsas, o ProUni, que, em última instância, é a questão imediata que esta Casa vai enfrentar provavelmente hoje ou amanhã.

A visão do MEC a respeito da política de cotas é que ela não resolve as questões sociais de inclusão social no Brasil e não resolve também a questão estrutural da republicanização do ensino superior, mas é

uma política afirmativa altamente positiva e que ajuda no processo de recoesão social no Brasil.

No nosso entendimento, tendo inclusive várias universidades se adiantado e já estando em período de aplicação de uma política de cotas, é necessário que haja uma regulação estatal que, portanto, dê uniformidade a esse processo, sem interferência na autonomia da universidade, e que faça jus, inclusive, às preocupações manifestadas no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, onde tramitam em torno de 40 projetos sobre cotas.

Dois esclarecimentos fundamentais.

Primeiro, a política de cotas não produz qualquer tipo de alteração na meritocracia que está na base do ingresso na universidade brasileira. Não sei se por equívoco, nos primeiros momentos – acredito sinceramente que foi um equívoco e não um preconceito velado –, informou-se à sociedade brasileira que a política de cotas era um espaço aberto sem mérito para a entrada de afrodescendentes e indígenas na universidade brasileira. Não se trata disso; o vestibular é mantido – o mérito, portanto, é mantido –, com a diferença de que, em obediência aos percentuais do IBGE nas regiões, os jovens que aportarem sua vontade de entrar na universidade por meio do vestibular e que se autodeclararem afrodescendentes, por exemplo, concorrerão em uma lista proporcional ao número de afrodescendentes naquele Estado. Por exemplo: no meu Estado o IBGE aponta 13% – se não me equivoco – de afrodescendentes. Se lá eu me declarar afrodescendente obterei alguma vantagem com isso? Não. Concorrerei em 13% das vagas. O que fica garantido é que haverá uma proporção de afrodescendentes na universidade, portanto, a partir de um exame da lista dos autodeclarados, que concorrerão na proporção de afrodescendentes da região.

Esse aspecto é muito importante porque há uma certa campanha – penso que não é intencional – que faz parecer que os afrodescendentes e indígenas serão cooptados pela universidade só pela sua condição racial ou pela sua etnia. Não é verdadeiro isso. Eu li, por exemplo, no meu Estado, a entrevista de um professor da Universidade Federal dizendo o seguinte: “temos na universidade uma estrutura de mérito, e vem uma medida de fora e interfere nisso, outorgando cotas”.

É importante que isso fique registrado porque estamos tratando, na verdade, de políticas afirmativas, que têm uma grande importância para a recoesão da sociedade brasileira.

O segundo aspecto que considero importante é que a política de cotas insere na cota social a cota racial ou para etnias, e não o contrário. Então, na proposta do Governo e em várias propostas que tramitam nesta

Casa, a idéia é que 50% das vagas nas universidades públicas sejam preenchidas por alunos egressos das escolas públicas – uma articulação republicana do ensino, meramente republicana e que, inclusive, vem tarde, na minha opinião. E dentro desses 50% é que está o percentual destinado para cotas.

Portanto, na verdade, o que está sendo reservado não é exatamente aquele percentual que mencionei, mas a metade daquele percentual, dentro desses 50%. Não há paternalismo algum ou qualquer alteração na meritocracia. Trata-se de um apanhado de tudo aquilo que tramita neste egrégio Senado Federal e na Câmara Federal.

Essas eram as observações que eu queria fazer sobre a política de cotas, que parece que será votada hoje ou amanhã na Câmara e virá para o Senado.

Aproveitamos para fazer um apelo ao Senador Osmar Dias, assim como a todos os Senadores e Senadoras, para que nos ajudem em um requerimento de urgência para que encerremos o ano com uma grande vitória republicana e de recoesão social no Brasil. Espero que aprovemos essa matéria no Senado Federal e entremos o ano de 2005 com essa grande política afirmativa, que vai honrar o nosso País e ajudar muito a integração da nossa sociedade.

Reforma do ensino superior.

Suponho que todos receberam nossa proposta de reforma do ensino superior que, ademais, está no site do Mec. Costumo apontar três características fundamentais dessa proposta, mas hoje vou apontar quatro, que são também importantes e que estão relacionadas com a discussão que estamos fazendo.

Em primeiro lugar, ela propõe o refinanciamento, a expansão e a qualidade da universidade pública brasileira.

Em segundo lugar, ela institui novos marcos regulatórios, inclusive de qualidade, para as instituições não estatais.

Em terceiro lugar, ela começa a desenhar um novo espaço – para, depois, com a conseqüente regulação, aprofundá-lo – entre o estatal e o privado típico, em cima de um conceito que talvez possa ser classificado mais tarde de público não estatal. Por exemplo, um determinado artigo diz o seguinte: aquelas instituições comunitárias – que conhecemos tão bem na nossa região – que tiverem controle social originário da comunidade que as constituiu, ou seja, se elas forem controladas pela sociedade, terão políticas públicas especiais do Mec de qualificação do seu ensino. É extremamente importante que isso fique gravado, porque as instituições não estatais são diferentes entre si. Há as instituições chamadas sem finalidade lucrativa, filantrópicas, e as com finalidade lucrativa, sendo to-

das elas previstas na Constituição da República. São muitas de qualidade, outras de média qualidade, uma boa parte delas de péssima qualidade. Entretanto, não há ainda, a não ser a partir do novo sistema nacional de avaliação e da nossa proposta de reforma, um olhar correto do Estado para induzir qualidade e produzir novas formas de organização da sociedade no que se refere ao ensino superior. Então, se a meta estratégica da reforma é o refinanciamento, a autonomia e a expansão da universidade pública estatal, também temos novos marcos regulatórios que estão sendo dispostos para discussão.

Finalmente, o quarto ponto da reforma é um sistema de proteção do aluno de baixa e de baixíssima renda e também o sistema de cotas que está lá proposto nos mesmos moldes dessa discussão, ou seja, numa visão de integração republicana dessas estruturas da educação brasileira.

O terceiro ponto é o ProUni.

O ProUni foi recebido, no primeiro momento, principalmente por setores de oposição, de esquerda ao Governo – pelo menos, auto-referem-se como sendo de esquerda –, como sendo uma proposta de reforma da universidade. É um equívoco de fundo. O ProUni é um mero programa de bolsas. É um programa de bolsas que tem uma grande importância para a sociedade brasileira, não somente como política social, mas também como política educacional. Em resumo, o que é o ProUni? Há uma determinação legal, obviamente posterior à norma constitucional de 1988, que determina que as instituições chamadas filantrópicas – muitas delas efetivamente são, outras nem tanto – sejam obrigadas a gastar 20% do seu faturamento em gratuidade. Começamos com a proposta de 20% de bolsas, transformando essa gratuidade. Posteriormente, mostraram-nos que, daí, ficariam em desabrigo a extensão universitária e outras despesas que se poderiam incluir nesses 20% de faturamento. Então, a nossa proposta transforma uma parte desse faturamento em bolsas para alunos de baixa e de baixíssima renda.

Portanto, estamos apenas, em relação às filantrópicas, meramente dando conteúdo para uma norma já existente. Nada de mais.

Se alguma filantrópica vier dizer que perde alguma coisa com isso, ela não é séria. É claro que não diria isso porque, sendo filantrópica, tem interesse em uma boa prestação educacional cumprindo as suas finalidades. Por quê? Porque já existe uma determinação de gratuidade. Estamos transformando parte em vagas para alunos carentes. Isso facilita a vida delas inclusive no Ministério da Previdência e assim por diante.

Para as chamadas instituições sem fins lucrativos e com fins lucrativos, estamos propondo que as insti-

tuições que quiserem aderir – repito que isso é muito importante – poderão, em última análise, trocar impostos por vagas, contribuições por vagas. Então, ninguém está sendo obrigado a aderir. Existe uma instituição que quer baixar de 10% para 7%, e teve na Câmara força política para isso – força política legítima, legal. Não estou fazendo nenhum julgamento moral nisto. Longe de mim. Mas ela quer baixar para 7%, alegando que com 10% não pode aderir, porque teria prejuízo. Então, não faça a sua adesão. É muito importante que isso fique claro. Não há nenhuma extorsão estatal com relação a isso. As instituições podem ou não aderir. As que não quiserem aderir não o façam. Portanto, continuem pagando os seus impostos. É um percentual mínimo. Ela está propondo que o percentual mínimo para que seja aceita a adesão seja 7%.

Como chegamos a esse número, a nossa proposta de 10%? Será que chegamos arbitrariamente? Será que assumimos uma atitude autoritária perante as instituições? Não. Fizemos uma proposta e, daí, fizemos também uma profunda, complexa e respeitosa negociação com todas as entidades que representam 99% do setor. E elas ponderaram e nos mostraram, dizendo que os 20% não seriam possíveis, indicando os motivos. Realizamos uma discussão e fomos inclusive orientados pelo Presidente a fazer o que S. Ex^a chamou de acordo “sindical”. Sua Excelência nos recomendou falar com as entidades.

Tivemos a felicidade de termos interlocutores da mais alta respeitabilidade e fizemos um acordo, que está assinado, por meio de um manifesto publicado por todas as entidades do setor. Inclusive, todas elas assinaram conosco a minuta da medida provisória enviada ao Presidente da República, e reduzimos, então, as vagas em 10%. Uma parte das vagas, as que dão desconto de 50%, também dentro desse acordo que surgiu de um contencioso em que pedimos 20% “parelhos”, como dizemos no Rio Grande do Sul.

Como a medida provisória tem eficácia legal imediata e sob a sua sombra se realizam atos jurídicos perfeitos, está em andamento. O MEC está praticando, portanto, o programa que decorre dessa medida provisória com adesões, que já resultaram em 118.000 vagas.

Vejam que entram todos os anos nas universidades públicas 120.000. Com essa medida, cujo custo é em torno de 25% do Fies, Senador Osmar Dias, estamos, na verdade, constituindo agora, neste momento, com a aplicação da medida provisória, um sistema tão grande como o sistema público de vagas gratuitas para jovens de baixa renda e um percentual de bolsas de 50%.

Vejam que é uma política de bolsas para alunos pobres, para pessoas que jamais chegariam à universidade se não dispusessem de uma bolsa. São aqueles 20%, inclusive, que não conseguem pagar o Fies, que têm que sair da universidade porque não pagam o financiamento, porque não conseguem pagar as mensalidades e não obtiveram o Fies.

Portanto, é um programa altamente republicano, negociado com a sociedade, exemplar como política pública. Serão abertas 120 mil vagas. Dessas 120 mil, aproximadamente 85 mil serão gratuitas. O resto terá desconto de 50%. É a integração, inclusive, das instituições não-estatais numa política pública de largo alcance de que participarão voluntariamente. As filantrópicas participam porque a lei determina 20% de gratuidade. As demais participam se quiserem e o estão fazendo.

Para a nossa preocupação, a Câmara Federal, legítima e legalmente, reduziu esse universo de 120 mil vagas para aproximadamente 70 mil, com uma série de modificações. Numa projeção, isso significa que perdemos em torno de 130 mil, 140 mil bolsas, mais do que isso. Em quatro anos, perderemos mais ou menos 180 mil bolsas para alunos de baixa e baixíssima renda, pela pressão de apenas uma instituição que veio fazer a sua postulação política absolutamente justa, transparente, legal.

Faço questão de dizer que foi apenas uma entidade que veio aqui, uma instituição. Não foram as instituições representativas que firmaram o acordo conosco para a elaboração da medida provisória. Distribuimos aos Senadores uma amostragem do que, nos seus Estados, perderíamos de bolsas para alunos pobres, de baixa e baixíssima renda.

Eram as informações que gostaria de prestar. Estamos à disposição para maiores informações, para dados técnicos inclusive. Trouxe toda a equipe coordenadora do MEC. O Fernando foi quem coordenou a nossa estrutura técnica no momento em que produzimos política e juridicamente o ProUni.

Temos confiança de que esta Casa vai retornar aos percentuais da medida provisória. Trata-se de uma medida de alto interesse público, particularmente das camadas de baixa renda em nosso País.

Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Ministro Tarso Genro.

Como sou autor do requerimento, serei bem rápido em meu questionamento para dar oportunidade aos Senadores.

Fiquei com uma dúvida, Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Existem três tipos, com relação à natureza jurídica, de instituições de ensino: filantrópicas, sem fins lucrativos e com fins lucrativos. As filantrópicas, legalmente, têm a obrigação de abrir 25% das vagas. É isso?

O SR. TARSO GENRO – Elas têm a obrigação de utilizar 20% do seu faturamento em gratuidade, em serviços gratuitos para a população.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Seria mais ou menos como conceder bolsas? Isentar o pagamento?

O SR. TARSO GENRO – Não obrigatoriamente. Estamos estabelecendo que 10% sejam transformados em bolsas para o ProUni.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dez por cento.

O SR. TARSO GENRO – A metade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – De 20%?

O SR. TARSO GENRO – De 20% da gratuidade, que não corresponde a vagas. É despesa, assistência médica, laboratório, consultório nas vilas, extensão universitária etc.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – As entidades filantrópicas com fins lucrativos e sem fins lucrativos têm duas alternativas: entrar ou não no programa.

O SR. TARSO GENRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Elas podem entrar, se quiserem. Se entrarem, têm que conceder, pela medida provisória, pelo projeto de conversão da Câmara, ao menos 7,69% das vagas?

O SR. TARSO GENRO – Elas têm que conceder 10% pela nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela proposta original, de cada dez vagas uma bolsa?

O SR. TARSO GENRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na proposta aprovada pela Câmara de para cada 13 vagas há uma bolsa. Não é isso?

O SR. TARSO GENRO – Caiu para 7%.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Certo. Mas se apenas uma instituição reivindicou isso, a Câmara dos Deputados seguiu o desejo de uma instituição, as outras não se manifestaram? A minha dúvida é essa. No meu Estado, em 2005, seriam 6.169 estudantes que poderiam ter bolsas sem emendas, bolsas com emendas, bolsas integrais ou parciais. Esses 6.169, só no meu Estado, perderão; no Brasil, pelos dados que V. Ex^a informou, a redução seria de 120 mil para 75 mil aproximadamente.

O SR. TARSO GENRO – É, mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dá 45 mil, não é, Senador Juvêncio! Então 45 mil estudantes que perderão essas bolsas.

Será que a Câmara foi insensível a esse ponto ou houve uma pressão tão grande? O Governo não conseguiu convencer os Deputados a votarem? Parece-me que o programa pretende oferecer o máximo de bolsas possível, sem comprometer o funcionamento, o vigor financeiro das instituições.

O SR. TARSO GENRO – E, no caso das sem fins lucrativos e com fins, por adesão voluntária inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente!

Só não entendo por que a Câmara dos Deputados cedeu à reivindicação de uma entidade, e o Governo, que tem maioria na Câmara dos Deputados, não conseguiu dessa vez aprovar o projeto! E nós, aqui no Senado, estamos sendo convidados agora a repor aquilo que era o projeto original. Fico realmente com essa dúvida. Não sei se o Ministro gostaria de fazer alguma observação a esse respeito.

O SR. TARSO GENRO – Muito rápida! Tratou-se do seguinte: primeiro, como disse, é uma pressão legítima. Foi apresentado parecer de um quadro técnico altamente respeitável, do Antoninho Trevisan, mostrando que havia prejuízo. Apresentamos um contraparecer da Fundação Getúlio Vargas, mostrando o contrário. Os Deputados acharam por bem fazer a redução. Por que foi votado? Porque, se não o fosse, seria obstruída a pauta com prejuízo para todo o Governo, para toda a sociedade.

Mas, no momento em que nosso líder aceitou a votação, para não obstruir a pauta foi dito claramente que tentaríamos reverter no Senado essa votação. Então foi essa a posição que assumimos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tenho dúvida a respeito de uma outra tarefa. Como já há um projeto de conversão lá, alterando aqui, o projeto não terá que voltar à Câmara? Haverá atraso resultante disso?

O SR. TARSO GENRO – Tem que voltar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Haveria tempo de votar este ano?

Ficamos na seguinte situação. Eu, pelo menos, quando for votar no Plenário, quero votar o projeto original, e não o de conversão. Mas se faço isso, e a maioria acompanha esse voto, vale a medida provisória. E ela não volta à Câmara?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – V. Exª me permite, Sr. Presidente, apenas fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli!

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Creio que a recomposição no Senado do projeto original vai eliminar uma grande controvérsia. A medida provisória que está em vigor e posta em prática pelo Ministério da Educação nos convênios é a medida provisória do texto dos 10%. A Câmara fez a alteração, mas nada mudou nada ainda, porque depende exatamente de fazermos a votação. Então, vejam bem: se não reconstituirmos o projeto original, o que vai acontecer lá na frente? Depois que for promulgado e sancionado o projeto de conversão, se se tiver confirmação da redução de 10% para 7%, pelo menos, 40 mil vagas, que, pelo texto original da medida provisória, posto em prática pelo MEC, terão que ser revistas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Revistas quer dizer canceladas.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – É. Ou seja, alunos que já teriam criado essa expectativa vão ser mandados para casa.

Há todo um debate a respeito da justiça, até porque, quando foi feita a modificação na Câmara, a maior parte das vagas já estava conveniada, ou seja, as instituições já tinham aderido, já tinham concordado com a regra. Tenho um pouco de dúvida se só um mesmo fez a pressão. É claro que, capitaneado por um, os demais entenderam que ficaria melhor diminuindo, ou seja, que não seria preciso dar 10% das vagas, mas apenas 7%! É claro que mais gente deve ter ajudado aquela votação lá na Câmara. Mas vamos ter, de fato, além de todos os problemas, mais este. Se não compusermos o texto original, vamos ter a expectativa de 40 mil jovens no Brasil, neste primeiro momento, que terão que abrir mão da perspectiva de estudar pagar o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, fiz essa observação porque também quero modificar o texto original, mas preocupado se, modificando o texto aqui, ele não terá que ser votado novamente na Câmara. Essa é a questão que suscitei. Se ele tiver que ser votado de novo na Câmara, quando será votado? Só o ano que vem.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bom, a pauta está desobstruída. Eu só apontei uma dúvida. Quero passar a palavra para o primeiro inscrito.

V. Exª pediu pela ordem ou está se inscrevendo? (Pausa.) É que já havia feito a inscrição o Senador Eduardo Azeredo.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, a primeira questão com relação às quotas é que, realmente,

fico satisfeito em saber dessa informação – que eu desconhecia – que o Governo pretende que a quota seja proporcional à participação na população. Eu não conhecia essa informação, daí muitas críticas de que poderia ter-se uma distorção. Mas por este exemplo, que V. Ex^a deu, de que 20% da população é de afrodescendentes, percebe-se que haverá 20% de vagas para os afrodescendentes.

Agora o processo...

O SR. TARSO GENRO – Aliás, se V. Ex^a me permite, Senador Eduardo Azeredo, na verdade, é a metade da proporção, porque ela incide sobre 50% que vêm das escolas públicas. É mais modesta ainda, portanto, mais realista.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu me dou por satisfeito. Está bom. A explicação é boa e parece-me que o sistema é muito interessante, sim, e pode acelerar esse processo de inclusão que todos desejamos. Agora, dentro da quota, de qualquer maneira, haveria a nota mínima.

O SR. TARSO GENRO – Sim.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não teria como passar alguém com um e nem dez passar com cinco?

O SR. TARSO GENRO – Não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está bom. Quanto ao ProUni, eu queria só abordar uma questão em relação ao fato de que ele está limitado em bolsas integrais e meias bolsas. Há um estudo da PUC de Minas Gerais mostrando que, neste sistema, vamos diminuir o número de beneficiados. Mesmo não existindo o ProUni hoje, a PUC de Minas já tem um percentual muito expressivo de alunos com bolsa, inclusive nas suas várias unidades. Ela está mais forte nas unidades de região que têm mais trabalhadores. Mas ela tem aqui, por exemplo, uma série de pessoas com bolsas de 30% a 39%, com bolsas de 20% a 29%. Considero que, na verdade, a bolsa integral é válida, mas sempre é bom que o aluno possa pagar pelo menos um pouco, um pouquinho. Ao mesmo tempo, quanto a essa restrição de não haver bolsa inferior a 50, parece-me que é uma questão em que poderíamos ainda melhorar o projeto aqui no Senado Federal.

É evidente que, se tivermos bolsa de 30%, vamos ter mais gente. E neste exemplo da PUC, vamos diminuir. A PUC vai ter que tirar o pessoal que está com 30% de desconto para colocar estudantes com 50%. Evidentemente vai diminuir o número de beneficiados.

Então, eu gostaria de saber a posição do Ministro nessa questão, qual é a justificativa. Na prática, sabemos que 30% já são uma boa ajuda, sim, para quem está com dificuldades de pagar a sua mensalidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro.

O SR. TARSO GENRO – A idéia do projeto é colocar essas vagas sob controle público. No caso de instituição que já dá bolsas, ela deve se enquadrar nesse sistema. A PUC pode ser uma exceção de que, somados os descontos dados, resulte em um volume equivalente a esse volume de recursos que seriam deixados de receber pela instituição. Mas qual é o propósito do projeto? É apontar fundamentalmente para uma população cuja renda per capita na família é de meio salário mínimo, e as bolsas não serem bolsas que sejam objeto de barganha pelas instituições. Não estou dizendo que a PUC faça isso, em absoluto. Sei que há instituições que têm critérios, mas as que têm critérios não vão sofrer problema nenhum. Eu estou me referindo àquelas que usam essas bolsas, inclusive, para finalidades políticas, para estabelecer 10% de desconto para um, 15% para outro, para filho de professor.

Estamos destinando essas bolsas para uma população muito pobre. Segundo os dados que temos, no primeiro ano das instituições privadas, a ampla maioria é de pessoas de baixa renda. Depois esse número cai porque as pessoas começam a sair dos cursos porque não podem pagar as mensalidades. A partir do segundo ano, fica uma população de renda com relativa sustentabilidade. Então, parece-nos adequado regular o todo. Existem dois tipos de bolsas: até um e meio salário mínimo são as bolsas gratuitas controladas pelo sistema público porque os alunos são selecionados através do mérito, do Exame Nacional do Ensino Médio e não através do arbítrio do diretor ou do reitor, o que pode ou não ser um arbítrio correto. Se o Senador Eduardo Azeredo me conceder mais trinta segundos de explicação... Na verdade estamos estabelecendo, dentro das instituições privadas ou públicas não-estatais, dependendo da classificação que se dê, um sistema que não altera a constituição jurídica, inclusive o direito de usufruir lucro com o ensino privado, que a Constituição permite, mas um pequeno naco público para os pobres. Esta é a visão, este é o sentido republicano dessa política de bolsas e por isso achamos adequado que esses percentuais sejam mantidos. Quero esclarecer também que existe um sistema paralelo para financiar essas pessoas, que é o Fies.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós sabemos que o Fies consegue atender a uma minoria de inscritos.

O SR. TARSO GENRO – Uma minoria. O Fies este ano está atendendo 50 mil. Este projeto que estamos apresentando, com 25% do custo Fies, atenderá 118 mil.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não estou me posicionando contrariamente; pelo contrário, sou a favor do projeto. Refaço a questão da bolsa integral porque não estava me lembrando que só se adequará a quem tiver renda familiar de até um e meio salário mínimo. Até essa faixa considero válido, mas acima disso consideraria a necessidade de uma participação.

Não poderíamos ter uma flexibilidade para faculdade? Uma vez que o número é grande, são cerca de 40% de alunos que têm de 20% até 49%. De 30% a 39%, 15%; de 40% a 49%, 22%. Então não podemos deixar essa questão a critério das normas que forem feitas de que se poderia ter bolsa de 30% a 50%. Precisamos ampliar o número de bolsas, porque 50% é muito bom, mas 30% também é bom e poderemos atender mais pessoas do que com 50%. Por que deixar rígida essa colocação de que só se pode ter meia bolsa ou bolsa integral? Por que não podemos deixar que no caso da bolsa parcial ela oscile entre 30% e 50%?

O SR. TARSO GENRO – A nossa avaliação, Senador, se **O SR. PRESIDENTE** me permite, é de que essa outra parte é regulada pelo mercado, ou seja, pelas disputas que as instituições não-públicas fazem entre si; tanto é que elas têm uma política de mensalidade que já se vincula a descontos de 10%, 15% e assim por diante. Então teremos um marco regulatório firme de interesse público para os pobres e muito pobres e o resto seria jogado na livre possibilidade de disputa entre as instituições, o que efetivamente ocorre com as meias bolsas ou 80% de pagamento e 20% de desconto como fazem entre si. Achemos que a nossa proposta é razoável, com todo o respeito evidentemente ao espírito público que vejo na sua preocupação e na sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra à segunda inscrita, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Senador Osmar Dias, vou permutar com a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Agradeço ao Presidente e à Senadora Fátima Cleide, tendo em vista que o relatório da CPMI do Banestado está sendo apresentado agora e tenho que me deslocar para outra reunião. Mas não poderia deixar de participar desta audiência, deste debate com o Ministro Tarso Genro sobre assunto tão importante.

Primeiro, acho de fundamental importância deixar bem esclarecido em que condições esse projeto foi votado lá na Câmara, porque ele foi votado no bojo de algumas dezenas de medidas provisórias que estavam

trancando a pauta, e houve uma negociação coletiva para decidir se a pauta seria desobstruída ou não.

A medida provisória do ProUni foi uma das últimas a ser votada naquele dia, a altas horas da noite. Lembro-me de que eu estava no hotel e, na TV a cabo, assisti ao debate. Portanto, ela foi votada na undécima hora, depois de terem chegado ao entendimento.

Sabemos também quem encabeçou toda a movimentação de reação para que fosse reduzido de 10% para 7% o número das vagas. Está muito claro quem o fez. É óbvio que, mesmo os que já tinham contratado com o MEC, já haviam aderido ao programa gostaram da alteração, pois, em vez da obrigatoriedade de ofertar 10% das vagas, podiam oferecer 7%. Isso aqui não seria o Brasil se mesmo os que não estavam puxando o movimento para a redução não tivessem ficado profundamente felizes. Ficaram satisfeitos de não terem a obrigatoriedade de, em contrapartida, dar uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes. Em vez disso, para cada treze pagantes, vão dar uma bolsa integral.

Mesmo que tenha sido um apenas que capitaneou o movimento, ele deve ter tido ajuda dos que tinham aderido ao programa, tinham concordado que era justo, que o projeto era extremamente benéfico inclusive para o setor lucrativo da educação, senão não teriam assinado o convênio anteriormente. É bom que essas coisas fiquem bastante claras.

Gostaria, ainda, de ressaltar, porque o Ministro... Temos debatido aqui, vários projetos, vários debates foram difíceis, como o do Fies. Este projeto tem um custo muito menor do que o Fies, tem um alcance muito maior, pois há possibilidade de atender muito mais alunos. Portanto, reduzirmos de 10% para 7% é abortarmos uma expectativa da sociedade. Volto a dizer, se o Senado não reconstituir algo em torno de quarenta mil alunos, que já tinham a expectativa concreta – vamos dizer assim –, porque a medida provisória em vigor garantia 10% das vagas, e não 7%.

Portanto, se der tudo certo, vamos votar o ProUni entre hoje e amanhã. Se alterarmos qualquer vírgula, o projeto voltará para a Câmara. Portanto, o vestibular deste ano está regido pelos convênios assinados entre o MEC e as instituições. Depois de votado pela Câmara, se mantida a redução, 40 mil alunos voltarão para casa sem poder estudar. Isso é o que temos de pôr em relevo.

Ministro, V. Exª citou o estudo da Trevisan e o estudo que o MEC apresentou, feito pela Fundação Getúlio Vargas. Sei que V. Exª apenas citou. Será que V. Exª poderia, resumidamente, apresentar os principais pontos divergentes entre os dois cálculos? Com certeza, esses cálculos da Trevisan e da Getúlio Var-

gas acabarão vindo a debate na hora de nos posicionarmos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Poderia fazer um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O argumento de manter os 10% é para aumentar o número de beneficiados. Estou de acordo. Fica incoerente com a defesa feita pelo Ministro de não conceder uma bolsa parcial com um percentual menor, porque também aumentaria o número de beneficiados. Queria defender o argumento de aumentar o número de beneficiados com um percentual maior. Também é esse o meu desejo.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Fico feliz porque V. Ex^a está concordando e vai votar conosco, aprovando os 10%.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Ministro, vou anunciar dois dados que S. Ex^a me encaminhou. Não sei em qual período, o número de acessos ao site do Proni foi de 432.016, o que mostra interesse pelo programa. Entre todos os programas do MEC, esse foi o que obteve o maior número de acesso com 52,82% do percentual de acesso. Além disso, foi o que obteve o maior número de ligações por telefone, no total de 13.441, o que significou 79% do número de acessos.

Estamos aqui com a presença de mais um Ministro na nossa Comissão, o Ministro Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, a quem convido a fazer parte da mesa e defender o ProUni também.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Até porque o agronegócio é quem mais está absorvendo mão-de-obra qualificada, não é, Ministro?

O SR. TARSO GENRO – Sim, somos aliados na produção agrícola e na produção de vagas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – E o outro dado que o Ministro me passa, Senadora Ideli, é que, até o momento, haviam sido inscritos 76.037 para bolsas integrais e 42.041 para bolsas parciais. Isso totalizava 118.078. Isso foi ontem. Hoje, o Ministro me informa que já bateu os 120 mil. Isso significa que, se não houver alteração na Medida Provisória, mais de 45 mil podem ser mandados de volta para casa, fora da universidade, o que será um desastre.

Vou solicitar ao Senador Juvêncio da Fonseca que assuma a Presidência por alguns minutos, para que eu possa conversar com o nosso Ministro da Agricultura, que veio aqui defender o ProUni. Vamos conversar sobre a estratégia.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim, ele é professor da Unesp, de Jaboticabal.

Mas é uma honra contar aqui com a presença de dois Ministros, o da Agricultura e o da Educação, duas pastas das mais importantes do Governo.

Passo a palavra ao Ministro Tarso Genro e a Presidência ao Senador Juvêncio da Fonseca e peço licença para me retirar por alguns minutos.

O SR. TARSO GENRO – Presidente Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a me permite que eu chame o meu Secretário Executivo Fernando Haddad, para fazer esse esclarecimento técnico dos dois pareceres, o da Fundação Getúlio Vargas e o do Dr. Antoninho Trevisan?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sim.

O SR. TARSO GENRO – Certamente, ele será mais sintético do que eu, porque foi ele quem discutiu com o Relator o parecer do Dr. Antoninho, uma pessoa digna e honrada, e também solicitou e discutiu com a Fundação Getúlio Vargas o contraparecer dado ao assunto. Por favor, Fernando, com a sua capacidade de síntese reconhecida.

O SR. FERNANDO HADDAD – Muito obrigado.

Senadora Ideli Salvatti, na verdade, a primeira proposta do MEC, a proposta inicial, antes mesmo do Projeto de Lei ser encaminhado para o Congresso Nacional, era de que o retorno em bolsas fosse de 15%, não de 10%. Na verdade, era de 25%, contando com a cota patronal. Retirando a cota patronal, a proposta inicial era de 15%.

Nas nossas primeiras exposições, entendíamos que a taxa de retorno do investimento sobre o faturamento era da ordem de 32%, e não de 10%, como se está colocando agora. Recebemos, no dia 10 de março deste ano, uma correspondência de todas as associações de mantenedores. A Cemesp, a ABMS, a Anacel, a Anaf, todas essas instituições assinaram um documento em 10 de março, contestando os dados do MEC, com a seguinte argumentação: “Dificilmente, na situação atual, em que há evasão e inadimplência, uma instituição de ensino superior, com as obrigações legais que lhe são inerentes, atinge superávit superior a 16%, o que, com a alíquota de 25% do Imposto de Renda, dá um imposto de renda a pagar de 4%”. Então, esse documento, cujo original trago a esta Comissão, foi assinado pela ABMS, Anup, Anacel, Anaf e Cemesp.

Ora, se você tem 16% de retorno sobre o seu faturamento, são 4% de Imposto de Renda; 1,44% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; 3% de Cofins e 0,65% de PIS, o que supera os 9%. Então, fechamos em 10%, com o apoio dessas mesmas instituições que assinaram o texto da medida provisória, antes de ela ser editada, e com a participação dos Parlamentares

da Câmara dos Deputados, que acompanharam a evolução das negociações. Então, havíamos reduzido de 15%, que era a nossa pretensão, para 10%, com o apoio de todo o setor e a adesão de quase 1.200 instituições, até o presente momento.

Agora, o que diz o parecer da Trevisan? Que a taxa de retorno não é de 16%, mas de 10%, o que reduziria o Imposto de Renda de 4% para 2,5% e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para menos de 1%. Daí a diferença entre os 7% e os 10%. No entanto, encaminhamos para a própria Fundação Getúlio Vargas o parecer da Trevisan, os documentos das próprias instituições e um conjunto de balanços das instituições, que os enviaram, sem que pedíssemos.

Faço referência a um balanço específico, encaminhado a nós pelo Presidente da ABMES, Dr. Édson Franco – que deve muito conhecido desta Comissão –, por 16 anos consecutivos. O Dr. Édson Franco nos encaminha seu balanço, indignado com a redução de 10% para 7%, demonstrando que, na sua instituição, que é no Pará pobre – o que cobra mensalidades baixas – é superior a 10% o reconhecimento desses quatro tributos sobre as semestralidades ou anuidades recebidas ao longo de um exercício.

O balanço nos foi encaminhado com a autorização de disponibilizar para V. Ex^{as}. Trata-se de uma universidade comercial completamente bem regulada, uma sociedade anônima com balanço registrado e encaminhado com autorização para disponibilizar para V. Ex^{as}. Ele está aqui.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Faço uma solicitação rápida ao Dr. Fernando, para que, se possível, encaminhe à Mesa esses documentos, a fim de que possamos receber xerox e fazer uma avaliação. Parece-me que é uma questão matemática que precisamos rediscutir.

O SR. (Orador não identificado) – Essa explicação já está na pasta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Penso que não. Esse documento que foi assinado pelas instituições não está aqui.

O SR. TARSO GENRO – Vou encaminhar. Está aqui o original.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide. (Pausa.) S. Ex^a ausentou-se.

O Senador Efraim Morais inscreveu-se.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Fico satisfeito com a informação. Eu precisava – acho que

todos os Senadores – apenas observar o documento que nos ajudará a raciocinar sobre a questão de 15%, 16%, 10%, até chegar a 7%.

Ensinei matemática, no passado, e fica fácil fazer a avaliação com esses dados.

O SR. TARSO GENRO – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, somente uma observação adicional ao nobre Senador Efraim Morais?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Além desse documento de apoio a esse percentual de cotas, as mesmas instituições assinaram conosco, para que levássemos ao Presidente, a minuta proposta para a medida provisória, chancelada, portanto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Algum outro Senador deseja inscrever-se?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós entendemos que não pode haver esse prejuízo. Essa é uma questão somente de bom-senso. Até me honra muito o gráfico que aqui se encontra, pois foi tomado como referência o meu Estado, a Paraíba. Nós temos aqui um gráfico que...

O SR. TARSO GENRO – Nós mandamos para cada Senador o número de bolsas que decairia do seu Estado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, aqui na Comissão, hoje, dia do debate, a Paraíba recebeu essa má notícia, devido à decisão que foi tomada pela Câmara. Nós temos uma queda considerável, com ou sem as emendas.

No caso da Paraíba – o Ministro já expôs isso –, as bolsas integrais caíram de 339 para 249. É uma queda considerável considerando-se a situação do nosso Estado, que é pobre e não dar esse prejuízo aos estudantes carentes. Realmente, a é queda considerável. Deve ser refeito e discutido esse trabalho, uma vez que há um consenso nas próprias entidades em relação ao que foi discutido posteriormente.

Temos que conversar, e a tempo, para se corrigir um engano que tenha acontecido por parte dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Algum dos Senadores deseja inscrever-se para o debate?

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Gostaria de insistir com o Ministro. Não haveria essa possibilidade de aumentar o número de beneficiados, flexibilizando o percentual da bolsa parcial? Insisto nesse sentido, porque, realmente, seria uma maneira

de aumentarmos o número de beneficiados e respeitarmos a autonomia das faculdades, das universidades. Não podemos ter esse preconceito de achar que as universidades não sabem decidir bem. Elas não decidem pelo reitor. Isso pode acontecer numa situação ou noutra. Elas sempre têm um conselho que analisa a pobreza da pessoa, do aluno.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, só para tentar ajudar o raciocínio do Senador. Entendo o seguinte: nós teríamos até um salário e meio, 100%. A bolsa seria integral para até um salário e meio. Acima disso, teríamos 50%. Estamos raciocinando em termos do aluno que estiver que tiver acima de um salário e meio ou dois, pois ele já perde 50%. Talvez essa seria a forma de fazermos o escalonamento nesse sentido. A renda do cidadão é de dois salários mínimos, a outra renda é de um salário mínimo e meio; quer dizer, o cidadão perde 50%. Essa é uma proporcionalidade que teria que ser estudada. Vamos supor: o cidadão que recebe R\$500,00 vai ser beneficiado apenas com 50%, e aquele que recebe quase R\$400,00, vai ter 100% sozinho.

Pelo raciocínio dele, há um aumento no número de beneficiados, no momento em que ele faz uma expansão dessa tabela. Ela deixa de ter dois pontos e passa a ter vários pontos escalonados. É preciso que seja feito um estudo: se é preciso que se tem que voltar para os dez, é claro que o projeto vai ser mudado, terá que voltar para a Câmara. Se ele volta para aquela Casa nesses termos, temos tempo para raciocinar sobre esse escalonamento. Porque vai ter que votar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a **O SR. TARSO GENRO**.

O SR. TARSO GENRO – Nós nos prontificamos a sentar com os Senadores, no momento em que V. Ex^{as} acharem apropriado, para apresentarmos os nossos dados, os nossos argumentos, para ouvi-los inclusive, de maneira mais detalhada, na sua fundamentação para essa proposta e apresentar também a nossa visão. Com todo o prazer, estamos à disposição para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Ministro, primeiramente, meus cumprimentos pela solução que está dando ao problema das quotas, proporcional à população tanto indígena quanto de afro-descendência daquela Unidade da Federação. Trata-se de uma saída brilhante, inteligente, boa e mais democrática ou mais republicana, como diz V. Ex^a.

O Senador e ex-Ministro Cristovam Buarque disse aqui que a reforma universitária estava impondo 75%

de todo o orçamento do Ministério só para o ensino superior. Procurei o artigo e não o encontrei.

O SR. TARSO GENRO – Porque não diz isso. Trata-se de um percentual de 75%, retiradas as despesas vinculadas à educação. Nós todos estamos, inclusive, propondo a revinculação de alguns tributos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Quer dizer, que não serão 75% do orçamento total do Ministério só para o ensino superior, deixando o ensino básico órfão?

O SR. TARSO GENRO – Não é isso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Boa notícia essa, porque nós estávamos preocupados com essa declaração.

O SR. TARSO GENRO – Estamos em negociação com os reitores, porque eles estão preocupados se essa proposta não traria um aumento significativo de aporte à universidade. Estamos mostrando que há um aumento significativo, mas que não é, evidentemente, uma concorrência, ou um esvaziamento, ao financiamento do ensino fundamental e médio.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Ministro, em primeiro lugar, seja bem-vindo, mais uma vez, a esta Comissão. É sempre um prazer tê-lo aqui. A minha preocupação vai além do ProUni. Embora ele, no momento, seja o objeto da nossa discussão, gostaria de, aproveitando a presença de V. Ex^a, que nos informasse a quantas anda, no Governo, a proposta do Fundeb e se a proposta está vindo para o Congresso Nacional. Deveríamos ter encerrado este ano não apenas com a medida do Prouni, que é importantíssima, mas também com um passo significativo no avanço da qualidade da educação básica. Essa medida traz algum referencial também com relação à carreira e ao piso salarial nacionalmente unificado, que tem sido uma luta de décadas dos trabalhadores em educação neste País.

Sr. Ministro, o meu voto é totalmente favorável à Medida Provisória do ProUni, na íntegra, de acordo com o que foi amplamente discutido com a sociedade e negociado com as entidades representativas do setor. Considero, logicamente, o pedaço que conheço, o Estado de Rondônia, onde já há uma grande debilidade de vagas no Ensino Público de Terceiro Grau. Existe uma imensa expectativa. Como bem demonstram os números do acesso ao Programa que V. Ex^a mostrou na mesa, as pessoas estão realmente ansiosas, esperando o momento de poder acessar o ProUni. Apenas na capital de um Estado como Rondônia, nos últimos 10 anos – não só na capital há investimentos empresariais nesse setor –, mais de 30 instituições de Ensino Superior estão trabalhando. Então, esse é um setor que

está atendendo, no mínimo, 30 vezes mais do que o setor público, o que também nos preocupa.

Gostaríamos de ouvir que medidas o Ministério da Educação tem tomado para que possamos ter, gradativamente, o fortalecimento das nossas universidades federais. E também gostaria de saber se há alguma previsão para a ampliação do número de universidades federais no Estado, como a Universidade Federal de Rondônia.

Gostaria de propor que o MEC tivesse uma política positiva no tratamento com essas entidades, que já se dispuseram a aderir ao Programa – conheço várias – desde o início da discussão. Que tal pensar numa campanha da instituição responsável socialmente? Essa é uma via de duas mãos: o público precisa do privado, que pode também oportunizar aquilo que é sua responsabilidade social.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Vou responder a partir da última indagação que a nobre Senadora Fátima Cleide me dirigiu.

Neste momento, temos 13 ações para expandir ou constituir novas universidades. São extensões de campus de novas universidades. Portanto, expandimos a rede pública com a pretensão de que, em quatro anos, possamos alcançar mais 400 mil vagas públicas. Esta é a nossa meta.

Na proposta de reforma do Ensino Superior que existe, estamos revogando o veto do então Exm^o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso àquela determinação legal que obrigava o Estado a proporcionar 40% de vagas públicas no ensino superior, até 2011.

Portanto, esta é a nossa visão de expansão, na nossa opinião, adequada às necessidades do País e às próprias possibilidades do Governo.

Em relação ao fortalecimento das federais, tenho uma grande honra, uma grande satisfação de dizer que já está no Orçamento desta Casa uma recuperação de 75% das perdas de custeio que foram somadas nos últimos dez anos. Em um ano, estamos recuperando 75% das perdas que as universidades públicas tiveram com o seu custeio nos últimos 10 anos. Talvez seja este dado que o Senador Cristovam Buarque tenha confundido, porque, realmente, é um choque de financiamento muito forte que estamos fazendo em defesa da universidade pública. Isso nos orgulha muito, porque é uma meta do Presidente. Não só teremos novos marcos regulatórios para prestigiar o bom ensino, seja público ou privado, como haverá a expansão da universidade pública estatal, principalmente para lugares que não têm nem oferta de vagas públicas e nem oferta de vagas privadas ou não-estatais.

Em relação ao Fundeb, cumprimos nossa obrigação. Entregamos ao Presidente a primeira proposta de emenda à Constituição, negociada com o Consea e o Dimes que, evidentemente, têm algumas posições diferentes sobre algumas questões. Qual é o conteúdo dessa proposta? Há três conteúdos bem evidentes, e temos de construir, ainda, as saídas políticas para isso, inclusive dentro do Governo. Estamos trabalhando nesse sentido, para apresentarmos, no dia 15 de fevereiro, a emenda constitucional. Ontem mesmo, negocieei esta data com o Presidente. Sua Excelência determinou agora que, depois de apresentado, fizéssemos a discussão com a Fazenda e soldássemos o acordo, que já está praticamente formalizado, com o Consea e o Dimes.

Quais são as características? O Fundo passa a financiar todo o arco do ensino básico, com predominância para resolver o gargalo do ensino médio. Esse é o objetivo central da primeira etapa do Fundeb. É preciso deixar bem claro. Não vai solucionar tudo ao mesmo tempo, mas fará um choque de financiamento estratégico e resolverá a questão do ensino médio em um prazo determinado.

Segunda característica. Revincula processualmente recursos para a educação. Estão desvinculados, pela DRU, até 2007. Estamos propondo a revinculação em 4 anos, 25%, mais 25%, mais 25%, mais 25%. Não queremos alterar o equilíbrio macroeconômico, mas isso carrega para o Fundo não mais que os míseros R\$370 milhões que o Governo dá para o Fundef, mas R\$4,5 bilhões aproximadamente. Ou seja, mais de R\$1 bilhão, por ano, em quatro anos. Portanto, é, na verdade, um grande salto.

A terceira característica é que utilizamos, obviamente, outra cesta de impostos para participar da composição do Fundeb, o que elevaria este Fundo, com todas as modificações — o Fundef está em torno de R\$28 bilhões — para R\$13 bilhões a R\$14 bilhões. Portanto, seria um choque de financiamento importantíssimo.

Aí, entra na regulação a questão do piso salarial. Precisamos ver qual é o aporte de recursos que temos condições de realmente repassar para os Estados, para não criar um salário mínimo artificial que, depois, seja violado pelos Estados e Municípios, trazendo mais problemas do que soluções.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Senador João Capiberibe, agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca pela gentileza de ter me substituído na Presidência, bem como a compreensão do Ministro Tarso Genro. Porém, V. Ex^a tem uma compensação, porque o Ministro Roberto Rodrigues lhe deixou um abraço.

O SR. TARSO GENRO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Ministro, é uma satisfação tê-lo nesta Comissão.

Como V. Ex^a sabe, venho de uma região que está sendo, sistematicamente, destruída. A cada ano, desaparece em torno de 25 mil quilômetros de floresta heterogênea, rica em biodiversidade, e nós, desgracadamente, não a conhecemos. Estamos destruindo a Amazônia pela ignorância. É a nossa ignorância que destrói aquela região. Não conseguimos investir os recursos necessários na construção do conhecimento para o desenvolvimento sem destruição da região. Estamos reproduzindo os modelos que destruíram a Mata Atlântica e que pressionam, terrivelmente, os recursos do nosso País. Isso tem provocado danos ambientais irreversíveis. Mas a Amazônia, especificamente, tem sua destruição provocada pela ignorância, pelo desconhecimento. E as nossas universidades são as menores do País, são as universidades mais precárias.

No ano passado, estabelecemos um debate, uma discussão no sentido de buscarmos meios para atender a quatro pequenas universidades da Amazônia: a do meu Estado, Universidade Federal do Amapá, que até o ano passado contava com sete professores doutores no seu corpo docente; a de Rondônia, da minha querida companheira Fátima Cleide; a do Acre; e a de Roraima. Então estabelecemos um grupo de trabalho de discussão para poder apoiar e chegar mais próximo dessas universidades. E uma das questões que foi levantada na época foram os critérios da distribuição de pessoal a cada ano que o MEC promove concursos – brevemente haverá novo concurso –, e o critério de distribuição desses professores é de acordo com o número de professores doutores que existem nessas universidades, ou seja, as universidades que não têm professores doutores não recebem e, a cada ano, ficam praticamente com o número cada vez mais reduzido.

No ano passado, mudou esse critério, e essas quatro universidades, pela primeira vez na sua história, foram contempladas com número significativo e podem ampliar o número de vagas.

Objetivamente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que considere reproduzir, no ano que vem, na distribuição das vagas, o mesmo critério do ano passado, ou seja, que possamos receber os professores de que estamos necessitando para ampliar o número de cursos. A Universidade Federal do Amapá tem doze anos de criação e tem apenas onze cursos; passou a doze

com o que foi iniciado neste ano. São doze cursos em onze anos.

Por último, na reforma universitária, se fosse possível analisar e estudar a possibilidade de federalizar; digamos que a União Federal se responsabilizasse pela contratação e pelo pagamento dos professores e que os Estados e os Municípios se encarregassem do gerenciamento, porque me parece que o maior problema hoje na educação brasileira é que ela é completamente heterogênea: você tem educação municipal, educação estadual. O Fundef foi um projeto inteligente e terminou criando uma relação mais próxima no campo da educação com o federal. Creio que, dentro da reforma educacional, teríamos que pensar numa certa federalização talvez dos salários dos professores e a gestão ficaria com os Municípios.

E, por último, vou-lhe apresentar uma sugestão: estou ali na fronteira com o Departamento Francês da Guiana e com o Município do Oiapoque, que é a nossa fronteira norte e o ponto extremo, junto com o Chuí, lá no Rio Grande do Sul. Queria sugerir a criação de uma universidade ali na fronteira, porque o Município cresce, a população cresce em torno de 12% ao ano, motivado por uma razão muito simples: do outro lado da fronteira, a moeda é o euro; assim, há uma intensa movimentação e há alguns programas, alguns projetos importantes como, por exemplo, a construção da BR-156, que está em andamento, a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, que vai interligar toda aquela região com os países do platô da Guiana. E note-se que essa é uma das regiões mais isoladas do planeta, estamos na margem esquerda do rio Amazonas, não temos nenhum contato, nenhuma comunicação rodoviária com o resto do país e ali vamos então estar interligados com os países do platô da Guiana, com a Venezuela, a Colômbia; enfim, vamos ter uma saída ao norte, e isso está atraindo milhares de pessoas para o Oiapoque. A idéia de uma universidade poderia contar perfeitamente com o apoio das universidades francesas, e há interesse do governo francês de estabelecer uma intensa cooperação, porque são fronteiriços nossos; dividimos uma fronteira imensa de 650 km com a França. Há essa disposição de cooperar muito grande. E vou sugerir isso por meio de documento para que, na expansão do ensino público, a universidade pública seja considerada essa universidade fronteira do Oiapoque.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao sr. Ministro, peço a compreensão do Plenário para o fato, do qual fomos informados antes de começar a reunião pelo sr. ministro, de que S. Ex^a tem um compromisso a seguir, mas gentilmente

resolveu comparecer. Entendemos que S. Ex^a tenha de sair logo.

Há apenas um inscrito, o Senador Juvêncio da Fonseca. Concedo a palavra a S. Ex^a e, em seguida, concederei ao sr. ministro para que faça as observações que desejar em relação à fala dos Senadores João Capiberibe e Juvêncio da Fonseca e proceda às considerações finais.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Ministro Tarso Genro, somos prefeitos contemporâneos, V. Ex^a de Porto Alegre e eu de Campo Grande. Já nos conhecemos. Percebi que V. Ex^a é um homem inteligente e preocupado com a gestão pública e com o destino do País. E não está sendo diferente sua postura à frente do Ministério da Educação. Parabéns pelo trabalho.

A proposta é interessantíssima. Há depoimentos dos Senadores nesse sentido e também da própria Câmara Federal que, embora tenha reduzido a proposta, não deixou de aceitá-la, o que é importantíssimo.

A preocupação sobre se a matéria voltará ou não à Câmara e se o tempo é pouco ou não é fruto da medida provisória. É assim mesmo. Não temos, de forma nenhuma, como culpar o Governo por utilizar esse procedimento que está em vigência e é amplamente utilizado na sua administração. O Governo poderia ter utilizado o instituto da urgência constitucional ou o regime de urgência, e não a medida provisória, o que facilitaria a discussão. Na verdade, estamos num impasse sobre se reduz ou não, se volta ou não à Câmara, mas é importante exaltar a iniciativa, que é muito boa.

Pelo que vejo, não há condições de acordar nos 7%. O Governo propôs 10%, e a Câmara 7%, naturalmente não inspirada apenas pela pressão empresarial, mas, certamente, por várias outras pressões, pois houve dissidência, discrepância nessa documentação, pois alguns agem de uma forma, mas, na verdade, reivindicam de outra.

Faço apenas essa consideração sobre a preocupação com as medidas provisórias, assunto urgentíssimo. Considero o assunto importante, relevante e urgente. E pode aproveitar seus efeitos no ano que vem.

Ficamos nesse impasse sobre contrariar a Câmara Federal, porque, se o fizermos, a matéria voltará à Câmara. Não sabemos o que poderá ocorrer, como é o caso da biossegurança, em que o mesmo está ocorrendo.

Louvo o trabalho de V. Ex^a. Queria apenas externar essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Passo a palavra ao Ministro Tarso Genro para que responda aos Senadores e faça suas considerações finais.

O SR. TARSO GENRO – Senador Juvêncio da Fonseca, agradeço as considerações. Nossa relação política, nossa relação de trabalho é antiga na Frente Nacional de Prefeitos, onde V. Ex^a despontou como sendo um Prefeito de muita seriedade, muito respeito e muito caráter e também como excelente administrador. Orgulho-me da referência de V. Ex^a.

De fato, a controvérsia entre Câmara e Senado numa medida provisória gera efeitos duvidosos. Existem visões diferenciadas, do ponto de vista jurídico, dos efeitos daquele momento de vácuo jurídico se, eventualmente, por exemplo, a medida for rejeitada, ou mesmo determinado artigo for rejeitado, em particular, for modificado e sobre as conseqüências e possíveis vetos do Presidente da República.

No caso concreto dessa medida provisória, a questão é que, se essa modificação for mantida no Senado, certamente será vetada pelo Presidente. Não sabemos como a matéria poderá ser vetada, porque isso decorrerá de um estudo de natureza técnica e, dependendo do conteúdo da decisão, poderá afetar as pessoas que já estão obrigadas pelos convênios que estão sendo realizados. A outra possibilidade é que o Senado reponha, a Câmara aceite essa reposição e os efeitos se prolonguem no tempo, aperfeiçoando de maneira definitiva os atos já realizados. Independentemente dessa controvérsia, há possibilidade também de que seja avaliada de maneira diferenciada, ou seja, de que os atos jurídicos perfeitos e acabados, ou sombra da medida provisória, mantenham-se, independentemente das modificações posteriores, a grande questão que está em jogo é a questão da projeção das vagas daqui para diante.

Se tivermos como conta relativamente correta 45 mil vagas, em quatro anos, são 180 mil alunos. Mesmo que todos os que estejam agora abrigados pela norma sejam aproveitados este ano. Mas, a partir do ano que vem, teríamos uma redução, portanto, processual. Em quatro anos e meio, que é a duração dos cursos, teríamos um prejuízo muito grande para a população de baixa renda.

Em relação à questão dos professores, colocada pelo Senador João Capiberibe, estamos negociando com a Andifes.

O Professor Jorge Guimarães, que é o Presidente da Capes, está aqui e me traz uma informação sobre pós-graduação que vou passar aos senhores: o Plano Nacional de Pós-Graduação 2005/2010 tem

um destaque especial para a formação de doutores na Região Norte do País, em atenção exatamente a essa situação de redução proporcional do número de doutores nas universidades naquela região. Referi-me aos professores concursados, que iniciam a sua carreira. Estamos negociando os critérios com a Andifes; parte dessas vagas é negociada.

Então, este é o momento oportuno para o reitor interferir junto à Andifes, porque queremos fazer, de maneira articulada com a Andifes, pelo menos grande parte da distribuição dessas vagas.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, basta repetir o que aconteceu no ano passado. Isso foi feito com a Andifes.

O atraso dessas universidades é abissal, e a Andifes concordou em estabelecer critérios para que eles possam receber os professores que necessitam. Imaginem, uma universidade com seis professores-doutores!

O SR. TARSO GENRO – Vamos levar em conta, obviamente, tudo aquilo que significa conquista da distribuição e da capilaridade do bom ensino público superior no Brasil. Vamos mantê-lo. Parece impossível que fôssemos retroceder em critérios que tenham a finalidade de corrigir essas distorções.

O SR. (Orador não identificado) – É uma articulação da nossa Bancada, dos Senadores e Deputados. Fizemos uma articulação para que essas universidades pudessem ser olhadas diferentemente, até porque elas são diferentes pelo tamanho, pela expressão.

O SR. TARSO GENRO – Quanto à questão da reforma do ensino superior e de uma tipologia específica de universidade da fronteira, no nosso projeto, há essa abertura, não especificamente relacionada com a fronteira, mas de universidades circunscritas regionalmente e com conteúdos caracterizados. A proposta está nesse pré-anteprojeto que estamos apresentando à sociedade para a reforma do ensino superior.

É necessário que se atente para as fases que virão daqui por diante. Temos até o dia 15 de fevereiro aberto o nosso site para propostas a entidades que negociaram conosco, inclusive a própria Andifes. Em torno de 100 entidades e, a partir daí, teremos o anteprojeto que será divulgado para a sociedade e debatido nas centrais sindicais dos movimentos sociais, no interior das universidades pelos alunos e professores que quiserem debater. E pretendemos enviar para o Parlamento, no começo de junho – metade de junho, na pior das hipóteses –, a proposta de reforma para que ela possa ser discutida durante o ano e cheguemos ao fim do ano que vem com a universidade brasileira reformada, positivamente reformada nesse

sentido democrático e republicano cuja preocupação todos temos.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite desta Comissão e desta Casa, especialmente ao Senador Osmar Dias, que é o portador deste convite. Quero dizer que permaneço, e toda a minha equipe permanece a total disposição desta Comissão, não só porque temos a obrigação política de prestar esclarecimentos, de fazer os debates, mas também temos a necessidade de recolher daqui as magníficas contribuições que esta alta Casa da República nos dá no nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, eu também gostaria de fazer dois agradecimentos. Primeiro, aos Senadores da Comissão, porque, durante um ano em que tivemos as eleições, mesmo assim realizamos 49 reuniões desta Comissão de Educação, muitas audiências públicas, aproveitando o espaço do tempo, quando estávamos com a pauta obstruída, para a realização de audiências públicas como esta de hoje. Já que estamos com a pauta trancada e não podemos votar, aproveitamos o expediente para a discussão de projetos importantes e de interesse nacional.

O segundo agradecimento, não pela ordem, é ao Ministro Tarso Genro, que, sempre que foi convidado, aqui esteve, sendo muito claro nas suas manifestações, muito objetivo. Acredito que as audiências públicas com o Ministro Tarso Genro cumprem o seu objetivo exatamente por isso. Esse é um assunto que eu pensava que ia ser complicado, complexo, mas foi de uma simplicidade para todos entendê-lo e ele praticamente encontrou o consenso desta Comissão, que assumiu, Ministro, não bem um compromisso, mas uma posição clara: todos queremos recuperar o texto original da medida provisória, porque não ouvi ninguém aqui falando contra ele. Acredito que a Comissão de Educação vai ajudar, e muito, nesse objetivo de recuperarmos o texto original.

Faço apenas uma observação regimental: teríamos que encerrar o semestre, ou o ano, no dia 15 de dezembro. Como hoje é dia 14, seria amanhã. A prorrogação do período legislativo ocorre com uma pauta definida, que me parece ser o Orçamento. Então, só estou falando isso porque, mesmo que queiramos que a Câmara dos Deputados vote, ela não vai conseguir fazê-lo neste ano. Aí, fica o período legal das medidas provisórias, que, se não forem votadas, perdem sua vigência. Então, parece-me que estamos com um problema que terá que ser visto pelo Ministério, pelo Governo. Eu tinha até me esquecido de falar disso, mas depois me lembrei, e, se a Câmara prorrogar,

constando na pauta a medida provisória, poderá votar, se não, não poderá. Aí, ela poderá votar na semana que vem e resolver o impasse.

De qualquer forma, deixo essa lembrança porque todos estamos, pelo jeito, trabalhando com o mesmo objetivo, que é recuperar o texto original.

O Ministro quer se manifestar?

O SR. TARSO GENRO – Rapidamente. Parece-me que, se eventualmente não for votada – o que não vai ocorrer, provavelmente seja votada, até segundo informações que consegui captar aqui e V. Ex^a transmitiu -, os convênios firmados sob a égide da medida provisória são juridicamente perfeitos, constituem uma relação jurídica estável. O que não poderíamos daí é, no segundo semestre do ano que vem, se eventualmente ela for revogada, fazer novos convênios. Mas a não votação, em princípio, não desconstituiria os atos jurídicos perfeitos...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É verdade.

O SR. TARSO GENRO – (Inaudível.) realizados sob a égide da medida. Então, ficaríamos com as nossas 120 mil vagas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Uma boa observação, porque tem muita gente nos vendo e, pela informação que eu tinha dado, ia deixar muita gente preocupada. O Ministro, agora, coloca a questão como ela é, quer dizer, estamos na vigência da medida provisória, todos os contratos assinados continuarão valendo, mas nosso esforço será feito na direção de que possamos votar aqui dando tempo para a Câmara dos Deputados, quem sabe, recuperar também o texto original.

Agradeço muito a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Reunião, Conjunta, da Comissão de Fiscalização e Controle, Com a Comissão de Serviços de Infra-estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 de novembro de 2004, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de novembro de dois mil e quatro, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúnem-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores SIBÁ MACHADO, IDELI SALVATTI, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO,

GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL e PAULO OCTÁVIO. Senadores não membros: RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON, JOSÉ JORGE, MARCO MACIEL, MÁRIO CALIXTO, JOSÉ AGRIPINO, SERYS SLHESSARENKO, JONAS PINHEIRO e AUGUSTO BOTELHO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente Senador NEY SUASSUNA coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É colocado em votação o Requerimento nº 24, de 2004-CFC, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA e JOSÉ JORGE, referente a realização desta reunião. Resultado: Aprovado. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura, e devida apresentação do **SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO**, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre as realizações nos sete anos de sua gestão, na direção da referida agência. O Senhor Presidente Senador NEY SUASSUNA passa a palavra ao convidado para a sua apresentação. Em seguida, assume a direção dos trabalhos o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador JOSÉ JORGE. Após a explanação do convidado, os Senadores ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES e RODOLPHO TOURINHO debatem e formalizam questionamentos sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS 09-11-2004

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, vamos iniciar esta reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura, da qual sou Presidente, com a Comissão de Fiscalização e Controle.

Inicialmente, como há alguns requerimentos para aprovar, faremos reunião apenas da Comissão de Infra-Estrutura. Terminada a primeira parte, faremos a reunião conjunta.

O Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna, já está vindo para cá. Enquanto isso, vamos realizar essa pequena parte da reunião.

Constam cinco itens da pauta da reunião, além da audiência pública, que seria na primeira parte.

Na segunda parte, há cinco requerimentos. Vou pedir inversão de pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a inversão de pauta, começaremos pela segunda parte, que é a aprovação dos requerimentos.

Item 2:

O Item nº 2 (o Item nº 1 é a audiência pública) é um requerimento, vazado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito dessa Comissão, com a finalidade de trazer ao conhecimento dos membros desta Casa e esclarecer as denúncias contidas em matéria de autoria da jornalista Elvira Lobato, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 10 de outubro de 2004, intitulada ‘Auditores apontam erros em conta telefônica’, além de possibilitar a discussão de mecanismos para dotar as contas telefônicas de total transparência para os consumidores.”

Para tanto, sugiro o convite ao sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, Presidente da Anatel, ao sr. Fábio Micheli, Vice-Presidente de Redes da Telefônica, a um representante da Brasil Telecom, a um representante da Telemar, ao Sr Rubens Nicoluzzi, representante da Auditfone, e à Sr^a Paula Zandomeni, Diretora da In Voice.

O autor do requerimento é o Senador Rodolpho Tourinho.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

“Requeiro a V. Ex^a que, de acordo com o art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o plenário da Comissão, seja convidada a Exm^a Sr^a Ministra de Estado de Minas e Energia, Sr^a Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos a respeito de questões relativas ao sexto leilão de campos petrolíferos e à nova formulação das políticas dos setores de energia para o País.”

O autor é o Senador Pedro Simon.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Requerimento nº 22.

“Requeiro, nos termos do § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora, desimpedido, desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para que seja providenciada a convocação do Ministro da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, e da Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Marina Silva, a fim de exporem os programas, projetos, estudos de impacto ambiental e outras ações do Governo Federal sobre a revitalização e transposição do rio São Francisco.”

Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Item 5:

Requerimento nº 23.

“Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de ouvir o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, para que apresente a esta casa as realizações da agência durante os seus sete anos de gestão.”

O autor do requerimento é o Senador José Jorge.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vou encerrar a primeira parte da reunião e esperar por cinco minutos o Presidente Ney Suassuna. Se S. Ex^a não chegar até 11h30min, começaremos a reunião.

Obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 12ª Reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a 20ª da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Convidamos o Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, para fazer parte da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, autor do requerimento, que foi seguido pela Comissão de Fiscalização e Controle imediatamente, para que os Senadores possam ouvir o Dr. José Mário de Miranda Abdo, que estou aqui cumprimentando, e que ele diga algo antes de eu passar a palavra para o nosso apresentador, que vai discorrer sobre o tema da energia elétrica, das atribuições da agência e assim por diante.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna. Quero dizer que, na realidade, é a primeira vez que fazemos uma reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, para avaliar o trabalho de diretor de agência reguladora na conclusão de seu mandato. Trata-se de iniciativa do próprio Diretor-Geral, Dr. José Mário Abdo, que em correspondência dirigida a esta Casa manifestou o interesse de vir prestar contas de sua gestão à frente da agência reguladora.

Na sua correspondência, o Dr. Abdo declarou que: “A autonomia das agências tem que ser contrabalançada por formas adequadas de controle parlamentar. É no Congresso Nacional que se pode criar o espaço democrático para que a sociedade também exerça o controle social sobre as agências reguladoras.”

O Dr. José Mário esteve nesta Casa em novembro de 2000 para ser sabatinado pela Comissão de Infra-Estrutura e foi aprovado, sendo em seguida escolhido pelo Plenário do Senado Federal. Os três primeiros anos de mandato estavam previstos na lei de criação da Aneel e, excepcionalmente, os primeiros mandatórios não foram sabatinados pelo Senado.

Retornar a esta Casa é uma boa oportunidade para que nós, Senadores, tenhamos a oportunidade de verificar se a nossa escolha de quatro anos atrás foi realmente exitosa. Essa audiência serve para que os Parlamentares apurem seus critérios de avaliação, em especial para as próximas sabinas que deveremos realizar. Acho também que essa é uma boa oportunidade de colher a experiência da Aneel na execução das atividades de regulação do serviço público, atividade essa que é novidade para todos nós, já que é uma função de Estado relativamente recente, mas que hoje se mostra imprescindível.

Deveremos aproveitar também e ouvir o Diretor-Geral da Aneel na sua avaliação sobre o PL nº 3337, que dispõe sobre a gestão, organização e o controle social das agências reguladoras, que está sendo apreciado na Câmara dos Deputados e deverá, brevemente, vir à apreciação desta Casa.

O Dr. Abdo poderá nos apontar o que considera como avanço nas funções de fiscalização e regulação,

e o que poderia caracterizar-se como eventual retrocesso nas conquistas já alcançadas pela sociedade brasileira.

Ao concluir, gostaria de agradecer ao Dr. Abdo e aos demais diretores da Aneel aqui presentes por terem se disposto a vir a este plenário para prestar contas dos seus sete anos de mandato e contribuir para o aperfeiçoamento da contribuição fiscalizadora do Senado Federal, conforme mandamento constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de dizer que acho essa audiência muito importante, pelo pioneirismo de, pela primeira vez, um dirigente de uma agência, durante tanto tempo, sete anos, uma agência das mais importantes, que enfrentou as maiores dificuldades, inclusive quando houve o racionamento de 2001, com a mudança de modelo que houve com a nova Constituição, inclusive agora, com a tentativa de implantação de um novo modelo. Foram sete anos bastante atribulados. Entretanto, é verdade que, no futuro, quando olharmos para trás, teremos que utilizar essa experiência como base não só para a Aneel, mas inclusive para outras Agências, como a Anatel, a ANP, também na área de transportes, que na realidade são muito importantes para o Brasil.

As Agências passaram por um momento muito difícil no início do atual Governo, quando havia uma tentativa de desprestígio, que acredito que em parte já foi superada. Mas aqui no Senado sempre ficamos atentos porque consideramos as Agências como uma questão de evolução da sociedade brasileira, que não pode voltar atrás. É necessário que estejamos atentos.

Há esse projeto, que ainda está na Câmara. Atualmente, na Câmara, muitas matérias são aprovadas quase a toque de caixa. Agora mesmo, há 21 medidas provisórias fechando a pauta daquela Casa. Aqui no Senado, graças a Deus, temos conseguido discutir melhor os projetos – houve momentos em que ocorreu o oposto. Consideramos esse projeto muito importante e vamos discuti-lo bastante nesta Casa.

Certamente a palestra do Dr. José Mário hoje não falará apenas do passado, mas também tiraremos algumas lições para o futuro.

Agradeço ao Senador Ney Suassuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Na Escola Superior de Guerra, quando recebemos uma missão, procuramos ver se existe um “Cabral”, ou seja, algum trabalho realizado sobre aquele fato, ou se vamos realizá-lo pela primeira vez, ou seja, fazer o original. Com certeza, esta reunião de hoje será o “Cabral” para que outras Agências, após o encerra-

mento da Presidência, venham até ao Senado dar as informações sobre como foi a gestão.

Já estamos pensando em fazer o mesmo em relação aos Embaixadores. Ou seja, quando terminar o mandato, o Embaixador deve informar ao Senado sobre o que está ocorrendo.

Com a palavra o Dr. Abdo. Seja muito bem-vindo.

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO – Muito bom dia a todos! Gostaria de agradecer a oportunidade e saudar a importante presença do Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador José Jorge, que acompanhou muito de perto a luta das Agências nesses sete anos. Quero igualmente saudar, cumprimentar e agradecer pela oportunidade o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, Senador Ney Suassuna, que também teve importantes oportunidades de acompanhamento de perto da vida das Agências reguladoras como um todo, particularmente da Aneel. Quero saudar ainda o Senador Mário Calixto, pela sua honrosa presença.

Senhoras e senhores representantes do setor elétrico brasileiro, meus companheiros e companheiras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), companheiros da causa da regulação, que são dirigentes das Agências reguladoras estaduais, conveniadas da Aneel, representantes da imprensa, da mídia, senhoras e senhores, quero dizer que foi nesta Casa, o Senado Federal, que tudo começou, há sete anos, com a criação da Agência e da respectiva lei. E o fato histórico de ter sido aqui o começo é condizente com o fato histórico de o Senado também ser o depositário do fim. Aqui começou, aqui termina.

Consideramos extraordinariamente importante – é do meu dever, é do nosso dever institucional como Agência – aqui nos apresentarmos para esta prestação de contas à sociedade brasileira. E nenhuma instituição está mais à altura do que o Congresso Nacional, o Senado Federal, como legítimo representante do mais digno espaço democrático do nosso País, para fazer o controle social. Este é o lugar mais próprio para o controle social das Agências reguladoras. Com essa consciência e com esse dever aqui nos apresentamos.

É bem verdade que aqui estamos movidos por uma crença: a da prestação de contas, a da importância de uma agência reguladora ou das agências reguladoras como um todo, como uma entidade do Estado. Fomos constituídos e concebidos por lei oriunda desta Casa como representantes do Estado. Daí, a nossa identidade, a nossa identificação com o Congresso Nacional, com o Senado Federal. Isto nos une, nos aproxima, nos coloca frente à frente em muitas circunstâncias e em muitas oportunidades ao longo de toda a vida passada e futura. Em razão disso, o nosso profundo

respeito, que vem sendo construído, não por tese, mas alicerçado pela prática da convivência de sete anos. Durante esse tempo, na agência, nos defrontamos com o novo a cada esquina. Partimos do nada. Um dia, 2 de dezembro de 1997, fomos nomeados Diretor-Geral e, naquele dia, mais dois diretores e, pronto. Logo na sequência, outros dois; completamos o quadro de cinco. Mas, naquele dia, 2 de dezembro, éramos três e um sonho extraordinário: a construção e a constituição de uma agência reguladora nova, uma cultura nova a ser introduzida em nosso País. Daí, o nosso profundo respeito por esta Casa. Aqui estivemos por muitas vezes ao longo desses sete anos. Foram mais de 70 audiências públicas em reuniões em que a Aneel compareceu – e, particularmente, estive na grande maioria, senão na totalidade delas. Não por outro motivo, não por qualquer outra razão que não fosse exatamente esse profundo respeito de aqui trazer e tirar oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento essenciais. Em vários momentos foi discutido aqui, no Congresso Nacional, se os dirigentes das agências reguladoras seriam convidados – como éramos, como a lei assim o permitia, e como fomos – ou se seríamos convocados a participarmos das audiências e das reuniões públicas do Congresso Nacional. Independente disto, se convidado ou se convocado, o certo é que comparecemos com alegria – é importante ressaltar – por mais de 70 vezes. E, hoje, fazemos de forma diferente: nem convidado e nem convocado. Hoje somos movidos pela convicção e pela crença de que é nesta Casa que se exerce esse controle social. É esta Casa que tem a identidade de fazer crescer, de construir, de ajudar a definir qual a imagem que a sociedade espera e precisa na prestação do serviço de uma agência reguladora. É movido por esses ideais que aqui voltamos. Se nestas 70 vezes foi uma emoção, foi sempre um desafio e havia uma ansiedade, eu quero dizer que hoje não é diferente. Muito pelo contrário.

Agrademos a extraordinária receptividade do Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador José Jorge, e do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna, não só pelo dia de hoje, não só para dar essa acolhida e abrir esse espaço democrático tão relevante de prestar contas à sociedade brasileira, porque, prestando ao Congresso Nacional, estamos prestando contas à sociedade brasileira na sua plenitude, sobretudo numa história de sete anos. Hoje, aqui, não passamos apenas o filme de um dia, mas o de 7 anos intensamente vividos, com o olhar voltado para frente. Com bem disse o Senador José Jorge, aqui, não estaremos apenas com uma visão retrospectiva, mas, sim, estaremos também lançando os olhos para o futuro, porque a perenidade e o

aperfeiçoamento da vida institucional é uma exigência na Administração Pública. E é sobre isso que nos debruçamos, num trabalho que foi extraordinariamente compartilhado com uma equipe que vale ouro. Não somos muitos. Somos poucos: 300, de um corpo técnico. Para um País de 53 milhões de unidades consumidoras e mais de mil geradores é um universo muito pequeno. Se contarmos os apoios administrativos, vamos além: chegaremos, talvez, a mais 200 pessoas, mas ainda num quadro temporário.

Sr. Presidente, sem me deter em detalhes, embora a ansiedade é de passar, passo a passo, cada item, cada página do que estaremos ali mostrando, pelo envolvimento, pelo engajamento e pelo sentido público, o interesse público que ali está envolvido, em cada passo, em cada questão daquela, que foi intensamente vivida por um processo de aprendizado profundo, que representaram esses sete anos.

Esta Casa contribuiu indelevelmente para a construção desse aprendizado e desse aperfeiçoamento. Portanto, o Congresso Nacional – isso é inequívoco – é o espaço democrático, como já disse antes, em que se exerce o controle. Isso já está em um ponto importante, Senador José Jorge, no projeto de lei que V. Ex^a tão bem mencionou: controle das agências. É preciso ter. É indispensável que tenha para o bem da sociedade. Por quem? Por onde? Aqui, no Congresso Nacional. Nada melhor do que aqui. Além de ser o mais legítimo, é o mais condizente com a autonomia requerida para um ente de Estado, que é uma agência reguladora.

A pretensão é grande, mas tinha que ser grande desde o primeiro dia da agência. A pretensão de poder compartilhar com V. Ex^{as} esses seis itens. Quanto aos papéis institucionais, não me detenho neles; depois as competências, a atuação da Aneel, suas ações e resultados – os benefícios da regulação.

Se pudermos, depois, fazer uma síntese: qual foi o benefício para o consumidor e para a sociedade? Qual foi o benefício para os investidores? Estão aí de forma sucinta.

Uma visão de consolidação de uma gestão que encerra dois mandatos, 1997/2004, e uma de transição. Montamos um plano de transição. Quem quer que chegue à agência, encontrará lá uma visão de futuro e uma visão de planejamento para o ano de 2005.

Entendemos que também é do nosso dever deixar o que foi feito e o que será feito. Quem chega é legítimo que busque o aperfeiçoamento, mas tenha uma visão estruturada para ser compartilhada.

Também para dar a indispensável dose de realismo, estaremos falando não só das nossas realizações, das nossas principais realizações, mas também

estaremos falando das nossas dificuldades, dos nossos desafios, que não são poucos, que são importantes – muitos não serão novidade. Alguns talvez, mas é importante que sejam claramente explicitados nesta Casa e neste momento.

Quanto aos papéis institucionais, não me detenho, mas a importância é que, cada vez mais, busque-se dar clareza a esses papéis. Políticas não são formuladas pelas agências. É ter clara convicção e fazer disso uma prática. É o Congresso Nacional, preferencialmente o Congresso Nacional, e políticas públicas, políticas setoriais passando pelo CNPE, o Comitê de Política de Infra-Estrutura e assim por diante. É importante. Reina confusão no entendimento de papéis. Planejar, quantas vezes fomos cobrados. Planejar a expansão, uma nova usina, uma nova linha não é papel de regulador. Está aqui claro. Assegurar o abastecimento, também é papel do Ministério de Minas e Energia.

E assim por diante. Não me detenho. À Aneel cabe o que direi mais detalhadamente à frente, mas é o papel de regulador, e eu detalho.

Outros papéis institucionais. O foco final é a sociedade, é o consumidor. Uma visão abrangente, o que é do porte do sistema elétrico brasileiro. Existem países que têm mil, dois mil, três mil megawatts de capacidade instalada. O Brasil precisa crescer 3,5 mil por ano, nessa ordem de grandeza, e o consumo **per capita** é baixo no Brasil. Estamos na ordem de 170 quilowatts/horas/ano. Isso é pouco. Isso revela oportunidades e desafios. Uma oportunidade de crescimento. Num país desenvolvido, o consumo **per capita** não é 170, é seis vezes isso, oito, dez vezes. Isso revela o nosso nível de dificuldade sócio-econômica. A qualquer melhoria no poder aquisitivo da população, o nosso mercado cresce extraordinariamente. Cresce, porque é baixo mesmo o nível de consumo. Por isso, vai a níveis históricos de crescimento do setor de consumo de energia elétrica, na casa de 4% a 5% ao ano.

Isso é muito grande em qualquer lugar do mundo. Num país desenvolvido, a taxa de consumo cresce 0,5%, 0,1%. Aqui tem que crescer 4% a 5% ao ano para reduzir o nível de desigualdades sócio-econômicas.

Indo adiante, esses são os papéis da agência reguladora: regular, fiscalizar, mediar e conceder outorgas, agora delegá-las, segundo o novo modelo.

Já há algumas novidades, que são as funções delegadas. Estas, a nosso ver, não são a forma mais adequada de definir as competências das agências. As competências das agências não devem ser definidas por gosto ou por personalismo de qualquer ordem, mas para servir melhor à sociedade. As atribuições de uma agência devem ser conferidas em lei. Não estamos falando de um ou de dois mandatos, mas de um órgão

regulador e fiscalizador de contratos de concessão. O de menor duração que assinamos é de 20 anos, sendo a grande maioria de 35 anos. Isso requer perenidade, atribuições em lei. Esse é o caminho desejável.

Dentro da missão, a Aneel, aqui explicitada, cuja construção elaboramos ao longo desses anos, equilíbrio é a palavra-chave. Quantas vezes há dificuldades na compreensão do papel de uma agência? Quantas vezes somos questionados se a agência foi ou não criada para defender os direitos do consumidor? Isso não é simples e não é fácil, mas é indispensável que digamos que foi criada para esse fim, mas não somente para isso. É importante que se observe, na balança do equilíbrio, que cabe à agência, indiscutivelmente, defender e assegurar direitos de consumidores. Mas, no outro prato da balança, ficam os agentes regulados. A visão pode ser equivocada se for apenas circunstancial, de curto prazo. Não se pode esquecer que o outro lado também tem direitos, estes consignados em contratos de concessão, muitos assinados antes da criação da Aneel e que precisam e devem ser honrados. Essa obviedade tem exigido muito da agência.

O que nos diferencia é o foco no interesse público. Não se trata de uma empresa para dar lucro, mas de uma agência cujas ações são pautadas no sentido do interesse público.

Farei a caracterização da Aneel de maneira breve. O importante é que não nascemos da vontade de um governante ou de uma visão isolada de um ato administrativo. A Aneel foi criada por uma lei, e isso nos diferencia. A lei dispõe sobre o mandato fixo dos diretores, a importância do cumprimento dessa disposição e a não-subordinação hierárquica, o que é fundamental. A instância administrativa final das nossas decisões finais de colegiado, depois do amplo direito de defesa – fundamental, já que vivemos em Estado democrático de direito – é o Poder Judiciário. Se inconformado, o agente tem a quem recorrer. Depois da decisão colegiada, poderá recorrer ao Judiciário. Trata-se de um direito constitucional.

Controle sobre a agência. Quantas vezes fomos questionados sobre o controle, ou não, sobre as agências! Em absoluto, há controle e não são poucos. Alguns são até superpostos. O Congresso Nacional, efetivamente, nos controla de várias formas. Particularmente, há as ações do Tribunal de Contas da União. Como nos audita o TCU! E há algumas ações da Secretaria Federal de Controle, em alguns momentos – agora, já se busca melhor harmonia. Havia superposições importantes que tomavam tempo relevante. Isso tem caminhado e precisa caminhar para o aperfeiçoamento.

O Poder Judiciário, em alguns momentos, faz revisão dos nossos atos, ainda que tenhamos tido

incidência muito positiva de ganho em questões no Judiciário em primeira instância, mas sobretudo em segunda instância.

Também há controle social, em que o grande e legítimo depositário dessa competência é o Congresso Nacional, que tem sido representado e exercido por entidades e organizações não-governamentais de defesa do consumidor. Algumas até avaliam e dão notas às agências reguladoras. Isso tudo cresce e engrandece o processo democrático.

Aqui mostro uma avaliação feita pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), que já o fez pela segunda vez. Esses são os critérios que segue, nos quais não me detenho, porque compete ao órgão a definição dos critérios que tem tornado públicos. O Idec divulgou o resultado em 2003. Agora, há um mês, ele divulgou novamente o resultado.

Em 2003, a Aneel foi a primeira colocada nessa avaliação de uma organização não-governamental sobre o controle social das agências. Em 2004, dentre outras instituições avaliadas e agências reguladoras, a Aneel foi a mais bem avaliada.

Cabe destaque ao item transparência porque é um valor intrínseco e um difícil valor a ser buscado. Hoje, há convicção quanto à importância de buscar a transparência, o que nos encorajou, a todos da equipe Aneel. No quesito transparência, fomos avaliados pelo Idec com a nota 8,8. Isso é um estímulo para fazer melhor e progredir.

Transparência é uma palavra-chave e, inequivocamente, leva a uma maior eficiência, a um melhor controle social, portanto, ao aperfeiçoamento da regulação. Não são obviedades. Confesso que, no primeiro e segundo anos, isso estava longe de ser claro para nós das agências. Esses são valores burilados com a ajuda desta Casa do Congresso Nacional, da sociedade de forma diferenciada. Muito aprendemos não com facilidade, mas com suor. Temos crescido e, com isso, podido ir ao encontro do interesse público.

Há aqui alguns destaques sobre os quais não vou me deter, mas, para não falar só em tese: como a Aneel tem participação da sociedade? Esse é um campo ilimitado de progresso. A cada dia, pode-se crescer mais. Entendemos que cabe melhoria, sim, mas temos alguns golaços importantes de interesse da sociedade.

No que se refere a audiências públicas, temos percorrido o Brasil de norte a sul. Já fomos a Xanxerê; a Ceres, Goiás; Campo Grande; Fortaleza. Fomos desde pequenas cidades até grandes capitais, foram mais de 150 consultas e audiências públicas. Esse é um extraordinário processo de crescimento da cidadania e de discussão democrática.

Temos hoje um Código de Ética que foi feito com muito empenho. O **site** da Aneel é muito visitado. Como queremos a transparência, no **site**, pode-se acompanhar qualquer contrato de concessão. Quantas vezes somos cobrados? O contrato de concessão é uma caixa-preta? Em hipótese alguma: quem quiser obter a cópia de qualquer contrato de concessão assinado pela Aneel poderá tê-la, mas, antes disso, ele já está disponível no **site** da Aneel. Também é possível acompanhar processos da Aneel.

Tivemos também avaliação pública, comparativa com outros órgãos da administração pública, sobre o quesito de utilização da página da Internet – fora as fiscalizações que estão todas disponíveis lá.

Temos o Conselho de Consumidores, que é importante e representa uma inovação no setor de energia elétrica. Pode não ser a maior maravilha do mundo, mas ajuda a participação da sociedade. Cada distribuidora tem obrigação e lá funciona um Conselho de Consumidor, com representantes da classe rural, da classe de baixa renda, dos órgãos de defesa do consumidor, do Procon. Isso é extraordinariamente positivo. Precisa melhorar? Precisa, como tudo nesta vida, como a própria agência, mas, com certeza, esses são passos importantes de interesse público.

A descentralização é importante – vejo aqui meus companheiros de agências reguladas. Isso desencastela a função regulatória. Seria pura ilusão viver encastelado em Brasília. A Aneel tem treze parceiros regionais, treze agências estaduais conveniadas. Falaremos sobre isso mais à frente.

O resultado das nossas audiências públicas é extraordinário, mas cabe melhoria e aperfeiçoamento. Por exemplo, cada um que tenha se manifestado na audiência, cada entidade, cada indivíduo, cada cidadão, quando da emissão do produto final, precisa tomar ciência, saber se foi acolhido ou não, por que sim ou por que não. Estamos conseguindo agora chegar a esse produto, mas não ainda de forma generalizada e no tempo requerido. O ideal é que seja junto com a emissão daquela peça regulatória. Estamos caminhando nessa direção. Precisa ser obtido realmente esse avanço.

Quanto à visão federativa que norteia nossa atuação – a agência atua de norte a sul –, reparem nesse “azulzinho”; esse azul é que encoraja: são os 13 Estados conveniados com a Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, na descentralização. E é importante. Há no Sul, no Norte, no Centro-Oeste, no leste, tem no Nordeste. É extraordinário, vejam o conjunto de Estados. Tem sido uma defesa da cidadania extraordinária com esses parceiros.

Houve caso de um Estado em que com a atuação conjunta com a agência conveniada, houve uma determinada distribuidora que foi multada pela agência. Houve um processo, iniciamos um processo de caducidade da concessão. Poderia se reverter, mas, no final, a vida lá se transformou. Foi possível “botar nos eixos”, mas nem por isso deixou de ser multada em quase R\$7 milhões.

E o que é importante: toda vez que digo isso me perguntam se foi apenas multado ou se se recebeu mesmo, que é bom. Pois a distribuidora depositou, e essa nem em juízo foi, de tão inquestionável que foi a atuação naquele momento. É lógico que há outro caso em juízo.

Mas quando digo isso, achando que já respondi a uma questão importante, que pagar, que é bom, pagou, já percebi que há uma terceira questão: e esse dinheiro mesmo, para onde é que foi? Pois, por uma lei criada no Congresso Nacional, os recursos arrecadados das multas da agência vão para um fundo, para a Conta de Desenvolvimento Energético, CDE. De lá, eles têm a destinação da universalização e outros usos mais que são do interesse público e do interesse dos consumidores.

Quanto aos procedimentos, ao nosso processo de decisão, é importante que se diga como aprendemos nesse processo! Não temos uma decisão monocrática. A decisão na Aneel não é minha, não é uma decisão do Diretor-Geral. Sem favor nenhum, é uma decisão colegiada e que tem um rito: o fato de ser colegiada ainda não diz tudo. Necessariamente, nesse rito tem que haver o embasamento técnico e jurídico. Necessariamente, o Diretor tem que colocar quatro itens em seu relatório: dos fatos, da análise, do Direito – é um pequeno tribunal do Direito, que tem que mostrar quais os direitos que embasam aquela decisão – e do seu voto. O Diretor-Relator anuncia o seu voto, pois ele será debatido. Será um voto vencido ou um voto vencedor, pela maioria de três membros, necessariamente.

Agora, na ânsia de fazer melhor, de fazer a transparência, demos um passo extraordinário, Senador José Jorge e Senador Ney Suassuna. Qual o passo que penso que serve à sociedade? Essas decisões não são mais fechadas a quatro paredes. Essas decisões são públicas, as reuniões, deliberativas. Não estou me referindo a audiências públicas, a essas já me referi. Agora estou me referindo a reuniões deliberativas públicas da Diretoria, à tomada de decisões semarais. Agora são públicas. A partir do dia 3 de novembro elas tornaram-se públicas. A próxima será a sétima reunião ordinária deliberativa pública.

É como se fosse assim, num ambiente um pouco menor – cabem umas 40 pessoas –, qualquer pessoa

do povo pode ir lá assistir e acompanhar por que o Diretor votou daquela forma, quais foram os debates, quais foram as decisões dos outros Diretores e qual foi depois a decisão final, que é proclamada pelo presidente da reunião.

Mais do que isso, alguém pode dizer: “Puxa, mas o senhor está dizendo com tanto ânimo que até quarenta podem assistir, mas será que são tantas pessoas? Quarenta podem assistir? Não, quarenta, não; quarenta podem assistir localmente. Agora, via Internet já disponibilizamos, e pode ser assistido de qualquer lugar, por qualquer cidadão no Brasil ou no exterior. No Brasil ou no mundo, acompanham-se pela Internet nossas decisões. Hoje isso já é uma realidade. A partir da quinta reunião, já tornamos isso realidade.”

Pode também de novo não ser a melhor coisa do mundo, mas, como ajuda no campo da transparência, como isso tem exigido na preparação de nosso processo! A transparência não ocorre apenas no dia, na hora da decisão não; ela é o requisito adicional da instrução de nossos processos.

Eu me lembro quando, chegando à agência, no primeiro e segundo anos – vejo quem aqui ajudou tanto e que hoje está no Congresso Nacional: o Dr. Fausto –, como instruíram nosso processo; muitos de nós não tinham o viés da administração pública, a segurança jurídica, a transparência da instrução do processo. Isso está exigindo muito mais. Um erro, uma escorregada, uma falseada ou um equívoco num item da instrução do processo põe toda uma decisão de mérito a perder. Está se exigindo muito mais de nós a antecedência, a previsibilidade. Para tomar uma decisão na reunião de diretoria pública, tivemos sortear publicamente o diretor. Não foi um diretor escolhido por mim ou por quem quer que seja. O diretor-relator, sorteado publicamente, tem que disponibilizar o relatório quatro dias úteis antes da reunião pública, para quem queira participar via internet ou lá diretamente. Assim, a pessoa poder ter uma antevisão de como serão as discussões e as decisões.

Enfim, no campo de ações e resultados fomos segmentando nas quatro macrofunções da Aneel: regulação, fiscalização e outras. Na regulação, por exemplo – um tesouro, eu diria – menciono os direitos e deveres dos consumidores, criado em 2000. Revisamos um regulamento e o aprimoramos. Lá existem itens da maior importância na defesa da cidadania.

Quantos consumidores abrange o contrato de adesão? Veja como é importante: fizemos o contrato de adesão chegar a 46 milhões de domicílios, na cidade ou no campo. A distribuidora foi obrigada a entregá-lo. O que é esse contrato de adesão mesmo? É um resumo, um extrato dos direitos e deveres dos con-

sumidores. Já ouvimos testemunhos extraordinários de consumidores, gente simples, muita gente simples, muitos da zona rural, muitos nessas audiências públicas nos dizendo que, pela primeira vez, puderam, em duas páginas, os direitos. Eles nem sabiam que tinham os tais direitos como consumidor de energia elétrica! Então, o primeiro direito do consumidor de energia elétrica é conhecer os seus direitos, senão de nada valem esses direitos.

E, hoje, aos conhecê-los, tem para quem reclamar? Tem sim, vai lá reclamar para o Dr. Zervican, da Agência Reguladora de São Paulo, aqui para Aneel. Há também o 0800. Imaginem, no passado, pagava-se para reclamar quando se ligava para o número 196. Depois da Aneel, em todas as ligações é obrigação do distribuidor acrescentar na conta de cada consumidor o 0800 para as reclamações ou para os esclarecimentos cabíveis. Obviamente, o consumidor não paga para reclamar, o que seria um absurdo. Agora, é gratuito. Também não tenham a ilusão de que esse 0800 resolva todos os problemas do Brasil.

Mas eu mostro a seguir indicadores importantes dessa sua resposta.

Exigência de reabertura de postos de atendimento, um ponto delicado que já mencionei.

Um outro item importante, criado pela Aneel, foi o Iasc, Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. Foi uma inovação, porque é o consumidor quem avalia e dá uma nota. É a avaliação feita pelo consumidor, pois é ele que dá nota, repito. Cada uma das 64 distribuidoras do Brasil é avaliada uma vez por ano. Agora não apenas pela Aneel, temos lá a nossa forma de avaliar. Mas, além da avaliação técnica da Aneel, há uma avaliação pelo consumidor, que mede o grau de satisfação. E temos feito essa avaliação desde 2000 ininterruptamente. De 2000, 2001, 2003. A cada ano. E a Aneel também premia. Àquela que o consumidor deu a melhor nota a Aneel dá um prêmio, é o prêmio Iasc; a distribuidora é premiada porque teve a melhor avaliação pelo consumidor.

Além disso, essa avaliação é considerada no redutor do IGPM na revisão tarifária, para mais ou para menos. Esse é um item importante. Quer dizer, a nota do consumidor conta na tarifa, pesa até um ponto percentual na tarifa. Isso tem dado resultados muito importantes, pois desperta atenções novas nos distribuidores dessa prestação de serviço. Qual tem sido a nota? Numa escala de zero a cem, ela tem andado entre 63, 64. É lógico que há distribuidora abaixo da média. Vamos fiscalizá-la, pois temos um indicativo importante para tal. Outras estão acima da média. Parabéns para quem esteja acima da média.

No geral, o que diz a Aneel? Que precisa melhorar quem está na faixa de 63, 64. A Aneel entende que é regular e precisa melhorar. Assim, atuamos nesse campo para buscar esse progresso.

Definição das metas da universalização. Um desafio extraordinário, energia para quem não tem. Essa é a universalização; ainda que seja um serviço público mais abrangente no País, ainda que 95% dos domicílios, em torno de 95%, detenham o benefício. Isso é muito importante. Eu mesmo visitei, recentemente, países que têm um desafio extraordinário, estão muito longe disso. Mas é preciso mais; é preciso que já no novo século os 5% que não detêm esse benefício possam tê-lo. E o Brasil, como todos sabem, é um País gigante. Cinco por cento de muito é muita coisa; 5% do nosso muito dá 2,4 milhões de domicílios e lares que ainda não têm o benefício da energia elétrica. E daí esse esforço importante. Já em 2004, até o final do ano, cerca de dois mil Municípios atingirão 100% da universalização, todos ligados, no campo e na cidade. Mas o Brasil não tem dois mil Municípios; o Brasil tem cerca de 5.600 Municípios.

Então, precisamos avançar, e aí o programa Luz para todos, conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, para que, até 2008, todos na área rural possam ter o benefício da energia elétrica. É um desafio extraordinário: 100% na área rural: 2,4 milhões. Temos somado esforços nessa empreitada que é do maior interesse público para que isso se concretize até essa data. E a Aneel aperta, a Aneel fiscaliza, a Aneel acompanha e define essas metas.

Outros avanços importantes, o consumidor livre, aquele que pode escolher o seu fornecedor praticando, sempre seguindo a lei. As ações da Aneel derivam da lei. E a lei diz: “Acima de 3 megawatts, 69 KV, é livre.” Esse consumidor tem exercido essa condição e tem tido redução dos seus custos e, portanto, maior competitividade nos setores produtivos nacionais. E assim por diante. Há ações conjuntas com a ANP/Anatel, o compartilhamento da infra-estrutura, linha de transmissão, passagem de fibra óticas, e assim por diante.

Na qualidade do serviço. Esse é um item importante. Pergunta-se: sete anos? Sete anos voam, sete anos voaram. E o que ficou? Ficaram itens importantes do interesse público. Vejam este, por exemplo, melhorou a qualidade do serviço. E melhorou por quê? Porque a Aneel gosta ou é oportuno de eu dizer aqui hoje? Em absoluto! Melhorou porque medimos, melhorou porque fiscalizamos, melhorou porque as empresas estão tendo avanço nesse campo. Por isso, olhem só os dois indicadores: o FEC é a frequência das interrupções, o número de vezes em que se interrompe a energia por ano; e o DEC é a duração das interrupções.

Quantas horas por ano? Vejam que as duas curvas são decrescentes. O número de horas e o número de vezes em que se desliga a energia por ano tem tido progresso. Está no ideal? É o melhor dos mundos? Claro que não, mas cabe esforço, está numa rota importante, e nós buscamos realmente a continuidade dessa rota de melhoria.

Saúdo a presença da Senadora Ana Júlia. Muito obrigado pela sua presença.

Na sequência das ações e resultados, a compensação financeira e os **royalties**, tudo com base em lei; a lei criou. Mas como a Aneel faz a gestão esses recursos? Democratizou-se a gestão desses recursos, não depende de favor, nem sequer depende de intermediário, está dito aqui: dispensa. Vimos, quando chegamos, que havia o intermediário, pessoas que viviam nesse campo da intermediação. Não. É um direito da prefeitura. E estou me referindo a quase 600 Municípios do Brasil, mais de 10%. Em 21 Estados, eles arrecadam R\$1 bilhão por ano da compensação financeira.

Compensação financeira de que mesmo? Compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Os rios que estão sendo usados pelas hidrelétricas, cuja área alagada é rateada, proporcionalmente, a cada Município. Estou falando em um recurso que, em alguns Municípios, é o maior recurso arrecadado, é a maior rubrica de certos Municípios do País. Pois isso hoje está democratizado, está transparente, vai direto para a sua conta no Banco do Brasil. E agora será uma nova oportunidade no ano que vem, fazemos uma cartinha da parte da Aneel a esses cerca de 600 prefeitos quando assumem, dizendo que é seu direito, líquido e certo, depositado mensalmente naquela sua conta, dispensa intermediário e assim por diante.

Quantas ações sociais derivaram desse importante recurso? Obviamente, é auditada a aplicação desses recursos, não pela Aneel, mas pelo Tribunal de Contas. Quanto a ações e resultados e a municípios beneficiados, não vou me deter.

Ainda no meio rural, a classe rural também teve, derivados das ações da Aneel, benefícios importantes. Vejam só, numa ação regulatória nossa 120 mil consumidores rurais passaram a ser beneficiados pela tarifa rural, que é subsidiada. Já existia o subsídio rural. A tarifa rural já é subsidiada. A Aneel fez um enquadramento e permitiu mais 120 mil consumidores. Quais? Aqueles que viviam na área rural, viviam da atividade rural, mas não eram donos de uma propriedade ou de uma pequena propriedade rural. Indevidamente estavam fora; a Aneel os enquadraram, e hoje eles gozam desse desconto de 40%. E assim vai.

Por exemplo, a regulamentação das cooperativas. Isso era um conflito de meio século. Houve ampla discussão. Houve ação judicial impetrada pela distribuidora e pelas cooperativas, e se chegou a um entendimento. Há mais o que se fazer para que elas migrem para a condição de permissionária, mas já está sendo discutida em audiência pública um regulamento para que isso possa acontecer.

A tarifa da madrugada, que é uma tarifa incentivada, está regulada na zona rural.

O resfriamento do leite – isso aqui é recente – o leite comunitário, demos. Em virtude de uma comissão que atuou de forma importante aqui no Congresso Nacional, ele foi incluído também na classe rural – nada mais justo, nada mais óbvio – dando-se um subsídio importante. E assim por diante, houve ações nesse campo, nas quais não me detenho.

Estou falando de alguns pontos positivos. Falarei também de algumas dificuldades e citarei mais adiante problemas encontrados por nós, os desafios e as nossas dificuldades.

Tarifas.

A tarifa é um desafio permanente. Imaginem, reajustar a tarifa todo ano. Fazer as revisões tarifárias periódicas. Isso provoca quedas-de-braço, audiências públicas, ações judiciais, mas não temos impugnação na Justiça. Não temos.

Esse assunto tem avançado, e temos nos esforçados para sermos justos, naquela visão do equilíbrio. Não pode ser uma tarifa insuportável para o consumidor, mas também não pode quebrar o distribuidor, porque isso prejudicaria o consumidor.

Então, como ter uma razoabilidade, uma justeza para o consumidor, e, ao mesmo tempo, uma justa remuneração, que nunca pode ser abusiva para o investidor? Esse é o nosso desafio e temos buscado uma solução com transparência, com audiências públicas e com dificuldades. Além disso, vamos depois monitorar e fiscalizar o resultado.

Mostrarei um pouco mais adiante alguns aspectos da revisão tarifária periódica. Isso aqui foi um verdadeiro mutirão. Para os senhores verem, não temos uma distribuidora no Brasil; temos 64.

No ano passado foram 17 revisões. Era um momento nobre, era o momento de compartilhar o ganho de produtividade da distribuidora com o consumidor e não foi poesia, esse momento não foi poesia, esse momento não foi letra morta.

Só para se ter uma idéia, houve distribuidora que solicitou – e a lei obriga a que ela solicite, pleiteie formalmente o seu número na revisão tarifária e finalmente – 50 e recebeu quatro. Isso ocorreu porque

a Aneel foi dura? Porque a Aneel foi rigorosa? Não, entendemos que era justa.

Repito, Senadora, algumas distribuidoras pleitearam 50 formalmente, e a Aneel concedeu-lhes 4. Por quê? Porque entendíamos que 4 é que seria justo, 4 serviam à justa remuneração e, ao mesmo tempo, à modicidade tarifária. Mas isso tudo não tem sido fácil para nós. Tudo tem nos custado muito. Temos desagrado. Somos conscientes de que, ao desempenhar a função da Agência... Muitos têm sentido isso. Esse processo da revisão tarifária, ainda que provisoriamente, quanto à tal base de remuneração dos ativos, que é um grande item, não bastava a concessionária demonstrar no seu histórico contábil que os seus ativos eram tanto e que, portanto, cabia remunerá-los como um todo. Em absoluto! Qual desses ativos tinha eficiência na sua aplicação? Qual, efetivamente, se destinava ao objeto da concessão? Se ele assim não fosse não seria remunerado.

Então, a Aneel, com coragem – diria, porque exigiu coragem –, tinha de chegar a base de remuneração, ainda que provisoriamente, e dizer: seis bilhões não! Quatro! E reduzimos e revisamos isso em um segundo momento. Se ainda não tínhamos motivos suficientes para torná-la definitiva – quatro não; três e meio agora –, e isso sempre implicava no ajuste, mas buscando sermos justos. Não queremos remunerar os ativos só para menos, como pode parecer por essas experiências relatadas. É com respeito àquilo que seja justo, que tenha modicidade na tarifa e que tenha a justa remuneração em um nível que entendemos. Fizemos estudos para tanto; ou seja, o que é a justa remuneração para um serviço público essencial, que é a energia elétrica na distribuição? Contratamos universidades, consultoria nacional, internacional, e chegamos a um número. Não somos os donos da verdade. Discutimos muito – não é mesmo, Dr. César? – para chegarmos a esse número na Superintendência de Regulação Econômica.

A justa remuneração foi entendida como 11,26% para os serviços de distribuição de energia elétrica. É certa? É errada? É a melhor que podemos definir e entendemos que tem razoabilidade, é defensável, é consistente. É isso que remete e que é pano de fundo.

Quanto aos custos eficientes... Não reconhecemos tudo que uma distribuidora apresenta para nós, somente os custos operacionais eficientes. E isso tem causado uma queda de braço extraordinária, para servir ao interesse público e também para que ela não quebre, porque ela não pode quebrar.

E os investimentos prudentes? Enveredamos por cada campo da economia, a estrutura de capital, e assim por diante.

Revisão tarifária periódica. Representa quantas já fizemos, quantas estamos fazendo: 17 no ano passado, 27 neste ano. O que isso deu de resultado? Quando digo isso, me perguntam: qual foi o resultado? O resultado variou em uma faixa que foi de -4,1 (menos 4,1). Houve distribuidora que, naquele ano, da revisão tarifária periódica, o IGMP foi 10 ou foi 12, era legítimo, ela queria pelo menos o IGPM. Não teve 10, não teve 12, não teve 15, não teve 20. Teve -4. A tarifa foi reduzida. Acharmos que aquilo era justo. Pasmem alguns, mas achamos e está demonstrado em um trabalho, em uma nota técnica!

Houve outras em que o número foi 10, 20, 30, até 40. Não é fácil. É desafiador. Com isso conseguimos, com certeza, desagradar a importantes segmentos, a um importante número de agentes. Mas tentando dar transparência, também temos a esperança de sermos compreendidos, sermos entendidos. E o Congresso tem sido importante no papel de dar transparência a essas oportunidades.

Quanto à tarifa social de baixa renda, isso é uma luta. Privatizou ou não, assinou contrato de concessão, está preservada a tarifa social. Ela não acabou e não acabará. O Congresso Nacional fez agora ajustes nessa política tarifária de baixa renda. E já botamos isso em prática. Houve um aumento, porque antes era oito ou nove milhões de lares; hoje, são 17 milhões de lares em todo o Brasil. Isso significa que 25% dos domicílios residenciais são de baixa renda em nosso País. Eles estão aqui enquadrados. Alguns gozam de um benefício de até 65%. Até 80 quilowatts/hora/mês não é preciso demonstrar nada. A lei assim consignou: ele é um consumidor de baixa renda. De 80 a 220, há critérios. Quantas vezes fomos questionados a respeito desse critério? Por exemplo, o critério de até R\$100 **per capita** ou de estar cadastrado no Bolsa Família ou naquele programa de educação, o Bolsa-Escola.

Isso são critérios definidos em decreto que, neste momento, estão sendo reavaliados para que se consiga ter uma prática mais satisfatória do credenciamento desses consumidores de baixa renda. E por quê? Para quê? Para que nenhum consumidor de baixa renda que faça jus à tarifa social fique indevidamente fora desse benefício. Por isso já prorrogamos várias vezes esse enquadramento para que a justiça seja feita.

Na sequência, carga tributária. No nosso entendimento, ela está além da conta, está além da medida. As tarifas ficam indevidamente oneradas, pesadamente oneradas pelo peso da carga tributária. Só para se ter uma idéia, uma visão comparativa com outros países e em outros segmentos de preços públicos, gás de cozinha, telefonia e energia elétrica, com a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil. Na Inglaterra, pesa 5 a

carga tributária sobre a energia elétrica. No Brasil, 31. Quer dizer, efetivamente, acaba sendo mais do que isso, porque um dos tributos, o ICMS, como é por dentro, acaba refletindo mais. Aqui não estão os encargos. Efetivamente, são só impostos, tributos. Se colocarmos mais uns encargos... O que são encargos? São, por exemplo, a CCC, a RGR, criados todos em lei. CCC é um subsídio ao consumo de combustível fóssil. A RGR, a Reserva Global de Reversão, todos criados em lei, eu sei, mas todos pesam de forma significativa para o consumidor. Se colocarmos mais os encargos a que me referi irá para a casa dos 40%. É muito peso na conta do consumidor. Seria muito importante que, no bojo da reforma tributária, enfim, de um repensar em política, em diretriz, se pudesse rever e aliviar esse campo. Vejam agora aquele dilema importante, inclusive para o consumidor de baixa renda, em que, com a decisão do Confaz, algumas Secretarias de Fazenda Estadual – é uma prerrogativa dele cobrar ICMS, não é da Agência, obviamente – estão cobrando das pessoas de baixa renda. A Aneel já se manifestou formalmente sobre esse assunto perante os Secretários de Fazenda Estadual de forma escrita. A Aneel é absolutamente contra, entendemos que não cabe cobrar do consumidor de baixa renda essa tributação do ICMS. Do nosso ponto de vista, equivale a uma bitributação, porque ele é subsidiado e esse subsídio vem das contas chamadas CDE, Conta de Desenvolvimento Energético. E qual é a origem dos recursos da CDE? É da tarifa. Então, já foi tributado uma vez.

Portanto, até para que não parem dúvidas, fizemos isso formalmente e fizemos a quem de direito. Fizemos lá ao Secretário que nos consultou, Secretário de Fazenda do Fórum, Confaz, e, como é do nosso dever, demos conhecimento ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Fazenda, porque é um campo que extrapola a função da agência reguladora, mas não com omissão e sim com um posicionamento claro sobre isso. No dia de hoje, um companheiro nosso, diretor da Agência, dividindo-se em frentes... Estão aqui o Diretor Isaac Pinto Averbuch, o Dr. Paulo Pedrosa, o Diretor Eduardo Henrique Elery, mas não se encontra aqui o Diretor Jaconias de Aguiar. Ele está no Ceará para um debate, na Assembleia Legislativa, sobre essa questão tributária, ICMS na baixa renda. Alguns Estados isentaram, o que foi muito positivo. A Bahia é um caso, por exemplo. Pernambuco é outro caso. A evolução dos preços públicos é importante. Isso nós tiramos de dados de um relatório do TCU, relatado pelo Ministro Guilherme Palmeira, este ano, na prestação de contas do Governo Federal, analisando as várias esferas de atuação do Governo Federal e das Agências, inclusive. Então,

tiramos essas informações do seu relatório. Aachamos que são muito significativas, porque dão uma visão de evolução de preços públicos e tarifas nos dez anos do Plano Real. Isso vai de julho de 1994 a dezembro de 1993. Surpreendentemente para alguns, enquanto a inflação está em cerca de 138%, o gás canalizado em 214% – evolução em dez anos do Plano Real –, a energia elétrica está em 221%. E, além da energia, mais do que a energia, o que é que variou? Variaram a água e o esgoto, que são preços públicos, variaram os cartórios, as taxas cartoriais, no trabalho do TCU variaram em 230%, o item da telefonia, o cartão telefônico; os correios, 251%. A energia, 221%. Ônibus e metrô, importantes preços públicos, 255% e 306%. Aí, gás de botijão, 462; energia elétrica, 221.

Para nós, é importante que seja muito ou que seja pouco? Volto ao desafio da Agência: é importante que seja justo. É um desafio ser justo. É difícilimo para nós praticarmos isso, mas temos nos esforçado. Temos buscado suar a camisa para que se olhe a modicidade tarifária ao consumidor, que não passe da medida para o consumidor, preserve os descontos sociais ao consumidor, mas, ao mesmo tempo, não inviabilize, não quebre o distribuidor e que ele não tenha lucro abusivo. Portanto, na prática, no momento da revisão tarifária, podemos fazer o acerto de contas importante que a Aneel não tem hesitado em fazer.

Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

Quantos não acharam que isso acabaria no País? Mas, com a assinatura dos contratos de concessão, foi iniciativa da própria Aneel: reservamos 1% da receita do distribuidor para aplicar nesse importante campo. Hoje, 150 milhões são aplicados pelas distribuidoras, geradoras, em programas anuais fiscalizados e auditados pela Aneel. Não é a maior maravilha do mundo, não tenham ilusão quanto a isso, mas, com certeza, tem dado itens importantes à sociedade. Universidades do Brasil inteiro têm se manifestado. Temos recebido manifestações das universidades do Amazonas, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul. Recebi reitores de universidades satisfeitos, encorajados, alguns fazendo sugestões, críticas de como melhorar esse programa, mas, inquestionavelmente, convencidos da sua importância, porque a universidade está tendo uma oportunidade de interação com indústrias e concessionárias para participar de programas de eficiência e de pesquisa e desenvolvimento.

Cerca de 600 milhões foram aplicados, sendo que a metade dos recursos, agora já por um comando em lei, é de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Metade desses recursos é do Ministério de Ciência e Tecnologia; a outra metade é

das distribuidoras, sob supervisão da Aneel. Isso no campo da regulação.

Ações de fiscalização.

No campo da fiscalização, seguindo esse princípio, olhando sempre a questão do equilíbrio, de um lado, para que possa ter saúde financeira e prestar um serviço, mas, de outro, exigindo a melhoria da qualidade do serviço, vamos buscar na fiscalização subsídios importantes e práticas importantes.

Vamos às práticas.

A Aneel tem buscado fiscalizar 100% das distribuidoras. Isso não é vantagem, mas uma obrigação nossa. É bem verdade que o contingenciamento tem nos limitado, mas qual o resultado dessa fiscalização? Fiscaliza e vira o quê? Vira nada? Não. Temos 18 mil determinações em sete anos, 23 advertências, 323 multas aplicadas. Valores recolhidos em decorrência dessas multas são da ordem de 32 milhões. Obviamente tramita, ou em processo administrativo ou em processo judicial, um determinado número de processos de penalidade. Por quê? Porque estamos em um Estado de Direito democrático. Tem que se respeitar o devido direito de defesa, que, em instância final, a Aneel decide. O valor das multas vai para o Fundo de Desenvolvimento Energético, por exemplo, destinado à universalização.

Ouvidoria da Aneel.

A Ouvidoria da Aneel, de 2000 para cá, teve quase seis milhões de atendimentos na Ouvidoria. Em 2003, tivemos cerca de um milhão de ligações, atendimentos. E, o que é importante, isso diz respeito à cidadania. Quantas ligações são para esclarecimento de direitos de consumidor? Eu diria, Senador José Jorge, que 60% das ligações eram para reclamações; hoje, cerca de 95% são para obtenção de informações, esclarecimentos de seus direitos, busca de melhor cidadania, e 5% são reclamações. Esse percentual não é desprezível, não; 5% é um item importante. A Aneel se dedica a isso. Está aqui o superintendente, que trabalha duro nesse...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou lhe interromper um pouquinho José Mário. Concedo-lhe mais quinze minutos para terminar seu pronunciamento, se não V. S.^a vai até amanhã de manhã, porque tem muita coisa para dizer. E como, nós, Senadores, temos muitas outras comissões em que devemos atuar – há quatro comissões funcionando –, o senhor escolhe a parte mais importante, e o restante vai ficar publicado.

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO – Agradeço a firmeza e a generosidade do Presidente. Indo adiante – e adiante mesmo, Mesquita, acelera aí –, há a Central de Teleatendimento. Nós medimos o tempo; é importante que meçamos o tempo de atendimento

para ver se o consumidor não está tendo um castigo do outro lado da linha. Recebemos isso e buscamos processar a informação para ter respostas cada vez mais ágeis. Vejam que, em 96, resolveu-se em até 10 segundos. Quando ocorre de forma diferente, o problema está debitado na nossa conta de não-eficiência, e buscamos melhorar.

(Adiante.)

Isso é importante: a Aneel também media. E mediação tem sido um esforço extraordinário, uma prática nova, um aprendizado novo. E temos números para aferir a mediação: em 2003, do total de quase 1700 casos, encerramos 1500. Estão em análise 123, ou seja, não foi possível serem resolvidos, mas o percentual de casos resolvidos ultrapassa 90%. Quem gosta disso é o Judiciário. Todas as vezes que apresento esse quadro na reunião da Escola Nacional da Magistratura, vejo que os magistrados apreciam esse quadro. Por quê? Porque 1.500 casos, em 2003, não foram parar na Justiça. E alguns casos são bem complexos. São 1.500 casos que resolvemos na mediação administrativa da Aneel sem ir às barras dos tribunais.

(Adiante.)

Aqui alguns reconhecimentos da sociedade. Ao longo dos sete anos, a sociedade nos reconheceu publicamente. Fomos contemplados com alguns importantes prêmios, por exemplo, o Prêmio do Consumidor Moderno de Excelência na Categoria Serviços Públicos. Foram feitas auditorias importantes sobre o nosso trabalho, e fomos reconhecidos. Ganhamos também o Prêmio do Correio Braziliense. Uma enquête, que se realizou em 2003, deu à Aneel o primeiro lugar, em razão do site como serviço público na internet, aquele que dá mais acesso, mais transparência e mais facilidade. Isso foi importante. O Idec, a que já me referi, deu aquele primeiro lugar geral e o primeiro lugar entre as agências em 2004. Já fui surpreendido pela seguinte pergunta: “Qual foi a nota geral da Aneel quando teve o primeiro lugar pelo Idec em 2003?” Respondo: “A nota da Aneel foi 5,8.” Aí, dizem “Puxa, essa alegria toda por causa de 5,8 numa escala de 0 a 10?” “Digo ‘Ainda bem que o primeiro lugar foi apenas 5,8, porque como há o tal equilíbrio, não podemos estar nos extremos, nem 0 e nem 10 nesse campo.’ Esse é um dos desafios do regulador: tratar com equilíbrio, mas ser, na relativização, destacado, assim como fomos.

Na seqüência, as lições da crise.

Para não dizer apenas as coisas boas, vamos dizer as coisas difíceis: a crise de abastecimento, que o Senador José Jorge certamente não me deixaria esquecer e já a mencionou na sua fala inicial. E aí uma pergunta: A Aneel foi responsável pelo racionamento em 2001? Quantas vezes ouvi isso ou passamos por

esse questionamento! Absolutamente, não. Em 2001, a Aneel contava com pouco mais de três anos, e uma usina hidrelétrica sequer fica pronta nesse período. Leva-se de três a cinco anos para construir uma usina. E por que ocorreu o racionamento? Falta de investimento numa fase anterior à Aneel. E o baixo – bem baixo – regime hidrológico daquele ano. E outro motivo: um vácuo, uma lacuna importante. De 1988, data da Constituição Federal, até 1995, data da Lei 9074 e a Lei de Concessões, nenhuma nova concessão foi outorgada. Precisava-se que a lei fosse regulamentada. Nenhuma nova usina, nenhum novo plantio de concessão de nova hidrelétrica. Ia faltar colheita um ano. Se não se planta há sete anos – coincidentemente, sete anos também –, ia faltar colheita um dia, como faltou. A recuperação dos investimentos foi acelerada. E mostro isso a seguir.

(Adiante, por favor.)

Aqui, uma visão de investimento. No último quinquênio, entraram em operação – isso não é ilusão; são novas usinas, nova geração – 17 mil megawatts, o que dá um número, Senador José Jorge, de 3.740 megawatts/ano. Veja V. Ex^a, que é especialista não só em educação, mas também na área de energia, pois foi Ministro da área: o Brasil precisa de 3.000 mil megawatts novos por ano; nos últimos cinco anos, são 3.740 megawatts por ano, em um esforço importante de regular, licitar, mostrar transparência e colher o fruto em benefício da sociedade.

Da crise, importantes aprendizados foram tirados pela sociedade como um todo e pela Aneel, especificamente: a cultura do não-desperdício, o uso racional da energia e dos recursos hídricos, novos requisitos para a satisfação do consumidor, que se tornou, legitimamente, mais exigente. E isso foi muito bem compreendido e praticado.

Atração de investimentos.

Hoje, Senador – é importante lembrar –, há mais de mil agentes geradores. O Brasil já teve meia dúzia; cabia em duas mãos o número de geradores no País. Hoje, há mais de mil, que são fiscalizados. São 64 distribuidoras, 53 milhões de unidades consumidoras, 408 consumidores livres.

Os consumidores livres representam cerca de 80% do mercado da Região Nordeste. Há uma equivalência: algo próximo de 80% do que consome o Nordeste já é consumido por consumidores livres. Isso contribui, de forma importante, para a competitividade dos setores produtivos nacionais e para a geração de emprego. A indústria mais competitiva é a que gera emprego.

Sobre o MAE, posso dizer que a Aneel o colocou para funcionar. Em 2002, quando o Congresso, por lei,

disse que a Aneel passaria a fazer as regras do MAE, este conseguiu, pela primeira vez, contabilizar toda a sua história de vida que não estava contabilizada. E a liquidação deixamos para 2003, para que fosse submetida a uma criteriosa auditoria independente – que aconteceu, confirmando a precisão daquele resultado. Estou falando de milhões que vão além e passam para bilhões de reais, com o funcionamento.

Esse é o resultado dos leilões de transmissão, que têm servido à sociedade. Aqui, leilões de usina e leilões de linha de transmissão. Linha de transmissão é um negócio que, em nosso País, estava obstruído, represado. O País precisava de linha e não sabia como fazê-la. Qualquer agente que fizesse uma linha não era remunerado. Isso hoje está desobstruído; as linhas funcionam, e sem perversidade, Senador, porque, nos leilões de concessão de transmissão, nas rodovias elétricas, ganha concessão aquele que oferecer o menor pedágio para o consumidor; não é quem cobra mais, não é quem paga mais à União, mas quem cobra menos.

Aqui, um importante item de fiscalização, de transparência. Na página da Aneel na Internet, no dia 15 de cada mês, pode-se ver uma atualização de todas as usinas do Brasil, com o código de cores: quem é verde, quem é amarelo, quem é vermelho. As usinas que estão em verde serão implantadas na data contratada; as que estão em amarelo apresentam um sinal de alerta, sofrem riscos, tem restrições importantes; e as que estão com sinal vermelho têm gravíssimas restrições, não ficarão prontas, ou porque há uma impugnação judicial, ou porque há uma dificuldade ambiental na obtenção da licença, e assim por diante.

Ampliação da transmissão. Vejam que entraram em operação, em 2003, quase 5.000 quilômetros de linha de transmissão da rede básica. Esse é um dado concreto, fundamental.

Senador Antonio Carlos Valadares, isso atende diversos Estados do Brasil e está permitindo fortalecer – o que penso ser importante –, em termos de transmissão, caminhos novos para o Nordeste, a Região de V. Ex^a. Havia um caminho único; além das usinas locais do Rio São Francisco, só existia a interligação de Tucuruí. Hoje, há um caminho novo, que vai de Serra da Mesa para a Bahia. Licitemos, no mês que vem, um novo linhão, que vai de Colinas, no Tocantins, para São João, no Piauí, mais um caminho novo e importante de fortalecimento para o Nordeste. E assim por diante.

Eu não vou reprisar os benefícios. Mas, de forma resumida, quais foram os benefícios da regulação para os investidores? Foram legítimos, transparentes. E, na

seqüência, quais são os benefícios para os consumidores e a sociedade? Faço um resumo deles.

Fizemos um plano de consolidação da gestão 1997/2004, Senador, que fiz chegar às mãos de V. Ex^a hoje. É um balanço de sete anos: A Aneel em sete anos. É uma consolidação da gestão, o que foi feito em sete anos. Muitas coisas nós entendíamos. Começamos a fazer esse plano no começo deste ano, porque muitas ações da Aneel precisavam ser feitas neste ano e não tínhamos ainda conseguido fazer. Por exemplo, consolidar o Código de Ética; realizar o concurso público para ter a equipe definitiva da Aneel; as reuniões públicas da diretoria. Queríamos torná-las públicas neste ano; queríamos decidir. Não estou falando de audiência pública, e sim de reunião deliberativa pública da diretoria. Hoje nossas decisões são transmitidas pela internet e podem ser vistas no Brasil ou no mundo. Repito, as reuniões tanto podem ser presenciadas, como está sendo pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores neste momento, como podem ser vistas pela internet em qualquer lugar do Brasil ou do mundo.

Nós queríamos consolidar a gestão. Além de colocar as realizações, os desafios, as dificuldades em sete anos, queríamos que qualquer um que viesse a assumir a Aneel pudesse ter uma visão de futuro. Está aqui a visão de futuro: um plano de atividades para 2005 vai estar disponível, que a gestão atual entende indispensável para o próximo ano. É óbvio que pensar diferente é sempre bem-vindo. O importante é que, tendo uma visão retrospectiva e uma visão prospectiva do planejamento das atividades futuras, a nova gestão poderá introduzir uma reflexão e o aperfeiçoamento onde cabível.

Uma das dificuldades enfrentadas é essa do contingenciamento orçamentário, que a Aneel vem vivendo historicamente. Está aqui uma visão ano a ano de qual foi o grau de contingenciamento da Aneel: em 2001, fomos contingenciados em 0,38%; em 2002, 24%; em 2003 e 2004, 50%. Isso tem impactado os nossos trabalhos e mostro a seguir as repercussões.

O contingenciamento orçamentário e financeiro introduz, como consequência, uma redução da fiscalização da Agência, e somos cobrados por isso. Trinta e uma distribuidoras nós não fiscalizamos. E o painel de controle econômico-financeiro, uma iniciativa da Aneel elogiada pela própria auditoria do TCU, não pôde ser concluído. Por quê? Porque é a área do Dr. Romeu Rufino, que nos permite uma visão por antecipação de como será o desempenho econômico-financeiro das distribuidoras, para que atuemos por antecipação. Nós estamos patinando em sua consecução pela falta de recursos.

Com a ouvidoria reduzimos o celular. O regulamento do custo do déficit ainda não foi possível, sua prática foi adiada. E tudo isso impacta na eficiência da gestão do sistema elétrico.

Quanto à ampliação da descentralização, hoje 13 agências estão conveniadas conosco, mas é preciso mais. O Brasil tem 26 Estados e o Distrito Federal. Outros querem se conveniar conosco e precisamos fazê-lo. Minas Gerais acabou de sinalizar nesse sentido, assim como o Acre. Temos todo o interesse de conveniar com eles, mas não podemos passar a ilusão de um convênio e depois não dar a contrapartida dos recursos financeiros. Porque a Aneel não confere só atribuições, não entra só com boa intenção no convênio de descentralização. Entra também com recursos financeiros do nosso orçamento.

Isso foi para dar uma idéia do nosso desafio. O marco legal do setor elétrico é bastante segmentado. É importante que isso seja tornado claro e transparente. É diferente, por exemplo, do setor de telecomunicações, em que há uma lei geral e única de telecomunicações. No setor de energia, a legislação começa com a Constituição Federal. E difícil foi o ano em que não se editou uma nova lei, em que se fez necessária uma nova lei para complementar. Isso, para efeito do regulador, é um desafio extraordinário.

De 1995 a 1998, surgiu um novo modelo do setor elétrico, e mergulhamos na sua regulamentação. Em 2004, surge um novo modelo do setor elétrico brasileiro. Não cabe à Aneel esse julgamento. O julgamento é do Congresso Nacional e do Governo Federal. Foi aqui apreciado, foi aqui aprovado, mas quero dizer do esforço que representa a busca dessa regulação. Há países que não viveram um novo modelo do setor elétrico e enfrentam duras penas para fazer sua regulação. Imaginem, em um país que, em uma década, viveu dois grandes movimentos de reestruturação do setor elétrico, as dificuldades enfrentadas. Eu não gostaria de deixar de me referir também a elas.

Além disso, o quadro de pessoal é temporário. Isso é duríssimo. Estamos no sétimo ano de vida da Aneel e não temos uma equipe definitiva, não porque não quisemos. Lutamos por isso, mas somente agora podemos ter um comando em lei, com plano de carreira. Nesse fim de semana, dias 6 e 7, foi realizado o primeiro concurso público para a equipe definitiva da Aneel. Na verdade, esse foi o segundo. O primeiro foi realizado no ano 2000 – o Renato, aqui presente, é da Aneel e foi aprovado nesse concurso –, mas, infelizmente, houve uma impugnação no Supremo Tribunal Federal, não do concurso da Aneel, em absoluto, mas da lei que criava a carreira celetista no serviço público. Conseqüentemente, os primeiros funcionários públicos

da Aneel, que começariam a trabalhar em janeiro de 2001, tiveram essa concretização impedida.

Revisitamos o sonho, realizamos o concurso na semana passada e acreditamos que, muito em breve, em janeiro, teremos o primeiro grupo dos novos concursados da Aneel. Mas entendemos que temos desafios. Precisamos melhorar o plano de carreira da Agência. O salário aprovado teve progressos importantes – e, nesse ponto, o Senado Federal foi extraordinário, pois aprovou emendas importantes, melhorando o plano de carreira. Observem os senhores que nossa faixa de salário começa em cerca de R\$3 mil e chega – é importante a transparência – a pouco mais de R\$5 mil. Esse valor não é desprezível neste País. No entanto, embora sejam salários importantes, não são suficientes para reter um quadro digno de reguladores competentes para fazer frente a um mercado regulado. Não queremos ganhar o mesmo que se ganha no mercado regulado. O regulador não ganhará quatro vezes esse valor, como se ganha no mercado, mas tem que haver mais dignidade, senão não retemos os talentos. A Aneel tem perdido, de forma importante, pessoal para os regulados. Tem perdido muita gente, todos os dias.

O Projeto de Lei nº 3.337 não assegura a autonomia da Agência. Abordarei um pouco esse tema na sequência.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas: implantar a desverticalização, que é um comando, é lei. As empresas têm prazo até o final do ano e, depois, uma possibilidade de prorrogação por 18 meses. Já estamos antevendo que haverá uma dificuldade extraordinária, mas é importante colocar em prática.

O sinal locacional na rede básica é um desafio importante e já foi alvo de comentários e de pronunciamentos de Senadores. O Senador Delcídio Amaral já se manifestou sobre essa questão, como também o Senador Rodolpho Tourinho. Mas houve um ajuste em Decreto – com uma visão de diretriz do Ministério de Minas e Energia – a respeito do sinal locacional da transmissão. Estou falando de uma questão bastante técnica, mas é para se ter uma idéia de que não foi possível fazer uma aplicação direta da lei. Aguardam-se, então, diretrizes do MME para esse campo.

O regulador também passa – mencionei isso antes –, em menos de uma década, a regulamentar dois modelos. Isso é muito em qualquer país do mundo. Tudo o que se busca teve estabilidade no marco regulatório, e isso nós não temos, mas sobretudo por revisão de políticas e do modelo institucional.

Saúdo o Senador João Capiberibe, que nos honra com a sua presença.

O não-contingenciamento orçamentário e financeiro são recursos oriundos do consumidor, e entendemos que o Congresso pode nos ajudar de forma importante para que isso não ocorra, para que isso seja suspenso, porque trata-se do dinheiro do consumidor, que tem que ter a destinação própria, que é prestar aquele serviço que a Agência deveria prestar.

Quanto ao quadro de pessoal próprio, pensamos que a Lei nº 10.871 deve ser alterada para melhorar a faixa de salário. Fico à vontade em advogar. Não estou advogando em causa própria. Estou advogando, sim, por uma causa que é das agências, pois acreditamos fortemente na sua importância, e para aqueles que virão para a carreira de regulador.

Reduzir a assimetria de informações é um grande desafio. Nesse, não somos professores. De maneira alguma, somos professores. Reduzir a assimetria de informação, em outras palavras, é fazer com que o consumidor conheça melhor tudo o que se refere ao setor de energia, aos seus direitos, às audiências públicas.

Para dar um exemplo concreto, o que temos conseguido em audiência pública? Infelizmente, é um País heterogêneo. Já fomos em audiência pública em que havia 30 pessoas. Fomos em audiência pública da Aneel em que havia 500 pessoas. Mas, em qualquer caso – com 30 ou com 500 –, há assimetria, desnível de informação entre o que sabe o consumidor e o que sabe o agente, o investidor. É muito grande a diferença. Reduzir essa assimetria é um esforço. Tentamos algumas medidas, temos tentado, mas sinto que é um campo que precisa desenvolver muito mais.

Por exemplo, antes de cada revisão periódica de tarifa daquela audiência pública, temos convidado a vir a Brasília dois representantes do conselho de consumidor de cada distribuidora que passará na revisão. Ficamos com eles um dia, dois dias, com o superintendente da Aneel dando o maior número de informação possível. Temos chamado os sindicatos. Vários representantes sindicais têm participado conosco de discussões prévias, para que haja mais massa crítica de discussão nessas audiências, mas não tem sido fácil reduzir.

Agora, tratemos do PL, que é aquilo que V. Ex^a até me sinalizou no início da audiência – o aprimoramento do PL. Já participamos de diversas audiências públicas no Senado, na Câmara, na Confederação Nacional da Indústria, na Fiesp, onde temos enunciado nossas visões na busca de sermos construtivos. Cremos que melhorou bastante. A proposta do PL, no estágio em que se encontra, teve progressos importantes. O próprio encaminhamento e a própria exposição de motivos do Executivo, do Governo Federal, atestam, de forma

explícita, a importância das agências e a necessidade de fortalecê-las. Ahamos isso fundamental, mas é necessário que a essência da lei, o projeto de lei, reflita isso. Para tanto, é necessário assegurar a autonomia das agências reguladoras.

A autonomia é um ente de Estado. É fundamental o não-contingenciamento orçamentário-financeiro. O controle das agências deve ser efetivamente desempenhado pelo Congresso Nacional. É o legítimo espaço democrático para tanto. Esta Casa, como ninguém, pode e deve desempenhar esse papel. Como já disse, é com alegria que venho aqui no dia de hoje, consciente das dificuldades, dos problemas, mas sabedor de que este é o lugar mais legítimo para a prestação de contas.

Quanto à eliminação do contrato de gestão e à subordinação hierárquica que estão no projeto de lei, a agência não tem e não deve ter. Por que não ter o contrato de gestão? Em outras audiências de que participei, já fui questionado: mas a própria Aneel não tem o contrato de gestão? Eu digo: tem, mas não tem eficácia. A nossa experiência não o recomenda, porque ele foi assinado, pela primeira vez, em 1998. Assinamos o primeiro de contrato de gestão com o Ministério, e nunca mais. Nunca mais foi assinado. Então, ele não tem eficácia.

Existe também um trabalho sobre o contrato de gestão do Banco Mundial que recomenda que não seja feito para as agências reguladoras. Ele cita dois países do mundo que o adotam: Peru e Tanzânia. Mais ninguém. Mesmo nesses dois países, o contrato de gestão, por alguns outros motivos de cumprimento de lei, também não está em prática. Estará para nós?

Quero crer que ele fere também o princípio da autonomia, porque o contrato de gestão terá as metas e os recursos orçamentários da agência. Quem trata das tarefas, das metas e da receita, que é exatamente o orçamento da agência, teremos que chamar de chefe, pois haverá realmente uma subordinação hierárquica, o que não contribui para gerar confiança nos investidores. Não é ter autonomia para qualquer item de personalismo, mas ter autonomia para gerar neutralidade, independência, isonomia, continuidade. Portanto, inspirar confiança nas decisões e dar segurança jurídica para os investidores.

Entendo que a ouvidoria não deve ser descaracterizada, pois é importante que haja uma ouvidoria. É bem verdade que algumas agências ou entidades precisam ser uniformizadas. Creio que é um passo importante a busca da uniformização, mas é importante também a experiência dos sete anos de Ouvidoria da Aneel, da Anatel etc. Nesse campo, a ouvidoria serviu muito aos interesses do consumidor, como já disse.

Penso que não pode ser descaracterizada, não pode ser um fiscal dentro da agência, mas sim alguém que olhe para fora, veja as reclamações do consumidor e busque aperfeiçoamento.

Ainda dentro do campo dos desafios do regulador, entendemos que a redução da carga tributária, como mostrei antes, e dos encargos que chegam a 40% se faz indispensável, por ser muito pesado para o consumidor, gerando uma visão equivocada para ele.

Senador Delcídio, há pouco mostrei um trabalho do TCU sobre a evolução dos preços públicos nos dez anos do real e, no terceiro lugar, com 221 pontos percentuais de variação, estava a energia elétrica, variação inferior aos preços públicos dos Correios, de água e esgoto, de trem, de ônibus e de metrô.

Consideramos que a redução da carga tributária é parte do nosso desafio. Para nós não pode ser muito elevada pois fere a modicidade. Não serve ao consumidor uma tarifa elevada, mas também não pode ser desprezível a ponto de levar à quebra de uma distribuidora, o que também não serve ao interesse público. Esse é o tremendo desafio da busca do equilíbrio de que não somos professores, mas temos suado a camisa na sua busca. Assim, buscamos o reconhecimento da Aneel como instituição de Estado que atende ao interesse público.

O Ministério Público tem nos encorajado nesse sentido porque, ao tempo que nos questiona, também firmou convênio com a Aneel, o que nos encorajou. Devemos buscar como desafio a perenidade e o aperfeiçoamento institucional da agência. Não é uma instituição para quatro anos ou por mandato. É para ser perene, permanente como um órgão de Estado.

O plano de transição que montamos na Aneel favoreceu seu aperfeiçoamento, para quem venha a liderar a próxima gestão da Aneel: garantir o direito dos consumidores – essa é a essência do nosso papel –, mas, a um só tempo, velar pelo cumprimento das obrigações e direitos dos concessionários. É a chave do equilíbrio.

Para não me alongar, agradecendo ao Presidente José Jorge, finalizaria com esta mensagem: prestar contas à sociedade, mais que um dever, é uma crença da Aneel. É uma profunda crença, é uma certeza, fundada em arraigadas convicções democráticas que aprendemos, de que somos aprendizes, sobretudo, tendo como mestre o Congresso Nacional no fortalecimento dessas convicções e dessas práticas democráticas. Não temos a ilusão de que fizemos tudo. Creio que fizemos muito na defesa do interesse público, mas há muito por ser feito. Essa é uma convicção para a qual estaremos contribuindo com o plano de transição no sentido de

que novas reflexões e a busca do aperfeiçoamento possam ser introduzidas.

Prestar contas ao Congresso Nacional, como fazemos no dia de hoje, é nosso dever, que cumprimos com profunda crença e profundo gosto para com o princípio democrático da transparência e para com a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Agradecemos ao Dr. José Mário Abdo. Aproveitamos a oportunidade para nos congratular com V. S^a pelos sete anos de trabalho à frente da Aneel. Pude conviver de perto com esse trabalho quando fui Ministro de Minas e Energia. A palestra de V. S^a chama a atenção de todos nós Senadores para a importância das agências reguladoras. No Congresso Nacional, não temos outro caminho que não seja o de defender a autonomia das agências. Eu, aliás, já estava convencido disso antes da exposição do Dr. José Mário. Sempre falei sobre esse tema, mas estou mais convencido ainda de que, na realidade, as agências reguladoras são muito necessárias no sentido de ampliar nossas taxas de crescimento econômico.

Nesses últimos dias, li alguns artigos sobre por que alguns países crescem e outros não. Na verdade, o crescimento se dá em função, basicamente, de investimentos, capital físico, recursos humanos. Mas se verifica hoje que há um terceiro fator que é exatamente toda essa estrutura do Estado para que os investidores se sintam confiantes. Há países que crescem o dobro do outro só porque têm estrutura melhor. Os países do primeiro mundo, por exemplo, já têm estrutura estabilizada. Qualquer questão que se faça num país tem um efeito muito maior do que o que teria no efeito normal. No Brasil, nossas taxas de crescimento têm sido historicamente baixas – nos últimos dez anos. Não se vê muito perspectiva de crescimento mais amplo. Sem sombra de dúvida, além da falta de investimento de capital físico e recursos humanos, o ambiente ainda precisa melhorar muito. E as agências são fundamentais para a melhoria desse ambiente. Temos então de defendê-las não só eu, mas todos Senadores.

Eu teria algumas perguntas a fazer, mas, pelo adiantado da hora, como autor do requerimento, abrirei mão de fazê-las. Iria falar sobre o projeto de regulamentação das agências que está tramitando na Câmara. Teremos outras oportunidades porque o projeto irá tramitar no Senado. Normalmente, o Governo quer aprovar sem discutir, mas, desta vez, creio que conseguiremos discutir inclusive com a colaboração do futuro Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, para que possamos verificar todos esses aspectos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Não me consultaram.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não creio que será tão democrático assim. (Risos.)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Cedo o horário à Senadora Ana Júlia Carepa, que tem um compromisso imediato. Também tenho, mas S. Exª tem prioridade.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada. V. Exª é um cavalheiro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Fico muito feliz em conceder a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Senador Delcídio Amaral, não é nada contra, não, mas é porque eu ainda não sabia. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Isso será democraticamente discutido, e o melhor nome será indicado para a Liderança do PT.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Ainda não haviam me dito. E o problema é ficar sabendo pelo Senador José Jorge, do PFL. É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Nós sempre sabemos antes. (Risos.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Aliás, temos sabido muitas coisas, Senador José Jorge.

Eu gostaria apenas de fazer um registro nesta audiência pública. Parabenizo a Aneel por estar aqui prestando contas. Teremos oportunidade de discutir o tema.

Tenho uma visão contrária: o Congresso Nacional tem discutido bastante as leis. Tanto é verdade que foram aprovadas importantes reformas, como a Reforma Tributária, a Reforma da Previdência. O Senado reformulou muito a Reforma Tributária. O Senador José Jorge, como Relator da Reforma do Judiciário, é testemunha de que isso tem sido discutido profundamente. As leis têm sido bastante discutidas no Congresso Nacional.

Temos de melhorar, sim, as nossas agências. Quando elas foram criadas, na privatização, não foram adequadas, mas teremos oportunidade de continuar acompanhando.

Passado o período eleitoral, volto a presidir a Subcomissão de Controle e Fiscalização das Agências Reguladoras, que tem um papel muito importante. A autonomia é fundamental, mas no momento ela ultrapassou os limites de autonomia. Autonomia é uma coisa, diferente do poder constitucional que tem o Poder Público, que é o de concessão. Creio que são situações absolutamente diferenciadas. Mas julgo que

não é este talvez o momento mais adequado para discutir, porque ainda teremos essa oportunidade.

Na verdade, quero apenas parabenizar esta audiência e dizer que temos todo o interesse, sim, até porque sentimos o quanto o consumidor muitas vezes é o elo mais fraco dessa corrente. Essa é que é a verdade. E há muitas Agências estaduais que não cumprem esse papel de defesa do consumidor. São muito mais parceiras das distribuidoras do que defensoras do consumidor. Cito isso com exemplos de meu Estado, onde a Agência reguladora não tem nenhum papel de defender o consumidor, muito pelo contrário. Tanto que lá o reajuste na energia foi principalmente pelo aumento do ICMS. Houve um aumento grande, brutal do ICMS, um imposto estadual.

Então, creio que é preciso discutir essa questão do contrato de gestão. Discuto há muito tempo, inclusive como sindicalista, sobre contratos de gestão. Creio que não é nenhum bicho-se-sete-cabeças, se pudermos fazê-lo de forma mais adequada.

Quero deixar registrado que continuaremos atuando muito nessa matéria. E, quanto a esse desafio de reduzir a simetria de informações, creio que elas só têm condições de fazer isso se todos tiverem condições. E nesse ponto o Governo é fundamental, porque, se não houver condições, no Congresso Nacional e no Governo, de fazer com que cheguem as informações à população, à sociedade... E refiro-me também à própria imprensa e à sociedade civil, porque, se estas não cumprem o papel de ajudar a sociedade a ter informação até sobre o seu direito, a sociedade tem dificuldade até de cobrar esse direito.

Então, cumprimos esse papel, mas tenho certeza de que as Agências devem cumprir seu papel de autonomia, de regulação e de fiscalização. Esse é o papel principal das Agências reguladoras, principalmente de serviços, que são públicos, são concessões públicas exploradas por iniciativa privada, mas o interesse do consumidor continua em primeiro lugar.

Quando afirmo que o interesse do consumidor está em primeiro lugar, estou falando, é claro, que não é interesse do consumidor quebrar alguma empresa de energia elétrica, porque todos serão prejudicados. Então, estou falando de uma forma geral, mas também não pode só o consumidor pagar a conta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou fazer o seguinte: vou dar a palavra aos três, porque todos estão em reunião. O próximo inscrito era o Senador Antonio Carlos Valadares, mas S. Exª novamente gentilmente abriu mão.

Tem a palavra V. Exª, Senador e futuro líder.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares também pela oportunidade.

Em primeiro lugar, meu caríssimo Zé – se me permite chamá-lo assim –, quero registrar aqui que, nesse “Aneel 7 anos”, as fotografias mais bonitas de usinas hidrelétricas são de nossa querida Tucuruí. Creio que isso é uma homenagem a mim também, não é, Zé? Não só às pessoas que estão aqui, como Ana Júlia, nossa querida Senadora paraense, líder lá no Estado do Pará.

Ao mesmo tempo em que o cumprimento, Zé, quero cumprimentar nosso Eduardo Henrique Eltery, nosso Jaconias de Aguiar, nosso Paulo Jerônimo Bandeira, nosso Paulo Pedrosa – que viveu comigo lá em Tucuruí, quando estávamos colocando em operação as primeiras unidades da usina –, o Isaac Averbuch e também cumprimentar os diretores que já saíram, como é o caso do Luciano Pacheco, do Afonso Henriques Moreira Santos também.

Quero ainda dizer o seguinte, Zé: você é meu companheiro e meu amigo de muitos anos. Não vou lhe perguntar nada. Vou apenas confirmar algumas coisas, relatar algumas coisas de nossa história e, ao mesmo tempo, farei alguns comentários sobre aquilo que você apresentou aqui.

Primeiro ponto: conheço o José Mário, Sr. Presidente, há uns 20 anos mais ou menos, quando éramos engenheiros de prancheta, lado a lado, no antigo Departamento de Projetos Eletromecânicos da Elettronorte.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex.^a progrediu mais. É Senador, Líder do PT, e ele é um simples presidente de agência. (Risos.)

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Eu acompanho o Zé há muitos anos, toda a sua carreira de homem de bem, de homem competente, de homem honesto, de homem decente. Acompanhei até a sua indicação para a Agência Nacional de Energia Elétrica, à época, pelo então Ministro Raimundo Brito. O Zé Mário foi o primeiro diretor de agência com um desafio muito grande.

Peço desculpas por ter chegado agora. Hoje temos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos sobre as Parcerias Público-Privadas. Peço desculpas também em nome do ex-Ministro Tourinho, que também está na audiência. Pedi até para falar na frente, porque tenho um projeto que vai para plenário hoje em caráter de urgência.

Queria registrar rapidamente o teu trabalho. Você é um tremendo carregador de piano junto com tua equipe, com todos os teus técnicos da agência. Você pegou um modelo novo – nós somos daquela velha guarda do

setor elétrico estatal, depois pegamos um novo modelo em 98. Agora aprovamos novo modelo em 2003, novas mudanças especialmente no modelo do setor elétrico, projeto de que tive a honra de ser relator. Agora você enfrenta a questão da regulamentação.

É muito importante, Zé, registrar o teu trabalho, em função de todos esses desafios. Você citou o caso do sinal locacional, um ponto – numa linguagem um pouco mais técnica – que foi fundamental na discussão da reforma ou na discussão do novo modelo do setor elétrico, exatamente com o intuito de incentivar as fontes que estão mais próximas do centro de carga. Conheço toda essa história e o que efetivamente aconteceu para que isso não ocorresse. Esse assunto foi motivo de muitas discussões. É um pequeno exemplo do que você enfrentou ao longo de todos esses anos.

Um detalhe muito importante nesse trabalho todo que vocês desenvolveram são esses debates, essas discussões acaloradas com as distribuidoras, principalmente na busca dessa modicidade tarifária. Você trabalhou, enfrentou situações complicadas, há alguns anos com o ex-Ministro Tourinho e depois com o ex-Ministro e atual Senador José Jorge, aqui presente. Sempre teve uma preocupação muito grande com o consumidor, dando efetivamente essa conotação de preocupação com os consumidores. Eu sou prova disso.

Até fiquei meio zangado com você em algumas coisas que fez, mas achei que, como homem público, você fez o melhor e como alguém que tem uma responsabilidade grande, principalmente no comando de uma agência como a Agência Nacional de Energia Elétrica.

O Senador Antonio Carlos Valadares foi muito gentil comigo, mas quero apenas fazer alguns comentários sobre as agências, pegando carona no que o Presidente acabou de falar sobre as agências reguladoras. Estou muito preocupado com essa discussão e esse debate das agências reguladoras não só na Câmara, mas especialmente aqui no Senado. Uma agência reguladora tem que ter um quadro qualificado, um quadro com uma remuneração adequada. Uma agência reguladora não pode ter esse contingenciamento de recursos que a Aneel enfrentou, que a ANP enfrenta e que outras agências devem estar enfrentando também, como a ANA e outras que não vou citar.

Portanto, seus comentários são absolutamente pertinentes. Como disse o Presidente José Jorge, precisamos ter agências com autonomia que garantam a segurança, que garantam a estabilidade e que garantam a confiança para os investidores, principalmente numa área crucial no País, a área de energia.

Registro aqui as minhas preocupações, especificamente, com relação ao contrato de gestão, uma proposta que está compreendida nos projetos que tramitam hoje na Câmara, e, ao mesmo tempo, com relação à ouvidoria, uma vez que muitas agências já têm os seus respectivos ouvidores como um dos diretores.

Preocupo-me muito com esse conceito. Participei de vários debates, inclusive com o Banco Mundial e com entidades internacionais, que fizeram uma avaliação muito positiva do papel, especialmente da Agência Nacional de Energia Elétrica. Acredito – como disse o Presidente José Jorge – que vamos ter um debate intenso, especialmente aqui no Senado, até porque temos uma preocupação muito grande: evitar que se levem as agências a um retrocesso, o que é inadmissível para um País que precisa de investimentos.

Estou saindo agora de um debate amplo sobre as Parcerias Público-Privadas. Nesse debate, falamos da Lei nº 8.666, sobre as licitações, da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o ponto crucial são regras estáveis. É um arcabouço regulatório estável, porque, se não, não adianta nada um discurso de Parceria Público-Privada se ninguém tem tranquilidade dentro de um cenário de competição e de busca de motricidade tarifária, de energia abundante, que sei que sempre foi o trabalho que você desenvolveu.

Para encerrar, José Mário, desejo a você muito sucesso, sucesso que você sempre teve na vida. E digo a você que nós, aqui no Senado, estamos à sua disposição, estamos à disposição da sua diretoria também.

Quero cumprimentá-lo pelo excelente trabalho prestado, não só na Aneel, para o Governo, mas para o País todo, para os consumidores.

Tenho absoluta certeza que Deus vai te iluminar nesses próximos passos, nessas próximas caminhadas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, último orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. José Mário, Diretor-Geral da Aneel; Sr. Presidente, Senador José Jorge, inegavelmente, reconhecemos a importância da Aneel na configuração desse novo modelo que foi proporcionado no Governo anterior, novo modelo energético, em que o caráter público, com a introdução da Aneel, jamais deixou de existir, porque a apuração de responsabilidade das distribuidoras ficou a cargo da Aneel, como também a fiscalização de obras, de usinas, de linhas de transmissão, o monitoramento dos índices de prestação de serviço. Tudo isso representa uma garantia para o

consumidor brasileiro, o que vem sendo exercido com muita competência, com muito empenho e com muita responsabilidade pela Agência.

Gostaria de fazer algumas perguntas, principalmente no que se refere à produção ou ao surgimento de novas usinas. Sabemos que o Brasil tem um potencial de 260 mil megawatts, conforme V. S^a divulgou no seu relatório e que apenas 31% desse potencial foi utilizado até o presente momento. Nesses últimos anos, foram instaladas, aproximadamente, digo melhor, foram outorgadas 48 usinas pela Aneel, compondo mais ou menos um potencial 12 mil megawatts, ou seja, menos de 5% do potencial que temos.

Primeira pergunta: por que desse potencial hidráulico do nosso País, nesses últimos sete anos, foram utilizados apenas, em matéria de outorga, 5%, enquanto, no setor das termoeletricas, foram outorgadas para construção 328 usinas compondo uma potência de mais ou menos 34 mil MW? Por que essa dicotomia?

Parece que, nesses anos, a prioridade foi a construção de termoeletrica, enquanto a construção de usinas hidráulicas foi deixada em segundo plano. Será que isso ocorreu por causa da crise econômica que se abateu sobre o Brasil ou por desconfiança dos investidores no setor de construção de usinas hidrelétricas? Ou, ainda, a falta de incentivo para que essa aceleração pudesse acontecer, diminuindo, então, essa diferença entre o potencial de energia elétrica de que dispomos e aquilo que foi utilizado até o presente momento?

O senhor se referiu à energia eólica. Essa também é uma fonte de preocupação da agência, mas não vi nenhuma referência à energia solar. Sabemos que a energia solar, principalmente na Região Nordeste, onde o sol predomina o tempo todo, é uma energia limpa, relativamente barata. Não é tão barata como se pensa porque a instalação dela custa um pouco de dinheiro, o custo aumenta por causa da instalação, mas é uma energia pura que não agride o meio ambiente. O que poderia ser feito para aceleração, principalmente no Norte e no Nordeste, da aplicação da energia solar para o consumidor, principalmente o da zona rural? Segundo dados fornecidos por V. S^a, pelo menos 12 milhões de brasileiros não têm acesso à energia elétrica, isso mais de perto atingindo a zona rural, o Norte e o Nordeste do Brasil que são as Regiões mais pobres.

Faço essas perguntas para finalizar minha participação. Apesar de haver me posicionado contra a privatização das distribuidoras de energia elétrica, posso aquilatar o seguinte: apesar de o preço oferecido, a meu ver, não ter sido condizente com o patrimônio das distribuidoras, penso que, pelo menos no que se refere a Sergipe, a distribuidora que ganhou lá, que

comprou a Energipe, vem funcionando a contento. As reclamações não têm sido tão intensas quanto esperávamos, o que pressupõe não só a responsabilidade da empresa como também a presença marcante da Aneel fiscalizando, sugerindo, participando e contribuindo para a modernização do sistema elétrico em todo o Brasil.

Eu gostaria, então, de reconhecer o trabalho da Aneel, desejando que ele seja continuado com aquilo que o senhor edificou até agora, durante os sete anos que está nessa Agência. Esperamos que continue nesse mesmo passo, com esse mesmo empenho, recebendo os aplausos e o respeito da sociedade brasileira e de todos os partidos políticos, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos.

Vou passar a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, que chegou agora – S. Ex^a está vindo de outra comissão –, para que também possa se manifestar. S. Ex^a conhece bem o trabalho de José Mário, porque também foi Ministro de Minas e Energia, e, portanto, compreende o que ele falou aqui. Não é problema o fato de ter chegado agora.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura; meu caro José Mário Abdo, Diretor-Geral da Aneel, não cheguei aqui antes, porque estava na comissão que trata dos PPPs e na qual era o primeiro inscrito. Só consegui me liberar agora.

Pelo que sei a respeito de V. S^a, tenho certeza de que tudo que V. S^a afirmou aqui é verdadeiro, foi feito com dedicação. Eu o conheço bem.

Acompanhei desde o começo a implementação de uma agência reguladora de energia elétrica no País, sobretudo da Aneel porque ela começou tardiamente. Quer dizer, foi feita a privatização da área de distribuição, para depois ser criada a agência de energia elétrica, o que evidentemente foi um problema muito sério e que realmente não contribuiu em nada para o desenvolvimento normal de todo sistema elétrico brasileiro. Mas, afinal, foi um desafio vencido por V. S^a.

Ao longo desses anos todos de contato, tivemos divergências e construímos muita coisa junto. Mas nunca foi impossível contornar essas divergências, que se referiam ao preço do gás, das autorizações das termelétricas. Divergíamos muito mais até pela forma como a própria Aneel tinha sido concebida, não por V. S^a, mas dentro da própria estrutura dela, com um poder demasiado para os seus próprios superintendentes, o que, no fundo, poderia trazer, como trouxe, alguns problemas.

Atesto aqui tudo aquilo que foi feito e tudo aquilo que foi bem feito por V. S^a. Acho que me cabe fazer isso neste momento importante, em que V. S^a traz aqui no seu relatório as principais realizações e os principais desafios da Aneel ao longo desses 7 anos.

No decorrer desse tempo, sempre contei com a amizade e as melhores provas do caráter de V. S^a. Também faço questão de dizer isso publicamente, e é muito importante que seja dessa forma, uma vez que V. S^a praticamente encerra o seu período à frente da Aneel.

Penso que, neste momento, precisaríamos simplificar um pouco aquilo que está sendo discutido em relação à lei das agências reguladoras. Creio que o Governo exigir um contrato de gestão não faz o menos sentido – refiro-me aqui à Aneel referindo-me a todas as outras. Mesmo porque a Aneel tem um contrato como o Ministério que nunca funcionou, de lado a lado também nunca foi cobrado. Esse contrato previsto no projeto que está na Câmara vai tirar a independência da Aneel, vai quebrar ou reduzir a sua autonomia financeira porque ela prevê penalidades. Acho que não é por aí e, na medida em que o Governo retirar essa questão e também a questão do ouvidor independente... Não tem nenhum sentido esse ouvidor independente, uma vez que a Aneel tem seu próprio ouvidor, que deve se reportar ao diretor-geral da Aneel e não ao Ministro.

Divergimos em relação a um único ponto: o das concessões. Seria longo recordar todo esse processo, mas penso que a concessão deve, efetivamente, ser do Ministério e implementada pela agência, na medida em que o Governo possa efetivamente traçar uma política. Esse, aliás, é um assunto que já foi discutido desde o começo da fundação da Aneel, porque se dizia na época – eu não estava lá – era que quem fixava tarifa, quem regulava, quem fiscalizava não deveria também dar a concessão. Esse era um ponto de discussão que eu hoje tenho Enfim, em relação a esse ponto, eu concordaria hoje com o Ministério, concordando inclusive com o Banco Mundial também, em relação a essas duas outras questões, do ouvidor e do contrato.

No meu entendimento estaria pronto o projeto das agências reguladoras. O Governo falou muito mal de vocês todos no começo – essa que é a verdade –, tornando o ambiente regulatório ruim. Precisamos hoje criar o marco regulatório, com esses três pontos a que me referi, mas também retomar um ambiente regulatório melhor, ambiente este em que se pressupõe não se falar mal, o que acredito já acontece, porque já há um outro entendimento do Governo sobre as agências reguladoras.

Ainda persistem algumas coisas pequenas ou não tão pequenas como o sinal locacional na transmissão, o que me parece absolutamente essencial. Por quê? Porque foi um item votado aqui, no Senado; foi objeto de um acordo. A emenda era de minha autoria, em relação a se ter o sinal locacional, e, depois, a Aneel também não levou isso adiante por interferência do Ministério, não pela Aneel, que editou um projeto de lei que não me parece legal.

Eu reduziria, se pudesse – e gostaria de fazê-lo – as minhas observações, José Mário, a essas coisas tão simples que mencionei, como esses cinco pontos; e mais um acordo das energias nova e velha que também não foi cumprido pelo Governo, mas que deveria ser, porque foi feito aqui, no Senado. Isso possibilitou, Senador José Jorge, que praticamente votássemos a reforma do sistema elétrico por consenso, e não no bate-chapa no Senado.

Eu gostaria de mencionar esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Esse último ponto não pela Aneel, não?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não, isso não é pela Aneel, é Governo. Aí temos que separar Governo de agência.

Era isso o que eu queria dizer e também lhe desejar felicidades.

Só uma pergunta, se teríamos chegado a essa solução do sinal locacional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão. Terei que me retirar e como eu gostaria de ouvir as respostas, sugeriria que V. S^a começasse pelas respostas dos Senadores que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou passar a palavra ao Dr. José Mário, pedindo que seja o mais breve possível e que atenda ao pleito do Senador Valadares, começando pela resposta às perguntas de V. Ex^a, que são questões mais técnicas.

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO – Eu começaria, com a permissão do Presidente José Jorge, respondendo às perguntas do Senador José Jorge, até para estar à altura de tanta gentileza de V. Ex^a, que já concedeu a vez para a fala.

Sobre o primeiro ponto, Senador Antonio Carlos, quando V. Ex^a mencionou as usinas hidrelétricas e as termoeletricas, eu diria o seguinte: há alguns fatores que levam a uma situação que hoje está sendo encaminhada. A formulação da política energética, ou seja, se o incentivo na matriz energética vai ser mais direcionado para a usina hidrelétrica ou para a termoeletrica. Se, para a termoeletrica, será derivado de combustível fóssil ou, por exemplo, do bagaço de cana ou da origem de co-geração, que é uma forma

mais eficiente. Se o incentivo na matriz energética é para as fontes de geração eólica ou para solar, isso extrapola realmente o papel da Agência.

Agora mesmo o Governo deu um passo importante, aprovou, numa lei, o Proinfa, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia. E, lá, foram contemplados 3.300 megawatts, número que não é desprezível, é representativo, contemplando as pequenas centrais hidrelétricas, as de menos de 30 megawatts, contemplando a biomassa. Então, lá, entra a partir do bagaço de cana ou de resíduos de arroz ou de madeira; e as eólicas, que encontraram ali um incentivo importante. Esse número foi dividido, proporcionalmente, em cerca de 1.100 megawatts para cada uma dessas fontes.

Isso representa, sem dúvida, um estímulo importante. O Brasil tem hoje 22 megawatts, só para terem uma idéia, instalados de eólica. Portanto, o salto desses 1.000 será representativo. É um programa que está em marcha e, certamente, representará um impulso importante, de acordo com a preocupação de V. Ex^a, que me foi possível depreender, de estímulo ou de reforço às fontes alternativas.

É bem verdade que a energia solar não está ali contemplada, o que também é uma preocupação de V. Ex^a. Foi distribuída entre essas três fontes que mencionei e não pela fonte solar. Isso não significa que ela esteja de todo desprezada, pois ela está em outros programas de Governo. Há um programa – os Senadores José Jorge e Rodolpho Tourinho, ex-Ministros de Minas e Energia, conhecem bem, porque é um programa liderado pelo próprio Ministério de Minas e Energia –, chamado Prodeem, de desenvolvimento energético dos Municípios, que tem tido esforços importantes mas também tem encontrado dificuldades para avançar. Ele estimula pequenas fontes para atender residências isoladas, um posto de atendimento de saúde isolado, uma escola isolada. Ele tem feito isso basicamente utilizando a energia solar fotovoltaica. Isso tem dado resultados interessantes e importantes.

Há um outro programa no campo da energia solar, que é de maior dimensão e maior capacidade. Já não estou falando mais somente na fotovoltaica solar, que é para uma residência, para uma escola. Nesse outro, existe algum trabalho, mas não é tão recente. Foi feito um inventário. Assim como se fez um inventário hidrelétrico de uma bacia hidrográfica, que revelou aqueles números que V. Ex^a enunciou do fantástico potencial hidrelétrico do nosso País, no campo da energia solar foi feito um inventário da potencialidade da energia solar na região amazônica. O trabalho foi realizado por uma empresa alemã e por uma empresa do Grupo Eletrobrás, a Eletronorte. Foram identificados

alguns potenciais em alguns locais da Região Norte. Existia algum esforço de um protótipo, que acabou não prosperando.

É uma tecnologia que, no mundo, passa por aquele caminho que V. Ex^a também apontou. Ela tem uma excelente atratividade do ponto de vista da variável ambiental, mas, por outro lado, no que diz respeito à sua competitividade e aos seus custos, ainda encontra dificuldades na sua viabilização na mais alta escala.

Um outro ponto que também pesa na constatação de V. Ex^a do porquê de, nos últimos anos, proporcionalmente, terem crescido os projetos na área termoeletrica e não na área hidrelétrica é o fato de haver uma outra visão estratégica de Governo – o Senador Rodolpho Tourinho vivenciou isso de perto, até liderando, num certo momento, num pensar estratégico com a política energética.

As fontes hidrelétricas, indiscutivelmente, são a grande vocação do nosso País como fonte de geração; é um privilégio, obviamente respeitada a variável ambiental, que sempre é possível de se respeitar. As viabilidades técnica, econômica e ambiental têm de se harmonizar, devendo ser harmonizadas com mais agilidade. Há importantes usinas, que aqui mostrei, que encontram dificuldades hoje na sua viabilização, ainda que licitada a sua concessão, porque têm restrições ambientais, dificuldades de obtenção de licença. Tem se movido um esforço importante, no Ministério de Minas Energia, junto com o Ministério do Meio Ambiente, na busca da superação dessas questões ambientais, que passam não somente por áreas técnicas, como, por exemplo, Ibama e órgãos licenciadores ambientais dos Estados, mas também pelo Ministério Público. Buscou-se uma articulação também com o Ministério Público, porque muitas obras têm embargo, depois, com ações dessa natureza empreendidas pelo Ministério Público.

Pesa também – é mais uma variável, estou enumerando algumas delas – o fato de que, em dez anos, passamos pelo novo modelo do setor elétrico – a introdução do novo modelo foi entre 1995 e 1998 – e, num curto espaço de tempo, estamos vivendo o novíssimo modelo, pois, em 2004, já há uma mudança. Então, esse número de leis e essa expectativa de um novo modelo – que ficou um ano sendo debatido e, finalmente, foi aprovado – levaram a uma expectativa importante de investidores. Isso fez com que, nos dois últimos anos – o que eu também sinalizei, mas não pude me deter, eu não destaquei isso em palavras, mas estava na apresentação que, em 2003 e 2004, não houve nenhuma licitação de nova concessão. Quer dizer, a Aneel não licitou e exatamente porque não teve essa aprovação no CND – Conselho Nacional de Desestatização, que

tem de aprovar previamente e dizer para a Aneel que a concessão de determinadas usinas estão disponíveis para serem licitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Criou-se uma nova transição?

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO – É verdade. E isso trará uma preocupação importante, porque são dois anos sem novas usinas a serem licitadas. Não se plantou uma nova concessão nos últimos dois anos de uma grande hidrelétrica ou de uma hidrelétrica acima de 30. É lógico que nesse tempo a Aneel concedeu várias outorgas de menos de 30 para hidrelétrica e várias outras fontes térmicas, daí um encaminhamento maior para essas usinas termoeletricas, eólicas, PCHs, menos para as hidrelétricas nesses dois anos. Nós agimos. Nesse sentido fizemos diversas interações com o Ministério, não só de maneira indireta, mas aprendendo, depois, com racionamento, formalizando.

A Aneel fez formalmente, mais de uma vez, essa manifestação perante o Ministério, entendendo da importância de se definir o que se teria de definir; que se concluísse o modelo, ainda que isso envolvesse outros agentes nessa discussão, como Congresso Nacional. Mas que isso pudesse ser concluído para que novas concessões de hidrelétricas pudessem ser leiloadas, para que o Brasil não tenha novas preocupações em 2008 ou adiante, porque não se plantaram novas concessões. (Pausa.)

Passando às manifestações do Ministro Rodolpho Tourinho, eu diria que, imaginando a presença de V. Ex^a aqui e que não haveria jamais omissão, o que não seria do seu perfil, V. Ex^a abordaria o sinal locacional em relação à transmissão. Eu fiz questão de abordar e a incluí formalmente em minha fala esse ponto, em respeito à atuação de V. Ex^a à frente do setor elétrico, particularmente esse, mas também porque foi uma questão desafiadora e mais um dos desafios com que a Aneel se depara.

Veja, aprendendo também com a formalidade, quando havia um comando em lei e víamos uma sinalização do Ministério, formalizando para a Aneel, mediante um ofício, nos posicionamos, entendendo que isso era uma forma própria, adequada, já que existia uma manifestação explícita em lei, para esse sentido.

O Ministério entendeu e incluiu, como é do conhecimento de V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, em um decreto que estará oferecendo diretrizes para a Aneel sobre a aplicação do sinal locacional.

Portanto, concretamente, respondendo à questão de V. Ex^a – e isso eu havia dito –, o que eu não disse que V. Ex^a demandou e direi agora, é em que posição se encontra o assunto. Encontra-se em um decreto dizendo que serão definidas diretrizes pelo Ministério,

que ainda não foram. Portanto, a questão ainda não teve o seu desdobramento prático de incorporação do que seja de direito em um regulamento da Aneel.

Senador Rodolpho Tourinho, no que diz respeito a outras referências de V. Ex^a, eu agradeço. São frutos de um convívio, e não nos conhecíamos antes, como eu também não conhecia vários dos senhores: eu não conhecia o Senador José Jorge; não conhecia o Ministro Raimundo Brito, que, um dia, em confiança, fez-me o convite também para estar lá à frente. Não nos conhecíamos – nos encontramos em quatro reuniões, se muito. Pude conviver em momentos difíceis com o Ministro Tourinho, sempre em questões muito desafiadoras; com o Ministro José Jorge em momentos delicadíssimos do racionamento; com o Ministro Tourinho naquele programa do PPT, das térmicas emergenciais. E em tantas outras situações desafiadoras do setor elétrico.

É uma Comissão muito especial, Senador, porque, primeiramente, sempre há o respeito que um Senador da República merece; e, segundo, porque há, entre os senhores, três ex-ministros das Minas e Energia: José Jorge, Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral, que foi também foi, por um tempo, Ministro das Minas e Energia. Esse é o desafio. Quero dizer que foi nessa lida, na dureza dessas discussões, em momentos que exigiram muito de cada um de nós, mas sempre na busca do interesse público, que firmei convicções de respeito e consideração à figura de V. Ex^{as} – Ministro Tourinho, Ministro José Jorge e Ministro Delcídio – a ponto de ficarem, assim, um extraordinário respeito, uma extraordinária consideração e uma amizade até, eu diria, fundada em princípios dos quais me regozijo, como disse V. Ex^a. Sei como V. Ex^a é firme e duro a respeito de certas posições e falar em prova de caráter é importante e nos encoraja nessa lida com a administração pública.

Muito obrigado.

Fui muito breve, como queria o Presidente José Jorge. S. Ex^a vai dizer-me: “Nem tanto!”.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu gostaria de dizer, também, que durante o período em que fui Ministro e também depois, como Senador, tenho acompanhado a atuação da Aneel e do seu Presidente, dos seus diretores, dos seus funcionários. Na realidade, creio que um grande serviço foi feito para o Brasil.

V. S^a está de parabéns, bem como diretores e funcionários. Creio que não devemos baixar nossa cabeça. Os Governos passam, mas o Brasil fica. Vamos lutar, no Senado, para que essa questão do modelo da regulação das agências, da lei que vai regulamentar o funcionamento das agências, seja feita não para o Governo do PT, do PFL ou do PMDB, mas para o

Brasil. Já temos uma experiência de sete anos com agências, temos experiências também com outras agências. Não há por que fazermos nada errado se temos convicção do que é certo.

Quero parabenizar V. S^a. Creio que essa audiência foi muito importante porque mostrou ao Brasil – e tudo passará na TV Senado, tudo ficará gravado – que, na realidade, fez-se muita coisa, mas há muito o que fazer.

V. S^a transformou-se, depois desses sete anos na Aneel, em um dos maiores especialistas em energia elétrica do Brasil. Sem dúvida, tínhamos pouca gente que entendia desse modelo. Na verdade, a maioria das pessoas do setor elétrico vinha de um modelo completamente estatal, para o qual não havia a questão da formação de preços, que hoje é a mais importante. V. S^a transformou-se em um dos maiores especialistas em energia elétrica do Brasil e, pelo que vejo, vai ficar desempregado. Então, eu gostaria, aproveitando o final desta reunião, de oferecer os serviços de V. S^a a tantas empresas que precisam de um bom profissional.

Muito obrigado. V. S^a vai ganhar um grande salário, certamente maior do que o do Senador Delcídio Amaral, que vai ser líder do PT.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h50min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização E Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de novembro de 2004, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia dez de novembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores AELTON FREITAS, IDELI SALVATTI, SIBÁ MACHADO, ANTONIO CARLOS VALADARES, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e JORGE BORNHAUSEN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Aviso nº 20, de 1999, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 135, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, relativa

auditoria realizada em obras sob a responsabilidade da Cia. Docas do Estado de São Paulo – CODESP” (TC nº 700.280/97-9); Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL; Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Item 2) Aviso nº 167, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação” (TC nº 006.073/2000-4); Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL; Parecer: Solicita informações ao TCU bem como a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação. Resultado: Adiado. Extra-Pauta, é apresentado o Requerimento nº 25/2004-CFC, que “requerem, com fulcro no art. 49, inciso X, da Constituição Federal e nos arts. 73 e 102-A, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Subcomissão temporária com vistas a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”; Autores: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES e Senadoras ANA JÚLIA CAREPA e IDELI SALVATTI; Resultado: Aprovado. Na fase de discussão, usa da palavra a Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 10-11-2004

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 21ª reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Tivemos um projeto que deveria ter sido relatado pelo nobre Senador Geraldo Mesquita, mas que, como ele não continuou na Comissão, tenho que redistribuir, e o faço – é um projeto referente à denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa às alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública mu-

nicipal Elur, em João Pessoa, para a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Temos na pauta hoje apenas um requerimento, com fulcro no art. 48, inciso X, da Constituição Federal, nos artigos 73 e 102, “a”, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal e na constituição da Subcomissão Temporária com vistas a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada Operação Pororoca. Três Senadores subscrevem: Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti e Antônio Carlos Valadares.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, Senador Ney Suassuna, Senador Aelton e demais presentes.

Gostaria apenas, inclusive, de esclarecer que essa Subcomissão deve ser de cinco membros, de preferência pessoas que não estejam diretamente envolvidas com essa operação – é melhor, obviamente. Mas como se trata de recursos federais, nada mais lógico do que a Comissão de Fiscalização e Controle acompanhar esse processo. Aliás, quero louvar e parabenizar a Polícia Federal porque tem feito a operação independente de cargos ou de partido. Acho que essa é a postura correta. Se nós, que estamos na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal para fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos, quero parabenizar o papel da Polícia Federal, que não se contido em relação a cargos ou partidos políticos. A ela não tem importado se a pessoa presa é ligada a partido A, B ou C ou se está ou não no Governo; tem tido uma postura de combater o desvio dos recursos públicos. Diante disso, por se tratar de recursos federais, nada mais justo do que nós, nesta Comissão, possamos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Eu quero, Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srª Senadora Ana Júlia, parabenizar a iniciativa de V. Exas. – Senadores Ana Júlia, Ideli Salvatti e Antônio Carlos Valadares – de fazer esse requerimento e ter essa visão. Acho que o País está no caminho certo. Realmente, esta Comissão tem não apenas essa finalidade, mas a função de fiscalizar e de acompanhar o projeto.

Parabéns pela iniciativa. Também votamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa, portanto, a Senadora Ana Júlia Carepa a ser a relatora do Projeto de Fiscalização nº 1/2004.

Está aprovado o requerimento.

Também quero aproveitar para me solidarizar, na fala da Senadora Ana Júlia Carepa e dizer que estão nos causando uma excelente impressão as ações da Polícia Federal. A Polícia Federal tem agido com rapidez, com sigilo, sem estar usando – o que normalmente acontecia – o expediente de se divulgar primeiro na imprensa, e quando a gente toma conhecimento já são fatos concretos. Está de parabéns o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, e toda a Polícia Federal, que está fazendo ações até no seu próprio corpo, mostrando a seriedade do seu comportamento. Então, o Senado da República, por meio da Comissão, se solidariza com a Senadora, que tão bem tem louvado as ações da nossa Polícia Federal.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h05min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização E Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 2004, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores IDELI SALVATTI, SIBÁ MACHADO, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, EFRAIM MORAIS, ANTERO PAES DE BARROS E ANA JÚLIA CAREPA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Aviso nº 20, de 1999, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 135, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, relativa auditoria realizada em obras sob a responsabilidade da Cia. Docas do Estado de São Paulo – CODESP” (TC nº 700.280/97-9); Autor: Tribunal de Contas da União; Relator “ad hoc”: Senador LUIZ OTÁVIO; Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 2) Aviso nº 167, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como

dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação” (TC nº 006.073/2000-4); Autor: Tribunal de Contas da União; Relator “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA; Parecer: Solicita informações ao Tribunal de Contas da União bem como a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados.

Aprovada.

Temos, Srs. Senadores, apenas dois itens, um dos quais solicita a ida para o Arquivo.

Pediria ao nobre Senador Luiz Otávio que relatasse o Item 1, do qual seria Relator o Senador Delcídio Amaral. V. Exª, por gentileza, relate esta matéria, para a qual o Relator solicita que seja tomado conhecimento e encaminhado para o Arquivo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Encaminha ao Senado Federal cópia...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minutinho, Senador Ney, apenas porque estou envolvida nos encaminhamentos do início da sessão para a retomada da votação da reforma do Judiciário. Então queria deixar registrado que não poderei permanecer, até porque já estão me acionando pelo celular.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem, nobre Senadora.

Agradecemos a presença de V. Exª e damos continuidade.

Já estamos encerrando; são apenas dois itens.

Pois não, Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 135, de 1999,

adotada pelo TCU, bem como dos relatórios e voto que fundamentam a relativa auditoria realizada em obra de responsabilidade da Cia. Docas de São Paulo.

O Relator é o Senador Delcídio Amaral, e o parecer é pela remessa do processado ao Arquivo.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Em votação.

Aprovado.

Item 2 da pauta. Peço ao nobre Senador Camata que faça o relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, na qualidade de Relator ad hoc, sigo o voto do Senador Delcídio Amaral, no sentido de que sejam solicitadas novas informações ao Tribunal de Contas.

Trata-se de uma prestação de contas e de uma auditoria realizadas no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Há necessidade de informações complementares para que ou se ative algum tipo de investigação e se convoquem algumas autoridades daquele órgão para depor na Comissão e se archive posteriormente, mediante as novas informações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aprovado.

Encerro a reunião da Comissão para passarmos à Subcomissão.

E faço uma indagação: havendo acordo de que há Presidente e Relator – e consulto, inclusive a Secretaria –, podemos dispensar a eleição?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu diria que é melhor cumprirmos o Regimento. O Secretário está fazendo até um sinal, atrás de V. Ex^a, para que amanhã não parem dúvidas a respeito da instalação.

É natural que a autora do requerimento, a Senadora Ana Júlia Carepa, seja a Presidente. É regimental até.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E que o Partido mais numeroso ofereça o Relator.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente.

O PMDB tem dois membros, o Senador João Alberto e eu, que fazemos parte da Subcomissão. E o Senador João Alberto pediu para ser o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, não pediu. Houve indicação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Foi indicação do próprio Partido?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Do próprio Partido.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Então acato a indicação do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então vamos suspender por cinco minutos. Se não chegar outro membro durante esse intervalo, faremos a implantação em outra hora.

(Suspende-se a reunião às 11h35min)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão De Fiscalização E Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 25 de novembro de 2004, às 10:00 horas.

Às doze horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores SIBÁ MACHADO, IDELI SALVATTI, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, DELCÍDIO AMARAL E PAULO OCTAVIO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião é dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2005. Foram discutidas as emendas pelos Senadores JOÃO RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI E SIBÁ MACHADO. Após a discussão, foram aprovadas pela Comissão as seguintes emendas ao Orçamento de 2005: EMENDA Nº 01-CFC: Polícia Federal – Administração da Unidade – custeio e investimento, respectivamente, nos valores de R\$109.218.769,00 e R\$40.781.231,00, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA, JOÃO RIBEIRO, ROMERO JUCÁ, ANA JÚLIA CAREPA e SIBÁ MACHADO; EMENDA Nº 02-CFC: Agência Nacional do Petróleo – Fiscalização da Distribuição de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível, no valor de R\$ 100.000.000,00, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA, ANA JÚLIA CAREPA e JOÃO RIBEIRO; EMENDA Nº 03-CFC: Tribunal de Contas da União – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R\$ 99.610.934,00, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA, JOÃO RIBEIRO, ANA JÚLIA CAREPA e SIBÁ MACHADO; EMENDA Nº 04-CFC: Ministério Público Federal – Fiscalização e Controle da Lei, no valor de R\$ 40.000.000,00, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA, ROMERO

JUCÁ, JOÃO RIBEIRO e SIBÁ MACHADO; EMENDA Nº 05-CFC: Tribunal de Contas da União – Assistência Técnica aos Tribunais de Contas dos Estados, no valor de R\$100.000.000,00, de autoria do Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Passa-se, então, à segunda parte da reunião, para deliberar sobre o Requerimento nº 26, de 2004-CFC, que “requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos, em reunião conjunta perante as Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras”. Na fase de discussão, usam da palavra os Senadores JOÃO RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI. Autores: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO RIBEIRO, ALOIZIO MERCADANTE e EDUARDO AZEREDO. Resultado. Aprovado. Foi apresentado, também, voto de aplauso ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, pelos trabalhos prestados pela Polícia Federal em todo o Território Nacional. Autores: Senadores NEY SUASSUNA e JOÃO RIBEIRO. Na fase de discussão, usa da palavra o Senador JOÃO RIBEIRO. Resultado. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS 25-11-2004

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião de hoje tem como único objetivo votar as emendas ao Orçamento. Lembro a V. Ex^{as} que não é fácil nossa escolha porque são muitas as emendas e só podemos aprovar cinco. Normalmente, fazemos as emendas; raramente, elas são aprovadas; e, na totalidade, quase nunca. Só conheço uma que foi aprovada in totum: a emenda da pobreza. Todas as outras são cortadas. Por isso, é bom que se apresente o maior volume possível para dar margem ao Relator cortar e ainda permanecer um remanescente. Por exemplo, no

ano passado, colocamos R\$100 milhões na Comissão de Assuntos Econômicos. Foram aprovados R\$7 milhões. Se nós não fizermos, não é aprovado nada. Por isso, temos de fazer, mesmo sabendo que é apenas um artifício.

Dentre as várias que encontramos aqui, a Presidência sugere para votação as seguintes emendas: uma para a Polícia Federal, mas não só para administração da unidade. Há uma situação difícil. Nossa Polícia Federal tem dificuldades, por exemplo, para usar os helicópteros que têm base aqui e que daqui saem para a Região Amazônica, atividade para a qual faltam recursos a toda hora. Faltam recursos para tudo, como lanchas e todas as movimentações da nossa Polícia Federal.

Assim, para a administração da unidade seriam R\$109.218.769,00 – que estamos colocando com o apoio de inúmeros Senadores, como eu, os Senadores Sibá Machado, Romero Jucá, João Ribeiro, a Senadora Ana Júlia Carepa. São muitos os Senadores que a estão apoiando. Tal emenda teve o maior número de apoio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A segunda emenda seria para a fiscalização da distribuição de derivados de petróleo e álcool combustível. Esse é um problema nacional. A toda hora, estamos vendo dificuldades. A Agência Nacional de Petróleo não tem recursos para isso, tão pouco para fazer o mapeamento de prospecção, etc. Estaríamos apresentando uma emenda de 100 milhões. Foi a segunda que obteve o maior número de apoio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A terceira emenda é para a fiscalização de recursos públicos federais para o Tribunal de Contas da União, tradicionalmente, mantida por todos nós.

Ainda temos duas oportunidades de votação. Já aprovamos uma para a Polícia Federal e uma para a área de fiscalização e distribuição de derivados de petróleo em todo o território nacional. Estamos discutindo agora a do Tribunal de Contas da União, que é tradicional. Temos duas aprovadas e temos a discussão

das três últimas. A sugestão é a do Tribunal de Contas, que tem sido uma tradição nossa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Já temos três vencidas.

A quarta é para o Ministério Público Federal, fiscalização e controle da lei, R\$40 milhões. Há o apoio de vários Senadores, como eu, os Senadores Romero Jucá, Sibá Machado, João Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação oportuna com referência ao Ministério Público de um modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Tenho algumas restrições a setores do Ministério Público que, infelizmente, em alguns casos, tem agido de forma a demonstrar mais suas ações, sobretudo, na imprensa, querendo agir como polícia.

No entanto, assino e apoio essa emenda exatamente para dizer que não sou nenhum revanchista. Quero deixar isso bem claro.

E, segundo ponto, que o Ministério Público tem a sua importância, com membros muito sérios. Mas, há outros que, infelizmente, trabalham mais para aparecer para a imprensa. Divulgam fatos, muitas vezes, que não são verídicos ou que ainda não foram verificados.

Então, queria deixar isso registrado nesta Comissão.

O Senador João Ribeiro não é revanchista e apoia as instituições deste País.

Vou não só apoiar essa emenda, mas estou assinando também e dando o meu apoio para esta emenda, para demonstrar exatamente a minha imparcialidade, embora tenha as minhas restrições a setores do Ministério Público, não a todos.

A forma como eles têm conduzido sobretudo a divulgação antecipada de coisas que eles não deveriam fazer antes de ter certeza. Ou seja, se há algo contra um político já divulgam, já mostram, já mandam para a imprensa sem verificar.

Penso que é preciso mais cuidado. O Ministério Público tem que ser sério. Sei que muitos setores do Ministério Público são muito sérios.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a está expressando a opinião da maioria dos Senadores,

tanto é que por isso foi criado o controle externo não só para a Justiça como para o Ministério Público.

Mas V. Ex^a também está sendo grandioso quando mostra que, apesar de ter sofrido, e não foi V. Ex^a sozinho, nesta Casa a maioria dos Senadores já recebeu acusações inteiramente levianas. Dou um exemplo a V. Ex^a, o vazamento quando eu era do Ministério da Integração, três cidades, duas delas nunca foi empenhado nada e a terceira o dinheiro estava depositado no Banco do Brasil. E nós tivemos a acusação leviana. Depois não tivemos a abertura de nada, porque não tinha razão. Mas a primeira notícia sai.

Entendo a mágoa de V. Ex^a, porque muitos Senadores já sofreram com isso. Mas isso é uma minoria dentro do Ministério Público.

Daí a minha satisfação em ver a grandiosidade de V. Ex^a por fazer esse apoio.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Só mais um comentário, Sr. Presidente.

Infelizmente, a execração pública neste País precisava e precisa ter um fim, porque é preciso verificar, ninguém está pedindo que não seja verificado, que não seja investigado, que investiguem o que quiserem, mas que respeitem a vida do cidadão, que respeitem o Senador, que respeitem o empresário, o comerciante, o homem do campo, seja quem for.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Que respeitem a Constituição, nobre Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Que respeite a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Porque lá diz que ninguém é culpado antes que seja julgada a prova.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Não é possível uma instituição, tememos que queiram aparecer. Aí é onde está a minha preocupação, Sr. Presidente, e nós temos que discutir essa questão numa outra oportunidade, com maior profundidade. Acho que esta Casa tem que enfrentar este problema.

Então, fica aqui com o meu apoio, para demonstrar exatamente que não sou revanchista e que não tenho nada a temer, não tenho preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, essa seria a quarta a ser votada.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneceram como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aqui está havendo e eu já colocaria, Senador Mozarildo, nós tínhamos, antes de V. Ex^a chegar, discutido que a Polícia Federal merecia duas emendas: a primeira, seria a administração da unidade; a segunda, seria a do Senador João Ribeiro, que se referia a reaparelhamento. O que nós podíamos fazer para que a

emenda que V. Ex^a está pleiteando com outros Senadores fosse aprovada, que estaria colocada em sexto lugar. Como só temos cinco, só falta uma, então faríamos uma proposta ao Senador João Ribeiro: mudaríamos o título da nº 1, colocando “Administração da Unidade e Reaparelhamento. Ao invés de cem milhões, colocaríamos cento e cinquenta milhões e uniríamos as duas e aí sobra espaço para colocarmos a do Senador Mozarildo e outros Senadores.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu concordo até porque, principalmente com relação à Polícia Federal, no ano passado eu apresentei esta emenda. Acho uma instituição muito séria do nosso País, que precisa ser reforçada, embora também pense a mesma coisa: a Polícia Federal não pode..

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Todas as corporações tem problemas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – ... estar fazendo o papel de divulgação de fatos. Não estou falando isso com referência a mim não, Senador, estou falando com referência a todos os brasileiros. Que fatos precisam ser verificados e analisados para depois serem divulgados. Que todos os fatos que apareçam para ser verificados devem ser verificados, devem ser investigados. Mas antes daquela história do papel político. A Polícia não pode ter papel político, o Ministério Público não pode ter.

Portanto, fica esta minha observação, ou seja, é uma instituição séria e que vamos preservar e inclusive apoiá-la, para que seja melhor aparelhada. O trabalho da Polícia Federal é muito importante para o nosso País.

Concordo com a fusão das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a está coberto de razão. Eu diria mais, ou seja, que temos que bater palmas para a nossa Polícia Federal, porque ela está fazendo o trabalho de cortar na própria carne. Ela tem feito operações em que tem inclusive prendido delegados, agentes que saem da linha. Isso é exemplar. Quem dera as nossas Polícias Militares e a nossa Polícia Civil estivessem fazendo o mesmo esforço que está fazendo a Polícia Federal!

Concedo a palavra ao Senador Siba.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu tive uma visão muito ruim da Polícia Federal até determinado momento da minha vida. De certo momento para cá, a minha posição é exatamente a inversa da anterior. É preciso ter muita coragem para se fazer essa autodepuração, como a Polícia Federal tem feito. Atitudes como essa temos visto pouco isso em nossa sociedade.

Assim, concordo plenamente com essa unificação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos juntar as duas emendas.

Em votação essa união.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A quarta emenda está resolvida e aprovada.

Passamos a palavra ao Senador Mozarildo, para que ele faça a defesa.

Eu levantei, há poucos minutos, um problema técnico, como se trata de Tribunais de Contas Estaduais, eu queria que ele nos desse uma explicação que nos permitisse fazer essa votação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa emenda está amparada no art. 29 da LDO. Foi feita uma adequação, porque estava previsto lá “reforma e modernização de bens móveis e imóveis” e está-se mudando a finalidade para “assistência técnica”. Assim, ela está amparada na LDO. Já que estamos numa Comissão de Fiscalização e Controle, nada melhor do que realmente dar condições aos Tribunais de Contas dos Estados, através dessa assistência técnica, de ter suas funções melhor desenvolvidas, contribuindo, assim, para aprimorar a questão da fiscalização e do controle das verbas públicas.

Esse foi o objetivo dessa emenda que, no meu entender, complementa a ação do Tribunal de Contas da União, ajudando, sobremaneira, a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão a exposição do nobre Senador Mozarildo.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, apoio integralmente a emenda do Senador Mozarildo. Já disse que também quero ser subscritor dessa emenda. Quero apelar para V. Ex^a – sei que V. Ex^a já tem tomado essa atitude – no sentido de que comunique aos devidos órgãos, Polícia Federal, Ministério Público, Tribunal de Contas da União, enfim, aos órgãos que vão ser beneficiados com essas nossas emendas, inclusive V. Ex^a deverá indicar os Relatores...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim o faremos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) –para que eles tenham conhecimento dos Senadores que se preocupam com o bom andamento daqueles órgãos aos quais eles pertencem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim o faremos, nobre Senador.

Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aprovada.

Aprovamos as cinco emendas.

Nossa segunda parte diz respeito à votação de um requerimento do Senador Arthur Virgílio, nos seguintes termos:

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado **O SR. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira Nascimento**, para prestar esclarecimentos, em reunião conjunta perante as Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura, Fiscalização e Controle, sobre o estado de conservação e planos para atendimento das necessidades urgentes da infra-estrutura da segurança das estradas brasileiras.

Esse requerimento já foi votado nas outras Comissões e apenas estamos aprovando para podermos ter a junção da audiência comum.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, queria pedir desculpas, porque eu estava falando com o meu assessor. V. Ex^a poderia repetir?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento trata de uma reunião conjunta das várias Comissões, Infra-Estrutura, Fiscalização e Controle, etc, para que o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, venha prestar informações sobre o estado das nossas estradas. Essa é uma ação conjunta das várias Comissões. Esse requerimento já foi votado na outra, de acordo com o Governo. Precisamos apenas fazer a votação do requerimento aqui.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Gostaria de fazer um comentário, Sr. Presidente. Primeiro, apoiar esta reunião conjunta. Vamos ter a oportunidade de, neste encontro, aprofundarmos as discussões, mas queria fazer um rápido comentário. Ouvi, na semana passada, acho que V. Ex^a também, no Plenário, o Senador João Batista Motta fazer a seguinte colocação. Ele, que é do Estado do Espírito Santo, foi de carro à Bahia, depois ao Estado de Tocantins e percorreu não sei quantos mil quilômetros de carro. Fez uma observação, conseguiu fazer uma constatação extremamente importante, de que as estradas vicinais, ou seja, as estradas, as rodovias estaduais, tanto da Bahia quanto do Tocantins e de outros Estados brasileiros, estão em perfeitas condições para tráfego e que, infelizmente, as rodovias federais estão em péssimas condições no Brasil inteiro. Agora, não quero com isso dizer que o problema surgiu agora, no Governo do Presidente Lula. Não, isso é um problema que vem de muito tempo e não podemos aqui estar culpando um Presidente ou outro. Acho que temos que nos debruçar sobre esse problema, colocar recursos. Há recursos, há arrecadação agora com a questão da CIDE e, portanto, é preciso haver uma ação rápida, urgente, para que as estradas, as rodovias federais, realmente sejam trafegáveis. É uma situação complicadíssima. Na Bahia, você não anda na BR-101; na BR-153, do meu Estado, Tocan-

tins, que já está em fase de recuperação, mas em fase lenta... É preciso que a gente faça realmente uma ação urgente. Portanto, louvo essa idéia do Senador Arthur Virgílio, de V. Ex^a, que é o Presidente desta Comissão, quero também ser o subscritor deste requerimento. Conte com o meu apoio, estarei aqui para discutirmos. Ouço discursos quase todos os dias no Senado, já fiz alguns, a respeito das rodovias brasileiras. Não quero com isso culpar o Ministro nem o Presidente Lula, mas precisamos resolver essa questão, que é muito grave para a população brasileira. Já que não temos ferrovias, não temos dinheiro para fazer ferrovias, as nossas hidrovias são complicadas, os falsos ambientalistas não deixam construir as nossas hidrovias, é outro assunto que temos que discutir aqui no Senado. Criam-se não sei quantas mil ONGs, o Senador Mozarildo é que conhece muito de ONG, e uma ONG impede a construção de uma rodovia, de uma ferrovia, de uma usina hidrelétrica, que é importante para o País. Já tivemos o problema do apagão e ouço dizer que o próximo apagão que vamos ter, Sr. Presidente, será na questão das rodovias federais. Não é bem a palavra apagão, mas será o próximo problema que iremos ter se não agirmos com rapidez. Portanto, esta Comissão, que é de Fiscalização e Controle, tem responsabilidade sobre isso. Parabenizo V. Ex^a pelo apoio, por colocar essa matéria e vamos fazer urgentemente essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador. Dos 52 mil quilômetros de estradas, 26 mil estão em pandarecos, e é preciso que a gente verifique o que está acontecendo porque foi criado um imposto só para isso, a CIDE, e essa CIDE já arrecadou mais de 10 bilhões, que ainda não foram aplicados como se devia. O Ministro se esforça, o Governo Lula se esforça, mas é um assunto crônico, que precisa ser debatido. É exatamente esse o objetivo do debate, ouvirmos o Ministro para sabermos que soluções estão sendo encontradas.

Senador Mozarildo com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Quero manifestar também a minha posição favorável e a oportunidade da vinda do Ministro aqui, já que o Ministro está há pouco tempo no Ministério, mas já tem uma visão completa da situação do País e, portanto, seria oportuno não só discutirmos não só a questão da CIDE como também, futuramente, já estamos praticamente a um passo das PPPs. Precisávamos, realmente, ter um quadro atualizado do diagnóstico e que tratamento vamos dar a esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A Presidência queria aproveitar, como último assunto, fazer uma moção de louvor ao Diretor-Geral da Polícia Federal, que tem feito toda essa planificação e esse uso maior da inteligência, numa administração que está mostrando uma seriedade. Esta Comissão, que cuida da Fiscalização no Senado Federal, gostaria de fazer uma moção de louvor ao Diretor-Geral da Polícia Federal, de aplauso, ao nobre Delegado Paulo Lacerda.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, apoiado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões: de Assuntos Econômicos – SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo – CD; de Finanças e Tributação – CD; de Fiscalização Financeira e Controle – CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, No dia 30 de novembro, de 2004, às 10:00 horas, no Plenário Nº 2, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e dezenove minutos do dia trinta de novembro do ano dois mil e quatro, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do cumprimen-

to dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.” – 1º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – Deputados: Alberto Goldman, suplente CMO/CN, titular CFFC/CD; Alex Canziani, suplente CMO/CN, suplente CFT/CD; Almir Sá, suplente CMO/CN; Amauri Gasques, titular CMO/CN; Aníbal Gomes, suplente CMO/CN, suplente CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular CMO/CN; Antonio Cambraia, titular CFT/CD; Antonio Joaquim, titular CMO/CN; Benedito de Lira, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Beto Albuquerque, suplente CFT/CD; Bismarck Maia, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Carlito Merss, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Carlos Nader, titular CFFC/CD; Cezar Silvestri, titular CMO/CN; Colbert Martins, suplente CMO/CN; Darci Coelho, titular CMO/CN; Dr. Rosinha, suplente CMO/CN; Eduardo Gomes, titular CMO/CN; Eduardo Sciarra, titular CMO/CN, Eduardo Valverde, titular CMO/CN, titular CFFC/CD; Félix Mendonça, titular CFT/CD; Fernando Coruja, titular CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente CMO/CN, titular CDEIC/CD; Geraldo Resende, titular CMO/CN; Gonzaga Mota, titular CDEIC/CD, suplente CFT/CD; Hamilton Casara, suplente CMO/CN; Homero Barreto, suplente CMO/CN; Humberto Michiles, titular CMO/CN; Jackson Barreto, titular CMO/CN; Jaime Martins, titular CMO/CN; João Correia, titular CFFC/CD; João Grandão, titular CMO/CN; João Leão, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Jorge Alberto, suplente CMO/CN; Jorge Bittar, titular CMO/CN, suplente CFT/CD; José Divino, titular CMO/CN; José Pimentel, titular CFT/CD; José Rocha, suplente CMO/CN; Júlio Cesar, titular CMO/CN, suplente CFT/CD; Kátia Abreu, suplente CMO/CN; Léo Alcântara, titular CDEIC/CD; Leodegar Tiscoski, suplente CMO/CN, titular CFFC/CD; Luiz Bittencourt, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Luiz Carreira, suplente CMO/CN, titular CFT/CD; Lupércio Ramos, titular CDEIC/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular CMO/CN, titular CFFC/CD; Maria Helena, suplente CMO/CN; Mário Negromonte, suplente CMO/CN; Mauro Lopes, titular CMO/CN; Milton Monti, suplente CMO/CN; Nazareno Fonteles, titular CMO/CN; Nelson Marquezelli, titular CDEIC/CD; Nelson Meurer, titular CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular CFT/CD; Osório Adriano, titular CDEIC/CD; Pauderney Avelino, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Paulo Afonso, suplente CMO/CN, titular CFT/CD, suplente CDEIC/CD; Paulo Bauer, suplente CFT/CD, titular CFFC/CD; Paulo Bernardo, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Paulo Kobayashi, titular CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, titular CFT/CD; Pedro Chaves,

titular CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente CMO/CN; Pompeo de Mattos, suplente CFFC/CD; Rafael Guerra, suplente CMO/CN; Ricardo Barros, suplente CMO/CN; Rogério Teófilo, titular CMO/CN, suplente CFFC/CD; Simão Sessim, titular CFFC/CD; Vignatti, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Virgílio Guimarães, titular CMO/CN, titular CFT/CD, suplente CFFC/CD; Waldemir Moka, suplente CMO/CN; Wasny de Roure, titular CMO/CN, titular CFFC/CD, suplente CFT/CD; Welinton Fagundes, titular CMO/CN; Wellington Roberto, suplente CMO/CN; Wladimir Costa, suplente CFFC/CD; Zé Geraldo, suplente CMO/CN; Zé Gerardo, titular CMO/CN; Zequinha Marinho, titular CMO/CN; e Zezéu Ribeiro, suplente CMO/CN. – Deputados não Membros: Gastão Vieira; Ivan Valente; José Carlos Aleluia; Juíza Denise Frossard; Leonardo Mattos; Ricardo Fiuza e Zarattini; – Senadores: Aloizio Mercadante, titular CAE/SF; Ana Júlia Carepa, suplente CMO/CN, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Antônio Carlos Valadares, titular CFC/SF; Augusto Botelho, titular CMO/CN; César Borges, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Delcídio Amaral, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Eduardo Suplicy, suplente CMO/CN, titular CAE/SF; Efraim Moraes, titular CMO/CN, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Fernando Bezerra, titular CMO/CN, titular CAE/SF; Ideli Salvatti, suplente CMO/CN, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Jonas Pinheiro, titular CMO/CN, titular CAE/SF; Leonel Pavan, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Mozarildo Cavalcanti, titular CMO/CN, suplente CAE/SF, titular CFC/SF; Ney Suassuna, titular CFC/SF, suplente CAE/SF; Ramez Tebet, titular CAE/SF; Romero Jucá, titular CMO/CN, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Sérgio Cabral, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Sibá Machado, titular CMO/CN, titular CFC/SF; Tião Viana, titular CMO/CN. ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Deputado Paulo Bernardo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor de Política Econômica; Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscri-

tos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e dezessete minutos. A discussão foi iniciada. Interpelaram o expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Alberto Goldman, Ricardo Barros, Pauderney Avelino, que mencionou o não encaminhamento das informações descritas nos arts. 104 e 105 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, e o Senador Eduardo Suplicy. Nesse momento, o Presidente solicitou ao Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que tomasse assento à mesa. A seguir, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. O Presidente solicitou brevidade no prazo para uso da palavra, tendo em vista que havia treze oradores inscritos para o debate. Foi assegurada a réplica aos Deputados Alberto Goldman, Ricardo Barros e ao Senador Eduardo Suplicy. O Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados, e o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal, usaram da palavra para discutir o assunto, conforme o estabelecido no art. 7º do Regimento Comum. O expositor respondeu à réplica apresentada pelos Deputados Alberto Goldman e Ricardo Barros e ao Senador Eduardo Suplicy e aos Líderes das duas Casas do Congresso Nacional. O Senador Eduardo Suplicy solicitou aparte e foi atendido. O Presidente solicitou que os parlamentares registrassem a assinatura no Livro de Presença. Finalizando o primeiro bloco, o Presidente do Banco Central respondeu aos questionamentos levantados. Compuseram o segundo grupo de parlamentares os Deputados Wasny de Roure, Virgílio Guimarães, Ricardo Fiuza, Eduardo Valverde, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Paulo Rubem Santiago e Ivan Valente. O Presidente acatou, ainda, a solicitação de mais dois parlamentares para a discussão e, em seguida, anunciou que encerraria a lista de inscrição para o debate. Comunicou, ainda, que o palestrante responderia somente aos interpelantes que estivessem presentes no recinto do plenário. Como últimos oradores, o Deputado Nelson Markezelli e o Senador Leonel Pavan fizeram questionamentos ao Presidente do Banco Central do Brasil. O palestrante respondeu às intervenções levantadas pelos Senhores Parlamentares. O Senador Eduardo Suplicy finalizou sua intervenção. Em seguida, o

palestrante apresentou as considerações finais sobre o tema em apreço. ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, bem como da sua assessoria, o Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e trinta e três minutos. Antes, ratificou a realização da 25ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização na mesma data, às quinze horas. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião conjunta de audiência pública de 2004, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação – cujo Presidente, Deputado Nelson Bornier, aqui está presente; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação dos cumprimentos dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Convidado: Sr. Henrique de Campos Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Encontra-se também presente o sr. Afonso Sant'Anna Bevilacqua, Diretor do Banco Central que acompanha o Presidente da instituição.

À medida que forem chegando, os Presidentes das Comissões tomarão assento à mesa.

De acordo com o estabelecido, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser apartado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Está aberta a lista de inscrição.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, honra-me mais uma vez fazer a prestação de contas do Banco Central ao Congresso Nacional.

Mais do que a obrigação e o dever, o Banco Central tem, como disse, a honra de aqui prestar contas dos resultados da instituição, dos resultados previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO, da evolução da política econômica no Brasil, dos resultados da economia.

Hoje é um dia particularmente auspicioso para o Brasil, uma vez que foram há pouco divulgados pelo IBGE os números do crescimento do País no terceiro trimestre de 2004. Foram números fortes: houve no trimestre crescimento de 1% sobre o trimestre anterior, o que significa mais de 4% de taxa anualizada.

Mais importante foi ter sido alto o crescimento sobre o ano passado – falaremos sobre isso a seguir – e ainda mais relevante o fato de o País ter crescido ainda durante o ano de 2003.

Preocupou a muitos, legitimamente, a divulgação, no início deste ano, de que o Brasil teria encolhido, decrescido o produto em 0,2% no ano anterior. O fato é que aquele era um número preliminar e, feita e divulgada pelo IBGE, a revisão final, temos a satisfação de concluir que ano passado o produto na realidade cresceu 0,5%. O dado é muito importante porque aumenta a base de comparação e, mesmo sobre uma base, que ano passado já apresentamos crescimento, o produto cresce de maneira vigorosa.

Cabe ainda dizer que, já no último trimestre do ano passado, as taxas de crescimento também se apresentaram muito vigorosas e importantes.

Voltarei a esse assunto quando falar sobre o desempenho da economia, mas não poderia deixar de iniciar por essa excelente notícia trazida com a divulgação, pelo IBGE, dos números relativos ao final do ano passado.

Bem, vamos começar pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Farei uma apresentação que se fixará em alguns pontos básicos: o resultado do Banco Central, nos termos definidos pela lei; os objetivos do Banco Central, segundo as definições da LDO, no que diz respeito à inflação, crédito, política cambial, decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais; a retomada da atividade econômica; e uma pergunta importante sobre se a retomada tem fôlego.

Vamos começar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Gostaria de mencionar que, em sessões anteriores, já durante alguns anos, existem algumas divergências de interpretação sobre a Lei de Responsabi-

lidade Fiscal e o que é demandado do Banco Central na apresentação a esta Comissão.

A apresentação será feita nos termos estritos da lei, quando ela diz que: *“O Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária – vamos falar sobre isso –, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”*.

Vamos começar com os resultados demonstrados nos balanços, nos termos da lei.

O resultado apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2004, foi positivo em 2,8 bilhões de reais e decorreu de receitas e despesas de suas operações.

Vamos agora detalhá-lo.

Passamos a uma demonstração do balanço do Banco Central nas suas contas de receitas e despesas. Primeiro, os saldos de principal, que totalizam 526 bilhões de reais. No caso de mercado aberto, por exemplo, 301 bilhões; área externa, 203; outras operações, 21. Há um número arredondado de cerca de 3 bilhões de reais na coluna da direita, e, na de resultados, os números totalizam aproximadamente 2,8 bilhões reais. O número preciso é 2 bilhões, 795 milhões e 700 mil reais.

Em ambas as situações contempladas no Orçamento Geral da União, o saldo da conta do Tesouro, se positivo após o reajuste de reservas, é transferido para a receita, como Receitas ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Portanto, neste primeiro semestre, a conta alocada ao Tesouro foi positiva e transferida como receita do Tesouro Nacional.

Se olharmos agora um item do balanço, o da demonstração de lucros e perdas do Banco Central, que é a área de mercado aberto do Tesouro Nacional, vamos ver os diversos componentes do ativo que geram receitas – LTNs, 124 bilhões; LFTs, etc. – e, na coluna da direita, os diversos resultados de receita desses títulos que estão na carteira do Banco Central, o passivo de mercado aberto, as notas do Banco Central, compromissos de recompra e remuneração ao Tesouro na Conta Única do Tesouro Nacional no balanço do Banco Central.

A remuneração na Conta Única do Tesouro Nacional é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central. Com base em todos aqueles títulos de emissão do Tesouro que estão em poder do Banco

Central, calcula-se a taxa média, e essa é a taxa usada para remunerar a Conta Única do Tesouro Nacional. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 9,45%.

Passamos agora à área externa, em que há um total de ativos de 203 bilhões de reais; depósitos, 87, depósitos no exterior ou banco de compensações internacionais, Bank for International Settlements, na Basiléia, outros títulos – moedas estrangeiras a receber, etc. – e depósitos de organismos no passivo, empréstimo do Fundo Monetário Internacional, moeda estrangeira a entregar, etc.

O resultado dessa conta foi de cerca de 4 bilhões de reais positivos; do mercado aberto, como os senhores viram na projeção anterior, foi neutra, não teve resultado positivo nem negativo. Portanto, o resultado final dessas operações é de cerca de 2,8 bilhões de reais positivos.

Entramos agora no passo seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece que *“serão analisados, especialmente, os desvios verificados em relação aos parâmetros projetados nos Anexo de Metas Fiscais (...) e o impacto líquido do custo das operações com derivativos e de outros fatores de endividamento público.”* Então, vamos agora fazer uma apresentação especificamente sobre as operações de swap, que é uma forma de derivativo.

Esse é o sumário das operações ainda existentes de derivativos no balanço do Banco Central.

Tínhamos, no final de 2003, como os senhores podem ver, cerca de 109 bilhões de reais; e hoje, em 2004, até o dia 30 de junho, cerca de 57 bilhões de reais. Esse número está caindo exatamente porque o Banco Central não está renovando a maior parte do vencimento das operações de derivativo, swap cambial, na medida em que a maior credibilidade do Brasil hoje faz com que exista uma demanda menor por hedge, por proteção cambial. Além do quê, existe um objetivo da administração, do Governo, de diminuir o endividamento indexado à moeda estrangeira. Estamos diminuindo isso de forma importante. Vou mostrar depois os saldos.

Temos, portanto, esses resultados projetados no gráfico seguinte, onde temos um resultado negativo de cerca de 1 bilhão de reais de outras operações. O saldo de derivativos já foi apresentado, portanto, nas operações de mercado. No caso de outras operações, temos 1 bilhão de reais de saldo negativo.

Finalizando, no consolidado, de 2,8 bilhões de reais. É, nesse aspecto, da maior importância mostrarmos que a conta do Banco Central está transferindo resultados positivos para o Tesouro Nacional no primeiro semestre de 2004.

Vamos passar para a nossa próxima etapa, que é o impacto da política monetária. Gostaria de mencionar que o resultado do Banco Central, antes de ser transferido ao Tesouro, prevê a constituição de reservas. A reserva foi de 12%. São reservas para oferecer maior segurança às operações do Banco Central – de acordo com a Medida Provisória nº 2.179-36. Nesse aspecto, portanto, o líquido transferido ao Tesouro, depois da constituição da reserva, foi de 2,5 bilhões de reais.

Passamos à etapa seguinte, como mencionei, relacionada aos objetivos do Banco Central, outro item importante da LDO. Mostro agora a LDO, que diz que: *“(...) os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial os parâmetros e as projeções (...)”* – que vamos mostrar – *“(...) bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004, conforme o art. 4º, § 4º da Lei Complementar.”*

Objetivos do Banco Central. Primeiro, a política monetária. O objetivo do Banco Central, fixado pelo Conselho Monetário Nacional, relativo à política monetária, no ano de 2004, é o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho, de 5,5%, para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Em relação à política creditícia, os objetivos são de ampliar a oferta de crédito e o acesso da população a ele – não há metas formais de aumento de crédito. Na política cambial, pretende-se o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante.

Vamos passar ao objetivo de política monetária no que diz respeito à inflação e ao objetivo de perseguir a meta de inflação para 2004, de 5,5%, com a variação positiva ou negativa de 2,5%.

Em primeiro lugar, no primeiro trimestre de 2003, a inflação média mensal era de cerca de 1,7%. Nos últimos 12 meses, até outubro, a inflação média mensal encontra-se em 0,55%. Os senhores e senhoras podem acompanhar a evolução das inflações mensais no Brasil nos últimos meses e no decorrer no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Peço silêncio. Alguns Parlamentares estão reclamando que não estão ouvindo bem. Solicito aos nossos operadores que, se possível, aumentem um pouco o som, para que seja mais audível.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Prosseguindo, vamos ver que a inflação no Brasil, acelerada durante o final de 2002, devido à depreciação da moeda, resultado da crise cambial por que passou o Brasil, atingiu um pico, no acumulado de 12 meses, de cerca de 17,2% durante os 12 meses que antecederam maio de 2003. Isso veio caindo, como resultado do sucesso da política monetária do Governo, do Banco Central, atingindo um número já abaixo, inclusive, da trajetória

de metas, em maio de 2004, de 5,15%. A partir daí, houve uma estabilização, e temos hoje uma inflação acumulada em 12 meses de cerca de 6,9%. Esses são dados históricos. Aqui não há nenhum tipo de previsão ou análise quantitativa, são simplesmente dados históricos do que tem ocorrido na inflação acumulada nos 12 meses passados.

Atendendo ao requisito legal, especificamente de como se comporta a inflação em relação à meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, vamos mostrar que em 2004 o intervalo superior da meta, o máximo admitido pelo Conselho era de 8%, para 2004 – abaixo do intervalo de tolerância –, foi de 7.3%. Portanto, cumpriram-se as determinações do Conselho Monetário Nacional, nos 12 meses encerrados em novembro de 2004. Até novembro estamos dentro do intervalo determinado pelo Conselho.

Os Srs. e Sras. Congressistas podem querer saber muito bem qual a previsão para o ano de 2005, ou 12 meses à frente, ou para o próprio ano de 2004. Estamos apresentando a previsão de mercado, agentes econômicos, universidades, institutos de pesquisa, empresas, centrais, etc., sobre a inflação. É uma média coletada pelo Banco Central que mostra que a expectativa da inflação, 12 meses à frente, no último dado disponível, era de 6,25%. Portanto, dentro também do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional.

Muito importante também o fato de que a inflação, em termos de expectativa, já mostrada no gráfico anterior, para o ano de 2004, está também na faixa admitida pelo Conselho Monetário Nacional, de %. É a última pesquisa registrada nessa projeção. Portanto, a expectativa de inflação para o ano de 2004 está dentro da expectativa definida e das metas do Conselho Monetário Nacional e do seu intervalo de tolerância.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito. Temos como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há, portanto, metas formais em relação a isso. Mas podemos observar, na projeção, que, desde o segundo trimestre de 2003, a oferta de crédito do segmento livre vem crescendo a taxas superiores ao produto, tendo passado de 13,3%, em março de 2003, para 15,2%, em outubro último. Portanto, a oferta de crédito livre na economia está crescente. Créditos livres, no caso, são operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras e que não estão atendendo a determinações legais com os créditos direcionados.

Vemos aqui de novo que a oferta de crédito no segmento livre se acentuou, a partir de setembro de

2003, com a consolidação do quadro de estabilidade macroeconômica e a queda do **spread** bancário.

Spread bancário.

Não há dúvida de que o **spread** bancário no Brasil ainda é alto. Mas a boa notícia é que está caindo. Houve uma estabilização, um pequeno aumento recente, mas a tendência é cair, como estamos observando nesse gráfico, em que passa acima de 33%, caindo para cerca de 27%. Há uma trajetória cadente. Mas há muita coisa a se fazer na área de **spread** bancário.

Temos em análise, no Congresso Nacional, um item da maior importância, a nova lei de falências. Há outros projetos em andamento, como, por exemplo, a nova central de risco, implementada pelo Banco Central, que vai colaborar nesse sentido. Há, portanto, uma série muito grande de medidas que estão sendo tomadas.

Há um outro projeto de lei muito importante no que diz respeito à definição das funções do CADE e do Banco Central, à definição da fiscalização e da implementação da melhor competição entre o sistema financeiro. Em resumo, há dados que mostram que, apesar dessa queda, existe um trabalho muito grande a ser feito, e estamos empenhados na sua continuação.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial: aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Esse é o objetivo principal.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar a taxa de câmbio do real, levada em consideração a cesta de moedas formada com a pauta de exportações do Brasil para os países emissores dessas moedas. Nota-se que o dólar tem depreciado em relação à maior parte das moedas do mundo, inclusive o real, mas que a taxa de câmbio real efetiva, construída, portanto, com base em uma cesta de 15 moedas, tem mantido um grau de volatilidade relativamente baixo em termos históricos no Brasil.

Se analisarmos o resultado da política cambial no que diz respeito à evolução do saldo das contas correntes, veremos que o resultado das exportações era fortemente negativo entre a segunda metade da década de 90 e 2002; deverá fechar 2004 em saldo positivo, acima de 1,6% do produto; acumulado até outubro, o saldo está em torno de 2% do produto.

Essa é portanto uma situação historicamente positiva no Brasil, ou seja, há um crescimento com um saldo positivo de conta corrente. É muito importante mencionarmos especificamente esse fato. O saldo de conta corrente muitas vezes era negativo e ficava fortemente negativo quando o País crescia e aumentava a vulnerabilidade externa. Atualmente, o Brasil cresce com saldo de conta corrente positivo, o que é um dado de extraordinária relevância.

Se analisarmos o saldo da balança comercial de janeiro de 2003 até o momento, observaremos que tem tido constante evolução, e leva a um saldo acumulado dos últimos 12 meses até outubro de 32,6 bilhões de dólares. É o maior saldo comercial da história do Brasil. Novamente, no momento em que comemoramos o vigoroso crescimento do PIB, também podemos comemorar o saldo positivo, o **record** histórico de 32,6 bilhões de dólares.

Temia muito no passado recente, que, no momento em que a economia voltasse a crescer, portanto as importações comesçassem a crescer, isso faria com que o saldo desaparecesse rapidamente, como ocorreu em outras oportunidades. Mas isso não aconteceu, e V.Exas. podem notar que as exportações estão crescendo de forma mais vigorosa do que as importações num primeiro momento. O saldo comercial se mantém. Isso mostra a força competitiva da economia brasileira, o resultado do processo de estabilização da economia que faz com que os exportadores tenham confiança para planejar o futuro, para investir em produto, em canais de distribuição. Isso faz com que a exportação brasileira fique cada vez mais competitiva.

Temos, portanto, um quadro no qual o Banco Central cumpre as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, segundo as expectativas do mercado; o saldo comercial, o maior da história, positivo de conta corrente, e o País crescendo a taxas vigorosas. De fato, é um resultado extraordinariamente positivo da economia brasileira.

Muitos analistas têm-se preocupado – é uma preocupação legítima – com o fato de o aumento das exportações brasileiros terem sido apenas resultado da evolução positiva dos preços, das **commodities**, a evolução positiva dos termos de troca. Esse gráfico mostra, se observamos a linha pontilhada em vermelho, os dois percentuais sobre o crescimento de 2003 sobre 2002 e 2004 sobre 2003; observaremos que a maior parte do crescimento, ou seja, 15,7% do ano de 2003 sobre 2004, num total de crescimento das exportações de 21 é resultado do aumento de volume, assim como ocorre em 2004. Ou seja, o Brasil está exportando, competindo mais, ganhando mercado em termos mundiais e oferecendo melhores condições para o desenvolvimento sustentado. Com isso, há possibilidade de não termos mais o tipo de vulnerabilidade externa que tínhamos, como vou mostrar mais adiante.

Outro dado da maior importância é a diversificação das exportações. Mostramos aqui que os mercados estão bastante diversificados. Temos, por exemplo, a União Européia, com 25,1%; os Estados Unidos, com 20%; a Argentina, voltando a ocupar um papel importante; a China; o México; o Japão; e outros países,

com 31,1%. Isso mostra que o Brasil, de fato, está em uma posição de muito vigor, no que diz respeito à sua diversificação de exportações. Isso, de novo, é resultado do sucesso da política econômica hoje aplicada no Brasil.

Comércio exterior sobre produto. Esse é um dado da maior relevância para a diminuição da vulnerabilidade externa. Quanto maior o comércio exterior – que são as exportações totais somadas com importações totais – dá uma grande visão de como o Brasil está se tornando mais competitivo em termos internacionais. A indústria brasileira, a agricultura brasileira competem. Exporta mais; em compensação, tem condição de importar mais e, ao mesmo tempo, ter saldos importantes. Quer dizer, isso mostra, de novo, o sucesso da política econômica, mostra o sucesso do Brasil em competir nos mercados internacionais. Cresce e, ao mesmo tempo, diminui a sua vulnerabilidade.

Falando em vulnerabilidade, um dos dados de maior importância que tínhamos era a questão da dívida externa líquida e de como a dívida externa, em comparação com o Produto Interno, estava crescendo. Eu gostaria de mencionar que isso está sendo revertido, isto é, a dívida externa como percentagem do Produto está caindo. É uma outra mostra do sucesso que o Brasil tem encontrado também em eliminar suas vulnerabilidades.

Por que isso é importante? Porque o grande problema que temos enfrentado muitas vezes é que o Brasil começa a crescer, mas, se há uma crise externa, o Brasil, em função disso, entra também em crise. Agora, estamos cada vez mais imunes às flutuações dos mercados internacionais.

Um outro item da maior importância nesse aspecto é o total do pagamento de juros sobre exportações. Em um certo momento, 35% das exportações totais brasileiras eram usadas para pagar juros. Isso deixava o País em uma posição vulnerável. Hoje, ao redor de 15% das exportações são usadas para pagar juros. De novo, a vulnerabilidade externa do País decresce.

O mesmo item, dívida externa líquida total, sobre exportações. Chegou a atingir 3,6 vezes o total da dívida externa sobre as exportações. Hoje já está atingindo cerca de uma vez e meia. Portanto, de novo é um dado da maior importância. O Brasil, de novo, diminui a sua vulnerabilidade às mudanças na aversão ao risco nos mercados internacionais.

As reservas internacionais totais do Brasil estão estabilizadas em um patamar de cerca de 50 bilhões de dólares, em que se incluem os empréstimos do Fundo Monetário. Mas é importante mencionar que o Brasil, portanto, tem um patamar de reservas confortável. Se tirarmos desse número os empréstimos do

Fundo Monetário, mesmo assim vemos uma trajetória crescente das reservas. Por exemplo, se tirássemos os empréstimos do Fundo Monetário, sobrariam, segundo as projeções de dezembro de 2003, para dezembro de 2004, cerca de 21 bilhões de dólares. O número previsto hoje é de cerca de 24,4 bilhões de dólares. O importante, portanto, é que o Brasil está, mais uma vez, diminuindo a sua vulnerabilidade externa, e as diversas políticas anunciadas pelo Banco Central, pelo Tesouro, nessa direção, confirmam isso.

Outra medida de risco importante, de vulnerabilidade, com grandes impactos na taxa de juros interna de prazo médio é o Risco Brasil. Quer dizer, existe uma correlação importante entre o Risco Brasil e as taxas de juros que prevalecem na economia no prazo médio. O Risco Brasil mais uma vez vem numa trajetória cadente, dado muito importante. Se olharmos o primeiro semestre de 2004, quando os mercados internacionais ficaram um pouco preocupados, um pouco mais nervosos em função da política monetária americana, o Risco voltou a subir, mas voltou a cair, porque os fundamentos da economia brasileira estão cada dia mais sólidos.

Muito bem, vamos agora falar sobre um tema que tem sido objeto de discussão nesta Comissão em reuniões anteriores. Alguns dos Srs. Parlamentares têm a interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal de que o impacto das operações do Banco Central não é apenas nas operações do Banco Central, conforme determinado no balanço e conforme determinado numa interpretação mais literal da lei, mas que se deveria analisar o impacto não só nas operações do Banco Central, mas das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública. Então, esse tem sido um tema que entendo objeto de muita discussão nesta Comissão durante várias sessões.

Atendendo portanto à determinação desta Comissão, no sentido de que vários Parlamentares têm solicitado isso, nós fazemos uma análise dessa questão, que é o possível impacto das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública.

A primeira coisa que eu gostaria de mencionar é que o impacto direto dos juros de curto prazo, cujas metas são definidas pelo Comitê de Política Monetária nas contas públicas, é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Não é o único, esse é o ponto de maior importância. Por quê? Porque a política monetária também tem efeitos fiscais indiretos fundamentais. Por exemplo, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas da inflação, da taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, todos esses aspectos são importantes da política fiscal. Não é apenas dizer: os juros subiram, abaixaram,

tem um impacto aqui na dívida. Não é isso. É importante nós olharmos todos esses aspectos da consequência da política monetária, o crescimento do País e, portanto, o efeito sobre o produto, o efeito sobre a arrecadação pública, a política cambial, o efeito disso na dívida externa, etc., etc., como mencionei. Um efeito importante, uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica, portanto – se estou dizendo da política macroeconômica, quer dizer, não apenas uma decisão de política monetária, o efeito da política macroeconômica no endividamento público – é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse é um dado que no nosso entendimento mostra o resultado das políticas macroeconômicas sobre o Tesouro Nacional e sobre o endividamento público.

Se olharmos esse dado, veremos que essa dívida pública líquida total, que tinha atingido cerca de 61,6% do produto em setembro de 2002, tínhamos apresentado aqui esse dado, que é o dado agora de dezembro de 2003; tinha atingido cerca de 58,7% em dezembro de 2003 e, portanto, estamos aqui mostrando um intervalo da nossa prestação de contas hoje, que é o primeiro semestre de 2004, isto é, comparando o número de 2003, em dezembro, com o número de outubro de 2004, que é um número atual. Nesse período, tivemos uma queda da dívida pública com um percentual do produto de 58,7% para o número de hoje, de 53,7%. O número do primeiro semestre também é cadente. Houve uma trajetória cadente desde dezembro até outubro, como mostramos, mas certamente é também o número de junho.

Assim, é muito importante observarmos, no efeito total da política macroeconômica, que a dívida pública em relação ao produto está caindo. Se olharmos somente o efeito específico, o dos juros sobre as LFT, por exemplo, vamos ter uma distorção, porque estamos levando em conta o efeito total da aplicação das políticas macroeconômicas.

Essa a maneira que me pareceu mais adequada de endereçar a preocupação dos Srs. Parlamentares. V.Exas. não devem olhar somente o resultado do Banco Central em si, mas também o resultado da política macroeconômica e das decisões do Banco Central no escopo da política econômica.

Com relação ao ano de 2004, mostramos os números mais detalhadamente, espera-se que haja uma diminuição – são estimativas para o final de 2004 – de 3,5% da dívida sobre o produto. Há aí uma explicação dos diversos itens dessa queda.

Confirmando-se essa tendência e com os dados disponíveis hoje, podemos projetar, portanto, segundo a média das projeções do mercado, que essa relação

continuará a diminuir com a continuada implementação da atual política econômica.

Retomada da atividade econômica.

Em primeiro lugar, esses números evidentemente foram ultrapassados pela revisão divulgada hoje pelo IBGE. É com grande satisfação que podemos dizer que o Produto Interno Bruto cresceu, no primeiro ano desta administração, em 0,5%.

No começo deste ano, havia sido divulgado que no ano passado houve um crescimento negativo do PIB, mas o número final de 2003 foi de 0,5%. Esse é um dado importante e mostra que o Brasil saiu de uma crise cambial grave, que em outros países levaria uma contração de produtos durante muitos anos, como ocorreu em alguns dos nossos vizinhos. No entanto, o Brasil já começou a crescer no primeiro ano depois da crise. Mais importante: o Brasil está crescendo a taxas vigorosas. Cresceu 1% no terceiro trimestre de 2004. Isso depois de ter crescido, no primeiro trimestre, 1,8%; no segundo, 1,4%, conforme os números revisados, e, no terceiro, 1%. Ao ano, até o terceiro trimestre, já cresceu 5,3%.

Em resumo, é um crescimento extraordinário, mostra o sucesso do País, da política econômica. O Brasil está crescendo. Ao mesmo tempo que melhora os seus fundamentos, decresce a sua vulnerabilidade e dá condições para que tenhamos um crescimento sustentado nos próximos anos. Isso vai melhorar e mudar substancialmente as condições de vida do povo brasileiro.

É um crescimento sustentado continuado, não um crescimento que obedeça ao padrão de arrancadas e freadas súbitas. Vai gerar emprego, como já está ocorrendo.

Um dado da maior importância que gostaria de ressaltar na divulgação do IBGE de hoje é que o investimento está crescendo. Isso é muito importante. Por exemplo, dados da formação bruta de capital fixo, forma de medir um investimento, cresceram, este ano, até o terceiro trimestre, 11,5%, crescimento divulgado pelo IBGE até o terceiro trimestre. Cresceu 8,7% no trimestre. Portanto, é algo da maior importância.

Para os senhores terem idéia, o número que havia decrescido ano passado, cresceu 2,8% no primeiro trimestre, 4,8% no segundo, 8,7% no terceiro. Ou seja, o investimento na economia brasileira está crescendo. Isso confirma o ponto de que estamos criando as bases para um crescimento sustentável. Verificamos que a economia e os investimentos estão crescendo, as exportações e o saldo comercial batem recorde, o saldo de conta corrente é positivo, a vulnerabilidade diminui. Portanto, nossa economia está entrando no chamado círculo virtuoso de crescimento sustentável.

A produção industrial cresce, ao contrário dos países que passaram por crises similares, em cima do pico. A partir de maio, está havendo a maior produção industrial da história. Estamos crescendo de forma continuada.

Por categorias de uso, chamo a atenção para o número da direita. De janeiro a setembro, houve o crescimento de 9%, se compararmos um ano ao outro. Taxa extraordinária em qualquer país do mundo.

Vendas no varejo. Preocupava-se com o consumo interno. Houve um crescimento constante e importante nos últimos meses, desde o meio do ano passado, das vendas no varejo por diversos segmentos e vendas no varejo totais. Vou mostrar de janeiro a setembro, portanto de 2004 sobre 2003, o número da coluna da direita em cima, 8,9%. Se observarmos móveis e eletrodomésticos, combustíveis e lubrificantes e supermercados, veremos que existem crescimentos desiguais, mas positivos em todos os segmentos.

Emprego formal. Grande preocupação deste Governo, do País, da população, deste Congresso, dessas Comissões. Não há dúvida de que a prioridade é a criação de empregos. A criação de empregos no Brasil é a maior da história. Criamos este ano no País quase 1,8 milhão de empregos no mercado formal. Há um crescimento constante, desde junho de 2003. São dados do Ministério do Trabalho, do CAGED, o total de carteiras assinadas no País. O número de empregos criados no Brasil em 2004 foi de 1 milhão, 796 mil e 400, números precisos, **versus** 657 em 2000, por exemplo. O decréscimo de 121 mil vagas em 1997, 412 em 1995, em 1994 o crescimento foi de 274. Isso para mostrar a força da criação de novas vagas de trabalho no mercado formal brasileiro. Quero dar a visão de que esse crescimento está na indústria, nos serviços, no comércio, na agropecuária, etc. Mostra o vigor da expansão da economia.

A taxa de desemprego tem uma característica sazonal, sobe durante o primeiro trimestre e cai no último trimestre. O número de pessoas que procura o mercado de trabalho no início do ano é grande, aumentando, portanto, o desemprego, e diminui no último trimestre. O mais importante é que em outubro, no começo do último trimestre, já estamos igualando o número mais baixo dessa série de 10,5%. A previsão é de que isso vá atingir um dígito, um número extremamente auspicioso para o Brasil. É alto ainda, mas a trajetória se revela positiva e auspiciosa.

Emprego industrial. Uma reta ascendente, de muita relevância.

Massa salarial real na indústria. As pessoas às vezes me perguntam: “Mas e a renda? A renda caiu”. Não. O que caiu foi a renda média, algo estatístico

daqueles que têm trabalho. A renda **per capita** subiu, porque subiu o produto. A renda média é calculada sobre a renda média daqueles que têm emprego. No entanto, o número de empregados aumentou, o que significa que a renda total subiu. Para que V.Exas. entendam minha mensagem, seria como se fôssemos uma família, em que duas pessoas trabalhassem, marido e mulher, cada um ganhando, por exemplo, 1 mil reais, e que tivesse um filho que não trabalhasse e estivesse estudando. A renda **per capita** dessa família seria 2 mil reais dividido por 3. Portanto, seria de 666,6 reais. Vamos dizer que a renda **per capita**, no mês seguinte, não mudasse, porque somente os 2 continuaram a trabalhar. Mas, no outro mês, o filho começa a trabalhar e passa a ganhar 400 reais. A renda total da família aumentou de 2 mil para 2 mil e 400 reais. A renda média dos que têm emprego na família é de mais ou menos 800 reais.

Por que a renda média no Brasil caiu? Por uma razão muito simples. A construção civil, como vou mostrar, está crescendo muito e o salário da construção civil é menor, mas ela está absorvendo desempregados. Portanto, a renda total, que é a massa salarial real, na indústria, por exemplo, está crescendo. Esse é o dado de maior relevância. Nas negociações salariais, estamos vendo que está existindo um ganho. Portanto, 47,3% das negociações estão revelando um percentual superior ao INPC.

Como mencionei, a produção de insumos da construção civil está crescendo, resultado de uma série de reformulações na legislação aprovada por este Congresso Nacional.

Última pergunta: a retomada tem fôlego? Pois bem. Gostaríamos de mencionar que a expectativa dos agentes econômicos para o crescimento de 2004 tem estabelecido uma tendência crescente. A última que temos registrada no Banco Central foi de 4,7, mas, certamente, com a divulgação do crescimento do produto do terceiro trimestre, pelo IBGE, hoje acreditamos que essa expectativa deva subir, na medida em que a economia já cresceu mais de 5% até agora.

Portanto, de novo, números impressionantes, importantes, que mostram que a economia brasileira vai na direção correta.

Outro dado muito importante: a confiança dos consumidores. Os consumidores estão confiantes na economia? Dados da FECOMÉRCIO de São Paulo mostram que o nível de confiança dos consumidores na economia brasileira está crescendo de forma muito relevante e atingindo níveis muito importantes. É o nível mais alto da série pesquisada de confiança dos consumidores. Dado importante para o futuro.

Alguns dos senhores podem me perguntar se os empresários estão muito desanimados. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em pesquisa conjuntural de muita relevância, a confiança dos empresários está crescente. A linha preta representa o saldo. Em resumo, os empresários estão cada vez mais confiantes na formulação de decisões de investimentos.

Agora, há uma comparação entre a venda de supermercados, na esquerda, com a linha vermelha, e a massa salarial, a renda total. Na escala da direita, vamos ver de novo, a partir da metade de 2003, as duas linhas crescendo, vendas em supermercados/massa salarial, mostrando que a capacidade de consumo da população está aumentando e isso está se refletindo nas vendas.

Capacidade utilizada. O crescimento recente da demanda provocou um aumento gradual da capacidade utilizada na indústria, que se encontra no patamar mais elevado desde o início da pesquisa, em 1991. De novo a indústria está trabalhando a capacidade total.

Por outro lado, alguém pode dizer: os bens de capital estão sendo produzidos para aumentar essa capacidade instalada? A produção de bens de capital atual supera largamente o pico de 2001 (apagão), marcado por forte demanda de equipamentos para a geração de energia.

É um dado extraordinariamente positivo e auspicioso para a economia brasileira. O investimento, no Brasil, está crescendo.

Resumindo, para que possamos responder às perguntas, diria que o Brasil está crescendo a taxas vigorosas, o investimento está crescendo, os empregos estão crescendo, as vendas estão crescendo, as exportações estão muito fortes e crescentes, o saldo comercial é o maior da história, os saldos de conta corrente são positivos, os índices de solvência são extraordinariamente positivos, o emprego está crescendo. Do ponto de vista do Banco Central os resultados foram aqueles apresentados. Do ponto de vista da política cambial, o resultado mostra acerto. Com relação à política creditícia, também os resultados são positivos. No caso da demanda da Lei da Responsabilidade Fiscal, em relação às metas de inflação, vou citar o resultado, precisamente, porque não ficou claro quando apresentei a projeção: a expectativa do mercado para o ano de 2004, ou seja, em relação ao desempenho da inflação, é 7,3%, enquanto a inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 6,3%. Portanto, está tudo dentro da trajetória de metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, com o intervalo de tolerância.

Em relação ao comportamento da dívida pública, mostramos como o percentual do produto está cadente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Convido o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados para fazer parte da Mesa.

Vamos passar ao debate.

Há vários inscritos. Faremos blocos de 3 ou 4 Parlamentares. Como há Deputados e Senadores, em cada bloco deve haver pelo menos um Senador. Será respeitado o direito de réplica.

O primeiro inscrito é o Deputado Alberto Goldman. Na sequência, os Deputados Ricardo Barros, Pauderney Avelino e o Senador Eduardo Suplicy.

Cada orador fará uso da palavra por 3 minutos e depois terá direito à réplica. Nosso convidado terá direito à tréplica.

Tem a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esta foi uma exposição com dados numéricos, que evidentemente não podem ser contestados. Imagino que todos esses números tenham sido tirados de dados efetivos. Poderíamos fazer algumas objeções, como, por exemplo, com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, o que seria uma discussão longa, mas não é o caso de fazê-la agora.

O importante é que os dados não batem com a realidade. Os números são expressivos, são uma recomposição de uma situação que passamos nos anos de 2002 e 2003. Em muitos desses índices estamos voltando aos anteriores a 2002 e aos de 2002. Outros, evidentemente, estão em crescimento, como é o caso das exportações, a melhoria dos fundamentos da política. Mesmo antes de V.Exa. estar na Presidência do Banco Central temos ouvido falar dos fundamentos da economia brasileira.

Esses números indicam médias: a indústria cresce, em média, tanto; os salários estão crescendo, em média, tanto; a massa salarial está crescendo tanto. São todos números médios. Devo dizer a V.Exa., porém, que, na realidade, verificamos, no dia-a-dia, no contato com a população, com as pessoas, com as famílias e também com os agentes econômicos, que essa média não é homogênea. Não há homogeneidade na economia para afirmar: se há 5% de crescimento é porque há 5% de crescimento em todos os setores da economia ou o crescimento da massa salarial é o mesmo para todas as famílias. Não. O que percebemos é que existe uma brutal diferença entre a forma e o

ritmo de crescimento de alguns setores da economia em relação a outros.

V.Exa. citou o setor da construção civil. A construção civil é muito genérica. Dados de acompanhamento desse setor mostram que a venda de imóveis, um elemento muito importante para a população de renda média ou menor, está absolutamente estagnada. Não há evolução nenhuma.

O setor de exportação está vendendo muito, puxando alguns outros setores também. O Banco Central teria informações mais detalhadas, por categorias, por setores, por renda familiar e por distribuição de renda? A sensação – porque não temos esses dados em mãos – é de que a distribuição de renda no País tem piorado e continua piorando.

Para nós esses elementos mostram a recuperação da economia, que é indiscutível, principalmente, em relação ao período que tivemos um decréscimo e uma retração muito fortes. Há uma recuperação dos níveis de emprego no âmbito geral, embora não saiba se há uma recuperação do nível dos vencimentos médios. Acho que não. Talvez, a nível de famílias, sim. Com mais pessoas trabalhando, pode ser que isso tenha dado à família um pouco mais. Mas a nível de rendimentos individuais, não.

Faltou um dado importante, o que é muito comum. Sempre que o Banco Central vem aqui só apresenta as tabelas cor-de-rosa. Aquelas mais cinzas, não. Por exemplo, evolução de taxa de juros. É um elemento importante para pensar o Brasil para médio prazo, para longo prazo. A evolução das taxas de juros não foi apresentada e essa informação é fundamental. Nós temos hoje a taxa de juros real de 11% ao ano. Não conheço economia que possa se desenvolver a médio e longo prazo com taxa de juros de 11%, a não ser em situações muito especiais, de pessoas que já vêm investindo, pela necessidade de atender o mercado momentaneamente. Não vejo nenhuma hipótese de pensar investimentos a médio e a longo prazo com uma taxa de juro real a 11% ao ano – repito. Não há como fazer isso. Não há nenhum investimento produtivo que dê rentabilidade garantida de 11% ao ano. Faltaram esses dados.

Talvez V.Exa. possa mandar aquelas tabelas complementares, aquelas mais cinzas. Não apenas as melhores, mas aquelas que, certamente, foram afastadas da apresentação. Isso não é novidade. O Banco Central faz muito isso, sistematicamente. Podia nos mandar essas taxas e tentar nos mostrar como essa diferenciação de crescimento se dá nos diversos setores da economia e como ela se dá nos setores do consumo e da renda familiar e pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Ricardo Barros. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sr. Ministro, esta é uma nova apresentação do Presidente do Banco Central. Gostaria de dizer que estou muito feliz pelo cumprimento da lei. Na sua última apresentação fiz um requerimento para que o senhor retornasse à Casa em função de que a lei não estava sendo cumprida. Era mais uma propaganda do Governo do que propriamente uma análise dos balanços das contas públicas.

Ainda faltam, como diz o Deputado Goldman, alguns dados importantes. Mas já melhorou muito. As apresentações do Banco Central, que costumavam nem ocupar o tempo de 20 minutos, agora ocuparam 55 minutos. Isso representa que, realmente, quando viermos aqui para debater o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, teremos de discutir um pouco mais.

O Presidente, certamente, vai perceber que a discussão será mais longa, porque os dados são mais consistentes.

A meta de inflação é 5,5%, mais 2,5% de tolerância, vai estar no limite, porém muito próximo de ser ultrapassada – espero que não seja. Nós desejamos isso para o Brasil, mas estamos repetindo para o Orçamento do ano que vem também uma meta de inflação muito baixa e que, talvez, de novo, e para o seu cumprimento, exija a manutenção dessas elevadas taxas de juros.

Pergunto, então, ao Presidente do Banco Central se não poderíamos prever uma taxa de juros possível de ser realizada, a fim de que se cumpra a meta fiscal. Tem tudo a ver a meta da inflação com a taxa de juros que se pratica. De repente, em vez de fazermos uma proposta de meta de inflação baixa e taxas de juros altas, deveríamos tentar uma meta mais perto da realidade. Ano a ano essa meta vem sendo acima do que se prevê na proposta orçamentária.

A questão do crédito. O crédito está crescendo, mas muito pouco e sempre com a intermediação do Governo. Os bancos precisam aprender a emprestar aos particulares, e o Governo parar de concorrer com os particulares na tomada do crédito. Enquanto o Governo estiver pagando essas taxas de juros, nenhum banco vai emprestar a particular. Vai correr risco no empréstimo se pode ter garantia de remuneração com o Governo pagando essas taxas. Então, de novo, estamos recorrendo à questão das taxas de juros. Se as taxas fossem menores, os bancos, talvez, arriscassem emprestar a particulares a taxas maiores. E depois não é possível, mesmo aos juros do BNDES, uma empresa

fazer o seu plano de viabilidade, com o seu resultado, descontada a carga tributária brasileira que cresceu muito neste Governo, sobrar ainda 11% líquido para pagar de juros. É muito improvável que algum ramo de atividade tenha essa possibilidade.

Sem dúvida, o saldo positivo em conta corrente é importante. Decorre da desoneração das exportações, da Lei Kandir, que o Governo não vem cumprindo. Os Estados estão em situação calamitosa, porque devem aos produtores exportadores, e o Governo está repassando, em média, 18% do crédito que deveria aos Estados.

Então, quanto a isso, também é importante uma atenção do Banco Central e da política econômica, porque os Governadores já estão resistindo a assinar protocolos para instalação de indústrias exportadoras. Estamos tentando instalar no Paraná uma indústria de papel de imprensa – meio bilhão de dólares de investimento. O Governador Requião não quer a indústria no Paraná, porque diz que não adiantará nada, que terá prejuízo, porque a indústria é imune e tem de dar um crédito de ICMS de 40 milhões por mês. Não quer a indústria lá. Então, o investimento que poderia vir ao Brasil de meio bilhão de dólares não vem, porque o Governo não está fazendo a devolução. Até não é o caso. Estamos propondo que essa desoneração venha também para a Lei Kandir, mas o Secretário da Fazenda diz que não adianta, porque o Governo não dá aos Estados o dinheiro que deveria. Então, esse é um ponto importante para garantir o crescimento das exportações e o saldo positivo na balança. Parece que as importações já estão superando as exportações na conta mensal, e vamos ter o preço das **commodities** reduzido. Há uma expectativa de supersafra em alguns dos produtos básicos, principalmente dos Estados Unidos, e vamos ter problemas aqui com o grande investimento feito pelos produtores rurais.

Esses preços internacionais das **commodities** nos ajudaram a formar esse quadro positivo apresentado pelo Presidente do Banco Central, mas preocupa-nos a sua continuidade.

Com relação aos novos empregos e à renda média menor desses empregos, faz-me refletir o quanto é gerado pelo crescimento da economia, que de fato está existindo, e quanto é gerado pelo arrocho da fiscalização do Ministério do Trabalho, especialmente sobre o microempresário. É cruel a forma como o Ministério do Trabalho está avançando sobre os microempresários, sobre a economia informal, que no Brasil passa dos 60%, que de repente são obrigados a enquadrar-se em uma situação tributária não compatível com a sobrevivência do seu negócio.

Um pouco desse número positivo dos empregos, que não chegaram aos 10 milhões nos 4 anos, dá-se pelo arrocho, pela fiscalização do Ministério do Trabalho. As delegacias estão recebendo metas de carteiras assinadas a serem cumpridas, a serem buscadas na fiscalização para diminuir a dificuldade que o Governo tem de prestar contas da falta do cumprimento da sua promessa em gerar 10 milhões de empregos.

Essas eram as observações técnicas que gostaria de fazer a respeito do relatório.

Politicamente falando, sempre vemos na imprensa que esse terceiro mandato do Fernando Henrique é o pior. Pelo menos para a economia não, pois foi a única coisa mantida do Governo anterior. Assim, podemos comemorar de fato um resultado bom, positivo, e a superação do Risco Brasil. Havia um medo muito grande de que o PT cumprisse todas as suas propostas e convicções. Isso foi abandonado.

Fico muito feliz quando ouço falar da despedização do Governo. Isso significa que o Presidente Lula passa a mandar e não o PT, o Ministro José Dirceu vai ter menos força e o Aldo Rebelo, que defende o Lula e não o PT, vai ter mais força. Isso é bom para o Brasil, pois o PT criou essa forma de financiamento público de campanha que toma 10% ou 20% do salário dos servidores e fez a campanha mais cara da história do País. Nunca se viu tanto dinheiro numa campanha política financiada por nós, contribuintes, por meio desse repasse, dessa troca da nomeação pela declaração, pela autorização de débito em conta corrente.

Espero que possamos resolver essa questão na reforma política. Aliás, vale lembrar que a surra que o PT tomou nas urnas, Sr. Presidente do Banco Central, não é o reflexo desses números tão positivos. Não faz nem um mês que o PT levou uma surra nacional. E não é porque os números da economia estejam tão bons.

É preciso também compreendermos as diferenças. De qualquer maneira, Sr. Presidente da Comissão, estou muito contente pelo cumprimento da lei. Talvez ainda devamos exigir uniformidade na apresentação dos gráficos. Quando a evolução é boa ao longo da história, o gráfico mostra toda a história. Mas quando a evolução é boa somente no último ano, o gráfico mostra apenas o último ano. E quando é boa só no último trimestre, o gráfico mostra somente o último trimestre.

Então, é preciso que haja um pouco de uniformização dos dados para que se possa ver, Sr. Presidente, o que realmente está acontecendo no País. Senão, dá a impressão de que está tudo uma maravilha, quando na verdade não está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)
– Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, espero que os meus 3 minutos sejam tão longos quanto os dos meus antecessores.

Sr. Ministro do Banco Central, Presidente Henrique Meirelles, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, não preciso mais falar sobre a credibilidade que V.Exa. tem à frente do Banco Central, principalmente em relação ao exercício do seu cargo no Congresso Nacional.

Vimos que o art. 104, inciso II, e também o art. 105, da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda não foi devidamente atendido. Portanto, precisaríamos ter o relatório, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, no prazo mínimo de até 10 dias antes dessa reunião conjunta, conforme previsto nos arts. 9º e 105 da referida lei. Espero que no próximo quadrimestre, V.Exa. cumpra essa disposição.

Depois, Sr. Ministro Henrique Meirelles, gostaria que V.Exa. nos explicasse o resultado do Banco Central. No primeiro semestre de 2003, se não estou enganado, foi de 24 bilhões, 181 milhões de reais; no primeiro semestre de 2004, de 2 bilhões, 795 milhões. Há uma redução considerável do lucro do Banco Central. A que se deve essa redução?

Sr. Presidente Henrique Meirelles, ouvi a explanação de V.Exa., firme, consistente, e parece, como já foi dito pelos meus antecessores, que estamos vivendo realmente em um outro País, porque o sentimento que vemos nas ruas não é o desse cenário cor-de-rosa que V.Exa. traz. É claro que os números não mentem, mas vai ficar a minha dúvida. Não tem nada a ver com V.Exa., mas com o IBGE. Um ano depois de ter revisado o resultado da macroeconomia de 2001, o PIB, que antes era de menos 0,2%, passou para 0,5%. Isso, a meu ver, cheira muito a uma certa química contábil por parte do IBGE, que nem precisaria fazer esse tipo de coisa, porque este ano realmente constatamos que há um crescimento da economia. Portanto, ninguém vai contestar que realmente a economia cresce. Mas esses números nos levam a crer que estamos vivendo em um país que é a réplica do paraíso.

Outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que recebi, ontem, um pedido de socorro de um Prefeito do meu Estado que aplicou algum recurso da sua Prefeitura no Banco da Amazônia. Depois, quando o Prefeito foi fazer um saque, o gerente do banco disse que estavam presos no Banco Santos. Ora, o Prefeito não aplicou os recursos no Banco Santos. Foi uma instituição do Governo que recolheu os recursos da Prefeitura, portanto, recursos públicos,

sob a responsabilidade do Banco da Amazônia, que fez a aplicação no Banco Santos.

Consta – gostaria que V.Exa. também nos informasse a respeito – que o Fundo Constitucional do Norte também está nesse **kit** levado de roldão pelo Banco Santos, aplicado pelo Banco da Amazônia. Esses recursos deveriam ser aplicados em benefício da população que vive no norte do Brasil e para promover o desenvolvimento econômico. O Banco da Amazônia, contumazmente, faz essa transação com os recursos do FNO, e agora se sabe que esses recursos devem ter ido parar no caixa do Banco Santos.

Portanto, peço a V.Exa. que nos informe a respeito dessa situação. Precisamos saber quais as consequências jurídicas advirão dessa atitude.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Encerrando esse primeiro bloco, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLCY – Em primeiro lugar, diante da observação do Deputado Ricardo Barros, quero dizer que, na verdade, houve um crescimento significativo do resultado das eleições para o PT, que alcançou o quarto lugar nas eleições de 2000 e, desta vez, foi o partido mais votado.

Quero me ater à questão econômica, primeiramente fazendo uma observação ao caro Deputado Alberto Goldman. Em relação ao coeficiente de equidade na economia brasileira – peço ao Presidente Henrique Meirelles que confirme esses dados se porventura houver elementos para 2004 –, o IBGE informou que, em 2002, o Coeficiente Gini era 0,563 e, em 2003, 0,555. Portanto, no primeiro ano do Governo Lula, para o qual há indicadores de igualdade com base no Coeficiente Gini, o resultado foi positivo.

Pergunto ao Dr. Henrique Meirelles se, em decorrência do falecimento do extraordinário economista Celso Furtado, isso representou para a equipe econômica, sobretudo o Ministro da Fazenda na interação com o Presidente e Diretores do Banco Central e membros do COPOM, também uma reflexão. E por que razão? O Prof. Celso Furtado sempre procurou chamar a atenção para a importância de o Brasil conseguir, ao mesmo tempo, a estabilidade de preços, o crescimento da economia, sobretudo voltado para o mercado interno, ou seja, ele sempre enfatizou a importância do crescimento das exportações, mas era necessário sempre ter o vigor do crescimento do mercado interno, sobretudo para que a economia pudesse crescer de forma mais saudável e equilibrada.

O Prof. Celso Furtado vinha chamando a atenção para o poder tão forte, digamos, do setor rentista

da economia. Para se ter a melhoria da distribuição da renda, faz-se necessário ter uma perspectiva de melhoria da remuneração, por exemplo, dos assalariados. Na medida em que vínhamos tendo uma proporção tão grande de pagamento para os que recebem juros na economia brasileira, isso tendia a prejudicar o objetivo de maior equidade na distribuição da renda. Com respeito a essa questão, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles – e não vi nos quadros aqui apresentados – qual o volume de juros pagos pelo setor público. Em exposições anteriores, V.Exa. havia mostrado que de 2002 para 2003 ocorreu uma diminuição e que se previa nova diminuição para 2004 e 2005.

Peço a V.Exa. que nos informe sobre a evolução do total de juros pagos pelos setores públicos municipal, estadual e o maior, que é a União. E se este dado vem melhorando de maneira consistente, porque acredito que se a dívida líquida do setor público está diminuindo em relação ao Produto Interno Bruto, provavelmente está havendo uma melhoria significativa do ponto de vista da diminuição dos juros pagos pelo setor público.

Lembro-me de que o volume desses recursos chegou a atingir algo em torno de 145 bilhões de reais. Estava diminuindo para algo em torno de 120 bilhões de reais este ano. E é sobre esse número que gostaria de saber. E há um número ainda muito grande, por exemplo, em relação às transferências de renda de um programa importante, na minha avaliação, como o Bolsa-Família. Temos hoje cerca de 5,5 milhões de famílias no Bolsa-Família. Até o final do ano, teremos mais de 6 milhões. Corresponderão a 6 bilhões e pouco de gastos previstos no Orçamento deste ano. Para 2006, o Presidente Lula tem como meta atingir 11 milhões e 200 mil famílias, que significarão cerca de 10,5 bilhões no Orçamento da União, ainda um número bem inferior aos juros pagos pelo setor público.

Quero sugerir ao Presidente Henrique Meirelles que, em suas exposições, considere também os efeitos dos programas de transferência de renda, que avalio estão contribuindo para a melhoria da recuperação da atividade econômica, inclusive em regiões como a do semi-árido do Nordeste, onde este programa se iniciou com mais força no ano passado. Tenho obtido alguns informes, e aqui está o Deputado Nazareno, do Estado do Piauí, que poderá confirmar isso. O Governador Wellington Dias informou-me, há poucos dias, que, antes do Programa Bolsa-Família, a cidade de Teresina arrecadava 80% de ICMS. Hoje, graças à recuperação da atividade econômica, por intermédio da injeção de recursos do Bolsa-Família, em todo o interior do semi-árido do Piauí, praticamente em todos os Municípios, essa proporção de Teresina diminuiu

consideravelmente para cerca de 60%. Isso significa que está havendo, pelo interior do Estado do Piauí e provavelmente de todo o Nordeste, um aumento da atividade econômica, por conta dos inúmeros efeitos causados por um programa como o de transferência de renda. E como avalio seja muito importante o Governo aperfeiçoar esse sistema e melhorá-lo, até passando um dia do Bolsa-Família para a renda básica de cidadania, numa perspectiva de que isso ocorra nos próximos 4, 5, 6 anos, assim por diante, sugiro estar também no conjunto de dados apresentados por V.Sa os efeitos deste sobre o nível de emprego, sobre a atividade econômica e sobre o crescimento mais equilibrado da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Presidente Meirelles, para que responda às perguntas feitas em bloco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vamos responder às perguntas de S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, que menciona, e com razão, o fato de que, no processo de recuperação econômica, essa recuperação não é homogênea em todos os setores. Isto é uma característica comum, Deputado, de todos os processos de recuperação econômica. No caso específico do Brasil, esse processo obedeceu a exatamente aquele modelo seguido na maior parte das recuperações.

Em primeiro lugar, cresceram setores mais sensíveis a crédito, como resultado da flexibilização da política monetária do Banco Central, e também setores ligados às exportações. Isso gerou aumento de emprego, aumento da massa salarial total, aumento da renda e, em consequência, os setores mais sensíveis à renda, como mostrei nas transparências, começam a crescer de forma sustentada. Esse crescimento, portanto, passa a ser mais homogêneo. Estamos verificando, portanto, um processo natural em que a renda e a base salarial se recuperam e, em consequência, os setores mais sensíveis à renda começam a ter um desempenho cada vez melhor.

Em relação à construção civil, não há dúvida de que os dados que expus mostram uma recuperação importante da construção civil, mas de novo ela vai se dar, num primeiro momento, de forma não homogênea. Ela vai se homogeneizando na medida em que ocorre uma maturação do processo.

A segunda pergunta do Deputado foi sobre a questão das taxas de juros. O fato é que as taxas de juros no Brasil são altas, particularmente no segmento livre de crédito.

Pois bem. Gostaria de mencionar algo da maior importância: as taxas de juros no segmento livre de crédito da economia brasileira estão ainda altas, mas estão cadentes em termos históricos.

Usando como referência a Taxa SELIC, por exemplo, lembramos que, no ano de 1999, ela atingiu um patamar de 45% e, em 1997, de 43%. Em resumo, temos hoje uma taxa real de mercado, como mencionado pelo Deputado, nas estruturas de taxas de juros a termo, mas de novo são taxas comparativamente mais baixas em relação ao passado recente do Brasil.

A nossa expectativa, que suponho é a mesma de V.Exa., é que, na medida em que prossigamos o processo de estabilização da economia brasileira, esses resultados mantenham-se, como é a nossa expectativa que se manterão. Evidentemente, a expectativa é que o risco macroeconômico do Brasil continue a cair, o crédito continue a aumentar, portanto, as taxas de juros de longo prazo refletidas pelo mercado continuem a seguir essa trajetória cadente.

Falarei agora sobre a distribuição nos diversos setores. Em primeiro lugar, é muito importante dizer que um dos maiores fatores concentradores de renda é a inflação. E existem dados que mostram isso com clareza. Portanto, um das funções básicas de um Banco Central é manter a inflação dentro dos parâmetros definidos na estrutura de metas, exatamente para fazer com que isso, entre outras coisas, proteja o poder de compra do trabalhador, além de também ser uma pré-condição para o crescimento econômico. Não há crescimento econômico com inflação elevada registrado na história recente da humanidade.

Gostaria também de mencionar, em relação à questão de distribuição de renda, que, nos últimos dois trimestres, o consumo das famílias cresceu a taxas superiores às taxas do produto.

Também pergunta V.Exa. até que ponto já temos dados específicos de distribuição de renda entre os diversos segmentos. Essa pergunta está relacionada à do Senador Eduardo Suplicy, no que diz respeito ao Coeficiente Gini. Eu diria que o Coeficiente Gini para 2004 somente será anunciado com a divulgação do Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, em 2005. Portanto, ainda não estão disponíveis esses dados. No entanto, podemos informar, usando os números mencionados pelo Senador, que, em 2003, o Coeficiente Gini foi de 0,555%; em 2002, 5,3%, indicando tendência de melhora. Os indicadores são de que essa tendência deve seguir trajetória de melhora, em função, principalmente, do fato de que se está gerando emprego para a população que estava desempregada, melhorando, portanto, o rendimento. Esse é um dado da maior importância.

Quando à geração de empregos, de acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos, do IBGE, foram gerados empregos formais e informais nas 6 principais regiões metropolitanas do País, o que representa um crescimento de 3% no ano, até setembro de 2004. Portanto, houve um crescimento no agregado dos empregos formais e informais, o que também tem aspecto importante na distribuição de renda.

Em relação aos setores, como mencionei, há dados que mostram crescimento em diversos setores, não só de bens de capitais, mas também de bens intermediários, por exemplo, que cresceram 7,4% ao ano; bens duráveis, 25%; semi e não duráveis, cerca de 4%. No caso de vendas no varejo, móveis e eletrodomésticos, 28%; combustíveis, 5,8%; supermercados, alimentos, bebidas e fumo, em torno de 5,9%; veículos, 18%; autopartes; vestuários, 5,3%.

O que vemos então é aquele quadro que já descrevi: setores mais sensíveis a crédito crescem no início. Posteriormente, setores sensíveis à renda começam a crescer, homogeneizando, portanto, o processo.

Antes de começar a responder às perguntas do Deputado Ricardo Barros, agradeço a S.Exa. o reconhecimento pelo fato de o Banco Central ter atendido à recomendação da Comissão no sentido de endereçar todos os aspectos de suas operações. E não só isso, mas também o efeito da política macroeconômica no endividamento público como um todo. Anotamos também a recomendação de V.Exa., Deputado, no sentido de uniformizar os gráficos em futuras apresentações. Já estamos fazendo isso. Tivemos que mudar, até para atender às recomendações da própria Comissão, mas certamente agora, atendida a maior parte dessas recomendações, haverá campo de melhora, conforme mencionou também o Deputado Avelino. Certamente manteremos a consistência, mas dentro de um princípio de concordância entre a recomendação da Comissão e a ação do Banco Central.

Quanto aos empréstimos a particulares, nobre Deputado Ricardo Barros, o empréstimo à pessoa física está crescendo bastante, principalmente aquela modalidade de empréstimo por consignação em folha de pagamento, que tem a participação das centrais sindicais no processo de negociação e faz com que, pela garantia e maior transparência, as taxas de juros sejam muito menores. Isso está levando ao crescimento de empréstimos a particulares, a pessoas físicas.

Sobre o aumento da formalização, as pesquisas do IBGE indicam que a criação total de emprego e a formalização são positivas, pois trazem para o mercado de trabalho formal um número maior de trabalhadores, com garantias trabalhistas e demais direitos.

Com relação às perguntas do Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, quero dizer que anotamos com muito cuidado as recomendações de S.Exa. sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e melhoras que ainda podem ser feitas. Agradecemos a S.Exa. o esforço e certamente estamos preparados para continuar interagindo com S.Exa. a fim de dar continuidade ao atendimento das recomendações e necessidades da Comissão.

A segunda pergunta, da maior importância, foi no sentido de esclarecer o porquê da queda de resultado do Banco Central de 2003 para 2004.

No ano de 2003, em primeiro lugar, houve grande melhora nas condições de mercado no Brasil. Os títulos brasileiros se valorizaram muito. No começo de 2003, com a melhora muito forte do valor dos títulos, houve grande ganho no valor de mercado, o que é contabilizado pelo Banco Central, nos títulos de sua carteira. Em segundo lugar, houve importante apreciação do real. E, nas operações derivativas, as chamadas Operações de Swap, em que o Banco Central paga a correção cambial e recebe a taxa de juros DI, na medida em que há apreciação do real, o Banco Central tem lucro maior.

Houve um lucro extraordinário, produto da excepcional melhora das condições da economia brasileira naquele período. Mas, certamente, não é algo sustentável durante o correr do tempo, na medida em que a economia tende a se estabilizar. O valor dos títulos, o valor do real, como mostrei, tende a ficar mais estável, o que é, inclusive, desejável e faz com que o resultado do Banco Central seja menor, mas ainda positivo.

Quanto à pergunta de S.Exa. no que diz respeito ao sentimento nas ruas, eu diria – e espero que S.Exa. observe isso, que é o que todos nós estamos sentindo – que é normal, quando a economia começa a melhorar, a população não ter imediatamente percepção disso. A recuperação econômica precisa durar vários anos para ser completamente percebida pela população. A criação de emprego que tivemos este ano, por exemplo, se ela se repetir durante alguns anos, aí, sim, certamente, um número muito maior de pessoas terá acesso a essa melhora. E o mesmo ocorrerá com a massa salarial. V.Exa. está apresentando uma questão muito séria e importante, pois a finalidade de qualquer política econômica, em última análise, é o bem-estar e o padrão de vida do cidadão e da cidadã. Portanto, é muito importante que se reflita a respeito disso.

De acordo com aquele provérbio chinês, uma caminhada de mil quilômetros começa com o primeiro passo. O importante é que o primeiro passo seja dado na direção correta. No nosso caso, as direções estão corretas, os números são extraordinários, o que

mostra que o Brasil, a essa altura, não só já deu o primeiro passo, como está em plena caminhada rumo ao crescimento para atingir a melhoria da renda da população.

Sobre as questões relativas ao IBGE, gostaria de dizer que é evidente, e S.Exa. tem toda a razão, que gostaríamos de ter os dados o mais cedo possível. Mas é muito importante reconhecermos o esforço, a alta qualidade técnica, científica e metodológica do trabalho do IBGE. São divulgados, primeiro, os números, baseados em dados preliminares. E, na medida em que os dados são analisados, confirmados por outros indicadores, passam a ser devidamente revisados. Isso acontece na maioria dos países, a não ser em países muito pequenos, onde há estatísticas facilmente compiladas, mas principalmente em países do tamanho, da complexidade do Brasil, sobretudo quando existe inflexão de trajetória de crescimento. Isso, de fato, é importante mencionar.

Em relação às aplicações no Banco Santos, preciso contar com a compreensão do nobre Deputado, pois estamos no início dos trabalhos da Comissão de Inquérito no Banco e não temos ainda todas as informações, todos os dados. Até o final do mês de janeiro, que é o prazo estipulado, o Banco Central terá um relatório completo sobre tudo. Temos informações preliminares de que os recursos do Fundo Constitucional do Norte não estavam aplicados no Banco Santos. Eles estão aplicados exclusivamente em títulos públicos. Portanto, é uma informação preliminar, mas de boa fonte, que é a própria equipe do Banco Central.

Quanto aos recursos do Banco da Amazônia, temos informação, também preliminar, de que alguns recursos do Banco da Amazônia foram aplicados no Banco Santos. Certamente quando os resultados estiverem absolutamente compilados com segurança e com precisão, teremos satisfação em enviar para S.Exa. os resultados consolidados e precisos das avaliações e conclusões do Banco Central.

Agora responderei às perguntas e observações do Senador Eduardo Suplicy. Em primeiro lugar, Senador, como já disse a S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, quero dizer que as informações sobre distribuição de renda, de acordo com os dados do PNAD referentes a 2004, não estão disponíveis no momento. Estarão disponíveis apenas em 2005.

Portanto, não temos condições de fornecer-lhe dados precisos, mas, como S.Exa. mencionou, a tendência foi de melhora de 2002 para 2003. E indicadores preliminares indicam que existe uma continuação dessa tendência, devido ao aumento do número de empregos exatamente em setores de rendimento mais baixo, aqueles setores em que havia desempregados

que passaram a ter acesso a emprego, como o da construção civil, por exemplo. Mas o fato concreto é que estamos falando apenas de dados preliminares.

Quanto ao total de números consolidados sobre o pagamento de juros pelo setor público, perguntado por S.Exa., eu diria que, no ano de 2003, o total de juros pagos pelo setor público foi de 145 bilhões, 205 reais, o que representa 9,3% do Produto Interno Bruto. No ano de 2004, de janeiro a outubro, foi de 106 bilhões, 370 milhões de reais, o que dá cerca de 6% do PIB. A projeção para o ano, Senador, é de 130 bilhões, 562 milhões de reais, com 7,3% do Produto Interno Bruto. Portanto, existe uma queda de 9,3 para 7,3%, equivalente a 2% do PIB, o que mostra uma tendência de melhora.

Com relação aos efeitos dos programas de transferência de renda, particularmente o Bolsa-Família, concordamos totalmente. Até não acredito que precisamos nos estender sobre isso, já que temos total concordância no sentido de que os programas de transferências de renda são importantes e que os efeitos do Bolsa-Família, naquelas regiões mencionadas pelo Senador, são de fato positivos. Temos total concordância nesse sentido, repito, e anotamos as recomendações do Senador sobre futuras apresentações.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Gostaria de inscrever-me para fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – O Deputado Alberto Goldman também deseja usar a palavra para fazer a réplica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não vou abusar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Quero mesmo pedir que sejam breves, até porque ainda há 13 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, em respeito aos outros oradores, abrirei mão do meu direito de réplica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, posteriormente às réplicas, pediria a palavra, na forma do art. 7º do Regimento Comum, na condição de Líder do PFL na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – A palavra será concedida a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Seirei muito rápido, Sr. Presidente, até para permitir que os demais Deputados e Senadores falem sobre a matéria.

Sei que o Presidente Henrique Meirelles não é responsável pela política econômica, mas pelo Banco Central. É um operador de política econômica de

uma área da política econômica, e a política econômica é elaborada pelo Presidente da República e por seus Ministros específicos. No entanto, deixo claro que, pelo que sinto na sociedade e na realidade do dia-a-dia, esses dados não chegam ao povo, ao cidadão, ou chegam de forma muito leve. É verdade que houve recuperação, sim, em relação a 2002 e 2003. É verdade que não continuamos em um plano inclinado. Pelo contrário, tivemos crescimento e há repercussão desse crescimento, mas nada excepcional. Para mim, o período róseo está começando a terminar. No caso específico dos 11% de juros reais, esse índice é maior do que o que já existiu de juros reais no próprio Governo Lula. Aumentou agora, passando de 10 para 11.

Há um dado em uma dessas tabelas – acho que a única de cor cinza que encontrei aqui, na folha 13 – que se refere a **spread** e segmento livre, mostrando que houve queda do **spread** até julho e crescimento do **spread**. Isso não é à-toa. É incrível a sensibilidade do setor financeiro, que percebe claramente algumas dificuldades que começam a aparecer. Temos algumas dificuldades no plano internacional em relação à balança, que não terá o mesmo nível de crescimento que já teve. Não me parece que, no futuro, com a taxa de juros vigente no País, com o Estado não investindo nada, com 4,5% de superávit primário – o investimento feito pelo Estado brasileiro é de em torno de 0,5% do PIB contra 4,5% de economia de superávit primário –, parece-me que nem o setor privado nem o setor público terão condições de atender às necessidades do País.

Não vejo isso de forma tão rósea quanto V.Exa., que está usando os famosos óculos do Dr. Pangloss, que evidentemente lhe dão essa visão. A minha visão não chega a ser catastrófica, mas também não vejo a situação da forma como V.Exa. vê. De qualquer forma, cumprimento-o pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Goldman.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, realmente houve uma queda do **spread** bancário e, como V.Exa. falou, um aumento em relação ao crédito com desconto em folha. Para empréstimos com garantia de desconto em folha, os juros ainda são muito elevados. Para quem está emprestando com a garantia de que o pagamento vai ser debitado na folha, os juros ainda são muito elevados. É preciso fazer um grande esforço no sentido de viabilizar a solução para que o crédito realmente aumente na ponta. E torcemos para que esses números continuem, pois queremos sempre o melhor para o Brasil.

Quem sabe lhe favoreça a verticalização, agora anunciada pelo Presidente Lula, que possibilitará aos Ministros nomear todos os seus assessores. Se V.Exa. puder nomear sua equipe, pode ser que as coisas melhorem ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, quero fazer uma retificação. Ao me referir ao Presidente do Banco Central, utilizei a expressão V.Sa. Porém, lembrou-me o Relator, Deputado Ricardo Fiuza, que S.Exa. agora é Ministro, de acordo com a medida provisória em vigência. Assim, quero usar o tratamento adequado, que é V.Exa.

Quero ainda propor um exercício. Vamos supor que estivéssemos aqui em uma reunião do COPOM, que fosse eu um dos seus membros e apresentasse um argumento ao Presidente do COPOM, Sr. Henrique Meirelles. Podemos notar, pelos dados apresentados por V.Exa., que a capacidade ociosa hoje se aproxima de 83%. Portanto, com esse aumento, alguns setores já estão acima desse nível.

Por outro lado, a taxa de desemprego felizmente vem baixando e, por 6 meses consecutivos, tanto o DIEESE quanto o IBGE mostram taxas decrescentes, mas ainda em torno de 10%, o que significa dizer que há um número significativo de trabalhadores que gostariam de dar de si para sustentar a si próprios e às suas famílias, e que, entretanto, não estão encontrando, de pronto, oportunidade de trabalho.

Para a estabilidade da moeda é necessário que haja administração adequada da procura agregada, mas, se pudermos estimular o crescimento da oferta de bens e serviços, isso ajudará a atingir a meta de estabilizar os preços. Pois bem. Dado que a capacidade ociosa está atingindo um ponto alto – a capacidade de utilização das empresas, 83% – e que as empresas, portanto, estão próximas de tomar a decisão de expandir a sua atividade para aumentar a oferta de bens e serviços, não seria adequado, neste momento, retornarmos à baixa moderada da taxa de juros, a fim de estimular o maior investimento e, assim, ajudar no aumento da produção de bens e serviços? Inclusive, já que ainda há uma taxa de desemprego da ordem de 10%, facilitaria a absorção desses trabalhadores. Digamos que eu fosse membro do COPOM e dissesse isso. Como o Presidente do COPOM, prezado Presidente Henrique Meirelles, responderia? Por favor.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Propondo uma diminuição moderada da taxa de juros, ao invés de, mais uma vez, elevá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – De preferência em uma audiência televisada, Senador Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Já que ainda não consegui que o Presidente Henrique Meirelles autorizasse a filmagem deste debate, esta seria uma forma de ouvi-lo como se estivéssemos em uma reunião do COPOM. Por isso formulei a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que se inscreveu para falar como Líder.

Na sequência, o Presidente Henrique Meirelles responderá às réplicas e ao Líder José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo; Sr. Ministro Henrique Meirelles; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; meus companheiros, primeiro quero informar que irei obedecer ao art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiariamente, restringindo-me exclusivamente ao objeto da exposição do Sr. Ministro.

Aproveito a oportunidade para parabenizar todos os que fizeram intervenções anteriormente por terem seguido basicamente essa receita.

Sou dos que acham que o Governo deveria ter discutido corretamente a medida provisória no momento certo, mas faremos isso à tarde. Hoje, o que temos de analisar é o relatório de S.Exa. o Ministro Presidente do Banco Central.

A exposição do Ministro deixa muito claro que estávamos certos quando estabelecemos as bases da política econômica do Governo Lula, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, S.Exa. o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que pese não tenha de modo geral acertado na constituição de sua equipe, foi capaz de não se aventurar no discurso do PT e nas propostas do Lula durante a campanha, e preferiu não comparecer ao enterro de Celso Furtado, por estar abandonando completamente suas propostas do passado, aquelas que o elegeram, a levar o Brasil a uma situação que seria muito pior do que a que temos hoje, tanto que assim stimos sobretudo à continuação. Um dos Deputados que falou anteriormente mencionou – evidentemente que com um toque de humor – que esse seria o terceiro período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não concordo com isso, mas acho que se for o terceiro que não exista o quarto, porque esse é um período que poderia ser um período *fake*, falso, do Governo FHC. Há algumas características, Deputado, mas não é exatamente o que se esperava.

Tenho algumas perguntas a fazer ao Presidente, sobretudo referentes às preocupações que tenho com as reservas. Mencionou V.Exa. 51 bilhões de dólares das reservas totais, mas depois tomou o cuidado de corrigir e falou das reservas líquidas, que estão em torno de 24 bilhões, se não me falha a memória.

Fico preocupado porque V.Exa. fez uma exposição toda ela voltada para o cenário interno, e todos nós sabemos – e V.Exa. em particular – dos grandes desequilíbrios da maior economia do mundo, a americana. Como vai ser esse **lending** americano? Vai haver um **soft lending** ou algo mais abrupto? De qualquer jeito haverá mudanças. Não acredito que os americanos continuem sendo autistas em relação à sua própria política econômica. Sabe V.Exa. que qualquer outro país estaria na mira do FMI não fosse a economia americana estar se comportando como está.

Então, peço a V.Exa. que fale alguma coisa sobre as reservas, evidentemente olhando para 2005. Como é o cenário que V.Exa. enxerga, não o interno, porque sobre isso V.Exa. poderia falar, mas como V.Exa. vê o cenário internacional, no qual teremos de navegar. O Brasil, no meu entendimento, tem reservas e vulnerabilidades menores do que tinha no início do Governo, mas poderemos ser afetados profundamente pelas questões internacionais, inclusive a questão do petróleo.

Estabeleceu V.Exa. uma polêmica com a PETROBRAS, que acompanhamos atentamente, porque achamos que, da mesma forma que o Governo do Presidente foi feliz na condução da política econômica, não está sendo feliz na condução da política microeconômica. E esta semana li nos jornais que um diretor da PETROBRAS reconheceu que teria retardado o aumento do combustível em razão das eleições. Isso é crime. Se se tratasse de uma empresa privada, teria sido cometido crime previsto no capítulo dos benefícios privados do controle. Isso é muito comum, e V.Exa. sabe que uma das grandes vulnerabilidades do Brasil é exatamente a forma como as empresas abertas usam o benefício privado do controle. Alguma literatura chega a falar que isso pode representar 65%, o que é muito elevado.

Portanto, o que a PETROBRAS fez foi um benefício partidário do controle, o que é mais ou é tão criminoso quanto o privado. Sei que a PETROBRAS não é fiscalizada pelo Banco Central, mas aproveitou o gancho para falar de benefício privado de controle, porque, como brasileiro, estou indignado com o que a imprensa tem divulgado sobre a orgia feita pela direção do Banco Santos no que diz respeito a benefícios privados da família do Presidente, em detrimento dos correntistas, o que afeta sobremaneira um dos itens pelo qual V.Exa. é responsável, que é a questão creditícia. Não há dúvida de que o Brasil tem feito um es-

forço muito grande, a começar do Governo passado, e elogio a atitude do Banco Central por ter feito intervenção no Banco Santos.

Pergunto a V.Exa. se nós, Deputados, estamos precisando fazer algum aperfeiçoamento legal para que banqueiros possam ser presos, como acontece em alguns países desenvolvidos, ou há um problema apenas de cumprimento da lei, o **reinforcement**? Ou é uma questão legal? Se é uma questão legal, caberia, talvez, ao Banco Central, com a competência de seus advogados, sugerir-nos algo. E não estou querendo, Sr. Presidente, que esse tipo de legislação venha a infringir as chamadas regras de julgamento empresarial, que V.Exa. sabe que são muito bem aceitas na legislação americana. Não quero condenar ninguém por julgamento do mérito da sugestão. Condeno, e evidentemente todo o País, as pessoas que se aproveitam do momento em que exercem controle sobre uma instituição para o enriquecimento pessoal.

Portanto, o assunto do Banco Santos, pela dimensão e repercussão, sobretudo após o Banco Central ter tomado a decisão de alterar as reservas para não afetar bancos menores, é um assunto que V.Exa. poderia descrever um pouco mais, para conforto da sociedade que nos ouve e deste Plenário, composto por Deputados e Senadores.

Outro ponto que tem muito a ver com a política creditícia brasileira, e que V.Exa. falou *en passant*, foi a importante aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 10.931, que trata da construção civil. Foi um avanço. Essa lei basicamente estava contida numa medida provisória, aprovada em 8 de agosto, mas ainda temos de avançar na regulamentação. Portanto, os reflexos não são exatamente dessa lei; talvez sejam psicológicos. Na verdade, o clima, o ambiente empresarial de garantias de investimentos na área imobiliária ainda não foi criado. Conheço um pouco de mercado imobiliário e sei das indecisões, das incertezas e da incapacidade dos próprios bancos de arquitetar os sistemas correspondentes de crédito e hipoteca para que o Brasil tenha uma indústria de construção civil realmente capaz de gerar muitos empregos. O Governo Lula tem tido o apoio da Oposição em toda essa modernização legislativa, assim como na aprovação da Lei de Falências. Ela ainda não foi aprovada por um erro tático do Governo Lula, erro este denunciado pelo Líder Aloizio Mercadante: o Governo terminou inundando o Congresso Nacional com entulho legislativo irrelevante, como a medida provisória que envia remédios para as vítimas de um incêndio de supermercado no Paraguai ou a que manda um avião para matar gafanhotos no Senegal.

Portanto, há medidas importantes, como essa lei que aprovamos e que V.Exa. mencionou.

Para concluir, peço a V.Exa. que faça comentário a respeito do limite das informações. Sei que há grande esforço do Banco Central para que haja informações sobre credores. O Brasil é muito fraco nessa questão. É evidente que os grandes bancos vão sempre procurar manter como privado o direito de informações sobre os credores. V.Exa. sabe que, tendo em vista a participação tão expressiva dos bancos oficiais na economia brasileira, seria importantíssimo que o Banco Central tivesse poderes para reforçar a democratização do crédito. Pergunto mais uma vez: há necessidade de ajuda legislativa para que possamos reforçar isso?

Por último, Sr. Presidente, em relação a 2005, tenho a mesma preocupação levantada pelo Deputado Alberto Goldman quanto aos níveis de investimento.

Ontem assisti a palestra, em São Paulo, de assessor do Ministro do Planejamento que reconheceu que o aumento dos níveis de investimento no Brasil em relação a 2003, da ordem de 11%, não significa muita coisa. Os níveis de investimento estão muito baixos, e é exatamente por isso que existem os gargalos ressaltados pelo Senador Eduardo Suplicy. Eles são evidentes na economia, e exigem que cresçamos a níveis menores.

Não há dúvida de que V.Exa. pouco pode fazer para que haja avanços em investimento, porque há muitas questões nas áreas microeconômica e institucional. Seria importante que nós, do Congresso, voltássemos a falar das questões institucionais.

Parece-me que a formação de capital bruto brasileiro é um grande obstáculo, e gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Esse capital cresceu em relação a 2003, mas é muito pouco se comparado ao que precisamos. É esse o grande obstáculo para o crescimento sustentado de que V.Exa. fala. Penso que há 2 problemas: o investimento interno e o cenário internacional.

De modo geral, quero congratular-me com V.Exa. por ter cumprido a legislação. Há apenas um ponto que V.Exa. poderia incluir na sua exposição: a comparação que a lei exige em relação aos parâmetros do orçamento. Não me parece que foram apresentados. Se V.Exa. os tiver, poderia apresentá-los, caso contrário, poderia fazê-lo por escrito em outra oportunidade.

Muito obrigado, Presidente Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Muito obrigado, Líder José Carlos Aleluia.

Passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na condição de Líder.

O SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria primei-

ro de elogiar a qualidade da intervenção do convidado e do debate que estamos fazendo nesta Comissão, o que mostra a importância do Poder Legislativo para o desempenho do Banco Central na política monetária e fiscal. Parabenizo V.Exa. não só pela exposição, mas também pelos resultados que apresenta a este Plenário.

Começo destacando o Produto Interno Bruto: 0,5% no ano passado, em que tivemos a moratória da Argentina e a Guerra do Iraque. Outros momentos de choque externo, por exemplo, a crise da Rússia, no Governo anterior, fizeram com que o PIB chegasse a 0,13%. Num quadro internacional extremamente adverso, tivemos um piso de crescimento muito baixo, mas, analisado historicamente, o resultado permitiu ajuste muito importante nas contas externas e públicas para este ano.

Nos últimos 9 meses, temos crescimento do PIB de 5,3%, mais que em qualquer ano do Governo anterior. Mesmo que o crescimento neste último trimestre seja 0%, vamos crescer mais que em qualquer ano do Governo anterior, e, mais importante, a indústria cresce a 9%, taxa historicamente do pós-guerra, quando éramos o País que mais crescia em toda a economia mundial. Há muito tempo não assistíamos a uma taxa de crescimento da indústria dessa magnitude. Mais importante que o crescimento, V.Exa. destacou, é que estamos batendo recorde histórico de produção industrial e o maior nível de ocupação da capacidade industrial desde 1991, quando esse índice foi criado; recorde de produção das indústrias automobilística, siderúrgica, de papel e celulose.

Qual é o verdadeiro debate que deveríamos fazer? É sobre em que medida esse resultado espetacular, quando analisamos a história recente do Brasil, é sustentável. Qual a sustentabilidade dessa estratégia? Alguns indicadores apresentados mostram que é muito promissora a possibilidade de que o crescimento se sustente. O primeiro fator que chama a atenção: o setor de bens de capital de máquinas e equipamentos cresceram 25,7%. Isso mostra que temos um investimento vigoroso e um crescimento significativo do setor privado e que, com esse nível de capacidade produtiva ocupada, seguramente esses investimentos ocorrerão, mantida a trajetória de crescimento que temos observado.

A segunda questão fundamental para analisar a possibilidade de sustentabilidade do crescimento são as contas externas, e elas realmente chamam a atenção pela força dos números. Estamos com superávit comercial nos últimos 12 meses de 32 bilhões e 600 milhões de dólares, outro recorde histórico. É só lembrar que, em 8 anos do Governo anterior, o resultado

acumulado foi um déficit de 8 bilhões e 700 milhões de dólares. Saímos de período histórico de déficit nas contas comerciais para superávit de 32 bilhões e 600 milhões. Este é o caminho do crescimento sustentável e da estabilidade duradoura, esta é a vacina contra os choques externos: continuar insistindo nas exportações e no superávit comercial como forma de reduzir nossa vulnerabilidade.

E o mais importante: nas contas de transações correntes, nos 8 anos do Governo anterior, tivemos déficit acumulado de 186,2 bilhões de dólares. Quer dizer, o resultado deficitário do Brasil com o resto do mundo foi de 186 bilhões de dólares. Aumentava o passivo externo e, portanto, os compromissos futuros. Nesses 2 anos, já estamos com superávit de 8 bilhões e meio de dólares – estamos desendividando o Brasil. O superávit comercial é a segurança desse processo. Por isso, a relação dívida externa/PIB caiu de 35,9% para o patamar de 25%. Se compararmos juros da dívida e saldo comercial com exportação, veremos que estamos saindo de uma vulnerabilidade estrutural.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, nessa questão eu faria uma recomendação, e acho que o resultado seria muito promissor: acelerar a acumulação de reservas cambiais. Entendo que haja uma certa cautela, porque o dólar está no menor valor dos últimos 9 anos e continua caindo, mas isso levará a uma reação da política econômica americana, seja na redução do déficit público, seja no aumento da **prime rate**, da taxa de juros. Temos de estar absolutamente calçados. Um aumento de reservas cambiais agora ajudaria a manter uma taxa de câmbio mais competitiva para que esses dados se mantenham, no futuro, no saldo comercial.

Acumular reservas cambiais nos protege em relação à sustentabilidade do crescimento. O patamar do dólar estimula essa política, que, no meu ponto de vista, é convidativa, mesmo que ele continue em queda por mais um período, e, mais importante, ajuda a ter uma taxa de câmbio fundamental para o resultado da nossa balança comercial.

Outro aspecto apresentado e o mais difícil para a sustentabilidade do crescimento é a dívida pública. Chamo a atenção deste Plenário e da imprensa para o fato de que não só a dívida pública caiu, porque os dados positivos, às vezes, estão no rodapé das matérias. É muito importante apresentar os resultados macroeconômicos fundamentais. A dívida pública líquida caiu de 61,6%, em setembro de 2002, para 53,7%. Não apenas estamos desendividando o Estado brasileiro, como também estamos reduzindo a dívida pública indexada ao dólar do patamar de 40,6% para algo em torno de 11%. E continua caindo. Diminuímos o impacto do

risco cambial e melhoramos o perfil da dívida pública. O seu custo está se reduzindo.

É verdade que não tivemos investimento no ano anterior, porque este Governo fez 2 opções: primeiro, não continuar vendendo o patrimônio público, uma vez que 76% haviam sido vendidos e o ajuste fiscal era insustentável; segundo, não aumentar a carga tributária. O Governo anterior aumentou em 8% a carga tributária. Ela passou de 28% para 35,8%. A nossa opção é estabilizá-la para desendividar o País. Tivemos uma queda muito expressiva na taxa básica de juros, o que ajudou. Desdolarizamos a dívida pública e tivemos de fazer superávit primário para obter, a partir de agora, melhores resultados do ponto de vista do investimento no setor público. O crescimento econômico melhora a receita e a relação dívida/PIB e aumenta a capacidade de investimento do Estado, sobretudo em estrutura e logística, o grande ponto de estrangulamento do crescimento sustentável no futuro.

Aprovamos, por unanimidade, o PPP na Comissão do Senado. Acredito que o aprovaremos hoje, na CCJ, também por unanimidade. Houve participação muito importante da Oposição na construção do nosso projeto. Juntamente com os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e outros, construímos, com transparência e profundidade, um belo projeto do ponto de vista do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei de Concessões e à Lei de Licitações, instrumento que dará ao País mais condições de investir em todos os níveis, porque o crescimento da receita tributária não é só para a União, mas também para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente, do ponto de vista do choque externo sobre a estrutura de preços no País, creio que absorvemos bem esse impacto. Sabe V.Exa. que eu discordava da fixação da meta de inflação de 4,5% para o próximo ano. Só 2 vezes na história o Brasil teve inflação abaixo de 5,5%: em 1948 e em 1998, anos atípicos, com taxa de câmbio absolutamente desajustada – a âncora cambial no Governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Salte, no liberalismo econômico de Dutra. Em nenhum outro momento da história tivemos inflação abaixo de 5,5%.

Por que a meta deve ser 4,5% num período da história econômica em que estamos sofrendo pressão do preço do petróleo e choque externo de inflação?

Fico feliz que o Banco Central tenha definido a meta de 5,1%, mas ainda acho que deveríamos ter mantido a de 5,5%, porque já é ambiciosa dentro da banda de variação que nos dá segurança. Por quê? Estamos vivendo um choque externo. Não podemos abrir mão do crescimento econômico e do saldo comercial. É só isso que muda este País. Se não houver

crescimento, se não acreditarmos em investimento, em produção, no chão da fábrica, no curral da fazenda, nas exportações e no saldo comercial para acabar com a vulnerabilidade externa, não apresentaremos resultados exuberantes, dado o quadro de adversidades que superamos.

Do ponto de vista social, chamo a atenção para 2 aspectos: primeiro, o índice do DIEESE sobre massa salarial é mais criterioso. Este ano, a massa salarial aumentou 7%. Todos os dados de consumo dos setores não-duráveis, vendas no varejo, refletem a reação do mercado interno e do consumo. Não só a massa salarial cresceu, como também o crédito vinculado em folha, o que reduziu, substancialmente, o **spread** para uma parcela importante de assalariados, ajudou a alavancar o consumo e a diminuir a inadimplência.

Sr. Presidente, **spread** bancário é agenda para o Congresso Nacional e para o Banco Central. Temos de mexer nele e reduzir a taxa de juros na ponta.

Aprovamos, por unanimidade, no Senado, a Lei de Falências, e espero que a votemos logo na Câmara. Mas não é o único grande instrumento. Precisamos discutir a segunda parte da reforma tributária, a unificação do ICMS – a Câmara não pode abdicar de levar adiante essa bandeira. Devemos tratar também da cunha fiscal sobre o **spread** bancário.

Apresentei projeto, que ofereço como sugestão ao Banco Central, dando ao trabalhador a liberdade de optar por sua agência bancária. Temos, hoje, reserva de mercado dos bancos nas empresas: o trabalhador é obrigado a optar pelo banco que a empresa escolheu. Não se estimula a concorrência do ponto de vista dos produtos para o cidadão. O sistema bancário tem de concorrer, como em outros países, para atrair o correntista pela qualidade dos produtos, pelo **spread** e pelas tarifas que apresenta. Essa reserva de mercado no Brasil inibe a verdadeira concorrência bancária, outro instrumento que poderíamos utilizar.

Sr. Henrique Meirelles, apresentei outro projeto e gostaria que V.Exa. o analisasse: no talão de cheques, em vez de constar apenas o tempo em que o cliente tem conta naquele banco, que conste também o tempo no sistema. Na forma atual, ele fica inibido de mudar de banco, visto que aparece como correntista recente, quando pode ter belíssimo histórico no sistema financeiro. Que se mantenha o tempo naquele banco e se acrescente o que ele tem no sistema.

Ofereço esses 2 instrumentos à reflexão do Banco Central, a fim de estimular a concorrência bancária. Eles passam também pelo Congresso Nacional, se estivermos dispostos a enfrentar o problema com diálogo sincero e fraterno.

Sr. Presidente, o que mais me chama a atenção é o recorde de produção industrial e de utilização de capacidade ociosa, que estão se refletindo no emprego com qualidade.

Realmente, não consigo entender por que geramos quase 1 milhão e 800 mil empregos nesses 9 meses. Não adianta brigar com os fatos. É recorde de produção industrial. Por isso, está gerando emprego. O Brasil está crescendo. O PIB está crescendo 5,3%. É muito importante combater a informalidade, porque gera concorrência predatória entre aquele que respeita e paga os direitos trabalhistas, assegurando a Previdência Social, e aquele que não tem nenhum direito, parcela ainda muito grande da classe trabalhadora brasileira. É essencial buscar emprego formal de qualidade.

Sr. Presidente, passada a pressão do choque externo, que o Brasil absorveu muito bem, seguramente, podemos criar ambiente para que a taxa de juros retome a trajetória de queda progressiva. Todos nós, inclusive V.Exa., torcemos por isso. Se a meta da inflação for ambiciosa – 5,5% é ambicioso para um País como o nosso –, certamente, teremos condições de retomar a queda cuidadosa e progressiva da taxa básica já neste final de ano. Isso nos ajudará a ter uma taxa de câmbio de equilíbrio.

Espero que o próximo balanço que V.Exa. fizer neste plenário tenha resultados tão espetaculares quanto esse relacionado ao crescimento do PIB, produção industrial, balanço de pagamentos, reservas, saldo comercial, dívida pública interna, mercado de trabalho, emprego, salário, rendimento real, vendas internas. É o que o Brasil espera e, seguramente, talvez seja o ponto mais importante para começarmos a promover a inclusão social e a diminuir as desigualdades.

Quero parabenizá-lo pelos resultados e também provocá-lo em relação aos desafios da sustentabilidade em relação ao câmbio, aos juros e, sobretudo, às reformas que estão no Congresso Nacional, sem as quais não daremos o salto de qualidade possível neste momento tão favorável da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Solicito aos Srs. Deputados e Senadores, membros de quaisquer das Comissões envolvidas na reunião de audiência pública conjunta, que assinem o livro de presença localizado na entrada deste plenário.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para a resposta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, vou comentar as perguntas do Deputado Alberto Goldman. A diminuição da

vulnerabilidade da economia brasileira prepara o Brasil muito melhor para eventuais dificuldades internacionais, em função do ajuste do balanço de pagamento norte-americano. Está em linha com tudo aquilo que apresentamos a redução dessa vulnerabilidade. Vou mencionar isso depois.

Em relação à evolução de alguns indicadores, inclusive de **spread**, eu mencionaria também que não há processo de melhora linear em nenhuma área, seja de crescimento, seja de outros indicadores. É normal que existam algumas flutuações em função das condições gerais da economia. O importante é que estamos indo na direção correta e positiva.

Há muito trabalho ainda para ser feito na área de **spread**. Houve várias menções sobre esse assunto, mas não há dúvida de que trabalharemos juntos, inclusive fornecendo subsídios ao Congresso Nacional, visando exatamente maior aperfeiçoamento da ação do próprio Banco Central, do Ministério da Fazenda e dos demais.

Em relação à pergunta e à observação do Deputado Ricardo Barros no sentido de que os juros dos empréstimos consignados deveriam cair mais, não há dúvida. Isso faz parte de toda a estrutura de melhora das condições de estabilização da economia brasileira, da melhor oferta de crédito, do aumento da competição bancária. Em resumo, mencionamos todos esses aspectos.

É importante dizer que os juros médios do cheque especial estavam ao redor de 8% ao mês. Há trabalhadores tomando dinheiro a crédito consignado de 2,5%, pagando empréstimos e diminuindo a carga dos juros.

Sabemos que há muito trabalho a fazer, Deputado, não há dúvida disso. V.Exa. tem absoluta razão também ao dizer que se tem de expandir a medida, inclusive, aos aposentados. Mas o importante é o aumento da oferta de crédito. Existe para os desempregados o microcrédito, as microfinanças, outra medida tomada no passado. Essa modalidade de empréstimo limita os juros a 2% ao mês e atende a parcela importante da população.

Concordo mais uma vez em que há muito a fazer. Não temos a pretensão de dizer que se esgotou o assunto. Não, não. Há muito trabalho pela frente. O Brasil tem muitas necessidades ainda não atendidas.

Em relação às observações do Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, não há dúvida de que, caso V.Exa. fosse membro do COPOM, o debate seria muito enriquecido. Teríamos o privilégio, certamente, de ouvir suas análises e observações nas reuniões mensais do COPOM, não apenas no Congresso ou em conversas pessoais, quando há oportunidade.

Em relação às suas observações, tenho certeza absoluta de que o COPOM funciona de forma autônoma. Cada membro forma sua opinião com base na análise técnica e na sua consciência, e assim vota após o processo de discussão. Certamente, todos os membros levariam em alta consideração as opiniões do Senador, caso fosse membro do COPOM.

Em relação às razões das últimas medidas de política monetária, a experiência mundial indica que a continuação do crescimento do emprego, a diminuição do risco da economia e, a longo prazo, da taxa real de juros passam pela estabilidade macroeconômica, inclusive de preços. A grande contribuição que o Banco Central tem de dar à sociedade e ao País é cumprir a missão de assegurar a estabilidade de preço. A história mostra, inclusive no Brasil – sofremos isto na pele, como sabe o nobre Senador –, que a alta inflação pune, em primeiro lugar, aqueles de renda mais baixa, que não têm capacidade ou possibilidade de defender seu salário ou patrimônio contra a corrosão inflacionária. O poder de compra do trabalhador cai quando sobe a inflação. Evitar a alta da inflação é a responsabilidade fundamental do Banco Central.

Evidentemente que as decisões são técnicas e tomadas após a melhor análise dos membros do COPOM. É normal que, no debate, haja discordâncias, divergências. Seria estranho e perigoso ter em qualquer decisão de âmbito nacional, principalmente sobre assunto tão complexo quanto a taxa de juros, unanimidade absoluta. É normal que haja divergências no debate. Dentro do próprio COPOM elas já ocorreram e foram claramente registradas nas atas etc. Na sociedade como um todo, até nas eleições, Senador, existem eleitores para diversos candidatos. Certamente, numa análise técnica, também pode-se chegar a mais de uma conclusão.

Quero lhe assegurar que os membros do COPOM empenham o melhor do seu conhecimento, da sua experiência e do seu patriotismo, visando tomar a melhor decisão possível em alguns momentos mais difíceis, outros menos difíceis, outros mais fáceis. Mas o importante é que o País continue crescendo de forma sustentada, gerando empregos e saldos comerciais, diminuindo sua vulnerabilidade, em resumo, que mantenha esse círculo virtuoso que hoje começa a se configurar.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Se me permite, o ponto essencial, Presidente, é que, dependendo das circunstâncias, a diminuição na taxa de juros pode levar ao aumento da produção de bens e serviços, o que vai contribuir para a meta da estabilidade de preços. Então, quem sabe, alguém dentro

do COPOM externe esse ponto de vista. Obrigado, Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado pela expressão da sua opinião, Senador.

Vamos passar para as questões do Deputado José Carlos Aleluia. Em primeiro lugar, Deputado, muito importante a sua questão sobre reservas. Em relação a reservas líquidas *versus* reservas brutas, a palavra “líquido”, às vezes, engana um pouco, porque é pouco usada. Aqui está no sentido de “líquido dos empréstimos do FMI”. Mas, evidentemente, as reservas totais são líquidas no sentido de estarem prontamente disponíveis. Então, julgamos que as reservas totais, vamos denominar assim – a previsão é finalizar o ano em 48,7 bilhões de dólares –, são adequadas para as necessidades atuais do País. As reservas líquidas, no conceito do Banco Central, portanto, deduzindo-se os empréstimos do Fundo Monetário de 24,2 bilhões de dólares, previstos para o final do ano, não são relevantes, na medida em que as reservas totais estão disponíveis. Elas passarão a ser cada vez mais relevantes no momento em que o Brasil começar a pagar o Fundo Monetário Internacional. Num certo momento, depois de terminar os pagamentos, as reservas sem os empréstimos do FMI serão iguais às reservas totais, por definição.

Temos planejamento de alguns anos em que recompor essas reservas líquidas do empréstimo do FMI. Isso já está ocorrendo. Elas atingiram piso de 14, já subiram bastante, e estão numa trajetória melhor que a prevista. Em dezembro de 2003, eram previstos, para dezembro de 2004, 21 bilhões de dólares. Estamos acima desse montante. Em resumo, é um processo gradual de recomposição de reservas, que está inclusive à frente do planejado. As reservas totais estão em nível adequado.

Essa questão do nível adequado, Deputado, não tem definição tecnicamente precisa, porque o nível de reserva é um dos fatores de diminuição da vulnerabilidade. Mas existe uma série de outros, entre os quais mencionei, por exemplo, o total de juros pagos em relação às exportações. Esse é outro nível. Quanto menor o volume de juros pagos em relação às exportações, menor a vulnerabilidade e a necessidade de reservas. Quanto menor a dívida líquida externa total sobre as exportações, maior a disponibilidade de recursos das exportações para cumprir compromissos, portanto, o nível de crescimento do País.

Há uma série de melhorias na economia brasileira que conduzem à avaliação de que hoje o nível ótimo de reserva seria menor que no passado, graças exatamente à diminuição substancial da vulnerabilidade do País. Em resumo, temos de olhar as reservas dentro do

conceito total das vulnerabilidades externas. A reserva é um dos itens importantes. Levamos em conta exatamente essa análise feita nas suas observações.

Em relação ao Banco Santos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o reconhecimento de V.Exa. da intervenção precisa, firme e tecnicamente correta do Banco Central. Existem sim, Deputado, estudos no Banco Central para uma nova Lei de Liquidações Bancárias, que revisa todo esse procedimento formal. Estamos aguardando a eventual aprovação da Lei de Falências, porque é a base para a nova Lei de Liquidações e Intervenção Bancária.

Teremos a maior satisfação em fornecer todos os dados, conclusões e estudos do Banco Central, como sempre, ao Congresso Nacional e a V.Exa., no sentido de que possamos discutir a matéria logo depois da aprovação, se houver. Dependendo do texto, certamente discutiremos maneiras de aperfeiçoar a legislação de intervenção e liquidações bancárias, visando defender ainda mais a economia, a riqueza e a poupança da sociedade.

Em relação a outros tipos de ajuda que o Legislativo possa dar à concorrência bancária e ao acesso às informações, em primeiro lugar, existe um avanço muito grande com a Central de Risco. Convidamos V.Exa. para uma visita ao Banco Central, onde teremos a maior satisfação em lhe mostrar os dados de que dispomos. A nova Central de Risco permite ao cliente bancário usar seu histórico numa determinada instituição para análise de outra, aumentando a capacidade de competição entre os bancos. Mas existe, sim, algum aperfeiçoamento legislativo na área da chamada portabilidade dos dados cadastrais. Seria importante ainda alguns avanços nesse sentido. De novo, teremos a maior satisfação de fornecer a S.Exa. e ao Congresso dados visando garantir a portabilidade dos dados cadastrais.

O nível de investimento, diria, não há dúvida, tem muito a crescer, como muita coisa ainda no Brasil. Estamos, como disse, no início de um ciclo de desenvolvimento sustentado, que, esperamos, seja de longo prazo. Estamos trabalhando, fazendo o possível para que, de fato, possamos garantir que seja de longo prazo.

É importante dizer que não há saltos extraordinários na economia. Os crescimentos já são impressionantes, inclusive na formação bruta do capital fixo. Agora, o importante é a tendência, e que seja mantida para que possamos crescer ainda mais. Não há dúvida disso. Os crescimentos já são muito importantes e impressionantes pelo tempo que ocorreram.

Não tenho por característica, em nenhum momento da minha vida pessoal e profissional, dizer que já está extraordinário e que não é preciso melhorar.

Estou sempre crendo que precisamos continuar melhorando e que existe muito trabalho a fazer. O Brasil certamente precisa continuar a melhorar nos próximos anos. O importante é que tenhamos, como disse, um crescimento sustentado, a melhora do investimento sustentado, a melhora da vulnerabilidade sustentada e, para isso, é necessário responsabilidade, seriedade, paciência, medida certa, de maneira que não possamos ter as chamadas bolhas, que se caracterizam pela melhora e depois pela queda. Precisamos de fato manter essa tendência extraordinária de crescimento que se verifica no Brasil hoje.

Passando agora às indagações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários e em particular a concordância com a decisão do Banco Central, expressa em ata, de anunciar que está mirando, para o ano de 2005, 5,1% de inflação em função dos aspectos conjunturais da economia brasileira. Gostaria de dizer que ouvimos com a maior atenção todas as opiniões do Senador, não só expressas em público, mas as feitas de maneira privada, no sentido de que temos de melhorar as condições de competição da economia brasileira em todos os setores, seja o setor de inflação, mantendo-a convergindo para as metas, seja no setor externo de diminuição da vulnerabilidade. Em resumo, estamos trabalhando, fazendo o melhor possível para manter a economia funcionando de maneira mais equilibrada, de forma a não favorecer determinado segmento em detrimento de outro.

De qualquer maneira, gostaria de sumarizar minha observação em relação às observações e palavras do Senador, basicamente agradecendo o apoio e a análise da situação geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Presidente. O próximo orador é o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela exposição. Estendo o cumprimento à sua equipe. Serrei bem objetivo, até porque o Senador Aloizio Mercadante fez uma análise comparativa e demonstra que, de fato, há evidente recuperação da economia brasileira, diferentemente do período anterior, em que se discutia políticas públicas dentro de um arcabouço de economia com fraco desempenho. Hoje, o Governo discute políticas públicas dentro de um arcabouço de crescimento efetivo da economia. Creio que ter o que distribuir é diferente de ter o que não distribuir. Essa é a grande diferença. No entanto, alguns indicadores ainda ficaram pouco claros.

Quero deter-me mais a algumas perguntas técnicas. Uma delas, parece-me levantada na intervenção do Deputado Pauderney Avelino, refere-se ao resultado do Banco Central. Não percebi, tive de sair rapidamente, se porventura V.Exa. teria mencionado esses últimos resultados e a transferência para o Tesouro, o quanto representou, além desse patamar de 2,5 bilhões, para o primeiro semestre deste ano. Ou seja, nesses dois últimos anos, quais foram os resultados obtidos do Banco Central e transferidos ao Tesouro?

A segunda indagação é sobre a crise internacional do dólar. V.Exa. mencionou rapidamente a Cesta Internacional de Moedas. Mas a minha pergunta é, especificamente, como V.Exa. analisa a crise internacional do dólar e seu impacto sobretudo numa economia que, nos últimos meses, tem tido excelente desempenho no mercado internacional. O Banco Central já deve ter uma avaliação do significado dessa questão.

Outro comentário gostaria de ter o privilégio de ouvir de V.Exa. Na página 22, é plotada a queda, mencionada há pouco pelo Senador Aloizio Mercadante, da dívida líquida do setor público em relação ao produto interno. Há um nítido declínio, mas, paralelamente a esse processo, a imprensa tem comentado, e isso é notório, que há redução da dolarização da dívida interna brasileira.

Gostaria de saber em que patamar hoje chegamos para saber de fato qual foi essa redução. Considero isso extremamente importante como variável de resistência às intempéries internacionais, às vulnerabilidades internacionais da economia brasileira.

Também gostaria de ter a apreciação de sua parte em relação à discussão, na equipe econômica do Governo, sobre a finalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional e o vislumbre que sobre essa matéria. De fato, o País suspende a retomada da renovação de um possível acordo, ou teremos maior autonomia na condução das políticas econômicas? Há alguma tendência dentro do Governo?

Não poderia deixar de encerrar a minha palavra diante de uma atitude bastante alvissareira apresentada pelos indicadores – e V.Exa. explicita isso de maneira muito contundente. Nós, que militamos na Esquerda, esperamos que esse não seja apenas resultado de indicadores, mas que de fato possa se realizar na forma de melhor salário mínimo, de maior emprego na economia, de crescimento da renda, etc. Pergunto como V.Exa. vislumbra a taxa de juro para o próximo ano. Porque, a despeito do excepcional desempenho de uma economia que saiu de uma crise como a nossa, não houve reflexo na taxa de juros. Não adianta olhar águas passadas, mas minha pergunta é: como V.Exa. vislumbra a taxa de juros para o País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. O próximo orador é o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente Paulo Bernardo, ouvimos, ao longo do ano passado, uma série de críticas em relação à taxa de juros, que estaria demorando muito a ser reduzida, que havia excesso de superávit primário e equívoco dos fundamentos da economia. Tivemos questionamentos, que, a seu tempo, tinham razão de ser. Havia dúvidas a respeito da política monetária do País, da política fiscal, da política creditícia, das metas de inflação. Hoje, não fazem sentido as preocupações do ano passado de um superávit alto para poder investir – o investimento do Brasil cresceu; a preocupação com a taxa de juros elevada, porque o PIB, o consumo, a demanda, o investimento precisam crescer – a demanda cresceu, o PIB cresceu, o investimento cresceu e a inflação está sob controle; a preocupação com o dólar muito baixo porque pode prejudicar as exportações – o dólar está num patamar adequado para o controle da inflação e as exportações continuam a todo vapor.

Ministro Meirelles, eu queria dizer que para conduzir uma política monetária, fiscal, creditícia e cambial do País é preciso ter firmeza, convicção. No fim da linha, podemos até errar e fazer uma autocrítica. O que compreendo pouco é como que depois de tudo isso ter dado certo as pessoas ainda continuam a questionar como se as variáveis fossem independentes. Eu, que gosto de futebol, passei a Copa de 1994 inteira criticando o Parreira, queria que fosse diferente. Mas depois que ele ganhou, falar o quê? Quando meu time ganha, até o pênalti chutado para fora acho que foi perfeito. Não sei o que teria acontecido se ele não tivesse chutado para fora aquele pênalti.

Fica-se agora nessa idéia fixa da taxa de juros, como se isso fosse independente dos resultados que obtivemos. Se queríamos taxas de juros mais baixas para haver um crescimento do consumo, para que houvesse investimento, tivemos aumento do consumo. Está no jornal de hoje: o Distrito Federal aumentou em 20% a demanda nos supermercados. São dados da Associação dos Supermercados. Geralmente as associações choram o quanto podem para conseguir situações melhores. Foram 20% de leve e ainda estamos em novembro, o Natal está para vir.

Cada um deveria pensar um pouco mais. É claro que queremos taxa menor, mas isso não é independente daquilo que queremos para o conjunto, ou não temos a política econômica. Essa é uma questão sistêmica, integrada. Estamos nos recuperando e isso é

como qualquer fisioterapia. Não se pode pegar a pessoa, tirar de sua cadeira e falar: corra. Não. Queremos que ela venha a correr, mas se ela anda e se exercita, tem de cuidar da bengalinha aqui, amparar ali, cuidar da dor acolá. Assim, vamos movimentando o conjunto de questões.

Se queremos um novo modelo econômico, são mudanças estruturais que vão além das políticas do Banco Central – é bom que cada um aprenda a raciocinar assim. Se o Governo Lula é o governo de construir as bases de um novo modelo econômico, temos de fazer uma nova política industrial, estabelecer novos padrões de acumulação, de desenvolvimento, de distribuição de renda, de políticas sociais e das políticas públicas em geral.

Por isso quero cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles – aliás, não sei por que essa plaquinha está aí, deve ser porque de tantas vezes que vem o Presidente do Banco Central aqui e já deu explicações sobre tudo, que eu acho que guardam a placa de uma sessão para a outra. Poderiam providenciar a mudança. Ministro, peço-lhe desculpas por essa plaquinha velha, mas que ela fique aqui ostentada para dizer que V.Exa. é sempre uma presença muito grata na nossa Comissão.

Sr. Presidente, encerro dizendo que espero contar também com sua presença para discussão de um novo modelo, de uma nova lei do Banco Central, que precisamos urgentemente fazer, para que esse trabalho tão bem elaborado possa trazer melhor resultado para o Brasil.

Parabéns, Ministro. Bem-vindo mais uma vez à nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Deputado Virgílio Guimarães, pode ficar tranquilo, porque a partir de amanhã será compulsório, com a aprovação da medida provisória, o que certamente ocorrerá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ricardo Fiuza, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Sr. Presidente, serei muito breve, mesmo porque infelizmente deram 50 minutos ao Presidente do Banco Central, os quadros passaram rápido, mas eu os tenho aqui para análise.

Devo esclarecer primeiro ao Plenário que não sou da chamada base parlamentar do Governo, não sou do PT. Sou base parlamentar do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em quem não votei e que muito me surpreendeu.

Um dia desses, fiz uma coisa que pode parecer caricata. Comecei aqui na Câmara dos Deputados como Vice-Líder da área econômica – isso há 35 anos; che-

guei com 30 anos e estou com 65. Então, comecei a fazer uma simulação, Sr. Presidente, do oposto de tudo o que foi feito. Engraçado, peguei tudo ao contrário do que foi feito e fiz a simulação. Precisa fazer isso, pegar o seu pessoal, mandar fazer por brincadeira. Vamos admitir que não fosse feito isso, nem isso, nem isso, e mostrar ao povo brasileiro.

Sou admirador, fã incondicional do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do Presidente do Banco Central. Há 40 anos neste País, não se trata de preparar uma base macroeconômica séria, com equilíbrio fiscal capaz de fazer com que este País possa se desenvolver, ser uma sociedade plural, democrática e justa. Não são bolsões de crescimento que levarão este País a algum lugar.

Agora, lembrarei aos companheiros da Comissão o seguinte detalhe, e o Presidente Meirelles vai ficar um pouco acanhado por uma questão de ética. Presidente, quero lembrar que em setembro de 2002 venceram 30.4 bilhões de dólares da dívida externa brasileira junto ao FMI – em setembro de 2002, repito. O FMI, por recomendação do Tesouro americano – e dizem até que por influência do Presidente dos Estados Unidos, para permitir a posse do Presidente Lula, porque o Brasil ia entrar no maior calote da sua história –... Venceram em setembro de 2002 30 bilhões de dólares! A eleição do Presidente Lula foi em outubro de 2002; em setembro, 30 dias antes, o Presidente eleito recebeu um “pepino” de 30 bilhões de dólares vencidos, que foram rolados para um ano, para poder tomar posse. Primeiro passo do Governo: mostrar ao povo brasileiro e à comunidade internacional que ia fazer um governo sério e de austeridade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, 10 mil reais emprestados; V.Exa. me empresta. Eu, no outro mês, quero lhe pedir mais 10, aí V.Exa. diz: *“Fiuza, quanto você está ganhando?”* Eu digo: *“Dez”*. *“Quanto está juntando para me pagar os primeiros 10?”* Eu digo: *“Estou gastando 12. Você não me empresta os 2?”*

As pessoas precisam entender que superávit fiscal é a capacidade que o País tem de demonstrar que terá reais para comprar dólar para pagar seu déficit. Esse negócio de dizer que superávit fiscal de 4,5 para atender banqueiro e FMI é uma idiotice, uma coisa **démodé**, primária, é da época **yankees, go home**, essas pessoas precisam se reciclar, isso é de um ridículo ímpar! Como é que pode tomar emprestados 10, pedir mais 10 e dizer que gasta 12? Quem é que empresta? Um louco, psicopata? Não. Qual foi o primeiro passo? Demonstrar à comunidade internacional que havia superávit fiscal capaz de honrar os compromissos. Com isso, recuperar a credibilidade do País no exterior; segundo, conseguir investimentos no

exterior, porque tudo isso vai ser mudado. Com essa prova que o Brasil deu, ele vai ter a médio prazo tratamento privilegiado – podem escrever o que estou dizendo –, não será como a Argentina.

Não temos poupança pública porque não fizemos a reforma do Estado. A poupança privada brasileira não é capaz de fazer os investimentos. O Projeto de Parceria Público-Privada – uma forma de carrear recurso – está parado no Senado.

Discordo de alguns pontos. Por exemplo, acho que V.Sa. deveria ter-se antecipado no negócio dessa baixa de dólar; comprava dólar, aumentava sua reserva e emitia títulos em dólar; aí, zerava, nem receita nem despesa aumentariam, para que não prejudicasse as exportações, etc. São detalhes, filigranas.

O Presidente Lula merece os mais louváveis aplausos, pois enfrenta incompreensões, muitas vezes até dentro do seu próprio partido e de outros que fazem oposição política pelo fato de fazer oposição política. Parabéns à firmeza do Presidente Lula, que com pouca instrução que tinha, passou 20 anos estudando, surpreende a nós todos, além disso, em cima de um caixão de sabão e de um caminhão como líder sindical, mediando conflitos de classe. Isso significa que o País nunca será uma Venezuela, porque ele é um homem acostumado a mediar conflitos de classe.

A economia vai bem, são esses os pré-requisitos para o crescimento. O juro tem que ser regulado pela demanda e pela oferta de dinheiro em determinado estágio econômico. Não deve ser de 13%, 17%, nem coisa alguma. Qual é a demanda necessária para suprir a economia dos meios monetários? Isso se regula com juro. Por isso fui contra o estabelecimento do juro de 12% na Constituição.

Parabéns, em primeiro lugar, ao Presidente Lula, que defende tudo com o que concordo. Parabéns ao Ministro Palocci. Parabéns a V.Exa., Sr. Ministro.

O Brasil, pela primeira vez, tem um Presidente com a coragem de enfrentar a impopularidade temporária para gerar empregos, para gerar uma economia auto-sustentável, para ser parceiro do mundo e para diversificar as exportações.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Fiuza.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, sou muito disciplinado no tocante às audiências públicas. Principalmente fui atento ao ouvir os questionamentos da atual Oposição, cuja conduta, além de ser um embate político, falece de todo substrato técnico e mesmo biológico. A elite brasileira sempre foi

tentada por certo populismo, inclusive a direita conservadora, que copiou parte do populismo da esquerda. Talvez essa seja uma faceta da elite brasileira.

O resultado da situação macroeconômica, até 2002, refletiu o chamado “pau na máquina”: *“Vamos botar a máquina para gastar. Vamos deixar o ônus para a geração futura, porque o importante é o momento, é promover um crescimento irreal”*. Assim surgiram diversos planos econômicos, como o Plano Cruzado e o Plano Real, da década de 80 até a década de 90, o que não permitiu um desenvolvimento sustentável – apenas objetivava vencer eleições. Hoje, estamos pagando o resultado disso. Se esse contexto populista permanecesse no Brasil, seria gerado para as gerações atuais e futuras, cada vez mais, um ônus muito maior. Por isso considero correta a política macroeconômica conduzida pelo Governo Federal, por meio do Banco Central.

Não tenho dor de consciência ou filigrana ideológica de acreditar que isso seja neoconservadorismo. Hoje, essas questões ideológicas não estão dentro do debate da política macroeconômica, pois o mais importante para o crescimento do País e para o acesso das populações excluídas a algum tipo de padrão de qualidade de vida é que a economia cresça. E cresça de forma diferente da que foi no passado, quando houve queima das empresas estatais e irrealismo cambial, com a paridade entre o dólar e o real. Nossas reservas cambiais, que desde então não são suficientes, foram queimadas para manter esse artifício em 1998. Buscou-se até o final segurar a paridade cambial para vencer as eleições de 1999, levando a um baixo patamar de reservas em comparação com países como a China e a Rússia, que têm patamares de reserva muito maiores. Seria importante, neste momento em que há desvalorização do real, aproveitar a oportunidade para recompor as reservas internacionais.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central – a oposição foi embora, e seria importante sua presença para fazer um contraponto – diz respeito à autonomia da instituição. Apresentei projeto de lei complementar sobre o tema. Considero importante essa autonomia para que as instituições republicanas atuem corretamente.

Em 1996, por influência política do Ministério da Fazenda, o Banco Central editou uma carta-circular permitindo, na região de Foz de Iguaçu, mudança nas contas CC-5, tornando possível a instalação de uma verdadeira lavanderia de dinheiro no Brasil. Se o Banco Central tivesse autonomia garantida por lei, certamente a influência do Ministério da Fazenda, naquele momento, na tentativa de atrair capital especulativo para recompor as reservas, a balança de transações

correntes, não seria permitida. Isso ocorreu no passado e pode ocorrer no futuro devido à falta de autonomia. A CPI do Banestado, em seu relatório, vai apontar o que estou afirmando neste momento.

O projeto de lei complementar que apresentei, no qual se destaca o Banco Central como autoridade monetária, reafirma seu papel e sua competência de fiscalização. Pode ser criada uma agência de fiscalização do sistema financeiro, pois o nosso é muito concentrado, e para haver competição no sistema de crédito seria interessante desconcentrar o sistema financeiro. Para tanto, é necessário um sistema de fiscalização que permita maior controle, a fim de se evitar situações como a do Banco FonteCindam, Banco Marka, etc., o que levou o País a editar o PROER.

Gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

-- Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES

-- Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, encaro o desemprego no País como calamidade pública, porque imagino como estaria perante minha família se eu estivesse desempregado. O Governo, liderado pelo Presidente Lula, tem que colocar em primeiro lugar medidas que permitam a queda da taxa de desemprego e só depois nos voltariamos para o superávit primário, o PIB e a taxa de inflação.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve tem responsabilidade sobre o controle do emprego; no Brasil, o Banco Central não tem essa responsabilidade legal, mas como a tem exercido, poderia, desde já, se preocupar com isso. É importante ter uma previsão sobre essa taxa. Por exemplo, este ano, diminuiríamos 3%; no próximo, 2%. Assim se buscaria o pleno emprego, um dever constitucional previsto no capítulo referente à economia, que parece ter sido esquecido.

Sugiro que a taxa de desemprego seja um parâmetro a ser pensado, pelo menos no mesmo nível de importância que o da taxa de inflação. Aliás, é mais importante a queda da taxa de desemprego do que o controle da inflação, desde que não se chegue à hiperinflação. Este País já cresceu com inflação de 30% ao ano e não quebrou. Quando era funcionário, na década de 70, lembro-me de ter, todo ano, 30% de aumento no salário. Não é esse o crescimento que devemos defender, o crescimento que defendemos é o que distribui renda.

O Senador Suplicy comentou a queda da concentração de renda medida pelo IBGE. Pelo menos está

melhorando um pouco a distribuição de renda, o que é um bom sinal e indica que, talvez, o Bolsa-Família e outros programas estejam ajudando.

Acredito, portanto, que a taxa de desemprego deva ser um parâmetro e a queda da taxa de juros deva ser outro. Por mais que os economistas queiram discutir, a taxa de juros aumenta a dívida. Quando há aumento da taxa de juros, há aumento da dívida. A taxa de juros é manipulada de tal forma que permite controlar a inflação e manter o equilíbrio das contas públicas, mas, ao mesmo tempo, para o pagamento dessa dívida, leva ao controle do superávit primário.

Embora seja limitada minha informação sobre economia, reconheço que para o cidadão a taxa de desemprego, a taxa de juros e o **spread** bancário são uma vergonha no País. De acordo com estudo comparativo da FIESP, entre os países da América Latina, a nossa taxa de juros é quase 5 vezes maior. Não tem sentido permitirmos tanto lucro aos bancos, através do **spread** bancário. Deve haver maior controle. Talvez, nós no Congresso, tenhamos que elaborar leis e aperfeiçoar esse controle, visto que isso não acontece por meio de normas do Banco Central e dos órgãos da Fazenda.

Não farei questionamento a respeito do que foi exposto, apenas sugiro, em nome dos cidadãos e das famílias brasileiras, valorizarmos outros indicadores como a taxa de desemprego, além da taxa de juros e do **spread** bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Fonteles.

Concedo a palavra ao Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Sr. Presidente Paulo Bernardo, foi com imensa alegria e satisfação que ouvi hoje, atentamente, o depoimento do Ministro Meirelles.

No final da semana anterior, houve uma reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, e, por unanimidade, o documento foi aprovado – porque também contou com apoio dos Deputados da chamada esquerda do Partido. Creio que esse é o pensamento de todo partido, de toda a bancada: precisamos corrigir a tabela do Imposto de Renda e fazer substancial reajuste do salário mínimo. Pelo seu relato, vejo base segura na economia para alcançarmos essas duas medidas.

Uma segunda questão que quero registrar refere-se ao que todos que estiveram aqui testemunharam, todos os que ouviram, do início ao fim, o depoimento do Deputado Ricardo Fiuza e do Senador Aloizio Mercadante. Não procede o comentário da oposição de que a política econômica do Governo Lula é igual à do anterior. Isso não é verdade. A política econômica do

Governo anterior tinha aquilo que o Deputado Ricardo Fiuza falou: rombo. A verdade é que éramos quase um país falido. E foi levado a essa situação por quem? Por figuras como o Sr. Gustavo Franco, que nos primeiros 4 anos do Governo FHC tornou o câmbio paritário, causando enormes prejuízos ao País, e quando as taxas de juros reais eram de 40%, 45% ao ano. A política econômica deste Governo é radicalmente diferente da política do Governo anterior. Por isso está obtendo sucesso, que não é total nem é um dos nossos sonhos, mas é a retomada do desenvolvimento, a criação de 1 milhão e 800 mil empregos.

Infelizmente, o Partido dos Trabalhadores não controla o poder da mídia. Hoje, vemos entrevistas, como a do Sr. Fernando Henrique Cardoso, no **Estado de S. Paulo**, que declarou que o Presidente Lula é incompetente. Diz isso logo ele, que iniciou o Governo com uma dívida interna de 64 bilhões de reais e entregou o País com uma dívida de 866 bilhões – depois de 8 anos de Governo; logo ele, que iniciou o Governo com 2 milhões de desempregados, em 1994, e em 2002 deixou o País com 12 milhões de desempregados. Essa é a situação.

Então, causa-me espécie, Ministro Meirelles, que alguns membros da Oposição venham aqui dizer, com a cara mais lavada do mundo, que um dos pontos mais importantes da política econômica, que está recuperando o País e da qual V.Exa. é um dos operadores, é igual ao do Governo anterior.

Por isso também me preocupam – e quero a opinião de V.Exa. – artigos jornalísticos e entrevistas de assessores e intelectuais do Governo anterior à imprensa, a exemplo do Sr. Pêrsio Arida e do Sr. Fábio Giambiagi. Em leitura que não diria ser de uma revista teórica do PSDB, mas de divulgação do pensamento tucano – *Primeira Leitura* –, defendem que é necessário mudar o crédito direcionado, o crédito do BNDES, o crédito do financiamento do Banco do Brasil ao agromercado, aos 39 bilhões, e tornar livres os recursos para diminuir o **spread**. Ora, não produzirão resultados nessa direção, mas, sim, dificuldades ao nosso desenvolvimento industrial e ao agromercado.

Gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. sobre isso. Sei que podem ter curso discussões desse calibre no Banco Central, sobre o crédito direcionado. Eu acho que deve ser mantido. Devemos colocar os 60 bilhões no BNDES para promover desenvolvimento nacional e industrial, progresso das pequenas e médias empresas. Esse é o destino do nosso País e do agromercado.

A segunda questão que abordo é muito importante, a mesma a que o Senador Aloizio Mercadante fez referência. Um dos pontos altos da gestão de V.Exa. foi a “desdolarização” da dívida interna. Foi muito im-

portante essa medida. Mormente, num único ponto estou de acordo, não com a Oposição, mas com o Deputado José Carlos Aleluia, que aqui falou sobre o problema da economia dos Estados Unidos. Nós temos de ter a menor vulnerabilidade possível. Estou de acordo com o Senador Mercadante no sentido de que devemos intervir no câmbio, “desdolarizando” totalmente a nossa dívida, para que a apreciação do real não seja tão elevada.

Nós temos problemas agora. Por exemplo: a cotação da soja está baixando em virtude da grande safra dos Estados Unidos. Em função desse cenário de incerteza na economia norte-americana e da defesa da indústria brasileira, defendo uma crescente apreciação do dólar na nossa economia, ou seja, a desvalorização do real.

Apresento essas questões a V.Exa. de forma muito clara e objetiva, porque – e está aqui o nosso companheiro Virgílio Guimarães, desde o início participante dos debates da nossa bancada –, quando os juros estavam altos, no necessário índice de 26%, defendíamos que essa política econômica poderia não ser a dos sonhos do PT, mas ela restabeleceria a estabilidade do País, promovendo a retomada do seu desenvolvimento e a geração de empregos. Hoje, é com satisfação que chegamos a essa situação.

Creio que V.Exa., com este depoimento de hoje, tornou-se nosso aliado em questões que evidentemente, neste momento, não são estratégicas em termos de política econômica, mas vitais para o povo e para a classe média, a exemplo da nova tabela do Imposto de Renda para os assalariados e do substancial reajuste do salário mínimo.

Creio que o Presidente Lula está afinado com o pensamento do Diretório Nacional do nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Muito obrigado, Deputado Zarattini.

Com a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Prezadíssimo Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, vou começar minha fala repetindo a frase, que já citei várias vezes no plenário, de um ex-Presidente da República que nos dias de hoje não é visto com muita simpatia. Refiro-me ao Presidente Médici. Durante seu governo, ele disse que o País ia bem, mas que o povo ia mal.

Não estamos longe disso, Sr. Presidente. Vivo em Brasília há 47 anos. Fora o tempo em que estou na Câmara, a minha vida profissional foi a de empresário. Sou engenheiro, mas militei na área empresarial por mais de 40 anos. De modo que, não sendo economista, trago a experiência de vida do nosso País.

Acho que o principal problema continua sendo o desemprego. O povo está sofrendo, e ninguém pode contestar isso. V.Exa. trouxe-nos dados que não se contestam, pois mostram a realidade. São dados importantes. Eu tenho feito até elogios, na Câmara, ao Governo atual e ao Presidente Lula, mas daí a dizer que o povo está bem vai uma distância muito grande. O desemprego ainda é muito grande. E todos nós concordamos com isso.

V.Exa., na última audiência pública de que participou, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, referiu-se ao emprego formal. Entendo, Presidente – desculpe-me se estou errado, mas isso já foi dito aqui também –, que não foram gerados 1 milhão e 800 mil empregos formais. Eu acho que essa não é a realidade. Na minha opinião, o que ocorre é que os trabalhadores informais já estão se transferindo para a formalidade devido ao arrocho financeiro que enfrentam e ao fato de não terem direito a benefício algum. Embora ganhem um pouquinho mais, precisam de atendimento à saúde e aposentadoria, entre outros benefícios. Hoje, todos os índices sociais do País são crescentes; estão melhorando, graças a Deus. O povo está entendendo que somente através do emprego formal obterão vantagens necessárias à família.

V.Exa. é do Estado de Goiás; eu sou mineiro da região do Triângulo. Sabemos que na área rural, hoje, os trabalhadores querem emprego formal. E não adianta mantê-los na informalidade porque depois reclamam direitos na Justiça do Trabalho. Cito também a empregada doméstica, que hoje exige a assinatura da Carteira de Trabalho. Portanto, Sr. Presidente Henrique Meirelles, discordo do crescimento do emprego formal, mostrado como se novas vagas estivessem surgindo.

Nesta semana, com a divulgação dos dados econômicos que nos dão as diretrizes do que está ocorrendo no País, tomei conhecimento de que, em 1991, 0,69% dos consumidores residenciais tinham o fornecimento de energia elétrica cortado por inadimplência; em 2004, o percentual subiu para 2,5%. São informações da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE. Sr. Presidente Meirelles, esse é um dado significativo, pois ninguém deixa de pagar a conta de luz. Energia é artigo de primeira necessidade, sem o qual ninguém vive no mundo de hoje.

As dificuldades são muito grandes. Relativamente à renda média do trabalhador, percebi que V.Exa. se preocupou em citar exemplos, mas a realidade é que ela está caindo. E, sem investimentos no País, vai continuar caindo, a despeito das suas explicações sobre a construção civil. A falta de investimentos, os juros altos e a ausência de uma série de medidas que ca-

beria ao Governo tomar farão com que a renda média do trabalhador continue caindo.

Sempre tivemos a construção civil como o principal setor empregador do País. Por que somente agora isso está fazendo diferença? Não posso concordar com seu ponto de vista. O superávit primário, que retira do País recursos que deveriam ser destinados a investimentos, esse sim, é um dos nossos principais problemas. Quem viaja apenas de avião não vê as péssimas condições das estradas e da infra-estrutura brasileira, de maneira geral, sobretudo no interior do País. Não há o menor investimento em rodovias e estradas vicinais. Reconheço que o Governo tem-se esforçado em buscar dinheiro no exterior, mas terá gasto triplicado em razão do estado das rodovias, que já demandam cuidados há muito tempo, desde o Governo anterior.

Sr. Presidente, entendo ser preciso um pouco de ousadia. Embora tenham sido divulgados números diferentes, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**, o índice de utilização da capacidade industrial instalada é de 75%. Portanto, ainda há sobras nessa área. O Governo fala muito em inflação de demanda, mas a capacidade instalada ainda está aquém dessa preocupação.

Na condição de empresário, acho que é preciso investir no País, para desenvolvê-lo e não deixá-lo na situação em que está. O Governo tem de ousar. Caso ocorra, logicamente sendo um homem competente, V.Exa. será capaz de identificar a aproximação de níveis altos de inflação e realmente preocupantes. No momento, entendo estar havendo apenas exagero de cuidados.

Desculpe-me, Sr. Presidente, se discordo de V.Exa. em alguns pontos, mas esse é o meu pensamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, parece-nos que a melhor forma de realizar este debate é com o eterno cuidado de não oscilar entre a euforia, de um lado, e a depressão, de outro. Cabe-nos promover um debate que seja mais do que pura e simplesmente elogio ou ratificação dos dados apresentados ou negação absoluta dos fatos.

Vivemos nesta Casa 4 momentos importantes, 3 dos quais presenciais, em que pudemos fazer julgamento mais ampliado das questões econômicas, das taxas de juros, das expectativas de desenvolvimento

e da conseqüente gestão do Estado em relação a esses fatores.

Assim como o Presidente do Banco Central, que aqui já esteve em outras oportunidades, estiveram conosco o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, e o Sr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional. E realizamos debate próprio desta Casa, sobre o processo orçamentário.

Fiz questão de resgatar as vindas anteriores do Sr. Henrique Meirelles a esta Casa e de comparar todos os dados, que de fato precisam ser cotejados com o último momento dos 4 a que me referi, todos importantes para discutirmos para onde vamos. Refiro-me, especialmente, às Execuções Orçamentárias de 2003 e de 2004, esta em curso, bem como ao projeto que temos em mãos, já votado preliminarmente por esta Comissão, sob a Relatoria do Senador Romero Jucá.

O País concorda com o Presidente do Banco Central, quando diz – e fiz questão de anotar literalmente parte da fala de V.Exa. – “que não há crescimento econômico com inflação elevada”. É evidente que a inflação corrói o poder aquisitivo da população. Mas talvez devêssemos aditar a essa constatação a de que o Estado “sobreendividado” tem sua capacidade de investimentos sensivelmente comprometida.

Temos ouvido com muita frequência alusões à tramitação do projeto das Parcerias Público-Privadas. Lembro, porém, que essa já é matéria constitucional regulamentada por lei ordinária. Por que 9 em cada 10 membros da equipe econômica do Governo, do Senado e da Câmara estão tão ansiosos em enfatizar esse ponto? Porque esta Nação é hoje “sobreendividada”.

Dados oficiais disponíveis no relatório do Senador Romero Jucá (pág. 57, Tabela 53), apontam que o estoque da dívida do Governo Central – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado – era de 485,8 bilhões, em dezembro de 2001; 1 ano depois passou para 534,1 bilhões; e chegou a 681,5 bilhões, em dezembro de 2003. E estima a Relatoria da Proposta de Lei Orçamentária para 2005 que encerraremos 2004 com uma dívida de 798,5 bilhões e, ao final de 2005, de 954,7 bilhões.

Há algum tempo se dizia que, por gastar mais do que tinha capacidade de arrecadar, o Estado gerava inflação com constante emissão de moeda. Esse quadro não existe mais. Entretanto, os números mostram que se insiste em emitir títulos públicos. Evidentemente, embora o melhor exercício a fazer seja a projeção de cenários, fugindo da euforia absoluta de que, em outras conjunturas – 1994 e 1998 –, esta Casa foi palco; e fugindo também da depressão contestatória, temos de reconhecer que, se chegarmos à totalidade da capacidade instalada, de acordo com o que comentaram

vários Deputados, poderemos “bater no teto”, conforme o dito popular.

O que nos preocupa é que, comparada com a Execução Orçamentária de 2003, a proposta orçamentária para 2005 nas áreas de urbanismo, habitação, saneamento e energia – recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – prevê reduções, a saber: na área de urbanismo, 4,5%; habitação, 50,9%; saneamento, 48,6%; e energia, 11,1%.

V.Exa., Sr. Presidente do Banco Central, e todos nós sabemos que a progressiva recuperação da capacidade de crescimento tem de ser acompanhada por um conjunto de outras variáveis, que não virão num passe de mágica ou num cenário pré-natalino, por obra e graça dos interesses do capital privado ou dos investimentos internacionais. Não se trata de uma relação eletromagnética ou de uma corrente elétrica que se propaga por um fio condutor. Há evidente redução da capacidade de investimento do Estado. Mesmo que cheguemos à consolidação desses patamares que consideramos importante, sem aumento da carga tributária ou sem a criação de novos impostos, poderemos consolidar um aumento salutar da arrecadação. Sem dúvida, mantidas essas variáveis, o aumento da arrecadação será totalmente esterilizado pela maior dotação para o Orçamento de 2005, ou seja, os encargos especiais para o financiamento da dívida.

Sr. Presidente do Banco Central, parece-me louvável e meritório administrar esse conjunto de variáveis e chegar aos referidos patamares. Mas, se não propagamos a nossa vulnerabilidade às oscilações cambiais, estamos a alguns passos de razoável precipício no que se refere às variáveis que deverão evoluir para dar sustentação a essa expectativa de crescimento econômico sustentável. Sem infra-estrutura rodoviária e portuária; sem oferta de energia, de água e de outros insumos; sem correção dos problemas portuários oriundos dos monopólios instalados nos terminais de carga containerizada, fruto de interpretação equivocada da Lei de Modernização Portuária, nº 8.630, todo o esforço de redução do chamado Custo Brasil na logística e na infra-estrutura pode chegar à beira do cais e dar com os burros na água, conforme outro dito popular.

Peço a V.Exa. que pondere sobre a redução da dívida líquida do setor público no montante do PIB. Essa é uma fração. E, para mudar a razão da fração, ou se altera o numerador, ou se altera o denominador, a mais ou a menos. Como vamos garantir que o crescimento econômico redundará numa arrecadação sadia, se a proposta orçamentária, votada preliminarmente nesta Casa, amplia o estoque da dívida pública mobiliária de 681 bilhões – em 2003 – para 954 bilhões? Mesmo reconhecendo que houve saudável esforço,

por exemplo, para mudança da composição da dívida em títulos, os juros prefixados, entre o final de 2003 e o mês de junho de 2004, subiram de 12,5% para 16,8%; a Taxa SELIC passou de 61,4% para 57,5%; e a variação cambial, de 10,8% para 8,9%.

Tudo isso é louvável. Mas, embora estejamos desnutrindo a composição insegura da dívida pública, ela é ainda obesa frente à capacidade de pagamento do Estado.

Recordo-me de que V.Exa., na última ou penúltima vinda a esta Comissão, apontou cenários em que se estimava para 2011 redução da dívida líquida do setor público em relação ao PIB para o patamar de 44%. O cenário que aponta agora estima para 2008 redução para o patamar de 49%, ou seja, 16 pontos percentuais sobre o PIB de 1994, em relação à porcentagem da dívida líquida do setor público.

Se o País está próximo do nível máximo de utilização da capacidade industrial, com enorme déficit de infra-estrutura para sustentar esse crescimento e com grande incapacidade de pagamento e de provimento da infra-estrutura através de investimentos, poderá haver crescimento no primeiro e no segundo ano, e depois se encerra o jogo. As outras variáveis – capacidade de investimento do Estado e probabilidade de aumento da receita, decorrente do crescimento econômico – estarão esgotadas. Não se aumentará a capacidade de investimento porque o aumento da receita, inclusive o superávit sobre a receita, tem sido esterilizado pelo financiamento da dívida.

Essa era a observação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, gostaria de enfatizar, inicialmente, que nós somos do PT. Agora há pouco ouvi dizerem que não temos Oposição aqui. Lembro que V.Exa. foi eleito pelo PSDB, defendendo a política econômica anterior, do Ministro Pedro Malan, que veio a esta Comissão várias vezes, durante 8 anos. E cansamos de lhe dizer que o modelo econômico era recessivo, que aumentava a dívida pública, o que é verdade, e que queimava patrimônio público.

Julgo criminoso o que foi feito com as estatais brasileiras, com o patrimônio público, para pagamento de juros da dívida durante longo período. Tanto a dívida pública interna quanto a externa cresceram nesse período.

Realmente acho que a Oposição – PSDB e PFL – não tem um discurso contra isso. A diferença que existe entre o Governo anterior e atual é que este não

deu continuidade às privatizações. Essa é a verdade. Lembro que o Deputado Fiuza, quando era Constituinte e membro do Centrão, participou de diversos embates sobre privatização, contra o ex-Governador Mário Covas e contra o nosso companheiro Virgílio Guimarães, que agora se encontrou. Os extremos se encontram numa circunferência: o Centrão e o nosso Virgílio, que era esquerdista na época...

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Sr. Presidente, não pode haver aparte, mas eu esclareço que propus a privatização das empresas altamente deficitárias e que não eram patrimônio público. Roubaram o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – É necessário refrescar a memória e resgatar a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ivan Valente, V.Exa. dispõe de 3 minutos. Aproveite-os bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente do Banco Central, sobre o crescimento sustentável, gostaria de dizer que o nosso Governo, ao tomar posse em 2002, tinha enorme crédito político e popular para promover mudança social. E ele não a fez porque apostou na linha indicada pelo Ministro Palocci e por V.Exa.: comprar credibilidade e confiabilidade internacional junto ao mercado financeiro a todo o custo. Isso foi feito radicalmente. Primeiramente, com superávit primário maior do que o solicitado pelo Fundo Monetário Internacional: de 3,75% para 4,25%; agora para 4,5%; e realizando mais de 5%.

Isso é o que se chama de comprar confiabilidade. Qual é o preço disso? Disso não se fala; a política monetária não trata do preço do ajuste fiscal, da falta de saneamento e de educação pública, da má conservação das estradas federais. Disso não se fala.

Há outro modelo econômico possível. Não é verdade que não há outro modelo. Os dogmas são divulgados pela mídia concordante controlada pelo capital financeiro. Não se vê um economista diferencial. Um dos últimos, e o mestre de todos, faleceu outro dia, mas não falava mais. Celso Furtado era planejador e estrategista, alguém que entendia de economia política, mas que não tinha mais abertura na mídia do Brasil. Sabemos quem fala de manhã na **TV Globo**.

Câmbio flutuante é um dogma. Quem fala em câmbio fixo, em controle do câmbio, é louco. E não se pode falar em renegociação da dívida externa. Qualquer país do mundo historicamente fez renegociação ou suspendeu o pagamento da dívida, mas não se pode discutir essa problemática hoje. O controle de capitais que a Malásia fez é dogma. Pelo amor de Deus! Isso assusta investidor!

A Venezuela, depois da crise que enfrentou, está crescendo 13% neste ano, e já houve época em que seu crescimento foi negativo em 10%. A Argentina cresceu 7,8% mais do que o Brasil e teve PIB negativo também. Escolheu outros caminhos: a moratória. Não porque quis, não soberanamente, mas porque não tinha mais como pagar as dívidas.

É possível, sim, mudar o modelo econômico. A idéia de que o atual modelo é o único viável é plantada pelo capital financeiro, que, desculpe-me, acho que V.Exa. representa e bem, de forma competente, Sr. Henrique Meirelles.

Deputado Fiuza, o Governo deveria ter outro tipo de coragem política. Desculpe-me, mas há divergência política aberta.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Já demos um calote, e a inflação chegou a 80% ao mês no Governo Sarney.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não estou propondo calote. Eu proponho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ivan Valente, o seu tempo está encerrado. V.Exa. está querendo debater com o Deputado Fiuza. Peço que encerre sua participação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Vou concluir.

Acredito, Sr. Presidente Henrique Meirelles, que é possível, sim, com a importância que o Brasil tem e com a sua capacidade atual, trabalhar com outros parâmetros e não supervalorizar somente alguns, a exemplo das exportações. Agora, o preço de nossas **commodities** principais estão em queda.

Há modelo que leva em conta o mercado de consumo interno. Podemos pensar nisso. Podemos baixar o superávit em vez de aumentá-lo; fazer investimento público. Essa, por exemplo, é outra medida possível. E podemos baixar os juros.

Pergunto a V.Exa. qual a sua expectativa em relação à queda dos juros e por que a taxa estagnou e voltou crescer, quando o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse, em reunião do Diretório Nacional, que ela chegaria a 10%. Agora, ela voltou a crescer 1,25%.

Todas essas questões precisam ser esclarecidas. Não vamos obter desenvolvimento sustentável com esse modelo atual: crescem os juros, a dívida pública e, obrigatoriamente, o ajuste fiscal. Não acredito em desenvolvimento sustentável nesse modelo. Isso é questionável. A nossa política monetária impede o crescimento econômico. Estamos fadados a impedi-lo porque não podemos crescer mais de 3%, sob pena de gerarmos inflação. É proibido o crescimento econômico em nosso País!

Não estou pregando explosão inflacionária, mas qual a verdade sobre o crescimento de um país? Por que não se pode ter inflação de 7% ou 8%? Quem disse que é de 50%? Ninguém disse isso. Por que devemos ter inflação de Primeiro Mundo, se este é um país de Terceiro Mundo? Isso é uma farsa.

Deveríamos esclarecer essa situação. Existe, sim, enorme descontentamento frente aos resultados das políticas econômica e monetária. Há exclusão social e empobrecimento no País. Isso precisa ser dito. Precisamos abrir esse debate no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Acatamos aqui duas inscrições: do Deputado Nelson Marquezelli e do Senador Leonel Pavan, que chegou agora.

Informo a V.Exas. que não vamos mais acatar qualquer inscrição. O Presidente do Banco Central vai responder às perguntas dos Parlamentares presentes, porque todos aqui são testemunhas de que vários fizeram indagações e saíram. Então, não faz sentido ficarmos debatendo com quem não está aqui.

Com a palavra o Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– Sr. Presidente Paulo Bernardo, muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar o Presidente do Banco Central, Dr. Meirelles, e sua equipe pelo excelente trabalho que têm feito. A herança recebida do Governo anterior é incalculável, e V.Sas. fizeram milagre para conquistar o reconhecimento que temos hoje dos mercados internacional e brasileiro, preparando o País para um crescimento que virá, sem dúvida alguma. O caminho é esse, a política é essa.

Na condição de exportador, estou preocupado com a queda do câmbio. Acredito que o Banco Central poderia atuar mais firmemente para não deixar o câmbio cair tanto, principalmente neste momento em que o preço das **commodities** está baixíssimo, e os custos internos estão muito altos. Precisamos administrar um pouco melhor o câmbio, na minha visão.

Parabéns à equipe pelo trabalho. Creio que conquistamos uma posição respeitável no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo)

– Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. SENADOR LEONEL PAVAN – Sr. Presidente Paulo Bernardo, nosso amigo, infelizmente não pude participar do início desta reunião em virtude de uma consulta médica.

Ao vir para cá, ouvi a intervenção do meu amigo Ivan Valente. Posso chamá-lo de amigo porque fomos Deputados da mesma Legislatura e o admiro muito.

Admiro-o muito mais porque não mudou de posição, continua com o mesmo pensamento.

Como pedi apenas 1 minuto, vou aproveitar as palavras do Deputado Ivan Valente.

Competentíssimo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, continuamos a ter por V.Exa. a mesma admiração que tínhamos antes. Sabíamos que, da mesma forma como defendia a economia do nosso País antes, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, certamente a defenderia agora.

A minha pergunta é objetiva: Henrique Meirelles mudou o pensamento de Lula, ou Lula mudou o pensamento de Henrique Meirelles? Se um não mudou o outro, a economia é a mesma do passado. Ou Lula mudou sua opinião em relação ao que defendia no passado, ou Henrique Meirelles mudou sua opinião. Alguém deve ter mudado.

Essa é a pergunta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Senador Pavan, pela pergunta bem objetiva que formulou ao Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, começo respondendo à pergunta do Deputado Wasny de Roure, em relação aos resultados do Banco Central transferidos para o Tesouro Nacional.

O Banco Central, no período 2003/2004, até o primeiro semestre de 2004, teve um resultado positivo de 34 bilhões e 100 milhões de reais. Pequena parcela desse valor foi incorporada às reservas, para reforço do balanço, e foram transferidos ao Tesouro Nacional 32 bilhões e 100 milhões de reais.

Em relação à segunda pergunta de S.Exa., sobre o patamar de dolarização, eu diria que o percentual da dívida total doméstica do Brasil, que estava indexada ao dólar, no final de 2002 era de 33,5%; no final de 2003, de 20,5%; em outubro de 2004, de 10,2%. Portanto, houve diminuição substancial.

Em relação ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que temos declarado é que o Brasil tem condições de considerar a hipótese de não renová-lo. Os fundamentos da economia brasileira são muito sólidos. O País diminuiu em muito a sua vulnerabilidade internacional.

Não vou repetir todos os dados aqui mencionados. Evidentemente, a decisão final do Governo em relação a esse assunto será tomada no devido tempo.

À pergunta sobre a taxa de juros no próximo ano responderia que o Banco Central não pode, por dever

de ofício, anunciar decisões futuras, inclusive porque não as tomou ainda, mas o fará no devido tempo.

Se considerarmos um prazo mais longo em relação às taxas de juros de mercado, poderemos dizer que, em geral, segundo mostra a experiência, na medida em que se estabilize e se confirme a estabilidade de preços e que a convergência da inflação para as metas continuem, certamente o risco tenderá a cair e, em consequência, com esse círculo virtuoso da economia brasileira, teremos condições de vislumbrar taxas menores no futuro.

O Deputado Virgílio Guimarães faz analogia muito interessante com a fisioterapia. Acho de fato uma boa analogia. Eu mesmo, após sofrer um acidente, tive de operar o tornozelo e fazer fisioterapia. Comecei a caminhar, certamente devagar. Não tentei correr nem entrar na maratona no primeiro dia. É processo semelhante que a retomada do crescimento demanda. Vamos dando um passo atrás de outro, devagar. São todas essas variáveis que descrevemos. O importante é que a musculatura do País está cada vez melhor, ou seja, os índices estão cada vez melhores. Isso vale para a formação bruta do capital fixo, vale para a geração de emprego, vale para todos os demais indicadores.

Em relação às observações do Deputado Ricardo Fiúza, agradecemos a manifestação de suporte.

Quanto à participação e às declarações do Deputado Nazareno Fonteles, afirmo em primeiro lugar que respeitamos muito o fato de S.Exa. considerar o desemprego uma calamidade pública. Não há dúvida de que o desemprego tem de ser perseguido de forma muito forte pela política econômica; não há dúvida de que a finalidade de qualquer política econômica é o aumento da geração de emprego e a maior aproximação possível do pleno emprego.

Em relação às prioridades, seja o desemprego, seja o crescimento com distribuição de renda, seja o controle da competição bancária, diria que são todos objetivos de política econômica. Agora, cada órgão do Governo tem a sua missão fundamental. Não podemos confundir o quadro. De novo faço analogia, agora com o futebol de várzea, no qual às vezes vemos o pontadireita correr para o gol, etc. Num bom time de futebol, cada um joga muito bem na sua função, de acordo com o espírito solidário de equipe, evidentemente colaborando com os outros. Quero dizer com isso que a função principal do Banco Central, para que todos esses objetivos se materializem, é conquistar a estabilidade de preços no arcabouço de metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Não há dúvida: a experiência do Brasil, juntamente com a de outros países, mostra com clareza que a baixa inflação é condição necessária para o crescimento e a

geração de emprego. A história do País mostra isso. A inflação dos últimos 12 meses é de 6,9%, e estamos crescendo a taxas vigorosas.

Portanto, é muito importante dizermos que o Banco Central tem de cumprir a sua função básica e principal, mas evidentemente cuidar da política macroeconômica como um todo. A finalidade última sempre será crescimento econômico, geração de emprego e de riqueza.

Passando às observações do Deputado Osório Adriano, sobre empregos formais **versus** empregos informais, gostaria de dizer que pesquisa do IBGE mostra que no ano de 2004, se somarmos empregos formais e informais, houve crescimento de 13%. Esse é o dado mais importante. Não vou entrar na controvérsia da questão do emprego formal **versus** informal. Vou apenas dizer que o emprego no Brasil está crescendo, e isso é muito importante.

Em relação à questão da inadimplência nas contas de luz, diria que realmente é um dado a ser analisado. A inadimplência é em função de diversos fatores, não apenas da questão do crescimento. É decorrência inclusive dos índices de reajustes de preço, que são usados naquela área específica, e também de outras questões. Quer dizer, é um dado importante, mas não determinante, digamos assim. É algo que deve ser usado como diversos outros indicadores sobre o assunto.

Em relação à questão do superávit primário, que tem sido muito mencionado, diria que sua grande questão diz respeito ao fato de que, na medida em que há um superávit primário consistente, na medida em que a relação dívida sobre produto, o endividamento com percentuais do produto não esteja crescendo, mas decrescendo, teremos uma diminuição dos prêmios de risco. Isso vai levar, a médio prazo, à diminuição das taxas de juros e, em última análise, a um crescimento maior. Levando a um crescimento maior, existe aumento da arrecadação; existindo um aumento da arrecadação certamente haverá melhores condições de investimento, inclusive de investimento público.

No momento em que começamos a apostar na escassez, Deputado, no instante em que diminuimos o crescimento e tentamos gastar com dinheiro público acima das nossas possibilidades, o que vai acontecer certamente é que a arrecadação pública do País cresce menos, e entramos aí num círculo vicioso. Precisamos inverter, e invertemos. Felizmente a arrecadação pública está crescendo e certamente o Brasil cada vez mais dará condições não só de investimento privado, mas também público. V.Exa. tem toda a razão, não há dúvida de que o investimento público é absolutamente fundamental, tal qual o investimento privado. O que

precisamos de novo é botar a máquina do crescimento para andar na direção correta onde estamos gerando emprego, arrecadação e investimentos também em infra-estrutura.

Em relação ao posicionamento do Deputado Paulo Rubem Santiago, foi uma mensagem muito interessante sobre a questão da euforia **versus** depressão. Na verdade, essa é uma visão que o Banco Central tem também, Deputado. Existe um clima de euforia, muitas vezes, inclusive dos mercados, e o Banco Central é visto como cuidadoso etc. E falam: *"Não, mas o Banco Central está preocupado com..."*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Mas V.Exa. estava bem eufórico no começo da sua explanação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Por outro lado, Deputado, em determinados momentos, em que existiam euforias talvez desnecessárias, o Banco Central disse: *"Vamos de vagar, vamos tomar cuidado, que existem alguns riscos"*. Em resumo, é muito importante essa posição de balanço.

Num momento como este, em que a economia está crescendo, é importante mostrar isso com clareza. Mas também, Deputado, mantivemos uma posição equilibrada no seguinte aspecto: em nenhum momento dissemos que poderíamos abandonar os controles, o superávit primário, a perseguição implacável das metas de inflação. Não, achamos que tem que haver uma posição balanceada. O que estou mencionando é que muitas vezes, quando as pessoas estão eufóricas, acusa-se o Banco Central de estar muito conservador. E quando as pessoas estão muito pessimista, acusa-se o Banco Central de estar muito otimista. O que é normal, o que é importante é saber que essa é a postura de um Banco Central.

V.Exa. usou outras expressões também muito importantes, muito caras ao Banco Central. V.Exa. falou: *"tomar cuidado para não bater no teto"*. V.Exa., lendo as atas do Banco Central, vai ver que ele também entrega essa mensagem, que precisamos dar tempo à economia de fazer os investimentos necessários, para, por euforia, não batemos no teto e entrarmos em depressão. Quer dizer, essa ciclotimia, que muitas vezes o Brasil viveu é uma característica que devemos evitar, e o Banco Central está exatamente tomando muito cuidado com isso. Em resumo, Deputado, é aquilo que chamamos da manutenção do crescimento sustentado, um crescimento todo o ano, não um crescimento apenas em um ano e não nos seguintes.

Em relação à questão da dívida, já fiz alguns comentários sobre isso, mas gostaria de novamente enfatizar, fazendo uma avaliação. O importante na vida é não olharmos apenas o momento, mas olhar

mos um caminho. E no momento, como eu mencionei, o endividamento começa a cair, em vez de subir. As taxas de risco caem, a confiança aumenta, e isso faz com que o País cresça mais, como já está acontecendo. Existe mais disponibilidade de recursos para o consumo das famílias e para o investimento das pessoas e das empresas. A economia crescendo mais, a arrecadação também cresce mais. E crescendo mais a arrecadação, gera-se mais recursos. É o chamado círculo virtuoso da economia. É nisso que nós estamos ingressando.

Agora, eu sei que é muito difícil começar esse processo, Deputado. O meu avô já dizia que – e eu suponho que V.Exa. já tenha ouvido muito essa expressão – *"em casa que falta pão, todo mundo reclama e todo mundo tem razão"*. Portanto, é importante que nós saíamos dessa situação e que nós possamos de fato entrar num círculo virtuoso de crescimento sustentado.

Gostaria apenas de dizer a V.Exa. que todos os indicadores mostram que entramos nesse círculo virtuoso. Contudo, não há dúvida de que precisamos ter mais investimentos em infra-estrutura, transporte, portos, ferrovias, nos geradores de energia elétrica. Também precisamos de mais investimento industrial, comercial, na saúde, na educação. Ora, investimento em educação é fundamental, mas para tudo isso é preciso haver a geração de recurso, para que não façamos aquilo que o Deputado, com muita precisão mencionou, *"bater no teto"*.

Em relação às observações, aos comentários do Deputado Ivan Valente, digo que achamos o debate legítimo, respeitamos muito as opiniões divergentes, as visões diferentes da economia e dos modelos do ajuste econômico. Agora, eu diria, do ponto de vista da nossa observação, que o dilema que existiu durante muito tempo no debate econômico do Brasil sobre estabilidade **versus** crescimento – isto é, dizia-se que o Brasil estava estável do ponto de vista da inflação, mas que não estava crescendo – não mais existe. Se sairmos daquele momento específico e olharmos não só para o passado, mas para a situação atual, vamos verificar que o Brasil teve inflações altíssimas na década de 80, mas não cresceu suficientemente. Quer dizer, a inflação alta não levou ao crescimento, como foi mencionado. A inflação alta não leva país algum ao crescimento. Nós tivemos períodos de estabilidade sim, com âncora cambial, principalmente, mas com crescimento mais baixo.

Felizmente, Deputado, acho que o senhor pode, de fato, na minha modesta opinião, ficar **esperançoso**. E eu acredito que nós podemos conversar sobre isso no futuro. Espero que possamos voltar a trocar idéias, porque eu acho que está ficando cada vez mais claro

que esse paradigma mudou. O Brasil está crescendo agora. A inflação, nos últimos 12 meses, foi de 6,9%. No entanto, em 2004, o Brasil já cresceu 5,3. Quer dizer, não existiu esse “limite” que alguns atribuem ao Banco Central: “Ah, passou de 3%, o Banco Central não gosta”. Não é nada disso, Deputado. Nós precisamos é criar as condições para – usando a expressão – que o Brasil “*não bata no teto*”. Isto é, criar condições para que esse desenvolvimento continue, e continue de forma sustentada.

Eu vou perguntar ao Sr. Presidente se já posso terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Pode. Mas há uma indagação do Deputado Nelson Markezelli e uma outra pergunta, difícil de responder, do Senador Leonel Pavan.

Quero pedir aos Parlamentares membros da Comissão de Orçamento que assinem o livro. Nós temos uma reunião prevista para às 15 horas. Evidentemente, vamos ter de conversar com os membros para ver como será a continuidade dos trabalhos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu notei, na convocação, que esta seria também uma reunião não apenas da Comissão Mista de Orçamento, da Comissão de Economia da Câmara, mas também incluiria as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado, e de Fiscalização e Controle. É esse o mesmo entendimento? *(Pausa)*.

Então, eu quero apenas registrar que achei muito positivo que o Presidente Henrique Meirelles e o Ministro tenham vindo às nossas Comissões. Conforme eu próprio havia expresso ao Presidente Henrique Meirelles, tinha certeza de que ele iria poder apresentar resultados tão significativos da economia e que, por todos, seria respeitado aqui no Congresso Nacional.

Portanto, eu queria apenas lembrar o diálogo que tive naquele momento com V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Para responder as outras perguntas e encerrar, eu me dirijo em primeiro lugar ao Deputado Nelson Markezelli, para agradecer-lhe as palavras de suporte, as palavras elogiosas.

Em relação à questão colocada pelo Senador Leonel Pavan, eu diria que o Senador mudou o Brasil para melhor. O Brasil está crescendo; o Brasil hoje está com saldo comercial; o Brasil hoje está com saldo de conta corrente; o Brasil está gerando emprego, está aumentando investimento; o Brasil está na direção, de fato, de resolver, de forma sustentada, os seus problemas fundamentais; a arrecadação pública está crescendo. Em, resumo, Senador, o Brasil está mudando, estamos mudando todos. O importante é não estarmos fixados

em opiniões de cada um no passado, mas estarmos preocupados com o Brasil e o povo brasileiro, e é por isso que fico feliz de ver aqui nas Comissões e no Congresso essa preocupação com o Brasil.

Em relação à observação final do Senador Eduardo Suplicy, diria que prestei atenção. Não apenas prestei atenção, Senador, como também observo os resultados.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a audiência, agradecendo a presença a todos os membros das Comissões. Às 15h vamos nos reunir para resolver o que faremos na sequência da reunião

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Vigésima Quinta da Comissão de Fiscalização e Controle, Extraordinárias, Quadragésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e Décima Sétima da Comissão de Infra-estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizadas, conjuntamente, em 15 de dezembro, de 2004, às 10:00 horas, na sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e três minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúnem-se as Comissões de Fiscalização e Controle, Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, José Jorge, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho e Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Pedro Simon. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à Audiência Pública tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para

prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras, em atendimento aos Requerimentos nº 49-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nº 11-CI, de autoria do Senador José Jorge, e nº 26-CFC, de autoria do Senador Arthur Virgílio, respectivamente. O Presidente solicita aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que conduzam o Senhor Ministro ao Plenário da Comissão. O Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Senhor Ministro para que inicie sua exposição. Em seguida, concede a palavra aos Senadores Eduardo Azeredo, José Jorge, César Borges, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da nossa Comissão; a 17ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura e a 25ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, reuniões extraordinárias, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta audiência pública, realizada em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, conta com a participação honrosa do Exm^o Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação das estradas brasileiras e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das nossas estradas, em atendimento aos Requerimentos nº 49, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Eduardo Azeredo; Requerimento nº 11, da Comissão de Infra-Estrutura, de autoria do Senador José Jorge; e Requerimento nº 26, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O Exm^o Sr. Ministro já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que introduzam, na forma de estilo, S. Ex^a o Ministro até o Plenário desta Comissão. S. Ex^a tomará assento à direita desta Presidência.

(Pausa.)

Sr. Ministro Alfredo Nascimento, é uma honra para a Comissão de Assuntos Econômicos e para as demais Comissões recebê-lo. A presença de V. Ex^a nesta Comissão é marcante. V. Ex^a, desde o primeiro em que entramos em entendimento, prontificou-se imediatamente a comparecer à nossa Comissão, demonstrando o seu espírito democrático e a vontade de prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes à sua Pasta, especialmente quanto à conservação das nossas estradas.

Tive o prazer de conhecê-lo mais de perto, aliás, quando V. Ex^a nos deu a honra, em companhia do Presidente da República, de visitar a minha cidade de origem, a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Lá se encontrava um dos Senadores que abrihantam esta Comissão, o Senador Delcídio Amaral. Quero confessar isso, em homenagem a V. Ex^a, que lá determinou a continuidade dos trabalhos da BR-158, que liga a cidade onde nasci, Três Lagoas, ao outro Município de Sevilha. É o único trecho não asfaltado da longa extensão da BR-158.

Quero ressaltar que os recursos dessa BR-158 estão – e sempre estiveram, Sr. Ministro – sendo colocados no Orçamento por emendas de Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul e de minha autoria. Portanto, trata-se de uma estrada que está sendo construída graças à participação do Legislativo no Orçamento, mas V. Ex^a teve a grandeza de reconhecer a importância daquela estrada e de determinar a sua continuidade.

Lá se está trabalhando. E queria aproveitar... Estou falando pessoalmente mesmo. Como é um assunto importante para mim e estamos nos últimos dias do nosso trabalho, acho que posso falar isso. Estou procurando lhe fazer justiça e não lembrar o meu trabalho. Estou procurando fazer Justiça a V. Ex^a.

Quero comunicar-lhe que, para o Orçamento de 2005, estamos colocando recursos para que essa estrada, para que pelo menos no ano que vem, Sr. Ministro, ela seja terminada.

Quero recebê-lo aqui. Ouço dos membros desta Comissão referências que demonstram a mais estrita consideração ao trabalho de V. Ex^a, cuja capacidade administrativa é reconhecida. Seja bem-vindo.

De acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, adotamos os seguintes procedimentos: S. Ex^a terá 30 minutos para fazer sua exposi-

ção e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por parte das Senadoras e Senadores inscritos. A palavra, quando for concedida ao Plenário, será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, com preferência para os autores dos requerimentos. Cada Senador interpelante disporá de 5 minutos; assegurado igual prazo para a resposta de S. Ex^a, Sr. Ministro. Há direito de réplica pelo prazo de 2 minutos, e com o mesmo tempo será concedida tréplica a V. Ex^a.

Assim, lhe concedo a palavra para que V. Ex^a...

V. Ex^a pede a palavra pela ordem, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e sendo uma reunião conjunta...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Queria pedir licença a V. Ex^a – registrei, mas não vi V. Ex^a aí – para dizer-lhe que V. Ex^a ocupa o lugar que lhe é de direito e em breve terei a honra de dividir com V. Ex^a a Presidência dos trabalhos, porque não será a idade que fará com que...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, Sr. Presidente, está muito bem entregue. Apenas, queria dar uma palavrinha. Mas está muito bem entregue a Presidência e V. Ex^a pode presidir por todo o conjunto da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É que o Regimento fala em mais idoso e queria repartir isso. Não pode ficar só comigo.

V. Ex^a vai chegar a minha idade e, portanto, vai começar ...

Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queria saudar também, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle, o nosso Ministro Alfredo Pereira do Nascimento e dizer que realmente o desafio do Ministério é grandioso. São milhares e milhares de quilômetros a serem consertados, afora a infinidade de quilômetros que precisam ser implantados. É muita coisa, é um desafio ciclópico.

E queria dizer ao Ministro da minha torcida permanente, até porque a nossa Paraíba, na ponta do Nordeste, sempre teve estradas muito boas. Foram estradas que duraram muito, mas, ultimamente está chegando ao último ponto e precisando de recapeamento, como quase todas as estradas no Brasil.

Criamos uma forma de conseguir recursos, mas os recursos não têm chegado na totalidade às mãos de V. Ex^a. Vamos estar aqui sempre advogando para que esse dinheiro chegue rápido para que V. Ex^a possa cumprir o seu papel, da melhor maneira possível, até porque adotamos o modelo de transporte rodoviário

que exige, com toda certeza, uma frota grande de caminhões e estradas em boas condições.

Estamos torcendo sempre pelo senhor. Todos nós aqui da Comissão de Fiscalização e Controle vamos estar fazendo tudo que seja possível para ajudá-lo, porque a missão de V. Ex^a, com toda certeza, cumprida, diminui o risco Brasil e diminui os custos de vida neste País.

Seja bem-vindo a esta reunião conjunta, quando tenho a honra de ser presidido pelo Senador Ramez Tebet – preside não por causa da idade, mas por causa da experiência. V. Ex^a, como mais experiente, tem todo o direito de ser o Presidente e estarei aqui muito feliz sob a sua Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Muito obrigado. Quero saudar o Presidente Ramez Tebet, o Presidente Ney Suassuna, os demais Senadores e agradecer o convite que me foi formulado, porque esta é uma oportunidade para que, em conjunto, falemos um pouco dos problemas de infra-estrutura do País, que são muito sérios. Como costume dizer, não são problemas para serem resolvidos por uma única pessoa. Fui convidado pelo Presidente Lula para, a partir de abril deste ano... Formatei, tendo por base o Orçamento que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional, uma retomada na reconstrução da infra-estrutura do País. O problema da infra-estrutura é muito grave. Não se pode dizer que esse problema é de agora, é um problema de alguns anos. Nós, do poder público, não demos a atenção devida à nossa infra-estrutura; não cuidamos disso, como deveríamos, ao longo dos anos.

A partir do mês de abril, tendo por base o Orçamento que já está aprovado – e há pouca possibilidade de mobilidade desse Orçamento –, montei um plano e o apresentei ao Presidente da República. Trata-se de um plano de restauração e de recuperação de rodovias, com o objetivo de diminuir os problemas de infra-estrutura do País.

Para que se tenha uma idéia, cabe ao Ministério dos Transportes administrar mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais, dos quais 60 mil quilômetros deveriam estar urbanizados, asfaltados. Dessas quase 60 mil quilômetros, no mês de abril, mais de 60% não estavam em boa condição de tráfego.

Fiz um planejamento, como disse, tendo por base esse Orçamento aprovado, para que até abril do próximo ano, quando há coincidência do escoamento da produção, principalmente da produção de grãos do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País, para que neste

período a gente diminua esses gargalos, que são muito significativos no custo de produção do País e interfiram diretamente nas nossas exportações. A nossa expectativa é que, até abril do próximo ano, tenhamos conseguido restaurar, e não só manter, aproximadamente sete mil quilômetros das rodovias que estão sem condições de tráfego. Isto representará a restauração de, aproximadamente, 20% a 25% das rodovias que não estão em boas condições de tráfego.

Este é o primeiro ataque. E por que essa primeira ação será em relação a rodovias? Porque, infelizmente, o modal de transportes adotado no País está equivocado. Mas a mudança do modal de transportes requer tempo. Precisa-se de muito tempo para alterar este modal de transporte. Privilegiamos, ao longo dos anos, o investimento em rodovias e esquecemos do investimento que deveríamos fazer em ferrovias e hidrovias. Mas mudar esta concepção que o País adotou, há alguns anos, leva tempo. E o que temos como responsável por mais de 60% da produção brasileira são as nossas rodovias, que estão na condição que eu acabei de relatar.

Então, a nossa expectativa é que até março ou abril deste ano, tenhamos recuperado de 20% a 25% dessas rodovias e tenhamos dado condição de tráfego fazendo ações mais localizadas de manutenção e de conservação de rodovias em, aproximadamente, 75% a 85% das rodovias. E também que essas rodovias, mesmo não estando em condições ideais, tenham condições de tráfego. E o que consideramos para que este trabalho fosse feito? Consideramos os principais troncos rodoviários responsáveis pelo maior volume de escoamento da produção.

Apresentamos esse projeto ao Presidente da República e dissemos a Sua Excelência que precisávamos de dinheiro, de um aporte financeiro do Ministério, porque existia uma dívida de mais de R\$1 bilhão com as empreiteiras, com as empresas que estavam trabalhando com o Governo. O Presidente atendeu o nosso pedido. Esse dinheiro, em parcelas, foi rigorosamente alocado no Ministério dos Transportes. Hoje, o Ministério não tem mais dívidas referentes a 2002 e 2003, como tinha no mês de abril.

Então é essa a nossa situação, pelo menos a financeira. Não posso dizer o mesmo com respeito ao Orçamento, porque este já havia sido aprovado. Com base nessas necessidades, fizemos alguns projetos e os enviamos ao Congresso a partir do mês de maio. Esses projetos ainda não foram aprovados. Certamente, quando o forem, não haverá possibilidade de, no mês de janeiro e fevereiro, continuarmos o trabalho que iniciamos. A partir do ano de 2005, teremos um orçamento com boa possibilidade de execução e

verdadeiramente uma retomada da recuperação da infra-estrutura do País.

Em relação aos portos, criamos o grupo chamado Agenda Portos, representando os diversos Ministérios. Os gargalos que existem nos portos brasileiros são muito significativos, e algumas situações, até março ou abril do próximo ano, poderão ser executadas. Foi emitida uma medida provisória pelo Presidente da República que autorizava o Ministério dos Transportes a gastar R\$57 milhões na execução de pequenas ações ou ações que demandam pouco tempo, a fim de que esses gargalos sejam diminuídos nos portos brasileiros.

Completaríamos a ação nas rodovias agindo primeiramente nos portos, a fim de facilitar o escoamento da produção. É claro que ainda teremos problema na próxima safra, pois não resolvemos a questão. Fizemos apenas uma ação paliativa e imediata, a fim de facilitar ou minorar os problemas do escoamento da nossa produção. Essa foi a primeira ação.

Passei então a mostrar isso ao Governo, que está convencido disso – não se trata mais de um entendimento apenas do Ministério dos Transportes, mas do Governo, do Presidente Lula e da área econômica do Governo. Em função disso, criamos um plano de restauração de rodovias no País para o próximo ano.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a sabe disto, porque é da minha região: eu nunca fui do Legislativo. Eu sou um executivo que prestou serviço no Poder Público sempre no Poder Executivo. Tenho uma experiência de mais de vinte anos no Executivo e quero colocá-la a serviço do meu País. Penso que posso dar uma contribuição. Acumulamos certa experiência com o tempo, e isso certamente ajudará o desempenho que teremos no Ministério, principalmente a partir do próximo ano.

Nossa expectativa é que, para o próximo ano, façamos a restauração e adequação de aproximadamente 14 mil quilômetros de rodovias. Isso será um salto, porque, ao final do ano de 2005, deveremos alcançar a recuperação e a readequação de aproximadamente 65% a 75% das rodovias federais em todo o País.

De que forma montamos esse trabalho? Primeiramente enviamos um orçamento ao Congresso, que está sendo votado, no valor de R\$3,5 bilhões. Posteriormente o Ministério do Planejamento enviará um aditivo ao Orçamento – desculpem-me, não sei que nome se dá a isso –, até o dia 20, de mais R\$2,5 bilhões, que totalizará R\$6 bilhões, além das emendas que, no ano passado, somaram aproximadamente R\$700 milhões; o número deverá ser próximo disso. Então, teremos em torno de R\$6,5 bilhões de orçamento no Ministério dos Transportes para o próximo ano.

Se considerarmos que o orçamento deste ano passou de R\$2 bilhões, teremos, portanto, um orçamento significativo e poderemos verdadeiramente fazer investimentos, a fim de possibilitar a melhoria do escoamento da nossa produção. Teremos cerca de R\$530 milhões em investimentos nos principais portos do País. Em 11 portos investiremos mais de R\$500 milhões, pois são os responsáveis por 85% da exportação brasileira.

Quanto aos investimentos em ferrovias, apostamos na aprovação da PPP. É um investimento demorado, de grande vulto e a nossa expectativa, em função também da procura, da insistência dos empresários dos países que têm procurado o Ministério dos Transportes e o Governo, a nossa expectativa é que duas grandes ferrovias do país recebam esses investimentos privados. Refiro-me à rodovia Norte-Sul, sobre a qual os japoneses têm conversado muito conosco e têm uma sociedade com a Vale do Rio Doce e têm interesse em fazer esses investimentos em ferrovias o que vai da possibilidade de criar uma nova opção de logística para o país. Por que falo isso? Porque os nossos principais portos já não possuem as principais características ou os pressupostos básicos para serem bons portos, em função do seguinte quadro: todos os nossos portos estão nas capitais ou nas grandes cidades. O Porto de Santos tem problema de retroárea, não tem mais espaço para se colocar indústrias ou serviços que venham facilitar o desempenho do porto.

Esses portos estão nas áreas urbanas e, portanto, têm dificuldade de acesso. Esses portos têm problema de calado porque, quando foram construídos – há muito tempo – foram pensados para receberem navios da época, que eram menores e precisavam de um calado muito menor.

Então, todo investimento que faça nos grandes portos brasileiros são investimentos que, quanto maior o volume maior o tempo que teremos de boa utilização daquele porto em função do investimento que foi feito. Num pequeno investimento, reduz-se o tempo de utilização com boa qualidade desse porto que se está fazendo investimento.

Esses portos todos estão recebendo os investimentos, mas a gente precisa pensar o país como um país que cresce, que exporta, que está produzindo muito, está se desenvolvendo e que precisa ter novas opções de logística de transporte. A rodovia Norte-Sul oferece uma nova opção de logística para o país porque integra num transporte barato, num transporte ferroviário barato do Sul ao Norte do país e chega ao Porto de Itaqui, no Maranhão, que está afastado da área urbana, que tem boa retroárea, que não tem problemas de acesso e tem um calado acima da média, na maré

baixa, de 16 metros e meio, o que dá possibilidade de ancoragem para navios de grande porte que podem fazer transporte de um volume muito maior de tonela-gem para distâncias muito maiores.

Essa é uma opção de logística que tem que ser oferecida para o país. Qual é a nossa expectativa? Estamos fazendo investimento de restauração e de readequação na Belém-Brasília, na BR-153. Essa rodovia é paralela à Norte-Sul. A idéia é fazer um transporte modal integrado entre ferrovia e rodovia com o objetivo de que os produtores do Centro-Oeste, do Sul do país tenham acesso a esse tipo de escoamento de produção para que se passe a desafogar um pouco esses principais portos brasileiros que estão acima do seu limite de capacidade. Mesmo os investimentos que se faça nesses portos sejam significativos, logo, os portos vão ter problemas mais uma vez em função desses portos não possuírem mais essas condições ideais de funcionamento.

Essa ferrovia é uma ferrovia que, certamente, a gente inicia já a partir do ano que vem e com a participação dos japoneses ou dos chineses, a partir do surgimento da aprovação do PPP.

Uma outra ferrovia que é muito interessante é a Transnordestina, que tem agora uma nova concepção que integra dois grandes portos, que também possuem essas características do Porto de Itaqui. Essa Transnordestina integraria o centro produtor do Centro-Oeste do país de grãos, principalmente, do Oeste da Bahia, o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão, integraria essa região do país aos portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

Essa nova concepção vai demandar um investimento próximo de R\$5 bilhões. É um investimento pesado, mas há uma nova concepção de modernização dessa ferrovia. Essa ferrovia já tem uma concessão – a CFN é concessionária desse trecho –, vai sofrer um alongamento, vai ser aumentado e vai receber essa readequação. Primeiro, vai-se mudar a bitola métrica para a bitola larga, que vai dar maior velocidade e maior capacidade de transporte de carga, fazendo com que essa carga chegue ao Porto de Pecém e ao Porto de Suape, em Pernambuco. São dois portos modernos, que têm boa retroárea.

Para se ter uma idéia, o Porto de Suape, em Pernambuco, tem uma área onde já estão instaladas cerca de 70 indústrias e ainda tem capacidade para receber cerca de 100 novas indústrias. Tem um calado acima da média, com boa capacidade de receber bons navios, está afastado da área urbana e tem boa facilidade de acesso.

Pensar o País em termos de logística de transporte a médio e longo prazo passa por investimentos em ferrovias.

Para finalizar as minhas primeiras palavras, estou, como técnico, muito otimista em relação ao que se pode fazer em relação à infra-estrutura do País. Preparei uma proposta com esse aditivo, com esse novo orçamento que se vai juntar ao orçamento que está sendo votado no Congresso, pensando tecnicamente em como se resolver, pelo menos num primeiro momento, o problema de escoamento da produção.

Pensamos, por exemplo, na BR-153 nos diversos Estados em que apresenta problema. Há investimentos previstos para ela.

Vou citar algumas rodovias. Por exemplo, com relação à BR-020, temos investimento previstos da ordem de R\$100 milhões, na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal e em Goiás.

A BR-040 tem investimentos em Minas Gerais para restauração, readequação e duplicação no trecho entre Sete Lagoas e Juiz de Fora e ao longo de toda a rodovia.

A BR-153, como acabei de mencionar, tem investimentos em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, somando R\$266 milhões.

Por que estamos fazendo isso? Estamos trabalhando em todo o tronco rodoviário, com o objetivo de dar trafegabilidade a essa rodovia. Identificamos onde existe o problema e onde devemos fazer o investimento.

A BR-163 tem investimentos previstos próximos de R\$80 milhões no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Paraná e em Santa Catarina, exatamente nos trechos em que há problemas.

A BR-242, no Estado da Bahia, tem investimentos previstos de R\$68 milhões justamente no trecho em que a situação está ruim.

Esses recursos serão utilizados em função do acordo que o Governo fez com o Fundo Monetário Internacional para a liberação de R\$3 bilhões, para que saísse do cálculo do superávit primário e para que esse investimento fosse feito em infra-estrutura. Desses R\$3 bilhões, R\$2,5 bilhões estão sendo alocados no Ministério dos Transportes para se somar aos R\$3,5 bilhões que já estão no Ministério dos Transportes.

Vou citar mais algumas rodovias importantes: a BR-365, de Minas Gerais; a BR-364, que passa em Goiás, Mato Grosso e Rondônia; a BR-280, em Santa Catarina; a BR-116. São várias rodovias.

Com esse projeto, iniciamos a duplicação da BR-101 sul. Existe no Orçamento do ano de 2004 R\$160 milhões, e estamos alocando mais R\$135 milhões no

projeto de lei que está sendo votado e mais 265 milhões. Estamos disponibilizando, além dos 160, mais 400 milhões para a duplicação da 101-Sul, que atende Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Para a 101-Nordeste, já foi lançada a licitação, que deve ser aberta no mês de janeiro. A licitação vai permitir a execução da obra no trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, a partir do ano que vem. As obras serão iniciadas em três Estados, ao mesmo tempo em que fizemos uma licitação dividida em oito lotes, o que vai permitir o início da obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco. Para essa obra, serão destinados recursos da ordem de R\$383 milhões. Para que se tenha uma idéia – não fechamos ainda a licitação –, essa obra custará aproximadamente R\$1,5 bilhão, ou seja, quase um terço dos recursos.

Já fechamos a licitação da 101-Sul. Liberamos a ordem de serviço. A obra deve custar R\$1,5 bilhão. Já estão liberados R\$ 560 milhões para o primeiro ano de execução da obra, de dezembro deste ano a dezembro do ano que vem.

Há outras obras. A 153, por exemplo, no Estado de São Paulo, tem um problema antigo, próximo de São José do Rio Preto, Bonifácio e Bady Brassitt. Estamos disponibilizando recursos para a readequação no trecho entre Bonifácio e Bady Brassitt e mais R\$30 milhões na 153, para a readequação da rodovia.

Por que estou me referindo a isso? Na agenda para os portos, haverá investimentos de R\$500 milhões, cerca de R\$518 milhões. Serão investimentos nos portos de Itaquí, Areia Branca, Salvador, Aratu, Vitória, Rio de Janeiro, Sepetiba, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Rio Grande, Santos, entre tantos.

Na minha expectativa, teremos um ano bem diferente em relação à infra-estrutura do País. É claro que ainda teremos problemas, mas vamos trabalhar praticamente em todos os Estados, em todas as rodovias federais com problemas, à exceção daquelas com alguma pendência junto ao Tribunal de Contas e daquelas para as quais não dispomos de instrumentos necessários à execução da obra.

Muitas obras não estão relacionadas entre as que descrevi como passíveis de execução porque ainda não têm os instrumentos necessários, tais como, licenciamento ambiental, projeto contratado ou licitação contratada. Por isso, não vamos alocar recursos no Orçamento para tais obras e para chegar no fim do ano sem poder gastar o dinheiro a elas destinado.

Eu não tinha a experiência ainda de trabalhar no Governo Federal, mas no Executivo Municipal e Estadual. Fui prefeito de Manaus, por dois mandatos, Vice-Governador do meu Estado, fui Secretário

de Fazenda do Estado. Então eu tinha experiência da máquina pública estadual e municipal e achava que lá era muito demorado. Achava que lá a máquina andava com muita dificuldade, porque levava muito tempo. Tomei um susto com o tempo gasto para se resolver as coisas aqui. Então, preparei-me para, este ano, não passar pelos mesmos problemas daquela época. Chegava a um Estado, tinha o orçamento, e diziam: “Olha, isso aqui é uma bobagem, mas é de um significado muito grande para a cidade, porque é no entorno aqui, custa R\$2 milhões e é uma coisa fácil de ser feita”. Eu, acostumado no município, ou no Estado, dizia: “Então, vamos fazer”. E a licitação lá leva o prazo mesmo que tem que levar. Há as modalidades de licitação, 45 dias, no máximo 60, está tudo pronto e executa-se a obra. Aqui, leva-se muito tempo, porque a burocracia é muito complicada no Governo Federal. É algo arraigado e muito difícil de desmanchar. Para contratar uma obra pequena mas que tem um significado muito grande para a cidade, por exemplo, chegar em Sete Lagoas para fazer um pedacinho de estrada lá que custa R\$2 milhões. Primeiro, é preciso contratar o projeto; isso leva três meses. A empresa, depois de contratada, dependendo do tamanho da obra... Três Lagoas. Sete são em Minas... A sua eu sei que são três. Eu falei de sete, em Minas. Vamos mudar de Estado. É mais uma obra para lá, Senador. Se V. Ex^a quiser fazer essa obra, vai levar três meses para contratar o projeto. A empresa que ganhou tem de sessenta a noventa dias para apresentar o projeto definitivo. Depois tem que se contratar a execução da obra tendo por base esse projeto executivo; aí são mais uns três meses para fechar a licitação. Depois disso descobre-se que não há licenciamento ambiental. Mais um tempo para obter isso. Em alguns casos, muito tempo.

Assim, o que fiz agora?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, quando V. Ex^a for citar um exemplo, diga duas pontezinhas para a cidade de Patos, na Paraíba, que está precisando.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou fazer uma coisa este ano independentemente de cor partidária. Entendo que minha função no Governo é maior. Nós todos temos a obrigação de contribuir com a viabilidade da infra-estrutura do País. O que fiz para o ano de 2005? Durante esses sete, oito meses que estou à frente do Ministério, tratei de dar viabilidade ao que eu quero fazer. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, até janeiro do ano que vem vamos fechar a possibilidade de contratação – estou falando de restauração, adequação ou duplicação – de 30 mil quilômetros de rodovias. Embora a minha possibilidade de fazer isso com esse dinheiro seja de 14 mil quilômetros, já es-

tou licitando muito mais exatamente para não sofrer esse tipo de problema. Eu não consegui fazer absolutamente nada que já estava pronto no Ministério, mas cuja burocracia não estava pronta. Estamos fechando o ano e “Cadê aquele negócio que eu pedi em abril?” “Recorreu, está não sei onde”.

Todas as vezes que eu ia falar com o Presidente ele me dizia Fernão Dias, Regis Bittencourt e BR-101 sul. Numa solenidade, ele dizia: como está a 101 sul? Ele me cobrou isso diversas vezes. Foi uma gestação dar viabilidade à 101 sul: nove meses! Finalmente, conseguimos, na sexta-feira, dar a ordem de serviço com tudo vencido, com todas as etapas, sem nenhum perigo de ter que interromper a obra em função de um problema ou outro.

A mesma coisa com relação à BR-101 Nordeste. Vou dizer exatamente o que me disse o Presidente: na hora em que nós pensamos em fazer a BR-101 Nordeste disseram que esses recursos do Fundo Monetário teriam que ser aplicados em investimentos que tivessem viabilidade econômica. Ele disse ainda que se fôssemos pensar em só fazer estradas que têm viabilidade econômica, não faremos nenhuma estrada do Nordeste, nem do Norte do País. Se tentarmos fazer uma concessão pública para a BR-101 Nordeste, por exemplo, não vai aparecer nenhum interessado porque ela é uma rodovia de integração, desenvolvimento. A duplicação de toda a BR-101 Nordeste, de Natal até Feira de Santana, vai mudar o Nordeste. Eu sou nordestino, nasci no Rio Grande do Norte, apesar de estar há quase trinta anos no Amazonas, mas conheço a realidade do Nordeste. O caminho do Nordeste é o turismo. Imaginem viajar por uma estrada segura, duplicada, que dará condições ao povo do Nordeste de ter uma vida melhor. O Presidente bateu o martelo e disse que é preciso botar esse dinheiro para a BR-101 Nordeste. Ele queria, em Salvador, já lançar a obra entre Natal e Feira de Santana.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A prioridade é para a BR-101 Nordeste ou para a BR-101 Sul?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – As duas são prioridades e há recursos para as duas. Há 560 milhões...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Inaudível*) para a BR-101 Sul, e 390 milhões para a BR-101 Nordeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, comente alguma coisa sobre a BR-158.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Inaudível.*) Está aqui a 158. Estão previstos investimentos no valor de 34 milhões nesse projeto e mais o

que está colocado no PL que já veio... Haverá recursos para a 158, sim. Sei que existem problemas em Mato Grosso, mas em Mato Grosso do Sul há bastante dinheiro. Está bem dividido, não estou olhando se o Governador é de um lado... Pela primeira vez, fiz alguma coisa sem conversar politicamente com as pessoas. Fiz tudo tecnicamente lá no Ministério. Ontem pedi ao Presidente da República que não deixasse alterar esse planejamento para mandar para o Congresso de forma diferente, porque alguns Governadores já tomaram conhecimento disso e poderão indagar, por exemplo, como é que estão mandando não sei quantos milhões para Santa Catarina, porque a BR-101 está lá, e não estão mandando não sei quanto para o Acre, para a Amazônia ou para Rondônia. O critério não é esse, mas a infra-estrutura do país. O critério de fazer uma boa distribuição entre os Estados está naquele primeiro projeto que mandamos para o Congresso. Lá estão previstos 3,5 milhões, mais as emendas que os Parlamentares vão fazer. Vamos ficar com um orçamento em torno de 4 bilhões. E lá está atendido. Como é que fiz isso? Como aumentamos um pouco o orçamento, conversei com os Governadores, com as pessoas que pediram para conversar comigo no Ministério, e tentei melhorar. O volume de recursos de todos os Estados, sem exceção, foi melhorado. O outro projeto que está vindo é estruturante para o país. Ele vai mudar realmente, vai dar condições de trafegabilidade e de escoamento da produção. Então, era isso o que, em linhas gerais, eu queria informar.

Vou encerrar mostrando uma coisa aos senhores. Sei que o meu tempo já deve ter acabado, mas queria mostrar o gráfico do desempenho do Ministério dos Transportes. Quando cheguei lá, encontrei esse tumulto. Então decidi fazer uma reunião com os empresários. Eu convocava os empreiteiros para conversar, passava meia hora, e eles não abriam a boca, porque já não tinham confiança. Em função da dívida existente, eles estavam no limite da possibilidade de investir, mesmo pouco, para receber depois. Só a partir do pagamento que fizemos a esses empreiteiros, começaram a ser executadas obras do país. Então, só a partir do mês de junho, e se percebe isso, passou a haver liquidez no Ministério. Em abril, maio e junho, pagamos, e a situação começou a melhorar. Então, o ânimo é muito bom tanto nas empresas, como no Ministério, enfim o ânimo é muito bom da parte do Ministro e da parte do Governo. Participamos de uma reunião ministerial no último fim de semana, na qual ficou claro que infra-estrutura é prioridade para o país, como definição de meta, como definição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, nós lhe agradecemos a fala didática.

Além de abordar os problemas da sua Pasta, V. Ex^a tocou num ponto sobre o qual precisamos meditar muito, que é a necessidade inadiável de desburocratizar este País. Não é só o seu Ministério. O país, há longos anos, está burocratizado, encarecendo os serviços e dificultando o bom andamento das coisas, a ponto de se ter dinheiro e não se ter condições de empregá-lo para alcançar o objetivo.

Agora vamos passar à fase das perguntas, não sem antes pedir licença aos membros da Comissão – não sei onde está o Senador Aelton Freitas...

Vamos registrar aqui a passagem natalícia do aniversário do querido companheiro Aelton Freitas. Quando S. Ex^a chegar aqui, nós o cumprimentamos.

O primeiro orador inscrito, pelo Regimento da Casa, é o autor. São três requerimentos. O primeiro é o do Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra, para sua interpelação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, meu requerimento inicial, ainda no mês de abril, foi logo após a posse de V. Ex^a, exatamente para tomar conhecimento dos projetos para essa área importante ao País como um todo. Depois, pude realmente fazer novos requerimentos, insistir. Já estávamos com requerimentos em plenário e pude, em vários discursos, pronunciar-me a respeito da questão. Quero cumprimentá-lo pela maneira sincera como V. Ex^a coloca as dificuldades do Ministério. Como é meu primeiro mandato parlamentar, confesso que estranho, às vezes, a demora com as questões aqui em Brasília. Quando eu era Governador, também via essas dificuldades que V. Ex^a coloca: dificuldade para fazer um projeto, dificuldade para a concorrência, dificuldade para a obra ser cumprida, o cumprimento dos pagamentos, essa questão toda.

O que acontece é que já chegamos ao meio do Governo do Lula. Já cheguei a dizer que não quero acreditar que o Governo tenha deixado a situação piorar tanto para agora dizer que ela melhorou. É como aquela história do bode que se coloca na sala para a sala ficar mal-cheirosa e depois ele é retirada para que se ache que o cheiro melhorou. Espero, torço para que não seja isso, torço para que não seja isso.

Vejo aqui que o Orçamento para o ano que vem está bem acrescentado. O Orçamento para o Ministério é de R\$9 bilhões, dos quais apenas R\$2.7 bilhões são para investimentos. Desse valor, temos empenhados, até agora, até 3 de dezembro, 68%, R\$1.8 bilhão, e pagos 22% apenas. Então, faltando um mês ao ano todo só se conseguiu pagar 22% do Orçamento do ano todo.

É bem verdade que isso é a média do Governo, mas aí a culpa não é de V. Ex^a, não é do seu Ministério.

É o Governo que não consegue gastar, é o Governo que não consegue agir e fazer as coisas acontecerem, porque, até o momento, apenas 25% foram pagos pelo Governo no Orçamento geral de investimentos e até esse último mês, no Orçamento de empenhos, passou pouco de 50%.

Portanto, a questão que se coloca aí é a ansiedade. Pude dizer, no plenário, outro dia, que desafiava qualquer dos Senadores ali presentes a dizer que não tinha um conhecido, um amigo, um parente que tivesse sido vitimado numa estrada brasileira. Quer dizer, não podemos continuar com o nível de perigo que as estradas têm. E não temos tido investimentos. É isso há muito tempo, sim. V. Ex^a tem razão. Não estou dizendo que isso seja só no Governo Lula, não. No meu período de Governo, consegui avançar muito com o Presidente Fernando Henrique em Minas nas estradas federais. Praticamente toda a Fernão Dias, 90% dela foi duplicada até 98. Houve a duplicação de Belo Horizonte a Sete lagoas, a duplicação da 050, também no Triângulo Mineiro. Mas de lá para cá, Ministro, as coisas pararam. No segundo Governo de Fernando Henrique faltava também interesse maior do Governo de Minas e as coisas não caminharam. Agora, o Governador Aécio tenta, querendo inclusive a delegação de rodovias federais para Minas, para poder agilizar, e as coisas não estão caminhando.

Então, eu queria colocar a preocupação que temos em que esses recursos para o ano que vem sejam realmente realizados rapidamente, que não fiquem apenas para a época próxima da eleição.

A questão das formas que o Governo tem de agilizar a infra-estrutura do Brasil. Além do recurso orçamentário, que teve apenas 22% do total pago até agora, temos os recursos que vêm exatamente da Cide. Dinheiro para fazer obra há. O problema é a burocracia, a decisão, a cobrança para que as obras sejam mais rápidas. Na questão das concessões, o Governo ficou o tempo todo discutindo as PPPs e as concessões ficaram paradas dois anos, sem nenhum processo de concessão no Brasil. É uma lei que já existe, uma lei testada. As estradas de São Paulo estão em bom estado, porque a maior parte delas está concedida. A Fernão Dias foi financiada com recursos internacionais prevendo-se a concessão da iniciativa privada para se fazer a manutenção. E o que vemos na Fernão Dias hoje? As defensas estão quebradas. Nem a defesa é substituída. É complicado por ser uma rodovia importante ligando Minas Gerais a São Paulo, e está se deteriorando por falta de uma manutenção adequada.

Diria que é a concessão. V. Ex^a poderá nos explicar o porquê das concessões. Li nos jornais que agora

finalmente vai... Mas isso havia sido anunciado por Ministros anteriores e pelo Presidente, mas já estamos no terceiro ano de Governo.

Com relação à PPP que foi aprovada nesta Casa e está sendo finalmente aprovada na Câmara com as modificações finais, ela não é uma solução total. Sabemos que a PPP vai se adequar em alguns casos apenas.

A sinalização, Sr. Ministro, é outro ponto fundamental. Para podermos ter mais segurança, precisamos sinalizar as nossas estradas, e a sinalização não custa tanto dinheiro assim. Uma estrada sinalizada é outra coisa. Veja bem: bastou o Governo Federal e o Denatran obrigarem os caminhões a terem aquele adesivo refletivo que melhorou muito algo simples. Assim, precisamos sinalizar melhor.

Eu colocaria a questão em cima dos recursos orçamentários, nas concessões, na sinalização, na delegação aos Estados – o Governador Aécio Neves está requerendo que algumas estradas federais sejam delegadas a Minas – para que possam terminar e cuidar melhor.

A questão específica que gostaria de colocar se refere à BR-040 que liga Rio, Belo Horizonte e Brasília. Para esta estrada, no ano passado, coloquei uma emenda de bancada de Senador, que foi aprovada e foram desembolsados dezenove milhões e meio. Ela era para ser utilizada no trecho, mas como não estava exatamente em concorrência com o projeto, foi utilizada no outro trecho da BR-040 fazendo a duplicação na região de Santos Dumont, entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e as obras estão andando bem.

Na verdade, é a única do Governo Federal em Minas Gerais com a verba que coloquei fora a restauração. Estou falando de obra de construção. Em restauração, sei que algumas estão caminhando, inclusive Ouro Preto que agora foi feita em regime de urgência e foi precisa a autorização do Presidente da República para poder ganhar os prazos. Passarei por ela amanhã para ir a Ouro Preto na reunião do Mercosul. Estive lá e está bem.

Sr. Ministro, se prepare pois terá o questionamento do Ministério Público e do Tribunal de Contas porque fez a estrada com a dispensa da licitação pela urgência. Concorro, sei que precisava, o evento justifica, mas prepare-se porque a burocracia é essa mesma, e precisamos atacar esses outros pontos.

Quanto à BR-040, repeti este ano e coloquei novamente uma emenda de bancada de Senador para o trecho retomar a duplicação por estar paralisada em Belo Horizonte-Sete Lagoas. E, agora, há mais 43 quilômetros até chegar a uma bifurcação importante, que é a que vem para Brasília e para o Norte de Minas.

Para V. Ex.^a ter uma idéia, todo o tráfego que vem de Minas Gerais e de São Paulo no sentido do Nordeste não está passando mais pelo Vale do Aço mineiro, que passa por essa estrada, a BR-040, vai até Montes Claros no norte mineiro para pegar a Rio-Bahia. São 43 quilômetros apenas, mas é para continuar o processo de duplicação. É seguramente o trecho de maior movimento e de maior número de acidentes em Minas Gerais. Claro que esse é um exemplo, mas existem outros.

Estamos vendo no jornal de hoje a inauguração daquela ponte nas nuvens, na França. Uma ponte, um viaduto que custou um bilhão de Euros, R\$4 bilhões. V. Ex.^a imagine que inveja. O orçamento do Brasil, praticamente, é o que a França está gastando para um viaduto de 300 metros de altura. E não temos dinheiro para fazer o Viaduto das Almas, que tem este nome sugestivo.

O Viaduto das Almas é um viaduto entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, foi construído por Juscelino Kubitschek na década de 50, mas é em curva e com pista simples. Esse é um viaduto que mata todo ano. Precisa-se de dezoito milhões, e não de quatro bilhões, como o viaduto da França, para se fazer um novo viaduto e, assim, termos uma pista que desce pelo viaduto antigo e a outra sobe pelo viaduto velho. Tentamos isso, o ex-Ministro Eliseu Resende tem defendido também esse projeto. Veja, são 18 milhões. Ficamos realmente ansiosos com essas coisas no País em termos de que não é possível que não se consiga. Esse 0,40 de que estou falando com V. Ex.^a, de Sete Lagoas ou Trevo de Curvelo, estava parado por causa de R\$60 mil que tinham que ser pagos a uma empresa de consultoria. Foi pago. V. Ex.^a pagou, foi liberado, o projeto está pronto agora, e está na fase de fazer concorrência. Espero que saia a licitação realmente. Então, estou colocando o recurso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Sai em janeiro a licitação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Se Deus quiser. É uma boa notícia. O último ponto é com relação aos portos. Aí já não diz respeito a Minas, que não tem mar. Apesar disso, tem uma capitania dos portos em Pirapora para cuidar da nossa navegação fluvial. Estive no Rio de Janeiro, segunda-feira – sou da Comissão de Turismo aqui no Senado, juntamente com o Senador Pavan –, e vi um navio de passageiros parado no porto do Rio. A informação é a de que estão gastando um tempo enorme para poder descer.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– O problema é do calado, dragagem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É uma burocracia. Este é um filão importante para o

Brasil, sim, o turismo de cruzeiros, que traz gente com recursos em boa escala para gastar no Brasil, e os nossos portos não estão preparados para a área de passageiros. No transporte de carga também temos problemas, mas passageiro pior ainda.

De maneira, Sr. Ministro, esses eram os pontos que eu queria assinalar aqui. Na verdade, o meu apelo para que possamos ter uma ação eficaz. V. Ex.^a, com a experiência que tem de prefeito, sabe que, se não cobrar todo dia, as coisas não andam mesmo. O meu convite foi sempre no sentido positivo, como disse a V. Ex.^a, para que possamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Ex.^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não sei é possível, para facilitar os trabalhos, ouvir dois ou três Senadores, até porque as perguntas coincidem. O Ministro as responderia, se forem diferentes, individualmente, e se for a mesma responderia para todos os Srs. Senadores que tivessem a dúvida. Se for possível, só para facilitar o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que é. Vamos experimentar, primeiro, ouvindo os três autores dos requerimentos. Pergunto se V. Ex.^a concorda assim.

Senador José Jorge, V. Ex.^a é autor do segundo requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de justificar as razões pelas quais fiz esse requerimento convidando o Ministro do Transporte, Dr. Alfredo Nascimento, para estar presente conosco. Na realidade, como sou Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, temos tido a preocupação de que todos os Ministros de Estado da área de infra-estrutura estejam presentes na Comissão, logo após a sua posse, para que possam dizer dos seus planos, das suas idéias, mostrar a situação em que estava o Ministério quando chegaram e o que pretendem fazer durante o seu mandato. E isso foi feito.

O meu requerimento é antigo, deve ter sido feito logo após a posse do Ministro. No dia 30/03/04, foi aprovado o requerimento, portanto já completando nove meses o requerimento para que o Ministro estivesse aqui. Como havia requerimentos convocando ministros para comparecer a outras comissões, no caso a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Fiscalização, fez-se um acordo para facilitar que o Ministro viesse aqui e realizássemos uma reunião

conjunta. É o que estamos fazendo aqui. Portanto, a minha idéia não era levantar alguma questão específica, mas tratar da questão do Ministério dos Transportes em conjunto.

Creio que, em relação à questão do transporte rodoviário, principalmente, todos sabemos que o setor de transporte no Brasil sofreu uma crise muito grande quando, na Constituição de 1988, foi encerrado o Fundo Nacional de Transporte. Era um percentual de receita que garantia um financiamento mínimo ao setor de transporte, que permitiu ao setor de transporte não só evoluir na construção de estradas – hoje o sistema principal de ligação no Brasil é rodoviário –, mas também cuidar da manutenção dessas estradas.

Posteriormente, com o fim do Fundo Nacional de Transportes aconteceu uma queda enorme dos investimentos do setor de transporte, tanto na construção de novas estradas como na manutenção. Por exemplo, a duplicação da BR-101 em Pernambuco, até o município do Cabo de Santo Agostinho, que é dentro da região metropolitana do Recife, deve ter de dez a quinze quilômetros. Essa estrada demorou treze anos, se não me engano, para ser construída, exatamente por falta de recursos, por diversas interrupções que tivemos, de tal maneira que isso gerou uma crise no setor de transporte mais de dez anos, de 1988 até praticamente o ano de 2002, quando foi criada a Cide.

Exatamente na época em que a Cide foi criada, por coincidência, eu era Ministro de Minas e Energia, e esse projeto da Cide é um projeto originário, por incrível que pareça, do Ministério de Minas e Energia. Como o recurso é um imposto que se cobra sobre a gasolina, o diesel, sobre os combustíveis fósseis, então ele entrou exatamente no projeto de abertura do mercado de combustíveis para permitir a livre concorrência. Retirou-se o subsídio do diesel, que era subsidiado a partir do preço da gasolina. Então, elevou-se o preço do diesel e aquilo que se pagava em cima da gasolina virou a Cide. Quer dizer, foi essa a geografia que se fez no sentido de fazer com que esses recursos fossem disponíveis.

A Cide foi implantada a partir de 2002, então já existe recurso em 2002, 2003, 2004. Se não me engano, são recursos da ordem de R\$8 bilhões por ano, um pouco menos, o ministro deve saber a informação melhor do que eu. De qualquer maneira, de lá para cá o que aconteceu? Não se resolveu a questão das rodovias brasileiras. Por quê? Porque a Cide não foi utilizada. Chegamos a aprovar um projeto aqui no final do Governo Fernando Henrique, mas foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique, atendendo a um pedido da equipe técnica do novo governo, do Presidente eleito, o Presidente Lula. A partir daí o recurso

foi mais contingenciado do que utilizado. Esse recurso deveria ser utilizado basicamente em transporte, no subsídio ao gás de cozinha, que hoje em dia é usado, o chamado vale-gás, auxílio gás, e também para a parte de meio ambiente, principalmente em relação à questão do petróleo.

O setor rodoviário, que passou por essa grave crise, deveria estar com essa crise mais equacionada, pois hoje ele tem uma fonte específica de recurso, que é a Cide. Então, gostaria de saber do Ministro como é que a Cide foi utilizada durante esses três anos, durante o ano de 2002, mas principalmente de 2003 e 2004, que já são deste governo, quanto foi arrecadado, quanto foi utilizado no setor de transporte e quanto entrou no superávit primário para pagar o juro da dívida externa.

Todos nós sabemos que o principal instrumento à época para convencer os Parlamentares a provar a Cide foi exatamente o fato de que ela seria utilizada para manutenção das estradas brasileiras. Essas estradas, na situação que estavam e que estão, trazem grande prejuízo não só econômico, pois aumentam o custo das mercadorias, como também prejuízos sociais. A mortalidade nas estradas brasileiras é uma das maiores do mundo. Além disso, o dinheiro não é aplicado, portanto, não gera emprego, não facilita a vida dos brasileiros.

Então, a minha primeira pergunta é em relação a isso: Como é que isso evoluiu e como evoluirá daqui para a frente. Será que não deveríamos aprovar um novo projeto aqui no Senado, na Câmara, inclusive enviado pelo Executivo para que já se faça um acordo antes, para que esses recursos sejam utilizados e não fiquem sendo usados para pagar juros, porque esse é um imposto alto. Toda vez que um brasileiro coloca um litro de gasolina, que custa R\$2,00, R\$2,25, R\$2,30, agora, paga R\$0,50 de Cide, mais ou menos, e paga outros R\$0,50 ou R\$0,60 de ICMS. Portanto, mais ou menos metade do preço da gasolina é de impostos. E esses impostos deveriam vir, principalmente a Cide, para manutenção e construção de novas estradas.

Em relação à questão de Pernambuco, na verdade, a única estrada duplicada que o Estado tem é exatamente a BR-232, que é federal e liga Recife a Caruaru, mas que foi feita pelo Governo do Estado. Agora, está num processo de devolução ao Estado de algum recurso, ainda não todo, mas uma parte ainda pequena. Nós ficamos satisfeitos que a BR-101 seja licitada, porque realmente, como V. Ex^a disse, a BR-101 é uma estrada muito importante para o Nordeste, porque é litorânea e liga o Nordeste inteiro, na parte mais habitada, mais desenvolvida, porque a Região, basicamente, começou a se desenvolver pelo litoral.

Eu, particularmente, sou um pouco pessimista, porque, na realidade, todas as estradas federais no Nordeste têm sido feitas com a velocidade de cágado, de tartaruga, quer dizer, na realidade, o fato de se licitar é uma condição necessária, evidentemente, mas não é suficiente, porque esse setor de transporte já tem essa tradição de licitar e não realizar. Quer dizer, a própria empreiteira vai fazendo aos pouquinhos, recebe, não recebe, é uma luta permanente do setor. Já é tradicional do setor. Na realidade, como V.Ex^a mesmo disse, a burocracia deve ter algum ganho com isso. Quer dizer, alguém deve sair ganhando, porque é aquela história: jabuti não sobe em árvore.

Então, se o setor transportes é assim há tantos anos, se funciona dessa forma é porque alguém ganha com essa demora, com a forma de realizar, de fazer licitações enormes e ter poucos recursos.

Eu gostaria, basicamente – não quero fazer nenhuma pergunta particular –, de saber como vai ser de agora em diante, como foi neste ano, como foi no ano passado a realização de recurso da Cide e saber, para o ano que vem, o que é que se espera, efetivamente, do uso desse recurso que a população paga para manutenção e construção das rodovias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rambez Tebet) – Estando ausente o autor do terceiro requerimento, concedo a palavra, agora, pela ordem de inscrição, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Alfredo Nascimento, realmente estar como Ministro de Transportes, no Brasil, não é uma tarefa fácil. É uma tarefa desafiante diante da magnitude dos problemas de infra-estrutura, principalmente no setor de transportes do País.

Já me antecederam alguns oradores e eles falaram exatamente dessa questão. O custo-Brasil, hoje, é muito alto por causa da má conservação das nossas estradas, num País basicamente rodoviário, onde 96% de todos os passageiros estão transitando pelas nossas rodovias e mais de 62% do volume de cargas estão nas nossas estradas.

Com relação à Cide, que também já foi colocada, uma parcela crescente da sua arrecadação que deveria ser destinada a investimentos no setor de transportes tem sido esterilizada e absorvida pelo caixa do Banco Central, para garantir o superávit primário.

Vejo o desempenho da execução orçamentária do Ministério dos Transportes, onde só foram executados 22% em nível de pagamento, apesar de ter um empenho próximo a 70%, que eu espero que se realize.

No entanto, o que sabemos, Sr. Ministro, é que a situação é muito precária nas nossas estradas. As

estradas federais, quando estão em situação precária, terminam trazendo um prejuízo adicional aos Estados brasileiros.

Eu sou representante da Bahia. Sabe muito bem V.Ex^a que as estradas federais passam pela Bahia: BR-116, BR-101, BR-242, BR-415, BR-418 e, assim, por diante. A Bahia é um Estado em que, necessariamente, as BRs têm que passar, porque está no entroncamento de ligação do Nordeste com o Sul e o Sudeste.

Quando as estradas federais estão deterioradas, esses tráfegos são desviados e vão à procura das estradas estaduais em bom estado de conservação, mas elas não foram preparadas para esse volume de tráfego e, aí, nem estaduais, nem federais; nem as federais estão boas, acabam também as estaduais e nós não temos capacidade de mantê-las em bom estado.

Mas, na Bahia, de forma específica, Sr. Ministro, temos uma situação particular. Não sei se V.Ex^a sabe, mas, na famosa BR-116, a famosa Rio-Bahia, o único trecho que não está concluído é exatamente na Bahia, no trecho de Euclides da Cunha para Ibó. Inclusive, o Estado era parceiro com 35% na participação desse trecho final. Mas ele ainda não foi concluído, nem a pavimentação da estrada até Ibó e nem a ponte sobre o rio São Francisco, para que se economize muito no transporte das cargas destinadas ao Nordeste brasileiro com a conclusão da BR-116, que, hoje, tem que passar por Juazeiro e Petrolina para seguirem até os Estados de Pernambuco, Ceará e assim por diante.

Temos também o problema da BR-030. Está aí praticamente um projeto de, talvez, cinco décadas, que não é concluído. E, hoje, há uma ponte sobre o rio São Francisco, que tem os pilares prontos, mas que não foi concluída, ligando Carinhanha, de um lado, ao Município vizinho – em breve irei me lembrar do nome do Município – mas é sobre o rio São Francisco, na cidade de Carinhanha.

Temos o problema da BR-242, que liga o Nordeste brasileiro a Brasília, por meio da cidade de Barreiras, que, hoje, é uma região altamente desenvolvida no setor de grãos. A cidade de Luiz Eduardo Magalhães é um grande celeiro de soja e de produtos agrícolas e que tem....

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Senador César Borges, essa rodovia vai a Mato Grosso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É a BR-242.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Quase que encosta em Rondônia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E ela está em péssimo estado e, praticamente, faz a ligação do

Nordeste com a Região Centro-Oeste e a ponte de Carinhanha a Malhada, Sr. Ministro, na BR-030.

Temos também a questão a BR-101, que atravessa todo o território baiano, de norte a sul, que vem do Espírito Santo e vai até Sergipe, de sul a norte, com trechos quase intransitáveis. A própria BR-116, no trecho de Jequié a Vitória da Conquista e, agora, no trecho de Milagres para o rio Paraguaçu, até chegar à cidade de Feira de Santana, tem graves problemas também.

Então, Sr. Ministro, para um Estado do porte da Bahia, que tem a segunda malha rodoviária federal do País, logo depois de Minas Gerais, a situação não só tem prejudicado sobremaneira a economia do nosso Estado, mas tem ceifado milhares de vidas de baianos e de brasileiros que transitam por aquelas estradas. Inclusive há insegurança por parte dos transeuntes dessas rodovias, que, muitas vezes, têm que andar em comboios, porque a baixa velocidade permite que os criminosos façam tocaias para assaltá-los nos veículos, principalmente nos ônibus que transitam nessas estradas.

Por isso, eu gostaria que V. Ex^a traçasse um pouco das perspectivas para o Estado, a fim de que ele fosse mais aquinhado por ser a segunda malha rodoviária federal do País. Atualmente ele não vem sendo atendido.

Gostaria também, Sr. Ministro, de ouvir falar sobre os investimentos em portos. Quando vejo Minas Gerais falar de portos, eu me sinto quase entusiasmado em falar também sobre portos, já que a Bahia tem o maior litoral do País – são 1.100 quilômetros de litoral. É o Estado que tem o maior litoral, e nós temos três portos fundamentais para o desenvolvimento da nossa economia, que cresce este ano a 8,5% e que, hoje, é o terceiro Estado produtor de automóveis, porque conquistamos o complexo automobilístico da Ford.

Então, temos o Porto de Salvador, o Porto de Aratu e o Porto de Ilhéus, os três precisando de investimentos urgentes.

Recebi uma correspondência do Presidente da Codeba, que faz um apelo dramático para que nós possamos incluir emendas coletivas de bancadas, recursos, porque o Orçamento federal não inclui recursos para esses portos.

O Porto de Aratu hoje tem berço com ocupação de até 90%, o que significa dizer: ou faremos investimentos imediatos, de curto prazo, ou teremos dificuldades operacionais nesse porto tão importante para o pólo petroquímico que é o Porto de Aratu, especializado em granéis, sólidos e líquidos.

Na Bahia, todos os portos estão inclusos entre os cem portos concentradores do Brasil, incluindo Salvador e Aratu.

Portanto, Sr. Ministro, pede a Codeba que sejam incrementados no Orçamento recursos para os transportes de aproximadamente R\$30 milhões, porque não foram alocados no Orçamento do Ministério dos Transportes.

Há outra questão que nos preocupa e que é um gargalo, sinceramente, Sr. Ministro, um grande gargalo para o desenvolvimento do Estado. O Governo do Estado tem feito um papel de atrair indústrias para o nosso Estado – automobilística, calçadista –, todas elas exportadoras, e vamos ficar presos com a questão dos portos que não estão sendo contemplados com os recursos mínimos que necessitam para a sua expansão.

Para essas duas questões, Sr. Ministro, bem conceituadas e direcionadas, específicas do Estado da Bahia, que é a sexta maior economia do Brasil, eu queria pedir uma atenção especial do seu Ministério. Sei das suas dificuldades, mas essa é uma questão que se o Governo Federal não tomar como prioritária com certeza vai ser um gargalo imenso na retomada do crescimento e do desenvolvimento do País como nós desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, agora V. Ex^a tem a palavra para responder às indagações dos Srs. Senadores.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Nós temos problemas de infra-estrutura em todo o País, mas dois Estados especialmente têm mais problemas que os outros: Minas Gerais e Bahia. São os dois maiores. Minas Gerais tem 11 mil quilômetros e a Bahia, mais de 5 mil, quase 6 mil quilômetros de rodovias. Então, é onde há mais problemas.

Senador, antes da sua chegada, eu falava acerca de um projeto que chega até o dia 20 para ser entregue ao Relator, acrescentando ao Orçamento do Ministério dos Transportes mais R\$2,5 bilhões para investimentos em rodovias, portos e hidrovias, em toda a infra-estrutura.

Eu vejo que se eu conseguir executar o que está nisso, e eu sou muito otimista, sou muito determinado em tudo que faço – se não o fosse, não teria aceito o convite para ser Ministro dos Transportes, porque antes tomei conhecimento do problema que me estava sendo entregue.

Um amigo meu me perguntou por que eu aceitei isso e me fez a seguinte observação: para aceitar esse convite, ou é louco ou acredita muito em Deus. Eu creio muito em Deus e acho que é possível fazer

o que está aqui. Eu vou executar o que está aqui. Eu tenho a garantia do Presidente da República e vou poder executar o que está no Orçamento.

Eu reconheço que essa história de começar e não terminar, tanto no Ministério dos Transportes quanto em outros órgãos do Governo Federal, é antiga, mas eu vim para cá com uma série de compromissos assumidos comigo e esses compromissos têm sido cumpridos rigorosamente pelo Presidente da República.

Então, eu vou tentar dar respostas. Eu tentei anotar quase tudo aqui das perguntas que foram feitas.

Em relação ao Orçamento, por incrível que pareça, eu não posso reclamar do Ministro Palocci, e eu disse isso na reunião do Ministério que tivemos.

Fui Secretário de Fazenda do Estado e sei que todo setor do Governo tem reclamação quanto à Fazenda, porque não deu o dinheiro que precisava dar, mas o Presidente fez um acordo comigo e, financeiramente, o Ministério dos Transportes recebeu todos os recursos que deveria receber. Foi cumprido pela Fazenda e é exatamente por isso que se observam pagamentos desse ano só de 22%, porque o Ministério quitou uma dívida de mais de R\$1 bilhão em relação a 2002 e 2003. Era exatamente isso que estava fazendo com que os empreiteiros não tivessem interesse em executar ou dar início à execução de nenhuma obra do Governo.

Então, em relação ao Orçamento, a explicação para esse pagamento efetivo só de 22% desse ano... eu fiz uma reunião há cerca de um mês com os empresários do setor e disse para eles o seguinte: vamos correr, vamos faturar que eu quero pagar. Então, a nossa situação com relação ao financeiro, com o orçamento pequeno que tivemos, é muito boa. Eu não tenho o que reclamar, agora o Orçamento foi muito abaixo da necessidade que tem o País, que tem a infra-estrutura do País.

Então, eu vou começar tentando responder às perguntas do Senador Eduardo Azeredo.

Primeiro, em relação a concessões. Já se tentaram fazê-las, por diversas vezes, e não conseguiram. O Governo Federal só conseguiu fazer, até agora, pouco mais de 1.500 km de rodovias. No dia 9 deste mês, fiz uma audiência pública no Ministério dos Transportes, dando início ao processo de concessão de rodovias, que inclui a 381, a Régis Bittencourt e diversas rodovias do Sul/Sudeste do País, somando 3.038 km de concessões.

Estamos fazendo isso com todo o cuidado que a burocracia nos recomenda, para que possamos cumprir todas as etapas, no sentido de que, mais tarde, não tenhamos qualquer problema.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Não. Não tem, mas vou chegar com boas notícias para a Bahia já. Estive neste Estado, visitei algumas estradas, estive na BR-116. Havia algumas estradas que podiam ser chamadas disso. Gravei bem a 116 lá no Ceará. Como bem disse o senhor, cruza toda a Bahia e Minas Gerais também. É por isso que ela tem tantos quilômetros de rodovia.

A BR-116, lá no Ceará, entre Fortaleza e Horizonte, até Pacajus, quando chove, deve transformar-se numa hidrovia, porque já se cavou tanto, que tem três metros de profundidade. É por lá que o escoamento da produção do Ceará está ocorrendo para chegar ao Porto de Fortaleza.

Então, a situação das estradas ainda é muito ruim. Diminuiremos um pouco esse percentual até março, abril do próximo ano.

Em relação a concessões, iniciamos esse processo, e a nossa expectativa é a de que, pelo prazo, pelo cronograma, até junho ou julho do próximo ano, possamos entregar essas concessões para a iniciativa privada com relação a esses 3.038 km.

Quanto à sinalização, o senhor tem razão. Estamos contratando um volume bastante significativo de sinalização e de balanças para conservarmos aquilo que tivemos de investimento.

Em relação à delegação para Minas Gerais, isso não resolveria muito, até porque foi feita, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a estadualização de um volume significativo de rodovia para 18 Estados. No caso de Minas Gerais, desses 11 mil km de rodovias – e o dinheiro foi repassado para o meu Governo à época – cerca de mais de 6 mil km deveriam ser estadualizados para que o Estado passasse a cuidar, porque o Governo do Presidente da época pagou pelas rodovias.

Penso que não devemos nem discutir se pagou ou estadualizou; temos é que fazer a obra. Agora, estamos tendo a oportunidade de executar obras nos 11 mil quilômetros, que são, até que se feche essa transferência, essa estadualização, dessas rodovias, para o Estado de Minas Gerais.

Para que se tenha uma idéia, o Orçamento de Minas Gerais, no ano passado, não alcançou R\$200 milhões; o Orçamento deste ano de Minas Gerais em estradas é R\$468 milhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Coloque, por favor, mais os 50 da minha emenda.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Se colocarmos mais os cinquenta da sua emenda – estou tomando por base o que estou enviando para

cá –, o montante vai ultrapassar R\$500 milhões. Algo inédito!

Em relação à BR-040, exatamente no trecho citado, já está no Orçamento, sem considerar a sua emenda, R\$70 milhões, no trecho entre Belo Horizonte e Rio.

Com relação ao Viaduto das Almas, o senhor falou do valor. Anotei aqui e, realmente, não tenho informações. Não sei o que aconteceu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ele já tem projeto e concorrência.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Falta o recurso. Como a gente tem um recurso genérico no Estado, normalmente feito em acordo com os Parlamentares, podemos sentar, toda a Bancada, Senadores e Deputados, e encontrar uma forma de dar uma solução para isso, ou, pelo menos, iniciarmos uma solução para esse problema.

Em relação a portos, praticamente não tivemos investimentos nesse setor. Posso falar desse ano. Nem posso muito dos outros anos, porque não têm muita consistência as informações de que dispomos. Mas, em matéria de investimento, podemos dizer que quase não o tivemos nos portos.

Quero dizer ao Senador César Borges, da Bahia, que a pessoa lá do porto pediu R\$30 milhões; no entanto, no Orçamento, temos R\$26 milhões. Quase chegou.

Temos, para este ano, um investimento de cerca de R\$500 milhões destinados para os portos. Creio que resolveremos alguns gargalos e uns problemas históricos. Este ano, fizemos uma agenda portos, que, como disse, tenta resolver pequenos problemas. No Rio de Janeiro, como mencionado, há um problema de dragagem que já vem de muitos anos, ou por que não há licitação, ou por que só existem três empresas e uma portaria que as protegia, enfim, não havia a possibilidade de se concluir uma licitação. Felizmente, já para este mês, fechamos as licitações de que precisávamos para iniciar a dragagem nesse porto.

Em relação ao que mencionou o Senador José Jorge, também sei que muitas obras são iniciadas e não são concluídas. No entanto, quando há interesse por parte do Governo, a exemplo da 101/Nordeste, uma obra de interesse do próprio Presidente da República, e mencionei isso em minha fala inicial, Sua Excelência me orientou para que colocasse recursos no Orçamento. Lançamos a licitação dividida em oito lotes, sem contar as obras acessórias. Ao final, deveremos ter consórcios de doze grupos para executar a obra. Nossa expectativa é que possamos iniciá-la no final do primeiro trimestre, início do segundo do ano que vem. O que quero é, juntamente com o Presidente da Repú-

blica, dar ordem de serviço nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A licitação da obra está quase concluída, creio que até meados do mês de janeiro esse trecho da 101 seja executado – e estamos colocando no Orçamento R\$383 milhões para essa execução que, segundo os técnicos do Ministério, as empresas têm essa capacidade de executar, nesse período, a obra na 101. Inclusive o Presidente da República queria que fossem colocados R\$500 milhões para serem executados neste ano.

Em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), há uma polêmica antiga. Aliás, eu estava fora, porque fui o Prefeito de minha Manaus longínqua e, às vezes, me levanto à noite e fico pensando o que eu vim fazer aqui? Sinto saudade de minha terra. Lá, a resposta é mais rápida. Para mim, o melhor cargo do mundo é o de Prefeito. Tive a experiência de ser Governador do Estado, mas como Prefeito a resposta é muito rápida, porque se está perto do problema, junto da população. Aqui, uma ordem é dada e tem-se que estar correndo atrás dela, senão ela se perde pelo caminho e não se consegue mais encontrar o fio da meada. Então, em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico deve essa contribuição ter uma receita em torno de R\$8 bilhões. Desses recursos, 29% são repassados para os Governos estaduais, e parte desses 29% vão para os Municípios. Sobra, portanto, algo em torno de 70% para o Ministério dos Transportes. Se considerarmos que 70% desse montante de R\$8 bilhões representaria pouco mais de R\$5 bilhões para o Ministério dos Transportes, teremos, em 2005, um volume de recursos muito maior do estabelecido para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Não tenho maiores informações, mas tenho a certeza de que o legislador quando criou essa contribuição foi com o objetivo de substituir o antigo Fundo Rodoviário, que cuidava das rodovias federais. E vivemos um período de boas rodovias federais. Todos lembramos o que representava o antigo DNER, uma estrutura poderosa que fazia muito, que executava muitas obras pelo País. Não conheço a história, mas está estrutura acabou. O DNER era um órgão executor, um órgão de ponta do Ministério dos Transportes, que contava com 3.800 funcionários para cuidar das rodovias federais. Mas foi extinto e criou-se Dnit, que tem pouco mais de 1.700 funcionários para cuidar das rodovias, das hidrovias, dos portos e agora das ferrovias.

Em função disso, uma empresa foi contratada para formatar uma nova estrutura para esse órgão. Já fizemos um plano de cargos e salários. Está sendo discutida e vai ser autorizada a realização de um concurso público para que se possa dotar o Dnit, o Minis-

tério dos Transportes, portanto, de uma boa estrutura de recursos humanos, capaz de executar tarefas que não são das mais simples.

Em relação à BR-101, vou até estender a informação, o trecho entre Palmares e Feira de Santana está na fase de projeto. A contratação dos projetos já foi feita; as empresas têm prazo para entregá-los até janeiro. E o Presidente da República já me disse que se os projetos forem concluídos e conseguirmos contratar a obra, ele encontra uma forma de alocar recursos, talvez enviando um projeto de lei complementar para o Congresso. Assim, poderemos iniciar as obras nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Mas os projetos já estão em execução, estão contratados; infelizmente, não poderemos iniciar a obra juntamente com os três Estados.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Qual a previsão para o início das obras da BR-101 no trecho Alagoas?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Não gosto muito de falar de prazos quando ainda não cumpro a burocracia governamental. Estou na fase de licitação, e a previsão de conclusão do trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, para o qual há recurso de R\$383 milhões, é concluir a licitação na primeira quinzena de janeiro. Mas, em função de recursos, disso, daquilo, disse ao Presidente da República que a nossa expectativa é começar a obra no final de março, no final do primeiro trimestre do ano. Isso eu posso afirmar com segurança.

Em relação a esses três Estados, os projetos estão contratados, e as empresas têm prazo de entrega do projeto definitivo. A partir daí, lanço o edital de contratação da obra. Vamos contar aí mais 90 dias pelo menos para que essa obra seja contratada a partir da apresentação do projeto.

Espero, então, que no segundo semestre do próximo ano possamos iniciar essas obras. Mas não posso afirmar e nem gostaria de fazê-lo. A idéia do Presidente era lançar a obra toda em todos os Estados. Mas convenci Sua Excelência de que não seria possível começar a obra no início do ano nos seis Estados mas apenas em três estados, em função de eu ter encontrado projetos já adiantados lá no Ministério dos Transportes.

O Presidente afirmou para mim que, se eu conseguir viabilizar no primeiro semestre a contratação da obra, ele encontra uma forma de iniciá-la no segundo semestre do ano que vem. Espero que assim ocorra, mas não posso afirmar que ocorrerá, pois há entresves burocráticos.

Senador César Borges, em relação a Bahia, está previsto no Orçamento recursos da ordem de R\$63.400.000,00 para a BR-116.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Há previsão de concluir até *(inaudível)* o Rio São Francisco, a travessia para o Estado...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Vou falar mais sobre o assunto. Como já está bem adiantado o processo de contratação de licitação, a conclusão dessa obra deverá ocorrer durante o próximo ano, e o recurso será alocado exatamente para a execução de pouco mais de 100 quilômetros existentes na região.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– São 70 quilômetros.

O SR. (Orador não identificado) – E falta pavimentação.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Fiz uma reunião com várias pessoas da Bancada da Bahia para tratar desse assunto, e elas também se referiram à ponte.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Não posso afirmar. Sei que para a BR-116 foram destinados R\$63,4 milhões. Para a BR-030... Para a construção da ponte, foram destinados R\$9 milhões no Orçamento, além desses...

O SR. (Orador não identificado) – Por que o povo não faz...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Não faz a ponte, mas também não consegue executar mais do que isso. Talvez fosse necessária uma emenda.

O SR. (Orador não identificado) – Bancada para...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Para ela? Então, vai-se somar a esse valor. Para a recuperação da BR-242 na Bahia, há o recurso de R\$68,8 milhões. Quanto aos portos da Bahia, Aratu dispõe de R\$7,5 milhões e Salvador, R\$18,5 milhões. Há, no Orçamento, apenas dois dos três portos.

O SR. (Orador não identificado) – Esses recursos já estão liberados?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Serão.

O meu compromisso é trabalhar com esse dinheiro. Não se faz infra-estrutura com conversa. V. Ex^{as} que foram executivos sabem disso. Infra-estrutura só se faz com dinheiro, com recurso para a execução. Eu vim aqui com essa tarefa: fui convidado pelo Governo para executá-la.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível)* ajuda?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Ajuda um pouco, até porque é preciso explicar a situação. Por isso, estou aqui dizendo que vamos gastar determinado valor e explicando como agi. É necessário haver diálogo. Porém, sem o dinheiro, somente a conversa não resolve.

Espero ter respondido a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Azeredo, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores para abreviarmos o debate, pois são 12 horas e 40 minutos e ainda há muitos Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Ministro, quanto à delegação dos Estados, no caso de Minas Gerais, há um número muito grande de BRs. Tirando as BRs estruturais – a 040, que liga o Rio de Janeiro a outros Estados, as rodovias para a Bahia, a 262 –, existem algumas outras pequenas, nas quais se poderia pensar em fazer delegação. Peço apenas para não afastar de todo essa hipótese.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Concordo em fazer a delegação, desde que eu não tenha que passar o dinheiro do Ministério dos Transportes *(inaudível)*.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a tem razão. O recurso, no fim do Governo Fernando Henrique, foi de cerca de R\$700 milhões em dezembro, tendo sido realmente repassado para Minas Gerais, mas ele foi utilizado para pagar 13º salário e não para fazer melhorias nas estradas.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – No momento, há um problema, Senador. O Tribunal de Contas da União já me informou que não posso fazer investimentos – e estamos tentando encontrar uma solução para essa situação – em rodovias que estão sob a égide dessa medida provisória, que depois foi transformada em lei, e que se encontram nesse processo de estadualização.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito bem. Estou satisfeito e desejo-lhe sucesso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – O recurso de R\$468 milhões é insuficiente para um Ministério que já tem muito pouco. Esqueci-me de falar do valor destinado à Bahia: são R\$261 milhões no total. Se considerar mais ou menos metade...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, permita-me lembrar ao Ministro dois assuntos para os quais peço a atenção e a preocupação de S. Ex^a.

A BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana, é a estrada principal do Estado da Bahia.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Está sendo licitada. Eu estive lá.

O SR. (Orador não identificado) – Pode entrar em colapso a qualquer hora.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – É verdade.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, queria lembrar-lhe também a BR-330 no trecho Jequié e Ipiaú.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Precisamos anotar, porque esses nomes na Bahia...

O SR. (Orador não identificado) – O trecho entre Jequié e Ipiaú está em estado lamentável.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Tem um baiano aí. Onde está o Paulo Sérgio? Já foi embora?

O SR. (Orador não identificado) – Trecho entre Jequié e Ipiaú, com a recuperação da BR-330. Eu lhe agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio Amaral, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo. Estamos realizando hoje a última reunião de 2004 da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registro, então, a competência e o trabalho com que V. Ex^a desenvolveu à frente desta Comissão. Sr. Presidente, V. Ex^a foi competente, sereno, democrático e tenha a certeza de que honrou muito o nosso Estado, Mato Grosso do Sul, pela maneira como conduziu os trabalhos.

Por esta Comissão, passaram talvez os projetos mais importantes do Governo Federal. V. Ex^a qualificou indubitavelmente o debate e não tenho dúvidas de que as propostas encaminhadas às outras Comissões na sequência ao Plenário foram bastante aperfeiçoadas e contribuirão muito para o desenvolvimento do Brasil.

Como sul-mato-grossense, não posso deixar de registrar a honra de ser seu liderado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dirijo-me agora ao meu querido Ministro Alfredo Nascimento, com o qual me surpreendi. Já tinha conhecimento de V. Ex^a como Prefeito de Manaus, mas distante. Quando o conheci, juntamente com toda a Bancada Federal do nosso Estado, fiquei bastante

surpreso pela sua objetividade: claro, rápido – “sim”, “não”, “é possível”, “não é”. Está faltando gente com esse tipo de perfil no Governo.

V. Ex^a é um Ministro que expõe com absoluta tranquilidade e serenidade os grandes desafios que surgem, as dificuldades enfrentadas e a lamentável morosidade burocrática. Sei o que V. Ex^a, que sempre teve uma carreira de executivo, deve sofrer por tudo o que assumiu.

Ao mesmo tempo, saliento que V. Ex^a também é um Ministro que, além de vivenciar o dia-a-dia do Ministério, responde a ligações telefônicas, atendendo-nos rapidamente e não demorando para marcar audiências. Isso é ser Ministro, é representar bem o Governo do Presidente Lula, razão pela qual não posso deixar de fazer esse registro nesta oportunidade em que V. Ex^a nos dá a honra de estar presente.

Serei breve, porque a Bancada de Minas Gerais passou praticamente toda a reunião trabalhando os investimentos na malha federal e, surpreendentemente, o Senador Eduardo Azeredo referiu-se inclusive a portos naquele Estado. O Senador César Borges, como representante ilustre da Bahia, também fez remissão aos mínimos detalhes, explicitando as principais preocupações daquele Estado importante do Nordeste e da nossa Federação.

O meu Estado é menor e pertence à Região Centro-Oeste, mas venceremos e para esse objetivo estamos trabalhando com o nosso Presidente Ramez Tebet e o restante da Bancada Federal. Desse modo, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Sr. Ministro, uma vez que já houve ampla explanação por parte do DNIT sobre o que está projetado para Mato Grosso do Sul nas rodovias federais e nos portos. Então, para mim, foi uma reunião extremamente importante a fim de que saibamos o que acontecerá em 2005 em nosso Estado – e desde já agradecemos.

Mas o meu questionamento é com relação a um pesadelo que carregamos em nosso Estado denominado Ferrovia Novo Oeste, um desastre absoluto e que envergonha Mato Grosso do Sul. Estivemos com o Presidente da República e inclusive com V. Ex^a, Sr. Ministro, buscando uma alternativa, porque essa ferrovia é fundamental para os projetos que vão se instalar em nosso Estado.

E a pergunta, para concluir rapidamente a minha participação, é a seguinte: sabemos que a Brasil Ferrovias está levantando um empréstimo do Bndes.

Para minha surpresa, ao ter acesso a um documento restrito, descobrimos que os investimentos dessa operação estão todos concentrados na Ferronorte. A Novoeste não tem nada, e a Ferroban também, não. O que nos preocupa é esse desinteresse da Brasil Fer-

rovias em investir em uma ferrovia que terá um futuro importante para o Centro-Oeste brasileiro assim como a Ferronorte, mas também a nossa Novoeste.

A pergunta que gostaria de fazer a V. Ex^a é como vamos sair desse imbrólio da Brasil Ferrovias. Estamos fazendo um esforço de montar uma operação triangular em cima de créditos do Governo do Estado para tentar retomar alguns trechos dessa ferrovia especificamente entre Corumbá e Campo Grande pegando um trecho do Pantanal e, depois, passando por Três Lagoas, cidade do nosso ilustre Presidente Ramez Tebet.

Fomos surpreendidos com essa informação do Bndes. Continua o desinteresse da Brasil Ferrovias pela Novoeste e pela Ferroban. Temos uma **holding** ferroviária que não tem operadores. Somente fundos de pensão e não sei se isso é o melhor modelo para nós.

Será, Sr. Ministro, que fruto desses desencontros todos, não está na hora de o Ministério dos Transportes retomar essa concessão e colocar gente competente ou que se interesse pelo Mato Grosso do Sul para retomar essa ferrovia e fazer com que ela volte a funcionar ocupando um papel de fundamental importância no desenvolvimento do nosso Estado, o Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em verdade, esse é um problema de uma gravidade muito grande, mas sei que V. Ex^a dedicará uma atenção e resolverá o problema.

O próximo inscrito é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de parabenizar a atuação do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, que em todos os cargos que ocupou até agora sempre deu conta do recado como Prefeito, como superintendente da Sudeco, como Presidente do Senado, como Senador, como Ministro da Integração Nacional e agora nesta Comissão terminando o biênio.

Parabéns pelo excelente trabalho que tem feito aqui. A imagem de V. Ex^a me favoreceu uma vez. S. Ex^a é tão brilhante que inverteram as nossas fotografias quando eu era candidato a Governador do meu Estado e colocaram a foto dele na minha matéria, e fui eleito Governador de Rondônia.

Sr. Ministro, V. Ex^a não é do PT, mas tem estrela. V. Ex^a tem dado conta do recado como Prefeito de Manaus por duas vezes, como Vice-Governador, como Secretário da Fazenda e agora como Ministro tem surpreendido o Brasil com seu trabalho. E Rondônia somente tem a agradecer. Logo no início, quando assumiu

a pasta, visitou o nosso Estado, deslanchou algumas obras como a BR-364, espinha dorsal do Estado, que estava há quase três anos em uma situação lastimável. Hoje ela está praticamente 100% recuperada, e há outras obras em andamento.

Estou curioso. Além da BR-364, estrada importante do Estado, que vai até o Acre, temos a BR-429, sobre a qual tratamos com V. Ex^a algumas vezes; é nossa rodovia mais importante, ligando Presidente Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, São Francisco e Seringueira, de 340Km. Precisamos de recursos substanciais para iniciar sua pavimentação, pois só existe um pequeno trecho asfaltado. V. Ex^a conhece muito bem. Temos a BR-421, que liga Ariquemes a Campo Novo e Monte Negro; a BR-425, que vai até Guajará-Mirim, uma BR importante também, porque liga a fronteira do Brasil com a Bolívia, toda pavimentada, mas necessitando de algumas pontes e de alguma recuperação. Por último, a BR-174, que vai de Vilhena a Juína, com apenas um trecho dentro do Estado de Rondônia.

Nosso porto e nossa hidrovia também são vias importantes, que transportam grãos do Mato Grosso e de Rondônia pelo porto de Porto Velho, que tive o privilégio de ajudar a construir, em parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, e vai até o porto de Itacoatiara. Portanto, uma hidrovia que ainda precisa de alguns serviços, principalmente na área de balizamento.

Sei que V. Ex^a está bem inteirado de todo o Brasil, principalmente dos problemas do Norte. Não preciso fazer muito apelo quanto a essas questões. Gostaria de dizer também, como o fez o Senador Ramez Tebet, que a Bancada de Rondônia, a exemplo da Bancada de Mato Grosso do Sul e de outras, que temos colocado anualmente várias emendas para a área de transportes. E este ano, mais uma vez, colocamos três. Uma emenda de bancada para a BR-429; uma para a duplicação da BR-364, de Candeias à Universidade Federal de Rondônia – Unir, trecho de pouco mais de vinte quilômetros; e outra emenda de bancada, de minha autoria, para a adequação de travessias nas cidades por onde passa a BR-364. Foram três emendas que, se bem aquinhoadas, poderão engordar um pouco o Orçamento do Ministério para o Estado de Rondônia.

Gostaria de falar rapidamente, reforçando o que dirá o Senador Leonel Pavan. Estou em Rondônia há quase trinta anos, mas sou natural de Santa Catarina, e também tenho interesse na BR-101. Todos os anos visito minha querida mãe, que mora no Rio Grande do Sul e dirijo pela BR-101. Alguns trechos melhoraram bastante, de Curitiba a Palhoça, a Florianópolis; mas

de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul, a estrada é perigosíssima, em função do Mercosul. Por lá trafegam caminhões do Uruguai, da Argentina, do Rio Grande do Sul. É uma BR muito movimentada, com engarrafamentos de até quatro, cinco horas – os veículos ficam quase parados no período do verão, em razão das praias.

Ao encerrar, farei três perguntas. É real que o Governo Federal está disposto a transferir os portos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio? O Ministério está ficando grande demais.

Que valor temos no Orçamento para a área de transporte em Rondônia? E, com relação à BR-119, Rondônia-Amazonas, que V. Ex^a conhece muito bem, que vai de Porto Velho a Manaus?

Gostaria que falasse um pouco a respeito da rodovia do Pacífico. Existe algum projeto de financiamento do BNDES ou da CAF para ajudar o Peru, pois o trecho brasileiro está ficando pronto, mas do lado do Peru não? É a rodovia do Pacífico, a continuação da BR-364 até o Peru, passando pelo Acre. Até a divisa com o Peru já está pronta, pavimentada, sendo construída uma ponte, encerrando a parte brasileira; falta apenas a parte peruana para ligar essa rodovia ao Oceano Pacífico.

Eram as perguntas e as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ainda, Sr. Ministro, à Senadora Ana Júlia Carepa. Aí sim, passarei a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serei rápida, Senador Ramez Tebet. Quero cumprimentar o nosso Ministro e também concordar com o Senador Delcídio Amaral quando diz que V. Ex^a é um Ministro que nos atende e, realmente, nos orgulha, porque é um Ministro da Amazônia que atende a todas as bancadas, diferentemente de outros Ministros do nosso Governo. Faço questão de registrar que, há um mês, pedi uma audiência com o Ministro Palocci e não obtive a mesma resposta. Olha que não pedi sozinha, mas com mais quatro Deputados Federais!

Não falar muito sobre as questões estaduais, pois já conversamos a respeito disso com o Ministro. Queria fazer referência a um documento, que vai chegar às mãos de V. Ex^a e depende exclusivamente do Ministério neste caso. A reunião da Bancada aprovou, por unanimidade, que fosse feito o estudo e o projeto, para fazer parte da Ferrovia Norte-Sul, um trecho que vai de Açailândia até Belém. Já se fala sobre isso há muito tempo.

Consideramos o transporte ferroviário importante no nosso País. Todos sabem que é um modal mais barato do que o transporte rodoviário – e o hidroviário

é mais barato ainda. Falo deste do modal ferroviário, porque sei que a Ferrovia Norte-Sul também é prioridade.

Então, gostaria que fosse prioridade o estudo desse trecho da ferrovia, porque essa proposta não é nova; ela já existe. Queria só fazer o registro do quanto, através do Ministério dos Transportes, tem dado atenção em relação a outros modais de transportes que não sejam o rodoviário.

Quanto às Eclusas de Tucuruí, todos sabem que, para existir a hidrovia Araguaia/Tocantins, que inclusive, Senador Jonas Pinheiro, estou dando parecer favorável àquele Projeto de Decreto Legislativo, com apenas alguns ajustes. Mas quero dizer que, para existir a hidrovia, o modal de transporte mais barato, fazendo com que nossos produtos sejam mais competitivos ainda no mercado internacional, vamos contribuir com as importações, em nosso País, no dia em que tivermos hidrovias para transportar os nossos produtos, ainda mais as da região amazônica, muito mais próxima da maior parte do mercado internacional.

Então, a hidrovia não é uma obra para a Amazônia, para o Estado do Pará, mas para o Brasil. Essa é a verdade. A hidrovia Araguaia/Tocantins é uma obra para o Brasil!

Quero parabenizar o Ministério por continuar dando atenção a isso. Nunca se liberou tanto recurso para as Eclusas de Tucuruí como neste ano. Parabenizo pela sua presteza e pela sua serenidade, que liberou os R\$70 milhões para a retomada da construção das Eclusas de Tucuruí, que são absolutamente necessárias.

Era muito mais fácil ter construído as eclusas naquele momento, mas, na hora em que fizeram a hidrelétrica, elas não foram feitas. Independente disso, estou exatamente parabenizando o Ministério e o Governo pela atenção a esses outros modais de transportes e pedindo esse apoio à essa parte da Ferrovia Norte-Sul, que integra também o Estado do Pará.

Acredito que, para o Estado do Pará, o mais populoso da Região Norte, é muito importante esse trecho da ferrovia. Inclusive, poderíamos colocar um recurso da Bancada, mas não poderíamos fazê-lo, sem antes ter o projeto. Então, precisamos primeiro do apoio do Ministério nesse sentido. E quando o tivermos, nós, da Bancada, nos comprometemos a colocar recursos para esse trecho da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra S. Ex^a, o Sr. Ministro, para as respostas dos Senadores interpelantes.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Primeiro quero responder ao perguntado pelo Senador Delcídio. Muito obrigado pelas referências, V. Ex^a é muito bondoso.

O Presidente da República marcou para a quarta-feira da próxima semana uma reunião, com a participação de Sua Excelência, para batermos o martelo sobre os assuntos das ferrovias Norte/Sul, da Transnordestina e da Brasil Ferrovias.

No meu entendimento, o Ministério dos Transportes não tem acordo, não tem empréstimo, não tem negócio com a Brasil Ferrovias, sem que se insira a Novo Oeste, a realização daquela obra no Mato Grosso, e sem que se faça o acesso ao porto de Santos. Da parte do Ministério dos Transportes não há acordo se não for dessa forma.

Agora, não sei exatamente o que será definido, mas quarta-feira da próxima semana está marcada uma reunião com o Presidente da República para Sua Excelência bater o martelo em relação a esses três assuntos.

Senador Valdir Raupp, da Amazônia, a hidrovia do Madeira, já estou licitando esse ano a contratação do balizamento de sinalização. Sabemos que o escoamento da produção de soja lá do Mato Grosso pelo Madeira, chegando a Porto Velho e até o Amazonas, Itacoatiara, começou a dar viabilidade para a produção de grãos naquela região, e o tráfego no rio Madeira tem sido dificultado pela falta de balizamento e sinalização do rio, o que já estamos tentando resolver por um processo de licitação. Colocamos recursos no orçamento para que possamos realizar essa obra.

Em relação à rodovia do Pacífico, recebi a (*inaudível*) que tem interesse em fazer o financiamento para o término dessa rodovia. Fiz um contato com o Governador do Acre, S. Ex^a está em entendimento, mandamos essa proposta para o Planejamento e para a área fazendária, a área econômica do Governo, e o Governo do Estado do Acre está, junto à Presidência da República, tentando dar viabilidade a esse empréstimo, que representaria a conclusão da rodovia do Pacífico.

São recursos, no Estado do Amazonas até o Acre, da ordem de (*inaudível*) R\$70 a R\$80 milhões, e na parte de Rondônia/Acre mais próximo de US\$250 milhões. Isso está sendo discutido. Mas independentemente desses recursos, estamos fazendo com recursos do orçamento o que é possível fazer.

A BR-319, é, no meu entendimento, a rodovia mais importante da Amazônia ocidental, porque vai dar a possibilidade de interligação entre Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, ligando esses Estados ao sul do País e ao Atlântico. Com a construção dessa rodovia do Pacífico vamos sair do isolamento, e aquela região da Amazônia pode finalmente ter acesso ao mundo mais desenvolvido, ao mundo de melhor poder aquisitivo.

Senadora Ana Júlia, sobre a ferrovia Norte/Sul. A nossa idéia é fazer para ela uma PPP ou até uma concessão, o que significa dizer que tem quem ser verificada a viabilidade econômica do investimento. Então, o primeiro passo, até para que haja interesse no caso de se fazer PPP ou concessão desse braço de ferrovia que sairia de Açailândia até Belém, se integrando com a Norte/Sul, é verificar a viabilidade econômica. Se V. Ex^{as} estão colocando no orçamento recursos para contratarmos o projeto, só a parte dele é que podemos dizer se há interesse ou não na execução dessa obra, porque é uma obra que vai ser executada pela iniciativa privada.

Em relação às reclusas de Tucuruí: já estão no Orçamento, para o ano de 2005, R\$220 milhões. A expectativa é o que quer o Presidente da República é concluir a obra das reclusas de Tucuruí até o final do ano de 2006. Então, no cronograma financeiro que fizemos para a execução da obra, teríamos de ter R\$220 milhões este ano e cerca de R\$150 milhões no ano que vem para concluir, em definitivo, essa obra. Isso vai dar a possibilidade de navegação a toda a região amazônica e integrá-la ao resto do País.

E fomos mais além: nesse Orçamento há mais R\$50 milhões para a reclusa de Tocantins, que é mais demorada, mas queremos fazer a interligação por hidrovias com o resto do País. É uma obra estruturante, é uma obra que certamente vai baratear o custo de produção do País, a utilização dessa hidrovia será sobremodo importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Ministro Alfredo Pereira Nascimento, primeiramente, eu gostaria de endossar as palavras do Senador Delcídio Amaral referentes ao nosso Presidente Ramez Tebet, que considero um dos melhores parlamentares, uma das estrelas do nosso Congresso por sua lealdade, por seu carinho com seus amigos e pela forma transparente com que conduz os trabalhos nesta Comissão. Inclusive, quero aqui agradecer – não pude fazê-lo na semana passada –, pois, a pedido nosso, foram prorrogados os trabalhos da Subcomissão de Turismo, foi aprovado o seu funcionamento por mais um ano. Trata-se de uma subcomissão muito importante, e, graças a sua visão sobre o turismo, setor em que precisamos investir muito, os trabalhos da subcomissão foram prorrogados. Quero, portanto, cumprimentá-lo e agradecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Ministro, antes de fazer minhas perguntas, quero fazer um comentário.

Quando de sua visita a Santa Catarina, estávamos no palanque juntamente com V. Ex^a e o Presidente Lula, apesar de termos sido o único a não ser citado por estarmos no palanque – eu era o único Senador da oposição. Isso, porém, não quer dizer nada, apenas a imprensa explorou isso. Eu não explorei, porque não fiquei incomodado com isso. Algumas pessoas devem ter ficado incomodadas por eu estar no palanque, mas eu não fiquei incomodado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Ex^a me permite? Às vezes, a não-citação é a citação, tanto é, que a imprensa só comentou porque V. Ex^a não foi citado. Levou vantagem!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero apenas lembrar ao Ministro que estive no palanque e que ouvi todo o seu pronunciamento – por sinal, um pronunciamento firme –, assim como estou ouvindo as suas explicações e o seu relatório no dia de hoje. V. Ex^a é uma pessoa que demonstra conhecimento, que diz as coisas como devem ser ditas, sem imbróglios, sem enrolação, sem tentar enganar. Pelo menos, é isso que estamos sentindo. Ouvi também o pronunciamento do Presidente Lula, sobre o qual quero relatar algumas coisas.

Tenho uma simpatia muito grande pelo ex-Ministro Anderson Adauto. Não o conhecia, mas ele era também um ministro muito atencioso. Foi diversas vezes a Santa Catarina, nos atendia muito bem, falava bem. É uma pessoa que passei a admirar também. Talvez ele não tenha conseguido fazer muitas coisas. Não sei qual o motivo da sua saída – parece que foi concorrer a Prefeito...

O SR. (Orador não identificado) – Foi eleito Prefeito em Uberaba.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu também admirava o ex-Ministro Anderson Adauto. Da mesma forma, estou simpatizando com o seu trabalho no Ministério dos Transportes.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tenho usado muitas vezes a tribuna desta Casa, para fazer algumas cobranças. Às vezes, no meu estilo de falar, sou um pouco grosso – grosso no palavreado. Sou do interior de Santa Catarina e fui criado na roça. A vida me deu uma certa experiência, depois de ser Vereador, três vezes Prefeito em Balneário Camboriú, Deputado Federal. Tenho usado a tribuna para fazer críticas ou cobranças ao Governo. No que cobro ou que critico da tribuna, sou amparado pela Constituição Federal, porque a Constituição Federal diz que os Senadores

e os Deputados têm de fiscalizar e cobrar. É a nossa missão. Não estamos aqui apenas para bajular, para adular, para passar a mão na cabeça. Estamos aqui para cobrar também. Nisso, o Governo, ao qual V. Ex^a pertence, fez mestrado no passado. No caso, o Partido que hoje comanda o País é professor nesta questão. No passado, fez muitas críticas merecidas ao Partido a que pertenço, PSDB. Em relação ao que vou me referir, a BR-101, fez críticas merecidas. As críticas que foram feitas ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso acabaram dando resultados, porque o ex-Presidente acabou duplicando um grande trecho da BR-101. Então, as críticas valeram. Portanto, estamos hoje usando a tribuna seguidamente para fazer as mesmas críticas, até seguindo um conselho do ex-Ministro Eliseu Padilha, do PMDB. Aliás, foi o PMDB que comandou o Ministério durante os oito anos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando se joga a culpa no passado, joga-se a culpa ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e não se joga a culpa ao Partido. É sempre assim. Aliás, um dos Ministros que foi tão acusado no final do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso hoje ocupa a Presidência da Empresa de Correios do Governo do Presidente Lula. Ele foi acusado por dizer que ia duplicar o trecho sul e por não ter duplicado. Ele foi muito acusado nas eleições passadas e hoje ocupa um dos principais cargos do Governo Lula.

Então, usamos a tribuna para criticar e para cobrar, sem maldade, porque, muitas vezes, usamos a tribuna para elogiar. Os Senadores são testemunhas de que, muitas vezes, uso a tribuna para elogiar, assim como usei a tribuna, logo após a visita do Presidente Lula a Santa Catarina, para elogiar. Primeiro, eu elogiei, porque o Presidente foi lá e prometeu, mas, quatro dias depois, já usei a tribuna para cobrar e para criticar, porque o Presidente disse que ia dar o telefone da casa do Ministro...

O SR. (Orador não identificado) – O gabinete.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... e que era para se cobrar todos os dias.

O número do gabinete, então. Entendi errado, porque o gabinete é nossa casa. Ficamos mais no gabinete que em casa.

O SR. (Orador não identificado) – Minha casa está muito longe. Para ligar para lá...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Principalmente nas férias, tem de ser lá.

Então, o Presidente disse: “É para se cobrar todos os dias, porque, a partir de hoje, começa a duplicação da BR-101”. Nós, como somos vacinados nessa questão de amanhã, depois de amanhã, do outro dia, temos de cobrar. É para ficar sempre na lembrança. O

Presidente disse para cobrar e eu estou cobrando. Se muitos não cobram por outros motivos, eu uso a tribuna para cobrar, para lembrar, para refrescar a memória. Já se passaram não apenas quatro dias, mas alguns dias. Telefonei há pouco e perguntei se já iniciaram as obras da BR-101. E ainda não iniciaram, Ministro. Foi assinado. Então, não iniciou ainda.

Para mim, que sou do interior, iniciar é fazer as máquinas roncarem, porque vi uma foto do Presidente Lula em cima de um trator. Não sei se estava em andamento, a foto não mostra. E as obras não se iniciaram ainda, porque iniciar é assinar contrato, claro, mas não se iniciou a obra ainda.

E eles têm resposta para isso, mas quero continuar cobrando.

Sabemos muito bem, e V. Ex^a também disse que a burocracia atrapalha muito, e atrapalha mesmo. Fui prefeito e sei o quanto é difícil governar tentando cumprir todos os requisitos, mas também sabemos que não dá para alimentar a esperança do povo, dizendo o seguinte: não prometi em campanha essa rodovia, e prometeu.

Mas disse que estava cumprindo, e fiquei muito feliz. Bom é quando não se promete e se faz. Então fiquei feliz porque foi lá e disse que vai fazer, e creio que vai acontecer, mas não iniciou ainda a rodovia.

Estou falando isso porque está acabando o ano, e não haverá aquela estória de que ia começar em dezembro. V. Ex^a falou que tem R\$160 milhões para este ano, para a rodovia da Região Sul. Uns dizem que são R\$140 milhões; outros, que são R\$80 milhões. Prefiro acreditar na sua palavra, porque V. Ex^a sabe os números corretos. Para finalizar, são R\$160 milhões, mais os R\$400 milhões do ano que vem, serão R\$560 milhões para o próximo ano. E a rodovia não inicia este ano, não há mais tempo para iniciá-la.

Falando com alguns empresários, disseram-me o seguinte: “Senador, ainda não foram desapropriadas algumas áreas ambientais, ainda faltam três empresas para assinar contratos”. Isso me foi dito há três dias; pode ser que tenham assinado ontem. E me disseram que falta ainda a licença ambiental – estou dizendo o que me disseram.

Hoje li, na imprensa de Santa Catarina, uma nota, dizendo que o Governo botou em licitação o pedágio da rodovia.

Então queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que nós estamos torcendo muito, apostamos no seu mandato como Ministro, estamos esperançosos quanto à execução dessa obra e queremos voltar à tribuna para elogiá-lo. Mas, caso não aconteça, voltaremos à tribuna para cobrar, assim como eu cobrava, quando era do PDT,

de Fernando Henrique Cardoso a duplicação do outro trecho da BR-101.

Ficam aqui as minhas observações. Quero dizer que continuamos atentos aos compromissos, principalmente ao investimento dos R\$560 milhões no ano que vem. O orçamento é uma coisa; aplicar é outra, já que a aplicação este ano foi de apenas 20 e poucos por cento do orçamento nas rodovias nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, comentamos rapidamente a respeito dessa 158 no Estado do Mato Grosso e no Estado de Goiás. Quando ela termina Mato Grosso, na parte norte, emenda na PA – 150.

Ministro, essa rodovia é importante porque percorre a nova fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso. Os produtos vão exatamente por essas áreas estruturantes, às quais V. Ex^a referiu-se: a hidrovía Paraguai/Tocantins; a estrada de ferro Norte/Sul; e o porto de Itaquí. Por isso, pedi que V. Ex^a falasse a respeito. É uma rodovia na qual o Governador Blairo Maggi está muito interessado a entrar como parceiro. A iniciativa privada também está interessada. A Bancada Federal, por unanimidade, optou por uma emenda de bancada sobre essa rodovia para que continuemos a construí-la.

No Mato Grosso, Sr. Ministro, temos quatro BRs que afunilam em uma serra: a BR – 174; a BR-070; a BR – 163; a BR – 364. Afunilam na serra de São Vicente. É uma serra com 19 km, Sr. Ministro. Nove quilômetros, por força da Comissão de Infra-Estrutura, já foram duplicados. Por problemas com o Tribunal de Contas da União, a obra foi paralisada. Agora, a Bancada de Mato Grosso escolheu-a como prioridade e apresentou uma emenda para continuar a duplicação dessa serra. São 10 km. São 10 km por onde passam 12 mil carros por dia. V. Ex^a precisa ver o tamanho dos carros que passam por lá. São grandes caminhões de madeira etc.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma serra com quatro rodovias. É na serra de São Vicente. Pode considerar a BR – 364. Nesta afunilam a BR – 070 e a BR – 163. Sr. Ministro, apresentamos uma emenda e queremos que seja aprovada, como já foi aprovada uma boa parte pela Subcomissão setorial.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma só. As quatro BRs passam por lá. Há o afunilamento de uma quantidade enorme de veículos.

Sr. Ministro, na BR – 163, no trecho que vai de Cuiabá a Santarém, 80km após Várzea Grande – o chamado trevo do largarto –, há o afunilamento de uma estrada que vem de Tangará da Serra, lá na região noroeste do Estado de Mato Grosso que pega, também, o Estado de Rondônia, enfim, toda aquela região. O trânsito lá é um inferno. São apenas 80km. A Bancada de Mato Grosso, há dois anos, preocupou-se com a questão e apresentou uma emenda para que fosse feita, ao menos, a terceira via.

No entanto, o trecho merece mesmo uma duplicação. O trecho não foi duplicado – e a emenda não foi atendida –, porque o DNER acabou, entrou o Dnit, e não conseguiram fazer o projeto. O dinheiro ficou perdido. Vinte milhões ficaram perdidos naquela oportunidade. Pois bem, uma coisa teve um resultado positivo: o projeto foi feito. Portanto, já há um projeto. Sr. Ministro, não temos emenda sobre esse trecho.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É nas BRs 163 e 164. Lá elas formam uma só, pois se juntam. Vão juntas até Diamantina, junto. Lá em Diamantina, V. Ex^a sabe, que sai a 364, que vai à Comodoro, e a 163, que vai à Santarém.

O que eu disse que afunila é uma estrada de produção que vem de Tangará da Serra, que também vem da 364, que também vem da região de Juína, vem de todo o Noroeste do Estado de Mato Grosso, com caminhão de madeira, numa área de alta produção.

Quando essa estrada afunila na 364/163 vira um inferno! São 10 mil veículos, geralmente pesados, que afunilam nessa estrada. Ministro, passo sempre por essa estrada, e, Sr. Presidente, não há um dia em que não haja um acidente, e feio, com morte. Lá há até uma tabela onde está escrito: “Este mês já morreram tantas pessoas”.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Só uma pergunta: como chamaríamos? Poderíamos chamar de 163?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – 163, 364, pode ser 163.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Porque há recursos aqui para 163.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É Cuiabá ao Trevo de Barra do Bugres, Tangará da Serra. Essa estrada de lá é a MT-356, uma coisa assim. São 80 quilômetros.

Sr. Ministro, como V. Ex^a está com R\$2,5 bilhões, que mandará para cá no dia 20, eis aqui um apelo da Bancada Federal de Mato Grosso, representada por mim, pela Senadora Serys Slhessarenko, para ver se

temos as condições de atender a esse reclame, que é de todo mundo que passa por essa rodovia.

V. Ex^a não pode se esquecer da 364, porque me parece que não temos emenda direcionada para ela este ano.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tem a minha.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Então, temos emendas, e isso aqui é importante.

V. Ex^a está trabalhando com a BR-163. Esperamos que, com o PPP, possamos utilizá-la. E não se esqueça da nossa Ferronorte, porque está em Alto Araguaia e, ao chegar a Rondonópolis, não vai transportar só 6 milhões de toneladas que transportou este ano, vai transportar em torno de 7 a 8 milhões de toneladas de produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso. Só ao chegar a Rondonópolis! Esse empenho é importante!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Serys, também representante do nosso querido Estado de Mato Grosso!

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, gostaria de endossar todas as colocações do Senador Jonas Pinheiro. Adoçar, como ele o diz, brincando comigo! E dizer ao Ministro que S. Ex^a realmente tem tido um papel, um desempenho, com todas as dificuldades que atribuo da maior relevância. Digo isso aqui, porque já disse lá da tribuna do plenário. Inclusive com relação à 364, no nosso Estado de Mato Grosso. Logo no começo do ano, V. Ex^a esteve lá e se empenhou. Está quase pronto aquele trecho Comodoro/Sapezal, e V. Ex^a vai lá com o Presidente da República. Se Deus quiser e tudo der certo, ao pararem as chuvas, termina-se aquele trecho, para inaugurar o maior trecho construído no Brasil, no nosso governo. É pequeno, mas ainda é o maior!

Não estava aqui, infelizmente, e peço desculpas, porque estava em outras comissões, mas V. Ex^a anunciou que os R\$2,5 bilhões estão vindo. E fiquei muito contente, porque, com certeza, os R\$150 milhões que foram retirados do Orçamento de Mato Grosso vão ser injetados novamente. Então isso é imprescindível!

Não vou fazer o relato todo, porque o Senador Jonas já o fez, mas, se V. Ex^a colocar os R\$150 milhões que foram retirados da propositura de Mato Grosso, todas as questões expostas pelo Senador Jonas poderão ser resolvidas.

E gostaria de saber – não sei se V. Ex^a já tem esse dado – quanto ficou o orçamento para Mato Grosso e quais as principais rodovias atendidas, que, com certeza, devem ser: a 364, a 158 e a 163. Temos outras, mas essas são imprescindíveis. Esse trecho da Serra de São Vicente, a que o Senador Jonas se refere

aqui, é importantíssimo, é fundamental. Essa duplicação que chamo de Cuiabá–Jangada, mais 10 quilômetros que vão até o trevo de Barra do Bugres, que já colocou aqui, inclusive há alguma obra já começada lá no trevo, são absolutamente imprescindíveis. São trechos críticos mesmo, de muitos acidente, não há conserto que segure aquelas estradas, porque a sobrecarga é muito grande.

Então, Sr. Ministro, queria saber em quanto ficou o orçamento e reforçar que, se for reconstituído aquele solicitado por Mato Grosso, pela Unit, que foi bem dosado, todas as proposições do Senador Jonas Pinheiro e as minhas serão atendidas – claro que só no ano de 2005. Mas isso não vai resolver os problemas de Mato Grosso de jeito nenhum.

Quanto ao trecho da Ferronorte do Alto Araguaia a Rondonópolis é uma luta política nossa, da Bancada de Mato Grosso, os Deputados e Deputadas, os Senadores e eu, Senadora. A Ferronorte tem que avançar celeremente, Ministro, porque o potencial de produção do Estado de Mato Grosso é tão gigantesco, que logo não haverá rodovia, mesmo restaurada ou construída, que dará conta do recado.

Então, a Ferronorte tem que chegar logo a Rondonópolis e ir a Cuiabá. O destino dela não pode ser desviado: ela deve ir a Cuiabá. Depois disso, ter-se-á de abrir novo roteiro. Era o que Senador Jonas Pinheiro estava tentando explicar a V. Ex^a e eu também: depois de Cuiabá, ter-se-á de abrir um roteiro mais ou menos na direção da BR-163, e outro, da BR-364. Realmente, não há rodovia que suporte a produção de Mato Grosso dos próximos anos.

Que V. Ex^a nos dê uma força na Ferronorte, que tem que ir para Cuiabá e depois se dividir, para haver escoamento, porque só a rodovia não dará conta, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, os três interpelantes concluíram; a palavra está com V. Ex^a.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Em relação ao que falou o Senador Leonel Pavan, sou muito jovem no Governo e ainda não conheço muito bem as pessoas, como, certamente, nem todas me conhecem.

Quanto ao telefone, o Presidente brincou e disse que era para eu dar o número. Entreguei-o, depois, ao rapaz que estava anunciando. Eu não tinha como ir lá e dizer “Alô, meu telefone...”; entreguei, então, no Ministério para ser anunciado e não sei se foi passado para as pessoas.

Sobre a obra, a história de que não há licenciamento ambiental...

Vou começar de novo.

Sobre o telefone, o Presidente falou que eu daria o número, e eu o entreguei ao rapaz que faz o anúncio. Até anotei dois telefones; o outro é do Ideraldo, gaúcho, de Santa Catarina – nasceu em Santa Catarina e cresceu no Rio Grande do Sul. Ainda coloquei o nome dele embaixo do meu e entreguei ao rapaz do anúncio. Não sei se ele anunciou, V. Ex^a está dizendo que não.

Em relação ao licenciamento ambiental, não é verdade, a obra está toda licenciada, liberada. Só a comecei, porque havia licenciamento ambiental. E mais: está contratada a fiscalização e também o acompanhamento ambiental, exigência do banco que vai financiar 40% dos recursos. Então, não é verdadeira essa informação que passaram a V. Ex^a.

Quanto à desapropriação, desses R\$160 milhões, R\$138 milhões serão utilizados na execução da obra, e R\$12 milhões já estão disponibilizados para a desapropriação, que acontece durante a execução da obra. Ela foi contratada em 21 lotes. Mesmo que ocorra problema em um lote ou outro, existe a possibilidade de executar os outros lotes, porque há recursos orçamentários e financeiros para isso.

O Presidente da República já assegurou que, em relação à obra da BR-101 sul, haverá liquidez dos R\$160 milhões que estão no orçamento deste ano. O que significa isso? Que a obra já está empenhada, que os R\$160 milhões já estão comprometidos. Aliás, R\$160 milhões, não: R\$145 milhões, porque R\$15 milhões constam de um PL que está sendo votado no Congresso e que será entregue para o Ministério dos Transportes. Então, somando-se os R\$145 milhões já empenhados com esses R\$15 milhões, serão R\$160 milhões empenhados, com garantia de liquidez, exatamente para que a obra não sofra nenhuma solução de continuidade.

É claro que, para se iniciar uma obra, não se pode pegar o trator começar. É preciso fazer a topografia, derrubar algumas árvores, adotar alguns procedimentos que fazem parte da execução da obra, mas não há nenhum motivo para que ela não tenha sido iniciada. É bom que V. Ex^a me diga isso para que eu procure saber exatamente que fases foram executadas.

Em resumo, iniciar não significa dizer que vamos chegar com o trator e começar. É preciso fazer a topografia da obra, ver em que altura vai ficar o **grade** e uma série de outras coisas, incluindo o transporte e a retirada de material no local. No entanto, essa obra tem todos os motivos para ser iniciada, pois está autorizada, existe o recurso e há liquidez para que seja continuada.

Esperei muito tempo para ir a Santa Catarina e só fui quando tive certeza de que poderíamos começar

a obra e de que os instrumentos que possuíamos já nos dava possibilidade de iniciá-la. Esperei todo esse tempo que levou a licitação, tanto da obra quanto da contratação da fiscalização, bem como da contratação do acompanhamento ambiental.

O que devem ter falado para V. Ex^a em relação ao licenciamento ambiental refere-se a essa licitação do acompanhamento ambiental, que levou muito tempo – a empresa recorria, ia para lá, chovia etc. –, até que se fecharam todos os prazos, acabou a licitação do acompanhamento ambiental e, aí sim, demos a ordem de serviço.

Estou muito otimista em relação a isso, V. Ex^a pode ter certeza. Inclusive vou convidá-lo, pois procuro administrar sem fazer distinção de Partido, como fazia o Ministério. Tratarei da obra que tenho que executar lá no Estado, mas farei questão de convidar V. Ex^a para inaugurarmos, até o final do ano que vem, alguns trechos dessa obra – é claro que não a obra inteira, porque ela leva de três a quatro anos para ser executada.

Daremos prioridade à construção de alguns trechos mais problemáticos, como os existentes entre algumas cidades, onde o gargalo é maior, onde há um maior número de vítimas registradas, onde há maiores engarrafamentos. Levaremos em consideração todos esses fatores. Como temos um volume de recursos significativo, poderemos dosar, pelo pagamento, aquilo que queremos que ande mais rápido. E a minha idéia é tratar disso tecnicamente, porque sei que, em determinados trechos, se dermos uma aliviada, como há escoamento e saídas da rodovia, acaba melhorando muito o restante do trecho se priorizarmos corretamente a execução da obra.

Então, posso afirmar que estou muito otimista com relação a essa obra, que é uma prioridade não apenas do Ministro dos Transportes ou de V. Ex^a, que é de Santa Catarina. Trata-se de uma prioridade de Governo e do próprio Presidente da República. Conforme mencionei aqui na minha fala inicial, todas as vezes em que eu encontrava o Presidente da República, antes do início dessa obra, Sua Excelência me perguntava sobre a rodovia 101 sul. Cobrava-me até em solenidades. Então, essa obra só aconteceu neste ano porque cuidei pessoalmente das contratações. Tive que acompanhar todos os detalhes, porque sei que essa obra é prioritária e importante para o Sul e para o País, por ser uma rodovia de integração.

Com relação ao Estado do Senador Jonas Pinheiro e da Senadora Serys Slhessarenko, temos para a BR-163, nesse Orçamento que elaboramos, mais R\$22 milhões, e para a BR-364 mais R\$16 milhões aproximadamente. Em relação ao Orçamento, não

são os 150 a que a Senadora se refere, mas somam R\$72 milhões...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
– Quanto à Ferronorte, trata-se de uma obra prioritária para o Governo. E aguarda a PPP. Já estou até buscando uma outra saída, por via de concessão, de um outro instrumento, para que passemos à iniciativa privada dessa obra porque só assim ela será executada em um prazo menor e a um custo bem menor. Sabemos que a iniciativa privada consegue ser muito mais eficaz na execução desse tipo de obra.

A minha expectativa é muito boa em relação a essa obra. Creio que, de todas as obras de ferrovias, esta é a que tem maior possibilidade de ser atacada para valer já no ano que vem. Por que isso? Porque o interesse é muito grande da iniciativa privada em relação a essa obra.

E, hoje, para que se tenha uma idéia, os japoneses e os chineses, por diversos caminhos, estão brigando por essa obra. O banco japonês já esteve comigo para saber se é verdadeiro, se pode entrar com o dinheiro para financiar. E o banco chinês também já esteve comigo para tratar desse assunto, para saber se pode financiar. E há grupos de empresas brasileiras que utilizariam esses recursos para execução dessa obra.

Estamos esperando fechar o ano para saber se a saída vai ser PPP ou concessão.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Ministro, creio que não entendi direito. V. Exª falou em R\$16 milhões e em R\$22, o que é isso?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
– Nesse plano novo aqui, desses R\$2,5 bilhões, tenho R\$22 milhões para a 163, no trecho no Mato Grosso, e para a 364, aproximadamente R\$15 milhões. Então, a somatória daria aproximadamente de R\$38 milhões.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Só para isso. E isso se somará aqueles R\$80 ficaram no orçamento?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
– Não sei exatamente quanto.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – São quase R\$80.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
– Recurso alocado nesse projeto que será enviado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– Mas isso é muito pouco, Sr. Ministro, é absolutamente insustentável, porque precisávamos de 230; e vamos ficar com 100, Ministro, 110. Dê mais uma pensadinha, aí, por favor. Realmente, a situação é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos para a última rodada. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez, quero dizer nesta última reunião da CAE que ali todos aqueles passaram, mas nenhum excedeu com tanta competência e obstinação como V. Exª. Dou o testemunho, porque V. Exª só faltou um dia: quando V. Exª foi operado da garganta e me pediu para substituí-lo. V. Exª esteve presente, mesmo estando o meu companheiro de faculdade Lúcio Alcântara, digo que nenhum excedeu todos aqueles, a sua grandeza. Isso enriquece e faz eu declarar o voto aqui, nesse imbróglio, Senadores Sarney e Renan, a história nos orienta a buscar um terço. E a história eleva V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que é isso, Senador. Vamos aos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ministro Alfredo, é pela gratidão. Eu sou piauiense, e essa é uma virtude que trazemos. Ele foi Ministro, talvez, em menor espaço de tempo, mas nunca alguém fez tanto pelo Piauí como S. Exª. Tanto isso é verdade, que eu o condecerei com a comenda maior Grã-Cruz Piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª também me honrou, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria dizer, continuando a gratidão, que quero muito prestar homenagem ao Sol que nasce, à aurora, e ao Ministro Aderson Adalto, cavalheiro, que nos atendeu bem, ao Piauí. O Ministro que o antecedeu era piauiense, João Henrique, Deputado Federal; e deixou uns recursos; eu levei à Bancada, e S. Exª liberou. Mas, mesmo assim, digo a V. Exª que é jovem, que foi Prefeito, também fui Prefeitinho, que fui Governador do Estado e dois Governadores me disseram que ser Prefeito era melhor. Então, V. Exª está antecedendo, mesmo sem ser Governador. O Cafeteira e o Moreira Franco, que é piauiense. É melhor e mais gostoso, porque estamos perto. O Governador de Estado é 25% para Educação. De vez em quando, vemos roubo aqui e acolá. E somos o último a saber. O Prefeito controla ali. Mas V. Exª tem a perspectiva de ser Prefeito, Governador e, talvez, Presidente da República. Mas, no futuro, quero agradecer ao nosso Ramez e ao Aderson. O Piauí não está satisfeito. Eu não entendo. Não estou satisfeito com nada. Votei nesse Presidente da República aí. Aquela frase é minha e continuo a dizer: “Só fazemos três coisas: “nascer, morrer e votar no PT”. Estou decepcionado. Por quê? Falam da ditadura e da revolução. Olhem, ela foi bendita para o Piauí. Sei que o Amazonas é grande demais; mas o Piauí também é grande. Eu estava na Sudene, quando Albano Franco, Governador de Sergipe reclamava das estradas. Eu

lhe disse: “Oh, Albano, eu governaria o Sergipe com uma lambreta, porque o Piauí tem uma estrada comprida. Elas vão do mar até a Bahia. E na ditadura, na Revolução, vi asfaltá-las. Vi, talvez, V. Ex^a não tivesse nascido. Vi Alberto Silva, Reis Veloso. Eu sei que vi. E agora não conseguimos tapar os buracos. O resto é conversa. Palavras, palavras...mas, eu vi. Não se consegue tapar os buracos.

Mas, para mim, o Piauí é mais importante do que o Brasil. Ele deveria ser um País. Atentai bem. Ele possui um pequeno litoral e um porto. Vi o Getúlio Vargas – V. Ex^a, talvez, não tivesse ainda nascido – em agosto de 1950, dizer “Eleito, vou fazer o Porto de Luiz Correia”. Eu era menino. Talvez, o Senador Magno Malta, grande representante do seu Partido e com perspectivas invejáveis, abençoado por Deus e por Dona Dadá. Vi o Getúlio, em agosto de 1950. Olhem aí, faz 54 anos. Vi o João Paulo Reis Veloso, esse Ministro piauiense; o melhor Ministro do Planejamento da história deste País.

Senador Ramez Tebet, eu era Deputado Estadual. Ele marcou. Chegou lá na inauguração: assoreamento. Engenheiro sabe mais do que eu. Enfim, Senador Magno Malta, nas margens do rio Parnaíba, marcou-se a inauguração. Entra gás, tira o dinheiro dos armazéns. Eu vi essa inauguração. De lá para cá, investiram-se R\$100 milhões, faltam R\$10 milhões.

Não votei no Presidente Fernando Henrique porque eu não consegui passar essa mensagem. Se o Senador Ramez Tebet tivesse sido Ministro – faltam US\$10 milhões a serem investidos, e não se tem um porto –, eu mandaria mudar o nome até de uma cidade para colocar Alfredo City.

Não consegui sensibilizar. Daí, não votei. Votei na segunda no candidato Ciro Gomes, porque não consegui. US\$100 milhões foram investidos, desde o Presidente Getúlio Vargas; faltam US\$10 milhões. Isso é ridículo!

São 60 quilômetros somente de litoral. Há um porto que falta um investimento de 10%. Eu acho isso uma loucura! Pode-se transportá-lo. Transporte marítimo é transporte pesado para longas distâncias, não é? Mas vamos tirar lucro dos prejuízos.

A decepção é maior porque, o homem é o homem e há circunstância, e as circunstâncias fizeram com que eu mandasse o povo votar no candidato eleito do PT.

Há ainda o Porto de Luiz Corrêa.

As ferrovias, eu fui menino e andei de Parnaíba a Teresina. Fui em São Luís. Não existe. É um descalabro. Eu sei que não é, foi um erro do País, há 50 anos, que fez essa opção. Mas eu vi.

Há ainda o transporte rodoviário, que teve o dinheiro liberado pelo Dr. Adércio, que foi o Ministro e que deixou lá uns trocados.

Eu fiz um discurso e quero fazer lançar V. Ex^a. O seu Partido é extraordinário. Esse seu Vice-Presidente é um dos homens. Mas cada macaco no seu galho. O galho dele não era aquele. Um homem daquele em desenvolvimento seria um dos maiores homens deste País. Era até bom do Presidente Lula viajar por seis meses e deixar ele na Presidência, para que vissemos a criação de emprego, trabalho e renda.

Sou do Piauí, cujo hino diz: “numa guerra o seu primeiro filho é o que chega, nós botamos os portugueses”.

Outro dia fiz um pronunciamento e consultei sobre todas as estradas do Brasil. Serei sintético. As melhores cidades são do Sul, de São Paulo. São Paulo é estéreo, é um governo de paulista.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos que lembrar que o Presidente Lula nasceu no Nordeste e impedir essa lavagem cerebral. Todas as estradas boas estão lá.

Está aqui a pesquisa da CNT, e eu não poderia estar satisfeito. Das dez piores – 60% a 74,9% estão ruins –, as três piores são no meu Piauí. Indago: será que é porque votamos e fizemos o Presidente Lula ganhar lá? Será que é porque nós o elegemos? Mas das dez, as três piores estão no Piauí. Estão aqui os números. As dez melhores estradas estão em São Paulo. Das dez piores, três estão no Piauí.

Fortaleza–Picos, BR020. Picos é a nossa São Paulo. É a cidade que mais trabalha no Piauí. A outra: Teresina–Barreiras, na Bahia. O Senador Antonio Carlos Magalhães se zanga, mas naquele Estado encontra-se a segunda pior. A sétima pior é Araguaína–Picos, no Piauí.

Ministro, a esperança é grande, V. Ex^a é maior do que o Amazonas.

Agradeço a Deus. Estamos no Natal. O prefeito é bom. Talvez o Presidente da República não tenha esse entendimento de que V. Ex^a deva ser o Ministro mais importante, muito mais do que o Ministro Palocci.

D. Pedro II não era como o Presidente Lula, não gostava de viajar. Viajou uma vez para a Europa, somente uma. Aí lá ele escreveu: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que você pode dar a um povo.”

Depois, Washington Luiz: “Governar é fazer estrada.” Juscelino, nosso ícone, médico-cirurgião como eu, “prefeito” de Santa Casa, oficial da reserva, Prefeito, Governador, Presidente – a única coisa que não

fui foi Presidente da República, somente do **Rotary** – energia e transporte.

Então, V. Ex^a é essa esperança histórica. Não há desenvolvimento sem estrada. V. Ex^a, no meu entendimento, é muito mais importante do que o Palocci, que está servindo ao FMI. Ele deveria estar servindo a V. Ex^a e atendendo aos pedidos do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Exm^o Sr. Alfredo Nascimento, vamos falar agora sobre a nossa terra, porque S. Ex^a foi recebido aqui como um Ministro da Amazônia, mas, na verdade, ele nasceu no do Rio Grande do Norte. É nordestino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A sua esposa é de onde?

O SR. MINISTRO ALFREDO NASCIMENTO – É do Nordeste também, do Rio Grande do Norte.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas virar cidadão honorário de Santa Catarina.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o Ministro já sabe que os maiores desafios no nosso Estado são os retratados aqui por todos os Estados: a situação da malha rodoviária, dos portos.

No Rio Grande do Norte, a malha rodoviária é da ordem de 2.500km. A pior situação é a da BR-405, no trecho Mossoró-Apudí, cuja recuperação vem se arrastando há vários anos, trazendo prejuízos àquela região, à sua economia e ao Estado.

Quando era Governador, foi entregue uma bargagem de 600 milhões de metros cúbicos em Apudí, justamente para revitalizar o desenvolvimento daquela região. Mas as condições da estrada estrangulam o desenvolvimento.

A construção da BR-226, no Rio Grande do Norte, vem se arrastando; a licitação para duplicação do trecho da BR-101 vai ser feita agora. Essa foi uma boa notícia dada pelo Ministro recentemente.

Com relação aos portos, há reivindicações para 2005 da ordem de R\$21 milhões, fora o problema da dragagem do Porto de Natal, no valor de R\$28 milhões. Creio que esses dados não foram apresentados ainda ao Ministro. Há ainda o problema das docas para navios, da ordem de R\$10 milhões, para melhorar a situação do acesso aos navios.

Sr. Ministro, quem ouve e vê pela televisão uma audiência pública como esta começa a ter pena dos Senadores e dos Estados, terminando por ter pena do Ministro, porque são tantas as reivindicações, tantos os desafios, tantas necessidades de recursos, apesar de V. Ex^a estar com uma disponibilidade razoável. As nos-

sas expectativas maiores são essas, talvez tenhamos esquecido alguma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É a última rodada. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria justificar-me principalmente com o Ministro Alfredo Nascimento, pelas passagens meteóricas que tive ao longo de toda a audiência aqui. V. Ex^a sabe, hoje seria o último dia de votação, tendo em vista que seria humanamente impossível votarmos 16 medidas provisórias mais o Projeto de Parcerias Público-Privadas e uma série de outros assuntos da pauta somente no dia de hoje, está sinalizada a possibilidade de termos ainda deliberação amanhã, segunda-feira e terça-feira da semana que vem. Estávamos construindo tudo isso entre os Líderes, juntamente com o Presidente José Sarney e o Presidente João Paulo. Dessa forma, quero justificar que passei algumas vezes aqui e não pude ficar o tempo que gostaria, inclusive na exposição de V. Ex^a.

Quero registrar, Sr. Ministro e demais Senadores, junto à própria TV Senado, a quem está nos assistindo, todo o empenho da Pasta que V. Ex^a dirige, para que possamos ter efetivamente as condições para essa retomada de crescimento do nosso País em níveis como há muito não tínhamos, essa retomada do crescimento, do desenvolvimento, da produção industrial, dos records nas exportações, na geração de emprego e que tudo isso possa ter solidez. Todos nós sabemos que é impossível isso se solidificar, permanecer como um desenvolvimento sustentável se não resolvermos os gargalos da nossa infra-estrutura: rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, energia. Há todo um esforço do Governo para que possamos romper esses gargalos. E a Pasta de V. Ex^a tem tido todo o empenho.

Muitas vezes, tivemos a oportunidade de fazer parcerias; tivemos parcerias com o Ministro anterior e também com V. Ex^a. Brinquei aqui que V. Ex^a vai, com certeza, ganhar o título de “Cidadão Honorário de Santa Catarina”; isso é por conta, primeiro, da obra mais reivindicada, ao longo da última década, no nosso Estado; tivemos as ordens de serviço assinadas pelo Presidente da República depois de um esforço muito grande para superar inúmeros obstáculos do processo licitatório, da negociação, do financiamento internacional. Apesar de as pessoas ainda não terem enxergado as máquinas roncando, até porque não é a assinatura da ordem de serviço que põe a máquina a roncar no dia seguinte. Há necessidade efetiva de se alocarem parques de máquinas, pessoal, todos os procedimentos; antes de se colocarem as máquinas na pista há que se derrubarem árvores, há uma série

de procedimentos que estão andando, apesar de as pessoas não estarem conseguindo enxergar.

Além do início efetivo da duplicação da BR-101, quero registrar todo o esforço do Ministério. E vai ser a única vez na história de Santa Catarina em que teremos os quatro portos catarinenses com obras e recursos do Governo Federal ao mesmo tempo. Depois de toda uma tratativa e com a gentileza do próprio Ministro, conseguimos a inclusão dos dois principais portos catarinenses no plano emergencial; não tivemos que escolher entre o Porto de São Francisco e o Porto de Itajaí. Então além dos recursos – e me parece que V. Ex^a tem uma planilha que quero saber se já anunciou – de 46 milhões para Itajaí e 31 milhões para São Francisco, temos ainda 12 milhões que estão sendo aplicados no Porto de Laguna, para completar a obra com mais 6 milhões, no ano que vem; e 12 milhões no Orçamento para o Porto de Imbituba. Então não poderia aqui deixar de registrar algo que é muito bom para um Estado exportador e industrializado como Santa Catarina: ter o início da duplicação da nossa principal rodovia, que é a rodovia de integração com o Mercosul, e os recursos para nossos quatro portos. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, Sr. Ministro, esse investimento nos moles de Imbituba de 12 milhões para o ano que vem tem um aporte já acordado com a iniciativa privada de 300 milhões para o Porto de Imbituba, para a construção de terminal graneleiro, terminal de contêineres, tudo em parceria com a iniciativa privada.

Então faço este registro de que Santa Catarina, efetivamente, não tem como não reconhecer o esforço, o trabalho. Eu tenho certeza que se algum deputado estadual tiver um pouco de juízo apresentará imediatamente o pedido para que V. Ex^a seja devidamente reconhecido como autoridade.

Ministro, temos esta adequação no orçamento para incluir os recursos dessa retirada do cálculo de superávit primário dos investimentos em infra-estrutura. Não sei se V. Ex^a já comunicou a data, mas, para nós, é importante sabermos a previsão da chegada dessa matéria ao Congresso Nacional para que possa ser apreciada e para que efetivamente possamos ter a implementação desses recursos em menor espaço de tempo possível.

Então, era essa a indagação que eu gostaria de fazer de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Senador Magno Malta. V. Ex^a tem o privilégio de ser o último orador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque os últimos serão os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por isso eu digo que é um privilégio.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A minha palavra é rápida, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a por esses dois anos à frente da Comissão. Não vou chover no molhado, tudo o que deveria ter sido dito a respeito da Comissão, do procedimento e da capacidade reconhecida de V. Ex^a já o foi. E faço coro com os companheiros.

Quero cumprimentar o nosso Ministro, Alfredo Nascimento, Ministro do nosso Partido, que nos orgulha tanto pela capacidade operacional, pela gentileza e pela objetividade com que trata das questões. A mim, alegra muito, também, ver os elogios que são tecidos ao ex-Ministro Anderson Adalto, que foi quem mais teve contingenciamento no orçamento e que, mesmo assim, conseguiu trabalhar com gentileza, educação e com atendimento, que é extremamente importante. Muitas vezes, o Parlamentar só quer retorno do Ministro. E S. Ex^a dava esses retornos. E S. Ex^a encaminhou a V. Ex^a uma frase extremamente verdadeira, de que parece que aquele Ministério foi construído para não funcionar. E ainda há as mazelas impostas a estes Ministérios ao longo de anos. Eu não quero fazer histórico dessas mazelas, as quais todos nós conhecemos, mas, certamente, trazem dificuldades e amarras para qualquer ministro que assuma com seriedade querendo resolver o problema das rodovias e dos portos brasileiros. E V. Ex^a, por ter sido prefeito, por ter natureza operacional, é objetivo, tem dado essa resposta ao País, embora com tanta dificuldade.

Entendo, de fato, que com a Parceria Público-Privado, o País irá avançar. O Presidente Lula acertou ao colocar V. Ex^a lá, a indicação do Partido foi extremamente correta. Eu acompanho V. Ex^a desde quando era prefeito. Não somos apenas companheiros de partido. E ainda há essa sua capacidade. Dizia o Senador Mão Santa que é extremamente importante ter-se um ministro que foi operacional quando prefeito ou quando governador. As coisas acontecem diferentemente na mão do homem que já operou quando está no ministério com essa envergadura. Por isso, alegra-me muito ser líder do seu Partido, estar aqui sentado ouvindo os elogios – que são verdadeiros, não são rasgação de seda – ao que V. Ex^a já implementou, já acertou em tão pouco tempo.

Minha bancada e V. Ex^a têm conversado muito com relação aos problemas do Estado Espírito Santo. As coisas estão encaminhadas, como em outros Estados, esperando que essa parceria aconteça rapidamente para que a gente seja privilegiada, porque somos um Estado com complexo portuário extremamente importante, e as nossas rodovias precisam de atenção.

Cumprimento V. Ex^a, que orgulha este Partido, este Governo, este País e a mim de uma forma muito especial pela nossa amizade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bem, senhor Ministro, tem V. Ex^a a palavra para as respostas e as considerações.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Bom, primeiro, tenho muito prazer em conhecê-lo, ex-prefeito, V. Ex^a teve uma vida toda como político no seu Estado. V. Ex^a é muito eloquente nas colocações que faz. É muito interessante ouvir o seu falar.

Em relação a Piauí, há um deputado no Piauí, não me lembro o partido e nem me lembro o nome, ele faz sempre umas contas comparando que percentual recebeu cada Estado e qual recebeu o Piauí. E sempre vai lá reclamar. Para que tenham uma idéia, de acordo com o Orçamento, no ano passado, o Piauí recebeu cerca de R\$29 milhões. Este ano está previsto R\$70 milhões, de acordo com o Orçamento enviado a esta Casa, até por reconhecermos os problemas que tem esse Estado.

A Estados como o Piauí e o Rio Grande do Norte – Estados do Nordeste e do Norte – tenho pessoalmente dado atenção, porque, ao longo dos anos – e não apenas no ano passado ou no ano anterior –, não receberam os cuidados que merecem. À exceção de um ou outro caso, por haver alguém com certa influência ou porque o Ministro gostava mais de um Estado do que do outro, melhoraram o volume de recursos para atender esses Estados.

A BR-020 está contemplada. Faz parte dessa estrutura de rodovias também no Piauí, como V. Ex^a relacionou. Para tudo o que está relacionado há um recurso significativo. Por insistência deste Deputado – ele fez uma emenda de mais R\$40 milhões e esteve comigo juntamente com a Bancada –, mandei um documento ao Relator do Orçamento em que dizia que era importante manter aquele valor e tentar juntá-lo ao recurso que já está lá, o que resultará numa melhora significativa.

Por compreender as dificuldades, esse tipo de procedimento parece não ser muito comum, digo que façam uma emenda, porque o assunto é prioridade, para que possamos atender melhor o Estado – isso em relação ao Estado do Piauí.

Anotei também a questão sobre o assunto do porto, porque sou o Relator. Falta muito pouco para concluir essa obra. Cuidarei disso pessoalmente, para ver de que forma poderemos fazer investimento nesse porto.

De todos os Estados, não visitei apenas o Piauí, pois me pediram para não ir lá. Reuni a bancada e me

disseram que não adiantava ir lá. Fiz reunião com toda a Bancada, Situação e Oposição, porque sou Ministro. Sirvo o Presidente Lula com muita honra e com muito prazer. Fui convidado para executar uma tarefa, penso que estou preparado para executá-la, desde que os meios me sejam dados. Até agora, os meios que me foram oferecidos, me foram entregues. Não tenho de que reclamar.

As pessoas que olham os números dizem que só liquidamos 22% do Orçamento deste ano. É claro! Mas paguei todas as dívidas contraídas pelo Ministério em 2002 e 2003. O Ministério está muito à vontade para dar ordem no serviço e fazer serem executadas, porque o empreiteiro sabe que executará a obra e receberá. Estamos pagando em dia. É claro que o empreiteiro que tinha uma obra, que tinha empenho ou não havia sido executado o empenho de 2002 e 2003, que ainda não havia fechado, estava com o empenho na mão e queria receber, fechou a obra e recebeu – estamos pagando em dia. Os recursos extraordinários que prometeram para o Ministério também me foram entregues.

Verei com muito carinho a questão do porto. Não conheço o assunto, tentarei compreender e visitarei o Estado. O Piauí é o único Estado onde não estive. A Bancada me disse que não adiantava ir lá, pois não há muito para dizer, para mostrar; há muito pouco para ser feito. Penso que, com este orçamento, teremos a possibilidade de fazer uma boa visita e olhar as coisas. Por causa dessa mania de ser Prefeito, de estar em contato com as pessoas, gosto muito de ver, de sentir o clima para tomar a decisão. Percebi que a questão do porto é importante. São quantos quilômetros de costa?

O SR. (Orador não identificado) – Sessenta e seis.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– São sessenta e seis quilômetros, e o porto não está legal. Isso é importante para a infra-estrutura do País. Então, fico motivado a olhar e até a tratar a questão. Não me esquecerei disso, porque o senhor falou comigo. Outras coisas ficaram confusas, mas V. Ex^a falou comigo do porto e me chamou a atenção, por se tratar de uma cidade, de um Estado com saída para o Atlântico.

O SR. (Orador não identificado) – Do mais próximo da Europa.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Mais próximo da Europa, não. Depois do Rio Grande do Norte, não é, Senador? Não venha dizer que é o mais próximo da Europa, porque há dois norte-rio-grandenses aqui.

Senador Garibaldi Alves Filho, em relação ao porto, quero dizer que estamos alocando neste orçamento R\$18,5 milhões para portos. Em relação à 405 e à 101. No Orçamento há muitos pontos genéricos.

Antes de aplicar os recursos, antes de gastar o dinheiro, antes de fazer o empenho, vou chamar todos para conversarmos e estabelecermos as prioridades e também a forma de gastar os recursos, como fiz com o pouco dinheiro que tínhamos no orçamento deste ano. Naquela ocasião, reuni a Bancada com todos os partidos para planejarmos como gastar o dinheiro. O orçamento é genérico. Por isso estabelecemos o procedimento a ser adotado.

Em relação à BR-101, o meu compromisso com os três Governadores e com as Bancadas é iniciar a obra de restauração e duplicação da 101 Nordeste nos três Estados. Em Natal, minha cidade, fica o quilômetro zero. Meu pai, que continua morando lá, me perguntou por que eu não iniciava as obras da BR-101 em Natal, cidade onde nasci e onde fica o quilômetro zero. Respondi-lhe que se eu comesse no Rio Grande do Norte, Estado tão pequenininho, os outros reclamariam. Então vamos começar nos três Estados, pois há dinheiro suficiente para executar a obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco.

A BR-405, de Mossoró a Apubi, deve estar como genérica. Não sei exatamente o que há no orçamento para ela. Você tem o controle de 2005? Dê uma olhada porque não tenho isso de cabeça.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Foi designado recursos para ela. O senhor já me disse isso, mas ficariam para restos a pagar e só em janeiro, coisas dessa natureza.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Já existe o recurso. O que estava faltando? Procure descobrir para eu dar uma resposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Recursos já existem, mas é preciso efetivamente...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Era licitação? Estive no Rio Grande do Norte e verifiquei que já existe convênio com o Estado – não sei se era relativo à 105 –, os recursos foram repassados. Faltava apenas o fechamento da licitação no Estado.

Dê uma olhada nisso e depois eu responderei.

Em relação à BR-101, há disponibilidade financeira para trabalhar nos três Estados porque o recurso é para a BR-101 no trecho entre Natal e Palmares. Claro, vou dar preferência às proximidades das cidades porque é onde há maior congestionamento, onde há maior volume de tráfego.

Em relação ao que disse a Senadora Ideli Salvatti, realmente, os quatro portos de Santa Catarina estão entre os portos responsáveis – são 11 portos – por 85% da exportação brasileira. Os portos de Itajaí, de Laguna, de Ibituba e de São Francisco estão nessa relação.

Para se ter uma idéia, os investimentos em portos, por essa capacidade de exportação, somam 102 milhões de reais. Somados a isso, os recursos de Ibituba e de Laguna, 12 milhões e mais 12. Para este ano há 46.700 para Itajaí e para São Francisco, 31.600.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – Ministro, quanto a Itajaí, quer dizer que entre o acesso da BR-101, o porto e as questões do (?) e da drenagem...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Como V. Exª foi muito generosa comigo, vou dizer o que está previsto. No São Francisco estão previstos para recuperação dos (*inaudível*) 102 e 103, 12 milhões e 800; para construção do viaduto na BR-280 no acesso ao porto, 2 milhões; recuperação e modernização do sistema elétrico do porto, 4 milhões e 800 mil; e derrocamento do canal de acesso, 12 milhões. Somam, portanto, 31.600 milhões em São Francisco do Sul.

Em Itajaí, derrocamento do canal de acesso 6 milhões; recuperação dos (), 12 milhões e 700; construção exclusiva da via de acesso do porto a BR-101, 16 milhões; dragagem, 12 milhões. Isso soma 46 milhões e 700.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – E para a 101, quanto temos e quanto vamos ter?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Ela não estava aqui e vou repetir. Há 160; desses 160, há 138 porque esses 12 milhões são recursos para desapropriação, para pagamento dessas coisas. Para este ano, nesse projeto, há mais, conforme o que está aqui, 400 milhões de reais, o que significa dizer que o anúncio feito por mim e pelo Presidente de que somaria 500 milhões foi ultrapassado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi ultrapassado em quanto, Ministro?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Em 60 milhões.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, são 560 milhões.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– 560 milhões.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Preciso falar a V. Exª, Ministro.

V. Exª pôde bem notar aqui que quem falou aqui foi o Brasil. O Senado representa a Federação brasileira. Cada Senador evocou, lembrou, pediu, reivindicou em favor do seu Estado e em favor do País. Mas tenho um privilégio: reivindiquei, primeiro, para a minha cidade e, depois, para o meu Estado.

Quero fazer um agradecimento a V. Exª. Sou um homem que gosta de fazer justiça. Aqui se falou muito

em estrada e vou contar um episódio. Eu não o conhecia pessoalmente, mas telefonei ao seu Ministério e disse que na cidade onde nasci a Rede Ferroviária Federal estava sucateada, como se encontra, e também que algumas propriedades, algumas residências ocupadas por servidores, pessoas que serviram por muitos e muitos anos à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estavam, Sr. Ministro, com mandado de despejo. Veja que coisa triste despejar homens que trabalharam, de casas que estão caindo aos pedaços.

Telefonei a V. Ex^a, que me deu resposta depois de alguns minutos, dizendo-me o nome da pessoa encarregada de resolver o assunto. Não houve despejo, Sr. Ministro, e as famílias lá se encontram. V. Ex^a pode não se lembrar disso, porque muita gente pensa que isso é pouca coisa diante dos milhões que estamos pedindo aqui, mas temos que olhar para as pessoas. Não se pode dirigir, não se pode governar sem sentimento na alma, sem sentimento no coração.

Estão roubando até dormentes de lá, estão tirando trilhos e queriam tirar as pessoas das casas. V. Ex^a fez justiça. Minha cidade lhe é agradecida. E V. Ex^a depois foi à minha cidade e determinou o reinício das obras de uma estrada que estava paralisada, à qual já me referi aqui.

Por tudo isso, somos gratos, sou particularmente grato a V. Ex^a, que viu que todos aqui reconhecem a objetividade de V. Ex^a e confiam na sua capacidade administrativa.

Quero, portanto, dizer que estamos encerrando o ano de forma altamente confortadora para nós. Estamos aqui, V. Ex^a está aqui por um tempo superior a três horas, atendendo a todos com paciência, dando explicações e demonstrando que veio a esta reunião preparado para responder às perguntas. Só formulo votos para que aquilo que está no papel, que aquilo que está previsto no Orçamento seja executado, tirado do papel, porque, se derem recurso a V. Ex^a, se conseguirmos tirar do Orçamento aquilo que está escrito, se não houver grandes contingenciamentos, tenho certeza de que V. Ex^a vai cumprir uma grande tarefa e vai ajudar, como já está ajudando, o nosso Brasil, que é maior do que todos nós.

V. Ex^a não deixou de abordar outros pontos importantes aqui. V. Ex^a falou na burocratização deste País. Isso está demais, Ministro.

É preciso que o Presidente da República, o nosso Governo – não digo que vá criar um Ministério da Desburocratização – crie um órgão para desburocratizar este País. Porque este País não pode ficar enrolado em centenas de papéis que impedem espíritos empreendedores, como o de V. Ex^a, que querem fazer obra e, de repente, não podem fazer, chegando ao cúmulo de

não se terminar a obra já iniciada por falta de licença ambiental, por faltar isso ou aquilo.

As empresas no Brasil levam mais de 150 dias para serem abertas. Tudo é um absurdo! Nós precisamos de muita coisa neste País. A carga tributária está muito alta. Nós falamos aqui no PPP, Sr. Ministro. Isso é um instrumento importantíssimo, eu sei, mas ele só terá viabilidade no dia em que nós tivermos segurança institucional. Isto é, o empreendedor, o empresário, o homem que trabalha saber exatamente com que regras está trabalhando, qual é o peso, a carga tributária sobre o empreendimento que ele vai realizar, para dar um exemplo.

É preciso ter também aquilo que todos nós, nesta Comissão, reclamamos não de V. Ex^a, mas da área econômica do Governo. Por favor, está na hora de ouvir um pouco e reduzir esses juros altos que estão aí a impedir o maior crescimento do nosso País.

Mas falar eu não quero, embora tenha muita coisa dentro do peito. Fica comigo a alegria deste 15 de dezembro, de ter encerrado os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos neste ano, tendo aqui a honrosa presença de V. Ex^a, que deu muita esperança, e esperanças concretas, para a melhoria das estradas no Brasil.

Sinceramente, falo em meu nome pessoal e dos meus Pares. Eu vi pelo semblante dos meus colegas a satisfação com que conversaram e dialogaram com V. Ex^a. A Comissão de Assuntos Econômicos deseja a V. Ex^a e a todo o seu Ministério – e por que também não dar uma palavra para o Brasil? –, a todos os brasileiros, um feliz Natal e um ano de 2005 mais realizador e mais feliz para todos nós do que foi o ano de 2004, sem nenhuma queixa a este ano que está se findando. Porque nós temos que dar graças a Deus por aquilo que estamos recebendo.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 14h27min)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da vigésima sexta reunião, extraordinária, da comissão de fiscalização e controle, da 2ª sessão legislativa ordinária, da 52ª legislatura, realizada em 15 de dezembro de 2004, às 14:30 horas.

Às quinze horas do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **SIBÁ MACHADO**, **IDELI SALVATTI**, **AELTON FREITAS**, **LUIZ OTÁVIO**, **CÉSAR BORGES**, **JOÃO RIBEIRO**, **OSMAR**

DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, ROMERO JUCÁ e LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da Pauta. **Item 01) Aviso nº 27, de 1999**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 411, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 7 de julho de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 007.407/95-5), referente auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, na área de habitação e hipoteca”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União; **Relator:** Senador **NEY SUASSUNA**; **Parecer:** Pelo conhecimento e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** **Item 02) Aviso nº 216, de 2000**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, relacionada com Plano Especial de Auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (TC 007.931/99-9)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União; **Relator “ad hoc”:** Senador **LUIZ OTÁVIO**; **Parecer:** Oficiar ao Ministério Público Federal sobre o exame da matéria que lhe foi remetida pelo Tribunal de Contas da União e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** **Item 03) Requerimento nº 27, de 2004-CFC**, em que “requerem, com fulcro no art. 49, inciso X, da Constituição Federal e nos arts. 73 e 102-A, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Subcomissão temporária com vistas a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Faroeste”. **Autoria:** Senador **CÉSAR BORGES** e outros Senhores Senadores; **Resultado: Aprovado.** **Item 04) Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2004**, referente “a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa”. **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**; **Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**; **Parecer:** Pela aprovação do Parecer Prévio e que a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/2004 seja acatada e processada em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado. **Resultado: Foi concedido pedido de vistas** ao Senador **LEONEL PAVAN**. **EXTRA-PAUTA**, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 28, DE 2004-CFC**, que “re-

querem, nos termos regimentais, que seja solicitada à STN a listagem de todos os registros efetuados no SIAFI por meio dos quais se tenham feito bloqueios e desbloqueios de todos os Municípios, Órgãos do Governo e do Estado do Piauí que possam ter gerado efeito sobre liberação de transferências voluntárias nos últimos dois anos”. **Autoria:** Senadores **HERÁCLITO FORTES** e **ANA JÚLIA CAREPA**; **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovada.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, assumo a Presidência porque sou Relator do Item nº 01.

Por essa razão, passo a Presidência a S. Ex^a.

(Assume a Presidência o Senador Luiz Otávio)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assumo interinamente a Presidência da Comissão de fiscalização e controle.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, que relata o Item nº 01 da pauta, que é o Aviso nº 27, de 1999, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 411, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na sessão ordinária do Plenário do dia 7 de julho de 1999, bem como os respectivos relatório e voto que a fundamentam, TC nº 007407/95 – 5, referente à auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, na área de habitação e hipoteca.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Tribunal de Contas, mediante o Aviso 629 SGS, do Tribunal de Contas da União, de 9 de julho de 1999, encaminhou a este Senado cópia da Decisão nº 411, de 1999, adotado no Plenário daquela instituição na sessão ordinária de 07-7-1999, acompanhado dos respectivos relatório e votos que a fundamentam.

A matéria versa sobre auditoria operacional realizada por aquela instituição na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal e foi enviada a este Senado para conhecimento e adoção de providências de sua alçada.

O aviso em comento foi recebido neste Senado Federal em 13 de julho de 1999, onde foi inicialmente protocolado como Diversos nº 42, 1999 e, posteriormente renumerado com o Aviso 27.

Em seguida, foi encaminhado a essa Comissão de Fiscalização em 3 de setembro de 1999, para exame e deliberação da matéria.

A auditoria em análise focou os seguintes temas: atuação da auditoria interna, das comissões de sindicância, o programa de comercialização e invasão das unidades habitacionais, distribuição de atos normativos, distribuição de recursos e novos programas e inadimplência e cobrança de débitos.

Sr. Presidente, esse é um assunto muito sério pelo seguinte: porque o volume de dinheiro investido foi muito grande e em muitos lugares houve o abandono de alguns desses conjuntos, porque o pagamento tornou-se maior de que o valor do imóvel. Noutros, no entanto, o estado de conservação se tornou deprimente, com paredes rachadas, prédios com dificuldade na área de esgotamento sanitário.

Enfim, outros como é o caso, por exemplo, de um grande conjunto na Barra da Tijuca, sequer chegaram a ser entregues e terminaram sendo invadidos.

São muitos os problemas que ocorreram e essa é uma área em que o montante aplicado foi enorme e não resolvido em vários lugares do País.

Quando esse processo veio para nós, começamos a ver o problema da comercialização e invasão de unidades. São muitos. Só para ter uma idéia, em abril os percentuais de obras não concluídas com problemas de comercialização, paralisadas ou invadidas eram os seguintes:

Obras financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – 42%;

Obras financiadas com recursos do SBPE, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – 11%.

Para se ter uma melhor idéia do problema, registrou-se que no que se refere às obras concluídas, financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a quantidade de obras com dificuldade de comercialização era a seguinte:

- Campinas, SP: 4.432;
- Paraná: 3.617;
- Pará: 3.237;
- Mato Grosso: 3.215;
- Alagoas: 2.851;
- Ceará: 2.555;

- Rio Grande do Norte: 2.282;
- Rio Grande do Sul: 1.480.

São milhares de unidades que ou tiveram invasão, ou se deterioraram gravemente, ou não foram entregues, ou foram construídos em lugares indevidos. Enfim, foram muitos os problemas. Por isso esse assunto tramitou por tanto tempo, porque todos queriam entender o que estava acontecendo, quais eram os erros desse planejamento, porque a República investiu do Fundo de Garantia e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo quase R\$18 bilhões se não houve correspondência. Na primeira leva de análise, chegou-se à conclusão de que mais de 12 mil casas estavam inviáveis e inabitáveis ou sem controle porque tinham sofrido invasões.

Passo à análise.

A maioria dos problemas apontados pelo TCU, na auditoria em análise, estão presentes nos diagnósticos governamentais e foram levadas em conta na implementação da atual política habitacional, que se fundamenta em algumas premissas básicas:

1) Focalização das políticas habitacionais públicas ao atendimento das camadas populacionais de baixa renda, até três salários mínimos, que concentram cerca de 85% do déficit habitacional brasileiro, são cerca de 7 milhões de casas que faltam no Brasil;

2) Necessidade de descentralizar e aumentar o controle social sob a gestão dos programas federais de habitação;

3) Necessidade de melhorar o mercado de moradias no Brasil, uma vez reconhecida a incapacidade de o Governo, sozinho, resolver o problema habitacional do País mediante a criação de condições para a boa performance dos mecanismos de mercado na área habitacional;

4) Reconhecimento de que as políticas públicas nessa área não devem negligenciar a grande parcela da população de baixa renda do País que trabalha no setor informal da economia e/ou habita moradias informais.

Além do mais, diversas ações e mecanismos hoje usados pelo Governo visam à correção de erros do passado e a garantir a captação de poupança de longo prazo para o setor habitacional. Diante desses mecanismos destacam-se: a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vinculada à Presidência da República; crédito direto ao mutuário que inibe a formação de quarteis no segmento de oferta imobiliária e possibilita mais liberdade de escolha do imóvel ou para aplicação de recursos, construção, reforma e aquisição de imóvel usado, novo ou na planta; a institucionalização mais recente do programa de arrendamento residencial com opção de compra para atendimento exclusivo das

populações de baixa renda, até seis salários mínimos; a criação do sistema financeiro imobiliário que visa a formar condições para uma boa performance do mecanismo; o saneamento e a flexibilização do sistema financeiro de habitação.

Dessa forma, Sr. Presidente, foram fomentados vários princípios buscando o funcionamento eficiente do mercado habitacional.

O Tribunal de Contas termina concluindo a respeito das medidas que estavam sendo tomadas:

O exame da matéria permitiu as seguintes conclusões:

A partir de 1996, foi implementada no País uma nova política de desenvolvimento habitacional que tentou corrigir os erros do passado e preparar um cenário propício ao desenvolvimento do setor fundamentada nas seguintes premissas: focalização da população de baixa renda, que concentra cerca de 85% do déficit habitacional; descentralização das ações de ampliação dos controles sociais sobre a gestão dos programas; promoção de condições adequadas à intervenção do mercado no atendimento das demandas por moradia a outras camadas sociais; inclusão, nos programas públicos, dos mais pobres que estão em trabalhos e moradias informais.

Não obstante, a auditoria do Tribunal de Contas focar o período de 1990 a 1995, cujo relatório foi concluído pela equipe técnica em março de 1996, o que caracteriza a intempestividade da presente análise, vez que a maioria dos fatos trazidos à discussão, além de defasados no tempo, já foram considerados na nova política governamental. Ressente-se, dessa forma, o Congresso Nacional de informação e avaliação do desempenho do setor nos últimos quatro anos sobre a égide de novas diretrizes governamentais.

Malgrado a falta de tempestividade da matéria, destacam-se dois temas como merecedores de inclusão na agenda em discussão: a gestão dos recursos e os controles; as dificuldades para agentes financiadores e, principalmente, para mutuários.

O problema foi tanto que resolvemos fazer uma medida provisória que cuidou dessa área. Devido às medidas tomadas pelo Governo do Presidente Lula ficaram sem razão as ações que já estávamos pedindo. Não foram só colocadas novas diretrizes, mas buscou-se, por meio de uma medida provisória, criar condições para o setor da construção civil, foram criadas parcerias. Dessa forma, nosso voto é pelo arquivamento. As medidas que preconizávamos e toda a análise que foi feita praticamente exauriu-se com a edição da medida provisória.

Esse é o voto, Sr. Presidente!

Estou vendo que o Senador Luiz Otávio já passou a Presidência para a Senadora Ana Júlia Carepa. Peço, então, que, por favor, ponha em discussão e em votação.

A SR. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador Ney Suassuna!

Coloco a proposta em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item nº2:

Antes de passar a palavra para o Senador Luiz Otávio, que está relatando o Item nº2, passo a Presidência ao Presidente desta Comissão, Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio, para que possa relatar o Item nº2 como Relator **ad hoc**.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, Aviso nº216 do Tribunal de Contas da União, que encaminha a decisão nº831, de 2000, referente a obras na BR-101, em Pernambuco.

Vem à Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº216, de 2000, do TCU, que encaminha a decisão nº831, de 2000, referente a obras na BR-101 em Pernambuco.

O processo chegou ao Senado em outubro de 2000, tendo sido logo, em seguida, encaminhado a esta Comissão. Desde aquela data, foram nomeados Relatores, sucessivamente, os Senadores Wellington Roberto, Eurípedes Camargo e Ideli Salvatti. E, em 17 de junho de 2003, foi aprovado o parecer nº709, de 2003, da lavra da Senadora Ideli Salvatti, por nomeação **ad hoc** do Senador Osmar Dias.

Naquele parecer, foram requeridas diversas informações ao TCU pertinentes às obras que se referiam à Decisão nº 831/2000.

Em resposta, o TCU encaminhou a cópia integral do Processo original nº 007931/99-9.

Da decisão original.

De acordo com o relatório do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, a decisão em comento trata da auditoria relacionada em plano especial de auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, referentes à duplicação da BR-101 em Pernambuco.

O Ministro adotou como seu, na íntegra, o relatório de inspeção elaborado pela equipe técnica de onde são relacionados seis itens.

Da existência de pagamento dos serviços, inclusive em duplicidade, bem como....– o relatório é muito extenso, por isso, eu pediria a V. Exª que o desse como lido.

Passo então à apreciação do voto aprovado pelo TCU.

O TCU aprovou, portanto, o seguinte voto, mantendo a continuidade da obra e da sua inclusão nas leis orçamentárias:

O exame preliminar foi feito pela Comissão, ainda no TCU, e o voto do Relator. Agora, sim.

Na verdade, o Relator é o Senador Osmar Dias, e fui designado Relator *ad hoc* por V. Exª. No que tange à questão da cessão de créditos, conforme entende técnicos do TCU, a natureza das despesas públicas e seu procedimento próprio de liquidação e pagamento previstos na Lei nº4.320, de 1964, não autorizam a cessão de créditos nos moldes ajustados pela construtora e pelo banco. Agrava ainda o ato o fato de que, à época dos pagamentos, julho de 1999, a mídia já noticiava a relação incestuosa entre o Grupo Ok e o Grupo Monteiro de Barros, conforme admite o Sr. Eurico Gaspar, na folha 53.

Verificou-se também que o DNER não exigia as certidões negativas de INSS e FGTS nem verificava a existência de restituições no Cadin. Essa foi, inclusive, a forma utilizada pela mesma construtora para produzir superfaturamento estrondoso na obra do TRT de São Paulo.

Tais práticas precisam ser reprimidas, e, para tanto, voto no sentido de que seja oficiado ao Ministério Público Federal, para questionar se examinou a matéria que lhe foi remetida pelo TCU e se entender o **parquet**.

O assunto merece aprofundamento. Opino no sentido de que seja encaminhado o desentranhamento dos autos deste Aviso, todo o conjunto de cópias que foi remetido pelo TCU, ao Senado.

Após ser o Ministério Público oficiado, que o processo seja arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permanecer permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos passar ao Item nº4, da Senadora Ana Júlia Carepa, de autoria do Senador João Alberto de

Souza, que se refere à denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva, relativa a alegar as irregularidades na contratação, na condição de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal (inaudível) em João Pessoa.

Tem V. Exª a palavra nobre Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador Ney Suassuna.

É na verdade trata-se de uma dispensa de solicitação para a contratação de empresa na execução do projeto que foi financiado e parte dele por recursos federais que foram repassados pelo Ministério do Meio ambiente.

Mesmo como o Senador Geraldo Mesquita nós achamos que não haveria uma situação já que o TCU tinha dito que o convênio que deu origem encontrava-se devidamente aprovado, nós compreendemos que não se trata de denúncias que precisam ser investigadas.

Portanto, na verdade nós fizemos a verificação do cumprimento dos requisitos e vimos que várias questões deixaram de serem feitas. Então, o nosso voto é que CFC não pode se eximir do seu dever de investigar sempre que provocada, até porque se nós, mesmo quando o TCU... Agora mesmo o Senador Luiz Otávio relatou um processo onde o relator indica que vai aos documentos ao Ministério Público.

Então, nós entendemos também que não só o TCU julga às vezes por um aspecto correto que não se possa abrir investigações, estimular um processo.

Então, essa denuncia formulada apresenta as exigências regimentais para serem aprovadas.

Não está prescrita. Temos visto inclusive quanto o Supremo às vezes fica em uma discussão longa para ver se alguns indícios de desvios de recursos podem ou não serem por conta de prescrição, podem ou não serem investigados porque já foram ou não prescritos.

Então, temos que aproveitar exatamente que não tem prescrição e fazer a investigação. E se nada constar? Ótimo. Mas trata-se de recursos federais, possui evidências de irregularidades e foi instruída com documentos que demonstram tudo isso.

A matéria rege-se pelo art. 102, “b”, do Regimento do Senado, que determina o procedimento a ser adotado na espécie que é a execução de um programa de trabalho.

Então, por tais motivos opina que seja precisamente aprovado o presente parecer prévio.

Isso é aqui é um parecer prévio e que a proposta de fiscalização e controle nº 1, de 2004, seja acatada e processo em conformidade com o plano de trabalho. Foi feita aqui uma proposta do Plano de Trabalho que deve ser constituída a solicitação aos

órgãos federais repassadores de convênios à prefeitura de João Pessoa para que encaminhe todos os documentos que acompanhe os processos dos conveniados com aquele município a designação pelo Presidente do CFC dos servidores do Senado para dirigir o grupo de trabalho de auditoria e perícia, a solicitação ao TCU, de designação de uma equipe de trabalho para realizar auditoria sob a coordenação do Senado, a solicitação a Superintendência da Polícia Federal para designar um perito contador e delegado para participar do grupo, a solicitação à Secretaria da Receita para designar um ou dois auditores fiscais para participar do grupo, o trabalho *in loco* destinado a auditoria a tomada de depoimentos contratados e de outras pessoas que a critério do grupo de trabalho devam ser ouvidos, a realização de outras diligências que se fizerem necessárias no decorrer das investigações, e a elaboração do relatório.

Essa na verdade é um plano de trabalho na metodologia do plano de avaliação que a gente apresenta nesse relatório prévio e coloco em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para fazer uma melhor análise após essa brilhante explanação da Senadora Ana Júlia, eu gostaria de pedir vista a este item da qual é relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já tinha sido pedido vista antes. Vou indagar à Mesa se é possível mais uma vez. (Pausa.)

Então, V. Ex^a tem o pedido de vista e isso significa que só vai ser visto no próximo ano, uma vez que é a última reunião neste ano.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem problema, nós entregamos no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois bem, então, está concedido vistas a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para o Item 03, da pauta, nós temos um requerimento do nobre Senador César Borges e também dos senadores, Ana Júlia Carepa e ainda o Senador Luiz Otávio requerem com fulcro no art. 49, Inciso X, da Constituição Federal e nos arts. 73 e 102-A do Inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de subcomissão temporária, com vista a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela

Polícia Federal no que diz respeito à denominada Operação Faroeeste.

A autoria é do Senador César Borges com as assinaturas que acabamos de falar.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradecemos a presença de todos.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (BlocoPT – PA)

– Tem um outro requerimento que subscrevi a pedido do Senador Heráclito Fortes, que não é membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao STM, a listagem de todos os registros efetuados no Siaf, por meio dos quais se tenham feito bloqueio e desbloqueio de todos os municípios, órgãos do Governo e do Estado do Piauí que possam ter gerado efeito sobre liberação de transferências voluntárias, nos últimos dois anos. A listagem deve fazer menção ao nome do operador do Siaf, CPF, operação, se bloqueia ou desbloqueia, data, hora, motivo e outros dados que o STM entenda serem úteis à averiguação que está sendo realizada pela subcomissão destinada a acompanhar a operação Pororoca da Polícia Federal. Assinam o Senador Heráclito Fortes e a Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Quero agradecer aos nobres Senadores, pois essa é a última reunião nossa do ano, totalizando 26, com muita dificuldade de horário e deveremos estar de volta no próximo ano para passar a Presidência a outro Senador que, com toda a certeza, dará continuidade aos trabalhos.

Quero agradecer aos funcionários, aos nossos amigos da televisão, enfim, a todos que ajudaram para que esta Comissão tivesse sucesso.

Boas Festas e Feliz Ano Novo!

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão Temporária Destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura, realizada em 17 de novembro de 2004, às 11:45 horas.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **LUIZ OTÁVIO E IDELI SALVATTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que a reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, são escolhidos, por unanimidade, os Senadores **ANA JÚLIA CAREPA** e **CÉSAR BORGES**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Passa-se a presidência à Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que indica o Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** como Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a Reunião desta Comissão para implantação da Subcomissão Temporária “Operação Pororoca”.

Trata-se da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, destinada a acompanhar o procedimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Foi registrado, até o momento, o nome da Senadora Ana Júlia Carepa para Presidente; e, para Vice-Presidente, o nobre Senador César Borges, do PFL.

Encontram-se sobre a mesa, à disposição das Srs e dos Srs. Senadores, as cédulas de votação.

Convido para votarem a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Luiz Octávio, o Senador João Alberto Souza e o Senador Antero Paes de Barros.

(Procede-se à votação.)

Solicito, por gentileza, que dois Srs. Senadores façam o escrutínio dos votos.

Vamos proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

Vamos proclamar o resultado.

Votaram 4 Srs. Senadores e, por unanimidade, a Senadora Ana Júlia Carepa está eleita Presidente da Subcomissão, sendo Vice-Presidente o Senador César Borges.

Passo a Presidência à nobre Senadora para que S. Exª faça a designação do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Cumprimento os membros da Subcomissão e agradeço a presença de todos. Como, no momento, já estamos sendo convocados para a Ordem do Dia, declaro, neste momento, instalada esta Subcomissão, que tem um papel muito importante, e registro a indicação do Senador João Alberto Souza para Relator, atendendo à proporcionalidade dos Partidos e das suas representações aqui nesta Casa.

Como não temos tempo de elaborar, neste momento, um cronograma de trabalho, proponho, se possível, que – porque precisaremos ir ao Amapá para procurar, etc –, pelo menos, encaminhássemos essa comunicação oficial ao Procurador da República do Amapá e à Polícia Federal do Amapá com a informação da criação desta Subcomissão para acompanhar as investigações, que tem um papel importante para apresentar sugestões, assim como ocorreu com a CPMI Mista da Exploração Sexual, pela qual estamos votando propostas de alteração da legislação, que são importantíssimas. Esse também será o nosso objetivo: propor alterações, aperfeiçoamento na legislação e fazer propostas também ao próprio Poder Executivo no sentido de aperfeiçoamento do controle do uso dos recursos públicos, já que se tratam de recursos públicos federais.

Então, proponho, se possível, a realização de uma reunião apenas para discutirmos um cronograma de trabalho.

A Subcomissão já está instalada e já está indicado o seu Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela polícia federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de dezembro de 2004, às 10:00 horas.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, com a presença dos Senadores **AELTON FREITAS** e **CÉSAR BORGES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Fica adiado o roteiro de trabalho da Subcomissão, sendo apresentadas e aprovadas, extra-pauta, as seguintes matérias: **Requerimento nº 1, DE 2004-CFCPOR**, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado para a realização de Audiência Pública nesta Subcomissão, o Delegado da Polícia Federal, Tardelli Boaventura, que preside o inquérito Policial da referida operação. **Autora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Resultado: Aprovado.** Durante a discussão, usa da palavra o Senador **AELTON FREITAS**. **Requerimento nº 2, DE 2004-CFCPOR**, que requer, com fulcro no art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja prorrogado por seis meses o prazo de funcionamento desta Subcomissão. **Autora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, da 2ª Sessão Legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje temos como pauta um requerimento para que possamos convocar o Delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura, que preside o inquérito, para que, a partir dele, possamos, inclusive, aprovar a nossa ida a Macapá, aprovar quem vamos ouvir. Acho necessário aprovarmos esse primeiro requerimento, assim como um requerimento de prorrogação da Subcomissão, até porque, como ela foi aprovada até o final do ano, e é temporária, vai começar novo período legislativo, e será necessário prorrogá-la. Lerei o requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para realização de audiência nesta Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, a presença do Delegado Tardelli Boaventura, que preside o inquérito policial da referida operação.” Senadora Ana Júlia e Senador César Borges.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Todos concordam.

Aprovado o requerimento.

Há um requerimento para que possamos prorrogar por mais seis meses o prazo desta Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”.

Em discussão. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Em votação, o requerimento. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos tentar falar com o Delegado da Polícia Federal para ver se, ainda neste mês de dezembro, conseguimos essa primeira audiência. Se conseguirmos, poderemos marcar as próximas, quem a gente vai ouvir. Acho que o melhor momento é no momento da realização dessa audiência pública, quando termos conhecimento.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Em tempo, Senadora, quero parabenizar o trabalho da Polícia Federal não só nessa Operação Pororoca, mas em todas que fizeram nos últimos meses. Foi só deixar a Polícia Federal livre para cumprir o seu papel, e eles sozinhos levantaram o que praticamente muitas outras ações em todos os sentidos não tinham levantado.

Quero deixar aqui os meus cumprimentos e os meus parabéns à Polícia Federal do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Certo, Senador Aelton. Eu também quero dizer que me sinto feliz – acho que a sociedade inteira tem visto com bons olhos e com esperança –, sem dúvida atendendo aos anseios da sociedade, as ações que a Polícia federal tem feito no Brasil inteiro. Porque há muito tempo não vemos tantas ações de combate ao tráfico, à corrupção e ao desvio dos recursos públicos, em todas as direções, dentro de todos os Poderes, sem olhar que tipo de cargo ou a que cor partidária pertencem as pessoas. Acho que isso é democracia.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – E no silêncio, no sigilo. Quando aflora, já está com tudo apurado, com tudo feito, e a maioria já presa – um bom trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – E inclusive com o apoio da Justiça, o que tem sido importante.

Então, fica esse registro aqui, vamos procurar entrar em contato com o Delegado.

Aprovados os dois requerimentos, neste momento nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 12h05min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de dezembro de 2004, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinquenta e trinta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, com a presença dos Senadores **JOÃO ALBERTO SOUZA**, **AELTON FREITAS** e **LUIZ OTÁVIO**. Comparecem também os Senhores Senadores **PAPALÉO PAES** e **JOÃO CAPIBERIBE**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública para ouvir o DR. TARDELI BOAVENTURA, Delegado da Polícia

Federal no âmbito da denominada “Operação Pororoca”. O Delegado é convidado a tomar assento à Mesa e a seguir, realiza a sua exposição. Usa da palavra o Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**. Às onze horas e cinquenta e sete minutos a Senhora Presidente coloca em votação e é aprovada a transformação da presente reunião em sessão secreta. Reabrem-se os trabalhos às doze horas e quarenta e nove minutos e a Senhora Presidente apresenta a Proposta de Trabalho para a Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada Operação Pororoca.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião de hoje tem como objetivo ouvir o delegado da Polícia Federal, Dr. Tardelli Boaventura, que preside o inquérito policial da Operação Pororoca.

A idéia, Senador-Relator, é a partir desta audiência poderemos aprovar outros requerimentos, ir a Macapá, enfim, fazermos da forma mais adequada.

Então, inicialmente, convido o Dr. Tardelli Boaventura para compor a Mesa. (Pausa.)

Dr. Tardelli, quero apenas fazer um esclarecimento: se houver alguma questão que o senhor queira colocar que necessite ser sigilosa, podemos, num segundo momento, transformar esta reunião em reunião sigilosa. Então, no momento em que o senhor considerar adequado, transformaremos a reunião em reunião sigilosa.

O senhor tem a palavra.

O SR. TARDELI BOAVENTURA – Excelentíssima Senhora Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente da Subcomissão Temporária, em nome de quem congratulo os demais Senadores presentes que compõem esta reunião. Para mim é uma honra muito grande poder estar aqui, no Senado Federal, fazendo uma exposição, explicando os motivos que ensejaram a deflagração da operação denominada Pororoca no

âmbito da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá.

Inicialmente, eu gostaria de fazer as primeiras apresentações, fazendo uma introdução da operação, como foram iniciadas as investigações e, como disse a Senadora, no momento oportuno, se for o caso, pedir licença para que possamos fazer esta reunião de maneira sigilosa.

As investigações se iniciaram a partir de denúncias de possíveis irregularidades no processo licitatório para as obras do Porto de Santana, no Amapá. Eram denúncias que envolviam, possivelmente, o então Presidente da Comissão de Licitação, Sr. Rodolfo Juarez, e a partir daí começamos a fazer o monitoramento telefônico com autorização judicial.

Constatamos fortes indícios de irregularidades durante o processo licitatório – e aqui, Senadora, eu gostaria de pedir licença a V. Ex^a para abrir um parêntese para dizer que tudo o que eu disser aqui, ao longo da exposição, tenham-se como indícios, até porque, do ponto de vista jurídico, por mais que nos autos tenham provas concretas aos olhos de qualquer pessoa, juridicamente falando, só podemos falar em indícios, porque o papel da Polícia é colher indícios e apresentá-los ao Ministério Público, que examinará a necessidade, ou não, de se oferecer denúncia.

Portanto, Senadora, registro inicialmente isto aqui: tudo que colhemos até o presente momento, do ponto de vista jurídico, é apenas indícios.

Constatando a existência desses indícios de irregularidades na licitação para as obras do Porto de Santana, passamos a fazer um monitoramento do empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia, que era a pessoa que tinha um forte contato com o então Presidente da Comissão de Licitação, Rodolfo Juarez, e vimos que esse empresário tinha muitos contatos com vários funcionários de diversos escalões no Estado do Amapá.

Foi a partir desse monitoramento que constatamos a existência de fortes indícios de irregularidades em aproximadamente 16 obras, cujo valor – ressalte-se, não se fala em desvio – é de aproximadamente R\$103 milhões, já incluindo a obra do Porto de Santana. É importante ressaltar também que o empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia não participou da licitação para o Porto de Santana. Inicialmente, o Presidente da Comissão de Licitação foi monitorado e, a partir daí, ele começou a ter contatos com esse Presidente da Comissão de Licitação, Rodolfo Juarez, em relação a outras obras. Então, ele não participou da obra do Porto de Santana, mas, sim, de diversas outras obras.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA)

– Sr^a Presidente, uma questão de ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA)

– Permita-me, como relator, que eu faça uma inter-rogação ao delegado. Como S. S^a iniciou, com que de-terminação S. S^a iniciou essas buscas? Houve alguma denúncia? O que houve? Como foi que iniciou? S. S^a não disse como iniciou. Como a Polícia Federal chegou até lá? Eu gostaria de um esclarecimento, porque não ficou transparente esse assunto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Com certeza, Senador, até porque V. Ex^a é o relator, se V. Ex^a preferir assim...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA)

– Não, porque S. S^a começou a falar sobre o Porto de Santana no Amapá, os indícios (*inaudível*) e de algumas escutas telefônicas, mas S. S^a tem que dizer como é que começou isso, por que pediram, se houve uma denúncia ao Ministério Público, se a Polícia Federal foi instada – por que Poder ou se foi ela mesma –, para que possamos, desde o início, ter um roteiro a respeito do assunto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu o ouvi dizer que houve denúncias, mas o Senador está pedindo mais esclarecimentos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA)

– Denúncia para a Polícia Federal ou para o Ministério Público?

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – No caso específico, Senador, o Ministério Público requisitou a interceptação telefônica, requereu-a à Justiça que a autorizou, e passamos a fazer o monitoramento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) –

Estou concordando, já que a Polícia Federal foi chamada a intervir no caso em função de uma denúncia do Ministério Público, aceita pela Justiça. Aí está certo. Era o que queria saber, porque não entendi no início.

Muito obrigado.

O SR. TARDELLI BOAVENTURA –

Constatamos a existência de fortes indícios de que o empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia tinha contatos com diversos funcionários públicos no Estado do Amapá, em escalas as mais diversas, e passamos a fazer o monitoramento telefônico do empresário.

Constatamos, de forma resumida, que o esquema utilizado pelo empresário Luís Eduardo consistia basicamente no seguinte: ele era procurado – às vezes ele procurava – determinados políticos e expunha o interesse em realizar determinada obra. Todavia, como o Estado do Amapá e, às vezes, os municípios que tinham essa obra a ser realizada não dispunham de recursos suficientes para a execução da obra, o empresário se encarregava, por meio de contatos em

Brasília, de conseguir a celebração de convênios com o Governo Federal, a celebração de recursos com a garantia de que aquela obra seria executada por sua empresa.

Assim funcionava o esquema, e os indícios, mais uma vez, apontam nesse sentido de que esse era o esquema utilizado pelo empresário. A partir daí, passamos a fazer o monitoramento e separar os diálogos de acordo com os indícios de fraudes e com as licitações respectivas. Separamos dossiês de acordo com determinadas obras e, a partir daí, começamos a requisitar uma série de documentos – muitas vezes, por intermédio do Ministério Público, outras, pela Controladoria Geral da União – para que pudéssemos formar um contexto probatório robusto antes de ser deflagrada a operação.

É importante ressaltar também que, quinzenalmente, encaminhávamos os relatórios de inteligência, os relatórios dos monitoramentos telefônicos para o Ministério Público e para a Justiça. Então, todos os elementos que foram colhidos foram acompanhados, passo a passo, tanto pelo Ministério Público Federal quanto pela Justiça Federal. Até que fosse deflagrada a operação, foram aproximadamente dois anos de monitoramento telefônico, um trabalho difícil, principalmente na nossa realidade específica, a Superintendência do Amapá, que tinha escassez de recursos humanos. Muitas vezes, entramos madrugadas adentro tentando contextualizar os diálogos com os documentos que conseguíamos coletar durante as investigações.

Começamos a separar os diálogos de acordo com os documentos e formar os dossiês respectivos. No final, tínhamos sete inquéritos instaurados para apurar sete fraudes respectivas. Após a análise de todos os documentos, apresentamos o pedido de prisão temporária dos investigados à Justiça Federal, que pediu uma manifestação do Ministério Público Federal, que, por sua vez, entendeu que seria necessária a prisão dos investigados, e, enfim, foi decretada a prisão temporária dos investigados. No total, foram presas 32 pessoas – 30 pessoas por determinação de Juízes de 1ª Instância e mais dois Prefeitos, no caso o de Macapá e o de Santana, que foram presos, temporariamente, por decisão do Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal, Dr. Tourinho Neto.

Das 30 prisões em 1ª Instância, 21 foram decretadas pela Justiça Federal e 9, pela Justiça Estadual, porque essas últimas diziam respeito a uma obra que, em princípio, teria recursos apenas estaduais. Então, foi formulado o pedido de prisão temporária perante a Justiça Estadual, e, ouvido o Ministério Público, o Juiz plantonista, de igual forma, decretou a prisão temporária dos suspeitos nesse caso.

Essas são as linhas gerais.

Acrescento que foram três conjuntos de delitos que teriam sido praticados pelos envolvidos. Além da questão das fraudes da licitação especificamente, teriam também indícios de irregularidades no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, Sistema Siafi, e também indícios de irregularidades e de inserção de dados falsos no Sistema de Informações da Receita Federal em Macapá. Então, além das fraudes a licitações, teríamos as fraudes no âmbito do Siafi e no âmbito da Receita Federal.

Montamos uma força-tarefa junto com o Ministério Público Federal, a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União. Todos os documentos apreendidos estão à disposição dessas três instituições, que estão fazendo as análises no âmbito de suas respectivas atribuições. A partir daí, relatados os inquéritos, essas provas serão juntadas ao processo judicial durante o seu andamento para compor o contexto probatório.

Essas são, pois, as informações que teríamos a dar, preliminarmente. Coloco-me à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer outros esclarecimentos que V. Ex^{as} entendam necessários.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradeço ao Delegado Tardelli Boaventura.

Abro as inscrições para os Senadores, tendo preferência o relator.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr^a Presidente, eu gostaria de um esclarecimento do Delegado Tardelli. O Delegado falou que havia uma intermediação de Luís Eduardo Pinheiro Correia, que era procurado por maus políticos, que se alavancava dinheiro em Brasília e que esse dinheiro, ao seguir para o Amapá, chegaria às mãos de determinadas pessoas.

Primeira pergunta: nessas averiguações, há indícios de participação de autoridades de Brasília nesse contexto? Há autoridades de Brasília envolvidas, autoridades como ministros ou outras pessoas?

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Senador, em princípio, o contato mais forte do empresário Luís Eduardo seria com parlamentares federais que ajudariam na celebração de convênios e na liberação dos recursos, por meio de emendas parlamentares. Não temos ainda elementos para dizer se tais parlamentares agiam nesse sentido com interesses escusos – não tento como dizer se seriam maus políticos – ou se, em princípio, teriam interesse apenas em conseguir a liberação dos recursos, por meio das emendas parla-

mentares, em benefício do seu Estado. Não teríamos esses elementos.

Em relação à pergunta específica de V. Ex^a, ministros e outras autoridades não estariam envolvidas no esquema engendrado pelo empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr^a Presidente, V. Ex^a sabe como é difícil conseguirmos liberar nossas verbas para nossos Estados. Com relação a verbas de R\$100 mil ou de R\$200 mil, ficamos correndo de um lado para outro e não as conseguimos. Tenho a impressão de que, neste ano – e não considero haver nenhum Senador com maior atividade política nesse sentido que a minha –, consegui a liberação de uma verba de R\$300 mil. Talvez outros Senadores tenham conseguido muito mais que eu. Entretanto, a informação que tenho é a de que são verbas de R\$50 milhões. Ora, neste volume, tem de ter alguma participação aqui de cima. Não vejo como se conseguir liberação de tal vulto.

Pergunto ao Delegado Tardelli se, com relação a essas verbas liberadas, em que o Delegado diz que Luís Eduardo Pinheiro Correia era procurado por políticos – eu coloquei aqui “maus políticos” –, há Senadores também que liberaram verbas por meio desse Luís Eduardo Pinheiro Correia. Existe algum Senador também? V. S^a lembra se há algum, Senador?

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Excelência, ao longo dos dois anos de monitoramento telefônico, constatamos que diversas pessoas, das diversas escalas de poder, tinham contato com o empresário.

Todavia, procuramos concentrar as investigações no âmbito da 1^a e da 2^a instâncias, tendo em vista a competência da Justiça Federal de 1^a instância e do Tribunal Regional Federal, de 2^a instância.

Alguns parlamentares tiveram contato com o empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia. Todavia, no final das investigações preliminares, ou seja, até o cumprimento dos mandados de prisão, separamos, por meio de dossiês, aqueles diálogos mantidos entre o empresário Luís Eduardo Pinheiro Correia e parlamentares. Encaminhamos todos esses diálogos ao Ministério Público Federal de 1^a instância, no caso, a Procuradoria da República, que, por sua vez, encaminhou todo o expediente para o Procurador-Geral da República.

Esse documento se encontra atualmente nas mãos do Procurador-Geral da República, que, segundo as informações do Procurador da República local, estaria estudando o caso para examinar a necessidade ou não de se requisitar a instauração de inquérito, por meio do Supremo Tribunal Federal.

Então, se V. Ex^a e a Presidente da Subcomissão me permitissem, eu gostaria de me reservar para não me manifestar em relação à participação de atuais parlamentares federais, tendo em vista que todo o processo foi transferido da Polícia Federal para a Procuradoria-Geral da República, já que o Procurador-Geral da República é o promotor natural do caso.

Então, eu não gostaria de me antecipar, revelando nomes de parlamentares, tendo em vista que o Procurador-Geral da República ainda fará uma análise minuciosa a respeito do assunto, para que não possamos aqui – eu, representando a Polícia Federal – falar nomes de parlamentares, já que o assunto foi transferido da alçada da Polícia Federal para a Procuradoria-Geral da República, de repente, até maculando nomes ou comprometendo alguns parlamentares, sendo que o juízo, a valoração não será feita por mim, Delegado de Polícia Federal, mas pelo Exm^o Sr. Procurador-Geral da República.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr^a Presidente, permita-me. Somos aqui juízes, parlamentares na função de juiz. Vamos julgar. Se não tivermos clareza das coisas, fica muito difícil o julgamento.

Mas eu perguntaria para o Delegado quem é Luís Eduardo Pinheiro Correia? É político, construtor, lobi-sta? Quem é Luís Eduardo Pinheiro Correia? Quem é essa pessoa? É lobista?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Permita-me, antes de o Sr. Delegado responder, suscitar outra questão. Eu acredito que a questão abordada por S. S^a sobre nome de parlamentares se dá até porque quem indicia, se tiver de ser indiciado algum parlamentar, é a Procuradoria-Geral da República.

Somos uma Subcomissão para acompanhar a operação no sentido até de evitar...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Quem indicia é o delegado. Quem denuncia é o Ministério Público.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Ele indicia, e o Ministério Público denuncia.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Denuncia ou não.

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Excelência, o Supremo Tribunal Federal tem que autorizar antes, aí em relação ao inquérito.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com todo respeito, Sr. Delegado, mas V. S^a tem poder para indiciar o parlamentar, ou não, não é isso? E o Procurador – aí, sim – apresenta a denúncia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Aí ele autoriza...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É indiciado e depois denunciado.

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Isso. Depois que passar pelo pronunciamento do Supremo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É, o Supremo vai ter que se pronunciar pelo fato de serem parlamentares federais e terem foro privilegiado.

Como esta é uma subcomissão para acompanhar, com o objetivo de que possamos aperfeiçoar os sistemas, acredito até para não se repetirem situações como essa, entendi uma situação: quando o Sr. Delegado disse sobre o valor das obras – e sei disso já do processo: são 103 milhões – não seriam recursos liberados. É o valor total dessas obras. Não quer dizer que foi liberado esse montante de recursos, até porque se já é difícil liberar recursos, imagine R\$103 milhões.

Aproveito para fazer esse esclarecimento e indago ao Sr. Delegado o seguinte: se V. Sª quiser, e se sentir mais à vontade, a partir deste momento, fazer uma reunião sigilosa, nós assim procederemos.

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Eu gostaria, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu já havia dito isso no início da reunião, que, a partir de determinado momento, se fosse importante, nós iríamos transformar a reunião em reunião sigilosa.

Dessa forma, tendo em vista a solicitação do Sr. Delegado, e também para resguardar o processo, coloco em votação o pedido para tornar secreta a reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito, então, que os presentes se retirem do recinto, inclusive a TV Senado e o Serviço de Som. O pessoal da Polícia Federal pode permanecer na sala.

(A reunião torna-se secreta.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – *(Inaudível)* proposta a todos os Senadores que fazem parte desta Subcomissão, inclusive o Vice-Presidente, o Senador Aelton Freitas...

Se os Srs. Senadores quiserem fazer alguma proposta – Senadores Luiz Otávio, Papaléo Paes, João Capiberibe –, inclusive os que não são membros da Subcomissão, que a façam e, na próxima reunião da Subcomissão, aprovamos um plano de trabalho.

Proponho que os Srs. Senadores que quiserem contribuir com alguma idéia – os Senadores do Amapá – para melhorar a nossa proposta de trabalho, que o

façam para que possamos encaminhar. Eu mesma proporei a retirada de algumas coisas do plano de trabalho. Isso é apenas uma proposição e, na próxima reunião, vamos aprovar o nosso cronograma de trabalho.

Passo a palavra, então, ao Sr. Delegado para que faça as suas considerações finais.

Delegado Tardelli Boaventura, por favor!

O SR. TARDELLI BOAVENTURA – Gostaria de encerrar, reiterando, mais uma vez, a honra e o prazer de poder estar aqui nesta Casa Legislativa, contribuindo, esclarecendo fatos para os Srs. Senadores, e dizer que a Polícia Federal tem feito um trabalho, pelo que temos observado, da maneira mais isenta possível. E isso, a cada dia que passa, traz para mim especificamente uma sensação de orgulho muito grande, porque, depois dessa operação, mais do que nunca, pude perceber, Senadora Ana Júlia, que a Polícia Federal não tem partido político. Para a Polícia Federal, pouco importa se é do PT, se é do PMDB, se é do PCdoB. Pouco importa! O nosso objetivo é fazer o trabalho com isenção, com imparcialidade, esclarecendo os fatos e dando a nossa colaboração para a sociedade, na medida do possível, na medida das nossas atribuições.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Delegado Tardelli.

Gostaria de agradecer a sua presença, a de todos os Srs. Senadores, a do nosso Senador Relator, a de todas as pessoas da Polícia Federal que aqui vieram, reiterando a nossa admiração, que tem sido cada vez maior. E não somos apenas nós que estamos admirando as ações – da Polícia Federal, do Ministério Público Federal – de combate à corrupção, que, sem dúvida alguma, neste Governo Federal, têm sido muito mais fortes. Ninguém, jamais, poderá dizer o contrário! E sem ser co-partidária, porque estamos vendo pessoas de diversos partidos políticos serem atingidas, inclusive de partidos que fazem parte do Governo, da base de apoio do Governo, o que considero correto, porque, se alguém comete algum ato ilícito – não importa a filiação partidária – contra a população, com o mau uso do dinheiro público, deve ser combatido em todos os aspectos e em todos os sentidos!

Então, gostaria de agradecer e dar por encerrada esta audiência pública!

(Levanta-se a reunião às 12h54min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela polícia federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de dezembro de 2004, às 09:00 horas.

Às onze horas e onze minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada “Operação Pororoca”, com a presença dos Senadores **LUIZ OTÁVIO** e **MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião, a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião se destina à discussão e votação do roteiro de trabalho da Subcomissão. Após a leitura da proposta de roteiro de trabalho é acolhida a sugestão do Senador **LUIZ OTÁVIO** pela inclusão de audiência do Ministro da Controladoria Geral da União, Dr. **WALDIR PIRES**. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar as investigações realizadas pela Polícia Federal, no que diz respeito à denominada Operação Pororoca.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Srª Presidente, solicito à Secretaria que, posteriormente, nos encaminhe uma cópia da ata da reunião anterior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Consta na ata apenas a parte da reunião que foi pública.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Isso. Ainda não conseguimos uma cópia. Portanto, peço que a Secretaria distribua uma cópia da ata logo após a reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Está aprovada a ata.

Coloco em votação o seguinte: na última reunião, distribuímos aos Srs. Senadores um roteiro de trabalho desta Subcomissão, o que vai ocorrer apenas a partir de fevereiro, pois hoje é o último dia da Sessão Legislativa.

Então, coloco em votação esse ponto de pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Já ocorreram duas audiências: uma com o Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, para fazer a comunicação; e outra, em 8 de dezembro, com o Delegado da Polícia Federal, Dr. Tardelli, que presidiu o inquérito.

Os outros pontos são: ida à Macapá para uma audiência com os procuradores federais, Dr. Paulo Roberto Olegário de Souza e José Cardoso Lopes, que acompanham o caso; audiência com o Juiz Federal, Dr. Anselmo Gonçalves da Silva, que decretou as prisões, verificando se já foi apresentada a denúncia, se já foi distribuído o inquérito etc; solicitação das peças do processo; após análise do processo, convidar para comparecer a esta Comissão os indiciados, ou seja, aqueles que entendermos terem envolvimento etc; delimitados os ilícitos e o envolvimento dos indiciados e denunciados, verificar em quais órgãos da administração pública federal ocorreram os ilícitos, convidando, em seguida, os titulares destes órgãos para discutir, em audiência nesta Subcomissão, a implantação de um instrumento de controle que impeça a repetição dos ilícitos.

Esse é o nosso maior objetivo – a Polícia Federal e o Ministério Público já estão cumprindo com a sua parte –: queremos saber exatamente como funciona esse mecanismo para que possamos aperfeiçoá-lo para que isso não se repita.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Hoje mesmo, Srª Presidente, na imprensa nacional, há uma matéria bem clara com relação às novas atribuições do Ministro Valdir Pires, da Controladoria-Geral da União. Inclusive, a partir de agora, além das prefeituras, a Controladoria-Geral da União fará também auditorias, pesquisas e investigações com relação a verbas destinadas aos Estados.

Com certeza, essa nova atribuição do Ministro Valdir Pires dará mais celeridade ao trabalho e uma nova forma de acompanhamento da aplicação dos recursos. Não teremos apenas a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e esta Subcomissão, presidida por V. Ex^a, mas também agora teremos o Ministro Valdir Pires nos auxiliando nessa tarefa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – V. Ex^a propõe a visita desta Subcomissão à Controladoria-Geral da União?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente. Creio que isso é válido.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Está certo. Então, incluímos essa visita nesta proposta de roteiro de trabalho.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Será válida essa visita até mesmo porque os trabalhos desta Subcomissão já estão numa fase bastante adiantada e, principalmente, porque o Ministro Valdir Pires poderá nos auxiliar no acompanhamento do inquérito da Polícia Federal e, depois, no indiciamento das pessoas, como V. Ex^a disse há pouco, e ainda no acompanhamento da aplicação do restante desses recursos, com certeza.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Indago se aprovamos esse roteiro com o aditamento proposto pelo Senador Luiz Otávio, incluindo a Controladoria-Geral da União.

Em discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e aos funcionários e, já que estamos no último dia da Sessão Legislativa deste ano, desejo a todos um feliz natal e um 2005 melhor para todos nós.

Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 10h15min.*)

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 14 de abril de 2004, quarta – feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dez minutos do dia catorze de abril de dois mil e quatro, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **MAGNO MALTA** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO**, **AELTON FREITAS**, **EFRAIM MO-**

RAIS, **MARIA DO CARMO ALVES**, **RODOLPHO TOURINHO**, **MARCO GUERRA**, **REGINALDO DUARTE**, **JEFFERSON PÉRES** e **MOZARILDO CAVALCANTI**.

Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1**

– Sugestão nº **006/2003**: “*Dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis*”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI.

Relator: Senador Sérgio Cabral **Parecer**: pela aprovação da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Efraim Morais que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 2** – **Sugestão nº 018/2003**: “*Apresenta proposta de emenda aditiva ao art. 5º da Lei 9.612/98, de radiodifusão comunitária*”. **Autor**: Câmara Municipal de Tabira/PE..

Parecer: pela rejeição da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Rodolpho Tourinho que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 3** – **Redistribuído ao Senador Efraim Morais**. **Item nº 04** – **Sugestão nº 043/2003**: “*Dispõe sobre a profissão de motorista de transportes coletivos urbanos intermunicipais, interestaduais, internacionais e turismo, e dá outras providências*”. **Autor**: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. **Relator**: Senador Sibá Machado. **Parecer**: pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Reginaldo Duarte que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 5** – **Sugestão nº 044/2003**: “*Propõe emenda à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que modifica o art. 20, inciso II, alíneas a, b, c e d da Lei de Responsabilidade Fiscal*”. **Autor**: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. **Relator**: Senador Garibaldi Alves Filho. **Parecer**: pela rejeição da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Rodolpho Tourinho que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 6** – **Sugestão nº 047/2003**: “*Propõe a inclusão na legislação federal para que dê poderes à Ordem dos Músicos do Brasil*”.

Autor: Ordem dos Músicos do Brasil. **Relator:** Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Efraim Morais que procede a leitura do parecer. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por

unanimidade. **Item nº 7 – Sugestão nº 048/2003:** “propõe flexibilização no Código Florestal, Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, Lei Ambiental nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 3179, de 21 de setembro de 1999”. **Autor:** Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis – SC. **Relator:** Senador Efraim Morais que procede a leitura do seu parecer pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade.

Item nº 8 – Sugestão nº 049/2003: “propõe alterar o § 3º do art. 20 da Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993”. **Autor:** Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai. **Relator:** Senador Sérgio Cabral. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do parecer. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Cleudes Boaventura Farias Nery, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta**, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Comissão de Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontra-se sobre a bancada a ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta:

Item 1 – Sugestão nº 006, de 2003, dispõe sobre a vedação de cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviços de telefones fixos e pelos serviços móveis, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral. Não estando presente, indico como Relator **ah doc** o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, trata-se de sugestão do Projeto de Lei apre-

sentado pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), com sede no Município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, para que se insira regra na Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 1997, que proíba as prestadoras de serviço telefônico fixo comutado e de serviços móveis de cobrar qualquer valor referente à assinatura mensal ou semelhante, permitindo, em consequência, somente a cobrança dos usuários da tarifa correspondente ao efetivo consumo. A Associação Comunitária Acocci é parte legítima para apresentação da sugestão do Projeto de Lei, conforme o disposto no art. 102.

No mérito, a proposta é no sentido de impedir a cobrança de valor referente à assinatura mensal ou semelhante, para a prestação de serviço de telefonia fixa e móvel. Merece todos os aplausos, já que não se deve cobrar do consumidor mais do que seja devido pelo efetivo uso de serviço de telefonia.

A técnica legislativa, no entanto, exige que algumas alterações sejam feitas na proposta apresentada pela Associação, conforme poderá se verificar do voto abaixo apresentado.

O voto, Sr. Presidente, pelo exposto, é no sentido da aprovação da proposta, na forma do § 1º, do art. 102, “e”, do Regimento Interno, com apresentação de um Projeto de Lei que está transcrito abaixo, no Congresso Nacional, sugerido pelo nosso Relator Senador Sérgio Cabral.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – O parecer do Relator Sérgio Cabral é pela aprovação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero elogiar a Associação Acocci, que é distrito de um distrito de Governador Valadares, por uma proposta tão significativa para a população brasileira.

Essa Associação tomou conhecimento desta Comissão pela televisão, por meio da TV Senado, e encaminhou esta proposta, que tem extremo significado, o que não ocorre nem com conta de água nem com conta de luz. Se você desligar o relógio de luz, não pagará nada; se desligar o hidrômetro da água e for embora, você não paga nada. Mas com o telefone não é assim: mesmo se não usar, você paga.

O projeto é muito bem-vindo. Parabéns à Associação.

Item 2: Sugestão nº 018 – apresenta a Proposta de Emenda Aditiva, art. 5º da Lei nº 9.612, da Radiodi-

fusão Comunitária, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral. Indico o Senador Rodolpho Tourinho como Relator **ah doc**.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão para apreciação de admissibilidade sugestão que apresenta Proposta de Emenda Aditiva ao art. 5º da Lei nº 9.612, de 1998, de Radiodifusão Comunitária.

Por meio dessa sugestão, a Câmara Municipal de Itabira, Pernambuco, faz chegar a esta Comissão duas propostas de alteração da lei referida, que institui o serviço de radiodifusão: a primeira emenda sugere o acréscimo de parágrafo, com a proposta de estender a quatro outras interessadas em prestar serviço de radiodifusão comunitária, estando elas regularmente pré-habilitadas no Ministério da Educação, aproveitando os planos de arruamento do bairro, vila ou cidade. Para isso propõe reduzir o limite de alcance do sistema irradiante para 500 metros e, adicionalmente, que as emissoras em pauta possam funcionar a título precário por 120 dias.

A segunda emenda propõe nova redação ao art. 2º, que trataria da extensão da cobertura restrita. Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade, bairro ou vila, no raio de atendimento máximo de um quilômetro, podendo, a partir daí, usar canais alternativos de concorrência, desde que devidamente registrados e autorizados pelo setor competente.

Na análise, conforme determina o Regimento do Senado, cumpre à Comissão de Legislação Participativa opinar acerca das sugestões apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

A validade das propostas apresentadas pode ser considerada em pelo menos dois aspectos: o formal e o mérito.

Quanto à forma, é cabível a intenção da sugestão, uma vez que pretende com o projeto de lei modificar uma lei em vigor. Nesse sentido, não se vislumbra inconstitucionalidade ou injuridicidade. No entanto, ainda sob o aspecto formal, há que se lamentar a exigüidade de informações explicativas oferecidas pelo texto apresentado, que carece de clareza quanto ao que realmente pretende regular, tendo seu sentido exato provavelmente claro para a comunidade onde se originou, considerando-se a geografia local. Para outras comunidades de todo o País, a forma pela qual se exara a proposta da norma há de parecer enigmática e de difícil aplicação. Houvesse um texto adicional explicativo ou uma justificativa, talvez fosse possível

contornar o problema, oferecendo-se uma redação alternativa mais enxuta e genérica.

Quanto ao mérito, infere-se da leitura que se pretende uma redução da área de abrangência das emissoras comunitárias, de forma a acomodar mais interessados em uma mesma área. Tal proposta, ainda que legítima, há de encontrar óbice na realidade. Tais normas não se aplicarão em muitas conformações geográficas diferentes daquelas que o proponente tem em vista, encontrarão barreiras também nos órgãos que regularam a matéria e nas razões técnicas, porque decidiram estabelecer uma potência de radiação de 25 watts, tendo esse raio de abrangência máxima de um quilômetro, de forma a se evitarem interferências recíprocas.

A proposta apresentada acrescenta à restrição da norma a idéia de que, a partir de dois mil metros máximos de cobertura, poder-se-á usar canais alternativos de concorrência, desde que devidamente registrados e autorizados pelo setor competente.

Voto.

Tendo em vista o exame das emendas constituintes da sugestão, as quais, conquanto apresentem pretensões legítimas, exararam-se em termos de difícil interpretação, seja quanto a sua forma, seja quanto a seu mérito, prejudicando por essa deficiência o aproveitamento das idéias inovadoras que trazem, por meritórias que possam ser, opinamos, assim, em consonância com o que prescreve o art. 102, “e”, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Srs. Senadores, desejam discutir?

Então vamos votar.

Sr^{as} e Srs. Senadores favoráveis ao parecer permanecem sentados.

Aprovado.

Vou pular o Item 3, porque o Relator era o Senador Eurípedes Camargo, que já não está mais nesta Casa. O Item 3 é referente à Sugestão nº 19. Estou passando essa relatoria ao Senador Efraim Morais.

O Item nº 4, Sugestão nº 43, dispõe sobre a profissão de motorista de transporte coletivo urbano interestadual e internacional de turismo e dá outras providências, tendo como Relator o Senador Sibá Machado. Por não estar presente, nomeio Relator **a doc** o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 102, “e”, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetida ao exame da Comissão de Legislação Participativa a Sugestão nº 43/2003, de iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, com a finalidade

de dispor sobre a profissão de motorista de transportes coletivos, urbanos, intermunicipais, interestaduais, internacionais e de turismo.

A sugestão prevê que:

A duração normal da jornada de trabalho será de seis horas; a remuneração do trabalho em dias de feriados e dias santos de guarda terá um acréscimo de 100% sobre a hora normal;

A remuneração do serviço extraordinário terá também um acréscimo de no mínimo 50% sobre a hora normal;

Será compreendido como noturno o trabalho executado entre às 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte;

A hora desse trabalho será computada como de 52 minutos e 30 segundos e será remunerada com o acréscimo mínimo de 20%;

O exercício da profissão de motorista de transportes coletivos é considerado insalubre e o profissional fará jus a um adicional de 30%;

Esses casos farão jus a uma aposentadoria especial após 25 anos de serviço, sem exigência de idade;

Os motoristas e os cobradores farão jus a um seguro em caso de morte, invalidez permanente, furtos e roubos sofrido por eles, custeado pelos empregadores.

Análise:

A proposta sob exame encontra-se amparada pelo Regimento Interno do Senado Federal, que em seu art. 102, “e”, inciso I, prevê a apresentação de sugestões legislativas por parte das associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Quanto ao mérito da presente sugestão, não há reparos a fazer. Com efeito, não resta dúvida de que os motoristas e os colaboradores de transportes coletivos muitas vezes exercem suas atividades em condições quase adversas, pois quase sempre são obrigados a suportar calor, frio, chuva, trânsito caótico, barulho e fumaça durante todo o trabalho.

Voto

À vista do exposto, opinamos, nos termos do § 2º do art. 102, “e”, do Regimento do Senado Federal, pelo arquivamento da presente sugestão legislativa.

Esse é o voto do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a permissão para me retirar nesse momento, porque sou relator de dois projetos na Comissão de Assuntos Sociais e estou sendo chamado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Pois não, Senador. Obrigado por ter vindo nos ajudar a ter **quorum**.

Item nº 5: propõe Emenda de Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que modifica o art. 20 do inciso II, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho. Não estando presente o Relator, que se encontra na Comissão Mista de Orçamento, o Senador Rodolpho Tourinho vai relatar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Confederação dos Serviços Públicos do Brasil propôs a esta Comissão emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal fixa como limite máximo para despesas com pessoal da União 50% da receita corrente líquida dos Estados e Municípios, 60% da receita corrente líquida para ambos, e o art. 20 estabelece a repartição dos limites de despesas de pessoal entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O que se propõe na matéria em análise é alterar repartição dos limites entre os poderes dos governos estaduais. Então, ficaria da seguinte forma:

“Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: 3% para o Legislativo [incluindo o Tribunal de Contas do Estado]; 6% para o Judiciário; 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público”.

O que se propõe é tão-somente o aumento do limite de despesa de pessoal do Poder Judiciário de 6% para 8% da receita corrente líquida. Tal aumento se faria às custas da redução do limite para o Poder Legislativo e para o Ministério Público.

A justificativa da proposição é absolutamente vaga. Argumenta-se apenas que estudos realizados comprovam que o percentual para atender às necessidades desse importante Poder da República deve ser de 8%. Não são citados títulos ou autores dos estudos que comprovam tal tese.

Para se levar adiante a proposta em exame, seria fundamental que seus patrocinadores apresentassem os referidos estudos e que tais avaliações fossem convincentes em demonstrar a necessidade de ampliar o limite do Judiciário. Além disso, seria necessário demonstrar que os benefícios daí advindos seriam

superiores às perdas decorrentes no corte dos limites para o Ministério Público e o Poder Legislativo.

Voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Magno Malta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item 6: Sugestão nº 047, que propõe inclusão na legislação federal para que dê poderes à Ordem dos Músicos do Brasil, tendo como Relator o Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes para relatar o Item 6.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, é submetida ao exame da Comissão de Legislação Participativa a Sugestão nº 47, de 2003, de iniciativa da Ordem dos Músicos do Brasil, com a finalidade de criar mecanismos legais mais eficazes para a fiscalização das produções artísticas dos profissionais inscritos naquele Conselho.

A sugestão sobre o comando é meritória, pois representaria uma grande contribuição à classe artística que, ultimamente, vem sofrendo grandes prejuízos em razão das ações praticadas pelos fabricantes de discos piratas. No entanto, cumpre-nos salientar que a proposta sob análise não se encontra amparada pelo Regimento Interno do Senado Federal que, em seu art. 102, inciso I, prevê a apresentação de sugestão legislativa por parte de associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Com efeito, a Ordem dos Músicos do Brasil, criada pela Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, é uma autarquia, portanto, entidade de direito público. Conclui-se daí que as atividades desenvolvidas pelos conselhos são típicas do Estado, embora este os tenha transformado em autarquias. Por isso, os conselhos são órgãos integrantes da Administração Pública, já que, de outra maneira, não poderiam realizar serviços públicos típicos próprios do Estado.

Em consequência, ainda que a sugestão não sofresse qualquer óbice regimental, a iniciativa de lei caberia exclusivamente ao Presidente da República, tendo em vista o preceituado no art. 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Voto.

À vista do exposto, opinamos, nos termos do §2º do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento da presente sugestão legislativa.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Reconheço o trabalho que a Ordem dos Músicos tem feito, órgão ao qual sou filiado, pois sou músico, mas entendo que o parecer dado pelo Senador Sibá Machado e relatado pelo Senador Efraim Moraes tem todo o fundamento, uma vez que as exigências não são cumpridas. Vale a intenção.

Quero lembrar à Nação, uma vez que estamos sendo vistos, o trabalho que a Ordem dos Músicos vem desenvolvendo no País há muitos anos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para relatar o Item 7, que propõe a flexibilização no Código Florestal.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, sou o Relator do Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, a Sugestão nº 48, ora submetida ao exame da Comissão de Legislação Participativa, propõe flexibilização do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Lei Ambiental nº 9.605, de 12-2-98, e Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999. Foi baseado em Ofício do Vereador Celso Scolari, da Câmara Municipal de Brunópolis, Santa Catarina, e, depois de aprovado por unanimidade por aquela Casa Legislativa, em 19 de agosto do presente ano, foi encaminhado ao Senado Federal.

Argumenta-se no referido ofício que a sugestão busca preservar o pinheiro brasileiro, também denominado araucária, uma vez que a legislação vigente, ao impedir em qualquer circunstância o corte da espécie, estaria, na prática, gerando efeito contrário.

O autor do ofício justifica seu pedido com o argumento de que, impedidos de promover a exploração econômica da araucária, os proprietários de terras que ainda detêm remanescentes nativos ou nas quais foi realizado o plantio dessa espécie, seja para fins preservacionistas, seja para consumo próprio, construção de moradia e instalações agropecuárias...

Enfatiza as mudanças legais que permitiriam a exploração sustentável da araucária, bem como a sua

reposição e representariam efetivo estímulo à conservação da espécie.

A análise é de, segundo o Código Floresta, no seu art. 12, nas florestas plantadas não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão vegetal; nas demais florestas, dependerá de norma estabelecida em ato do poder federal ou estadual, em obediência às prescrições ditadas pela técnica e as peculiaridades locais.

Há uma análise sucinta sobre o Código Florestal em que fazemos uma avaliação e concluímos que, mesmo reconhecendo a intenção da Câmara de Vereadores do Município de Brunópolis, através do ofício do Vereador Celso Scolare, entendemos que, uma vez a questão da Mata Atlântica já vem sendo discutida na Câmara dos Deputados há mais de 10 anos, sob a forma de vários projetos de lei, e considerando que isso já se encontra em fase final de apreciação naquela Casa do Congresso Nacional, entendemos não ser justificável apresentar nova proposição sobre o assunto no Senado, dando início a um processo que dificilmente levaria a alguma inovação significativa.

Acreditamos, nesse aspecto, seja mais aconselhável aguardar que a matéria chegue ao Senado Federal, onde certamente poderá ser aperfeiçoada.

O voto, com base no exposto, é pelo arquivamento da Sugestão nº 48, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Sr. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado o parecer do Senador Efraim Moraes.

O Item 8, Sugestão nº 49, propõe alterar o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral.

S. Exª não está presente. O Senador Aelton Freitas vai relatar como relator **ad hoc**.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, Srs. Senadores, chega para exame nesta Comissão a Sugestão nº 49, de 2003, da Associação de Deficientes Físicos do Alto Uruguai, ADAU, sediada em Erechim, no Rio Grande do Sul, que propõe a alteração do § 3º do art. 20 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de assistência social.

A sugestão, Sr. Presidente, pretende fazer com que seja considerada incapaz de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda seja inferior a 10 salários mínimos.

Conforme análise do Senador Sérgio Cabral, é louvável, ainda que o mérito intrínseco ao objeto, mesmo à sugestão, procure estabelecer um quadro de verdadeira justiça social ao determinar que o Estado preste assistência aos idosos e portadores de deficiência necessitados. Trata-se, aliás, do espírito que animou a gênese da garantia assistencial de prestação continuada, consagrado no inciso V do art. 203 da Constituição, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência ou idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O Senador Sérgio Cabral considera urgente e necessária, portanto, a alteração desse diploma que torne inequívoco, e vale reiterar, o mérito da sugestão ora encaminhada para exame da CLP, bem como a justificativa da existência de um elevado número de proposições com idêntica finalidade.

Com efeito, esse é um dos assuntos que mais têm mobilizado a atenção individual dos Parlamentares nas duas Casas e tramitam atualmente mais de 80 propostas de lei que visam majorar o valor mínimo da renda **per capita** familiar, utilizando como base de cálculo para a concessão do BPC. Dessas, 26 tramitam em conjunto com o Projeto de Lei nº 3.967, de 1997, que aguarda parecer na Comissão de Seguridade Social e Família, CSSF, da Câmara dos Deputados; outras 47 estão apensadas ao Projeto de Lei nº 3.055, de 1997, originário do Senado Federal, de autoria do Senador Casildo Maldaner.

O então denominado Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996, foi encaminhado ao exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais, a CAS, que o aprovou ainda naquele ano, e remetido para revisão na Câmara dos Deputados.

Esse projeto, hoje, aguarda apreciação de parecer favorável do Sr. Relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, a última a se pronunciar sobre o assunto, visto que já recebeu aval da CSSF.

Diante de prejulgamento de matéria pelo Senado, fica prejudicada, portanto, a sugestão legislativa em exame. Essa conclusão, a propósito, coincide com a do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, a CAS, ao Projeto de Lei nº 175, de 2002, que dispõe sobre matéria semelhante.

Voto.

Em face do exposto, o voto do Senador Sérgio Cabral é pelo arquivamento da Sugestão nº 49, de 2003, nos termos do inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Não havendo mais matéria a ser tratada, declarou encerrada a reunião, agradecendo os Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 11h37min)

Ata da 2ª reunião (extraordinária) da comissão de legislação participativa da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, realizada no dia 10 de novembro de 2004, quarta – feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dez minutos do dia dez de novembro de dois mil e quatro, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **MAGNO MALTA** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, EFRAIM MORAIS, RODOLPHO TOURINHO, DEMOSTENES TORRES, ROSEANA SARNEY, E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1 – Sugestão nº 028/2003**: “Altera a relação descritiva das rodovias do plano nacional de viação, aprovado pela lei n. 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador José Maranhão. **Parecer**: pela aprovação da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 2 – Sugestão nº 001/2004**: “Dá nova redação a dispositivos da lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador Ney Suassuna. **Parecer**: pela aprovação da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 3 – Sugestão nº 007/2004**: “Propõe a apresentação do Projeto de Lei dispoendo sobre a criação de uma universidade federal em Governador Valadares, estado de Minas Gerais”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator** Senador Ney

Suassuna que apresenta parecer pela aprovação da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 04 – Sugestão nº 014/2004**: “Solicita informações ao Sr. Presidente da Agência de Telecomunicações – ANATEL – sobre a proposta de regulamento sobre áreas locais para o STFC”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador Ney Suassuna. **Parecer**: pela aprovação da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator “Ad Hoc”** o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do parecer. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 5 – Sugestão nº 0006/2003**: “Proposta de emenda constitucional que dá nova redação aos incisos VIII e IX do art. 103 da Constituição Federal”. **Autor**: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador Aelton Freitas. **Parecer**: pela aprovação da matéria. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta**, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão de Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontra-se sobre a bancada Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta.

Item 1:

Sugestão nº 028 de 2004, altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10-9-73, para a inclusão do novo texto, tendo como Relator o Senador José Maranhão, que apresenta parecer pela aprovação da matéria. Não estando o Senador Maranhão, designo, como Relator **ad hoc** o Senador Aelton de Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, o entrocamento da BR-381, que inclui no Item 222 de relação descritiva das rodovias que têm sutrechos e ligações integrantes do anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei 5.917, de 10-9-73 o seguinte trecho: entrocamento com a BR-381 Mantena-Mantenópolis, Cuparaqui-Goiabeira; entrocamento da BR-259 Conselheiro Pena – Alvarenga-Imbé de Minas; entrocamento com a BR-116 Ubaporanga. Essa unidade faz parte da Federação nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com uma extensão de 268 quilômetros e uma superposição no quilômetro 18 da BR-259.

Segundo a justificação, a ligação rodoviária entre os Municípios de Mantena e de Ubaporanga, Minas Gerais, passando por Mantenópolis no Espírito Santo, é um elemento de grande importância para o desenvolvimento da região que envolvem os dois Estados aqui citados. O meu Estado e o Estado de V. Ex^a, Espírito Santo.

Afinal representa um dos principais meios de acesso dos habitantes aos serviços sociais e econômicos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e a viabilização de suas atividades produtivas. O trecho em questão que promove a ligação entre as rodovias federais, a BR-381, tão conhecida como Fernão Dias, e a BR-116, a Rio-Bahia, é atualmente constituído por subtrechos pertencentes às malhas rodoviárias federal, estadual e municipal, e encontra-se apenas parcialmente asfaltada. Sua classificação formal como rodovia principal de ligação deverá possibilitar a melhoria do seu padrão construtivo, o que certamente trará reflexos positivos para o desenvolvimento local e contribuirá para a maior integração dos Municípios envolvidos com as demais regiões do País. Certo de que a nova rodovia irá favorecer o desenvolvimento daquela área empobrecida que abrange os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresentamos pelo projeto de lei e contamos com a colaboração dos ilustres Parlamentares. É o parecer do nobre Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – O Relator apresenta relatório favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado Item 1.

Item 2:

Sugestão nº 1, de 2003, dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as organizações de assistência social e

dá outras providências, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que apresenta parecer favorável à matéria. Não estando presente o Relator, designo como Relator **ad hoc** o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, nobre Senador Magno Malta, meu querido e ilustre Líder do nosso Partido, do PL, aqui no Senado, quero aqui em público agradecer em meu nome e do povo mineiro a certeza de que também é satisfação de V. Ex^a o voto do Relator do projeto anterior, Senador José Maranhão. Como mineiro, e em nome dos mineiros, agradecemos muito. Eu tive a oportunidade de relatar **ad hoc** que é um avanço muito grande para a minha região e naturalmente para o seu Estado.

E quanto ao Relatório do Senador Ney Suassuna, vou procurar ser o mais sucinto possível, pois ele também ficou muito bem fundamentado, mas, segundo S. Ex^a, a minuta do projeto de lei elaborada limita-se ao primeiro pleito cuidando de reduzir a idade para concessão do benefício da prestação continuada à mulher, também desconsiderada a cláusula de revogação genérica vedada pelo art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26-2-1998. A minuta ainda se preocupa em atender ao disposto da Lei de Responsabilidade Fiscal dos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000 e na Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2004, no parágrafo único do art. 90, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003. De acordo com esses diplomas, a lei que institui despesas de caráter obrigatório continuado ou amplia benefício financeiro, objetivo da sugestão em tela, deve demonstrar origem de recurso para o seu custeio.

Por fim, segundo o Senador Ney Suassuna, a minuta estabelece o prazo de 180 dias para vigência da lei, de forma a permitir que a Administração Pública possa se preparar para o pagamento do benefício sob novas condições.

O voto, Sr. Presidente:

Em face do exposto, o voto do Senador Ney Suassuna, que tenho o prazer de relatar aqui, **ad hoc**, é pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2004, nos termos do seguinte projeto de lei.

É o voto favorável do Senador Ney Suassuna, que tenho a oportunidade de relatar aqui, **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Voto favorável do Senador Ney Suassuna e agora relatado pelo Senador Aelton Freitas, que dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 8.742, de 7 de setembro, que dispõe sobre as organizações de assistência social e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Item 2 da pauta, Sugestão nº 1.

Lembrando, ainda, Senador Aelton, e fazendo coro com as suas palavras, do Item nº 1, que altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, que beneficia os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, e são dois Estados irmãos, o complexo portuário do Estado do Espírito Santo, por causa da nossa proximidade, na verdade é como se fosse complexo portuário de Minas Gerais, e as nossas estradas, em função das riquezas que compartilhamos cada dia mais, essa visão tem que ser mais aguçada e mais aberta, no sentido de que se não tivermos estradas significativas, com um bom projeto de engenharia, visando beneficiar esses dois Estados que fazem intermediação entre os grandes centros deste país para os outros grandes complexos portuários para escoação da produção, certamente vamos viver aí cem anos de atraso. Acho que essa visão, passando por esta Comissão, que é uma iniciativa do cidadão, e é esta a importância desta Comissão, porque o cidadão fora tem mais visibilidade do que nós aqui dentro. Porque lá, na comunidade dele, na cidade dele, é ele que sabe dos problemas, ele é que sabe por que não consegue escoar a sua produção, quais as suas dificuldades. Por exemplo, a questão do mármore e do granito hoje. No caso do granito, principalmente no norte do Estado do Espírito Santo, se não buscarmos essas saídas com essas mudanças e criando anéis rodoviários, vamos deixar de produzir riqueza. Com aquilo que vamos tirar, vamos destruir as estradas e os centros das cidades, porque as cidades são pequenas e os caminhões que carregam o mármore, o granito, aliás, no norte do Estado, eles têm que passar dentro das cidades. Quer dizer, não tem calçamento que agüente, não tem estrada vicinal que agüente isso. Se realmente não acontecer essa visão da federação com relação a essas estradas. Por isso fico feliz. E até porque é uma visão do cidadão. Ela veio pela nossa Comissão de Participação Legislativa, e certamente deve ser um cidadão mineiro ou de alguma organização mineira, ou de alguma organização no Espírito Santo, com essa visão, que causa inveja a todos nós que estamos no Parlamento, tentando o melhor para os Estados, mas sem enxergar com a visão de quem realmente está dentro do problema.

Então, está de parabéns Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo, o Senador José Maranhão, que fez esse relatório, e a organização. Depois quero até que a assessoria levante para mim de onde foi que veio

essa sugestão. De Chonim de Cima? Ele é um distrito de Governador Valadares, é uma associação de moradores deste Distrito. Quer dizer, aquele projeto que aprovamos aqui, livrando a sociedade brasileira da taxa fixa de trinta reais no telefone, é também de Chonim de Cima. Então, vejam só, como eles estão atentos, observações tão importantes de um Distrito de Governador Valadares. Por isso, que tenho dito que esta Comissão, na hora que descoberta pela sociedade, ela se tornará a mais mais importante desta Casa. Olha, está de parabéns aí a Associação de Choninho de Cima pelo cuidado, pela atenção e pela vontade de colaborar com o País.

Item nº 3. Também é de Chonim de Cima?

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – É.

Todos são.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Todos são deles. (Riso) Coisa boa, não é? Não veio de um grande centro. Veio de um Distrito.

Item nº 3, Sugestão nº 7, propõe a apresentação de um Projeto de Lei dispondo sobre a criação de uma universidade federal em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna.

Acho muito interessante agora esse nº 3 que o Senador Aelton Freitas também vai relatar aí como **ad hoc** porque é mineiro, está relatando Chonim. Daí vai virar Relator oficial de Chonim de Cima, não é? É muito interessante isso porque nós – a Bancada do Estado do Espírito Santo –, estamos lutando para poder levar mais duas universidades federais para o Espírito Santo. Uma para o norte e outra para sul, visto que nós só temos uma, e as dificuldades para quem vive no norte e vive no sul são muito grandes e outros Estados têm três, quatro, cinco. Minas Gerais mesmo tem, acho que quatro, oito ou nove. Agora mais uma sugestão para mais uma e com relatório favorável do Senador Ney Suassuna. Agora percebo que nós, da Bancada Federal, que estamos fazendo esse movimento, buscando, discutindo, quando na verdade a coisa é muito mais simples do que as dificuldades que a gente mesmo cria. Porque vem uma proposta dessa lá de um Distrito e o Relator aprova. Quer dizer, é meio caminho andado, tem o ganho na proposta de quem tem visão.

Esse é o próximo item a ser discutido e V. Ex^a tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente e Líder do meu Partido, Senador Magno Malta, quero aqui, como mineiro, parabenizar juntamente com V. Ex^a a comunidade de Chonim de Cima, Associação Comunitária, e dizer que Minas Gerais quando une as coisas acontecem e para aproximar ainda mais a nossa distância.

Só complementando a inter-relação entre Minas e Espírito Santo, ontem a Bancada Mineira, por unanimidade, teve a oportunidade de reunir com o Ministro Alfredo Nascimento, um Ministro do nosso Partido, e termos dele a resposta positiva de que o Ministério, o Governo Federal fechou um convênio com a Vale do Rio Doce e dentro do ano de 2005 concluirá o anel ferroviário de Belo Horizonte, diminuindo muito aquela complicação que tem de mais de quatro horas para que os trens atravessem a capital mineira, facilitando ainda mais o intercâmbio, a inter-relação e o mercado comercial de Minas com Espírito Santo, usando o grande porto de Vitória.

Mas eu faço questão de ler aqui, na íntegra, o Relatório também apresentado pela Associação Comunitária de Chonim de Cima e relatado Senador Ney Suassuna, que tenho a oportunidade de ser o Relator ad hoc.

RELATÓRIO:

Vem a esta Comissão a Sugestão nº 7, de 2004, de autoria da Associação de Chonim de Cima, como bem frisou o nosso Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Senador Magno Malta, um Distrito de Governador Valadares, que propõe a apresentação do Projeto de Lei dispondo sobre a criação de uma universidade federal em Governador Valadares, no norte de Minas Gerais. No sentido encaminha a minuta de Projeto de Lei que especifica que o Poder Executivo, através do Ministério da Educação, fica autorizado a criar a universidade federal em qualquer dos Distrito de Governador Valadares, inclusive com a possibilidade de ser em Chonim de Cima, que a universidade poderá ser criada em parceria com o Governo Estadual de Minas Gerais e Municipal de Governador Valadares, que o Ministério da Educação baixará, através das Portarias, instruções para viabilizar a execução de lei, incluindo as parcerias.

Na justificação o Presidente da Associação Comunitária de Chonim de Cima mostra a necessidade da educação superior para o desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce a qual, ao contrário de outras partes do Estado de Minas, não conta com uma instituição federal de ensino superior.

Análise – do Senador Ney Suassuna:

Quanto à admissibilidade a sugestão se enquadra como matéria da Comissão Participativa, como previsto no Inciso I, do art. 102, “e”, do Regimento Interno do Senado.

Quanto à forma do Projeto de Lei, ele se enquadra como matéria autorizativa do âmbito do Senado Federal para o Poder Executivo. Entretanto, os artigos que mencionam parceria, como Governo Estadual e o Município, devem ser reformulados no sentido de

que uma vez instalada a futura universidade poderá estabelecer convênio com outras esferas da Administração Pública.

Quanto ao mérito, a Associação Comunitária de Chonim de Cima avoca não somente a utilidade da educação superior para o desenvolvimento da região e qualificação profissional para os seus habitantes. Como usam o argumento de justificativa distributiva ao argumentar ser o Vale do Rio Doce, atualmente, discriminado pelas autoridades não contar com universidade federal. Embora esse fato possa ser aduzido por centenas de regiões brasileiras, ela é real. A educação superior é direito de todos os cidadãos, independentemente do local de sua residência. Se impostos são pagos para sustentá-las, as universidades devem se multiplicar para atender aos que delas precisam. Além disso, se persistir a prática de concentrar as universidades nas Capitais dos Estados, aumentarão as desigualdades regionais, ao contrário do expresso no Inciso III do art. 3º da Constituição Federal.

O voto, Sr. Presidente: em vista do exposto, o voto do Senador Ney Suassuna é pela aprovação da Sugestão nº 7, de 2004, na seguinte forma, como o Relatório que tenho a oportunidade de fazer, aqui, **ad hoc**, também.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Item nº 3.

Passamos ao Item nº 4 – Sugestão 14, de 2004. Solicita informações do Sr. Presidente da Agência de Telecomunicações, a Anatel, sobre a Proposta de Regulamento sobre áreas locais para o STFC, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que apresenta Relatório favorável.

Indico o Senador Aelton Freitas para relatar, **ad hoc**, a matéria – mais uma proposição de Chonim de Cima.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão, Parecer da Sugestão nº 14, de 2004, que solicita informações do Sr. Presidente da Agência de Telecomunicações, a Anatel, sobre a Proposta de Regulamentação sobre áreas locais para o STFC.

A presente sugestão tem origem, também, da Associação Comunitária de Chonim de Cima e expressa-se, em expediente, subscrito pelo Sr. Fábio Pereira da

Silva, o qual, aqui, nós parabenizamos pela iniciativa e pelo grande trabalho que tem desenvolvido não só em prol da região de Governador Valadares, mas a todo o Brasil, através desta Comissão.

Ao justificar a Proposição, a entidade esclarece que o seu objetivo é obter da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, informações sobre o prazo da aplicação de novas normas para chamada de longa distância, prevista em novo regulamento sobre áreas locais de serviços e telefonia fixa.

Conforme expõe a mencionada Associação, o novo Regulamento, editado pela Anatel, determina que chamadas realizadas dentro de um mesmo Município ou em áreas conurbadas, atualmente tarifadas como chamadas de longa distância, passarão a ser cobradas como comunicações locais, do que resultarão significativos ganhos aos consumidores.

ANÁLISE:

De acordo com o art. 102, “e”, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Legislação Participativa opinar sobre sugestões legislativas apresentadas, entre outros, por entidades organizadas da sociedade civil, categoria em que se pode incluir a Associação Comunitária de Chonim de Cima – o que está acontecendo aqui nesta Comissão.

No que tange ao mérito da Proposição, observa-se que o tema apresenta grande relevância. De fato, muitos usuários de telefonia fixa são prejudicados pelas regras que impõem à realização de chamadas de longa distância, em áreas conurbadas e mesmo dentro de um mesmo Município.

Editado, recentemente, pela Anatel, o Regulamento sobre as áreas locais para o serviço de telefone fixo, como está destinado ao uso do público em geral, aprovado pela Resolução nº 373, de 2004, daquela autarquia, introduz alteração significativa de tal quadro, com benefício aos consumidores. Faz-se necessário, contudo, verificar se a norma já é plenamente eficaz e se é aplicada a contento.

Por este motivo, entendemos que deve prosperar o intento expresso na presente sugestão. Não obstante, ajustes de forma fazem-se necessários, dos quais se destaca a alteração do destinatário do Requerimento que, por força do art. 50, §2º, da Constituição Federal, há de ser o Ministro de Estado das Comunicações e não o Presidente da Anatel, originariamente proposto.

VOTO:

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 14, de 2005, na forma do seguinte Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Relatório do Senador Ney Suassuna.

Ainda temos um item extrapauta, que é uma sugestão de 6/04 sobre Proposta de Emenda à Constituição, que dá nova redação ao art. 103 da Constituição Federal.

Passo a palavra ao Senador Aelton Freitas, mas gostaria de lembrar que essa mudança é proposta que partidos políticos sem representação no Congresso Nacional, a exemplo daqueles que têm representatividade, possam entrar com Adin e ação direta de inconstitucionalidade, porque, hoje, não lhe é dado esse direito.

É algo novo, porque é uma PEC que, pela primeira vez, é aprovada aqui, na Comissão de Legislação Participativa, sendo uma coisa de iniciativa de populares. Segundo informação, é de Chonim de Cima também. Esse pessoal é muito melhor do que nós. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a propôs a criação desta Comissão, não imaginava que seria tão útil e de tamanha importância para os brasileiros como está sendo. Agradeço aos mineiros, mais uma vez, de Chonim de Cima, pois V. Ex^a me deu, de fato, a oportunidade de ser Relator desta sugestão e deste projeto de lei.

O nosso relatório:

Apresento sugestão encaminhada a esta Casa pela Associação Comunitária de Chonim de Cima – como V. Ex^a bem esclareceu, é um Distrito do Município de Governador Valadares, no norte de Minas –, tendo em vista alterar o art. 103 da Constituição Federal nos seus Incisos VIII e IX.

O referido dispositivo relaciona, em seus incisos, aqueles que são partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade e, entre os quais, partido político com representação no Congresso Nacional, no Inciso VIII, e na confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, no Inciso IX, a sugestão sob análise apresenta alterações para permitir que os partidos políticos possam propor a ação, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional. Intenta incluir ainda, como parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade, entidade representativa que esteja em pleno e regular funcionamento e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, mediante comprovação.

Da nossa justificação, destacamos o argumento de que o Brasil avançou muito com a liberdade democrática, permitindo maior participação popular no processo como um todo.

Por essa razão, a proposta visa contemplar outras entidades representativas para propor ação direta de inconstitucionalidade.

A nossa análise, Sr. Presidente:

A Constituição de 1988 ampliou o rol daqueles que possuem legitimidade **ad causam** para figurar entre os que possam propor ação direta de inconstitucionalidade.

No direito anterior, essa faculdade era conferida somente ao Procurador-Geral da República, diferentemente da Constituição atual, que, ao ampliar o direito da propositura, produziu mudança radical e assim conferiu um novo perfil ao sistema de controle da constitucionalidade.

O que o legislador e nós aqui, como legisladores, visamos na feitura da nova Carta, foi a garantia de que a democratização da sociedade ficasse firmemente assegurada. Assim, não mais constitui monopólio do Procurador-Geral da República o direito à ação direta.

Aos partidos políticos, por exemplo, é facultado tal direito desde que tenha representação no Congresso. Também as confederações sindicais e as organizações de classe no âmbito nacional possuem direito à propositura, consagrando-se assim uma bem mais ampla participação da cidadania na busca de se ver respeitada a ordem constitucional vigente, alicerces do estado de direito.

Por outro lado, quis também – e procuramos acompanhar da mesma forma como Constituinte – revestir o direito à ação de cautelas para que a interpretação dos princípios magnos seguissem certo critério para que não seja banalizada tão importante instituição adotada pelo estado democrático.

Por essa razão, exige a lei maior que somente os Partidos com representação no Congresso possam impetrar a referida ação.

Cremos, Sr. Presidente, que o dispositivo pode ser abrandado para permitir a propositura de ação direta a Partidos sem representação no Congresso, porém desde que estejam definitivamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Assim, garante-se maior amplitude de ação sem dilatar demais o direito da ação e sem retirar desse permissivo constitucional a seriedade de seu caráter.

A sugestão da alteração do Inciso IX intenta permitir também às entidades representativas, como registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, impetrar ação direta de inconstitucionalidade. Pela redação vigente, a faculdade só é conferida às con-

federações sindicais ou organizações de classe de âmbito nacional.

Há juristas, no entanto, que já vislumbram, nesse permissivo, diversas dificuldades, sobretudo quanto a se conceituar entidade de classe no âmbito nacional.

Gilmar Ferreira Mendes, por exemplo, ressalta que a existência de diferentes organizações destinadas à representação de determinados profissionais ou atividades e à não existência da disciplina legal sobre o assunto tornam indispensável que se examine, em cada caso, a legitimação dessas diferentes organizações.

Causa dificuldade, sobretudo, a definição e identificação das chamadas entidades de classe. Por isso, o Tribunal está obrigado a verificar especificamente a qualificação dessa confederação sindical ou organização de classe organizada nacionalmente.

O direito de propositura das confederações sindicais e das entidades de classe no âmbito nacional, na **Revista dos Tribunais**, Ano II, nº 6, de janeiro de 1994, na página 71: devido à existência de inúmeras entidades de classe de âmbito nacional, o Supremo Tribunal Federal vem buscando, desde 1988, conceituá-las. Em Decisão nº 5.489, o Tribunal tentou definir a entidade como associação de pessoas que representam o interesse comum de uma determinada categoria. Em outras decisões, o Tribunal já buscou igualmente delimitar esse conceito. Citamos aqui a Adin nº 61, de 1992, que exclui como entidade de classe, para legitimar a ação direta de inconstitucionalidade, a associação civil voltada à finalidade altruísta de promoção em defesa às aspirações civis de toda cidadania.

Menciona-se ainda jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal que exige o objetivo da ação de inconstitucionalidade guarde a relação de pertinência como atividade de representação da confederação e de outra entidade de classe do âmbito nacional.

Parece-nos, portanto, Sr. Presidente, inconveniente ampliar ainda mais o rol das entidades legitimadas para impetrar ação como o que quer a presente sugestão, lembrando que a imensa quantidade de ações já propostas pelas instituições, nos últimos anos, são rejeitadas após intensa discussão sob a legitimidade dessas entidades para tal mister.

Dado esse fato e ante o exposto, julgamos possível acatar a alteração proposta ao Inciso VIII do art. 103, com a devida adaptação acima mencionada, e rejeitar a alteração da proposta do Inciso IX.

VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação parcial da Sugestão nº 6, de 2004, nos termos da seguinte Proposta de Emenda à Constituição:

Dando continuidade, vamos ler a Proposta de Emenda à Constituição nº 2.004, que altera o Inciso VIII, do art. 103, da Constituição Federal:

A Mesa da Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. nº 1 – O Inciso VIII, do art. 103, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 103 – § 8º – Partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2.º – Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, em tempo, eu queria pedir desculpas porque falei que Chonim de Cima era Distrito de Montes Claros, e na verdade é de Governador Valadares.

Senador, o art. 103 da Constituição Federal diz o seguinte:

“Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

- I – o Presidente da República;
- II – a Mesa do Senado Federal;
- III – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV – a Mesa da Assembléia Legislativa;
- V – a Governo de Estado;
- VI – o Procurador-Geral da República;
- VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII – Partido político com representação no Congresso Nacional; (...)*

Então, a proposta é mudar o art. 103 da Constituição Federal, para que partidos políticos organizados, mas que não tenham tido o privilégio de colocar nesta Casa um Parlamentar eleito com sua sigla possam também ter o mesmo privilégio e oportunidade de entrar com Ação de Inconstitucionalidade (Adin).

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada a reunião, para podermos ir para outra Comissão, depois para outra Comissão, depois para outra Comissão, porque tudo aqui acontece às dez horas da manhã.

(Levanta-se a reunião às 12 horas.)

Ata da 3ª reunião (extraordinária) da comissão de legislação participativa da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, realizada no dia 30 de novembro de 2004, quarta – feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dez minutos do dia trinta novembro de dois mil e quatro, na sala 25, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **EFRAIM MORAIS** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, NEY SUASSUNA, GARIBALDI ALVES FILHO, SERGIO CABRAL, MOZARILDO CAVALCANTI, LEOMAR QUINTANILHA E SERYS SLHESSARENKO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A seguir o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é discutir e aprovar (05) cinco emendas da Comissão de Legislação Participativa ao Orçamento 2005. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Aelton Freitas, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. **Emenda nº 1 – Apoio Financeiro ao Projeto Portinari** apresentada pela Associação Cultural Candido Portinari no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). **Emenda nº 2 – Contribuição ao Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo – Nacional – Exterior – UO** – Senado Federal apresentada pelo Senador Efraim Morais no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). **Emenda nº 3 – Projeto de Modernização do Infra-estrutura e tecnologia dos arquivos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – Nacional** apresentada pelo Senador Magno Malta no valor de R\$34.750.000,00 (trinta e quatro milhões e setecentos e cinquenta mil reais). **Item nº 4** – Construção de pontes gêmeas sobre a Lagoa Imarui, Município de Laguna, Santa Catarina. Extensão: 3.360, valor 240 milhões de reais. **Item nº 5** – Duplicação da BR 101 no Espírito Santo. Trecho da divisa Bahia/Espírito Santo e Espírito Santo/Rio de Janeiro. Valor: 1 bilhão e trezentos e setenta e cinco milhões de reais. O Relator apresentou parecer em plenário pela aprovação das cinco emendas, em face dos argumentos apresentados nas justificativas e diante da relevância das matérias para a sociedade. Salientou, ainda, que a natureza institucional desta Comissão abrange amplo espectro de atuação pelo que nada obsta a aprovação das emendas. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2005, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Maria

Dulce Vieira de Queiros Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Efraim Morais**, Presidente em Exercício da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão de Participação Legislativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Encontra-se sobre a bancada a ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta, que foi distribuída: discussão e votação das emendas para o Orçamento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. (Pausa.)

Há um parecer do relator. Solicito ao Senador Aelton Freitas que dê parecer em relação às cinco emendas em discussão.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer, de 2004, da Comissão de Legislação Participativa – CLP, sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, projeto de lei orçamentária anual para 2005, nos termos da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Relatório.

Em apreciação neste colegiado sugestões de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, do Congresso Nacional, relativo ao orçamento para o exercício de 2005.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, cada comissão permanente da Câmara e do Senado podem apresentar até cinco emendas ao projeto de lei orçamentária relativas às matérias que lhes sejam afetadas regimentalmente e que têm caráter institucional ou nacional.

Apresento parecer de plenário pela aprovação de cinco emendas em face dos argumentos apresentados nas justificativas e diante da relevância das matérias para a sociedade. Saliento ainda que a natureza institucional desta Comissão abrange amplo espectro de atuação, pelo qual nada obsta a aprovação das emendas.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (Pausa.)

Estão aprovadas as cinco emendas da Comissão de Participação Legislativa para o Orçamento.

Não havendo nada a se discutir, estando encerrada a pauta, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h38min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REPUBLICAÇÃO

Ata da décima terceira reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia doze de agosto do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO MATARAZZO SUPPLY** e **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, MÁRIO CALIXO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TIÃO VIANA, CRISTOVAM BUARQUE, ARTHUR VIRGÍLIO, MOZARILDO CAVALCANTI, RODOLPHO TOURINHO, HÉLIO COSTA, JOÃO RIBEIRO, MARCO MACIEL, FLÁVIO ARNS e PEDRO SIMON**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item um:** Apreciação em Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado Nº 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, “que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais”. O Senhor Presidente esclarece que, na reunião do dia seis de julho do corrente, foi aprovado o projeto nos termos da emenda nº 01 – CCJ, parcialmente, e da emenda nº 02 – CRE (substitutivo). É aberta a discussão em turno suplementar do substitutivo. Não havendo quem queira discutir, encerra-se a discussão, e não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo foi definitivamente adotado. Passa-se ao **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 96, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor

EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador”. O Senador **EDUARDO SUPPLY**, Relator da mensagem, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS** que faz sua exposição de motivos. Em seguida, passa-se ao **Item três**: Mensagem (SF) Nº 97, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia”. O Senador **JOÃO CAPIBERIBE**, Relator da mensagem, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **CESÁRIO MELANTONIO NETO** que faz sua exposição de motivos. O Senhor Presidente informa a presença da Cantora Argentina CECÍLIA SOTTO acompanhada da delegação Argentina. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à arguição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade de treze votos. Passa-se ao Item de **Extra-Pauta – Item um**: Requerimento Nº 24 (*onde lê-se 24, leia-se 25*), de 2004/CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão e conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, com a finalidade de ouvir a exposição do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, sobre os resultados da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – OMC, o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul e a União Européia e entre o Brasil e as demais áreas econômicas e países”. O Senhor Presidente faz a leitura do Requerimento. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Bem-vindo, Senador Arthur Virgílio! Com a sua presença, há quórum regimental.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Está dispensada.

Passamos agora à apreciação das matérias de pauta.

Item nº 1:

Apreciação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003, que define os objetivos, métodos e modalidades de participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer: na reunião do dia de 6 de julho de 2004, foi aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, CCJ, parcialmente; da Emenda nº 2, da Comissão de Relações Exteriores, Substitutivo.

Portanto, passo à discussão, em turno suplementar, do Substitutivo, conforme o art. 282, do Regimento Interno.

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido oferecidas emendas, encerro a discussão.

O Substitutivo foi definitivamente adotado, conforme o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item nº 2:

Mensagem do Senado Federal nº 96, de 2004.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Em razão de eu ter sido designado pela Presidência da República para representá-lo na posse do Presidente, em 3 de junho último, avaliei que poderia eu mesmo ser o Relator deste parecer.

Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães a gentileza de presidir a reunião, porque, como Relator, preciso ler o meu parecer.

Peço a V. Exª que me substitua, por favor, porque até V. Exª já foi Presidente desta Comissão e muito a dignificou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República

faz do Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

De acordo com o art. 52, Inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado examinar previamente, por voto secreto, a escolha do Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo o preceito, elaborou o currículo, indicando-o com as seguintes informações:

Nascido no Rio de Janeiro, em 1951. Filho de Celso Ferreira Ramos e de Maria Helena Prisco Paraíso Ramos, o Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos graduou-se em Administração Financeira pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 1969, e em Comunicação Social pela PUC do Rio de Janeiro, em 1974, ano em que concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco.

Diplomou-se no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1993; ingressou na Chancelaria, no posto de 3º Secretário, em novembro de 1974; ascendeu a Conselheiro, em junho de 1988; Ministro de Segunda Classe, em junho de 1995. Sempre por merecimento.

Desempenhou numerosas funções na Chancelaria, dentre as quais destacam-se a de Assistente de Divisão Cooperação Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, 74/75; Assessor da Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, de 1978 a 1979; Chefe substituto da Divisão de Formação e Treinamento do Ministério das Relações Exteriores, de 1985 a 1987; Coordenador Executivo da Secretaria-Geral de Administração de Comunicação, de 1987 a 1988; Secretário de Modernização em Informática do Ministério das Relações Exteriores, entre 1993 e 1998; e Diretor-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações, de 1998 até a presente data.

No exterior, ocupou, entre outros, o cargo de 2º Secretário, em Paris, de 1979 a 1981, e de Conselheiro, em Londres, de 1990 a 1993.

Com sede do Governo em El Salvador, com uma população de 6,4 milhões de habitantes, numa área de aproximadamente 20.500 km², El Salvador tem um Produto Interno Bruto de US\$29,4 bilhões, que representa uma renda **per capita** de US\$4,6 mil dólares. O Brasil mantém antigos laços de amizade com El Salvador, que, normalmente, acompanha a posição brasileira nas votações na ONU.

O comércio bilateral apresenta um desequilíbrio em favor do Brasil. Nossas exportações para El Salvador compõem-se de: ligas de alumínio, café solúvel,

máquinas, papel, veículos, álcool etílico, atingindo um montante de 41,7 milhões. Importamos condensadores fixos elétricos de tântalo no valor de US\$285 mil dólares.

Em julho último, tive a oportunidade de representar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na posse do novo Presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca González. Na ocasião, também visitei a direção da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que hoje se constitui na principal força de oposição ao novo governo. Em diálogo com o Embaixador Eduardo Prisco Paraíso Ramos, impressionou-me seu conhecimento da história de El Salvador. Tenho certeza de que irá desempenhar um notável trabalho de aproximação do Brasil com aquele país e os povos da América Central.

Por essas razões, considero que o Embaixador Eduardo Prisco Paraíso Ramos plenamente preenche os requisitos para a indicação presidencial que esta Comissão passa a examinar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos para fazer sua exposição, pelo tempo que julgar necessário, certo de que será sintética.

O SR. EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS

– A República de El Salvador, que é o menor país da América Central, é o de maior densidade populacional. Além dos 6,5 milhões de habitantes que tem no seu território, existem cerca de dois milhões de salvadoreños vivendo nos Estados Unidos, responsáveis pelo envio, para El Salvador, de US\$2 bilhões anuais, que são, hoje, fundamentais para a manutenção da economia de El Salvador.

Tentando ser o mais sintético possível, vou me concentrar em dois pontos: o lado político e o econômico.

O lado político é o de um país com história de violência política muito grande, decorrente, em boa medida, do fato de que há uma disparidade de renda enorme, com uma pequena oligarquia que comanda todas as riquezas nacionais e um campesinato historicamente desprovido de terra, numa situação de pobreza muito extrema. Desde 1932, para ser preciso, até 1979, o país foi dirigido por sucessivos Presidentes militares, houve um número imenso de golpes de Estado, vários assassinatos políticos, violência, repressão, o que terminou degenerando num processo que alguns chamam de guerra civil, outros acham que guerra civil é um termo impróprio e de insurgência armada. Mas, enfim, houve o enfrentamento militar entre duas facções, uma comandada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e outra, pelo regime de governo constituído, ajudado por milícias paramilitares, os famosos “esquadrões da morte”. Isso durou

de 1981 a 1992, quando, por razões como mudança no quadro internacional, cansaço da própria guerra, situação de virtual impasse, porque nenhuma das duas partes progredia mais militarmente. As Nações Unidas propuseram uma conversação de paz, chegou-se a um acordo. E uma coisa extraordinária, é que essas duas partes desse conflito hoje convivem democraticamente, desde 1992. As 3 últimas eleições presidenciais, todas ocorreram no dia marcado. O Presidente termina seu mandato no dia marcado. As eleições são absolutamente livres e bastante limpas. Há sempre radicalizações de posições, mas tudo se desenvolve dentro de um contexto de normalidade democrática. No último pleito, a Frente Farabundo Martí foi derrotada, em primeiro turno, pelo Presidente candidato do Partido ARENA, Elias Antônio Saca. Mas, nem por isso, se pode dizer que a Frente Farabundo Martí tenha tido uma grande derrota, na medida em que de 1992 para cá é sempre crescente o número de votos dados à Frente Farabundo Martí.

A ARENA também cresceu, Cresceu às custas dos dois partidos que dominaram a vida política salvadorenha nos anos 50 anos praticamente, que precederam o conflito, que era o Partido de Conciliação Nacional, basicamente o partido militar e o Partido Democrata Cristão. Esses dois Partidos, chegaram, nestas últimas eleições a não obter o coeficiente mínimo de 6% dos votos, suficientes para seguir existindo. Então, esses dois Partidos estão virtualmente extintos. E a ARENA cresceu bastante de 92 para cá, mas a Frente Farabundo Martí cresceu um pouquinho mais. O complicado é que não há um centro. Há só dois pólos muito separados entre si, campanha se desenvolveu num clima de grande ataques verbais, mas dentro da normalidade democrática. Do ponto de vista econômico, tentando ser o mais breve possível, El Salvador tem um grande déficit na balança comercial e esse déficit não chega a ser coberto pelas remessas dos 2 bilhões de dólares emitidos este ano, talvez chegue em 2 bilhões e 400 milhões de dólares. Não chega a ser totalmente coberto por esses recursos e o equilíbrio é obtido através do endividamento externo, o equilíbrio das contas. Isso, evidentemente, é uma situação que não pode ser mantida indefinidamente, por ter um risco grande. A base monetária foi toda convertida para dólar, houve um processo de dolarização, uma lei de integração monetária, a partir de 2001, o mês circulante a todo dólar e isso foi possível ser feito exatamente por essas remessas emitidas ao longo de alguns anos, quando as reservas do país ficaram iguais. Enfim, tentando ser... simplificando um pouco o processo, mas, quando as reservas do país ficaram da mesma magnitude do mês circulante, o mês circu-

lante foi oficializando o dólar. A dificuldade com a manutenção desses salvadorenhos nos Estados Unidos, nem todos têm a situação legal, este é um ponto que o Estado salvadorense tenta negociar com o Estados Unidos, porque se esses recursos deixarem de entrar, evidentemente a situação tornar-se-á insolúvel.

Acredito que seria melhor encerrar por aqui. Estarei à disposição dos Srs. Senadores na fase de perguntas.

Muito obrigado aos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Embaixador Eduardo Ramos.

Vamos, antes de passar à arguição, passar ao Item 3, porque assim faremos a arguição de ambos os indicados, simultaneamente.

O Item 3 trata da Mensagem nº 97, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de 1ª Classe, da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador João Capiberibe, a quem passo a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhores Embaixadores, em cumprimento ao art. 52, Inciso IV, da Constituição, o Presidente da República submete à prévia apreciação do Senado a indicação do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de 1ª Classe, da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Atendendo a preceito regimental, a mensagem presidencial se faz acompanhada da exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do **currículum vitae** do Diplomata indicado.

Do informe preparado pelo Ministério, recolhemos os dados que abaixo passamos a relatar, e que servirão de subsídios à decisão desta Comissão.

O Sr. Cesário Melantonio Neto, brasileiro, nascido em São Paulo, em 31 de outubro de 1949, filho de Osvaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, é bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal e concluiu o curso de Aperfeiçoamento para Diplomatas e de Altos Estudos, no Instituto Rio Branco. Ingressou no quadro do Ministério das Relações Exteriores como 3ª Secretário, em 1972; ascendeu a Conselheiro, em 1986. Ministro de 2ª Classe, em 1992, e alcançou o posto de Ministro de 1ª Classe, em 2000, sempre por merecimento.

Entre outras funções desempenhadas na Chancelaria, destaca-se a de Secretário Especial de Relações

com o Congresso, em 1985; professor de Prática Consular no Instituto Rio Branco, em 1990; Chefe do Departamento Consular e Jurídico, em 1991, e Chefe da Assessoria de Relações Federativas do Gabinete do Ministro de Estado. Acredito que S. Ex^a foi o primeiro Chefe de Relações Federativas, cargo que fora criado exatamente para responder a essa preocupação, tendo em vista alguns Estados terem desenvolvido relações internacionais, diplomacia regional. Então, o Ministério das Relações Exteriores decidiu criar essa Assessoria, e tivemos a satisfação de trabalhar com o Ministro Melantonio, no Amapá, em função do nosso forte entendimento com o Departamento francês da Guiana, e evidentemente com o Governo francês. Isso resultou em inúmeros projetos de cooperação entre os dois países e também de cooperação regional entre o Departamento francês da Guiana e o Estado do Amapá, época em que eu era Governador.

No exterior, ressaltam-se os postos de Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia em Paris, em 1977; Chefe do Setor Cultural na cidade do México, em 1978; Chefe do Secon, em Madri, 1982; Conselheiro, em Roma; Chefe do Setor de Política Interna; relações com o Parlamento e com a imprensa, em 1987; Cônsul-Geral em Frankfurt, 1993; Embaixador em Teerã, em 2001.

O Embaixador Cesário Melantonio Neto participou ainda de diversas missões temporárias, representando o Governo brasileiro, destacando-se, entre elas, a de Comissário-Geral para Exposição Universal de Hannover sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2000.

No desempenho das suas funções, o ilustre diplomata fez jus às seguintes condecorações – segue as inúmeras condecorações, evidentemente todas elas meritórias como acontece com os quadros do Itamaraty, órgão de mérito no Estado brasileiro.

Sobre o país ao qual se pretende a nomeação como Embaixador do Brasil, a República da Turquia, ouviremos do próprio Embaixador, evidentemente, algumas considerações a respeito e das relações daquele país com o Brasil e do momento vivido pela Turquia hoje, que, evidentemente, nos interessa a todos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial e nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

Quero, evidentemente, prestar um depoimento pessoal em relação à atuação do Ministro Melantonio. Tenho convicção, tenho certeza de que o Brasil estará muito bem representado na Turquia. O futuro Embaixador fará com que possa crescer o nosso intercâmbio

com a Turquia, que me parece pretende também entrar na União Européia. Temos um interesse muito grande nisso. Acredito que o Brasil pode ser, nessa disputa hegemônica, um País que pode se relacionar com o mundo todo.

Portanto, desejo-lhe o maior sucesso nessa nova missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos a palavra ao Embaixador Cesário Melantonio.

O SR. EMBAIXADOR CESÁRIO MELANTONIO

– Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, até recentemente, não teve um relacionamento estreito com a Turquia. Mas, de alguns meses para cá, os dois países têm procurado reforçar com muita ênfase essa relação. Do lado brasileiro, em novembro, estive na Turquia o Ministro Viegas, porque estamos negociando um acordo de cooperação militar, sobretudo na área de tecnologia militar, porque assim como o Brasil, a Turquia tem um nível de tecnologia militar muito avançado. No mês de março deste ano, o Ministro Celso Amorim fez uma importante visita a Ancara, que terá como consequência a assinatura de uma série de acordos, alguns dos quais mencionarei rapidamente. E, em junho último, o Ministro Furlan fez uma visita à Turquia. Portanto, num prazo de aproximadamente oito meses tivemos três Ministros de Estado na Turquia.

Foi criada, durante a visita do Chanceler Celso Amorim, em março, à Turquia, a Comissão Brasileira-Turca de Cooperação Econômica Comercial e Industrial e, no próximo dia 6 de outubro, em Brasília, haverá a primeira reunião dessa Comissão de Cooperação Econômica, com as delegações chefiadas pelo Ministro Celso Amorim do nosso lado e pelo Ministro das Finanças da Turquia, que virá com uma grande delegação empresarial.

Para promover o nosso comércio, o Itamaraty está organizando a primeira missão comercial à Turquia, que parte em 30 de agosto deste mês, e ficará lá até 04 de setembro, visitando três cidades: Istambul, Ancara e Izmir. É um esforço no sentido de aumentar as nossas exportações para a Turquia.

Nesse caso, eu queria fazer uma comparação com o posto em que estou servindo, o Irã. A Turquia e o Irã, países vizinhos, têm aproximadamente a mesma população, 70 milhões de habitantes. O Irã tem um Produto Nacional Bruto em torno de US\$110 bilhões e a Turquia tem US\$243 bilhões de Produto Nacional Bruto; é hoje a 22^a economia do mundo.

No que concerne às exportações brasileiras, no ano passado, exportamos para o Irã US\$820 milhões e para a Turquia US\$350 milhões.

Portanto, entendo que essa comparação demonstra o espaço, o potencial que há para o crescimento das relações econômicas e comerciais entre os dois países. Também, o volume de importações do Brasil da Turquia é muito reduzido, em torno de US\$50 bilhões.

Na área política, durante a visita do chanceler Celso Amorim, foi constituído uma comissão de alto nível de consultas políticas que se reunirá uma vez por ano, chefiada pelos dois Chanceleres. Então, queremos duas comissões, uma para a área política e outra para a área econômica.

Em visita que fiz nesta semana ao Ministro de Estado da Ciência e da Tecnologia, pude confirmar o avanço das negociações que vêm desde 2002, para a celebração de um acordo de cooperação na área de ciência e de tecnologia, que pretendemos assinar no primeiro semestre do ano que vem.

Na área de ciência e de tecnologia, um dos campos em que nós poderíamos cooperar com a Turquia seria na área aeroespacial. Admite-se até a possibilidade de utilização da plataforma de Alcântara pela Turquia. Esse trabalho aeroespacial pode ser complementado por um intercâmbio também na área aeronáutica. A indústria aeronáutica turca é muito desenvolvida. Eles produzem, por exemplo, aviões F-16. Portanto, há uma possibilidade não só de exportação de aviões de uso civil e militar da Embraer para a Turquia, mas também de cooperação entre as duas indústrias aeronáuticas.

Algumas idéias novas podem ser implementadas entre o Brasil e a Turquia. Há propostas oficializadas pelo Brasil, como o estabelecimento de um **hub port**, um porto de conexão para empresários turcos em Sepetiba e um equivalente para empresários brasileiros na cidade de Mersin. Por isso estabelecemos, além do Consulado Honorário que temos em Istambul, um segundo Consulado Honorário em Mersin, com esse objetivo. Do porto de Mersin, poderemos irradiar exportações para a Turquia e para os países da Ásia Central, Cáucaso, Rússia, Balcãs e oriente próximo.

Os acordos de cooperação futuros na área militar estão sendo preparados com muitas visitas de chefes militares dos dois países. O Comandante da Força Aérea Brasileira já esteve na Turquia e o Comandante da Marinha turca esteve no Brasil em junho último. Estamos nos preparando para a visita dos Comandantes dos dois exércitos aos dois países, o que ocorrerá no ano que vem.

Quanto à proteção e à promoção de investimentos e de bitributação, os turcos nos entregaram a proposta de um acordo de proteção e promoção de investimen-

tos entre os dois países e de um acordo para evitar a bitributação entre o Brasil e a Turquia.

Para não tomar mais tempo, antes de concluir quero apenas fazer referência ao potencial da relação entre os dois países e à velocidade com que esta vem progredindo desde o ano passado. Esperamos que todos os esforços empreendidos por ambos os Governos resultem numa relação política, econômica, comercial e cultural muito mais importante entre o Brasil e a Turquia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agradeço ao Embaixador Cesário Malantonio Neto.

Estão inscritos os Senadores Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. Informo também que o Ministro Celso Amorim está chegando para realizar sua exposição sobre os passos que o Brasil deu na Organização Mundial do Comércio, os resultados obtidos e as diversas negociações bilaterais e multilaterais, o que ocorrerá logo após a votação dessa matéria.

Quero assinalar com alegria que ontem o Embaixador da Argentina no Brasil convidou muitos Srs. Senadores à Embaixada para uma sessão muito especial. Eu e alguns outros Senadores estivemos presentes. Foi uma noite de tango. Muitos Srs. Senadores não puderam apreciar, porque infelizmente não souberam do evento. Foi belíssima a apresentação feita por uma das cantoras de tango da Argentina, a Sra Cecília Rossetto, que passará apenas algumas horas do dia de hoje em Brasília, por isso eu sugeri que ela nos fizesse uma visita. Ela está aqui, acompanhada dos Conselheiros Gustavo Druet e Gustavo Devoto, da Embaixada da Argentina. Quando o Ministro Celso Amorim chegar, talvez ela possa mostrar o que é tango argentino. Ademais, cantou músicas brasileiras de forma muito bela, como “Eu sei que vou te amar” e outras. Seja muito bem-vinda aqui.

Temos de passar, no presente instante, ao momento de reunião reservada, quando apenas os Senadores e diplomatas podem estar aqui.

Então, aos convidados temos de fazer um breve intervalo, mas a senhora está convidada para estar presente daqui a instantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, embora a eleição seja secreta, antecipo meu voto e, praticamente, louvo as indicações feitas pelo Presidente da República dos dois Embaixadores.

O Embaixador Cesário Melantonio Filho tem realmente uma folha corrida que lhe dá toda autoridade para exercer esse posto, em estado crescente em relação às atividades políticas, inclusive do nosso País. Conseqüentemente, antecipo o meu voto aqui e no plenário, certo de que estou fazendo justiça ao ato do Senhor Presidente da República.

(A reunião torna-se secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

Os Senadores Rodolpho Tourinho e Cristovam Buarque fizeram a soma dos votos e informaram que, por 13 votos a zero, nenhuma abstenção, ambos os Embaixadores, Eduardo Prisco Paraíso Ramos, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador, e Cesário Melantonio Filho, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, foram aprovados por unanimidade: 13 votos “sim”, nenhuma abstenção, nenhum voto “não”.

Agradeço a presença de ambos, convidando-os para permanecer nesta reunião.

Apenas formalizo requerimento de minha própria autoria, no sentido de que, nos termos regimentais, venhamos a realizar audiência pública perante esta Comissão e conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal -, com a finalidade de ouvir a exposição do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, sobre os resultados da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul e a União Européia e entre o Brasil e as demais áreas econômicas de países.

Os Srs. Senadores e Deputados que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Ministro Celso Amorim já tinha se disposto a vir desde a semana passada. S. Ex^a está presente.

Eu convido o Senador Rodolpho Tourinho e o Deputado Ricardo Zaratinni para que ambos possam acompanhar o Ministro Celso Amorim a este plenário.

Está encerrada a primeira parte desta reunião, e já prosseguimos para a próxima.

Agradeço muito aos Embaixadores Cesário Melantonio Neto e Eduardo Prisco Paraíso Ramos. Meus parabéns pela indicação. Nós iremos, de pronto, solicitar que a Secretaria envie o resultado desta votação para a Secretaria da Mesa para que possamos apreciar os seus nomes ainda no dia de hoje.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima quinta reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia quinze de setembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de setembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **GILBERTO MESTRINHO**, **JEFFERSON PÉRES**, **EDUARDO AZEREDO**, **HÉLIO COSTA**, **MÁRIO CALIXTO**, **JOÃO RIBEIRO**, **EDISON LOBÃO**, **JOÃO ALBERTO SOUZA**, **RODOLPHO TOURINHO**, **SIBÁ MACHADO**, **TIÃO VIANA**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **PEDRO SIMON**, **FLÁVIO ARNS**, **VALDIR RAUPP**, **FERNANDO BEZERRA**, **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **AELETON FREITAS** e **JOSÉ AGRIPINO**. Compareceu também o Senador **LEONEL PAVAN**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes da apreciação do primeiro item da pauta, o Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra pela ordem. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item um:** Mensagem (SF) Nº 137, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã”. O Senador **GILBERTO MESTRINHO**, Relator da mensagem, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES** que faz sua exposição de motivos. Em seguida, passa-se ao **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 138, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia”. O Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator da mensagem, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**.

que inicia sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **NEY SUASSUNA**. O Embaixador conclui sua exposição. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à arguição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se ao **Item três: Mensagem (SF) Nº 139, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão”**. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, Senador **PEDRO SIMON**, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente, após todos os Senadores votarem, solicita aos Senadores Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo que escutinem os votos e comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade de quinze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Considerando que há quase número regimental, pois estamos aguardando apenas dois Senadores, mas, havendo o consenso, e fazendo aqui o apelo aos Srs. Senadores para que imediatamente compareçam a esta reunião, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos agora à apreciação das matérias.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, na última reunião, foi aprovado um requerimento de minha autoria, convidando – porque aqui se inventou isto: convidar em vez de convocar Ministro, não sei por quê, talvez para o Ministro não ficar obrigado a vir em 30 dias, aqui se estabeleceu a praxe de se convidar. Não quero convocar, mas talvez eu seja obrigado

a isso – o Ministro Celso Amorim a vir falar sobre o contencioso com a Argentina.

Pergunto a V. Exª se foram feitas gestões para o comparecimento do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ainda não foram feitas especificamente para este requerimento, uma vez que para esta semana de sessão deliberativa tínhamos previsto essa audiência, que foi convocada e, por consenso, aprovada na última reunião. Mas comprometo-me com V. Exª de ainda hoje tomar as providências para que seja convidado o Ministro Celso Amorim, que se tem disposto a vir aqui com a maior frequência. V. Exª é testemunha de que o Ministro Celso Amorim tem sido um dos Ministros que mais têm comparecido ao Senado Federal. S. Exª tem sempre feito questão de vir.

Da última vez, inclusive, foi até por iniciativa dele, no início deste semestre, quando aqui nos trouxe o relato a respeito de tudo o que havia ocorrido na participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, os aspectos positivos que ocorreram naquela reunião. Tenho certeza de que S. Exª estará atendendo ao convite formulado no requerimento de V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas uma observação, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não critiquei o Ministro, critiquei o Senado por não convocar Ministro e, sim, convidá-lo. Inventou-se isso. A figura prevista na Constituição e no Regimento é convocação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Mais V. Exª pode ter certeza de que comungo com V. Exª a necessidade de ouvirmos o Ministro de Relações Exteriores. Conforme foi noticiado, desde o requerimento de V. Exª já houve um novo passo, com a vinda do Ministro da Fazenda Roberto Lavagna ao Brasil. S. Exª esteve, na semana passada, com os Ministros das Relações Exteriores, o da Fazenda, com o Presidente Lula, e novos entendimentos estão se desenvolvendo. Portanto, seja no que diz respeito às relações do Brasil com a Argentina e do Brasil com o Mercosul, o requerimento de V. Exª tem toda a prioridade e importância. Vou, pois, considerá-lo e vamos tomar as medidas.

Temos hoje a oitiva de dois chefes de postos diplomáticos, o Sr. Luiz Antônio Fachini Gomes e o Sr. José Vicente de Sá Pimentel, e também o exame do Sr. Cesário Melantonio Neto, que aqui não precisará de audiência, porque se trata de uma indicação cumulativa junto à República do Azerbaijão em adição à República da Turquia.

Portanto, teremos audiência de dois chefes de Missão Diplomática. Com a chegada do Senador Rodolpho Tourinho, falta apenas um Senador para alcançarmos o **quorum**.

Por consenso, daremos início à leitura dos pareceres, apelando mais uma vez aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras para que venham à Comissão.

Na segunda parte da reunião, logo que terminada esta audiência e votação, teremos uma audiência a respeito do acordo relativo à Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, que ouvirá tanto os produtores de tabaco como os oncologistas, além do Ministro da Saúde, que chegará por volta das 11 horas.

Quero dar as boas-vindas ao Embaixador do Irã no Brasil, Seyed Jafar Hashemi, que vem participar e ouvir atentamente a arguição da indicação do Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Com a chegada do Senador Sibá Machado, temos o **quorum** regimental.

Para ler o parecer do Item nº 1, Mensagem nº 137, concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o Presidente da República submeteu, na forma constitucional, mensagem indicando o nome do Embaixador Dr. Luiz Antônio Fachini Gomes para representar o Brasil junto à República Islâmica do Irã.

É matéria privativa do Senado Federal a aprovação do nome de Embaixadores, mediante voto secreto, pelo Plenário da Casa. O Ministério das Relações Exteriores juntou um currículo do indicado que mostra sua participação representando o Brasil em várias partes do mundo, países e continentes, que o qualifica para esse posto delicado que é a Embaixada brasileira na antiga Pérsia.

O Irã, como sabemos, é um país considerado pelo Presidente Bush como um dos membros do eixo do mal. No entanto, para nós, é o maior mercado do Oriente Médio. Temos exportações para Irã na faixa de quase US\$1 bilhão e importamos de lá uma quantia insignificante – não chega a US\$20 milhões. Então, há um campo de atividade muito grande para ser desenvolvido por esse Embaixador no incremento da atividade econômica do Irã, um país de 68 milhões de habitantes, quase 70 milhões, com o Brasil.

A principal atividade do Irã é o petróleo, talvez uma das razões pelas quais esteja sendo considerado membro do eixo do mal – a primeira vítima foi o Iraque e a segunda pode ser o Irã. Porém, as relações brasilei-

ras com o país têm mais de 100 anos, e a delicadeza da ação do Embaixador é a natureza do regime político do Irã. Trata-se de uma república islâmica, como o próprio nome diz, baseada no Alcorão, que é um livro que normatiza a religião islâmica, mas que é profundamente totalitário. Tanto é que, no governo iraniano, há um Presidente da República, o Aiatolá Khatami; um líder maior no país, o Aiatolá Khamenei; e um conselho de seis clérigos e de seis especialistas em leis islâmicas, que têm um poder fantástico também no Irã. Então, o Embaixador tem de ter uma certa habilidade para conviver com questões tão distintas e tão estranhas ao nosso mundo, à nossa realidade.

Acredito que o Embaixador está preparado para isso e poderá incrementar em muito nossos negócios com o Irã. Já há um Grupo Parlamentar Brasil-Irã e uma Câmara de Comércio Brasil-Irã. As relações estão se aprofundando. O importante é que passemos a comprar um pouco mais do Irã, para que tenhamos condições de desenvolvimento também de atividades econômicas com o Irã.

Assim, fazendo votos de sucesso ao Embaixador Fachini Gomes, nosso parecer é o de que a indicação pode ser aceita por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Passamos, então, a palavra ao Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes, indicado pelo Presidente da República para ser o Embaixador do Brasil no Irã.

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – Minhas saudações aos Exm^{as} Srs. Senadores, especialmente ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e ao Senador Gilberto Mestrinho. Também meu reconhecimento à presença do Embaixador Seyed Jafar Hashemi, Embaixador da República Islâmica do Irã no Brasil.

Para mim, foi uma honra aceitar essa incumbência, essa missão que me foi oferecida. Caso aprovado aqui, pelo Senado Federal, estarei em Teerã, consciente de que terei pela frente um grande desafio. É um desafio que decorre do momento difícil por que atravessa o Irã, como o Senador Gilberto Mestrinho já mostrou.

O desafio se verifica em três contextos basicamente. No contexto doméstico, no contexto interno, há ainda um processo revolucionário e uma disputa pelo espaço político entre os conservadores e os reformistas. No contexto regional mais amplo, existe uma grande instabilidade, para não dizer conflito, nos dois principais vizinhos; de um lado, o Afeganistão e, de outro lado, o Iraque, sem mencionar o conflito árabe-israelense que já vem de longa data. No contexto internacional, emergem grandes acusações contra o Irã, que vão desde

um suposto apoio ao terrorismo até à busca da posse da arma nuclear. Enfim, existe muito sensacionalismo quando o assunto Irã é abordado. Verifico isso na imprensa européia. Em Londres, onde estou servindo neste momento, realmente tenho verificado isso.

A consciência da relevância da minha missão no Irã se desdobra nos dois aspectos diplomáticos tradicionais: o aspecto da observação e o aspecto da ação diplomática.

Como observador e analista dessa situação, espero contribuir, ainda que modestamente, para um processo de formulação da política externa brasileira, tendo em conta a importância do Irã e da região. A região é chave para a paz e a segurança internacional, especialmente neste momento em que se salienta um jogo muito importante de um choque cultural entre o Islã e o Ocidente.

Como agente diplomático e promotor do Brasil num país estrangeiro, espero contribuir para um relacionamento cada vez mais denso com o Irã, um relacionamento que seja mutuamente proveitoso em todas as suas dimensões, sobretudo a política, a econômica e a cultural.

Hoje o mundo olha para o Irã com muita atenção e ansiedade, diria. Muitas são as questões e as acusações. Como já disse, o País se ressentido de uma imagem negativa.

No domingo passado, eu estava em Londres quando foi publicada a notícia, em um dos principais jornais conservadores da Inglaterra, o **Sunday Telegraph**, com um milhão de tiragem, de que o Irã vai fabricar “cinco bombas nucleares”.

Na realidade, apenas se estava referindo à capacidade do Irã de produzir 37 milhões de toneladas de *yellow cake*, que é um elemento que seria suficiente para fabricar cinco bombas. E o jornal publicou o fato como se o Irã estivesse fabricando as bombas. Isso é totalmente desmedido. Vê-se o sensacionalismo existente.

Essa imagem negativa é difundida, talvez, sobretudo, por parte dos Estados Unidos, mas também, em menor grau, por alguns países europeus, porque o Irã, como V. Ex.^a disse, é visto como parte do eixo do mal pelo Presidente Bush. O Irã é considerado inspirador de um fundamentalismo islâmico que teria um caráter antiocidental, enfim, é acusado de violações de direitos humanos, responsável – entre aspas – por interferências no Iraque, acusado de insuflar violências também na região, está na lista do Departamento de Estado dos Estados Unidos como promotor de violências contra Israel, além de ser considerado como uma fonte de ameaça nuclear.

Precisamos olhar o Irã de uma perspectiva mais construtiva, sem idéias pré-concebidas. Talvez a minha permanência no Irã seja importante para vê-lo de uma perspectiva brasileira, que espero seja isenta de minha parte, e ver, além dos riscos que todos vêem no Irã, quais são as oportunidades que oferece aquele país, que tem 70 milhões de habitantes, é cinco vezes menor que o Brasil – o Brasil é um gigante –, tem duas vezes a área do Paquistão e quatro vezes a área do Iraque. É um país-chave na região, faz fronteira com certos países: de um lado, temos a Turquia e o Iraque, como os dois países mais importantes; do lado leste, temos o Afeganistão e o Paquistão.

É preciso um olhar mais aprofundando sobre o Irã e sem idéias pré-concebidas. O que revelaria esse olhar? Do ponto de vista histórico, ele revela, sobretudo, um país muito orgulhoso de seu passado, de sua grande civilização, que foi desenvolvida durante muitos anos. Inclusive há relatos de que Ciro já teria dado passos para abolir a escravidão, ou seja, o fato é que havia uma grande tolerância cultural e religiosa 500 anos antes de Cristo com Ciro, o Grande.

Em seguida, ressaltar a importância, historicamente, do Islamismo, que foi implantado gradualmente no Irã e, desde o Século VII, e mil anos depois, no Século XVII, tornou-se uma religião oficial nas suas seitas xiitas, o que também singulariza o Irã dentro da região, que é majoritariamente sunita.

No Século XX, depois de uma tentativa de modernização ocidentalizante, na linha do que também ocorria na vizinha Turquia, o Xá Reza Khan, continuando depois o seu filho Reza Pahlevi, derrubado em 1979, quando então ocorreu a revolução islâmica, uma das poucas e verdadeiras revoluções do Século XX, que instaurou a democracia no Irã.

Chegamos a um ponto de vista político nessa análise, que é o Irã de hoje, que ainda vive um importante momento de disputa interna, como já mencionei. Sucederam-se, desde 1979, métodos e práticas revolucionárias, mas também práticas democráticas, como as eleições diretas nos vários níveis local e nacional, parlamentar e executivo.

Em termos regionais, o Irã exportou a revolução, de certa forma, exportou o fundamentalismo, provocou temores nos países vizinhos, resistiu a uma guerra sangrenta, que durou oito anos, contra o Iraque, de Saddam Hussein, que é chamada pelos iranianos de “A Guerra Imposta”, que realmente teve apoio dos Estados Unidos, sobretudo, sobre o Iraque.

Aliás, nesse aspecto, ressaltaria que o nacionalismo iraniano tem um viés antiamericano. E diria que já se poderiam encontrar raízes desse antiamericanismo na história mais recente, quando o Primeiro-

Ministro Mossadegh foi derrubado com o apoio dos Estados Unidos, da CIA, logo após a nacionalização do petróleo em 1953. Isso talvez explique em parte a tomada da Embaixada Americana, em 1979 e 1980, e o cerco, que durou bastante tempo, o que me parece ser até hoje um espinho atravessado na garganta dos Estados Unidos. É preciso levar em consideração as posições americanas sempre em função desse passado recente.

Hoje, considero natural que haja, por parte do Irã, um receio em relação aos Estados Unidos, que estão ocupando, com suas tropas, dois vizinhos importantes: o Afeganistão e o Iraque. Mas existe um certo desafio na atitude iraniana, porque o país sabe também das fraquezas norte-americanas no Iraque. Ao mesmo tempo, o Irã tem um papel influente no Iraque, porque tem influência, por exemplo, sobre os clérigos Al-Sadr e Al-Sistani – este, por sinal, é iraniano.

A questão nuclear é outro ponto de atrito, com todas as acusações que já mencionei. Para compensar, o Irã tenta aproximar-se da Europa. Há uma boa cooperação em alguns pontos, sobretudo no que se refere ao combate ao tráfico de drogas – os próprios ingleses ressaltam isso. O Presidente Khatami visitou a Europa Ocidental, a Rússia, o Vaticano. O Irã desenvolveu também, talvez em função desse antagonismo com os Estados Unidos, uma política de boa vizinhança com os países vizinhos, uma reaproximação com países árabes que se haviam afastado um pouco, como Egito, Arábia Saudita e Jordânia.

Falarei um pouco de um ponto de vista econômico, apenas para ressaltar, como o senhor já tinha mencionado, que o Irã é um dos maiores produtores de petróleo, o segundo maior da Opep, com 3,7 milhões de barris; tem grandes reservas de gás, exploração de minérios, ferro, manganês, cobre; e tem um PIB de US\$128 bilhões, cerca de quatro vezes menor que o PIB brasileiro.

Por um critério de paridade de poder de compra, o PIB do Irã é de US\$450 bilhões, comparável ao PIB do Paquistão, e a renda **per capita** seria de US\$2 mil atualmente.

O país tem um crescimento econômico bastante acentuado: ano passado, foram mais de 6% ao ano. O comércio exterior tem sido crescente: ano passado, o Irã comercializou com o mundo US\$64 bilhões; foram exportações de US\$35 bilhões contra importações de US\$29 bilhões, sendo o petróleo o grande produto da exportação. Quanto aos mercados, o Irã tem o Japão, a Europa Ocidental, a China, os Emirados como grandes parceiros.

É uma economia bastante estatizada, mas com um grau de abertura razoável. Por exemplo, está sen-

do aprovada uma nova lei de investimentos no Irã que busca atrair e proteger o capital estrangeiro. A economia tem bastante estabilidade e pouca vulnerabilidade a choques externos, uma vez que tem uma dívida pequena, de US\$11 bilhões, contra reservas de US\$25 bilhões.

Como seria a relação com o Brasil? Que planos poderíamos traçar inicialmente? Quando da minha chegada em Teerã, e mesmo antes, na Europa, pretendo conversar com escolas e pessoas com atividades no país. Mas gostaria de ressaltar o trabalho como agente do Governo brasileiro para a promoção do País, inicialmente, e para um adensamento dessas relações, que, como o senhor disse, já vêm de longa data, desde 1902.

Buscaremos um maior comércio, um maior intercâmbio cultural, talvez inserindo o Irã no contexto de um recente fortalecimento das relações do Brasil com o Oriente Médio, lembrando que as exportações do Brasil para o Irã representam quase um terço do total das exportações para o Oriente Médio, quem sabe, associar agora com essa região que vê o Brasil com novos olhos, que vê o Brasil – não só o Brasil mas também toda a América do Sul – como um novo mercado importante. Nesse contexto, devo dizer que será promovida pela Presidente uma conferência aqui no primeiro semestre de 2005 entre países árabes e países da América do Sul. É importante associar um pouco o Irã a este **momentum** em que os países árabes olham para a América do Sul, e para o Brasil em particular, como um mercado importante.

Eu acho que o Brasil tem um capital de simpatia no Oriente Médio e eu acredito que isso ocorra também no Irã. E deveríamos aproveitar esse capital de simpatia. Lembro até a diplomacia do futebol que deu tão bom resultado no Haiti e que projetou uma imagem excelente do Brasil na Europa e no mundo em geral.

E lembro o um comentário de um diplomata árabe em Londres: todo o Oriente Médio torce pelo Brasil, quando o Brasil joga futebol. Respondeu à seguinte questão: o Haiti torce muito pelo Brasil. E ele disse: Quem não torce pelo Brasil? Portanto, eu acho que esse capital nós temos que aproveitar.

Em termos de cooperação, eu acho que há boas oportunidades na área industrial, na área agrícola (com a Embrapa) e na área de urbanização e questões sociais. Teerã é uma grande metrópole com 12 milhões de habitantes. E acho que há muito que intercambiar em experiências com aquela cidade.

No que se refere ao comércio Brasil/Irã, o crescimento é significativo. Nós passamos de US\$300 milhões, no ano 2000, para mais de 880 milhões, em 2003. O problema é que a balança comercial é bas-

tante favorável ao Brasil. Talvez possamos dizer que seja bastante desequilibrada: 870 milhões de exportações brasileiras contra 14 milhões no ano passado. Este ano, se continuarmos no ritmo que estamos, vamos chegar a um bilhão.

Talvez possamos buscar algumas alternativas. A Petrobrás tem um programa de investimentos no Irã de 43 milhões de dólares, o que poderia compensar um pouco o desequilíbrio da balança de pagamento. A Volkswagen do Brasil está participando de um programa de montagem de carros GOL no Irã, junto com a Volkswagen da Alemanha, com assinatura de contrato já em julho deste ano – e isso é algo a ser explorado.

A nossa pauta de exportação basicamente é soja (50% do total), mas nós exportamos muitos produtos agrícolas (açúcar, carne, milho) e também alguns industriais, como autopeças.

Em 2003 e 2004, houve várias trocas de visitas de alto nível: vice-ministros iranianos estiveram no Brasil; o Ministro Celso Amorim se encontrou com o Ministro iraniano, seu contraparte, em Genebra, em janeiro de 2004; o Presidente da República se encontrou com o Presidente Khatami em Caracas na região do G-15; o Ministro do Comércio do Irã esteve em São Paulo na Unctad. E continuam as consultas de alto nível, que foram instituídas em 2000, anualmente entre o Brasil e o Irã. Este ano teremos uma reunião inteira.

Antes de encerrar, eu gostaria de ressaltar a criação recente de duas instituições que são indicativas de um grande relacionamento bilateral. São as duas câmaras de comércio bilateral: uma no Rio de Janeiro, que é presidida pelo Dr. Sérgio da Costa e Silva, e uma em São Paulo, presidida pelo Dr. Marcos Augusto Guerra. O objetivo é promover o comércio entre o Brasil e Irã e as relações econômicas de um modo geral.

E eu queria ressaltar a criação do Núcleo Parlamentar Brasil/Irã cujo Presidente é o Senador Ney Suassuna, que infelizmente não pôde comparecer a esta reunião. Os iranianos valorizam muito esta iniciativa, segundo nosso Embaixador lá, Cesário Melantonio. Eles já estiveram no Brasil e agora é a vez dos brasileiros irem ao Irã. Espero recebê-los em Teerã, com todo o prazer, para organizar um programa de visita.

Em conclusão, eu diria que estarei partindo para Teerã, caso receba aprovação aqui do Senado, com muita animação. Trata-se de um país complexo onde existe grande nível de informação. Acredito que minha presença servirá para dar à visão brasileira um caráter o mais isento possível. E eu espero corresponder à confiança que me deposita o Governo brasileiro neste País tão complexo.

Gostaria de agradecer, Senador, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O senhor disse que a renda **per capita** seria de quanto?

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – De dois mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dois mil dólares? Por que critério?

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – Quatrocentos bilhões de dólares é o valor da paridade do poder de compra. Por esse critério, o PIB do Brasil seria de um trilhão e 300 bilhões, mas, pelo critério da taxa de câmbio, o PIB do Brasil seria de 450 ou 500 bilhões, hoje, e o PIB do Irã seria de 120 ou 130 bilhões. Então, por esse critério, a renda **per capita** seria dois mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E a do Brasil?

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – A do Brasil, teríamos que dividir a população...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A renda **per capita** do Irã é maior ou menor do que a do Brasil?

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – Acho que é menor do que a do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Menor do que a do Brasil?

O SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES – Acho que sim. Isso tudo é em função do cálculo que se utiliza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exato.

Antes da arguição do Embaixador Luiz Antonio Fachini Gomes, passaremos ao Item nº 2 e depois faremos a arguição conjunta dos dois indicados para missões diplomáticas.

O Item nº 2 submete à apreciação do Senado Federal, a Mensagem nº 138, que trata da indicação do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe de Carreira Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, de autoria do Presidente da República.

Solicito ao Relator, Senador Eduardo Azeredo, que leia o seu relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, o Sr. José Vicente de Sá Pimentel, nascido em Vitória, Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, em 1970, após o Curso do Instituto Rio Branco foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970. Depois de várias promoções, chegou a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro de 1998.

Entre os cargos e missões importantes cumpre destacar o de Primeiro-Secretário, em Santiago,

em 1976; o de Conselheiro em Paris, em 1982; o de Conselheiro na Guatemala, em 1985; o de Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, em 1988; o de Chefe da Secretaria de Imprensa em 1990; o de Cônsul-Geral em Roma, em 1991; o de Secretário do Planejamento Diplomático em 1995; o de Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente próximo em 1996; o de Chefe da Delegação à Reunião da Comunidade de Países de Língua Portuguesa para a mediação da crise de Guiné Bissau em Abidjan, em 1998; o de Chefe da Delegação à Reunião dos Responsáveis Políticos membros da CPLP, em Cascais, em 1999, e Cônsul-Geral, em Los Angeles, desde 2001.

O Sr. Embaixador José Vicente de Sá Pimentel recebeu várias condecorações e é Professor do Curso de Preparação de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Com relação à Índia, temos a destacar que ela ocupa a maior parte de uma vasta planície isolada do restante da Ásia pela Cordilheira do Himalaia, que forma o subcontinente indiano, um solo fértil, onde há extensos recursos minerais e rios caudalosos, a exemplo do Ganges, considerado sagrado pelos hindus.

O País lidera a produção de várias culturas agrícolas, paralelamente ao vertiginoso processo de urbanização, com a formação de megacidades como Calcutá.

Por ser o segundo País mais populoso do mundo, a Índia abriga imensos contrastes. Porquanto possua o 12º maior Produto Interno Bruto, cerca de seiscentos milhões de indianos vivem na miséria. Conforme projeções das Nações Unidas, em 2.050 a Índia será o País mais populoso do mundo, ultrapassando até mesmo a China e demandando políticas que atenuem as grandes diferenças entre a parte dinâmica e desenvolvida e aquela restrita fase de influência da modernização e da riqueza financeira e industrial.

Além da diversidade de línguas e culturas, a Índia é o berço do hinduísmo. Violentos choques entre a maioria hinduísta e as minorias muçulmanas, levaram a assassinatos de líderes políticos, o que continua a abalar o País. Essa situação ainda é agravada pelo conturbado conflito com o Paquistão, pela posse da Caxemira que já se estende desde a época da independência indiana, ocorrida na metade do Século XX.

Quanto às relações com o Brasil, a Índia tornou-se uma das nossas grandes prioridades na Ásia, junto ao Japão e à China. As identidades são muitas. Ambos os países destacam-se em seus contextos regionais pelas populações numerosas e variadas, e, economicamente, os dois países apresentam cifras que revelam acentuado crescimento e potencialidades concretas de incremento industrial e comercial.

Recentemente, os dois países uniram-se ao G-20, em Cancun, para negociar de forma mais equitativa e conforme os interesses dos países em desenvolvimento a questão agrícola, fortemente defendida, via subsídios, pelos mercados ricos da Europa e da América do Norte.

Na esfera política, cumpre destacar ainda que, desde 1992, os diálogos institucionais têm sido mantido anualmente. Há novas iniciativas, com o escopo de elevar e intensificar o diálogo institucional à política econômica entre Brasil e Índia, com a recente visita a Nova Deli do Presidente da República, como convidado de honra para a data nacional indiana de 26 de janeiro de 2004.

As posições indianas e brasileiras convergem também nos foros multilaterais, a exemplo do emblemático apoio recíproco do pleito de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. No âmbito da OMC, Brasil e Índia aliam-se na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, dando novas ênfases às negociações da nova rodada de Andorra.

Dado o grande potencial e as promissoras oportunidades de cooperação nas mais diversas áreas comerciais, econômicas, culturais e sociais, o trabalho de informática a ser realizado na Índia é de inestimável importância e de valor estratégico, para o qual certamente poderia contribuir o embaixador José Vicente de Sá Pimentel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, que destaca as qualidades profissionais do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel e esses são os dados resumidos à respeito da relação entre Brasil e Índia. Do ponto de vista comercial, existe um equilíbrio entre importações e exportações, com um leve superávit a favor do Brasil.

O parecer é favorável, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Embaixador José Vicente de Sá Pimentel.

O SR. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL – Exmº Sr. Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Exmº Sr. Senador Eduardo Azeredo, Relator; Exmº Srs. Senadores, antes de mais nada agradeço a generosidade com que nos recebem a mim e ao Embaixador Fachini no momento em que a pauta política está tão intensa. Muito obrigado.

Lembro-me de uma conferência feita pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, então Presidente desta Comissão, no Instituto Rio Branco, no Itamaraty, em que S. Exª aconselhava os embaixadores que fossem passar por uma sabatina a fazerem um texto para não engasgarem na hora.

Esse conselho não é polêmico, e, para evitar algum possível caso de TPC ou de tensão pré-comissão, preparei um texto que me vai servir como referência.

Em 34 anos de carreira no Itamaraty, eu nunca estive na Índia, mas tenho participado, entre outras atividades no Itamaraty, de planejamento político. Quem quer que tenha feito planejamento político nos últimos 10, 20 anos no Itamaraty não poderia deixar a Índia de lado. De maneira que tenho algum conhecimento, embora não vivência do posto.

Se contar com a aprovação da Comissão e confirmação do Plenário, terei uma responsabilidade acrescida pelo fato de vir a suceder na Embaixada em Nova Deli a Embaixadora Vera Crivano Machado, que fez um excelente trabalho nos últimos cinco anos.

Senhoras e senhores, falar sobre a Índia demanda muito tempo. A Índia faz parte da civilização mais antiga do mundo, mas uma das nações mais jovens, esse é um dos contrastes, um dos muitos paradoxos que se encontram na Índia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, há muito barulho na sala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço atenção para que possa haver silêncio para o desenvolvimento dos trabalhos. Sei que o pessoal está impaciente com o debate sobre o fumo, que estará assegurado logo que terminarmos esta parte da reunião. Como há muitas pessoas interessadas, reservamos outra sala com telão para que todos possam assistir à reunião.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, permita-me usar a palavra, porque, como vou relatar matéria relativa à biossegurança em três comissões, gostaria de saudar os dois Embaixadores.

Trata-se de dois países de enorme importância para o Brasil, e estamos felizes, pois, nos próximos anos, seremos conduzidos por duas figuras tão ilustres e de currículos tão bons.

Deixo essa saudação e peço desculpas por ter de me ausentar. Devo encontrar um meio-termo entre ruralistas, Igreja, meio ambiente, algo bem complicado. Nessa relatoria, estou perdendo o resto do cabelo que tinha.

O SR. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL – Muito obrigado, Senador.

Receberei com muito prazer todos os Srs. Senadores.

Continuando, a Índia é um país cheio de contrastes. Sua área territorial é duas vezes e meia menor do que a do Brasil, e sua população é formada por um milhão de habitantes a mais. O país cultiva a não-violência e, no entanto, fabrica bombas nucleares. Tem um setor de serviços, de tecnologia de informação

extremamente sofisticado, com valor de mercado em centenas de bilhões de dólares, no entanto, tem quase um terço da população, ou seja, trezentos milhões de habitantes subsistindo com renda de um dólar por dia. País de uma sensualidade extraordinária, que se manifesta em alto-relevo nas paredes dos templos hinduístas, no entanto, essa arte erótica é utilizada como um teste para a concentração ioga, um teste de ascetismo, nesse país, que inventou a vida monástica.

A civilização indiana começa em cinco mil a.C. Há uma divergência curiosa entre autores e historiadores versados em Índia a ampliar muito esse prazo de vigência da civilização indiana. Com certeza será uma civilização ou contemporânea, ou muito anterior à mesopotâmica. Portanto, é a primeira de todas as civilizações.

São muitas as contribuições da Índia às artes e às ciências de todo o mundo. Contamos de um até dez com algarismos que são equivocadamente denominados de arábicos, mas que, na verdade, nasceram na Índia. Foi lá que começou o sistema decimal, sem o qual a Idade Moderna, a era dos computadores, dificilmente poderia existir. A Índia inventou o xadrez, o jogo de dardo, foi o primeiro país a domesticar galinhas e a comê-las.

É curioso que a Índia, ao longo de sua história, se destaque mais como um estado de espírito do que propriamente como um Estado nacional. Na verdade, há uma fragmentação política, religiosa, filosófica permanente ao longo de sua história.

Hoje, a República da Índia tem 28 Estados, mas, no passado, se subdividia em uma grande quantidade de principados, em que os marajás jamais se uniam e, como isso, facilitavam as invasões de inúmeros povos vindos da Ásia Central. Inicialmente, foram os como os primeiros indo-arianos, em seguida, os medos, persas, hunos, mongóis, e vinham também pelo mar, como Alexandre, o Grande, que entrou na Índia e quase se tornou seu primeiro imperador. Vinham, chegavam, ficavam e iam-se indianizando.

A cultura da Índia é de tal maneira poderosa que ia, de alguma maneira, abraçando todos e desenvolvendo uma coisa especial.

A invasão dos arianos marca uma data muito importante na história indiana, porque esse povo traz a religião – que se converteria depois no hinduísmo –, e, a partir de uma linguagem escrita, já existente naquelas civilizações, desenvolve o sânscrito. Eles também trazem o sistema de castas. No sistema deles, eram apenas três castas: os brâmanes, os xátrias e os vaixás. Ao chegarem à Índia, novamente entra em cena o processo, e aparecem os sudras, que são os serviçais. Hoje em dia, há mais de três mil castas na

Índia, um fenômeno e uma característica fundamental da civilização indiana. Esses invasores trouxeram todo o tipo de religião, que vem desde os primórdios do hinduísmo, passando pelo jainismo, islamismo e budismo, que nasce na Índia, até chegar ao cristianismo britânico.

Os ingleses chegam na Índia no início do século XVII. No século XVIII, já dominam inteiramente o comércio; no final do século XIX, em 1876, a Rainha Vitória já era a imperadora da Índia, que era a mais bela jóia do Império Britânico.

A oposição nacionalista parte de um grupo denominado Congresso Indiano, que inicialmente era uma espécie de clube, muito anglófilo, com idéias que, na verdade, se originavam da democracia inglesa. Aos poucos essa oposição vai se convertendo em um partido político, na qual militam grandes figuras, como Gokhale, como Motilal Nehru, o pai do Nehru, e como Mohandas Gandhi. Gandhi se torna, então, o grande defensor da idéia de suarâgi, ou seja, de autodeterminação da Índia. Esse processo vai levar, então, à independência, em 1947. Independência pela qual os indianos pagam caro. Ocorre que a Índia já era, na época, e continua sendo, uma das maiores nações muçulmanas do mundo. Há 120 milhões de muçulmanos na Índia. É o segundo maior país muçulmano depois da Indonésia.

Entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra, a Liga Muçulmana, um apêndice dentro do partido do Congresso, tenta galgar a Presidência, a Liderança do Partido. Não conseguiu, e, sendo liderado por um grande advogado, um grande político, educado na Inglaterra, ela se aproxima dos ingleses, enquanto o Partido do Congresso, liderado por Gandhi e pelos outros, se afasta da Inglaterra, porque não concordava com a eclosão da Segunda guerra Mundial. Os líderes da Liga Muçulmana conseguem, de alguma maneira, cooptar os Ginah, que vão se desentender com o Gandhi. Na última hora, Gandhi, inclusive, tenta colocar o Ginah como Presidente do Partido do Congresso; esbarra na oposição do Nehru, filho. Deu no que deu. A Liga Muçulmana vai propor então a partilha do território indiano em dois, sendo que as áreas em que houvesse maior concentração de muçulmanos se tornaria o Paquistão, que significa em hurdu “terra dos puros”.

Os ingleses, que sempre foram os grandes defensores do **divid et impera**, aproveitam essa situação e criam, na verdade, dois Paquistões. É um Paquistão do Leste e um Paquistão do Oeste. No meio, entre os dois, quase dois mil quilômetros de território indiano. A situação, obviamente, não poderia dar certo. Essa partilha é feita com muita pressa, sem maior cuidado pelo Lord Mountbatten, o famoso Lord Mountbatten.

O resultado é um banho de sangue. As estatísticas dizem que há mais de um milhão de pessoas, de hinduístas, fugindo do Punjab e de Bengala, para o território indiano. Eles foram massacrados pelos muçulmanos; e vice-versa, muçulmanos, saindo da Índia para ir a um desses dois territórios, massacrados também. Foi um banho de sangue.

Isso ocorreu apenas há seiscentos anos. A memória ainda é muito recente e tem criado problemas enormes, como três guerras não declaradas entre a Índia e o Paquistão; uma corrida nuclear; e piques de tensão extraordinários no sul da Ásia.

Com o Brasil, a Índia tem uma participação essencial no início da nossa história. Basta lembrar que Pedro Álvares Cabral esteve aqui, levantou âncora e seguiu para as Índias, onde o comércio era extraordinariamente vantajoso na época. Depois da descoberta do ouro no Brasil, em Minas Gerais, o comércio se torna intenso, o rei de Portugal abre o comércio entre os dois países. Até a independência brasileira, o volume de comércio com a Índia se torna muito grande. A independência da Índia se deu em 1947 e o estabelecimento de relações diplomáticas em 1948. Nehru se torna um grande líder mundial do movimento não-alinhado e de condenação à guerra fria. É curioso que ele não consegue implementar nem a coexistência pacífica porque não consegue estabelecer a paz com o Paquistão. Talvez eu possa perder apenas um minuto para dizer como foi essa história com o Paquistão. Antes de haver a independência e a partilha, em 1947, houve uma consulta a todos os principados – imaginem o número – para saber se eles preferiam aderir à Índia ou ao Paquistão. Um desses principados, exatamente ao norte do Paquistão e da Índia, não quis se pronunciar. O príncipe Arian queria, na verdade, transformar-se numa espécie de enclave, como uma suíça asiática e, obviamente, não teve essa sorte.

Vinte dias – não mais que isso – após feita a partilha e o estado da Caxemira não estando definido, houve a primeira invasão paquistanesa, a que se seguiu a invasão indiana, a colocação de um exército de elite da Índia lá dentro. As Nações Unidas acodem, estabelecem uma zona de cessar fogo e um limite que vige até hoje e é um celeiro de muitos problemas.

O fato é que, nesse início todo, o clima do relacionamento bilateral com o Brasil era morno. O Brasil não aderiu ao movimento dos não-alinhados. A preocupação da economia indiana com os planos quinquenais e com auto-suficiência não entusiasmava empresários brasileiros, que, por sua vez, eram muito introvertidos. A situação estratégica da Índia e as possibilidades do País eram, na verdade, mencionadas sempre por estrategistas e planejadores diplomáticos, mas ficava

mais ou menos aí. A situação se altera nos anos noventa com a mudança econômica havida tanto na Índia quanto no Brasil. A abertura econômica na Índia é feita, sobretudo, a partir de 1991, com o então Ministro das Finanças Manmohan Singh, hoje o novo Primeiro-Ministro da Índia.

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia, em 1996, dá início a uma colaboração mais ambiciosa e, a partir da visita do Presidente Lula, em janeiro deste ano, a Índia se afirma como um dos principais parceiros do Brasil na Ásia e se destaca como uma das prioridades da política externa brasileira.

Em termos de cooperação diplomática, hoje há uma miríade de instrumentos. Temos consultas bilaterais com o Itamaraty todo ano, já há oito anos. Foi criada uma comissão mista amplíssima cuja primeira reunião foi em outubro do ano passado, com a presença do chanceler Celso Amorim. Houve a participação de 51 representantes dos dois lados nas negociações dessa comissão mista, extremamente complexa. Os temas dessa comissão, para V. Ex^{as} terem uma idéia, são: agrícola, cultural, educacional, energética, econômica, multilateral, científico-tecnológica, social, espacial, turística, transporte; enfim, é amplíssima. Na área multilateral temos uma grande divergência em função da política nuclear. No geral, as convergências determinam o perfil desse relacionamento.

A partir de reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reforma do comércio, sobretudo na parte agrícola, como o Relator mencionou muito bem. A preocupação agrícola é comum aos dois. Portanto, na OMC, há muito campo para a cooperação e agora foi criado o Ibas, mecanismo que engloba Brasil, África do Sul e Índia.

No plano comercial, as possibilidades são bastante grandes. Comércio bilateral, hoje em dia, é um pouco mais de um bilhão, mas só chegou à casa de um bilhão há três ou quatro anos. O comércio ainda é básico, não tem muito valor agregado. É preciso fazer um esforço grande nesse campo.

Eu estive ontem com o Ministro Furlan que me disse que pretende ir à Índia, em novembro próximo, para participar de uma grande feira de exposição no país. S. Ex^a disse que levaria 70 empresários, ou seja, há realmente um impulso considerável nessa relação comercial, que decididamente, receberá um custo maior ainda, se for efetivamente assinado nos próximos meses, como se espera, o acordo Mercosul-Índia.

O comércio, na verdade, da Índia com o Mercosul, no momento, oscila em torno de US\$ 1,5 bilhão. Há um estudo da Unctad que mostra que, na verdade, com esse acordo com o Mercosul, esse comércio poderia aumentar em 16 vezes. A Índia poderia vender ao Mer-

cosul cerca de US\$9,5 ou US\$10 bilhões de dólares e importar mais de 13 bilhões. É apenas um estudo, é apenas uma projeção otimista. Mas é bom trabalhar com projeções otimistas de vez em quando, sobretudo para quem esteve nos últimos três anos nos Estados Unidos – 3 anos justamente depois do 11 de setembro –, é uma maravilha poder fazer projeções de futuros otimistas.

Há um amplo campo de desenvolvimento em matéria de cooperação científico-tecnológica. O Ministro Eduardo Campos acaba de ser convidado para ir à Índia. Espero que S. Ex^a vá nesses próximos meses. As possibilidades são muito grandes. É claro que, para que haja uma aproximação maior, um acordo de transporte aéreo seria muito oportuno. A Varig e a Índia estão em negociações para elaborar um acordo pelo qual a Varig iria até a Europa e, a partir de lá, a Índia transportaria os passageiros e as mercadorias para a Índia.

Na área da defesa, em que as possibilidades são muitas, a Embraer acaba de vender cinco aeronaves para a Índia. Há possibilidades, também, de vendas do RJ145. Na área espacial, o avanço indiano é extraordinário. Até 2007, eles deverão lançar 25 satélites, 15 dos quais a partir da fabricação interna de foguetes. Os indianos têm uma qualidade excepcional nesse campo da área espacial, a de fazer as coisas com muitos menos recursos. Eles têm uma tecnologia muito mais barata do que a que existe no mercado. De maneira que este tipo de cooperação poderia ser extremamente benéfico para o Brasil.

Já temos cooperação na área social, na saúde. Na área cultural, entendo que a cooperação também tem um campo enorme. Ela está, ainda, carecendo de dinamismo. Há, no entanto, algumas iniciativas agora, que podem ser interessantes. Por exemplo, há um festival de cinema brasileiro no Rio de Janeiro, com uma parte dedicada a Bollywood. Bollywood é a indústria de cinema indiana que é feita, basicamente, em Bombay – daí vem a palavra Bollywood --, que tem a maior produção cinematográfica de qualquer país do mundo. Enfim, cinema é realmente importante. Talvez haja a possibilidade de colaboração nesse sentido. O secretário de audiovisual, Orlando Sena, está convidado também para participar de um festival na Índia. Espero que S. S^a aceite o convite.

Há possibilidades também na área educacional, em termos de massificação da educação, de educação à distância. O senador Cristovam Buarque talvez tenha idéias nesse particular.

Há também um tipo de colaboração que me parece muito oportuna e muito desejável, a cooperação na área parlamentar. A Constituição indiana, que data

de 1950, acolhe um tipo de sistema muito calcado no sistema inglês. O parlamento é chamado de Lok Sabha. O líder da maioria tentou vir ao Brasil em setembro, mas teve que adiar esse tipo de iniciativa. Eu realmente gostaria muito que ele viesse e essa visita tivesse a reciprocidade dos Parlamentares daqui. Enfim, se eu estiver lá, se merecer a aprovação dos senhores e a confirmação do Senado, terei muito prazer realmente em acolhê-los e em recebê-los porque há um campo vastíssimo de cooperação possível também na área parlamentar. Muito obrigado.

Aguardo as perguntas que os senhores quiserem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. José Vicente de Sá Pimentel.

Temos agora a arguição que é feita reservadamente e, em seguida, haverá a votação.

Então peço a gentileza dos senhores e das senhoras que nos estão visitando para que deixem a sala por este momento da sessão reservada de arguição. Vamos convidá-los logo a seguir. De pronto, após a votação, prosseguiremos a reunião, agora com a segunda fase, ou seja, a audiência pública relativa ao acordo sobre o tabaco.

Estão inscritos os Senadores Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Jefferson Peres, Eduardo Azeredo e Pedro Simon.

(A reunião torna-se secreta às 11h29min.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para fazer a leitura do parecer do Item 3, relativo ao Sr. Cesário Melantonio Neto, que, além de ser embaixador na República da Turquia, está designado pelo Presidente da República para ser embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Relator, o Senador Luiz Otávio, dá o parecer favorável para a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, que hoje exerce a missão de embaixador na Turquia.

O meu parecer é favorável para que V. Ex^a, cumulativamente, exerça também o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito a todos os Srs. Senadores que ainda não votaram que depositem seu voto nas três indicações. (Pausa).

Solicito a presença dos Senadores Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque e Gilberto Mestrinho para fazerem a apuração dos votos, por favor. (Pausa).

Para os três Embaixadores, Luiz Antonio Fachini Gomes, indicado para a República Islâmica do Irã; José Vicente de Sá Pimentel, indicado para a República da Índia; e Cesário Melantonio Neto, indicado para a República da Turquia e, cumulativamente, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Azerbaijão, não houve voto contra nem abstenção. Foram quinze votos favoráveis.

Meus cumprimentos aos Srs. Embaixadores.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima sexta reunião extraordinária da comissão de relações exteriores e defesa nacional do senado federal, da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura, realizada no dia quinze de setembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas.

Às onze horas do dia quinze de setembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY e PEDRO SIMON**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, FERNANDO BEZERRA, CRISTOVAM BUARQUE, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, GILBERTO MESTRINO, JOSÉ AGRIPINO e LUIZ OTÁVIO**. Compareceram também os Deputados **ADÃO PETTO, KELLY MORAES, LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI, LUIS CARLOS HEINZI, JÚLIO CÉSAR REDECKER, ENIO BACCI e HENRIQUE FONTANA JÚNIOR**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Esta reunião destina-se à Audiência Pública com objetivo da oitiva das autoridades e profissionais da saúde e dos representantes da cadeia produtiva do fumo no sentido de conceder a oportunidade de se manifestarem acerca do impacto para os setores do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, que tramita nesta Comissão, bem como para o esclarecimento do assunto e orientação

aos Senhores Senadores Membros desta Comissão sobre as implicações políticas, econômicas e sociais do projeto supracitado, objeto dos Requerimentos nºs 26 e 27, de 2004/CRE, aprovados em 26 de agosto de 2004. Inicia-se com apreciação da **Extra-Pauta – Item um**: Requerimento nº 29, de 2004/CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para a qual seja convidada a Senhora Conselheira Mariângela Rebuá de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para debate, nesta Comissão, acerca das implicações políticas, econômicas e sociais pela aprovação do PDS nº 602/2004, que dispõe sobre a aprovação do texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil, em 16 de junho de 2003”. O Senhor Presidente, autor do Requerimento, o justifica e abre a discussão. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Passa-se à Pauta, **Item dois**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 602, de 2004, de autoria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **FERNANDO BEZERRA**, Relator do projeto, que pede a retirada da matéria de pauta. Faz uso da palavra pela ordem o Senador **PEDRO SIMON**. O Senhor Presidente convida a todos os expositores a comporem a mesa, passando a palavra ao Excelentíssimo Doutor **HUMBERTO COSTA**, Ministro da Saúde, que faz sua exposição. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. Seguido pelas exposições do Senhor **CARLOS RIVACI SPEROTTO**, Presidente da FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) que representa o Senhor Ágide Meneguette, Presidente da FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e da Senhora **MARGARET MATOS**, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná que representa o Doutor Drauzio Varella. O Senhor Presidente concede novamente a palavra ao Senhor **HUMBERTO COSTA**, Ministro da Saúde, para se despedir. Retorna aos expositores: Senhor **EZÍDIO PINHEIRO**, Presidente da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul); Doutora **TÂNIA CAVALCANTE**, Chefe da Divisão de Tabagismo do INCA (Instituto Nacional do Câncer) que representa o Dr. José Gomes Temporão, Diretor Geral do INCA; Senhor **HEITOR ALVARO PETRY**, Presidente da FAMURS (Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul) que representa o Senhor Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande

do Sul); Senhor **VILSON RABUSQUE**, do Movimento dos Pequenos Agricultores que representa o Doutor Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Doutora **NISE HITOMI YAMAGUCHI**, Presidente da Associação Paulista de Oncologia Clínica; Senhor **ANTONINHO ROVARIS**, Presidente da FETAESC (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina); Senhora **IRMÃ LOURDES MARIA STAUDT DILL**, do Projeto Esperança e Coesperança, que representa o Doutor Adib Jatene; Senhor **SÁLVIO OSMAR TONINI**, que representa o Senhor José Zeferino Pedroso, Presidente da FAESC (Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina); Senhor **HAINSI GRALOW**, Presidente da AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) que representa o Senhor Ademir Mueller, Presidente da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná) e a Conselheira **MARIANGELA REBUÁ DE ANDRADE SIMÕES**, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Fizeram uso da palavra para interpelação aos expositores, os Senhores e Senhoras: Senador **PEDRO SIMON**, Deputado **ADÃO PETTO**, Deputado **LUIS CARLOS HEINZI**, Deputada **KELLY MORAES**, Deputado **JÚLIO CÉSAR REDECKER** e Deputado **HENRIQUE FONTANA JÚNIOR**. O Senhor Presidente agradece a presença das autoridades. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Haven-do número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Esta reunião objetiva a realização de audiência pública referente à Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, que também seja convidada a Srª Conselheira Mariângela Rebuá de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para que participe desta audiência representando o Ministério das Relações Exteriores.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Damos as boas-vindas ao Dr. Humberto Costa, Exmº Sr. Ministro da Saúde.

Convido a Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, Chefe da Divisão dos Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para estar aqui à Mesa.

Passamos, agora, à audiência pública relativa à Convenção-Quadro.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Fernando Bezerra é o Relator desta matéria e pede pela ordem para fazer uma comunicação, antes de ouvirmos o Ministro Humberto Costa e todos os convidados que vou listar daqui a pouco.

Senador Fernando Bezerra, eu gostaria, primeiramente, de listar todos os convidados para a nossa reunião.

Já estão à Mesa o Dr. Humberto Costa e a Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, esta, representando o Ministério das Relações Exteriores.

Realizaremos, hoje, a audiência pública, em decorrência de requerimentos dos Senadores Sérgio Zambiasi, Rodolpho Tourinho e também de minha autoria, para ouvirmos, sejam os representantes de produtores de tabaco, sejam também aquelas diversas entidades representantes de Associações de Oncologia e médicos, de tal maneira que possamos ouvir os mais diversos pontos de vista a respeito deste importante acordo.

Lerei a lista de nossos convidados.

Sr^a Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, indicada pelo Dr. Drauzio Varella.

Dr^a Tânia Cavalcante, Chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca.

Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica.

Dr. Adib Jatene, que havia indicado o Dr. José Rosemberg, mas que indicaram ambos a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/ Co-Esperança.

Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. O senhor está presente? Carlos Rivaci Sperotto.

Sr. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Federação

dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag.

Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, representando Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul.

Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Faesc – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Fulbra – Associação dos Fumicultores do Brasil, representando o Sr. Ademir Müller, Presidente da Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Esta audiência tem como objetivo a oitiva das autoridades e profissionais de Saúde e dos representantes da cadeia produtiva do fumo, no sentido de conceder a oportunidade de se manifestarem acerca do impacto para os setores do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, que tramita nesta Comissão, além de orientar os membros desta Comissão sobre as implicações políticas, econômicas e sociais do projeto, objeto dos Requerimentos nºs 26 e 27, de 2004, aprovados em 26 de agosto de 2004.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, Relator designado para o projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, demais autoridades, representantes do Ministério das Relações Exteriores, empresários, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, fui designado por V. Ex^a Relator desta matéria, que trata de apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que tem o nº 1.281, de 2004, na Câmara dos Deputados, e que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

Trabalhei intensamente na apreciação da matéria e cheguei praticamente à conclusão em um parecer em que me manifesto, em princípio, de forma favorável.

Entretanto, em respeito a essa audiência pública, quando aqui serão ouvidos todos os interessados da matéria – e eu não os vi –, estive conversando particularmente com o pessoal da área de Saúde, com aqueles que estão envolvidos na questão do combate ao câncer no Brasil. Essa matéria me sensibiliza bastante, tem amplas implicações de ordem econômica. Isso tem que ser levado em consideração também,

apesar da compreensão da gravidade da questão. Isso porque duzentas mil pessoas morrem de câncer no Brasil.

Vou pedir a V. Ex^a que permita que eu apresente o parecer em outra oportunidade, após esta audiência, exatamente em respeito às pessoas que aqui vieram discutir essa matéria.

Além do mais, Sr. Presidente, encontro-me em uma situação extremamente delicada. Sabe V. Ex^a que sou o Líder do Governo no Congresso Nacional. E o Congresso Nacional se reunirá agora para apreciar matérias relativas a créditos, matérias que são importantes para o Governo. O Sr. Ministro da Saúde sabe disso e tem interesse em alguns créditos que estão em discussão no Congresso Nacional. Assim, peço sinceras desculpas a todos os convidados. Minha assessoria vai permanecer aqui, acompanhando detalhadamente todo o decorrer da discussão, que certamente virá enriquecer o parecer, que posteriormente apresentarei nesta Comissão.

Com essas palavras, Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para me retirar. Espero que entendam que não se trata de desrespeito, mas o Parlamento, às vezes, caminha de forma desorganizada. Tenho o dever agora, como Líder do Governo, de estar no Congresso, mas gostaria muito, como Relator dessa matéria, de acompanhar os trabalhos aqui. Mas tenho que fazer uma opção. É muito importante a matéria que o Congresso vai apreciar e aqui também há um debate que reputo da maior importância. Vou deixar assessores para acompanhar o debate, que certamente vai contribuir para que eu possa emitir um parecer, que será apreciado em outro momento pela Comissão de Relações Exteriores.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço licença a V. Ex^a para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quando V. Ex^a me informou, pela manhã, que considerava importante ouvir as partes que aqui estariam prestando seus esclarecimentos, considerei também que seria de bom senso que V. Ex^a aguardasse todo o debate, para então completar o seu parecer.

Poderemos, em princípio, estabelecer para a próxima semana, quando houver reunião deliberativa, a colocação da matéria em pauta. Isso porque até lá V. Ex^a terá tido a oportunidade de examinar, inclusive todas as notas taquigráficas de tudo que foi exposto nesta audiência pública.

Dessa forma, iremos levar em consideração o ponto de vista dos mais diversos segmentos, que hoje foram ouvidos aqui da forma mais democrática possível.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN)

– Quero assumir um compromisso aqui. Estamos num processo parlamentar muito ativo e em vésperas de eleições. Eu queria que houvesse compreensão de V. Ex^a com relação a esse aspecto. E o meu compromisso é no sentido de fazer tudo o mais rapidamente possível. Formado um juízo de valor sobre as questões que estão sendo colocadas aqui, eu trarei o parecer para esta Comissão apreciá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Isso é mais do que justo e será por todos nós compreendido e respeitado, Senador Fernando Bezerra.

Passamos a palavra ao Ex^o Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, a quem agradecemos pela presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero apenas salientar a V. Ex^a – sei que a reunião é muito importante, está aqui o Ministro, está aqui praticamente todo o Brasil – que, ali, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está-se fazendo um acordo em torno de uma matéria da maior importância, que, talvez, seja até votada hoje à tarde. Por isso observe V. Ex^a que não há nenhum Senador aqui, porque praticamente todos os Senadores estão sendo convocados para a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se exatamente do entendimento sobre o acordo da biossegurança. Tenho de ir para lá, porque sou membro daquela Comissão. Se eu não votar a matéria, vão cobrar de mim o porquê de eu não ter votado.

A reunião está aí, uma linda reunião. Todos vieram de fora. Já vi que o Ministro está todo empolgado para começar, mas é delicado o fato de estarmos discutindo aqui e lá, na outra Comissão.

Por isso, aliás, quero dizer ao Ministro José Dirceu e a todos os Senadores que estão aqui – até há dez minutos, havia oito Senadores na reunião – que os Senadores ausentes estão lá, na outra comissão. Haverá um amplo debate e talvez se esteja chegando a um acordo sobre uma matéria da maior importância. Eu até vou ter de pedir desculpas, mas terei de ir lá, porque, se eu não votar, vou ter de explicar por que não votei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, estou percebendo o impasse que estamos vivendo, mas todos hão de convir que pessoas vieram aqui de muitos lugares do Brasil para esta

reunião. É importante o diálogo entre os que vieram, inclusive dos produtores de tabaco e daquelas pessoas que têm muita preocupação com respeito à questão da saúde. A oportunidade do encontro dessas partes também é muito importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que é importante é não ter nenhum Senador assistindo. Isso é trágico!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É trágico, mas deverão os Senadores ter a oportunidade de examinar o que for registrado. As notas taquigráficas existirão. A reunião está sendo gravada para ser transmitida e para o conhecimento dos Srs. Senadores, e não será tão fácil trazer todas as pessoas de novo para este encontro tão positivo. Quem sabe! Se, daqui a pouco, houver acordo, V. Ex^a e os demais Senadores voltarão ao convívio deste encontro tão importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a entende a minha saída?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A tranquilidade é que não haverá votação, até por que não há nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dada a decisão do Senador Fernando Bezerra, o parecer será objeto de debate com os subsídios que aqui serão trazidos pelos presentes, mas, certamente, conforme o Senador Fernando Bezerra disse, todos os subsídios aqui colocados serão considerados por ele e, obviamente, pelos demais Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço licença, espero poder voltar, mas preciso dar o meu voto na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Obrigada.

Concedo a palavra ao Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, demais integrantes desta audiência pública, quero, primeiramente, louvar a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores em realizar esta audiência pública até para que possamos claramente colocar o que de fato estabelece o contraditório, neste momento, em nosso País, e deixar absolutamente claro o que de fato é objeto da discussão, que é trazer o debate no que diz respeito à Convenção como um todo. Então, eu queria, inicialmente justificar a necessidade de o Congresso Nacional brasileiro ratificar.

É importante dizer que a Convenção-Quadro começou a ser elaborada a partir de 1999, quando 122 países demandaram à Assembléia Nacional Mundial da Saúde a negociação de um tratado internacional para o controle do tabaco. Por que, isso? Porque o

tabagismo, hoje, é reconhecido, sem qualquer grau de contestação, como uma doença crônica, na verdade, uma dependência que está incluída inclusive no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde. É comprovadamente, por estudos científicos os mais diversos, um fator de risco para doenças graves e fatais como o câncer, as doenças cardiovasculares, enfisemas e outras. A comprovação científica de que o tabagismo passivo, ou seja, as pessoas que convivem com fumantes, faz com que essas pessoas tenha aumentados os riscos de câncer, infarto, infecções respiratórias e outros agravos, de que o tabagismo passivo é considerado risco ocupacional e que o tabaco mata por ano 5 milhões de pessoas no mundo, sendo que no Brasil 200 mil morrem anualmente. O tabagismo agrava a fome, a pobreza e dificulta o desenvolvimento sustentável, porque ele se concentra na população de baixa renda e de baixo nível de escolaridade. Hoje, dos 1,3 bilhões de fumantes no mundo, 80% deles estão em países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos já criaram um esforço importante para estabelecer a redução do consumo e é uma dependência que leva os chefes de família, principalmente aquelas de baixa renda, a substituírem a aquisição do alimento e de outros produtos essenciais pelo consumo de cigarros.

Hoje, por exemplo, há estudos que demonstram que num país pobre como Bangladesh, se as pessoas deixassem de fumar haveria 10 milhões a menos de pessoas desnutridas por conta do desvio do recurso que sai do consumo para a aquisição de cigarros. E, em muitos países, inclusive no Brasil, é mais barato comprar cigarros do que comprar muitos alimentos. É por conta dessa realidade que instituições internacionais, algumas delas, digamos, inquestionáveis do ponto de vista do seu compromisso com o sistema capitalista, entre elas o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições das Nações Unidas, têm desenvolvido ações para que tenhamos uma redução do consumo do tabaco em nível internacional. Inclusive, um dos estudos mais profundos sobre a vinculação pobreza e consumo de tabaco foi desenvolvido pelo Banco Mundial e apresentado o ano passado aqui, no Congresso Nacional. Uma outra constatação é que o tabagismo é também uma doença pediátrica. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos de idade. A idade média de iniciação acontece aos 15 anos e, no mundo, 100 mil jovens começam a fumar a cada dia. Desses 100 mil, 80% vivem em países pobres. Portanto, o tabagismo, hoje, é claramente uma doença da pobreza também.

Quais são os determinantes da expansão do tabagismo? Primeiro, as estratégias da indústria do tabaco, que se valem, primeiro, da garantia de fácil

acesso aos jovens. No Brasil, apesar de tudo que tem sido feito para impedir esse acesso, ainda é um acesso fácil, algumas empresas utilizam-se inclusive de eventos que elas organizam para tentar estimular o consumo de cigarros, contratam monitores, jovens monitores que são encarregados de propagar nas escolas as “benesses” do consumo do cigarro. Segundo, o fato de que temos, no Brasil, o sexto preço mais barato de cigarros no mundo inteiro. A outra ação que a indústria do tabaco desenvolve é a publicidade e a promoção, que, no Brasil, graças inclusive ao Congresso Nacional, hoje passa por um processo de restrição quase que absoluta. Outro, o mercado ilegal, a produção clandestina, o contrabando e o *lobby*, naturalmente. Isso gera para o País, para o mundo um grave problema de saúde pública, porque todas essas ações ou essa situação levam a um estímulo à iniciação e dificultam a cessação de fumar.

Para dar alguns exemplos de como essa publicidade atuava no período em que tínhamos no Brasil ainda a possibilidade da publicidade, da promoção do consumo do cigarro. Por exemplo: minha cabeça está aberta 24 horas por dia para grandes saques e depósitos interessantes. Acho a vida muito boa para ser levada a sério, é só uma questão de escolha.

Vemos que tudo é dirigido para jovens, adolescentes e isso faz parte de uma estratégia muito bem trabalhada e muito bem bolada.

Em outros casos, como, por exemplo, a venda de cigarros em máquinas associada a outros produtos como refrigerantes, biscoitos, etc; tudo isso não é uma estratégia não pensada. Faz parte de uma estratégia elaborada, pensada, produzida, avaliada sobre como poder influenciar os jovens para o consumo do cigarro.

Para isso basta analisarmos alguns textos que as próprias companhias de cigarro têm elaborado. Por exemplo, em relação aos jovens, a RJ Reynolds, em 1975, os jovens representam um negócio de cigarros amanhã. À medida que o grupo etário de 14 a 24 anos amadurece, ele se tornará parte chave do volume total de cigarros, no mínimo, pelos próximos 25 anos.

A Philip Morris em 1957: atingir o jovem pode ser mais eficiente, mesmo que o custo para atingi-lo seja maior, porque eles estão desejando experimentar, têm mais influência sobre os outros da sua idade e do que eles terão mais tarde e porque são muito mais leais à sua primeira marca.

A globalização da economia expandiu, funcionou como potencializador da expansão do tabaco. Como isso tem acontecido? Nos países desenvolvidos, graças às ações legais e às ações do sistema de saúde pública, o consumo vem caindo. No entanto, o consumo

vem crescendo nos países em desenvolvimento, nos países pobres. Então, o que temos visto é uma expansão da indústria do tabaco exatamente para aqueles países em processo de desenvolvimento ou países pobres efetivamente, em que as grandes transnacionais migram para esses países porque neles há poucas restrições, a mão-de-obra é barata e sua população, em sua maioria, é jovem. E essas estratégias para expansão são transnacionais, que restringem a capacidade dos países de regular o tabaco por medidas que sejam unicamente nacionais ou medidas domésticas. Portanto, o que vemos é que a estratégia hoje de globalização parte para explorar esse mercado dos países mais pobres.

E aí estão exemplos de globalização das propagandas, no esporte, principalmente, na moda, na atividade cultural e a propaganda subliminar. Hoje, há vários estudos demonstrando que a indústria do tabaco tem financiado produções cinematográficas, inclusive para o simples fato de que o artista apareça fumando como forma de estimular ou de procurar uma emulação da conduta.

Globalização e a expansão do consumo do tabaco. Vamos ver aqui o que mais recentemente elas têm dito. O consumo de tabaco nas nações desenvolvidas seguirá uma tendência de redução até o final do século, ao passo que nos países em desenvolvimento o consumo poderia aumentar em 3% ao ano, um quadro verdadeiramente promissor. Não deveríamos estar deprimidos somente porque o mercado total do mundo livre parece diminuir. Dentro do mercado total existem áreas de sólido crescimento, particularmente na Ásia e na África. Existem grandes oportunidades de aumentar a nossa participação no mercado em algumas regiões da Europa, indústria sistematicamente rentável, e há oportunidades de aumentar ainda mais essa rentabilidade.

Próximo. Mais ainda, a média de expectativa de vida em relação a Burquina Faso em 1988, é 40 anos; a mortalidade infantil é alta; os problemas de saúde que alguns dizem serem causados por cigarros não serão percebidos como um problema. Esse é um mercado com enorme potencial, o índice de crescimento demográfico é 2,2% ao ano, e 40% da população são menores de 18 anos.

Próximo. Bom, o que tem acontecido, de fato, com a expansão do consumo do tabaco no mundo? Ela tem aumentado. No entanto, tem aumentado às custas dos países em desenvolvimento. Dos países em desenvolvimento com maior expressão, a China é aquele com o maior peso, onde, nos últimos anos, aumentou em 8% o consumo do tabaco. Hoje, mais de 35% do consumo mundial são de responsabilidade

da China, que não só assinou a Convenção-Quadro do Tabaco, como vem iniciando medidas exatamente para conter o consumo. Isso deve ter um impacto importante no consumo mundial. Outros países importantes: Indonésia, Síria e Bangladesh.

Hoje, a OMS estima que, com a ampliação de consumo de tabaco em termos internacionais, concentrada nos países em desenvolvimento, daqui a 10 anos, deveremos dobrar o número de pessoas mortas anualmente por doenças geradas pelo consumo do tabaco; portanto, 10 milhões de mortes ao ano e 70% delas concentradas nos países em desenvolvimento.

Bom, diante desse quadro, houve uma reação mundial para construir um tratado de saúde pública da história da humanidade. Essa Convenção foi negociada durante quatro anos por uma comissão encabeçada o tempo inteiro pela representação diplomática do Brasil.

No primeiro momento, pelo atual Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; no segundo momento, pelo nosso representante, Embaixador em Genebra junto à Organização das Nações Unidas, Seixas Corrêa. Hoje, a coordenação ainda está a cargo do Embaixador Seixas Corrêa, Presidente da Comissão Intergovernamental para Implementação da Convenção-Quadro. Essa Convenção foi aprovada, por unanimidade, na Assembléia Mundial da Saúde no ano passado.

O objetivo da Convenção é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Reduzir, de maneira contínua e substancial, a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. Portanto, esses são os objetivos da Convenção. Procura-se vender a idéia de que o objetivo da Convenção é erradicar a produção do tabaco como sendo o eixo principal. Não é isso. O eixo é que possamos proteger as gerações futuras das consequências do consumo do tabaco e, ao mesmo tempo, reduzir o consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

Então, estão aqui os diversos pontos que compõem a Convenção-Quadro: introdução, objetivo, princípios norteadores, medidas relacionadas à redução da demanda, medidas relativas à redução da oferta, proteção ao meio ambiente, questões relacionadas à responsabilidade civil, cooperação científica e técnica e comunicação da informação, mecanismos institucionais e recursos financeiros, solução de controvérsias, desenvolvimento da Convenção-Quadro e disposições finais.

Medidas relacionadas à redução da demanda. Várias delas já compõem a legislação brasileira. É

importante dizer, Senador Eduardo Suplicy e Parlamentares presentes, que a grande maioria dos aspectos que compõem a Convenção-Quadro do Controle do Tabaco já existem na legislação brasileira; fazem parte da nossa legislação e de ações que o Governo vem desenvolvendo, medidas relacionadas a preços e impostos. O Governo, no ano passado, aumentou em 20% o imposto para o cigarro, elevando o preço do cigarro nesse montante.

Já estamos desenvolvendo um estudo, juntamente com a Secretaria da Receita Federal, para calcular uma margem segura dentro da qual possamos aumentar o preço sem estimular o contrabando nem a produção ilegal. Além disso, a Secretaria da Receita Federal e a Polícia Federal têm desenvolvido ações importantíssimas para conter a produção ilegal e o contrabando, envolvendo, inclusive, entendimentos com governos fronteiriços ao nosso, com países que fazem fronteira com o Brasil.

Proteção contra a exposição à fumaça de tabaco: todo o arcabouço legislativo brasileiro já garante as condições para que isso aconteça. Cabe aos municípios e aos estados o efetivo cumprimento dessa lei.

Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco: isso, também, a Anvisa fez e continua a fazer em nosso País.

Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco: isso também a Anvisa, o Ministério da Saúde e os meios de comunicação têm feito.

Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco: o Brasil já tem uma legislação muito dura em relação a essa questão.

Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público: isso já é feito rotineiramente por meio de ações na área de educação, da própria área da saúde e dos meios de comunicação.

Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco – o Brasil tem, também, uma das leis mais avançadas em relação a isso.

Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco: também estão na legislação brasileira.

Ora, na verdade, nós estaremos ratificando aquilo que nós já estamos praticando há muito tempo. Portanto, de onde vem essa postura de disseminar um verdadeiro terrorismo na sociedade brasileira quanto às repercussões que a implantação e a ratificação da Convenção-Quadro irão trazer ao nosso País? Esse temor é absolutamente infundado.

Pode passar.

Aonde é que a coisa está pegando? Quando nós discutimos as medidas relacionadas à redução da oferta

de tabaco. Comércio ilícito de produtos de tabaco: o Brasil está combatendo, inclusive, em diálogo com a própria indústria. Eu já tive a oportunidade de, mais de uma vez, receber representantes da indústria do tabaco para discutir ações que evitem o contrabando e a produção ilegal.

Venda a menores de idade e por eles: isso é contemplado pela legislação civil brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis: vamos colocar a questão nos devidos termos.

A implantação da Convenção-Quadro, com todos esses aspectos que nós listamos, vai levar, necessariamente, a uma redução do consumo de tabaco no mundo. As medidas que a China – hoje, o maior consumidor de tabaco internacional – começa a adotar vão reduzir, significativamente, o consumo do tabaco no mundo, o que significa que esse é um mercado em processo de diminuição. Ainda que hoje haja uma expansão e, até 2010, as previsões são de que possa haver uma expansão, a médio e longo prazo, esse é um mercado em retração.

A Convenção-Quadro colocou o art. 17. Vou ler esse artigo para que nós saibamos o que nós estamos discutindo. Esse artigo diz, claramente, o seguinte:

“Art. 17 – As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais, internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.”

Antes de ser um artigo para prejudicar o pequeno agricultor e o pequeno varejista, é um artigo para protegê-los, para que, quando as repercussões da redução do consumo do tabaco, em nível internacional, começarem a atingir o pequeno produtor ou o pequeno comerciante, os governos tenham a responsabilidade de viabilizar alternativas que sejam economicamente viáveis e lucrativas na mesma dimensão que a atividade da produção do tabaco. Esse é o objetivo da proposição no art. 17.

Quando isso está proposto não vem para prejudicar o pequeno agricultor. Ao contrário, vem para fazer com que, como acontece em muitas outras atividades produtivas que cessam, a indústria depois não deixe ao deus-dará aqueles que antes produziam a matéria-prima para a industrialização que lhe corresponde e lhe cabe.

A Convenção apresenta outros aspectos que também trabalham nessa linha. Conscientes das dificul-

dades sociais e econômicas que podem gerar, a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas em nível nacional, devem ser reconhecidos e abordados no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável a importância de assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores, cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco nas partes que sejam países em desenvolvimento e nas que tenham economia em transição.

Portanto, Senador, está absolutamente claro que no dia em que essa Convenção entrar em vigor, não sairá do Governo Federal uma operação da Polícia Federal para dizimar o cultivo de tabaco que há no Brasil. O tabaco é um produto legal. A Convenção não está transformando o tabaco num produto ilegal. O que esses artigos abordam é que temos que garantir que os que hoje sobrevivem dessa cultura possam ter meios para sobreviver mais a frente, quando ela deixar de se tornar uma cultura rentável por conta das ações de controle do tabagismo.

Além disso, qual é o *status* da Convenção? Cento e sessenta e oito países já assinaram, entre eles grandes produtores de tabaco ou países que tem indústria de tabaco forte. Assinaram os Estados Unidos, a Índia, a China, a Indonésia... O Brasil foi o segundo país a assinar essa Convenção, e alguns já ratificaram. No caso da Índia que a ratificação é feita pelo Poder Executivo, já houve a ratificação, e é um grande produtor de tabaco. Trinta países já ratificaram. Quando completarmos 40, a Convenção entra em vigor.

No entanto, quais são as consequências de não assinarmos a Convenção? Quais são os desdobramentos? A partir do momento em que a Convenção entra em vigor, em primeiro lugar, vamos ter a conferência das partes, que envolverá todos aqueles que ratificaram a Convenção, para discutir os protocolos, que, então, definirão como vamos implementar cada uma daquelas ações de ampliação do controle de políticas para apoiar a cessação de fumar, inclusive como vamos criar as condições para dar suporte àqueles países em desenvolvimento no caso de uma eventual substituição de cultura que ocorra pela redução do consumo em nível internacional.

Ora, se o Brasil não ratificar, ele não fará parte da elaboração desses protocolos. Não vamos ter acesso, inclusive, à assistência técnica e financeira em um momento em que a nossa cultura vier a ser substituída

decorrente da redução do consumo do mercado nacional e internacional, para que possamos fazer isso de forma a beneficiar a nossa população que hoje se dedica a essa atividade.

A liderança do Brasil no controle do tabagismo. O Brasil já cumpre a maior parte das propostas da Convenção. O Brasil presidiu o órgão intergovernamental, durante quatro anos, que criou a Convenção; foi o segundo país a assiná-la; o nosso programa é um dos mais avançados do mundo; temos reduzido a proporção de fumantes na população de 32%, em 1989, para 18,8%, em 2003. Já temos números mais novos que demonstram, inclusive, que houve uma redução nesse percentual.

No Brasil, houve uma redução de 42% **per capita** no consumo de cigarro. A proporção de fumantes, como disse, caiu de 32% para 18%, atingindo em alguns casos patamares inferiores aos que existem nos Estados Unidos e no Canadá.

O Brasil, no Governo Lula, assumiu um compromisso com essa Convenção. Em 2003, foi criada por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro. Neste ano, definimos a garantia do atendimento gratuito para quem quiser deixar de fumar, inclusive na atenção básica, com distribuição de medicamentos; mudamos as imagens de advertência nos maços de cigarros para imagens mais fortes e informativas e veiculamos contrapropaganda e mensagens de advertência durante a transmissão de eventos internacionais patrocinados por marcas de cigarro. Portanto, o Brasil tem reafirmado seu compromisso.

Vamos lembrar quais as implicações de não ratificarmos a Convenção: o Brasil ficaria de fora das negociações dos protocolos da Convenção e, assim, das discussões sobre alternativas de apoio técnico e financeiro. Perdem principalmente os produtores rurais. A imagem do Brasil fica dúbia ao liderar o controle do tabagismo, mas ceder à pressão das grandes transnacionais de tabaco.

Independente de o Brasil ratificar ou não a Convenção, o cenário está posto: a redução da demanda vai acontecer no longo prazo e com ela acontecerá impacto sobre a demanda de produção. Portanto, se ratificarmos esta Convenção, estaremos salvando vidas. Em verdade, esta é a grande questão.

Por último, ainda que fosse uma definição internacional, que não pode ser imposta a nenhum país, e que se procedesse a uma erradicação das culturas do tabaco – digamos que saísse essa decisão estapafúrdia que não consta do processo da Convenção-Quadro –, o Brasil não estaria obrigado a assumir essa definição.

E ainda que o fizesse, o ritmo dessa definição seria uma decisão do País e não de fora.

Por isso, é absolutamente equivocado propor que não se ratifique a Convenção, esperando que outras ratificações aconteçam. Ao contrário, vamos ratificá-la e, assim, teremos absoluto controle do processo.

O Ministério da Saúde tem tido atitude altamente responsável no que diz respeito às atividades econômicas no Brasil. Recentemente, foi discutida na OMS da estratégia mundial da atividade física e controle das doenças crônicas, envolvendo diabetes, doenças cardiovasculares etc. Havia, na estratégia global, uma proposição que falava do consumo de açúcar que gerava uma certa dubiedade quanto à possibilidade de adoção de subsídios para outros alimentos em detrimento do açúcar em outros países. A posição do Brasil foi construída em uma negociação entre o Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde, e conseguimos mudar o conteúdo da Convenção-Quadro porque tínhamos a dimensão de que aquilo era algo que poderia se prestar a uma interpretação para a geração de subsídios de outros produtos para estabelecer uma contraposição em relação ao açúcar e prejudicar o País.

Não temos nenhuma preocupação, nenhum desejo, nenhuma vontade de prejudicar os produtores de fumo no nosso País. Não é essa a nossa posição, não é essa a postura da Comissão Intergovernamental. Temos discutido o assunto, inclusive com a participação do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E as decisões que temos produzido são geradas pelo consenso.

Portanto, apelo aqui aos Senadores do Brasil para que possamos, de fato, fazer essa ratificação. Há hoje uma expectativa mundial sobre a posição do Brasil em relação ao tema e à ratificação. Quaisquer que sejam as salvaguardas que os produtores de tabaco no Brasil queiram tomar em relação a esse processo estamos perfeitamente abertos a discutir. Não podemos condicionar a aprovação da Convenção a algo desse tipo porque isso, na verdade, é um dos artigos. A indústria do tabaco não quer que o Brasil ratifique aquele conjunto de outros artigos, que são as ações para eliminar e reduzir o consumo do tabaco e enfrentar os malefícios que a indústria do cigarro tem produzido para o mundo.

Não somos adversários do pequeno produtor, do agricultor, mas queremos a implementação dessa Convenção para que vidas, no mundo inteiro, sejam salvas porque hoje elas estão sendo dizimadas por um produto que não gera nenhum benefício à saúde da população. Nenhum! Nenhum! Absolutamente nenhum! Não há qualquer comprovação científica de qualquer

benefício que o tabaco gere, mas, ao contrário, de malefícios que tem gerado para a humanidade.

Assim, faço esse apelo para concluir minhas palavras.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Ministro poderá ouvir uma parte da audiência.

Alternaremos as pessoas convidadas para representar os produtores de tabaco e as representantes das entidades oncológicas e preocupadas com a saúde.

A Conselheira Mariângela de Andrade Simões, que representa o Ministério das Relações Exteriores, ouvirá toda a audiência e terá a palavra ao final.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, com a sua democrática compreensão e com a assinatura do Senador Rodolpho Tourinho porque não sou Membro da Comissão. Agradeço a oportunidade da manifestação e cumprimento o Ministro pela sua brilhante exposição.

Sr. Ministro, estou vindo da Comissão de Educação. Estávamos discutindo o Conselho de Jornalismo, que, guardadas as proporções e pelas próprias desinformações, acaba gerando uma tensão e uma angústia que se reflete na casa do agricultor, trazida agora para a nossa Comissão. Por isso, a importância deste momento.

Cumprimento V. Ex^a porque sou absolutamente favorável à sua manifestação até para que não fique nenhum tipo de dúvida.

Como cidadão, jornalista, radialista e Parlamentar, sempre fiz manifestação de combate permanente ao cigarro até porque tive, em minha família, vítima do cigarro e da bebida. Bebida alcoólica e cigarro são dois componentes que combinam mortalmente. Falo tranquilamente.

Às minhas costas, Sr. Ministro, não há nenhum representante de fábrica, mas representante dos agricultores, que queriam ouvi-lo. A audiência pública tem este objetivo: a palavra do Ministro para levar tranquilidade a quem estava entrando em pânico muito pela desinformação, muito pela contra-informação, muito pela contrapropaganda. E, em consequência, entendendo que, se conseguirmos trabalhar as questões com serenidade, como o senhor expôs aqui, serena, aberta e tranquilamente, o Brasil não ficará fora dessa Convenção. Poderá assiná-la, sim, contanto, obviamente, que o Governo diga ao agricultor: “estou contigo, agricultor; eu sou o teu Governo e estou te apoiando”. É isso que o agricultor quer ouvir. Ele quer saber como se vai proceder a essas substituições. Estou vendo aqui a Irmã Lourdes Maria, de Santa Maria, com um belíssimo

projeto, mas, infelizmente, a cidade de Venâncio Aires, que é do lado, não conhece esse projeto. Candelária, que fica do outro lado, também não o conhece. Eles são seus vizinhos: imaginem o Brasil!

Então, há toda uma proposta, mas, lamentavelmente, aquele pequeno agricultor – que trabalha em dois, três, cinco hectares, onde a produção é manual e há aclives e declives – acaba não tendo acesso à discussão.

Sr. Ministro, entendo que, atualmente, essa oportunidade só o Congresso Nacional pode dar democraticamente, sem carimbar, produzindo informações. V. Ex^a produziu uma aula especial. Talvez, alguns esperassem de V. Ex^a uma radical posição com relação ao agricultor, que estava sentindo-se agredido, atingido, mas V. Ex^a disse que gostaria de encontrar uma maneira de protegê-lo.

Recebi um documento do Movimento dos Pequenos Agricultores. O que está dito nele? Vou ler três frases:

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema do fumo e da Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda a profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos, antes de votar a sua ratificação.

Enquanto o Ministério da Saúde participa da discussão, o Ministério da Agricultura e o BNDES financiam algo em torno de R\$500 milhões por ano, para sustentar e expandir a cultura do fumo. Então, não deixa de haver um contra-senso, o que causa um pânico.

Queremos que V. Ex^a discuta intensamente com o Ministro da Educação, Tarso Genro, para que essa questão seja obrigatória em sala de aula desde a creche, porque, quem sabe, ali, vamos criar as consciências necessárias, para, futuramente, conseguirmos esses objetivos, que são sadios. O problema é a discussão emocional.

Assisti, nos corredores, à emocionalidade e a ouvi na Casa do Agricultor. Foi isso que me motivou, pois ela pode levar-nos a ações de radicalização. Quando Estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são os maiores produtores, discutem um tema como esse, sem a informação necessária, acabam gerando pânico entre os pequenos.

Penso que devemos tirar a discussão lá de Genebra ou daqui de dentro da Comissão e chamar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – que tem um contato cotidiano com o agricultor –, o MST, os pequenos agricultores, a Fetag, enfim, todas as pontas, para dizermos que é possível levar a discussão a um ponto

de solução, sob pena de instalarmos o pânico e não traduzirmos em resultados o que esperamos.

Queria deixar muito clara a minha posição. Boa parte do Rio Grande do Sul sabe claramente como me posiciono a respeito da questão, mas ouvi a angústia. Estive no meio dessas pessoas em inúmeras caminhadas que fiz na região produtora de fumo do Estado e descobri que ela não é só a Vale do Rio Pardo. A região produtora de fumo no Rio Grande do Sul se expande por praticamente todo... ela só não está em nosso litoral, e como discutimos esse assunto? Que informação estamos levando para essas pessoas?

Então, quero parabenizá-lo por estar aqui, falando para essas pessoas e dizendo-lhes que o Governo não é inimigo do fumicultor, não é adversário do agricultor, é parceiro e não está acabando com a fumicultura. A substituição é um processo gradativo, lento, que tem que ser experimentado, porém o Governo tem que dizer que há garantias para isso, porque, por enquanto, a informação que o agricultor tem é esta aqui, do próprio Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). De um lado, o esforço sobre-humano do Ministro e de todas essas entidades – aqui está presente a Associação Médica do Rio Grande do Sul, e eu estava agora mesmo falando com um de seus diretores, preocupado com a questão e me questionando sobre meu posicionamento. Não sou contra o agricultor, não posso ser, Ministro. V. Ex^a não é, nem o Governo; agora, tenho consciência da importância da conscientização e trabalho nesse sentido.

Deixo isso claro, para evitar eventuais carimbos com relação à razão da audiência pública, porque é muito fácil emocionalmente induzir segmentos a pensar isso ou aquilo. Li duas publicações em que constava meu nome, promovidas por dois cidadãos que me visitaram, um do Incra, o Presidente, e o outro da Sociedade de Oncologia de Minas Gerais, se não me engano, que estão nessa luta, mas quero dizer publicamente que o que eles escreveram não foi o que conversamos. E levo, novamente, a comparação ao que estávamos há vinte minutos, aqui na Comissão de Educação, discutindo: a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Se, nesse segmento, Ministro, há dificuldade de compreender a criação de um Conselho; se ela existe entre pessoas com formação superior, formadoras de opinião... E não é só patrão, vi aqui agora; saí da Comissão e encontrei dez colegas jornalistas: “E daí? Qual é tua posição?” Eu disse: “Calma, o projeto está na Câmara! Tem muito para andar, há muito para discutir, estão fazendo audiências públicas”. “Mas tu és contra ou a favor?” Não me deram chance nem de dizer que estamos discutindo, já que não sabia se eu era contra ou a favor. Eu disse:

“Olha, não sou contra, não sou a favor, muito pelo contrário, quero discutir o projeto. Pode ser aperfeiçoado, ouvi da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que o projeto pode ser aperfeiçoado. Eles têm alternativas ao projeto, ótimo, que maravilha, a democracia permite isso.”

Quero desculpar-me pelo tempo que estou tomando, mas acho fundamental até criar esse paralelo, colocar essas duas questões que, coincidentemente, estão sendo discutidas em salas próximas. Se, de um lado, há esse clima todo entre formadores de opinião, se pessoas com oportunidade de receber uma carga de informação permanente tem reações, imaginem lá na periferia, aonde dificilmente chega informação ou, muitas vezes, chega distorcida por um lado ou outro. Por isso, mais uma vez, parabéns! Achei brilhante sua exposição. Enfim, espero que, ao final, encontremos uma solução adequada ao problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos, agora, ouvir um representante dos produtores, o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Far-sul), que está representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Eu pediria a gentileza de que venha ocupar... Irmã, a senhora daria... Nós vamos ter que nos revezar na Mesa ou, então, usar esse lugar mais em frente ao microfone porque assim daremos oportunidade a todos de estarem na mesa.

Em princípio poderemos estender a reunião até às 14 horas e 30 minutos, quando começa a sessão do Senado. Portanto, fazemos um apelo a todos para sintetizarem os argumentos para dar oportunidade a todos.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Suplicy, estão me chamando para fechar a sessão do Congresso.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, eu diria da nossa satisfação em poder trazer contribuição a esse processo. O tema foi aqui abordado magistralmente pelo Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, que trouxe justamente uma visão a respeito do tema. S. Ex^a foi bastante objetivo ao concluir dizendo: “Estamos abertos a discutir o assunto”.

No meu entendimento, os que vêm a esta Casa, Srs. Senadores e Sr. Ministro, possuem esse intuito. As representações aqui vêm no sentido de trazer a sua colaboração, justamente para abrirmos o tema e analisarmos seus reflexos. E foi muito objetiva a con-

vocação feita pelo Senador Eduardo Suplicy, no sentido de verificarmos os impactos que a matéria possa vir a determinar.

Não há dúvida de que, após as apresentações das diversas instituições aqui presentes, estará o Senado com uma informação muito rica, muito preciosa em torno desse tema, que sem dúvida envolverá a Região Sul, onde 884 mil toneladas de fumo são produzidas, uma economia que representa R\$20,491 bilhões. Trata-se de dados importantes, representando o envolvimento direto de 900 mil pessoas; 40 mil empregos diretos vinculados à produção; 1,64 milhão de pessoas envolvidas indiretamente. Logicamente isso representa uma economia. E o nosso presidente da Famurs manifestará o sentimento dos que têm lastreado justamente nessa economia a sobrevivência de seus Municípios.

Não estamos, de forma alguma, esquecendo as 200 mil pessoas que morrem anualmente pelo uso direto do tabaco. No entanto, temos que refletir que, se haverá uma regressão, que esta não venha de imediato ou em uma ação precipitada causar a desestabilização de um setor que eu diria que tomamos como modelo. Modelo de uma relação em toda a cadeia produtiva. Modelo de uma integração. Buscamos e pregamos a cadeia produtiva, mas vamos buscar justamente na cadeia do setor fumageiro o exemplo de procedimentos a adotar.

Então, temos um respeito muito grande por essa atividade. Diríamos que essa economia representa, no Rio Grande, a terceira rubrica de renda do Estado. Portanto, para a Região Sul é significativo. E logicamente, dentro desse quadro, não poderíamos deixar de pedir a permissão de V. Ex^a para, em oito minutos, mostrarmos aqui uma imagem do que é essa cadeia, da forma como atua e de como percebermos que essa contribuição não pode ser esquecida. A qualquer momento, precisamos analisá-la com todo o carinho para verificarmos os caminhos que deveremos traçar.

Portanto, Sr. Presidente, peço a permissão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quanto tempo daqui para frente?

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Em oito minutos encerraremos a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos lá.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Vamos deixar que os demais concluam com a apresentação.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A imagem não vai aparecer? (Pausa.)

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – E a imagem? Onde está o técnico?

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Infelizmente, não está dando para ver a imagem. Vamos guardar o vídeo para depois, se conseguirem conservar a imagem.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr. Presidente, sendo assim, deixarei o vídeo com V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vai aparecer a imagem agora?

O SR. (Orador não identificado) – Não. Houve um problema no funcionamento do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se não está funcionando... Se, ao final, for possível consertar o aparelho, poderemos ver novamente o vídeo.

Agradeço ao Sr. Carlos Rivaci Sperotto.

O que está escrito? Bateria fraca? É preciso rever o que está ocorrendo. Talvez seja preciso trocar a bateria pelo que está escrito.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ao final da audiência, voltaremos ao vídeo se for possível.

Sr. Carlos Sperotto, agradeço a atenção de V. S^a.

Neste momento, vamos dar prosseguimento à audiência. Passo a palavra a Sr^a Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, que também está representando o Dr. Drauzio Varella.

A SR^a MARGARETH MATOS – Boa tarde a todos os presentes. Faço um cumprimento especial ao Presidente da Mesa, Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O enfoque que demonstrarei é decorrente de um procedimento investigatório que tramita na Procuradoria do Trabalho no Paraná desde 1998. Todas as informações que serão trazidas estão baseadas em estudos e também em uma pesquisa e na entrevista de centenas de produtores de fumo.

O Paraná representa pouco – apenas 15% – em relação ao Rio Grande do Sul e à Santa Catarina. Mesmo assim, o Estado apresenta um número expressivo de pequenas propriedades plantando o fumo – mais de 40 mil propriedades. E a grande empresa contratante no Paraná é a Souza Cruz.

O agricultor é a primeira vítima do tabaco. É importante abordar esse fato, porque quando falamos do controle do tabaco esquecemos que quem planta também morre por estar plantando um produto nocivo à sua saúde tanto quanto para quem fuma.

Outra situação bastante interessante em relação aos contratos mantidos pelas fumageiras com os pequenos proprietários agrícolas é a natureza desse contrato. O nome que se dá a esse contrato é de que ele teria uma natureza jurídica civil, um contrato de

venda da produção. Mas, na verdade, se houver uma análise mais aprofundada desses contratos, vamos perceber que eles encerram muito mais obrigações que um contrato de trabalho clássico, no qual o empregado assume apenas a obrigação de prestar um serviço e, em contrapartida, o seu empregador vai reonerar esse serviço.

Quanto ao sistema de integração imposto pelas fumageiras, considere extraordinária a vivacidade com que foi pensado este sistema de integração, que vincula de tal forma o pequeno produtor que coloca não apenas a sua força de trabalho à disposição das fumageiras, como também a sua propriedade, que serve inclusive de aval para que ela possa financiar a própria cultura. Então, ela disponibiliza a sua propriedade como garantia dos empréstimos bancários que ele vier a receber para construção, por exemplo, dos barracões de secagem do fumo, e não só ele tem a sua força de trabalho expropriada, a sua propriedade colocada em risco como garantia de um empreendimento econômico que não lhe traz lucro, como também a sua família é envolvida neste trabalho, porque, se não houver o envolvimento da família, a rentabilidade não será alcançada.

É um engodo dizer que existe retorno financeiro muito vantajoso para os pequenos proprietários, porque a análise que fazemos de todas as propriedades no Paraná não passa de aproximadamente um salário mínimo por pessoa da família. Quando dizem, por exemplo, que outras culturas pagam menos, não podemos esquecer que, enquanto o milho consome somente 22 dias/ano da mão-de-obra de uma pessoa, o fumo consome 211 dias. Então, temos que levar isso em consideração na hora de avaliar quanto realmente está rendendo esta produção.

Outra situação bastante interessante é que este contrato que não é um contrato de emprego, e caso o fosse, traria muito mais vantagens para o produtor rural, também impõe a esse produtor rural um pacote tecnológico no qual está incluída a obrigação de comprar a semente, o fertilizante, o inseticida, a assistência técnica, que, diga-se de passagem, é extremamente deficiente, e também de vender com exclusividade aquele produto. O que se vende é uma verdadeira ilusão para os pequenos produtores. Os técnicos fazem as visitas, dizendo que, se o produtor vier a plantar, terá grande lucratividade e todas as facilidades para começar esta atividade, dizendo, por exemplo, que só pagará esses pacotes tecnológicos depois que produzir. Então, a empresa adianta – digamos assim – esse pacote que representa um valor para que ele pague somente depois. Mas, em contrapartida, ele tem que fazer um financiamento bancário para custear a infra-estrutura

necessária. Deve haver um galpão para a secagem das folhas. No Paraná, esse galpão demora. Por exemplo, gastam-se cinco anos para pagar um financiamento bancário. Então, o produtor necessariamente vai ficar vinculado a este contrato por cinco anos. Mesmo que queira dele sair, não poderá fazê-lo, porque ele já deu a sua propriedade em garantia e ainda tem cinco anos para pagar. Então, vende-se uma ilusão, um sonho de que ele vai ter um retorno financeiro que, na verdade, não está acontecendo.

Outra situação bastante interessante é em relação à classificação do fumo, que é unilateral, é imposta. Quem faz a classificação é a empresa e, então, ocorre mais uma vez a situação de extrema subordinação do produtor, porque, se a empresa ficar encarregada de dizer qual a classificação e o preço do produto, implicará dizer que inclusive o valor da sua mão-de-obra poderá ser reduzida neste momento. Não sabe quanto vai ganhar, nem como seu fumo será classificado. Quem dirá isso serão as empresas. Então, querendo ou não, ele fica à mercê todo o tempo das indústrias.

Não há, por outro lado, nenhuma discussão da lucratividade que as empresas hoje têm obtido e do retorno que isso pode trazer para os pequenos produtores. Sempre há uma discussão muito acirrada, a portas fechadas. Há todo aquele protocolo. O preço é discutido a portas fechadas, com alguns segmentos que representam os trabalhadores, ou seja, as federações de trabalhadores rurais e que não abrem as portas para uma discussão maior com a Fetraf-Sul ou com o MPA, que tem uma representatividade no Rio Grande do Sul, ou mesmo com algum órgão como o Ministério Público do Trabalho, caso queiram participar de uma negociação – e só não participam porque isso se dá a portas fechadas.

Não há também a intenção de se repassar para o produtor o lucro que as empresas obtêm. Para termos uma idéia, a Souza Cruz, em menos de dois anos, dobrou seu patrimônio, algo que não conseguiu fazer nem em cem anos de sua história, mas nenhum centavo disso chegou às mãos dos produtores. Então, há uma desvalorização da mão-de-obra.

Se há um item que causa impacto para o produtor, esse é a mão-de-obra, que, no campo, tem sido cada vez mais escassa. No Paraná, de um ano para outro, houve uma alteração no preço da diária de mão-de-obra de R\$8,00 para R\$22,00, o que inviabiliza que o pequeno produtor contrate terceiros para ajudá-lo na produção. Ele, então, é obrigado a trabalhar extenuantemente por 24 horas, 365 dias ao ano, envolvendo até mesmo crianças abaixo de sete anos na produção.

A valorização do trabalho humano, que é um princípio constitucional, está absolutamente sendo

violado nessa situação da fumicultura no Brasil. Se verificarmos os valores pagos pela mão-de-obra ao brasileiro, está em torno de US\$1,40 no Brasil; nos Estados Unidos, sobe para US\$5; na Europa, US\$10. Na Argentina, para não irmos muito longe dos padrões culturais e até da situação econômica, pagam-se US\$2, um valor acima do que é pago no Brasil.

A dependência provocada pelo endividamento tem condicionado a permanência dos pequenos produtores nesse tipo de atividade. Grande parte dos produtores do Estado do Paraná não quer mais continuar produzindo fumo, mas não têm obtido a ajuda necessária e nem há uma política governamental de ajuda.

É verdade que, quando o Ministro fala sobre o protocolo-quadro, se pensa que, com a redução de consumo, haverá um impacto na produção, mas isso deve ser pensado como uma transição na redução do impacto da produção.

Pelos produtores, essa Convenção-Quadro já deveria ter sido ratificada, pois eles querem mudar a produção. Eles querem medidas de governo no âmbito federal, estadual e municipal, para modificar a sua cultura, porque o desgaste que vêm sofrendo não só econômico como para a sua própria saúde é tão grande que não há mais vantagem.

Segundo o MPA, o BNDES tem financiado a cultura de uma forma vergonhosa, e penso que o fato deve ser levado como denúncia para que seja objeto de auditoria. Pelo menos até onde acompanhei, a partir do Governo Lula, a cultura não estaria mais sendo financiada pelo Pronaf, o que ocorreu até o Governo anterior. O Pronaf estaria financiando essas culturas, mas o Pronaf é recurso do BNDES, é recurso público, e não houve uma discussão com a sociedade brasileira sobre se ela queria financiar esse tipo de cultura. Não é alimento, não está combatendo a fome, que é um dos pilares atuais deste Governo. Por outro lado, está causando a morte no campo. E estamos incentivando, com recursos públicos, esse tipo de atividade.

Há o agravante ainda da denúncia de que as fumageiras intermediavam esses recursos e repassavam para o trabalhador sem que esse tinha sequer o conhecimento de que era por intermédio do Pronaf. Muitas vezes ele assina sem ter conhecimento, as letras são miúdas, e até eu tenho dificuldades de analisar. Ele assinava sem saber que eram recursos do Pronaf, e a diferença dos valores praticados pelo mercado e dos valores do Pronaf não era repassada para o trabalhador. Fizemos essa denúncia nos autos que entendo deve ser investigada com bastante rigor, e a estou encaminhando às esferas competentes.

O aumento da área plantada tem ocorrido mesmo, mas não porque os pequenos produtores estejam

satisfeitos. Como disse, os técnicos hoje perdem muito mais tempo visitando quem ainda não produz, para que passem a produzir o fumo, dizendo que vão ficar ricos, que será muito bom, que terão carro e casa nova, em vez de prestarem a assistência técnica que é devida aos pequenos produtores.

A informação que temos é de que eles chegam a visitar esporadicamente, de três a seis meses, cada produção, mas todos os dias conseguem novos produtores para fazer esse tipo de atividade.

O desmatamento causado por essa atividade tem um impacto ambiental enorme. Falou-se do reflorestamento, e é certo que as indústrias o têm incentivado, até por uma obrigação legal, mas isso não significa que houve recuperação da área, ou, ainda, que a área nativa continua sendo preservada. Não há. É o produtor que paga pelo reflorestamento; ele é obrigado pelas indústrias a pagar pelas mudas. A indústria não gasta um centavo com isso. O produtor paga e planta. Se existe reflorestamento, ele é feito pelo produtor, com recursos próprios e com sacrifício.

Outro ponto sério diz respeito à saúde do trabalhador. Embora sejam trabalhadores rurais, não deixam de ser trabalhadores, e todos temos que nos preocupar com a saúde das pessoas que plantam e que cultivam o fumo. O fumo necessita constantemente de agrotóxico. Nem vou discutir com relação à quantidade. Se consultadas, as indústrias dirão que reduziram bastante a quantidade. De fato, reduziram; mas aqui não importa a redução, mas a necessidade da utilização. Mesmo que o agrotóxico fosse banido, ainda assim o cultivo teria impacto na saúde, pois a nicotina é causadora de problemas tão graves quanto os próprios pesticidas, principalmente no momento da secagem, quando a fumaça tóxica contamina o ambiente.

Atualmente, quanto ao agrotóxico, normas internacionais exigem que haja garantia de treinamento e de segurança das pessoas que manuseiam o produto. Contudo, por mais que as indústrias digam que existe assistência técnica, não há como garantir às propriedades agrícolas produtoras de fumo efetivo treinamento e segurança aos seus trabalhadores. É uma constatação que é impossível, e desafio a indústria a fazer uma contraprova. Se disser que sim, estará mentindo. Não é possível.

Por essa razão, a discussão é no sentido de que em pequenas propriedades, onde realmente não conseguimos fazer o controle do uso dos agrotóxicos, haja o treinamento adequado. Onde não é possível sequer uma fiscalização, com o tempo, possamos eliminar dessas pequenas propriedades o uso de agrotóxicos. Que passem a produzir alimentos orgânicos, como

forma de preservar não a saúde de quem consome, mas, principalmente, de quem nela trabalha.

Várias doenças estão associadas ao uso de agrotóxicos utilizados no fumo. As mais relatadas são: depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares, tremores ocasionados pelo mal de Parkinson, diarreias, miopia, defecação involuntária, miocardite, olhos lacrimejantes, sangramentos de nariz, desmaios e, principalmente, um alto índice de suicídio. São dados observados em estudos realizados em algumas comunidades. Um estudo de 1996 constatou o índice de suicídios sete vezes superior à média nacional nas comunidades fumicultoras.

Outra situação também preocupante é a discrepância na classificação dos agrotóxicos pela Organização Mundial de Saúde e a praticada no Brasil. No Brasil, a maior parte dos agrotóxicos utilizados na cultura do fumo está enquadrada no índice 4, enquanto a Organização Mundial de Saúde enquadra no índice 2. Precisamos fazer uma revisão a esse respeito, já que existe essa discrepância, talvez causando um impacto muito ruim na saúde do trabalhador, sem um estudo maior.

Com relação ao outro produto, também ele é utilizado. A indústria pode dizer que não, mas possuo receituários assinados por profissionais de fumageiras, em meu procedimento, indicando o Orteni. Só para que V. Ex^{as} tenham idéia, ele nunca foi liberado no Reino Unido. Na Inglaterra, ele não é utilizado, foi banido, justamente pelo impacto causado à saúde do trabalhador. Inclusive existe um comentário muito interessante de um médico da Universidade de Duke, na Carolina do Norte, que estuda a questão dos agrotóxicos. Muitas pessoas dizem que os pesticidas tóxicos são eliminados do organismo rapidamente. Ele diz que uma bala também, mas o estrago provocado pelo agrotóxico não tem comparação. Portanto, as pessoas devem deixar de vender a idéia de que o agrotóxico é eliminado rapidamente.

A saúde e a segurança dos agricultores, dos trabalhadores em regime de economia familiar, que representam 90% da produção, não podem ser deixadas de lado com a auto-regulamentação das indústrias transnacionais.

Por fim, não poderia deixar de falar, Senador, do trabalho infantil, pois foi esse o motivo de ter me envolvido com o tema.

Estudo realizado por uma entidade do Governo do Estado do Paraná, em 1999, avalia que, para cada propriedade, há o envolvimento trabalhista de, pelo menos, duas crianças. No Paraná, há 40 mil propriedades. Se as multiplicarmos por dois, resultará em 80 mil crianças trabalhando na fumicultura. Elas até vão

para a escola, mas, em algum momento, elas serão envolvidas no plantio ou na colheita do fumo. Então, há um verdadeiro exército de crianças trabalhando na cultura. E o programa O Futuro é Agora, que possivelmente será divulgado pela indústria, é muito mais de *marketing* do que de impacto, de efetivo resultado. Estou falando isso como conhecedora de causa, de quem foi a campo e entrevistou os produtores. Acho que para reconhecer a representatividade de alguns setores para dizer “sou do campo”, e não é isso que acontece, teríamos que trazer mais elementos aqui, porque isso realmente acontece, além do prejuízo à escolaridade dessas crianças.

Então, o apelo é pela ratificação da Convenção-Quadro, que aliás já deveria ter sido ratificada por tudo que já foi exposto. Não há nem moral, nem ética, legalmente não há nenhum motivo para que não haja ratificação. O Brasil não pode deixar de integrar esse esforço mundial muito valioso. Tenho certeza de que o Senado Federal não se furtará à sua responsabilidade.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr^a Margareth Matos.

Deputado Adão Pretto, alternarei o uso da palavra para dar oportunidade aos produtores de tabaco de se expressarem agora; depois, novamente, se manifestarão os representantes da oncologia.

V. Ex^a não gostaria de falar mais ao final, depois de ouvirmos todos? Preocupo-me em ouvir todos os convidados. Mas é claro que garantirei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Senador, se possível, gostaria de falar agora, porque a Sr^a Margareth abordou um tema que estou defendendo na Câmara. Acho importante falar um minutinho agora sobre ele. Mas, se não for possível, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas pergunto se V. Ex^a poderia falar depois de ouvirmos os outros. Assegurarei aos Senadores e Deputados o direito de falar. V. Ex^a terá mais elementos ainda depois de ouvi-los.

A Dr^a Tânia Cavalcante representará o Ministro Humberto Costa, porque Sua Excelência tem agora outro compromisso, vai precisar sair. Mas o Ministério da Saúde, assim como o Ministério das Relações Exteriores, continuarão presentes, ouvindo nossa audiência.

Agradeço muito ao Ministro Humberto Costa pela atenção de ter vindo aqui, participado e feito uma brilhante exposição, muito esclarecedora sobre a natureza desse Acordo-Quadro. O Ministro mostrou a relevância para o Brasil da assinatura desse acordo, ao mesmo

tempo, em que fala das garantias aos agricultores, no sentido de caminhar por uma transição na qual se garanta o respeito e o direito daqueles que estão preocupados também com a sobrevivência, que executam um trabalho que inclusive é tradição em muitas das áreas, inclusive tradição por gerações.

Portanto, para se despedir, tem a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de aqui comparecer. Ao final, gostaria de fazer um convite a todas as entidades que estão aqui e que vieram exatamente para fazer esse contraponto em relação à Convenção-Quadro. Como Presidente da Comissão Interministerial que vem tratando da implementação da Convenção-Quadro, gostaria de convidá-los a participar de uma reunião comigo, para que possamos exatamente discutir esses aspectos aqui relatados, como é o caso do processo de transição. Assim, em outubro, ao votar a Convenção, possamos garantir aos produtores que eles não serão prejudicados. Então, faço esse convite, que, depois, formalizarei.

Agradeço ao Senador Suplicy por essa grande oportunidade, propiciada pelo Senador Zambiasi, para que pudéssemos aqui discutir essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro. (Aplausos.)

Concedo a palavra aos Srs. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, que falarão em dobradinha, ou em nome dos dois, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO – Senador Eduardo Suplicy, obrigado por esta oportunidade. Eu, que passei por esta Casa, sei valorizar este momento, a importância que tem essa mediação e a responsabilidade que tem esta Casa quando vai votar algumas matérias que são de interesse de uma categoria como o setor do fumo. Saúdo os Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, que deve ter se retirado e também solicitou esta audiência, nossos Deputados Federais, a comitiva que veio do Rio Grande do Sul, Deputados estaduais, Sindicalistas, a Fubra, e dizer que é um momento importante. É uma grande oportunidade porque representamos essa categoria do pequeno produtor.

A minha fala não será do Ezídio Pinheiro, do Presidente da Fetag; eu gostaria de falar tentando representar os pequenos produtores do Rio Grande do Sul. Hoje, nesta safra, vamos atingir mais de 90 mil famílias de pequenos produtores que plantam fumo. Se contarmos uma média de quatro pessoas por família, além dos assalariados rurais, chegaremos a 500 mil pessoas envolvidas nessa cultura. Isso dá a dimensão

da nossa responsabilidade ao discutir esse assunto. É algo muito sério. Estávamos acompanhando com atenção o que dizia o Ministro no sentido de que o fumo causa a pobreza e a miséria tendo em vista o fumante. Precisamos ter cuidado para não criar o inverso. Essas famílias que plantam um hectare, dois hectares em regiões em que a média das propriedades não chega a 11 hectares.

Digo isso não por questões técnicas, mas por sentimento. Seria interessante saber o que pensa esse produtor de fumo. Seria bom se tivéssemos tempo para envolver esses 500 mil produtores do Rio Grande do Sul, em vez de decidirmos por eles se devem ou não plantar fumo. Queríamos ter essa oportunidade de não atropelar e ter que votar porque alguns países votaram. Acompanhamos essas questões de mercado na área da agricultura, a restrição que tantos países têm pelos nossos produtos, as cobranças de taxas para exportação. Então não vamos ser usados porque eles estão querendo. Temos um envolvimento muito grande nisso.

Não contestamos isso, até porque não sou fumante, mas não estou me representando e sim aqueles que produzem, aqueles que sobrevivem à custa disso. Produz-se muita coisa que não serve também para a alimentação. Uns dizem que a plantação de fumo se é viável, outros dizem que não o é. Plantei fumo mais de 20 anos e o fiz porque era viável. Ninguém estaria plantando fumo se fosse inviável, se fosse dar prejuízo, pois ele teria outras culturas para desenvolver. Não se pode alegar que o fumo é prejuízo, mas sou obrigado a plantar. As condições dele talvez o leve a plantar fumo.

Eu não queria que, dentro de um acordo desses, Senador Eduardo Suplicy, fosse forçada uma redução, eliminando aquela família, largando-a na desgraça. O que está se propondo é aumentar taxaões, é não financiar. O que está se propondo é que ele vá empobrecendo e que, daqui a quatro ou cinco anos, não possa mais se manter no setor. Aceitamos discutir uma forma em que seja reduzido o número de produtores, mas que os que ficarem lá fiquem bem. Pelo que está se propondo hoje, vai ser inviável produzir o fumo. Eu queria que fosse viável, mas que se reduzisse, para que quem tivesse de produzir ficasse bem.

A região do fumo, o Vale do Rio Pardo, é uma das melhores regiões do Estado em termos de habitação, das propriedades, da forma de organização.

Então, queríamos expressar essa preocupação, mas que não fôssemos eliminados do processo por interesses de outros países. Podemos começar a discutir essa questão. Não sou contra a Convenção-Quadro

de maneira nenhuma, mas vamos dar um tempo e ver o que o Brasil pode fazer.

Estamos trabalhando em muitas campanhas importantes, como foi dito aqui pelo Ministro, como campanhas para a redução do fumo, mas vamos também fazer campanhas para mudar a cultura. Não temos nenhuma proposta que diga: não se plantará fumo, mas terá dinheiro para plantar outra cultura que lhe dará rentabilidade. Estamos mexendo com a família que está na terra. Eu não tenho o direito de dizer que vão aprovar uma Convenção e que o produtor se vire e que deve ser eliminado. Nossas condições são uma questão do Brasil, não da Convenção. Penso que o Governo está interessado nisso. Vamos fazer uma proposta de reestruturação. Daqui por diante, não vão entrar mais novos produtores. Os que estão ali dentro vão sair por conta própria e vão diminuir, mas não vamos cortar o crédito dos que permanecerem.

Há pessoas que produzem surdina de carro, o que não se come, mas é o pão deles. Para nós, o fumo é a farinha, o milho, o feijão, a nossa comida. Quando estamos tratando disso, tocamos num ponto muito importante.

Esta Casa terá o tempo necessário para discutir. Seria injusto que chegássemos lá e estivéssemos com medo. O temor é muito grande. Vamos lá falar com o produtor de fumo e ele não quer. Temos conversado com ele para achar a fórmula de fazer isso. Eu não estou aqui para defender a indústria, mas para defender o produtor. Temos dificuldades nas negociações. Talvez isso ocorra com todos os tipos de produção, mas tenhamos cautela. Que possamos ir, Senador Eduardo Suplicy, à região dos produtores de fumo, para falar com aqueles que estão vivendo lá, para ver como está a situação, qual a alternativa que eles teriam, se não plantassem. Eles vivem com dois hectares de terra plantada com fumo – talvez sejam as terras mais dobradas que se têm.

Como Federação, representando os produtores, a nossa liderança sindical tem mais de 200 sindicatos. Acompanhamos mais de 200 Municípios. Acompanho, com muito sentimento, há mais de 30 anos, a negociação do preço do fumo, que tem altos e baixos. A cada ano, discutimos uma dificuldade, que é a dificuldade de toda a nossa agricultura.

Então, eu queria parabenizar todos pelo esforço. Sei que os nossos Senadores aqui presentes também têm esse pensamento. Vamos procurar avançar. Não temos de dar exemplo para o mundo. Temos de dar exemplo para nós. Podemos fazer nossa parte aqui, discutindo a questão claramente com nossos produtores. Na hora em que o momento chegar, podemos

votar a Convenção-Quadro, sem dúvida nenhuma. Isso são coisas importantes.

Mais uma vez, nosso muito obrigado. Vamos com cautela. Vamos chegar lá, porque conhecemos essa área e o produtor pensa diferente de muitos que ainda vão se pronunciar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir agora a Dr^a Tânia Cavalcante, chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está também representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca, e o Ministro Humberto Costa.

Também seja bem-vinda a Deputada Yeda Crusius.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Boa tarde a todos. Em nome do Dr. José Gomes Temporão, Diretor do Instituto Nacional de Câncer, gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos nesse debate que cria todo um espaço democrático e transparente para que possamos estar, realmente, apresentando todos os aspectos reais da Convenção-Quadro. O Dr. Temporão me pede, inclusive, para se desculpar por não estar presente. Ele está na Alemanha, discutindo junto à Organização Mundial da Saúde o papel do Instituto Nacional de Câncer enquanto centro colaborador para o controle do tabagismo.

Em seu nome, trago algumas mensagens no sentido de tentarmos esclarecer as informações que vêm sendo apresentadas na mídia, de forma muito equivocada, para não dizer maliciosa, para tentar criar esse terror que existe hoje, principalmente no meio dos fumicultores, tentar criar um clima de hostilidade e rejeição para a Convenção-Quadro.

Gostaria de mostrar uma proposta – já pedimos para colocar – em que procuramos pegar as últimas informações que estão sendo plantadas na mídia para criar esse clima. Vamos mostrar a realidade que está por trás de cada afirmação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Enquanto ligam o aparelho, informo que também está presente a Instituição Tabaco Zero, com a Sr^a Paula Johns, que veio aqui participar da rede de desenvolvimento humano.

Tem a palavra a Sr^a Tânia Cavalcante.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Na verdade, procuramos colocar a apresentação em termos de mitos e verdades. Esse é o título. Entendemos que foram plantados alguns mitos exatamente para criar uma certa, vamos dizer, rejeição e dificuldade nesse processo de tramitação da Convenção-Quadro.

Próximo. Essa frase, por exemplo, foi pinçada de um jornal da Região Sul, em que foi divulgada a seguinte mensagem: a Convenção só entra em vigor quando

os agricultores tiverem feito a convenção para outros cultivos. O que queria deixar claro é que a Convenção não tem como objetivo acabar com o fumo nem impõe que ele seja substituído. Substituirá quem quiser. Esse é um dos aspectos que gostaria de deixar aqui.

Como já foi muito dito pelo Ministro da Saúde, a Convenção tem por objetivo reduzir o consumo para reduzir mortes e doenças causadas pelo tabaco. A Convenção, como foi bem mostrada aqui, preocupa-se com os fumicultores. Ela não quer antagonizar os produtores. Pelo contrário, quer discutir mecanismos para ajudá-los a encontrar alternativas economicamente viáveis no futuro.

Próximo. Um ponto extremamente claro que estou vendo aqui é que o Brasil não deve ratificar e tem que encontrar alternativas. A Convenção vai entrar em vigor independente de o Brasil ratificar ou não esse tratado. Independente da ratificação ou não do Brasil, todo o mundo já está se organizando, como já foi dito aqui, para reduzir o consumo do tabaco e aderir aos termos da Convenção. O processo de negociação da Convenção por si só já está fazendo países que jamais haviam pensado em investir recursos para reduzir o consumo a se organizarem para criarem programas nacionais para o controle do tabaco. Recentemente, o Uruguai, último país a ratificar o acordo, onde, até pouco tempo, o Ministério da Saúde sequer contemplava a questão do controle do tabagismo, já está negociando até aumento de imposto, já está com plano de ação forte para proibir propaganda e todas essas ações que o Brasil já faz, como já foi mostrado aqui pelo Ministro. Na Argentina, a mesma coisa. E, assim, vários países do mundo, a partir do processo de negociação da Convenção, passaram a se sensibilizar e a se mobilizar para que a Convenção adotasse ações para reduzir o consumo. Cento e sessenta e oito países já assinaram e 32 já ratificaram. Isso já foi mostrado pelo Ministro, não me vou deter mais nisso. Praticamente, faltam oito ratificações para que a Convenção entre em vigor.

Temos que entender a Convenção como uma reação do mundo para os cinco milhões de mortes anuais causadas pelo consumo do tabaco e para as projeções de dez milhões, se nada for feito para reduzir a expansão do consumo, como foi bem mostrado aqui pelo Ministro da Saúde. E a Convenção também, como foi mostrado pelo Ministro, é uma reação do mundo à dinâmica da globalização do mercado, que tem deslocado o consumo dos países ricos para os pobres.

É extremamente importante que se entenda esse cenário global. Já foi mostrado que algumas instituições desenvolvimentistas, como o Banco Mundial, por exemplo, na década de 80, chegaram até a estimular

os países a plantar fumo. Mas, a partir da década de 90, reconheceram os efeitos extremamente graves do tabagismo e mudaram a sua política. Não só excluiu o financiamento do tabaco da sua política, como passou a estimular que os países adotem essa ação. O Banco Mundial tem liderado isso. Inclusive foi publicado um livro pelo Banco Mundial, estimulando os países a adotarem um leque de medidas, entre elas o aumento de preço, para poder reduzir o consumo entre os jovens. E o Fundo Monetário Internacional é alinhado com essa política. Então é preciso que se entenda esse cenário global que independe de o Brasil ratificar ou não a Convenção.

Aconteceu no Brasil a 11ª Conferência Quadri-anual das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, este ano, em junho, que abordou a questão do tabaco e gerou um documento que convida os estados-membros das Nações Unidas para fortalecerem medidas para o controle do consumo do tabaco em seus programas nacionais, inserindo essa questão nas suas agências de desenvolvimento. O mundo olha o controle do consumo do tabaco como uma questão de desenvolvimento. Então é preciso que também estejamos enxergando dessa forma. E a Convenção é alinhada com essa idéia.

Essa é uma frase de um documento do Banco Mundial que coloca exatamente esse pensamento, ao mesmo tempo em que os argumentos em favor do livre comércio, em geral, são fortes, o tabaco é claramente mais danoso do que a maioria dos outros bens de consumo comercializados. A questão chave para os governos é decidir como controlar o tabaco sem pôr em risco outras consequências benéficas do livre comércio. E aquela reunião da Unctad, que mencionei anteriormente, já fala nessa questão de considerar o tabaco de forma excepcional nos acordos multilaterais de comércio, como acontece com as minas terrestres, as armas e outros produtos extremamente perigosos.

Então o que acontece no Brasil hoje? Já foi mencionado pelo Ministro que o Brasil tem liderança no controle do tabagismo, que houve uma redução expressiva no consumo nacional de produtos do tabaco. Mas sabemos, e temos acompanhado esse processo, que houve um aumento da produção do tabaco e que, segundo dados da própria Afubra, Associação Brasileira de Fumicultores, 85% da produção é para exportação, para um mundo que está mudando o seu olhar em relação ao tabagismo, um mundo que se está preparando para reduzir o consumo. E o Brasil, por conta dessa dinâmica de produção, passa a ser o segundo maior produtor e o primeiro exportador de folhas de tabaco. Então esse é um cenário que não ignoramos e com o qual realmente nos temos preocupado.

Mas é preciso que entendamos como vemos as informações de que o Brasil, ao ratificar a Convenção, vai gerar desemprego. Se não ratificar, todos vão perder, principalmente o agricultor, porque o Brasil, como já foi mencionado, vai ficar de fora das futuras negociações de mecanismos para apoiar os produtores de tabaco na busca de alternativas economicamente viáveis. Ganham as fumageiras, porque a gente percebe essa dinâmica de informação como a tentativa de esconder esses cenários daquele pequeno produtor que está lá aterrorizado lá no Sul do País, principalmente. E exatamente tentando manter esse clima de euforia com relação à produção do fumo, para que mais e mais famílias, como já foi dito aqui, no Rio Grande do Sul, cada vez mais famílias que nunca plantaram fumo estão aderindo à plantação do fumo.

Então, é importante que esse cenário seja apresentado claramente para aquelas pessoas que estão induzidas por esse clima de euforia, aderindo à plantação do fumo, no momento em que o mundo se prepara para reduzir o consumo.

Outro mito que vem sendo plantado: se o acordo Convenção-Quadro, no caso, vigorar, o sindicato a indústria do fumo estima que 33 mil empregos nas cidades e mais de 100 mil no campo serão cortados no Estado, que também diminuirá em 15% as exportações. A Convenção quer acabar com a fumicultura. É preciso que entendamos que não é verdade. Eu acho que passou demais.

Lerei aqui, na verdade, em que nos contrapomos a essa informação. Existe um estudo da FAO que mostra que a redução do consumo por meios dessas ações que o mundo vem investido para reduzir consumo não será abrupta, será gradativa. A FAO é a Organização das Nações Unidas que lida com a questão de agricultura e alimentos. É uma instituição bastante séria, que lançou, agora em 2003, uma análise de tendência no setor fumo. No Instituto Nacional de Câncer nós fizemos a tradução deste documento, que estará à disposição para quem tiver interesse em tê-lo para analisar melhor.

A FAO faz uma projeção até 2010 de que ainda vamos aumento da demanda total, principalmente às custas de países em desenvolvimento: 80% do consumo até lá será em países em desenvolvimento. E haverá, e de qualquer forma já está acontecendo, uma redução da velocidade do crescimento que existia no consumo de tabaco e derivados no mundo, por conta de todas aquelas estratégias que foram apresentadas pelo Ministro da Saúde. Mas já há uma redução da velocidade de crescimento. E o consumo por adulto ou por pessoa tenderá a declinar não só nos países desenvolvidos como em países em desenvolvimento em

10% a 20% a partir de 2010. Então, não há razão para esse pânico que está se tentando apresentar de que, se o Brasil ratificar, amanhã perderemos empregos e será gerado um caos no Rio Grande do Sul e as pessoas ficarão ao Deus dará.

É preciso que se entenda isso, isso é um estudo sério, que foi feito por uma instituição séria, que mostra exatamente que isso não acontecerá assim.

Outro mito é que não nada é tão rentável quanto a fumicultura. O fumo é uma cultura mais rentável do País, segundo a FUBRA, entidade que reúne os produtores, um hectare rende 7.275 ao ano, enquanto o milho e o feijão propiciam ganhos de 1.130, etc.

Recentemente, a **Folha de S. Paulo** fez uma matéria, que podemos disponibilizar, no dia 9 de agosto de 2004, lá na Região de Santa Cruz do Sul, de uma entrevista, uma outra experiência ligada à Igreja Luterana, o Capa, onde se observa que há um movimento de busca de alternativas e existe a possibilidade de conversão para outras alternativas, que têm pelo menos o mesmo patamar de rentabilidade que a cultura do fumo diz ter.

Um economista que tem trabalhos publicados na área de tabaco, não na área de saúde, de como que se dá uma dinâmica de produção de tabaco no Brasil, ele deu uma entrevista à **Folha**, dizendo:

“Os agricultores conseguiram mostrar que é possível encontrar alternativas ao fumo no maior pólo da indústria do cigarro. Há dez anos, isso seria impensável.”

Então, realmente, temos que mudar essa visão de que é impossível e, por isso, vamos ficar de braços cruzados. Esta é a idéia que se tem de plantar na região dos fumicultores: que é impossível. Na realidade, o Brasil é pioneiro em mostrar que isso é possível.

A irmã Lourdes, que falará aqui, é uma das pioneiras em mobilizar a sociedade local, na região de Santa Maria, uma das regiões, onde mais se planta fumo no Brasil e onde, há 13 anos, o grupo da igreja católica está trabalhando para encontrar alternativas, porque os fumicultores estão insatisfeitos com a vida que levam, com a vida que dizem que é maravilhosa, mas que, na verdade, é tudo isso que a Dr^a Margareth acabou de falar. Em razão disso, a adesão tem crescido a cada ano. Portanto, essa afirmativa de que não existe alternativa precisa ser olhada, analisada e desmistificada.

Temos aqui um exemplo da Igreja Luterana. Um casal plantou fumo e, hoje, lida com a produção de verduras e geléias. Ele diz, claramente, que o que eles ganham hoje é mais do que eles ganhavam na época em que plantavam fumo.

Com relação à consciência que existe hoje na região fumicultora, essa reportagem traduz exatamente por que as pessoas estão trocando; trocam por questões éticas e pela preocupação com questões ambientais e sociais. Essa é a expressão do pensamento das pessoas que estão lá envolvidas com o fumo e principalmente daquelas que estão buscando deixar a plantação do fumo.

Temos aqui uma entrevista com um jovem agricultor que trabalha com o grupo do Capa, da Igreja Luterana, que deixou de plantar fumo ou está em fase de troca. Tive a oportunidade conhecê-lo, e ele expressa que não quer mais produzir veneno com veneno, o que foi abordado pela Promotora Margareth, porque considera o fumo um veneno e que se tem que usar veneno para se produzir veneno. Hoje, ele produz morango, sem agrotóxicos, e diz que a rentabilidade com essa produção é grande. Inclusive ele expressou para nós, em uma entrevista, que não está dando conta da demanda da sua produção. Há pessoas indo à porta dele atrás do produto.

Então, é possível? É. Isso é claro. O Brasil é pioneiro nessa experiência.

Outro mito que foi colocado: “Faz mais de um século que o fumo é a base da economia da região. Santa Cruz iria perder a identidade e se transformar em um pequeno Município”. Isso foi divulgado na mídia. Não inventei nada. Tirei a notícia de jornais que circularam de um mês para cá.

Esse retrocesso – escrevi com letra maiúscula porque justifica o que vou falar à frente – seria multiplicado na sociedade, atingindo médicos, dentistas e estudantes, segundo um representante do Sindifumo.

A Convenção-Quadro não pode ser vista como um retrocesso. Ela visa o bem da humanidade, inclusive o do próprio produtor rural, que é hoje o elo mais frágil da cadeia produtiva e o mais lesado nesse processo.

Se considerássemos esse raciocínio, os médicos, dentistas e outros profissionais de saúde também deveriam estar preocupados, porque eles vão perder clientes, porque as pessoas vão deixar de ter câncer e infarto.

Vemos aqui a presença das sociedades médicas: a Associação Médica do Rio Grande do Sul; o Conselho Federal de Medicina; vários representantes da área de saúde; a Dr^a Anísia, que vai falar aqui, que é representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Temos que ver a Convenção-Quadro como uma coisa boa, positiva, e não como algo que vai trazer o caos, que é o que estão tentando divulgar na mídia, para induzir, realmente, esse sentimento de terror que estamos tentando desmistificar aqui.

Para concluir, eu gostaria de registrar que hoje, com todo o conhecimento que temos, que a ciência nos propiciou, nenhum profissional de saúde pode ignorar que o tabagismo causa doenças graves e fatais e que o fumante é uma pessoa doente também e deve receber tratamento para se livrar da sua dependência.

O Ministério da Saúde está fazendo a sua parte. Nenhuma família pode mais aceitar que os seus filhos e filhas sejam induzidos a consumir produtos de tabaco. Tenho essa experiência na minha casa. A minha filha, com treze, quinze anos se tornou dependente. Lutei com isso e, graças a Deus, consegui. Ela está com 19 anos e conseguiu parar de fumar. Foi difícil, porque um adolescente se tornou dependente porque ela foi induzida por todo esse clima de se criar a aceitação social do tabagismo.

Para finalizar, gostaria de deixar registrado que nenhum governo pretende proibir plantar o fumo. A Convenção não pretende proibir plantar o fumo, ao contrário, a Convenção quer, sim, ajudar aqueles que hoje plantam fumo e que estão, hoje, nessa situação de extrema dependência. No entanto, nenhum governo pode mais ignorar que o controle de tabagismo deve estar nas suas prioridades e desenvolvimento sustentável. Essa é a realidade e o mundo está caminhando para isso. Graças a Deus.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dr^a Tânia Cavalcante.

Gostaria de informar que vamos assegurar não apenas aos Senadores mas também aos Deputados presentes como Adão Pretto, Kelly Moraes, Leodegar Tiscoski, Luis Carlos Heinze e outros aqui presentes, que também poderão falar nas arguições e na parte final.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Famurs – Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, que está representando o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Comunico ao orador que às 15h30min começa a Ordem do Dia. Portanto, vamos avançar até esse horário para darmos a oportunidade a todos para falar. Portanto, peço a todos que levem em consideração o limite do horário.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRY – Saúdo o nobre Senador Eduardo Suplicy, que preside esta Comissão, e aos demais membros da Comissão, Senadores e Deputados, e também os Prefeitos, representantes de nossas organizações.

Ao falar em nome da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul não poderíamos

deixar de cumprimentar esse espaço que foi aberto para uma discussão. Aliás, era tudo que se queria: que o setor tivesse pelo menos uma oportunidade para debater o assunto. Até então nós todos estávamos alheios ao andamento da discussão no âmbito do Congresso e até a nível internacional. Creio que isso é em função da ansiedade que o setor vive, da cadeia produtiva que nossos pequenos agricultores vivem, porque não tiveram até agora participação para discutir.

Gostaria de fazer uma referência de que havia, ao contrário dos que entendiam que o assunto não deveria ser debatido, e como referência temos a **Folha de S. Paulo**, em que o Dr. José Gomes Temporão dizia que a audiência pública solicitada pelo Senador Zambiasi causaria atraso na votação, porque através dela os produtores queriam detalhes da Convenção. Parece-me que isso está traduzido no jornal e, felizmente, agora estamos tendo espaço para nos manifestar.

Não viemos aqui para defender o cigarro. Também defendemos a saúde. Mas estamos discutindo em campos diferentes. Enquanto se enfoca, por um lado, a questão da saúde, a nossa preocupação é exatamente no aspecto econômico, social e tributário, aquilo que sustenta a nossa economia, e as nossas riquezas nas regiões produtoras de fumo.

Gostaria de pedir o apoio para passar algumas lâminas que traduzem um pouco daquilo que entendemos. Como foi colocado aqui, já temos uma série de restrições de uma legislação bem ampla que estabelece restrições quanto à demanda, oferta, questões relacionadas ao meio ambiente, questões da responsabilidade civil.

Portanto, a legislação brasileira já atende a totalidade das proposições. A nossa legislação, já foi dito aqui, é uma das mais modernas. É mais moderna que a canadense, a americana e a própria australiana.

Chamo aqui a atenção. Por vezes eu não entenda essa matemática, que, por um lado, dizemos reduzir a demanda e que isso não afetaria o lado produtivo. Mas de qualquer forma já existem medidas no sentido de que o consumo seja reduzido, e pela própria questão tributária. E, diga-se de passagem, temos municípios hoje cuja estrutura de arrecadação é alicerçada em torno de 80% na produção e no beneficiamento de fumo. Muitos até só da produção primária, outros que elevam, através da indústria, a sua arrecadação.

O fato que nos chama a atenção é quanto às medidas para reduzir a oferta. E aqui está claro: é substituição de cultura. Se não produzirmos mais, alguém ocupará esse mercado internacional – 85% vão para a exportação. Alguém vai ocupar esse espaço. E aí veremos que os Estados Unidos, entre outros países produtores, ainda não ratificaram. E temos a idéia de

que os Estados Unidos e a União Européia são exemplos para o mundo de países desenvolvidos. E não seria o caso de eles darem um exemplo ao mundo de nos antecederem na ratificação? E perdermos? Ao passo que o Brasil tomar essa iniciativa por primeiro, de perdermos esse mercado internacional que hoje sustenta as nossas economias?

Vejo que por vezes existe também na outra parte de quem defende a Convenção-Quadro um certo radicalismo e uma cultura do medo, daquilo que representa o fumo. Vemos na outra parte a nossa preocupação com as mais de duzentas mil famílias que dependem da fumicultura, das estruturas que se criaram ao longo dos anos para a produção que sustenta a nossa economia. Temos de pensar nas questões que estão relacionadas a reduzir a demanda e a oferta, o quanto o setor pode perder em termos de competitividade. Foi dito que linhas de financiamento seriam um dos meios, um dos instrumentos para reduzirmos o meio produtivo.

E a nossa exportação, como fica? Os nossos dois milhões e quatrocentos mil empregos diretos e indiretos da cadeia produtiva? E os tributos que hoje representam mais de seis bilhões de arrecadação, tanto da União quanto dos Estados e Municípios. Até diria que nós da região fumageira poderíamos dizer: quem sabe o Governo Federal dá o primeiro passo e abre mão da sua arrecadação oriunda da fumicultura e deixa nos municípios? Porque todos os municípios têm fomentos, programas de fomento na área da diversificação, agroindústria, culturas alternativas. Só que há um detalhe, quando entra no campo da rentabilidade, notamos que o agricultor se sente desestimulado.

Portanto, queremos ser parceiros de uma conversão, mas que se tenha tempo e prazo para implementar este trabalho. Portanto, não podemos abrir mão das nossas arrecadações de impostos gerados pela fumicultura. E a questão da rentabilidade também já foi tratada aqui. Para se ter uma renda equivalente a um hectare de fumo, temos que cultivar sete hectares de milho. Perguntamos como vamos viabilizar os pequenos produtores, quando nas nossas regiões as propriedades médias não ultrapassam a 10 hectares. E é a maior cadeia produtiva de inserção de pequenos agricultores no processo produtivo. Digo isso com muita tranquilidade. Se olharmos o Rio Grande do Sul, vamos ver as Missões, parte da zona sul, parte da fronteira oeste, vamos ver que lá já não existem outros pequenos produtores, porque tiveram que vender as suas propriedades para os grandes proprietários, migraram, e muitas vezes acabaram indo para o Movimento dos Sem-Terra, procurando novamente acesso, porque lá não tiveram culturas produtivas alternativas suficientes

para que viabilizassem a sua permanência no campo. Enquanto que na fumicultura temos esse exemplo de inserção. Até desafio que se faça um levantamento em meio ao movimento dos sem-terra para saber quantos são oriundos das regiões fumageiras. Então, o processo de inserção do agricultor, de acesso à produção. Então, vemos o Brasil como segundo maior produtor, segundo maior exportador mundial, 4,5 bilhões em vendas, 2,4 milhões de empregos, e o terceiro produto agrícola de pauta de exportação no Rio Grande do Sul, apenas perde para a soja.

Portanto, o que notamos hoje, que se fala e que se prega, é um período de transição. É um momento em que possamos trabalhar, de fato, conjuntamente, para implantar outras alternativas, porque entendemos que terminar com a fumicultura não representa o fim do consumo de cigarro. Se o Brasil deixar de produzir, os fumantes aqui vão continuar consumindo. E nós, ao invés de exportar, vamos importar produtos, não sabemos de que qualidade; teremos evasão de divisas, e o Governo continuará gastando na área da saúde com relação aos consumidores.

Portanto, se os tributos gerados pela cadeia produtiva fossem mais canalizados, até para os nossos Municípios, poderíamos, de fato, contribuir muito. Também não podemos concordar com algumas questões colocadas quanto ao uso de agroquímicos na fumicultura. Evidentemente, são utilizados. Eu também sou um agricultor e um produtor rural, e os agroquímicos são utilizados, sim. Todavia, enquanto na fumicultura se usa 1kg de produto químico ativo por hectare, na soja são 2,2kg; no feijão, 3kg, e no morangueiro, passem, são mais de 8kg por hectare. Os agroquímicos estão no que consumimos nas nossas sobremesas e nos nossos alimentos; no tomate, são mais de 8kg também.

Portanto, não queremos aqui defender o uso de agroquímicos, mas apenas fazer um comparativo do que representa uma cultura em relação à outra. Quanto ao sistema integrado, não dá para contestar uma organização que se criou ao longo dos tempos, nessa parceria entre as organizações e as empresas, com problemas, dificuldades e necessidades de ajustes. Mas isso existe e é um verdadeiro exemplo.

Vou citar duas questões. A primeira: quantos pequenos agricultores e produtores já perderam as suas safras de cebolas, de batatas, de frutas, e assim por diante, porque não tinham mercado assegurado? Enquanto isso, o produtor de fumo sabe onde vai comercializar e a que preço vai fazê-lo, pois o seu produto tem mercado garantido.

Na outra parte, o sistema construiu, ao longo dos anos, um seguro mútuo. Um exemplo para todo o País.

O Governo luta até hoje para criar um seguro agrícola, com todas as dificuldades. E o sistema lá conseguiu, ao longo dos anos, construir.

Portanto, para encerrarmos, aplaudo muito as alternativas aqui apresentadas. Se cada fumicultor achar uma nova alternativa, para mim, é uma alegria, principalmente, se ele vier a produzir alimentos. Agora, devemos ter a responsabilidade de entender a dimensão das alternativas. Uma alternativa para uma família ou meia dúzia de famílias não representa uma solução para o conjunto das 226 mil famílias. Não se pode ter essa dimensão em termos de amplitude, para alternativas que se construíram, que se encontraram, de maneira isolada.

Então, colocamos de uma maneira muito enfática que, hoje, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como grandes produtores de fumo, entendem que está sendo muito precipitada a votação da Convenção IV. Ela estabelece de maneira muito clara as restrições quanto ao consumo e quanto à produção. E entendemos que o agricultor, de certa forma, tem, sim, uma razão de ter ansiedade, porque ele não participou desse processo de discussão; ele não teve, até agora, oportunidade.

Volto a dizer o que estava colocado aqui antes com relação a essa questão. A audiência pública até foi vista por algumas pessoas como um processo que estaria retardando a votação. E hoje estamos tendo a oportunidade. Queremos novamente cumprimentar esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por ter aberto essa possibilidade. Depois que se começou um trabalho de articulação, aqui em Brasília, percebemos que o projeto já tinha sido votado na Câmara dos Deputados, por acordo de Lideranças, e já estava na pauta para ser votado em regime de urgência no Senado. Felizmente, os nossos Senadores tiveram a visão e o entendimento de abrir o espaço para discussão.

Ao encerrar, faço uma pequena referência ao trabalho infantil, que é tão batido. Veremos que até houve citações por parte da ONU, bem como ações que estão sendo desenvolvidas hoje, muitas delas em parcerias com os Municípios, no combate ao trabalho infantil. São verdadeiros exemplos até para outras situações no Brasil. Não quero ver uma criança, para sobreviver, catando lixo, como temos tantos e tantos exemplos em nosso País. Quero ver crianças também na escola. E nós, na nossa região, estamos dando exemplos de parceria com as nossas instituições, com as nossas organizações, muitas vezes, com as próprias empresas, para que a criança esteja no seu lugar certo, esteja na escola, e possa aprender e ter oportunidades nesse conjunto do nosso Brasil.

Agradecemos a oportunidade que nos foi dada, ratificando a nossa posição: queremos tempo para que essa conversão ocorra, de maneira gradativa, que não venha imposta por uma Convenção, que vai logo surtir seus efeitos. Não podemos correr o risco de, primeiro, haver uma crise no setor, para, depois, irmos ao encontro da solução. Queremos o processo inverso. Primeiro, queremos levar alternativas para o setor para depois fazermos o processo de conversão gradativamente.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Heitor Álvaro Petry, presidente da Famurs.

Agradecemos a presença dos prefeitos Sérgio Moraes, de Santa Cruz do Sul, e Glauco Scherer, de Venâncio Aires.

Há mais algum prefeito presente?

Sejam todos bem-vindos.

Também há vários candidatos! Que bom que a democracia vive intensamente!

Passaremos a palavra ao Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, que está representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a poderia presidir a reunião por um instante? Voltarei em seguida.

O senhor tem a palavra.

O SR. WILSON RABUSKE – Boa tarde a todos. Pediria ao Senador Pedro Simon autorização para ler esse documento, após o que farei um pequeno comentário. (Pausa.)

Posição do Movimento dos Pequenos Agricultores sobre a atual situação do fumo e a ratificação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde.

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema e a Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos antes de votar a sua ratificação.

O MPA vem, por meio deste documento, expressar a sua posição sobre o atual momento do cultivo de fumo no Brasil. Enquanto houver mercado e produção de fumo, haverá uma enorme multidão de pequenos agricultores envolvidos nessa atividade produtiva. Isso deve ser encarado sem preconceitos. Não aceitamos acusações de espécie alguma sobre os agricultores produtores de fumo, que vêm nessa atividade um meio de sustentar suas famílias.

O Governo Federal não pode ter ambigüidades em suas políticas em relação a esses agricultores. Por exemplo, enquanto o Ministério da Saúde quer implementar a Convenção-Quadro, o Ministério da Agricultura

e o BNDES financiam em torno de R\$500 milhões por ano para sustentar e expandir a cultura do fumo.

A produção de fumo tem o mérito de contribuir com a permanência dos pequenos agricultores na terra. Sob esse aspecto, supera a cultura da soja, que, ao longo do tempo – e agora ainda mais com os transgênicos – tem concentrado terra, renda e provocado a expulsão dos pequenos do campo.

Os malefícios à saúde também têm que ser tratados de maneira global. Uma agricultura e uma pecuária baseadas e dependentes de enormes quantidades de insumos químicos, agrotóxicos, anabolizantes, hormônios e, ultimamente, a transgenia não fazem bem à saúde humana. Há resíduos de produtos maléficos à saúde em quase todas as cadeias produtivas dependentes do modelo da revolução verde.

Nesse contexto, o fumo não pode ser um bode expiatório por mais que estejam provados os malefícios que faz à saúde. Por isso, o MPA tem afirmado, de forma insistente, a necessidade de mudança do modelo agrícola e do modelo tecnológico da agricultura brasileira, optando por tecnologias de base ecológica e orgânica para todos os produtos agrícolas.

Nesse sentido, em relação à cultura do fumo, temos proposto um consórcio fumo-alimentos, inclusive os de subsistência familiar, e a produção de fumo a partir de insumos orgânicos e do manejo ecológico do solo.

Essa mudança deverá se dar em um processo gradual de transição, pois assim traria também uma grande redução de danos em termos concretos de impactos à saúde, tanto entre agricultores como em consumidores de cigarros.

Porém, antes e acima de tudo, o agricultor precisa ser respeitado. Tem sido ele, até hoje, o elo mais frágil dessa cadeia produtiva. Enquanto os governos muito arrecadam, as empresas ampliam seus parques industriais, crescem e enriquecem, remetem lucros ao exterior, os pequenos agricultores têm empobrecido, afundando-se em dívidas, aumentando a área cultivada de fumo e vêm obtendo menores ganhos com seu trabalho. Constata-se, entre as famílias de agricultores, o aumento das doenças causadas pelo trabalho estafante e pelo pacote químico utilizado.

Nesse sentido, não abriremos mão que o agricultor seja bem remunerado pelo seu trabalho, incluindo nessa remuneração adicional de insalubridade pelo manuseio de venenos e pela exposição da família, dia e noite, ao calor das fornalhas na cura do fumo. Também exigimos remuneração justa e critério objetivo pela classificação do fumo. Nosso trabalho agrega enorme valor ao produto, sem que sejamos dignamente remunerados por isso, e sem que tenhamos condições ob-

jetivas de acompanhar a reclassificação definitiva que é feita pela indústria que determina o preço pago ao agricultor. Continuamos defendendo que a classificação para fins de preço também seja feita no município ou na região onde residem os agricultores. Também propomos a diminuição de números de classes de 48 para 12, no Virgínia; e de 29 para 9, no Burlei. Discordamos, também, do sistema de contrato de crédito e de fornecimento de produtos individualizados, em que o nível de informação dos agricultores é mínimo. Além do mais, adota-se um sistema de negociação superado, pelo qual a maioria das entidades que negocia em nome dos agricultores não tem mais representatividade e legitimidade para fazê-lo, ou porque não há incidência na cadeia produtiva, como é o caso das federações da agricultura, ou porque há pouco debate com os reais interessados: a massa de produtores de fumo. Isso vai criando um fosso muito grande entre os representantes e os representados, que, ao longo dos anos, será extremamente prejudicial ao conjunto da cadeia produtiva de fumo.

Propomos um processo de negociação e contratos coletivos entre as indústrias produtoras organizadas. Em relação à Convenção-Quadro, o MPA propõe uma ampla discussão com todos, com toda a sociedade, com audiências públicas nos Estados para ouvir os setores envolvidos, antes de ratificar a respectiva Convenção. Propomos, também, que antes de qualquer medida que vise implementá-la, busquem-se soluções concretas para os pequenos agricultores, que estão simplesmente em pânico com a notícia de que serão proibidos de plantarem fumo, sem ter qualquer alternativa disponível e viável em termos de produção agropecuária para substituí-la, principalmente em pequenas áreas de terra.

Antes de tudo, o Executivo ou o Legislativo precisa pensar em propor globalmente políticas que possam, de fato, serem efetivadas. Qualquer política de redução da área plantada de fumo deve estar acompanhada de políticas de preços que estimulem a produção de alimentos, que desapropriem latifúndios, e distribuam terra. É preciso que se dê assistência técnica que auxilie na viabilidade técnica da produção e nas pesquisas que criem alternativas para a pequena propriedade. Vemos, nesse momento, uma grande oportunidade para debater e repensar todo o modelo de produção agrícola brasileiro e não só o fumo.

Perguntaram o que faremos com os problemas da saúde que é provocado por carnes de frangos produzidos com hormônios e anabolizantes, com tomates e batatinhas abarrotadas de veneno, com soja transgênica com altas doses de fungicidas etc.

Não aceitamos o caminho fácil de culpar o agricultor, quando 95% das pesquisas da Embrapa estão dirigidas para esse modelo, quando o crédito induz para esse modelo, quando as escolas técnicas em agropecuária, as faculdades de agronomia e veterinária são, em sua maioria, escravas dos conhecimentos, dependentes do modelo da revolução verde.

Hoje, há conhecimentos disponíveis e soluções técnicas para implantar um novo modelo de produção saudável, justo e sustentável. É preciso vontade política e um projeto estratégico para implementá-lo. A solução para os problemas do fumo está em uma ação conjunta, atendendo ao interesse de todos os envolvidos: indústria, produtores e governos. Da parte do governo, é muito importante cumprir o seu papel regulador e fiscalizador, reprimir o contrabando de fumo e cigarro, apoiar e estimular a organização autônoma e livre dos agricultores e exigir a transparência contábil e documental das empresas fumageiras frente aos agricultores.

Em cima disso, gostaríamos de complementar dizendo que também não aceitamos a forma que foi usada nos últimos dias, principalmente na região de Santa Cruz, para que os agricultores ficassem mais desinformados como estão hoje. Entidades usaram a imprensa de cinco em cinco minutos, usaram a mídia escrita com notas de página inteira onde simplesmente colocavam: querem acabar com a fumicultura, criando um pânico no interior. Os agricultores, a maioria deles, em cima dessas notícias e dessas informações, que são desinformações, estão ansiosos esperando que não se ratifique a Convenção-Quadro.

Então, hoje, o MPA, para que essas informações realmente cheguem aos agricultores, como o Ministro Humberto Costa as colocou, como a doutora colocou, propomos que o Ministério da Saúde venha a Santa Cruz. Nós nos propomos a trazer os agricultores para que vejam realmente o que é a Convenção-Quadro e não sejam manipulados dessa forma, não sejam usados, como foram usados, da forma que considero leviana, porque até abaixo-assinados circularam pelo comércio, pelo interior, sem ter muitas vezes cabeça. Simplesmente as pessoas chegavam e diziam: "Assine aqui porque querem terminar com o plantio de fumo. Se tu não assinares, amanhã não plantas mais fumo".

Senador Eduardo Suplicy, essa é a nossa posição. E estamos deixando inclusive o jornal para que o Senado veja a forma que foi usada nos últimos dias para se criar um pânico desnecessário.

Sabemos que é importante que se discuta todos os aspectos, sabemos que a indústria está usando a Convenção-Quadro para, mais uma vez, prejudicar o

agricultor, porque enquanto se discute o possível término da cultura do fumo, não se discute preço, não se discute os problemas que estão vindo das últimas safras; nos últimos dias, ninguém mais falou a respeito dos prejuízos que os agricultores tiveram nesta safra e nas muitas outras.

E lanço um desafio a todos que dizem que o fumo dá tanto lucro para os agricultores: tragam produtores que plantam fumo há 30, 40, alguns há 50 anos e provem o capital que eles acumularam nesses anos. A maioria dos agricultores está com dívidas impagáveis, dívidas, muitas vezes, como denunciemos nesses documentos, que o próprio Governo, por meio dos órgãos públicos, dos bancos públicos, do Banco do Brasil, oferece condições favoráveis para que as indústrias endividam o agricultor, na maioria das vezes sem o agricultor saber o que está assinando. Temos quatro casos, os quais estamos cobrando via judicial, já que a empresa Souza Cruz não dispôs aos agricultores os contratos que eles solicitaram. São quatro agricultores que, no ano passado, construíram estufas, as famosas LL. Tinha até uma disputa judicial entre as indústrias, as famosas LL, a um custo de R\$13 mil, acertado com os orientadores, com o prazo de pagamento de sete anos, sem juros. Para surpresa dos agricultores, este ano – temos provas – os quatro agricultores foram procurados pela empresa para que assinassem os contratos do dito financiamento no valor de R\$14,8 mil, com juros de 8,75% e com cinco anos para pagar. O financiamento era do Banco do Brasil e do BNDES. O mais grave é que dois desses agricultores hoje estão devendo ao Banco do Brasil, mas não assinaram nenhum dos contratos.

Quando os pequenos agricultores têm que buscar financiamento para custeio de alimentos, milho, soja, feijão, necessitam de cinquenta assinaturas, são exigências das mais diversas. Conseguimos diminuir um pouco essas exigências, devido à nossa luta, mas para as grandes empresas fumageiras, o contrato nem vem para o banco, fica na empresa e simplesmente é enviada uma relação com o nome, CPF e o valor que o agricultor financiou.

Temos tudo isso documentado e queremos deixar aqui como denúncia, para que seja apurada. É inconcebível que empresas multinacionais, como foi dito há pouco, que faturaram em dois anos mais do que o patrimônio que elas possuíam, precisem buscar dinheiro público, dinheiro do BNDES, que poderia ser investido na diversificação, tão importante para que o agricultor não precise, a cada ano, plantar cinco, dez, quinze mil pés de fumo a mais para ganhar menos.

O aumento na área de produção é decorrente da exploração que os agricultores estão sofrendo nos

últimos anos. Queremos que o Governo Federal, por intermédio dos órgãos competentes, do Banco do Brasil, do BNDES, ajude nessa reconversão com financiamentos para que se possa mudar essa história. Se for necessário, que se plante fumo ainda. Vai se plantar fumo para os próximos cinquenta anos, com certeza, mas que o agricultor não precise plantar tanto fumo, pois ele não tem mais tempo de plantar um pé de repolho, de cuidar de uma vaca leiteira, de deixar um potreirinho para botar uma vaca leiteira, um esterneiro.

Isso é o que acontece nas regiões onde se produz fumo. Na nossa região – e todos os meios de comunicação acompanharam o fato –, veio o dinheiro para um mini Ceasa em Santa Cruz, mas o dinheiro foi embora. Recentemente, buscou-se novamente dinheiro do Governo Federal, do Pronaf, infra-estrutura, para implementar esse mini Ceasa. Tomara que não fique só na promessa pré-eleitoral. Tomara que esse prédio que está sendo comprado perto da minha casa sirva efetivamente para um mini Ceasa, para que muitos agricultores possam começar essa transição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Wilson Rabuske.

Passamos a palavra, agora, à Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Associação Paulista de Oncologia Clínica.

A SR^a NISE HITOMI YAMAGUCHI – Boa tarde a todos.

Eu queria parabenizar a Mesa e o Senador Eduardo Suplicy, pela magnânima condução desse processo, que é muito difícil, porque envolve aspectos importantes da subsistência dos fumicultores, de Estados, de Cidades e também aspectos fundamentais na questão da subsistência de seres humanos no planeta.

Ocorre um bilhão de mortes por tabaco no momento. Há também um outro problema muito sério, porque não se trata apenas da morte, mas também da desabilitação da pessoa. Se vocês já acompanharam um paciente com doença pulmonar obstrutiva crônica sabem o que é viver mal, com falta de ar. Há três dias, no Hospital Sírio Libanês, onde tenho o privilégio de atender – atendo também no Hospital das Clínicas e no Instituto do Câncer, onde sou responsável por pesquisas clínicas –, uma paciente, tabagista a vida toda, com câncer de pulmão do tipo mais freqüentemente associado ao cigarro, falou-me balbuciando – ela tirou a máscara que ela usa o tempo todo, porque sem ela não consegue mais respirar –: “Nise, não vale a pena viver assim.”

Chamei a família da paciente – os filhos estavam juntos, mas o resto da família, não; os netos tinham acabado de passar por ali – e agradei a ela duas coi-

sas. Falei: “Minha querida, agradeço a confiança que você teve em mim nesses quase três anos em que lutamos juntas. Agradeço a sua equanimidade neste momento, em que seria muito difícil uma decisão da sua família com relação a esta situação, porque a alternativa seria te colocar num tubo na UTI para você ficar respirando, e você não consegue mais isso. Eu te agradeço a grandeza que você está demonstrando neste momento de compreensão. Eu sinto muito você estar tão mal, e sabemos por quê.”

Essa paciente vinha ao consultório com cigarros de plástico, porque ela tinha que ficar o tempo todo com um cigarro na mão. Não há dinheiro que pague – ela vai deixar muitos bens – o sofrimento de um paciente com câncer. Que se dirá de milhares de pacientes? Tivemos aqui o caso trágico do filho do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve uma morte precoce. Um dos aspectos da morte dele foi o tabagismo. Não dá para dizer que fosse o único. Temos o caso trágico de jovens que entram no cigarro aos 12, 13 anos de idade, tornando-se uma pessoa que vai ficar afetada – porque é uma doença o vício do cigarro – e vai ter mais 50 outras doenças, além de sofrer a pecha de que não pára porque não quer. Não é, é porque não consegue, é porque é viciado.

Agradeço a presença da ABAC-Luz, uma entidade maravilhosa que cuida de pacientes com câncer. A Dr^a Lucy Ishii, grande trabalhadora, com suas co-trabalhadoras, têm prestado grandes serviços aqui no Distrito Federal. Sou Vice-Presidente do Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer, o Napacan; represento a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pela minha jurisdição, a paulista. O Dr. Roberto Gil está na Espanha. Represento uma mãe que não quer que seus filhos tenham acesso ao cigarro dessa maneira; represento uma filha que não quer que seus pais morram de câncer ou de outras doenças; represento um ser humano e uma cientista.

Desenvolvo o meu trabalho na pesquisa do câncer. Dirigi um congresso latino-americano de câncer de pulmão, orientado por uma entidade internacional. Na semana passada, estivemos, por quatro dias, no Algarves, em Portugal, discutindo o que podemos fazer para tratar o câncer. Eu disse que estaria aqui discutindo com V. Ex^{as} e que esta era uma atitude política fundamental das sociedades de câncer do País, ou seja, tentar fazer com que a Convenção-Quadro seja ratificada.

Também estavam presentes naquela oportunidade o Presidente da Sociedade Européia de Oncologia Clínica, o Presidente da Sociedade Americana de Oncologia Clínica, a Presidente da ISLC, além de 100 cientistas que se dedicam dia e noite a essa área.

Ficou certo que cada um voltaria para o seu país – da América Latina só eu estava presente – imbuído da ação conjunta que teria que ser feita. Por isso, se faltam oito, em breve, os outros oito acordos serão ratificados. Essa questão de se dizer que, se a Convenção-Quadro for ratificada no Brasil, implica uma imediata aplicação, isso não é verdade. Está havendo uma grande confusão.

A ratificação do Senado e a ratificação do Congresso é quanto à Convenção Mundial, o quanto vai ser possível implementar a gradação. A forma é uma questão estratégica que vai ser discutida em fóruns específicos. São duas coisas diferentes. Uma coisa é a ratificação da Convenção-Quadro, em nível internacional.

Acredito ser fundamental que todos os senhores – que estarão envolvidos na agilidade ou não desse processo, que estão envolvidos com inúmeras outras questões de grande magnitude dentro dos panoramas nacional e internacional; que vão ser responsáveis pela representação de todos nós, cidadãos brasileiros, nesse momento – pensem no seu irmão, no seu filho, no seu pai ou na sua mãe, que teve alguma doença ligada ao cigarro, porque certamente houve alguém. É fundamental que os senhores pensem no quanto o seu voto, nesse momento, não deve ser atrelado a quaisquer outros tipos de interferências, se não o precípua papel que um representante do povo deve ter, que é o de lutar pelo povo, com sabedoria, lutar pela instalação de mais vida e não de menos vida.

Somos o maior exportador de tabaco do mundo, o que mostra a competência dos processos. Se usarmos esses processos instalados, edificados, as cooperativas, os projetos para alicerçarmos outros tipos de coisas, outros tipos de cultura, vamos ter um país cada vez mais pujante, não vamos ter a pecha de sermos o maior exportador de morte do mundo.

Penso que é uma coisa muito séria termos tanto problema causado por uma coisa que é algo tão delicado.

Não consigo isentar a minha vida do paciente. Penso que essa discussão não pode ser feita somente no âmbito econômico; ela tem que ser feita dentro do sofrimento de milhões de famílias no mundo, porque, se somos o maior exportador, quantos países no mundo compram o nosso produto? E se não ratificarmos a Convenção-Quadro, quando formos os líderes na elaboração dessa ratificação Quadro, estamos descumprindo o nosso papel de país emergente que quer mudar a ordem social do mundo. Estamos nos condenando a uma pecha que vai ser muito desagradável. Quero ver como é que os senhores, quando forem representar o Brasil em qualquer fórum internacional da

Organização Mundial da Saúde ou de qualquer fórum de desenvolvimento sustentável vão ter a coragem de entrar lá, sabendo que não cumprimos o nosso papel de casa.

Então, senhoras e senhores, em nome de todos os pacientes, em nome de todas as famílias, em nome de todos os amigos, por favor, passem essa Convenção-Quadro imediatamente, porque temos que estar lá liderando os quarenta países que já ratificaram, para trazermos as nossas dificuldades, inclusive dos nossos fumocultores, para que nos ajudem com estratégias, nos ajudem com verbas, com coisas técnicas, para que possamos realmente fazer com que essa seja uma transição adequada, elaborada, científica, pautada no respeito, inclusive à inconsciência das pessoas que estão fazendo o plantio de fumo; no respeito àquelas pessoas que estão impossibilitadas de terem outros meios de sobrevivência; no respeito à inconsciência daqueles que ditam as normas do livre mercado de comércio; no respeito à inconsciência e à inconseqüência das propagandas enganosas, nefastas aos milhares de jovens de todo o mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade de Oncologia Clínica.

Registro a presença dos Deputados Júlio Re-decker e Ênio Bacci.

Passamos a palavra ao Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Muito boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, conterrâneos e colegas da área científica, senhores da imprensa, queremos, em rápidas colocações, até pelo adiantado da hora, externar basicamente alguns fatores, entrando um pouco na questão da Convenção e também na questão da área da produção. Acho que isso é fundamental.

Em primeiro lugar, queremos que fique claro para todos os presentes que, ao salientarmos a questão da fumicultura, que se trata de um processo, assim como outros em nossa agricultura, de integração. Conseqüentemente, um processo de integração tem as suas vantagens e as suas desvantagens, principalmente para o nosso pequeno agricultor. Se olharmos para o âmbito da suinocultura, no Estado de Santa Catarina, mais propriamente no oeste do Estado, vamos ver hoje Sadia, Perdigão, Chapecó e outras agroindústrias de grande porte, inclusive com capital internacional, provocando uma devastação muito forte, em razão dos dejetos de suínos, depositados em todos os rios daquela região.

Assim, praticamente todo o processo de integração é um processo de degradação. Isso não é diferente com relação à questão da fumicultura. Ou seja, os vestígios existem e irão permanecer.

O que quero colocar com isso é que temos que ter consciência clara de que a fumicultura, apesar de produzir algo extremamente danoso, como está sendo colocado e amplamente comprovado, é hoje uma atividade da qual depende a sobrevivência de mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais.

A Convenção-Quadro, do jeito como está sendo colocada, poderá regulamentar da forma mais concreta e legal possível o fim da fumicultura. Mas entendemos que esse fim não será drástico. Será gradativo.

As tendências mundiais, conforme as colocações aqui feitas, se baseiam em todos os exemplos já colocados pela União Européia e pelos americanos. Aí vem o questionamento que inclusive o representante das prefeituras da região coloca, ou seja, será que tudo que vem da Europa ou dos Estados Unidos é moderno? Será que tudo isso é bom para nós? Outra questão são os financiamentos, como foram aqui colocados. Obviamente, grande parte dos fumicultores é financiada, ainda hoje, com uma parte de dinheiro público. Embora não esteja aqui justificando nada por meio da indústria – que isso fique muito claro –, grande parte é de recursos dos próprios bancos, e a grande maioria assina, sim, seus contratos. Nesse caso, as indústrias entram como aval dessas operações de financiamento.

Outra questão que queria deixar muito clara principalmente para os Senadores aqui presentes é a de que, quando olhamos o aspecto da saúde, estamos totalmente favoráveis à situação, à forma em que o fumo é colocado. Mas gostaria – isso não foi aqui falado em nenhum momento – de questionar as bebidas alcoólicas. Quando se fala no tabaco, no fumo, vê-se que ele é muito vinculado a essa questão. A pergunta é: qual a convenção que vem para trabalharmos a questão da bebida alcoólica neste Brasil? Essa é uma pergunta; a segunda foi tocada aqui e diz respeito ao trabalho infantil. É um tema polêmico, sabemos disso, mas perguntaria: nós, que estamos aqui, em grande parte, passamos por essa atividade no meio rural, como eu. E trabalhávamos: na oportunidade, na parte da manhã, íamos à escola – sou um agricultor, fui e ainda permaneço com o meu pé lá – e, à tarde, ajudávamos a família nos mais diversos afazeres, às vezes, trabalhando com o fumo. Pergunto: será que somos tão malformados assim? As nossas crianças, hoje, não podem mais minimamente ajudar a família de trabalhador rural em sua atividade, seja ela fumo ou outro produto? Outras questões relativas ainda à

Convenção-Quadro. A maior temeridade que temos é a de que se faça, mais uma vez, neste País, a ratificação de algo que não foi discutido com a sociedade e apenas com uma parte dela e que as consequências disso venham acabar, para os principais atores desse processo todo, que, diga-se de passagem, são os mais mal remunerados de toda essa cadeia. Essa é uma verdade. Precisamos, gradativamente, trabalhar um processo de melhor remuneração, porque para mim não vale o nosso País, Brasil, estar como o primeiro maior exportação de fumo do mundo, sendo o nosso fumo vendido a preço de banana lá no exterior. Então, o Senado Federal e a própria Câmara Setorial da fumicultura, hoje existente, poderão estar ajudando-nos nesse processo, para que possamos garantir a permanência do nosso agricultor no campo – com políticas sólidas que propiciem formas de transformação da fumicultura em outras atividades – e, principalmente, na agricultura, na fumicultura propriamente dita, de forma que tenha rentabilidade, uma vida digna e possa continuar na atividade. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Antoninho Rovaris.

Passamos, agora, a palavra à Sr^a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, que havia sido indicada pelo Dr. José Rosemberg, que havia sido indicado pelo Sr. Adib Jatene. Ela é do Projeto Esperança/Co-Esperança.

A SR^a IRMÃ LOURDES MARIA STAUDT DILL

– Uma saudação muito especial ao Senador Suplicy, aos demais Senadores e Deputados, aos gaúchos e gaúchas em grande peso aqui e a todas as pessoas que vieram de outros Estados, de outras instâncias, debatendo um tema de tamanha importância. De fato, este é um momento ímpar para o Brasil e para os países que querem de fato ratificar a Convenção-Quadro.

Venho em uma dimensão profética, em nome também da Igreja, que defende a vida em primeiro lugar. Pergunto: quem de nós não quer qualidade e quantidade de vida? Se não quiséssemos qualidade e quantidade de vida já estaríamos talvez no fundo da cova. Então, queremos, sim, quantidade e qualidade de vida. Queremos defender a sustentabilidade especialmente na agricultura.

A doutora falava que no Brasil, por um lado, alguns se orgulham de exportar 85% do fumo, mas tenho tristeza em falar isso. Se temos que exportar 85% de morte para outros países, o Brasil tem que passar vergonha. Portanto, quero dizer que é urgente, sim, aprovar e ratificar a Convenção-Quadro, para que de fato, no processo que foi colocado pelo Ministro da Saúde, encontremos perspectivas de alternativas de sustentabilidade.

Ao nos referirmos à questão do tabagismo não podemos tratar apenas do lado econômico, pois isso é muito pouco, é quase nada. Temos que falar na dimensão da vida, na dimensão social, na dimensão econômica inclusive, na dimensão da saúde e na dimensão da sustentabilidade. E a grande pergunta que se coloca é: hoje o fumo dá lucro a quem? Ao pequeno produtor? Não é verdade, ele sobrevive mal e muito mal. Somente o produtor que tem mais terras poderá estar um pouco melhor, porque tem condições de contratar pessoas para trabalharem com ele.

O pequeno produtor não está bem. Venho da região centro do Rio Grande do Sul, que também é plantador de fumo, perto da região Santa Cruz, onde o pequeno produtor de fumo não está bem. Ele trabalha como escravo, dia e noite, com toda a família, com a criança, o jovem e o adulto, e muitas vezes com pessoas de até mais de 70 anos, como escravos de uma profissão mal remunerada.

Então, quando falamos em sustentabilidade e lucratividade não podemos tomar como modelo o fumo para a agricultura. Podemos tomar, sim – como foi dito antes –, para as fumageiras, para as empresas que têm outro canal de lucratividade.

Nesse sentido também queria, em nome de uma grande multidão – a que me referirei posteriormente –, repudiar o que a imprensa gaúcha fez, causando especialmente ao plantador de fumo um grande terror. Foi algo meio parecido com o dia 11 de setembro. Isso foi ruim. A imprensa gaúcha, a grande mídia fez dessa idéia de ratificar a Convenção-Quadro um grande terror, e não era para acontecer isso. Temos que debater, queremos debater com o Senado, com o Congresso, com o Governo e com a sociedade como um todo, inclusive de produtor para produtor, porque é o pequeno produtor quem mais sabe se está ou não dando renda.

Defendo a questão da sustentabilidade e da vida em primeiro lugar. A vida não se compra, a vida se cultiva. E com certeza não cultivamos mais quantidade e qualidade de vida consumindo venenos, consumindo produtos como o tabaco e outros. Com certeza, na medida em que tivermos uma alimentação sadia, aumentaremos nossa quantidade e qualidade de vida.

Em segundo lugar, quero também dizer que o Rio Grande do Sul, um dos maiores exportadores de fumo do mundo, com certeza também acrescenta ao cenário importantes experiências. Conforme foi dito antes, embora muitos não conheçam, o Rio Grande do Sul tem, sim, muitas e infinitas experiências de alternativas à cultura do fumo. Estou falando de uma experiência nossa, que é o Projeto Esperança/Co-Esperança, da Diocese de Santa Maria, que há 20 anos

vem trabalhando com a organização do pequeno produtor, com a perspectiva de trabalhar o associativismo, o cooperativismo, agricultura familiar, agroindústria familiar e, nessa nova dimensão, de rever o modelo tecnológico, o modelo econômico dentro da idéia da sustentabilidade e agora, no Brasil, a segurança e soberania alimentar.

Nesse sentido, então, há 20 anos trabalhamos, em diferentes eixos, essa experiência, que conclui numa etapa muito importante e fortalecedora, que é a comercialização direta. É o consumo justo, ético e solidário.

A pessoa que pensa na vida, na qualidade de vida, na saúde não consome produtos cheios de veneno, produtos contaminados. Ela prima por uma agricultura familiar ecológica, onde, de fato, sua família, seu grupo possa ter uma vida mais digna e mais justa.

Nesse sentido, então, experiências como a do Projeto Esperança/Co-Esperança são multiplicadoras. O Capa é uma delas. Muitas outras experiências de outras organizações do MPA, do próprio Movimento Sem Terra e outras organizações fomentam hoje essa perspectiva.

Criamos, no Rio Grande do Sul, uma marca dentro da indústria chamado o Selo Sabor Gaúcho, um programa que foi instalado há quatro anos, sendo um programa que vem solidificar muitas experiências de alternativas da cultura do fumo. Na nossa região, criamos também uma marca chamada Sabor da Terra, onde garante produto com qualidade, sendo produzido sem veneno, um produto que, de fato, agrega valor àquilo que o pequeno produtor cultiva na sua propriedade. E tudo isso de forma organizada, articulada e regional.

Temos hoje, na região, mais ou menos 200 empreendimentos de economia popular solidária na área urbano e rural e que congregam mais ou menos 3.700 famílias que sobrevivem dessa renda. E posso garantir que vivem com uma renda melhor do que aquele pequeno produtor que planta fumo, porque têm ainda para a sua família, sua comunidade e tem tempo para aquilo com que a vida nos brinda: lazer.

Infelizmente, o pequeno produtor escravo do fumo não tem mais tempo hoje nem para o lazer nem para a família, e muito menos para a comunidade. Então, isso também nos reporta à dignidade de vida a que nós, como seres humanos, temos direito.

Nesse complexo – Senadores e Deputados aqui também conhecem a nossa experiência – temos um espaço físico de comercialização direta. Recebemos há pouco tempo a visita do Senador Pedro Simon e também de Adão Pretto, que é um grande animador de uma feira estadual e nacional de cooperativas que temos. É nesse espaço que os agricultores comercial-

izam diretamente, sendo um espaço fixo que existe há 15 anos, onde a cada sábado acontecem importantes feirões coloniais, oferecendo produtos ecológicos na mesa do consumidor, que assim os quer e opta.

Temos dentro projeto um Centro de Economia Popular Solidária bem no centro de Santa Maria, onde também o produtor tem possibilidade de comercializar direto ao consumidor. Temos um armazém da colônia bem no centro de Santa Maria, que – para quem conhece – fica na rua central, sendo também um espaço onde o produtor comercializa direto o seu produto. Além do Sabor Gaúcho, Sabor da Terra, dos quais já falei, há mais ou menos na região 35 pontos de comercialização direta, onde os produtores urbanos e rurais articulam entre si, para poderem colocar diretamente na mesa do consumidor os seus produtos.

Então, aquele espaço e aquele lucro que o atravessador ganharia quem está ganhando hoje é o próprio produtor. E quando teve início essa experiência, o próprio produtor resistia e dizia que a sua missão não era vender ao consumidor. Hoje são pessoas extremamente realizadas em poder se organizar, produzir e comercializar diretamente. É uma proposta que deu certo e com a qual, com certeza, vamos cada vez mais fortalecendo essa perspectiva na região.

Dentro da proposta e da urgência da Convenção-Quadro, entendemos que, de fato, deve-se debater com a sociedade. Apoiamos essa idéia, mas não podemos deixar para o dia de São Nunca, essa é uma preocupação. A Convenção-Quadro tem que ser votada e ratificada, sim, no ano de 2004, para que possamos ter sintonia com os demais países, para poder agilizar aquilo que de fato se quer em termos de política pública. Queríamos deixar um grande apelo ao Senado, ao Congresso, ao governo, à sociedade, às organizações que aqui estão, para que se agilize no Brasil, com muita urgência, um crédito especial para aqueles produtores que livre e conscientemente desejam e querem trocar o fumo por outras alternativas. Até sugerimos que poderia ser um braço do Pronaf, mas não para financiar a questão do fumo, como já foi em outros tempos, que fosse criado um braço ou no Pronaf, ou um outro programa de política pública junto com a idéia da Convenção-Quadro para financiar, de fato, alternativas à cultura do fumo, e que houvesse também a possibilidade de um acompanhamento técnico para que possa se avançar nessa perspectiva.

Temos certeza de que essa perspectiva vai crescendo gradativamente na consciência do produtor de fumo, da sociedade e também daqueles que vão consumir os produtos produzidos por essas organizações. Temos certeza de que hoje, no cenário do mundo globalizado, a questão do consumo está se tornando,

cada vez mais, uma coisa de consciência, especialmente na linha da saúde, onde as pessoas hoje escolhem o que consomem. Não se consome qualquer tipo de produto, e essa consciência está crescendo mundialmente, isso é muito positivo, as pessoas estão optando por produtos de garantia e de qualidade para poder ter uma vida mais próspera, mais digna e mais qualificada em termos de saúde. E trago o apelo de muitos da nossa região que já deixaram a produção de fumo e optaram por alternativas.

São as mais variadas iniciativas. Vou dar o exemplo de uma, os nossos Deputados e Senadores conhecem a região de... município da quarta colônia. Lá, há poucos meses atrás, o Ministério Público fechou todos os açougues porque estavam trabalhando clandestinamente, e havia muitos problemas na questão da carne. Nesse município, há três anos atrás, foi financiado um abatedouro, tanto para abate de suíno quanto de gado de corte. Esse grupo que está integrado no Projeto Esperança fornece para toda essa região carne de altíssima qualidade, produzida numa região onde antes produzia fumo. Esse grupo mesmo faz o gerenciamento, é responsável, é dono desse abatedouro. Uma das experiências, assim são muitas. Alternativas têm, temos que ter coragem, ousadia, vontade política para fazer essa mudança. Temos certeza de que esse processo vai se consolidando passo a passo, e ninguém vai criar um terror nem diante das fumageiras, nem diante do agricultor e muito menos perante a sociedade. Queremos trabalhar com consciência.

Para concluir, quero dizer e afirmar que, se trabalharmos a idéia dentro de um processo, vamos fortalecer nossas experiências. E nós nos inspiramos muito também, nessa experiência do Projeto Esperança/Co-Esperança, num provérbio africano que diz assim: “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr^a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/Co-Esperança.

Passamos agora a palavra ao representante do Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Sálvio Osmar Tonini. São três depoimentos finais.

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos ao Senador Eduardo Suplicy por este trabalho.

Aqui represento o nosso Presidente, José Zeferino Pedroso, da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Sou Sálvio Osmar Tonini.

Tudo isso começou errado, porque se fizeram as coisas sem se discutir com a sociedade brasileira.

Se as coisas tivessem sido discutidas com a sociedade brasileira, não estaríamos aqui – um de um lado dizendo que é bom; e o outro, do outro lado, dizendo que é ruim ou vice-versa. Se nós tivéssemos, desde o início, discutido e buscado o consenso, não estaríamos aqui hoje.

Só tenho que parabenizar V. Ex^a, Senador, porque teve a competência e a inteligência de trazer a sociedade para a discussão. Até então, o segmento estava esquecido.

Ficamos preocupados, pois soubemos dos fatos, Senador, de forma clandestina, não de forma correta ou de forma precisa. Se isso tivesse sido conduzido de forma correta, o debate seria muito maior na Câmara dos Deputados. Indaguei a alguns Deputados, e eles não conheciam esse tema e nem sabiam do que se tratava. Ficaram sabendo na data de hoje, em função dessa mobilização.

Contudo, evidentemente, há os trâmites legais na Casa – não sou um parlamentar –, mas a sociedade poderia ter discutido. Preocupa-me, sim, o fato, porque a maneira como se traduz muitas vezes em comentários não se refere apenas à exclusão do fumo da área da produção, mas também à maneira como passa a ser tratado, em termos de conceito social, aquele que produz.

Quem me garante que nós, ao assinarmos a Convenção-Quadro, ao vermos a nossa sociedade prejudicada, tenhamos a coragem de fazer o que fez os Estados Unidos, que deu ignorância ao Tratado de Kyoto, muito menos confiança ao Rio+10 e defendeu o seus interesses? Quem vai ter a competência de, quando vir a nossa sociedade prejudicada, tomar posições e exigir do mundo que se faça o mesmo?

Eu sou a favor da saúde – e quem não o é? Graças a Deus, tenho saúde e estou sentado aqui hoje. Quero ter sempre saúde. Eu tive um pai que morreu de câncer, mas nunca fumou. E aí? O que eu vou dizer? Mas também não quero criar polêmica, porque não sou médico, porque essa não é a minha área.

Mas fico preocupado, sim, Senador. Gostaria, Senador Eduardo Suplicy, que V. Ex^a capitaneasse a discussão e que, antes de levarmos a matéria a uma plenária, onde Senadores votarão e ratificarão essa Convenção-Quadro, ao menos uma, Senador, ao menos uma audiência ocorra no seio do setor produtivo. Gostaria que o Sr. Ministro da Saúde, que fez um belo pronunciamento, dissesse o mesmo que disse para nós aos interessados lá do fundo, porque o terrorismo, Senador, com certeza, não fomos nós que o pregamos. Eu disse isso em Santa Cruz do Sul. Quem está aqui presente sabe disso. Eu vi nos jornais representantes do Ministério dizerem “se virem, porque vai acabar”.

Em outras simples palavras, eles diziam “corram atrás, porque isso aqui vai acabar, vocês têm que se virar”. E não fomos nós. Essas coisas têm que vir à tona.

Se sentarmos e discutirmos com a sociedade, com certeza assinaremos as melhores das convenções deste mundo, mas precisamos dialogar, precisamos mostrar a verdade. Precisamos mostrar à sociedade o que realmente se discutiu em Genebra.

Por que, quando se pensou na Convenção, em 2003 – parece-me que foi nesse ano ou antes –, não se pensou em trazer para o meio a cadeia produtiva? Por que vínhamos preparando o ambiente? Não, desconhecíamos. Ninguém aqui pode dizer que conhecia, porque sou coordenador da área de fumicultura pela minha Federação e nunca ouvi falar. Ouvi falar aqui, em Brasília, quando me disseram.

Quero destacar que somos entidades reconhecidas, sim, e temos competência para negociar qualquer coisa em qualquer lugar, no que tange à agricultura do nosso Estado. Digo também que ninguém planta porque é na marra. Este País é democrático, graças a Deus. É uma opção. Quando a minha opção não dá certo, tenho de mudá-la; mas, na marra, ninguém planta.

Digo mais, se há um segmento que preserva o meio ambiente, que tem lutado, esse é o plantador de fumo. Se há uma cultura em que a cobertura natural nativa se encontra em maior proporção, essa é o plantio do fumo. Isso está tecnicamente provado.

A SRª (Oradora não identificada) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Não sei, não quero discutir com V. Sª os detalhes. Respeitei o pronunciamento de V. Sª e peço que respeite o meu. (Palmas.)

Temos que olhar o Brasil para dentro, mas muitas vezes olhamos para fora. Temos que ter os pés no chão.

Irmã, em minha terra temos uma irmã que se tornou Santa, a senhora sabe disso. Devo dizer para a senhora que, se tivermos de olhar microalternativas, Irmã, levaremos 200 anos para transformar todo produtor de fumo em produtor de outra cultura. Então, temos que buscar visão macro, grandes alternativas, que englobem todos. Não podemos pegar um pequeno segmento e discutir em uma dimensão em que pouco mais de dois milhões de pessoas estão envolvidas, porque não são apenas aquelas duzentas mil famílias, mas dois milhões de pessoas para as quais temos que buscar alternativa. A senhora concorda, Irmã?

A SRª (Oradora não identificada) – Pedirei licença ao Senador para ler uma frase depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Depois. Deixe-o fazer...

O SR. SÁLVIO OSMARTONINI – Então, isso nos preocupa. Não somos contra a Convenção-Quadro, muito pelo contrário, mas a sua entrada, o seu início não foi... É isso que nos deixa preocupados, é isso que deixa o segmento produtivo preocupado, é isso que deixa o pequeno produtor de lá preocupado.

Creio que temos que buscar, nesses nossos encontros, um consenso. Não podemos trazer aqui a vontade segmentada, mas a global.

Portanto, temos que levar isso para o meio. Temos que buscar essas alternativas, temos que ir ao cerne das coisas. Digo mais, temos que ter cuidado, porque, que eu conheça, não existe nada no mundo que pague uma vida. Não existe. Não existe.

Mas não podemos fechar os olhos, tomar uma atitude precipitada e deixar tanta gente à mercê da própria sorte. Se é para fazer e, depois, ver no que vai dar, então, vamos nos precaver, façamos o que é correto, de forma planejada, consistente, sustentável – também esse é um aspecto que deve ser visto –, e que todos saiam satisfeitos, porque só aquilo que todos adubam dá fruto. Quando poucos adubam, não há a frutificação que todos desejamos.

Se formos lá e discutirmos, assinaremos essa Convenção-Quadro, todos nós que estamos aqui, Senador, todos, com a consciência tranqüila do dever cumprido e com a certeza de que chegaremos ao futuro que todos almejam, que é mais vida e mais qualidade de vida. Entretanto, chamo a atenção dos senhores: não é com restrições que chegaremos lá, nem pensando em bloquear recurso, porque a cultura do fumo é livre neste País, é legal. Não é fazendo restrições de acesso ao crédito porque aquele produtor optou por aquilo. Ninguém o obrigou. Ele tem o mesmo direito que qualquer outro produtor de ter a linha de crédito. Não é fazendo assim, não é fazendo esse tipo de restrição. Estou dando um exemplo. Tenho certeza de que a vontade da maioria aqui presente é a vontade de ter qualidade de vida, e qualidade de vida é ter boa saúde. Quero boa saúde para todo mundo.

Quero dar aqui um exemplo meio antagônico, meio contraditório. Refiro-me a uma região do Alto Vale do Itajaí que envolve uma série de Municípios produtores de fumo. Em uma palestra da Secretaria da Fazenda do meu Estado, foi dito que essa região arrecadou R\$52 milhões em impostos. Senador, sabe quanto correspondia à área fumageira? Quarenta e nove milhões de reais. O valor de R\$3 milhões correspondia a outros segmentos produtivos. É antagônico, mas desses R\$49 milhões saíram saúde, educação, estradas. Quando falo da mudança, entendo que temos que discutir nas bases e trazer uma proposta consistente, para que não tenhamos no futuro certos dissabores e manifestações

que todos não queremos. Queremos um Brasil forte, um Brasil líder, um Brasil com gente de bem, um Brasil com o povo cheio de dinheiro e de saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora gostaria de fazer uma breve exposição?

A SRª (Oradora não identificada) – Ele me provocou, e eu gosto de provocação. No final da minha fala, eu ia dizia que tudo que nasce grande vira monstro, e o que nasce pequeno vira processo. Da sua fala, entendi que pequenas iniciativas valem pouco ou nada. Se mudarmos os paradigmas do pequeno agricultor que hoje está no fumicultura e trabalhar o processo, um dia ele poderá ter um negócio maior que hoje. É o processo que valorizamos na economia familiar.

(Palmas.)

A SRª (Oradora não identificada) – Com relação à **(inaudível)** da mata nativa, não pode ser entendido como uma referência ao Estado do Paraná, porque essa não é a realidade de lá. O contexto não pode ser global.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Ordem do Dia pode ser iniciada a qualquer instante e, aí, teremos que interromper nossa reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, que está representando o Sr. Ademir Muller, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

O SR. HAINSI GRALOW – Boa tarde a todos. Quero saudar com todo carinho o Presidente, Senador Eduardo Suplicy, e dar o testemunho da sua grandiosidade quando proporciona, na verdade, a primeira oportunidade aos fumicultores de participar de uma reunião sobre a Convenção-Quadro.

Também quero me referir ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, ao Senador Paulo Paim, que não está presente, ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Senador Pedro Simão e a todos os Senadores aos quais fomos encaminhados e a quem agradecemos pela oportunidade de participar desta reunião.

Em nome dessas pessoas, queremos saudar os Deputados Estaduais, os palestrantes, os colegas que estavam aqui defendendo tanto um quanto o outro lado. Como é bonita a democracia, na qual se pode, efetivamente, demonstrar o que se pensa! Rico é exatamente dizer o que pensamos.

Eu poderia e deveria saudar outras pessoas. No entanto, não o faço porque sinto a ansiedade do nosso Presidente pelo horário que está se aproximando.

Senador, com a permissão de V. Exª, eu gostaria de usar o microfone sem fio e falar perto do quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É claro que o senhor tem essa possibilidade.

Em 2003, houve um seminário internacional sobre a Convenção-Quadro para o controle de tabaco da Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelos Deputados Roberto Gouveia e Angela Guadagnin, em que estiveram presentes o Ministro da Saúde, Humberto Costa; Gilberto Verne Sabóia, representante do Ministro das Relações Exteriores; representantes do Mercosul etc. Faço esse breve registro sem causar polêmica. É verdade que, naquela ocasião, talvez não tenha havido a presença tão significativa de pessoas, como os senhores, que estão representando os produtores.

Estou até esquecendo da alimentação. Estamos aqui desde as 9h30min, pois houve uma primeira reunião. Posso transmitir ao senhor com toda certeza que eu e certamente todos os Senadores e Deputados presentes estamos aprendendo muito, ouvindo todos os senhores e as senhoras. Hoje é um dia de aprendizado muito importante para todos nós. Estamos muito mais bem informados do que antes do início desta audiência pública. (Palmas.)

O SR. HAINSI GRALOW – Muito obrigado. Mais uma vez, isso prova a grandeza de nosso Presidente e das demais pessoas já nominadas.

Vou colaborar com os trabalhos, fazendo uma pequena e rápida menção sobre o que foi dito aqui de que poucas pessoas sabem efetivamente o que é a Convenção-Quadro. Ela começou lá com 192 países e 28 ONGs, que eram contrárias ao tabaco. No final de todas as manhãs e tardes, no fundo do plenário, eles tiveram a possibilidade de se manifestar. Nós também estávamos lá, mas lá fora, onde não podíamos participar. Lamento a dor da funcionária de Genebra que, por um lapsos, me deu um crachá errado, permitindo-me entrar no plenário. Mas eu não entrei. O que aconteceu? Foi arrancado meu crachá, e me disseram: “Não. Você fica lá”. Eu estava lá.

Certo e sessenta e oito países assinaram e 30 países ratificaram as assinaturas. Digo e confirmo: os fumicultores não tiveram acesso. Teria sido tão bom se fosse aqui, em uma reunião como esta, em que podemos nos manifestar contrariamente. Não seremos agressivos. Deus nos criou com toda paz. Não queremos nos bater, não queremos usar, de forma nenhuma, de agressividade. Assim não será nossa apresentação.

Algumas vezes, foi dito aqui que houve violência. Sr. Presidente, essa página foi publicada por nós nos jornais porque não agüentamos mais os agricultores que foram à Fubra, com a página de jornal, dizendo:

“Representante do Ministério da Saúde sugere que produtores pensem em novas alternativas de sobrevivência”. Sobreviver é brabo! Quer dizer, mal e mal, mas para sobreviver pode se fazer isso.

A previsão é de que as exportações sofram sérias restrições. Quantas campanhas, no Brasil, todos assinamos e até apoiamos? Agora temos até um lugar para vender nosso produto. De lá também vão nos tirar? Com a plena vigência da norma, a pessoa tal avaliou que as exportações de fumo brasileiro vão sofrer muitas restrições. Já se falou até em prazo: em cinco a dez anos, o cenário para a exportação será hostil e os reflexos vão ser sentidos – aqui está muito ruim de ler.

Então, o que provocou essa pane foi essa notícia que também foi assinalada pelos jornais e pelas rádios. Isso correu muito rápido. E, quando se fala em sobrevivência, quando se diz que também aqueles 85% exportados vão ser restritos, aí evidentemente o agricultor entra em pânico. Nós não temos mais do que a responsabilidade de encarar essa situação.

Esses são os países que ratificaram a assinatura. Apenas um tem expressão na cultura do fumo. Nós marcamos, com muita propriedade, a Índia, um grande produtor de fumo, que realmente ratificou. Gostaria de ver os outros vinte maiores produtores de tabaco do mundo, dos quais cinco são das Américas. Olhem para a cor verde: Argentina, Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. Aí é que está o grande suporte. O que vamos ver agora? Países que já ratificaram – não vou ler todos: Bangladesh, Butão, Brunei Darussalam, Cook Island, Fiji, Trinidad e Tobago, Sri Lanka, Solomon Island, Eslováquia, Cingapura, Seychelles, São Marino e assim por diante.

Então, se formos localizá-los, veremos que são pequenas ilhas, que, a olho nu, nós nem encontramos, mas aqui posso mostrar. Não conseguimos distinguir algumas flechas – não são produtoras de fumo, menos a Índia e mais alguns outros, contra os quais... Gostaríamos de ter os grandes países produtores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como V. S^a mencionou que, nas Américas, o México é um grande produtor e foi um dos que ratificou, este deveria estar em amarelo ali. Pelo seu critério, se me permite.

O SR. HAINSI GRALOW – Senador Eduardo Suplicy, tenho amigos fumicultores no México. Atualmente, eles ainda produzem 40 mil toneladas contra 850 mil, contra 2,4 milhões de toneladas da China, contra 400 mil toneladas dos Estados Unidos. Realmente, o México é um pequeno produtor.

Continuando, gostaria de estar no meio desses. O que temos em aspectos econômicos? Não dá para separar o econômico do social. É evidente que o que

interessa é o social, mas quero ver desenvolver o social sem o econômico. Os maiores exportadores do mundo, 85%... Já foi dito tantas vezes aqui... Vamos passar adiante para colaborar com todos.

O que nós temos mais? Essas estufas, esses galpões, esses equipamentos para a secagem (**inaudível**) por lei, representam 2,7 bilhões de reais. Quero saber se vamos ser indenizados pelos 2,7 bilhões de reais. Quem vai pagar-nos? O que é para fazer? É para botar fogo? Como é que nós vamos destruir isso, quando muitas dessas pessoas têm financiamento em quatro, cinco, seis anos, conforme foi dito aqui? Como é que vai funcionar isso aí?

O tabaco representa um PIB de R\$12 bilhões. Pode dizer isso para alguém, que nem me interessa, mas é a grandiosidade do nosso Brasil, é a nossa participação que nos ensinou tantas vezes a sermos os melhores produtores e conseguimos ser, muito pequenos mesmo, mas somos eficientes.

O que é que temos? Essa é a renda. Vocês não querem R\$9 mil, então botem R\$7 mil. O fumo não está a R\$7 mil? Esse é o valor calculado. Um hectare de milho dá R\$1.220,00, um hectare de feijão dá R\$1.234,00. Temos 37 mil agricultores que não possuem terras. Eles moram na propriedade de alguém que cedeu dois a três hectares. Eles estão sobrevivendo com suas famílias naquele local, com seus filhos, indo à mesma escola, em que vão os filhos do proprietário da terra. Eles vão às mesmas festas, integram-se na mesma sociedade, e não queremos ver aquelas pessoas fora da sociedade. Aqui também já foi dito – dois mil para quatro milhões – não vamos repetir, 3,6 bilhões de receita para os fumicultores, aqui está nossa distribuição fundiária: sem terra, 37.620, 19,8%; de um a dez hectares, 69.790, ou seja, 36,7%. Se somarmos os que não têm terra e os que têm terra até 10 hectares, temos 56,5%. Então, realmente somos pequenos, extremamente pequenos. Eu desafio que alguém plante milho e feijão por mais. Isso precisa ser plantado. Eu quero aqui só lembrar algo: a Afubra tem, inclusive, uma exposição, uma expoagro para diversificação de culturas. Estamos trabalhando, sabendo como poucas pessoas sabem – aqui está o Prefeito de Santa Cruz, a nossa Deputada de lá também – que aquilo em que mais se investe é exatamente em diversificação. No entanto, isso tem que ser programado. Esse é o nosso trabalho. Os senhores viram aí, rapidamente – para ganhar tempo – pessoas ainda trabalhando com tração animal.

A cobertura florestal. Se alguém quiser, podemos fornecer nominalmente. Todos, porque são cadastrados; eles são cadastrados e pode chegar lá para verificar se está certo: 26,3% de nossas pequenas propriedades

são cobertas com florestas. Querem que eu assine? Eu assino. Isso foi feito no cadastro. Por que no cadastro? Porque temos um seguro agrícola, em que não se fazem estatísticas, e sim cadastro. É por causa disso que temos tanta segurança em formar isso aí.

Mais um pouco sobre a Convenção-Quadro: num primeiro momento, os que estiveram lá discutindo – e estávamos do lado de fora, naturalmente participamos – diziam o seguinte: “Vamos erradicar o fumo em nível mundial”. Isso foi dito e repetido.

Segundo: “Substituir o tabaco por uma coisa alternativa”. Ah, ficou muito mais bonito esse discurso, muito melhor! É esse que aplaudimos. E queremos realmente fazê-lo.

Terceiro: “Cada país criar mecanismos para alcançar o objetivo”. Primeira reunião, segunda reunião, terceira reunião, quarta reunião, podem verificar quanto os países ricos aportaram de recursos para formar o Fundo Internacional para fazer a conversão, a reconversão. Ninguém aportou nada. Aí, na última reunião: “Agora vocês coloquem dinheiro lá, porque precisamos dizer para todo mundo que não vai faltar dinheiro, vamos fazer a reconversão custeados”. Aí os senhores sabem quantos vieram? Nenhum país! Nenhum país colocou um centavo sequer. Mas aí se dizia o seguinte: “Está gravado e posso ser chamado para provar isso aí. A Convenção-Quadro tem que ser feita. Isso não tem como não fazer”. Então, já que nenhum país colocou recursos financeiros para isso, cada país resolve seu problema com seus agricultores.

Quarta: agora se diz “ratificar para depois negociar”. Como? Primeiro vamos lá assinar e, quem sabe, um país agora vai ficar generoso conosco e colocar dinheiro lá? Não. É o que eu estava entendendo que agora temos que ratificar. E aí vamos negociar. Sabe o que vamos negociar? A maior ou a menor exigência em relação a deixar o tabaco. Eu subscrevo, mas quero também saber quem é que está com o caixa.

Quinto: a nossa definição, a nossa sugestão, definir primeiro todo o processo de reconversão e ratificar depois. Aí, sim, temos poder de fogo. Muito bem. Alguém acredita que os antitabagistas, os outros países, não querem que o Brasil ratifique? Eles querem, sim. O nosso voto para isso é preciosíssimo. Agora, se já assinamos, para quê? Vai continuar como em nossa discussão em Genebra.

Já estou concluindo. Nós entendemos, e essa é nossa proposta, que a ratificação da Convenção-Quadro contra o fumo não pode ser aprovada sem antes ser definido – nada de radical –:

1. Apresentação de alternativas viáveis com garantia de preços e de mercado. Que atividades e culturas podem substituir o fumo a médio e longo prazo.

Por favor nos inspirem para nos dar essa resposta. Definir antes todo o processo de reconversão. Essa é a nossa proposta.

2. Definição dos recursos para reconversão, mas queremos saber onde, como e quanto de dinheiro. De onde virão os recursos para atender 226.650 famílias do Brasil, não só do Sul. Não vamos esquecer o Nordeste, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, que têm produtores de tabaco para charuto ou então para aromático.

Com quem fica a administração dos recursos? Quem vai administrar esses recursos? Primeiramente quem vai administrar, quem vai dizer isso? Qual a garantia de que os recursos estarão disponíveis em tempo hábil? Plantar, a gente planta. E nós, principalmente no Sul, uma vez ao ano, porque temos quatro estações. Aí sim, serão necessários no mínimo 10 anos de experiência com outras atividades. Vou explicar o porquê. Quem tem uma criação de suínos agora está feliz da vida, porque, há muitos anos, não era tão bem pago.

Então, o que aconteceu? Quantas vezes os criadores de suíno faliram? Já que o preço estava tão baixo, ninguém criou, então, o preço agora está alto. O que vai acontecer? E podem me cobrar, dentro de um ano, no máximo dois, o preço vai estar lá embaixo. O que vai acontecer? Evidentemente vamos falir novamente. E nós, fumicultores, não queremos ser colocados dentro desse pretexto aí.

Resumindo, quando tiverem sido encontradas alternativas que realmente substituam o fumo, o projeto de ratificação pode voltar e ser apresentado. E vamos apoiar com muita segurança, como temos o hábito de realmente assumir os fatos.

Parece que li na memória dos Senadores o que estavam querendo fazer, mas peguei essa informação por aí. Convidamos os Senadores e os Deputados a visitarem as regiões fumageiras do Nordeste e do Sul do Brasil. Queremos que as pessoas que decidirão o nosso futuro, o que vamos fazer, vão lá, olhem o que estão fazendo. E se aí acreditarem que tudo deve ser desmontando, tudo bem. Por causa disso elegemos as senhoras e os senhores.

Naturalmente, com isso, quando falamos em atividades alternativas, entendemos que nem todos podem substituir uma cultura, temos consciência disso. Se uma atividade cultivada for aprovada, evidentemente com teste de 10 anos, vamos mudar naquela modalidade. Enquanto não for uma outra atividade, talvez, a segurança não suportou, vamos ter que começar a procurar outra cultura. Para isso, vamos-nos unir, com amor e carinho, para buscar soluções.

Fiquei feliz quando o Ministro da Saúde, hoje pela manhã, nos convidou para ir ao Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, na administração anterior – não sou político – não consegui uma vez falar com o Ministro da Saúde, estava umas 10 vezes lá. E veio na nossa localidade, dizendo: vocês são fumicultores e eu até quero que vocês plantem mais fumo para exportar. Porém, não quero que vocês o usem no Brasil. Pelo amor de Deus!

O nosso Governo mudou. O Presidente da República tem carinho pelo povo e não tem maldade em seu coração, pelo que eu conheço.

Eu diria que realmente valeu este convite.

Vou lá e também quero que as pessoas vão lá. Aliás, há seis anos, algumas pessoas vieram a Santa Cruz – oito Ministérios. Creio que foi extremamente louvável a vinda deles.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Os nossos agricultores necessitavam daquela informação que precisávamos dar. E foi certo. Hoje, estou mais convencido do que nunca, porque se chamou a atenção para o problema. Se não tivéssemos feito isso, não teria ocorrido essa situação. O que ocorreu no primeiro momento, quando ligamos? Disseram: “Será votado”. Todos sabemos disso. Quando chegamos aqui para expor a nossa verdade aos Senadores, S. Ex^{as} falaram sobre o assunto com muita responsabilidade – isso me fez bem ao coração: “É verdade, o problema é um pouco maior do que imaginávamos. Devemos discutir esse assunto com mais profundidade”.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Afubra.

Neste momento, ouviremos a palavra conclusiva da Conselheira Mariângela Rebuá de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, que está representando o Ministro Celso Amorim.

A SR^a MARIÂNGELA REBUÁ DE ANDRADE SIMÕES – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Em nome do Ministro Celso Amorim, quero cumprimentá-lo. O Ministro está participando de uma reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus. Por esse motivo, estou aqui representando S. Ex^a.

Sr. Presidente, queremos cumprimentar V. Ex^a, porque o espírito da Convenção-Quadro é justamente este: um espírito democrático. Essa Convenção foi adotada pelo consenso de 192 países, depois de muitas discussões. O Brasil teve um papel de liderança baseado em sua legislação interna, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma legislação avançada, como já foi dito aqui por outros expositores.

Serei breve, dado o avançado da hora. E o Brasil continua como Presidente do Comitê Governamental que está na fase de implementação da Convenção.

É importante assinalar que essa é uma Convenção-Quadro. Como o próprio nome está dizendo, não se trata de uma convenção fechada, que impõe uma camisa-de-força aos países. É uma Convenção ampla, aberta para os países tomarem as suas medidas de acordo com a sua legislação interna, de acordo com a sua economia, respeitando todos os setores da sociedade civil e também os setores econômicos. É uma Convenção, portanto, democrática.

O debate que estamos tendo aqui não visa à colocação de dois pólos opostos. Ao contrário. Pretende justamente aproximar pelo debate democrático, que é o objetivo da Convenção. Portanto, temos todo o interesse que esse debate prossiga.

No início das negociações, em 2002, foi realizada uma audiência pública. A Convenção foi entregue à ratificação em agosto de 2003, também com um debate público sobre o tema.

Agradeço muito o convite. Estamos também abertos para discutir o processo da Convenção-Quadro.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Quero assinalar que está presente nesta audiência o Deputado Henrique Fontana Júnior.

Passo a ouvir agora os Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o debate foi formidável. Entretanto, lamento estar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reunida neste exato momento para, novamente, tentar votar, ainda hoje, o projeto relativo à Biossegurança.

Por isso, peço desculpas pelos Senadores ausentes nesta reunião, tendo em vista S. Ex^{as} se encontrarem reunidos em outra reunião.

Repito: esta reunião foi realmente muito importante. Lamentavelmente, a Câmara cometeu um erro gravíssimo. Às vezes, a Câmara e o Senado cometem erros. O tal acordo de Lideranças é um absurdo! Acordo de Liderança deve ocorrer quando o assunto já está debatido, discutido e esclarecido, não havendo problema algum. Então, faz-se acordo de Lideranças. Agora, fazer um acordo de Liderança para um projeto, que chega aqui hoje, e, amanhã dá origem a um projeto como esse!? Isso não tem lógica. Os que reclamaram aqui, o fizeram com a mais absoluta razão. Não tem lógica! E, quando verificaram que o projeto estava aqui no Senado e que já estava sendo discutido na Comissão, assustaram-se, dizendo: “No Senado, será como na Câmara, ou seja, passará correndo”.

Realmente, a Câmara cometeu um equívoco grande. E não só a Câmara faz isso, o Senado também o faz, os chamados acordos de Líderes, em que se reúnem todos os Líderes. Caso todos forem favoráveis, se não houver ninguém contra, vota-se a matéria no mesmo dia. Quer dizer, não precisa passar por Comissão, não há prazo, não há nada. É algo que, na minha opinião, inclusive deve terminar.

Acredito que a reunião foi muito boa, Sr. Presidente. Mas, nem oito, nem oitenta. Nesta reunião, todos que falaram saíram satisfeitos, por pensarem que falaram bem. Eu penso que todos falaram muito bem e que todos têm razão. Temos que buscar exatamente a nossa responsabilidade. Onde está a virtude?

Em primeiro lugar, não é possível discutir que o fumo não tem, hoje, o mundo, a humanidade inteira contra ele. Quando meu primeiro filho nasceu, eu fumava cachimbo no quarto dele e não havia problema, porque diziam que a fumaça do cachimbo não fazia mal. Há dez anos, nasceu um outro filho meu, e não me deixaram fumar cigarro nem a dez metros de distância dele. Por quê? Porque a concepção mudou. Aqui no Senado, por exemplo, não se fuma em lugar nenhum, nem nos corredores da Casa se pode fumar. Então, é uma prática que vem crescendo a cada dia, à qual temos que nos submeter. Algo semelhante vai acontecer em um determinado dia em que poderão suscitar a questão da bebida. Por que não a bebida? Um dia vamos chegar lá.

A Ministra do Itamaraty foi muito feliz ao dizer que não há legislação mais rígida no mundo do que a brasileira a respeito do tabaco. Estamos fazendo todo que é possível, inclusive por meio da televisão, para mostrar que o cigarro causa câncer. Quem fuma tem que escolher a marca, geralmente não querem aquele cigarro que causam outros males além câncer, escolhem um outro tipo de cigarro. Isto é uma realidade.

Devemos ser contra o fumo? Devemos ser contra o fumo. Vamos acabar com o fumo? Vamos acabar com o fumo. Vamos fazer uma campanha nesse sentido? Vamos fazer uma campanha nesse sentido. Agora, vamos ficar aqui. Além da Índia, qual outro país assinou? O Projeto de Kyoto o mundo inteiro assinou. Nós todos o assinamos. O americano não deu bola para ninguém. “Eu não o assino, porque vai de encontro aos interesses da indústria americana. O que nos importa é a nossa indústria. Que se lixe o mundo!” Foi essa a resposta americana, e até hoje eles não o assinaram.

Como a senhora disse, é um quadro aberto. Cada um faz o que pensa que deve fazer. O que creio que o Brasil pode fazer, é até um belo trabalho nesse sentido, é o Itamaraty iniciar uma grande campanha para que os produtores de fumo, inclusive os norte-americanos

e outros grandes produtores, assinem e, quando isso ocorrer, também assinaremos. Por que devemos tomar a iniciativa? Será até uma forma de pressão. Se assinarmos logo, não valerá mais nada. A nossa assinatura não valerá dois mil reis. Contudo, se o Brasil, que é o terceiro produtor, não assinar, teremos autoridade para falar. Vamos nos reunir com os grandes produtores para discutir com eles qual a saída comum.

Com toda a sinceridade, se somos o terceiro produtor do mundo e o primeiro exportador, temos que valorizar a nossa posição. Se assinarmos, desaprecemos, somos um zero à esquerda. Se o Itamaraty coordenar e reunir os que ainda não assinaram para saber por que não assinaram, ver como é, vamos dar uma saída para os produtores. No caso, teremos uma fórmula aparecendo e que está comandando o processo e não caindo fora dele.

Penso que é por aí: o Brasil topa o negócio, vamos reunir, vamos ver o americano assinar, vamos ver o Europeu assinar e, juntos, vamos encontrar a saída do processo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A Conselheira Mariângela Rebuca de Andrade Simões gostaria de fazer uma breve observação sobre as suas palavras.

A SRª MARIÂNGELA REBUCA DE ANDRADE SIMÕES – Permita-me, Senador, apenas para esclarecer. Os Estados Unidos já assinaram a Convenção. Cento e sessenta e oito países assinaram e agora estamos no processo para ratificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Queira me desculpar, mas estou falando na ratificação. Os países assinaram como o americano assinou a de Kyoto, mas na hora de ratificar não a ratificou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Assinou também a de Kyoto e só falta ratificar? (Pausa.)

Não assinou. Assim, é um pouco diferente.

A SRª MARIÂNGELA REBUCA DE ANDRADE SIMÕES – No caso da Convenção do Tabaco, como é a Convenção-Quadro, agora é que será implementada.

A ratificação dos países permitirá que participemos plenamente do processo de implementação e, aí sim, é que temos que colocar os interesses e que ela seja implementada da melhor forma possível. Ela coloca a descrição dos países para tomar as medidas que julgue necessárias, isto é, não implica em que estejamos colocando toda a nossa economia à disposição da Convenção. Ao contrário, é uma Convenção bastante razoável em termos de nossa legislação que é mais restrita. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Deputado Adão Pretto havia pedido a palavra anteriormente, mas pediram aquela questão de ordem.

V. Ex^a tem o direito à palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou saindo porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está se reunindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Ex^a puder me representar lá, agradeço-lhe.

Deputado Adão Pretto, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Eduardo Suplicy, e demais colegas Deputados e entidades aqui presentes, gostaria de dizer que o Senador Pedro Simon reduziu em poucas frases o que realmente, na Câmara, deixamos passar despercebido.

Houve um acordo de lideranças e, como dizemos na Câmara, há o baixo clero e os iluminados. Quem não é líder, muitas vezes vai a reboque das lideranças, mas no Senado queremos cumprimentar V. Ex^a e o Senador Sérgio Zambiasi que tomaram a iniciativa, o que serviu para esclarecer os fatos. Na verdade, não é um bicho de sete cabeças como estavam pintando.

No Rio Grande do Sul, nesse fim de semana, passei na região que mais planta fumo, como Santa Cruz, Venâncio Aires, e ali realmente a grande preocupação do agricultor era se o Lula iria acabar com os produtores de fumo – nem foi o Lula quem tomou essa iniciativa; mas se passou a imagem de que o Governo Lula ia acabar com o plantio de fumo.

Essa reunião serviu para esclarecermos e quase todos que aqui falaram foram solidários com as argumentações do Ministro. Portanto, não há grande divergência e o que faltava era o esclarecimento.

Uma coisa que foi repetida e quero não ficar alheio ou batendo na mesma tecla é que a grande preocupação é com o produtor e que o agricultor terá que ser o mais privilegiado nessa história. E vejo que o agricultor poderá deixar de plantar fumo no momento em que for possível uma produção tão ou mais rentável do que o fumo. O Governo terá de oferecer a oportunidade para que o agricultor saia dessa situação. Ele não pode ser atingido.

Senador Eduardo Suplicy, eu quis intervir no momento em que a companheira do Estado do Paraná referiu-se a interesses pessoais meus. Pretendia falar a respeito do que falarei agora. Todos falaram em defesa do agricultor. Ninguém é contra o agricultor. Isso é uma beleza. Existe um projeto de minha autoria na Câmara dos Deputados que trata da classificação do fumo. V. Ex^{as}, Deputados e Senadores, sabem que o fumo é pago conforme a classe do produto. O fumo que vale mais, pela última informação que obtive, vale

R\$76,00 a arroba. E o fumo que vale menos, vale R\$4,00 a arroba. Existem 48 classes. O agricultor classifica o fumo em casa. Digo isso com conhecimento de causa porque também plantei fumo, e uma das tarefas que considerava mais difícil era classificar o produto. Naquela época, havia 18 classes; atualmente são 48. O agricultor classifica o fumo em casa e o entrega às fumageiras, que classificam novamente. Elas têm o patamar de R\$76,00 a R\$4,00, e 48 opções. Que opção vão escolher para pagar o agricultor? O agricultor entrega o produto e fica de braços cruzados na expectativa. Não sabem quanto vão receber.

Recentemente, estive no Paraná debatendo o projeto, e um agricultor do Município de Marmeleiro ofereceu-me inclusive a cópia de uma nota. Ele vendeu fumo B-1 em dois fardos. Um colocou em seu nome, e outro em nome do filho. Pelo seu fumo foi pago determinado valor e para o filho pagaram a metade do valor, dizendo que era de outra classe – e foram retirados do mesmo monte, do mesmo galpão! Para que V. Ex^{as} tenham idéia de como é explorado o agricultor.

Se é verdade que os Parlamentares estão tão preocupados com o agricultor, por que não são favoráveis a que o agricultor participe da classificação do produto? De acordo com o projeto inicial, o fumo deveria ser classificado na propriedade do agricultor. Para evitar que o projeto fosse derrotado na Comissão de Agricultura, foi retirado de pauta seis vezes, pois sentimos que seria derrotado. Então, negociamos e deixamos claro que não somos radicais: concordamos em classificar o fumo na sede do Município, desde que não seja distante mais de 100Km. E que os agricultores participem, juntamente com as fumageiras, na classificação do produto. Quando vejo os Parlamentares preocupados com o agricultor, fico na expectativa de que o projeto agora obtenha sucesso na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Adão Pretto.

Concedo a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e também ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento, por trazer assunto tão importante e exposições favoráveis e contrárias à Convenção-Quadro. Creio que o ponto principal é este, em que podemos esclarecer. Não aconteceu como na Câmara dos Deputados, como já ressaltou o Senador Pedro Simon com sua inteligência, em que, na calada da noite, alguma coisa foi aprovada praticamente sem a Casa saber. Houve um acordo de Líderes, em uma tarde de quinta-feira, quando há

votação de matérias não se sabe bem a respeito de quê. E o questionamento que eu e certamente todos os Parlamentares, não apenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sempre tivemos a esse respeito: como vocês votaram? Quer dizer, foi colocada essa situação e nem nós sabíamos desse assunto: quando se viu, passou.

Então, o importante é que se tenha traga esse ponto ao debate, Senador Suplicy, porque estamos falando de algo muito sério. Quando eu falava com V. Ex^a ontem, V. Ex^a me dizia: “Vamos ouvir os produtores, mas também queremos ouvir os oncologistas”. Acho que isso é importante, Dr^a Tânia, que está representando o Ministro da Saúde agora.

Quero ressaltar, Dr^a Mariângela, algo que nesses acordos é muito importante. Há alguns anos, quando resolveram, no mundo, que iriam acabar com os subsídios agrícolas, o Brasil foi um dos primeiros a adotar essa medida – o Brasil, acatando recomendação dos Estados Unidos da América do Norte e dos países europeus. O Brasil, peitudo, resolveu acabar com os subsídios agrícolas no fim dos anos 80. E o que fizeram os norte-americanos e os europeus? Pisaram fundo no acelerador, Senador Suplicy, e hoje são os que mais subsidiam no mundo, enquanto nós estamos praticamente sem subsídios agrícolas.

Vejam o absurdo que cometemos há alguns anos, quando resolvermos acabar com os subsídios. E o que fazem os Estados Unidos? Como eles não têm preço hoje, não têm competitividade para concorrer com os brasileiros, subsidiam. Hoje, os agricultores europeus e americanos se assemelham mais a funcionários públicos, porque recebem de suas respectivas sociedades para plantar. Que não pequemos, neste caso, sendo novamente ousados, porque já tivemos esse exemplo negativo lá no fim dos anos 80, quando resolvemos acabar com os subsídios no Brasil. Alguns países nos acompanharam, mas os Estados Unidos e os europeus não. Esse é o primeiro ponto.

Foi exposta pelo ministro uma situação: para termos financiamento, temos que acatar o que diz o FMI e o Banco Mundial. Pergunto, Dr^a Mariângela: para pagarmos os mais de R\$140 bilhões de juros da dívida interna e externa, que tínhamos que pagar em 2003, quem nos ajuda com isso? Falta dinheiro para a agricultura, para a educação, para o saneamento e para a saúde, Dr^a Tânia! Infelizmente, isso não aparece, e temos que pagar os juros que o FMI nos cobra aqui.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, pela percepção que tem, e seu partido, Senador Suplicy, têm que pensar nessa gente que está aqui atrás, essa gente que está ajudando a pagar os juros que o País deve. Falta dinheiro para muita coisa, e isso ocorre jus-

tamente em função da exploração daqueles que vêm nos impor o que estão querendo fazer hoje.

Dr^a Mariângela e Dr^a Tânia, sou um engenheiro agrônomo, sou um produtor rural da cidade de Candelária, que é o segundo maior produtor de fumo do Brasil. Conheço a minha terra, Heinze, porque nasci lá, nos anos 50, e vi o desenvolvimento que teve através dessa atividade. Há mais de quatro mil pequenos agricultores sobrevivendo disso. Ouvi alguém falar aqui que são explorados – acho até que são – pelas multinacionais do fumo, mas eles ainda têm uma renda que outras atividades não proporcionam.

É muito bonito bravatear, dizer que vamos abolir, que vamos substituir a cultura do fumo. Por quê, por que atividade, Dr^a Tânia e Dr^a Mariângela? No Brasil, hoje, há mais de seis milhões de propriedades rurais. De zero até cem hectares – portanto, pequenas propriedades –, temos em torno de 5,3 milhões.

Vou lhe passar alguns dados, Senador Suplicy – depois vou trabalhar melhor esses números, que são resultado de um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa, portanto idôneos, é trabalho que se chama “Pobreza Rural”.

Nessas propriedades de até cem hectares – eles fizeram isso há seis ou sete anos, e o faturamento é medido em salários-mínimos –, na Região Norte, a média das propriedades fatura, em salário-mínimo de R\$260, de hoje, R\$6,667 mil. Se tivermos renda líquida de 10%, eles estão faturando R\$666 por ano, quer dizer, não chega a três salários-mínimos. Três salários-mínimos, se tiver renda, pois às vezes têm prejuízo – sou agricultor, sei disso. Na Região Nordeste, o faturamento é de R\$6,240 mil – renda bruta, por ano, e o faturamento líquido, se for 10%, será de R\$624; na Região Centro-Oeste, é de R\$13 mil, bruto, por ano; Região Sudeste, R\$25 mil, bruto, por ano; e Região Sul, R\$28 mil, bruto, por ano. Com R\$28 mil bruto por ano, Senador Eduardo Suplicy, daria R\$2,8 mil, 11 salários mínimos de R\$260,00 bruto por ano.

Então, vou substituir por essa atividade que é explorada pelas multinacionais, como disseram aqui. São 2,5 hectares de fumo, área média das mais de 200 mil famílias que existem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Eles estão faturando bruto R\$28 mil por ano, Deputado Fontana. Isso dá uma média líquida de R\$5 mil.

Vamos contar com a mão-de-obra que, segundo a doutora, é escrava. Se eu lhes contar que 90% da mão-de-obra são pessoas da família dá mais R\$8 mil. Sabe quanto ganha uma família dessas com 2,5 hectares de fumo? R\$13 mil por ano. Quem ganha R\$1 mil por mês hoje no Brasil com essa atividade? Querem substituir pelo quê?

É por isso, Senador Eduardo Suplicy, que os agricultores não querem mudar. Foi dito que nós temos programas de diversificação. É ótimo. A irmã fala em três mil famílias. O que vamos fazer com 225 mil famílias? O Brasil tem dinheiro para reconverter essa economia? Acho difícil que tenha; não tem. Está aqui o crédito rural, outro dado para V. Ex^a, Senador Suplicy.

Hoje, o Presidente Lula, o Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro Rossetto anunciam mais de R\$40 bilhões de recursos para financiamento da agricultura. Sabe quanto representa isso? Trinta e cinco por cento dos agricultores têm acesso a esse crédito, com juros de 4% a 30%. E como o restante é financiado? Não existe dinheiro. Esse é um problema sério. Não podemos nos sujeitar ao que o FMI, o Banco Mundial e outros querem fazer, como o exemplo que dei sobre o que aconteceu com os subsídios agrícolas no Brasil.

Infelizmente, vamos ter que conviver com esse fato. Ouvi os oncologistas falarem. Senador Eduardo Suplicy, não somente o fumo causa câncer. A minha mãe teve câncer no fígado devido a cirrose hepática e nunca ingeriu uma gota de álcool. Existem outros fatores que causam o câncer. Há fumantes com 70 anos, 80 anos, 90 anos que estão vivos e fumando. Quer dizer, não é somente o fumo que causa o câncer. Esse é um dos fatores. Hoje, as ciências que estudam a mente falam disso. Tenho um caso particular com câncer de pulmão de um fumante. Os médicos, em Santa Cruz do Sul, disseram que ele estava com três meses de vida, Sr. Cláudio. Isso foi há um ano, em setembro de 2003. Usei a Medicina e outras coisas mais, e ele não morreu, está cuidando de seu bar em Candelária. Esses são pontos que temos de analisar. Quer dizer, não é só o fumo que mata. Outras coisas matam muito mais que o fumo. Quem sabe o número de desempregos que poderemos ter com essas mais de 500 mil famílias entre produtores rurais e todo o complexo do agro que gira em torno disso! Quem sabe essas pessoas, sem uma atividade para fazer, estarão se suicidando! Essa é uma preocupação.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, por estarmos discutindo essa questão, tendo a oportunidade que não tivemos na Câmara dos Deputados, quando, na calada da noite, aprovaram um assunto tão importante que mexe com a vida de 500 mil famílias no Brasil. Depois, quero ver como o Governo dará condições a essas famílias, se não tem dinheiro – vamos ser realistas –, não tem recursos para fazer o que promete. No papel é muito bonito.

Foi citado aqui o Protocolo de Kyoto. Os americanos acabaram com os índios, acabaram com a floresta; os europeus também fizeram isso; agora, o Brasil tem que preservar os índios, a floresta amazônica... Tudo

para eles. Eles não respeitam o Protocolo de Kyoto, não respeitam nada. Quem nos paga são esses agricultores. Parabéns a vocês que trouxeram esses agricultores para mostrar aos Senadores o que não foi mostrado na Câmara dos Deputados. Eles estão trabalhando e se não mudam de atividade é porque não têm opção. Dê-lhes outra opção.

Sei da miserabilidade em que vivem os produtores de leite, frango, suínos, soja, arroz. Sou agricultor e conheço regiões, Dr^a Tânia, no Estado do Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora, com esses dados, com 50, 100 hectares, que não têm uma cadeia produtiva organizada como essa, em que, mesmo explorados pelas multinacionais, estão tendo esse padrão de vida. Conheço a minha terra, conheço a região toda, porque ando lá. Quero que vejam as casas onde eles moram, o padrão de vida que eles têm que, infelizmente, milhões de agricultores brasileiros não têm, porque não têm uma cadeia organizada e uma atividade que possa lhes render o que está rendendo.

Quanto ao trabalho escravo, como foi falado aqui, eu trabalho, Senador Eduardo Suplicy, desde os seis anos de idade. Se eu não trabalhasse atrás do balcão, com meu pai e minha mãe, eu não teria chegado aqui hoje. Então, jamais é trabalho escravo, como estão dizendo, botarem os filhos para trabalhar. Eu trabalhei e, se não tivesse trabalhado, eu não estaria aqui hoje. Foi para me sustentar, junto com meu pai, minha mãe e meus irmãos, para fazer isso aí. Quanto ao trabalho escravo, como estão dizendo, as pessoas trabalham porque precisam trabalhar. Vão fazer o quê, se os pais estão se arranhando no arado de boi, como mostram as fotografias exibidas aqui?

Então, parabéns por estarmos discutindo esse assunto. Tenho certeza de que os Senadores vão fazer aquilo o que não fizemos na Câmara dos Deputados e vão corrigir essas aberrações que estão criando. Que o Governo brasileiro, Dr^a Mariângela, consiga discutir a proposta que o Senador Pedro Simon apresentou: vamos atrás dos outros, deixem os outros ratificarem para que, depois, ratifiquemos. Vamos fazer o que outros não fizeram? Por que não fizeram isso? Porque eles temem o Brasil, pela qualidade da nossa gente. (Palmas.)

Hoje, o Brasil é respeitado no mundo inteiro. Um produtor rural que não tem os subsídios que têm os europeus e os norte-americanos e que está batendo recordes de produção realmente é um herói. O produtor rural é um herói, por estar fazendo o que está fazendo, contrário ao que os norte-americanos, europeus e tantos outros estão fazendo hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Luís Carlos Heinze.

Agora, passo a palavra à Deputada Kelly Moraes, também do Rio Grande do Sul, do PTB.

A SRª KELLY MORAES (PTB – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas informar que estão aqui o Coordenador do Programa de Controle de Tabagismo do Distrito Federal, Dr. Celso Antonio Rodrigues; o Dr. Paulo César, da Associação Médica de Minas Gerais; também o representante da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Francisco Jardim, e a Drª Luci Ishii, Presidente da ABAC-Luz.

Deputada Kelly Moraes, V. Exª tem a palavra.

A SRª KELLY MORAES (PTB – RS) – Cumprimento o Presidente desta Comissão e agradeço pela oportunidade de abrir o debate; o Sr. Gralow, que está representando a Santa Cruz e, sem dúvida nenhuma, toda a região dos fumicultores; o nosso Senador Sérgio Zambiasi, que também nos trouxe essa oportunidade; os colegas Deputados; e todos que estão aqui.

Vou dar um testemunho não como uma pessoa que foi lá visitar os agricultores. Vou dar um testemunho de duas coisas que quero deixar registradas, pois me chamaram a atenção. Por isso, vou dar o testemunho com muita propriedade. As pessoas da minha região e de Santa Cruz sabem que moro no interior de Santa Cruz do Sul e que, lá, os meus vizinhos são agricultores. Não vi nenhum morrer até hoje, por plantar fumo. Outra coisa que me chamou muita atenção: que eles trabalham 24 horas por dia. Isso não é verdade. Não posso concordar com isso.

Também no Vale do Rio Pardo – o Prefeito de Santa Cruz está aqui e representa o Vale do Rio Pardo –, não tenho conhecimento de trabalho infantil na área do fumo. Eu até gostaria de fazer um registro, pedindo ao Ministério do Trabalho que nos apresente esses números. Não adianta vir aqui, falar na Comissão e não apresentar esses números. Então, quero deixar isso registrado neste momento. Vou fazer oficialmente ao Ministro do Trabalho o pedido sobre os dados do trabalho escravo. Então, não concordo com isso.

Sabemos de muitas coisas que foram debatidas aqui, mas os próprios colegas que foram agricultores estão aqui hoje, felizmente, nesta Comissão, debatendo e defendendo o tema. Meu colega aqui foi agricultor. Então, precisamos ter cuidado. É preciso também que o Ministério da Saúde e as entidades que estão defendendo cada um a sua área terem cuidado para não gerar pânico, porque as pessoas estão morrendo dia a dia. Respeito todos, mas também vamos ter o cuidado de dizer que os agricultores e as crianças estão morrendo. Por favor, vamos ter um pouco de coerência.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputada Kelly Moraes. Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

A SRª MARGARETH MATOS – (Fora do microfone. Inaudível) ...Ministério do Trabalho, possivelmente em razão das informações que eu trouxe da exploração do trabalho infantil no Paraná, que é de cerca de 80 mil crianças, sim, mas passa ao Ministério Público do Trabalho, órgão ao qual pertencço, porque o Ministério do trabalho não vai nem saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

A SRª KELLY MORAES (PTB – RS) – Peço os números para a senhora. A senhora os tem aí?

A SRª MARGARETH MATOS – Tenho o procedimento inclusive aqui.

A SRª KELLY MORAES (PTB – RS) – Então, fale se a senhora tem os números.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um momentinho.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem. Vamos manter as inscrições com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Se a senhora, depois, tiver os dados... Porque ela mencionou a situação no Município dela. A senhora estava falando no Paraná. Ela perguntou se a senhora tem os dados do Município...

A SRª MARGARETH MATOS – No Vale do Rio Pardo. Quanto ao trabalho escravo, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SRª MARGARETH MATOS – Ela não falou do Vale do Rio Pardo. Está contestando a licença do trabalho infantil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ela falou. Srª Margareth, a senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SRª MARGARETH MATOS – Não tenho, mas coloco à disposição desta Comissão a cópia integral do procedimento investigatório, com mais de doze volumes, com toda a pesquisa que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora não respondeu.

A SRª MARGARETH MATOS – Do Vale do Rio Pardo? Tenho o estudo do Ministério do Trabalho, que também posso mandar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se a senhora tiver os dados sobre o Vale do Rio Pardo, a senhora encaminha que os encaminharei à Deputada Kelly Moraes.

Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, convidados, palestrantes, caros colegas, essa questão do Acordo-Quadro remete o Parlamento brasileiro a um dia de tristeza, porque, nos muitos anos que estou aqui, não consigo imaginar como, no dia 13 de maio, esse Acordo-Quadro entrou na Câmara e, por voto das Lideranças, foi aprovado e remetido ao Senado no mesmo dia. Furtaram o direito do debate, suprimiram a democracia na Câmara dos Deputados. Por isso, estamos no Senado, nesta oportunidade na Comissão, agradecendo ao Presidente Eduardo Suplicy a oportunidade de a Câmara também ter a participação e expor aquilo que seus representantes entendem por representar esse Acordo-Quadro.

É vergonhoso que a Câmara, com 513 Deputados, permita que uma matéria de tal importância passe batida dentro da Casa, secretamente, sem que a grande maioria dos deputados federais possa estabelecer o princípio do contraditório, que é salutar e necessário para a manutenção de qualquer democracia, principalmente no Parlamento brasileiro.

Registro aqui o meu descontentamento com a atitude que foi tomada pela Câmara dos Deputados e pelas Lideranças, que fizeram essa matéria de tamanha importância tramitar de maneira incompreensível, Sr. Presidente. Por isso, quando falam em acabar com o Senado – porque sempre há aquelas vozes dizendo: vamos diminuir a participação parlamentar, vamos acabar com o Senado –, quero dizer que o Senado é fundamental como Câmara Revisora e, neste caso, é demonstrada claramente a fundamentabilidade do Senado para permitir que possamos, quando erramos na Câmara, ter o Senado que possa corrigir ou, mesmo errando e voltando à Câmara, possamos ter o princípio do contraditório restabelecido nas nossas Casas.

O Brasil é um País magnânimo. Lembro-me aqui – o Senador Paulo Paim conhece muito bem esse assunto – quando tomamos a posição unilateral, no Governo passado, de proibir a exportação de armas leves para a América Central e América do Sul, estabelecendo tarifas de 150%.

Talvez o maior beneficiado tenha sido George Soros, um dos maiores acionistas da Smith & Wesson americana, que tomou conta do mercado da América Latina de armas leves, já que, nos Estados Unidos, as fábricas brasileiras têm 20% desse mercado.

Quer dizer, o Brasil entrega de bandeja um mercado. Não consigo entender o meu País, quando quer restringir o plantio sem fazer uma reconversão, porque se está lixando para o que vai acontecer com milhares de homens e mulheres que, não tendo outra atividade tão rentável, não saberão o que fazer. É um País que

não se estrutura para proibir o contrabando, Sr. Presidente, que hoje ocupa um terço do mercado brasileiro do consumo de cigarros; são 26 indústrias fabricantes no Paraguai, onde não há inspeção sanitária, nem cobrança de imposto. Um terço do mercado brasileiro de mercados, hoje, é por meio do contrabando fabricado no Paraguai, que entra aqui dentro. Um País que não tem controle sobre seu mercado quer, mais uma vez, prejudicar a indústria legal e os produtores rurais, que não têm outra opção, neste momento, de promover uma reconversão com o mesmo ganho.

O Deputado Heinze, que falou aqui, o Henrique Fontana, o Adão Pretto, a Kelly e o Senador Suplicy, que tem sido um combatente incansável para a erradicação da pobreza, sabem que a campanha eleitoral é um benefício para a classe política, que consegue ver as mazelas do que acontece nos rincões do Brasil e nos interiores da grande cidade.

Fazendo campanha em Novo Hamburgo, encontrei uma senhora com 34 anos e oito filhos de quatro pais diferentes. O menor estava, desculpe a expressão, “cagado”; o dia inteiro ele não usava fralda. E ali estamos produzindo um cidadão. Lá, onde não há emprego, onde não há atenção do Estado, onde não há a participação de ninguém, onde não há o planejamento familiar, onde não há o reconhecimento de que temos uma tarefa de solidariedade com a nossa sociedade, não estamos agindo com a mesma veemência.

Quem é do comércio internacional sabe dos interesses: não há bonzinho, só chute na canela. Países se armam para desestruturar a produção de outros. Com todo o respeito ao nosso colega do Mercosul, fui Presidente da Comissão, conheço, tenho o maior respeito, trabalho pela integração, mas o próprio Presidente Kirchner, agora, está colocando mais restrições aos nossos produtos. Os Estados Unidos cansam de usar barreiras tarifárias, não-tarifárias e sanitárias contra os nossos produtos. O Embaixador Rubens Barbosa, quando da sua passagem por Washington, e também o Embaixador Paulo de Tarso faziam relatórios das barreiras que chegavam a elevar as tarifas até 48% sobre os produtos que eram mais vendidos pela nossa economia aos Estados Unidos. A questão da febre aftosa, o que sofremos aqui no Brasil! E vamos ajudar, neste momento, a levar o terror e o desemprego a milhares de famílias!

Não fumo, não há ninguém que fume na minha família, mas gostaria de dizer, com toda sinceridade, que a questão do emprego, a questão econômica – respeito que pensa diferente – é o suporte do social. Não há o social sem economia. Queria ver se haveria a atuação do Estado, se não houvesse salário para pagar os seus servidores; se não houvesse a econo-

mia no Brasil, onde se pagam 40%, Senador Eduardo Suplicy, quando a intervenção tributária na Argentina, no México, na Eslovênia, na Coreia do Sul é 20%. Os nossos concorrentes mundiais têm um ganho de produtividade de 20% sobre o Produto Interno Bruto, para fazer massa salarial aumentada, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e tantas outras coisas, e o Brasil, quando tem um nicho para fazer exportação, para gerar emprego e bem-estar social, para diminuir a criminalidade...

Quero convidar as pessoas para irem a Santa Cruz do Sul – estão aqui o Prefeito Sérgio Moraes e a Deputada Kelly Moraes –, ao Bairro São João, e olharem um projeto social que foi estabelecido lá, por meio do qual se reduziu a criminalidade, em um ano, em 83%, fruto da atuação e da solidariedade social das empresas associadas aos produtores.

Senador Eduardo Suplicy, gostaria de fazer um apelo – sei que V. Ex^a é magnânimo nessas situações e em tantas outras em que conversamos e trabalhamos juntos – para que os senhores Senadores dêem oportunidade às pessoas que aqui expuseram com convicção – e não duvido da convicção de ninguém – que o cigarro faz mal. Sei disso e não fumo.

O cigarro realmente hoje está sofrendo uma cruzada internacional, mas disse Hainsi Gralow com total propriedade – muitas pessoas olhavam para o Hainsi, com seu sotaque alemãozinho do interior, porque temos uma imigração muito grande no Rio Grande do Sul – que essa é a característica do nosso agricultor, que vem de baixo, pega no arado, trabalha, tem fé neste País, acredita no Brasil, paga os seus impostos, ajuda no desenvolvimento deste País, mas se depara com notícias como essas, dizendo que o Governo assinará um acordo-quadro, que o projeto passou na Câmara – e sabemos da máquina compressor, do rolo compressor que o Governo tem dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara dos Deputados.

E isso não foi iniciativa da Oposição, mas do Governo. É o Governo que tem maioria na Câmara dos Deputados e tem essas iniciativas. Quando o Governo faz com que o projeto tramite por um dia – entrou no dia 13 de maio e saiu no dia 13 de maio –, o que os produtores rurais vão pensar? Pensarão que está armada alguma arapuca no Rio Grande do Sul, alguma armadilha. Na realidade, se houver conversão, como diz Hainsi Gralow, que representa os produtores rurais: “Ele topa, ele quer, ele deseja”.

Assim sendo, Senador Eduardo Suplicy, quero pedir com toda a sinceridade que façamos um estudo para saber quanto custaria uma reconversão para que o Brasil pudesse fazer com que os plantadores de fumo tivessem outra cultura, mas não agora, de uma hora

para outra, espalhando o terror, fazendo com que os produtores não tenham a mínima perspectiva de substituírem suas lavouras.

Estamos vendo a situação lá no Rio Grande do Sul. As pessoas nos atacam nas ruas. Também represento aquela região de Novamburgo, da fumicultura, e as pessoas desesperadas atacam perguntando: “É verdade que nós vamos ser proibidos de plantar fumo? É verdade que vocês nem tiveram a possibilidade de discutir no Congresso, na Câmara dos Deputados, esse projeto?” Eu disse: “É verdade”. Eu não sabia. Como é que vou saber de um projeto que entra de manhã e sai de tarde por acordo de Lideranças? É inadmissível. Nem o Senador Eduardo Suplicy conseguiria, com a sua esperteza, detectar um projeto com essa rapidez. Esse caso deve entrar no livro Guinness, porque foi o projeto que tramitou mais rapidamente dentro da Câmara dos Deputados em toda a sua História.

E não querem que desconfiemos da atitude do Governo, Henrique Fontana. Com todo o respeito ao atual Governo, Governos anteriores também combateram o fumo – inclusive o ex-Ministro da Saúde, José Serra, que era do meu partido –, mas não da maneira como está sendo feito. Sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, espero que V. Ex^a resgate o contraditório e nos dê a possibilidade de discutir o assunto lá, em meio aos produtores, para que eles possam conhecer o lado bom da política e não o lado rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Muito obrigado, nobre Deputado Júlio Redecker.

Finalmente, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana Júnior e, em seguida, à representante do Ministro da Saúde para concluirmos.

O SR. HENRIQUE FONTANA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SR^a (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um minuto, por favor.

Foram convidados para falar aquelas pessoas e representantes de entidades aprovados em requerimentos encaminhados pelos Senadores. Essas pessoas é que estão tendo o direito à palavra, além dos Parlamentares.

Todas as pessoas cuja participação foi requerida regimentalmente estão tendo o direito de falar, inclusive com uma generosidade de tempo como poucas vezes ocorreu. Foi dado o direito de fala para todos os lados.

Então, por favor, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado, meu companheiro de Partido, Senador Eduardo Suplicy, nosso Presidente neste momento.

Quero cumprimentar os nossos convidados desta audiência pública: Dr^a Mariângela, Dr^a Tânia, ao Dr. Gralow, Srs. Parlamentares que falaram e a sociedade civil que está vivendo este momento democrático.

Quando temos uma discussão como esta, a população precisa ter o direito de fazer um debate que não seja marcado pelo maniqueísmo, pelo sectarismo, pela simplificação, pelo argumento do terror, pelo argumento do medo e assim por diante. É evidente que este assunto carrega um conjunto de contradições, como quase todos os que se discutem num Parlamento ou todos sobre os quais a sociedade decide. É evidente que as relações entre países, no âmbito do comércio internacional, como disse o Deputado Júlio Redecker, carrega um conjunto de contradições. É evidente que, quando vamos tomar uma decisão que pode incidir sobre um setor, há um conjunto de contradições dentro dela. Do meu ponto de vista, a maturidade de um dirigente político, de uma pessoa que atue na sociedade civil ou de qualquer um de nós exige que se busque uma composição, diante dessas contradições. E eu faço aqui um apelo – e vou debater este assunto muitas vezes – para que abramos mão do maniqueísmo, porque o maniqueísmo desinforma, assusta as pessoas e impede as pessoas de compreenderem o que está ocorrendo.

Então, por exemplo, quero fazer uma crítica pública ao meu colega de Parlamento Deputado Júlio Redecker. S. Ex^a se equivocou profundamente em uma informação que deu ao povo brasileiro que nos assiste pela TV Senado neste momento, quando disse que foi montado um rolo compressor de um ou de outros partidos políticos para aprovar essa matéria. Não! A Liderança do Partido do Deputado Júlio Redecker, que é o PSDB, votou a favor da matéria. A Liderança do PFL, do PT, do PTB, de todos os Partidos que estão aqui votou a favor dessa matéria. Ele disse que o projeto entrou em um dia e foi votado no mesmo dia. Não sei. Vou tratar no campo dos equívocos de informação a fala do Deputado, mas esse projeto entrou aqui no dia oito de agosto do ano passado e foi votado em maio deste ano, ou seja, não foi em um dia e votou outro.

Foi feita, sim, uma reflexão e um estudo. Eu, por exemplo, estudei muito o projeto, li muitas coisas sobre o projeto. Então, não é razoável que se diga que o Parlamento vota sem saber o que está votando. Isso, aliás, nos coloca em demérito perante as pessoas que constituem o Parlamento. Eu estudei o projeto e quero ser franco com quem nos ouve, nos acompanha nesta audiência pública: é evidente que um parlamentar não

pode compreender profundamente todos os projetos que são votados dentro do Parlamento. Estaríamos mentindo ao povo brasileiro se disséssemos que um parlamentar poderia estudar em profundidade todos os projetos que são votados no Parlamento.

Existem assessorias, equipes montadas, porque evidentemente tratamos aqui de temas que envolvem uma Convenção como esta, temas da transgenia, da saúde pública, da educação, do projeto Universidade para Todos, da infra-estrutura etc. É óbvio que um parlamentar não pode ler e estudar em profundidade todos os assuntos. Para isso existem assessorias que de, forma qualificada, informam os debates que ocorrem dentro das bancadas para que elas tomem as suas posições sobre como atuar.

Nós não podemos – e quero dizer publicamente, Senador, pela TV Senado – usar um assunto desses para fazer política partidária e eleitoral. Isso é uma irresponsabilidade. Eu tive que responder em três rádios nos últimos dias, Senador Eduardo Suplicy, a entrevistas que foram verdadeiros atos de terrorismo de candidatos a Prefeito que estão dizendo nos municípios que o Presidente Lula é contra o agricultor que planta fumo. Isso é uma mentira, uma manipulação de dados, terrorismo pré-eleitoral. Conheço esse tipo de guerra política. Sou jovem, mas já estou na política, militando e concorrendo a cargos eletivos há doze anos e passei por muitos momentos tensos de vésperas de eleição.

Então, apelo aos adversários políticos que tenho e que respeito não usem e não manipulem a consciência do nosso povo com assunto tão sério como esse. O Partido dos Trabalhadores, que represento nesta Casa, defende o agricultor brasileiro e as condições de vida do fumicultor e do seu plantio. Aliás, já que aconteceram alguns proselitismos normais num embate democrático como esse, vamos dizer aqui que o Governo que assinou o seguro agrícola é o governo que está dirigindo o país hoje, porque o agricultor lutou durante décadas pelo seguro agrícola e o agricultor familiar não tinha seguro agrícola e agora ele o tem, ainda de forma limitada.

O Governo que represento nesta Casa é aquele que elevou as fontes de financiamento para a agricultura familiar, os diferentes métodos e modos de Pronaf, de dois bilhões e duzentos milhões para sete bilhões. Em dois anos, mais do que triplicou as fontes de financiamento para apoiar o nosso agricultor familiar e o nosso fumicultor.

Agora, devemos falar com franqueza ao nosso fumicultor e prepararmos esse trabalhador para essa longa transição, porque temos que buscar o equilíbrio. Sou médico, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar

da Saúde e jamais utilizaria o argumento maniqueísta de dizer “parem de produzir cigarros amanhã”, porque isso é uma infantilidade, uma simplificação para quem tem uma sociedade tão complexa e cheia de problemas como a nossa. O mundo inteiro e o Brasil caminham para, progressivamente, de forma lenta, gradual, negociada, com mecanismos de compensação seguros, a fazer uma conversão lenta deste modelo.

Lembro-me de que, quando votamos uma lei que proibiu a propaganda de cigarros na televisão, como já existia em vários países, ouvi vozes que diziam que isso acabaria com o plantador de fumo. E era mentira. Não era verdade. E isso não vai acontecer de novo. O Presidente Lula, o nosso Governo, tem maturidade suficiente para continuar apoiando o fumicultor e compreendendo o peso que tem essa atividade no País. Agora, se os líderes desta atividade tentarem criar um ambiente de conflitividade e iludirem o nosso fumicultor de que ele não deve preocupar-se nas suas futuras gerações, dos seus filhos, dos seus netos, que ele vai precisar procurar encontrar outra cultura, que não substitua integralmente mas um pedaço progressivamente e dê boa rentabilidade, não estaremos protegendo o nosso fumicultor, e sim jogando-o numa crise futura que talvez seja incontornável.

Essa questão deve ser dita ao fumicultor, e não dizer como alguns estão fazendo nas rádios do Rio Grande do Sul, na região de plantio de fumo, que eles devem votar em determinado prefeito porque o adversário é do PT e o Presidente Lula está contra o plantador de fumo. Isso é terrorismo, não é um debate adequado.

É evidente que a saúde pública e a atividade econômica precisam se equilibrar. Ninguém vai defender uma proposta simplificadora que diga para se tomar tal iniciativa a favor da saúde pública, mesmo que isso gere um conflito social enorme do ponto de vista do emprego. Agora, quando se usa um exemplo como o colocado pelo Deputado Heinze e talvez o Senador Pedro Simon indiretamente que vou contestar de que os Estados Unidos não assinou o Tratado de Kyoto – e vou acrescentar uma agora, porque eles não falaram – e não assinaram o acordo no Tribunal Penal Internacional para salvar as vidas que estão sendo chacinadas no mundo todo por ditaduras e por situações absurdas de desrespeito aos direitos humanos. Como dizer que isso é exemplo para o Brasil? Isso é um contra-exemplo. Os Estados Unidos precisam ser duramente criticados e não elogiados por isso. Senão, estaremos incentivando entre o nosso povo a cultura da submissão, estaremos afirmando que aquilo que os Estados Unidos fazem é bom para o Brasil, estaremos

dizendo que, se eles não assinam tal acordo, também não devemos fazê-lo. Isso é cultura da submissão.

Quando os Estados Unidos erram – estou empolgado porque o embate está forte no Rio Grande do Sul –, devemos não seguir esse erro, mas trabalhar para que seja corrigido.

E a Convenção-Quadro – falo a todos os fumicultores que estão nos acompanhando – não tem o objetivo de prejudicar o plantador de fumo. Ela tem mecanismos para, de forma lenta e gradual, proteger nosso fumicultor, inclusive dando-lhe um espaço econômico melhor do que aquele ele tem para complementar a sua renda com outras alternativas e para criar uma curva, que é uma curva inexorável no mundo inteiro.

Em nome do Governo Lula, em meu nome, na qualidade de Deputado Federal, vamos acompanhar cada passo dessa caminhada e vamos com muita serenidade, sem maniqueísmo, com equilíbrio buscar uma alternativa adequada para os fumicultores e para o País. Tenho certeza de que isso é possível, e esse é o nosso desafio. O mais fácil neste momento é escolher um lado, fazer um discurso simplificador, sem, na verdade, encontrar uma solução real para um problema que é de fato desafiador para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Esclareço à Sr^a Paula Johns que eu já havia registrado a presença da Tabaco Zero, mas tenho que obedecer ao Regimento.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, sei da sua ansiedade, mas queria apenas 30 segundos para dizer três coisas, e faltou a resposta.

Disseram que há trabalho escravo no plantio de fumo. Não é um trabalho escravo igual ao que os fazendeiros têm. Domingo passei na região de plantio de fumo e vi jovens, mulheres plantando fumo, porque eram obrigados a plantar na época. Isso é um gesto de trabalho escravo.

Outra que não é mentira: o agricultor trabalha 24 horas por dia porque passa a noite cuidando do forno de fumo. E crianças trabalham, sim, na colheita do fumo. Sou testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Conselheira Mariângela Rebug Simões.

A SR^a MARIÂNGELA REBUG DE ANDRADE SIMÕES – Senador, muito obrigada. Serei muito breve. Somente responderei às anteriores observações. O Brasil tem participado dessas negociações, defendendo o interesse do País. E o interesse do País é a saúde pública e respeito à sua economia.

Estamos trabalhando de acordo com a nossa legislação interna. É por isso que o Brasil liderou o processo pela sua própria legislação interna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Concedo a palavra à Dr^a Tânia Cavalcante.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Gostaria apenas de falar sobre um ponto a que o Senador Pedro Simon se referiu sobre os Estados Unidos. É apenas um complemento.

Os Estados Unidos já produziram mais tabaco do que o Brasil. Hoje os Estados Unidos estão muito abaixo do Brasil. Eles estão retraindo a sua produção. Está-se reduzindo o consumo, e os Estados Unidos não dependem da ajuda internacional que estamos buscando por meio da Convenção-Quadro para ajudar os seus fumicultores, porque eles já estão se resolvendo internamente. A Índia, sim, por isso que ratificou, e é o terceiro maior país produtor. O primeiro é China; o segundo, Brasil; e o terceiro, Índia. E a Índia já está brigando pelo seu quinhão. Temos que ratificar, sim, porque, senão, ficaremos de fora. Os Estados Unidos não precisam disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço. Muito obrigado, Dr^a Tânia Cavalcante.

Agradeço a todos a presença. Foram mais de cinco horas de audiência pública. Tenho certeza de que esta reunião contribuiu muito para o esclarecimento do Convênio-Quadro.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h10min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima sétima reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, às dezoito horas e trinta minutos.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **AELTON FREITAS, CRISTOVAM BUARQUE, HÉLIO COSTA, RODOLPHO TOURINHO, FLÁVIO ARNS, MÁRIO CALIXTO, DUCIOMAR COSTA, VALDIR RAUPP, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO BEZERRA e MARCO MACIEL**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Compareceu também o Senhor Senador **ROMEU TUMA**, não membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente de-

clara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item um:** Mensagem (SF) Nº 135, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, Senador **VALDIR RAUPP**, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente declara aberta a votação à Embaixadora. Em seguida, passa-se ao **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 150, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, Senador **FLÁVIO ARNS**, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente declara aberta a votação ao Embaixador. Passa-se ao **Item três:** Mensagem (SF) Nº 152, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Timor Leste”. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator da mensagem, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** que faz sua exposição de motivos. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à arguição do Embaixador. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade de doze votos. Prossegue a deliberação da Pauta – **Item quatro:** Requerimento Nº 24, de 2004/CRE, de autoria do Senador Flávio Arns, que “requer, nos termos do art. 215, caput, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas de uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão ao Ja-

pão trabalhar. Deverão ser convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Senhor Djalma Straube, Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por 'Dekasseguis' no Brasil – AFADBRASIL e a Senhora Aparecida Margarete dos Santos Kayaki". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **FLÁVIO ARNS** para justificar seu Requerimento. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE** discute a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta – Item um:** Requerimento N° 28, de 2004/CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "nos termos regimentais, requer que seja convidado o Senhor Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para em Audiência Pública, debater com os Senhores Senadores, a atuação das autoridades brasileiras quanto ao sistema cartográfico brasileiro e dispor sobre os dados demográficos brasileiros". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO** para justificar seu Requerimento. Discutiu o Requerimento o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente tece algumas considerações e pede a Secretaria que encaminhe aos Senadores um estudo enviado pelo Ministro das Relações Exteriores sobre as negociações entre o Mercosul e a União Européia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da décima sétima reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, às dezoito horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias em pauta.

Item nº 1:

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago, exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade Dominicana. Autoria: Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator **ad doc**, para fazer a gentileza de ler o Relatório do Senador Aelton Freitas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Sr^a Gilda Maria Ramos Guimarães para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática em caráter permanente, art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **currículo vitae** da diplomata indicada, do qual extraímos para esse relatório as seguintes informações:

Nascida no Rio de Janeiro, filha de Joaquim Dias de Souza Guimarães e Maria José Ramos Guimarães, a Sr^a Gilda Maria Ramos Guimarães graduou-se pelo curso de preparação à carreira diplomática e concluiu o curso de altos estudos, ambos do Instituto Rio Branco.

A ilustre diplomata ingressou na carreira diplomática como Terceira-Secretária, em 1965. Ascendeu à Conselheira em 1978; à Ministra de Segunda Classe em 1984; à Ministra de primeira classe em 1994, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na chancelaria destacam-se a de Secretária de Recepção e Apoio, em 1989, e a de Chefe de Departamento do Serviço Exterior, em 1982.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheira junto à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, entre 1978 e 1991. Foi Ministra-Conselheira e encarregada de negócios em Santiago, no período de 1971 e 1988; Cônsul-Geral em Roma, de 1995 a 1999; Embaixadora na Guatemala, de 1999 a 2002.

Nesse momento, desempenha as funções de Embaixadora em Trinidad e Tobago, posto que assumiu em 2003.

Desempenhou, ainda, numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe da delegação em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais, conferências gerais, setoriais e sessões regulares das Nações Unidas e de organismos do sistema onusiano.

Segundo o informe elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Comunidade de Dominica, anexado à Mensagem Presidencial, o país tem área de 754 km², cujo principal recurso natural é a pesca, uma vez que se trata de uma linha. Conta com uma população de 69.655 mil habitantes, segundo dados de 2003.

A força de trabalho alcança 25 mil pessoas e o índice de desemprego é de 23%. A estimativa de analfabetismo, em 2000, é de apenas 6%. O principal idioma falado na ilha é o inglês. O PIB, que cresce a 1,2%, segundo a estimativa, chegava, em 2002, a US\$380 milhões. O perfil da produção está assim dividido: agricultura, 18%; indústria, 24%; serviços, 58%. Os principais produtos de exportação são a banana, o sabão, vegetais e frutas diversas. Importa principalmente manufaturas, máquinas, alimentos e químicos.

O principal destino para as suas exportações é a Inglaterra. Para o Brasil, exportou, em 2000, apenas US\$102, tendo importado do Brasil, no mesmo período, US\$772,752 mil.

A diplomata indicada é portadora de condecorações conferidas por vários países, entre os quais o Brasil: Ordem de Rio Branco, Grande Oficial e Ordem do Mérito Militar; França: Ordem Nacional do Mérito; Chile: Orden el Eleito de Chile, Gran Oficial; e Guatemala: Gran Cruz Del Orden Quizal.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, somos pelo parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Faremos a votação nominal e secreta de todas as mensagens de seus embaixadores.

Item 2:

Mensagem nº 750, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Marcus Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativa-

mente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Flávio Arns para que possa ler o relatório preparado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, como Relator **ad hoc**.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Marcus Caramuru de Paiva, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

A Constituição Federal, em seu art. 52, Inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou **curriculum vitae** do diplomata. De acordo com aquele documento, o Sr. Marcus Caramuru de Paiva nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1954. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1975, tendo sido promovido sempre por merecimento a Segundo Secretário, em 1978; a Primeiro Secretário, em 1981; a Conselheiro, em 1988; a Ministro de Segunda Classe, em 1995, e a Ministro de Primeira Classe, em 2000.

No exercício de sua carreira pública, desempenhou várias funções de relevâncias, entre as quais a de Chefe de Gabinete da Ministra da Economia e Planejamento, em 90 e 91; a de Conselheiro e membro da delegação negociadora da dívida brasileira, em 91/94; Diretor executivo da Proban pelo Brasil no Banco Mundial, 94/96; Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, 96/2002; Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, 2002/2003; e de Embaixador, na Malásia, desde 2003.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** relatado, breve informativo sobre o Sultanato de Brunei Darussalam. Aponta o documento a precariedade das relações entre o Brasil e Brunei diante da ausência de contatos políticos de acordos bilaterais e, por via de consequência, de comércio.

Apesar dessa constatação, a potencialidade de reversão desse quadro pela atual conjuntura política e econômica de Brunei conta com cerca de 300 mil habitantes e renda **per capita** de US\$15 mil americanos. Neste cenário, a potencial pauta exportadora do Brasil teria oportunidade para carne de frango, móveis, cerâmicas e outros materiais de construção: ferro, aço

e derivados, material bélico e aviões. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Esse é o Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti, que leio como Senador **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Senador Flávio Arns.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Após a arguição referente ao Item 03, faremos a votação dos três embaixadores indicados.

Item 03:

Mensagem do Senado Federal nº 152, de 2004.

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Antonio José Maria de Sousa e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente, do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Timor Leste, de autoria do Senhor Presidente da República.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República indicou a esta Casa o nome do Sr. Antonio José Maria de Sousa e Silva para ser nosso Embaixador no Timor Leste.

O Presidente coloca que tomou essa decisão com base na história, no currículo do Sr. Antonio José Maria de Sousa e Silva.

De fato, a análise mostra que ele se formou em Ciências Jurídicas Sociais; tornou-se 3º Secretário em 1976; ascendeu a 2º Secretário em 1979, por antiguidade. Nessa época, serviu no Consulado-Geral de Nova Iorque, tornou-se encarregado de negócios da Embaixada Brasileira da Guatemala, já em 1984, durante representação da Embaixada brasileira em Assunção. Ascendeu à condição de 1º Secretário, por merecimento, ano em que recebeu a ordem do Rio Branco, grau de oficial. Em 1987, exerceu a chefia na condição de substituto da divisão de política financeira do Itamaraty, foi designado para Embaixador em Islamabad como encarregado de negócios; em 1990, foi designado para a Embaixada de Buenos Aires, na qualidade de Conselheiro, mesma condição na qual foi designado para a Embaixada em Praga, em 1993. Em 1997, tornou-se Chefe da Divisão da Europa I e, em

seguida, Diretor-Geral substituto da parte da Europa; em 2000, foi assessor do Departamento de Promoção Comercial do Ministério de Assuntos Exteriores; e em 2003, concluiu o curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com a tese, já naquela época, sobre Combate ao Terrorismo, a Evolução do Tratamento Multilateral e Reflexo para o Brasil. No mesmo ano, participou da 134ª Assembléia do Bureau Internacional de Exposições em Paris, como Chefe de Delegação. Em 2004, tornou-se chefe da Divisão de Feiras e Turismo e, novamente, assumiu a chefia da delegação brasileira na edição seguinte da Assembléia do Bureau Internacional de Exposições.

Finalmente, ainda neste ano, tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, e nessa condição é indicado pelo Senhor Presidente da República. Ele é indicado para o cargo no Timor Leste, que é um país, é necessário nos lembrarmos, em que o Brasil tem todo o interesse em aprofundar as relações, um país pequeno que começa a ter a possibilidade de ser um exportador de petróleo e sobretudo, um país que fala Português, recém-independente, que sofreu traumas profundos e que tem toda a razão de querer ver, no Brasil, um País que posas ajudá-lo.

Eu, como Senador da Comissão de Relações Exteriores, devo falar da minha satisfação de ver o nome, indicado pelo Senhor Presidente, de alguém com a estatura do Sr. José Maria de Sousa e Silva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passamos a palavra, então, ao Sr. Antonio José Maria de Sousa e Silva, para expor a respeito de sua indicação para o Timor Leste, pelo Presidente da República.

O SR. JOSÉ MARIA DE SOUSA E SILVA – Exmº

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, Exmº Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque, Exmºs Srs. Senadores, senhoras e senhores, é com muita honra que atendo à convocação do Senador Eduardo Suplicy para participar desta reunião que apreciará a indicação do meu nome para exercer o cargo de Embaixador na República do Timor Leste.

Gostaria de tecer um brevíssimo relato sobre a história, as circunstâncias que cercaram o processo de independência, a situação atual e a nossa presença hoje no Timor Leste.

Descoberto por Portugal, o Timor Leste nunca foi mais do que um entreposto comercial, onde a única influência, a única marca portuguesa foi de caráter cultural, através da religião católica e da língua. No início do século XX, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, com uma outra potência colonial da região,

a Holanda, Portugal celebrou um acordo de fronteiras que dividiu a Ilha do Timor, fronteira essa que até hoje se mantém mais ou menos inalterada.

Nos anos 60, surgiu no Timor Leste um movimento de independência nacional nativo, mas Portugal, por outras preocupações que tinha com movimentos análogos nas colônias ricas da África, não pôde tomar nenhuma ação. Não obstante, mantinha no Timor uma pequena administração colonial e um pequeno contingente militar que, por ocasião da Guerra dos Cravos, em 75, foi ameaçado pelas tropas nacionalistas e se refugiou na Ilha em frente à capital Dili.

O Governo indonésio, aproveitando essa situação e sob o pretexto de que Portugal não tinha condições de ocupar e de administrar a sua colônia, invadiu e ocupou o Timor Leste e anexou aquele território como sendo a 27ª província da Indonésia. A questão da Indonésia ficou, então, no âmbito das Nações Unidas, durante 25 anos e, a partir dos anos 80, graças a um clamor público internacional, o assunto voltou a ser tratado pelo Secretário-Geral Kofi Annan, que enviou uma missão de apoio. Em 1999, realizou-se uma consulta popular em que 86% da população timorense optaram pela independência de Portugal e pela ocupação da Indonésia.

Assim, podemos considerar que o ato fundador da identidade timorense de fato começa em 30 de agosto de 1999. Essa passagem se deu em meio a um massacre brutal e indiscriminado. O País foi literalmente queimado, sua memória histórica e cultural aniquilada, houve vinte mil exilados e mais de mil mortos.

Xanana Gusmão foi eleito Presidente em 14 de abril de 2002 e tomou posse no dia 20 de maio, trinta minutos depois da meia-noite, hora da declaração da independência. Curiosamente, ou sintomaticamente, foi neste momento também que o Brasil estabeleceu as relações diplomáticas com a República do Timor.

O Timor, de 1999 a 2002, passou três anos sob a administração direta das Nações Unidas. E aqui eu me permito fazer um tributo a Sérgio Vieira de Mello, a quem foi confiado esse mandato inédito, complexo e ambicioso, o da construção de um Estado-Nação. Ele ocupou o cargo, segundo todos os relatos, com segurança e determinação, costurando forças contrárias, tecendo habilmente as alianças que permitiriam o surgimento da nova república.

A nação timorense terá de conviver com o seu passado recente de violência e de ressentimento, e grandes questões perduram até hoje: o retorno dos refugiados; a penalização dos responsáveis pelos crimes cometidos; a desmilitarização das forças da resistência, que, de certa maneira, podem desestabilizar politicamente essa jovem nação, uma vez que existe

certa rivalidade entre os antigos aliados, que perderam eventualmente espaço na estrutura de poder e que agora devem subordinar seus anseios e reivindicações ao desejo manifesto.

Outra questão que nos parece importante é o reconhecimento de que o Timor Leste precisa reencontrar-se com a sua herança cultural, necessitando reafirmar a identidade nacional, cujo elemento aglutinador é a língua portuguesa, que também representa uma zona de restos de memória que devem ser resgatados.

O Brasil, ao participar da construção da nação timorense, entendeu esse chamado como uma oportunidade para exercer os princípios que defendemos: a maior cooperação entre os países e solidariedade internacional, num esforço conjunto para debater os problemas comuns a todos nós.

Menciono também que, já no primeiro momento, quando chamado à consulta popular, o Brasil participou enviando militares das Forças Armadas, observadores policiais e 19 peritos eleitorais, que acompanharam essa consulta popular. Logo imediatamente à consulta, também visitou Dili uma missão parlamentar integrada pelos Deputados Pedro Valadares, Paulo Delgado e João Hermann Neto.

Sobre essa atenção que o Brasil estende à jovem República do Timor, assinalo que em 20 de julho de 2000, ou seja, dez meses após o plebiscito e ainda sob a administração das Nações Unidas, o Brasil enviou a primeira missão para identificar as possibilidades e necessidades para essa cooperação técnica.

A mobilização em prol do Timor foi imediata, e os projetos, sobretudo os da área da educação, que representavam cerca de 40% do orçamento da ABC – Agência Brasileira de Cooperação, começaram a ser implementados em cooperação direta do Ministério da Educação, do Senai, da Comunidade Solidária, além da Fundação Roberto Marinho.

Com prazer, posso hoje anunciar que o primeiro projeto de alfabetização comunitária está presente nos 13 distritos do país, que representa 141 salas de aula, 170 turmas, 3.500 alunos e está formando 150 alfabetizadores e monitores pedagógicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Esse é o resultado da cooperação brasileira?

O SR. JOSÉ MARIA DE SOUSA E SILVA – Resultado direto de um dos projetos na área de educação, que é o projeto de alfabetização comunitária, no valor de US\$540mil.

Participam também desse projeto professores da Universidade de Santa Cecília, da Universidade Mackenzie, do Unirio, da Universidade Estadual de Montes Claros e da Faculdade Interlagos.

Outro projeto é o de desenvolvimento empresarial, formação profissional e promoção social, que implantou um grande centro de formação empresarial e que teve oportunidade de visitar há um mês. São oito belíssimos pavilhões antigos, reformados com recursos da agência brasileira e um projeto preparado pelo Senai. Nesses oito pavilhões, temos cursos profissionalizantes de hidráulica, construção civil, eletricidade, informática, mecânica de motores, panificação e corte e costura. Já foram formados pelo centro, desde 2002, oitocentos alunos.

O terceiro projeto nosso no Timor que vale ser mencionado, também na área de educação, é o de formação de professores e alunos com recursos da educação à distância, que contou com o apoio direto da Fundação Roberto Marinho, que desde 2001 já implantou 20 tele-salas, sendo 16 de ensino pré-secundário e quatro de ensino secundário, distribuídas em Díli e Baucau.

O Brasil também está presente na área da saúde. Os técnicos da Fundação Nacional da Saúde participaram ativamente, no ano 2000, de campanha nacional de vacinação, organizando postos de saúde, vacinando e treinando pessoal local para esse esforço de imunização.

Atualmente, temos também – chegou a Díli recentemente – uma missão para montar o programa de combate à AIDS sob coordenação direta do Ministério da Saúde com a ABC.

Gostaria também de me referir a um projeto da área agrícola.

O café é o único produto de exportação do país. No ano passado, exportaram 13 milhões de dólares, o que mostra um pouco as dimensões e as necessidades do país.

Essa missão agrícola, chamada Pró-Café, formou sete terrenos para a plantação de diferentes tipos de café, já com tecnologia brasileira, assistência direta brasileira. Com a primeira florada dessas lavouras, agora em novembro, examinaremos qual delas melhor se adapta ao clima e ao terreno locais.

Uma outra presença, também significativa, é a do Judiciário. Reiteradamente as autoridades do Timor estiveram com o nosso Ministro da Justiça, com o Ministro do Superior Tribunal Militar, e sempre solicitando uma grande operação na formação de juízes, de defensoria pública e de promotoria pública. O grande problema que identificamos foi o fato de que os advogados são formados, em sua maioria, pela Indonésia – não falam português, portanto.

Há um grande esforço hoje das autoridades timorenses de retomar o português. Aliás, toda a nossa cooperação, em todas essas áreas, está também vin-

culada ao ensino e à divulgação da língua portuguesa. Estamos pensando em trazer jovens advogados, assessores e técnicos do judiciário e do parlamento também para fazerem treinamento no Brasil, não apenas para conhecerem o que temos a oferecer nessas diferentes áreas como também para treiná-los no português. A utilização do português é uma das exigências que impusemos ao governo timorense para toda a cooperação técnica que oferecemos.

Gostaria também de mencionar dois pontos que são importantes e alvissareiros para o futuro do Timor, ambos na área internacional e ambos se referindo à demarcação de suas fronteiras. A primeira, terrestre, com a Indonésia, onde espera-se até o final do ano, tenham-se definidas as linhas de fronteira. E essa zona de litígio é monitorada por contingentes de tropas brasileiras que somam 151 integrantes, sob o manto das Nações Unidas. As tropas brasileiras que monitoram e observam a fronteira terrestre entre o Timor Leste e a Indonésia.

O outro ponto é a definição das fronteiras marítimas com a Austrália, fundamental para garantir o futuro econômico do Timor, pois, da maneira como as fronteiras foram negociadas quando o País ainda era tutelado pela Indonésia, beneficiava totalmente a Austrália, já que ficavam sob a soberania deste país todos os poços de petróleo.

Então, essas jazidas estão sendo renegociadas. Espera-se que, entre 2006 e 2007, o Timor passe a contar com recursos da ordem de US\$200 milhões a US\$300 milhões de **royalties** por ano, pela exploração desse gás e desse petróleo.

Uma característica importante da política externa e interna do Timor é a necessidade da reconciliação. O Governo do Timor não alimenta qualquer iniciativa para que se revejam ou que se criem tribunais para examinar e julgar os criminosos de guerra. A postura do Governo do Timor é iniciar as suas relações com uma agenda positiva e apagar o passado. Isso com relação à Indonésia e à Austrália, que tão pouco querem rever o acordo internacional que foi firmado em seu nome pela Indonésia. Eles estão buscando, sim, acordos bilaterais tópicos sobre cada situação, de modo a que possam começar a receber esses ingressos e iniciar essa longa caminhada que têm pela frente.

Caso o meu nome seja aprovado por esta Casa, exercerei com entusiasmo e muito orgulho as minhas funções no Timor Lorosa'e, como eles o chamam, e com o mesmo sentimento de missão que norteou a atuação do meu antecessor, o Embaixador Kywal de Oliveira, que lá serviu por quatro anos, e é um digno representante do que há de melhor na Casa de Rio Branco. S. Ex^a soube assegurar a presença do Brasil

nos momentos mais críticos e difíceis do conturbado período da transição. Parto com a certeza de que, para o desempenho das minhas funções, é indispensável o apoio do nosso Parlamento. E esse apoio se traduz na consubstanciação de uma política de fraternidade e solidariedade que norteie as nossas relações exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos, agora, à fase de arguição do Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva.

Antes de iniciar a reunião reservada, informo o Sr. Embaixador Antônio José Maria de Souza e Silva que esta Comissão tem, ao longo desses últimos anos, expresso muito carinho e atenção para com o Timor Leste e para com o Presidente Xanana Gusmão, quando visitou o Brasil, em mais de uma oportunidade, poderá o Senhor transmitir ao povo do Timor Leste que há um carinho muito especial do Senado Federal, do povo brasileiro, em relação à aproximação que devemos ter de amizade para com o Timor Leste.

Passamos, então, à reunião reservada para que possa haver a arguição do Sr. Antônio José Maria de Souza e Silva.

(REUNIÃO RESERVADA)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, tanto para a Sr^a Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade de Dominica, junto à República de Trinidad e Tobago; como para o caso do Sr. Marcos Caramuru de Paiva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, em adição à Federação da Malásia; como no caso do Sr. Antônio José Maria de Souza e Silva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Timor Leste, houve 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Então, meus cumprimentos e parabéns ao Embaixador Antônio José Maria de Souza e Silva, e que tenha o maior sucesso nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 4:**

Requerimento nº 24 do Senador Flávio Arns, que requer, nos termos do art. 215, combinado com o art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas de uma parcela dos chamados “decasségus”, japoneses descendentes de nipônicos, que vão ao Japão trabalhar.

Sugere o Senador Flávio Arns que sejam convidados o Sr. Djalma Straub, Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Decasségus do Brasil,

a FadaBrasil, a Sr^a Aparecida Margareth dos Santos Caiaque e, ainda,...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de acrescentar o Ministro Manoel Gomes Pereira, do Ministério das Relações Exteriores, do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior. Vimos sendo procurados por muitas dessas famílias, por vários problemas que vêm acontecendo. Sei que o Ministério das Relações Exteriores já está estudando a situação, mas creio que seria um momento importante para se discutir isso aqui nesta Comissão.

Então, o Ministro Manoel Gomes Pereira, do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, para encaminhar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Queria um esclarecimento, Senador Flávio Arns. Isso se refere às famílias brasileiras que ficaram aqui enquanto os decasségus foram para o Japão e esquecem de mandar dinheiro e tudo. É essa a situação. E há uma estatística de quantas são?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na verdade, não tenho os dados estatísticos, mas, é bastante gente. São muitos problemas; as pessoas vão para o Japão; muitos não retornam, abandonam as famílias; existem ações judiciais; e deve haver um intercâmbio a ser estabelecido para que a decisão judicial possa inclusive ser cumprida no Japão.

E há algumas dificuldades nesse sentido. Então, as pessoas querem debater esse assunto, explicar os problemas que vêm enfrentando – e sei que o Ministério das Relações Exteriores já vem cuidando disso, já há algum tempo. Então, é bom atualizarmos para vermos em que pé que essas discussões estão acontecendo nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há um requerimento extrapauta do Senador Eduardo Azeredo:

Nos termos regimentais, convido o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE, para, em audiência pública, debater com os Srs. Senadores a atuação das autoridades brasileiras quanto ao sistema cartográfico do País e dispor sobre os dados demográficos brasileiros.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pode parecer um tanto simplória a questão dos nossos sistemas cartográficos. Temos, na verdade, pelos levantamentos feitos pela própria Consultoria do Senado, mais de uma centena de formas de representar os mapas. Seria importante termos aqui informações do IBGE sobre o trabalho cartográfico em relação ao Brasil hoje, tendo inclusive condições técnicas muitos melhores de exposição. Chamou-me a atenção, Sr. Presidente, porque o Presidente do País, em recente reunião no Palácio do Planalto -, observei, porque sou interessado nesse assunto – e vi que o mapa existente na sala de trabalho do Presidente tem o sistema de representação mercator. É o sistema mais deturpado, vamos dizer assim, em relação ao tamanho dos países. Para se ter uma idéia, a Groelândia parece do tamanho da América do Sul, e, na verdade, ela é oito vezes menor que o Brasil. É uma coisa um tanto quanto simples, mas eu penso que, se queremos representar bem o Brasil, na sala de trabalho do Presidente da República deve ter um mapa que apresente a melhor representação cartográfica, e não uma representação feita pelos europeus, que colocam 2/3 do mapa sendo Hemisfério Norte, e 1/3 apenas sendo Hemisfério Sul. Evidentemente, isso deforma o mapa, colocando erradamente o Hemisfério Norte muito maior. O mapa que temos aqui já é bem mais correto. A representação feita por Peters é bem melhor, vemos que é bem mais razoável a representação da cada país. Contudo, nenhuma representação é perfeita, todas elas têm alguma distorção, seja a representação cônica, cilíndrica, plana, etc. Seria mesmo importante ouvirmos, aqui na Comissão, o Presidente do IBGE não só sobre esse assunto cartográfico, mas também sobre assuntos demográficos. O IBGE divulgou recentemente uma série de dados demográficos do Brasil. Seria interessante que pudéssemos trazer aqui o seu Presidente para falar sobre as fronteiras brasileiras, como se encontra a ocupação de nossas fronteiras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sugiro enviar este mapa como presente para o Presidente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Este mapa aqui está mais equilibrado, Senador?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, este mapa está mais equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A TV SENADO pode então mostrar o **mapa mundi** que temos lá também.

Se todos os Srs. Senadores estiverem de acordo com a proposição do requerimento do Senador Eduardo Azeredo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de informar que na semana próxima há um feriado, e ainda não sabemos ainda se haverá sessão deliberativa, – V. Ex^a acha que possivelmente não haverá sessão deliberativa – por isso, não marquei, por enquanto, essas audiências, por não termos certeza que venhamos a ter reuniões nesses dias. Procurarei fazê-lo possivelmente depois das eleições do Segundo Turno, em consonância com os requerentes.

Há também uma carta, enviada pelo Senador Marcelo Crivella, que não a apresentou na forma de requerimento, mas como Vice-Presidente desta Comissão, tendo em vista as negociações do Brasil e o Mercosul, sugeriu que pudéssemos ouvir o Ministro de Relações Exteriores e os negociadores da relação Brasil-Mercosul, para saber a quantas andam.

Eu conversei com o Embaixador Pedro, e com o Ministro de Relações Exteriores na quinta-feira passada, e S. Ex^a encaminhou um relatório escrito sobre as negociações do Mercosul e a União Européia, para nos dar uma informação como se encontram, mas sugeriu que ele possa vir aqui após as eleições, e que seria conveniente para nós também, para explicar-nos o estágio em que se encontra essas negociações. Posso distribuir esse relatório que o Embaixador Pedro encaminhou-me hoje, até preparado pelo Ministro de Relações Exteriores. Vou pedir à Secretária Lúcia para que encaminhe esse estudo, enviado pelo Ministro de Relações Exteriores. Como não há aqui a identificação de que foi feito pelo Ministério, eu pediria a V. Ex^a que, depois, colocasse aqui uma folha com identificação, para que então isso seja distribuído a todos os membros, inclusive ao Senador Marcelo Crivella, a fim de que todos fiquem informados do estágio em que se encontra essa negociação. Daí poderemos receber, em novembro, o Ministro de Relações Exteriores, para trazer a informação completa sobre o que se passa.

Esgotada a pauta, damos por encerrada a reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Levanta-se a reunião às vinte horas e oito minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima primeira reunião ordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPPLY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **HÉLIO COSTA, CRISTOVAM BUARQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, MARCELO CRIVELLA, AELTON FREITAS, FÁTIMA CLEIDE, SIBÁ MACHADO, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, TIÃO VIANA, FERNANDO BEZERRA, JOÃO CAPIBERIBE e ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item um:** Projeto de Lei do Senado Nº 310, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências”. O presidente informa que a matéria está sobrestada. **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 151, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício”. O presidente designa Relator “Ad-Hoc”, Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**, para leitura do relatório. **Item três:** Mensagem (SF) Nº 153, de 2004, de autoria da Presidência da República, “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente da Papua Nova Guiné”. O presidente passa a palavra para o Senador **MOZARILDO CAVALCANTE**, relator

“Ad-Hoc”, que faz a leitura do relatório. **Item quatro:** Mensagem (SF) Nº 175, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda”. O presidente passa a palavra para o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator da Mensagem, que faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente declara abertas as votações secretas e nominais às indicações. **Item cinco:** Requerimento Nº 30, de 2004/CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, para a qual seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, para expor o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul, União Européia e outras áreas; e acerca das atividades da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti”. O Senhor Presidente justifica o requerimento de sua autoria. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item seis:** Requerimento Nº 31, de 2004/CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidados: Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Rubens Naves, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos, ABRINQ, Ruy de Salles Cunha, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, ABNEE; Mário Vilalva, Embaixador, Chefe do Depto. de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Para informarem e prestarem esclarecimentos sobre a assinatura do recente Acordo Comercial entre o Brasil e a República Popular da China envolvendo a importação e exportação de frangos, brinquedos e utilidades eletroeletrônicas”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** para justificar o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque e Tião Viana que escutinem os votos dos três embaixadores indicados, tendo sido

eles aprovados pela unanimidade de dez votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da décima primeira reunião ordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensado.

Passamos à apreciação das matérias de pauta.

O item 1 – Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 310, que dispõe sobre exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados e dá outras providências, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e Relator o Senador Marcelo Crivella, está sobrestado em função da não deliberação pelo plenário do Senado Federal da Medida Provisória nº 198, de 2004, que se encontra sobrestando a pauta – art. 62, § 6º, da Constituição.

Item 2 – Mensagem nº 151, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe de Carreira Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, com o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício, de autoria da Presidência da República.

Peço a gentileza para que o Senador João Alberto possa ler o parecer preparado pela Senadora Lúcia Vânia, como Relator **ad hoc**.

O SR. JOÃO ALBERTO (PMDB – MA) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 151, de 2004, Mensagem nº 540, de 27.8.2004, de origem, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Lúcio Pires de Amorim para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da África do Sul exercer o de Embaixador do Brasil junto a República de Maurício.

A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que dá as informações curriculares e, já distribuído aos Srs. Senadores, um prospecto que fala com respeito a trajetória do indicado, assim como aspectos do país em que ele vai acumular, e dá o parecer final pela aprovação do nome.

É o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores devem depositar o seu voto na urna, porque se trata de voto nominal e secreto.

Passaremos também à leitura do Item 3:

Mensagem do Senado Federal nº 153, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Frederico César de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente da Papua Nova Guiné.

O Relator é o Senador Gilberto Mestrinho, que se encontra ausente por licença.

Solicito a gentileza do Senador Mozarildo Cavalcanti de ler, como Relator **ad hoc**, o parecer do Senador Gilberto Mestrinho.

Os Srs. Senadores já podem votar para os itens que iremos ter dos indicados para cargos cumulativos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Trata-se de Mensagem nº 153, de 2004, e submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Frederico César de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente de Papua Nova Guiné.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, Papua Nova Guiné tem valor estratégico limitado para o Brasil em vista das circunstâncias geográficas, políticas e econômicas. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1989 e, desde então, não existe projeto bilateral de monta. Ressalte-se, entretanto, que Papua Nova Guiné é membro das Organizações das Nações Unidas e busca adquirir visibilidade por sua

participação em organismos internacionais marcando independência em relação à Austrália.

O país não adotou postura pró-Estados Unidos na questão do Iraque e defende a primazia das Nações Unidas para o problema. Segundo o Itamaraty não existem informações acerca de eventual apoio ao Brasil para uma vaga no Conselho de Segurança, mas o país apóia a iniciativa de expansão do número de membros e restrição do poder de veto no Conselho, o que demonstra convergências com nossos interesses.

Em termos de comércio, as pautas do Brasil e Papua Nova Guiné não são largamente complementares. Existe clara dependência de aviação regional para o transporte entre as ilhas o que pode gerar alguma oportunidade para a Embraer.

O comércio bilateral é da ordem de 1 milhão de dólares, composto quase totalmente pelas exportações brasileiras.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Então os Srs. Senadores já podem votar também a respeito do Item 3, relativamente ao Sr. Frederico César de Araújo.

Passamos ao Item 4:

Submete à apreciação da Mensagem nº 175, do Presidente da República, sobre a indicação do Sr. Antonio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para ler o seu parecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, cabe ressaltar neste Relatório a sabedoria do Ministério das Relações Exteriores da Presidência da República de utilizar o instrumento da acumulação de cargo de Embaixador para permitir que a bandeira brasileira fique em países onde não temos condições de enviar um Embaixador pleno. Nesse sentido, é bastante positiva a decisão do Governo de enviar o nosso Embaixador Antonio José Rezende de Castro para ocupar, cumulativamente ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda. Além da proximidade geográfica, tem-se uma proximidade cultural entre es-

ses dois países extremamente importantes na região africana. E, dessa forma, o Brasil estará presente nos dois e não apenas em um deles.

O Embaixador Antonio José Rezende de Castro é conhecido desta Comissão em que foi submetido recentemente a uma sabatina. Tem uma carreira bastante positiva com missões e cargos representando o Brasil no exterior e ocupando cargos de direção aqui dentro. Por esta razão, o parecer é absolutamente favorável à proposta da Presidência da República.

O meu Relatório é favorável à indicação do Embaixador Antonio José Rezende de Castro para, cumulativamente ao cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia, exercer também o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o Relatório.

Convido os Srs. Senadores para depositar o seu voto nas urnas sobre os Itens 2, 3 e 4.

Passamos agora ao Item 5:

Requerimento de minha autoria que requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, para a qual seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, para expor o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul, a União Européia e outras áreas e acerca das atividades da Minustah – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.

Gostaria de esclarecer que, há cerca de três meses, quando houve alguns impasses no desenvolvimento de negociações entre o Mercosul e a União Européia, alguns Senadores expressaram a vontade de ter aqui a exposição do Ministro Celso Amorim. Estávamos ainda em outubro, quase na conclusão do primeiro turno das eleições, quando o Senador Marcelo Crivella me enviou um requerimento no sentido de que pudesse o Ministro das Relações Exteriores esclarecer como estavam os entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, porque isto poderia estar causando preocupação, por exemplo, para os trabalhadores rurais, a via campesina e outros.

Naquela ocasião conversei com o Ministro e ele me encaminhou um documento, que distribuí aos Srs. Senadores. E ele até disse que gostaria de comparecer à Comissão para relatar todos os entendimentos, as tratativas. Ficamos de fazer isso logo após o segundo turno das eleições, e agora surge a oportunidade.

Também houve um grande interesse da parte de Deputados e de Senadores para saber como se encontram os trabalhos da Missão de Paz no Haiti, justa-

mente levando em consideração a nossa preocupação de que a missão tenha o objetivo de promover a real democratização e pacificação daquele país.

Sabemos que o Governo brasileiro designou para ajudar nos diálogos da Missão de Paz no Haiti, dentre outros, o Professor Ricardo Seitenfuss e o Assessor Especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia.

O Presidente da República tem tido um diálogo muito intenso com Chefes de Estado dos diversos países que colaboram para a Minustah. E sobre todos esses aspectos o Ministro Celso Amorim também se dispõe a dialogar aqui conosco.

Ademais, nos últimos dias, surgiu a preocupação com os acordos realizados entre o Brasil e a Argentina, e isso foi objeto de um requerimento também do Senador Jefferson Péres. Por outro lado, o próprio Senador Marcelo Crivella também requer a presença aqui de alguns representantes de entidades sobre o acordo entre o Brasil e a República Popular da China.

Ora, o Ministro Celso Amorim se dispõe a fazer a exposição. Por isso, coloquei no requerimento não apenas o acordo entre o Mercosul e a União Européia, mas também de outras áreas, porque assim incluiríamos todo e qualquer acordo, seja com a China, com a Rússia, com o Canadá, com a União Européia, sejam eventuais dificuldades relativamente à Alca, e assim por diante.

Então, o Ministro Celso Amorim já agendou para quinta-feira, às 10 horas, dia 2, na próxima semana, a sua visita.

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Fica confirmada a vinda do Ministro Celso Amorim para a próxima quinta-feira, às 10 horas, ocasião em que estaremos realizando uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Item 6:

Requerimento do Senador Marcelo Crivella para, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, ser realizada audiência perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidados Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Rubens Naves, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos, Abrinq; Ruy de Sales Cunha, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrico-Eletrônica, Abinee; Embaixador Mário Vilalva, Chefe de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores.

Pergunto ao Senador Marcelo Crivella se gostaria de acrescentar mais alguma sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi noticiado na mídia que esse acordo comercial do Brasil com a China estimulado pelo nosso Ministro Furlan prejudicaria várias indústrias nacionais, principalmente aquelas de bens de consumo semiduráveis. Isso foi amplamente divulgado em toda a mídia nacional. Poderíamos trazer aqui o Ministro e os representantes dos setores da indústria. Já falei com um deles, com um representante da indústria de brinquedos. Ele me disse que o acordo é bom e que nele não vê prejuízos.

Poderíamos cumprir um papel importante na nossa Comissão de esclarecer a opinião pública e de constitucionalmente manter a nossa Comissão a par desses acordos. Enquanto não estiver em vigor, Sr. Presidente, aquele projeto de sua autoria de que fui Relator – sobre mandato negociador –, o Senado continua a ser apenas um carimbador dessas decisões.

Portanto, devíamos ter essa audiência e mostrar à sociedade que estamos atentos, interessados, que queremos discutir, talvez encontrar melhores caminhos e chegar a uma conclusão, mas, acima de tudo, esclarecer o acordo do Brasil com a China e essa tese que gera muita controvérsia que considera a China uma economia de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, teremos no dia 2, quinta-feira, a presença do Ministro das Relações Exteriores. V. Ex^a pensa que essa reunião poderia ser, por exemplo, na outra quinta?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sem dúvida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro Celso Amorim informou-me, conforme está sugerido em seu requerimento, que o Ministro Furlan é quem melhor poderia esclarecer sobre acordo Brasil e China.

Assim, se S. Ex^{as} puderem, faríamos essa audiência pública em princípio no dia 9.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a. Hoje à noite irei para os Estados Unidos em busca dos seiscentos brasileiros que estão presos. É objetivo de nossa Comissão, como V. Ex^a sabe, trazê-los antes do Natal. Esses brasileiros não são criminosos, são até considerados pela Justiça americana como indocumentados. Devo ficar naquele país até o dia 10 de dezembro, quando deverá ocorrer o nosso retorno. Assim, se V. Ex^a pudesse marcar para o dia 16, eu ficaria agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Podemos fazer isso. Teríamos o tempo suficiente.

A outra indagação é que expressou interesse nesse assunto também o Presidente Paulo Skaf, da Fiesp. Pergunto a V. Ex^a se seria o caso de acrescentarmos no seu requerimento o nome do Presidente Paulo Skaf.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Farei isso agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então eu pediria que escrevesse também como acréscimo.

Senador Marcelo Crivella, há um requerimento de natureza semelhante que inclui o Presidente da Fiesp para discutir o Acordo Brasil/Argentina, que o Senador Jefferson Péres já tinha apresentado e foi aprovado. Estou imaginando que ambos os assuntos são tão complementares que poderíamos fazer na mesma audiência, no mesmo dia: China e Brasil, Brasil e Argentina, de interesse inclusive sobre o caso da Zona Franca de Manaus e assim por diante. Está bem?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Está perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, incluindo também o nome do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, juntando-se para a mesma data os requerimentos, tanto o do Senador Marcelo Crivella como o do Senador Jefferson Péres. Em princípio, tentaremos fazer essa reunião no dia 16 de dezembro.

Quero informar ao Senador Marcelo Crivella que, relativamente aos dois brasileiros que foram detidos em Miami por terem feito uma brincadeira que os levou à detenção, escrevi uma carta para o Embaixador John Danilovich, pedindo melhor consideração, de bom senso, no tratamento dos dois que, claro, não procederam adequadamente, mas também não deveriam estar sendo tratados como se terroristas fossem. Encaminharei a V. Ex^a o teor dessa carta, bem como a do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB que me pediu que tomasse essa iniciativa, assim como outras informações que recebi relativamente ao caso. Passarei a V. Ex^a ainda nesta manhã.

Esgotada a parte da reunião sobre este assunto.

Não vou dar por encerrada a presente reunião para que alguns Senadores possam chegar e votar nas três indicações de diplomatas que estão sendo votados.

Mas quero dar por aberta a 18^a Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a votação das emendas da Comissão de Lei Orçamentária anual para 2005.

Item 1:

Emendas à Lei Orçamentária anual de 2005.

(CONVERSAS FORA DO MICROFONE)

Formalmente, deveríamos encerrar a reunião para iniciarmos a outra, mas pergunto aos Srs. Senadores se há alguma objeção de adiantarmos o trabalho da outra reunião.

(CONVERSAS FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É necessário obtermos mais algumas assinaturas.

A primeira parte da reunião já realizamos; falta agora a das emendas.

São três embaixadores mais...

(CONVERSAS FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Cristovam Buarque, pediria a gentileza, com o Senador Marcelo Crivella, logo depois que eu votar, de contar os votos.

(P A U S A)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço aos Senadores Cristovam Buarque, Tião Viana e Mozarildo Cavalcanti que, por gentileza, procedam à apuração dos Itens nºs 2, 3 e 4 nas urnas.

Em seguida, vamos examinar as emendas.

(P A U S A)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para a indicação dos Srs. Lúcio Pires de Amorim, para exercer o cargo junto à República de Maurício, em adição à República da África do Sul; Frederico César de Araújo, para exercer o cargo de Embaixador em Papua-Nova Guiné, em adição à Comunidade da Austrália; Antônio José Resende de Castro, para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Uganda, em adição à República do Quênia, para os três o resultado foi: dez votos SIM, nenhuma abstenção, nenhum voto NÃO.

Aprovados.

Encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h32min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima oitava reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas.

Às onze horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **CRISTOVAM BUARQUE**, **TIÃO VIANA**, **FÁTIMA CLEIDE**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **MARCELO CRIVELLA**, **RODOLPHO TOURINHO**, **FERNANDO BEZERRA**, **AELTON FREITAS**, **VALDIR RAUPP**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **JOÃO RIBEIRO**, **JOÃO CAPIBERIBE** e **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual para 2005. **Item um:** Emendas à Lei Orçamentária Anual de 2005. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, Senador **MARCELO CRIVELLA**, que faz a leitura do parecer. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI**, **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **JOÃO RIBEIRO**, **FÁTIMA CLEIDE** e. O parecer é aprovado com a fusão da proposta de emenda nove à proposta de emenda quatro, somando os valores das duas propostas de emendas, e a alteração do valor da proposta de emenda dezessete de sessenta milhões de reais para setenta milhões de reais. São aprovadas as propostas de **Emenda nº 01** que trata do “Aprestamento das Forças Navais”. Unidade Orçamentária: Comando da Marinha. Autor: Senador Luiz Otávio. Montante: R\$ 120.000.000,00; **Emenda nº 04** que trata da “Implantação da infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da Região do Calha Norte”, resultado da fusão das propostas de emendas nº 04 e nº 09. Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa. Autores: Senador Mozarildo Cavalcanti e Senadora Fátima Cleide. Montante: R\$ 150.000.000,00; **Emenda nº 08** que trata da “Manutenção e Suprimento de material bélico”. Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti. Montante: R\$ 109.035.077,00; **Emenda nº 11** que trata da “Modernização e Revitalização de aeronaves”. Uni-

dade Orçamentária: Comando da Aeronáutica. Autor: Senador João Ribeiro. Montante: R\$ 140.929.561,00 e **Emenda nº 17** que trata da “Construção de Residências e Chancelarias de Embaixadas e Consulados do Brasil no Exterior”. Unidade Orçamentária: Ministério das Relações Exteriores. Autor: Senador Eduardo Suplicy. Montante: R\$ 70.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 12 horas. Para constar, eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da décima oitava reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passarmos, então, à reunião extraordinária para exame das emendas à Lei Orçamentária anual.

Eu pediria ao Senador Marcelo Crivella que, como Relator **ad hoc**, leia o Relatório preparado pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, esta Comissão vem a se reunir para deliberar as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que é a proposta orçamentária para 2005.

O Relatório é do eminente Senador Jefferson Péres.

Conforme regularmente convocada, a Comissão de Relações Exteriores reuniu-se no dia 25 de novembro de 2004 para analisar e discutir as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que é a nossa Lei Orçamentária.

No prazo estabelecido na convocação, foram apresentadas 17 propostas de emendas ao PLOA, 2005, conforme a seguir discriminado.

A primeira proposta é do eminente Senador Luiz Otávio, que prevê um valor de R\$120 milhões para o aprestamento das Forças Navais.

A segunda proposta é do eminente Senador Tião Viana, que propõe a construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília, R\$25 milhões.

Essa proposta tem parecer contrário, de acordo com o art. 25, Item 1, da Resolução 1ª, de 2001, porque se trata de matéria afeta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Tião Viana.

A Funapom, Polícia Federal, também prejudica por ser matéria afeta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sr. Presidente.

O Relator acolhe, entretanto, a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, para implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região do Calha Norte, no valor de R\$100 milhões. Proposta para contemplar o Ministério da Defesa.

O Item nº 5 é proposta do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, da unidade orçamentária do Comando do Exército e trata de conservação de rodovias e estradas vicinais da região do Calha Norte, também no valor de R\$100 milhões.

Há uma observação do Relator de que esta ação não consta, não foi prevista no PPA ou na unidade orçamentária no programa proposto. Agora, cabe-se dizer que o PPA pode ser emendado, conforme a orientação da Assessoria do Senado.

A Proposta nº 6, Sr. Presidente, que, também, é do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, contempla uma verba de cem milhões de reais para modernização e recuperação de bens móveis e imóveis do Hospital das Forças Armadas. Certamente, por ser médico, o Senador Mozarildo Cavalcanti está preocupado com o atendimento médico das Forças Armadas.

O Item nº 7, que, também, é de autoria do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, refere-se à aquisição de imóveis para instalação de representação diplomática brasileira no exterior no valor de dez milhões.

Essas três ações, embora não previstas no PPA, poderão sofrer emendas, – o Projeto poderá ser emendado.

O Item nº 8, também, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, prevê uma verba de cento e nove milhões para manutenção e suprimento de material bélico do Comando do Exército.

A Senadora Fátima Cleide apresenta emenda ao Orçamento para apoio às comunidades da região do Projeto Calha Norte no valor de cinquenta milhões de reais.

O Senador Marcelo Crivella apresenta, no Item nº 10, emenda no valor de setenta milhões para implantação de unidades militares na região do Projeto Calha Norte.

Sr. Presidente, quero esclarecer que esta emenda que eu fiz ao Orçamento visa dar continuidade à implantação de unidades militares na fronteira, com poder de polícia, que possam conter o tráfico de drogas e de armas. No ano passado, fizemos uma modificação – é matéria passada, aqui, na Comissão – da Lei nº 97, de 1998, que trata do treinamento e do emprego das Forças Armadas. Por esse Projeto aprovado no Senado e depois na Câmara, o Exército, a Marinha e

a Aeronáutica passam a ter poder de polícia nas fronteiras com o objetivo maior de conter o narcotráfico e o contrabando de armas.

Portanto, essa emenda que apresentei ao Orçamento, no valor de setenta milhões, visa à implantação de unidades militares nas regiões de fronteira, principalmente na região do Projeto Calha Norte.

O Item 11, de autoria do eminente Senador João Ribeiro, prevê o valor de cento e quarenta milhões, novecentos e vinte e seis mil e quinhentos e sessenta e um reais para modernização e revitalização de aeronaves. A unidade de despesa seria o Comando da Aeronáutica.

O Item 12, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, prevê cinquenta milhões de reais para a implantação do sítio de lançamento do Foguete Cyclone, no Centro de Lançamento de Alcântara – Acordo Brasil-Ucrânia. Segundo o Parecer do Relator, essa ação afeta a Agência Espacial Brasileira e, portanto, deveria ser contemplada em Proposta Orçamentária do Poder Executivo.

O nobre Senador Eduardo Azeredo apresenta emenda de dezoito milhões e seiscentos mil reais para a aquisição de equipamentos para pesquisa, produção de radiofármacos, diagnóstico médico, no CDTN de Belo Horizonte da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Segundo o Relator, essa emenda contraria o art. 25, Item 1, da Resolução nº 1, de 2001. A matéria afeta a Comissão de Educação.

No Item 14, o nobre Senador Eduardo Azeredo apresenta emenda de dez milhões de reais para manutenção de meios aeronavais.

No Item nº 15, estabelece vinte milhões de reais para pesquisa e monitoramento oceanográfico.

O nobre Senador João Alberto Souza apresenta emenda no valor de nove milhões e trezentos mil reais para a construção de ponte binacional na BR-156, fronteira Brasil-Guiana Francesa, terra do nobre Senador João Capiberibe. Essa ponte seria construída pelo Denit certamente sobre o rio Oiapoque.

O Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, apresentou uma emenda de R\$60 milhões, também não constante no PPA, mas que pode se emendar, para a construção de residências e chancelarias de embaixadas e consulados do Brasil.

Análise das propostas

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Relações Exteriores, nos termos do art. 21, Item 1, da Resolução nº 1, de 2001, pode apresentar até cinco emendas relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas a disposições da legislação vigente, especialmente quanto ao disposto nos arts. 21 e 25, Item 1, da Resolução nº 1, de 2001.

Ao final, o mérito de cada uma delas.

Mérito

O exame das propostas permitiu-nos constatar que: primeiro, as propostas de Emendas nºs 2, 3 e 13 não podem ser admitidas por envolverem matéria não afeta regimentalmente à Comissão de Relações Exteriores, o que contraria o disposto no art. 25, Item 1, da Resolução nº 1, de 2001; segundo, as demais quatorze propostas de emenda atendem as exigências da Resolução nº 1, Item 1, de 2001.

Diante do elevado número de propostas, todas de inegável mérito, propõe-se a adoção dos seguintes critérios para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas pela CRE: primeiro, considerar a abrangência e a importância social e institucional da ação proposta; segundo, distribuir as emendas de forma a beneficiar o máximo de unidades orçamentárias que exerçam ações situadas no âmbito da atuação da CRE, especialmente comandos militares; terceiro, fornecer a presença das Forças Armadas na Região Amazônica, especialmente na região do Calha Norte, assim como propiciar maiores recursos para apoio às comunidades daquela região; quarto, contribuir para a modernização dos meios militares, mitigando os graves e atuais problemas das Forças Armadas nessa área.

Com base nesse critério, propomos a seguinte distribuição de emenda por unidade orçamentária:

Comando da Marinha, aprestamento das forças navais. O Relator propõe que seja aprovada a emenda do Senador Luiz Otávio, no valor de R\$120 milhões.

Item 4. Ministério da Defesa, Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região do Calha Norte. R\$100 milhões. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 8. Comando do Exército, manutenção e suprimento de material bélico. R\$109 milhões. Emenda do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 9. Ministério da Defesa, apoio às comunidades da região do Calha Norte. R\$50 milhões. Proposta da nobre Senadora Fátima Cleide.

Item 11. Comando da Aeronáutica, modernização e vitalização de aeronaves. Proposta do Senador João Ribeiro.

Em síntese, procurou-se, com as naturais limitações, utilizar critérios justos para priorizar as ações que figuram mais relevantes no momento atual.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão de Relações Exteriores delibere pela apresentação das seguintes emendas:

Comando da Marinha, aprestamento das Forças Navais. R\$120 milhões;

Implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes. R\$100 milhões.

Manutenção e suprimento de material bélico. R\$109 milhões;

Apoio às comunidades da região do Calha Norte. R\$50 milhões;

Comando da Aeronáutica. R\$140 milhões.

Total: R\$519.964.638

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senador Jefferson Péres, Relator.

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

Queria que V. Ex^a me inscrevesse para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou abrir a palavra para a discussão da matéria e quero, primeiramente, fazer uma observação no seguinte sentido: normalmente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem indicado até cinco emendas e leva em consideração o Ministério da Defesa, as três Armas e o Ministério das Relações Exteriores.

O Ministério das Relações Exteriores, através do Secretário-Geral, Samuel Pinheiro Guimarães, sugeriu haver uma verba para a construção de residências e chancelarias, embaixadas e consulados no Brasil, porque, em algumas ocasiões, é mais econômico para o Brasil ter a própria residência do que alugá-la, dependendo do lugar. Por isso, ele fez essa indicação.

Observo agora que, segundo a Assessoria da área de Orçamento, isso precisaria estar no PPA para ser considerado. Quero aqui chamar a atenção, inclusive da Assessoria do Itamaraty, para o procedimento, porque, normalmente, a Comissão estaria indicando uma entre as cinco emendas, em atenção ao Ministério das Relações Exteriores, já que esta Comissão é de relações exteriores e de defesa nacional.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, parabenizar o Senador Jefferson Péres pela brilhante peça aqui produzida com esse Relatório, que conseguiu conciliar, de maneira mais ou menos ampla, todos os interesses da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Apenas – obviamente, eu gostaria que fosse até

mais –, com relação à questão do Calha Norte, há uma correção, sobre a qual já conversamos aqui, eu e a Senadora Fátima Cleide, que possibilita aumentar a Emenda nº 4, de minha autoria, fundindo-a com a Emenda nº 9, que é de autoria da Senadora Fátima Cleide. Essa fusão permitiria a implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região do Calha Norte.

A minha emenda previa R\$100 milhões e a dela, R\$50 milhões. Fundidas as emendas, os recursos passariam para R\$150 milhões. Assim, o Item nº 9 abriria a possibilidade de atender, então, ao Ministério das Relações Exteriores nesse ponto que V. Exª falou, vendo qual emenda poderia melhor atender a essa questão.

No mais, acho que tanto o Comando da Marinha quanto o do Exército e da Aeronáutica foram bem atendidos e que, entrando essa emenda do Ministério das Relações Exteriores, complementaríamos o parecer do Senador Jefferson Péres, que, creio, poderá ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, V. Exª ouviu a observação?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Ouvi atentamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Talvez fosse a forma de compatibilizar. Agradeço a atenção de ambos os Senadores, Mozarildo Cavalcanti e Fátima Cleide, porque assim estaríamos dando a atenção devida também ao Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, não é possível que uma Comissão de Relações Exteriores deixe de apresentar uma emenda que contemple o Ministério das Relações Exteriores. Precisamos apresentar essa proposta.

A idéia de fundir as duas proposições para saneamento dos Municípios pobres da região do Calha Norte, uma de autoria do nobre Senador Mozarildo e a outra da nobre Senadora Fátima Cleide, abriria essa lacuna. Eu iria um pouco mais adiante e faria duas ponderações ao Plenário desta Comissão. Temos duas emendas a contemplar o Ministério das Relações Exteriores. Uma se destina à construção de residências e chancelarias de embaixadas e consulados do Brasil para a qual estão previstos 60 milhões.

Peço a V. Exª que esta Comissão também apresente emenda ao PPA, pois, não estando contemplada no PPA, poderá surgir problema na hora do empenho e da liberação.

Poderíamos fundi-la com outra proposição que, se não me engano, é da mesma unidade de despesa – Item 35101, que V. Exª está propondo – e que também

é objeto do Item 7 das propostas, que é a aquisição de imóveis para instalação de representações diplomáticas brasileiras no exterior, do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Poderíamos unir as duas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – São de naturezas complementares.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, temos de ter um cuidado. Se falarmos em construção, estamos pressupondo que há o terreno; enquanto que a aquisição de imóveis, no meu entender, seria uma forma muito mais abrangente. Não sei se, do ponto de vista orçamentário, é possível se fazer a fusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É possível a fusão das duas, conforme disse o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – É possível porque é o mesmo item de despesa, 35101.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há algum pedido de crédito nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Esclareci, Senador Antonio Carlos Magalhães, que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães me fez uma visita e expôs que, em alguns casos, a possibilidade de adquirir o imóvel envolve, possivelmente, a aquisição do imóvel ou a construção, ter a propriedade da Embaixada, como, por exemplo, em alguns países. Ele citou especificamente a Nigéria, mas poderá haver outros. Eles já haviam inclusive estudado o caso do Consulado Geral em Nova Iorque, que tem uma despesa de aluguel muito grande. Porém, verificaram que o contrato – até dois mil e tanto – não poderá ser alterado porque, senão, seria conveniente fazer a aquisição em vez de se continuar pagando aluguel.

Assim, essa proposta foi uma indicação do próprio Ministério das Relações Exteriores. Por essa razão, eu a apresentei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concordo com V. Exª. Mas um dos assuntos de que V. Exª poderia cuidar é saber das instalações das Embaixadas do Brasil no exterior. Algumas são excessivamente grandes e com pessoal demasiado. Outras, não. Dessa maneira, há uma disparidade muito grande em relação às embaixadas, e o País não tem a riqueza para manter as embaixadas que possui. Há um exagero nas embaixadas.

Falo isso com toda tranquilidade, pois tenho muitos amigos embaixadores. Entretanto, nunca peço nada às embaixadas para poder ter autoridade de dizer isto: há um abuso, o que não é culpa deste Governo, pois já vem de longe. É uma tradição. Aponta-se uma riqueza que não é própria do País. Assim, em relação a esses gastos, sou totalmente contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Avalio que as ponderações do Senador Antonio Carlos Magalhães são relevantes. Devemos levá-las ao conhecimento como uma preocupação da Comissão de Relações Exteriores, para não haver abuso de gastos com embaixadas e mesmo com pessoal.

Complementando a informação que forneci antes, na justificativa da minha emenda – colocando a informação dada pelo Itamaraty –, eu disse que o Governo brasileiro recebeu como doação do Governo da Nigéria e do Paquistão terrenos nas cidades de Abuja e Islamabad, para a construção de novas residências em Embaixadas e Chancelarias. A construção desses imóveis resolveria o problema dos mais graves enfrentados pelo Itamaraty nos continentes africano e asiático, o de instalação de representação em face da forte presença que o Brasil pretende priorizar com aqueles países. Haveria, ainda, que construir Chancelarias e residências em Embaixadas em Maputo, Pretória e Adis Abeba. Ou seja, são as justificativas do Itamaraty. Mas, obviamente, a observação do Senador Antonio Carlos para que não haja quaisquer abusos, tendo em conta o grau de desenvolvimento do nosso País, é importante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só queria anunciar meu voto favorável, porque me estão chamando na Comissão de Fiscalização e Controle, na qual tenho que defender uma emenda para a Polícia Federal. A minha Emenda, a de nº 5, já foi contemplada. Agradeço ao Relator por tê-la contemplada. Apoio o Relatório da forma como foi proposto. Então, queria já registrar meu apoio. Não sei se já posso registrar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, Senador João Ribeiro. O Senador Marcelo Crivella, como Relator, fez uma adaptação para unificar a proposta da Senadora Fátima Cleide à do Senador Mozarildo Cavalcanti e, assim, abrir espaço também para o Ministério de Relações Exteriores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, com respeito à dúvida do Senador Mozarildo Cavalcanti, se nos atentarmos para a unidade orçamentária, que é 35.101, constataremos que contempla tanto a construção como a aquisição de residências e Chancelarias de Embaixadas e Consulados do Brasil. Independe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, como houve o esclarecimento

do Itamaraty no sentido de que já houve a doação do terreno por parte pelo menos de dois países, e o que faltaria seria a construção, então, o item referente à construção atenderia mais diretamente ao que me foi expresso pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Se puder fundir, será interessante. A Assessoria está informando que talvez houvesse dificuldade de fusão das duas, salientando que seria necessário optar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Mesmo tendo o mesmo número na unidade orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Explique ao Relator, por favor.

Não pode ser dito “aquisição” ou “construção”?

O SR. ASSESSOR – (Explicação fora do microfone)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Se tivermos que optar, Sr. Presidente, é melhor que seja pelo valor maior de construção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem!

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Vou ter que me ausentar agora. Antes, porém, parabeno o Senador Jefferson Péres pelo Relatório e o Senador Marcelo Crivella pela contribuição a esta reunião. Destaco também a participação muito especial da Senadora Ana Júlia Carepa, que sugere que reforçemos o orçamento do Calha Norte, para que possamos ir paulatinamente resolvendo e fortalecendo a presença das nossas Forças Armadas, inclusive melhorando o atendimento às nossas comunidades carentes da fronteira que estão na imensa e extensa Amazônia deste País.

Registro também a minha concordância de que com essa junção da propositura do Senador Mozarildo com a minha, que também é subscrita pela Senadora Ana Júlia, também possamos atender ao Ministério das Relações Exteriores.

Era o registro que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Poderemos emendar no Relatório do Senador Jefferson Péres, para que fiquem cinco emendas. As duas que falam sobre o Calha Norte passam a se somar. Seriam as Emendas nºs 4 e 9, que passariam a ter um valor de R\$150 milhões.

No voto do Relator, a Emenda nº 1 fica para o comando da Marinha; a Emenda nº 2 passa a ter um

valor de R\$150 milhões; a Emenda nº 3 (manutenção e suprimento de material bélico) continua; a Emenda nº 4 passa a ser do Ministério de Relações Exteriores, no valor de R\$70 milhões, porque aí contemplamos o Senador Mozarildo. O Comando da Aeronáutica fica com uma emenda de R\$140.929.000,00.

Sr. Presidente, só lamento algo. No ano passado tivemos uma luta enorme. Até foi proposição do nobre Senador baiano Antonio Carlos Magalhães mudar a Lei Complementar nº 9.799, que tratava do treinamento e do emprego das Forças Armadas para conter nas fronteiras, fundamentalmente, o tráfico de drogas e o contrabando de armas ilegais, dando ao Exército o poder de polícia. Esse foi um dos trabalhos mais importantes que fizemos no ano passado neste Senado.

Era a minha preocupação, e por isso coloquei uma emenda de R\$70 milhões, que o Exército tivesse condições de construir quartéis de fronteira.

Eu pergunto a V. Exª se poderíamos, de alguma forma, conversar com a Comissão de Orçamento – o Senador Rodolpho Tourinho é craque nisso – e apresentar este ano uma emenda suplementar, em vez de cinco ou seis, devido a essa lei relevante que no ano passado aprovamos aqui. A idéia de conter é muito inteligente. No meu Estado do Rio de Janeiro temos toneladas de cocaína chegando todos os dias. Tentamos colocar o Exército das comunidades carentes, cercando o morro, mas eles fazem tiroteio com fuzis e metralhadoras onde as pessoas moram. É muito mais racional que essas Forças Armadas façam esses tiroteios nas fronteiras, principalmente com o Peru, a Colômbia e a Bolívia, que são os países que produzem 95% da cocaína do mundo. Naquela faixa de fronteira precisamos ter unidades do Exército. Precisamos ter esquadrilhas de helicóptero para vigiar a entrada da cocaína em nosso País. A droga não só fica aqui, mas vai para a África. Somos um corredor da droga.

Penso que esta Comissão deveria se preocupar para que o Exército tivesse condições de implementar unidades de fronteira e conter o maior flagelo dos nossos dias, que é o crescimento do narcotráfico em nosso País.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De qualquer maneira, precisariam ser consideradas as emendas apresentadas no prazo. Então, V. Exª faz a conclusão com a adaptação que acaba de explicar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Exatamente. O Relatório está para ser votado com aquelas

modificações que fizemos. E apelo a V. Exª para viabilizarmos uma emenda suplementar, porque considero isso de extrema relevância. Não sei qual a esperança do Senador Tourinho, mas peço para viabilizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, mas, para este Relatório, teríamos que considerar as que foram apresentadas até o prazo de ontem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – No valor de R\$529 milhões, 964 mil, 638 reais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A emenda suplementar sugerida oralmente por V. Exª não poderia estar neste Relatório conforme regras do Regimento do Orçamento. V. Exª pode ainda apresentá-la à Comissão de Orçamento como uma emenda, mas não desta Comissão, porque são cinco emendas, conforme está explicado no teor do Relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, se nós nos atermos à letra do relatório, sem sombra de dúvida, do nosso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A recomendação oral de V. Exª vale, mas o parecer agora que V. Exª está apresentando...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Entendi, Sr. Presidente. Só gostaria que essa propositura que faremos não fosse só minha, mas fosse da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como uma recomendação?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Uma recomendação ou uma proposta mesmo, para que pudéssemos ter unidades do Exército sendo construídas nas fronteiras do País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas é que formalmente, agora, precisamos nos ater às cinco emendas já relatadas por V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, repito: são cinco emendas no valor de R\$ 529 milhões, 964 mil, 638 reais, conforme itens discriminados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está certo.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Reitero ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, no próximo dia 2, quinta-feira, o Ministro das Relações Exteriores estará aqui presente para expor sobre as relações Mercosul/União Européia, outras áreas e a missão no Haiti, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas.)

SECRETARIA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

Ata da décima segunda reunião ordinária da comissão de relações exteriores e defesa nacional do senado federal e da décima sétima reunião extraordinária da comissão de relações exteriores e defesa nacional da câmara dos deputados, da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura, realizada, conjuntamente, no dia dois de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia dois de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, ALOÍSIO MERCADANTE, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL, VALDIR RAUPP, PEDRO SIMON, JOÃO RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, EDISON LOBÃO**; e dos Senhores Deputados: **CARLOS MELLES, MANINHA, ZARATTINI e FERNANDO GABEIRA**. Estiveram presentes, ainda, a Senadora **IDELI SALVATTI** e o Senador **AUGUSTO BOTELHO**, não membros desta Comissão. E os Senhores Deputados **Dr. ROSINHA, Dra. ELAIR, LEODEGARTISCOSKI e INÁCIO ARRUDA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Esta reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler **CELSO AMORIM**, para exposição sobre o desenvolvimento das negociações entre o MERCOSUL, União Européia e outras áreas; e acerca das atividades da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. O Senhor Presidente deseja as boas-vindas ao Ministro e demais autoridades presentes: Senhores Embaixadores **ARMANDO CARDOSO, MARCELO VASCONCELOS, JOSÉ EDUARDO FELÍCIO** e ao Professor **RICARDO SEINTENFUS**. O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** faz uso da palavra pela ordem. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Ministro **CELSO AMORIM** que faz sua exposição. O Senhor Presidente agradece a presença dos Embaixadores **RUI NOGUEIRA e PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA** e do Encarregado de Negócios da Embaixada do Haiti, Senhor **LESLIE VOLTAIRE**. Em razão da necessidade do Senhor Senador Pedro Simon, autor do Requerimento, de se

retirar, passa-se à **Extra-Pauta – Item um**: Requerimento Nº 33, de 2004/CRE, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que “requer, nos termos regimentais, que seja realizada uma Audiência Pública na Universidade de Santa Cruz do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, RS, no próximo dia 06 de dezembro de 2004, com o objetivo de ouvir numa das principais regiões produtoras de tabaco os representantes da Cadeia Produtiva do Fumo, assim como o Ministro da Saúde ou seu representante designado, o Dr. José Gomes Temporão e representantes de entidades médicas e preocupadas com a saúde pública, acerca das consequências da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS Nº 602/2004), que dispõe sobre o texto da Convenção-Quadro relativa ao controle do uso do tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003”. O Senador Pedro Simon dispensa a justificação. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Faz uso da palavra pela ordem, a Deputada **MANINHA**, que justifica sua retirada da reunião e faz a entrega ao Ministro do relatório da visita ao Haiti, em nome da Confederação Parlamentar das Américas. Fazem uso da palavra para interpeleção ao Ministro os Senadores **JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA**, e o Deputado **Dr. ROSINHA**. Passa à apreciação das matérias, **Extra-Pauta – Item dois**: Requerimento Nº 34, de 2004/CRE, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Sr(s). Senador(es), que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os art.s 90, inciso V e 103, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no dia 06 de dezembro próximo, na cidade de Santa Cruz do Sul da segunda Audiência Pública no sentido de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 602, de 2004, que aprova o texto sobre a Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, que tramita nesta Comissão e cujo relator é o nobre Senador Fernando Bezerra. São as seguintes entidades abaixo relacionadas que por meio de seus representantes irão manifestar-se, na referida audiência pública, independente de confirmação: Afubra, Contag, Fetraf-Sul, CNA, Via Campesina, Sindifumo, CUT, Fentifumo, Câmara Setorial do Fumo, Famurs e Associação Médica do Fumo do Rio Grande do Sul”. O Requerimento é retirado a pedido do autor da apreciação desta Comissão em virtude do Requerimento Nº 33, de 2004/CRE, que acaba de ser aprovado que dispõe sobre esta mesma matéria. **Extra-Pauta – Item três**: Requerimento Nº 34, de 2004/CRE, de autoria do Senador Hélio Costa, que “requer, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado

Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: 1) Quais os gastos mensais e acumulados com cada uma das missões de paz sob a égide da ONU, atualmente em andamento? Quais dessas despesas foram ou serão reembolsadas pela ONU, em que montante e de que forma? 2) Qual a situação do endividamento da contribuição regular ou de outros eventuais débitos do Brasil junto à ONU? 3) Já houve tratativas no sentido de compensar da dívida do Brasil junto à ONU os gastos decorrentes das missões de paz das Forças Armadas Brasileiras?”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador **HÉLIO COSTA** que justifica seu Requerimento. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora **IDELI SALVATTI** e o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Para constar, eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma”.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da décima segunda reunião ordinária da comissão de relações exteriores e defesa nacional do senado federal e da décima sétima reunião extraordinária da comissão de relações exteriores e defesa nacional da câmara dos deputados, da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura, realizada, conjuntamente, no dia dois de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há número regimental. Declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e 17ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, a realizar-se em 2 de dezembro de 2004, quinta-feira, às 10 horas.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Dispensada.

Solicito aos Senadores Aloizio Mercadante e Hélio Costa que acompanhem o Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim até a Mesa, uma vez que o principal item de nossa pauta hoje é a sua presença para expor sobre o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul, a União Européia e outras áreas e acerca das atividades da missão de

estabilização das Nações Unidas no Haiti, objeto do Requerimento nº 30, de 2004, da CRE, aprovado em 25 de novembro de 2004.

Estamos aguardando o Ministro, já presente na sala ao lado. *(Pausa)*

Damos as boas-vindas ao Chanceler Celso Amorim e aos Embaixadores aqui presentes: o Embaixador do Brasil no Haiti, Armando Cardoso, Ministro Marcelo Vasconcelos, Diretor do Departamento da América do Norte e do Caribe, e Embaixador José Eduardo Felício.

Contamos também com a presença entre nós do Professor Ricardo Seitenfus, que recentemente participou de missão oficial do Governo brasileiro no Haiti, para colaborar com a missão de paz da ONU.

Informamos que esta é uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados e também da Comissão do Mercosul, pois convidei há pouco todos os membros daquela Comissão, presidida pelo Deputado Dr. Rosinha, para estar aqui. E quero convidar a Deputada Maninha, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para co-presidir esta reunião, uma vez que se trata de uma audiência para ambas as Comissões, da Câmara e do Senado.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores e Deputados que, como a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, além de ter esta audiência conjunta conosco, também está promovendo uma audiência pública sobre a missão de paz no Haiti, com a presença do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Professor Ricardo Seitenfus e do próprio Embaixador Armando Cardoso, do Brasil no Haiti, nós sugerimos que esta reunião, primeiro a audiência com o Ministro Celso Amorim, seja aqui realizada, até o ponto em que todos tenham concluído a sua arguição e, em seguida, se for esse o desejo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, nós poderemos aqui mesmo abrigar a continuidade da reunião, então ouvindo tanto o General Heleno como o Professor Ricardo Seitenfus.

Agora, nós vamos iniciar com a exposição do Ministro Celso Amorim tanto sobre as relações do Mercosul com a União Européia, sobre o estágio em que se encontram as negociações com outras áreas de comércio, como sobre a missão de paz no Haiti.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu queria fazer uma sugestão a V. Exª. Já que são dois assuntos

de amplo interesse, evidentemente, o Ministro poderia falar sobre um assunto, receber as perguntas e respostas dos Senadores e depois partir para o outro assunto, senão nós iremos ficar muito distantes das exposições que serão feitas e, certamente, aqueles que têm outros compromissos em outras reuniões poderão, pelo menos, participar da primeira parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O problema, Senador Hélio Costa, é que dessa maneira nós estaríamos limitando a arguição de cada Senador, porque, se um Senador quer perguntar mais sobre um assunto, mas também fazer uma pergunta sobre outro, eu avalio que os Senadores se sentirão com maior liberdade se tivermos a possibilidade de cada um perguntar sobre qualquer tema.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Isso, evidentemente, depende do tempo que o Ministro vá gastar para cada assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Então, podemos iniciar com a exposição do Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy; Sr^a Deputada Maninha; Sr. Deputado Dr. Rosinha; Srs. Senadores Líderes, Srs. Deputados, para mim é, naturalmente, sempre uma honra vir ao Congresso Nacional discutir temas que são de grande relevância para a política externa brasileira.

São três os assuntos, efetivamente muito diferentes entre si, para os quais V. Ex^a me convocou. O Haiti é um tema típico de política externa envolvendo aspectos de segurança e os outros dois são temas de política comercial, mas ainda assim bem diferentes: a questão da União Européia e a da China. Eu me proponho a falar um pouco sobre o Haiti, inicialmente, porque acho que é uma questão, digamos, talvez mais palpitante, a curto prazo, e mencionarei os outros dois rapidamente. Naturalmente, estarei aberto às perguntas que sejam feitas.

A minha tendência é sempre ser um pouco prolixo, Sr. Presidente, de modo que V. Ex^a se sinta à vontade para interromper. É porque sempre há muito mais a falar do que o tempo de que se dispõe.

Mas eu começo pela questão do Haiti, evitando também fazer uma cronologia de todos os acontecimentos. Naturalmente, se houver curiosidade sobre algum aspecto mais do passado, eu estarei pronto a tentar responder. Mas como eu estive aqui no Senado, na Câmara e também com os Líderes falando sobre esse tema, na época em que se tratou da aprovação do envio de tropas, juntamente com o Ministro José Viegas, eu creio que poderia, digamos, tentar abordar uma visão da situação atual e, naturalmente, se

for necessário fazer algum recuo no tempo, para se entender melhor algum aspecto, evidentemente eu procuraria fazer.

O tema do Haiti, evidentemente, nunca esteve tão presente na nossa política externa. É quase óbvio dizer isso. A presença dos mil e duzentos soldados brasileiros lá não só é uma indicação disso, mas também é, digamos assim, um motivo adicional para que assim ocorra.

No momento, não vou me ater, de forma específica, sobre os problemas de segurança, embora todos os problemas sejam ligados, vou me referir a eles também até porque o General Heleno terá ocasião de falar mais especificamente sobre aspectos específicos da questão de segurança.

Mas eu queria dizer que, desde o início, quando nos envolvemos nessa questão do Haiti e contamos aqui com a compreensão e o apoio do Congresso Nacional, desde o início o que o Governo do Presidente Lula tinha em mente era uma ação de uma natureza diferente da que foi feita no passado por outros países que estiveram presentes no Haiti. Diferente no sentido de possibilitar uma efetiva regeneração do tecido político e, ao mesmo tempo, um lançamento, porque não se pode nem falar de relançamento do desenvolvimento econômico no Haiti.

É claro que tudo isso pode parecer excessivamente pretensioso, dadas as condições do Haiti. E é natural que esses objetivos sejam conseguidos de maneira gradual e parcial e não se pode ter a ilusão de que se conseguirão todos esses objetivos a curto prazo.

Penso que, relatando um pouco o que temos feito, os senhores verão que há uma mobilização intensa hoje da comunidade internacional, talvez num nível nunca visto antes, para completar esses outros aspectos.

Penso também que o Brasil está numa posição única para realizar uma tarefa desse tipo porque outros países têm ... Isso se revelou inclusive agora na discussão da prorrogação do mandato da Minustah na ONU, o que acabou sendo por seis meses, mas desejávamos que fosse por um período maior, mas, naturalmente, poderá e será prorrogado, pela minha experiência nas Nações Unidas. Mas se nota que o Brasil e outros países em desenvolvimento, no caso, o Chile, que também está muito envolvido, são países que têm realmente uma visão mais marcadamente voltada para a reconciliação política e para o crescimento econômico. Isso ocorre, em parte, pela nossa própria índole; em parte, porque não temos nenhum passado colonial ou um passado de outras ações no Haiti, que, digamos, cria uma hipoteca ou uma visão antagônica da população do Haiti. Em parte também porque não

temos nenhum **parti pris** por nenhuma das correntes políticas no Haiti e toda a nossa visão é baseada no desejo de que todas essas correntes participem do processo. E também porque temos uma concepção, que é verdadeira e que agora tem uma chance de ser posta em prática, de que os problemas de segurança, que existem, indiscutivelmente, no Haiti, não podem ser resolvidos isoladamente da situação política nem isoladamente da situação humanitária, da situação social, da situação econômica.

Em suma, como foi dito aqui por mim, pelo Ministro Viegas e pelo Presidente Lula, que tem sido dito muitas vezes, mas foi dito aqui pelos Ministros quando discutimos o envio das tropas, essa presença brasileira no Haiti tem uma natureza diferente das presenças que anteriormente lá estiveram.

E talvez isso tenha até causado, em parte, em algum momento, alguma decepção, seja ao governo provisório, seja a outras potências externas que viam essa função da missão de paz mais como uma missão de polícia, quase. E não é essa a nossa visão. O General Heleno terá ocasião de falar como tem agido. Os depoimentos que tenho recebido são muito positivos sobre a ação dos militares brasileiros e de outros militares envolvidos, como os militares argentinos, que colaboraram de uma maneira extraordinária na questão de Gonaiv, quando houve as enchentes.

Essa é a concepção.

O que temos procurado fazer? Poder-se-ia argumentar: o Brasil poderia ter defendido essa concepção sem mandar os mil e duzentos soldados. Creio que nós não teríamos autoridade moral para fazer a mobilização que estamos fazendo hoje se não houvesse essa presença ali.

Evidentemente, não quero voltar a todos os detalhes que conversei antes aqui, mas vale lembrar que essa operação é totalmente diferente de outras que algumas vezes foram usadas como comparação, por dois motivos: primeiro, ela é não só aprovada pelo Conselho de Segurança como constituída pelas Nações Unidas. É uma operação de estabilização – assim é o nome – das Nações Unidas; não é nem uma força criada à margem das Nações Unidas, nem uma força autorizada pelas Nações Unidas, mas composta de maneira unilateral ou com mandato exercido por outros países. Então, ela é uma força das Nações Unidas.

O Brasil tem um apego muito grande ao sistema multilateral e isso completa, digamos, a razão das motivações. Esse é um caso que se verifica no nosso Continente, com um país que tem uma composição étnica muito parecida com a nossa e é o terceiro em população negra do Continente, com raízes culturais semelhantes à nossa, como se vê na pintura, se ouve

na música e também no amor ao futebol, para mencionar outro aspecto que ali esteve presente. Então, seria muito importante que o Brasil, em um caso como esse, demonstrasse a sua disposição de participar. E é o que nós temos feito.

Bem, a nossa ação política se tem desenvolvido em relação a três aspectos principais que são inter-relacionados: a questão da estabilidade e da ordem, a questão política e da reconstrução institucional – digamos assim – e a questão econômica, humanitária e social.

O tema Haiti tem ocupado uma parcela importante do tempo das conversas internacionais, tanto do Presidente Lula quanto minha e de outros funcionários que participam de discussões sobre o tema. Foi objeto de conversas com o Presidente Jacques Chirac; com o Secretário de Estado Collin Powell; com o Primeiro-Ministro do Canadá, que esteve aqui recentemente; com o Presidente do Governo da Espanha e com o Ministro da Espanha mais extensamente. E também foi levada a fóruns importantes.

O Grupo do Rio, que reúne dezenove países latino-americanos e do Caribe, aprovou uma resolução muito importante de apoio às ações no Haiti, com essa ótica sempre nos três pilares. Também a Conferência de Cúpula Ibero-Americana, que se realizou recentemente em Costa Rica, aprovou uma decisão de teor muito semelhante. Então, o tema está sempre presente em conversas minhas e do próprio Presidente da República com o Secretário-Geral da ONU.

Em relação ao primeiro pilar, o da estabilidade e segurança, que, repito, está ligado aos outros mas tem a sua dimensão própria, o fundamental é completar as tropas que estavam previstas. O número de que se dispõe hoje é muito próximo do que havia sido previsto. Há mais de seis mil integrantes das tropas. Pelo menos são os dados que eu tenho e seria até interessante conferir com o General Heleno, porque às vezes há uma pequena disparidade entre os números das pessoas que foram mandadas, mas ainda não chegaram. Enfim, estamos próximos dos seis mil e contaremos com seis mil e duzentos soldados até dezembro, um número bastante próximo do que as Nações Unidas previram.

É possível que seja necessário mais. Fala-se agora, por exemplo, em um batalhão de engenharia, adicional a esses seis mil e duzentos. Mas durante muito tempo nós estivemos praticamente sozinhos, inicialmente, e depois somente com a Argentina e o Chile. Portanto, com um efetivo muito inferior àquele que era previsto. Isso, naturalmente, dificultou ações que têm relação com a estabilidade e a ordem.

Então, essa é uma das dimensões. Insistimos muito. Foi objeto de conversas com todas as pessoas a que me referi, muito especialmente com o Secretário-Geral da ONU, com quem eu estive e falei por telefone. E se logrou, finalmente. O nosso temor é porque esses assuntos, muitas vezes – tendo vivido na ONU, sei como isso se passa –, saem do radar. Quer dizer, entra um outro assunto, não que seja menos importante, mas entra o Sudão, digamos, com a questão de Dafur; ou entra um outro tema. Não é o caso agora, mas no passado foi Serra Leoa.

Então você sai do radar; nunca chega a completar a presença das tropas em uma determinada situação, e já está tratando de uma seguinte. Mas felizmente nós conseguimos. Graças a uma intensíssima ação diplomática que contou com o apoio desses países que eu mencionei.

Agora, é claro que nós não resolveremos o problema de paz e segurança no Haiti só com presença militar. Primeiro que, como bem disse o General Heleno, as nossas forças não são de polícia. Claro que, eventualmente, têm que apoiar alguma ação de polícia, porque há um aspecto ligado à posse e ao uso das armas que tem que ser coibido. Mas elas não são forças de polícia, e sim forças de estabilização, para a qual se pressupõe que haja o mínimo de entendimento político entre as várias correntes políticas no Haiti. E isso, desde o início, foi algo muito precário.

Evidentemente, o próprio governo provisório não é representativo de todas as forças políticas, o comitê eleitoral não é representativo de todas as forças políticas, em parte porque os integrantes do Lavalás, inicialmente, não quiseram participar, no caso do conselho eleitoral, mas depois também não houve interesse.

Segue havendo prisões de opositores do governo provisório, sobretudo do Lavalás, o que, evidentemente, torna impossível uma reconciliação que possa caminhar em paralelo com o esforço de estabilização, do ponto de vista de segurança.

Por essas razões, nós enviamos sucessivamente várias pessoas ao Haiti com missões algo diversas. Além do nosso Embaixador, sempre muito ativo, mas enviei o Embaixador Felício, que trabalha no meu gabinete e, por uma coincidência histórica, tinha sido colega do Primeiro Ministro Latortue, na Costa do Marfim e em Viena. O Latortue, antes de se aposentar, era funcionário internacional. Então havia um bom diálogo. Isso foi logo depois de uma declaração crítica do Latortue em relação a Minustah, quando chegou a dizer, depois desmentiu, romantizou, então vamos dizer de uma maneira mais cuidadosa, porque também não tenho certeza das palavras dele. Chegou-se a dizer que ele tinha dito que preferiria ter tropas americanas a tropas

brasileiras ou argentinas ou chilenas da Minustah. Ele depois desmentiu. Disse que não era intenção dele, que tinha sido mal interpretado.

Outra preocupação nossa é dar apoio político às nossas tropas, para que elas possam agir no melhor ambiente possível. Então essa foi a missão do Embaixador Felício.

Temos trabalhado sempre em proximidade com o representante do Secretário-Geral da ONU, que é o Embaixador chileno Juan Gabriel Valdez, que é o Chefe-Geral da Minustah, que é civil – o seu componente militar é comandado por um brasileiro. Então, sempre em contato com ele, percebendo que havia interesses em ter pessoas com conhecimento em negociação política, e pensando em pessoas que pudessem ter esse conhecimento, e, ao mesmo tempo, dispor de algum tempo e também ter um bom conhecimento de francês, que, no caso, é indispensável para esse trabalho, o Professor Ricardo Seitenfus, que está aqui e vai participar de uma outra audiência, também foi enviado, não como um enviado do Brasil para atuar no Haiti, mas como alguém para colaborar com os esforços das Nações Unidas no Haiti. É possível que ele continue até o ano que vem, já como totalmente contratado pelas Nações Unidas. Então, essa é outra preocupação.

Mais recentemente, como devem ter lido no jornal, o Presidente Lula mandou também o Conselheiro Diplomático Marco Aurélio Garcia, que esteve lá e manteve contato com todas as forças políticas do Haiti.

Todos esses contatos têm sido muito importantes para termos uma idéia mais clara do que se passa lá, mas eles não se limitaram a esses.

Ainda no plano mais político, digamos assim, tivemos um diálogo importante com o Primeiro-Ministro Latortue, nessa reunião de Costa Rica, da Cúpula Ibero-Americana, à qual o Presidente Lula não pôde ir, devido ao grande número de visitantes estrangeiros, em novembro, aqui em Brasília, e representei Sua Excelência.

Houve um diálogo interesse, porque ele fez uma exposição bastante positiva, talvez influenciado pela audiência, no sentido de que está pronto. Primeiro, disse que as eleições marcadas para o início do ano que vem serão realizadas. Em segundo lugar, que nem ele nem outro membro do Governo integrará o governo que se seguir a essas eleições. Portanto, considera a tarefa dele encerrada com o Governo provisório. Em terceiro – isso é muito importante e procurarei reproduzir, tanto quanto possível, as palavras que ele usou –, que ele estaria disposto a fazer um diálogo amplo com todas as forças políticas, inclusive, – e cito, creio –, com os seguidores de Aristide. Essas foram as pa-

lavras que ele usou. Em outro momento, usou a palavra Lavalas, como fazendo parte desse diálogo. Isso foi muito importante.

Vários Presidentes e representantes de Presidentes ali falaram. Dado o envolvimento do Brasil no Haiti, fui o primeiro a falar e procurei sublinhar, novamente, os pontos que ele havia destacado, que são importantes, e acrescentei dois outros que, a meu ver, são também importantes. Um deles tem relação mais direta com esse aspecto político que estou comentando agora, e o outro, com o aspecto humanitário e econômico, que deixarei para o final. Contudo, repito, todos ligados.

Com relação ao aspecto político, chamei a sua atenção, em função de outras dificuldades existentes no passado com outros países do Caribe – dificuldades de parte a parte, por várias razões, sobretudo com o Caribe britânico, que tinha ligações mais próximas com o Governo do Aristide, em alguns casos –, e procurei dizer-lhe que era muito importante que o Governo Provisório tivesse um entendimento com os países do Caribe e que, como se trata de um país que não é enorme nem continental – na minha opinião, isso vale até para países grandes, mas, no caso, um país não vive fora da sua região –, seria fundamental que ele tivesse um bom entendimento com os países da Caricom, ao que ele assentiu. Inclusive disse-lhe claramente que eu estava saindo de lá para me encontrar com Ministros da Caricom, que se reuniam especialmente para esse fim, em Barbados. Ele foi gentil e cordial, tendo mandado não apenas lembranças, mas também palavras positivas para a Ministra do Exterior de Barbados, que havia estado no Brasil, coincidentemente, junto com o Secretário de Estado Collin Powell, há um mês e meio ou dois meses.

Também procurei fazê-lo ver um ponto delicado que existe em toda relação desse tipo e que se relacionará com o terceiro pilar – ao que vou me dedicar em seguida. O terceiro ponto tem relação com a questão da administração dos recursos da comunidade internacional, porque essa comunidade, teoricamente ou na prática – porque não ainda houve o desembolso –, já comprometeu recursos da ordem de US\$ 1,2 bilhão em relação ao Haiti, quantia bastante elevada, superior às estimativas iniciais em relação às necessidades imediatas do Haiti, que eram da ordem de pouco mais de US\$ 900 milhões. Então, é um compromisso muito grande.

Além dos empecilhos burocráticos que existem sempre em todas as entidades que lidam com esse tema, há também questões políticas e preocupações com a boa gestão dos recursos. Assim, para que haja confiança na boa gestão dos recursos, é preciso que o Governo do Haiti – até mesmo porque é pro-

visório e, embora tenha legitimidade razoável, não é um Governo que veio do povo – aceite algum nível de co-gestão desses recursos por parte da comunidade internacional.

Evidentemente, isso não é fácil, porque se tem que trabalhar dos dois lados. Há dificuldades, às vezes, até de se conseguir que representantes do Pnud vão para lá. Por outro lado, em cada país há sempre o desejo forte de defender a sua soberania, o que é natural, mas há situações em que é preciso entender que uma certa dose de co-gestão dos recursos é indispensável, para que haja confiança dos doadores e para que os recursos possam chegar ao país em questão.

Essas foram as duas colocações que fiz para o Latortue, depois de sublinhar as que ele próprio havia feito e que eram positivas. E, como já mencionei, eram do diálogo inclusivo. Aliás, ele foi muito franco e novamente mencionou problemas de corrupção no Haiti como sendo muito graves. Disse que era preciso a ajuda da comunidade internacional para a reconstituição institucional. Enfim, ele fez uma apresentação muito franca e sincera. Precisamos garantir que os comportamentos práticos, não só do Primeiro-Ministro, mas de outros membros do governo, continuem na linha anunciada por ele, com esses complementos que procurei fazer.

Antes de passar ao terceiro pilar, rapidamente mencionaria a reunião de Barbados como algo extremamente importante, porque, em primeiro lugar, penso que é a primeira vez que o Brasil mantém um diálogo dessa profundidade política com países do Caribe – alguns são muito pequenos, mas têm elites altamente bem formadas, com pessoas de grande capacidade intelectual e técnica. Em geral, a maior parte deles são democracias razoavelmente estáveis – é o caso de Barbados, de Trinidad e Tobago e da Guiana – que têm realizado eleições regularmente. Esses países têm uma influência muito grande na região, até porque, pela composição étnica, têm uma presença natural no Haiti maior do que a de outros, que podem ser vistos, ainda que de maneira indireta, como reflexos do antigo colonizador ou de outras potências que lá estiveram.

O Caribe é muito importante. Por isso, não só falamos com o Latortue, mas tivemos a preocupação, o tempo todo, de manter um contato estreito com o Caribe. Ficamos muito gratificados porque, poucos dias antes dessa reunião com a Ministra de Barbados e com vários outros ministros do Caribe, a reunião de chefes de Governo do Caricom emitiu uma nota em que eles, independentemente das críticas que possam ter feito no passado à maneira como foi deposto o Aristide, diziam-se dispostos a trabalhar com a co-

munidade internacional e a Minustah, sob a liderança do Brasil – essa palavra aparece claramente na declaração dos chefes de Estado –, para cooperar com o futuro do Haiti não só politicamente, mas também em projetos específicos em que eles estão empenhados, como na parte eleitoral e outras. Não preciso entrar em muitos detalhes agora.

Essa reunião foi extremamente importante, porque pudemos confirmar essa disposição positiva, um desejo efetivo de ter essa colaboração, naturalmente sempre sujeita a uma conversa com o General Heleno – ainda não tive ocasião de falar diretamente com ele –, oferecendo, se for necessário, segurança para o representante do Caricom, cuja presença é fundamental, pois não se conseguirá fazer um diálogo político envolvendo todas as partes se o Caricom não estiver presente. O Caricom é a garantia, do ponto de vista internacional, de que o Lavalas será ouvido e participará das discussões.

Outra coisa interessante que percebi lá – mais uma vez digo que foi uma percepção minha, pois não compete a mim pôr palavras na boca de ninguém – é que atualmente há uma percepção que, de fato, é fundamental que o Lavalas participe, que os partidários do Aristide participem, mas isso não implica necessariamente a volta do Aristide nem neste momento, nem algum momento futuro. Isso é algo que tem de ficar entre colchetes – é como dizemos na diplomacia quando estamos negociando textos. Refiro-me a isso porque houve antes alguma interpretação de que o Brasil poderia enviar um emissário – penso que há essa possibilidade sempre –, mas, se o fizermos, será para tratar de aspectos humanitários ou até mesmo para fazer um apelo ao Aristide que contenha seus seguidores, pelo menos os mais radicais, já que outros estarão participando do processo político.

Queria rapidamente passar para a vertente humanitária, econômica e social, pois, na realidade, as três se compõem. Cito um exemplo de como as duas primeiras se compõem. Desarmamento. Ontem mesmo o Collin Powell passou por lá, aliás, creio que teve o dissabor de ouvir algum tiroteio. Mas não terá sido um atentado a ele, pelo que deduzi. De qualquer maneira, houve um tiroteio próximo ao Palácio que foi objeto de resposta. Graças a Deus, aparentemente, ninguém foi ferido, mas demonstra-se que é uma situação que tem certa instabilidade. Ele mencionou o desarmamento – vi pela televisão – como um aspecto importante. Todos concordamos, creio, que o desarmamento tem um aspecto fundamental no Haiti. Há uma dificuldade, aparentemente legal, ou até mesmo constitucional: os haitianos teriam direito de ter arma, desde que nas suas casas. É um complicador. Mas, independente-

mente dessa complicação, não há possibilidade de se fazer desarmamento sem, digamos, algum diálogo político porque para isso seria preciso uma força de 100 mil homens que estivessem dispostos a prender, matar em grande quantidade. Não é o nosso caso, não queremos isso, nem a força que existe lá permite que isso ocorra. Nem sequer a força que estava lá antes da nossa, força de intervenção – como foi chamada a força composta pelos Estados Unidos e outros países –, fez isso tampouco porque sabem que é complexo. Então não se pode esperar que 6 mil homens numa força de estabilização vão proceder a um desarmamento, a não ser num contexto político em que várias correntes políticas criem um mínimo de confiança e percebam que é no interesse recíproco e de todos se desarmarem. Não é fácil, não é uma coisa que provavelmente vá ocorrer a curtíssimo prazo, mas é algo que tem que estar no horizonte, conjugado com esse aspecto político.

Com relação ao aspecto econômico e humanitário, o nosso principal trabalho tem três aspectos: um, as nossas próprias ações. O Estado brasileiro enviou uma missão de cooperação técnica com mais de 20 pessoas dos mais variados órgãos. Vários órgãos têm voltado ao Haiti depois disso, incluindo Embrapa, saúde, defesa civil, desenvolvimento rural etc. Desenvolvimento rural, estou dizendo, não só o lado tecnológico, como a Embrapa, mas também o lado de posse da terra, de exploração da terra. Muito amplo, amplo. Daí nasceram vários projetos, mas é claro que sabemos que os recursos brasileiros são relativamente limitados. Serão assinados dois projetos muito brevemente – não sei se o embaixador já estará de volta ao posto, creio que sim, também o Embaixador Rui Nogueira, que tem coordenado toda a parte de cooperação, poderá estar lá – um na área de castanha de caju, se não me engano, e o outro na área de mandioca. Foram pedidos deles mesmos, ambos com a Embrapa, entendo eu.

Então já há duas ocorrências concretas e há outras que estão sendo trabalhadas na área de saúde, de combate à Aids. Há também um projeto saído da nossa área cultural; tivemos que operar com certa largueza, mas esperemos que seja compreendido pelos órgãos que controlam a contabilidade, como divulgação cultural – era onde tínhamos recursos. Estamos fazendo material escolar, cadernos e lápis para serem entregues à população pobre do Haiti, com o mapa do Brasil e o do Haiti, com as duas Bandeiras, de modo que é efetivamente uma divulgação cultural, mas, ao mesmo tempo, é algo extremamente útil não só para as populações e as crianças do Haiti, mas também para que a nossa tropa que está lá apareça não só com ações que possam ser vistas como de natureza repressiva,

mas também como ação positiva, o que, aliás, a tropa tem feito já em vários outros setores também.

Além desses projetos que não são baratinhos, são altos para os nossos recursos, US\$300 mil, US\$400 mil em alguns casos, US\$200 mil em outros, para os recursos de que o Itamaraty dispõe, que são ridiculamente pequenos, como V. Ex^{as} conhecem; são altos, mas, para projetos de maior envergadura, não nos permitem que façamos sozinhos. Então fizemos um grande trabalho, grande, intenso, junto ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano, à União Européia e a outros países doadores para que recursos possam ser enviados ao Haiti. E temos sido relativamente bem-sucedidos. Com o Banco Mundial, há dois projetos. Um, aliás, depende dos Senadores, e eu ficaria extremamente grato se conseguíssemos; depende dos Senadores para se concretizar.

Espero que de hoje para amanhã, ou se possível hoje, nós consigamos mandar para o Senado um pedido de autorização para um empréstimo-ponte ao Haiti. Eu vou explicar rapidamente o que isso significa. Depois, naturalmente, vamos pedir autorização e todas as cifras serão detalhadas.

O Banco Mundial tem uma quantia de R\$150 milhões aproximadamente para que emprestar ao Haiti, dos quais R\$60 milhões poderiam ser emprestados imediatamente. Mas como o Haiti é devedor do Banco Mundial e está inadimplente, não pode obter o empréstimo, porque as regras do Banco Mundial não o permitem. Então, com o dinheiro de que o Haiti dispõe hoje – talvez proveniente de outros doadores –, e com o empréstimo-ponte, se pagaria a quantia mínima que permitiria desencadear os empréstimos. E o Brasil não teria nenhum risco porque a primeira parcela do desembolso seria justamente para pagar o nosso adiantamento, digamos assim, do empréstimo-ponte.

Então, mediante essa ação financeira conjugada, com a qual o Ministério da Fazenda está de acordo – aliás, lá foi desenvolvido todo o detalhe técnico – nós conseguiríamos liberar imediatamente uma quantia importante para o Haiti, na ordem de R\$25 a R\$30 milhões, líquidos, depois de o Brasil ter sido ressarcido do seu empréstimo-ponte.

Isso é algo de grande importância. Não é uma medida provisória; é um pedido de autorização ao Senado. Contamos, e muito, com a compreensão dos Senadores para que isso possa ocorrer logo. Se isso não ocorrer até 6 de janeiro, quando haverá uma reunião da Diretoria do Banco Mundial, só acontecerá em março. Dois meses para um país pobre, como o Haiti... A Deputada Maninha esteve lá e sabe como as coisas acontecem.

Esse é um aspecto.

Há vários projetos do Banco Mundial que são a fundo perdido, mas eles exigem contrapartida de países. E nós estamos discutindo dois deles com o Banco Mundial: um, na área de merenda escolar; o outro, recolhimento de lixo, se não estou enganado. O de merenda escolar é o mais imediato e o Brasil entraria com recursos próprios da Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, também, da ordem de US\$300 mil mais ou menos e o Banco Mundial entraria com mais US\$700 mil. Então, você completaria um projeto de US\$1 bilhão.

Algo parecido nós queremos fazer com o recolhimento de lixo. Estamos conversando com outros países. Na ONU há um fundo, que é administrado pelo Brasil, África do Sul e Índia, que também poderia ser usado para um desses projetos. Ai também a importância do diálogo com o Caribe ressalta. Ontem conversei com a Ministra da África do Sul, que estava em viagem, sobre a possibilidade de usarmos esses fundos. A pergunta que ela me fez, foi a seguinte: O que o pessoal do Caribe está pensando? É interessante notar que esse aspecto do Caribe é fundamental em nosso processo. Então, esses são alguns exemplos.

Com relação ao Banco Interamericano, eles dizem que estão prontos para liberar recursos. Depende apenas da criação de uma estrutura, no Haiti, da própria Minustah, para que esses recursos possam ser geridos de maneira adequada. Estamos conversando com o Pnud sobre isso. Não é fácil. Não é nada fácil.

Também devo dizer, com toda a franqueza, que percebemos que no caso dos países mais desenvolvidos e mais ricos, embora ponham dinheiro, embora estejam dispostos a colocar dinheiro, esse nível de envolvimento com a reconstrução das instituições foge um pouco ao padrão a que eles estão normalmente acostumados. Aquilo para eles é um problema de imigração, é um problema de **boat people**, ou problema de narcotráfico. Então, na medida em que o problema de **boat people** ou o de narcotráfico estejam assegurados com algumas tropas lá e a guarda costeira tomando conta, essas questões que demandam o envolvimento financeiro de mais longo prazo não serão resolvidas com facilidade.

Temos conseguido alguma coisa, repito. Acho que são muito eloqüentes os exemplos que eu mencionei aqui, do Banco Mundial, do Banco Interamericano, mas tudo requer um trabalho constante da nossa missão em Nova Iorque e também do Presidente Lula, que, em encontro com outros governantes, tem falado muito desse assunto.

O Canadá, por exemplo – talvez, com isso eu encerro, porque são tantos outros temas –, Senador Pedro Simon, meu querido amigo aqui presente,

não posso deixar de reconhecê-lo logo após tantas décadas... A embaixadora do Canadá veio me visitar. Falamos sobre a importância de melhorarmos a visão pública das relações Brasil-Canadá, e eu disse que vejo que algumas coisas, que há coisas na área cultural que podem ser feitas. Naturalmente, o Canadá é um país tão simpático, que tem o *Cirque Du Soleil* e outras coisas que podem vir para o Brasil.

Agora, o que, de imediato, terá um impacto na visão dos políticos, da elite, do Governo brasileiro? Fazermos juntos um projeto no Haiti e fazermos juntos um projeto para o qual o Brasil não tem recursos. Se conseguirmos montar um posto de saúde para valer ou um hospital no Haiti e disser lá que é do Brasil e do Canadá, isso terá um impacto melhor nas relações entre Brasil e Canadá do que duzentos discursos de amizade. Penso que é uma prova de que estaríamos agindo juntos, de uma maneira solidária, num terceiro país, que necessita de ajuda.

Eu diria que isso é a essência do que eu teria a dizer sobre o Haiti. Há muitos outros aspectos. Conversei ontem longamente com alguns parlamentares, com a Deputada Maninha, que esteve lá, e creio que aprendi mais ainda. Essa visão vai se enriquecendo na medida em que se conversa. Aliás, devo dizer, com toda a honestidade e franqueza, que o Haiti é um pouco daquilo que o Sócrates dizia: quanto mais sei, mais sei que não sei. O Haiti é tão complexo que, cada vez que nos aproximamos mais do quadro haitiano, vemos mais complexidades adicionais. Mas isso não deve ser um desestímulo, mas sim, ao contrário, um estímulo para atuarmos positivamente.

Queria terminar esta conversa, terminar este tópico dos Ministros do Caribe. Um Ministro das Bahamas disse que não podemos ter ilusões, que não vamos resolver o problema do Haiti, até porque não se pode resolver o problema de nenhum país do dia para a noite. Disse ele que vamos ajudar a administrar o problema do Haiti para que ele encontre uma rota positiva. Essa é a nossa tarefa. Ninguém pode achar, quando se fala em *nation building*, que é só trabalhar lá dois anos, deixar o país pronto e ir embora. Não é assim. E ele, por isso mesmo, nos perguntou: qual é o compromisso do Brasil? É só até o mandato? É até as eleições? Ou é um compromisso em longo prazo?

Eu disse a ele a única coisa que poderia dizer: que isso dependeria da própria evolução da situação do Haiti e de vermos que os nossos esforços estão sendo correspondidos, estão tendo resultado. Mas acho, pelo sentimento do povo brasileiro, pelo que já pude conversar com os congressistas – e o Senador Eduardo Suplicy esteve lá antes, com outros parlamentares, com parlamentares brasileiros, com outras pessoas da so-

cidade civil brasileira – vejo um desejo real de ajudar um país irmão, que não é pobre, mas miserável. Quer dizer, nossos níveis de pobreza, nas piores favelas do Brasil, não se comparam ao que há no Haiti.

Então, isso é, mais ou menos, o que há no Haiti.

Devo passar direto para os outros pontos? Vamos passar rapidamente, porque pode ser meio anticlimático, digamos, dado o interesse que tem o tema do Haiti, falar, neste momento, de União Européia, de Mercosul ou falar mesmo da China. Bom, China nunca é anticlimática. Quanto à União Européia e ao Mercosul, na realidade, penitencio-me, pois havia dificuldade de datas. Na realidade, quando fui, inicialmente, chamado pelo Presidente da Comissão, pouco depois do Encontro de Lisboa, o assunto era mais atual. Ele vai voltar a ser atual, até porque as conversações continuam e amanhã mesmo estarão se encontrando, no Rio de Janeiro, os coordenadores nacionais dos países do Mercosul e da União Européia para, digamos assim, traçar um mapa da continuação das negociações.

Sobre isso, sem querer entrar em temas técnicos e para, digamos, resumir o que penso – evidentemente, estarei aberto a perguntas sobre meu pensamento –, há, muitas vezes, a leitura de que o Brasil ou não tem interesse ou fracassou em certas negociações. Cita-se também a Alca também neste caso. Eu desmentiria cabalmente qualquer das duas versões. O Brasil tem interesse e continua empenhado em negociar, mas negociar em termos que sejam vantajosos para o Brasil e no caso para o Mercosul como um todo.

O que ocorreu no caso da União Européia e do Mercosul é que, na realidade, até outubro do ano passado, não tinha havido negociação real, mas tinha havido, digamos, jogo de cena. Diz-se: vamos fazer isso, vamos incluir a agricultura, vamos ter um acordo-quadro, vamos ter um acordo político ao lado do acordo comercial... Mas era, basicamente, jogo de cena. Ninguém tinha chegado e dito que estava trocando um relógio por óculos. Eu estou trocando carne por serviços “a”, “b” ou “c”. Não havia nada disso.

Foi a partir de outubro que nós fixamos um cronograma, em Bruxelas, com o Comissário Lamir, o qual começou a se realizar em final de janeiro, início de fevereiro. Na realidade, o que houve com a União Européia foram seis meses de negociação. V. Ex^{as} não podem imaginar o que é a complexidade de uma economia como a européia, não podem imaginar as grandes dificuldades que eles têm na área agrícola e que são conhecidíssimas, como os subsídios. O fato é que nós estávamos percorrendo em muitos casos, como tenho dito, terra incógnita, porque estávamos pela primeira vez, efetivamente, negociando áreas

como serviços financeiros, serviços de telecomunicações, serviços de transportes marítimos. Por isso, chegar aonde chegamos em seis meses foi um avanço extraordinário, para falar a verdade.

No caso da União Européia – deixemos a Alca para outra audiência –, temos hoje um quadro conceitual relativamente claro. Por isso a reunião de Lisboa foi importante para firmar esse quadro conceitual, onde estamos operando, o que estamos negociando, que é basicamente uma negociação de acesso a mercados. Não vamos negociar com a União Européia regras que cabem melhor na OMC. Da mesma maneira, eles não vão negociar conosco eliminação de subsídios no acordo bilateral com o Mercosul. Isso é óbvio. O que podemos fazer é excluir esses produtos das nossas degravações, porque produto subsidiado não tem por que obter vantagens em nossos mercados. Pelo contrário, aplicaremos a eles, para usar uma expressão antiga, o rigor da lei. O rigor da lei nos permite aplicar direitos compensatórios, enfim, tudo que a OMC nos reserva. Não vamos ter a ilusão de que eles vão eliminar subsídios internos ou subsídios à exportação numa negociação conosco, porque isso é uma coisa que envolve interesses com os Estados Unidos, com o Japão, com a Austrália. Da mesma maneira, eles não podem ter a ilusão de que vamos negociar com eles propriedade intelectual, um regime de compras governamentais que impeça o uso das compras governamentais para o desenvolvimento da indústria brasileira, um regime de serviços que seja diferente daquele do GATT. Nós podemos negociar acesso em setores e serviços, mas não ter uma modalidade de negociação que seja totalmente diferente daquela que existe na OMC.

Assim, acho que isso ficou claro. As dúvidas também ficaram bastante claras. Em muitos casos em que me parecia que havia um conflito de natureza comercial, o conflito era muitas vezes de entendimento. Isso poderá ser trabalhado nesses dias agora para preparar o caminho para o futuro.

Falei hoje mesmo com o Comissário Mandelsohn – uma boa coincidência, porque estava para falar com ele nesses dias, mas falei hoje – e ambos temos como prioridade 1 a OMC. Quanto a isso não há dúvida. Eu posso falar em nome de todos, e posso falar por que eles agiram, na prática, assim. Tanto os Estados Unidos, quanto a União Européia, quanto o Brasil, ou seja, qualquer país que tenha uma inserção global no mundo tem que ter como prioridade a OMC. Não estou falando de América do Sul e Mercosul, porque aí se trata de uma questão política. Mas quando se fala predominantemente de comércio, a OMC tem que ser prioridade. Não se pode resolver questões transcendentais, como subsídios ou antidumping, ou questões

como o nosso direito de poder usar incentivos a investimentos que possam fazer exportações, em conversas bilaterais. Isso tem uma implicação sistêmica.

Por isso é natural que tanto o Zelic, quanto antes o Lamir e agora o Mandelsohn, eu próprio, o Ministro da Índia e o Ministro da Austrália concentremos a nossa atenção na OMC, porque ela é a principal. Isso não quer dizer que a gente vá deixar de lado o acordo bilateral Mercosul União Européia, nem o acordo da Alca.

A minha impressão – comentei isso ontem com alguém – é que os três vão caminhar em paralelo, mas sempre tendo como âncora a OMC. Se não soubermos o que vai acontecer na OMC, corremos o risco de assumirmos compromissos no acordo da Alca ou no acordo da União Européia pelos quais não teremos contrapartidas adequadas.

Dito isso, vamos continuar. Há uma reunião ministerial prevista para março. É possível que antes disso eu me encontre com o Comissário em algum outro contexto, em alguma discussão que pode envolver a OMC.

Essa é a situação, Sr. Presidente. Não vou me alongar em detalhes.

Com relação à China, como Ex^a me pediu para incluir esse tema na agenda. Eu diria, em duas palavras, o seguinte: a China, evidentemente, começa a ser um parceiro estratégico não só no nome, mas na realidade. A China hoje rivaliza com a Argentina como o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Contrariamente ao que vi ontem na televisão, tenho a impressão de que este ano a Argentina será o nosso maior parceiro comercial. Aliás, fica aqui uma mensagem para os detratores do Mercosul. Uma manchete na edição de hoje da **Gazeta Mercantil** notícia que a Argentina nunca comprou tanto do Brasil. Então, com todos os problemas que podem eventualmente existir, há essa boa notícia, digamos, de que a Argentina, nosso principal parceiro no Mercosul, nunca comprou tanto do Brasil. Mas, enfim, a China tem rivalizado com a Argentina e é possível até que passe, pois, como é um país de potencialidades enormes, o nosso comércio, nos dois sentidos, deve chegar a cerca de 10 bilhões. As nossas cifras dão sempre um pouco menos do que as chinesas. Creio que eles incluam também Hong Kong ou outras re-exportações, mas estará por volta de 10 bilhões, nos dois sentidos. O Brasil deve exportar uns 6 bilhões, creio eu, para a China, o que é uma quantidade fenomenal se imaginarmos o que era o comércio há dez anos. Tenho possibilidade de comparação porque fui ministro há dez anos e o nosso comércio, na época em que a parceria estratégica foi declarada, era de 1 bilhão, nos dois sentidos, e hoje é de 10 bilhões. Quer dizer, não é difícil presumir que

nos próximos cinco ou seis anos chegue a 20 bilhões, o que abre oportunidades para setores altamente competitivos do Brasil, como é o caso da carne, das aves e de outros produtos agrícolas. Mas não só isso. Claro que se observarmos o conjunto do comércio as **commodities** tomam a maior parte, mas temos também os aviões, em *joint venture* com a China.

Há entendimentos muito produtivos em setores como software. Há investimentos que se realizam nos lugares mais variados no Nordeste. No caso do aço, por exemplo, creio que é no Maranhão que eles estão estudando. Tenho medo de confundir porque houve muitos visitantes no Brasil. A Coreia também está no Maranhão. Mas creio que há outro interessado no Ceará, não sei se é a China ou a Coreia. De qualquer maneira, a siderurgia tem um acordo entre a Bao Steel e a CVRD. Há acordos também na área de alumina e há uma produção de vagões no Espírito Santo. São contratos; não estou falando de convênio, nem de memorando de entendimento. Há financiamento chinês do Gasene, que é o gasoduto do Nordeste, em condições muito vantajosas para nós. Enfim, vejo, digamos, realmente uma relação estratégica.

Quero fazer duas ou três observações – a meu ver importantes – sobre quando o Brasil reconheceu o status de economia de mercado da China, que é o elemento polêmico. Primeiro, esse é um reconhecimento de natureza política, faz parte de um memorando de entendimento, que é um documento político, não jurídico. Isso não significa que não o queiramos cumprir. É evidente que queremos cumpri-lo, mas na medida em que os outros elementos do memorando também estejam sendo cumpridos, e esses outros elementos envolvem acordos na área sanitária que permitam que a nossa carne e as nossas aves tenham acesso mais fácil ao mercado chinês, que permitam que setores de grande interesse, como é o caso da aviação, mas também de automação, onde o Brasil tem desenvolvido muito, também possam ser objeto de cooperação intensa. Um outro aspecto muito importante, observado por várias das empresas brasileiras que operam na China e que têm tido ações conjuntas, é lembrar que todos esses empreendimentos, inclusive os investimentos no Brasil, devem ser na base de *joint venture*. Assim é na China, e é importante que assim seja no Brasil: que o investimento chinês não seja de controle total da produção, mas que tenha participação de empresas brasileiras. Isso também faz parte do memorando. Além disso, por que esses pontos são importantes? Porque o preâmbulo do memorando de entendimento que contém a questão da economia de mercado diz que ele tem que ser aplicado de forma equilibrada. Portanto, todas aquelas cláusulas e não apenas uma.

Com relação especificamente à economia de mercado, além do fato de ser um compromisso de natureza política, que presume uma aplicação equilibrada, eu chamaria a atenção para os seguintes fatores: o principal impacto que isso poderia ter, o principal efeito é sobre uma única posição do protocolo de exceção da China, que é a questão do antidumping, porque, pelo atual protocolo de exceção, o que se faz numa medida antidumping?

Não é preciso procurar os custos na China; pode-se buscar um custo comparativo de outro país. Digamos que a Espanha produza o mesmo produto que a China. Então se apura o preço espanhol. Se o preço chinês de exportação para o Brasil for inferior ao preço espanhol, aplica-se uma dinâmica.

Em princípio, não se deverá mais fazer isso, mas, ainda assim, o próprio art. 2.2 do acordo antidumping prevê que, quando os mercados tiverem algumas anomalias especiais ou particulares, você pode construir o preço. Não se deve necessariamente aceitar o preço que é dado pela China.

Então, se houver algum tabelamento de produto e, com isso, uma redução artificial do preço, o Governo brasileiro poderá construir o preço a partir dos seus cálculos de custo.

É claro que terá que ser feito de boa-fé, mas isso é possível. Na realidade, é isso que tem permitido que até hoje o acordo antidumping seja usado com grande liberalidade, o que tem ocorrido a nosso favor e contra nós.

Dentre todos os acordos da OMC, o acordo antidumping é, provavelmente, aquele mais frouxo na sua aplicação.

Então, quando se diz que o Brasil perdeu a possibilidade de ter defesa comercial contra a China, isso não é verdade, por vários motivos. Primeiro, porque, com relação aos direitos compensatórios, onde se identifica subsídio, aplicaremos o direito compensatório. Da mesma maneira, o protocolo de ascensão não se refere a direitos compensatórios e subsídios.

Segundo, no que diz respeito, por exemplo, a salvaguardas... Digamos que haja um surto de exportação chinesa de determinado produto, independentemente de haver dumping ou não. Não só podemos usar o acordo de salvaguardas do antigo GATT, da OMC, art. 19, mas podemos usar as cláusulas de salvaguarda do acordo de ascensão, que se prolongam por mais oito anos, creio eu. Então isso não é afetado pelo nosso acordo.

No que diz respeito especificamente a têxteis, há também um prazo adicional de quatro anos para todos, em que se podem usar cláusulas especiais. Então nada disso foi afetado.

A única coisa que muda é o antidumping, e ainda assim com duas importantes qualificações: uma, como eu já disse, que continuamos a nos valer da possibilidade de construir o preço. E todos que têm familiaridade com a aplicação do acordo antidumping sabem que é muito difícil derrotar um caso desses.

O caso que derrotamos recentemente, da Emen-da Bird, americana, foi porque eles praticaram uma coisa totalmente absurda, que viola não só o acordo antidumping, mas qualquer preceito da OMC, que foi pegar o recurso do antidumping e dar para a empresa que está sendo protegida. Em inglês, há uma palavra para isso, que significa prejuízo duplo. Quer dizer, eles aplicam um imposto e dão para a empresa protegida, para ajudá-la. Por isso nós ganhamos.

No mérito da aplicação do dumping, é muito difícil ganhar para quem for da indústria siderúrgica. Todas as indústrias brasileiras sabem disso. Então continuaremos a aplicar isso.

Segundo, uma coisa importante que quero explicar com clareza: o Brasil não fez nenhuma renúncia jurídica a nenhum de seus direitos e obrigações. Certamente não do acordo antidumping, mas nem sequer dos acordos de exceção. Nós temos um compromisso político e pretendemos honrá-lo. Não quero dizer nem desdizer o que foi dito, que é o reconhecimento do status da China como economia de mercado, mas pretendemos honrá-lo dentro do quadro do nosso memorando. Ele faz parte do memorando, que é um conjunto, e deve ser aplicado de maneira equilibrada. Esta palavra “equilibrada” foi muito discutida, até as duas e meia da manhã, porque aplicação equilibrada é fundamental.

Se, digamos, não for aplicado aquilo que nos interessa em relação à Embraer ou à área fitossanitária, reconhecendo o direito natural de cada um de proteger a sua saúde, se houver alguma aplicação abusiva, enfim, se todos os demais pontos – os senhores têm acesso ao memorando; não sei se ele está na Internet, diz o Assessor de Imprensa que sim, na *page* do Itamaraty, mas podemos mandar cópia para quem quiser – não estiverem sendo cumpridos, o nosso quesito, que é um compromisso de natureza política, porque não houve nenhuma renúncia jurídica aos direitos e obrigações da OMC, ele deixa de existir. Espero que não seja necessário isso, porque espero que os investimentos chineses venham para o Brasil e que se façam na base de **joint ventures** com empresas brasileiras. E espero que tudo isso traga prosperidade ao nosso País.

Queria completar essa questão da China só para dizer também que é preciso ver isso de uma maneira estratégica mais ampla. A China será certamente o terceiro grande bloco mundial econômico. Hoje em dia,

há dois blocos: os próprios Estados Unidos, o segundo é a União Européia, ou melhor, economicamente é o inverso: o primeiro é a União Européia, o segundo, os Estados Unidos e o terceiro vai ser a China.

Ontem, vi uma discussão na televisão, se a China vai passar ou não vai passar os Estados Unidos em vinte ou trinta anos, não sei, mas certamente vai ser um dos maiores blocos do mundo.

Para o Brasil, que tem uma vocação de ser, digamos, um jogador no cenário internacional de múltiplas jogadas, não ficar preso a um único mercado, é importante que o mercado chinês seja acessado de maneira ampla, porque isso nos ajuda inclusive uma inserção múltipla no mercado internacional.

É óbvio que a China vai ser um ator cada vez mais importante na OMC. E talvez uma última palavrinha para se entender como essas coisas são.

A China já tinha sido reconhecida como economia de mercado por cerca de vinte ou vinte e três países; alguns outros estavam à beira de fazê-lo, como a Austrália, China, então, fazer isso nesse momento traz para nós, esperamos, um benefício. E esperar mais dois ou três anos, quando algum outro país, por alguma outra negociação qualquer... Isso aconteceu. Como é que se fechou a negociação de acensão da China à OMC? Eu estava lá, vi isso.

Quando os Estados Unidos fecharam o acordo de salvaguardas que lhes interessava, porque eles nem estavam com a intenção de multilateralizar, isso teve que ser meio à força, para eles estava encerrada a negociação. E todo mundo conhece o peso dos Estados Unidos, da União Européia. Então, quando um desses países fizesse, a adesão ou não do Brasil a esse princípio seria irrelevante. Então, fizemos, a meu ver, no momento certo.

Não vou ignorar que não haja cuidados especiais com certos setores, mas como essa foi uma decisão de governo, não foi uma decisão do Ministério das Relações Exteriores – claro que participei e defendo essa decisão –, com participação dos ministérios setoriais, de todos os ministérios envolvidos e do próprio Presidente, naturalmente, se houver um problema grave num setor afetado, encontraremos um meio de proteger esse setor, de uma maneira ou de outra.

Então esse é o terceiro tópico, Sr. Presidente, que V. Ex^a me deu, e com isso encerro a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado Ministro Celso Amorim.

Queria informar que estão inscritos os Senadores Jéfferson Peres, Hélio Costa, Deputado Dr. Rosinha e Deputada Maninha, mas se pudermos fazer dois

Senadores, dois Deputados, responderá o Ministro, e daí prosseguimos.

Quero também agradecer a presença do Embaixador Rui Nogueira, Secretário de Cooperação, do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, da Assessoria Especial para os Assuntos do Parlamento. Agradecemos a presença do Sr. Watson Querubim, que é o encarregado de negócios da Embaixada do Haiti, e do Sr. Lesle Voltaire, que é dirigente do Partido Lavalas, do Haiti; é bem-vindo e está aqui presente.

Senador Pedro Simon, antes de V. Ex^a sair, se me permitem todos, quero informar ao Ministro Celso Amorim, ainda hoje há uma notícia na imprensa relativamente a uma preocupação da Organização Mundial da Saúde sobre o acordo da Convenção-Quadro.

O Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim e o Senador Sérgio Zambiasi apresentaram requerimento, constante do Item 2 da pauta, para que, atendendo ao pedido dos produtores de toda a cadeia produtiva do tabaco, para que realizemos uma audiência pública ali na região produtora de tabaco, em Santa Cruz do Sul, na próxima segunda-feira, na Universidade de Santa Cruz do Sul, com a presença de todos os Senadores membros da Comissão, que estão convidados. Eu próprio, como Presidente, irei, assim como o Senador Fernando Bezerra, o Relator da matéria. Também estará presente o Ministro Humberto Costa, que designou o Dr. José Gomes Temporão para falar da importância da saúde para as pessoas. Ele, que é o Diretor-Presidente do Instituto Nacional do Câncer, inclusive, indicou pessoas preocupadas com a questão oncológica. Os dois pontos de vista serão ali apresentados.

O Senador Pedro Simon está precisando se ausentar, mas, como S. Ex^a é autor do requerimento, vou colocá-lo em votação. Se V. Ex^a quiser acrescentar alguma explicação poderá fazê-lo.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Estão todos convidados para estar segunda-feira em Santa Cruz do Sul.

A SR^a MANINHA (PT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deputada Maninha, havia me comprometido com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara que esta audiência seria aqui, a próxima reunião conjunta poderia ser marcada para lá e que eu compatilharia a Presidência dos trabalhos com S. Ex^a. Convido a Deputada Maninha para assumir a Presidência a partir deste momento, e ficarei no seu lugar.

A SR^a MANINHA (PT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço o convite, mas temos um pequeno problema a ser resolvido. Haverá uma audiência na Câmara, com o General Heleno e com o nosso representante da ONU, o Ricardo, que se seguirá a esta. Ambos já estão na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e há deputados presentes nos aguardando. Por isso, gostaria de pedir licença a V. Ex^a para me retirar, porque o Deputado Carlos Melo está presidindo um seminário.

Antes, porém, quero entregar ao Ministro, ao nosso Chanceler, o nosso relatório da visita ao Haiti, em nome da Confederação Parlamentar das Américas, subscrito pela Deputada Clair, pelo Deputado Gabeira e por mim. Eu gostaria de convidar a Deputada Clair para entregarmos este relatório, ao mesmo tempo em que peço desculpas porque teremos que nos dirigir à Comissão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Foi distribuída a Declaração dos Presidentes dos Parla-mentos da América do Sul e do México a todos os Srs. Parlamentares. Graças à iniciativa da Deputada Maninha, consta no texto que os Parla-mentos devem ter um comportamento político solidário ao Haiti que transcenda a presença das tropas da ONU e concretize ações voltadas ao resgate da plena cidadania daquele povo, proposição aprovada por unanimidade.

Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bom-dia, Sr. Ministro.

Eu gostaria que audiências públicas permitissem realmente o debate aprofundado e com o contraditório. Como somos muitos, infelizmente temos de nos limitar a perguntas e respostas, o que torna o debate muito superficial.

Serei sucinto e objetivo, até para não...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Ex^a terá toda liberdade de promover o debate que considerar conveniente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não, assim estaria prejudicando os outros, porque eu ficaria uma hora debatendo com o Ministro, e não posso monopolizar o tempo de S. Ex^a. Sr. Presidente, eu teria muitas questões a levantar e não sou egoísta.

Sr. Ministro, sobre o Haiti especificamente, apesar de termos muitos haitis aqui, já que as periferias das grandes cidades brasileiras são um Haiti, apesar disso, eu apoiei o envio da missão brasileira, por solidariedade hemisférica. E, ainda que fosse em outro continente, estaria seguindo razões humanitárias. Então, eticamente, é plenamente justificável a nossa presença. Não questiono isto. Mas eu lhe pergunto:

o Brasil não deveria estabelecer, assim mesmo, um prazo, um limite temporal?

Em primeiro lugar, se a situação lá se deteriorar gravemente e houver a morte de um brasileiro, se eu bem conheço a minha tribo, o clamor popular levará o Brasil a se retirar. Disso eu não tenho dúvida. Mas mesmo que a situação interna não se agrave tanto, enquanto não houver uma reconstrução institucional, será inútil a presença de tropas estrangeiras ou, então, toda a assistência será absolutamente inútil. E como essa reconstrução é em tempo imprevisível, eu lhe pergunto: nós não deveríamos nos fixar, a nós mesmos, um tempo, não para abandonar o Haiti, mas para um sistema de rodízio? Sai o Brasil e vão outras nações para preencham o nosso lugar. É uma pergunta específica sobre o Haiti.

Sobre o Mercosul, Sr. Ministro – permita-me ser franco, sem ser indelicado – eu estranhei a sua expressão nada diplomática quando falou sobre detratores do Mercosul. Eu sou crítico do Mercosul e não sou detratador e, portanto, esse rótulo não se aplicaria a mim e a milhares de outros.

Sr. Ministro, vou resumir rapidamente a questão e lhe fazer uma pergunta objetiva. O Mercosul não é um mercado comum. Não é de fato mesmo. Não é sequer união aduaneira. O Mercosul é, de fato, uma associação de livre comércio. Essa é a verdade e olhe lá porque uma associação de livre comércio, onde um país – que, no caso específico, é a Argentina – se dá o direito de impor restrições freqüentes, como está fazendo agora, com inúmeros produtos nossos, não é preciso nem relacionar a V. Ex^a, – são têxteis, são calçados, eletrodomésticos de linha branca e eletrônicas... Agora mesmo, o Parque Industrial de Manaus sofreu a sobretaxa de 21,5% sobre os televisores. Dentro do Tratado de Ouro Preto, é Zona Franca, mas eles, também, tem zona franca – fracassada – lá na Terra do Fogo, no extremo sul. Nós não temos culpa se a zona franca deles não dá certo e a nossa dá.

É estranho esse mercado comum onde um parceiro se comporta dessa maneira. Compreendo as razões argentinas. O parque industrial deles não é competitivo com o nosso, e não sei quando será. Já se passaram muitos anos e o parque industrial deles nunca se torna competitivo com o nosso. Eu não sei quando tempo isso vai durar. É um custo para nós. Sem falar na questão do Paraguai, Sr. Ministro. A presença do Paraguai no Mercosul é um complicador. O Mercosul, como entidade, não pode assinar um tratado ou um acordo com a China porque o Paraguai tem relações diplomáticas com Taiwan e a China não abre mão disso.

Foz do Iguaçu é um escândalo. Bilhões de dólares passam por ali, contrabando livre. O Paraguai tem uma indústria de cigarros cuja produção é absorvida apenas um quarto pelo mercado paraguaio e os outros 75% não constam na pauta de exportação, e nós sabemos que vem para o Brasil e para a Argentina e nós não tomamos medidas para não melindrar o Paraguai, que é nosso parceiro no Mercosul. Da mesma forma como agimos, também, de forma leniente com a Argentina. Sim, tem o objetivo geopolítico maior, eu sei, Sr. Ministro, eu sei... A união até sul-americana e, quem sabe, o sonho bolivariano maior de uma integração política. Muito bem! Agora, eu lhe pergunto: o Brasil vai, em nome disso, continuar? A pergunta objetiva é essa.

V. Ex^a mencionou agora o aumento das exportações argentinas. Aumentamos as nossas exportações, no último ano, para todos os países do mundo praticamente, Sr. Ministro. Com ou sem Mercosul, creio que as nossas exportações para a Argentina teriam crescido. Não é por causa do Mercosul provavelmente. Então, o argumento... Não sei, é discutível pelo menos, mas, especificamente, vamos continuar sendo lenientes com a Argentina? Sim? E até quando?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Suplicy, Sr. Ministro Celso Amorim, Deputado Rosinha, quero saudar também o nosso Embaixador no Haiti, Armando Cardoso, que aqui está presente, e agradecer, na realidade, toda a atenção que teve com a missão parlamentar que visitou o Haiti em agosto passado.

Sr. Ministro, antes de entrar especificamente no caso desta audiência pública, tenho que me referir a uma emergência, porque hoje, pela manhã, no momento em que estava tentando localizar V. Ex^a, fui informado de que V. Ex^a estava aqui. Então, é evidente que julguei muito mais apropriado trazer a V. Ex^a diretamente o assunto pertinente.

Às 9h10 da manhã de hoje, aproximadamente, a polícia americana identificou o corpo de D. Maria Raimunda Ribeiro, de 54 anos, mineira de Poços de Caldas. Ela morreu quando tentava fazer aquela travessia entre México e Estados Unidos no dia 07 de julho. O corpo só foi identificado nesta madrugada por meio de impressões digitais, diga-se de passagem.

E o caso da Dona Raimunda é especial e típico; e é por esta razão que venho solicitar a V. Ex^a providências, porque ela vivia nos Estados Unidos há dez anos. Veio ao Brasil para rever os pais. Tentou regressar, a Embaixada americana recusou o visto, muito embora ela fosse casada com um cidadão americano e tivesse dois filhos nos Estados Unidos, cidadãos americanos. Evidentemente que ela tentou cruzar a fronteira ilegal-

mente. Aos 54 anos de idade, não resistiu à travessia, perdeu-se do grupo e está desaparecida desde o dia 07 de julho e foi encontrada essa madrugada. V. Ex^a pode imaginar como é que a família da D. Raimunda se sente nesse momento.

Então, a primeira coisa que peço a V. Ex^a é que solicite à representação diplomática do Brasil que ajude de todas as formas a família de D. Maria Raimunda, primeiro, no retorno do corpo, porque, lamentavelmente, nós não dispomos de verbas para fazer o traslado de corpos de brasileiros que morrem no exterior. Já discutimos isso aqui na nossa comissão, já tentamos criar recursos para que, nessas emergências, possamos fazer isso, mas seria absolutamente imperioso que o Ministério das Relações Exteriores sobretudo assumisse o controle dessa situação de emergência e, ao mesmo tempo, fizesse indagações ao governo americano nesse sentido.

Eu sei que, lamentavelmente, o Brasil não é o único nesse sentido. Ainda há duas semanas, eu lia uma reportagem de fundo do **New York Times** falando exatamente de casos semelhantes, da deportação de mulheres mexicanas que têm filhos nascidos nos Estados Unidos e no momento que descobrem que estão ilegalmente no país são deportadas, mesmo tendo filhos nos Estados Unidos.

Estou me referindo a isso, Sr. Ministro, porque se trata de uma mineira de Poços de Caldas, minha conterrânea. Tenho certeza de que a família, sensibilizada como está nesse momento, ficaria extremamente grata com a participação do Ministério das Relações Exteriores em qualquer circunstância em que possa ajudar.

Em agosto, conforme acabo de agradecer ao nosso Embaixador, exatamente pela acolhida e pelo carinho que dispensou aos Senadores que lá estiveram, inclusive em companhia do Senador Suplicy, Presidente desta Comissão, tive a oportunidade de fazer algo muito mais de repórter do que de Senador, porque fiquei conversando com os nossos soldados durante várias horas. Cheguei a algumas conclusões que poderiam ajudar extremamente, no sentido da relação do Brasil com o povo haitiano.

Primeiro, algumas curiosidades: o soldado vai para lá por um período de seis meses. Ele não pode ter nenhum contato com mulher, nem, definitivamente, com homem. Falaram-me, inclusive, que qualquer relacionamento sexual é punido com a deportação imediata do soldado – ele volta para o Brasil imediatamente –, mas também não há nenhum programa que possa trazer a esse militar que está no Haiti o direito de fazer um contato com a sua família.

Recordo-me que, quando eu vivia nos Estados Unidos como repórter, existia uma chamada Comissão Aérea Brasileira, que, a cada 15 dias, fazia um voo regular com aviões Hércules em que os parentes, as pessoas ligadas àqueles militares que estavam servindo nos Estados Unidos podiam se deslocar até o local.

Pergunto se, com a missão de 1.200 homens, hoje, nos Estados Unidos, não existe a possibilidade de, a cada 15 dias, um avião da FAB fazer um voo levando suprimentos, atendendo emergências de pessoas, de lá para cá.

Cheguei até mesmo a receber um pedido dramático dos nossos soldados, que falavam da possibilidade de se descer uma perna de satélite nos nossos acampamentos. Uma recepção de satélite é uma coisa simples, que custa US\$120.00. Assim, podem-se receber as imagens da TV brasileira, e eles podem ter algum contato com o País. Eles ficam seis meses sem absolutamente nenhum contato. Nem mesmo um ponto de Internet esses soldados têm, para que possam se dirigir àquele local, dentro do acampamento, e ali entrar em contato com parentes, etc.

São coisas que podem e, certamente, serão levadas ao comando militar, mas que passará por V. Ex^a, até porque o Ministério das Relações Exteriores pode fazer todas essas sugestões.

O outro ponto que eu gostaria de citar, especificamente, é que, durante a nossa viagem, o Presidente da República, num determinado momento, assumiu compromissos que cumpriu, diga-se de passagem, como o envio ao Haiti de missões de cooperação técnica, assim como técnicos da Embrapa e de órgãos de assistência social.

No entanto, ficou acertado, também, que se faria algo de que não ouvi, até agora, nenhuma informação. Não é um compromisso do Presidente, mas foi um certo compromisso assumido pelos Senadores, e o Senador Suplicy se lembra disso, quando encontramos um grupo de oposição tanto ao Aristide* quanto ao Governo provisório. Se V. Ex^a se recorda, Senador, chamava-se Gérard Pierre-Charles. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gérard Charles, que veio a falecer há menos de dois meses, mas, se me permite, a Deputada Maninha e o Deputado Fernando Gabeira estiveram, nesta visita, outra vez naquela residência, onde a viúva do Professor Charles recebeu os Parlamentares, acompanhados das mesmas pessoas.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois é, veja só, Senador, é até em memória do Gérard Charles que estou fazendo esse comentário, porque assumimos um compromisso de que faríamos alguma coisa com relação ao processo eleitoral no Haiti, pois só 10%

dos haitianos participaram do último pleito. Eles são 800 mil. Então, evidentemente, não se revolve quem vai ser presidente de um país com 10% da população votando. Não existe cadastro eleitoral. Ninguém sabe quem vota, quem não vota, quem pode votar, quem não pode votar. Isso tudo está perdido.

Então, a sugestão que fizemos àquela época, Sr. Ministro, foi de que, por meio do BNDES, do Ministério das Relações Exteriores ou da Defesa, se providenciasse o **minimum minimorum** de um cadastro eleitoral em conjunto com alguma entidade haitiana, porque senão não tem jeito de se eleger uma liderança.

Essa extraordinária liderança que visitamos, que era o Gérard Charles, que entendi, inclusive, que poderia ser um candidato fortíssimo a Presidente do País – lamentavelmente, morreu há dois meses – e deixa isso claro. Segundo ele não temos como fazer uma eleição aqui. É impossível escolher uma liderança com 10% da população. Deus sabe como esses 10% votam e de que maneira esses votos serão contados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eles salientaram que uma parcela muito grande da população não tem sequer a carteira de identidade, quanto mais o título de eleitor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É verdade. Mentem os nossos entendidos – que chamo de espertos brasileiros – quando dizem que nossa urna eletrônica é extraordinária. Isso é uma falácia! Essa urna não existe. Ela não passa em teste algum. Já correram lá para oferecer nossa urna para a eleição. De repente, poderemos até indicar o Presidente do Haiti, porque poucos votam e os que votam ainda o farão nessa urna, que, se quisermos, apertamos duas vezes o botão e votamos em quem quisermos. De repente, haverá uma questão internacional mais complicada.

Ministro, penso que deveríamos fazer algo nesse sentido. Algum resultado tem de surgir dessa preocupação que essas lideranças políticas demonstraram com respeito ao cadastro eleitoral no Haiti, já que estamos lá e que estamos ajudando em todos os setores. Estivemos presentes e verificamos que estamos fazendo um trabalho maravilhoso. Não tenho a menor dúvida de que poderemos fazer isso também.

Sr. Presidente, encaminho, oficialmente, um requerimento, neste momento, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicitando informações do Ministro das Relações Exteriores sobre quais os gastos mensais e acumulados com cada uma das missões de paz sobre a égide da ONU atualmente em andamento? Quais dessas despesas foram ou serão reembolsadas pela ONU, em que montante e de que forma? Qual a situação do endividamento da contribuição regular ou de outros eventuais débitos do Brasil junto à ONU? Já

houve tratativas no sentido de compensar, na dívida do Brasil com a ONU, os gastos que estamos fazendo no Haiti e também no Timor Leste?

Mais uma vez, reporto-me a uma viagem que fiz, em maio, aos Estados Unidos, representando o Presidente José Sarney em uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa. E, lá, tive a oportunidade de conversar com o Subsecretário de Estado Americano Robert Noriega e fazer-lhe esta mesma pergunta. Nós estávamos para chegar ao Haiti e eu havia sido Relator da medida provisória que criava o crédito especial para enviar o contingente brasileiro ao Haiti no valor de quase R\$200 milhões e lhe perguntava se havia alguma maneira de compensação, já que estávamos gastando R\$200 milhões para mandar brasileiros ao Haiti e que devemos US\$250 milhões à ONU, se poderíamos compensar, ou seja, retirar, pelo menos, essas despesas que estamos fazendo no Haiti daquilo que devemos a ONU.

Faço essa pergunta a V. Exª porque não obtive resposta dele. Disse-me ele que analisaria a questão com carinho e que poderia haver um caminho. Pergunto a V. Exª se existe algum caminho oficial que se possa adotar nessa situação.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Associo-me ao agradecimento que o Senador Hélio Costa fez ao Embaixador Armando Cardoso pela atenção que teve para com a delegação dos Senadores Hélio Costa, Maguito Vilela, Leomar Quintanilha e eu, nos três dias em que estivemos em missão. Agradecimento esse que já fizemos da tribuna, mas que reitero neste momento. Agradeço a sua atenção para conosco.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, agradeço o convite feito pelo Senador Eduardo Suplicy para estar presente a esta audiência pública extremamente importante. Farei somente uma pequena intervenção no que diz respeito ao acordo União Européia e Mercosul, que foi um dos temas abordados pelo Ministro.

Na semana passada, a Comissão do Mercosul do Parlamento Europeu se reuniu com a Comissão Parlamentar Conjunta em Buenos Aires. Fizemos um pequeno debate que já foi continuidade de uma reunião de Bruxelas, no início de novembro, onde procuramos debater um pouco esse acordo, e a informação que tivemos é que os parlamentares europeus que fazem parte da Comissão do Mercosul ou mesmo do Parlamento Europeu nada sabem sobre o acordo Mercosul-União Européia, têm menos informação do que nós, que a obtivemos aqui.

Em função disso, aprovamos uma carta de intenção, vamos dizer, uma carta entre os Parlamentares, de constituição de um bloco entre Parlamentares do Mercosul e da União Européia, para acompanhar as negociações que vão se dar daqui em diante. Parece-me que a primeira reunião deve ser em março, já na Europa.

Então, o pedido que faço aqui, como Presidente da Comissão do Mercosul, é de sermos informados do processo negocial, nos momentos das negociações, até para que o bloco possa acompanhar. Há uma demanda muito grande da sociedade civil em busca de informações, e eles procuram muito a Comissão Parlamentar Conjunta para obter informações sobre essas negociações. Tanto é que agora já fiz o convite ao Itamaraty, aos responsáveis pela negociação, para estarem presentes à Comissão Parlamentar Conjunta, no dia 15 de dezembro, numa reunião das CPCs junto com a sociedade civil, em Belo Horizonte, porque os negociadores estarão todos lá, que devem essa atenção para nós.

Entendemos, Ministro, que é uma negociação importante, é fundamental para o Mercosul, até porque vai dar muitas respostas às perguntas levantadas pelo Senador Jefferson Péres, e é importante também a questão da transparência das negociações.

Nós sabemos que a vontade brasileira, tornando pública a OMC, Alca e tudo o mais, também nunca se negou a ter esse diálogo conosco, mas as informações sempre foram muito aquém daquelas que desejávamos. Então, é somente essa solicitação. Não é uma intervenção de perguntas, mas essa intervenção, e logo depois de ouvir sua resposta, vou ter que também me retirar, em função mesmo de assinar a presença na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Participação, de que sou membro. É necessário dar quorum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, passamos a palavra ao Ministro Celso Amorim.

Eu gostaria apenas de dizer, quanto ao apelo do Senador Hélio Costa, que acredito seja meu próprio e de toda a Comissão, com respeito a essa brasileira. Infelizmente não é a primeira pessoa que tenta ingressar nos Estados Unidos e acaba falecendo nessa tentativa. Quero aqui transmitir o quanto será importante caminharmos na direção da livre circulação de pessoas nas Américas, já que caminhamos na direção de não haver mais os muros que o próprio Governo dos Estados Unidos costumavam condenar, seja o muro de Berlim, agora o muro da Cisjordânia, e seria importante que terminássemos o quanto antes com essas dificuldades tão grandes de poderem os seres humanos se locomover. Se eles desejam tanto a liberdade para o capital, liberdade para bens e serviços se locomoverem

pelas Américas, mais importante será que os seres humanos possam se locomover sem essas ameaças a suas vidas. Então, esse também é um apelo no sentido de muitas vezes termos aqui colocado isso.

Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo com as respostas do Deputado Dr. Rosinha, que tem que se afastar, tem que sair, é relativamente curta, eu faria por aí, eu primeiro fico, de alguma maneira, pelo menos lisonjeado de que os Parlamentares do Mercosul dispusessem de mais informação do que os da União Européia. É sinal de que estamos avançando muito, quando vemos nesses relatórios da *Transparency International* que o Brasil fica lá atrás, esse é um dado importante a ser transmitido, porque demonstra que o Governo tem trabalhado. Nós muitas vezes falhamos. Eu não quero aqui dizer que somos perfeitos – longe disso. Agora, temos trabalhado realmente com o máximo de transparência. Lembro-me que a primeira vez em que fui questionado a esse respeito foi pelo Senador Jefferson Péres, com relação a nossa oferta sobre a Alca, e eu imediatamente tratei de atendê-lo dentro dos dados de que dispunha no momento.

De lá para cá, tentamos regularizar. Grande parte das nossas ofertas são disponíveis no *web site* do Itamaraty, ou das negociações respectivas, mas teremos muito prazer, Deputado. E creio que é muito importante que neste caso haja uma conversa em profundidade com os próprios negociadores, que muitas vezes sabem muito mais que eu em certos detalhes que são, às vezes, legitimamente objeto de curiosidades parlamentares.

Tive, de maneira não sistemática, muitos contatos com parlamentares sobre esse tema, preocupados com aspectos diferentes. Alguns, por exemplo, ligados ao desenvolvimento agrário e outros ligados a industriais, mas realmente, um contato sobre esse tema específico, seria muito importante. Eu próprio terei no momento adequado, mas creio que já no dia 15 darei instruções ao Embaixador Régis, que está levando essas negociações para que tenha contato com V. Ex^a. É o nosso desejo. Achamos que só assim poderemos ter negociações efetivas. Isso é o que basicamente V. Ex^a me perguntou.

Com relação às outras questões, começando pelo Senador Jefferson Péres, primeiro queria agradecer o apoio com relação à nossa participação no Haiti. Tive contatos; talvez não tantos quanto desejaria, mas já tenho tido. Creio que V. Ex^a foi o meu relator; eu era o Presidente da Comissão quando fui designado Embaixador em Londres. Tivemos ocasião de conversar mais amplamente, de maneira que conheço muito

bem os princípios éticos e morais que norteiam a sua atuação. Então, isso valoriza, para mim, de maneira especial, o seu apoio.

Com relação à questão do limite temporal, acho que – digamos – o próprio mandato da ONU agora é renovado por seis meses. Os primeiros seis meses – vou-lhe dizer -, em grande medida, foram de aprendizado, até de uma realidade muito nova. Creio que tanto para os militares que estavam lá quanto politicamente para nós, com o que poderíamos contar, com o que não poderíamos contar, como poderíamos mapear alguns aspectos do apoio econômico da comunidade internacional. Confesso que fiquei um pouco decepcionado com a resolução que foi aprovada nas Nações Unidas que tem alguns pontos importantes. Recolhe alguma coisa do grupo do Rio, recolhe alguma coisa da Ibero-americana, mas que poderia ser mais forte na parte de reconstrução e de reconstituição política.

Mas eu diria que esse próprio prazo de seis meses é um prazo que teremos para, digamos, considerar se de fato os objetivos que perseguimos no Haiti estão sendo alcançados. E isso não depende só de nós, depende de outros. Acho que se lograrmos avançar em algumas dessas áreas que mencionei antes da exposição, esses acordos com participação do Canadá, alguns, de países europeus, em outros casos, do Banco Mundial, não é que eu vá dizer que isso nunca foi feito, porque houve dinheiro do Banco Mundial no passado. Mas creio que nunca foi feito com essa intensidade, com esse nível de participação e com essa proximidade, digamos, de quem realmente pode ajudar sem ter nenhum passado colonial, sem buscar nenhuma vantagem específica. No nosso caso, sequer nenhuma preocupação imediata com a imigração, porque não é um problema do Brasil. Pode ser um problema de outros países. Estamos querendo realmente ajudar o Haiti. É difícil para as pessoas acreditarem que você quer ajudar um outro país. Mas a verdade é essa.

O raciocínio que estou fazendo neste momento – pode ser que daqui a cinco meses o meu raciocínio mude em função dos fatos – é o de que temos esses seis meses pela frente. Nesses seis meses, terá que ocorrer muita coisa ligada a esses outros projetos que mencionei, por um lado. Por outro lado, o governo haitiano terá que demonstrar um real desejo, não só nas palavras que ele tem demonstrado, como foi dito aos senhores num discurso que Latortue fez em São José da Costa Rica, mas nos atos um desejo real de uma abertura para todos os setores da sociedade, todas as correntes políticas haitianas.

Se essas duas coisas estiverem acontecendo, e acho que se elas ocorrerem – não vamos ser excessivamente modestos, porque muitos outros estão aju-

dando – em boa parte terá sido em função da maneira como o Brasil entrou e da presença brasileira. Nesse caso, acredito que se deve considerar a prorrogação. Se verificarmos que isso não está ocorrendo, realmente não podemos sozinhos arcar com a situação. Queremos ajudar o Haiti, mas não podemos fazê-lo sozinhos. Não há condição. Como V. Ex^a disse, temos os nossos problemas.

Tenho percebido, até nas minhas relações pessoais, que os pobres, muitas vezes, são mais solidários que os ricos. Portanto, o fato de o Brasil ser solidário com o Haiti é até um exemplo. Contamos menos no Orçamento se tem ou não. Ficamos pensando – talvez seja um erro de nossa praxe – se podemos conseguir um crédito suplementar para isso em determinado momento. Quando analisamos, por exemplo, o comportamento dos países ricos, vemos que é muito limitativo. Uma das razões de a prorrogação ter sido de seis meses – não é talvez a única, mas é uma delas – foi a alocação dos fundos.

Eu não estabeleceria um prazo fixo definitivo, porque, se tudo estiver dando certo, a presença brasileira será muito importante. O Brasil tem condições. Os soldados, os políticos e os diplomatas brasileiros têm uma capacidade de comunicação, de fazer uma ponte, que poucos outros têm. Não vou dizer que ninguém tenha, mas poucos outros têm. A meu ver, os chefes de governo do Caribe, todos muito refratários à situação que se produziu, de certa maneira, avançaram em suas posições. Não vou dizer que mudaram em suas críticas ao que ocorreu no passado, mas se dispõem a olhar o futuro e disseram, com todas as letras – não estou reproduzindo nem inventando palavras – que estavam dispostos a trabalhar com a Minustah ou com a Comunidade Internacional sob a liderança do Brasil. Sendo assim, a nossa presença tem um papel positivo naquele país. A pergunta feita pelo Ministro das Bahamas, que mencionei no início, também é indicativa disso. Perguntou-me: “O Brasil estará disposto a ficar mais tempo se for necessário”?

Dispomos de um prazo-teste para ver se tudo está caminhando na direção certa. Se estiver fluindo razoavelmente, creio que deveremos ficar um pouco mais. É difícil estabelecer quanto tempo mais ficaremos, mas também concordo com V. Ex^a. Mesmo que tudo caminhe na direção certa, não é possível ficarmos no Haiti indefinidamente. Teremos de fazer o rodízio, como, aliás, fizemos em Angola.

O caso do Haiti talvez seja o primeiro que tenha tido tanta proeminência, porque o Brasil tem, ao mesmo tempo, o comando e a maior contribuição de tropas, mas o País já foi comandante de outras operações e também já foi o maior contribuinte de tropas. Talvez

nunca tenha havido essa coincidência. Em Angola, houve um momento em que tivemos o comando e, em outro momento, fomos o maior contribuinte de tropas. A situação em Angola era gravíssima, mas o papel das Forças Armadas não era tão crucial quanto parece ser hoje no caso do Haiti. Essa é a minha resposta.

Desculpe-me, Senador. Obviamente não quis, de maneira alguma, ofender V. Ex^a com a palavra... Eu estava falando de maneira geral e, digamos, com a liberdade que me permito falar. Há críticas e críticas, mas há pessoas que não gostam mesmo da própria instituição. Os pontos que V. Ex^a mencionou são muito válidos, e temos procurado lidar com eles.

Não sei se seria o caso de buscar uma justificativa estatística para o que eu disse. Concordo com a afirmativa de que as estatísticas sempre são manipuláveis e não quero dar a impressão de que estou fazendo isso. É verdade que cresceram para todo o mundo. É verdade também que, no caso da Argentina, quando se trata de crescimento percentual, as estatísticas partiram, há dois anos, de um patamar baixo. Tudo isso é absolutamente verdade. Não apenas o crescimento foi altíssimo no último ano em termos percentuais – cerca de 90% –, sobre um crescimento anterior em um patamar baixo. Concordo com isso.

Por exemplo, tenho ouvido críticas, não de V. Ex^a, mas de outras pessoas, de que, ao mencionar o crescimento percentual, eu estava ignorando o fato de o patamar ser baixo. Não deixa de ser uma novidade interessante, ainda que, com todas as qualificações que V. Ex^a fez, nunca tenhamos exportado tanto para a Argentina. É um fato interessante, ainda que seja num contexto, como V. Ex^a mencionou, de aumento das exportações do Brasil para o mundo inteiro. Aliás, não tenho todos os dados sobre esse assunto, mas apenas informações dispersas.

Fugindo um pouco do que V. Ex^a perguntou, as exportações brasileiras cresceram praticamente para todos os mercados, salvo oscilação aqui e ali, o que é natural ocorrer por algum motivo específico. Num contexto de crescimento global, o percentual para países em desenvolvimento e novos mercados aumentou bastante – creio que, pela primeira vez, ultrapassou o percentual verificado em países desenvolvidos. Então, num contexto de crescimento, esses novos mercados têm revelado a sua potencialidade, o que demonstra, a meu ver, que não estamos perseguindo algo puramente político – ou doutrinário, vamos dizer assim.

O que pretendemos são resultados práticos, e eles têm ocorrido. Todos conhecem os recordes de exportações, mas é interessante notar que esse bom desempenho se deve a um percentual muito importante associado a mercados novos. O crescimento relacio-

nado à Argentina foi bem grande em razão também dos fatores que já mencionamos, mas, com relação aos outros países da América do Sul, à exceção do Mercosul, o crescimento é da ordem de 50%, é um crescimento muito grande.

No que tange aos problemas que V. Ex^a relatou quanto ao Paraguai, concordo plenamente. Sr. Senador, neste caso, não creio que devamos ser lenientes, mas também não penso que resolveremos o assunto apenas com repressão – trata-se de uma opinião pessoal, sujeita, como diz V. Ex^a, a uma discussão de uma hora, que terei muito prazer em ter com V. Ex^a quando me der a honra, no meu ou no seu gabinete. O Paraguai é um país vizinho onde moram 400 mil brasileiros, que precisamos proteger tanto quanto os que residem nos Estados Unidos; é um país onde há muitos investimentos, onde há muitos interesses.

Uso uma frase que – concordo – é de efeito, no entanto, expressa uma verdade. A integração na América do Sul ocorrerá de um modo ou de outro. Será pelo narcotráfico ou pelo contrabando – pelos problemas que V. Ex^a mencionou – ou pela guerrilha ou de forma organizada, por meio do comércio, dos investimentos, da tecnologia e do turismo. Talvez, até inevitavelmente, haja uma mistura dessas causas, mas – nem estou dizendo que V. Ex^a disse isso – não seria interrompendo a integração que evitaríamos esses outros problemas.

Recordo-me de parlamentares de determinado Estado que me procuraram, quando do advento do Mercosul, preocupados com a diminuição do comércio informal que ocorreria – não me vou referir com que país esse Estado fazia fronteira para não suscitar interpretações. Se, realmente, todas as tarifas atingissem zero, a vantagem do comércio informal desapareceria – ou pelo menos diminuiria consideravelmente. Até nesse sentido, o Mercosul é uma força positiva. No entanto, como costume dizer, o remédio não é menos: é mais Mercosul.

Concordo com as críticas de V. Ex^a quanto ao fato de não haver uma tarifa externa comum para todos os produtos. Há apenas para um número limitado, o que já é importante. Se quisermos negociar com a União Européia, por exemplo – não é preciso ir à China, onde há um problema político –, é necessário haver livre circulação de mercadorias no Mercosul. Como um produto europeu pode ser vendido para o Brasil se a passagem pelo Paraguai ou pela Argentina exigir o pagamento de nova tarifa? Isso é um absurdo – e não é um mercado comum.

Os problemas são maiores do que os que V. Ex^a apontou, Sr. Senador, e solucioná-los requer muito esforço. Se, com toda a imparcialidade possível, com-

pararmos as cifras de hoje com aquelas de cerca de treze anos atrás, quando do início do Mercosul, constataremos que o aumento é imenso, muito maior do que o incremento geral das nossas importações – talvez à exceção da China, onde houve esse aumento espetacular recentemente. Lembro que, em quatro ou cinco anos, ele tinha praticamente quadruplicado – depois, diminuiu em razão das crises e, em seguida, voltou a melhorar.

Há muitos problemas, mas a expectativa é de que os países aprendam as lições. No caso do Paraguai, as crises existem, mas temos consciência de que há um esforço do atual governo para, paulatinamente, afastar a economia da informalidade – essa situação não se resolve com imediatismos, ainda que fosse esse o correto. Para isso, eles contam com o apoio brasileiro. No tocante à Espanha, a Portugal e à Grécia, países mais pobres da União Européia, a questão foi resolvida por meio de fundos compensatórios.

Aceito as suas críticas e ficarei mais atento a elas, mas tentando analisá-las num contexto de que o problema pode ser solucionado de forma que envolva mais – e não menos – Mercosul.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Como vou retirar-me, poderia fazer dois comentários?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, não estou preconizando a destruição do Mercosul. Inclusive, V. Ex^a sabe que sou um entusiasta da integração do OTCA, por exemplo, Tratado de Integração Amazônico.

O SR. CELSO AMORIM – A reunião de Manaus que lhe prometi foi feita.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Foi feita. Muito obrigado. Ministro, creio que os dirigentes argentinos, de modo geral, sabem ou pensam que, para o Governo brasileiro, o Mercosul é um objetivo político que tem de ser mantido a qualquer custo. Acredito que, se, de alguma maneira, fizéssemos com que pensassem, não sei por quais canais ou meios, que não será a qualquer custo, sentir-se-iam menos estimulados a adotar essas medidas unilaterais.

Quanto ao Paraguai, não sou eu, Senador da República, que estou dizendo. Outro dia, um amigo meu fez um humor negro, dizendo que gostaria muito que ali fosse zona de turbulência tectônica e um terremoto destruísse a Ponte da Amizade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe, quando houver livre circulação de bens, serviços e de pessoas entre todos nós, esse problema terminará e a Ponte da Amizade vai realmente simbolizar

a amizade entre paraguaios, argentinos, brasileiros, uruguaios e todos na América do Sul.

Estão inscritos os Senadores Ideli Salvatti e Cristovam Buarque, mas o Ministro Celso Amorim ainda tem o complemento da resposta ao Senador Hélio Costa. Em seguida, passaremos a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, posteriormente, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CELSO AMORIM – Com relação ao apelo feito, evidentemente, Senador, tomaremos todas as providências. Aliás, o Embaixador Rui Nogueira, que supervisiona toda essa área de cooperação e Consular, vai obter os dados precisos, inclusive para saber onde está o corpo.

Tomaremos as medidas todas de dar apoio à família. Também gostaríamos de dispor de recursos para dar mais apoio ainda aos brasileiros. Como sabe V. Ex^a, estamos reabrindo alguns Consulados, com o objetivo precípuo de apoiar comunidades brasileiras. Estamos abrindo Consulado em Atlanta. Estamos ampliando consideravelmente nossos serviços no Japão. Estamos reabrindo o Consulado em Genebra, porque atende a toda parte do sul da França. Eu mesmo sofri com isso. Não diretamente, porque sou Embaixador. Mas, quando minha filha quis obter o passaporte da minha neta, levou mais de um mês e meio para adquiri-lo. E não é porque não há funcionários, nem dinheiro. Então, é preciso haver recursos para isso.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Existe alguma previsão para aumentar o contingente em Houston? Lamentavelmente, o que vimos é que precisamos do dobro de gente.

O SR. CELSO AMORIM – Senador Hélio Costa, o Senado receberá oportunamente a informação, porque terei que passar isso pelos trâmites do Executivo e conto que obterei o apoio para o pedido de aumento de quadros para o Itamaraty, que não pode operar com a política externa que tem e com o número de brasileiros que hoje há no exterior com basicamente o mesmo número de pessoas que havia há 15 ou 20 anos. Então, será fundamental aumentar o quadro porque hoje o cobertor é curto. Para aumentá-lo em Houston, tenho que tirar uma pessoa que está negociando – digamos – um problema gravíssimo em Genebra ou então em um outro Consulado no Japão. O cobertor é realmente muito curto. Às vezes se disse: “Aqui é o chefe da Divisão”. Quando se verifica o número de pessoas que há na Divisão, constata-se que não há ninguém. A Divisão é ele mesmo.

Gostaria de fazer uma autocritica da instituição, que me inclui a mim próprio, que sou muito transparente. O comércio com a Coreia hoje é de US\$ 3 bilhões. A lotação teórica é de quatro diplomatas. Sabem quan-

tos diplomatas há lá hoje? Um, que é o Embaixador. Não é possível! Isto vou corrigir de imediato. Mas se alega que existe muita gente em Londres ou Paris ou Genebra. Não é verdade! Já servi em alguns desses postos como Embaixador. Raríssimas vezes encontrei alguém que não esteja plenamente ocupado, e se não está plenamente ocupado é porque a pessoa não quer, então não adianta, mas é raríssimo. Normalmente mesmos nesses lugares se sente falta do acompanhamento, por exemplo, de certos temas, porque o Brasil tem uma agenda muito grande – desculpem-me fazer um pouco de digressão, mas tenho que aproveitar. O Brasil, hoje, é ativo em todas as áreas: na área de meio ambiente, na área de direitos humanos, no combate à fome, na área comercial, é um *player* central na área comercial, enfim, é ativo também em áreas políticas, muitas que sabemos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. CELSO AMORIM – Sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fiz o comentário, Sr. Ministro, exatamente porque acompanhei o retorno dos brasileiros que estiveram presos nos Estados Unidos durante quase dois anos, e evidentemente que todos os entendimentos partiram de Houston, onde há uma grande concentração de brasileiros, e inclusive visitamos essas prisões no Texas, e também para lembrar que o Consulado de Houston produz mensalmente cerca de US\$ 300 mil de receita local, evidentemente que se há uma receita tão boa e há tanto trabalho com os brasileiros imigrantes presos naquela região ali tem que ser um ponto de referência para qualquer ação de V. Ex^a.

O SR. CELSO AMORIM – Vamos, o mais rapidamente possível, reforçar a lotação do Consulado em Houston, mas quero lhe dizer que de fato é um problema endêmico. Pode haver uma situação crítica em Houston pela razão que V. Ex^a expôs muito bem, a questão dos prisioneiros, mas temos dado assistência em muitos outros lugares.

Por exemplo, os conflitos que V. Ex^a mencionou em relação ao problema de imigração nos Estados Unidos. Vamos reclamar e procurar saber exatamente o que se passou nesse caso, não há dúvida, e todos acompanharam aqui essa situação absurda de dois brasileiros presos em Miami porque fizeram uma piadinha de mau gosto, vamos dizer, mas não era caso para estarem presos até hoje.

É muito difícil, é muito difícil lidar com as autoridades de imigração dos Estados Unidos. Temos feito esforços, houve um encontro do Embaixador Ruy Nogueira com uma subsecretária aqui, na esteira de entendimentos que tínhamos tido antes, por telefone,

até com o Secretário de Estado. Há avanços, mas os avanços são milimétricos, e como V. Ex^a muito bem apontou não são dirigidos ao Brasil, conheço casos não só de mexicanos, mas de iugoslavos, húngaros, aliás basta ir ao cinema mesmo para ver os inúmeros casos desse tipo que existem nos Estados Unidos.

Desculpe, V. Ex^a havia me perguntado sobre processo eleitoral. Certamente essa é uma das áreas que temos preocupação, não diria que já um projeto, mas certamente é uma área onde queremos cooperar, é aliás também uma área em que o Caribe quer cooperar, e acho muito importante a presença caribenha. Não sei se cheguei a comentar na minha exposição inicial, e se não o fiz faço agora, um dos problemas pelos quais o representante do Caribe saiu foi por causa de segurança. Vou conversar com o Gal. Heleno especificamente, não que estejamos propondo segurança a todas as embaixadas, porque não vamos poder fazer isso, é óbvio, não estamos lá para isso, mas no caso do Caribe, do Caricon, penso que é fundamental para o próprio processo político do Haiti, inclusive essa reconstituição institucional.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Com respeito ao ressarcimento dos recursos que usamos para enviar nossos soldados ao Haiti.

O SR. CELSO AMORIM – Com relação ao ressarcimento, precisaria rever, visitar esse tema. Quando estava em Nova Iorque, fui embaixador lá, tentamos alguma vez, porque essa questão de dívida do Brasil é endêmica, estamos agora dependendo de um crédito suplementar que vai permitir melhorar muito essa situação, contamos que ele seja liberado, se é que já não foi, isso melhorará muito a nossa situação de dívida com a ONU. Em geral o que a ONU tende a dizer é que são contas que não se comunicam, as contas de operações de paz com as contas... Enfim...

O que se conseguiu no passado é alguma negociação: olha, vamos pagar mais rápido a dívida, e vocês em compensação também nos ressarcem mais rápido. Nunca é integral, nosso ressarcimento não é integral, isso depende de quanto se gastou. A ONU tem um fixo, não é que pague 70% ou 60%, ela paga um fixo, aí depende do custo que o país atribui que teve, por exemplo, um soldado de Bangladesh provavelmente ganha muito menos então o ressarcimento que a ONU paga sobra, no nosso caso falta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queria colocar em votação o requerimento lido pelo Senador Hélio Costa relativamente à solicitação de informação sobre as missões.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Será encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores.

Deixo na mão do Ministro, para adiantar.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria inicialmente saudar nosso Ministro Celso Amorim, toda a equipe que o acompanha, e dizer que estamos vivenciando uma semana em que as palavras “competência” e “resultados” roubaram a cena. Todas as vezes que me pedem uma avaliação a respeito do Governo Lula, sempre digo que se existe um setor de atuação do Governo que merece nota dez é exatamente a área da política externa, das tratativas, da ocupação do espaço negocial, questionador e aglutinador de forças e esforços que o Brasil vem adotando ao longo desses quase dois anos. E não se trata de uma ruptura, pois já acumulávamos vitórias, com importante incidência no cenário internacional. Não se trata também de revolução, digamos, mas é indiscutível o resultado, talvez até por conta da obstinação do Presidente Lula, que colocou o tema em seu programa de governo como um dos eixos centrais a fim de buscar espaços, ganhar a capacidade operacional do Brasil pela importância que deve e pode ter no cenário internacional, pois possui potencial.

Portanto, gostaria de deixar registrado, Sr. Ministro, o bom resultado e a competência com que vem sendo tratada nossa relação internacional: as vitórias que obtivemos na OMC, inclusive na área do combate à fome, aglutinando outros países, montando fóruns de países emergentes, com articulações no sentido de enfrentar a atual situação de grande concentração de poder econômico e negocial, na União Européia e nos Estados Unidos. Para tanto, é necessário haver aglutinação. Do contrário, não há como fazer os enfrentamentos.

Preocupe-me um pouco com determinados ruídos ocorridos, V. Exª já se reportou ao fato, mas gostaria de deixar registrado, principalmente nas visitas dos Presidentes da China e da Rússia, de que cedemos demais em troca de pouco. Se não for possível entender a ocupação do espaço colocado em todas as tratativas com a China e com a Rússia, e mesmo a quantidade de acordos que, apesar de tudo, demos conta de firmar durante as visitas, principalmente da China, se não houver esse xadrez internacional colocado, poderá haver alguns setores. E como veio de alguns setores que poderão ter alguma dificuldade nos acordos, porque haverá disputa na área industrial, e não existe acordo internacional onde não há ganhos e perdas. Portanto, se não for possível entender no contexto global, no contexto do todo do que está sendo negociado e acertado com esses países, inclusive na questão in-

ternacional do que significa uma parceria maior com China e Rússia, realmente permaneceremos em uma situação de difícil diálogo, em que os questionamentos vêm à cena à partir de um potencial do meu setor ter alguma perda relativa nas negociações.

Mas o que gostaria de perguntar a V. Exª diz respeito ao Mercosul e à Alca. Após o resultado eleitoral nos Estados Unidos, houve um esforço de tentar fechar o acordo do Mercosul com a União Européia. Era um *time* muito importante para nós o de fechar ou avançar mais com a União Européia, pois isso colocaria a questão das negociações com a Alca também em outro patamar. É o que gostaria de saber, Sr. Ministro. Como ficou o *time*, esse tempo negocial Mercado Comum Europeu/Mercosul e Mercosul/Alca. E como isso vai se desenrolar no próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Ministro, em primeiro lugar, peço desculpas por não ter estado presente em sua apresentação, pois hoje é o último dia da entrega de emendas, e tento conseguir mais recursos para a educação.

Em segundo lugar, antes de entrar na minha pergunta, quero fazer um pedido: que, quando V. Exª fizesse referência a essa integração que vai haver na América Latina, da qual sou um entusiasta, quando falasse de comércio e turismo, acrescentasse também educação e cultura, só para enfatizar sempre.

Sobre o assunto, quero dizer o seguinte: sou de uma geração – aliás, a sua – que fez manifestação nas ruas contra o envio de tropas do Brasil para a República Dominicana. E agora votei, com toda tranquilidade, pelo envio de tropas brasileiras ao Haiti. Primeiro, naquela época, era uma intervenção americana contra a vontade do povo dominicano, numa eleição; agora, é uma manifestação das Nações Unidas, devido à necessidade social, por generosidade ao povo haitiano, como V. Exª mesmo falou, e, também, claro, por afirmação do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, votei com tranquilidade, apesar da grande preocupação, como V. Exª deve ter, e o Presidente Lula, também.

Tenho algumas perguntas a fazer. A primeira é uma informação que gostaria de obter. O Itamaraty tem algum grupo participando dessas discussões que hoje são feitas nas Nações Unidas sobre as chamadas nações inviáveis? Porque o problema do Haiti não é apenas de segurança, nem de fome, nem social. O Haiti, como diversos outros países do mundo hoje, está no limite da inviabilidade como nação, como o Sudão e outros a que não vale a pena referir-me. Pelo que soube das minhas relações e convivência com as

Nações Unidas, há um grupo estudando o que fazer com esses países inviáveis, inclusive alguns que podem ocorrer na América Latina, muito próximos. Por um lado, não podemos deixar que esses países se desfaçam, como seria o caso do Haiti, se não estivéssemos lá, com as Nações Unidas; ao mesmo tempo, isso traz ameaças ao conceito, que talvez seja antigo ou não, de soberania isolada de cada nação.

Então, a primeira pergunta é sobre se o Itamaraty, com toda a competência que tem, está dando contribuição a essa reflexão e sobre como nós, do Senado, poderíamos envolver-nos nisso, especialmente a Comissão – peço permissão ao Presidente – das Relações Exteriores e Defesa Nacional. Como nos envolvemos nessa discussão, que acho vai ser muito importante nos próximos anos?

A segunda é se estamos conseguindo crescente apoio da comunidade latino-americana para a nossa presença no Haiti; se, cada vez mais, novos países se interessam; se temos um papel ativo nessa procura ou se cabe apenas às Nações Unidas buscar apoio.

Quero saber, também, se algum país da comunidade latino-americana faz críticas à nossa presença no Haiti. E, finalmente, se essa busca de mais apoio na América Latina se transformará em apoio a tropas, e não apenas em apoio humanitário, já que sei que algumas estão começando a manifestar-se.

Essas são as perguntas. Reafirmo minha tranquilidade em ter votado com a posição do Governo brasileiro, não apenas por ser parte dele, mas porque, neste momento, com todo o risco, não havia outra alternativa. Foi uma decisão correta. Deus ajude, para que os riscos não se manifestem na realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Agradeço as palavras de estímulo da Senadora Ideli Salvatti, que apontou bem que a causa fundamental desse êxito que S. Ex^a percebe na política externa – claro que outros talvez tenham outra percepção – vem principalmente dessa determinação do Presidente Lula.

Eu dizia, uma vez, dentro do nosso processo de integração, Mercosul e América do Sul, que o que diferencia este Governo é, digamos, a prevalência do político sobre o burocrático, é procurar perseguir até o fim as coisas que têm de ser buscadas, não é parar no meio do caminho.

Outro dia, eu estava conversando com Ruy Nogueira sobre um projeto do Banco Mundial. E ele teve a reação corretíssima, natural, ao dizer: já fizemos toda a nossa parte. Eu falei: está bom, Rui, agora que já fizemos toda a nossa parte, vamos fazer a parte deles, porque acredito que assim vamos conseguir realmente.

E isso é verdade também com a burocracia aqui dentro do Brasil, até porque cada um tem as suas regras. Se quiser fazer uma segunda ponte no Paraguai, encontra as maiores dificuldades. Pessoalmente, sou muito a favor de que haja a segunda ponte para o Paraguai; temos trabalhar construtivamente. Se quiser fazer uma estrada para a Bolívia, enfim, sempre encontra dificuldades, algumas que são razoáveis e outras que talvez o sejam, mas que deveriam ser vistas por um ângulo político maior. E o Presidente Lula tem essa visão. Graças a isso, estamos avançando em muitos campos. Sei que isso também espelha o êxito dessa questão da política em relação à fome. Há, digamos, uma obstinação de perseguir esses objetivos.

Diria que realmente a política externa não praticou revoluções, nem caberia, porque o Estado, o País, o povo é o mesmo, mas a diferença de intensidade faz diferença na qualidade e no conteúdo, no final.

Passando ao ponto que a Senadora Ideli Salvatti mencionou, com relação aos tempos da negociação, como um preâmbulo, considero muito importante o fato de conseguirmos fazer os acordos de todos os países da América do Sul, de livre comércio, antes de fazer a Alca. Não tínhamos como objetivo retardar a Alca, mas já que não foi possível, vamos fazer os nossos acordos, até para desmentir essas críticas que são feitas: Ah, o Brasil vai perder o mercado do Peru, porque, se não houver Alca, os Estados Unidos entram, fazem o TLC. Isso não existe! Frequentemente, lemos coisas desse tipo, e, como dá para responder a cada uma delas, ficam no ar, mas obviamente o Brasil teve uma preocupação, não só por essa razão, mas por uma razão política também. Mesmo do ponto de vista comercial, e esse é um dos mercados que mais têm crescido, 90% quase de manufaturas, como é o mercado dos países da América do Sul, fizemos com todos esses países acordos de livre comércio, agora temos que fazê-lo imbuídos também de um certo princípio de generosidade, porque não se pode manter por longo prazo uma relação desequilibrada, da ordem de 9 para 1 ou de 8 para 1, como são as nossas relações com o Equador e com a Colômbia, por exemplo. Então devemos também nos abrir para as exportações.

Com relação ao tempo das negociações, Senadora, creio que eu havia mencionado isso *en passant*, a negociação fundamental é a da OMC, é a negociação mais importante, fora as da América do Sul, porque têm uma conotação política também. Do ponto de vista econômico, são as negociações da OMC que ditam o tempo das outras. Não que necessariamente uma não possa terminar um pouco antes, mas temos que acompanhar. Por exemplo: o significado de uma oferta de acesso a mercados da União Européia para

o Mercosul é um ou outro dependendo do que ocorrer na negociação global da OMC, inclusive uma das propostas que a União Européia tinha feito era absurda, do nosso ponto de vista – para eles, era ótima: eles dariam a oferta de quotas em duas etapas: uma agora e outra dependendo do que ocorresse na OMC, mas no seguinte sentido: quanto menos eles tivessem que dar na OMC, mais dariam para nós. E ficaríamos na situação absurda de torcer para que o resultado da OMC fosse ruim e termos mais da União Européia, o que, obviamente, é algo que não faz sentido.

Ficamos frustrados por não ter terminado o acordo em tempo, mas eram acordos que não podiam ser aceitos da maneira como estavam. Certas coisas ficam muito teóricas, no ar: Ah, o Itamaraty inventou esse problema de compras governamentais ou de propriedade intelectual.

Primeiro, não são problemas inventados, mas reais. Até fizemos uma oferta de compras governamentais para a União Européia, mas não podemos abrir mão da nossa capacidade de usar o Estado como poder de compra, senão jamais teremos desenvolvimento industrial. Não haverá política industrial se o Estado não tiver capacidade de compras, e isso vai da merenda escolar até a altíssima tecnologia. Então é algo que cobre todo o espectro.

Obviamente, isso estabelece limitações ao que eles desejariam que nós fizéssemos. Por que outros países lograram acordos tão rápidos? Porque eles têm economias muito menos complexas. Nós temos uma política de produção de genéricos para combater a Aids, para vender a preços mais baratos. É uma política que, aliás, vem do Governo anterior. O Governo atual está desenvolvendo e aprofundando, mas vem do Governo anterior e é uma boa política. Não podemos abrir mão disso para estender os direitos de patentes, como constou do acordo dos Estados Unidos com o Chile, ou como eles estão querendo que conste do acordo deles com certos países andinos. O Brasil não fará isso. E não há nada de ideológico nisso. É o mínimo de dignidade nacional em relação àquilo que queremos, que são as nossas necessidades de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento social, de liberdade e até de regulamentação ambiental. Não posso ter um acordo, por exemplo, que dê a presunção de que não vou mudar as minhas regras ambientais. Isso ocorreu concretamente num País do Nafta, porque o código de águas de uma cidade se modificou e o investidor considerou que aquilo prejudicou a sua expectativa de lucros, então o assunto foi para a solução de controvérsias. Esse tipo de coisa não pode ocorrer.

Com a União Européia, creio que eles entenderam que isso não vai ocorrer. E a nossa negociação está

colocada em trilhos positivos. Conceitualmente, ela está bem colocada. Há uma distância grande, primeiramente porque as cotas deles foram muito insuficientes, as que foram oferecidas. Os próprios setores agrícolas interessados, à exceção de um, que eu saiba, foram muito críticos e não queriam que se fechasse o acordo naquela hora.

O que foi oferecido para carnes, para aves, foi muito pouco, além de preocupações de certas áreas do setor industrial, de que as reduções tarifárias não possam... Tem que haver um paralelismo. Se estamos trabalhando com quotas para agriculturas, como vamos chegar a zero em produtos industriais em áreas sensíveis como autopeças, por exemplo? Então não pode, tem que haver um paralelismo. Esse é um exemplo; há outras questões.

Em outros casos, por exemplo, muita gente que fala que precisamos liberalizar até que toque o setor deles. Não quero citar setores aqui, mas, na área de serviços, muitas propostas que nós mesmos procuramos ver, por que não podemos avançar aqui, ou ali? Então, quando se chegava e discutia com as pessoas daquele setor, eles diziam: “Não, aqui vamos esperar mais um pouquinho, etc.” Essa tarefa de negociar parece uma coisa fácil. Agora, não podemos fazer essas coisas levemente. Não se trata de uma troca de promoção comercial que depois se pode mudar. O que estiver negociado, fica, vira lei. O Brasil não pode mais mudar.

O Brasil, hoje, se quiser baixar uma tarifa de bem de capital, porque considera que precisa importar mais, ou de remédios, idealmente, teria que entrar em um acordo com os seus colegas do Mercosul. Mas, tendo feito isso, pode fazer e depois aumentar de novo. Agora, o que tiver negociado não muda mais.

Vamos descobrir que temos hipotecas que não teremos capacidade de saldar. Isso é uma coisa muito importante; a prioridade no acordo com a União Européia continua até para haver um equilíbrio com a Alca, mas o vetor principal – penso que no fundo a visão dos europeus e dos americanos é essa também. Se virmos a atenção que está sendo dada pelo Mandelson, ou mesmo antes, pelo Lamir, às negociações, a prioridade é OMC? Primeiro, na OMC existem as disciplinas reais. Eu já disse muitas vezes que nunca ganharíamos um caso como o do algodão ou do açúcar, seja num acordo da Alca, seja num acordo entre Mercosul e União Européia. Isso só pode ocorrer no futuro, na OMC, por muitas razões.

Primeiro, razões jurídicas, globais, mas também pelo equilíbrio de forças que existe na OMC. Nunca teríamos ganhado a batalha dos medicamentos, da flexibilização das regras do acordo de TRIPs, que é

o acordo de propriedade intelectual. Uma parte foi no Governo anterior; outra parte, neste Governo. Nunca teríamos ganhado essa batalha se não fosse na OMC. Ao contrário, na Alca, só iríamos perder e cada vez mais. Essas coisas têm que ser balanceadas e têm que ser vistas direito.

Continuamos dispostos a negociar a Alca conforme os parâmetros de Miami. Recebi uma carta que fala exatamente isto: “Vamos trabalhar na base dos parâmetros de Miami”. Mesmo assim, será uma negociação difícil. A da União Européia está mais avançada, porque não há mais discussões conceituais. Há discussões práticas: qual o serviço, quantos bens, etc.

Penso que é isso essencialmente.

A minha previsão de tempo, tudo isso é muito variável. Vejo que, na OMC, temos que fazer um avanço importante até Hong Kong, no final do ano que vem, e sempre haverá algo mais a negociar, porque, quando se entra no eles chamam de *schedules*, as tabelas específicas para cada produto, ainda leva algum tempo. Então eu estimaria, com um certo otimismo, que levaremos um ano e meio para acabar a OMC. O prazo das outras terá de ser semelhante, não poderá ser muito diferente disso.

Com relação às observações do Senador Cristovam Buarque, creio que estamos de acordo sobre o pano de fundo conceitual de suas afirmações.

Quanto a nações inviáveis, não sei se há uma discussão específica de um grupo específico atualmente em Nova Iorque. Talvez seja algo que eu ignore. Não sei também se é um grupo mais do tipo *brainstorming* ou um grupo político. O que se discute muito – o Brasil, em boa parte, ajudou a lançar essa discussão, e isso é fundamental – é o que fazer com as situações pós-conflito. Isso tem muito a ver com o que V. Ex^a estava dizendo sobre os estados falidos ou inviáveis. Em geral, em função de um conflito ou de vários conflitos – embora possa não sê-lo –, uma nação chega ao ponto em que chegaram Somália e outras. Esperamos que o Haiti não esteja ainda neste ponto. De qualquer maneira, discute-se o que fazer nessas situações.

Essa discussão, nas Nações Unidas, acaba ficando órfã, porque, depois que o tema deixa de ser um problema de segurança – ou pretensamente de segurança, até porque, às vezes, é somente um problema de migração para um país – e passa a ser um problema de reconstrução, ele sai da esfera da ONU multilateral e passa para um clube de doadores. Por quê? Porque não há a percepção de que, na ONU, exista claramente um órgão para lidar com esse tema. O Brasil tem insistido muito que o Ecosoc revigorado pode, juntamente com o Conselho de Segurança, tratar desses assuntos. Isso seria muito importante.

Acompanhei isso se passar com o Haiti, quando eu estava lá, da outra vez que houve crise naquele país. O problema de segurança tinha desaparecido – porque, no fundo, era um problema de migração, principalmente – ou diminuído. E não havia ainda a percepção de um grave problema de narcotráfico, que, depois, se acentuou. Então, o Haiti praticamente sumiu da pauta. Passaram lá os comitês de doadores etc.

O que queremos é que não haja um desaparecimento da pauta, até porque – volto à questão da soberania – o país tem muito mais chance de agir soberanamente e de encontrar apoios se estiver em um contexto multilateral – por exemplo, em uma combinação entre Ecosoc e Conselho de Segurança, ou somente no Ecosoc – do que se estiver entregue ao clube dos doadores, em que cada um persegue a sua própria agenda fundamentalmente, em que ele é naturalmente um parceiro fraco.

Isso é o que eu teria a dizer sobre esse tema.

Com relação à colaboração latino-americana, posso afirmar que tem sido realmente muito grande. Das 6,2 mil tropas – falando da parte de tropas – que há lá, o Brasil tem 1,2 mil, mas cerca de metade é latino-americana. Há um contingente de 600 ou 700 de argentinos, um contingente importante de chilenos, bem como de uruguaios. Então, a América Latina está tão engajada quanto nós. O mesmo ocorre do ponto de vista político, porque as declarações do Grupo do Rio e da Conferência Ibero-Americana vão por esse sentido. Também todas as declarações vão pelo sentido de ligar esses três vertentes, como mencionei antes: a vertente de estabilidade, a vertente política de reconciliação nacional e a vertente de ajuda humanitária, econômica, técnica. Vejo que há muita confluência nesse sentido.

Onde, às vezes, percebemos alguma divergência é nos próprios países desenvolvidos. Há uma nuance de que talvez eles prefeririam uma ação mais robusta do ponto de vista militar e, depois, talvez, uma outra coisa. Mas a nossa concepção é diferente. Graças a Deus, ela tem funcionado. Não temos tido baixa. Quero lembrar que, como disse aqui antes também, ficamos sempre rezando, dia a dia, para que não ocorra nada, porque acidentes são possíveis. Até em Angola, que era um lugar que não tinha os riscos que há hoje, três soldados brasileiros morreram. Graças a Deus, nada disso ocorreu no Haiti até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço muito ao Ministro Celso Amorim pela disposição de estar aqui mais uma vez. Registro que, de 2003 a 2004, o Ministro Celso Amorim esteve presente em seis audiências públicas: em 27 de fevereiro, em 7 de agosto e em 18 de setembro de 2003, em 12 de

agosto de 2004 e 2 de dezembro de 2004. Acredito que V. Ex^a tenha sido um dos Ministros de Estado que com maior frequência, mesmo em relação aos Ministros da área econômica – Senadora Ideli Salvatti, Senador Cristovam Buarque, penso que posso afirmar isso –, compareceram.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vai o dez com estrelinha, porque ele é bom lá fora e aqui dentro.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É muito importante registrar isso, porque, inclusive, atende as diretrizes do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que os Ministros devem comparecer ao Congresso Nacional sempre que surgirem dúvidas ou questionamentos. Mas o Ministro Celso Amorim teve sempre a disposição de tomar a iniciativa para estar aqui presente.

Quero muito agradecer a sua atenção, por estar aqui, procurando esclarecer, Embaixador. Eu gostaria muito de agradecer também ao Embaixador Armando Cardoso à sua atenção para conosco; ao Ministro Marcelo Vasconcelos; ao Embaixador José Eduardo Felício; ao Embaixador Rui Nogueira; ao Pedro Luiz Carneiro de Mendonça e a todos os colaboradores do Itamaraty que aqui estiveram.

Ministro Celso Amorim, eu gostaria de reiterar que se porventura V. Ex^a desejar comparecer ou se tiver algum representante na audiência pública que se realizará em Santa Cruz do Sul, segunda-feira, a partir de 9h30min, será uma audiência pública oficial. Quero inclusive pedir à Secretaria as providências, porque os Ministros do Rio Grande do Sul talvez já estejam em casa, mas com respeito ao Senador Fernando Bezerra e a este Presidente, há que se tomar as providências oficiais junto à Mesa que serão necessárias.

Avalio que será necessário a Sr^a Lúcia ela própria ter alguém, porque será uma reunião oficial da Comissão de Relações Exteriores, conforme requerimento aprovado. Todos os Senadores que desejarem ir devem, por favor, comunicar à Secretária Lúcia, porque a audiência será na segunda-feira, de 9h30min em diante. O Governador Germano Rigotto está convidando os Senadores para um jantar, no domingo à noite, como preparação para um diálogo que lá teremos.

Ministro Celso Amorim, muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da décima nona reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no

dia seis de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas, realizada em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

Às dez horas e trinta minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e quatro, no Município de Santa Cruz do Sul, na Universidade de Santa Cruz, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATA-RAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **PEDRO SIMON** e **FERNANDO BEZERRA**. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje dos Exmos. Senhores Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, Senhor Sérgio Ivan Moraes, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul; Exmo. Senhor Luís Augusto Costa Campis, magnífico Reitor da Universidade de Santa Cruz; Exmo. Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Vieira da Cunha; Senhores Secretários do Estado, da Justiça e Segurança, José Octávio, Agricultura e Abastecimento em exercício, Caio Rocha; José Otávio Germano Primer; da Educação em exercício, Neucy Muller; o Senhor Prefeito eleito de Santa Cruz, José Alberto Venzer; Senhor Delegado Federal da Agricultura no Rio Grande do Sul, Francisco Signor; Senhor Presidente da Farsur, Carlos Sperotto; Senhor Presidente da Fetag, Ezídio Pinheiro, Senhor Antonio Hohlfeldt, Vice-Governador de Porto Alegre, Senhor Olgário Volgt, Senhor José Gomes Temporão, representante do Exmo. Senhor Humberto Costa Ministro da Saúde. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de **Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 33-CRE, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon**, que tem como objetivo ouvir numa das principais regiões produtoras de tabaco os representantes da cadeia produtiva do fumo, assim como o Ministro da Saúde, ou seu representante designado, o Dr. José Gomes Temporão e representantes de entidades médicas, preocupadas com a saúde pública, acerca das consequências da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS Nº 602/2004), que *“Dispõe sobre o Texto da Convenção-Quatro relativa ao controle do uso do tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003”*. A Presidência franqueia a palavra aos Senhores convidados e aos membros da Comissão presentes. Usa da palavra o Senhor Senador Fernando Bezerra. Encerrado o debate, o Senhor Presidente Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas

sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente

Notas taquigráficas da décima nona reunião ordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia seis de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – ...do tabaco e do fumo aqui na região produtora, requerimento este que foi aprovado unanimemente pela Comissão.

Sr. Sérgio Ivan Moraes, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul; Exm^o Sr. Luís Augusto Costa Campis, magnífico Reitor da Universidade de Santa Cruz; Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Vieira da Cunha; Srs. Secretários do Estado, da Justiça e Segurança, José Octávio, Agricultura e Abastecimento em exercício, Caio Rocha; José Otávio Germano Primer; da Educação em exercício, Neucy Muller; o Sr. Prefeito eleito de Santa Cruz, José Alberto Venzer; Sr. Delegado Federal da Agricultura no Rio Grande do Sul, Francisco Signor; Sr. Presidente da Farsur, Carlos Sperotto; Sr. Presidente da Fetag, Ezidio Pinheiro, iremos, com o prosseguimento dos trabalhos, apresentar todos os presidentes de entidades que irão participar desta audiência.

Objetivamos aqui ouvir tanto o ponto de vista dos agricultores, dos produtores, como também o ponto de vista dos responsáveis pela área de saúde pública no Brasil.

Em primeiro lugar, para ouvirmos uma exposição sobre o conteúdo da Convenção-Quadro, vamos ouvir o Professor Olgário Volgt, da Unisc, e vamos ouvir também a palavra do Dr. José Gomes Temporão, que, neste ato, representa o Ministro da Saúde, Humberto Costa.

Então, primeiramente, passo a palavra ao Professor Olgário Volgt.

O SR. OLGÁRIO VOLGT – Exm^{os} Senadores e demais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um momento apenas. Consulto os Srs. Senadores se querem falar previamente em todos os depoimentos.

Então, primeiro, vamos ouvir os expositores, e daí os Senadores, como normalmente ocorre na audiência pública, poderão não apenas falar, mas indagar dos

expositores. Normalmente, o Relator é o primeiro que faz as indagações. Portanto, os Senadores falarão posteriormente.

Só por uma atenção ao representante do Governador Germano Rigotto, o Vice-Governador, Sr. Antonio Hohlfeldt, que aqui o representa, vamos passar-lhe a palavra para que faça a sua saudação em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ANTONIO HOHLFELDT – Minhas senhoras e meus senhores, eu quero, em primeiro lugar, saudar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Eduardo Suplicy, o Relator do projeto de lei em debate, Senador Fernando Bezerra, e ainda o Reitor da Universidade de Santa Cruz, Prof. Luiz Augusto Costa Campis, por esta possibilidade de estarmos aqui fazendo este debate, que é fundamental para o Rio Grande do Sul.

Desejo também saudar os Senadores do Rio Grande, Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; saudar o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Vieira da Cunha; o Prefeito de Santa Cruz do Sul, Sérgio Ivan Moraes, e por intermédio dele a todos os prefeitos, especialmente o Presidente da Famurs, Heitor Álvaro Petry, que está nos acompanhando; os Secretários de Estado de Segurança, de Agricultura e Abastecimento, Educação e Exercício, já mencionados pelo Senador Suplicy; saudar o Sr. Prefeito eleito de Santa Cruz; ao Sr. Delegado Federal da Agricultura; o Presidente Farsul, ao Presidente da Fetag, aos Deputados Estaduais que estão nos acompanhando, pois a presença deles aqui é fundamental, como também dos Deputados Federais do Rio Grande do Sul.

Antes de mais nada, Senador Suplicy, quero agradecer a sua gentileza, já que, mesmo a contragosto, na medida em que o Governador Rigotto está fora do Estado, não poderei ficar até o final desta reunião, porque evidentemente tenho que manter a agenda do Governador em Porto Alegre. Mesmo com a ausência física do Governador no dia de hoje, quero registrar que o Governo do Estado não está ausente. Após minha saída, o Secretário Substituto da Agricultura, Dr. Caio Rocha, ficará aqui para representar o Governo do Estado.

Quero trazer-lhes, portanto, a palavra e o apoio do nosso Governo. As convicções que temos sobre a questão que se debate hoje aqui já foram expostas ao Senado e ao Governo Federal de maneira insistente, reiterada e enfática. Somos contrários à Convenção-Quadro, ao menos neste momento, em especial ao seu art. 17. Unimo-nos à voz de produtores, de entidades de classe, de operários dessas indústrias. Unimo-nos à voz das pessoas sensatas, dos que percebem que

a estratégia posta em marcha pela Organização Mundial da Saúde poderá criar terríveis problemas sociais, estimular o contrabando e enriquecer grandes produtores remanescentes.

Se há um país que não pode e nem deve ratificar o acórdão neste momento é o Brasil. Se houvesse apenas um Estado brasileiro que devesse erguer sua voz contra essa convenção, este Estado é o Rio Grande do Sul. Mas, felizmente, não é assim. São muitas as economias, as unidades da Federação e os grupos sociais colocados nessa situação.

Estamos reunidos aqui para disparar uma sirene de alarme e afirmar que não se pode simplesmente desestabilizar as economias gaúcha, catarinense, paranaense, alagoana, baiana, para mencionar apenas os maiores produtores. Não podemos aceitar mais essa agressão à Nação e à autonomia dos Estados. Não podemos aceitar que se decida assim sobre uma lavoura e uma atividade econômica que responde diretamente pela ocupação de 1 milhão de pequenos produtores, pelo emprego direto e indireto de 2,5 milhões de pessoas, por um produto econômico de quase R\$15 bilhões, por divisas de US\$1,4 bilhão em exportação.

Somos 200 mil famílias rio-grandenses-do-sul, Srs. Senadores. Elas não podem ficar à mercê de decisões tomadas em outros lugares que não o próprio País. Temos uma preocupação básica em relação ao que encaminhar e ao que fazer. Não queremos apenas promessas de reconversão, porque bem sabemos as dificuldades para a concretização dessas promessas.

Quer o Brasil, segundo maior exportador mundial, referendar em definitivo sua adesão à Convenção-Quadro? Pois que o faça, mas solicitamos que seja o último da lista, quando tudo estiver decidido, quando os recursos de compensação e suas fontes estiverem determinados e disponíveis. Jamais enquanto ela estiver firmada por países que quase nada produzem e que, portanto, não têm nenhum ônus social e econômico com sua adesão. Jamais enquanto concorrentes do mercado mundial, prudente e sabiamente, mantiverem a caneta no bolso. Isso para nós é inaceitável.

Também para o Brasil é hora de prudência. É hora do justo discernimento e esta é a hora do Senado Federal. Aliás, na concepção republicana brasileira, é o Senado que fala pela Federação, pois o Senado, temos certeza, Senador Suplicy, Senador Bezerra, Srs. Senadores do Rio Grande, falará para o bem do Brasil. Acho que precisamos aqui registrar, de público, um agradecimento em primeiro lugar à articulação desenvolvida também a partir do nosso governo, mas com a participação do Governo Federal, através do

Ministro José Dirceu, agradecer ao Senado, como Instituição e muito especialmente ao Senador Suplicy, à sensibilidade de V. Ex^a, do Senador Bezerra, que atendeu aos pedidos dos nossos Senadores do Rio Grande para se fazerem presentes neste momento. Seja qual for o resultado, confiamos na sensibilidade de V. Exas. Temos certeza de que V. Exas, em Brasília, ao decidirem o encaminhamento, terão na vista o que visitaram e o que viram hoje, aqui no Rio Grande do Sul. Quem sabe a chuva, que lá nos atrapalhou para o início da sessão no horário certo, não nos tenha ajudado, para que os Senhores possam ter visto com muito mais tranquilidade e objetividade, no caminho de Porto Alegre para cá, por terra, aquilo que significa a lavoura e a fumicultura nesta região. Estaremos, em todo caso, vigilantes e atuantes. O Governo do Estado age de modo articulado e coerente com o interesse do povo gaúcho e continuaremos assim. Eu me permito, Senador, passar às mãos de V. Ex^a um quadro-resumo de números que tem a ver com a produção do fumo no Brasil, assim como também ao Senador Bezerra. Quero agradecer essa oportunidade e mais uma vez dizer que o Governo do Estado se manterá aqui presente, através do secretário Caio Rocha e, sobretudo, confiante com a participação do Senado brasileiro em defesa do nosso país e do nosso Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Vice-Governador, Sr. Antônio Hohlfeldt. Pergunto ao Prefeito Sérgio Ivan Moraes se gostaria de fazer uma saudação breve ao prefeito de Santa Cruz.

O SR. SÉRGIO IVAN MORAIS – Quero saudar as senhoras e os senhores; os deputados e deputadas presentes; secretários que aqui estão, e quero saudar especialmente o Senador Suplicy, o Senador Fernando Bezerra, que é o relator, e também quero saudar o Vice-Governador, que aqui representa o Governador Rigotto; saúdo ainda o Senador Paim; o meu prezado e ex-companheiro Vieira da Cunha, que é o Presidente da Assembléia Legislativa; nosso reitor da Unisc; o Senador Pedro Simon; o Senador Sérgio Zambiasi; o Turra, nosso Deputado Federal, que também foi meu colega.

Senhoras e senhores, vamos partir do seguinte princípio: se o Senador Bezerra, quando fizer o seu relato, queremos aqui lhe dizer que sabemos que o cigarro e o tabaco é prejudicial à saúde. Ninguém aqui nesta Casa, nesta reunião, está aqui para omitir ou para esconder isso da comunidade ou até mesmo do Senado, mas a nossa pergunta, Senador, sei que terá a responsabilidade do relato dessa questão, é o que vamos fazer com as 200 mil famílias que estão hoje produzindo tabaco no Brasil. Além disso, Senador, se

pararmos de produzir fumo, sabemos muito bem que os fumantes vão continuar dentro de todo o Brasil e esses terão que buscar um cigarro, um produto contrabandeado, o dito mata-ratos, como se chama popularmente na nossa região. Ou seja, paramos de produzir fumo e vamos ficar com os desempregados, com os doentes e com uma economia totalmente prejudicada, porque produzimos o segundo exportado no Rio Grande do Sul e o sexto, no Brasil. Parece-me, no mínimo, que a Convenção-Quadro – (*inaudível*), da Fubra – está a serviço de outros países, que têm interesse que o fumo do Rio Grande do Sul, que é considerado o melhor fumo do Brasil, seja estancado, seja proibido, seja paralisado, para que outros fumicultores, em outros países possam ter maiores subsídios, como em alguns países.

Eu não entendo por que chegamos a esse ponto. Onde está? Vejo alguns entusiasmados, Sr. Presidente – já vou concluir –, alguns entusiasmados, falando que temos que substituir por feijão e milho. Que bom se os nossos produtores pudessem em dois hectares manter o padrão de vida que hoje mantêm produzindo o tabaco, o fumo em nossa região.

Senador Suplicy, muito obrigado de coração, em nome da nossa comunidade, a todos os Senadores que aqui estão. É a primeira e única vez que vêm cinco Senadores para ouvir a nossa gente, para ouvir o nosso povo. Defendam a nossa gente, os nossos produtores.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sugeri ao magnífico Reitor Luiz Augusto Costa Campos que possa usar da palavra ao final, inclusive de estar concluindo toda a seqüência de depoimentos, então passo a palavra agora à fase da apresentação dos argumentos. Vamos pedir a todos os que serão convidados a procurar ser o mais objetivo, dado a produtividade que queremos alcançar nesta audiência.

Professor Olgário Volgt, da Unisc, para apresentar a Convenção-Quadro, que será complementado pela palavra do Dr. José Gomes Temporão.

Em a palavra.

O SR. OLGÁRIO VOLGT – Exm^{os} senhores, demais autoridades aqui presentes, o que é uma convenção-quadro? Uma convenção-quadro é um instrumento legal, sob forma de um tratado internacional, no qual os países signatários concordam em empreender esforços para alcançar objetivos definidos previamente. Como uma Convenção-Quadro funciona? Uma Convenção-Quadro internacional não possui como meta resolver todos os principais problemas em um só documento, diferentemente de outros tipos de tratados, ela desmembra as questões em partes. Primeiro os países

signatários adotam a convenção, comprometendo-se a implementar medidas para alcançar as metas gerais, paralelamente ou após a conclusão da negociação do texto podem ser elaborados protocolos relativos aos temas que necessitam de uma maior detalhamento técnico para sua aplicação. Nesse processo, as questões mais complexas são desmembradas e outras mais simples, estabelecidos planos e calendários distintos, que permitirão a implementação progressiva de cada medida.

Os países que adotarem a Convenção-Quadro têm ainda a opção de escolher a que protocolos irão aderir, de acordo com as suas respectivas legislações vigentes. O objetivo da Convenção-Quadro, conforme o art. 3º da convenção, o objetivo da Convenção-Quadro e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas, geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.

Breve histórico, em 1999, os países membros das Nações Unidas propuseram durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde a adoção do 1º Tratado Internacional da Saúde Pública da história da humanidade, a Convenção-Quadro para o controle do tabaco.

A partir da Resolução 5.218, da Assembléia Mundial da Saúde foi criado um grupo de trabalho para considerar a base técnica para convenção e seus protocolos. O grupo concluiu que as medidas necessárias para o controle do tabaco deveriam se concentrar principalmente nas estratégias para a redução da demanda. Na segunda fase, foi estabelecido um órgão de negociação intergovernamental para organizar as propostas com vistas à formulação do texto da Convenção-Quadro e de seus protocolos correspondentes.

Entre os anos de 1999 e 2003 essas propostas foram discutidas entre os 192 países membros, organizados em blocos regionais, e realizadas seis reuniões da ONI. A 6ª reunião da ONI ocorreu em fevereiro de 2003, ocasião em que o texto da Convenção foi concluído. Durante a 56ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2003, em Genebra, a Convenção foi oficialmente aprovada, estando aberta para assinaturas pelos países até outubro de 2004, 168 países já haviam assinado. A partir de então, aqueles países que assinaram a Convenção entraram na fase de ratificação em que o texto da Convenção deveria ser aprovado nos Congressos Nacionais ou em outras esferas legislativas específicas aos regimes de cada país.

A Convenção-Quadro só entraria em vigor quando, pelo menos, 40 países a tivessem ratificado. Com a ratificação da adesão pelo Peru, no dia 30 de novembro

de 2004, fechou-se a lista de 40 países necessários para que o Tratado entre em vigor.

Após a Convenção entrar em vigor, serão negociados entre os Estados partes da mesma futuros protocolos que irão detalhar mecanismos e recursos para a implementação de objetivos gerais do seu texto guarda-chuva.

O Brasil e a Convenção-Quadro do Controle de Tabaco, desde o início, ou seja, desde o ano de 1999, o Brasil desempenhou papel de destaque no processo de elaboração e negociação desse Tratado. O órgão de negociação intergovernamental da Convenção foi presidido primeiramente pelo atual Chanceler do Brasil, então Embaixador da Missão do Brasil em Genebra, Celso Amorim, posteriormente substituído pelo Embaixador Luis Felipe Seixas Corrêa.

Para subsidiar o governo brasileiro, então presidido por Fernando Henrique Cardoso, no processo de negociação dos diferentes temas da Convenção-Quadro, foi criada no Brasil a Convenção Nacional para o Controle do Uso do Tabaco, através do Decreto nº 3.136, de 13 de agosto de 1999.

O Brasil foi o segundo país a assinar a Convenção-Quadro, fazendo, no primeiro dia disponível, em 27 de agosto de 2003, deu-se início à tramitação do texto da Convenção, no Congresso Nacional, onde foi apresentado pelo Ministro de Estado da Saúde, Dr. Humberto Costa.

Na Câmara dos Deputados, a ratificação da Convenção foi aprovada em 13 de maio de 2004, em caráter de urgência urgentíssima, portanto sem passar pela Comissão Especial. O texto seguiu para o Senado Federal, onde tramita, desde 21 de maio, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.281/04. Aquela Casa retirou o caráter de urgência da matéria, encaminhando-a em 24 de junho à Comissão de Relações Exteriores.

Principais pontos: A Convenção-Quadro é composta por 38 artigos. São disposições bastantes genéricas e sem data para implementação. Não há nenhuma medida que estabeleça a erradicação do plantio do fumo nos próximos anos. Tudo precisa ser regulamentado posteriormente pelos protocolos. Entre as medidas: medidas para reduzir a demanda por tabaco; medidas para reduzir a oferta por produtos do tabaco; medidas para proteger o meio ambiente; medidas relacionadas às questões de responsabilidade civil; medidas relacionadas à cooperação técnica-científica e intercâmbio de informações.

O maior temor do setor fumageiro em relação à Convenção-Quadro para o controle do tabaco da Organização Mundial da Saúde está no art. 4º, item 6 e no art. 17 do Tratado. Eles versam sobre a busca de

alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores atualmente envolvidos na cadeia produtiva do fumo. O texto, alegam as entidades representativas dos trabalhadores, não especifica como será feita a troca de atividades.

Exm^{os} Srs. Senadores, não são somente os plantadores e os operários que trabalham nas usinas de beneficiamento do fumo e nas indústrias de produção de cigarro que estão preocupados com o futuro da cadeia produtiva do tabaco. Governantes, industriais e comerciantes de outros setores, pesquisadores e as comunidades das regiões onde o tabaco tem importância econômica, preocupam-se sincera e honestamente com o seu futuro e o da região onde vivem e trabalham. Para evitar o caos social para centenas de milhares de famílias trabalhadoras há que se prever para o futuro formas de reconvenção. E para finalizar, em que o Brasil precisa avançar? O Brasil se encontra em situação confortável no que se refere ao cumprimento da grande parte da convenção, no entanto ainda precisa investir esforços para cumprir obrigações constantes em alguns artigos. Os principais pontos de fortalecimento são o alinhamento da política de preços, do controle do mercado ilegal, da produção do tabaco e do controle da venda a menores com a política pública de controle do tabagismo, a saber: aumento de preços, como medida efetiva para a redução da demanda, isso aconteceria principalmente entre os Estados de renda mais baixa e entre crianças e adolescentes, e aumentaria a arrecadação final, fortalecimento da fiscalização e monitoramento das diferentes reuniões do País que são rotas de distribuição ilegal de produtos derivados do tabaco. Atenção especial, através da obtenção de recursos técnicos e financeiros para que haja pesquisa destinada a apoiar os segmentos sociais diretamente envolvidos no cultivo e industrialização do tabaco.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos agora a palavra ao representante do Ministro Humberto Costa, Dr. José Gomes Temporão, e também sobre a natureza da Convenção-Quadro.

O SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Exm^o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem cumprimento os demais Senadores presentes, gostaria também de cumprimentar o Prefeito de Santa Cruz, o magnífico reitor dessa universidade, Presidente da Assembleia Legislativa, secretários de estado, parlamentares, representantes do empresariado, minhas senhoras e meus senhores. Trago uma saudação fraterna do Ministro Humberto Costa, que não teve condições de estar aqui presente neste momento e me pediu que o representasse nesse evento.

Antes de tudo, gostaria de me apresentar, vocês não me conhecem, sou médico, sou professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e hoje presido o Instituto Nacional de Câncer. Trabalho há 28 anos na saúde pública, sou uma das pessoas envolvidas na construção do Sistema Único de Saúde lá nas suas origens, nos anos 80. Estou aqui principalmente para ouvi-los mas também para esclarecer e para propor soluções ao impasse que se criou em relação a esta questão. Queria chamar a atenção o que estamos discutindo é do mais alto interesse para o país, não só para os que vivem há muitas gerações do plantio do fumo, com certeza, quanto aos milhões de brasileiros dependentes de nicotina que, a cada ano, engrossam anualmente as estatísticas de mortalidade. Vejo como um momento histórico esse como estamos presenciando aqui. Como médico fiz juramento de defender a vida quando acabei de me formar. Mas entendo que defender a vida é também defender o trabalho e condições de vida dignas, por isso respeito e o reconhecimento da importância do movimento que vocês fazem aqui. Embora saiba que vocês conhecem os malefícios do tabagismo, quero rapidamente lembrar que estamos falando do consumo de um produto que mata pelo menos metade dos seus consumidores. Mata cerca de cinco milhões de pessoas por ano no mundo e 200 mil brasileiros por ano. É uma doença crônica caracterizada como dependência química à nicotina no Código Internacional de Doença da Organização Nacional da Saúde, causa doenças como o câncer, doenças cardiovasculares, enfisema e outras. O tabagismo passivo, entre não fumantes, aumenta muito os riscos de câncer, de infarto e de infecções respiratórias, ou seja são doenças graves, e eu, que dirijo o Instituto Nacional do Câncer, cotidianamente, defronto-me com brasileiros que tiveram a infelicidade de desenvolver esses tipos de doenças altamente evitáveis desde que não se fume. Todos nós sabemos disso. E concordamos com isso também. E o papel do Ministério da Saúde, e o papel dos sanitaristas é alertar, informar aos cidadãos brasileiros sobre essa realidade. Além disso, queria chamar a atenção que o tabagismo hoje é considerada uma doença pediátrica. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos dezoito anos. A idade média de iniciação é de quinze anos. No mundo cem mil jovens começam a fumar a cada dia. E o mais importante: 80% desses jovens fumantes que começam a fumar nessa idade vivem em países pobres ou em desenvolvimento.

O que está acontecendo no mundo neste momento? Há uma brutal redução do consumo do tabaco nos países ricos, uma grande redução. Acabei de voltar de um congresso internacional na Irlanda. O Parlamento

irlandês proibiu o fumo nos *pubs*, que são os botequins, digamos assim, os espaços onde todos se encontram para bater papo e conversar, tomar cerveja e fumar. Proibiu. A Inglaterra, até o ano que vem, eliminará a autorização para fumar em ambientes fechados e restaurantes. E está havendo um aumento muito grande do tabagismo nos países pobres e em desenvolvimento. Se nada for feito para reverter essa tendência, as mortes, que atualmente são cinco milhões por ano, aumentarão para dez milhões em dez anos.

Como foi apresentado anteriormente, a Organização Mundial da Saúde, por solicitação dos países membros então, começou a pensar um tratado internacional que pudesse configurar, consubstanciar uma reação do mundo a uma epidemia extremamente grave. E a situação hoje da Convenção-Quadro, como vocês viram, é que cento e sessenta e oito países já assinaram, quarenta e oito países já ratificaram. Queria chamar a atenção que o Canadá, a França, o México e a Índia, que é o terceiro maior produtor do mundo, ratificou a Convenção-Quadro. E essa ratificação entra em vigor daqui a três meses. Ou seja, ela vira uma norma internacional em torno de março de 2005.

O Brasil não ratificou. Quais são as implicações? Em primeiro lugar, ficaremos de fora da primeira reunião que reunirá os países que ratificaram. Esses países é que vão discutir, do ponto de vista político, com peso político, os desdobramentos práticos, concretos. Em que isso nos interessa? É que esses desdobramentos implicam também em ter acesso a mecanismos, a fontes de financiamento internacional para uma futura reconversão. Por exemplo: O Banco Mundial, o BID, o EIRD só financiarão os países que tiverem ratificado a convenção.

Está se dizendo que se o Brasil ratificar haverá uma situação de caos entre os produtores. Trago para os senhores um documento oficial da FAO, que é o órgão das Nações Unidas para alimentação e agricultura, a projeção até o ano 2010, pelo contrário, é de um forte crescimento do mercado mundial. Haverá um aumento de demanda importante, embora comece a haver uma redução do consumo por pessoa. Mas como a população dos países consumidores cresce, o mercado cresce.

Por isso a importância da ratificação. Temos que nos preparar agora não é para o que vai acontecer nos próximos cinco ou dez anos, não vai mudar nada, do ponto de vista prático, temos que nos preparar agora para o que vai acontecer com os seus netos e os seus bisnetos, o que vai acontecer nessa região daqui a vinte, trinta ou quarenta anos.

Na realidade, como já foi dito, o Brasil já cumpre a maior parte da convenção. O Brasil, hoje, é um dos

países mais avançados do mundo do ponto de vista da legislação das políticas de tratamento de informação ao câncer. Isso significa que à medida que o consumo interno no Brasil, que vem acontecendo, um dado importante, em quinze anos o Brasil reduziu em 42% o número de fumantes. E é interessante chamar a atenção: o Estado que menos reduziu o número de fumantes foi o Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto a média brasileira foi de redução de 42%, no Rio Grande do Sul foi apenas de 14%.

Como 85% do que se planta aqui é exportado e se projeta para daqui a quinze, vinte, trinta anos uma redução, temos que começar a nos preparar agora para esse impacto futuro. Se ficamos fora do processo, ficamos fragilizados tipicamente.

Temos que enfrentar esse desafio de frente e entendo que este momento é fundamental para isso, para que possamos ouvir com toda a atenção as demandas, as posições, as angústias, as incertezas, os medos que vocês têm, que são absolutamente justas, para que possamos ter uma solução mais adequada.

Mas acho que poderemos também e porque não, aqui apontar algumas saídas para esse impasse. Entendo que a solução para esse impasse que se criou, por um direito que vocês conquistaram ao longo de décadas e de gerações, proponho, portanto, que os Srs. Senadores estabeleçam um conjunto de salvaguardas que garantam a continuidade da plantação, incluam a questão do financiamento, da assessoria técnica, de recursos específicos para realização de estudos para que possamos saber, em detalhes, qual será o impacto futuro se o Brasil vier a ratificar.

Segunda proposta: que em todas as instâncias oficiais que discuta na prática a implementação da convenção vocês tenham assento em Brasília. Vocês terão que estar naquelas famosas reuniões em Brasília, através de suas representações, dando o rumo, dirigindo, discutindo, apoiando e discordando no que for essencial. Este Governo do Presidente Lula veio para protegê-los e, em hipótese alguma, criará uma situação de desemprego ou de desamparo para os senhores e as senhoras.

Para concluir, peço a Deus que ilumine aos Senadores, produtores, profissionais de saúde, para que possamos sair daqui com uma solução que atenda os direitos e anseios dos Srs. e do país também por melhores condições de saúde e de vida. A luta pela saúde não pode andar separada da luta pelo trabalho e por condições dignas de vida para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dr. José Gomes Temporão. Anunciamos agora a palavra do representante da Organização Mundial da

Saúde, proponente da Convenção-Quadro em Debate, Dr. Aloizio Achutti.

O SR. ALOIZIO ACHUTTI – Sr. Senador Eduardo Suplicy, demais autoridades presentes, Srs. produtores organizados ou pessoalmente, estou aqui mais para ouvir do que para transmitir alguma informação, que está toda escrita, é pública, e estamos bastante informados sobre todo o processo e acabamos e ouvimos algum resumo.

Esse momento é de festejo e agradeço o convite do Senador de que a representação, que deveria ser da Dr^a Vera Luísa da Costa e Silva, uma brasileira que está norteando esse trabalho na Organização Mundial de Saúde, por estar impossibilitada de vir, deu-me essa missão.

Na realidade, esse momento me lembra a (*in-audível*) quando o parlamento é trazido para a praça, e a população pode diretamente, não só através de seus representantes, procurar entender, dar o seu depoimento e tomar uma decisão saudável. O que é mais importante para a vida de cada um do que a saúde, a vida e o bem-estar. Este é o único compromisso que a Organização Mundial de Saúde tem e está demonstrando durante todo o tempo de sua existência.

O que acontece é que não podemos nos silenciar – como já foi dito – frente a problemas como o tabagismo. Há poucos dias houve o recolhimento de um produto que causava danos à saúde e a mesma coisa acontece com outras substâncias, com agrotóxicos e alguém tem que assumir a responsabilidade de apresentar o problema para a população.

É óbvio que isto, com o tempo vai trazendo problemas para além da área da saúde com para a produção e é neste sentido e por este motivo que a Organização Mundial da Saúde, pela primeira na história, toma uma posição pioneira de ir além do setor saúde e procurar chamar o setor produtivo, todos os envolvidos, sejam fumantes ou não-fumantes, para que possam determinar o curso da história e o que será feito com o problema do tabagismo.

Todos nós sabemos que o Brasil está pleiteando, agora, um lugar, uma cadeira, na Comissão de Segurança da Organização Mundial de Saúde. O Brasil não quer ir à guerra. O Brasil quer é estar presente na hora das decisões críticas e poder opinar e tomar as decisões, junto com os outros países, e não ficar ao beneplácito de outros que irão falar por ele. A mesma coisa se trata com esta ratificação que nós estamos esperando que o Brasil continue na sua linha de pioneirismo de, realmente, poder estar presente na mesa de discussões e poder. Nós não temos porque temer os outros e ficarmos afastados da mesa de discussão. nós podemos participar e temos condições por ser-

mos exatamente um País onde se têm todas essas experiências com relação a esta produção e poder-mos participar.

Sabemos da ansiedade que deve estar influenciando em todos os senhores. É exatamente por isto que a Organização pretende que seja ratificada para dar proteção e não deixar os produtores ao sabor de outros interesses e posso lhes assegurar que, se há alguma organização que não tem conflitos de interesses outros do que a saúde e bem estar da população é a Organização Mundial de Saúde e nós estamos aqui para atendê-los e procurar compreender a ansiedade de vocês.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Gostaria de informar a todos que nós, aqui, estamos realizando uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e que está sendo transmitida pela Televisão da cidade de Santa Cruz, ao vivo.

Estão presentes neste auditório – estima o nosso prezado Reitor – cerca de 900 pessoas. Há pouco, a imagem da TV Unisc mostrou que o Ginásio da TV Unisc está inteiramente voltado e estima-se que aproximadamente 10 mil pessoas estão assistindo a nossa reunião neste instante. Eu estou vendo, e os Senadores da Mesa também podem ver a imagem – se puderem até mostrar a imagem de todo o Ginásio, pelo telão – a enorme tensão que esta audiência pública está provocando.

Informo a todos – vejam só: estão lá nos acenando – que providenciamos um entendimento entre a TV Senado e a TV Unisc, e que a TV Senado retransmitirá toda esta nossa reunião para que ela possa ser assistida por todos os brasileiros. Eu trouxe pessoalmente as fitas que serão utilizadas para gravar esta audiência inteiramente e, depois, informarei ao Prefeito, à Unisc e a todos os interessados.

Quero, ainda, salientar e agradecer a presença e o interesse enorme que esta audiência está tendo. Quero, então, agradecer, aqui, a presença de inúmeros deputados federais e estaduais, tais como os deputados federais Pompeu de Mattos, Nelson Proença, Paulo Pimenta, Mendes Ribeiro Filho, Luis Carlos Heinze, Kelly Moraes, Júlio Redecker, Adão Pretto etc. Se, por ventura, deixei de mencionar algum, por favor, informe à Mesa. E os deputados estaduais Adolfo Brito, Luiz Fernando Smitt que, inclusive, agora, está substituindo o Presidente da Assembléia Legislativa que precisou se ausentar, e mais: Paulo Azeredo, Osmar Severo, Edson Brum, Telmo Kirst, Heitor Schuch, Adão Villaverde, Dionilso Marcon, Elvino Bohn Gass, Estilac

Xavier, Frei Sérgio, também o Deputado Federal Francisco Turra e prefeitos municipais, nada menos do que sessenta, se não houve engano da Mesa. Gostaria de citar todos, mas veio à Mesa o nome apenas dos seus Municípios. Então, numa das próximas ocasiões quero citá-los todos com os seus respectivos nomes em atenção às senhoras prefeitas e os senhores prefeitos porventura presentes. Peço a gentileza de o cerimonial da reunião providenciar os respectivos nomes por atenção aos prefeitos.

Passamos agora a palavra à Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, por seu presidente, Haisi Gralow, para a sua apresentação. Tem a palavra o Sr. Hainsi Gralow, um dos que muito se empenhou para a realização desta reunião.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar o Prefeito Municipal Sérgio Ivan Moraes; o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy; o Relator, Senador Fernando Bezerra; os Senadores do Rio Grande do Sul Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim. A todos o nosso agradecimento especial, porque foram pessoas extremamente importantes para que pudesse ser realizado este encontro.

Saúdo ainda o Presidente da Famurs, Heitor Petry; nosso reitor da Universidade, Luiz Augusto da Costa Campis; os colegas representantes de outras entidades de classe, aqui presentes; os deputados federais, estaduais, amigos e amigos do Poliesportivo que estão nos assistindo — cerca de dez mil pessoas. O nosso abraço especial a todos vocês, que não estão dentro deste recinto mas acompanham com muito interesse o desenvolvimento desta reunião. Saúdo as senhoras e os senhores.

Peço seja preparado o audiovisual, porque, em vez de falar, eu gostaria fossem mostrados aqui quatro produtores.

Tenho certeza de que eles falarão melhor do que eu; transmitem com muito mais fidelidade do que eu, por maior que seja meu esforço. No entanto, enquanto o audiovisual está sendo preparado, convido a nossa secretária Neusa para entregar aos Senadores — as demais pessoas que queiram podem obter depois.

Quero dizer que temos em Santa Cruz do Sul um departamento de pesquisa, de estatística altamente confiável. É o Nupes (Núcleo de Pesquisa Social) da Unisc. Não foi a Afubra, não foi uma organização de interesse que fez essa pesquisa, de que o Sr. Relator vai precisar muito – tenho certeza. Eu gostaria que S. Ex^a analisasse. Se não quiser nos consultar, pode consultar quem fez a pesquisa.

Verificamos, então, alguns dados que eu não tinha revelado por considerar este um momento es-

pecial. Hoje, neste ano 2003/2004, 62% dos nossos agricultores possuem telefone; 98,5% possuem geladeira; 94,5%, freezer; 100%, televisão; veículos, se somarmos o caminhão, o utilitário, automóvel e bicicleta chega a 1,13% por família, e também para não esquecer de dar uma olhada na renda, porque nós agricultores que plantamos fumo plantamos também outras culturas.

Os fumicultores têm uma renda – e deve ser olhado para essa pesquisa – de R\$28.996,70. Os não-fumicultores aparecem com R\$12.985,00. Como isso é uma pesquisa isolada, parece, podemos olhar a de 2002. Quero dizer que a de 2002 tem dados tão interessantes que imaginávamos que precisávamos fazer em 2004, para ver se realmente o *(inaudível)* não se enganou.

Muito obrigado.

Quero, como propus, trocar a minha fala por 3 minutos e 48 segundos dos nossos agricultores.

(Palmas.)

O SR. (Orador não identificado) – O fumo garante o sustento de mais de 190 mil famílias no Sul do Brasil. Pela falta de tempo dos Srs. Senadores em visitar alguns agricultores da região, a Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, gravou alguns depoimentos com fumicultores, que retratam a realidade desse setor, que gera mais de 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos e renda anual de R\$ 3,6 bilhões.

O SR. LAURI – Sou Lauri. Resido aqui, em Santa Cruz do Sul. Essa é minha propriedade, adquirida há dez anos, fruto da produção de fumo. Não tinha nada na estufa, nenhum tijolo para dizer a verdade. Construí as estufas, os galpões, faz dois anos que fiz a casa. A última safra sobrou R\$28 mil líquido de fumo. Trabalhamos só entre duas pessoas, não ajustamos nenhuma mão-de-obra.

Faço uma pergunta para os senhores: numa área tão pequena, tão acidentada, se não fosse a cultura do fumo, da onde tiraria o meu sustento para a minha família.

O SR. RENATO GUERC – Sou Renato Guerc. Estou morando junto com a propriedade do meu pai, que, hoje, temos em torno de 17 hectares de terra e dentre os quais plantamos dois hectares de fumo. Já estamos bastante adiantados na parte da diversificação de culturas, onde, hoje, plantamos soja, milho e outras culturas de subsistência, mas nada chega perto dos dois hectares de fumo que plantamos, onde, sem dúvida, é o carro-chefe da nossa propriedade.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível.)* Segundo, o fumo.

O SR. RENATO GUERC – Pois é, realmente é uma preocupação. Realmente não sabemos o que

fazer, inclusive a preocupação é com as crianças que temos. Vamos poder dar estudos para elas? Terminar com a cultura do fumo realmente termina com a expectativa de vida.

O SR. MAURO AGNES – Sou plantador de fumo e, com isso, estou sobrevivendo e não tenho terra. Tenho terra arrendada, onde construí minha casa. Quero mostrar minha casa que construí com o dinheiro do fumo.

O SR. JOSÉ GRANDO – Srs. Senadores, dependendo do fumo, que nem o meu vizinho Mauro, como milhares de famílias. Não sei nem falar direito, mas tenho dois hectares de fumo para minha família sobreviver.

O SR. PAULO – Moro em Pinheiral. Minha esposa e o Charles me ajudam no fumo. Plantamos, há vinte e nove anos, fumo. Eu tenho oito hectares de terra. Planto fumo. É a única coisa que dá uma rentabilidade, que outras culturas não dão.

A SRª (Oradora não identificada) – Que nem meu marido falou que o fumo é a nossa sobrevivência. Temos que viver com isso, porque nós só temos oito hectares.

O SR. (Orador não identificado) – Essa é a minha família. Estamos muito preocupados. A gente depende das decisões de vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também agradecemos à Afubra, ao Presidente Hainsi Gralow pelo cuidado que teve em apresentar, de maneira tão sintética, o depoimento de trabalhadores e agricultores do tabaco.

Em prosseguimento, passamos a palavra ao representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag, Sr. Ezídio Pinheiro.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO – Boa tarde. Saúdo o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem saúdo os demais Senadores presentes, componentes da mesa e demais autoridades.

Senador Suplicy, creio que não cabe aqui repetir os fatos que nos foram colocados, o pensamento dos agricultores e a importância desta audiência pública.

No Rio Grande do Sul, há 97 mil famílias que produzem fumo, a grande maioria em pequenas propriedades, plantando em torno de 2 hectares.

Lembro-me – por isso a compreensão do Senador será importante – de que, na época do lançamento do Programa de Crédito Fundiário, V. Exª foi muito importante para que ele acontecesse. Com o programa foram financiadas, no Rio Grande do Sul, dez mil pequenas propriedades, e isso foi resultado da lei aprovada, que hoje produzem fumo.

Sabemos que as presenças de V. Ex^a e a do Senador Fernando Bezerra são fundamentais. O Rio Grande do Sul está mobilizado, tem consciência disso e tem a preocupação do que isso pode representar. Em nível de país, a discussão é menor, não pelo fato de o problema ser menor, mas, talvez, por falta de iniciativa.

O encaminhamento de V. Ex^{as} é fundamental para levar aos demais Senadores – e não estamos falando dos Senadores do Rio Grande do Sul, Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim – a nossa situação. Parece que a Presidência e a relatoria são fundamentais para se dar, neste momento, esse encaminhamento.

Estamos vivendo um momento muito difícil. Estamos prevendo uma crise em vários seguimentos da agricultura brasileira. O trigo não se adapta, mas também não está sendo mais um negócio viável. A soja passa por grandes dificuldades, assim como o arroz importado, a carne suína, o frango, a uva, o alho. Todas as culturas possíveis para esta região estão em declínio. Existe uma preocupação muito grande por parte do produtor. Este momento é crucial para nós. Eu diria que só a informação da Convenção-Quadro, que poderia limitar a cultura do fumo, já está trazendo prejuízos para o Rio Grande do Sul.

Senador Suplicy, hoje já existe essa preocupação porque é o salário de quem vive disso. Por isso, já está preocupado com o que pode ocorrer com sua família.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Reitor, na Unisc faltará matrícula porque é da cultura do fumo que se paga a faculdade. As pesquisas mostram o nível de educação dessa região. O trabalho, o cuidado e o esforço são muito grandes.

Não poderia haver Vale do Rio Pardo sem a cultura do fumo. Queremos colaborar com saúde, mas tudo o que é proibido será experimentado, como as drogas. Dependendo da maneira como trabalhamos, vamos provocar, incentivar que isso ocorra. Senadores, vamos discutir com mais tempo, vamos voltar a conversar, vamos ver o que se pode fazer para a transição. Os 10 mil agricultores que estão no ginásio vêm de todos os recantos do Rio Grande do Sul. Somos 97, mas há mais de 200 mil produtores no Brasil. E é a pequena propriedade ou o pequeno proprietário ou o parceiro ou o meeiro ou o arrendatário.

Em nome dessas pessoas, Senadores, reforçamos nosso pedido pela compreensão e pela cautela de vocês. Tenho certeza disso porque conheço aquela Casa, passei por lá e sei da responsabilidade dos senhores. Está em suas mãos. Nós, pequenos produtores, esperamos por essa compreensão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Ezídio Pinheiro.

Concedo a palavra ao representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Fetraf-Sul, Sr. Alcemir Bagnara.

O SR. ALCEMIR BAGNARA – Boa tarde a todos e a todas que se encontram neste plenário. Estendo a saudação a todas as pessoas que estão no ginásio, ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a todas as autoridades da Mesa e as presentes no plenário. De modo especial, saúdo a todos os agricultores e agricultoras familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e do Brasil, porque, hoje, a Fetraf-Sul não abrange mais somente os três Estados do Sul, mas existe uma federação nacional que trata da questão do fumo.

Em primeiro lugar, reconhecemos a atividade do fumo como importante segmento que movimenta a economia não só gaúcha, mas nacional. Temos também de reconhecer que o uso do tabagismo é um grande problema social, ambiental e econômico. De acordo com as estimativas aqui apresentadas pelo Ministério da Saúde, ocorrem mais de 200 mil mortes por ano no Brasil e 40 doenças são provocadas pelo tabagismo. Tal estimativa não é pouco para a sociedade brasileira, assim como as perdas do setor de US\$200 bilhões no mundo, sem contar a questão ambiental.

Como Fetraf-Sul, entidade representante dos agricultores e agricultoras familiares, queremos fazer e enfrentar este debate. O debate da Convenção-Quadro não pode desvincular a luta histórica dos agricultores e agricultoras familiares quanto ao preço pago pelo produto fumo. Estão tentando escamotear isso neste debate para não levá-lo à tona. Há entidades que jogam isso para a sociedade, tentando amedrontar o agricultor que não mais poderá plantar fumo. Com certeza, também será um baita negócio para as empresas que não querem dar aumento para os agricultores. (Palmas.)

Acreditamos que, hoje, é inevitável o Brasil assinar a Convenção-Quadro. Por isso, tanto o Governo Federal, como o estadual, e todos os setores do Governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, têm um compromisso com a sociedade civil e com os agricultores. O compromisso com a sociedade civil é o de proteger e de levar em conta todos esses elementos colocados anteriormente e um compromisso com nós, agricultores e agricultoras familiares, é o da não exclusão da atividade. Portanto, nossa posição, enquanto Fetraf-Sul, é de defesa intransigente da agricultura familiar e de seus agentes. Quero dizer aqui também que há posição de agricultores, se conversarmos com um a

um. Muitos deles querem deixar da produção de fumo, mas não têm alternativa.

Então, por isso temos que dedicar um tempo razoável de nossos debates agora para construir essas alternativas, e a defesa dos agricultores e agricultoras familiares nos leva aqui a sugerir para a Comissão a adoção de algumas medidas. Uma é essa questão de fazer emendas para salvaguardar os agricultores de fumo, assim como já constar no parecer do Relator isso, medidas que salvaguardem os produtores, para que, se isso for inevitável, se tenham prazos, se tenham políticas públicas, se tenha condição de se fazer essa transição.

A outra nossa preocupação e sugestão é de que se trabalhe no sentido de substituir a fumicultura por produtos alimentícios, que a agricultura familiar é uma grande produtora de alimentos e pode alimentar a Nação e o mundo. Para isso, também que se crie uma comissão que trabalhe junto com o Poder público, com o setor público, agricultores, técnicos – de todos os Ministérios possíveis envolvidos – para que se construam juntas a transição, porque tenho certeza de que, se a transição for construída de cima para baixo, pensada por algumas pessoas, essa transição não acontece e não vai servir aos agricultores e agricultoras. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Alcemir Bagnara. Quero também registrar a presença do Deputado Estadual Vilson Covatti – perdão por não ter seu nome na primeira chamada.

Agora vamos ouvir o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sr. Sálvio Tonini. *(Pausa.)*

O Sr. Carlos Sperotto é que falará em nome da Confederação Nacional da Agricultura? *(Pausa.)*

Era o Sr. Sálvio? *(Pausa.)*

Qual é o nome do senhor?

O SR. SÁLVIO TONINI – Meu nome é Sálvio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sálvio Tonini?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Então, façamos o seguinte: o senhor esteja ao lado dele e faça um jogral ao lado dele. Por favor. *(Palmas.)*

Os senhores são coirmãos, então... Santa Catarina e Rio Grande do Sul saberão se entender. Por favor, estejam ao lado um do outro, Sr. Sálvio Tonini e Sr. Carlos Sperotto.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Com dois minutos já fico satisfeito. Deixo três minutos para o Tonini.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O SR. SÁLVIO TONINI – Senador, é uma imensa satisfação sermos recebidos aqui, Senador Eduardo Suplicy e Senador Fernando Bezerra, o importante é dizer a este Plenário que esta reunião não era para ter acontecido. Já estivemos em Brasília numa audiência acompanhados por nossos três Senadores – Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon e Senador Sérgio Zambiasi – e lá já era praticamente para esse assunto ter sido encerrado, ante as posições que foram apresentadas, houve sensibilização, e uma sensibilização que entendo ser o primeiro passo a ser dado. Temos a certeza de que vamos continuar evoluindo, progredindo no sentido de trazermos justamente essa posição da necessidade de se avaliar *in loco*, e aqui, como a nossa é uma atividade a céu aberto, Senador Eduardo Suplicy, e desnecessário é dizer aos meus Parlamentares que aqui estão e demais componentes da Mesa, as atividades a céu aberto V. Ex^a viu que não conseguiu ir à propriedade visitá-la. Nós convivemos com isso o dia todo. Temos uma necessidade de continuidade. E os que aqui nos antecederam foram bastante objetivos, inclusive alertando o nosso reitor para o fato de que poderão sobrar vagas nessa universidade. Aliás, acredito que aquela menina loira presente no último depoimento esteja fazendo vestibular, se já não o fez.

Isso são condições de vida que podem ter, sim, os produtores – não apenas os 915 que aqui estão, como também os 10.134 que estão lá no estádio. Acreditamos que todas essas famílias estão justamente olhando o futuro dos seus descendentes. E nessa trajetória está algo que tem que ser valorizado: qualidade de vida. Isso é fundamental. *(Palmas.)*

Acredito que deveríamos ter mais uma cadeira aqui nesta mesa. Queria ver de um lado o Ministério da Saúde, onde o Dr. Temporão fez a sua apresentação, com toda a propriedade. E lhe digo tranquilamente, Dr. Temporão, que o senhor fez isso em um Estado cujo Judiciário proibiu o fumo em avião. E, a partir dali, sem qualquer contestação, iniciamos procedimentos de reservar ambientes. Portanto, a sua proposta é muito bem acolhida.

Do outro lado, eu gostaria de ver alguém da área socioeconômica também trazendo justamente a sua visão e mostrando os reflexos que a suspensão dessa atividade irão determinar no desequilíbrio econômico e social das propriedades. E não me refiro só às rurais, mas a todas as outras propriedades de todo segmento da economia que alimenta essas regiões. *(Palmas.)*

Parece-me que essas palmas são dos 322 Municípios que plantam o fumo e vivem de sua cultura. As palmas devem ter sido dos Prefeitos, que aqui estão justamente por anteverem a bancarrota de um setor. Não estamos discutindo o tabagismo, mas a produção

econômica do fumo. É isso que, no nosso entendimento, tem que ser pautado. E não tenhamos a pretensão de que, em se parando de plantar no Brasil, estaremos bloqueando ou proibindo o fumo ou convencendo as pessoas a deixarem de fumar. Estaremos, sim, dando oportunidade para que os fumantes daqui paguem mais, tirem mais das suas economias e busquem o fumo importado – como aqui já dito também, de baixa qualidade, não com a qualidade que temos.

Acredito, inclusive, que o aumento de fumantes será muito grande, porque, quando se perde o objetivo do trabalho, quando se busca e se cria um quadro de desestabilização, aumenta o número de fumantes. Esses que não terão mais uma atividade compensada com a sua atividade incorporar-se-ão ao grupo dos que já fumam. O nervosismo leva a que se fume. (Palmas.)

Fiquei com muita satisfação ao ouvir a afirmativa do Dr. Temporão de que, quando um sujeito está nervoso, um dos neutralizadores é o cigarro.

Então, Srs. Senadores, Sr. Senador Bezerra, a sua caneta está pesada, mas temos certeza de que ela tem a tinta do sentimento, tem a tinta do entendimento, tem a tinta necessária para fazer com que todas essas famílias continuem sorrindo e com que essa região continue contribuindo para a economia do País. É a terceira rubrica de exportação.

Os caros Deputados que aqui acompanharam esse processo talvez estejam até preocupados: como votamos tão rápido, em 13 de maio de 2004, sem termos aberto a oportunidade de uma discussão ampla e aprofundada como a que o Senado hoje está fazendo? (Palmas.)

Não se trata de crítica aos nossos Parlamentares, pois temos aqui a declinar que sempre tivemos o apoio de S. Ex^{as} no sentido do acompanhamento de todas as causas que levamos àquela Casa. E participamos, sim, das reuniões em Brasília. Temos neles os nossos dignos representantes, os nossos Parlamentares.

Portanto, Senador Eduardo Suplicy, está nas mãos do Senado a continuidade da felicidade dos semblantes radiosos. V. Ex^a viu, com a simplicidade dos depoimentos prestados, que tipo de gente está ansiosa por uma decisão. Temos a certeza de que esta Comissão, presidida por V. Ex^a, acolherá o relatório do Senador Fernando Bezerra. Estamos sentindo que S. Ex^a está anotando as sugestões. Embora a caneta seja vermelha, servirá justamente para negar a adesão imediata à convenção.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Carlos Sperotto

Concedo a palavra ao Sr. Sálvio Tonini, da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina.

O SR. SÁLVIO TONITI – Creio que o Dr. Sperotto falou muito bem sobre o que pensa a Confederação Nacional de Agricultura.

Nós da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina estamos plenamente solidários com a posição da CNA, com a posição da Farsul e com os demais integrantes representativos do setor produtivo do fumo.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção para um tema. O Dr. Sperotto citou cerca de 300 Municípios. Tenho certeza absoluta de que, com a extinção do tabaco, deveríamos decretar, no mínimo, a falência de mais da metade desses Municípios. (Palmas.)

Citarei o exemplo que já mencionei em Brasília. Em relação à região do Alto Vale do Itajaí – para quem não conhece muito, refiro-me à região de Ituporanga, Rio do Sul –, o fisco estadual forneceu os números e não eu ou qualquer entidade representativa dos produtores; foi o fisco estadual. Na região do Alto Vale, foram arrecadados R\$52 milhões que retornaram aos Municípios para poderem fazer melhorias em educação, transporte, saúde e moradia. V. Ex^a sabe quanto arrecadou o fumo? R\$49 milhões dos R\$52 milhões. Os R\$3 milhões restantes foram arrecadados pelos demais segmentos econômicos que informaram o que arrecadaram. Vejam a importância da cultura do fumo.

Como representante da Federação, quero deixar um alerta. Não podemos levar esse debate do contra ou do a favor. Precisamos discutir com maturidade e encontrar uma alternativa correta que possa conduzir a uma alternativa possível, para que a sociedade brasileira e os produtores de fumo não sofram o que vêm sofrendo outros segmentos produtivos com sua receita, sua situação socioeconômica em frangalhos, caindo pelas tabelas, como se diz na gíria. Não podemos seguir por esse caminho do contra ou do a favor sem discutirmos um possível caminho, uma possível alternativa.

O Conselho de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina também comunga – conforme disse o nosso representante e Vice-Presidente que lá representa a Federação, Dr. Nelton –, com a idéia de que se busque uma alternativa, sim. Primeiramente, deve-se pesquisar uma alternativa de cultura de, no mínimo, dez anos, que, de fato, produza o mesmo retorno que dá o fumo tanto econômico quanto social, para depois, sim, ratificarmos a Convenção-Quadro. Se assim fizermos, agiremos bem.

Chamo a atenção, porque, de repente, queremos precipitar o passo, dando um passo rápido demais. É o exemplo daquele cidadão que tem uma casa razoável e deseja construir uma nova. Primeiramente, ele aloca os recursos e o material para depois destruir aquela

em que vive. Do contrário, aquela estará destruída e não construirá outra nem terá onde morar.

Essa é minha mensagem. Quero trazer aqui o abraço de José Zeferino Pedroso da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Fico feliz de ter ao meu lado o ilustre Presidente da Farsul, que tão bem tem conduzido as condições da agropecuária, participando das atividades em nível nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Inaudível.)* de automóvel e pudemos, nós Senadores e o Dr. Temporão, ver com muita atenção as diversas áreas de produção do tabaco pelo caminho. Pelo menos, tivemos a oportunidade de ver. Obviamente é outra coisa estar em meio à plantação. Quem sabe, um dia, possa vir a esta região e acompanhá-los, trabalhando junto e aprendendo com os senhores e as senhoras.

Pediria a atenção dos Prefeitos e Prefeitas para colaborarem com a Mesa, porque ainda não chegou a relação dos 60 Prefeitos presentes, e eu gostaria de citá-los. O Cerimonial está sentindo dificuldades de obter todos os seus nomes.

Ouviremos agora o pronunciamento do representante da Via Campesina, Sr. Gilberto Tuhtenhagem, do Movimento de Pequenos Agricultores. Se a pronúncia do nome estiver errada, por favor, corrija-me.

Como o tempo melhorou e o céu se abriu, teremos o prazo necessário para a audiência, apesar de alguns dos Srs. Senadores terem compromisso de viagem.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Tuhtenhagem.

O SR. GILBERTO TUHTENHAGEM – A pronúncia do meu nome está correta, Excelência.

Senador Suplicy, cumprimento em seu nome todas as autoridades da Mesa e outras presentes. Saúdo, de modo muito especial, os nossos trabalhadores do fumo, da indústria, além dos agricultores que aqui vieram nessa audiência pública.

Início agradecendo aos Srs. Senadores da República por atenderem ao nosso chamado e virem à Santa Cruz do Sul para debater com os pequenos agricultores e demais entidades as questões ligadas à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde.

Somos um movimento popular formado por pequenos agricultores e nunca abriremos mão de defender a nossa classe em qualquer situação que a nossa base definir. A marca do MPA é a organização de base e a luta para defender os pequenos agricultores, da qual não prescindiremos por nada deste mundo. Se tivermos que enfrentar governos, indústrias, associações, leis, convenções ou quem quer que seja, nós o faremos. Mas também estaremos sempre abertos ao diálogo e

à negociação para encontrar a solução para os problemas da nossa classe.

Os Senadores tiveram a coragem de trazer à Santa Cruz do Sul um debate que só ocorria em Genebra, na Suíça, desde 1995, do qual entidades da fumicultura gaúcha e brasileira participaram. O Governo Brasileiro anterior foi Presidente do Comitê Internacional pró Convenção-Quadro por três anos.

Nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores, não tivemos assento em Genebra nem acesso a informações sobre esse tema durante o Governo anterior. No entanto, todas as questões foram definidas naquela época e, agora, pegamos o “rabo do foguete”, quando tudo já está decidido e a Convenção-Quadro já está em vigor, porque foi aprovada e ratificada por 40 Países, o número mínimo exigido para que passasse a vigorar.

Estranhamos o fato de as entidades do setor que participaram das negociações em Genebra e tiveram acesso a todas as informações não terem reagido antes. Disseram até que a Convenção-Quadro era “tempestade em copo d’água”, conforme o Anuário do Fumo de 2002 e de 2003, uma publicação do setor fumageiro.

A própria Câmara dos Deputados, por meio de todos os Partidos, aprovou por unanimidade a Convenção-Quadro. O MPA estranha a posição dos que há um ano diziam que a Convenção-Quadro era “tempestade em copo d’água” e, agora, as mesmas entidades afirmam que é tempestade no oceano.

O que nos preocupa, Srs. Senadores, em relação à Convenção-Quadro, é o destino de 230 mil famílias de pequenos agricultores, pois no fumo só produzem os pequenos agricultores, não há grandes, e um terço deles trabalham em terras alheias como meeiros, arrendatários e parceiros que sobrevivem produzindo fumo cujo destino nos causa preocupação.

A preocupação do MPA é com o contexto global da questão. O Governo Federal e o Congresso Nacional não podem analisar a convenção-quadro só pelo ângulo da saúde pública, mas encarar o conjunto do problema que envolve um grave problema social e econômico do emprego de quem trabalha na indústria, mas principalmente na sobrevivência econômica e social de duzentas e trinta mil famílias de pequenos agricultores que sobrevivem produzindo fumo.

Por isso, Srs. Senadores, o MPA solicita que, antes de tomarem qualquer posição, reflitam profundamente sobre todas as consequências que a mesma terá. De nossa parte, não aceitaremos nenhuma decisão que venha a prejudicar os pequenos agricultores. Exigimos que o Governo intervenha e regulamente o setor fumo.

O Governo e o Congresso Nacional precisam elaborar e aprovar uma vigorosa legislação protetora dos produtores de fumo. Seu exemplo nos dignifica, Srs. Senadores. V. Ex^{as} vieram até Santa Cruz do Sul debater a convenção-quadro. Desejamos que seu exemplo seja seguido e que todas as questões ligadas à produção e à comercialização do fumo sejam discutidas aqui perto de onde o povo produz com enorme sacrifício, e não nas lindas e distantes praias de Florianópolis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Gilberto.

Informo que, representando o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim está presente o Secretário Adriano Putti. Fiz também o convite aos Ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Miguel Rosseto e Roberto Rodrigues para que pudessem enviar os representantes, mas avaliaram que...

O Ministério do Desenvolvimento enviou o representante, Sr. Nilton Deben. Muito obrigado por sua presença.

Ouviremos agora os representantes da indústria e dos trabalhadores da indústria. Primeiramente, o representante do Sindicato do Fumo do Rio Grande do Sul – Sindifumo, Sr. Cláudio Henn. (*Palmas.*)

O SR. CLÁUDIO HENN – Boa tarde a todos.

Cumprimentamos o Senador Eduardo Suplicy, os demais membros da Mesa, os Parlamentares presentes e o público em geral. Primeiramente cabe um agradecimento muito especial aos nossos três Senadores gaúchos, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim que juntamente com o Governador Germano Rigotto e com o Governo central proporcionaram esta audiência pública em Santa Cruz.

Esta é uma oportunidade em que o segmento pode se pronunciar e, como foi muito bem dito pelo Senador Eduardo Suplicy, durante o trajeto de Porto Alegre para Santa Cruz, teve a oportunidade de ver inúmeras lavouras que, por sinal, estão muito felizes com as últimas chuvas.

Assim sendo, muito obrigado a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, proporcionaram este momento e que também atuaram em Brasília a fim de que não houvesse uma precipitação por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, aprovando a adesão do Brasil à Convenção-Quadro.

Quanto ao setor fumageiro, a legislação brasileira é a mais rigorosa do mundo, mais do que a do Canadá. As restrições previstas na Convenção-Quadro são amenas comparadas às nossas. As advertências

estampadas nas embalagens de cigarro só existem no Canadá e no Brasil.

Há também a questão dos impostos brasileiros, que são altíssimos no que se refere ao cigarro, de aproximadamente 70%. Embora haja quem diga que o cigarro brasileiro é barato, ele é caro, considerando o poder aquisitivo do brasileiro.

Diante disso, um dos meios que a Convenção-Quadro estabelece para reduzir o consumo é aumentar o custo, o tributo dos cigarros. Hoje há 30% de contrabando. Deixamos de arrecadar R\$1,3 bilhões por ano, e os R\$6,3 bilhões que o cigarro proporciona à Fazenda Nacional também gradativamente deixarão de existir.

Existem 30% de cigarros fabricados em processos arcaicos, com qualidade e origem duvidosa, sem qualquer controle sanitário. Se o nosso cigarro não é bom para a saúde, imaginem esses. Existe um espaço muito grande para que esses 45 bilhões de cigarros ilegais possam ser eliminados.

Nesse ponto, há nossa adesão à Convenção-Quadro, que estabelece coisas boas, pois prevê o combate ao mercado ilícito e possui uma legislação que prevê o consumo para menores. Desde junho do ano passado, o Brasil conta com uma lei que é seguida com relação ao fumante menor. Também estabelece a eliminação de subsídios.

Na Europa, um bilhão de euros foram destinados para subsidiar 350 milhões de quilos de fumo, que faz concorrência ao fumo brasileiro. Como foi dito, há um questionamento quanto ao valor pago ao produtor do fumo brasileiro. São os subsídios de nossos principais concorrentes, que não aderiram até agora: Estados Unidos, China, países da Comunidade Européia, Argentina, países da África. Principalmente Europa e Estados Unidos, que subsidiam a produção, não aderiram e nem vão aderir.

Ora, se já existe uma legislação muito rigorosa e posta em prática no País, o que a Convenção-Quadro fará?

Quando foi apresentada à Convenção-Quadro a questão do meio ambiente, reflorestamento e trabalho infantil, nessa atividade o setor fumageiro, um sistema integrado há mais de 80 anos, dá um exemplo de como se organiza. Tenho certeza de que os mais de 10 mil produtores e trabalhadores que estão no parque da Oktoberfest com certeza estão vibrando com a presença dos Senadores, pois têm a oportunidade de ver, mais uma vez, o trabalho dos Senadores gaúchos, do Governo do Estado e do Governo central na busca do esclarecimento.

É importante que se diga que não somos contra a Convenção-Quadro. Só não queremos que seja

feita atropeladamente. Graças à intervenção de V. Ex^{as}, isso já foi postergado. Por essa razão, pedimos mais uma vez muito carinho e muita atenção nessa questão. Por que o Brasil, maior exportador de fumo do mundo e maior produtor, com todo esse cenário de ameaças acerca da falta de alternativa na produção, vai se precipitar?

Mais uma vez, muito obrigado pela presença. O setor fumageiro, o Sindifumo e seus associados colocam-se à disposição dos senhores. Queremos ser parceiros nisso. Se tivermos que adaptar meios, processos, estamos dispostos.

Muito obrigado pela presença dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ouvimos o Sr. Cláudio Henn.

Vamos ouvir agora o Sr. Albino Guever, da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. ALBINO GUEVER – Boa tarde, Senador Suplicy. A terceira pronúncia estava correta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Pedro Simon disse que antigamente sabia de cor todos os nomes dos representantes da CUT. É que a CUT tem crescido tanto (*risadas e palmas.*) Felizmente pude vir a Santa Cruz do Sul para conhecê-lo melhor e saber pronunciar o seu nome. Desculpe-me.

Tem a palavra.

O SR. ALBINO GUEVER – Quero reiterar a saudação já feita pelo Protocolo, mas especialmente saúdo os Senadores gaúchos aqui presentes.

Sou técnico agrícola e represento a CUT na Câmara Setorial do Fumo, quando Pedro Simon era o governador do Estado, estava entre os maiores plantadores de fumo do Estado do Rio Grande do Sul, e também trabalhei, por um período de quatro anos, dentro da indústria fumageira.

Como já disse para os meios de comunicação e também em Brasília, nos dias 31 de maio e 1º de junho deste ano, em sessão solene na Câmara dos Deputados, quero reiterar aqui o que disse lá, mas está à disposição de todos os deputados federais, de toda a sociedade, o debate que fizemos em 31 de maio, na (*inaudível*), e dia 1º de junho a apresentação deste debate na Câmara dos Deputados.

Esse debate é por demais esclarecedor. Primeiro, todos aqui acompanham esse debate, e muitas manifestações ouvimos durante um período recente, de 12 de setembro para cá, que diziam: fim do fumo, erradicação da cultura do fumo, vai ser proibido plantar fumo. Ouviu-se de tudo. E quem falou isso demonstra um desconhecimento muito grande do que está sendo debatido, principalmente desconhece o texto da Convenção-Quadro. Então nada disso está presente

na Convenção-Quadro e ficou claro aqui pelas manifestações de apresentação.

Quero fazer uma afirmativa que faço em todos os lugares, pela minha experiência de ter trabalhado na indústria fumageira por um período e depois como plantador de fumo. Digo, sim, o fumo é um bom negócio, só que é um bom negócio para a indústria fumageira! (*Palmas.*)

Tem que ficar muito claro para todos que estamos falando de um monopólio internacional, estamos falando de empresas transnacionais que controlam a produção na Alemanha, nos Estados Unidos, na Argentina e aqui no Brasil. E elas têm um interesse sendo manifestado claramente ou por entre as flores, como se diz no popular. E aí o que vem na memória das pessoas, Senadores, quando falamos em lucro. Qual é o setor que tem o maior lucro no Brasil? Bancos? Não, é o setor fumageiro. Os bancos têm um lucro extraordinário, na ordem de 10%, 11%, 12%, 14%, que é o caso do Bradesco, isso sobre o patrimônio líquido. O lucro sobre o patrimônio líquido, em média, das indústrias fumageiras é de 55%. Está à disposição no *site* das empresas: www.souzacruz.com.br. Está lá, quem quiser olhar, o lucro é de 55% sobre o patrimônio líquido.

Então se é um absurdo, segundo alguns analistas, o lucro do setor bancário, o lucro do setor fumageiro é um absurdo multiplicado por quatro. Ao mesmo tempo o que nós trabalhadores do setor, o que nós fumicultores recebemos, falou-se em pesquisas, olhem as pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lá está claro, recebemos menos de um salário mínimo por mês, por pessoa/ano. Isso está claro na pesquisa.

Outro dado. Essa renda não pode ficar concentrada nas mãos de poucos, e esta renda que hoje é gerada aqui no Brasil é transportada para bolsos que não são brasileiros. Está na hora do Governo brasileiro assumir uma posição clara e que tenhamos uma política efetiva de distribuição da renda do setor. Qual é nosso principal problema atualmente por parte dos fumicultores? O fumo está ficando que nem feijão, quem nem milho, que nem soja, está sujeito à lei da oferta e da procura. Quando tem fumo em grande quantidade não tem preço para nós, para nossas famílias, para nossos agricultores. Quando o fumo falta, como faltou há dois anos, fazem leilão, fazem disputa correm atrás, pagam o dobro do que foi combinado nas negociações.

A sugestão que eu gostaria de deixar é que o Brasil precisa adotar um sistema de quotas de produção. Eu gostaria que isso fosse bem estudado, Senador Fernando Bezerra, que quem deveria autorizar o plantio do fumo, quanto cada produtor pode plantar, é o Governo,

por meio de um estudo científico, comprovado, da lei de oferta e procura, da demanda de mercado.

Quero afirmar, para a surpresa de muitos, que os analistas de mercado, a FAO, o Ministério da Agricultura do Estados Unidos, várias entidades, apontam claramente a migração da produção de fumo para o Brasil. Quando o Senador Pedro Simon era Governador, éramos 60 mil fumicultores. Hoje somos 200 mil fumicultores no Brasil e os dados apontam que seremos mais de 300 mil famílias plantando fumo em 2020, 2025, quicá não chegar perto das 400 mil famílias. Crescerá a produção de fumo no Brasil porque aqui recebemos US\$1.20 pelo quilo enquanto na Europa pagam US\$10.00. Está certo, tem subsídio, só que o subsídio é um percentual disso. Lá, recebem em torno de R\$600,00 pela arroba, mas paga pela indústria fumageira que está aqui e está lá, R\$400,00 pela arroba assim como nos Estados Unidos existem subsídios mas o valor é praticamente seis vezes maior do que aqui.

Quero concluir dizendo que esse crescimento que se dará no Brasil segue e precisa ser acompanhado. As quotas de produção podem apontar esse crescimento, mas as quotas de produção serão importantes no momento em que tivermos de reduzir a produção de fumo, que, talvez, se dará daqui a 50 ou 60 anos. Gostaria de dizer que segue o debate na câmara setorial, viemos debatendo a Convenção-Quadro desde o início, desde a reunião de instalação no dia 12 de dezembro. O representante da Philip Morris pediu e pautou a questão, que vem sendo discutida.

Só quero fazer uma recomendação ao Governo Lula. Por favor, transfira a coordenação política das câmaras setoriais para a Casa Civil, para evitar que armadilhas políticas como essa sejam montadas novamente. *(Aplausos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Albino Guever. Eu queria informar que o Ministro da Agricultura está presente representado pelo Sr. Francisco, que logo mais virá falar pela Câmara Setorial do Fumo. Portanto, o Ministro Roberto Rodrigues também enviou o seu representante.

Outra observação: diversos deputados federais aqui presentes estão me informando que às vezes na Câmara dos Deputados toma-se uma decisão, digamos, porque o Ministro da Saúde, no caso, o Governo pediu muito ao Presidente da Câmara dos Deputados que pudesse dialogar com os Líderes para que uma medida tal como a ratificação da Convenção-Quadro pudesse ser votada com bastante atenção e rapidez, num regime de urgência, e foi o que aconteceu sem que pudesse os Parlamentares, Deputados Federais, sobretudo desta região, estarem com a possibilidade de

dizer para fazer, antes, a audiência, mas que estão aqui presentes e tão preocupados quanto nós, Senadores, para que essa decisão seja tomada, com a colaboração deles nesse debate. Conforme todos que aqui tiveram a iniciativa de nos convencer a nós Senadores que era importante fazê-lo felizmente, está procedendo como, aliás, o Sr. Cláudio Henn tinha ressaltado.

Senador Fernando Bezerra, os Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim já disseram que todos nós seríamos tratados com muita atenção e respeito. Com carinho mesmo.

Quisera que todas as reuniões, sobretudo para decisões tão importantes para o povo brasileiro, pudessem ser objetos de audiência pública como a que a Universidade de Santa Cruz e todas as entidades presentes hoje estão realizando. Nesse sentido, ouvimos opiniões tão interessantes que fazem desta audiência um exemplo de participação de todos os segmentos. Estamos aprendendo muito com a presença de todos aqui. *(Palmas.)*

Ouviremos agora a exposição do Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Afins, Fentifumo, o Sr. Dorval Knak.

O SR. DORVAL KNAK – Srs. Senadores, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Afins, entidade que congrega todas as entidades sindicais da área fumageira constituída no Brasil, venho a este debate para dizer que nós da área fumageira representamos em torno de quarenta mil trabalhadores das indústrias com carteira assinada – esse segmento é na indústria, sem considerarmos os afins dessa área. Os trabalhadores do setor fumageiro e afins têm auferido e auferem salários acima da média nacional, além de gozarem de uma grande gama de benefícios sociais, extensivos aos seus dependentes, bem como de assistência médica, odontológica, ambulatorial e social. Eles usufruem, Srs. Senadores, de condições de trabalho dentro das normas editadas pelas autoridades brasileiras e internacionais.

Os trabalhadores do setor fumageiro e afins vêm acompanhando a extensiva campanha deflagrada contra a atividade econômica fumageira, sob o argumento de que fumo faz mal à saúde. As campanhas publicitárias têm dado ênfase ao movimento antifumo e, por conseguinte, causado intranquilidade aos trabalhadores do setor fumageiro, que temem a exclusão social provocada pelo desemprego, causa maior dos males sociais de todo o mundo.

A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco certamente gerará efeitos catastróficos na massa salarial do setor. As empresas certamente irão reestruturar suas fábricas, transferindo os setores produtivos para outros países.

Convém lembrar também que os efeitos gerados com a campanha antifumo, uma advertência severa da nossa legislação antifumo, não têm diminuído o número de fumantes. Certamente, a ratificação dessa convenção não irá reduzir o número de fumantes; esses passarão a fumar cigarro de inferior qualidade, de contrabando, sem controle sanitário das autoridades brasileiras. Esses, sim, Srs. Senadores, são prejudiciais à saúde, aos nossos empregos e aos cofres públicos.

Com tais considerações, pedimos a V. Ex^{as} para manifestarem a preocupação dos trabalhadores representados bem como a apreensão sobre os rumores que a campanha antifumo tem despertado no seio dos setores econômicos e sociais vinculados à cultura fumageira, ameaçada e reprimida pela intensa e unilateral campanha da mídia contra relevante precursora atividade econômica do País.

Srs. Senadores, a presença de V. Ex^{as} aqui hoje já foi abençoada por Deus, porque a chuva que hoje veio a cair em nossa região, certamente o fumo, que estava ameaçado quanto à sua qualidade, foi salvo. E eu não poderia medir quanto isso vai representar para o bolso dos produtores, mas, para os nossos trabalhadores urbanos temporários, com certeza, esta chuva de hoje vai proporcionar mais 20 ou 30 dias de trabalho.

Isto posto, Srs. Senadores, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores de Fumo, peço a V. Ex^{as} que reflitam antes da ratificação dessa Convenção-Quadro. Por enquanto, vamos discutir a importância dos nossos empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Dorval Knak.

Vamos, agora, ouvir alguns representantes das entidades estaduais e da Saúde. Primeiro o representante da Associação Médica do Rio Grande do Sul – Amrics, o Sr. Luiz Carlos Correia da Silva, Coordenador do Projeto Fumo Zero.

O SR. LUIZ CARLOS CORREIA DA SILVA – Ilm^o Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, demais autoridades da Mesa já mencionadas, minhas senhoras, meus senhores, inicialmente, queremos agradecer a oportunidade para manifestar a posição das instituições médicas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Estamos aqui em nome não apenas da nossa Associação Médica do Rio Grande do Sul, que representa 20 mil médicos, mas também em nome do Conselho Federal de Medicina – são mais de 250 mil médicos do País –, em nome da Sociedade Brasileira de Pneumologia, que contém mais de três mil especialistas exatamente na área das doenças respiratórias,

da qual já fui Presidente. Atualmente, estou na Associação Médica do Rio Grande do Sul, depois de muitos anos trabalhar como médico na assistência diária aos meus pacientes.

Levado por uma série de circunstâncias, principalmente pela missão que penso que devo cumprir na minha profissão, hoje estou trabalhando bastante dentro do associativismo não só da classe médica, mas também na interface da classe médica com a comunidade.

Trabalho com pessoas doentes do pulmão e, para fazer talvez uma devolução ao que o senhor disse nesse grau, trouxe um paciente que peço a gentileza de se levantar, Sr. José Carlos Lemos, que é portador de enfisema pulmonar. Ele já usou oxigênio, hoje está em processo de reabilitação e representa aqui oito milhões de brasileiros que são portadores dessa doença.

Nós temos, no nosso País, nada mais, nada menos do que oito milhões de pessoas com enfisema pulmonar. E sabe-se que de cada 100 pessoas que fumam, 20 terão enfisema pulmonar.

Note-se que, dentro deste recinto, ninguém está fumando. Isso já reflete consciência e respeito, e o nosso País é exemplar nesse papel.

O tabagismo, durante muito tempo, foi considerado uma escolha para um estilo de vida; hoje a ciência médica considera o tabagismo uma doença crônica, causada pela dependência de uma droga chamada nicotina. Infelizmente, um dependente da nicotina não só, ao inalar a fumaça do cigarro, leva a nicotina, e sim mais 4.700 substâncias tóxicas para o seu pulmão e para o seu organismo.

As pessoas não fumam porque querem, como vi numa faixa na entrada da cidade. O cigarro não é escolha; é uma dependência. Hoje, qualquer profissional da área da saúde, qualquer pessoa informada sabe que um dependente químico não escolhe usar a droga; ele é compulsivo nesse sentido.

Os representantes das entidades da área da saúde que aqui estão vieram para cá porque têm grande consciência do problema, e não somente do problema atual. Temos estudos científicos indicando que, a continuar como a epidemia está indo, dentro de dez anos, teremos o dobro do problema. Sobre isso nós temos que pensar.

Os representantes da fumicultura presentes merecem todo o respeito. Nós compreendemos isso. Eles estão aqui defendendo os seus direitos adquiridos. E isso tem que ser considerado pelo nosso Governo no momento em que a Convenção for ratificada. E ela vai ser ratificada, mais cedo ou mais tarde. Se for mais tarde, perderemos a grande oportunidade de participar

das decisões da fase da sua implantação que serão muito importantes.

Todos queremos a mesma coisa. Queremos saúde, qualidade de vida, boa renda. Nós, médicos – e eu vou fazer um parêntese para falar o que a medicina fez nas duas últimas ou três décadas.

Com a realidade da população brasileira, não poderia a medicina continuar sendo privada. E a saúde brasileira hoje é assistida pelo SUS que é, digamos, o setor do Governo que cuida do cidadão, e por convênio, que são aqueles que fazem os contratos com os usuários, com os interessados, e depois os repassam para o profissional pelo seu trabalho.

Eu não tenho a mínima dúvida que se nós, médicos, fôssemos optar, jamais teríamos convênios, jamais queríamos SUS. Nós ganhamos muito menos com isso. Mas isso é necessário, se não fica restrita a assistência a um pequeno número, porque a nossa população, na imensa maioria, não tem poder aquisitivo.

A classe médica cedeu. Obviamente que não totalmente satisfeita. Ninguém fica contente porque vai passar a ganhar menos. Eu não sou satisfeito com isso. Mas me dobro diante da necessidade de saúde pública, a necessidade social que o País tem.

Neste momento em que discutimos se o Brasil deve ou não confirmar a sua participação nessa Convenção, gostaríamos de deixar claro alguns pontos. Primeiro sobre o lado da saúde. Você sabe que mais de cinco milhões de pessoas morrem no mundo, 200 mil no Brasil. E isso vai aumentando. Se nada for feito, isso vai me incomodar muito.

Sobre a Convenção-Quadro, já está praticamente ratificada pelo número mínimo necessário de países para o seu início. O Brasil não decide mais se a Convenção-Quadro vai em frente ou não; apenas tem-se que decidir se entramos no processo ou ficamos de fora.

Em nome das instituições que aqui representamos e dos cidadãos brasileiros que priorizam a saúde, queremos manifestar expectativa de que a decisão dos Srs. Senadores seja a mais sábia para o bem da nossa população.

Esperamos que o Estado do Rio Grande do Sul seja sempre lembrado na história futura, pelo seu desenvolvimento graças a grandes projetos de crescimento, sempre em benefício de todos e nunca em troca do prejuízo de milhões de cidadãos e de vidas. Que o Brasil não seja, em um futuro próximo, lembrado e estigmatizado como sendo um País que mais exporta um produto que mais malefícios causa hoje para a humanidade na área da saúde. Que os fumicultores brasileiros de hoje sejam amanhã beneficiados pelas políticas que serão implantadas, pela mudança de cultivo e que não tenham que enfrentar os prejuízos

inerentes ao desaquecimento do setor, que acontecerá inexoravelmente nos próximos anos, porque o mundo do futuro é um mundo sem tabaco.

Todos nós sentimos isso. Que os políticos ora envolvidos neste processo sejam, para sempre, lembrados como iniciadores de uma nova era da Nação brasileira em que se prioriza a saúde, o bem-estar do cidadão, mesmo que isso tenha de acontecer em detrimento de resultados financeiros, passageiros, setoriais e imediatos. E que, se o contrário acontecer, que exista plena consciência da responsabilidade com as consequências que advirão das atitudes tomadas.

Que Deus os ilumine nessa tomada de decisão em que os médicos estarão sempre em prol da sua saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva, pelo seu importante depoimento do ponto de vista da saúde dos seres humanos.

O representante da Associação Médica de Minas Gerais, Sr. Paulo César Rodrigues Pinto Corrêa, informou que, por motivo pessoal sério, não pôde estar presente, agradecendo muito o convite.

Então, agora, passamos a palavra à representante da Diocese de Santa Maria, responsável pelo Projeto Co-Esperança, Irmã Lourdes Maria Dill. (Palmas.)

A SRª IRMÃ LOURDES MARIA DILL – Uma saudação a todos e uma muito especial ao Dr. Eduardo Suplicy, coordenador desta Mesa e desta Comissão.

Com muito orgulho, sou a primeira mulher a ocupar a voz aqui nesta tribuna para defender a vida. A vida em primeiro lugar. (Palmas.) Tivemos também alegria de participar em Brasília, no dia 15 de setembro, de importante momento da audiência pública que lá se realizou.

Estou aqui representando o Projeto Co-Esperança da Diocese Santa Maria, a Cáritas do Rio Grande do Sul, que está presente hoje em mais de 200 países, defendendo a vida; o Consea do Rio Grande do Sul, Conselho de Segurança Alimentar; a Pastoral da Terra da Diocese Santa Maria, e as cinco dioceses que compõem o Interdiocesano Centro.

Gostaria de aqui refletir o que muitos já trouxeram: que este é um momento histórico, um momento altamente democrático em que ambos os lados temos o direito e também o dever de nos pronunciar sobre as nossas posições e as nossas posturas em favor da vida. Trago aqui a voz profética de uma grande multidão de pessoas que acreditam na vida e a defendem em qualidade e quantidade com relação a saúde, meio ambiente, alternativas à cultura do fumo, distribuição justa da terra e substituições para a cultura do fumo.

Para nós, a Igreja, profetizas e profetas, o fumo é uma cultura de morte. Mesmo trazendo benefícios econômicos, gera muitos custos aos cofres públicos, tirando muito mais dinheiro do que trazendo. Por isso, para nós, o fumo é uma cultura de morte. O fumo alimenta o quê? O vício. O vício, que causa a triste dependência, igual a outras drogas. Só fuma quem é dependente dele. O fumo enriquece a quem? A uma minoria. E temos certeza de que as falas aqui selecionadas cuidadosamente de produtores de fumo, com todo o respeito, não foram as falas da grande multidão de pequenos produtores que hoje plantam fumo e que estão sim em extrema pobreza. Alguns estão bem porque têm melhores condições.

Por outro lado, também não defendemos a idéia do fumo ecológico. O fumo, por si só, é uma cultura de morte. Queremos, e o Brasil é líder mundial nessa reflexão, criar a cultura de vida, produzindo alimentos saudáveis e ecológicos para que mais pessoas possam ter trabalho, dignidade e inclusão social.

Muitas pesquisas já foram realizadas e muitos produtores deixariam de plantar fumo se houvesse, de fato, alternativas viáveis. E há. Nós da Diocese de Santa Maria, por meio do Projeto Esperança e Co-Esperança, há quase 20 anos, junto com a Diocese do Interdiocesano Centro, temos os seminários de alternativas à cultura do fumo. Faço já um grande desafio a todas as senhoras e senhores, e gostaria também da presença de alguns Senadores: no dia 30 de julho de 2005, na Diocese de Cachoeira do Sul, vamos debater as formas alternativas de substituição ao fumo. Na Diocese, temos hoje mais de 200 grupos que são trabalhadores urbanos e rurais que se organizam, produzem alimentos ecológicos, saudáveis. E hoje são mais de 3.700 famílias que sobrevivem desta renda. E esses trabalhadores urbanos e rurais, na sua maioria, têm hoje coordenados 40 pontos fixos de comercialização direta, onde quem estabelece o preço direto ao consumidor é o produtor.

Então, temos que reverter essa lógica. Primeiro, na produção de alimentos ecológicos. E estão aqui as sementes que, para nós, são vidas e vidas em plenitudes. E queremos fazer o resgate dessa semente crioula para que o produtor possa ter sua semente para produzir alimentos de qualidade.

O Brasil nunca falou tanto em segurança alimentar nutricional, sustentável como nesses dois anos. Em todo o Brasil, estão espalhados os Conseas – os Conselhos de Segurança Alimentar – que vêm debatendo política pública de segurança alimentar.

O nosso Consea aqui do Rio Grande do Sul, representado por minha manifestação neste momento, está se fazendo presente, e hoje inclusive tem a sua reunião

em Porto Alegre para debatermos políticas públicas e de segurança alimentar para que, de fato, aqueles agricultores que queiram parar de plantar fumo tenham essa grande possibilidade. E respeitamos aqueles que querem continuar plantando fumo, com todo o respeito. Mas quanto àqueles que querem parar, os governos nas esferas federal, estadual e também municipal deveriam, de fato, proporcionar essa possibilidade, gerando fundos próprios com essas perspectivas, para que eles possam ter subsídio e condição de trocar a cultura do fumo por cultura de alimentos saudáveis. Para nós, não causa nenhuma alegria hoje o Brasil exportar quase 90% do tabaco para o mundo, porque isso significa uma exportação de cultura de morte. Se tivéssemos exportando alimentos saudáveis para muitos outros países, especialmente para os que mais necessitam, teríamos muito mais alegria.

E quero dizer que a posição dessas organizações que aqui representam defendem, sim, a urgência máxima, Srs. Senadores e autoridades aqui presentes, a urgência máxima de o Brasil ratificar a Convenção-Quadro.

O Brasil não pode ficar do lado de fora. O Brasil foi um dos líderes que ajudou construir essa Convenção. O Brasil precisa, sim, em nome da democracia, participar, respeitando as fumageiras e respeitando também os produtores de fumos que queiram continuar neste plantio. Mas precisamos olhar para aquela grande multidão de pessoas trabalhadoras que querem cultivar, sim, a cultura de vida, a cultura de alimentos saudáveis, e querem trabalhar a questão da Fome Zero, da segurança alimentar nutricional sustentável.

Quem bom que aqui ninguém fuma e que, no Brasil, temos uma das melhores legislações antitabagista. E eu lembro assim com muito carinho, Senador Eduardo Suplicy, que, no dia 15 de setembro, em Brasília, todas as falas favoráveis ao fumo. As pessoas iniciavam assim: “Na minha família ninguém fuma; temos consciência de que o fumo, sim, é uma cultura de morte, ela traz muitos problemas de saúde e ela causou muita morte precoce à humanidade, está causando e continuará causando.”

Então, temos consciência de que o fumo não é alimento, o fumo é uma cultura de morte, e queremos substituí-la, com muita urgência, por uma cultura de alimentos saudáveis. Estão aqui nossos senadores, deputados, prefeitos em tamanho número, agricultores – e quero saudar todos – que estão lá no ginásio, movimentos sociais e pessoas que acreditam na vida.

Queremos mandar também pelos representantes do Governo essa urgência máxima. As nossas dioceses do (*inaudível*) centro vão fazer uma referência piloto. E estamos dispostos a fazer uma referência piloto refor-

çada nessa experiência do Projeto e esperamos com esperança aqui na Diocese (*inaudível*) centro.

Gostaríamos que os senhores fossem nossos porta-vozes e levassem esse desafio ao Governo e que pudéssemos implantar no Brasil uma experiência piloto de alternativas à cultura do fumo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero assegurar o respeito a todos os oradores, mas preciso fazer um aviso de urgência. Como alguns oradores falaram um pouco mais e é importante ouvirmos os Senadores, temos que limitar o tempo dos próximos oradores. Vou pedir que venham ao microfone, para falar um em seguida ao outro, o representante da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, o representante da Câmara Setorial do Fumo, Sr. Francisco Signor, a representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Cruz das Almas, Bahia, Josenita Souza Salomão, e o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, Jânio Frantz.

Os senhores terão menos de cinco minutos cada um para que possamos ouvir os Senadores, dada a urgência de termos de nos deslocar para o aeroporto.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRY – Permita-me saudar a todos os integrantes da Mesa, todos os que estão aqui presentes, políticos, lideranças sindicais e principalmente os nossos produtores e também, com muita alegria, os nossos caros prefeitos, congregados através da Famurs, tanto os atuais como também um grande número de prefeitos eleitos e/ou representados, dos 342 municípios que hoje, na sua base econômica têm a produção de fumo.

Palavras comovem e exemplos arrastam. Quero também cumprimentar o Dr. Luís Carlos pelo exemplo de um paciente e dizer que neste ambiente não vejo ninguém fumando, mas também ninguém está bebendo. (Palmas.)

Meu caro Secretário de Justiça e Segurança, V. Ex^a é testemunha de que, neste exato momento, lá fora, alguém está morrendo ou matando no trânsito por embriaguez. (Palmas.)

Neste instante, principalmente crianças desprotegidas estão sendo espancadas por seus pais embriagados, o que não fariam sóbrios. Neste instante, alguém num hospital deve estar agonizando por ter contraído uma cirrose.

Não vim aqui defender o cigarro, mas, se entrarmos no campo da saúde, seria interessante que a Organização Mundial da Saúde incluísse também a bebida alcoólica, para fazer um pacote. Quando viemos para cá, havia um cartaz dizendo: “Não podemos exportar o progresso”. É verdade. Um país que precisa

exportar não pode desconsiderar US\$1,6 bilhões na exportação. Não se pode abrir mão de um mercado internacional que compra as nossas safras.

Se a nossa produção de alimentos – belo exemplo, minha irmã –, fosse valorizada neste País e tivéssemos aqui uma política agrícola que valorizasse a produção de alimentos, não precisaríamos dizer para os nossos produtores pararem de produzir fumo. Aliás, quem falava que o acordo não prejudicava... O Mercosul também não era para prejudicar, mas vejam o arroz que está vindo dos nossos vizinhos sem que tenhamos o poder de trancar, afetando a nossa economia. Vejam a crise do feijão, da soja, da carne bovina.

Portanto, se houvesse, neste País, uma política para valorizar alimentos, certamente, todos os nossos fumicultores estariam produzindo alimentos com o maior prazer. (Palmas.)

Meu enfoque neste momento não poderia ser outro, a não ser em dois aspectos. Primeiro, aquilo que representa a fumicultura para as economias municipais – seis milhões de tributos que são gerados no País e que sustentam as nossas economias, meu caro Prefeito Devenan Soares, maior produtor de fumo, e que garante os nossos orçamentos municipais. Dos municípios gaúchos, 68% têm na sua economia a produção de fumo.

Nosso enfoque não poderia ser outro, a não ser aquele de defender quem produz o fumo, as nossas centenas de milhares de pequenos produtores rurais que hoje se dedicam à produção.

Se falarmos do campo tributário, meus caros prefeitos, lideranças, já não basta hoje termos essa extraordinária concentração tributária em Brasília, que detém praticamente 60% do bolo tributário, sem partilhar isso de maneira mais justa com os municípios. Parece-me que, agora, uma atitude dessas vai refletir direto na economia dos municípios novamente, vai prejudicar os municípios. A Nação, afinal, acha o seu jeito de sobreviver. O Governo Federal tem suas maneiras de criar contribuições, tributos que sustentam o Governo no âmbito federal, mas os municípios dependem diretamente desses retornos.

Já foi falado antes aqui, precisamos hoje elogiar a vinda dos Senadores aqui para a nossa Região. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é testemunha de que muitas lideranças daqui estiveram em Brasília, e havia também na época quem dissesse que era querer criar terremoto em copo d'água. E há de se lembrar que a aprovação na Câmara passou até despercebido por acordo de liderança de nossos Deputados, que não tiveram a oportunidade de, nem entre eles, debater o assunto, muito menos com os segmentos envolvidos. No momento em que foi interceptada tramitação do projeto

no Senado, já em caráter para ser votado em regime de urgência, houve o aceno de nossos Senadores de pararem com a tramitação e começarem a escutar. O primeiro grande passo dos nossos Senadores. Senador Bezerra, foi realmente um gesto importante.

O segundo, foi criar a oportunidade de podermos ir a Brasília, numa audiência pública, levar também as nossas considerações de todos os setores. E o terceiro grande gesto foi vir hoje aqui para a nossa Região e nos ouvir, de poder levar daqui uma idéia de que a nossa preocupação é, sim, com a saúde. E ninguém veio aqui defender a morte. Aliás, se falamos em defender as nossas economias, estamos defendendo a vida das famílias de pequenos produtores rurais, que dependem desta economia, porque historicamente se criou essa cultura de produção de fumo, incentivada inclusive pelos governos. Se hoje o Governo quer inverter a matriz produtiva, precisa primeiro apresentar as soluções. Não adianta dizer que vai assinar o acordo, e depois vê como se resolve. O acordo estabelece restrições ao consumo, mas também à produção de tabaco. Portanto, queremos que, antes de assinar o acordo, haja o encaminhamento.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que, se temos por princípio básico o trabalho como um valor, como uma dignidade de vida, neste momento não podemos tomar atitudes que comprometam a retribuição pelo trabalho de nossos agricultores e agricultoras. Do contrário, não estaremos dignificando o trabalho. Ele não será visto como um valor essencial para suportar a nossa sociedade.

Portanto, leve daqui as nossas considerações, Senador Bezerra, também que no seu relatório, como tão bem diz o Esperoto: na hora de assinar, de relatar, leve em grande consideração a possibilidade de postergarmos isso pelo menos uns dez anos.

Para encerrar, meus caros Prefeitos, quem sabe lançamos a proposta, dizendo ao Governo Federal: tudo bem, querem fazer a conversão, deixem ficar nos cofres municipais tudo o que se arrecada neste País a título de tributos e impostos vinculados ao fumo. Vamos fazer a conversão. Somos parceiros do Governo Federal, do Estadual. Sempre fomos. Que este seja o primeiro sinal do nosso Governo Federal. Se realmente não quer prejudicar os pequenos produtores, que tome a atitude de descentralizar os recursos, deixar os municípios, que nós vamos saber aplicá-los. Afinal, fomento econômico nós também sabemos fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Representante da Câmara Setorial do Fumo e do Ministério da Agricultura, o Sr. Francisco Signor.

Eu peço aos três últimos oradores concisão, pois se não abreviarem, será impossível ouvir os Srs. Senadores.

FRANCISCO SIGNOR – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Senador Suplicy, demais Senadores, autoridades que fazem parte da Mesa e autoridades presentes neste auditório. Darei a rápida cronologia da Câmara Setorial do Fumo.

No dia 24 de outubro do ano passado, nós, neste mesmo espaço aqui, na (*inaudível*) nos foi propiciada a oportunidade de, através do primeiro diálogo, encaminhar a proposta de constituição da Câmara Setorial do Fumo.

No dia 12 de dezembro de 2003, também criamos aqui, neste mesmo espaço, foi instalada a Câmara Setorial do Fumo. E, a partir do dia 15 de janeiro de 2004, se iniciaram, então, as reuniões periódicas, propriamente ditas, da Câmara Setorial. E, até o presente momento, foram realizadas seis reuniões nos diferentes Estados do País onde se produz fumo e em Brasília.

Senador, queríamos agradecer a sensibilidade de V. Ex^{as} e dizer que a questão da Convenção-Quadro a discussão e que a anterior à criação da Câmara Setorial e deste Governo também. Quero também no momento externar aqui o nosso abraço em nome do Ministro Rodriguez, que gostaria de estar aqui presente e está muito preocupado. Eu registro a preocupação de S. Ex^a com a questão econômica, social e também com a saúde. Os debates que se sucedem na Câmara Setorial não são diferentes das manifestações que ouvimos aqui hoje, Senador. Por isso, entendíamos que, enquanto Câmara Setorial, deveríamos, sim, concordar com os Senadores e sugerir a S. Ex^{as} e aos Deputados que visitassem a região e, se possível, se realizasse aqui, neste espaço, uma audiência pública. Estamos percebendo, hoje, que ela tem muito êxito. E tínhamos uma preocupação muito grande, junto com as demais entidades representativas da Câmara Setorial, que ela transcorresse nesse clima civilizado que está ocorrendo com a qualificação do debate que está tendo.

Penso que esta orientação do Presidente Lula também, manifestando esse desejo de fazer com que esse debate fosse mais amplo e abrangente, para que a sociedade possa participar, enfim, dos resultados e dos desdobramentos que, com certeza, virão, também vêm ao encontro aos interesses coletivos de toda a sociedade. Por isso, creio que estamos de acordo e **sintonizados com essa proposta. A Câmara Setorial é uma orientação do Presidente Lula implementada pelo Ministro da agricultura Roberto Rodrigues.**

Então, queremos, Sr. Ministro, dizer que, como todas as Câmaras temos realmente nossos problemas e antagonismos; algumas questões são hegemônicas;

outras são antagônicas, e trabalhamos essa lógica, oxigenando a realidade, o nosso dia a dia.

Percebemos hoje aqui que as manifestações, com certeza, orientarão os Srs. Senadores que já têm um acúmulo muito grande nessa área. Mas nada como estar presente no local, onde se produz o fumo e, particularmente no Rio Grande do Sul, que novamente detém a maior produção de todo o País, estar aqui hoje sediando a Câmara Setorial.

Nós gostaríamos, estou aqui abreviando, Sr. Ministro, Senadores, e também deixando alguns pontos para depois em função do o adiantado da hora. O objetivo da Câmara Setorial realmente é congregar a todos, ouvir todos os segmentos, seja de que setor for, público, privado, órgãos de Governo, representações de Estado, de municípios e da União. E procuramos no meio de tudo isso equilibrar todas as tendências, procurando equalizar as questões mais polêmicas, dirimir muitas dúvidas, estabelecer um ponto de equilíbrio entre os interesses que são divergentes. É nessa linha que trabalhamos, orientados pelo nosso Governo Lula, e que esperamos continuar, a partir de agora, com certeza, pautando as nossas da Câmara Setorial, com relação à Convenção IV.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Francisco Signor.

Passamos a palavra à Sr^a Josenita Souza Salomão, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo de Cruz das Almas, Bahia. Pedimos também brevidade, por favor.

A SRA. JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Saudações aos Srs. Senadores, às autoridades presentes e às representadas.

Eu, como sou da Bahia, tenho a dizer que lá temos oitenta e poucos mil habitantes. Quinze mil habitantes dependem da indústria do fumo. Como temos seis fábricas de charutos – quatro são de plantio e beneficiamento do fumo.

Eu somente tenho a pedir a V. Ex^{as}, que envolve direto e indireto aos beneficiamentos, sendo a fábrica e o charuto, né? Fica o pedido para que não aprove a retificação.

Como ficam essas pessoas que dependem dessa indústria do fumo? Teve a Suerdieck Charuto e Cigarilha, que fechou e o comércio acabou. As pessoas passaram fome, necessidade. A Agro-Comercial Fumageira S.A. empregava 3.500 pessoas e 5.000 direta e indiretamente.

O que eu tenho a dizer é isso, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr^a Josenita Sousa Salomão.

Agora, o Presidente da Associação Comercial de Santa Cruz, Sr. Jânio Frantz.

O SR. JÂNIO FRANTZ – Boa tarde, Senador Eduardo Suplicy. Atendendo à solicitação de V. Ex^a de ser breve eu gostaria de fazer apenas duas ou três pequenas ponderações.

Em primeiro lugar, foi dito aqui, hoje à tarde, que em Santa Cruz do Sul, ou na comunidade, as pessoas que atendem ou que trabalham no segmento da produção de fumo seriam miseráveis. Eu contesto isso veementemente, porque há pouquinho enxergávamos, no Poliesportivo, mais de dez mil produtores. Eu não posso concordar que isso venha a ser uma verdade. Quem produz fumo tem dignidade, trabalho e capacidade produtiva.

Segundo aspecto. Na nossa economia, historicamente, as empresas tiveram envolvimento – e nós sempre víamos, do ponto de vista da nossa comunidade – com a tradição que o tabaco tem na nossa região, de mais de oitenta anos. É um setor que produz independentemente, gera riquezas sem subsídios e bens para toda uma economia, toda uma estrutura que vem de encontro a trazer efetivamente capacidade de produção e gerar riquezas para toda uma região, especialmente a região aqui do Sul do Brasil.

Para finalizar, atendendo especificamente à orientação de V. Ex^a, eu quero dizer que a nossa economia depende exclusivamente, na sua magnitude, do setor fumageiro. Ele gera riqueza, renda e bem-estar social. Na medida do possível, quando declinarem sobre a ratificação, ou não, da Convenção-Quadro, nós gostaríamos que V. Ex^{as}, Senadores, fossem sensíveis à comunidade, aos anseios de toda uma população que realmente precisa ser considerada e atendida.

Um abraço e certeza nas decisões de V. Ex^{as}. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nós vamos passar, agora, a palavra ao Senador Fernando Bezerra, relator do projeto do decreto que aprova a Convenção-Quadro. Mas eu prometi, e vou cumprir. Eu vou pedir a cada um dos prefeitos que eu mencionar que se levante. Eu vou ter que fazer isso tão rapidamente, vai ter que ser telegráfico, mas assim o Senador Fernando Bezerra vai saber que está falando para tantos prefeitos aqui presentes: Lauro Reinoldo Reetz, de Agudo; Danilo José Bruxo, de Arroio do Meio; João Dalci Costa Ferreira, de Arroio do Tigre; José Carlos Silva Silveira, de Arroio dos Ratos; Sérgio Reginato Velere, de Arvorezinha; Luiz Raul Goulart da Silva, de Barão do Triunfo; Pedro Aelton Wermann, de Bom Retiro do Sul; Harry Schunke, de Boqueirão do Leão; Fernando Ruskowski Lopes, de Butiá; Pipa Germana, de Cachoeiro do Sul; João Carlos Fagundes

Machado, de Camacã; Eucy Simões de Oliveira, de Candelária; Cláudio Lesnik, de Dom Feliciano; Otacilio Anibal Ballestro; Jaime Ricardo Gonzatti, de Eldorado do Sul; Geraldo Fernando Mânica, de Estrela; Ademir Carlos Ruvier, de Faxinol do Soturno; José Luiz Martins Neto, de General Câmara; Coraldino Calmes da Silveira, de Erveiras; Alceu Jacinto Dal Ri, de Ibarama; Arthur Joaquim Bossebohn, de Lagoa Bonita do Sul; Gelci Helton Marende, de Marquês de Souza; Crespim Antonio Rizzi, de Mato Castelhanos; João Aurélio Weldner, de Mato Leão; Gildo Giondo, de Nova Bréscia; Valério Helzio Laval, de Novos Cabrais; Elmo Ivo Schmengler, de Paraíso do Sul; Vanderlei Baptista da Silva, de Passa Sete; Ailton Pedro Zekte, de Passo do Sobrado; Ernani José Altals, de Poço das Antas; Ângelo Bonasina, de Pouso Novo; Valmor Francisco Soleti, de Progresso; Jadir José Radaere, de Raiovaço; Edmilson Meuler Brum, de Rio Pardo; Bruno Rossi, de Roca Sales; Antonio Pedro Salles Sartória, de Roque de Gonzalez; Lindomar Elias, de Salto do Jaçui; José Antonio Adams, de Santa Clara do Sul; Sérgio Ivan Moraes, de Santa Cruz do Sul; Itamar Maldonado Chaves, de Santa Margarida do Sul; Alberto Zanotelli, de São José do Herval; João Paulo Gross, de Segredo; Elir Santoro Sartori, de Sério; Lindoberto Pontes, de Sertão Santana; Wilson Wons, de Senimbu; Lademiro Dorzi, de Sobradinho; Osvaldo Pereira Machado, de Itabaí; José Nelson Balense Ferdi, de Itapera; Cláudio Laurindo dos Reis Martins, de Itaquari; Ricardo José Bonstrupe, de Teotônio; Genésio Roque Hofster, de Travesseiro; Cláudio Wendel, de Tunas; Nelson Michel, de Vale do Sol; Roque Alvício Aiserman, de Vale Verde; Glauco Scherer, de Venâncio Ayres; Heitor Álvaro Petry, de Vera Cruz; e ainda os recém-eleitos: Ari Alves da Anunciação, de Agudo; Atílio Passo, de Arroio do Tigre; Lauro Mainardi, de Candelária; José Valdemar Santana Filho, de Lagoa Bonita do Sul; Valério Enzo Laval, de Nova Cabrais; Júlio Miguel Nunes Vieira, de Sobradinho; Pedro Paulo Marques Amaral, de Serrador; João Dawel Goergen, de Boqueira do Leão; Adão Luiz de Toledo, de Campos Borges; Almeida Deteimbor, de Venâncio Ayres; Guido Hoff, de Vera Cruz; Elton Deteimborn, de Passo do Sobrado; Luiz Paulo Manini, de Progresso; José Alberto Wenzel, de Santa Cruz do Sul; Beatriz Krainovitz, de Vale do Sol; Emir Rosa da Silva, de Vale Verde.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Palmas.)

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei brevíssimo, até porque o meu papel é ouvir.

Ouvi muito bem o que disseram aqueles que defendem a questão da saúde como uma prioridade – que o Brasil subscreva na Convenção-Quadro –, assim como ouvi com muita atenção a área econômica, os plantadores de fumo, a sociedade de toda essa região. Eu queria dizer que se trata de uma situação, mas procurarei, no meu parecer, o equilíbrio, sempre procurei ter em toda a minha vida.

Venho de Santa Cruz também, de Santa Cruz do Rio Grande do Norte, onde nasci. Portanto, considero todos aqui meus irmãos de Santa Cruz do Sul. (Palmas.)

E sou um empresário, antes de ser político; tive a honra de presidir a Confederação Nacional da Indústria, por um período de 7 anos.

Queria apenas dizer o seguinte: vou falar pouco sobre a questão em si, mas, colocar com muita justiça o quanto o Rio Grande do Sul tem a felicidade de ter, no Congresso Nacional, a qualidade de seu representante. Quero falar de forma muito especial aos meus colegas Senadores, que são exemplos de homens públicos. Foram eles os principais responsáveis por essa audiência aqui e agora. Todos eles têm uma história de vida. O Senador Pedro Simon, como o mais velho, certamente ajudou a construir a história desse país, nos momentos mais difíceis e contribuiu para que pudéssemos, hoje, aqui estar exercitando, com tanta liberdade, a democracia.

Tenho também a honra de ser colega do Senador Paulo Paim, um homem sensível (Palmas.) as questões sociais e que tem, em todos os momentos de sua vida, defendido os direitos dos trabalhadores, por um salário melhor, por uma condição de vida melhor.

E tenho a grande honra de ser colega, de partido inclusive, do nosso PTB que aqui nasceu, no Rio Grande do Sul, pelas mãos do saudoso Presidente Vargas, de Sérgio Zambiasi. (Palmas.) Esse grande Senador, um homem extremamente sensível e duvido que o Rio Grande do Sul pudesse ter no Senado uma representação melhor, que pudesse fazer a defesa dos interesses do Rio Grande do Sul, do que os três Senadores que aqui estão.

Certamente isso se repete na Câmara Federal. São inúmeros os Deputados com quem me relaciono e vejo a garra com que eles defendem com a consciência que têm da representação do povo do Rio Grande do Sul.

Era preciso que dissesse isso, porque sobre a Convenção-Quadro devo falar muito pouco. O Governador aqui advertiu que todos nós deveremos ser prudentes, ouvi com muita atenção. Quero aqui, se me permitem, prestar uma homenagem ao Dr. José Gomes Temporão, que é um grande batalhador pelas

causas de saúde, no Brasil, como também àqueles que representaram o governo em outras posições.

Mas, o governo brasileiro não tem uma posição fechada sobre isso. O Ministro da Agricultura tem uma posição diferente do Ministro da Saúde. Por isso, acho que seria prudente, e é isso Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, que quero sugerir, que V. Ex^a proponha ao Governo Brasileiro a criação de uma Comissão Mista do Legislativo, do Executivo, com a participação dos representantes de toda a sociedade – muitos deles foram ouvidos aqui – para que possamos com prudência, mas com firmeza, tomarmos uma posição definitiva sobre essa questão. São questões completamente diferentes. Eu defendo a questão da saúde, claro, mas eu me preocupo muito com a questão econômico-social. E elas não são conflitantes. Nós temos que encontrar um caminho. Quem de nós, pode dizer a milhares de trabalhadores aqui, que amanhã, eles não terão mais de que viver? Seria insano, seria loucura e nenhum de será capaz de fazê-lo. Mas seria insano, também, dizer que o Brasil não deve se preocupar com a questão de fumo. É no equilíbrio dessas duas questões que eu prometo aos senhores que nós vamos produzir um relatório que deixe nosso país bem, mas deixe nossa economia, que é a base fundamental para a qualidade de vida do povo dessa região. Ela fica preservada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, dada a necessidade de sair daqui a instantes, assim como eu nos sentimos representados pela palavra do Senador Fernando Bezerra.

Eu quero agradecer, sobretudo, o nosso anfitrião, o Reitor Luís Augusto, e quero aqui passar meu livro de cidadania “A Saída é pela Porta”, e eu gostaria de transmitir, prezado Luís Augusto, a minha vontade é fazer, um dia, uma audiência pública sobre a renda básica de cidadania, tal como vocês fizeram.

Eu vou passar a palavra a V. S^a para concluir brevemente também.

O SR. LUÍS AUGUSTO – Bem, em primeiro lugar, eu quero saudar a todos os presidentes e em especial, Senador Suplicy com a sua sensibilidade de homem público, trouxe, a pedido dos senadores gaúchos e também a pedido do Senador Antonio Bezerra, para Santa Cruz este debate. Muito obrigado pela sensibilidade demonstrada e tenham a certeza que o exemplo democrático que vocês nos deram, será seguido. Gostaria também de dizer que a fumicultura aqui na nossa região, é um componente de identidade cultural muito forte. São 155 anos de produção. Por isso a importância de termos em cautela na discussão. Princi-

palmente porque esta produção se deu, desde o início, sem a interferência do estado. Segundo lugar, citar que a fumicultura constitui a base de economia importante de grandes regiões do estado do Rio Grande do Sul, como já foi dito. Lembrar que ela está associada ao minifúndio, que de certa forma, tem nessa produção, uma importante estratégia de sobrevivência. Destacar, também, que a reconversão econômica de uma região é processo lento e complexo que não se faz do dia para noite, como nós sabemos. É um processo em médio prazo e ela requer envolvimento de muitos atores, especialmente dos governos e, também, de várias entidades que têm que promover pesquisas, como também financiamento, definição de responsabilidades e que tem que haver uma definição muito clara de cronograma. Gostaria de dizer alternativas. Nós temos que pensar, também, em alternativas de outros produtos do fumo. Nós temos uma grande identidade com o fumo, que o fumo já está sendo utilizado em muitos outros locais como instrumento para produzir remédios, roupas, papel. Para citar alguns que nós poderíamos, alguns subprodutos que o fumo vem fazendo. Essa é uma saída que nós temos com o fumo, o fumo como produção identificada nessa região. E gostaria de dizer, especialmente, que a universidade vem produzindo um trabalho de produção de fumo sem agroquímico, junto com a Afubra, com a Fundação Gaia e com o Sindifumo. Esse projeto está sendo entregue a todos os Senadores, porque aqui temos alternativa, para podermos, dessa maneira, chegar a uma nova necessidade.

Muito obrigado.

Um grande abraço.

Obrigado pela presença. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Severo.

Agradeço muito a atenção e a presença de todas as entidades, de todos os produtores, de todos os trabalhadores, de todos os familiares de agricultores, de todos os que trabalham na cadeia de produção do tabaco e do fumo e também de todas as entidades preocupadas com a saúde que aqui estiveram.

Infelizmente, temos de ir imediatamente ao aeroporto.

Posso lhes assegurar que essa foi uma das audiências públicas de maior valor na história do Congresso Nacional. Foi uma audiência pública exemplar, pelo carinho, pelo respeito e pela forma com que todos ouviram as opiniões. Foi um verdadeiro exercício da democracia.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia nove de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **JEFFERSON PÉRES, JOÃO BATISTA MOTTA, SIBÁ MACHADO, CRISTOVAM BUARQUE, LUIZ OTÁVIO, JOSÉ AGRIPINO, MARCO MACIEL, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBERIBE, AELTON FREITAS, PEDRO SIMON, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, HÉLIO COSTA e TIÃO VIANA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente comunica que a Audiência Pública referente ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 602, de 2004 (Convenção-Quadro do Tabaco), ocorrida na cidade de Santa Cruz do Sul-RS, na última segunda-feira dia 06 de dezembro, será transmitida, na íntegra, pela TV Senado do corrente. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item um:** Mensagem (SF) Nº 181, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad-Hoc”, Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, que faz a leitura do relatório do Senador Eduardo Azeredo. **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 189, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras”. O Senador **JOÃO BATISTA MOTTA** faz a leitura do seu relatório. Na sequência, o Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores **ARTHUR VIVACQUA CORREA**

MEYER e depois, **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, para fazerem suas exposições de motivos. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à arguição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente passa ao **Item três:** Mensagem (SF) Nº 176, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad-Hoc”, o Senador **JOÃO CAPIBERIBE**, que faz a leitura do relatório do Senador Arthur Virgílio. O Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra para interpelação sobre. O Senhor Presidente, então, declara aberta a votação. Escrutinam os votos os Senadores Jefferson Peres e João Capiberibe e o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade de doze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião ao meio dia e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo quorum regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião ordinária anterior. (Pausa.)

Dispensada.

A ata da reunião extraordinária que realizamos na segunda-feira, na Universidade de Santa Cruz do Sul, quando tivemos a audiência pública sobre o Projeto de Decreto Legislativo relativo à Convenção-Quadro, ainda está sendo preparada.

Informo aos membros da Comissão e a todos que nos ouvem na TV Senado que será transmitida,

amanhã, sexta-feira, às 14h30min, a íntegra da audiência pública que realizamos no Rio Grande do Sul, na Universidade de Santa Cruz do Sul. A transmissão pela TV Senado foi gravada em cooperação com a TV da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Passamos agora à apreciação da pauta.

Os dois primeiros itens referem-se à indicação de dois embaixadores. Iniciaremos com os pareceres de ambos os relatores e, em seguida, passaremos a palavra a ambos os embaixadores.

Item 01:

Mensagem nº 181, de 2004, requer a apreciação do Senado Federal sobre a escolha do Sr. Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Autoria: Presidência da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas logo mais terei que participar da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da CPI do Banestado.

Estou comunicando agora, Sr. Presidente, para que os Srs. Embaixadores não pensem que a minha retirada seria uma descortesia para com eles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para ler o relatório.

A mensagem é do Senador Eduardo Azeredo, mas eu pediria essa gentileza ao Senador Cristovam Buarque, que se encontra presente, visto que o Senador Eduardo Azeredo encontra-se em missão de viagem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, colegas senadores, tenho a dupla honra de substituir o Senador Eduardo Azeredo e, ao mesmo tempo, de ser o relator nesta sabatina do nosso Embaixador Arthur Vivacqua Correa Meyer.

O Embaixador nasceu em 12 de junho de 1948, é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual da Guanabara, tendo recebido os graus de Mestre em Economia pela Universidade de Chicago, em 1977, e Doutor em Ciências Econômicas, pela Universidad Católica Andrés Bello, de Caracas, em 1981.

Ingressou na carreira diplomática como 3º Secretário, em 1971, ascendeu a Conselheiro, em 1979, e a Ministro de 2ª Classe, em 1999, por merecimento.

O Diplomata indicado exerceu o cargo de Encarregado de Negócio e Embaixador do Brasil na Guiné-Bissau, onde se encontra atualmente, entre 1999 e 2004, e é portador da Ordem do Rio Branco pelo Governo brasileiro.

No que se refere ao país onde o Embaixador Arthur Vivacqua Correa Meyer deverá, caso aprovado nesta Comissão, exercer o cargo de Embaixador, devemos lembrar de sua relação forte com o Brasil, um País que tem uma população de 756 mil habitantes, uma área de 215 mil quilômetros quadrados, um PIB de US\$768 milhões, com uma pauta de exportações de pérolas naturais cultivadas, pérolas preciosas, açúcar, madeira, carvão vegetal e minérios.

Não há dúvida da necessidade de uma boa relação do Brasil com a Guiana, razão pela qual torna-se necessária ter-se um Embaixador que desempenhe bem esse papel. Limitando-se com o Brasil numa extensão de 1.119km, é óbvio que a relação entre os dois países caracteriza-se historicamente pela necessidade do entendimento e do incremento de visitas recíprocas, continuando o que vem sendo feito nos altos escalões dos dois governos nas últimas duas décadas.

É preciso que, para que haja esse aumento da relação, não apenas com a Federação brasileira, mas com Estados do Norte como Amazonas, Amapá e Roraima – e o Senador Capiberibe é um interessado, sempre falando na boa relação e na necessidade desse eixo –, é preciso lembrar que a principal alternativa de interconexão é por via rodoviária, por meio da Boa Vista-Georgetown, cuja implementação depende da conclusão de trechos de estrada em território guianense. O trecho brasileiro dessa via BR-401, localizado entre Boa Vista e Bonfim, na fronteira com a Guiana, está quase totalmente asfaltado. Em agosto de 2001, tiveram início as obras de construção da Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países, ligando as cidades de Bonfim, Roraima e Lethem, em território guianense.

Nesse contexto, cabe mencionar também que o projeto de ligação viária Boa Vista-Georgetown havia sido objeto de ressalvas por parte do Governo da Venezuela, o qual reivindica uma porção do território guianense na região Essequibo, por onde deverá passar parte da estrada. Isso confere, mais uma vez, importância ao papel do nosso Embaixador, tendo em vista que é um dos raros pontos em que há conflitos que dizem respeito diretamente ao Brasil.

Além desses pontos, muitos outros tópicos são objetos de relação bilateral e merecem ser desenvolvi-

dos: questões sobre transporte aéreo, iniciativa para a integração da infra-estrutura regional sul-americana, a Alca, contencioso do açúcar na OMS, cooperação bilateral em diversas áreas que exigem cuidado especial para manter a convivência harmoniosa que sempre se desejou, que vem sendo realizada entre as duas nações e que é uma característica da política externa brasileira.

Diante do exposto, com a preocupação de termos um bom embaixador naquele país, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório, do ponto de vista formal, mas pessoalmente dizendo dou meu apoio e voto a essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Vou pedir ao Senador João Batista Motta para ler o relatório relativo ao Sr. José Roberto de Almeida Pinto, que é o Item nº 2, Mensagem nº 189 – Ministro de 1ª Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras –, também de autoria da Presidência da República, para, logo a seguir, ouvirmos a exposição de ambos os Srs. Embaixadores.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Ex^a se poderíamos proferir a votação, porque me precisaria ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Está autorizado.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador João Batista Motta tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, colegas de Comissão, é também com muita satisfação que relato este projeto que versa sobre a Mensagem Presidencial nº 189, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

O relatório, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do diplomata indicado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1953, filho de Geraldo de Almeida Pinto e de Suzana Lins de Almeida Pinto, o Sr. José Roberto de Almeida Pinto é Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília e concluiu os cursos de preparação à carreira de diplomata, de prática diplomata e consular, e de altos estudos do Instituto Rio Branco.

Ingressou na chancelaria no posto de 3º Secretário, em 1977; ascendeu a Conselheiro, em 1979; a Ministro de 2ª Classe, em 1995; e a Ministro de 2ª Classe, em 2003, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacaram-se as de Chefe de Divisão Especial de Avaliação Política da Secretaria-Geral de Política Exterior, em 1990; Professor Titular de Temas de Política Internacional do Instituto Rio Branco, de 1991 a 1992; Coordenador da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, em 1995; Assessor Especial e Secretário de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa, em 2003; e Presidente da Comissão Permanente de Integração de Estudos Militares, em 2004.

No exterior, ocupou, entre outros, o cargo de Conselheiro, em Assunção, em 1989; Encarregado da Abertura e 1º Chefe do Escritório de Observação do Brasil na Namíbia, em 1989; Conselheiro em Roma, em 1992; e Representante Alterno em Roma, em 1998.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegações de diversas sessões de negociações dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas.

O diplomata indicado é portador das condecorações da Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil, em 1994; Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, 1995; Ordem do Mérito, Itália, 1995; Ordem de Rio Branco, Brasil, 1996; Ordem do Leão, Finlândia, 1997; Legião de Honra, na França, em 1997; Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, 1997; Ordem do Mérito, Portugal, também em 1997; Ordem do Mérito Militar no Brasil, em 2003; Ordem do Mérito Naval, Brasil, também em 2003; Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, 2003; Medalha do Pacificador, Brasil, 2003; Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, 2003; e Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra, Brasil, 2004.

Honduras, Sr. Presidente, é uma república de 112 mil quilômetros quadrados e população de 7 milhões de habitantes. Seu PIB é de US\$6,8 bilhões, o que lhe permite uma renda **per capita** de US\$971.

Registrem-se ainda nesse relatório as informações adicionadas na Mensagem Presidencial, preparadas pelo Ministério das Relações Exteriores, principalmente no que diz respeito às relações bilaterais.

A densidade das relações entre Brasil e Honduras ainda é muito baixa, havendo a necessidade de impulsionar projetos de cooperação. No presente momento, após 3 anos de contatos, Brasil e Honduras estão chegando à fase final da negociação de acordo por troca de notas, que estipula a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviços, bem como de acordo para a dispensa de vistos de turismo e negócios em passaportes comuns.

O aspecto mais importante das relações entre Brasil e Honduras reside no comércio que, no entanto, se mostra totalmente desequilibrado em favor do Brasil. Saliente-se que as exportações brasileiras cresceram de US\$34,8 milhões, em 2001, para US\$47,9 milhões, em 2002; e para US\$72,4 milhões, em 2003.

No que diz respeito às exportações de Honduras para o Brasil, elas permaneceram no patamar de apenas 400 mil. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: fumo, papel, perfis de ferro e aço, tecidos de algodão, barras de ferro e aço, papel, ladrilhos de cerâmica, fios de alumínio, caldeiras, contadores elétricos, veículos automotores, eletrodomésticos, sementes e aparelhos de cozinha, entre vários outros.

É importante mencionar que a Força Aérea Hondurenha tem 13 aviões tucanos em operação. Cabe mencionar também o interesse da Andrade Gutierrez na construção da usina hidrelétrica El Tigre, megaprojeto binacional com El Salvador, no rio Lempa, fronteira entre os dois países, para a geração de 743 megawatts, com possível financiamento do BNDES.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Batista Mota.

Passamos então a palavra ao Sr. Arthur Vivacqua Correa Meyer, indicado para ser Embaixador na República Cooperativista da Guiana.

Pergunto se V. Ex^a pode nos informar, durante a sua exposição, por favor, em que grau hoje o cooperativismo é aplicado na Guiana, dado o nome da República Cooperativista da Guiana.

O SR. ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER

– Pois não.

Exm^o Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, relator do processo com a indicação do meu nome para a Embaixada em Georgetown; Exm^{os} Srs. Senadores; Srs. Embaixadores; Senhoras e Senhores, a república Cooperativista da Guiana ascendeu à independência em meados da década de 1960. E, durante longos anos, praticou uma política econômica que privilegiava ou enfatizava mecanismos de planificação em detrimento de um *aprouch* de economia de mercado, daí talvez o nome que foi conservado no seu título oficial. Mas hoje é um país, já há alguns anos, que vem praticando uma política de economia de mercado.

A República da Guiana vem exibindo, nos últimos anos, uma performance, um desempenho econômico bastante favorável. É um país que tem uma taxa de inflação muito reduzida, uma taxa de crescimento econômico razoavelmente elevada para os padrões da América Latina e um déficit público sob controle.

V. Ex^a sabe, Senador Suplicy, que a vida política da Guiana foi marcada, desde a independência, por uma oposição entre dois grandes grupamentos políticos, que refletem, de certa forma, as clivagens étnicas da sociedade guianense, uma vez que a Guiana é um país que recebeu um forte contingente de imigrantes provenientes da Índia e também tem um contingente étnico numeroso de raça negra. Esses dois grandes grupos étnicos que compõem majoritariamente a população guianense, hoje estimada ou calculada em torno de 750 mil habitantes, se agruparam em dois partidos políticos, o People's Progress Party – PPP e o People's National Congress – PNC, que refletem respectivamente as aspirações e as vontades do grupo étnico indiano e do grupo étnico negro, digamos assim.

Durante longos anos, o PNC esteve no poder, mas, em fins da década de 90, subiu novamente ao poder o outro partido, o PPP, do grupo étnico indiano que é liderado pelo famoso Líder Cheddi Jagan, que foi uma das principais figuras da vida política da Guiana desde a década 1950, quando foi um dos líderes do movimento autonomista do país. Cheddi Jagan faleceu e foi substituído na chefia de Estado da Guiana por sua esposa A SRA. Janet Jagan, que, em 1999, renunciou ao cargo por razões de saúde, e foi então substituída pelo atual Presidente, o Sr. Bharrat Jagdeo, que é também um homem de ascendência indiana. O Presidente Bharrat Jagdeo foi eleito em 2001, em eleições presidenciais, e tem mandato até o ano de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Qual é o partido?

O SR. ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER

– É o PPP, o People's Progress Party.

A Guiana, como assinalou o Senador Cristovam Buarque na introdução, nas palavras iniciais, é um país com uma densidade demográfica reduzida, porque, tendo um território de 215 mil quilômetros quadrados, tem uma população de apenas 750 mil habitantes, em números redondos, e com um Produto Interno Bruto da ordem US\$750 milhões, o que dá à população uma renda **per capita** anual em torno de US\$1mil.

Para o Brasil, a Guiana é um país de grande importância devido, em primeiro lugar, ao fato óbvio de compartilharmos uma extensa fronteira, onde há iniciativas de cooperação de certo vulto e também problemas devido à rarefação da população, o que enseja atividades ilícitas nesse território. As relações brasileiro-guianenses têm se desenvolvido satisfatoriamente nos últimos anos, e, justamente na gestão do atual Chefe de Estado guianense, o Presidente Bharrat Jagdeo, a política externa guianense tem conferido prioridade ao adensamento das relações com países vizinhos, e, naturalmente, com o Brasil, que é indiscutivelmente um parceiro de peso da Guiana.

O Brasil se distingue no seu relacionamento com a Guiana também por outro motivo importante. Como V. Ex^{as} sabem, a Guiana tem fronteiras terrestres com três países: a Venezuela, o Brasil e o Suriname. Mas é justamente com relação ao Brasil que não há nenhum litígio territorial com a Guiana; ao contrário do que ocorre com a Venezuela e com o Suriname. Com o Suriname, a Guiana tem dois pontos de diferença, de certa gravidade: existe o problema da delimitação da fronteira marítima entre os dois países, na foz do rio Corantina, onde há esperanças de haver jazidas petrolíferas; e também ao sul, na região próxima à fronteira com o Brasil, a chamada região do Tigre, há também um litígio territorial. No caso da Venezuela, o problema é mais sério, porque, como V. Ex^{as} sabem, a Venezuela reclama uma área do território da República da Guiana, que equivale a quase dois terços do seu território. Isso é um problema antigo, que vem do século XIX, quando o governo venezuelano protestava contra alegadas ocupações britânicas de território que pertencia à República da Venezuela. O assunto foi submetido à arbitragem internacional e, no ano de 1899, um tribunal arbitral decidiu sobre esse chamado território da Guiana Esequiba, que é reclamado pela Venezuela.

O governo venezuelano, a princípio, não deu mostras de oposição a essa sentença arbitral, mas, cerca de cinquenta anos mais tarde, quando se realizou em Bogotá, em 1948, a Primeira Conferência Panamericana da atual OEA, o governo venezuelano começou

a fazer gestões e manifestações de protesto contra aquela sentença arbitral, que até hoje é considerada pelo governo da Guiana como inteiramente válida.

A situação permaneceu um pouco dormente durante algum tempo, mas, com a subida ao poder na Venezuela do Presidente Hugo Cháves, a questão foi reavivada e houve, num certo momento, um temor de que esse elitismo territorial, que é uma questão bastante grave, pudesse degenerar num acontecimento mais desagradável.

Entretanto, o Presidente Hugo Cháves realizou a visita oficial à Guiana nesse ano e declarou publicamente que, apesar de a Venezuela não ter a menor intenção de recorrer ao uso da força para solucionar esse diferendo, mantinha a sua pretensão sobre o território da chamada Guiana Esequiba, que é todo território da República da Guiana a oeste do rio Esequibo, um rio que corta o território guianense no sentido sul-norte, desembocando no Oceano Atlântico.

Uma das soluções aventadas em passado relativamente recente para superar esse problema entre a Venezuela e a Guiana foi uma proposta feita pelo então Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, há cerca de vinte anos, quando realizou visita oficial à República da Guiana. O então presidente manifestou, ou teria manifestado, segundo disseram analistas políticos, o desejo de que a Venezuela renunciasse a sua pretensão sobre a maior parte do território em litígio em troca da cessão pela República da Guiana de uma pequena faixa costeira do território reclamado. E, além disso, caso o Governo guianense concordasse com aquela proposta, o Governo venezuelano se disporia a conceder financiamento, provavelmente em condições favoráveis, ao Governo da Guiana para a grande obra do país, que até hoje é um sonho, mas que representaria praticamente a redenção da Guiana, que é a construção da Usina Hidrelétrica do Alto Masaruni, que tem um grande potencial hidrelétrico e que seria uma imensa alavanca, de grande valor para o desenvolvimento da Guiana, que é um país que ainda padece de dificuldades muito grandes de aprovisionamento de combustíveis, cuja matriz energética está baseada quase no uso exclusivo de combustíveis fósseis. Até hoje ainda há problemas de certa gravidade no suprimento de energia elétrica da rede pública na Guiana, mesmo na capital do país, sem falar no interior, como é o caso também do país de onde venho, a Guiné-Bissau, onde o grau de energização do país é mínimo. A capacidade instalada de geração de energia na Guiné-Bissau pela rede pública deve estar em torno de 25 megawatts apenas, é uma coisa muito modesta.

O Brasil tem relações de cooperação com a Guiana em vários domínios. O comércio bilateral não é um comércio de grande vulto, mas o Brasil tem uma exportação anual de mercadorias da ordem de US\$10 bilhões. As importações são quase inexistentes. O Brasil exporta máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, caldeiras e manufaturados leves. As importações brasileiras, que são muito reduzidas, se restringem a algumas pedras preciosas, couros e peles, basicamente.

O Brasil tem um problema, se podemos dizer assim, de adensar a sua necessária e desejável cooperação com a Guiana pela deficiência da infra-estrutura entre os dois países. E aí nesse ponto é que ressalta a importância da obra da construção da ponte sobre o rio Tacutu, que, na fronteira do Brasil com a Guiana, ligaria as cidades de Bonfim, no território brasileiro, com a cidade de Lethem, no território guianense. Essa obra é muito importante para o fortalecimento das relações bilaterais e para o incremento do comércio também. Mas a obra, infelizmente, está embargada desde 2002 – iniciada no ano anterior – por causa de um parecer do Tribunal de Contas da União que descobriu certas irregularidades no projeto. Nesse momento, o Ministério dos Transportes do Brasil envida esforços para superar esse problema de modo a que as obras da ponte sobre o rio Tacutu possam ser retomadas no prazo mais breve possível.

Em território brasileiro, a estrada que liga Boa Vista até a fronteira está quase totalmente asfaltada. Não é o caso do que ocorre no território guianense. A distância entre Lethem e Georgetown é relativamente extensa, são cerca de setecentos quilômetros, a estrada não é asfaltada e não se encontra em boas condições. Mas, de qualquer forma, seria de fato a grande obra da cooperação bilateral. O Governo guianense, tendo em mente a boa disposição manifestada pelo Governo brasileiro de adensar a cooperação e o fortalecimento da integração entre os países da América do Sul, apresentou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Bndes, dois grandes projetos preliminares de financiamento para o seu desenvolvimento interno na área de infra-estrutura. Um seria a reparação e asfaltamento completo da estrada que liga Georgetown até a fronteira, na região do rio Tacutu, até a cidade de Lethem, um projeto da ordem de US\$170 milhões, e um segundo projeto, que seria a construção do porto de águas profundas de Georgetown, um projeto da ordem de US\$15 milhões. Ambos os projetos ainda estão sendo examinados pelo Bndes, porque eles precisam de aperfeiçoamento antes de ser formalmente considerados.

Além das relações políticas do Brasil, que se encontram em muito bom nível, o Presidente da Gui-

ana, Sr. Bharrat Jagdeo, realizou visita de trabalho ao Brasil no ano passado e, em junho do corrente ano, o Chanceler Celso Amorim fez visita a Georgetown. Existe uma possibilidade de que o Senhor Presidente da República faça também uma visita oficial à República da Guiana no primeiro trimestre do próximo ano, seguidamente à reunião de cúpula da Comunidade do Caribe – a Caricom, que é uma organização internacional importante, com um peso expressivo tanto na Organização dos Estados Americanos quanto na Organização das Nações Unidas, e tem sua sede em Georgetown, na Guiana.

A Guiana, apesar de ser um país pequeno, tem demonstrado um ativismo internacional apreciável, é um país que adota posições simpáticas às do Brasil e manifestou publicamente, por meio de seu Governo, apoio à pretensão brasileira de dispor de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, Sr. Senador, tem atividades de cooperação importantes com a Guiana, sobretudo, no campo da cooperação técnica, da cooperação na área da saúde e na cooperação consular e policial. Há um Memorando de Cooperação entre o Departamento de Polícia Federal do Brasil e o Departamento correspondente da Guiana para a repressão de atividades ilícitas na área fronteiriça.

No ano de 2002, o Departamento da Polícia Federal executou uma operação importante em cooperação com as forças armadas da Guiana, e também do Suriname, na região meridional dos dois países para a destruição de pistas de aviação clandestinas que eram usadas por narcotraficantes. A operação foi razoavelmente bem sucedida, embora tenha havido alguns problemas de coordenação com as autoridades, tanto da Guiana quanto do Suriname.

No campo da cooperação técnica, o Brasil tem executado projetos importantes de cooperação na área da agricultura e da saúde pública. No ano de 2002, houve também um projeto importante de limpeza e desminagem de resíduos químicos e artefatos explosivos na Guiana.

No ano de 2003, o Brasil executou dois projetos importantes de cooperação técnica de grande valor para a Guiana, sendo um de combate orgânico a uma formiga parente da saúva, que causa, ainda, grandes prejuízos às lavouras guianenses. Técnicos da Embra estiveram fazendo esse trabalho de transferência de tecnologia. Executou também um outro projeto importante de pesquisa e cultivo de novas variedades de mandioca na Guiana.

No ano de 2004, houve também um projeto importante de melhoria do gado leiteiro na Guiana. E o

Governo guianense apresentou também ao Governo brasileiro uma proposta de projeto de cooperação muito importante para estudar as potencialidades de desenvolvimento agrícola da região de savana de Rupununi.

O Brasil presta também uma cooperação extremamente valiosa à República da Guiana no campo da saúde pública. Nesses países, a rede hospitalar e ambulatorial é muito precária, e o Ministério da Saúde estima que, a cada ano, pelo menos 2.000 pacientes guianenses vão ser tratados em hospitais na cidade de Boa Vista. Há um protocolo entre os dois países que regula o atendimento, pelo Brasil, de pacientes guianenses de mais alta complexidade, além de serviços para enfermos de menor gravidade nos hospitais da rede pública – tanto na fronteira, quanto na cidade de Boa Vista.

Há uma modesta cooperação educacional entre os dois países. A Guiana não tem grande interesse na cooperação educacional brasileira – o grande veículo é o programa de estudante de convênio de graduação, PEGG –, porque é um país de língua inglesa. Os jovens estudantes guianenses preferem dirigir-se a países caribenhos anglófonos, ou à América do Norte ou à Inglaterra para fazer os seus estudos universitários. Mas no campo da educação técnico-vocacional e do ensino à distância, o Brasil tem coisas relevantes a oferecer à Guiana. Estão em curso entendimentos sobre esse assunto.

Como disse a V. Ex^{as}, o Senhor Presidente da República tem intenção de fazer uma visita oficial à Guiana no primeiro trimestre do próximo ano. Nessa oportunidade, será dado seguimento a essas várias iniciativas de cooperação bilateral, que são relevantes. Caso aprovado por V. Ex^{as}, vou dar a continuidade adequada a essas questões.

Fico à disposição de V. Ex^{as} para quaisquer outros esclarecimentos ou pedidos de informações que desejarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Arthur Vivacqua Correa Meyer.

Passamos agora a palavra ao Sr. José Roberto de Almeida Pinto para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito agradeço a presença dos Ex^{os} Srs. Senadores aqui reunidos, em particular a do Presidente Suplicy e do Senador João Batista Motta, Relator da minha indicação.

Pretendo fazer uma breve apresentação estruturada em quatro áreas: política interna de Honduras,

sua economia, suas principais relações exteriores e seu relacionamento com o Brasil.

Política Interna.

O país retornou à plena normalidade democrática no início da década de 80, após cerca de 20 anos de tutela militar. A Constituição vigente data de 1982. O Presidente da República é eleito por voto direto para mandato de quatro anos.

Tradicional e historicamente dominam o sistema político-partidário hondurenho dois partidos centenários: o Partido Liberal e o Partido Nacional. O atual Presidente da República, Sr. Ricardo Maduro, pertence ao Partido Nacional. Foi eleito em novembro de 2001, com 52,2% dos votos, para o mandato que está cumprindo, entre janeiro de 2002 e janeiro de 2006.

O Poder Legislativo em Honduras é unicameral, composto pelo Congresso Nacional, de 128 membros, que são também eleitos para mandato de quatro anos, em um período coincidente com o período do mandato presidencial.

Integram o atual Congresso Nacional 61 representantes do Partido Nacional, ou seja, do partido do Presidente; 55, do Partido Liberal e 12, de outras três agremiações partidárias menores. Isso quer dizer que o Partido Nacional, o do Presidente da República, não dispõe de maioria absoluta no Congresso Nacional. Fez-se uma aliança entre o Partido Nacional e uma das três agremiações partidárias menores – o Partido Democrata Cristão, que detém quatro deputados no Congresso – e, dessa forma, configurou-se uma maioria pró-Governo no Parlamento. As próximas eleições em Honduras se realizarão em novembro do ano que vem.

Passo agora a uma breve anotação sobre a economia hondurenha.

Como se sabe, Honduras apresenta uma economia de dimensões reduzidas e depara-se com desafios de grande envergadura na área social, que foram agravados pela passagem do furacão Mitch, em 1998, que devastou o país.

Quanto ao Produto Interno – o Senador João Batista mencionou um dado do Produto Interno, mas os dados diferem conforme a fonte, apesar de serem muito próximos; S. Ex^a mencionou 6,8 bilhões –, pela fonte que uso, são 7 bilhões. Ou seja, é estimado em US\$7 bilhões, e a população, em 7 milhões. Então, disso resulta naturalmente uma renda **per capita** da ordem de US\$1 mil.

Honduras é ainda um país essencialmente rural, embora esteja experimentando um processo de urbanização expressivo nos últimos anos.

A principal característica histórica da economia hondurenha consistia na dependência da exportação

de dois produtos: o café e a banana, mas, nas últimas décadas, verificou-se uma crescente diversificação na economia. O PIB de Honduras é hoje formado preponderantemente pelas rubricas de serviços e indústria. Isso tem uma participação mais expressiva do que a agricultura.

Nesse contexto, é interessante ressaltar que houve um desenvolvimento em anos mais recentes de duas atividades: uma, o turismo; a outra, chamada maquila, que é a montagem de produtos destinados exclusivamente à exportação. No caso de Honduras, montagem de vestuário destinado à exportação praticamente exclusiva para os Estados Unidos da América.

A balança comercial de Honduras, no ano passado, apresentou exportações na ordem de um bilhão e trezentos milhões e importações na ordem de três bilhões, o que significa um déficit comercial expressivo para a economia do país, um déficit comercial na faixa de um bilhão e setecentos milhões.

O déficit comercial é o principal componente para o resultado negativo na balança de transações correntes de Honduras.

Esse déficit comercial é parcialmente compensado por outros três itens da balança de transações correntes. O primeiro deles são as remessas de hondurenhos que vivem no exterior – leia-se nos Estados Unidos, essencialmente –, que são cerca de 300 mil.

Essas remessas montaram, no ano passado, uma cifra próxima de US\$800 milhões, que é a principal fonte individual de divisas de Honduras.

Um segundo item que minora os efeitos do déficit da balança comercial são os ingressos da exportação de maquila. E aqui há uma curiosidade, porque, pelo sistema de cômputo hondurenho, as exportações de maquila são inseridas na balança de serviços e não na balança comercial. Então, se as exportações de maquila fossem incluídas na balança comercial, o déficit seria certamente menor, porque essas exportações montaram, no ano, US\$700 milhões.

O terceiro item que minora os efeitos do déficit comercial são os ingressos do turismo. Portanto, também na balança de serviços.

Honduras é um país altamente endividado. A dívida externa de Honduras era estimada pelo Banco Central do país, no fim de 2003, em US\$5,1 bilhões. O Banco Mundial e o FMI adotaram, no ano de 2000, uma decisão segundo a qual Honduras se qualificava para o programa de alívio da dívida destinado a países pobres altamente endividados, a chamada iniciativa HIPC, pela sigla em inglês.

Portanto, Honduras se qualificava a esse alívio da dívida ao abrigo desse programa desde que aderisse

a um plano de ajuste econômico. Em fevereiro do corrente ano, o Governo do Presidente Ricardo Maduro e o FMI concluíram um entendimento chamado Plano de Redução da Pobreza e Facilidade de Crescimento – há uma sigla que também vem do inglês, PRGF –, válido por três anos.

Se Honduras cumprir as metas estabelecidas com o FMI para o primeiro ano, ou seja, em fevereiro de 2005, o país se tornará elegível para uma substancial redução de sua dívida ao abrigo da iniciativa HIPC. O Governo tem levado adiante um programa de austeridade econômica, em conformidade com as metas que estabeleceu com o Fundo.

Passo ao terceiro e penúltimo item, um dos principais: as relações externas de Honduras.

As principais relações externas de Honduras se concentram essencialmente nos vínculos com os Estados Unidos da América e com os vizinhos hondurenhos na América Central. Entre os múltiplos indicadores da densidade das relações com os Estados Unidos se encontram, por exemplo, o fato de que os Estados Unidos são de longe o maior parceiro comercial de Honduras, seja pelo lado das importações, seja pelo lado das exportações, e é o maior investidor em Honduras. As remessas de hondurenhos residentes nos Estados Unidos, como tive oportunidade de indicar, são fundamentais para o balanço de pagamentos do País.

Um desdobramento muito relevante ocorreu no primeiro semestre deste ano no relacionamento com os Estados Unidos. Trata-se da assinatura do chamado Cafta, o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e os Países da América Central, incluindo Honduras e República Dominicana. Espera-se que, em 2005, o referido acordo seja ratificado pelos Estados Unidos e por Honduras.

O relacionamento de Honduras com países da América Central é ocasionalmente pontilhado por dificuldades relevantes de natureza política, como foi o caso, no passado, da chamada Guerra do Futebol com El Salvador.

É importante ressaltar que merece destaque a evolução, francamente positiva, do processo de integração centro-americano tem experimentado nos últimos anos e do qual Honduras participa. Essa integração centro-americana foi significativa fortalecida na década de 90. Em 1993, foram reestruturadas as instituições centro-americanas e estabelecido o Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), que inclui não só os cinco países centro-americanos que já eram membros do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), que havia sido estabelecido na década de 60 – Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica –, mas também Panamá, Belize e República Dominicana.

O Sica tem por objetivo tanto a integração econômica, quanto a integração em outras vertentes, inclusive na área política. No plano econômico, os cinco países centro-americanos que haviam formado o MCCA na década de 60 aprofundaram substancialmente sua integração na década de 90, formando o Sistema de Integração Econômico Centro-Americano (Sieca). Foi estabelecida uma zona de livre comércio e, mais do que isso, uma união aduaneira com tarifa externa comum a partir do ano 2000.

Os países que participam da união aduaneira se orgulham, com justa razão, de já disporem de um comércio intrazona da ordem de US\$3 bilhões, cuja importância pode ser relatada pelo fato de que, no ano de 2003, as exportações totais desses países foram da ordem de US\$11 bilhões. O dado hondurenho, que também é significativo, é que um quarto das exportações totais deste país se dirigem a esses parceiros da união aduaneira e um quinto das importações de Honduras são procedentes de seus vizinhos na união aduaneira.

Passo ao último ponto dessa breve exposição, que é o relacionamento com o Brasil.

O relacionamento entre Brasil e Honduras é tradicionalmente limitado, mas conheceu, nos últimos tempos – ao longo do último ano, por exemplo –, alguns desdobramentos muito encorajadores para o adensamento e o aprofundamento dessas relações.

Entre esses desdobramentos, os mais importantes foram os contatos, inclusive, no mais alto nível, que abriram a perspectiva de lançamento, em 2005, de um processo negociador para o acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Sica – Sistema de Integração Centro-Americano.

No último mês de abril, o Chanceler Celso Amorim participou de uma reunião de chanceleres do Sica na Guatemala, quando propôs a idéia do lançamento das negociações do acordo de livre comércio. Esse assunto foi retomado em uma reunião de chefes de Estado e de Governo, em agosto, na República Dominicana, da qual participaram tanto o Senhor Presidente da República, quanto o Presidente de Honduras, Sr. Ricardo Maduro.

O Mercosul enviou uma missão técnico-exploratória a países integrantes do Sica. Depois disso, em novembro, ou seja, no mês passado, os chanceleres do Sica e do Mercosul se reuniram por ocasião da Cúpula do Grupo do Rio, realizada no Rio de Janeiro, e acertaram um programa de trabalho que prevê ações concretas já no primeiro semestre de 2005. Estão agendadas duas reuniões: uma destinada a levantamento de informações e intercâmbio de dados, e a outra, já com uma agenda definida, inclui desde indicação dos

objetivos negociadores de lado a lado até a definição de um cronograma em relação ao processo negociatório. A possibilidade de lançamento dessas negociações, em 2005, é muito alvissareira e estimulante nas relações entre Mercosul e Sica e, portanto, entre Brasil e Honduras.

Outra observação que merece registro é o fato de que as exportações do Brasil para Honduras, embora se situem em um patamar modesto, em termos absolutos, experimentaram um crescimento percentual muito expressivo nos últimos dois anos. Entre 2001 e 2003, as exportações dobraram e atingiram cerca de US\$72 milhões no ano passado.

Concluo essas breves considerações com o entendimento de que, levando-se em conta alguns dos dados que tive oportunidade de apontar aqui, as atividades da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, no ano que vem, devem naturalmente priorizar, além do trabalho corriqueiro, quatro áreas de atuação: a primeira é o acompanhamento do processo eleitoral, porque, no ano que vem, é ano de eleições no país; o segundo é o empenho em contribuir para a aproximação político-econômica entre o Mercosul e o Sica, em particular o lançamento das negociações relativas a um possível acordo de livre comércio entre os dois agrupamentos. Nesse ponto, vale anotar que Honduras terá o próximo Presidente **pro tempore** do Sica. O terceiro é um esforço para intensificação do intercâmbio econômico e comercial entre Brasil e Honduras. E quanto ao quarto e último, creio que vale a pena um esforço adicional para cooperação técnica entre Brasil e Honduras.

Mantive um contato, naturalmente preliminar, com a Agência Brasileira de Cooperação, que se dispõe, caso se confirme interesse do lado hondurenho, a enviar ao país uma missão técnica também ainda no primeiro semestre do ano que vem.

Muito obrigado e obrigado também pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Sr. José Roberto de Almeida Pinto, vamos agora passar para a reunião reservada, mas eu queria, antes, dizer, relativamente à obra sobre o rio Tacutu, mencionada pelo Arthur Vivacqua Correa Meyer – e como foi noticiado que o Ministro dos Transportes deu a informação de que faltam algumas poucas etapas para que possa haver o término do embargo da obra –, avalio que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu poderia, junto ao Ministro dos Transportes e ao Tribunal de Contas da União, pedir a informação – vou pedir à Secretaria que providencie isso – para verificar o que falta para o término do embargo.

Vamos, em seguida, passar à reunião reservada. O Senador Cristovam Buarque e o Senador João Capiberibe estão inscritos. Peço a gentileza dos demais presentes que permitam por algum tempo a reunião reservada.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

(A reunião torna-se secreta às 12h05min.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

Item 3:

Submete a apreciação da Mensagem nº 176, de 2004, indicação do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para cumulativamente ao cargo de Embaixador do Brasil junto a Ucrânia exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para ler o parecer, como relator **ad hoc**.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada para opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para cumulativamente ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova. E tive a curiosidade de verificar a localização geográfica da República da Moldova, que está espremida entre a República da Romênia e a Ucrânia, um pequeno país que certamente vai ser servido também pelo nosso Embaixador na Ucrânia.

Evidente que o nosso Embaixador já está no exercício das suas funções, mas eu gostaria de destacar aqui que o nosso Embaixador, no Ministério de Relações Exteriores, exerceu funções de relevância, como chefe do departamento de integração latino-americana, de 1994 a 1999; chefe da divisão de operações comerciais, em 1992; chefe da divisão de programas de promoção comercial, em 1991; chefe da divisão econômica latino-americana, de 1989 a 1991. Foi ainda secretário de comércio exterior, responsável pela implantação do sistema integrado de comércio exterior, módulo exportação, em janeiro de 1993. Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Primeiro Secretário em Washington, em 1976; de Conselheiro, em Bruxelas, junto à Comunidade Europeia, em 1983; de Conselheiro em Montevidéu, entre 1987; e de Cônsul-Geral em Barcelona, em 1999.

Portanto, trata-se de um diplomata de longa experiência. As relações entre a Moldova e o Brasil ainda são incipientes, não havendo nada registrado no plano comercial bilateral da cooperação econômica,

política ou cultural. O potencial para aproximação dos dois países é, no entanto, imenso, para o qual poderá certamente agora colaborar o Embaixador Renato Marques.

Dada a natureza da matéria, é esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento.

Eu sempre fui razoável aluno de geografia. Sempre conheci essa região com o nome de Moldávia, parte integrante da Romênia, inclusive a maioria fala romeno, e uma minoria fala russo. Depois foi incorporada à antiga União Soviética. Com a desintegração se tornou soberana. Pergunto se o nome oficial é Moldova? Sempre conheci como Moldávia, não sei se V. Sãs poderiam me esclarecer isso.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES

– Senador, eu também conheci pelo nome de Moldávia, não sei por que houve essa alteração ou russificação do nome, mas lembro-me que a Romênia reclamava esse território. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Romênia foi um país aliado às potências do eixo Roma-Berlim e invadiu a região da Moldávia para anexá-la a seu território. A União Soviética repeliu a invasão romena, aliada à Alemanha Nazista e, depois, invadiu o próprio território da Romênia no fim da guerra.

Desconheço por que, agora, essa região é conhecida pelo nome de Moldova, mas também lembro que, quando era uma parte da União Soviética, era conhecida pelo nome de Moldávia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito a gentileza dos Srs. Senadores Jefferson Péres e João Capiberibe para ajudarem na apuração dos votos, a fim de que possamos proclamar o resultado. (Pausa.)

Agradeço aos Senadores Jefferson Péres e João Capiberibe, que informam que, tanto para o Sr. Embaixador Arthur Vivacqua Correa Meyer, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana como para o Sr. José Roberto de Almeida Pinto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Honduras e para o Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, indicado para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova, o resultado foi de 12 votos favoráveis a zero.

Não houve abstenção.

Manifesto meus cumprimentos aos Embaixadores e desejo a todos felicidades no cumprimento de suas funções.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h35min.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

Ata da Vigésima Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas.

Às onze horas do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPPLY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **MOZARILDO CAVALCANTI, LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, LÚCIA VÂNIA, MARCO MACIEL, SIBÁ MACHADO, JOÃO BATISTA MOTTA, AELTON FREITAS, CRISTOVAM BUARQUE, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDUARDO AZEREDO, RODOLPHO TOURINHO, JOSÉ AGRIPINO e MARCELO CRIVELLA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inverte os itens de pauta. **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 199, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora VITÓRIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Nicarágua”. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE** faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra à Senhora **VITÓRIA ALICE CLEAVER** para fazer sua exposição de motivos. Retorna-se ao primeiro item. **Item um:** Mensagem (SF) Nº 205, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do nome do Senhor **JOSÉ VIEGAS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, Senador **MARCO MACIEL**, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **JOSÉ VIEGAS FILHO** que faz sua exposição de motivos. **Item três:** Mensagem (SF) Nº 179, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sen-

hor **JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina”. O Senhor Presidente designa Relator “Ad Hoc”, o Senador **RODOLPHO TOURINHO**, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à arguição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente declara aberta a votação. Escrutinam os votos os Senadores Rodolpho Tourinho, Cristovam Buarque e João Capiberibe, assim, o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade de treze votos. **Item quatro:** Requerimento Nº 1.341, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à romancista e poeta austríaca Elfriede Jelinek, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, relator da matéria. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item cinco:** Requerimento Nº 1.465, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, seja enviada ao Governo do Estado de Israel e à Autoridade Palestina a manifestação do Senado Federal para que esses dois governos dêem total apoio à iniciativa de Genebra aderindo aos seus termos”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **MARCELO CRIVELLA**, que faz a leitura do parecer. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Faz uso da palavra o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. O Senhor Presidente tece breves considerações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação da pauta.

Item 1:

Mensagem do Senado Federal nº 205.

Se todos estiverem de acordo, inverteremos a pauta, porque aguardamos a presença do Senador José Agripino, Relator da matéria, iniciando pelo Item 2.

Item 2:

Mensagem do Senado Federal nº 199, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da SRA. Vitoria Alice Cleaver, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Nicarágua, de autoria da Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Relator da Mensagem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Embaixadora e Sr. Embaixador, tenho muita satisfação em relatar o documento enviado pelo Ministério das Relações Exteriores indicando para o cargo de Embaixadora da Nicarágua a licenciada em inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciência e de Letras da PUC de Pernambuco; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Diplomata de Carreira desde 1970, promovida a 2ª Secretária em 1974, a 1ª Secretária em 1977, Conselheira em 1983, a Ministra de Segunda Classe em 1991 e a Ministra de Primeira Classe em 2001. No Ministério das Relações Exteriores, exerceu várias funções de relevo, entre as quais pode ser destacada a de Chefe de Divisão da Área de Cooperação Técnica, em 1983; Chefe de Divisão da América Meridional, em 1990; Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Educação em 1999. Em representações diplomáticas do Brasil e do exterior, A SRA. Vitoria Alice Cleaver serviu em Nova Iorque como Terceira Secretária; em Londres, como Terceira e Segunda Secretária; em Tóquio, como Segunda e Primeira Secretária; em Assunção, como Conselheira; em Buenos Aires, como Ministra-Conselheira; e em Quito, como Ministra-Conselheira em 1994. Foi agraciada com várias medalhas de mérito, como o Prêmio Rio Branco, medalha de ouro; Ordem do Ipiranga Grande Oficial; Ordem do Tesouro Sagrado Três Graus do Japão; Mérito Tamandaré; Ordem da República Federal da Nigéria; Ordem de Mérito Naval Oficial – Pacificador; Mérito Santos Dumont; Ordem

do Mérito das Forças Armadas – Cavaleiro; Ordem do Mérito Militar – Comendador; Ordem do Rio Branco Grande Oficial; Ordem do Mérito Educativo; e Medalha de Intervenção Simón Bolívar.

Consta, além do **currículum vitae** relatado, documento informativo sobre a Nicarágua elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, no qual foram destacados aspectos gerais do país e de seus dirigentes, de sua política interna e externa e de sua economia, bem como das relações bilaterais com o Brasil.

Estou convencido de que a Embaixadora Vitoria Alice Cleaver falará sobre a Nicarágua, por isso não preciso ler essa parte do relatório. Cabe lembrar, entretanto, que, do ponto de vista da política externa, o Presidente Bolanos está alinhado com os Estados Unidos da América e com a atual administração, tendo participado inclusive da coalizão que investiu contra o Iraque. Dessa relação, dois frutos são mais ambicionados pelo Presidente Bolanos: de um lado, a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos; de outro, o cancelamento da dívida externa daquele país no programa feito para países pobres altamente endividados. Ademais, o Presidente e a Nicarágua hoje mantêm interesses especiais com a comunidade cooperante que presta assistência comunitária e ajuda na reconstrução da infra-estrutura com projetos integracionistas centro-americanos e bilateralmente com Taiwan, o que acontece muito com os países da América Central.

No que se refere às relações bilaterais com o Brasil, estamos convencidos de que é possível incrementar bastante, de forma a não ficar no nível atual, apesar de haver cooperação brasileira fundada no acordo básico assinado em 1987.

Ressalto aqui, não está no currículo da Embaixadora, um ponto que me facilita o trabalho, ter sido seu chefe quando Ministro, e ela tendo sido a minha coordenadora da parte internacional, já vindo do Governo anterior, o que prova o seu bom desempenho. Estou absolutamente convencido, embora isso não seja muito protocolar de se dizer aqui, de que a Embaixadora poderá prestar um grande serviço ao Brasil, ao mesmo tempo em que incentiva as relações do Brasil com esse país tão especial e tão sofrido por diversas razões da América Central.

Por essa razão, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações, esperando apenas que o Senado se manifeste conforme a solicitação do Senhor Presidente da República, que, mais uma vez, indica pessoas que honram o Brasil, orgulham o nosso País ao nos representar e, de maneira eficiente, melhora a posição do Brasil no cenário internacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Sr^a Vitória Alice Cleaver para fazer a sua exposição, pelo tempo que julgar necessário.

A SRA. VITÓRIA ALICE CLEAVER – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, que muito me honra por ser o relator desta minha arguição no Senado para indicação como Embaixadora na Nicarágua, Srs. Embaixadores, meus colegas Embaixadores, Sr^{as}. se Srs.

A atual crise que a Nicarágua está enfrentando no cenário de política interna leva-me a recapitular alguns fatos que penso que são importantes para compreender a situação de instabilidade que vem enfrentando, neste momento, a Nicarágua, que até certo ponto é preocupante. Não é novidade para nenhum dos senhores que a Nicarágua é um país que, nesses últimos 25 anos, sofreu mudanças político-institucionais radicais, que se iniciaram em 1979 com um governo que surgiu de uma revolução armada, que derrubou uma ditadura de várias décadas. O novo governo sandinista, de administração centralizada, adotou políticas que despertaram resistências, internas e externas, que novamente levaram a uma situação de guerra civil, que destruiu completamente a infra-estrutura do país.

Essa situação de guerra levou, inclusive, ao abandono de muitas políticas que tinham sido adotadas pelo governo sandinista em prol das populações mais pobres, sobretudo na área da alfabetização e na área de atendimento de crianças em idade escolar. A dívida externa chegou a patamares equivalentes a 50 anos das exportações nicaragüenses e a inflação chegou a níveis estratosféricos.

Foi numa situação dessa que, finalmente, após assinatura da paz em (*inaudível*), em 1987, em 1990, por eleições, os sandinistas passaram o governo à Sr^a Violeta Chamorro, eleita por uma coligação de pequenos partidos unidos ao redor da união nacional opositora.

Efetivamente, como os senhores se lembrarão, o processo de transição democrática não foi fácil, a coligação que havia participado na eleição da SRA. Violeta Chamorro logo se fragmentou e a Frente Sandinista rejeitou o receituário neoliberal que havia sido adotado pelo governo para sanear a economia nicaragüense.

De qualquer maneira, muitos esforços foram feitos no sentido da democratização da vida política do país, a inflação baixou de 13.500%, em 1990, para 5%, em 1992. Houve um esforço de estabilização que foi acompanhado por reformas estruturais, mas, apesar de todas essas reformas, os indicadores sociais não mudaram e, em 1993, 60% da população economicamente ativa estava desempregada ou subempregada.

Os indicadores sociais durante toda década de 90 não melhoraram e a Nicarágua, realmente, se encontra entre os países mais pobres do hemisfério, estando situada logo após o Haiti e Honduras. Em 96, sucedeu Violeta Chamorro o candidato do partido liberal constitucionalista que tinha sido prefeito de Manágua entre 90 e 95, Arnaldo Alemán Lacayo, que venceu as eleições com 51%. O Daniel Ortega da Frente Sandinista obteve apenas 37.5% dos votos nessa eleição e tentou impugnar os resultados. Como o Presidente Alemán não contava com maioria de votos na assembléia, quer dizer, naquele momento, tentou estabelecer um pacto político que lhe permitisse governar. Isso levou a que o partido liberal constitucionalista que o elegeu e a Frente Sandinista se unissem e buscassem fazer aprovar reformas à Constituição no ano 2000 que criaram algumas regras para a Constituição de partidos políticos e para coligações políticas. No caso dos partidos políticos, por exemplo, havia necessidade de que, para que tivessem a personalidade jurídica reconhecida, deveriam apresentar assinatura de 3% do total dos eleitores em nível nacional e, para manter essa personalidade jurídica, obter 4% dos votos nas eleições. Isso levou, efetivamente, a um bipartidarismo. Foram alijadas das eleições municipais de 2000 vários dos pequenos partidos, houve críticas muito severas, inclusive da ex-Presidente Violeta Chamorro que alegava e lembrava, inclusive, que, em 90, tinha sido a coligação de pequenos partidos que tinha lhe permitido subir ao poder.

Como nas eleições municipais de novembro de 2000 o grande derrotado foi o PLC, ele procurou evitar a divisão do voto sandinista para impedir as suas aspirações eleitorais e buscou o então vice-Presidente da República, que era o Enrique Bolaños, egresso do partido conservador e recém-filiado ao partido liberal constitucionalista como candidato do partido às eleições presidenciais de 2001. Bolaños foi eleito, assumiu em 2002, tem ainda 2 anos de mandatos. Entretanto, tem enfrentado uma situação interna muito difícil porque não tem nenhuma sustentação no Congresso, basicamente fracassaram todas as tentativas que fez no sentido de aglutinar forças favoráveis a seu governo, esse é o caso, por exemplo, da recém-criada Aliança da República, (*inaudível*), que congrega alguns dissidentes do partido liberal constitucionalista e o próprio desempenho nas eleições municipais que ocorreram agora no dia 7 de novembro desse partido deixou muito a desejar. Então, hoje, os dois grandes partidos estão discutindo projetos de lei que visam a redução das prerrogativas do Poder Executivo e a crise de governabilidade se aprofundou, sobretudo, a partir de outubro, porque, segundo alguns analistas, esses dois partidos teriam

levado à Contadoria Geral da República, que é uma espécie de Tribunal de Contas, a pedir a destituição do Presidente com base nos alegados fatos de que não teria prestado contas suficientes sobre os recursos que tinham sido aplicado em sua campanha eleitoral de 2002. Outras interpretações se baseiam em atribuir o episódio a uma questão simplesmente de jogo de poder na medida em que o PLC e a Frente Sandinista se entendem em tratativas que, no fundo, visariam a libertação do ex-Presidente Alemán porque o Bolaños, quando foi eleito, quase de imediato perdeu o apoio do partido que o elegeu porque começou a desenvolver uma campanha anticorrupção que levou o ex-Presidente Alemán à prisão, que continua na presidência do partido dirigindo o partido a partir da sua fazenda El Chile e, com isso, o partido tem hoje condicionado os apoios de que o governo precisa para apoiar reformas importantes a avanços que possam ocorrer em direção à mudança de situação do ex-Presidente Alemán. A comunidade internacional, quando houve esse pedido de destituição do Presidente Alemán se mobilizou, eu estava em Washington em outubro, quando houve uma reunião extraordinária da Organização dos Estados Americanos, uma missão chefiada pelo Secretário-Geral interino da OEA visitou a Nicarágua no mês de outubro, também no mês de outubro, houve várias declarações dos Presidentes dos países centro-americanos e da República do Panamá, o Brasil como Presidente do Grupo do Rio também emitiu uma declaração em favor da manutenção da ordem democrática. E, durante a visita do Secretário-Geral Interino da OEA, interlocutaram-se, digamos, com todos os Poderes da República, conseguiram, mais ou menos, diminuir os ânimos acirrados e, com isso, obtiveram pelo menos uma declaração oral, verbal, no sentido de que sempre atuarão de acordo com a Constituição e com as leis.

Com a vitória dos sandinistas nas eleições municipais, vale mencionar que os sandinistas que estavam fora do poder há dez anos lograram recuperar cerca de 90 prefeituras na Nicarágua.

O Apre – Aliança pela República, criada para dar apoio e sustentação ao governo atual, teve um desempenho mínimo de 9,5%, e o Partido Liberal Constitucionalista, de 37%. Porém, há que se notar que houve um absenteísmo muito alto nessas eleições, mais de 50%.

De modo que, embora alguns analistas pensem realmente que haveria agora possibilidade, com essa vitória sandinista, de os sandinistas voltarem ao poder em 2006 – as eleições presidenciais estão previstas para essa data –, outros crêem que uma coligação

de partidos menores poderia, eventualmente, obter a maioria.

O resultado das eleições também prolongou a trégua em relação à questão da destituição do Presidente Bolaños. Quer dizer, hoje, o Partido Sandinista perdeu o interesse na destituição do Presidente porque isso criaria muitas incertezas no cenário político interno. E os liberais estão numa fase de, antes da posse dos Prefeitos, negociar certos cargos.

Na Assembléia Legislativa, porém, que tem dominação do Partido da Frente Sandinista e do Partido Liberal Constitucionalista, a Assembléia tem levado à frente uma série de reformas que estão tirando, digamos, certas atribuições tradicionalmente do Executivo para o Legislativo.

Então, acredita-se que há uma tentativa no sentido de, ao retirar do Executivo certos poderes, se dar início a um certo, digamos, regime parlamentarista disfarçado. O Presidente já disse que *por las buenas o por las malas*, ele não vai admitir isso – declaração que certamente não caiu bem na sociedade civil e na comunidade internacional, que tem feito pressão no sentido de que os partidos têm que se entender.

Evidentemente que o Presidente poderia, eventualmente, decretar um estado de emergência. Com isso, ele poderia dissolver a Assembléia Nacional e convocar eleições. E, se o Conselho Supremo Eleitoral for contrário, ele poderia dissolver inclusive o Conselho – isso, certamente, com uma perda imensa para todos os avanços que foram registrados nessas últimas décadas em direção à democracia.

Acessei, ontem, o diário **La Prensa** e percebi que a grande discussão no cenário político interno, no momento, é a questão de, eventualmente, convocar-se um referendo. E os países, sobretudo da União Européia, estariam dispostos a apoiar a realização desse referendo para que o povo possa ser consultado sobre as mudanças que, efetivamente, a Assembléia Nacional está querendo empreender.

Então, é um cenário político de grandes incertezas neste momento.

Dificultando ou minando a governabilidade do país está a situação econômica. O país tem um PIB que vem crescendo a taxas muito baixas, de 1% a 2,5%, que é menor inclusive do que a taxa constante de crescimento populacional, que é de 2,6%. Há um desemprego alto, que está na base de uns 16%. A economia nicaragüense, como V. Ex^{as} sabem, tem um PIB agrícola de 32% do total. Está baseada em alguns poucos produtos, como é o caso do feijão, do arroz, do milho, do açúcar, do leite e da carne.

A população, sobretudo a área campesina, é muito pobre. Cerca de 70% dos pobres se concentram

entre os camponeses. Isso tem provocado, por falta de ingresso, uma emigração bastante grande, sobretudo, para a Costa Rica. E, hoje, paradoxalmente, são as remessas do exterior um ingresso adicional às famílias muito grande que superou inclusive, no ano passado, o total das exportações nicaragüenses. Quer dizer, houve um ingresso enviado pela comunidade que está no exterior de US\$800 milhões enquanto as exportações nicaragüenses atingiram apenas US\$600 milhões.

Há um déficit em conta corrente muito alto. Para o financiamento desse déficit, a Nicarágua depende muito da comunidade cooperante. Quer dizer, o dinheiro da cooperação internacional responde pela diminuição desse déficit em 50%, e os fluxos líquidos de capital privado, 24%. Há o alívio da dívida, que o Senador Buarque mencionou, no âmbito da iniciativa HIPC, sigla inglesa, que é uma iniciativa para alívio da dívida de países muito pobres e altamente endividados, a que a Nicarágua busca aceder, por meio de um programa austero de negociações com o FMI e que teve impacto inclusive no orçamento do país.

A Nicarágua poderá obter até 80% do alívio da dívida externa que, em 1999, era de US\$6,9 bilhões e hoje, no final de 2003, estava no patamar de US\$5,8 milhões.

Houve uma reforma tributária que está em vigor desde maio de 2003 e cabe ainda completar o processo de privatizações.

O Senador Buarque mencionou a assinatura de um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, que poderá, inclusive, trazer benefícios à Nicarágua, desde que ele seja ratificado, o que ainda não ocorreu.

Na política externa, como foi mencionado aqui, realmente a Nicarágua está altamente alinhada com a política do Presidente Bush – hoje, mais alinhada com a política norte-americana do que nos dois governos anteriores. A Nicarágua mandou tropas ao Iraque e só não mandou um segundo contingente por falta de financiamento. Dizem que teria sido Taiwan que financiou o envio dos primeiros 125 homens e, para evitar maiores atritos com a oposição, a Nicarágua não voltou a mandar forças armadas para o Iraque.

É claro que o comércio bilateral com os Estados Unidos reflete essa aproximação. Quase 60% das exportações nicaragüenses são destinadas para os Estados Unidos e também quase 30% das importações dos Estados Unidos são oriundas da Nicarágua.

Para a Nicarágua, na área de comércio, também é muito importante, certamente, a relação com os seus parceiros do istmo centro-americano e com a comunidade cooperante.

Quando houve o furacão Mitch, em 1998, foi assinado um protocolo de Estocolmo que engloba países como a Espanha, a Itália, a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos e os países escandinavos, e, à parte, Japão e Taiwan também são grandes países doadores. Desse grupo participam: Banco Mundial, Banco Interamericano e o Fundo Monetário.

Os processos integracionistas do istmo certamente são importantes para a Nicarágua, que busca inclusive, com esse processo, deixar de lado ou superar certas questões relativas a pendências na área de fronteira.

Como se sabe, a Nicarágua tem um diferendo de fronteira com a Colômbia, ela luta pela soberania das ilhas de Providência, Santo Andrés e Catalina e alguns arrecifes que fazem parte do arquipélago, além de arrecifes de Roncador, Serrana, Serranita e Quita Sueno. Com Honduras, disputa 30 mil quilômetros quadrados entre os paralelos 15 e 17, na área da plataforma continental, e com a Costa Rica discutem-se direitos de navegação no rio San Juan, cujo leito, reconhecidamente, está em território nicaragüense.

Com a América do Sul, eu diria que a integração ainda não foi suficientemente explorada e essa relação tem-se restringindo, realmente, a alguns programas de cooperação educacional, cultural e técnica, mas, evidentemente, na medida em que se aprofundar a cooperação com os Blocos do Mercosul e da Can, isso certamente dará uma massa crítica maior à Nicarágua, que tem muito pouco peso no cenário internacional.

E eu diria, para terminar, algumas palavras sobre as relações bilaterais. As nossas relações são, realmente, isentas de problemas, são extremamente cordiais historicamente, mas, pessoalmente, acho que estão muito aquém do que poderiam ser.

A nossa aproximação com a Nicarágua na área da cooperação técnica se deu a partir do furacão, em 1998, embora o nosso acordo seja de 1987. Houve alguma ajuda de caráter humanitário, mediante o envio de medicamentos e equipamentos médicos. Nessa época foram desenvolvidos alguns projetos com o apoio a Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, na área de melhoramento de sementes, na área de fontes alternativas de energia e saneamento básico e modernização dos transportes urbanos.

O Acordo de Cooperação Técnica precisa ser atualizado. Na Nicarágua temos um Centro de Estudos Brasileiros e que tem neste momento 180 alunos. Infelizmente, há três anos, não tem diretor, está a cargo de uma coordenadora. Faz três anos que tampouco o Brasil recebe nenhum estudante nicaragüense na área do Programa de Estudante Convênio de Graduação e Pós-Graduação. Na pós-graduação, em 2002,

recebeu um estudante. Eu atribuiria isso a uma necessidade de se fazer uma divulgação mais agressiva do programa, que realmente tem sido um braço externo muito forte para o Itamaraty, no sentido da formação de recursos humanos dos países em desenvolvimento. Eventualmente, será preciso estudar a possibilidade de concessão de bolsas para que os nicaraguenses possam fazer cursos de graduação no Brasil. O país tem muito interesse na cultura brasileira, no futebol, na música, na televisão.

Na Nicarágua há também um programa de desminagem. Esse programa existe desde a época da guerra civil. Os oficiais brasileiros funcionam como supervisores. Esse programa tem sido objeto de muitos agradecimentos por parte do governo nicaraguense.

Do ponto de vista do comércio bilateral, esse comércio é pequeno, mas tem crescido. Os investimentos são praticamente nulos. Quer dizer, o Brasil exportou para a Nicarágua, em 2003, US\$25 milhões e importou praticamente zero. Acho que teríamos que diversificar a pauta. Embora sejam produtos competitivos, teríamos que fazer algum gesto no sentido de tentar adquirir mercadorias da Nicarágua.

Assim, se eu for aprovada por esta Casa, pretendo, no ano de 2005, fazer um acompanhamento eleitoral, porque se trata de um ano pré-eleitoral. Tentarei lograr a indicação de um diretor para o CEB e aumentar o número de estudantes. Acho que esse número pode aumentar de 180 para pelo menos uns 300.

Dar uma melhor divulgação ao PEC-G e ao PEC-PG e tentarei a obtenção de bolsas para a vinda desses estudantes.

Obter a renegociação do Acordo de Cooperação Técnica, que precisa ser atualizado. Para isso certamente precisarei muito do apoio do Congresso para que ele possa ser aprovado rapidamente. Dessa forma, poderei, com o apoio a Agência Brasileira de Cooperação, desenvolver projetos e programa que estão em pauta desde 2002, ainda sem desenvolvimento, entre os quais três na área de educação.

Continuar o atendimento comercial e certamente acompanhar um movimento novo de integração entre o Sistema Centro-Americano e o Mercosul. V. Ex^{as} sabem que o Ministro Celso Amorim foi a Guatemala em abril deste ano, reuniu-se com os chanceleres do Sistema de Integração Centro-Americano, fez uma proposta para que se avance no sentido da assinatura de um tratado de livre comércio com o Mercosul. Foram acertadas reuniões. Na Guatemala, em abril, já houve uma reunião de presidentes do Brasil com os presidentes do Istmo Centro-Americano, na República Dominicana, em meados do ano. Houve um encontro, à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas,

em Nova York. Houve outro encontro, agora, no Rio de Janeiro, à margem da reunião do Grupo do Rio, de que o Brasil detinha a Secretaria, **pro tempore**, e agora, na reunião de Ouro Preto, está previsto um novo encontro entre o Sistema de Integração Centro-Americano e os chanceleres do Sica e os chanceleres do Mercosul.

Assim, a tendência seria um aprofundamento dos estudos, da troca de informações sobre os processos de integração das duas áreas e certamente mereceria, digamos, um acompanhamento da Embaixada.

Esse seria então o panorama geral que tracei a respeito da Nicarágua.

Estou à disposição de V. Ex^{as} para as perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Vitória Alice Cleaver.

Vamos passar à apreciação do Item 1.

Mensagem nº 205, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe, Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, de autoria da Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, como relator **ad hoc**, para ler o seu relatório.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, na eventual impossibilidade da presença do Senador José Agripino, aliás, Líder do meu Partido, neste momento, passo, por designação de V. Ex^a, Sr. Presidente, a relatar a indicação do Senhor Presidente da República do nome do Embaixador José Viegas Filho para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.

Creio desnecessário salientar – e vou, por isso mesmo, apenas fazer breve referência – o currículo do indicado. Como se sabe, ele tem uma carreira no Itamaraty, que se iniciou ao concluir o curso do Rio Branco em 1966; ascendeu a todos os cargos na carreira, chegando ao posto de Embaixador em 1992. É bom lembrar que todas as suas promoções foram por merecimento, o que demonstra ter cumprido com eficiência e por que não dizer competência as funções que lhe foram cometidas.

Exerceu várias funções no Ministério a que pertence e foi, inclusive, Professor do Instituto Rio Branco na disciplina Política Externa Brasileira Contemporânea e Chefe da equipe de Planejamento Político e Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, em 1991. Exerceu muitas funções aqui e no exterior, dentre as quais a de Embaixador do Brasil no Peru, em cujo período tive oportunidade de visitar aquele país, por ocasião da segunda posse do Presidente Fujimori.

Lá pude avaliar como exercia, de forma diligente, as funções que lhe tinham sido conferidas pelo Governo Federal.

Gostaria de destacar ainda a circunstância de ter ocupado, até recentemente, o cargo de Ministro de Estado da Defesa, durante praticamente dois anos, o que naturalmente o manteve não somente ligado às questões de política externa, mas também às questões de defesa nacional, específicas desta Comissão e que guardam – desnecessário dizer – muita pertinência.

Creio que quem conhece o Embaixador José Viegas Filho, no Itamaraty e fora dele, sabe que se trata de um profissional altamente habilitado, conhecedor dos nossos problemas e, mais do que isso, com uma ampla visão das questões que vive o mundo nesse início do nosso terceiro milênio, de mais um século. Razão pela qual, o meu parecer, como relator *ad hoc*, em vista da ausência do Senador José Agripino, tem o sentido do acolhimento da indicação feita pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Passamos, agora, à exposição do Embaixador José Viegas Filho a respeito da sua designação para Embaixador do Reino da Espanha. Tem a palavra o Embaixador José Viegas Filho.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Suplicy, Presidente da Comissão de Relações e Defesa Nacional, do Senado; muito obrigado, Senador Marco Maciel, pelas suas palavras de apresentação, bondosas e lisonjeiras; Senador Cristovam Buarque, meu amigo, a quem cumprimento especialmente; Srs. Embaixadores, meus colegas.

Caso a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senado Federal decidam referendar a indicação do Presidente da República para que eu seja o Embaixador do Brasil na Espanha, quero-lhes dizer que isso me deixará profundamente honrado e feliz. Honrado pela designação para um posto de grande relevância para a nossa política externa, para a relação do Brasil no mundo; feliz por estar num país que aprecio particularmente e por me dar essa oportunidade de, num ambiente muito favorável, com uma relação muito bem desenvolvida, continuar a trabalhar em favor do nosso País.

Com efeito, a relação entre o Brasil e a Espanha vive hoje o seu momento mais feliz, mais intenso, mais produtivo em toda a sua história. Nos últimos anos, os contatos entre as autoridades brasileiras e espanholas foi extremamente intenso e profícuo.

O Presidente Fernando Henrique esteve na Espanha quatro vezes. O Presidente Lula lá esteve duas vezes. Nos últimos vinte e três meses, ou seja, no Gov-

erno, atual 11 ministros de Estado brasileiros e dez governadores foram à Espanha. Isso reflete um adensamento muito claro das nossas relações. Por outro lado, o presidente espanhol, até março deste ano, veio duas vezes ao Brasil; a Rainha Sofia, duas vezes; e o Rei João Carlos I também aqui esteve. Então, o intercâmbio é muito bem apoiado, do ponto de vista político, pelas principais autoridades de ambos os países.

A visita do Presidente Lula, em 2003, à Espanha estabeleceu um marco muito importante para o desenvolvimento do nosso relacionamento, que é o plano de parceria estratégica entre o Brasil e a Espanha, documento que dá a base do nosso relacionamento. É um documento muito bem estruturado: uma parte trata do fortalecimento do diálogo político, outra sobre o crescimento econômico, oportunidades, emprego e desenvolvimento social, educação, ciência e cultura. Portanto, ele cria e reforça mecanismos, instrumentos bilaterais de ação; cria mecanismos de diálogos permanentes, que prevêm encontros presidenciais anuais, em nível de chefes de governo, cria comunicação diplomática permanente em termos de consultas entre os nossos governos nos fóruns internacionais; estabelece critérios para a cooperação não só bilateral, mas triangular, Brasil, Espanha em terceiros países; cria grupos de trabalhos já na vertente econômica, que se reunirão semestralmente cuidando de comércio e investimentos e também no setor de transportes; fóruns de investimentos em ambos os países; estímulo ao crédito a pequenas e médias empresas exportadoras; desenvolvimento de infra-estrutura; e cuida também da parte de educação, ciência e cultura, desenvolvendo os instrumentos adequados de colaboração bilateral.

Esse é o marco em que se dá o desenvolvimento, como eu lhes dizia, acentuado das relações entre o Brasil e a Espanha.

Vejam que os investimentos espanhóis no Brasil, que hoje tem um estoque de US\$17 bilhões, colocam a Espanha como o terceiro maior investidor. O primeiro são os Estados Unidos, com US\$35,9 bilhões; o segundo, a Holanda com US\$17,4 milhões; e a Espanha com US\$17 milhões em terceiro. A Alemanha, por exemplo, tem um estoque de investimentos no Brasil de US\$7,8 milhões. Portanto, a Espanha tem o dobro do investimento alemão. Esse investimento foi concentrado na fase das privatizações, como sabemos, em telecomunicações e setor de energia, bem como na área financeira, com a presença do Banco Bilbao/Biscaya e Banco Santander, mas o fluxo de investimentos continuou nos últimos dois anos em mais um US\$1,5 bilhão aqui colocados. Do total de investimentos, a Espanha colocou 10% de seu PIB em investimentos internacionais. O PIB espanhol é de US\$1 trilhão. Por-

tanto, US\$100 bilhões, em números redondos, é o total de investimentos. Vê-se, portanto, que 17% desses investimentos destinam-se ao Brasil, o que também coloca o Brasil entre os principais países de destino dos investimentos espanhóis.

A visita do Presidente teve uma repercussão muito ampla e positiva. No encontro com o empresariado, compareceram 400 empresários espanhóis. Houve apoio da Espanha à promoção brasileira da criação do Fundo Internacional contra a Fome. Em resumo, a relação com o Brasil é vista na Espanha como uma questão de Estado. A Espanha tem a clara noção de que o Brasil é um país absolutamente essencial em seu esforço permanente e mais intenso atualmente de desenvolver um relacionamento especial com a América Latina. E o Brasil não pode deixar de ver na Espanha um de seus principais parceiros e uma de suas principais portas para a União Européia.

A Espanha reconhece a liderança brasileira. E isso ficou muito bem explicitado no documento que cria a parceria estratégica, quando a Espanha, país com dificuldades em aceitar a idéia de novos membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU, pois isso prestigia a Alemanha e cria um certo constrangimento para os países quase tão grandes quanto a Alemanha, que é o caso da Espanha e da Itália, mesmo assim, a Espanha disse compreender o pleito brasileiro, o desejo de ter um assento permanente no Conselho, e expressou simpatia para com a idéia. É o máximo que se pode pedir do governo espanhol. E esse máximo nos foi oferecido.

O comércio também tem crescido favoravelmente. Entre 2001 e 2003, nossas exportações aumentaram 50%, e as exportações espanholas baixaram 20%, de maneira que podemos transformar um déficit de US\$183 milhões em um saldo de US\$577 milhões. Mas é bom que se diga também que nossa pauta de exportações ainda está muito concentrada em produtos primários ou semi-elaborados, e nossas exportações industriais, inclusive de aviões da Embraer, até agora não decolaram na Espanha. Penso que essa seria uma das prioridades e ser desenvolvida, como lhes digo, se o Senado brasileiro estiver de acordo com minha designação. Existe uma ampla base de acordos bilaterais com a Espanha, acordos de tradição, de cooperação judiciária e matéria civil, cooperação técnica científica e tecnológica, transportes aéreos, seguridade social, um tratado geral de amizade e cooperação, turismo, desenvolvimento do semi-árido brasileiro e, finalmente, a parceria estratégica. Portanto, também desse ponto de vista institucional, a relação tem tudo para prosperar.

São os comentários iniciais que gostaria de fazer. Naturalmente, se V. Ex^{as} desejarem, posso fazer algum comentário a respeito da política externa e interna da Espanha. Houve uma transição de governo recentemente, de maneira surpreendente e muito calçada no atentado de 11 de março. Ocorreu o surgimento da liderança nacional do atual presidente espanhol, o Presidente José Luís Rodríguez Zapatero, que vem sendo capaz de consolidar sua liderança tanto dentro do Partido Socialista, e não se deve esquecer que antes das eleições de março a liderança do atual presidente era bastante tênue, tendo em vista que o atual Ministro da Defesa obteve uma votação quase tão expressiva quanto a dele nos congressos internos do Partido. Assim, o Presidente pôde fortalecer sua liderança tanto como líder nacional quanto dentro do Partido onde realmente obteve números muito mais expressivos quanto ao seu trabalho.

Coloco-me à disposição dos Srs. Senadores para o que considerarem necessário. Reitero meus agradecimentos ao Senador Marco Maciel e ao Senador Eduardo Suplicy, por terem, inclusive, agilizado a realização desta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador José Viegas Filho.

Item 3:

Gostaria de solicitar, antes de passarmos à parte reservada, que o Senador Rodolpho Tourinho lesse a mensagem referente ao Item 3, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Augusto Lindgren Alves para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina. Designo S. Ex^a Relator **ad hoc**, uma vez que havia sido designado o Senador Luiz Otávio para a tarefa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre escolha dos chefes de missão diplomática. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do interessado, do qual extraímos alguns pontos.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, ressaltamos os seguintes. Foi Chefe de Divisão da África, Chefe de Divisão das Nações Unidas, diretor-geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais e membro titular do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial. Bacharel em Direito pela Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, recebeu várias condecorações.

No que concerne ao país onde vai representar o Brasil, fazemos as seguintes observações.

O país é independente desde 1992. As relações bilaterais com o Brasil se encontram em nível bastante incipientes, havendo todo um caminho político, comercial e cultural a ser percorrido. Buscando a inserção internacional, o país balcânico, ainda padecendo dos males deixados pelos graves conflitos étnicos do anos 90, busca aproximar-se da União Européia. Sua admissão no Conselho da Europa, em março de 2002, foi, nesse sentido, importante e alvissareiro passo, credenciando-o, inclusive, como país aspirante a adesão às comunidades européias.

Ao buscar prover a sua estabilidade e independência política, a Bósnia-Herzegovina tem contado com apoio brasileiro no seio das Nações Unidas, onde reiteradamente temos propugnado por medidas de solução pacífica de controvérsias para a região. Essa atuação credenciou o Brasil para desempenhar papel mais relevante em suas relações com todos os Estados soberanos que emergiram da ex-Iugoslávia, esforço para o qual poderá agora contribuir, mercê de sua longa experiência e capacidade profissional, o Embaixador José Augusto Lindgren Alves.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Passamos, agora, à parte reservada, para que possam os embaixadores indicados ser arguidos pelos Srs. Senadores.

Peço a gentileza aos Senadores Rodolpho Tourinho, João Capiberibe e Cristovam Buarque de contarem os votos dos três embaixadores indicados. (Pausa.)

Reaberta a reunião, passamos agora à apuração dos votos.

Então, para as indicações do Embaixador José Viegas Filho para o Reino de Espanha, da SRA. Embaixadora Vitória Alice Cleaver para ser Embaixadora na Nicarágua e para o Embaixador José Augusto Lindgren Alves para ser Embaixador, cumulativamente, na República da Bulgária, mas também junto à Repúbli-

ca da Bósnia-Herzegovina, tivemos 13 votos a favor, para os três.

Portanto, os três estão aprovados. Nenhum voto contra, nenhum voto de abstenção.

Meus cumprimentos aos três.

Se quiserem, podem permanecer na sala da Comissão, embora tenhamos uma breve continuidade da nossa reunião.

O Senador Marco Maciel queria dar as boas-vindas ao nosso vice-Presidente, Marcelo Crivella, que acaba de voltar dos Estados Unidos, onde teve uma missão importante, oficial, de acompanhar o retorno de 51 brasileiros que estavam detidos...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Ex^a é Relator do item 4, é um voto de aplauso de autoria do Senador Arthur Virgílio à poeta austríaca Elfriede Jelinek, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, como V. Ex^a já leu, a ementa da proposta do Líder Senador Arthur Virgílio, na realidade o requerimento do referido Senador se volta para que seja dado um voto de aplauso à romancista e poeta austríaca Elfriede Jelinek, que foi ganhadora, este ano, do Prêmio Nobel de Literatura. Algo de destaque, pelo fato de ela ser uma mulher, e desde 1996 não haver a academia sueca contemplado nenhuma mulher com um prêmio semelhante. Ele também chama a atenção para o fato de que a ganhadora do Prêmio Nobel se trata também de uma pessoa que tem uma atuação muito forte na política austríaca.

O meu parecer, Sr. Presidente, por motivos óbvios, é favorável e a minha recomendação é no sentido de que a comissão aprove e, posteriormente, submeta ao Plenário e que seja consignado esse voto de aplauso a sua escolha para receber o Prêmio Nobel da Literatura de 2004;

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5:

O item 5 refere-se a um requerimento de minha autoria no sentido de que seja enviado ao Governo de Estado de Israel e à autoridade palestina manifestação do Senado para que esses dois governos dêem total apoio à iniciativa de Genebra, que também é inicia-

tiva tanto de israelenses quanto de palestinos, para a promoção da paz.

E pediria ao Senador Marcelo Crivella, como Relator *ad hoc*, que possa ler o parecer do Senador Flávio Arns e, ao mesmo tempo, concedo-lhe a palavra para que possa nos relatar sua viagem aos Estados Unidos para a finalidade que mencionei.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Embaixadora, querido amigo Ministro Viegas, a quem tenho a honra de parabenizar e pedir a Deus que V. Ex^a seja muito bem-sucedido na Espanha.

Em sua gestão à frente do Ministério da Defesa, V. Ex^a foi incansável, um exemplo para todos nós. Eu me surpreendi no dia que V. Ex^a foi ao meu gabinete – não é comum um Ministro ir ao gabinete de um Senador ou de um Deputado Federal – para mudarmos a Lei nº 97, de 1999, que tratava do treinamento e do emprego das tropas. E o projeto foi aprovado nesta Casa por 64 votos sem nenhum contra, e na Câmara dos Deputados por 348 votos e só 18 contra.

Tenho certeza de que V. Ex^a será uma estrela na Espanha representando o nosso Brasil. Estive lá com o Presidente Lula, que foi muito bem recebido. Eu me lembro de uma reunião com os empresários espanhóis onde todos tinham esperanças de que o Brasil se desenvolvesse e pudesse se inserir no comércio internacional como um grande *player*. V. Ex^a certamente será um vulto neste momento da vida nacional em que a nossa política econômica se baseia quase que exclusivamente no comércio exterior. Temos usado isso como nosso pivô central na política econômica.

Deus abençoe o Sr. Ministro!

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade que me deu de ir aos Estados Unidos acompanhar o retorno de brasileiros presos por imigração ilegal. Esse número cresce a cada ano e acho que deve nos preocupar ainda mais. Em 2003, o *Department of Homeland Security* divulgou o número de 5.200 brasileiros presos e deportados por imigração ilegal entrando pelo deserto da Califórnia, do Arizona e do Texas, atravessando o rio Grande do lado dos Estados Unidos e rio Bravo do lado do México, mas na verdade o rio é o mesmo. Esse número, em 2004, fechou em 8.840 brasileiros. Eles contam, para fim estatístico, de outubro a setembro, e fechou em setembro com 8.840. Em novembro, esse número chegou a 500. Isso nos assusta muito.

V. Ex^a, como economista, tem alertado o Governo sobre a necessidade de fazer uma política de pleno emprego. Há aqueles que dizem que o problema no Brasil não é de emprego mas de empregabilidade.

Olha, Ministro Cristovam Buarque, encontrei nas prisões americanas administradores de empresas, pessoas formadas em marketing, e um economista da Fundação Getúlio Vargas que chorou no avião que pegamos em Dallas. A maioria deles estava presa em Limestone...

O SR. (Orador não identificado) – De São Paulo ou do Rio?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Esse é paulista, mas a maioria é do leste de Minas, do Vale do Aço: Ipatinga, Governador Valadares. Alguns são goianos, agora aparece mais um pouco de pessoas de Rondônia, do Espírito Santo, da Bahia – está se diversificando –, do Sul, encontrei dois ou três de Santa Catarina. Resgatei duzentos, comigo vieram 51.

O momento mais triste para mim foi vê-los de uma maneira muito desumana, quando embarquei no voo da American Airlines, porque o governo americano dá para eles a roupa de qualquer um, a roupa que cabe. Na prisão, eles usam uma roupa de presos e a roupa que era deles e seus pertences são guardados, mas, no retorno, não há oportunidade de se escolher a roupa, não julgaram o meu pedido relevante. Esse rapaz, então, voltou com uma roupa que não lhe era adequada e, já no voo, muito triste, relatou-me a sua tristeza de ter lutado tanto e de ter acreditado que a educação seria o caminho mais efetivo para a sua realização profissional. Na verdade, isso foi uma miragem neste Brasil, que, hoje, tem 22 milhões de brasileiros desempregados – se considerarmos o subemprego e o desemprego, segundo os números do IBGE, temos hoje 22 milhões de desempregados.

Aliás, quero até registrar aqui uma atitude do Ministro Celso Amorim que achei fantástica: um livro que S. Ex^a nos encaminhou sobre os movimentos de emprego no mundo inteiro, quer dizer, os nossos embaixadores, na verdade, são as nossas antenas no mundo. E eles nos mandaram o mecanismo para a geração de emprego por parte dos governos do mundo – não tive tempo de ler todo o livro, mas o primeiro capítulo começa com o Embaixador Jorge, na África do Sul, contando as experiências do governo sul-africano para a geração de empregos; depois, vem o governo da Alemanha. O livro deveria ser um caminho para encontrarmos algo.

No prefácio, o Ministro Celso Amorim fala que, hoje, são poucos aqueles que acreditam – e que, talvez, nesses poucos, devemos nos incluir – que apenas o mercado seria suficiente para resolver o problema do emprego. As políticas neoliberais, principalmente na Europa, nos países de grandes populações, têm mostrado que elas não resolvem o caso do desemprego, principalmente nas gerações mais novas.

Sr. Presidente, esse é um alerta que faço aqui, porque o número de brasileiros que cresce, nas prisões americanas, por imigração ilegal – em 1994, foram 198 – caminha como um espelho do nível do desemprego aqui, no Brasil.

Para finalizar, quero lembrar a V. Ex^a e a este Plenário e a esta Comissão que essa imigração, nos *players* dela há os que perdem e os que ganham. Os que perdem são o Governo brasileiro – porque é evasão de divisas –, o povo brasileiro – pelo tempo que passam presos, pelo vexame, pelas tristezas e pelas marcas psicológicas que isso deixa –, e o governo americano, que tem que se responsabilizar pela prisão dos brasileiros lá e pelo retorno deles, o que não é barato.

Lembro que, só em janeiro deste ano, trouxemos mais de mil brasileiros em vôos fretados, e cada avião desse custa US\$300 mil, pagos pelo governo americano. Mas há os que ganham: são os coíotes. Esses ganham muito dinheiro. Os brasileiros pagam a eles cerca de US\$2 mil a US\$3 mil e, quando chegam lá, pagam mais US\$10 mil e conseguem passar. Mas ganham também, Sr. Presidente, os donos das prisões americanas, que são terceirizadas. O governo americano, por cada brasileiro que fica detido, paga US\$100 por dia. Portanto, mil brasileiros rendem aos detentores da concessão pública de presídios para imigrantes ilegais... mil brasileiros rendem US\$100 mil diariamente.

Portanto, esse tráfico de pessoas acaba tendo para certos **players** um lucro, porque, se passar, os coíotes receberão US\$10 mil pelo emprego que o brasileiro terá lá. Se não passar e for preso, ele vai render, em média, nos três ou dois meses em que fica na prisão, US\$100 por dia para os **contractors**.

Sr. Presidente, isso é uma coisa que precisamos investigar, porque é um tipo de escravidão moderna levar brasileiros para serem presos e permanecerem presos.

Brasileiros me relataram que estranhamente trocavam de prisão, iam de prisão em prisão, como se tivessem que repartir um (*inaudível*). Alguns brasileiros passaram por dez prisões; ficavam 15 dias em uma, 20 dias em outra. Isso é muito estranho.

Tudo isso faz parte do relatório que estou terminando e vou encaminhá-lo ao Ministro Celso Amorim, a V. Ex^a e à Polícia Federal.

Termino, então, Sr. Presidente, agradecendo esta oportunidade que V. Ex^a me deu de ir lá e representar a nossa Comissão.

Aliás, temos que fazer o relatório. Pediria a nossa Secretária (Pausa.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a iniciativa de Genebra, israelenses e palestinos fizeram um apelo pela paz.

Item 5:

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Relator: Senador Flávio Arns. Eu sou o Relator **ad hoc**.

Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Pelo exposto, por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do requerimento, que requer seja enviado ao governo do Estado de Israel e à Autoridade Palestina a manifestação do Senado Federal para que esses dois governos deem total apoio à iniciativa de Genebra.

Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Cristovam Buarque, gostaria de fazer aqui um agradecimento à Sr^a Maria Lúcia Ferreira de Melo, Secretária desta Comissão e a sua equipe: Anna Henriqueta Peres, Bruna Guimarães, Paulo Guzzardi, Elaine Tiemi Mori, José Neves, Valdeci de Castro Barbosa, que colaboraram para o sucesso de nossos trabalhos.

Agradeço a presença de V. Ex^{as}.

Com a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, não poderia perder a oportunidade de agarrar parte da fala do Senador Marcelo Crivella para trazer um assunto que talvez esta Comissão pudesse abraçar.

Felizmente, há Senadores, como o nosso amigo Marcelo Crivella, que briga pelos nossos brasileiros residentes fora; mas, precisaríamos que isso fosse feito permanentemente aqui. Para tanto, pedi à Assessoria que fizesse um estudo – e está pronto –, então, a idéia é que também o Brasil, como a Itália, a Espanha e Portugal, tenha Parlamentares eleitos pelos três milhões de brasileiros que vivem no exterior. Tendo em vista esse número, se fosse um Estado brasileiro, daria de oito a dez Deputados. Sr. Presidente, eu não defendo um número tão elevado. Mas entendo que está na hora de que o Brasil assumir que se transformou em um País de emigrantes, não mais de imigrantes. Portanto, os brasileiros, lá fora, não têm quem os represente, a não ser nossos embaixadores na função administrativa, mas não na função política. É preciso que tenhamos

leis voltadas para essas pessoas que vivem fora do País – filhos, netos. A Itália, Portugal e Espanha têm parlamentares. Acredito que chegou a hora de o Brasil pensar nesse assunto, Senador Marcelo Crivella.

Sr. Presidente, tenho todo o estudo pronto no sentido da criação dessa representação. Gostaria, talvez, ao invés de apresentar esse estudo, trazê-lo a Comissão para pensarmos nessa possibilidade. Isso foi estudado pelos nossos Assessores e Consultores, que fizeram toda uma análise acerca da constitucionalidade. Claro que precisa de uma reforma na Constituição.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a considerasse isso não como uma contribuição de um Senador isolado, mas de toda a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também é minha a preocupação de V. Ex^a.

A iniciativa é ótima, Senador Cristovam Buarque. Primeiramente ela pode ser estudada por nós e, eventualmente, ser objeto de iniciativa de V. Ex^a como um projeto de lei ou a iniciativa que for, mas respaldada pela Comissão.

Tendo em vista as observações do Senador Marcelo Crivella, que algum tempo atrás, juntamente com o Senador Hélio Costa, estiveram acompanhando os brasileiros que estavam detidos nos Estados Unidos, e agora, mais uma vez, esta missão. Temos mais elementos sobre a gravidade desses problemas.

Ressalto a importância de transmitirmos isso às autoridades dos Estados Unidos da América, que gostariam muito – de acordo com a palavra deles – que participássemos da Área de Livre Comércio das Américas a partir de janeiro de 2005, com o propósito de que haja livre circulação de bens e serviços e do capital através das fronteiras das Américas. Entretanto, a mesma liberdade que desejam para bens e serviços e para o capital não desejam para os seres humanos, que são mais importantes.

Gostaria de propugnar que, para haver integração, precisamos pensar no direito dos seres humanos das Américas de se locomoverem através de nossas fronteiras. Temos dado passos muito importantes, por exemplo, no âmbito do Mercosul e, agora, mais e mais, com os países andinos, no sentido de facilitarmos em muito o ingresso de argentinos, paraguaios e uruguaios em nossas fronteiras e de brasileiros naqueles países. Desburocratiza-se, inclusive, a mobilidade de chilenos, bolivianos e equatorianos, para virem ao Brasil: já não há mais necessidade de passaporte e visto, basta a carteira de identidade.

Isso facilita, mais e mais, que brasileiros possam trabalhar nesses países e vice-versa, enquanto os Estados Unidos, que tanto aplaudiram a queda do Muro de Berlim e sugeriram a Israel que não fizesse o

muro da Cisjordânia, em contraposição a esse movimento, erigiram aquele muro que V. Ex^a foi ver mais uma vez, ao sul da fronteira dos Estados Unidos com a América Latina, com esses problemas que V. Ex^a acaba de nos relatar.

Quero dizer quão importante será que esta Comissão estude esses assuntos o quanto antes. Inclusive, Senador Cristovam Buarque, essa proposição pode ser objeto da atenção da subcomissão desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que se dedica ao estudo de problemas de brasileiros no exterior, da qual fazem parte os Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa.

Acredito que esta seja a última reunião deste período legislativo. Haverá a eleição de um novo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Por força do Regimento, necessariamente lhe passarei o encargo, ocasião em que farei um breve relato das nossas atividades nesses dois anos em que presidi a Comissão, agradecendo a atenção de todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h18min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, realizada no dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, com a presença dos Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, LUIZ OTÁVIO, DUCIOMAR COSTA, JOÃO CAPIBERIBE, RODOLPHO TOURINHO e HÉLIO COSTA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A reunião destina-se a instalação da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior e a eleição do Presidente e do

Vice-Presidente desta Subcomissão criada por meio dos Requerimentos nºs 04 e 11, de 2003/CRE, aprovado em quinze de maio do corrente, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana. A chapa registrada indica o **Senador Marcelo Crivella** para **Presidente** e o **Senador João Capiberibe** para **Vice-Presidente**. O Senhor Presidente encaminha a votação e anuncia a aprovação dos indicados por quatro votos. O Senhor Presidente convida os Senadores eleitos a comporem a mesa passando a palavra ao Senador **MARCELO CRIVELLA** que submete o nome do **Senador Rodolpho Tourinho** para ser o **Relator da Subcomissão**. Passa-se a segunda parte da reunião. O Senhor Presidente apresenta o **(Item um) Requerimento N° 01, de 2003/SSPCBE**, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e João Capiberibe, que “requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada Moção de Aplauso à Embaixada do Brasil na Grã-Bretanha, com especial destaque para o Embaixador José Maurício Bustani, pelo êxito das negociações com o Ministério do Interior Britânico (Home Office) para o repatriamento de brasileiros daquele País”. Discutiu o Requerimento o Senador **HÉLIO COSTA**. Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA e RODOLPHO TOURINHO**. Ao término das explanações, a Presidência consigna duas proposições: **Item dois** – Requerimento N° 02, de 2003/SSPCBE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, “nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, expedição de convite ao Embaixador Antônio Manuel Canastreiro Franco, Embaixador de Portugal no Brasil, para participar da reunião da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, em data a ser agendada”. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item três** – Requerimento N° 03, de 2003/SSPCBE, de autoria do Senador João Capiberibe, que propõe a criação de um site na Internet, a fim de facilitar a comunicação entre os brasileiros que vivem no exterior e sua pátria. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **JUVÊNIO DA FONSECA e HÉLIO COSTA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, realizada no dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da primeira sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão criada por meio dos Requerimentos nºs. 4 e 11 de 2003, aprovados em 15 de maio de 2003, de autoria dos Srs. Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana, respectivamente.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente da Subcomissão, o Sr. Senador Marcelo Crivella; para Vice-Presidente o Sr. Senador João Capiberibe.

Sobre a mesa, encontra-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas na chamada nominal para votação.

A votação será secreta na medida do possível. Passamos à chamada de votação.

(Procede-se à votação.)

Por unanimidade, com quatro votos cada um, foi eleito como Presidente o nobre Senador Marcelo Crivella e como Vice-Presidente o nobre Senador João Capiberibe.

Antes de passar a Presidência para o nobre Senador Marcelo Crivella, gostaria de exaltar a iniciativa dos nobres Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana. Nós, nobre Senador, entendemos, também, que os brasileiros que estão no exterior – aproximadamente 2 ou 3 milhões – precisam ou necessitam de proteção. Eles têm que sentir segurança, principalmente da ação efetiva do seu País. Quantos estudantes, quantos trabalhadores, quantos empresários que estão lá fora para buscar um lugar ao sol na vida, mas, às vezes, a experiência não é das melhores. Em sendo assim, é preciso que o nosso País tenha condições de dar o amparo necessário aos nossos irmãos compatriotas que se encontram lá. Portanto, a minha satisfação é muito grande.

Aplaudo a iniciativa de V. Ex^a e do nobre Senador Tião Viana, tanto assim que a votação foi por una-

nimidade, elegendo V. Ex^a como Presidente e o nobre Senador João Capiberibe como Vice-Presidente.

Em razão do resultado da eleição, passo a Presidência a V. Ex^a. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Gostaria de agradecer ao ilustríssimo Sr. Senador Juvêncio da Fonseca por ter presidido essa reunião, agradecer meus companheiros que votaram e confiaram em meu nome, ao Senador João Capiberibe, pedir a Deus que nos ajude nesta missão, que, como disse o Senador Juvêncio da Fonseca, é muito importante para os brasileiros que estão vivendo no exterior, longe da sua pátria e, muitas vezes, desamparados. São eles a maior fonte de recurso para o nosso País em divisas externas. É bom ressaltar isto: não conseguimos vender de soja, de minério de ferro, de aviões, tecnologia, os cinco bilhões que esses brasileiros que vivem no exterior enviam anualmente para o nosso País. É importante que eles sejam muito bem tratados.

Gostaria, também, de submeter a esta nossa Subcomissão o nome do Senador Rodolpho Tourinho para ser o Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Então, Senador Rodolpho Tourinho fica nomeado como Relator da nossa Subcomissão.

Neste primeiro momento da nossa Subcomissão, gostaria de colocar em votação um requerimento de minha autoria, juntamente com o Senador João Capiberibe, para uma moção de aplauso à Embaixada do Brasil na Grã-Bretanha, com especial destaque para o nosso Embaixador José Maurício Bustani, pelo êxito das negociações com o Ministério do Interior britânico, para o repatriamento de brasileiros daquele país.

Acompanhamos no noticiário a angustiada situação dos brasileiros que estavam detidos pelas autoridades policiais britânicas, aguardando sua deportação para o Brasil. E o Senador João Capiberibe tem uma frase muito feliz quando diz que a globalização que abre nossos mercados a potências estrangeiras deve ser também a globalização do emprego, da oportunidade, do respeito às pessoas que migram em busca de uma vida melhor.

Portanto, essa deportação para o Brasil teve, senão um final feliz, pelo menos uma forma digna e respeitosa para com nossos patrícios, que se encontravam, segundo as autoridades de emigração, em situação irregular na Inglaterra. Graças às gestões do nosso Embaixador José Maurício Bustani, foi recusada a solução britânica de deportar 94 emigrantes brasileiros, que estariam trabalhando legalmente

naquele país, num vôo **charter** da British Airways, com pouso previsto para o aeroporto de Guarulhos.

Tal providência foi considerada humilhante para os brasileiros, que não são marginais ou criminosos, mas trabalhadores – e muitos deles iludidos pelo típico sucesso financeiro nas nações ditas de primeiro mundo.

Aqui chegando daquela forma, aí sim seriam marginalizados e com dificuldades de reingressar no mercado de trabalho. A nossa Embaixada em Londres, tendo à frente o ilustre Embaixador Bustani, conseguiu que o repatriamento seja feito em vôos comerciais, de modo gradual.

Assim, na madrugada do dia 18 último, aqui chegaram os primeiros 23 brasileiros, tendo sido previsto a saída, no dia seguinte, de mais 26, ficando os restantes para a data ainda a ser marcada.

Quero, por isso, expressar os nossos regozijo e aplauso desta Comissão, em nome do Senado Federal, pelo excelente trabalho do nosso Embaixador ao prestar essa relevante ajuda aos nossos irmãos, em um momento tão difícil de suas vidas, propondo que seja encaminhada àquela Embaixada a presente moção.

Em discussão em nossa Subcomissão essa moção de minha autoria e do Senador João Capiberibe.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, associe-me à mensagem apresentada por V. Ex^a e pelo Senador João Capiberibe. Essa é a missão dos nossos diplomatas no exterior. Mesmo em situações adversas e difíceis, como é o caso de um ligeiro desentendimento – vamos colocar assim – entre serviços de imigração e departamento consular do nosso País, o diplomata brasileiro tem de agir e agir sempre em defesa do cidadão brasileiro. Essa é a maneira como o Brasil tem de agir.

No passado, essas coisas eram um pouco relegadas ao esquecimento e não tinham tratamento adequado. São inúmeros os casos, no exterior, de total e completo abandono, no passado, de cidadãos brasileiros em situações adversas. No entanto, vejo que a política do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty está mudando e mudando para melhor. O cidadão brasileiro, em qualquer circunstância, tem de ter o apoio do serviço consular.

Há 20 anos, eu viajava, permanentemente, pelo mundo. V. Ex^a, que conhece a África, sabe as dificuldades de um cidadão brasileiro viajar por aquele país. Imagine há 20 anos, quando não tínhamos telefonia celular, internet, quando uma ligação telefônica de um país como Uganda para o Brasil se completava, às vezes, em uma semana? Naquela época, eu costumava dizer que, sempre que havia alguma dificuldade

no exterior, eu procurava o consulado da Inglaterra porque, na embaixada ou no consulado da Inglaterra, nunca me perguntavam se eu era brasileiro, inglês ou de algum país da Comunidade Britânica de Nações. Eles sempre me atendiam e, depois, perguntavam-me de onde eu era.

Por essa razão, faço essa ressalva. Na verdade, o serviço consular inglês é primoroso em todos os sentidos. Esse incidente, por menor que seja, teve um tratamento adequado tanto da parte das autoridades inglesas, quanto, principalmente, do serviço consular brasileiro.

A cada dia que passa, o entendimento de que o cidadão no exterior precisa e deve ter o apoio do Governo brasileiro, das autoridades brasileiras e, principalmente, do corpo consular cada vez vai-se firmando mais.

Parabéns a V. Ex^a e ao Senador João Capiberibe pelo documento que apresentam.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento será encaminhado à Secretaria para seguir destino à Inglaterra, ao nosso consulado em Londres.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Parlamento deve ter uma relação com os brasileiros que, hoje, vivem no exterior. As causas dessa emigração já as conhecemos, em função da globalização dos mercados e das restrições dos postos de trabalho em nosso País.

O Brasil é um país que recebia imigrantes até a década de 70. Temos uma sociedade fortemente composta por imigrantes europeus, escravos africanos e índios. A partir da década de 90, os brasileiros tiveram de deixar seu País para buscar oportunidade de trabalho fora. Minha preocupação, nesta Subcomissão, é estabelecer uma comunicação com esses brasileiros. Hoje, diferentemente dos anos 70, as comunicações são ágeis e nos permitem acompanhar o que acontece com os brasileiros espalhados pelo mundo.

Sugiro que criemos, nesta Subcomissão, até para que o Parlamento tenha contato direto, um sítio da Subcomissão, na Internet, e que esse endereço seja distribuído a todos os Consulados e que chegue a todos os brasileiros, para que possamos receber

informação a respeito da situação em que vivem no exterior. Esse é um bom começo, eu diria, para estabelecer uma comunicação inicial, e, a partir daí, os brasileiros que vivem no exterior poderão sentir-se com uma representação no Parlamento brasileiro, e poderemos então estabelecer alguns intercâmbios e sugerir algumas idéias no sentido de ajudar esses milhões de brasileiros que estão submetidos a esse exílio econômico, muito diferente do exílio político. Porém, nenhum cidadão deixa a sua comunidade de origem, a não ser por razões de sobrevivência. O ideal do ser humano é nascer e crescer na sua comunidade de origem, mantendo as suas relações construídas na família e na sociedade. As pessoas migram ou deixam suas comunidades de origem em geral movidas por necessidades econômicas, portanto, trata-se realmente de exilados econômicos, pois o nosso País não lhes ofertou a oportunidade de aqui viverem e, infelizmente, tiveram que deixá-lo.

Penso que a idéia do Senador Marcelo Crivella, da criação da Subcomissão, exatamente nos permite restabelecer um elo político de comunicação com esses brasileiros, e um sítio na Internet, de imediato, nos permitiria receber e transmitir informações, inclusive comunicar dessa reunião de hoje, que talvez fosse a primeira informação do nosso sítio da Subcomissão, na Internet. A partir daí, seguidas algumas idéias do Presidente desta Comissão, teremos oportunidade de discutir e debater algumas ações conjuntas com brasileiros no exterior. A contribuição desses brasileiros, de mais de dois bilhões de dólares às famílias que aqui ficaram, é muito importante, mas tenho certeza que esse dinheiro não supera a distância em que vivem um dos outros. Portanto, podemos estabelecer, com essas famílias que vivem no Brasil e com os que estão no exterior, um conjunto de sugestões, e, a partir do momento que tenhamos comunicação direta com eles, poderão ter comunicação com a família, e, além da importância do dinheiro que mandam, que é fundamental para o nosso País, poderemos sugerir alguns projetos de apoio às famílias que estão no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar um dado, até estatístico, com relação à fala do Senador João Capiberibe e à proposição de V. Ex^a.

Tendo convivido no exterior, durante quase 18 anos, com os brasileiros que vivem em Nova York, em Londres e em Paris, que foram os locais onde permaneci trabalhando por mais tempo, encontrei uma informação curiosíssima. Os brasileiros não saem do Brasil, como outros povos saem dos seus países, para

se estabelecerem em outras terras, permanecerem e constituírem suas famílias. Os brasileiros saem do País por uma oportunidade momentânea, mas estão sempre sonhando em voltar e, na realidade, sempre voltam. Passei 18 anos entre a Europa e os Estados Unidos, viajando pelo mundo inteiro, e todos os brasileiros que encontrei estavam sempre me dizendo que estavam fazendo os planos finais para retornarem um dia, voltarem ao Brasil, ao contrário de outros povos que vieram para o nosso País para aqui se estabelecerem.

O que me traz um pouco de ressentimento, neste momento, é o tratamento que brasileiros têm em Portugal, porque durante anos, décadas, o Brasil recebeu os portugueses que vieram ao País para ter sua oportunidade, para constituir suas famílias, deixando as terras de além-mar para se estabelecerem no nosso País, com o maior carinho, até porque reconhecemos o talento do povo português e sua contribuição à cultura da nossa linguagem, da nossa gente. De repente, quando os fatos mudam economicamente, nesse instante em que o Brasil procura, principalmente com seus jovens, uma opção, uma oportunidade lá fora, notadamente em português, por causa da língua que é comum, os nossos brasileiros são tratados de forma estranha, às vezes até com ironia, outras vezes com maledicência. Essa situação precisa ser acertada, Sr. Presidente.

Já discutimos essa questão dos imigrantes brasileiros que vão a Portugal, mas, lamentavelmente, nunca chegamos a um bom acordo, a um bom entendimento. Se somos países irmãos, se somos nações irmãs, se sequer exigimos os vistos de entrada e de saída dos nossos cidadãos, é importante estabelecer o princípio de igualdade dessa cidadania.

Eventualmente, esta Subcomissão deverá deparar-se com esse assunto, que é delicado, sim, por se tratar de Portugal, um país amigo, hoje um dos mais importantes investidores no Brasil. Porém, precisamos abordar o tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador Hélio Costa, tendo em vista o pronunciamento de V. Ex^a, acredito que podemos colocar em votação a vinda do Procurador Alexandre Schelb a esta Subcomissão, para falar sobre a situação.

Também deixo consignado, neste momento em que tratamos do assunto dos brasileiros em Portugal, que participei de uma Comissão Parlamentar, em meados de junho, que pouco progresso teve. Fomos recebidos muito friamente na Assembléia da República, e os Parlamentares não nos acenaram com esperança. Na segunda vez em que estive lá, com o Presidente Lula, notamos que houve algum progresso. A reivindicação para que os dez mil brasileiros ilegais não tivessem de

vir ao Brasil aplicar vistos de trabalho foi parcialmente atendida. Eles aceitaram que os brasileiros validassem o visto na Espanha, mas depois de o Presidente Lula ter sido muito incisivo. Participei dessa reunião. Estavam sentados do outro lado da mesa o Sr. Primeiro-Ministro Manoel Durão Barroso e seus Ministros, que relutaram. Depois de aceitarem assinar o acordo naquele dia, o nosso Ministro das Relações Exteriores, que foi muito firme na reunião, impôs, de maneira diplomática, mas com muita veemência, que o Sr. Primeiro-Ministro fosse aos jardins do palácio onde estávamos e desse uma entrevista coletiva à imprensa. Naquela ocasião, o Ministro das Relações Exteriores disse: “Sr. Primeiro-Ministro, os brasileiros, quando vão aos órgãos consulares para tirarem algum documento ou aplicarem o visto de trabalho, não se encontram com V. Ex^a. Portanto, é fundamental que V. Ex^a dê uma entrevista sobre esse acordo que está sendo assinado para que a situação melhore”.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, primeiramente, resalto ser muito importante e muito própria a consideração do Senador Hélio Costa. Também considero essencial a convocação do Procurador.

Gostaria de sugerir, na linha desses esclarecimentos, que fosse discutido esse problema referente aos brasileiros em Portugal. Aliás, tivemos a oportunidade de abordar esse assunto com o Sr. Embaixador português no Brasil, mas proponho a vinda do Embaixador português, a fim de esclarecer esse aspecto. Não diria que S. Ex^a mostrou-se preocupado, mas nos pareceu considerar o tema importante, estando disposto a discutir o assunto, com uma visão um pouco diferente da minha, porque, de certa forma, tudo já estaria resolvido. Porém, pensamos que não o está. Então, considero muito própria a vinda do Embaixador português e apresentaria o requerimento nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A Presidência consignou sua proposição. Já há, então, pauta a ser analisada.

Em discussão o requerimento do Vice-Presidente João o Capiberibe, para que venhamos a fazer um **site** na **Internet**, a fim de que os brasileiros que vivem no exterior possam-se comunicar conosco. É um requerimento da maior relevância, extraordinária. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão o requerimento do Exmo. Sr. Senador Rodolpho Tourinho, visando convidar o Embaixador Antônio Franco, de Portugal, a vir a esta Subcomissão em data a ser marcada, para esclarecer como andam as negociações, os avanços e os resultados da visita do nosso Presidente e nosso Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Manoel Durão, a Portugal, a fim de que possamos tomar as providências necessárias. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– É sabido que nossa rede consular e diplomática não passa por momentos financeiros bons. Naturalmente, o propósito da Subcomissão de amparo aos nossos irmãos brasileiros no exterior depende também de disponibilidade financeira, o que é de fundamental importância.

Sugiro que haja esforço da Subcomissão junto à Comissão para que se ofereçam ao Orçamento da União recursos a serem alocados nas Embaixadas e nas unidades consulares. Seria preciso verificar tecnicamente como seriam esses recursos, que seriam alocados especificamente para os atendimentos emergenciais dos nossos brasileiros migrantes. É uma medida interessante, porque deixar um cônsul ou um brasileiro que vive no exterior em desamparo financeiro ou com problema social é realmente dramático. Então, alcançarmos alocação de recursos com emenda de Bancada nesse sentido seria bastante proveitoso.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não podemos esquecer, Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Marcelo Crivella e Senador João Capiberibe, os mortos. Sempre nos lembramos de proteger os vivos no exterior, e nos esquecemos dos que morreram no exterior. Quando morre um brasileiro lá fora, ninguém sabe quem enviará o corpo. O Consulado brasileiro alega que não tem dinheiro. Além disso, a família não tem condições de trazer o corpo. Os amigos, se, de fato, são amigos “fazem uma vaquinha”, como se diz na gíria, destinada a transportar o corpo do brasileiro que morre no exterior. Então, a lei tem que prever essas

coisas. O orçamento do Ministério tem que ter esses espaços para atender a fatalidades, eventualidades e surpresas. Aconteceu uma coisa. Como vamos lidar com essa situação, inclusive nessa questão. Já suscitei este assunto aqui. Já passei por uma situação semelhante, conforme V. Ex^a deve-se lembrar da descrição que fiz na Comissão. Morreu uma pessoa que eu nem sequer conhecia e acabei tendo de cuidar de todas as questões relacionadas com sua morte, porque a autoridade brasileira se esquivou, a autoridade local não tinha nenhuma responsabilidade sobre o caso e os amigos daqui tiveram que socorrê-lo.

Portanto, o Governo, por meio do Senado, deve estabelecer critérios dentro do Orçamento do Ministério das Relações Exteriores, prevendo essas situações. É importantíssimo que se faça isso. Parabéns, Senador!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Quando usei da palavra, falei de “emenda de Bancada”. Não é emenda de Bancada, mas de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Gostaria de submeter a votação essa proposta do Senador Juvêncio, que considero da maior importância.

Eu comentava com o Senador João Capiberibe justamente sobre os 5 bilhões que os brasileiros remetem do exterior para cá, que acabam beneficiando, claro, suas famílias, mas principalmente nosso Banco Central, que acaba colocando 10%, 11% desses valores, em média, nas contas do Tesouro, sem causar benefício direto a esses brasileiros, que são a origem desses recursos. Portanto, essa proposta do Senador Juvêncio da Fonseca é da maior importância e já está colocada na pauta para que, como Subcomissão, possamos conversar com nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, e apresentar uma emenda no Orçamento da União para prever um reforço nessas verbas, inclusive, no traslado dos brasileiros que morrem no exterior.

Senador Hélio Costa, hoje me lembrava de V. Ex^a, quando lia sobre o avião, a aeronave da Presidência da República, que irá buscar o corpo do nosso representante da ONU em Bagdá, que será velado no Brasil e depois sepultado na Espanha. Não tenho nada contra isso, fiz um pronunciamento da admiração que nutro por ele, mas é que outros brasileiros não têm sequer o envio de seus corpos num mero caixão, para serem enterrados por seus familiares.

Nossa Subcomissão vive hoje um dia glorioso, porque, já no momento de sua instalação, temos uma pauta de trabalho profícua, inteligente, prática. Tenho certeza, que se alcançarmos nosso objetivo, muito faremos pelos brasileiros que vivem no exterior.

Se nenhum dos demais integrantes desta Subcomissão deseja usar da palavra ou acrescentar alguma outra sugestão ao requerimento, damos por encerrada esta primeira reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h44min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Subcomissão Permanente da Amazônia, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e trinta minutos.

Às onze horas e trinta minutos do dia dez de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **MARCO MACIEL**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE**, **FÁTIMA CLEIDE**, **VALDIR PAUPP**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **SIBÁ MACHADO** e **MARCO MACIEL**. Compareceu, ainda, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, não-membro desta Subcomissão. Deixam de comparecer os demais membros desta Subcomissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A reunião destina-se à Audiência Pública com a presença dos representantes do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico: Gerardo Saavedra, Representante do Peru e Presidente do Grupo; Ana Lúcia Rey, Congressista da Bolívia; Rolo Sanmartín Iñiguez, Congressista do Equador; Luis Araña Cedeño, Congressista da Venezuela; Víctor Leon, Congressista da Venezuela e Idelfonso Sosa De Mendez, Congressista da Venezuela. O Senhor Presidente dá as boas vindas ao grupo e passa a palavra aos Senhores: **GERARDO SAAVEDRA**, Senador **SIBÁ MACHADO** e Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. Faz uso da palavra para proferir uma sugestão o Senador **JOÃO CAPIBERIBE** que sugere que sejam realizadas

reuniões nas regiões amazônica com a presença dos senhores parlamentares. Retomam-se as exposições, com uso da palavra dos Senhores: Senador **AUGUSTO BOTELHO**, Diretor **MARCOS AFONSO**, Senador **MARCO MACIEL**, **LUIS ARAÑA CEDEÑO**, **VÍCTOR LEÓN**, **ROLO SANMARTÍN IÑÍGUEZ** e **ANA LÚCIA REY**. O Senhor Presidente renova os votos de boas vindas ao grupo e tecendo algumas considerações, encerra a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião.

Senador **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Quinta Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Subcomissão Permanente da Amazônia, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro aberta a reunião da Subcomissão da Amazônia. Convido para integrar a mesa o Sr. Gerardo Saavedra. (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos reunidos hoje para receber uma Delegação de Parlamentares dos países vizinhos, que têm à sua frente o Deputado Gerardo Saavedra, Presidente do Parlamento Amazônico. Os Senhores Congressistas integram um grupo chamado Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico, que está desativado. Como Subpresidente desta Comissão, dou as boas-vindas aos Srs. Parlamentares, saudando com muita efusão a presença deles aqui, que vêm ao encontro de um desejo que é de todos nós e que manifestei há algum tempo à Dr^a Rosalía Arteaga, que é Secretária Executiva da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Manifestei a ela essa aspiração dos Parlamentares brasileiros, especificamente dos Senadores, para que, no âmbito do Tratado, houvesse um maior intercâmbio entre os Parlamentares amazônicos. Dizia a ela, e vou repetir agora, que em meus dez anos como Senador – já estou no segundo mandato; aqui o mandato de Senador é de oito anos – dez anos de Senado e nunca até então, ao que me lembre, tinha apertado a mão de um Deputado boliviano ou de um Senador equatoriano. E somos vizinhos! Sou do Estado do Amazonas, de Manaus, Estado fronteiro com o Peru, com a Colômbia e com a Venezuela, e, em dez anos de Senado, nunca tive proximidade física com nenhum Parlamentar daqueles países, o que é realmente inaceitável. Vivemos de costas uns

para os outros estando tão próximos e tendo em plena vigência um Tratado de Cooperação Amazônica, que só agora está saindo do papel. De forma que a presença dos Senhores aqui é um passo importante. Que não fique como algo excepcional, que se torne uma rotina essa troca de impressões, de correspondências e de contatos físicos com delegações daqui para lá e de lá para cá. Creio que isso vai ajudar muito no processo político que irá tornar efetiva a execução da OTCA.

Sejam bem-vindos, portanto, Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Gerardo Saavedra.

O SR. GERARDO SAAVEDRA –
(Pronunciamento em castelhano.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Antes de franquear a palavra, quero corrigir uma falha minha, suprida pelo Deputado Saavedra, que foi de não ler a relação dos Parlamentares visitantes, que são: Ana Lúcia Reys, da Bolívia; Rolo Sanmartín Iñiguez, do Equador; e três da Venezuela, Luiz Acuña Cedeño, Víctor León, Idelfonso Soso de Mendes. Desculpem-me a falha.

Está franqueada a palavra.

Com a palavra o Senador Sibá Machado, do Estado do Acre, vizinho ao Peru.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, por conta de tantas comissões de que estou fazendo parte hoje, terei de ser muito rápido porque precisam de mim numa delas, porque sou relator de matérias.

Quero, em primeiro lugar, saudar nossos visitantes, desejar as nossas boas-vindas, parabenizar pela iniciativa de também nos provocar para a continuidade. Saudar aqui um colega acreano, Professor Marcos Afonso, que representa o Brasil no OTCA – Secretariado da OTCA -, que foi eminente Parlamentar nosso, Deputado Federal pelo Estado do Acre, no Congresso Nacional. Estender nossas boas-vindas ao nosso companheiro.

Queria só lembrar, ouvindo as palavras do nosso Presidente, Gerardo Saavedra, que realmente quando falamos de Amazônia, uma das bacias hidrográficas mais citadas do Planeta Terra, provavelmente em qualquer reunião do mundo onde se comente é possível que as pessoas lembrem e façam referências.

Quando tratamos de relações comerciais, infelizmente, a Amazônia é tratada de forma absurda. Se tratarmos de relações culturais, aí é nenhuma. A solidariedade ainda peca muito, Sr. Presidente.

Queria imaginar que uma iniciativa do Parlamento pudesse interceder, contribuir, para mediar, não sei se conflitos, mas negociações saudáveis no

que diz respeito sim ao crescimento econômico da nossa Região.

Juntamente com isso, podemos estar tratando aqui da solidariedade entre esses povos e que as nossas relações culturais sejam cada vez mais fortes também.

Quando olhamos para o Brasil, para o mapa do nosso País, todos os conceitos econômicos dão como o Sul, Centro-Sul do País extremamente elevado economicamente, determinando a política do nosso País, determinando acho que quase tudo sobre tudo; a Região Nordeste, a região dos pobres; e a Região do Norte, a região desabitada.

Pude ouvir uma vez um pronunciamento de V. Ex^a, Senador Jefferson Péeres, explicando a necessidade de a Amazônia ser sim uma região pouco habitada, porque o modelo de desenvolvimento não cabe uma ocupação em massa, como assim assistimos em outras regiões do Brasil e até do mundo.

É claro que olhando para o conceito da Biologia, onde está a fonte do alimento está a maior presença dos que a procuram. Então, se a Amazônia se reporta como esse lugar onde temos reservas de muitas ordens, minerais, florestais, da biodiversidade, que vai ajudar em tantas pesquisas, e principalmente como os comentários que agora começamos a assistir que é a importância dos recursos hídricos daquela região.

Então se cada País tiver que decidir o seu desenvolvimento, se cada País tiver que decidir sobre a sua vida, sem levar em conta que somos membros da mesma bacia, podemos estar premiando a vida de outros. Então vamos supor que o Brasil decida um determinado tipo de aproveitamento destes recursos, tanto florestais, como o que é mais citado, quanto os hídricos sem levar em consideração os outros. Imaginemos se o Peru, o Equador e a Venezuela, as principais nascentes que alimentam o rio nosso grande Amazonas, e essas nascentes vierem a ser extintas a alimentação do rio. Então podemos estar premiando o futuro da humanidade a partir deste lugar. Se for verdade, faltam-me esclarecimentos técnicos, que a nossa Amazônia contribui para o equilíbrio também da emissão de oxigênio para a nossa atmosfera.

Por todas essas razões, somos obrigados a tratar dessa matéria coletivamente. Embora até a gente nem se goste, mas somos obrigados a conviver juntamente. Como aqui esse assunto não vem a calhar, estamos aqui porque também nos gostamos, nos respeitamos. Quero dizer para V. Ex^a que fico até emocionado com a iniciativa da reunião de hoje, e dizer que acho que o Parlamento brasileiro tem essa obrigação e tem até essa dívida de participar ativamente da constituição, não digo reconstituição porque já existe, mas da con-

stituição e de fato colocar a representação do Parlamento Amazônico em todos os fóruns de decisões que dizem respeito principalmente à malha de investimentos prevista para a infra-estrutura de integração dessa importante região, não só no âmbito do nosso continente, mas no que diz respeito até para uma nova ação que vai ser a Alca, que vai tratar com certeza de muitas relações econômicas e não vejo em muitos momentos deste debate a integração, a solidariedade entre esses povos, das relações culturais e, principalmente, da defesa desse importante bioma desse Planeta.

Muito obrigado. Sejam bem-vindos os nosso convidados.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra A SRA. Fátima Cleide, Estado de Rondônia, fronteira com a Bolívia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, quero saudá-lo, saudar o Deputado Gerardo Saavedra, Presidente do Parlamento Amazônico, saudar todos os Parlamentares nossos vizinhos e irmãos aqui presentes e também aproveitar para fazer uma saudação especial ao companheiro Marcos Afonso, figura muito importante hoje no Secretariado da OTCA.

Faço minhas as palavras do meu Companheiro Sibá Machado, sou de um Estado fronteiro com a Bolívia e do ano passado para cá tive oportunidade de estar duas vezes com Parlamentares bolivianos, uma em Santa Cruz de La Sierra, quando acompanhamos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reunião da Cumbre e outra em Cubirra, onde tive, inclusive, a satisfação de estar com a Deputada Ana Lúcia Reys. Nessas duas ocasiões percebemos uma grande e enorme vontade dos Parlamentares de reativar o Parlamento Amazônico, de termos uma integração muito maior. Penso que o Senador coloca com relação à solidariedade é ponto fundamental para a nossa integração. Semana passada mesmo, tive oportunidade de presenciar um fato que me entristeceu muito. Nós, que moramos na fronteira com a Bolívia, temos o testemunho que na Bolívia se tem uma gestão dos parques ambientais formidáveis, respeito às leis, uma gestão que é participativa também não apenas pública, é uma gestão privada também. Semana passada, tirei três dias para descansar após um longo período eleitoral e fui ao rio Guaporé, que faz divisa dos Estados de Rondônia e Mato Grosso com a Bolívia, e pude constatar que o modelo de desenvolvimento colocado para os Estados de Rondônia e Mato Grosso está acabando com o rio Guaporé. O rio está assoreado e já não há os peixes que costumávamos pescar no rio Guaporé com tanta diversidade e que alimentavam os ribeirinhos daquela região e que

hoje prejudicam tanto os ribeirinhos do lado brasileiro quanto do lado boliviano.

Cito esse fato apenas como um dos exemplos das muitas coisas que temos que tratar conjuntamente e solidariamente, pensando, principalmente, no desenvolvimento local das nossas populações fronteiriças.

Penso que a reativação desse Fórum Parlamentar Amazônico é de fundamental importância e será uma contribuição muito grande para o desenvolvimento de políticas públicas binacionais, no caso do Estado do Acre, que faz fronteira com a Bolívia e o Peru, e muitas vezes até de políticas públicas trinacionais, que em muito contribuirão, principalmente para a melhoria da qualidade de vida de nossos povos, e, principalmente, nos colocarão numa posição de soberania perante o mundo.

Parabéns a todos vocês que vêm aqui hoje nos chamar a atenção para a importância de o Parlamento brasileiro estar participando ativamente do Fórum Parlamentar Amazônico.

Sejam bem-vindos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Com a palavra o Senador João Capiberibe, do Estado do Amapá, que, infelizmente, não tem fronteira com nenhum dos países. Com os nossos visitantes a fronteira é com Suriname e República da Guiana.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente Jefferson Péres, Sr. Coordenador do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico, meu caro Marcos Afonso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, é uma satisfação grande recebê-los aqui na nossa Comissão e dizer-lhes que compartilhamos um espaço comum, um espaço de grande riqueza, que é a Amazônia. É uma região que precisa, antes de mais nada, ser conhecida. Nós, no Brasil, conhecemos pouquíssimo a Amazônia, tanto do ponto de vista da sua biodiversidade, como da sua cultura. O Brasil é um país que reproduz internamente as suas relações externas.

Ainda hoje não temos um projeto de uso dessa riqueza da Amazônia de forma que possamos atender às necessidades sociais do presente e também garantir a satisfação das gerações futuras. Primeiro por desconhecimento. Não conhecemos quase nada sobre a grande diversidade amazônica. E me parece que isso é comum entre os nossos países. Essa divisão geográfica da América Latina é uma grande ficção, desenhada pelo poderio colonial tanto português como espanhol, e nós reproduzimos isso até hoje, tanto é que nas nossas escolas não introduzimos o espanhol, mesmo nas escolas fronteiriças, e acho que também na Bolívia. No Peru não se introduziu a língua portuguesa

nas escolas, que é o passo inicial para uma integração cultural, e daí então...

Tem muita gente que fala que a integração econômica é que leva a aprofundar outros projetos de intercâmbio e de cooperação. Acho que é a integração cultural que vai nos proporcionar, digamos, uma grande integração do ponto de vista social-econômico.

Se nós estabelecêssemos nas nossas regiões, lá em Roraima, do Senador Augusto Botelho, em Rondônia, da Senadora Fátima Cleide, fronteira com a Venezuela e com a Bolívia, se nós adotássemos a língua espanhola, o castelhano, como a segunda língua na nossa região, seria um fator decisivo.

Falo isso porque faço fronteira com região Guiana, que é uma região francesa, e nós adotamos o francês como segunda língua no nosso Estado para que pudéssemos nos comunicar com os nossos vizinhos. No entanto, com os vizinhos de língua castelhana, nós nos limitamos no máximo em arranhar um portunhol nessa mistura terrível de línguas, espanhol com o português. No final nós não falamos nenhuma das duas, não é? Falamos um fronteiroço, uma língua fronteiroça.

Acho que para que nós pudéssemos intensificar – sou muito favorável que esse intercâmbio se fortaleça – e a nossa Comissão pode encaminhar alguns projetos no sentido de que nós tivéssemos um calendário e a OCTA pode nos ajudar nesse aspecto. Se bem que temos uma Deputada que fala um Português sem sotaque. **Yo hablo un poco de español pero** com um sotaque português horroroso. Então, eu sugiro que as nossas reuniões possam ser realizadas nos Estados.

O Ministério das Relações Exteriores criou, em função da necessidade que os Estados têm de fazer diplomacia, lá uma Consultoria, uma Assessoria para assuntos ligados às atividades diplomáticas dos Estados. O Itamaraty já tem um espaço que garante, digamos, uma articulação nossa, para que a gente possa fazer algumas reuniões mais amplas, em Boa Vista, em Rio Branco, em Porto Velho, com o Parlamento Amazônico. Reuniões mais ampliadas que a gente possa debater, discutir, propor e implementar, digamos, algumas ações que permitam esta integração e permitam intercâmbio mais fecundo. Porque não há nenhuma razão, até porque nós nos entendemos. Segundo todo brasileiro fala que entende perfeitamente o castelhano e todo espanofônico não tem problema nenhum, entende o português. O que não é verdade, não é? A gente não se entende. Tanto não se entende que até hoje não colocou essas duas línguas importantes nas nossas escolas, porque nós compartilhamos uma grande fronteira. E através da língua que a gente aprende a conhecer culturalmente os povos.

Então, eu sugiro que seja uma medida que nós possamos encaminhar nessas reuniões, Sr. Presidente, nos Estados com os Parlamentares de toda Amazônia e, evidentemente, a língua como um fator que possa favorecer a nossa integração.

Quero agradecer a presença de todos e dizer-lhes que nós ficamos muito felizes, muito satisfeitos em recebê-los.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Fica registrada e acolhida a sugestão do Senador João Capiberibe.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho. Estado de Roraima, fronteira com Venezuela e Colômbia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – E Brasil. (Risos.)

É, digo fronteira com o Brasil porque, realmente, nós fomos ligados por terra primeiramente à Venezuela e à Guiana, depois é que veio o Brasil. Em 1974 que ligamos ao Brasil. Nós éramos ligados pelo Rio Branco, mas somos brasileiros e almejamos ser bons brasileiros lá no meu Estado. Está em nosso Hino do Estado essa frase, que é uma frase que todos nós queremos.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Geraldo Saveedra, Presidente do Parlamento da Amazônia, e demais Deputados, e em nome de Luiz Augusto, meu vizinho na Venezuela, dar boas-vindas aos outros Deputados.

Gostaria também de comunicar ao nosso ilustre Senador João Capiberibe que, em Roraima, a segunda língua ensinada em nossas escolas é o espanhol. Nós já temos um relacionamento cultural com a Venezuela, de grupos musicais e de dança que vão para o país e vêm para nós também. Há jovens roraimenses estudando em universidades da Venezuela, mas o sentido inverso ainda não se fez. Temos uma relação comercial muito intensa com a Venezuela, aliás, o nosso maior importador. Agora, vai comprar praticamente a metade da nossa safra de soja. Também exportamos madeira, ainda que pouca.

Gostaria de dizer aos nossos colegas Parlamentares da América Latina que nós amazônidas nos orgulhamos da nossa água, da nossa biodiversidade e da nossa floresta. Nós não somos ainda donos da nossa biodiversidade porque não temos registro científico dela. Eu me debato aqui no nosso Parlamento para que existam mais verbas, para que as pessoas possam catalogar os nossos animais, as nossas aves, nossas bactérias, inclusive. Temos que catalogar essas coisas para podermos realmente ser donos da Amazônia. Ou então fazem como fizeram com o nosso

cupuaçu, que está registrado lá no Japão, e com o açai e outras coisas.

Em relação à água, a nossa preocupação é conjunta. A Senadora já se retirou. Ela culpa a agricultura pelo assoreamento do rio e pela falta de peixes. Mas a falta de peixes nos nossos rios – no meu caso, do rio Branco – eu atribuo aos meus vizinhos pescadores do Estado da Amazônia, que têm muito mais capacidade e redes com as quais podem fechar a boca do rio Branco para que os peixes não subam. Na época da piracema, eles fazem essa pesca, escondidos da Polícia Federal e do Ibama. Fecham a cabeceira do rio, os peixes não sobem e não há reprodução de peixes.

Então, é claro que nós temos que trabalhar em conjunto. Mas eu acho que o foco principal desse Parlamento Amazônico não deve ser a floresta, os animais ou a água. Deve ser o homem que vive na Amazônia. A minha preocupação, ao exercer meu mandato, é o ser humano, é aquele que já vive lá há várias gerações, é aquele que não tem luz elétrica, não tem acesso à escola, não tem o médico, que vive isolado. Eu estou falando do Brasil, mas acho que as nossas condições são semelhantes. Se esse homem quebra uma perna, não tem como se comunicar.

Acho que devemos preservar tudo, mas nós temos que realmente colocar o homem dentro da Amazônia, apoiar aquele que lá vive e levar mesmo mais gente. Eu acho que a Amazônia tem que ser ocupada para sermos donos. Ou então, daqui a pouco, a história de patrimônio da humanidade se torna realidade, um patrimônio que é nosso. O Senador João Capiberibe sonha com a Amazônia como um só país, todo integrado. Eu acho que isso é coisa para daqui, talvez, uns mil anos. Nós não vamos ter isso ainda agora, mas temos que fazer a nossa parte: garantir que a terra, que é nossa, as nossas árvores, as nossas matas, a nossa água e o nosso povo continuem sendo nosso. Os nossos ancestrais viviam lá, há várias gerações, há milhares de anos.

Portanto, eu gostaria de frisar isto: não adianta ficarmos cantando a nossa biodiversidade, se nós não a tivermos registrada cientificamente. Então, dentro da Amazônia, temos que apoiar as nossas universidades para que elas tomem realmente posse do patrimônio que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Voltamos à lista de oradores.

Continua franqueada a palavra.

Concedo a palavra ao Dr. Marcos Afonso, Diretor Administrativo da Organização do Tratado Amazônico, e também ex-Parlamentar

Com a palavra o Dr. Marcos Afonso.

O SR. MARCOS AFONSO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma imensa honra usar a palavra nesta audiência histórica que considero para a Amazônia continental.

Quero inicialmente agradecer, em nome da Dr^a Rosalía Arteaga Serrano, a atenção dispensada por V. Ex^a como Presidente da Subcomissão da Amazônia, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, em nenhum momento, se escusou de dar a maior atenção a este grupo parlamentar de altíssima qualidade que visita o nosso País. Em nome de nossa Secretária-Geral, presto aqui os nossos mais profundos agradecimentos.

V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, sempre constituiu um grande aliado da nossa antiga novidade – como sempre diz a nossa Secretária-Geral –, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Tenho o prazer de dizer isso porque, ao seu lado, encontra-se o nobre Senador Marco Maciel, nosso admirável Vice-Presidente da República, amigo pessoal da Dr^a Rosalía Arteaga, que inclusive teve a satisfação, para ela e para nós também, de prefaciá-la uma de suas obras literárias. Temos o prazer de ter não apenas uma mulher amazônida apaixonada, entusiasmada pela nossa região, mas também uma grande intelectual, uma grande escritora, uma mulher muito sensível, o que é fundamental hoje para se garantir não só a sustentabilidade ambiental, política e ética, mas notadamente a sustentabilidade cultural. E a Dr^a Rosalía tem por V. Ex^a, Sr. Vice-Presidente da República, uma profunda admiração e um profundo reconhecimento pelo seu talento político.

Quero também agradecer o requerimento de V. Ex^a para que, em dezembro, esteja aqui, nesta sala, para também falar sobre a OTCA. Em nome da Dr^a Rosalía Arteaga, agradeço as palavras gentis e sinceras prestadas pelos nobres Parlamentares. Registro também a presença do Senador Botelho e do meu amigo especial Senador Capiberibe.

Senador Jefferson Péres, gostaria de agradecer a uma pessoa muito especial desta Comissão, uma funcionária pública exemplar deste País, A SRA. Lúcia Melo. Graças a ela e à sua equipe, em tempo recorde, essa equipe de Congressistas foi tão bem recebida nesta Comissão. Digo isso, Senador, porque nossos funcionários são pouco reconhecidos, trabalham na semiclandestinidade muitas vezes, fazem um trabalho hercúleo e, às vezes, não por nossa má-vontade, às vezes até por nossa falta de tempo, não temos condições de reconhecer em tempo hábil o seu trabalho noturno, de finais de semana, de feriados prolongados. Então, gostaria de reconhecer aqui o trabalho da Dr^a Lúcia

Melo e de sua equipe, que foi muito importante para essa reunião acontecer.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que, nesses dois dias, tivemos uma reunião de altíssima qualidade política com esta Comissão de Parlamentares da Bolívia, do Peru, do Equador e da Venezuela.

Ontem, estivemos reunidos com a Presidente da Confederação Parlamentar das Américas e ficou decidido que já vamos trabalhar. Digo nós e peço desculpas pela pretensão, porque não sou mais Deputado Federal, por opção. Quero colaborar com nossa Amazônia por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A OTCA vai ajudar no que for possível para que nós do Brasil possamos colaborar com a representação brasileira de quatro Parlamentares no Parlamento Amazônico, que conta com o entusiasmo insofismável deste nobre Congressista do Peru, Gerardo Saavedra, e desses homens e dessa mulher extraordinária aqui está presente.

Esse compromisso da OTCA já está assumido.

À tarde, reunimo-nos com a Comissão da Amazônia, o seu Presidente e vários Deputados Federais muito importantes, que também se comprometeram com isso.

Hoje de manhã, Sr. Presidente, tivemos o imenso prazer de participar de um seminário de quatro Comissões – Relações Exteriores, Amazônia, Combate ao Narcotráfico e Meio Ambiente – na Câmara dos Deputados, com a presença do Sr. Ministro Ciro Gomes, em que o Presidente do Parlamento Amazônico teve um momento especialíssimo na abertura. Também foi fundamental a presença dos Srs. Deputados no evento. Agora, fechamos com esta audiência extraordinária, pela qualidade dos Senadores que aqui estiveram e dos que estão presentes e porque essa audiência está sendo transmitida para todo o nosso País e para toda a nossa fronteira amazônica.

Agradeço, imensamente, esta oportunidade que o Senado do nosso Brasil oferece a esta Delegação de altíssimo nível. Tenho certeza de que, quando V. Ex^{as} forem aos países que aqui estão representados, serão também recebidos com tanta gentileza – talvez até maiores.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, saibam V. Ex^{as} que fazemos o possível, com honestidade, sinceridade e compromisso, para que o Parlamento Amazônico seja realmente efetivado, que saia da retórica, como muito bem falou o nosso Presidente, que seja um fato. A Amazônia brasileira está cansada de retórica e, com muito bem diz o nosso Senador Jefferson Péres, precisa de ação concreta, de respeito aos seus filhos, às suas crianças e aos seus idosos.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Em nome da Dr^a Rosalía Arteaga, nossos agradecimentos. Tenho certeza de que esta audiência pública entrou na história do Parlamento Amazônico e também da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Luis Acuña Cedeño, como último orador, concedo-a ao Senador Marco Maciel, que deseja fazer uma ligeira intervenção.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente da Subcomissão da Amazônia, ilustre Senador Jefferson Péres, Senhores integrantes da Delegação do Parlamento Amazônico, presidida por Gerardo Saavedra – a quem saúdo, como aos demais integrantes da Delegação –, Sr^{as} e Srs. Senadores, em rápidas palavras, desejo dizer o quanto reputo importante o trabalho que se desenvolve no sentido de ampliarmos a nossa interlocução com os países da Amazônia. De modo especial, muito me sensibiliza ver que esse relacionamento também se estende, agora de forma mais intensa, ao Parlamento.

Certa feita, o pensador francês Raymond Aron disse que o Parlamento era a palavra da nação. Na realidade, considero que a verdadeira integração teria que abranger, obviamente, uma participação efetiva dos legislativos, associados em um grande Parlamento Amazônico. Daí por que o trabalho que ora se desenvolve nesta Subcomissão é muito importante para todos nós, em uma perspectiva não somente de países amazônicos, mas também na perspectiva de integração que almejamos realizar de forma cada vez mais intensa nesses tempos de mundialização que vive o Planeta.

De modo particular, agradeço as referências do ex-Deputado Marcos Afonso e, por intermédio de S. Ex^a, solicito sejam transmitidos à Dr^a Rosalía Arteaga os nossos cumprimentos pelo trabalho que realiza, como Secretária- Executiva da OTCA – função extremamente importante –, instituição que vi nascer e que desejo se envolva porque deve ser o grande instrumento dessa integração.

Por fim, como aqui foi salientado, para nós, brasileiros, é muito importante estabelecer vínculos cada vez mais estreitos com os países da Amazônia. Isso até é algo que é óbvio, mas infelizmente o óbvio nem sempre é aquilo que se faz. Ainda não estamos tão próximos de nossos vizinhos quanto gostaríamos, ou deveríamos, estar. Portanto, encerro minhas palavras falando da minha alegria em ver esta Subcomissão agindo, atuando sob a Presidência do Senador Jefferson Péres, que é um Parlamentar que honra

o Senado Federal e que conhece, como poucos, a circunstância amazônica, fazendo votos para que possamos continuar, através desse Fórum Parlamentar, em diferentes planos, contribuir para que realizemos esse sonho de integração e desenvolvimento compartilhado da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Deputado Luís Araña Cedeño...

O SR. LUÍS ARAÑA CEDEÑO –

(Pronunciamento em espanhol)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores, concederei a palavra aos demais Parlamentares, mas tenho de passar a Presidência ao Senador Augusto Botelho, porque tenho um compromisso inadiável em outra Comissão.

Mais uma vez, reitero os votos de boas-vindas e o desejo de que esses encontros se tornem rotineiros, para que busquemos e alcancemos não apenas uma integração amazônica, mas, ao final, a sonhada integração sul-americana, preconizada por Simon Bolívar.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Pode falar. Fazemos questão que V. Ex^a fale.

Com a palavra o Deputado Víctor León, da Venezuela.

O SR. VÍCTOR LEÓN –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Deputado Rolo Sanmartín Iñiguez, do Equador.

O SR. ROLO SANMARTÍN IÑÍGREZ –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra a Deputada Ana Lúcia Rey, da Bolívia.

A SRA. ANA LÚCIA REY – Muito obrigada.

Quero aproveitar só um minuto, pois meus colegas já expressaram as nossas preocupações com a Amazônia.

Quero agradecer a vocês pelo bom recebimento que estamos tendo. Realmente, estamos muito felizes em estar aqui, ainda mais com a preocupação que temos com a Amazônia. Somos oito países que têm a Amazônia e esses oito países têm uma região muito esquecida. Estou vendo agora que estamos, diferentes Parlamentares dessas regiões esquecidas, com a preocupação para uma preservação dessa área tão importante não somente para esses países, mas para o mundo todo.

Agradeço a peço a colaboração do Governo brasileiro para que possamos juntamente com os oito países trabalhar em um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para essas regiões.

Eu também queria aproveitar para agradecer o apoio que estamos tendo na Região Mapa, composta de Brasil, Bolívia e Peru, as três fronteiras amazônicas, em que estamos trabalhando com políticas que beneficiam o desenvolvimento da nossa Amazônia.

Novamente agradeço a ótima atenção que estão dando a todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Renovo os votos de boas-vindas aos Senhores e digo que realmente estamos lutando por um ideal.

É um sonho que todos temos de ter uma Amazônia e ter o homem à frente dela; coloco o homem na frente no meu pensamento da Amazônia. Temos que preservá-la para a humanidade. Nós, que vivemos lá, nossos pais que nasceram lá, nossos filhos que nascem lá, devemos usar, explorá-la em nosso benefício, permitindo que os nossos netos e tataranetos e que as outras gerações também a utilizem. Não quero uma Amazônia para ser um patrimônio da humanidade para os ricos. Nós que estamos lá temos que ficar ricos com a nossa terra. Esse é o meu ponto de vista.

A SRA. ANA LÚCIA REYS – Peço a palavra por um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra, a Deputada Ana Lúcia Rey.

A SRA. ANA LÚCIA REYS – Eu também acho que nós que vivemos na Amazônia temos que ficar ricos com ela, logicamente, mas vamos ficar ricos preservando-a.

Não esqueça que a Amazônia em geral é o pulmão do mundo. A preservação na realidade é um modo de poupança, de ter um bom futuro para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos, mais que tudo preservando. Não esqueçamos que nós, os homens, estamos destruindo o Planeta. Então é o momento de sermos bem conscientes de que se não preservarmos a nossa Amazônia, o nosso Planeta agora, amanhã nossos filhos não terão também um lugar para viver. Logicamente, que temos também que explorar a Amazônia, mas sempre de um modo sustentável. Isso é muito importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Exato. Quem vive da Amazônia não pode destruí-la. Não queremos destruir a Amazônia.

Os movimentos de destruição e de grandes derrubadas são de empresas que não são oriundas da Amazônia. São ricos que chegam e que querem destruir. O nosso homem da Amazônia que derruba cinco ou dez hectares para sobreviver, daqui a dez anos, quando ele estiver em outro pedaço, aqueles dez hectares já estarão recuperados. Portanto, essa história de desertificação da Amazônia é um pouco de conversa fiada.

Ninguém desertifica a Amazônia, a não ser que comece a jogar agrotóxico até acabar tudo. Penso assim.

Mas fico feliz por saber que todos os vizinhos colaboram. Gostei também da comparação de que nossas linhas de fronteira nos aproximam, nos unem. É um sentimento que ocorre em nosso Estado. Falo por Roraima porque sou de lá e conheço o Estado.

Mais uma vez, desejo boas-vindas. Espero que daqui a alguns anos – espero que não demore vinte ou trinta anos, mas menos – estejamos colhendo os frutos do trabalho que V. S^{as} encabeçam e desenvolvem com a reinstalação do Parlamento Amazônico.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 1 minuto.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 14a. Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 23 de novembro de 2004 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência, do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Gérson Camata, Mário Calixto, José Maranhão, João Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Magno Malta, Rodolpho Tourinho, Ideli Salvati, Luis Otávio, Jonas Pinheiro. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) Fátima Cleide, Antonio Carlos Valadares, Paulo Octávio, Marco Maciel, Leonel Pavan, Sibá Machado, Valmir Amaral, Duciomar Costa, Teotônio Vilela Filho e Sérgio Guerra. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº 32 de, 2001. Não Terminativo. Ementa: “Altera a lei nº 9491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o Setor Elétrico do processo de privatização”. Autor: Senador Roberto Freire e outros Senadores. Relator: Senador Delcídio Amaral. Relatório: Contrário, pelo arquivamento do projeto por injuridicidade. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 02 – Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999. Não Terminativo. Ementa: “Altera dispositivo da Lei nº 9433 de 8 de janeiro de 1997, que

institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.” Autoria: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador José Tenório. Parecer: Pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário ao PLS nº 669, de 1999. Resultado: Rejeitado a Emenda nº 1 de Plenário. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 03– Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003. Não Terminativo. Ementa: “Modifica o artigo 37 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais. Autoria: Senador Paulo Octávio. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Favorável à aprovação na forma do Substituto que apresenta. Obs: em 02/11/2003 foi concedido vista para o Senador Gérson Camata; em 10/03/2004, foi devolvido com voto em separado. Resultado: Aprovado o voto em separado do Senhor Senador Gérson Camata, que na oportunidade foi designado relator do vencido. Faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o senhor Senador Rodolpho Tourinho. Passa-se à fase de votação, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes, com a abstenção da senhora Senadora Ana Júlia Carepa. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003. Não Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o processo de fabricação da Cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente, e dá outras providências.” Autoria: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável à aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Obs: Após a apreciação na CI, a matéria retornará à CAE. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o projeto os senhores Senadores Gérson Camata e Rodolpho Tourinho. Passa-se à fase de votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes, o voto em separado do senhor Senador Gérson Camata, designado na oportunidade, relator do vencido. Item nº 05– Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9472 de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.” Autoria: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Obs: Em 06/05/2003, foi concedido Vista Coletiva. Em 13/05/2003, devolvido sem Voto em Separado. Em 04/11/2003, redistribuído ao Senador Valdir Raupp. Resultado: Adiado. Obs: Foi concedido Vista para a Senadora Fátima Cleide em

16/03/2004. Devolvido sem Voto em Separado em 04/05/2004. Item nº 06– Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2003. Terminativo. Ementa: “Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.” Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Pela oitiva da CCJ sobre sua constitucionalidade e juridicidade da matéria, e para opinar se os vícios são sanáveis. Resultado: Adiado. Obs: Em 02/11/03, foi concedido Vista ao Senador Gérson Camata. Em 10/03/04, foi devolvido pelo Senador Gérson Camata em Voto em Separado. Após apreciação na CI, a matéria retornará à CAS. Item nº 07– Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros”. Autoria: Senador Hélio Costa. Relator: Senador José Maranhão. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Obs: Após sua apreciação na CI, a matéria retornará à CAS. Item nº 08– Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 09– Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infraestrutura urbana básica, e dá outras providências”. Autoria: Senador Augusto Botelho. Relator: Senador Mário Calixto. Favorável a aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 10 Petição nº 04, de 2003. Não Terminativo. Ementa: Ementa: “Descumprimento de convênio celebrado entre FUNAI e FURNAS, que visa repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro seus recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás.” Autoria: Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela oitiva da CCJ para opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade e pela aprovação de dois Requerimentos de informações à Agência Nacional de Energia Elétrica

– ANEEL e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, respectivamente. Resultado: Aprovado – Item nº 11 - Requerimento nº 24, de 2004. Assunto: “Requeiro, nos termos do parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado das Minas e Energia e a Ministra do Meio ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país. 1º: O último leilão para a concessão de usinas hidrelétricas foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005. Os projetos listados para o próximo leilão dependerão de licença prévia ainda a ser obtida, o que poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005. Considerando que o prazo de implementação de usinas após a definição do leilão varia de 4 a 6 anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011. 2º: Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional, Financial Times. Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas nos respectivos Ministérios. 3º: É absolutamente necessário conhecer a situação de projetos já concessionados que totalizam mais de 6.000 MW e as razões pelas quais não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas, no que tange os seguintes projetos: UHE Estreito– 1087 MW– Rio Tocantins– TO; UHE Santa Isabel– 1078 MW– Rio Araguaia (TO/ PA); UHE Couto Magalhães– 150 MW– Rio Araguaia (GO); UHE São Salvador– 241 MW– Rio Tocantins (TO); UHE Itaipocara– 210 MW– Rio Paraíba do Sul (RJ/ MG); UHE Simplicio– 360 MW– Rio Paraíba do Sul (RJ); UHE Foz do Chapecó– 855 MW– Rio Uruguai (SC/RS); UHE Paiquerê– 290 MW– Rio Pelotas (SC/RS); UHE São Jerônimo– 360 MW– Rio Tibaji (PR); UHE Cubatão– 500 MW– Rio Cubatão (SC); UHE Monjolinho– 67 MW– Rio Passo Fundo (RS); UHE Salto Pilão– 180 MW– Rio Itajaí-Açu (SC); UHE Corumbá 3– 94 MW– Rio Corumbá (GO); UHE Cachoeirinha/São João– 105 MW– Rio Fundão (PR); UHE Itumirim– 56 MW– Rio Corrente (GO); UHE Caçu e Barra dos Coqueiros– 155 MW– Rio Claro (GO); UHE Salto do Verdinho– 93 MW– Rio Verde (GO); UHE Salto– 108 MW– Rio Verde (GO); UHE Murta– 120 MW– (MG); UHE Baú– 110 MW– (MG). Autor: Senador Efraim Morais. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às

quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas.

Senador **josé jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a pauta da reunião consta de 11 itens. Iniciaremos pelos projetos não-terminativos e, posteriormente, quando melhorar o **quorum**, apreciaremos os projetos terminativos.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, não-terminativo.

Ementa: altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização. Autor: Senador Roberto Freire e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer pelo arquivamento do projeto por injuridicidade.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, para que leia seu parecer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o projeto é sabidamente conhecido e foi amplamente discutido quando aprovamos o novo modelo do setor elétrico, serei bastante rápido.

Este PLS está associado à retirada das subsidiárias da Eletrobrás do Plano Nacional de Desestatização, relacionando Furnas Centrais Elétricas; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco; as Centrais Elétricas do Norte do Brasil; a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil, conhecida como Eletrosul; Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) do Rio Grande do Sul.

Recentemente, o Poder Executivo sancionou a Lei nº 10.848 – a que fiz menção logo no início da exposição –, que altera as regras de comercialização do setor elétrico e dá outras providências. Essa Lei é o resultado do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, do qual fui Relator. Em seu art. 31, a Lei nº 10.848, de 2004, retira as empresas do grupo Eletrobrás do PND. Quer dizer, isso já foi aprovado. A enumeração contida nesse parágrafo primeiro coincide com a lista das empresas federais do setor elétrico que o PLS propõe excluir do PND.

Diante disso, fica claro que o PLS já foi implementado pelo art. 31 da mesma lei, tornando-se injurídico e, portanto, não mais inovando o arcabouço legal. Em decorrência dessa constatação, recomendamos o arquivamento do PLS nº 32, de 2001, por injuridicidade, não obstante sua pertinência.

Assim, meu voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 32.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão o voto do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer senados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será arquivado.

Item nº 2:

Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, não-terminativo, que altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador João Tenório. Parecer pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 669, de 1999. Observação: foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide em 16/03/2004, e foi devolvido sem voto em separado em 04/05/2004.

Na realidade, há um parecer pela rejeição da emenda de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, a quem concedo a palavra para explicar.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de prestar uma rapidíssima explicação.

Nosso projeto tem por objetivo dispensar a cobrança da taxa de água prevista no art. 20 da Lei nº 9.433, dos recursos hídricos, quando essa cobrança incidir sobre dessedentação de animais, quando incidir sobre piscicultura em geral, criação de peixes em tanque, e também para pequena irrigação de área não superior a dois módulos do Incra, pequena irrigação.

O projeto foi aprovado pelas Comissões, foi para o Plenário e lá recebeu, de parte do ilustre Senador José Eduardo Dutra, uma Emenda, a de nº1/1001, que tenta excluir da aprovação a utilização para a piscicultura. As duas outras matérias estão plenamente aprovadas.

O Parecer do Senador João Tenório foi pela rejeição dessa emenda do então Senador José Eduardo Dutra. O que significa isso? É que a água utilizada para tanques e piscicultura não deve receber a cobrança da taxa da água prevista na Lei de Recursos Hídricos? Por que argumentamos isso? Porque com os tanques

de piscicultura, estaremos evitando que o homem vá ao rio fazer a pesca. A pesca nos tanques, a utilização industrial desses tanques evita justamente a destruição do meio ambiente nos rios.

Devemos, portanto, incentivar de maneira absoluta a piscicultura em tanques. Esta foi a razão do projeto. Espero que meus Pares aprovelem o Relatório em razão dessa justificativa essencialmente ambiental.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está em discussão o Relatório do Senador João Tenório, que não está presente.

O Relatório já foi lido e S. Ex^a é contrário à emenda e, portanto, a favor do projeto original do Senador Juvêncio da Fonseca.

Algum Srs. Senador gostaria de discutir?

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que forem a favor do parecer do Relator, Senador João Tenório, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Contra o Relator? Se for assim, é contra o projeto. Isso porque o Relator está querendo alterar o projeto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – (Fora do microfone) –

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, o que aconteceu foi que houve uma emenda no Plenário e ela veio para cá. O Relator foi contrário à emenda e, portanto, a favor do projeto original. Essa é também a mesma posição do autor do projeto, Senador Juvêncio da Fonseca.

Está rejeitada a emenda.

Aprovado o Relatório.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2003, não-terminativo. Modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 97, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios federais. A autoria é do Senador Paulo Octavio e o Relator é o Senador Teotônio Vilela. O parecer é favorável com apresentação de substitutivo.

Em 2/11/03 foi concedido vista ao Senador Gerson Camata; em 10/03/04 foi devolvido pelo Senador Gerson Camata com voto em separado.

Como o Relator não está presente, eu pediria ao Senador Rodolpho Tourinho... De qualquer maneira, alguém aqui tem que fazer o papel de Relator. Apesar de já ter sido lido, eu pediria a V. Ex^a...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a permitir, farei o papel do Relator e contra o Relator e, é claro, puxando a sardinha para mim.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a é suspeito, porque tem um voto em separado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Suspeito para esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Só para esse episódio, porque tem um voto em separado e contrário ao do Relator.

Vou dar a palavra a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, mas eu pediria ao Senador Tourinho para examinar o Parecer do Relator. De qualquer maneira, seria bom que tivéssemos um contraditório.

Passo a palavra ao Senador Gerson Camata, que tem um voto em separado. S. Ex^a dará as explicações devidas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O voto que apresento está muito bem estruturado, na tentativa de cerrubar o Parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Todos os votos de V. Ex^a são bem estruturados.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

Entre os fundamentos da política nacional de recursos hídricos figura o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade territorial para sua implementação e a gestão descentralizada dos recursos hídricos, que deve contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Note-se que é comum uma mesma bacia hidrográfica cobrir mais de uma Unidade da Federação, em especial em rios que servem de limite entre dois Estados ou que passam de um para o outro, casos em que fatalmente a mesma bacia abrange mais de um Estado. Esse é o caso da bacia do Rio Doce, entre Minas e Espírito Santo. Essa situação, por si só, impõe a articulação dos diversos entes federados integrantes da área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica. Ressalte-se que a participação de cada Estado ou Município nesses órgãos colegiados deve ser proporcional à população afetada.

Conforme o inovador modelo de gestão criado pela Lei 9.433, os Comitês de Bacia Hidrográfica têm atribuições normativas, deliberativas e consultivas a serem exercidas na bacia ou nas bacias sob sua jurisdição. Nele são discutidos, com a participação de usuários e da comunidade envolvida, todos os temas relativos à matéria bem como a elaboração de propostas e a aprovação do plano de recursos hídricos daquela bacia.

De acordo com o Inciso II, do art. 37 da mesma Lei 9.433, os Comitês podem ter como área de atuação

sub-bacia hidrográfica de tributário de curso da água principal da bacia ou de tributário desse tributário que é um subtributário.

A proposição em exame pretende modificar o dispositivo estendendo essa possibilidade a rios de quinta ordem ou superior. Deve-se considerar que a bacia hidrográfica de um rio de quinta ordem ou superior está necessariamente inserida em outra bacia mais ampla correspondente a um rio de terceira ordem. Além disso, as condições socioeconômicas devem ser levadas em conta no estabelecimento na proporção dos representantes das regiões abrangidas pela bacia.

Assim, regiões densamente habitadas, mesmo que situadas em bacias de rios de quinta ordem, terão sua representatividade assegurada nos Comitês de Bacia na medida do seu peso populacional. No que tange ao Distrito Federal, alvo principal das fundadas preocupações do Senador Paulo Octávio, autor do projeto, algumas reflexões adicionais são necessárias.

Primeiramente, em caráter geral não cabe ao Poder Público a iniciativa de estabelecer comitês, mas sim de participar do processo de articulação das comunidades envolvidas.

Em segundo lugar, mais especificamente o rio Descoberto é tributário do rio Corumbá que se une ao rio São Bartolomeu para formar o rio Corumbá, este de terceira ordem integra a sub-bacia do rio Paranaíba, da bacia do rio Paraná, que é de primeira ordem.

Dentro da atual sistemática, caso haja entidades representativas de setores usuários, bem como entidades civis e recursos hídricos atuantes nessas regiões, elas poderão, em articulação com o Poder Público, nas três esferas do Governo, propor a criação de uma bacia do rio Corumbá. Cabe ressaltar que tanto a bacia do rio Descoberto, como as do rio Corumbá e Corumbá abrangem o Distrito Federal e Goiás, obrigando as articulações desses Estados mesmo que e alterasse o Inciso II, do art. 37 da Lei 9.433, conforme esse projeto pretende.

Observe-se, por fim, que segundo informações do Ministério da Integração e diante das características da rede hidrográfica que abrange o Distrito Federal, a transposição de águas que hoje existe entre as bacias do rio Descoberto e Paranoá, pela interligação dos sistemas de abastecimento rio Descoberto e Santa Maria Torto, seria tratada no âmbito de um mesmo comitê, o que pode favorecer soluções referentes ao saneamento básico da Capital Federal, uma das preocupações externadas pelo autor do projeto.

Desse modo, a proposição em exame não nos parece oportuna, dado que ensejará uma fragmentação excessiva da instância de discussões das questões relativas aos recursos hídricos e não vai solucionar a

principal questão levantada pelo Senador Paulo Octávio referente ao Distrito Federal.

Diante do exposto, somos pela rejeição do projeto com o maior respeito ao seu autor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O projeto está em discussão.

Não sei se alguém gostaria de discutir. (Pausa.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, foi colocado claramente qual a posição do projeto original do Senador Paulo Octávio da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Descoberto e que o voto era pela aprovação do projeto e poderá ser instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Descoberto que banha Goiás e Distrito Federal.

O que foi apresentado em contrário pelo Senador Gerson Camata define toda a posição que está bem resumida.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Votaremos, em primeiro lugar, o parecer do Relator. Se ele for rejeitado, como parece que será, votaremos o voto em separado do Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – **(Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pode rejeitar os dois. Claro. Se rejeitar os dois, o projeto está rejeitado.

Em discussão o parecer do Relator.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que forem contra o parecer queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O parecer foi rejeitado.

Em votação o voto em separado do Senador Gerson Camata.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram.

Aprovado o voto em separado do Senador Gerson Camata. Eu o designo Relator do vencido a fim de que o projeto possa continuar sua tramitação.

Aprovado o voto em separado, o projeto está rejeitado.

Item nº 4:

Projeto de Lei do Senado, não-terminativo.

Ementa: Dispõe sobre o processo de fabricação da cal com o objetivo de eliminar risco de geração de composto poluente no meio ambiente e dá outras providências. **Autoria do Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Delcídio Amaral, favorável à aprovação do substitutivo que apresenta.**

Passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, a fim de que apresente o relatório. V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, procurarei ser objetivo no Relatório e na Análise, em primeiro lugar, justificando a questão. O projeto define as cales virgem, hidratada e hidratada recuperada, vedando o uso desta última em processos industriais empregados para a obtenção de produtos diretos ou indiretamente ligados às indústrias farmacêuticas, veterinárias e alimentícias, ao tratamento de água para abastecimento público, aos fertilizantes agrícolas, aos produtos para uso em rações animais e aos produtos relacionados ao setor sucroalcooleiro em geral.

Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei do Senado que substitui o Projeto de Lei nº 4.134, de 2001, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, na Câmara dos Deputados. O Deputado elaborou a proposição, absolutamente importante e pertinente, preocupado com a geração de dioxinas e furanos em função de serem compostos altamente tóxicos associados ao desenvolvimento de várias doenças, inclusive o câncer. A contaminação por dioxinas, entretanto, decorre do processo produtivo da cal, quando realizado sem a observação de padrões tecnicamente adequados e de normas ambientais vigentes.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer apenas um registro. Em 1997, na Alemanha, foram descobertas dioxinas no leite de vaca, o que levou a uma investigação que constatou que sua origem foi o farelo de polpa cítrica, exportada pela indústria brasileira à Europa, e que era utilizada, conseqüentemente, na ração para gado. O rastreamento acabou por apontar como elemento contaminante a cal usada no processo de secagem e correção de acidez da polpa. O incidente repercutiu intensamente no Brasil e na Europa, e acarretou a condenação de um lote de cem mil toneladas de polpa e a suspensão das exportações por um período de um ano, o que gerou um prejuízo da ordem de US\$100 milhões para o País. Desde então, o Governo brasileiro estabeleceu parâmetros técnicos para o uso da cal na produção da ração animal. Contudo, tais limites não se aplicavam ao emprego do produto como insumo em outras indústrias, como a alimentícia, a farmacêutica e, como afirmei no princípio, a construção civil e outros importantes setores da economia, como o setor agrícola e o sucroalcooleiro. Nisto reside, portanto, o mérito da proposta, estabelecendo procedimentos básicos e parâmetros mínimos a serem observados na produção da cal para qualquer aplicação.

No entanto, apesar de a proposta, conforme assevera o autor, consubstanciar toda uma discussão que vem sendo travada entre produtores e entes governamentais relacionados com o tema, consideramos que o PLS nº 314, de 2003, merece aprimoramentos.

Primeiramente, afigura-se a desnecessária definição das diferentes classes de produtores descrita no art. 3º, uma vez que os dispositivos que se seguem independem dessa classificação. Além disso, o PL nº 314, de 2003, exige licenciamento ambiental apenas para os estabelecimentos destinados à extração da rocha calcária a ser empregada como matéria-prima na fabricação da cal.

Julgamos, contudo, que a exigência desse licenciamento deva ser explicitada também no que concerne às indústrias que produzem as cales virgens hidratada e hidratada recuperada.

Por fim, outras modificações se impõem para atender à boa técnica legislativa. Tais alterações são propostas na forma do substitutivo que apresentamos.

Portanto, como Relator, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo que relato aqui.

Mas, na verdade, é o seguinte: são preocupações ambientais em função da produção de cal virgem, padronizando esse processo e esses parâmetros para toda a indústria, quer dizer, não só para a indústria produtora de cal, mas a indústria que usa cal como insumo. Isso já foi discutido amplamente pelas autoridades brasileiras, pelos produtores. Por isso, acho que o PLS aprimora o texto e efetivamente contribui bastante para a preservação ambiental e, acima de tudo, para a saúde da população.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, acho que esse projeto é tão importante que ele merece não só a aprovação, mas os cumprimentos da Comissão, tanto ao autor quanto ao Relator, pelo cuidado que tiveram. E, na verdade, do fundo de tudo isso, ele vai impedir que alguns produtores criminosos da cal usem pneu, lixo, de onde saem as dioxinas. Ele regula quais os combustíveis que podem ser usados na produção de cal, porque a dioxina não existe na natureza, o homem é que a produz criminosamente. E ele é responsável por câncer de fígado, de língua, na boca, distúrbios hormonais, crianças descerebradas que nascem na maioria – temos esse caso recente da permissão do aborto para crianças descerebradas –, quase sempre, os médicos sabem disso, a origem são as dioxinas.

É um projeto importantíssimo, devíamos aprová-lo aqui agora e até pedir urgência, para que ele tramite

rapidamente e vá ao Plenário, para que ele possa produzir rapidamente seus efeitos.

Meus cumprimentos ao excelente Relatório que V. Ex^a faz e ao autor do projeto também, pela oportunidade que teve de trazer esse projeto, do qual eu gostaria tanto de ser um signatário, mas já me honro em votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Camata.

Continua a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Delcídio Amaral queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo Senador Delcídio Amaral.

O Item nº 5 é terminativo, mas vamos pular para o Item nº 11, que é apenas um requerimento.

Item 11º:

Requerimento nº 24, de 2004.

Assunto:

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 5º da Constituição Federal, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado das Minas e Energia e à Ministra do Meio Ambiente, referente à ampliação de geração de energia elétrica no País.

1 – Único leilão para concessão de energia elétrica foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005. Os projetos listados para o próximo leilão dependendo de licença prévia ainda a ser obtida, o que poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005. Considerando que o prazo de implementação de usina após a definição de leilão varia de quatro a seis anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011;

2 – Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional **Financial Times**.

Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas no respectivo Ministério. É absolutamente necessário conhecer a situação dos projetos já concessionados, que totalizam mais de seis mil megawatts, e as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas que constam dos seguintes projetos:

Lista aqui os projetos, não vou lê-los, mas é um pedido de informação sobre a situação de cada projeto de energia elétrica. Vai até a letra u, acho que deve ter uns 20 projetos.

Está votação.

Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O Item 10 também é não-terminativo.

Ementa: Descumprimento de convênio celebrado entre a Funai e Furnas, que visa repor à comunidade indígena Avá Canoeiros seus recursos ambientais necessários a sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento hidrelétrico da Serra da Mesa em trecho do rio Tocantins e seus afluente no Estado de Goiás. Autoria, Presidente da Fundação Nacional do Índio, Funai, Relatora Senadora Fátima Cleide.

Pela oitiva da CCJ, para opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade e pela aprovação de dois requerimentos de informação à Agência Nacional de Energia Elétrica.

Pediria ao Senador Tourinho que falasse sobre a matéria. A Senadora Fátima Cleide não está presente, mas como é apenas para mandar o projeto para a CCJ penso que não haverá problema aprovarmos agora.

Senador Tourinho V, Ex^a tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O Congresso Nacional emitiu o Decreto Legislativo nº 103, de 1996. Entretanto, como o Regimento Comum é omissivo em relação à tramitação de petições, nos termos do art. 151, aplica-se o processo legislativo do Senado Federal. Em razão disso, Comissões do Senado Federal são competentes para a análise desta matéria, como o que é questionado aqui.

Em relação ao mérito, juntando ao juízo do Senador Aelton Freitas quanto à razoabilidade dos argumentos aduzidos por Furnas para justificar o não cumprimento integral do Decreto Legislativo e, paralelamente, recomendamos que também seja ouvida a Aneel de modo a esclarecer se os índios Avá Canoeiros já estão recebendo a compensação financeira a que fazem jus, retroativa ao início de operação da Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa.

À busca de conciliação de eventuais conflitos, mesmo que fora da esfera do Poder Legislativo, é também parte da competência desta Casa e para a qual devemos envidar nossos melhores esforços.

Dessa forma, o que está sendo mostrado aqui, propomos a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para responder as indagações aqui apresentadas enquanto aguardamos manifestação formal da

Funai e da Aneel sobre os assuntos da sua competência. Todas essas manifestações permitirão mais bem fundamentar o Relatório oferecido sobre a matéria.

O voto é pelo encaminhamento de consulta à CCJ sobre as questões constitucionais e legais suscitadas neste Relatório e pela aprovação dos requerimentos que se seguem.

É o requerimento da Senadora Fátima Cleide, são os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado Senador Tourinho.

Na realidade, a Senadora Fátima Cleide apresenta um parecer que pede uma consulta, um encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e dois requerimentos, um, como o Senador Tourinho disse, é para a Aneel, está aqui o teor do requerimento, exatamente esclarecendo esse tema, e o outro é para a própria Funai.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Está votação.

Aqueles que forem favoráveis à aprovação do Relatório da Senadora Fátima Cleide permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O próximo item é terminativo. Não temos **quorum** para votar esse tipo de projeto. Então se ninguém tiver nenhum assunto mais..

Os Itens de nºs 5, 6, 7, 8 e 9 são todos terminativos, o restante já votamos.

Pois não, tem a palavra, pela ordem, o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT MS) – Sr. Presidente, estou marcando uma agenda, uma audiência com a Ministra Dilma Roussef para discutir a questão do decreto legislativo da Usina de Belo Monte, que teria de ser aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado, até porque ele interfere em algumas áreas indígenas. Aproveito a oportunidade para comunicar que possivelmente retomarei esse assunto na Comissão de Infra-estrutura e para lembrar que nós não temos mais muito tempo até o final do ano, mas para o próximo ano que venhamos a promover um Seminário de Recursos Hídricos, tema de vital importância para o País. Creio que a Comissão pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido e também fruto de um debate que foi promovido pelo jornal **O Dia**, na sexta-feira, no Rio de Janeiro. Vou propor um requerimento para audiência pública sobre a questão de gás liquefeito de petróleo, o famoso botijão de gás de cozinha, que é um tema muito importante, que em função até das fusões que ocor-

reram no mercado levam a um debate com relação à competição que começa a se implantar, questões de segurança e também projetos que estão tramitando no Congresso Nacional, inclusive com propostas visando a distribuição de GLP em postos de gasolina.

Acredito que esse é um tema importante, o qual levará a Comissão de Infra-Estrutura a um aprofundamento da questão dos impostos incidentes no preço final do botijão de gás. Esse é um tema de muita importância e fundamental para a Comissão avaliar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Comunico que temos um pedido já aprovado, temos um pedido do convite do Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento para que compareça à Comissão para expor seus planos de trabalho, porque os demais Ministros já compareceram, mas como ele entrou posteriormente ainda não veio, e é muito importante que o faça.

Há um outro requerimento para que seja feita uma reunião conjunta das Comissões de Infra-Estrutura e da de Assuntos Econômicos. Penso que não precisamos colocar em votação, visto já termos aprovada a convocação. Sendo assim, nada contra fazer conjuntamente.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 27 minutos.)

SECRETARIA GERAL DA MESA

COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, realizada em 30 de novembro de 2004.

Às onze horas do dia trinta de novembro de dois mil e quatro, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a **Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**, sob a Presidência do Senhor Senador **JOSÉ JORGE**, com a presença dos Senhores(as) Senadores(as) Paulo Octávio, Valdir Raupp, Sibá Machado, Augusto Botelho, Mário Calixto, Ney Suassuna, Efraim Moraes, Serys Slhessarenko, Luis Otávio, Antonio Carlos Valadares, Leonel Pavan, Osmar Dias, Gérson Camata, Marco Maciel, Valmir Amaral, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, Ideli Salvati e Delcídio Amaral. O senhor Presidente declara aberto os trabalhos, para discussão e votação das emendas da Comissão ao Projeto Lei Orçamentária Anual – PLOA (PL Nº 51/2004-CN). A Presidência designou o Sen-

hor Senador Paulo Octávio para relatar as emendas apresentadas. Após a leitura do seu relatório e a discussão final do mesmo, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA– 2005**: **Nº 01-CI**, referente a “Projeto Atípico-Construção da Ferrovia Norte-Sul” -Valec– (Nacional), no valor de R\$ 1.989.000.000; **Nº 02-CI**, referente a “Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologia de Software Aberto” (Nacional), no valor de R\$ 150.000.000; **Nº 03-CI**, referente a “Projeto Atípico-Construção da Primeira Etapa do GASUN– Gasoduto da Unificação” (Nacional), no valor de R\$ 600.000.000 ; **Nº 04-CI**, referente a “Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil” (Nacional), no valor de R\$ 80.000.000; **Nº 05-CI**, referente a “Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças” – Esgotamento Sanitário (Nacional), no valor de R\$ 200.000.000. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada conjuntamente com as notas taquigráficas.

Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Solicito a atenção dos Srs. Senadores, principalmente do Senador Delcídio, futuro Líder.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que na pauta de hoje consta um único item:

Discussão e votação das cinco emendas da Comissão ao Orçamento Geral da União para o ano de 2005.

Foram apresentadas 49 emendas dos Srs. Senadores, que estão à disposição nas Bancadas.

A Presidência designou o Senador Paulo Octávio para relatar as emendas da Constituição.

Senador Paulo Octávio, peço a V. Ex^a venha à mesa, onde ficará mais confortável, e os Srs. Senadores poderão vê-lo de frente.

Passo a palavra ao Senador Paulo Octávio, para leitura das emendas e do seu relatório.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita satisfação passo à leitura do relatório que me foi designado. Deixarei de lado a leitura do preâmbulo.

Encontram-se sob análise desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura 48 emendas, já descontada a de número 17, que foi retirada pelo autor.

Essas emendas, agrupadas por região conforme o Estado de origem do seu autor, se apresentam como segue: Região Norte – V. Ex^{as} podem acompanhar –; Região Centro-Oeste; Região Nordeste; Região Sudeste; e Região Sul. A Região Sul conta com cinco emendas; Região Sudeste, com três; e a grande maioria da Região Norte e Nordeste.

Relatório.

O exame de adequação às disposições da legislação vigente implicou, preliminarmente, a exclusão das seguintes emendas:

por inadequação ao critério de abrangência nacional ou institucional: Emendas nºs 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 18, 25, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 47; por ostentar objeto estranho à Comissão de Infra-Estrutura: Emendas de nºs 14, 19 e 27. Além dessas, também se optou pela exclusão das Emendas de nºs 1, 21, 23 e 45, por não estarem as correspondentes ações incluídas no Plano Plurianual vigente. Não se trata naturalmente de critério de adequação absoluto, mas de fórmula que procura aquilatar a importância relativa de cada uma das emendas, em face daquilo que o Congresso Nacional, juntamente com o Poder Executivo, até aqui houve por bem considerar de maior importância estratégica. Isso não significa dizer que essas ações, não estando contempladas no plano vigente, não poderão vir a sê-lo por ocasião da aprovação de sua revisão, significa apenas estabelecer linha demarcatória a fim de que possam ser estabelecidas, no tempo presente, ordem de precedência entre as ações que compõem o conjunto de emendas ora sob análise.

Da aplicação do critério de abrangência, que requer emendas de feitiço exclusivamente nacional, decidiu-se adotar um outro critério para aquilatar a importância relativa das emendas restantes, critério esse fundado na envergadura do crédito orçamentário, associado às intervenções pretendidas.

Observa-se, nesse particular, que o grupo das 22 emendas restantes exhibe créditos orçamentários com mediana de 60 milhões; 12 dessas emendas apresentaram valor individual equivalente ou inferior a essa me-

dida de tendência central: as Emendas de nºs 5, 11, 12, 16, 29, 31, 32, 35, 43, 44, 46 e 48. Optou-se, no caso, pela exclusão dessas emendas. Assim fazemos no intuito de que se lhes aplicasse regra de discriminação com coerência de ordem numérica, já que, no mérito, boa parte das emendas, senão todas, trata de matéria de inegável importância.

No tocante às nove últimas emendas, procurou-se dar seqüência à aplicação do critério de importância do crédito orçamentário. A esse critério, no entanto, somou-se o de enquadramento das emendas por setor de intervenção, tendo em vista tornar-se possível a comparação.

Identificou-se, nesse contexto, a existência de emendas relativas ao setor de transportes, de nºs 3 e 20; energia, de nºs 22, 26 e 33; infra-estrutura urbana, de nºs 13 e 49; novas tecnologias, de nº 24; infra-estrutura turística em áreas urbanas, de nº 28.

As emendas assim agrupadas foram escolhidas por ordem de valor no âmbito de cada setor, exceção feita aos dois últimos setores, pois em cada um já figura uma única emenda.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão apresente as seguintes emendas, nos termos previstos no inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Emenda: Construção do trecho ferroviário da Ferrovia Norte-Sul: R\$ 1.989.000,00; fomento ao desenvolvimento de tecnologia de *software* aberto: R\$ 150.000,00; construção da primeira etapa do gasoduto de unificação (Gasun): R\$ 600 mil; obras de infra-estrutura urbana em localidades do patrimônio mundial, R\$ 80 mil; apoio à ampliação ou à melhoria do sistema público do sistema sanitário em Municípios integrantes de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento econômico para prevenção e controle de doenças: R\$ 200 mil.

Sugerimos, naturalmente em face de regras e orientações que cercam o processo orçamentário, que as emendas, cuja apresentação é aqui advogada, sejam revistas por seus autores com o fito de sanarem alguns lapsos, a exemplo das de nºs 20 e 26. Na Emenda nº 20, identificou-se erro de totalização nos campos de acréscimo da programação, erro esse possivelmente ocasionado pelo sistema de elaboração de emendas. A Emenda nº 26 foi grafada como um projeto atípico, não obstante exista no PPA, ao abrigo do Programa 1045 – Brasil com Todo Gás –, a ação 10EH – Gasoduto da Unificação.

Nesse segundo caso, se o sistema de emendas não prevê explicitamente essa ação, vale mencioná-lhe códigos de classificação orçamentária, assim como descrição no corpo de justificativa, tendo em vista

possibilitar-lhe o mais correto tratamento no curso do processo orçamentário.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O relatório está em discussão.

Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu gostaria de fazer apenas uma ponderação.

Analisando as emendas acolhidas pelo relator, nenhuma atende exatamente à Região Norte propriamente dita. A ferrovia Norte-Sul dá a idéia de que atende à Região Norte, mas não a atende, porque sai do Maranhão para a Região Sul. Embora, logicamente, tenha que ser nacional, nenhuma emenda especificamente atendeu à Região Norte, embora esta tenha sido a região que mais recebeu emendas dos Parlamentares.

Eu gostaria de ver com o Relator como poderíamos atender minimamente a Região Norte propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de contra-argumentar, mas não sei se este é o momento, se já posso fazê-lo.

Com todo o respeito que tenho pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, o Tocantins está na Região Norte; o Maranhão, Região Norte. Se a obra da ferrovia Norte-Sul não tiver caráter nacional, não conheço outra que tenha mais caráter nacional do que essa.

Quero aproveitar a oportunidade, porque tive autorização de V. Ex^a para falar, para agradecer ao Senador Paulo Octávio pelo seu elevado espírito público e pelo entendimento de que realmente a ferrovia Norte-Sul é extremamente importante para o Brasil, e não apenas para o Maranhão, cujo porto tem o segundo maior calado do mundo. Serve ao transporte do minério de ferro de Carajás e à produção de toda a região do Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão.

Senador Mozarildo Cavalcanti, lamento esse equívoco, porque, na verdade, a Região Norte está sendo atendida. Eu gostaria que fosse mais. Concordo com V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Mas dizer que não está sendo atendida a Região Norte, isso não é verdade. V. Ex^a não está fazendo justiça com o nosso Relator, porque ele está atendendo, em parte, a regional. Não vou dizer que esteja atendendo integralmente tudo o que é interesse, tudo o que é desejo

da Região Norte, que, realmente, apresentou o maior número de emendas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Pois não, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Quero retificar quando disse que não tinha nenhum Estado da Região Norte. Realmente, tem o Tocantins, apenas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – O Tocantins, o Maranhão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– O Maranhão não é Norte, é Nordeste.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Não, está nos dois Estados.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Não. Está na Amazônia legal, mas não faz parte da Região Norte. Situa-se na região Nordeste. Uma parte está na Amazônia legal.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Ele é atendido pela Sudam, como no caso de Mato Grosso. Se V. Ex^a verificar, verá que tenho razão. Verá que ele é atendido pelas duas Regiões.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Dos sete Estados da Região Norte, apenas o Tocantins está sendo atendido, aliás, com muita razão. Considero a ferrovia muito importante. Não falo contra ela; digo apenas que os demais Estados da Região Norte não foram contemplados, embora existissem emendas suficientes para atendê-los, mesmo que parcialmente.

A emenda do Senador João Ribeiro merece meu apoio integral. Não estou contra, absolutamente, mas esclareço que, realmente, os outros Estados da Região Norte, exceto o Tocantins, não foram atendidos.

Essa emenda do *software* livre atende todo o Brasil, mas, falando especificamente, infra-estrutura devo lembrar que a Região Norte não tem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, com relação a essa emenda do *software*, minha dúvida é se ela está ou não dentro das atribuições desta Comissão, porque, na realidade, questões de Informática são tratadas na Comissão de Educação. *Software* livre é uma discussão de natureza técnica dentro do *software*. Tenho essa dúvida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Senador, gostaria de fazer um comentário sobre as emendas de minha autoria que foram rejeitadas – o Relator rejeitou

de plano –, porque se tratavam de emendas não nacionais, mas específicas para Estados.

Minha primeira emenda fala em “expansão do sistema de transmissão Acre-Rondônia”, quer dizer, abrange dois Estados, assim como a ferrovia ou o gasoduto.

A outra emenda: “ampliação da capacidade da usina hidrelétrica de Tucuruí”, que atenderá a Nação e não apenas um Estado.

A terceira: implantação do sistema de transmissão, essa, sim, diz respeito a apenas um Estado, o Amapá.

Emenda nº 41: “interligação do sistema isolado Acre-Rondônia e rede básica nacional em Mato Grosso”, quer dizer, também pode ser considerada uma emenda nacional.

Faço esse questionamento porque o gasoduto está especificando, assim como a ferrovia, então, não poderia dizer “ferrovias no território nacional”, “gasoduto no território nacional”. Aí sim, seria uma emenda nacional. Então, minhas emendas não podem ser descharacterizadas, porque também são nacionais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para discutir.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, saúdo o Relator pelas cinco emendas apresentadas. Não falarei sobre cada uma, mas sobre aquela que trata do fomento ao desenvolvimento em tecnologia e *software* aberto. Vou defendê-la.

Aproveito, também, para fazer a defesa da Emenda nº 49, que trata da implantação, ampliação e melhoria do sistema público de esgotamento sanitário. Diria que é uma das emendas mais relevantes, Senador. Com as outras, também, com certeza, concordarei.

Quero, rapidamente, dizer que não podemos confundir. Sob o nosso ponto de vista, está total e politicamente correta a questão do fomento ao desenvolvimento em tecnologia de *software* aberto nesta Comissão, porque não se trata de uma questão de inclusão digital, mas de parque de infra-estrutura. Quer dizer, é extremamente de acordo com esta Comissão, sob o nosso ponto de vista. E se trata de recursos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para o desenvolvimento de *software* livre no Governo Federal. Na verdade, seria realocar bilhões que, hoje, são enviados para o exterior sob a forma de *royalties* pagos ao *software* proprietário, praticamente ao proprietário, seria realocar esses recursos que são enviados. Hoje, com certeza, mais de 2 bilhões são enviados anualmente, quando o que estamos buscando com esta emenda é realocar recursos para o *software* livre do *software* proprietário. Claro que vai continuar sendo comprado, pois a coisa

não é mágica. Mas o Governo, o Brasil vem se empenhando para iniciarmos esse processo, para valer em termos de constituição de uma infra-estrutura para o desenvolvimento da tecnologia livre, que é o *software* aberto ou livre, o que é uma economia gigantesca para o nosso Governo, além do potencial de confiabilidade, de garantia que se assegura e do desenvolvimento de programas que a nossa população jovem, tão criativa e tão inteligente, já começou a produzir, mas poderá desenvolver mais rapidamente. Daqui a pouco, não iremos mais estar gastando nada com compra de *software* proprietário, e sim estar exportando e trazendo divisas para o Brasil. Eu diria que é da mais alta relevância e atende o Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

Pois não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar um critério de valor mediano que ele fez, de 60 milhões. Na minha emenda, falo em relação à gestão de administração do programa de saneamento urbano da Funasa, que atinge os municípios com menos de 20 mil habitantes. Atenderíamos mais de 50% dos municípios brasileiros com esse saneamento. Quer dizer, seria uma medida que poderia ser utilizada em todo o Brasil. Então, esse valor de 40 mil é modesto, pois o Brasil necessita, talvez, de bilhões de reais para resolver o saneamento básico, para diminuir a mortalidade infantil e as despesas com internação hospitalar, com perda de trabalho. Temos que avançar nessa área.

Eu também gostaria de manifestar o meu apoio à emenda da Senadora Serys Slhessarenko, porque é um investimento. Esse *software* livre é um investimento que o Brasil está fazendo, investimento com retorno imediato.

Mas na próxima emenda vou colocar um valor bem alto, porque, para saneamento básico no Brasil, precisamos de bilhões de reais. Coloquei um valor modesto para ver se ela seria aprovada, mas foi reprovada justamente por isso. Então, isso vai nos estimular, pois temos campo para gastar. Para resolver o problema do saneamento básico no Brasil precisamos de R\$176 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – No próximo ano, V. Ex^a, certamente será atendido.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Augusto Botelho, só para esclarecer, a emenda que acaitei é praticamente parecida com a sua, só que propus um valor de 200, e também é para saneamento básico, saneamento básico em todas as cidades: ampliação e melhoria de sistema público e (inaudível) sanitário

em municípios integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico. Ela mais ou menos atinge a sua intenção, só que, como o valor é maior, então...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está em discussão.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a gostaria de discutir?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de, primeiramente, parabenizar o Relator, Senador Paulo Octávio, e fazer um registro importante, porque o Senador Paulo Octávio teve sensibilidade, conhecedor do assunto que é, não só do Centro-Oeste mas do Brasil. Sobre o gasoduto da unificação nacional, que foi aprovado pela Medida Provisória nº 127, que versava sobre universalização dos serviços de energia elétrica, foram computados recursos, à época da CDE, que atenderiam uma parte desses investimentos do gasoduto da unificação nacional.

É importante, Senador Paulo Octávio, Presidente José Jorge, registrar que esse gasoduto sai de Mato Grosso do Sul, passa por Goiás, Brasília, Tocantins e chega até o Maranhão. Atende a todos os projetos ao longo do seu traçado, interiorizando o gás natural no País – por isso que ele é o gasoduto da unificação nacional – e reforçando a malha nordeste, porque a malha nordeste contaria com o gás natural, proveniente da Região Centro-Oeste, proveniente especialmente das jazidas de gás natural na Bolívia.

Esse é um projeto de grande envergadura, no meu ponto de vista é um dos projetos nacionais mais importantes. No momento em que o Governo busca uma marca que acredito, Presidente José Jorge, será a marca da infra-estrutura, que é o grande gargalo da economia do País, este sim seria um grande projeto: um projeto de geração de empregos e um projeto que introduziria e consolidaria definitivamente o gás natural na matriz energética brasileira.

Portanto, esse é um projeto de extrema relevância e de extrema importância. Espero que as várias empresas envolvidas no desenvolvimento desse projeto tenham agora dinamidade para implementar rapidamente esse projeto de grande envergadura, que vai impactar fortemente vários Estados da Região Centro-Oeste e especialmente lá das regiões Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar essa emenda relativa ao serviço de geologia e geofísica, aplicadas à prospecção de petróleo e gás natural.

A Agência Nacional de Petróleo, Sr. Presidente, que V. Ex^a conhece muito bem, como Ministro de Minas e Energia, precisa de recursos para preparar, inclusive, a sétima e oitava rodadas, já previstas, quando

vamos licitar novos blocos no País, especialmente na plataforma continental.

E a ANP, numa das suas principais atividades, ficou extremamente prejudicada, como várias agências têm sido prejudicadas no desenvolvimento dos trabalhos. Portanto, é absolutamente pertinente o posicionamento do Relator no que se refere a essa emenda, que também fez parte do conjunto de emendas apresentadas pelo Senador Sibá Machado. Acredito que com isso esta Comissão, mais do que nunca, demonstra a sua percepção, a sua sensibilidade e a importância dessas emendas para o desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Delcídio. Gostaria de acrescentar ao seu brilhante pronunciamento que quando esses gasodutos são construídos, além de beneficiarem aqueles Estados que são diretamente atingidos por essa etapa, eles também beneficiam indiretamente aqueles Estados próximos à etapa concluída. Isso porque ficará mais fácil, no futuro, fazer essas ligações.

Essa é também uma emenda que beneficia as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Quanto à questão das agências – estive hoje com o Presidente da Anatel –, acredito que temos de ter uma luta política, aqui no Congresso, para acabarmos com o contingenciamento das agências reguladoras. Por quê? As agências reguladoras têm taxas que são pagas pelos consumidores para que prestem uma série de serviços, como fiscalização e outros. O que está acontecendo na prática? O Governo contingencia esses recursos. Eles não podem ser usados para outra função e ficam apenas fazendo caixa para que o Governo aumente o superávit primário e, conseqüentemente, pague juros.

Assim, acredito que V. Ex^a, como futuro Líder do PT, certamente nos ajudará nesta missão de acabar com o contingenciamento das agências. Isso é mais importante até do que uma emenda “a”, “b” ou “c” para uma agência. As agências têm recursos sobrando, mas ficam contingenciados pelo orçamento.

Podemos lutar, junto com o Senador Romero Jucá, para que já neste orçamento possamos aumentar os orçamentos das agências ao nível das suas necessidades e dos recursos que elas têm disponíveis.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Aqueles que forem favoráveis ao relatório permaneçam como estão.

Aprovado, contra o voto do Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR)

– Não considero os seis Estados da Região Norte, exceto o Tocantins, contemplados.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Fica registrada a manifestação de V. Ex^a.

Está aprovado o relatório.

Agradeço ao Senador Paulo Octávio.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h12min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 16a. Reunião Ordinária Da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 14 de Dezembro de 2004 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Fátima Cleide, Marco Maciel, João Ribeiro, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, César Borges, Luis Otávio, Efraim Moraes, Ideli Salvati, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa, Teotônio Vilela Filho e Roberto Saturnino. Deixam de comparecer por motivo justificado a Senhora Senadora Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os(as) Senhores(as) Senadores(as) Antonio Carlos Valadares, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Ducimar Costa, Gérson Camata, Mário Calixto, Paulo Octávio, José Maranhão, Magno Malta, e Sérgio Guerra. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01 – Mensagem nº 193, de 2004. Não Terminativo. Ementa: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jerson Kelman para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.” Autor: Presidência da República. Relator: Senador José Jorge (advogado). Relatório: Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado por 15 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção. Após a explanação do senhor indicado, fazem uso da palavra para sabatinarem e tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores José Jorge, Delcídio Amaral, Ana Júlia Carepa, Rodolpho Tourinho, César Borges, Edson Lobão, João Ribeiro e Teotônio Vilela Filho. Realizada a sabatina do indicado, passa-se à fase de votação por escrutínio secreto. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores João Ribeiro e Augusto Botelho. Após apurados os votos, a Presidência declara aprovado por 15 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção, o nome do senhor indica-

do. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezessete horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas.

Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que da pauta de hoje consta um único item: audiência pública para sabatina.

Item 01:

Mensagem nº 193, de 2004, não terminativa.

Ementa: Submeto à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gerson Kelman para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Autoria da Presidência da República. Relator: Senador José Jorge. Parecer.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho, vice-Presidente da Comissão, para que eu possa relatar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Passo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Gerson Kelman, Presidente da Ana, futuro Presidente da Aneel, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 193, de 2004 (nº 797, de 2004, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gerson Kelman para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, atendendo o disposto no art. 52, § 3º, f, da Constituição Federal e na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Relator: Senador José Jorge.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gerson Kelman para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica. O dispositivo constitucional referido confere competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto e após arguição pública, a escolha de titular de cargo que a lei determinar. O Parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 1996,

condiciona a nomeação dos membros da Diretoria da Aneel a prévia aprovação do Senado Federal.

O **currículum vitae** do Sr. Gerson Kelman, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. O Sr. Gerson Kelman é engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1971. Obteve os graus de Mestre em Hidráulica pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coop, Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. E de Doutor PhD em Hidrologia e Recursos Hídricos pela Colorado State University, em 1976. Ocupou, entre outros cargos, os seguintes: Pesquisador do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel, entre 1976 e 1981; Professor da Coop, desde 1977; Diretor de (inaudível) e Projetos da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla, do Governo do Rio de Janeiro, entre 1991 e 1996; Consultor de várias instituições e empresas, inclusive o Banco Mundial, desde 1993, e do Ministério do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a partir de 1997; Assessor Especial do Ministro de Meio Ambiente para temas relacionados à criação da Agência Nacional de Águas, da qual é Diretor-Presidente desde dezembro de 2000. É autor do livro **Cheias e Aproveitamento Hidrelétrico**, além de capítulos inseridos em dez livros e mais de cem artigos técnicos, dos quais cerca de metade publicados em revistas técnicas internacionais. Presidiu a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, entre 1987 e 1989. E foi membro de 35 bancas de mestrado, sendo 16 como orientador; e de nove bancas de doutorado, das quais quatro como orientador. Participa do Conselho Nacional de Política Energética, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e como Coordenador da Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico, entre 2001 e 2002; foi membro também de Comitê Gestor da Crise Energética, entre 2001 e 2002. Ele já foi distinguido por vários prêmios, dentre os quais citamos o “King Rasan II”; “Great World Water Prize”, de 2003; “Comendador da Ordem do Rio Branco” e “Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico”. A ampla experiência profissional e a sólida formação técnica e acadêmica do indicado estão comprovados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado. Fica assim a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Jerson Kelman, para exercer o cargo de Diretor da Aneel por um período de quatro anos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, imagino que a indicação do Dr. Jerson Kelman cumpre essas condições que nós gostaríamos que todos aqueles indicados para as agências reguladoras cumprissem, ou seja, a de um profissional da área, com formação científica, com experiência profissional, com experiência de mercado, que possa dirigir uma Agência tão difícil como a Aneel. Todos nós sabemos que o setor elétrico brasileiro e os setores elétricos do mundo inteiro têm grande dificuldade na execução de suas políticas e programas, exatamente porque o setor elétrico tem uma série de características, de concentração, de monopólios, etc que dificulta o seu trabalho. Hoje em dia também o setor elétrico tem grandes dificuldades com o meio ambiente. Todos nós sabemos que qualquer forma de geração de energia sempre afeta o meio ambiente, seja hidroelétrica, seja térmica, seja nuclear, enfim, todas têm grandes efeitos ambientais. Portanto, é necessário alguém que possua um amplo conhecimento do setor. E o que tínhamos visto em outras indicações feitas pelo atual Governo é que, muitas vezes, utilizava pessoas que estavam desempregadas ou que tinham perdido a eleição ou que, na realidade, não tinham uma formação nem técnica, nem científica, muito menos longe para aqueles segmentos das Agências. Sabemos que a Agência foi uma grande evolução na política do setor de infraestrutura brasileiro. A Aneel é uma Agência nova. Ela só tem sete, oito, anos. Portanto, ela necessita que haja um apoio muito grande do Governo. Vimos, desde o início do Governo, é que foi dado um grande voto de desconfiança às Agências. Todas sofreram cortes de verbas, dificuldades na realização de seu trabalho, mas, agora, pouco a pouco, aparentemente, as Agências vão conquistando aquela posição que tinham conquistado no passado. Tínhamos um projeto de regularização, um projeto de lei que foi enviado para a Câmara. Quer dizer, ele foi enviado para o Congresso, começa a operar na Câmara. Esse projeto já está aí há seis meses. Diziam que ia ser uma coisa; lutou-se e hoje ele está bem melhor do que se esperava inicialmente. Inclusive agora, aparentemente, ele está sem pai nem mãe, porque ele está na Câmara; e não se vota e não se aprova. Então, acho que com a vinda do Dr. Kelner também – ele já presidiu uma Agência, que era a ANA. Agora, é Presidente da Aneel – podemos aproveitar este Projeto não para dificultar o trabalho das Agências, mas para melhorar o seu trabalho, definir os seus recursos. Nós temos um problema sério, nas Agências, que o Dr. Kelner vai enfrentar. É o problema de pessoal, e, principalmente, o problema do contingenciamento das verbas das Agências. São recursos que os consumidores pagam para que as Agências fiscalizem os

prestadores de serviço e que estão sendo contingenciados. Então, é com alegria. Aliás, eu me autodesignei relator deste Projeto, porque acredito que a indicação do Dr. Kelner possa ser uma mudança da derivada, como se diz, para que se volte a indicar técnicos de experiência profissional, de nível técnico, cultural e científico alto, para que as Agências possam ter essa mais valia, essa possibilidade de realmente prestar um grande serviço à Nação. Então, eram essas as considerações que eu queria fazer como Relator do processo do Dr. Gerson Kelner.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra, agora, o Dr. Gerson Kelner, para fazer a sua exposição.

O SR. GERSON KELNER – Senador José Jorge, de pronto, quero agradecer o seu generoso relato, Presidente desta Comissão; Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente desta Comissão; Senadores Delcídio Amaral, Osmar Dias, Luiz Otávio, Senadora Ana Júlia, Senador Marco Maciel, minhas senhoras e senhores, vou, com a permissão do Presidente desta Comissão, utilizar o *powerpoint* e tocar em três pontos muito rapidamente, em cerca de 20 minutos: primeiro, no tema setor elétrico; depois, as agências reguladoras e, finalmente, o desafio da Aneel. (Pausa.)

Começando pelo setor elétrico, existem muitas instituições neste setor e, às vezes, é preciso demarcar as áreas de atuação de cada uma delas. Pelo menos no que diz respeito à formulação de políticas, poderíamos elencar três instituições: o próprio Congresso Nacional, que formula as leis; o Conselho Nacional de Política Energética, que aconselha o Presidente da República em temas estratégicos; o Ministério de Minas e Energia, que é responsável por olhar para frente e avaliar qual é o equilíbrio entre oferta e demanda de energia em geral, e em elétrica, em particular, portanto o planejamento; a empresa de pesquisa energética, que tem que formular um elenco de novas usinas, novas geradoras necessárias para atender o aumento de demanda de energia; a Aneel, o tema de hoje, uma agência fiscalizadora, reguladora, e vamos falar mais sobre isso; o NS, que faz o despacho do setor elétrico, quer dizer, é ele que coordena a geração de energia nas várias usinas e o fluxo dessa energia nas várias linhas de transmissão; e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que é responsável pelos acordos comerciais entre os agentes do setor, nomeadamente os agentes de geração, de transmissão, de distribuição e de comercialização. (Pausa.)

Este *slide* mostra a situação hoje em termos de capacidade instalada, quer dizer, se fossem instantaneamente utilizadas todas as fontes de produção de energia elétrica que existem, poderíamos produzir

uma potência de 96 mil *megawatts*, dos quais a *pizza* ali mostra que 72% seriam de origem hidráulica. Entretanto quando olhamos, não a potência instalada e, sim, a energia efetivamente produzida, a participação das usinas hidráulicas é maior que 90%. Isso, na realidade, é uma bênção, porque a energia hidroelétrica é renovável e é a mais barata do nosso País. O que não quer dizer, naturalmente, que devemos ficar 100% hidroelétricos – não seria sábio – temos que diversificar a matriz, mas é uma sorte que possamos confiar tanto na energia hidroelétrica.

No quadro abaixo, só para destacar um número, nosso consumo **per capita** é de 1.700 KW/hora por ano, que, a grosso modo, é seis vezes inferior ao consumo **per capita** nos Estados Unidos, sinalizando que temos ainda um longo caminho a percorrer para atingir não apenas os níveis de conforto que os americanos têm, mas principalmente os níveis de produção e geração de emprego, porque energia elétrica é insumo para a produção. (Pausa.)

Esta é uma estatística dos agentes setoriais. Vou pular por economia de tempo. Saúdo o Senador Saturnino Braga.

Temos nesse gráfico a evolução da oferta, isto é, da capacidade instalada, o que significa por quinquênios. Apenas para exemplificar, no quinquênio 81/85, o crescimento foi de 2.428 *megawatts* por ano. (Pausa.)

Fica nítido que tivemos um descenso no quinquênio 91/95, que foi uma das razões que ocasionou a crise do ano de 2001. As pessoas que não estão familiarizadas com o setor elétrico às vezes se espantam que tenha demorado tanto tempo entre uma defasagem de investimento e a crise. A razão é que somos hidroelétricos e, portanto, durante alguns anos, nossas usinas, nossos reservatórios foram utilizados além do que poderiam e demorou alguns anos para que os reservatórios se esvasiarem, o que só veio a acontecer em 2000. (Pausa.)

Nosso sistema elétrico é interligado, e isso também é uma sorte, porque significa que, se uma seca atingir uma região do país, em outras regiões não atingidas pela seca, podem socorrer, transmitindo essa energia por linhas de transmissão. Isso significa que, se o Brasil tivesse uma dimensão menor, digamos igual à do Uruguai, talvez não pudéssemos confiar tanto na energia hídrica porque a seca, quando atinge uma pequena região, lembrando o caso do Uruguai, atinge o país inteiro. E aqui no Brasil, não: temos complementaridade, podemos, portanto, usar o fato de que uma região pode socorrer a outra.

Esse sistema significa que, quando acendemos uma luz, utilizamos a energia, essa energia pode estar

sendo produzida em qualquer canto do País, em várias usinas; e 96% da energia produzida no País está nessa condição. Os 4% remanescentes são dos sistemas isolados, aqueles em que o consumo e a produção se dão basicamente na Amazônia em sistemas não conectados ao resto.

Este é um gráfico que mostra qual o potencial. Está dito que, em termos de operação e construção, já aproveitamos cerca de 34% do potencial hidroelétrico brasileiro. Apenas para comparar isso com a nossa situação em relação a outros países, se olharmos o que acontece na América do Norte e na Europa, eles já aproveitaram cerca de 70% do potencial deles. Aqui, na América Latina, 33%; 34% no Brasil; África, 6%; Ásia, 21%. De forma que, quando alguns conselheiros da Europa ou dos Estados Unidos nos aconselharem a não utilizar energia de origem hídrica, devemos ficar desconfiados porque não foi o que eles fizeram. Eles usaram pesadamente a sua energia de origem hidroelétrica, que é renovável e barata.

Esse gráfico mostra qual a situação das usinas hidroelétricas que haviam sido licitadas e concedidas anteriormente à presente lei. Quer dizer, na fase inicial, as usinas eram concedidas sem a licença prévia ambiental. Era obrigação do empreendedor obter junto aos órgãos do meio ambiente essa licença prévia. Das 46 usinas que estavam nessa categoria, 24 ainda estão em situação complexa para obter a licença ambiental. Foi essa situação que motivou uma modificação adotada na presente lei e que agora a licença ambiental já vem com a licitação de empreendimento hidroelétrico, que é dada pelo Governo. Isso impõe uma tarefa a mais para o Governo, que é obter a licença ambiental seja do órgão federal, Ibama, seja dos órgãos estaduais, mas, por outro lado, dá muito mais segurança ao investidor, porque, quando receber uma concessão de usina, já terá a licença.

No fundo, a questão que tem de ser resolvida tanto pelo Ministério das Minas e Energia como pelo Ministério do Meio Ambiente e pelas entidades de licenciamento ambiental é encontrar o conjunto de usinas que atenda ao crescimento da demanda e tenha o mínimo de impacto ambiental. E mínimo impacto ambiental é algo muito distinto de zero impacto ambiental. Quer dizer, a metodologia de olhar usina por usina e verificar se tem impacto, todas têm; o desafio está em encontrar um conjunto que atenda à demanda, que atenda à necessidade do País e tenha mínimo impacto ambiental. E essa responsabilidade é conjunta no setor de energético e setor de meio ambiente.

Passando para o segundo item, as agências reguladoras, elas surgiram no século XIX, nos Estados Unidos, para corrigir as falhas de mercado. São

essencialmente dois tipos de falhas de mercado. Uma são indústrias que admitem competição, mas a competição não ocorre por formação de cartéis, de associação. Isso é necessário para proteger o consumidor de uma ação antitruste – aqui quem faz é o CADE. E, numa outra vertente, há uma ação de regulação dos monopólios naturais, que, como V. Ex^{as} sabem, são aqueles serviços que são melhor prestados por apenas uma empresa e não por uma competição, como é o caso da distribuição de água ou de energia. Isso porque ninguém vai colocar vários canos em uma rua ou várias linhas de distribuição em uma rua, porque sairia muito caro. Sendo um monopólio, é necessário ser regulado, como sabemos, daí surgiu essa vertente de agências reguladoras do monopólio natural. A formatação que adotaram no século XIX, nos Estados Unidos, é a mesma essência que estamos adotando: diretoria colegiada, independência decisória, uma série de características que formatam as nossas agências.

A passagem, nos anos 1980 e 1990, do conceito de Estado empreendedor para Estado regulador deu-se no mundo inteiro e por razões diferentes no mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento. No mundo desenvolvido, na Inglaterra, a Primeira Ministra Margaret Thatcher impôs uma série de reformas dentro de uma lógica e uma percepção vigentes na Inglaterra, em que havia uma ineficácia dos gastos das empresas estatais, porque elas eram basicamente muito avessas a riscos e sobreinvestiam. Portanto, as tarifas ficavam excessivamente caras. A situação do mundo em desenvolvimento, o Brasil em particular, não era exatamente essa, embora esse discurso tenha permeado a discussão, mas basicamente tivemos um problema econômico de dificuldades de recursos para investimento. O primeiro modelo que se adotou aqui e em vários outros países foi muito calcado em uma idéia liberal de que o mercado de energia elétrica funcionaria como outros mercados, em que a oferta e a demanda acabariam equilibrando o preço. Essencialmente, a falta de oferta de energia elevaria o preço e, aí, novos investidores viriam e fariam investimentos em novas usinas, o que resolveria a questão.

No nosso caso particular, predominantemente hidrelétrico, a questão não é tão simples, porque o sistema é projetado para adotar a hipótese de seca, ou seja, ele é projetado tendo-se em mente a hipótese de que tenhamos uma hidrologia desfavorável. Como, em quase todo o tempo, não é assim – em quase todo o tempo, temos mais águas que no tal período seco –, os reservatórios costumam ficar cheios. Como o preço da energia varia inversamente ao estoque de água, ou seja, quanto mais alto o estoque de água, menor o preço da energia, o que se verifica é esse gráfico, que

mostra a variação ao longo do tempo do preço da energia: quase todo o tempo, ele está muito baixo e, de vez em quando, há um pico de alto preço. Esse sinal econômico, na prática, revelou-se incapaz de motivar a vinda de investidores. Seriam necessários investimentos de longo prazo.

Próximo.

A situação que vivemos aqui não foi privilégio brasileiro. O problema foi vivenciado em outras partes do mundo. Faço duas citações, ambas do Conselho Mundial de Energia. Vou ler: “Em vez de modelos muito sofisticados, baseados na competição dos agentes no mercado atacadista de energia, é preferível a adoção de um modelo mais simples, baseado na combinação de mecanismos de mercado com planejamento governamental”. Esse relatório foi feito para a Ásia, mas é exatamente o que aqui se propõe, que é combinar mecanismos de mercado com planejamento governamental, que havia sido um pouco diminuído.

Numa outra passagem, num relatório mais recente, diz-se que é fundamental a estabilidade e previsibilidade regulatória: “Freqüentemente, o benefício causado pelo aperfeiçoamento de alguma norma regulatória é menor que o prejuízo causado pela mudança da percepção de risco por parte dos investidores”. Isto é, a estabilidade regulatória, a previsibilidade, é um bem em si da regulação, e eu aqui me comprometo com esses princípios.

Próximo.

Vou pular esse, porque é na mesma linha. Recentemente, a Confederação Nacional da Indústria se manifestou na mesma linha de raciocínio.

Os objetivos das agências reguladoras são bem conhecidos, mas, às vezes, há um pouco de confusão. Eles, essencialmente, visam equilibrar três interesses que nem sempre coincidem: o interesse do consumidor, o interesse do investidor, que faz um investimento de longo prazo, e o interesse do poder concedente, que é o governo. Apenas para dar um exemplo de não-coincidência: é interesse do governo que haja a universalização de acesso, mas isso significa um pouco de sobra nas tarifas para que as empresas possam fazer investimentos e levar energia aos brasileiros que hoje não são ainda atendidos. Isso não coincide com o interesse do consumidor, que quer tarifas mínimas. Poderíamos dar outros exemplos para mostrar que esses três elementos não necessariamente coincidem em interesses.

É por isso que as agências reguladoras pedem independência decisória, elas não podem estar vinculadas aos interesses momentâneos de qualquer um dos três setores. Essa independência decisória está atrelada a uma necessidade de autonomia – não au-

tonomia absoluta, porque essa não existe na administração pública, mas uma autonomia que seja suficiente para que ocorra a independência decisória.

Além disso, as decisões devem ser absolutamente transparentes, não no sentido de que haja unanimidade, mas no sentido de que a metodologia e o raciocínio para tomar decisões sejam absolutamente reproduzíveis, estejam documentados e sejam absolutamente públicos.

Principalmente, deve haver excelência técnica. Voltarei a esse tema; sobre os demais, são bem conhecidos e vou pulá-los em benefício do tempo.

Próximo.

Passo ao terceiro segmento da minha apresentação, que é sobre os desafios da Aneel, que são enormes. Vou pinçar alguns.

Um deles é persistir no esforço, já em andamento, da descentralização. Não será de Brasília que a Aneel conseguirá fiscalizar e monitorar a atividade dos vários agentes do setor pelo Brasil afora. A Aneel, corretamente, vem realizando convênios com entidades estaduais – já são treze os convênios feitos. É necessário prosseguir nessa caminhada. O relatório da Aneel dos sete anos – muito bem feito – destaca que isso não foi possível com mais ênfase neste último ano por conta do contingenciamento a que já se referiu o Senador José Jorge, que é efetivamente um problema a ser enfrentado.

Próximo.

Temos um novo modelo setorial, muito recente, que vai exigir por parte da Aneel um esforço muito largo de normatização em várias áreas. Primeiro, as Sr^{as} e os Srs. Senadores sabem que temos, no setor elétrico, dois ambientes: um de contratação regulada – que são os consumidores cativos, somos nós, de nossas casas, que não escolhemos quem nos vende energia –, e um outro de ambiente de contratação livre – que são as grandes empresas, com mais de três megawatts de consumo, que podem contratar energia de um fornecedor qualquer.

A existência desses dois ambientes – que já existiam na realidade, foram apenas consolidados – é interessante, mesmo por um setor regulado, porque uma descolagem dos dois setores significa que alguma coisa está errada em um ou em outro. Em outras palavras: se os preços de energia no setor livre ficarem abaixo do que acontece no setor regulado, significa que a regulação não está sendo bem feita. Então, é interessante para todos, não só para os livres, mas também para os regulados que tenham esses dois ambientes.

O consumidor livre é aquele que pode comprar de quem lhe oferecer melhores condições.

A Aneel já tomou recentemente uma resolução que reforça um sinal que já existia locacional para a tarifa de transmissão. Isso deve ser enfatizado, porque é evidente que uma geração perto de um centro de carga, sob o ponto de vista do sistema transmissão, é mais interessante do que uma geração longínqua do sistema de carga e, de igual maneira, um consumo perto de onde haja mais geração é também benéfico em termos da linha de transmissão. Já foi feita uma Resolução e nós temos de aprimorar a metodologia.

E Há também todo um tema relacionado aos sistemas isolados que consomem combustíveis fósseis que são subvencionados para uma conta chamada CCC, paga por todos os consumidores, em que já existe Resolução da Aneel, que deve ser estimulada, no sentido de substituição desses combustíveis fósseis por fontes alternativas. Em particular, a biomassa oferece grandes perspectivas, particularmente o bagaço de cana. Há no horizonte um *breakthru* tecnológico e parece que o bagaço de cana poderá vir a ser uma boa fonte de energia elétrica.

Próxima tela.

A Aneel tem acompanhado a qualidade dos serviços prestados por meio intermédio de basicamente dois índices: um que mede a frequência de interrupções do serviço, e o outro, que mede a duração das interrupções.

Estes dois gráficos mostram que nesses dois casos os índices estão decaindo ao longo dos anos, o que é uma amostra da melhoria do desempenho do setor e, certamente, por influência da atuação da própria Aneel.

A partir de 2005, será possível ter esses índices individualizados. Esse é um primeiro passo para uma abordagem mais abrangente, que não sei quando será possível, mas o ideal é que interrupções de fornecimentos fora das regras e padrões aceitáveis resultem em indenização ao consumidor, e com índices individualizados isso será possível. Isso é algo para frente.

Próxima tela.

Essa “pizza”, que não está muito perceptível, mostra a composição da tarifa para o consumidor final, que é essencialmente dividida em duas parcelas. A parcela A, que é uma chamada parcela não gerenciável da distribuidora, são os insumos que a distribuidora tem de pagar independentemente da sua eficácia, o transporte de energia, quer dizer, as linhas de transmissão, e encargos setoriais.

O único componente que mereceria alguma discussão e uma oportuna intervenção da Aneel diz respeito à energia comprada. Porque, quanto à energia comprada, há uma pequena parcela, que são as perdas. Em alguns sistemas as perdas são excessivas

por descontrolar, por roubo de energia – o “gato”. Isso é preferível que tenhamos uma regulação que leve a investimentos tecnológicos que diminuam a possibilidade do “gato” – e é bom que os consumidores atuais paguem por isso, e não paguem a vida inteira, mantendo consumidores que roubam energia e não pagam o que tem de ser pago, o que diminui, inclusive, a cidadania.

Na parcela B, as ditas gerenciáveis, incidem impostos. Mas o fundamental é aquele item operação/manutenção e remuneração dos investimentos. É aí que reside a maior parte da atuação da Aneel, porque o que ela tem de fazer de quatro em quatro anos é uma revisão tarifária. Todo ano ela faz um reajuste, que é essencialmente a correção da inflação, a grosso modo. De quatro em quatro anos, é preciso fazer uma revisão tarifária que visa a avaliar o equilíbrio econômico-financeiro da distribuidora. Nesse ponto, ela tem que olhar dois aspectos fundamentais: os custos de operação e manutenção; a remuneração dos vencimentos feitos.

A Aneel fez um progresso fabuloso em termos de metodologia, porque, em vez dos métodos contábeis antigos, hoje utiliza uma empresa de referência e consegue maior transparência e uniformidade no trato das várias distribuidoras.

Esse é o último *slide*. Quero dizer que há duas prioridades na lista da Aneel: prestação sistemática de contas à sociedade e, em particular ao Congresso Nacional; manutenção da excelência técnica do quadro funcional e busca de remuneração adequada.

Cito essas questões, porque a Aneel regula um setor muito poderoso, que faz girar bilhões de reais por ano. É essencial, portanto, que essa regulação seja feita por pessoal absolutamente capacitado. Ocorre que a indústria de energia elétrica tem funcionado como um atrativo para sorver, ou melhor, dar empregos, e os funcionários da Aneel, hoje, têm uma remuneração muito abaixo do mercado. Esse é um desafio que temos de enfrentar. Temos de manter, acima de tudo, um quadro profissional bem qualificado.

Para finalizar, quero dizer que, se esta Casa confirmar minha indicação para assumir a Diretoria-Geral da Aneel, vou empenhar, nessa nova função, todo o entusiasmo que tenho empregado na direção da ANA, há quatro anos. Vou empenhar-me com um desafio adicional. Entendo que a administração feita pelo Dr. José Mário de Miranda Abdo, ao longo de sete anos, foi muito competente; meu desafio adicional é justamente manter o padrão de eficácia que já existe na Aneel.

Se essa confirmação acontecer – amanhã esta Comissão e o Senado examinarão o candidato que me substituirá na ANA –, também sairei com paz de espírito, certo de que haverá continuidade na administração da

ANA, visto que a pessoa indicada, o economista José Machado, tem experiência na área de recursos hídricos, por ter sido presidente do primeiro consórcio de bacias hidrográficas, o do rio Piracicaba.

Era o que tinha a dizer. Fico muito grato pela atenção de V. Ex^{as}. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – As inscrições já foram feitas. O Senador José Jorge é o primeiro inscrito. Depois, falarão os Senadores Delcídio Amaral e Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge para a sabatina.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, gostaria de dizer que o Dr. Gerson Kelman levantou alguns aspectos do problema do setor elétrico e das agências reguladoras. Na realidade, são duas questões diferentes: as que são específicas do setor elétrico e as que abrangem as agências reguladoras, particularmente a Aneel, uma das que tem uma situação difícil.

Pergunto ao Dr. Gerson Kelman sobre o que espera do futuro dos investimentos. S. S^a apresentou um gráfico muito interessante, que juntou informações de cada cinco anos. Creio que todos o têm, porque foi distribuído. É um gráfico sobre o acréscimo da oferta de energia elétrica, que diz que, no período compreendido entre 1981 e 1985 – período completamente estatal –, 12.141 megawatts foram acrescentados ao sistema. De 1996 a 2000, esse número caiu para cerca de 10 mil megawatts, aliás, subiu para 13 mil megawatts. Houve, depois, o grande problema, o gargalo que gerou a crise de 2001, exatamente no período de 1991 a 1995, em que só foram gerados 5.597 megawatts, praticamente a metade. Por quê? Foi o período em que os recursos estatais ficaram escassos. Houve a crise do petróleo, e parou-se de fazer investimentos. Surgiu, então, o novo modelo, que deu uma reação importante, ou seja, no próximo quinquênio, deram 14.500 megawatts; neste, foram 17.126 megawatts, já contando com 2005, portanto, trata-se de um modelo que, na realidade, havia tido uma grande reação.

Verifica-se que o grande problema é quando há mudança de modelo. Quando isso ocorre, cria-se um grande período de transição. Na realidade, mudamos novamente de modelo. Então, já houve dois anos de transição: 2003 e 2004. Recentemente, há quinze dias, fizemos um leilão – aparentemente, o maior do mundo e – a meu ver –, um dos menos inteligentes. Deveria entrar no **guinness** por esses dois motivos. Porque, na realidade, entrou como um leilão supercomplexo – e trancava o gerador numa sala, era a maior complicação – para, no fim, vender energia praticamente pelo mesmo preço que estava sendo vendida. Primei-

ramente, diziam que a energia iria abaixar 5%; depois, verificou-se que não eram 5% e sim menos de 3%, e para algumas regiões, inclusive nas Regiões mais pobres – Norte e Nordeste, principalmente – a energia até aumentou.

Hoje, a grande preocupação diz respeito à questão do investimento futuro. Com a posse do Governo atual, apesar da crise – as palavras não são minhas, mas da própria Ministra e do Tomasquim –, todos diziam que nós tínhamos cerca de 10 a 12 mil megawatts de energia sobrando. Desta energia, consumimos de 3 a 4 mil megawatts por ano. Então, estes 10 mil megawatts, aparentemente, dão para 3 anos, no máximo – e já vamos começar a ter dificuldades.

Há também hidroelétricas que estão com suas obras paralisadas tendo em vista questões ambientais.

Pergunto-lhe, primeiramente, de quanto será o investimento, que V. S^a espera, que o sistema elétrico terá que fazer, por ano, para que possamos garantir o abastecimento de energia, de forma tranqüila, sem maiores dificuldades? Desse montante, quanto poderia advir dos setores público e privado? Qual a forma de atendimento desses investimentos?

Com relação ao setor elétrico, essas seriam as primeiras perguntas.

A segunda, é em relação às tarifas. O que V. S^a espera com relação à questão tarifária? No futuro, teremos uma tarifa maior para o setor elétrico com a energia comprada mais cara, ou vamos pagar menos pela energia elétrica? O que o consumidor brasileiro poderá esperar para o futuro? Porque, nesse primeiro leilão, dizia-se que teríamos uma energia muito mais barata; no entanto, aparentemente, o preço da energia ficou o mesmo, ou diminui ou aumentou um pouco. No futuro, a curto prazo, daqui a 5 anos, V. S^a espera que tenhamos uma energia mais cara ou mais barata?

A terceira pergunta diz respeito às agências reguladoras.

Os recursos vinculados a estas agências reguladoras estão sendo contingenciados. Isso é um absurdo e um desrespeito para com o consumidor. Na verdade, o consumidor já paga isso, que está embutido em sua conta de luz. Ele paga exatamente para que esse recurso seja aplicado, para que a agência fiscalize as distribuidoras. A fiscalização para este ano, na Aneel, deve ser menor ainda do que a de anos anteriores; provavelmente no próximo ano será menor ainda, exatamente porque os recursos contingenciados não permitem que se fiscalizem as distribuidoras. Então, o consumidor está sendo enganado; ele está pagando e não está recebendo o serviço de volta. E esse dinheiro é contingenciado, não é gasto em nada, servindo apenas para pagar juros internacionais ou nacionais das

dívidas do Governo, e de forma indireta, porque, contabilmente, não pode sequer ser utilizado para isso.

À essa luta todos devem se engajar, principalmente os que querem fortalecer as agências. Eu sou um deles, pois há um projeto de lei, de minha autoria, proibindo o contingenciamento dos recursos específicos das agências.

Em terceiro lugar, como vamos ultrapassar esse novo período de transição que se está criando? Na verdade, sabemos que a decisão para que as novas hidroelétricas deverão ter a autorização ambiental antes de serem licitadas é boa, interessante. No entanto, com isso, se criaria uma defasagem em relação às novas hidroelétricas. Todos sabemos que a nossa grande dificuldade para a construção de hidroelétricas: todas elas têm interferência no meio ambiente, invade alguma área, cria um lago! Só com muita sorte uma Xingó da vida, que é praticamente zero no efeito ambiental. Mas as hidroelétricas são de grande potencial. Estão todas na Região Norte, uma região preservada. Então, essas seriam as questões que eu gostaria de colocar para V. As.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Bortolho) – Já está se aproximando da ordem do dia. Eu vou colocar em votação. Pergunto se posso fazer três perguntas em bloco para adiantar o tempo.

Se os Srs. Senadores concordarem passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Primeiro, quero te cumprimentar e toda a equipe da Aneel que está aqui presente e dizer que estou muito contente com presença de vocês. E você vai assumir a Aneel substituindo o José Mário, que é um velho companheiro do setor elétrico, uma pessoa que fez um bom trabalho com toda a equipe ao longo deste sete anos. E entendo que a indicação do teu nome é muito importante, porque eu não tenho dúvida nenhuma de que você é um dos homens público mais preparados do País, especialmente na área em que você se preparou, estudou, se pós-graduou, atuou como consultor, enfim, também em áreas executivas, você é um profissional completo.

Então, faço questão de registrar aqui o acerto da escolha do seu nome. A Aneel está em muito boas mãos. Está na mão de uma pessoa que conhece o setor elétrico muito bem. E todo mundo interligado ao setor elétrico, que não é pequeno... Então, você tem uma boa experiência na área de petróleo e gás, tem uma boa experiência e está saindo da ANA, agora.

Então, não poderíamos contar com um quadro melhor à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Então, quero te parabenizar, desejar muito sucesso a você. E tenho certeza de que Deus vai te iluminar nesta caminhada.

Como você enxerga essa questão das agências reguladoras no projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, especialmente na questão do contrato de gestão, da ouvidoria, das agências?

O segundo ponto, e também um projeto que está tramitando aqui, a questão (*inaudível*) no mercado de energia elétrica. Qual é a tua visão? E apresentamos inclusive emendas na questão, até pela importância do sistema. Eu gostaria de te ouvir um pouco também até porque outros setores não têm a tramitação que o setor elétrico tem, especificamente no caso da Piscofins.

E o terceiro ponto: eu queria ouvir a tua exposição muito clara, muito competente sobre Angra III. Como você vê o projeto de Angra III? Eu sei que você vai estar à frente da agência reguladora, mas você é um homem competente, conheço o como ninguém. Eu gostaria inclusive de ouvir uma questão balizada como a sua. E no mais desejar sucesso para você e para toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Bom, então, darei a palavra ao terceiro inscrito, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o indicado, o Presidente da ANEEL, e já que vamos ter Ordem do Dia, quero apenas dizer que eu tenho uma opinião...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Mas a pauta hoje está trancada... Fique V. Ex^a à vontade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Fique tranquilo também porque pode ter tido acordo.

Bom, tenho a opinião de que as agências agora estão cumprindo o seu papel. Inclusive quero saber a sua opinião naquilo que se refere ao retorno do poder concedente para o âmbito da União, do Poder público, como reza a nossa Constituição Federal. Digo retorno porque entendo que, no momento, as agências extrapolaram o seu papel.

Há, inclusive, uma subcomissão permanente nesta Casa, da Comissão de Fiscalização e Controle, de fiscalização das agências reguladoras, para que elas cumpram não só o seu papel, não só legal como em respeito à lei Maior, que é a Constituição. E não extrapolem esse papel.

Como o senhor vê essa atuação conjunta da Aneel com a empresa de planejamento energético, que foi criada no novo sistema e considero importante. Como o senhor percebe e pretende que seja essa relação de uma agência que deve ser reguladora, fiscalizadora, com uma empresa que também deve existir, até porque esse setor necessita de planejamento, que não é de

curto prazo, pois planejamento a curto prazo no setor elétrico é feito em cinco anos. Como o senhor vê essas duas questões?

Gostaria também de fazer o registro de que é interessante que temos uma pessoa que veio da Agência de Águas, tem uma grande formação na área de recursos hídricos, que, no Brasil, são os recursos responsáveis pela energia elétrica, e ainda serão por algum tempo, com os cuidados que devemos ter com o meio ambiente, para não repetirmos erros do passado.

Sou favorável, por exemplo, à hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, mas devemos tomar os cuidados que não foram tomados em relação à hidrelétrica de Tucuruí. Então, nada impede o nosso sistema hidrelétrico, mas é necessário tomarmos os cuidados necessários até para que não sejamos responsabilizados, inclusive legalmente como já permite hoje a lei, pelas gerações futuras, por não termos tomado as providências para evitar desastres.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a Senadora Ana Júlia e passamos a palavra ao Dr. Gerson para que possa responder às questões.

O SR. GERSON KELNER – Iniciando pelo questionamento do Senador José Jorge, que fez referência ao leilão recentemente realizado. Esse leilão teve o mérito de colocar, de forma transparente, a energia que não estava contratada, e que teve um destino. Ele tem que ser visto não apenas sob o aspecto do preço atingido como da quantidade de energia contratada.

A pergunta seguinte é sobre a perspectiva de aumento ou baixa das tarifas. A tendência é subir e por uma razão natural. Ao contrário de outros setores, como a telefonia, que tem efeito escala – quanto mais telefones são vendidos diminui o preço unitário do telefone –, no caso da energia, estamos utilizando recurso natural cujas usinas, se forem hidrelétricas, estão cada vez mais distantes dos centros consumidores. Portanto, a tendência é que os custos marginais sejam crescentes, isto é, o novo megawatt/hora sai sempre mais caro do que o já existente, ou seja, temos uma curva crescente de custos marginais.

Isso quer dizer que a expectativa de leilão de energia nova, que é a energia de novas usinas, deve resultar em preços mais elevados do que os que foram exercitados com usinas já amortizadas. Isso, repito, é da natureza do nosso sistema.

Com relação às agências reguladoras, sem dúvida, todas elas – e fiquei quatro anos na ANA – sofreram o problema do contingenciamento. É claro que as agências reguladoras, da Aneel em particular, há o aspecto que o senhor mencionou de que esse recurso vem de uma taxa de fiscalização, portanto, não é um tributo, quer dizer, é um tributo, mas não é um imposto pago

por todos os contribuintes, mas sim pelos consumidores. E ele, ao ser contingenciado, tem esse efeito de diminuir a capacidade de atuação das agências. Isso é um fato. Vivi isso, não tem como esconder.

O que acho é que, na lei das agências que está sendo tramitado, esse assunto não é abordado como deveria e diz respeito ao problema da independência decisória. As agências em geral deveriam, poderiam, o ideal é não serem contingenciadas. Alternativa um: não ser contingenciado, que é o que o senhor defende, e que penso ser o ideal, até pela origem do recurso. Depois, se essa batalha se perder, que pelo menos o contingenciamento seja feito como é o Orçamento, V. Ex^{as}, aqui no plano parlamentar, ao aprovar um orçamento, dizem que a agência tal terá tantos reais, enfim, o orçamento da agência. Mas no contingenciamento, isso não é feito por agência, é feito por Ministério, ou seja, engloba as agências vinculadas a cada ministério. E aí temos um problema potencial de arranjos institucional que não é bom, não serve a ninguém. O Senado pode aperfeiçoar, ninguém quer o contingenciamento, mas, se vier, que seja individualizado, entidade por entidade, porque aí a agência pode se programar.

Aproveitando, vou pegar o tema agência, já que estou falando nele, e três Senadores já o abordaram, o Senador Delcídio, a quem agradeço a introdução elogiosa, focou no tema “agência” nos dois aspectos: contrato de gestão e ouvidoria.

Tenho um pouco de confiança quanto à eficácia desses dois instrumentos, porque contrato de gestão é um mecanismo muito apropriado para agências executivas. Uma agência que vai executar alguma coisa tem um planejamento, tem metas a serem atingidas. Quer dizer, é mais fácil de ser controlada a realização do contrato.

Foi contratado, pelo Ministério das Minas e Energia, um professor de Harvard, que fez uma avaliação de como estamos na agência na regulamentação do setor elétrico brasileiro comparando com outros países do mundo. Ele destaca que esse conselho de agência reguladora é usado só em outros dois países: na Tanzânia e no Peru. Na Tanzânia, nem foi aplicado, e, no Peru, mal aplicado.

Enfim, não é uma experiência internacional que pareça boa. Agora isso não quer dizer que as agências não devam ser controladas. Longe de mim essa idéia. As agências devem ter absoluta transparência e devem prestar contas à sociedade e ao Congresso. As agências devem ser e são continuamente controladas. Não quero com isso deixar a impressão de que as agências são entidades à parte de qualquer coisa. Só que o mecanismo de contrato de gestão é que não me parece o mais apropriado.

Com relação à ouvidoria, o nome ouvidor é um nome simpático, porque no fundo deveria ser uma pessoa com responsabilidade de avaliar a *performance* da agência, porque a agência já tem o seu 0800 para verificar a *performance* dos entes regulados, das distribuidoras, etc. É papel da agência verificar se o setor está funcionando bem. Agora, se a agência está funcionando bem, seria papel do ouvidor. Isso não seria mal.

Agora da forma como foi originalmente colocado, esse ouvidor, é uma questão de detalhe, ele tem, a meu ver, excesso de capacidade de influir no dia-a-dia da agência. O meu temor é que ele poderia funcionar como um poder paralelo, como que um dual da diretoria. Espero até estar errado, mas vejo esse risco e penso que ainda estaria em tempo limpar essa possibilidade, eliminando que o ouvidor possa ter o papel de uma espécie de...

O SR. – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. GERSON KELNER – Não quero dar nomes, mas, enfim, alguém que fique continuamente com o bafio na nuca, se me permitem uma expressão chula, dos diretores. Defendo que os diretores tenham um pouco de capacidade de atuar livremente.

No que diz respeito, Senadora Ana Júlia Carepa, ao poder concedente, concordo. Em praticamente todos os países do mundo o poder concedente não é das agências, isso não tem sentido nenhum, quer dizer, o poder concedente é da União. E está bem estabelecido que seja dessa maneira. No fundo é a União, por intermédio da EPE (*inaudível*) e já começo a responder a sua segunda pergunta – estou um pouco fora de ordem, mas é para encadear os temas. É o Ministério das Minas e Energia, através da EPE, que tem de produzir o tal de cardápio de novas usinas. Estou muito à vontade para falar desses temas, porque foi uma recomendação que fazíamos lá atrás. Quer dizer, a idéia de que os empreendedores vão achar quais são as usinas, onde elas têm de ser construídas, é boa. Não se deve produzir a iniciativa privada ou pública de ter de descobrir onde é que tem de fazer as usinas. De forma alguma. Mas, cabe ao Governo, através da EPE, constituir uma espécie de cardápio de obras potenciais, já com licenciamento ambiental.

Isso, então, agora, voltando à quarta pergunta do Senador José Jorge, à questão da autorização ambiental, que, como disse na minha apresentação anteriormente era uma responsabilidade do empreendedor e agora é uma responsabilidade do Governo já fazer a licitação, com a licença ambiental dada, ela cria uma dificuldade a mais para o Governo, porque, anteriormente, o empreendedor que tinha de ir junto ao órgão ambiental e conseguir a licença ambiental. Por outro

lado, ela nos dá mais segurança, porque das 46 usinas que estavam para serem construídas, 24 estão com dificuldades ambientais.

Então, no fundo, é aquilo que eu disse, cabe ao Governo, tanto ao setor de energia, quanto ao de meio ambiente, conjuntamente está sendo feito isso, achar uma equação que resulte em um cardápio de impacto mínimo ambiental, e não de impacto zero. Quer dizer, temos de escapar dessa situação de imaginar que vamos atender à necessidade de expansão de geração de energia elétrica não tendo impacto ambiental nenhum. Isso não existe. E o Governo tem de ter a consciência disso.

De forma que, essencialmente há relação entre EPE e MME. A Aneel que é uma agência; ela não formula política, ela implementa política, a experiência que tenho na ANA é de que quem implementa política é normalmente alguém que o formulador de política gosta de ouvir. A minha relação com a Ministra Marina Silva é excelente, até por isso. É claro que a nossa função lá na ANA – Agência Nacional de Águas – é implementar política, mas somos nós que estamos sentindo na ponta o que está acontecendo, e esse *feed back* para o formulador de política é sempre bem-vindo. O relatório de *(inaudível) Washed Brown* destaca isso nas agências. Apesar de os papéis serem distintos, a Agência Reguladora não está proibida de ajudar ao formulador de política a exercer o seu papel. Deve haver absoluta cooperação, inclusive com a Epi.

Bom, com relação a Angra III, Senador Delcídio, essa pergunta é dura, Senador. Os números preliminares que ouvi permitem constatar que, desprezando os custos afundados, os *san costs*, os custos que já foram feitos, quer dizer, somente olhando os custos para frente, o custo do *megawatt*-hora de Angra III se aproximaria das energias mais caras, tipo a eólica, que são, grosso modo, duas vezes e meio o custo de uma alternativa hidrelétrica ou de uma térmica a gás. Então, a opção por Angra III não será uma opção dos consumidores. Quer dizer, o papel da Aneel nesse ponto é defender o interesse dos consumidores. Poderá haver outras razões para fazer Angra III, de natureza estratégica, e aparentemente existem, que não apenas o atendimento da demanda de energia. Então, no fundo, o grande problema de Angra III será dividir, se for feita, se for decidida, qual parcela de custo será responsabilidade do consumidor e qual será a parcela responsabilidade do contribuinte, por conta desse efeito estratégico. Mas, de todo modo, estou lhe dizendo é que o consumidor sozinho, pelo menos de uma forma competitiva, não teria grandes entusiasmos por essa alternativa, pois existem outras mais baratas.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Excelência, mesmo V. Ex^a, sendo futuro líder do PT, não pode usar a palavra sem pedir ao Presidente. Então, eu passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Eu só queria perguntar se você é a favor ou contra a instalação de Angra III. Eu acho que V. S^a deu uma explicação suficiente. V. S^a é favorável, ou não, à construção de Angra III?

O SR. GERSON KELNER – Pessoalmente?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pessoalmente.

O SR. GERSON KELNER – Eu sou contra, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Contra?

O SR. GERSON KELNER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E a última pergunta eu acho que V. S^a talvez não tenha. É sobre PIS e Cofins.

O SR. GERSON KELNER – Ah! Sim, Senador. Eu fiquei preocupado com o seguinte: eu não conheço o projeto de lei. Uma das transparências que exibi mostra o efeito – aliás, é a penúltima transparência – não somente do PIS/Cofins, mas também há um pouco mais de faturas que dão 4,5%, nessa simulação da tarifa. Agora, vou ser franco com V. Ex^a: não conheço o projeto de lei e estou inabilitado para fazer comentário específico sobre esse tema. Perdoe-me.

Fora essa questão que eu não respondi, tenho a impressão de que respondi a todas as outras.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, então vamos continuar. Se nenhum dos Senadores quiser fazer mais perguntas, ainda há possibilidades. O próximo inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Senador José Jorge, Sr. Jerson Kelman, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo por assumir a Aneel e desde já me colocar à disposição para o que V. S^a precisar, daqui para frente em relação a isso.

Eu começo tratando de um tema que considero muito importante; é o último sobre o que o Senador Delcídio Amaral perguntou. Eu até não achei próprio perguntar, porque era a questão do Cofins. Eu disse a S. Ex^a. Mas já que foi colocado, penso, em primeiro lugar, um absurdo terem inserido eletricidade no Cofins, porque vem de um novo modelo que busca a motricidade tarifária. Então, iremos atrás dessa motricidade tarifária...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Talvez, Senador, V. Ex^a, que é especialista em energia elétrica, é um tributarista, pudesse dar uma explicação sobre

qual é a questão do PIS/Cofins, porque há muitas pessoas que...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu darei. Passou a se taxar a energia do Cofins. “Ponto”. Em bom português. Isso representa 4% de aumento no custo da energia. Então, estamos fazendo um modelo de motricidade tarifária que até nesse leilão pode baixar, por exemplo, 3% ou 2,8%, e do outro lado o Governo taxa e aumenta 4%, o que é um absurdo! Telecomunicações não têm, por que energia tem? Eu não vejo nenhuma razão para que isso seja feito.

Um outro assunto é puxado quando verificamos, hoje, que nos Estados Unidos, por exemplo, tem-se, de alguma forma, por outras razões inclusive, mas também por razões tarifárias, que a energia eólica está ficando de alguma forma competitiva, quando em grande quantidade. Mas eles têm uma isenção tributária, por dez anos, que permite que fique competitivo em se fazendo essa engenharia financeira. Então, isso é o que eu queria colocar em relação ao Cofins, somente para não deixar o tema morrer aqui.

Eu não tenho mais pergunta a fazer; acho que todas foram feitas. Eu trago a minha grande preocupação que é, efetivamente, tenho certeza, também a preocupação de S. S^a quanto ao aumento da capacidade de geração daqui para frente. Esse leilão não vai influenciar em nada o futuro, não comunica esse preço baixo, porque o outro vai ser por custo marginal de expansão. Esse custo marginal, como bem V. Ex^a colocou, está cada vez mais longe e vai ser mais caro. No caso da hidroelétrica, com o preço do gás baseado naqueles preços da Bolívia, também custará caro e conhecemos a história.

Em relação a essa questão do aumento, vale lembrar que já estamos dois anos sem nenhuma nova concessão na área de energia elétrica. Temos, como V. S^a assinalou, 46 usinas sendo construídas e 24 com problema de meio ambiente. Esses problemas não são fáceis, nós os conhecemos do passado. Eu vejo isso como uma situação muito inquietante; não são somente essas questões.

Esta semana, aprovamos as PPPs. Para o setor elétrico não é algo tão importante, como de resto não vai resolver todos os problemas do País. Mas a minha preocupação não são essas alternativas, esses instrumentos, mas é a questão da “financiabilidade”, da “bancabilidade” do sistema. Nesse caso, penso que a Aneel tem um papel fundamental, porque no passado tivemos problemas muito sérios em relação ao (*in-audível*) do gás, o que tornava quase impossível que aqueles projetos fossem financiados, quer pelo BNDES, quer pelo BID, quer por quem quer que fosse.

Na questão da bancabilidade, a Aneel pode complicar, como o fez no passado, porque a bancabilidade hoje também vai ser importante, na medida em que se precisar, no mínimo de investimentos de R\$10 bilhões/ano – esse é o cálculo – na área do setor elétrico. Quem vai financiar isso?

Preocupava-me também a própria posição do BNDES, quando colocava o ex-Presidente Carlos Lessa, a quem respeito, que, enquanto fosse Presidente, não haveria *project finance* no BNDES, ou seja, não teria nenhum tipo de financiamento daquilo que deveria ser o normal para a infra-estrutura no mundo. Então, essa é a questão que mais me preocupa hoje.

O nosso mercado de capitais não tem muito como contribuir para isso. A poupança interna brasileira é pouca. Lembro-me de que, quando fomos vender o PPT no BID, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento deu graças a Deus que fosse um programa termoeletrico, caso contrário não teria financiamento tão cedo, por causa das razões ambientais. Então, naquela hora, foi aprovado o programa como um todo. O Termo Rio foi o primeiro aprovado, mas se fosse hidrelétrico, dificilmente eles aprovariam. Isso foi dito naquela época.

Então, quero colocar esse aspecto, porque a Aneel também tem um papel importante na bancabilidade e lembrar que, nos anos entre 1999 e 2001, entraram cerca de 10 mil megawatts, que é a capacidade instalada, e ainda assim tivemos problemas.

Assim, nessa questão da bancabilidade, gostaria de fazer esse comentário da sua importância, até porque não vejo, do lado do Governo hoje, uma preocupação maior, que deve estar dividida com V. S^a, que tem experiência e fará um bom trabalho. Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar o Dr. Gerson Kelman, que está agora prestes a assumir uma outra função importantíssima, e parabenizá-lo pela função que desempenhou na ANA. O seu currículo é realmente digno de todos os elogios, tem um profundo conhecimento técnico e merece ocupar esse cargo, que se está propondo para o futuro.

Mas queria, na linha dos Senadores que me antecederam, especialmente o Senador Rodolpho Tourinho, perguntar ao Dr. Kelman o seguinte: o modelo energético brasileiro foi alterado por medida provisória. Isso foi muito criticado nesta Casa, exigindo-se um projeto de lei, para que fosse efetivamente modificado o **status quo** que existia com relação ao sistema elétrico, uma herança do Governo passado, que trazia certa

instabilidade ao setor, prevendo os seus investimentos dentro de um modelo que aí está.

Entretanto, o novo Governo preferiu desconhecer, fazer terra razada do passado, e fazer um novo modelo complexo, que sequer mereceu a análise demorada e acurada desta Casa, porque foi uma medida provisória com efeito de lei, tramitando a toque de caixa, e, efetivamente, afetou e muito o papel das agências, a meu ver, trazendo intranquilidade e desconfiança de todo o setor.

Tivemos conhecimento disso, por meio de documentos que o setor fez tornar conhecido pela grande imprensa, que procurava os Srs. Parlamentares, mostrando que o modelo energético, concebido no Ministério das Minas e Energia, não atenderia às necessidades da infra-estrutura energética, principalmente se este País crescesse, o que, felizmente, está acontecendo. Vamos torcer para que continue acontecendo. Queremos ver a retomada do crescimento econômico, mas há, sem sombra de dúvida, hoje, uma desconfiança, uma preocupação com esse modelo que está aí, que não tem funcionado até o momento a contento. Não tem atendido aos seus objetivos precípuos, que eram exatamente novos investimentos pesados, como o Senador Rodolpho Tourinho falou, em torno de 10 bilhões/ano, para que, se houver algum acidente meteorológico, uma dificuldade, não haja um apagão no País.

Então, peço a sua visão, a sua avaliação em relação a essa necessidade do País, que está crescendo a 3,5%, 4% ou 5%, com a desconfiança que há do mercado de investimento. Acrescido a isso, há as dificuldades ambientais, que todos conhecemos, porque há essa dicotomia dentro do Governo Federal. O setor econômico necessita de que o País cresça, gere emprego e renda; por outro lado, outros setores são, do ponto de vista preservacionista, extremamente tradicionais e querem essa preservação a qualquer custo, sem modificação, sem risco ambiental nenhum. E aí ficamos nessa situação, com uma espada de Dâmoques na cabeça, em relação à possibilidade de um futuro apagão no País.

Então, minha primeira pergunta seria essa avaliação de V. Ex^a.

A segunda é que V. Ex^a é da ANA, e estamos vivendo a grande questão, a polêmica da transposição do Rio São Francisco, mais uma vez. Esse tema está sendo colocado como um cavalo de batalha pelo Governo, como algo fundamental para se resolver o problema do Nordeste brasileiro, que sabemos que não é.

Sei que V. Ex^a é um estudioso do assunto, publicou vários artigos. Inclusive há um aqui, parece-me que dos mais recentes, de 22/05/2003, sobre as Águas do São Francisco. V. Ex^a estava na ANA e dizia que a

disponibilidade hídrica do São Francisco é de 26m³/segundo para o futuro abastecimento das populações do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. E veja V. Ex^a que, se fosse para o abastecimento das populações, isso seria algo extremamente viável, porque seria feito por meio de adutoras. Mas a transposição do São Francisco não é concebida dessa forma. É uma transposição em que a água vai estar a céu aberto, com a evaporação, e será lançada nos canais dos rios do Nordeste para o aproveitamento de irrigação. A disponibilidade hídrica existente hoje nos Estados setentrionais do Nordeste, como é o caso do Rio Grande do Norte, não está sendo utilizada por falta de investimento. Como sabe V. Ex^a, o açude Armando Ribeiro Gonçalves tem disponibilidade hídrica e que não é utilizada por falta de investimentos.

V. Ex^a fala no seu artigo que o recém criado Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco seria um foro adequado, e ele já decidiu que é contra a transposição. E o Governo apela, então, a uma instância superior, que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, onde ele tem uma pretensa maioria, tentando aprovar esse polêmico projeto que sabemos não vai ao encontro das necessidades dessa região que aqui representamos, que é o Nordeste brasileiro.

Queria ouvir também a opinião de V. Ex^a, uma vez que o seu artigo não é definitivo, não é esclarecedor; ele vai para um lado, volta por outro e, como disse bem V. Ex^a aqui, em determinado momento, essa não é uma briga como um time de futebol, em que se tem que ganhar ou perder. Todos podem ganhar ou não.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Todos podem perder.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Todos podem perder, o Nordeste principalmente! Vão dizer que já atenderam o Nordeste com a transposição. Vai ficar uma obra parada.

A meu ver, todos poderiam ganhar se a água fosse transportada por adutoras para abastecimento humano, que é como V. Ex^a diz no seu artigo, que a própria ANA colocou como prioridade:

a captação para o abastecimento das populações;

garantia de livre acesso a água dos pequenos agricultores, que temos no Estado da Bahia;

incentivo às atividades empresariais, que temos também e que não estão sendo atendidas no momento.

Então, essa é a segunda questão, e eu ficaria honrado com os seus comentários.

No mais, quero aqui me associar aos demais Senadores que sabem que darão, com muita tranqüili-

dade, sabendo que a Aneel estará muito bem entregue a sua competência, Dr. Kelman.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O terceiro inscrito é o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Gerson Kelman, é bom que um servidor público da sua competência venha a ocupar uma agência tão importante para o Brasil como a Aneel.

Estou convencido – e não eu apenas – que não teremos destino, em matéria de expansão econômica, se não tivermos condições de dotar o País de energia elétrica suficiente para esse crescimento.

A partir de agora, aprovado como será por esta Comissão e nomeado, V. S^a terá um papel fundamental na organização do sistema elétrico brasileiro.

Certa vez, perguntei ao Presidente Geisel, por que ele estimulava as usinas nucleares. Ele me respondeu que, naquele momento, o País crescia quase que desordenadamente e, se assim se mantivesse, por volta dos anos 2020 a nossa capacidade hidrelétrica estaria esgotada, daí a necessidade de se partir para as usinas nucleares, até porque seria um mecanismo, um meio, um caminho para o enriquecimento do urânio, do qual o Brasil é muito rico em reservas.

Aqui, questionou-se o problema do custo da usina nuclear, e V. S^a respondeu que ele é bem mais elevado. Todavia, há um sistema de compensação que é o fato de se ter sempre o consumo dessa energia muito próximo da usina instalada. Portanto, não requer uma despesa imensa com a rede de transmissão, que, em muitos casos, custa tanto quanto a usina hidrelétrica construída.

Estamos diante de um problema, a meu ver grave, com as exigências ambientais, cada vez, no meu entendimento, mais fanatizadas. Já não utilizo nem a expressão obstinadas, e sim fanatizadas. E cito um caso ou dois. Temos uma usina, planejada para o rio Tocantins, no Maranhão e no Estado do Tocantins, na cidade de Imperatriz, chamada Serra Quebrada. Essa usina está prevista desde o Governo do Presidente Sarney.

Eu a considero uma das melhores do País. Não é das maiores, mas é uma das melhores. Existe também a de Estreito, que fica 80 a 90km de Serra Quebrada, mas a usina de Serra Quebrada é uma das melhores do País porque, primeiro: não será necessário construir uma cidade em volta dela, o que, em geral, se faz com uma grande hidrelétrica. Há uma cidade a 15km de distância, Imperatriz, dotada de toda infra-estrutura. Segundo, não há necessidade de se construir uma rede de transmissão de alta potência – caríssima –, porque a 30km existe uma rede de transmissão, em Imperatriz. Por que não se constrói essa usina, que

tem tantos pretendentes? Porque o Ibama alega que há dificuldades tais e quais, e pela existência de 11 índios que não podem ser retirados de lá e colocados em outra reserva – aí, eu me recordo de que, na China, o governo retirou um milhão de chineses para construir Três Gargantas.

Nós temos de fazer uma opção: ou queremos o nosso progresso, ou faremos o nosso meio-ambiente com fanatismo. E uma coisa é incompatível com a outra. Creio que a presença de V. S^a na Aneel nós vamos cobrar isso. É preciso encontrar uma solução para esse problema, que não é do Maranhão, não é de Imperatriz, não é meu, mas do Brasil. Ou teremos energia elétrica farta, ou não poderemos ter esperança de um crescimento sustentado por longo tempo.

Creio que se eu estivesse em seu lugar, minha primeira providência seria a de cuidar dessas duas usinas. Uma delas até está em andamento mais acelerado, que é a de Estreito, também no rio Tocantins, entre o Maranhão e o Estado de Tocantins – a que se refere o Senador João Ribeiro.

As nossas agências já estão bastante evoluídas. Eu me recordo que fui a Londres, presidindo uma Comissão de senadores e deputados, no momento em que a Primeira-Ministra Margaret Thatcher promovia a desestatização, o que foi feito com a criação de agências. As nossas são, mais ou menos, cópias das agências inglesas. Lá, funcionam muito bem, não há porque não funcionar bem aqui também.

Nesta Comissão, verifica V. S^a, estamos cheios de ex-ministros – portanto, de técnicos. Temos o ex-Ministro das Minas e Energia José Jorge, o ex-Ministro das Minas e Energia Rodolpho Tourinho e Delcídio, que também foi ministro. Os que não foram, desejam sê-lo – entre eles, eu próprio!

Quero saudar a indicação de V. S^a. Recebi-a com muito entusiasmo, porque sei da sua competência, conheço a sua trajetória, a sua carreira de homem público. Confesso que estou com a esperança de não me decepcionar, com a esperança de que problemas menores como esse sejam resolvidos – não quero chamar o problema ambiental de menor, ao rés do chão, mas ele não pode ser fanatizado, sob pena de atentar contra o interesse nacional. Acho que devemos ter muito respeito e muito cuidado com o problema ambiental, mas não levá-lo ao paroxismo, que é o que se está fazendo neste momento no Brasil. Se prosseguirmos com essa política ambiental, não iremos a parte alguma.

Então, primeiro, a minha saudação a V. S^a, desejando-lhe pleno êxito. Segundo, uma informação, se é que o senhor já a tem, a respeito de Serra Quebrada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Parece-me que não há mais inscrições. Há ainda senadores inscritos?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Há dois senadores inscritos.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Kelman, de dizer que faço minhas também as palavras do Senador César Borges sobre essa questão da transposição do Rio São Francisco. Trata-se de algo grave.

O Ministro Mário Henrique Simonsen tinha uma frase interessante. Era mais ou menos o seguinte: “No caso de certas obras, é melhor pagar o percentual do empreiteiro logo do que fazê-las”. Acho que no caso da transposição é isso: é melhor pagar logo o percentual dos empreiteiros, àqueles que vão ganhar nessa obra, do que efetivamente fazer uma obra que nunca será terminada, utilizando recursos que poderiam ser utilizados no Nordeste para outras coisas.

Concedo a palavra ao Dr. Kelman.

O SR. GERSON KELMAN – Vou pedir permissão ao Senador Rodolpho Tourinho e ao Senador César Borges para começar por esse último tema, que é o da questão ambiental – tema trazido pelo Senador Edison Lobão, a quem agradeço os elogios.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar que, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, um progresso significativo foi feito sob a direção da Ministra Marina Silva. O Ibama, que tinha cerca de cinco técnicos para fazer o licenciamento ambiental, após a realização de concurso, conta com cerca de 70. Há uma certa aceleração.

No entanto, queria também concordar com V. Ex^a quando diz que muito mais precisa ser feito, não só em nível federal, mas em nível estadual também. Às vezes, há uma confusão decorrente do fato de ser a marca “Ibama” uma marca conhecida: passa-se a acreditar que todas as dificuldades de licenciamento ambiental têm origem no Ibama, quando freqüentemente é uma questão do nosso sistema ambiental, que envolve órgãos estaduais e, às vezes, até municipais.

Penso que parte da solução para o problema está aqui nesta Casa, no Congresso – essa é uma observação minha com a qual nem todos os que estão militando na área ambiental concordariam. Penso que muitos analistas e técnicos que militam nos órgãos ambientais têm hoje um temor de tomar decisões. O gestor público, em geral, já tem o temor de tomar decisões, porque na administração pública, todos sabemos, aquele que erra pode ser punido – com aquele que acerta não acontece nada. Os estímulos são no sentido de não errar e, sendo assim, na administração

pública, em geral, a tendência está em não fazer, não tomar decisão.

O caso do licenciamento ambiental é mais grave, porque nesse caso existe a Lei de Crimes Ambientais, que diz, num artigo, que o técnico ou analista que tomar uma decisão que venha a ser considerada como crime ambiental pelo Ministério Público será processado criminalmente. O que acontece? A instituição onde ele trabalha não pode ajudá-lo, ele tem de contratar advogado e deixa de ser réu primário.

Permitam-me fugir da formalidade, mas quero contar uma história ocorrida no interior de São Paulo que é exemplar. Uma cidade lançava seu esgoto no rio sem nenhum tratamento. A Sabesp ou a empresa local fez uma estação de tratamento de esgoto; então, este passou a ser jogado com tratamento. Um belo dia, houve uma pane elétrica, o sistema não funcionou e jogaram esgoto no rio. Não é que o engenheiro da estação foi processado como se aquele esgoto fosse produção pessoal dele? Fatos como esse fazem com que haja medo de tomar decisões nos órgãos ambientais.

Voltando ao ponto, devo dizer que penso que é preciso fazer um mutirão nesta Casa. Essas leis que induzem à paralisação do processo ambiental poderiam ser aperfeiçoadas no Congresso Nacional.

Em relação à Serra Quebrada, devo dizer que não conheço bem o assunto, por isso, oportunamente falarei sobre ele.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a tem toda razão no que disse. Durante muito tempo, o financiamento de hidrelétricas foi praticamente um pecado para as agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o BID etc.

Uma boa notícia, e muito recente, é que o Banco Mundial fez uma inflexão na sua política de obras e até ousada – o que ninguém esperava. O que aconteceu? Os órgãos multilaterais ficavam prisioneiros das ONGs internacionais. Quer dizer, bastava um grupo pequeno demonstrar, na porta do Banco Mundial, ser contra um empreendimento qualquer, não importa se era bom ou mal, aquele empreendimento não era financiado, mesmo que fosse do interesse de um país com um governo democraticamente eleito, ou seja, com a representatividade dos milhões de habitantes que nele votaram.

A inflexão no banco foi neste sentido: uma nova política de recursos hídricos que engloba o setor de hidroeletricidade aceita agora apostar em projetos dessa natureza. A importância disso não está propriamente nos recursos que o banco empresta, porque, afinal de contas o BNDES é maior do que o Banco Mundial nesse aspecto, mas, sim, no aporte que traz na bancabilidade, à qual o senhor fez menção.

Na realidade, ainda não há envolvimento do Banco Mundial no empreendimento hidrelétrico, mas poderemos vir a ter no futuro. Isso trará um pouco de confiança – espero que traga confiança nessa direção. É uma inflexão recente.

Em relação a novos investimentos, podemos imaginar, de uma forma muito simplificada – perdoem-me a simplificação – que o novo modelo, em relação ao anterior, no que diz respeito à expansão da geração, pode ser visto da seguinte maneira: anteriormente, cabia ao empreendedor ser o gestor da área de energia elétrica. Ele era um empresário da energia elétrica que construía e vendia, comercializava a energia. Era essa a idéia que tínhamos. Na nova formatação, o principal negócio do empreendimento é a construção. É aí que vai residir, talvez, um espaço para maiores economias, porque, depois, essa energia será vendida por contratos de longo prazo nos leilões de vinte anos com um **pool** de distribuidores, que é como conhecemos, pelo menos a parte cativa dessa energia.

Então, de certa maneira, na minha visão – talvez eu seja um pouco otimista – o negócio de geração ficou menos complexo. No fundo, o sentido é: construo bem e terei um contrato de longo prazo para vender. Nesse aspecto, penso que simplificou um pouco. E simplicidade é sinônimo de dar certo.

Naturalmente, não adianta fazer especulações. Em março ou abril, teremos o leilão de energia nova e veremos qual será o resultado. Tenho expectativa e esperança nesse novo negócio. No fundo, a analogia que faço é a seguinte: imaginemos que, em vez de energia, o empreendedor devesse construir um prédio. Em vez de construir e vender as unidades, ele faz o prédio sob encomenda do Governo e aluga as unidades. O Governo aluga aquelas instalações que serão operadas pelo ONS.

Tenho a expectativa – veremos se se realizará – de que isso atraia outros ramos, principalmente da construção civil e de equipamentos, que poderão se interessar por esse novo negócio. Veremos se irá acontecer em março ou abril. Tenho uma atitude de prudente otimismo com relação à expansão. Repetindo o que já disse antes, os preços subirão por uma questão natural: as novas usinas são mais distantes dos centros consumidores.

Dessa maneira, também discorri sobre o modelo, respondendo à primeira pergunta do Senador César Borges, com a visão que tenho do novo modelo.

Não respondi ao Senador Edison Lobão com relação à questão nuclear. Quanto ao alto preço, na realidade, já se inclui o fato vantajoso de que Angra III está perto do centro de carga.

Passando para a pergunta do Senador César Borges sobre a transposição, esse é um tema que tangencia o setor elétrico.

Começo pelo ponto em que ela o tangencia. Cada metro cúbico/segundo que se utiliza no São Francisco – e não é para transposição; pode ser para irrigação da Bahia ou Minas Gerais –, a montante de Sobradinho, implica perda de energia firme, de 2,8 megawatts contínuos, médios.

Quer dizer, existe na nascente do São Francisco a natural competição pelo uso da água para produção de alimentos e de energia elétrica. Essa competição foi bem equacionada num plano da bacia hidrográfica, aprovado pelo Comitê da Bacia. O que ele fez foi colocar um teto de quanto a água poderia ser utilizada para outros usos, que não a produção de energia elétrica. Esse teto é quatro vezes o que é atualmente utilizado. Hoje, o consumo de água para irrigação das cidades é da ordem de 90 metros cúbicos por segundo. O teto foi consenso, num pacto do Comitê – o de que, lá pelo ano 2050, esse consumo poderá chegar a 360 metros cúbicos por segundo, quatro vezes mais.

Portanto, dá para expandir a irrigação, o abastecimento das cidades sem nenhum temor. Por outro lado, isso dá uma perspectiva ao setor elétrico, aos consumidores de energia elétrica de quanto vai encarecer a energia elétrica. O conflito não é entre a Chesf e a irrigação de Juazeiro ou de Petrolina; é com os consumidores de energia elétrica, que terão de pagar uma tarifa mais elevada pela diminuição firme da capacidade de produção de energia da Chesf. Mas isso está equacionado.

Dentro desses 360, estão previstos na contabilidade 64 metros cúbicos por segundo, que, em média, seriam transportados para a região receptora do Nordeste setentrional.

De onde vêm o 26 metros cúbicos por segundo, a que V. Ex^a fez referência? Nós analisamos o pedido de outorga pelo direito de uso da água que nos foi encaminhado pelo Ministério da Integração, estudamos o assunto e propusemos uma alternativa, o que o Ministério originalmente pensava.

O Ministério pensava em retirar a água de Sobradinho para a região setentrional, sempre olhando para a necessidade da região receptora. Quer dizer, o argumento seria o seguinte: quando faltasse água nos reservatórios do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, as bombas seriam ligadas para levar água para região receptora – esse era o raciocínio original.

A modificação que fizemos foi sob a ótica – em vez dessa que acabei de descrever – de que as bombas serão ligadas o tempo todo, apenas para atender

26 metros cúbicos por segundo, e já explico por quê. O resto, só quando Sobradinho estivesse quase vertendo. Ou seja, a nova ótica é olhar, em vez da necessidade da região receptora, a disponibilidade da região doadora.

Sob o ponto de vista energético, isso significa o seguinte. Então, deixe-me falar dos 26 metros cúbicos por segundo. O que propusemos foi um bombeamento na forma dual; um bombeamento contínuo, de 26 metros por segundo, sempre. Por quê? A demanda humana e animal projetada na região receptora para 2025 é de 26 metros cúbicos por segundo, daí esse número, que seria a demanda projetada.

Não estou dizendo que vamos pintar de vermelho cada molécula de água, para verificar se ela só vai ser usada por pessoas ou animais, isso é impossível. É assim a demanda projetada para 2025 na região receptora.

Como a capacidade dos dois eixos somam 127 metros cúbicos por segundo, a idéia é o modo dual de bombeamento: 26 metros cúbicos por segundo o tempo todo, e, quando Sobradinho estivesse vertendo, bombear-se-ia a plena capacidade de 127 metros cúbicos por segundo. Simulando-se esse modo dual, 26 na base e, às vezes, 127, obter-se-iam, em média, os 64 anteriormente vistos.

Qual é a vantagem energética dessa alternativa que propusemos? É que essa diferença entre 127 e 26, 101 m³/s, é uma água que será bombeada quando o custo de oportunidade da água e da energia for nulo, ou, no jargão do setor elétrico, quando o preço spot da energia for muito baixo. Portanto, não há um custo energético desse delta de 101 m³/s, só há o custo energético, como energia firme, de 26 m³/s. O Ministério da Integração aceitou essa ponderação, e o nosso posicionamento técnico na ANA é de que existe água na Bacia do São Francisco para atender esse uso pretendido.

Eu queria sublinhar para os Srs. Senadores que não entramos na discussão, porque não nos cabe opinar acerca da oportunidade do investimento, isso não nos cabe. O que estamos afirmando é que há água suficiente e que há um esquema de operação do sistema que é razoavelmente inteligente do ponto de vista de oportunidade do uso da água e da energia. Agora, se o investimento de bilhões de reais é oportuno, se é o mais prioritário, ou não, para enfrentar o problema que se pretende resolver é uma outra questão e cabe ao governo tomar essa decisão. Não opinamos sobre isso, porque é uma questão de prioridade, trata-se da alocação de reais e não de água – no que diz respeito a água, não temos dúvida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De acordo com sua proposta, as obras de engenharia teriam que ser feitas para 120 m³/s?

O SR. GERSON KELMAN – O projeto de engenharia é o seguinte. São dois eixos: um tem 99 m³/s de capacidade instantânea de bombeamento, e o outro, de 28 m³/s.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ficaria subutilizado?

O SR. GERSON KELMAN – É essencialmente isso. Para poder transportar grandes quantidades de água nos intervalos em que Sobradinho estivesse vertendo, teríamos que contar com um superdimensionamento... É isso mesmo, é uma obra de grande porte para usar os excedentes, essa é a filosofia. Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Kelman e passamos a palavra ao próximo inscrito, que é o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Dr. Gerson Kelman, caro Presidente Senador José Jorge, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento-os todos.

Quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a. Faça-o em meu nome, no do Senador Eduardo – S. Ex^a está presidindo a Mesa neste momento da sessão e me pediu que lhe transmitisse seus votos de muito sucesso nessa sua nova missão – e no de seu amigo particular, Deputado Eduardo Gomes, que o admira muito.

Dr. Gerson, temos no Tocantins a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães ou Lageado, que foi a primeira usina hidrelétrica do Brasil totalmente construída com recursos da iniciativa privada. Foi aí que começou o novo modelo e que deu certo. Tanto é verdade, que o cronograma de construção dessa usina estava previsto para oito ou nove anos, mas foi possível construí-la em pouco mais de três anos – três anos e três meses ou quatro meses. Essa é uma prova clara de que esse é o modelo que vai dar certo.

Lá também estamos construindo uma usina hidrelétrica no mesmo sistema, a de Peixe Angical, que está em fase adiantada; a de São Salvador, que já obteve licença ambiental, está em fase inicial; a do Estreito, como citou o Senador Lobão, depois de três anos de luta, discussões, reuniões e audiências públicas, até hoje não teve iniciada a sua construção. Portanto, apelo a V. Ex^a a fim de que agilizemos esse processo, apesar de saber que a questão está presa à questão ambiental – aliás, como quase tudo, como muita coisa neste País.

Eu dizia agora há pouco ao Senador Tourinho que, próximo à Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, na cidade de Lageado, indo para a cidade de

Tocantínia, num percurso de mais ou menos de setenta quilômetros, ficou um trecho de três ou quatro quilômetros sem pavimentação asfáltica por causa de uma reserva indígena. O Ministério Público não deixou que se construísse. Os índios vivem pedindo que se faça essa obra, mas questões ambientais impediram que se fizessem esses três ou quatro quilômetros – impediu-se, portanto, o progresso de toda aquela região.

É uma situação muito grave. É urgente, como V.S^a disse, que modernizemos a lei relativa às questões ambientais. Precisamos que isso seja feito logo, e eu me proponho a contribuir para isso.

Quanto à usina hidrelétrica de Serra Quebrada, é aquilo que o Senador Edison Lobão falou, parece até piada: onze índios estão lá há mais de quinze anos ou vinte anos. O País briga por isso, toda aquela região vem brigando, vem crise energética, falta energia elétrica, mas as usinas hidrelétricas não puderam ser iniciadas, não saíram do papel porque há onze índios na região. E para remover esses índios, para tirá-los de lá, é um problema seriíssimo. Essa é uma crítica construtiva que também faço.

As minhas palavras serão breves, serão mais no sentido de cumprimentar V.S^a e desejar-lhe muito sucesso nessa sua nova missão. O currículo que V.S^a deixou lá no meu gabinete é muito rico, e acho que, sobretudo, o amigo é uma pessoa preparada para essa missão. V.S^a é um homem que conhece profundamente essa área e, por isso, sei que o País vai estar bem servido com a sua indicação, que foi feita pelo Presidente Lula. A meu ver, é uma indicação muito acertada, que nós dá muita esperança de que as coisas vão melhorar nesse setor.

Gostaria ainda de dizer que o Tocantins tem contribuído muito para este País. Relativamente a uma das questões que foi aqui citada, a questão da transposição das águas, temos algo a observar. Estamos em outra região, o Tocantins não tem problema de água, graças a Deus, mas nós cedemos as águas do Tocantins gratuitamente, sem nenhuma contrapartida, sem pedir nada em troca. Já o governo anterior fazia isso – o Governo Siqueira Campos –, e o governador atual, Marcelo Miranda, continua com a mesma proposta. Então, por falta de água, não haverá problemas para esse projeto, porque o Tocantins tem água em abundância e cede a sua água de graça. Com relação à fórmula, cabe aos técnicos e ao governo estabelecê-la. Então, só para encerrar, quero dizer que o Tocantins está procurando sempre contribuir.

Mais uma vez, parabéns e sucesso. Eu sei que V.S^a tem muito trabalho pela frente. Ajude o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Espero que V.Ex^a pague a conta de luz também para a água subir (*inaudível.*). (*Risos.*)

O SR. GERSON KELMAN – A propaganda é muito cara, ouviu, Senador José Jorge, que é uma reclamação da população.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos passar a palavra ao Senador Teotonio Vilela, que é o último senador inscrito.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Dr. Gerson Kelman, Srs. Senadores, o velho Teotonio Vilela dizia que, se os amigos não mandarem flores, os inimigos é que não vão mandar mesmo.

As flores que eu quero mandar para o meu amigo, Dr. Gerson Kelman, são flores que vêm não somente da amizade, mas sobretudo da motivação que, tenho certeza, moveu esta Comissão na tarde de hoje, a motivação derivada do reconhecimento ao trabalho competente, um reconhecimento ao brilho do talento, à força da prática, ao entusiasmo das convicções que Gerson Kelman deixa de forma eloquente, de forma muito patente nas ações que desenvolve como profissional.

Portanto, meu caro Kelman, creio que hoje esta Comissão está aprovando o seu nome e acredito que o faz por unanimidade – não vi as urnas, nem sei o resultado, mas, pela conversa com os companheiros, o sentimento é exatamente esse. Esse resultado é fruto de um trabalho que não somente o Senado, mas o Brasil reconhece. O País lhe é grato pela formulação de políticas públicas para as águas do Brasil – políticas públicas que hoje são reconhecidas internacionalmente. V.S^a mesmo já recebeu prêmios, o “Prêmio Hassan II”, se não me engano, um prêmio internacional, que é uma espécie de Prêmio Nobel das Águas no mundo inteiro, no Encontro Internacional, como reconhecimento a esse trabalho de formulador de políticas e de gestor prático das questões.

Infelizmente, o atual Governo não tratou a Agência Nacional de Águas nem o tratou bem lá na ANA. O trabalho que a Agência Nacional de Águas poderia ter feito era muito além do que foi, se o Governo tivesse promovido as condições para isso.

Sou testemunha de que, às vezes, recursos para as coisas mais elementares faltaram na ANA, e programas interessantíssimos, idealizados pela Agência Nacional de Águas, com aquele programa do semi-árido, que ficou inteiramente capenga, por conta da falta de recursos para a construção das cisternas e da formulação social e sustentada de que a ANA revestiu aquele projeto tão interessante.

Uma coisa que fiz questão de lamentar também aqui da tribuna do Senado foi o verdadeiro boicote promovido pelo Governo Lula, de início, àquele projeto em relação ao rio Paraíba do Sul, onde, depois de uma negociação trabalhosa, uma verdadeira obra de arte feita pela Agência Nacional de Águas, tendo V. Ex^a à frente, o Governo praticamente boicotou, quando não repassou para o Projeto Paraíba do Sul os recursos arrecadados das empresas que haviam se comprometido a pagar e que aqueles recursos fossem reinvestidos na revitalização do rio Paraíba do Sul, que era um projeto pioneiro que tinha que servir como espelho, como já começa a servir. Mas aquilo nos entristeceu muito, nós que somos entusiasmados com a idéia e a concepção que a ANA tem na sua formação conceitual.

No entanto, o seu trabalho superou esses obstáculos e hoje eu vejo essa indicação do seu nome para a Agência de Energia como até um **mea culpa** do Governo Federal; vejo com otimismo esse gesto do Governo Federal em colocar o seu nome lá na Agência, uma vez que o que se percebe no momento, o que paira no ar é uma certa perplexidade por parte dos investidores diante da fragilidade que o Governo Federal impôs às Agências Reguladoras, porque, na verdade, o que a sociedade quer, a sociedade precisa, os investidores olham para poder ter confiança de investir, são órgãos reguladores transparentes e abertos, no sentido de que as suas propostas e as suas políticas sejam vistas com confiança para um investimento de médio e de longo prazos.

Ninguém quer o retorno das temíveis e temidas autarquias centralizadas, com burocratas que pareciam mais bichos-papões e normas burocratizadas, que tanto atrasaram este País e que, às vezes, percebemos, na área de Energia, o Governo Federal querendo voltar para este modelo, um modelo velho, um modelo antiquado.

Então, a sua indicação para a Agência de Energia é, para mim, um sinal muito interessante, para mim e creio que para o setor de energia como um todo, pela sua postura moderna, pela sua postura lúcida, a sua postura de um homem que tem convicções fortes e um pensamento sempre voltado para o futuro.

De modo que quero aqui parabenizar, dizer que o PSDB vota a favor da sua indicação, tem respeito pelo seu trabalho já realizado e muita esperança e muita confiança no trabalho que V. Ex^a irá realizar.

Por fim, formulando aqui só uma questão, gostaria de ouvir a sua opinião, Dr. Kelman, a respeito – acho que isso já foi falado aqui; desculpe-me, cheguei um pouco tarde – do chamado leilão da energia velha, no sentido da isonomia que o Governo, sobretudo as agências reguladoras, no caso a Aneel, teriam que

promover para haver um equilíbrio entre os interesses do investidor e o interesse do consumidor, para que a médio e longo prazo a política se reverta em favor do interesse do País como um todo. A meu ver, o papel da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica – é justamente buscar o equilíbrio entre os interesses do consumidor e do investidor.

Quando se percebe que uma empresa que pagou por uma concessão, que entrou em um leilão, adquiriu uma concessão pagando caro por ela, vai para um leilão competir com uma estatal que renovou a sua concessão de graça, sem pagar um centavo pela energia – a imprensa, se não me engano, a Miriam Leitão levantou essa questão, no jornal **O Globo** – parece-me que está havendo um tratamento diferenciado, o que certamente poderá comprometer a confiança dos investidores, no sentido de se obter recursos para o setor de energia. Sabemos que o Governo Federal não tem esses recursos. A poupança nacional tem dificuldade para fazer frente a isso, e precisamos muito desses recursos para que, ao final, o Brasil como um todo seja o vencedor.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Como não há mais Senadores inscritos, vou passar a palavra ao Dr. Kelman. Mas, antes, como são três Senadores, eu gostaria de fazer mais uma pergunta. Trata-se, na realidade, da questão da modicidade tarifária.

Nas declarações do Ministério se diz que esse modelo novo que está sendo implantado vai gerar modicidade tarifária, ou seja, vai baixar o preço da energia. O que se verificou nesse leilão, no superleilão, na Região Nordeste e na Região Norte, o preço da energia subiu – subiu pouco, mas subiu. Na Região Sudeste, o preço diminuiu muito pouco. “Diminuiu”, porque vai diminuir do aumento que vai haver; ou seja, se o aumento ia ser de 10%, vai ser de 7%. O preço efetivo não vai diminuir.

Leio sempre os jornais, estudo o assunto. V. Ex^a disse que, no futuro, no leilão da energia nova, o preço vai ser mais alto ainda.

Assim, não consigo ver onde está a modicidade tarifária desse modelo, como é que ele vai baixar o preço da energia.

Essa é a pergunta que deixo.

Devolvo a palavra para V. S^a.

O SR. GERSON KELMAN – Eu queria agradecer ao Senador João Ribeiro pelas palavras elogiosas. Queria agradecer muito ao Senador Teotônio Vilela pela sua intervenção. Quero dizer-lhe que também tenho enorme orgulho de ter sua amizade. Temos tido uma relação extremamente profícua em benefício dos

recursos hídricos do País e da Região Nordeste, em particular. Temos tido discussões muito positivas.

Queria abordar o tema do efeito do leilão. Trata-se da pergunta sobre modicidade tarifária feita pelo Senador José Jorge. Uma alternativa que estava posta na formulação anterior era a de que todos os preços da energia convergiriam para o custo marginal. Quer dizer, na realidade, Senador José Jorge – V. Ex^a foi Ministro e conhece isso muito bem – o conceito era de que os preços seriam alinhados pelo custo do próximo megawatt/hora. Isso significaria lucros muito grandes de parte das empresas que já tinham seus investimentos amortizados. Mas o que se previa era um aumento tarifário grande e que teria uma contrapartida, um contrabalanço no fato de que grande parte dessas empresas era pública. Portanto, isso significaria dividendos para o acionista majoritário, que era o Governo; e o Governo distribuiria isso da forma que bem entendesse, de acordo com o interesse público. Esse era o conceito que tínhamos. Mas, inquestionavelmente, estávamos todos preparados para um significativo aumento das tarifas de energia elétrica.

Nesse novo modelo, separa-se a energia velha, isto é, a energia das usinas já existentes, coloca-se num contexto distinto das novas usinas. Nesse sentido, o termo “modicidade tarifária” é perfeitamente aplicável, porque significa que não houve a explosão de tarifa, que poderia ter havido, porque os preços, como bem apontou o Senador José Jorge, ficaram muito próximos aos que são hoje praticados. Senador, em termos de expectativa, é alguma coisa próxima do custo médio e não do custo marginal. Sabemos que no nosso sistema o custo médio é inferior ao custo marginal. Então, o que aconteceu foi um pouco previsível: os preços convergiram para os custos médios, que são próximos aos que eram praticados. Não houve a explosão que poderia ter havido se fosse adotada a outra filosofia.

Em relação aos novos investimentos, que é uma outra categoria, ninguém vai investir se não tiver a sua remuneração devidamente coberta. O que temos que fazer? O investimento será mais caro, como já expliquei, por razões naturais, porque as novas usinas são mais afastadas, se forem hidrelétricas. Então, é de se esperar que nos leilões de energia nova surjam preços mais elevados do que na energia velha, porque a natureza do nosso sistema tinha pouco explicado isso. E, vamos dizer, a separação entre o leilão de energia velha e a nova não é totalmente absoluta, ao contrário do que dizem os jornais. Os jornais dizem que o fato de o leilão de energia velha ter dado preços menores do que os esperados compromete o futuro. Quando o leitor lê isso, se ele estiver fora do setor, ele imagina que o investidor vai achar que o preço baixo pago

pela energia velha é um desestímulo para fazer novos investimentos. Esse raciocínio estaria equivocado, porque são dois produtos distintos. Ele vai entrar em outra competição. Aliás, o senhor mesmo apontou isso com muita clareza. Portanto, essa ligação não existe. Existe, sim, uma ligação no sentido de que as empresas ficarão menos capitalizadas, porque receberão menos, isso sim. E aí essas empresas existentes, menos capitalizadas, terão menos “bala na agulha” para entrar nos leilões novos. Então, fazendo um raciocínio qualitativo, é possível que surja um número menor de competidores no leilão de energia nova, pela razão que expliquei. Nesse sentido, tendo menos competidores, pode ser que empurre o preço dessa energia nova um pouco mais ainda do que poderia. Mas essa é uma especulação. Apenas vamos ver quantos são os interessados porque o negócio é bom. Quer dizer, vender energia a longo prazo, com contratos de 20 anos, é um bom negócio. Não há por que não haver interesse dentro das empresas brasileiras como nas internacionais. A garantia dada por contratos, como eu disse, 20 anos, com um leque grande de distribuidoras, 64 distribuidoras, e esse é o tipo de negócio seguro, inclusive fundos de investimento, que são investimentos que dão uma taxa, em termos de retorno, razoável, por um longo período de duração, não por dois ou três anos. Então, não adianta muito especular porque a realidade vai nos mostrar se vai acontecer ou não. Repito o que falei antes, que estou otimista com relação aos resultados esperados para o leilão de energia nova. Vamos conseguir, sim, atender à necessidade de aumento de demanda de energia do País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, antes de encerrar e fazer a votação, pelo que entendi, o consumidor não pode esperar uma queda de preço na sua conta de energia. Como ele não sabe que ia aumentar, isso V. Ex^a sabe, até eu sei um pouco, mas o consumidor não sabia que a conta dele ia aumentar. O Governo vem, logo no primeiro dia depois do leilão, e diz que a tarifa de energia vai diminuir 5%. Essa foi a declaração dada em todos os jornais. Na realidade, depois do segundo dia não era de 5% e não era em todos os lugares, só em alguns. Então, coloco-me no lugar do consumidor, que pensa que, com esse modelo novo, vai pagar um menor preço por essa energia. Pelo que V. Ex^a disse, isso não vai acontecer. Pelo contrário. Ele vai pagar mais. Apenas ele vai pagar menos do que a gente esperava que ele iria pagar, V. Ex^a e eu.

O SR. GERSON KELMAN – Só para deixar bem claro, Senador, o que estou dizendo é que essa abordagem de separar energia nova de velha, que é o mote para a modicidade tarifária, faz com que o consumidor pague menos em relação ao que ele iria pagar se não

fossem separadas, discriminadas as duas energias, que era o modelo anterior. Então, é nesse sentido.

Agora, V. Ex^a tem toda razão quando diz que o consumidor, que não entende essas complexidades.

O SR. (Orador não identificado) – Que são todos.

O SR. GERSON KELMAN – (*Inaudível*) do setor elétrico brasileiro, no bolso dele, ele vai perceber que está crescendo. O que podemos dizer é o seguinte: não está crescendo na velocidade que cresceria se não fossem separar as duas energias.

O SR. (Orador não identificado) – Mas isso é futurologia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, então, agradeço o Dr. Kelmam.

(Procede-se à votação.)

Houve 15 votos Sim.

O nome do Dr. Gerson Kelman foi aprovado, por unanimidade.

Parabéns a ele. (*Palmas.*)

Antes de encerrar a reunião, informo aos Srs. Senadores que estou aproveitando este final de ano. Temos treze medidas provisórias trancando a pauta como sempre.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem a favor do requerimento de urgência fiquem como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Levanta-se a reunião às 17h04min.*)

COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da Quadragésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Décima Sétima da Comissão de Infra-estrutura, e Vigésima Quinta da Comissão de Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizadas, conjuntamente, em 15 de dezembro, de 2004, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e três minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, Ney Suassuna e José Jorge reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero

Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, José Jorge, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho e Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Antero Paes de Barros, Sergio Guerra, Tasso Jereissati e Pedro Simon. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à Audiência Pública tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras, em atendimento aos Requerimentos nº 49-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nº 11-CI, de autoria do Senador José Jorge, e nº 26-CFC, de autoria do Senador Arthur Virgílio, respectivamente. O Presidente solicita aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que conduzam o Senhor Ministro ao Plenário da Comissão. O Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Senhor Ministro para que inicie sua exposição. Em seguida, concede a palavra aos Senadores Eduardo Azeredo, José Jorge, César Borges, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da nossa Comissão; a 17ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura e a 25ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, reuniões extraordinárias, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta audiência pública, realizada em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura e de Fiscaliza-

ção e Controle, conta com a participação honrosa do Exmº Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação das estradas brasileiras e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das nossas estradas, em atendimento aos Requerimentos nº 49, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Eduardo Azeredo; Requerimento nº 11, da Comissão de Infra-Estrutura, de autoria do Senador José Jorge; e Requerimento nº 26, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O Exmº Sr. Ministro já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que introduzam, na forma de estilo, S. Exª o Ministro até o Plenário desta Comissão. S. Exª tomará assento à direita desta Presidência.

(Pausa.)

Sr. Ministro Alfredo Nascimento, é uma honra para a Comissão de Assuntos Econômicos e para as demais Comissões recebê-lo. A presença de V. Exª nesta Comissão é marcante. V. Exª, desde o primeiro em que entramos em entendimento, prontificou-se imediatamente a comparecer à nossa Comissão, demonstrando o seu espírito democrático e a vontade de prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes à sua Pasta, especialmente quanto à conservação das nossas estradas.

Tive o prazer de conhecê-lo mais de perto, aliás, quando V. Exª nos deu a honra, em companhia do Presidente da República, de visitar a minha cidade de origem, a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Lá se encontrava um dos Senadores que abrilhantam esta Comissão, o Senador Delcídio Amaral. Quero confessar isso, em homenagem a V. Exª, que lá determinou a continuidade dos trabalhos da BR-158, que liga a cidade onde nasci, Três Lagoas, ao outro Município de Sevilha. É o único trecho não asfaltado da longa extensão da BR-158.

Quero ressaltar que os recursos dessa BR-158 estão – e sempre estiveram, Sr. Ministro – sendo colocados no Orçamento por emendas de Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul e de minha autoria. Portanto, trata-se de uma estrada que está sendo construída graças à participação do Legislativo no Orçamento, mas V. Exª teve a grandeza de reconhecer a importância daquela estrada e de determinar a sua continuidade.

Lá se está trabalhando. E queria aproveitar... Estou falando pessoalmente mesmo. Como é um assunto importante para mim e estamos nos últimos dias do nosso trabalho, acho que posso falar isso. Estou pro-

curando lhe fazer justiça e não lembrar o meu trabalho. Estou procurando fazer Justiça a V. Exª.

Quero comunicar-lhe que, para o Orçamento de 2005, estamos colocando recursos para que essa estrada, para que pelo menos no ano que vem, Sr. Ministro, ela seja terminada.

Quero recebê-lo aqui. Ouço dos membros desta Comissão referências que demonstram a mais estrita consideração ao trabalho de V. Exª, cuja capacidade administrativa é reconhecida. Seja bem-vindo.

De acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, adotamos os seguintes procedimentos: S. Exª terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpeção por parte das Senadoras e Senadores inscritos. A palavra, quando for concedida ao Plenário, será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, com preferência para os autores dos requerimentos. Cada Senador interpeção disporá de 5 minutos; assegurado igual prazo para a resposta de S. Exª, Sr. Ministro. Há direito de réplica pelo prazo de 2 minutos, e com o mesmo tempo será concedida tréplica a V. Exª.

Assim, lhe concedo a palavra para que V. Exª...

V. Exª pede a palavra pela ordem, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e sendo uma reunião conjunta...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Queria pedir licença a V. Exª – registrei, mas não vi V. Exª aí – para dizer-lhe que V. Exª ocupa o lugar que lhe é de direito e em breve terei a honra de dividir com V. Exª a Presidência dos trabalhos, porque não será a idade que fará com que...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, Sr. Presidente, está muito bem entregue. Apenas, queria dar uma palavrinha. Mas está muito bem entregue a Presidência e V. Exª pode presidir por todo o conjunto da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É que o Regimento fala em mais idoso e queria repartir isso. Não pode ficar só comigo.

V. Exª vai chegar a minha idade e, portanto, vai começar ...

Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queria saudar também, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle, o nosso Ministro Alfredo Pereira do Nascimento e dizer que realmente o desafio do Ministério é grandioso. São milhares e milhares de quilômetros a serem consertados, afora a infinidade

de quilômetros que precisam ser implantados. É muita coisa, é um desafio ciclópico.

E queria dizer ao Ministro da minha torcida permanente, até porque a nossa Paraíba, na ponta do Nordeste, sempre teve estradas muito boas. Foram estradas que duraram muito, mas, ultimamente está chegando ao último ponto e precisando de recapeamento, como quase todas as estradas no Brasil.

Criamos uma forma de conseguir recursos, mas os recursos não têm chegado na totalidade às mãos de V. Ex^a. Vamos estar aqui sempre advogando para que esse dinheiro chegue rápido para que V. Ex^a possa cumprir o seu papel, da melhor maneira possível, até porque adotamos o modelo de transporte rodoviário que exige, com toda certeza, uma frota grande de caminhões e estradas em boas condições.

Estamos torcendo sempre pelo senhor. Todos nós aqui da Comissão de Fiscalização e Controle vamos estar fazendo tudo que seja possível para ajudá-lo, porque a missão de V. Ex^a, com toda certeza, cumprida, diminui o risco Brasil e diminui os custos de vida neste País.

Seja bem-vindo a esta reunião conjunta, quando tenho a honra de ser presidido pelo Senador Ramez Tebet – preside não por causa da idade, mas por causa da experiência. V. Ex^a, como mais experiente, tem todo o direito de ser o Presidente e estarei aqui muito feliz sob a sua Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Muito obrigado. Quero saudar o Presidente Ramez Tebet, o Presidente Ney Suassuna, os demais Senadores e agradecer o convite que me foi formulado, porque esta é uma oportunidade para que, em conjunto, falemos um pouco dos problemas de infra-estrutura do País, que são muito sérios. Como costume dizer, não são problemas para serem resolvidos por uma única pessoa. Fui convidado pelo Presidente Lula para, a partir de abril deste ano... Formatei, tendo por base o Orçamento que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional, uma retomada na reconstrução da infra-estrutura do País. O problema da infra-estrutura é muito grave. Não se pode dizer que esse problema é de agora, é um problema de alguns anos. Nós, do poder público, não demos a atenção devida à nossa infra-estrutura; não cuidamos disso, como deveríamos, ao longo dos anos.

A partir do mês de abril, tendo por base o Orçamento que já está aprovado – e há pouca possibilidade de mobilidade desse Orçamento –, montei um plano e o apresentei ao Presidente da República. Trata-se de

um plano de restauração e de recuperação de rodovias, com o objetivo de diminuir os problemas de infraestrutura do País.

Para que se tenha uma idéia, cabe ao Ministério dos Transportes administrar mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais, dos quais 60 mil quilômetros deveriam estar urbanizados, asfaltados. Desses quase 60 mil quilômetros, no mês de abril, mais de 60% não estavam em boa condição de tráfego.

Fiz um planejamento, como disse, tendo por base esse Orçamento aprovado, para que até abril do próximo ano, quando há coincidência do escoamento da produção, principalmente da produção de grãos do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País, para que neste período a gente diminua esses gargalos, que são muito significativos no custo de produção do País e interferem diretamente nas nossas exportações. A nossa expectativa é que, até abril do próximo ano, tenhamos conseguido restaurar, e não só manter, aproximadamente sete mil quilômetros das rodovias que estão sem condições de tráfego. Isto representará a restauração de, aproximadamente, 20% a 25% das rodovias que não estão em boas condições de tráfego.

Este é o primeiro ataque. E por que essa primeira ação será em relação a rodovias? Porque, infelizmente, o modal de transportes adotado no País está equivocado. Mas a mudança do modal de transportes requer tempo. Precisa-se de muito tempo para alterar este modal de transporte. Privilegiamos, ao longo dos anos, o investimento em rodovias e esquecemos do investimento que deveríamos fazer em ferrovias e hidrovias. Mas mudar esta concepção que o País adotou, há alguns anos, leva tempo. E o que temos como responsável por mais de 60% da produção brasileira são as nossas rodovias, que estão na condição que eu acabei de relatar.

Então, a nossa expectativa é que até março ou abril deste ano, tenhamos recuperado de 20% a 25% dessas rodovias e tenhamos dado condição de tráfego fazendo ações mais localizadas de manutenção e de conservação de rodovias em, aproximadamente, 75% a 85% das rodovias. E também que essas rodovias, mesmo não estando em condições ideais, tenham condições de tráfego. E o que consideramos para que este trabalho fosse feito? Consideramos os principais troncos rodoviários responsáveis pelo maior volume de escoamento da produção.

Apresentamos esse projeto ao Presidente da República e dissemos a Sua Excelência que precisávamos de dinheiro, de um aporte financeiro do Ministério, porque existia uma dívida de mais de R\$1 bilhão com as empreiteiras, com as empresas que estavam trabalhando com o Governo. O Presidente atendeu o

nosso pedido. Esse dinheiro, em parcelas, foi rigorosamente alocado no Ministério dos Transportes. Hoje, o Ministério não tem mais dívidas referentes a 2002 e 2003, como tinha no mês de abril.

Então é essa a nossa situação, pelo menos a financeira. Não posso dizer o mesmo com respeito ao Orçamento, porque este já havia sido aprovado. Com base nessas necessidades, fizemos alguns projetos e os enviamos ao Congresso a partir do mês de maio. Esses projetos ainda não foram aprovados. Certamente, quando o forem, não haverá possibilidade de, no mês de janeiro e fevereiro, continuarmos o trabalho que iniciamos. A partir do ano de 2005, teremos um orçamento com boa possibilidade de execução e verdadeiramente uma retomada da recuperação da infra-estrutura do País.

Em relação aos portos, criamos o grupo chamado Agenda Portos, representando os diversos Ministérios. Os gargalos que existem nos portos brasileiros são muito significativos, e algumas situações, até março ou abril do próximo ano, poderão ser executadas. Foi emitida uma medida provisória pelo Presidente da República que autorizava o Ministério dos Transportes a gastar R\$57 milhões na execução de pequenas ações ou ações que demandam pouco tempo, a fim de que esses gargalos sejam diminuídos nos portos brasileiros.

Completaríamos a ação nas rodovias agindo primeiramente nos portos, a fim de facilitar o escoamento da produção. É claro que ainda teremos problema na próxima safra, pois não resolvemos a questão. Fizemos apenas uma ação paliativa e imediata, a fim de facilitar ou minorar os problemas do escoamento da nossa produção. Essa foi a primeira ação.

Passei então a mostrar isso ao Governo, que está convencido disso – não se trata mais de um entendimento apenas do Ministério dos Transportes, mas do Governo, do Presidente Lula e da área econômica do Governo. Em função disso, criamos um plano de restauração de rodovias no País para o próximo ano.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a sabe disto, porque é da minha região: eu nunca fui do Legislativo. Eu sou um executivo que prestou serviço no Poder Público sempre no Poder Executivo. Tenho uma experiência de mais de vinte anos no Executivo e quero colocá-la a serviço do meu País. Penso que posso dar uma contribuição. Acumulamos certa experiência com o tempo, e isso certamente ajudará o desempenho que teremos no Ministério, principalmente a partir do próximo ano.

Nossa expectativa é que, para o próximo ano, façamos a restauração e adequação de aproximadamente 14 mil quilômetros de rodovias. Isso será um salto, porque, ao final do ano de 2005, deveremos alcançar

a recuperação e a readequação de aproximadamente 65% a 75% das rodovias federais em todo o País.

De que forma montamos esse trabalho? Primeiramente enviamos um orçamento ao Congresso, que está sendo votado, no valor de R\$3,5 bilhões. Posteriormente o Ministério do Planejamento enviará um aditivo ao Orçamento – desculpem-me, não sei que nome se dá a isso –, até o dia 20, de mais R\$2,5 bilhões, que totalizará R\$6 bilhões, além das emendas que, no ano passado, somaram aproximadamente R\$700 milhões; o número deverá ser próximo disso. Então, teremos em torno de R\$6,5 bilhões de orçamento no Ministério dos Transportes para o próximo ano.

Se considerarmos que o orçamento deste ano passou de R\$2 bilhões, teremos, portanto, um orçamento significativo e poderemos verdadeiramente fazer investimentos, a fim de possibilitar a melhoria do escoamento da nossa produção. Teremos cerca de R\$530 milhões em investimentos nos principais portos do País. Em 11 portos investiremos mais de R\$500 milhões, pois são os responsáveis por 85% da exportação brasileira.

Quanto aos investimentos em ferrovias, apostamos na aprovação da PPP. É um investimento demorado, de grande vulto e a nossa expectativa, em função também da procura, da insistência dos empresários dos países que têm procurado o Ministério dos Transportes e o Governo, a nossa expectativa é que duas grandes ferrovias do país recebam esses investimentos privados. Refiro-me à rodovia Norte-Sul, sobre a qual os japoneses têm conversado muito conosco e têm uma sociedade com a Vale do Rio Doce e têm interesse em fazer esses investimentos em ferrovias o que vai da possibilidade de criar um a nova opção de logística para o país. Por que falo isso? Porque os nossos principais portos já não possuem as principais características ou os pressupostos básicos para serem bons portos, em função do seguinte quadro: todos os nossos portos estão nas capitais ou nas grandes cidades. O Porto de Santos tem problema de retroárea, não tem mais espaço para se colocar indústrias ou serviços que venham facilitar o desempenho do porto.

Esses portos estão nas áreas urbanas e, portanto, têm dificuldade de acesso. Esses portos têm problema de calado porque, quando foram construídos – há muito tempo – foram pensados para receberem navios da época, que eram menores e precisavam de um calado muito menor.

Então, todo investimento que faça nos grandes portos brasileiros são investimentos que, quanto maior o volume maior o tempo que teremos de boa utilização daquele porto em função do investimento que foi feito. Num pequeno investimento, reduz-se o tempo de

utilização com boa qualidade desse porto que se está fazendo investimento.

Esses portos todos estão recebendo os investimentos, mas a gente precisa pensar o país como um país que cresce, que exporta, que está produzindo muito, está se desenvolvendo e que precisa ter novas opções de logística de transporte. A rodovia Norte-Sul oferece uma nova opção de logística para o país porque integra num transporte barato, num transporte ferroviário barato do Sul ao Norte do país e chega ao Porto de Itaqui, no Maranhão, que está afastado da área urbana, que tem boa retroárea, que não tem problemas de acesso e tem um calado acima da média, na maré baixa, de 16 metros e meio, o que dá possibilidade de ancoragem para navios de grande porte que podem fazer transporte de um volume muito maior de tonela-gem para distâncias muito maiores.

Essa é uma opção de logística que tem que ser oferecida para o país. Qual é a nossa expectativa? Estamos fazendo investimento de restauração e de readequação na Belém-Brasília, na BR-153. Essa rodovia é paralela à Norte-Sul. A idéia é fazer um transporte modal integrado entre ferrovia e rodovia com o objetivo de que os produtores do Centro-Oeste, do Sul do país tenham acesso a esse tipo de escoamento de produção para que se passe a desafogar um pouco esses principais portos brasileiros que estão acima do seu limite de capacidade. Mesmo os investimentos que se faça nesses portos sejam significativos, logo, os portos vão ter problemas mais uma vez em função desses portos não possuírem mais essas condições ideais de funcionamento.

Essa ferrovia é uma ferrovia que, certamente, a gente inicia já a partir do ano que vem e com a participação dos japoneses ou dos chineses, a partir do surgimento da aprovação do PPP.

Uma outra ferrovia que é muito interessante é a Transnordestina, que tem agora uma nova concepção que integra dois grandes portos, que também possuem essas características do Porto de Itaqui. Essa Transnordestina integraria o centro produtor do Centro-Oeste do país de grãos, principalmente, do Oeste da Bahia, o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão, integraria essa região do país aos portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

Essa nova concepção vai demandar um investimento próximo de R\$5 bilhões. É um investimento pesado, mas há uma nova concepção de modernização dessa ferrovia. Essa ferrovia já tem uma concessão – a CFN é concessionária desse trecho –, vai sofrer um alongamento, vai ser aumentado e vai receber essa readequação. Primeiro, vai-se mudar a bitola métrica para a bitola larga, que vai dar maior velocidade e maior

capacidade de transporte de carga, fazendo com que essa carga chegue ao Porto de Pecém e ao Porto de Suape, em Pernambuco. São dois portos modernos, que têm boa retroárea.

Para se ter uma idéia, o Porto de Suape, em Pernambuco, tem uma área onde já estão instaladas cerca de 70 indústrias e ainda tem capacidade para receber cerca de 100 novas indústrias. Tem um calado acima da média, com boa capacidade de receber bons navios, está afastado da área urbana e tem boa facilidade de acesso.

Pensar o País em termos de logística de transporte a médio e longo prazo passa por investimentos em ferrovias.

Para finalizar as minhas primeiras palavras, estou, como técnico, muito otimista em relação ao que se pode fazer em relação à infra-estrutura do País. Preparei uma proposta com esse aditivo, com esse novo orçamento que se vai juntar ao orçamento que está sendo votado no Congresso, pensando tecnicamente em como se resolver, pelo menos num primeiro momento, o problema de escoamento da produção.

Pensamos, por exemplo, na BR-153 nos diversos Estados em que apresenta problema. Há investimentos previstos para ela.

Vou citar algumas rodovias. Por exemplo, com relação à BR-020, temos investimento previstos da ordem de R\$100 milhões, na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal e em Goiás.

A BR-040 tem investimentos em Minas Gerais para restauração, readequação e duplicação no trecho entre Sete Lagoas e Juiz de Fora e ao longo de toda a rodovia.

A BR-153, como acabei de mencionar, tem investimentos em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, somando R\$266 milhões.

Por que estamos fazendo isso? Estamos trabalhando em todo o tronco rodoviário, com o objetivo de dar trafegabilidade a essa rodovia. Identificamos onde existe o problema e onde devemos fazer o investimento.

A BR-163 tem investimentos previstos próximos de R\$80 milhões no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Paraná e em Santa Catarina, exatamente nos trechos em que há problemas.

A BR-242, no Estado da Bahia, tem investimentos previstos de R\$68 milhões justamente no trecho em que a situação está ruim.

Esses recursos serão utilizados em função do acordo que o Governo fez com o Fundo Monetário Internacional para a liberação de R\$3 bilhões, para que saísse do cálculo do superávit primário e para que esse

investimento fosse feito em infra-estrutura. Desses R\$3 bilhões, R\$2,5 bilhões estão sendo alocados no Ministério dos Transportes para se somar aos R\$3,5 bilhões que já estão no Ministério dos Transportes.

Vou citar mais algumas rodovias importantes: a BR-365, de Minas Gerais; a BR-364, que passa em Goiás, Mato Grosso e Rondônia; a BR-280, em Santa Catarina; a BR-116. São várias rodovias.

Com esse projeto, iniciamos a duplicação da BR-101 sul. Existe no Orçamento do ano de 2004 R\$160 milhões, e estamos alocando mais R\$135 milhões no projeto de lei que está sendo votado e mais 265 milhões. Estamos disponibilizando, além dos 160, mais 400 milhões para a duplicação da 101-Sul, que atende Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Para a 101-Nordeste, já foi lançada a licitação, que deve ser aberta no mês de janeiro. A licitação vai permitir a execução da obra no trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, a partir do ano que vem. As obras serão iniciadas em três Estados, ao mesmo tempo em que fizemos uma licitação dividida em oito lotes, o que vai permitir o início da obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco. Para essa obra, serão destinados recursos da ordem de R\$383 milhões. Para que se tenha uma idéia – não fechamos ainda a licitação –, essa obra custará aproximadamente R\$1,5 bilhão, ou seja, quase um terço dos recursos.

Já fechamos a licitação da 101-Sul. Liberamos a ordem de serviço. A obra deve custar R\$1,5 bilhão. Já estão liberados R\$ 560 milhões para o primeiro ano de execução da obra, de dezembro deste ano a dezembro do ano que vem.

Há outras obras. A 153, por exemplo, no Estado de São Paulo, tem um problema antigo, próximo de São José do Rio Preto, Bonifácio e Bady Brassitt. Estamos disponibilizando recursos para a readequação no trecho entre Bonifácio e Bady Brassitt e mais R\$30 milhões na 153, para a readequação da rodovia.

Por que estou me referindo a isso? Na agenda para os portos, haverá investimentos de R\$ 500 milhões, cerca de R\$518 milhões. Serão investimentos nos portos de Itaqui, Areia Branca, Salvador, Aratu, Vitória, Rio de Janeiro, Sepetiba, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Rio Grande, Santos, entre tantos.

Na minha expectativa, teremos um ano bem diferente em relação à infra-estrutura do País. É claro que ainda teremos problemas, mas vamos trabalhar praticamente em todos os Estados, em todas as rodovias federais com problemas, à exceção daquelas com alguma pendência junto ao Tribunal de Contas e daquelas para as quais não dispomos de instrumentos necessários à execução da obra.

Muitas obras não estão relacionadas entre as que descrevi como passíveis de execução porque ainda não têm os instrumentos necessários, tais como, licenciamento ambiental, projeto contratado ou licitação contratada. Por isso, não vamos alocar recursos no Orçamento para tais obras e para chegar no fim do ano sem poder gastar o dinheiro a elas destinado.

Eu não tinha a experiência ainda de trabalhar no Governo Federal, mas no Executivo Municipal e Estadual. Fui prefeito de Manaus, por dois mandatos, Vice-Governador do meu Estado, fui Secretário de Fazenda do Estado. Então eu tinha experiência da máquina pública estadual e municipal e achava que lá era muito demorado. Achava que lá a máquina andava com muita dificuldade, porque levava muito tempo. Tomei um susto com o tempo gasto para se resolver as coisas aqui. Então, preparei-me para, este ano, não passar pelos mesmos problemas daquela época. Chegava a um Estado, tinha o orçamento, e diziam: “Olha, isso aqui é uma bobagem, mas é de um significado muito grande para a cidade, porque é no entorno aqui, custa R\$2 milhões e é uma coisa fácil de ser feita”. Eu, acostumado no município, ou no Estado, dizia: “Então, vamos fazer”. E a licitação lá leva o prazo mesmo que tem que levar. Há as modalidades de licitação, 45 dias, no máximo 60, está tudo pronto e executa-se a obra. Aqui, leva-se muito tempo, porque a burocracia é muito complicada no Governo Federal. É algo arraigado e muito difícil de desmanchar. Para contratar uma obra pequena mas que tem um significado muito grande para a cidade, por exemplo, chegar em Sete Lagoas para fazer um pedacinho de estrada lá que custa R\$2 milhões. Primeiro, é preciso contratar o projeto; isso leva três meses. A empresa, depois de contratada, dependendo do tamanho da obra... Três Lagoas. Sete são em Minas... A sua eu sei que são três. Eu falei de sete, em Minas. Vamos mudar de Estado. É mais uma obra para lá, Senador. Se V. Ex^a quiser fazer essa obra, vai levar três meses para contratar o projeto. A empresa que ganhou tem de sessenta a noventa dias para apresentar o projeto definitivo. Depois tem que se contratar a execução da obra tendo por base esse projeto executivo; aí são mais uns três meses para fechar a licitação. Depois disso descobre-se que não há licenciamento ambiental. Mais um tempo para obter isso. Em alguns casos, muito tempo.

Assim, o que fiz agora?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, quando V. Ex^a for citar um exemplo, diga duas pontezinhas para a cidade de Patos, na Paraíba, que está precisando.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou fazer uma coisa este ano independentemente de

cor partidária. Entendo que minha função no Governo é maior. Nós todos temos a obrigação de contribuir com a viabilidade da infra-estrutura do País. O que fiz para o ano de 2005? Durante esses sete, oito meses que estou à frente do Ministério, tratei de dar viabilidade ao que eu quero fazer. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, até janeiro do ano que vem vamos fechar a possibilidade de contratação – estou falando de restauração, adequação ou duplicação – de 30 mil quilômetros de rodovias. Embora a minha possibilidade de fazer isso com esse dinheiro seja de 14 mil quilômetros, já estou licitando muito mais exatamente para não sofrer esse tipo de problema. Eu não consegui fazer absolutamente nada que já estava pronto no Ministério, mas cuja burocracia não estava pronta. Estamos fechando o ano e “Cadê aquele negócio que eu pedi em abril?” “Recorreu, está não sei onde”.

Todas as vezes que eu ia falar com o Presidente ele me dizia Fernão Dias, Regis Bittencourt e BR-101 sul. Numa solenidade, ele dizia: como está a 101 sul? Ele me cobrou isso diversas vezes. Foi uma gestação dar viabilidade à 101 sul: nove meses! Finalmente, conseguimos, na sexta-feira, dar a ordem de serviço com tudo vencido, com todas as etapas, sem nenhum perigo de ter que interromper a obra em função de um problema ou outro.

A mesma coisa com relação à BR-101 Nordeste. Vou dizer exatamente o que me disse o Presidente: na hora em que nós pensamos em fazer a BR-101 Nordeste disseram que esses recursos do Fundo Monetário teriam que ser aplicados em investimentos que tivessem viabilidade econômica. Ele disse ainda que se fôssemos pensar em só fazer estradas que têm viabilidade econômica, não faremos nenhuma estrada do Nordeste, nem do Norte do País. Se tentarmos fazer uma concessão pública para a BR-101 Nordeste, por exemplo, não vai aparecer nenhum interessado porque ela é uma rodovia de integração, desenvolvimento. A duplicação de toda a BR-101 Nordeste, de Natal até Feira de Santana, vai mudar o Nordeste. Eu sou nordestino, nasci no Rio Grande do Norte, apesar de estar há quase trinta anos no Amazonas, mas conheço a realidade do Nordeste. O caminho do Nordeste é o turismo. Imaginem viajar por uma estrada segura, duplicada, que dará condições ao povo do Nordeste de ter uma vida melhor. O Presidente bateu o martelo e disse que é preciso botar esse dinheiro para a BR-101 Nordeste. Ele queria, em Salvador, já lançar a obra entre Natal e Feira de Santana.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A prioridade é para a BR-101 Nordeste ou para a BR-101 Sul?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– As duas são prioridades e há recursos para as duas. Há 560 milhões...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– (*Inaudível.*) para a BR-101 Sul, e 390 milhões para a BR-101 Nordeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, comente alguma coisa sobre a BR-158.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– (*Inaudível.*) Está aqui a 158. Estão previstos investimentos no valor de 34 milhões nesse projeto e mais o que está colocado no PL que já veio... Haverá recursos para a 158, sim. Sei que existem problemas em Mato Grosso, mas em Mato Grosso do Sul há bastante dinheiro. Está bem dividido, não estou olhando se o Governador é de um lado... Pela primeira vez, fiz alguma coisa sem conversar politicamente com as pessoas. Fiz tudo tecnicamente lá no Ministério. Ontem pedi ao Presidente da República que não deixasse alterar esse planejamento para mandar para o Congresso de forma diferente, porque alguns Governadores já tomaram conhecimento disso e poderão indagar, por exemplo, como é que estão mandando não sei quantos milhões para Santa Catarina, porque a BR-101 está lá, e não estão mandando não sei quanto para o Acre, para a Amazônia ou para Rondônia. O critério não é esse, mas a infra-estrutura do país. O critério de fazer uma boa distribuição entre os Estados está naquele primeiro projeto que mandamos para o Congresso. Lá estão previstos 3,5 milhões, mais as emendas que os Parlamentares vão fazer. Vamos ficar com um orçamento em torno de 4 bilhões. E lá está atendido. Como é que fiz isso? Como aumentamos um pouco o orçamento, conversei com os Governadores, com as pessoas que pediram para conversar comigo no Ministério, e tentei melhorar. O volume de recursos de todos os Estados, sem exceção, foi melhorado. O outro projeto que está vindo é estruturante para o país. Ele vai mudar realmente, vai dar condições de trafegabilidade e de escoamento da produção. Então, era isso o que, em linhas gerais, eu queria informar.

Vou encerrar mostrando uma coisa aos senhores. Sei que o meu tempo já deve ter acabado, mas queria mostrar o gráfico do desempenho do Ministério dos Transportes. Quando cheguei lá, encontrei esse tumulto. Então decidi fazer uma reunião com os empresários. Eu convocava os empreiteiros para conversar, passava meia hora, e eles não abriam a boca, porque já não tinham confiança. Em função da dívida existente, eles estavam no limite da possibilidade de investir, mesmo pouco, para receber depois. Só a partir do pagamento

que fizemos a esses empreiteiros, começaram a ser executadas obras do país. Então, só a partir do mês de junho, e se percebe isso, passou a haver liquidez no Ministério. Em abril, maio e junho, pagamos, e a situação começou a melhorar. Então, o ânimo é muito bom tanto nas empresas, como no Ministério, enfim o ânimo é muito bom da parte do Ministro e da parte do Governo. Participamos de uma reunião ministerial no último fim de semana, na qual ficou claro que infraestrutura é prioridade para o país, como definição de meta, como definição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, nós lhe agradecemos a fala didática.

Além de abordar os problemas da sua Pasta, V. Ex^a tocou num ponto sobre o qual precisamos meditar muito, que é a necessidade inadiável de desburocratizar este País. Não é só o seu Ministério. O país, há longos anos, está burocratizado, encarecendo os serviços e dificultando o bom andamento das coisas, a ponto de se ter dinheiro e não se ter condições de empregá-lo para alcançar o objetivo.

Agora vamos passar à fase das perguntas, não sem antes pedir licença aos membros da Comissão – não sei onde está o Senador Aelton Freitas....

Vamos registrar aqui a passagem natalícia do aniversário do querido companheiro Aelton Freitas. Quando S. Ex^a chegar aqui, nós o cumprimentamos.

O primeiro orador inscrito, pelo Regimento da Casa, é o autor. São três requerimentos. O primeiro é o do Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra, para sua interpelação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, meu requerimento inicial, ainda no mês de abril, foi logo após a posse de V. Ex^a, exatamente para tomar conhecimento dos projetos para essa área importante ao País como um todo. Depois, pude realmente fazer novos requerimentos, insistir. Já estávamos com requerimentos em plenário e pude, em vários discursos, pronunciar-me a respeito da questão. Quero cumprimentá-lo pela maneira sincera como V. Ex^a coloca as dificuldades do Ministério. Como é meu primeiro mandato parlamentar, confesso que estranho, às vezes, a demora com as questões aqui em Brasília. Quando eu era Governador, também via essas dificuldades que V. Ex^a coloca: dificuldade para fazer um projeto, dificuldade para a concorrência, dificuldade para a obra ser cumprida, o cumprimento dos pagamentos, essa questão toda.

O que acontece é que já chegamos ao meio do Governo do Lula. Já cheguei a dizer que não quero acreditar que o Governo tenha deixado a situação piorar tanto para agora dizer que ela melhorou. É como aquela história do bode que se coloca na sala para a

sala ficar mal-cheirosa e depois ele é retirada para que se ache que o cheiro melhorou. Espero, torço para que não seja isso, torço para que não seja isso.

Vejo aqui que o Orçamento para o ano que vem está bem acrescentado. O Orçamento para o Ministério é de R\$9 bilhões, dos quais apenas R\$2.7 bilhões são para investimentos. Desse valor, temos empenhados, até agora, até 3 de dezembro, 68%, R\$1.8 bilhão, e pagos 22% apenas. Então, faltando um mês ao ano todo só se conseguiu pagar 22% do Orçamento do ano todo.

É bem verdade que isso é a média do Governo, mas aí a culpa não é de V. Ex^a, não é do seu Ministério. É o Governo que não consegue gastar, é o Governo que não consegue agir e fazer as coisas acontecerem, porque, até o momento, apenas 25% foram pagos pelo Governo no Orçamento geral de investimentos e até esse último mês, no Orçamento de empenhos, passou pouco de 50%.

Portanto, a questão que se coloca aí é a ansiedade. Pude dizer, no plenário, outro dia, que desafiava qualquer dos Senadores ali presentes a dizer que não tinha um conhecido, um amigo, um parente que tivesse sido vitimado numa estrada brasileira. Quer dizer, não podemos continuar com o nível de perigo que as estradas têm. E não temos tido investimentos. É isso há muito tempo, sim. V. Ex^a tem razão. Não estou dizendo que isso seja só no Governo Lula, não. No meu período de Governo, consegui avançar muito com o Presidente Fernando Henrique em Minas nas estradas federais. Praticamente toda a Fernão Dias, 90% dela foi duplicada até 98. Houve a duplicação de Belo Horizonte a Sete lagoas, a duplicação da 050, também no Triângulo Mineiro. Mas de lá para cá, Ministro, as coisas pararam. No segundo Governo de Fernando Henrique faltava também interesse maior do Governo de Minas e as coisas não caminharam. Agora, o Governador Aécio tenta, querendo inclusive a delegação de rodovias federais para Minas, para poder agilizar, e as coisas não estão caminhando.

Então, eu queria colocar a preocupação que temos em que esses recursos para o ano que vem sejam realmente realizados rapidamente, que não fiquem apenas para a época próxima da eleição.

A questão das formas que o Governo tem de agilizar a infra-estrutura do Brasil. Além do recurso orçamentário, que teve apenas 22% do total pago até agora, temos os recursos que vêm exatamente da Cide. Dinheiro para fazer obra há. O problema é a burocracia, a decisão, a cobrança para que as obras sejam mais rápidas. Na questão das concessões, o Governo ficou o tempo todo discutindo as PPPs e as concessões ficaram paradas dois anos, sem nenhum

processo de concessão no Brasil. É uma lei que já existe, uma lei testada. As estradas de São Paulo estão em bom estado, porque a maior parte delas está concedida. A Fernão Dias foi financiada com recursos internacionais prevendo-se a concessão da iniciativa privada para se fazer a manutenção. E o que vemos na Fernão Dias hoje? As defensas estão quebradas. Nem a defesa é substituída. É complicado por ser uma rodovia importante ligando Minas Gerais a São Paulo, e está se deteriorando por falta de uma manutenção adequada.

Diria que é a concessão. V. Ex^a poderá nos explicar o porquê das concessões. Li nos jornais que agora finalmente vai... Mas isso havia sido anunciado por Ministros anteriores e pelo Presidente, mas já estamos no terceiro ano de Governo.

Com relação à PPP que foi aprovada nesta Casa e está sendo finalmente aprovada na Câmara com as modificações finais, ela não é uma solução total. Sabemos que a PPP vai se adequar em alguns casos apenas.

A sinalização, Sr. Ministro, é outro ponto fundamental. Para podermos ter mais segurança, precisamos sinalizar as nossas estradas, e a sinalização não custa tanto dinheiro assim. Uma estrada sinalizada é outra coisa. Veja bem: bastou o Governo Federal e o Denatran obrigarem os caminhões a terem aquele adesivo refletivo que melhorou muito algo simples. Assim, precisamos sinalizar melhor.

Eu colocaria a questão em cima dos recursos orçamentários, nas concessões, na sinalização, na delegação aos Estados – o Governador Aécio Neves está requerendo que algumas estradas federais sejam delegadas a Minas – para que possam terminar e cuidar melhor.

A questão específica que gostaria de colocar se refere à BR-040 que liga Rio, Belo Horizonte e Brasília. Para esta estrada, no ano passado, coloquei uma emenda de bancada de Senador, que foi aprovada e foram desembolsados dezenove milhões e meio. Ela era para ser utilizada no trecho, mas como não estava exatamente em concorrência com o projeto, foi utilizada no outro trecho da BR-040 fazendo a duplicação na região de Santos Dumont, entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e as obras estão andando bem.

Na verdade, é a única do Governo Federal em Minas Gerais com a verba que coloquei fora a restauração. Estou falando de obra de construção. Em restauração, sei que algumas estão caminhando, inclusive Ouro Preto que agora foi feita em regime de urgência e foi precisa a autorização do Presidente da República para poder ganhar os prazos. Passarei por

ela amanhã para ir a Ouro Preto na reunião do Mercosul. Estive lá e está bem.

Sr. Ministro, se prepare pois terá o questionamento do Ministério Público e do Tribunal de Contas porque fez a estrada com a dispensa da licitação pela urgência. Concorro, sei que precisava, o evento justifica, mas prepare-se porque a burocracia é essa mesma, e precisamos atacar esses outros pontos.

Quanto à BR-040, repeti este ano e coloquei novamente uma emenda de bancada de Senador para o trecho retomar a duplicação por estar paralisada em Belo Horizonte-Sete Lagoas. E, agora, há mais 43 quilômetros até chegar a uma bifurcação importante, que é a que vem para Brasília e para o Norte de Minas.

Para V. Ex.^a ter uma idéia, todo o tráfego que vem de Minas Gerais e de São Paulo no sentido do Nordeste não está passando mais pelo Vale do Aço mineiro, que passa por essa estrada, a BR-040, vai até Montes Claros no norte mineiro para pegar a Rio-Bahia. São 43 quilômetros apenas, mas é para continuar o processo de duplicação. É seguramente o trecho de maior movimento e de maior número de acidentes em Minas Gerais. Claro que esse é um exemplo, mas existem outros.

Estamos vendo no jornal de hoje a inauguração daquela ponte nas nuvens, na França. Uma ponte, um viaduto que custou um bilhão de Euros, R\$4 bilhões. V. Ex.^a imagine que inveja. O orçamento do Brasil, praticamente, é o que a França está gastando para um viaduto de 300 metros de altura. E não temos dinheiro para fazer o Viaduto das Almas, que tem este nome sugestivo.

O Viaduto das Almas é um viaduto entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, foi construído por Juscelino Kubitschek na década de 50, mas é em curva e com pista simples. Esse é um viaduto que mata todo ano. Precisa-se de dezoito milhões, e não de quatro bilhões, como o viaduto da França, para se fazer um novo viaduto e, assim, termos uma pista que desce pelo viaduto antigo e a outra sobe pelo viaduto velho. Tentamos isso, o ex-Ministro Eliseu Resende tem defendido também esse projeto. Veja, são 18 milhões. Ficamos realmente ansiosos com essas coisas no País em termos de que não é possível que não se consiga. Esse 0,40 de que estou falando com V. Ex.^a, de Sete Lagoas ou Trevo de Curvelo, estava parado por causa de R\$60 mil que tinham que ser pagos a uma empresa de consultoria. Foi pago. V. Ex.^a pagou, foi liberado, o projeto está pronto agora, e está na fase de fazer concorrência. Espero que saia a licitação realmente. Então, estou colocando o recurso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Sai em janeiro a licitação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Se Deus quiser. É uma boa notícia. O último ponto é com relação aos portos. Aí já não diz respeito a Minas, que não tem mar. Apesar disso, tem uma capitania dos portos em Pirapora para cuidar da nossa navegação fluvial. Estive no Rio de Janeiro, segunda-feira – sou da Comissão de Turismo aqui no Senado, juntamente com o Senador Pavan –, e vi um navio de passageiros parado no porto do Rio. A informação é a de que estão gastando um tempo enorme para poder descer.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– O problema é do calado, dragagem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É uma burocracia. Este é um filão importante para o Brasil, sim, o turismo de cruzeiros, que traz gente com recursos em boa escala para gastar no Brasil, e os nossos portos não estão preparados para a área de passageiros. No transporte de carga também temos problemas, mas passageiro pior ainda.

De maneira, Sr. Ministro, esses eram os pontos que eu queria assinalar aqui. Na verdade, o meu apelo para que possamos ter uma ação eficaz. V. Ex^a, com a experiência que tem de prefeito, sabe que, se não cobrar todo dia, as coisas não andam mesmo. O meu convite foi sempre no sentido positivo, como disse a V. Ex^a, para que possamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não sei é possível, para facilitar os trabalhos, ouvir dois ou três Senadores, até porque as perguntas coincidem. O Ministro as responderia, se forem diferentes, individualmente, e se for a mesma responderia para todos os Srs. Senadores que tivessem a dúvida. Se for possível, só para facilitar o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que é. Vamos experimentar, primeiro, ouvindo os três autores dos requerimentos. Pergunto se V. Ex^a concorda assim.

Senador José Jorge, V. Ex^a é autor do segundo requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de justificar as razões pelas quais fiz esse requerimento convidando o Ministro do Transporte, Dr. Alfredo Nascimento, para estar presente conosco. Na realidade, como sou Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, temos tido a preocupação de que todos os Ministros de Estado da área de infra-estrutura estejam

presentes na Comissão, logo após a sua posse, para que possam dizer dos seus planos, das suas idéias, mostrar a situação em que estava o Ministério quando chegaram e o que pretendem fazer durante o seu mandato. E isso foi feito.

O meu requerimento é antigo, deve ter sido feito logo após a posse do Ministro. No dia 30/03/04, foi aprovado o requerimento, portanto já completando nove meses o requerimento para que o Ministro estivesse aqui. Como havia requerimentos convocando ministros para comparecer a outras comissões, no caso a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Fiscalização, fez-se um acordo para facilitar que o Ministro viesse aqui e realizássemos uma reunião conjunta. É o que estamos fazendo aqui. Portanto, a minha idéia não era levantar alguma questão específica, mas tratar da questão do Ministério dos Transportes em conjunto.

Creio que, em relação à questão do transporte rodoviário, principalmente, todos sabemos que o setor de transporte no Brasil sofreu uma crise muito grande quando, na Constituição de 1988, foi encerrado o Fundo Nacional de Transporte. Era um percentual de receita que garantia um financiamento mínimo ao setor de transporte, que permitiu ao setor de transporte não só evoluir na construção de estradas – hoje o sistema principal de ligação no Brasil é rodoviário –, mas também cuidar da manutenção dessas estradas.

Posteriormente, com o fim do Fundo Nacional de Transportes aconteceu uma queda enorme dos investimentos do setor de transporte, tanto na construção de novas estradas como na manutenção. Por exemplo, a duplicação da BR-101 em Pernambuco, até o município do Cabo de Santo Agostinho, que é dentro da região metropolitana do Recife, deve ter de dez a quinze quilômetros. Essa estrada demorou treze anos, se não me engano, para ser construída, exatamente por falta de recursos, por diversas interrupções que tivemos, de tal maneira que isso gerou uma crise no setor de transporte mais de dez anos, de 1988 até praticamente o ano de 2002, quando foi criada a Cide.

Exatamente na época em que a Cide foi criada, por coincidência, eu era Ministro de Minas e Energia, e esse projeto da Cide é um projeto originário, por incrível que pareça, do Ministério de Minas e Energia. Como o recurso é um imposto que se cobra sobre a gasolina, o diesel, sobre os combustíveis fósseis, então ele entrou exatamente no projeto de abertura do mercado de combustíveis para permitir a livre concorrência. Retirou-se o subsídio do diesel, que era subsidiado a partir do preço da gasolina. Então, elevou-se o preço do diesel e aquilo que se pagava em cima da gasolina virou a Cide. Quer dizer, foi essa a geografia que se

fez no sentido de fazer com que esses recursos fossem disponíveis.

A Cide foi implantada a partir de 2002, então já existe recurso em 2002, 2003, 2004. Se não me engano, são recursos da ordem de R\$8 bilhões por ano, um pouco menos, o ministro deve saber a informação melhor do que eu. De qualquer maneira, de lá para cá o que aconteceu? Não se resolveu a questão das rodovias brasileiras. Por quê? Porque a Cide não foi utilizada. Chegamos a aprovar um projeto aqui no final do Governo Fernando Henrique, mas foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique, atendendo a um pedido da equipe técnica do novo governo, do Presidente eleito, o Presidente Lula. A partir daí o recurso foi mais contingenciado do que utilizado. Esse recurso deveria ser utilizado basicamente em transporte, no subsídio ao gás de cozinha, que hoje em dia é usado, o chamado vale-gás, auxílio gás, e também para a parte de meio ambiente, principalmente em relação à questão do petróleo.

O setor rodoviário, que passou por essa grave crise, deveria estar com essa crise mais equacionada, pois hoje ele tem uma fonte específica de recurso, que é a Cide. Então, gostaria de saber do Ministro como é que a Cide foi utilizada durante esses três anos, durante o ano de 2002, mas principalmente de 2003 e 2004, que já são deste governo, quanto foi arrecadado, quanto foi utilizado no setor de transporte e quanto entrou no superávit primário para pagar o juro da dívida externa.

Todos nós sabemos que o principal instrumento à época para convencer os Parlamentares a provar a Cide foi exatamente o fato de que ela seria utilizada para manutenção das estradas brasileiras. Essas estradas, na situação que estavam e que estão, trazem grande prejuízo não só econômico, pois aumentam o custo das mercadorias, como também prejuízos sociais. A mortalidade nas estradas brasileiras é uma das maiores do mundo. Além disso, o dinheiro não é aplicado, portanto, não gera emprego, não facilita a vida dos brasileiros.

Então, a minha primeira pergunta é em relação a isso: Como é que isso evoluiu e como evoluirá daqui para a frente. Será que não deveríamos aprovar um novo projeto aqui no Senado, na Câmara, inclusive enviado pelo Executivo para que já se faça um acordo antes, para que esses recursos sejam utilizados e não fiquem sendo usados para pagar juros, porque esse é um imposto alto. Toda vez que um brasileiro coloca um litro de gasolina, que custa R\$2,00, R\$2,25, R\$2,30, agora, paga R\$0,50 de Cide, mais ou menos, e paga outros R\$0,50 ou R\$0,60 de ICMS. Portanto, mais ou menos metade do preço da gasolina é de impostos. E

esses impostos deveriam vir, principalmente a Cide, para manutenção e construção de novas estradas.

Em relação à questão de Pernambuco, na verdade, a única estrada duplicada que o Estado tem é exatamente a BR-232, que é federal e liga Recife a Caruaru, mas que foi feita pelo Governo do Estado. Agora, está num processo de devolução ao Estado de algum recurso, ainda não todo, mas uma parte ainda pequena. Nós ficamos satisfeitos que a BR-101 seja licitada, porque realmente, como V. Ex^a disse, a BR-101 é uma estrada muito importante para o Nordeste, porque é litorânea e liga o Nordeste inteiro, na parte mais habitada, mais desenvolvida, porque a Região, basicamente, começou a se desenvolver pelo litoral.

Eu, particularmente, sou um pouco pessimista, porque, na realidade, todas as estradas federais no Nordeste têm sido feitas com a velocidade de cágado, de tartaruga, quer dizer, na realidade, o fato de se licitar é uma condição necessária, evidentemente, mas não é suficiente, porque esse setor de transporte já tem essa tradição de licitar e não realizar. Quer dizer, a própria empreiteira vai fazendo aos pouquinhos, recebe, não recebe, é uma luta permanente do setor. Já é tradicional do setor. Na realidade, como V. Ex^a mesmo disse, a burocracia deve ter algum ganho com isso. Quer dizer, alguém deve sair ganhando, porque é aquela história: jabuti não sobe em árvore.

Então, se o setor transportes é assim há tantos anos, se funciona dessa forma é porque alguém ganha com essa demora, com a forma de realizar, de fazer licitações enormes e ter poucos recursos.

Eu gostaria, basicamente – não quero fazer nenhuma pergunta particular –, de saber como vai ser de agora em diante, como foi neste ano, como foi no ano passado a realização de recurso da Cide e saber, para o ano que vem, o que é que se espera, efetivamente, do uso desse recurso que a população paga para manutenção e construção das rodovias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rambez Tebet) – Estando ausente o autor do terceiro requerimento, concedo a palavra, agora, pela ordem de inscrição, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Alfredo Nascimento, realmente estar como Ministro de Transportes, no Brasil, não é uma tarefa fácil. É uma tarefa desafiante diante da magnitude dos problemas de infra-estrutura, principalmente no setor de transportes do País.

Já me antecederam alguns oradores e eles falaram exatamente dessa questão. O custo-Brasil, hoje, é muito alto por causa da má conservação das nossas estradas, num País basicamente rodoviário,

onde 96% de todos os passageiros estão transitando pelas nossas rodovias e mais de 62% do volume de cargas estão nas nossas estradas.

Com relação à Cide, que também já foi colocada, uma parcela crescente da sua arrecadação que deveria ser destinada a investimentos no setor de transportes tem sido esterilizada e absorvida pelo caixa do Banco Central, para garantir o superávit primário.

Vejo o desempenho da execução orçamentária do Ministério dos Transportes, onde só foram executados 22% em nível de pagamento, apesar de ter um empenho próximo a 70%, que eu espero que se realize.

No entanto, o que sabemos, Sr. Ministro, é que a situação é muito precária nas nossas estradas. As estradas federais, quando estão em situação precária, terminam trazendo um prejuízo adicional aos Estados brasileiros.

Eu sou representante da Bahia. Sabe muito bem V.Ex^a que as estradas federais passam pela Bahia: BR-116, BR-101, BR-242, BR-415, BR-418 e, assim, por diante. A Bahia é um Estado em que, necessariamente, as BRs têm que passar, porque está no entroncamento de ligação do Nordeste com o Sul e o Sudeste.

Quando as estradas federais estão deterioradas, esses tráfegos são desviados e vão à procura das estradas estaduais em bom estado de conservação, mas elas não foram preparadas para esse volume de tráfego e, aí, nem estaduais, nem federais; nem as federais estão boas, acabam também as estaduais e nós não temos capacidade de mantê-las em bom estado.

Mas, na Bahia, de forma específica, Sr. Ministro, temos uma situação particular. Não sei se V. Ex^a sabe, mas, na famosa BR-116, a famosa Rio-Bahia, o único trecho que não está concluído é exatamente na Bahia, no trecho de Euclides da Cunha para Ibó. Inclusive, o Estado era parceiro com 35% na participação desse trecho final. Mas ele ainda não foi concluído, nem a pavimentação da estrada até Ibó e nem a ponte sobre o rio São Francisco, para que se economize muito no transporte das cargas destinadas ao Nordeste brasileiro com a conclusão da BR-116, que, hoje, tem que passar por Juazeiro e Petrolina para seguirem até os Estados de Pernambuco, Ceará e assim por diante.

Temos também o problema da BR-030. Está aí praticamente um projeto de, talvez, cinco décadas, que não é concluído. E, hoje, há uma ponte sobre o rio São Francisco, que tem os pilares prontos, mas que não foi concluída, ligando Carinhanha, de um lado, ao Município vizinho – em breve irei me lembrar do nome do Município – mas é sobre o rio São Francisco, na cidade de Carinhanha.

Temos o problema da BR-242, que liga o Nordeste brasileiro a Brasília, por meio da cidade de Barreiras,

que, hoje, é uma região altamente desenvolvida no setor de grãos. A cidade de Luiz Eduardo Magalhães é um grande celeiro de soja e de produtos agrícolas e que tem....

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Senador César Borges, essa rodovia vai a Mato Grosso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É a BR-242.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Quase que encosta em Rondônia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E ela está em péssimo estado e, praticamente, faz a ligação do Nordeste com a Região Centro-Oeste e a ponte de Carinhanha a Malhada, Sr. Ministro, na BR-030.

Temos também a questão a BR-101, que atravessa todo o território baiano, de norte a sul, que vem do Espírito Santo e vai até Sergipe, de sul a norte, com trechos quase intransitáveis. A própria BR-116, no trecho de Jequié a Vitória da Conquista e, agora, no trecho de Milagres para o rio Paraguaçu, até chegar à cidade de Feira de Santana, tem graves problemas também.

Então, Sr. Ministro, para um Estado do porte da Bahia, que tem a segunda malha rodoviária federal do País, logo depois de Minas Gerais, a situação não só tem prejudicado sobremaneira a economia do nosso Estado, mas tem ceifado milhares de vidas de baianos e de brasileiros que transitam por aquelas estradas. Inclusive há insegurança por parte dos transeuntes dessas rodovias, que, muitas vezes, têm que andar em comboios, porque a baixa velocidade permite que os criminosos façam tocaias para assaltá-los nos veículos, principalmente nos ônibus que transitam nessas estradas.

Por isso, eu gostaria que V. Ex^a traçasse um pouco das perspectivas para o Estado, a fim de que ele fosse mais aquinhoado por ser a segunda malha rodoviária federal do País. Atualmente ele não vem sendo atendido.

Gostaria também, Sr. Ministro, de ouvir falar sobre os investimentos em portos. Quando vejo Minas Gerais falar de portos, eu me sinto quase entusiasmado em falar também sobre portos, já que a Bahia tem o maior litoral do País – são 1.100 quilômetros de litoral. É o Estado que tem o maior litoral, e nós temos três portos fundamentais para o desenvolvimento da nossa economia, que cresce este ano a 8,5% e que, hoje, é o terceiro Estado produtor de automóveis, porque conquistamos o complexo automobilístico da Ford.

Então, temos o Porto de Salvador, o Porto de Aratu e o Porto de Ilhéus, os três precisando de investimentos urgentes.

Recebi uma correspondência do Presidente da Codeba, que faz um apelo dramático para que nós possamos incluir emendas coletivas de bancadas, recursos, porque o Orçamento federal não inclui recursos para esses portos.

O Porto de Aratu hoje tem berço com ocupação de até 90%, o que significa dizer: ou faremos investimentos imediatos, de curto prazo, ou teremos dificuldades operacionais nesse porto tão importante para o pólo petroquímico que é o Porto de Aratu, especializado em granéis, sólidos e líquidos.

Na Bahia, todos os portos estão inclusos entre os cem portos concentradores do Brasil, incluindo Salvador e Aratu.

Portanto, Sr. Ministro, pede a Codeba que sejam incrementados no Orçamento recursos para os transportes de aproximadamente R\$30 milhões, porque não foram alocados no Orçamento do Ministério dos Transportes.

Há outra questão que nos preocupa e que é um gargalo, sinceramente, Sr. Ministro, um grande gargalo para o desenvolvimento do Estado. O Governo do Estado tem feito um papel de atrair indústrias para o nosso Estado – automobilística, calçadista –, todas elas exportadoras, e vamos ficar presos com a questão dos portos que não estão sendo contemplados com os recursos mínimos que necessitam para a sua expansão.

Para essas duas questões, Sr. Ministro, bem conceituadas e direcionadas, específicas do Estado da Bahia, que é a sexta maior economia do Brasil, eu queria pedir uma atenção especial do seu Ministério. Sei das suas dificuldades, mas essa é uma questão que se o Governo Federal não tomar como prioritária com certeza vai ser um gargalo imenso na retomada do crescimento e do desenvolvimento do País como nós desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, agora V. Ex^a tem a palavra para responder às indagações dos Srs. Senadores.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Nós temos problemas de infra-estrutura em todo o País, mas dois Estados especialmente têm mais problemas que os outros: Minas Gerais e Bahia. São os dois maiores. Minas Gerais tem 11 mil quilômetros e a Bahia, mais de 5 mil, quase 6 mil quilômetros de rodovias. Então, é onde há mais problemas.

Senador, antes da sua chegada, eu falava acerca de um projeto que chega até o dia 20 para ser entregue ao Relator, acrescentando ao Orçamento do Ministério dos Transportes mais R\$2,5 bilhões para

investimentos em rodovias, portos e hidrovias, em toda a infra-estrutura.

Eu vejo que se eu conseguir executar o que está nisso, e eu sou muito otimista, sou muito determinado em tudo que faço – se não o fosse, não teria aceito o convite para ser Ministro dos Transportes, porque antes tomei conhecimento do problema que me estava sendo entregue.

Um amigo meu me perguntou por que eu aceitei isso e me fez a seguinte observação: para aceitar esse convite, ou é louco ou acredita muito em Deus. Eu creio muito em Deus e acho que é possível fazer o que está aqui. Eu vou executar o que está aqui. Eu tenho a garantia do Presidente da República e vou poder executar o que está no Orçamento.

Eu reconheço que essa história de começar e não terminar, tanto no Ministério dos Transportes quanto em outros órgãos do Governo Federal, é antiga, mas eu vim para cá com uma série de compromissos assumidos comigo e esses compromissos têm sido cumpridos rigorosamente pelo Presidente da República.

Então, eu vou tentar dar respostas. Eu tentei anotar quase tudo aqui das perguntas que foram feitas.

Em relação ao Orçamento, por incrível que pareça, eu não posso reclamar do Ministro Palocci, e eu disse isso na reunião do Ministério que tivemos.

Fui Secretário de Fazenda do Estado e sei que todo setor do Governo tem reclamação quanto à Fazenda, porque não deu o dinheiro que precisava dar, mas o Presidente fez um acordo comigo e, financeiramente, o Ministério dos Transportes recebeu todos os recursos que deveria receber. Foi cumprido pela Fazenda e é exatamente por isso que se observam pagamentos desse ano só de 22%, porque o Ministério quitou uma dívida de mais de R\$1 bilhão em relação a 2002 e 2003. Era exatamente isso que estava fazendo com que os empreiteiros não tivessem interesse em executar ou dar início à execução de nenhuma obra do Governo.

Então, em relação ao Orçamento, a explicação para esse pagamento efetivo só de 22% desse ano... eu fiz uma reunião há cerca de um mês com os empresários do setor e disse para eles o seguinte: vamos correr, vamos faturar que eu quero pagar. Então, a nossa situação com relação ao financeiro, com o orçamento pequeno que tivemos, é muito boa. Eu não tenho o que reclamar, agora o Orçamento foi muito abaixo da necessidade que tem o País, que tem a infra-estrutura do País.

Então, eu vou começar tentando responder às perguntas do Senador Eduardo Azeredo.

Primeiro, em relação a concessões. Já se tentaram fazê-las, por diversas vezes, e não conseguiram. O

Governo Federal só conseguiu fazer, até agora, pouco mais de 1.500 km de rodovias. No dia 09 deste mês, fiz uma audiência pública no Ministério dos Transportes, dando início ao processo de concessão de rodovias, que inclui a 381, a Régis Bittencourt e diversas rodovias do Sul/Sudeste do País, somando 3.038 km de concessões.

Estamos fazendo isso com todo o cuidado que a burocracia nos recomenda, para que possamos cumprir todas as etapas, no sentido de que, mais tarde, não tenhamos qualquer problema.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não. Não tem, mas vou chegar com boas notícias para a Bahia já. Estive neste Estado, visitei algumas estradas, estive na BR-116. Havia algumas estradas que podiam ser chamadas disso. Gravei bem a 116 lá no Ceará. Como bem disse o senhor, cruza toda a Bahia e Minas Gerais também. É por isso que ela tem tantos quilômetros de rodovia.

A BR-116, lá no Ceará, entre Fortaleza e Horizonte, até Pacajus, quando chove, deve transformar-se numa hidrovía, porque já se cavou tanto, que tem três metros de profundidade. É por lá que o escoamento da produção do Ceará está ocorrendo para chegar ao Porto de Fortaleza.

Então, a situação das estradas ainda é muito ruim. Diminuiremos um pouco esse percentual até março, abril do próximo ano.

Em relação a concessões, iniciamos esse processo, e a nossa expectativa é a de que, pelo prazo, pelo cronograma, até junho ou julho do próximo ano, possamos entregar essas concessões para a iniciativa privada com relação a esses 3.038 km.

Quanto à sinalização, o senhor tem razão. Estamos contratando um volume bastante significativo de sinalização e de balanças para conservarmos aquilo que tivermos de investimento.

Em relação à delegação para Minas Gerais, isso não resolveria muito, até porque foi feita, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a estadualização de um volume significativo de rodovia para 18 Estados. No caso de Minas Gerais, desses 11 mil km de rodovias – e o dinheiro foi repassado para o meu Governo à época – cerca de mais de 6 mil km deveriam ser estadualizados para que o Estado passasse a cuidar, porque o Governo do Presidente da época pagou pelas rodovias.

Penso que não devemos nem discutir se pagou ou estadualizou; temos é que fazer a obra. Agora, estamos tendo a oportunidade de executar obras nos 11 mil quilômetros, que são, até que se feche essa trans-

ferência, essa estadualização, dessas rodovias, para o Estado de Minas Gerais.

Para que se tenha uma idéia, o Orçamento de Minas Gerais, no ano passado, não alcançou R\$200 milhões; o Orçamento deste ano de Minas Gerais em estradas é R\$468 milhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Coloque, por favor, mais os 50 da minha emenda.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Se colocarmos mais os cinquenta da sua emenda – estou tomando por base o que estou enviando para cá –, o montante vai ultrapassar R\$500 milhões. Algo inédito!

Em relação à BR-040, exatamente no trecho citado, já está no Orçamento, sem considerar a sua emenda, R\$70 milhões, no trecho entre Belo Horizonte e Rio.

Com relação ao Viaduto das Almas, o senhor falou do valor. Anotei aqui e, realmente, não tenho informações. Não sei o que aconteceu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ele já tem projeto e concorrência.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Falta o recurso. Como a gente tem um recurso genérico no Estado, normalmente feito em acordo com os Parlamentares, podemos sentar, toda a Bancada, Senadores e Deputados, e encontrar uma forma de dar uma solução para isso, ou, pelo menos, iniciarmos uma solução para esse problema.

Em relação a portos, praticamente não tivemos investimentos nesse setor. Posso falar desse ano. Nem posso muito dos outros anos, porque não têm muita consistência as informações de que dispomos. Mas, em matéria de investimento, podemos dizer que quase não o tivemos nos portos.

Quero dizer ao Senador César Borges, da Bahia, que a pessoa lá do porto pediu R\$30 milhões; no entanto, no Orçamento, temos R\$26 milhões. Quase chegou.

Temos, para este ano, um investimento de cerca de R\$350 milhões destinados para os portos. Creio que resolveremos alguns gargalos e uns problemas históricos. Este ano, fizemos uma agenda portos, que, como disse, tenta resolver pequenos problemas. No Rio de Janeiro, como mencionado, há um problema de dragagem que já vem de muitos anos, ou por que não há licitação, ou por que só existem três empresas e uma portaria que as protegia, enfim, não havia a possibilidade de se concluir uma licitação. Felizmente, já para este mês, fechamos as licitações de que precisávamos para iniciar a dragagem nesse porto.

Em relação ao que mencionou o Senador José Jorge, também sei que muitas obras são iniciadas e

não são concluídas. No entanto, quando há interesse por parte do Governo, a exemplo da 101/Nordeste, uma obra de interesse do próprio Presidente da República, e mencionei isso em minha fala inicial, Sua Excelência me orientou para que colocasse recursos no Orçamento. Lançamos a licitação dividida em oito lotes, sem contar as obras acessórias. Ao final, deveremos ter consórcios de doze grupos para executar a obra. Nossa expectativa é que possamos iniciá-la no final do primeiro trimestre, início do segundo do ano que vem. O que quero é, juntamente com o Presidente da República, dar ordem de serviço nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A licitação da obra está quase concluída, creio que até meados do mês de janeiro esse trecho da 101 seja executado – e estamos colocando no Orçamento R\$383 milhões para essa execução que, segundo os técnicos do Ministério, as empresas têm essa capacidade de executar, nesse período, a obra na 101. Inclusive o Presidente da República queria que fossem colocados R\$500 milhões para serem executados neste ano.

Em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), há uma polêmica antiga. Aliás, eu estava fora, porque fui o Prefeito de minha Manaus longínqua e, às vezes, me levanto à noite e fico pensando o que eu vim fazer aqui? Sinto saudade de minha terra. Lá, a resposta é mais rápida. Para mim, o melhor cargo do mundo é o de Prefeito. Tive a experiência de ser Governador do Estado, mas como Prefeito a resposta é muito rápida, porque se está perto do problema, junto da população. Aqui, uma ordem é dada e tem-se que estar correndo atrás dela, senão ela se perde pelo caminho e não se consegue mais encontrar o fio da meada. Então, em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico deve essa contribuição ter uma receita em torno de R\$8 bilhões. Desses recursos, 29% são repassados para os Governos estaduais, e parte desses 29% vão para os Municípios. Sobra, portanto, algo em torno de 70% para o Ministério dos Transportes. Se considerarmos que 70% desse montante de R\$8 bilhões representaria pouco mais de R\$5 bilhões para o Ministério dos Transportes, teremos, em 2005, um volume de recursos muito maior do estabelecido para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Não tenho maiores informações, mas tenho a certeza de que o legislador quando criou essa contribuição foi com o objetivo de substituir o antigo Fundo Rodoviário, que cuidava das rodovias federais. E vivemos um período de boas rodovias federais. Todos lembramos o que representava o antigo DNER, uma estrutura poderosa que fazia muito, que executava muitas obras pelo País. Não conheço a história, mas está estrutura acabou. O

DNER era um órgão executor, um órgão de ponta do Ministério dos Transportes, que contava com 3.800 funcionários para cuidar das rodovias federais. Mas foi extinto e criou-se Dnit, que tem pouco mais de 1.700 funcionários para cuidar das rodovias, das hidrovias, dos portos e agora das ferrovias.

Em função disso, uma empresa foi contratada para formatar uma nova estrutura para esse órgão. Já fizemos um plano de cargos e salários. Está sendo discutida e vai ser autorizada a realização de um concurso público para que se possa dotar o Dnit, o Ministério dos Transportes, portanto, de uma boa estrutura de recursos humanos, capaz de executar tarefas que não são das mais simples.

Em relação à BR-101, vou até estender a informação, o trecho entre Palmares e Feira de Santana está na fase de projeto. A contratação dos projetos já foi feita; as empresas têm prazo para entregá-los até janeiro. E o Presidente da República já me disse que se os projetos forem concluídos e conseguirmos contratar a obra, ele encontra uma forma de alocar recursos, talvez enviando um projeto de lei complementar para o Congresso. Assim, poderemos iniciar as obras nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Mas os projetos já estão em execução, estão contratados; infelizmente, não poderemos iniciar a obra juntamente com os três Estados.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Qual a previsão para o início das obras da BR-101 no trecho Alagoas?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Não gosto muito de falar de prazos quando ainda não cumpr a burocracia governamental. Estou na fase de licitação, e a previsão de conclusão do trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, para o qual há recurso de R\$383 milhões, é concluir a licitação na primeira quinzena de janeiro. Mas, em função de recursos, disso, daquilo, disse ao Presidente da República que a nossa expectativa é começar a obra no final de março, no final do primeiro trimestre do ano. Isso eu posso afirmar com segurança.

Em relação a esses três Estados, os projetos estão contratados, e as empresas têm prazo de entrega do projeto definitivo. A partir daí, lançar o edital de contratação da obra. Vamos contar aí mais 90 dias pelo menos para que essa obra seja contratada a partir da apresentação do projeto.

Espero, então, que no segundo semestre do próximo ano possamos iniciar essas obras. Mas não posso afirmar e nem gostaria de fazê-lo. A idéia do Presidente era lançar a obra toda em todos os Estados. Mas convenci Sua Excelência de que não seria possível começar a obra no início do ano nos seis Es-

tados mas apenas em três estados, em função de eu ter encontrado projetos já adiantados lá no Ministério dos Transportes.

O Presidente afirmou para mim que, se eu conseguir viabilizar no primeiro semestre a contratação da obra, ele encontra uma forma de iniciá-la no segundo semestre do ano que vem. Espero que assim ocorra, mas não posso afirmar que ocorrerá, pois há entresves burocráticos.

Senador César Borges, em relação a Bahia, está previsto no Orçamento recursos da ordem de R\$63.400.000,00 para a BR-116.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Há previsão de concluir até *(inaudível)* o Rio São Francisco, a travessia para o Estado...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou falar mais sobre o assunto. Como já está bem adiantado o processo de contratação de licitação, a conclusão dessa obra deverá ocorrer durante o próximo ano, e o recurso será alocado exatamente para a execução de pouco mais de 100 quilômetros existentes na região.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – São 70 quilômetros.

O SR. (Orador não identificado) – E falta pavimentação.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Fiz uma reunião com várias pessoas da Bancada da Bahia para tratar desse assunto, e elas também se referiram à ponte.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não posso afirmar. Sei que para a BR-116 foram destinados R\$63,4 milhões. Para a BR-030... Para a construção da ponte, foram destinados R\$9 milhões no Orçamento, além desses...

O SR. (Orador não identificado) – Por que o povo não faz...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não faz a ponte, mas também não consegue executar mais do que isso. Talvez fosse necessária uma emenda.

O SR. (Orador não identificado) – Bancada para...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Para ela? Então, vai-se somar a esse valor. Para a recuperação da BR-242 na Bahia, há o recurso de R\$68,8 milhões. Quanto aos portos da Bahia, Aratu dispõe de R\$7,5 milhões e Salvador, R\$18,5 milhões. Há, no Orçamento, apenas dois dos três portos.

O SR. (Orador não identificado) – Esses recursos já estão liberados?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Serão.

O meu compromisso é trabalhar com esse dinheiro. Não se faz infra-estrutura com conversa. V. Ex^{as} que foram executivos sabem disso. Infra-estrutura só se faz com dinheiro, com recurso para a execução. Eu vim aqui com essa tarefa: fui convidado pelo Governo para executá-la.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível)* ajuda?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Ajuda um pouco, até porque é preciso explicar a situação. Por isso, estou aqui dizendo que vamos gastar determinado valor e explicando como agi. É necessário haver diálogo. Porém, sem o dinheiro, somente a conversa não resolve.

Espero ter respondido a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Azeredo, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores para abreviarmos o debate, pois são 12 horas e 40 minutos e ainda há muitos Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Ministro, quanto à delegação dos Estados, no caso de Minas Gerais, há um número muito grande de BRs. Tirando as BRs estruturais – a 040, que liga o Rio de Janeiro a outros Estados, as rodovias para a Bahia, a 262 –, existem algumas outras pequenas, nas quais se poderia pensar em fazer delegação. Peço apenas para não afastar de todo essa hipótese.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Concordo em fazer a delegação, desde que eu não tenha que passar o dinheiro do Ministério dos Transportes *(inaudível)*.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a tem razão. O recurso, no fim do Governo Fernando Henrique, foi de cerca de R\$700 milhões em dezembro, tendo sido realmente repassado para Minas Gerais, mas ele foi utilizado para pagar 13º salário e não para fazer melhorias nas estradas.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – No momento, há um problema, Senador. O Tribunal de Contas da União já me informou que não posso fazer investimentos – e estamos tentando encontrar uma solução para essa situação – em rodovias que estão sob a égide dessa medida provisória, que depois foi transformada em lei, e que se encontram nesse processo de estadualização.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito bem. Estou satisfeito e desejo-lhe sucesso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – O recurso de R\$468 milhões é insuficiente para um Ministério que já tem muito pouco. Esqueci-me de falar do valor destinado à Bahia: são R\$261 milhões no total. Se considerar mais ou menos metade...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, permita-me lembrar ao Ministro dois assuntos para os quais peço a atenção e a preocupação de S. Ex^a.

A BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana, é a estrada principal do Estado da Bahia.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Está sendo licitada. Eu estive lá.

O SR. (Orador não identificado) – Pode entrar em colapso a qualquer hora.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – É verdade.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, queria lembrar-lhe também a BR-330 no trecho Jequié e Ipiatã.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Precisamos anotar, porque esses nomes na Bahia...

O SR. (Orador não identificado) – O trecho entre Jequié e Ipiatã está em estado lamentável.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Tem um baiano aí. Onde está o Paulo Sérgio? Já foi embora?

O SR. (Orador não identificado) – Trecho entre Jequié e Ipiatã, com a recuperação da BR-330. Eu lhe agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio Amaral, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo. Estamos realizando hoje a última reunião de 2004 da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registro, então, a competência e o trabalho com que V. Ex^a desenvolveu à frente desta Comissão. Sr. Presidente, V. Ex^a foi competente, sereno, democrático e tenha a certeza de que honrou muito o nosso Estado, Mato Grosso do Sul, pela maneira como conduziu os trabalhos.

Por esta Comissão, passaram talvez os projetos mais importantes do Governo Federal. V. Ex^a qualificou indubitavelmente o debate e não tenho dúvidas de que as propostas encaminhadas às outras Comissões na sequência ao Plenário foram bastante aperfeiçoadas e contribuirão muito para o desenvolvimento do Brasil.

Como sul-mato-grossense, não posso deixar de registrar a honra de ser seu liderado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dirijo-me agora ao meu querido Ministro Alfredo Nascimento, com o qual me surpreendi. Já tinha conhecimento de V. Ex^a como Prefeito de Manaus, mas distante. Quando o conheci, juntamente com toda a Bancada Federal do nosso Estado, fiquei bastante surpreso pela sua objetividade: claro, rápido – “sim”, “não”, “é possível”, “não é”. Está faltando gente com esse tipo de perfil no Governo.

V. Ex^a é um Ministro que expõe com absoluta tranquilidade e serenidade os grandes desafios que surgem, as dificuldades enfrentadas e a lamentável morosidade burocrática. Sei o que V. Ex^a, que sempre teve uma carreira de executivo, deve sofrer por tudo o que assumiu.

Ao mesmo tempo, saliento que V. Ex^a também é um Ministro que, além de vivenciar o dia-a-dia do Ministério, responde a ligações telefônicas, atendendo-nos rapidamente e não demorando para marcar audiências. Isso é ser Ministro, é representar bem o Governo do Presidente Lula, razão pela qual não posso deixar de fazer esse registro nesta oportunidade em que V. Ex^a nos dá a honra de estar presente.

Serei breve, porque a Bancada de Minas Gerais passou praticamente toda a reunião trabalhando os investimentos na malha federal e, surpreendentemente, o Senador Eduardo Azeredo referiu-se inclusive a portos naquele Estado. O Senador César Borges, como representante ilustre da Bahia, também fez remissão aos mínimos detalhes, explicitando as principais preocupações daquele Estado importante do Nordeste e da nossa Federação.

O meu Estado é menor e pertence à Região Centro-Oeste, mas venceremos e para esse objetivo estamos trabalhando com o nosso Presidente Ramez Tebet e o restante da Bancada Federal. Desse modo, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Sr. Ministro, uma vez que já houve ampla explanação por parte do DNIT sobre o que está projetado para Mato Grosso do Sul nas rodovias federais e nos portos. Então, para mim, foi uma reunião extremamente importante a fim de que saibamos o que acontecerá em 2005 em nosso Estado – e desde já agradecemos.

Mas o meu questionamento é com relação a um pesadelo que carregamos em nosso Estado denominado Ferrovia Novo Oeste, um desastre absoluto e que envergonha Mato Grosso do Sul. Estivemos com o Presidente da República e inclusive com V. Ex^a, Sr. Ministro, buscando uma alternativa, porque essa ferrovia é fundamental para os projetos que vão se instalar em nosso Estado.

E a pergunta, para concluir rapidamente a minha participação, é a seguinte: sabemos que a Brasil Ferrovias está levantando um empréstimo do Bndes.

Para minha surpresa, ao ter acesso a um documento restrito, descobrimos que os investimentos dessa operação estão todos concentrados na Ferronorte. A Novoeste não tem nada, e a Ferroban também, não. O que nos preocupa é esse desinteresse da Brasil Ferrovias em investir em uma ferrovia que terá um futuro importante para o Centro-Oeste brasileiro assim como a Ferronorte, mas também a nossa Novoeste.

A pergunta que gostaria de fazer a V. Ex^a é como vamos sair desse imbróglio da Brasil Ferrovias. Estamos fazendo um esforço de montar uma operação triangular em cima de créditos do Governo do Estado para tentar retomar alguns trechos dessa ferrovia especificamente entre Corumbá e Campo Grande pegando um trecho do Pantanal e, depois, passando por Três Lagoas, cidade do nosso ilustre Presidente Ramez Tebet.

Fomos surpreendidos com essa informação do Bndes. Continua o desinteresse da Brasil Ferrovias pela Novoeste e pela Ferroban. Temos uma *holding* ferroviária que não tem operadores. Somente fundos de pensão e não sei se isso é o melhor modelo para nós.

Será, Sr. Ministro, que fruto desses desencontros todos, não está na hora de o Ministério dos Transportes retomar essa concessão e colocar gente competente ou que se interesse pelo Mato Grosso do Sul para retomar essa ferrovia e fazer com que ela volte a funcionar ocupando um papel de fundamental importância no desenvolvimento do nosso Estado, o Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em verdade, esse é um problema de uma gravidade muito grande, mas sei que V. Ex^a dedicará uma atenção e resolverá o problema.

O próximo inscrito é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de parabenizar a atuação do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, que em todos os cargos que ocupou até agora sempre deu conta do recado como Prefeito, como superintendente da Sudeco, como Presidente do Senado, como Senador, como Ministro da Integração Nacional e agora nesta Comissão terminando o biênio.

Parabéns pelo excelente trabalho que tem feito aqui. A imagem de V. Ex^a me favoreceu uma vez. S. Ex^a é tão brilhante que inverteram as nossas fotografias quando eu era candidato a Governador do meu

Estado e colocaram a foto dele na minha matéria, e fui eleito Governador de Rondônia.

Sr. Ministro, V. Ex^a não é do PT, mas tem estrela. V. Ex^a tem dado conta do recado como Prefeito de Manaus por duas vezes, como Vice-Governador, como Secretário da Fazenda e agora como Ministro tem surpreendido o Brasil com seu trabalho. E Rondônia somente tem a agradecer. Logo no início, quando assumiu a pasta, visitou o nosso Estado, deslanchou algumas obras como a BR-364, espinha dorsal do Estado, que estava há quase três anos em uma situação lastimável. Hoje ela está praticamente 100% recuperada, e há outras obras em andamento.

Estou curioso. Além da BR-364, estrada importante do Estado, que vai até o Acre, temos a BR-429, sobre a qual tratamos com V. Ex^a algumas vezes; é nossa rodovia mais importante, ligando Presidente Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, São Francisco e Seringueira, de 340Km. Precisamos de recursos substanciais para iniciar sua pavimentação, pois só existe um pequeno trecho asfaltado. V. Ex^a conhece muito bem. Temos a BR-421, que liga Ariquemes a Campo Novo e Monte Negro; a BR-425, que vai até Guajará-Mirim, uma BR importante também, porque liga a fronteira do Brasil com a Bolívia, toda pavimentada, mas necessitando de algumas pontes e de alguma recuperação. Por último, a BR-174, que vai de Vilhena a Juína, com apenas um trecho dentro do Estado de Rondônia.

Nosso porto e nossa hidrovia também são vias importantes, que transportam grãos do Mato Grosso e de Rondônia pelo porto de Porto Velho, que tive o privilégio de ajudar a construir, em parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, e vai até o porto de Itacoatiara. Portanto, uma hidrovia que ainda precisa de alguns serviços, principalmente na área de balizamento.

Sei que V. Ex^a está bem inteirado de todo o Brasil, principalmente dos problemas do Norte. Não preciso fazer muito apelo quanto a essas questões. Gostaria de dizer também, como o fez o Senador Ramez Tebet, que a Bancada de Rondônia, a exemplo da Bancada de Mato Grosso do Sul e de outras, que temos colocado anualmente várias emendas para a área de transportes. E este ano, mais uma vez, colocamos três. Uma emenda de bancada para a BR-429; uma para a duplicação da BR-364, de Candeias à Universidade Federal de Rondônia – Unir, trecho de pouco mais de vinte quilômetros; e outra emenda de bancada, de minha autoria, para a adequação de travessias nas cidades por onde passa a BR-364. Foram três emendas que, se bem aquinhoadas, poderão engordar um

pouco o Orçamento do Ministério para o Estado de Rondônia.

Gostaria de falar rapidamente, reforçando o que dirá o Senador Leonel Pavan. Estou em Rondônia há quase trinta anos, mas sou natural de Santa Catarina, e também tenho interesse na BR-101. Todos os anos visito minha querida mãe, que mora no Rio Grande do Sul e dirijo pela BR-101. Alguns trechos melhoraram bastante, de Curitiba a Palhoça, a Florianópolis; mas de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul, a estrada é perigosíssima, em função do Mercosul. Por lá trafegam caminhões do Uruguai, da Argentina, do Rio Grande do Sul. É uma BR muito movimentada, com engarrafamentos de até quatro, cinco horas – os veículos ficam quase parados no período do verão, em razão das praias.

Ao encerrar, farei três perguntas. É real que o Governo Federal está disposto a transferir os portos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio? O Ministério está ficando grande demais.

Que valor temos no Orçamento para a área de transporte em Rondônia? E, com relação à BR-119, Rondônia-Amazonas, que V. Ex^a conhece muito bem, que vai de Porto Velho a Manaus?

Gostaria que falasse um pouco a respeito da rodovia do Pacífico. Existe algum projeto de financiamento do BNDES ou da CAF para ajudar o Peru, pois o trecho brasileiro está ficando pronto, mas do lado do Peru não? É a rodovia do Pacífico, a continuação da BR-364 até o Peru, passando pelo Acre. Até a divisa com o Peru já está pronta, pavimentada, sendo construída uma ponte, encerrando a parte brasileira; falta apenas a parte peruana para ligar essa rodovia ao Oceano Pacífico.

Eram as perguntas e as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ainda, Sr. Ministro, à Senadora Ana Júlia Carepa. Aí sim, passarei a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serei rápida, Senador Ramez Tebet. Quero cumprimentar o nosso Ministro e também concordar com o Senador Delcídio Amaral quando diz que V. Ex^a é um Ministro que nos atende e, realmente, nos orgulha, porque é um Ministro da Amazônia que atende a todas as bancadas, diferentemente de outros Ministros do nosso Governo. Faço questão de registrar que, há um mês, pedi uma audiência com o Ministro Palocci e não obtive a mesma resposta. Olha que não pedi sozinho, mas com mais quatro Deputados Federais!

Não falar muito sobre as questões estaduais, pois já conversamos a respeito disso com o Ministro. Queria fazer referência a um documento, que vai chegar às

mãos de V. Ex^a e depende exclusivamente do Ministério neste caso. A reunião da Bancada aprovou, por unanimidade, que fosse feito o estudo e o projeto, para fazer parte da Ferrovia Norte-Sul, um trecho que vai de Açailândia até Belém. Já se fala sobre isso há muito tempo.

Consideramos o transporte ferroviário importante no nosso País. Todos sabem que é um modal mais barato do que o transporte rodoviário – e o hidroviário é mais barato ainda. Falo deste do modal ferroviário, porque sei que a Ferrovia Norte-Sul também é prioridade.

Então, gostaria que fosse prioridade o estudo desse trecho da ferrovia, porque essa proposta não é nova; ela já existe. Queria só fazer o registro do quanto, através do Ministério dos Transportes, tem dado atenção em relação a outros modais de transportes que não sejam o rodoviário.

Quanto às Eclusas de Tucuruí, todos sabem que, para existir a hidrovia Araguaia/Tocantins, que inclusive, Senador Jonas Pinheiro, estou dando parecer favorável àquele Projeto de Decreto Legislativo, com apenas alguns ajustes. Mas quero dizer que, para existir a hidrovia, o modal de transporte mais barato, fazendo com que nossos produtos sejam mais competitivos ainda no mercado internacional, vamos contribuir com as importações, em nosso País, no dia em que tivermos hidrovias para transportar os nossos produtos, ainda mais as da região amazônica, muito mais próxima da maior parte do mercado internacional.

Então, a hidrovia não é uma obra para a Amazônia, para o Estado do Pará, mas para o Brasil. Essa é a verdade. A hidrovia Araguaia/Tocantins é uma obra para o Brasil!

Quero parabenizar o Ministério por continuar dando atenção a isso. Nunca se liberou tanto recurso para as Eclusas de Tucuruí como neste ano. Parabenizo pela sua presteza e pela sua serenidade, que liberou os R\$70 milhões para a retomada da construção das Eclusas de Tucuruí, que são absolutamente necessárias.

Era muito mais fácil ter construído as eclusas naquele momento, mas, na hora em que fizeram a hidrelétrica, elas não foram feitas. Independente disso, estou exatamente parabenizando o Ministério e o Governo pela atenção a esses outros modais de transportes e pedindo esse apoio à essa parte da Ferrovia Norte-Sul, que integra também o Estado do Pará.

Acredito que, para o Estado do Pará, o mais populoso da Região Norte, é muito importante esse trecho da ferrovia. Inclusive, poderíamos colocar um recurso da Bancada, mas não poderíamos fazê-lo, sem antes ter o projeto. Então, precisamos primeiro do apoio do Ministério nesse sentido. E quando o tivermos, nós,

da Bancada, nos comprometemos a colocar recursos para esse trecho da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra S. Ex^a, o Sr. Ministro, para as respostas dos Senadores interpellantes.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

-- Primeiro quero responder ao perguntado pelo Senador Delcídio. Muito obrigado pelas referências, V. Ex^a é muito bondoso.

O Presidente da República marcou para a quarta-feira da próxima semana uma reunião, com a participação de Sua Excelência, para batermos o martelo sobre os assuntos das ferrovias Norte/Sul, da Transnordestina e da Brasil Ferrovias.

No meu entendimento, o Ministério dos Transportes não tem acordo, não tem empréstimo, não tem negócio com a Brasil Ferrovias, sem que se insira a Novo Oeste, a realização daquela obra no Mato Grosso, e sem que se faça o acesso ao porto de Santos. Da parte do Ministério dos Transportes não há acordo se não for dessa forma.

Agora, não sei exatamente o que será definido, mas quarta-feira da próxima semana está marcada uma reunião com o Presidente da República para Sua Excelência bater o martelo em relação a esses três assuntos.

Senador Valdir Raupp, da Amazônia, a hidrovía do Madeira, já estou licitando esse ano a contratação do balizamento de sinalização. Sabemos que o escoamento da produção de soja lá do Mato Grosso pelo Madeira, chegando a Porto Velho e até o Amazonas, Itacoatiara, começou a dar viabilidade para a produção de grãos naquela região, e o tráfego no rio Madeira tem sido dificultado pela falta de balizamento e sinalização do rio, o que já estamos tentando resolver por um processo de licitação. Colocamos recursos no orçamento para que possamos realizar essa obra.

Em relação à rodovia do Pacífico, recebi a (*inaudível*) que tem interesse em fazer o financiamento para o término dessa rodovia. Fiz um contato com o Governador do Acre, S. Ex^a está em entendimento, mandamos essa proposta para o Planejamento e para a área fazendária, a área econômica do Governo, e o Governo do Estado do Acre está, junto à Presidência da República, tentando dar viabilidade a esse empréstimo, que representaria a conclusão da rodovia do Pacífico.

São recursos, no Estado do Amazonas até o Acre, da ordem de (*inaudível*) R\$ 70 a R\$80 milhões, e na parte de Rondônia/Acre mais próximo de US\$250 milhões. Isso está sendo discutido. Mas independentemente desses recursos, estamos fazendo com recursos do orçamento o que é possível fazer.

A BR-319, é, no meu entendimento, a rodovia mais importante da Amazônia ocidental, porque vai dar a possibilidade de interligação entre Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, ligando esses Estados ao sul do País e ao Atlântico. Com a construção dessa rodovia do Pacífico vamos sair do isolamento, e aquela região da Amazônia pode finalmente ter acesso ao mundo mais desenvolvido, ao mundo de melhor poder aquisitivo.

Senadora Ana Júlia, sobre a ferrovia Norte/Sul. A nossa idéia é fazer para ela uma PPP ou até uma concessão, o que significa dizer que tem quem ser verificada a viabilidade econômica do investimento. Então, o primeiro passo, até para que haja interesse no caso de se fazer PPP ou concessão desse braço de ferrovia que sairia de Açailândia até Belém, se integrando com a Norte/Sul, é verificar a viabilidade econômica. Se V. Ex^{as} estão colocando no orçamento recursos para contratarmos o projeto, só a parte dele é que podemos dizer se há interesse ou não na execução dessa obra, porque é uma obra que vai ser executada pela iniciativa privada.

Em relação às reclusas de Tucuruí: já estão no Orçamento, para o ano de 2005, R\$220 milhões. A expectativa é o que quer o Presidente da República é concluir a obra das reclusas de Tucuruí até o final do ano de 2006. Então, no cronograma financeiro que fizemos para a execução da obra, teríamos de ter R\$220 milhões este ano e cerca de R\$150 milhões no ano que vem para concluir, em definitivo, essa obra. Isso vai dar a possibilidade de navegação a toda a região amazônica e integrá-la ao resto do País.

E fomos mais além: nesse Orçamento há mais R\$50 milhões para a reclusa de Tocantins, que é mais demorada, mas queremos fazer a interligação por hidrovias com o resto do País. É uma obra estruturante, é uma obra que certamente vai baratear o custo de produção do País, a utilização dessa hidrovía será sobretudo importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Ministro Alfredo Pereira Nascimento, primeiramente, eu gostaria de endossar as palavras do Senador Delcídio Amaral referentes ao nosso Presidente Ramez Tebet, que considero um dos melhores parlamentares, uma das estrelas do nosso Congresso por sua lealdade, por seu carinho com seus amigos e pela forma transparente com que conduz os trabalhos nesta Comissão. Inclusive, quero aqui agradecer – não pude fazê-lo na semana passada –, pois, a pedido nosso, foram prorrogados os trabalhos da Subcomissão de Turismo, foi aprovado o seu funcionamento por mais um

ano. Trata-se de uma subcomissão muito importante, e, graças a sua visão sobre o turismo, setor em que precisamos investir muito, os trabalhos da subcomissão foram prorrogados. Quero, portanto, cumprimentá-lo e agradecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Ministro, antes de fazer minhas perguntas, quero fazer um comentário.

Quando de sua visita a Santa Catarina, estávamos no palanque juntamente com V. Ex^a e o Presidente Lula, apesar de termos sido o único a não ser citado por estarmos no palanque – eu era o único Senador da oposição. Isso, porém, não quer dizer nada, apenas a imprensa explorou isso. Eu não explorei, porque não fiquei incomodado com isso. Algumas pessoas devem ter ficado incomodadas por eu estar no palanque, mas eu não fiquei incomodado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Ex^a me permite? Às vezes, a não-citação é a citação, tanto é, que a imprensa só comentou porque V. Ex^a não foi citado. Levou vantagem!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero apenas lembrar ao Ministro que estive no palanque e que ouvi todo o seu pronunciamento – por sinal, um pronunciamento firme –, assim como estou ouvindo as suas explicações e o seu relatório no dia de hoje. V. Ex^a é uma pessoa que demonstra conhecimento, que diz as coisas como devem ser ditas, sem imbróglios, sem enrolação, sem tentar enganar. Pelo menos, é isso que estamos sentindo. Ouvi também o pronunciamento do Presidente Lula, sobre o qual quero relatar algumas coisas.

Tenho uma simpatia muito grande pelo ex-Ministro Anderson Adauto. Não o conhecia, mas ele era também um ministro muito atencioso. Foi diversas vezes a Santa Catarina, nos atendia muito bem, falava bem. É uma pessoa que passei a admirar também. Talvez ele não tenha conseguido fazer muitas coisas. Não sei qual o motivo da sua saída – parece que foi concorrer a Prefeito...

O SR. (Orador não identificado) – Foi eleito Prefeito em Uberaba.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu também admirava o ex-Ministro Anderson Adauto. Da mesma forma, estou simpatizando com o seu trabalho no Ministério dos Transportes.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tenho usado muitas vezes a tribuna desta Casa, para fazer algumas cobranças. Às vezes, no meu estilo de falar, sou um pouco grosso – grosso no palavreado. Sou do

interior de Santa Catarina e fui criado na roça. A vida me deu uma certa experiência, depois de ser Vereador, três vezes Prefeito em Balneário Camboriú, Deputado Federal. Tenho usado a tribuna para fazer críticas ou cobranças ao Governo. No que cobro ou que critico da tribuna, sou amparado pela Constituição Federal, porque a Constituição Federal diz que os Senadores e os Deputados têm de fiscalizar e cobrar. É a nossa missão. Não estamos aqui apenas para bajular, para adular, para passar a mão na cabeça. Estamos aqui para cobrar também. Nisso, o Governo, ao qual V. Ex^a pertence, fez mestrado no passado. No caso, o Partido que hoje comanda o País é professor nesta questão. No passado, fez muitas críticas merecidas ao Partido a que pertenço, PSDB. Em relação ao que vou me referir, a BR-101, fez críticas merecidas. As críticas que foram feitas ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso acabaram dando resultados, porque o ex-Presidente acabou duplicando um grande trecho da BR-101. Então, as críticas valeram. Portanto, estamos hoje usando a tribuna seguidamente para fazer as mesmas críticas, até seguindo um conselho do ex-Ministro Eliseu Padilha, do PMDB. Aliás, foi o PMDB que comandou o Ministério durante os oito anos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando se joga a culpa no passado, joga-se a culpa ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e não se joga a culpa ao Partido. É sempre assim. Aliás, um dos Ministros que foi tão acusado no final do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso hoje ocupa a Presidência da Empresa de Correios do Governo do Presidente Lula. Ele foi acusado por dizer que ia duplicar o trecho sul e por não ter duplicado. Ele foi muito acusado nas eleições passadas e hoje ocupa um dos principais cargos do Governo Lula.

Então, usamos a tribuna para criticar e para cobrar, sem maldade, porque, muitas vezes, usamos a tribuna para elogiar. Os Senadores são testemunhas de que, muitas vezes, uso a tribuna para elogiar, assim como usei a tribuna, logo após a visita do Presidente Lula a Santa Catarina, para elogiar. Primeiro, eu elogiei, porque o Presidente foi lá e prometeu, mas, quatro dias depois, já usei a tribuna para cobrar e para criticar, porque o Presidente disse que ia dar o telefone da casa do Ministro...

O SR. (Orador não identificado) – O gabinete.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... e que era para se cobrar todos os dias.

O número do gabinete, então. Entendi errado, porque o gabinete é nossa casa. Ficamos mais no gabinete que em casa.

O SR. (Orador não identificado) – Minha casa está muito longe. Para ligar para lá...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Principalmente nas férias, tem de ser lá.

Então, o Presidente disse: “É para se cobrar todos os dias, porque, a partir de hoje, começa a duplicação da BR-101”. Nós, como somos vacinados nessa questão de amanhã, depois de amanhã, do outro dia, temos de cobrar. É para ficar sempre na lembrança. O Presidente disse para cobrar e eu estou cobrando. Se muitos não cobram por outros motivos, eu uso a tribuna para cobrar, para lembrar, para refrescar a memória. Já se passaram não apenas quatro dias, mas alguns dias. Telefonei há pouco e perguntei se já iniciaram as obras da BR-101. E ainda não iniciaram, Ministro. Foi assinado. Então, não iniciou ainda.

Para mim, que sou do interior, iniciar é fazer as máquinas roncarem, porque vi uma foto do Presidente Lula em cima de um trator. Não sei se estava em andamento, a foto não mostra. E as obras não se iniciaram ainda, porque iniciar é assinar contrato, claro, mas não se iniciou a obra ainda.

E eles têm resposta para isso, mas quero continuar cobrando.

Sabemos muito bem, e V. Ex^a também disse que a burocracia atrapalha muito, e atrapalha mesmo. Fui prefeito e sei o quanto é difícil governar tentando cumprir todos os requisitos, mas também sabemos que não dá para alimentar a esperança do povo, dizendo o seguinte: não prometi em campanha essa rodovia, e prometeu.

Mas disse que estava cumprindo, e fiquei muito feliz. Bom é quando não se promete e se faz. Então fiquei feliz porque foi lá e disse que vai fazer, e creio que vai acontecer, mas não iniciou ainda a rodovia.

Estou falando isso porque está acabando o ano, e não haverá aquela estória de que ia começar em dezembro. V. Ex^a falou que tem R\$160 milhões para este ano, para a rodovia da Região Sul. Uns dizem que são R\$140 milhões; outros, que são R\$80 milhões. Prefiro acreditar na sua palavra, porque V. Ex^a sabe os números corretos. Para finalizar, são R\$160 milhões, mais os R\$400 milhões do ano que vem, serão R\$560 milhões para o próximo ano. E a rodovia não inicia este ano, não há mais tempo para iniciá-la.

Falando com alguns empresários, disseram-me o seguinte: “Senador, ainda não foram desapropriadas algumas áreas ambientais, ainda faltam três empresas para assinar contratos”. Isso me foi dito há três dias; pode ser que tenham assinado ontem. E me disseram que falta ainda a licença ambiental – estou dizendo o que me disseram.

Hoje li, na imprensa de Santa Catarina, uma nota, dizendo que o Governo botou em licitação o pedágio da rodovia.

Então queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que nós estamos torcendo muito, apostamos no seu mandato como Ministro, estamos esperançosos quanto à execução dessa obra e queremos voltar à tribuna para elogiá-lo. Mas, caso não aconteça, voltaremos à tribuna para cobrar, assim como eu cobrava, quando era do PDT, de Fernando Henrique Cardoso a duplicação do outro trecho da BR-101.

Ficam aqui as minhas observações. Quero dizer que continuamos atentos aos compromissos, principalmente ao investimento dos R\$560 milhões no ano que vem. O orçamento é uma coisa; aplicar é outra, já que a aplicação este ano foi de apenas 20 e poucos por cento do orçamento nas rodovias nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, comentamos rapidamente a respeito dessa 158 no Estado do Mato Grosso e no Estado de Goiás. Quando ela termina Mato Grosso, na parte norte, emenda na PA – 150.

Ministro, essa rodovia é importante porque percorre a nova fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso. Os produtos vão exatamente por essas áreas estruturantes, às quais V. Ex^a referiu-se: a hidrovias Paraguai/Tocantins; a estrada de ferro Norte/Sul; e o porto de Itaquí. Por isso, pedi que V. Ex^a falasse a respeito. É uma rodovia na qual o Governador Blairo Maggi está muito interessado a entrar como parceiro. A iniciativa privada também está interessada. A Bancada Federal, por unanimidade, optou por uma emenda de bancada sobre essa rodovia para que continuemos a construí-la.

No Mato Grosso, Sr. Ministro, temos quatro BRs que afunilam em uma serra: a BR – 174; a BR-070; a BR – 163; a BR – 364. Afunilam na serra de São Vicente. É uma serra com 19 km, Sr. Ministro. Nove quilômetros, por força da Comissão de Infra-Estrutura, já foram duplicados. Por problemas com o Tribunal de Contas da União, a obra foi paralisada. Agora, a Bancada de Mato Grosso escolheu-a como prioridade e apresentou uma emenda para continuar a duplicação dessa serra. São 10 km. São 10 km por onde passam 12 mil carros por dia. V. Ex^a precisa ver o tamanho dos carros que passam por lá. São grandes caminhões de madeira etc.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma serra com quatro rodovias. É na serra de São Vicente. Pode considerar a BR – 364. Nesta afunilam a BR – 070 e a BR – 163. Sr. Ministro, apresentamos uma emenda

e queremos que seja aprovada, como já foi aprovada uma boa parte pela Subcomissão setorial.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma só. As quatro BRs passam por lá. Há o afunilamento de uma quantidade enorme de veículos.

Sr. Ministro, na BR – 163, no trecho que vai de Cuiabá a Santarém, 80km após Várzea Grande – o chamado trevo do largarto –, há o afunilamento de uma estrada que vem de Tangará da Serra, lá na região noroeste do Estado de Mato Grosso que pega, também, o Estado de Rondônia, enfim, toda aquela região. O trânsito lá é um inferno. São apenas 80km. A Bancada de Mato Grosso, há dois anos, preocupou-se com a questão e apresentou uma emenda para que fosse feita, ao menos, a terceira via.

No entanto, o trecho merece mesmo uma duplicação. O trecho não foi duplicado – e a emenda não foi atendida –, porque o DNER acabou, entrou o Dnit, e não conseguiram fazer o projeto. O dinheiro ficou perdido. Vinte milhões ficaram perdidos naquela oportunidade. Pois bem, uma coisa teve um resultado positivo: o projeto foi feito. Portanto, já há um projeto. Sr. Ministro, não temos emenda sobre esse trecho.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É nas BRs 163 e 164. Lá elas formam uma só, pois se juntam. Vão juntas até Diamantina, junto. Lá em Diamantina, V. Exª sabe, que sai a 364, que vai à Comodoro, e a 163, que vai à Santarém.

O que eu disse que afunila é uma estrada de produção que vem de Tangará da Serra, que também vem da 364, que também vem da região de Juína, vem de todo o Noroeste do Estado de Mato Grosso, com caminhão de madeira, numa área de alta produção.

Quando essa estrada afunila na 364/163 vira um inferno! São 10 mil veículos, geralmente pesados, que afunilam nessa estrada. Ministro, passo sempre por essa estrada, e, Sr. Presidente, não há um dia em que não haja um acidente, e feio, com morte. Lá há até uma tabela onde está escrito: “Este mês já morreram tantas pessoas”.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Só uma pergunta: como chamaríamos? Poderíamos chamar de 163?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – 163, 364, pode ser 133.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Porque há recursos aqui para 163.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É Cuiabá ao Trevo de Barra do Bugres, Tangará da Serra. Essa

estrada de lá é a MT-356, uma coisa assim. São 80 quilômetros.

Sr. Ministro, como V. Exª está com R\$2,5 bilhões, que mandará para cá no dia 20, eis aqui um apelo da Bancada Federal de Mato Grosso, representada por mim, pela Senadora Serys Slhessarenko, para ver se temos as condições de atender a esse reclame, que é de todo mundo que passa por essa rodovia.

V. Exª não pode se esquecer da 364, porque me parece que não temos emenda direcionada para ela este ano.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tem a minha.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Então, temos emendas, e isso aqui é importante.

V. Exª está trabalhando com a BR-163. Esperamos que, com o PPP, possamos utilizá-la. E não se esqueça da nossa Ferronorte, porque está em Alto Araguaia e, ao chegar a Rondonópolis, não vai transportar só 6 milhões de toneladas que transportou este ano, vai transportar em torno de 7 a 8 milhões de toneladas de produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso. Só ao chegar a Rondonópolis! Esse empenho é importante!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Serys, também representante do nosso querido Estado de Mato Grosso!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, gostaria de endossar todas as colocações do Senador Jonas Pinheiro. Adoçar, como ele o diz, brincando comigo! E dizer ao Ministro que S. Exª realmente tem tido um papel, um desempenho, com todas as dificuldades que atribuiu da maior relevância. Digo isso aqui, porque já disse lá da tribuna do plenário. Inclusive com relação à 364, no nosso Estado de Mato Grosso. Logo no começo do ano, V. Exª esteve lá e se empenhou. Está quase pronto aquele trecho Comodoro/Sapezal, e V. Exª vai lá com o Presidente da República. Se Deus quiser e tudo der certo, ao pararem as chuvas, termina-se aquele trecho, para inaugurar o maior trecho construído no Brasil, no nosso governo. É pequeno, mas ainda é o maior!

Não estava aqui, infelizmente, e peço desculpas, porque estava em outras comissões, mas V. Exª anunciou que os R\$2,5 bilhões estão vindo. E fiquei muito contente, porque, com certeza, os R\$150 milhões que foram retirados do Orçamento de Mato Grosso vão ser injetados novamente. Então isso é imprescindível!

Não vou fazer o relato todo, porque o Senador Jonas já o fez, mas, se V. Exª colocar os R\$150 milhões que foram retirados da propositura de Mato Grosso, todas as questões expostas pelo Senador Jonas poderão ser resolvidas.

E gostaria de saber – não sei se V. Ex^a já tem esse dado – quanto ficou o orçamento para Mato Grosso e quais as principais rodovias atendidas, que, com certeza, devem ser: a 364, a 158 e a 163. Temos outras, mas essas são imprescindíveis. Esse trecho da Serra de São Vicente, a que o Senador Jonas se refere aqui, é importantíssimo, é fundamental. Essa duplicação que chamo de Cuiabá–Jangada, mais 10 quilômetros que vão até o trevo de Barra do Bugres, que já colocou aqui, inclusive há alguma obra já começada lá no trevo, são absolutamente imprescindíveis. São trechos críticos mesmo, de muitos acidente, não há conserto que segure aquelas estradas, porque a sobrecarga é muito grande.

Então, Sr. Ministro, queria saber em quanto ficou o orçamento e reforçar que, se for reconstituído aquele solicitado por Mato Grosso, pela Unit, que foi bem dosado, todas as proposituras do Senador Jonas Pinheiro e as minhas serão atendidas – claro que só no ano de 2005. Mas isso não vai resolver os problemas de Mato Grosso de jeito nenhum.

Quanto ao trecho da Ferronorte do Alto Araguaia a Rondonópolis é uma luta política nossa, da Bancada de Mato Grosso, os Deputados e Deputadas, os Senadores e eu, Senadora. A Ferronorte tem que avançar celeremente, Ministro, porque o potencial de produção do Estado de Mato Grosso é tão gigantesco, que logo não haverá rodovia, mesmo restaurada ou construída, que dará conta do recado.

Então, a Ferronorte tem que chegar logo a Rondonópolis e ir a Cuiabá. O destino dela não pode ser desviado: ela deve ir a Cuiabá. Depois disso, ter-se-á de abrir novo roteiro. Era o que Senador Jonas Pinheiro estava tentando explicar a V. Ex^a e eu também: depois de Cuiabá, ter-se-á de abrir um roteiro mais ou menos na direção da BR-163, e outro, da BR-364. Realmente, não há rodovia que suporte a produção de Mato Grosso dos próximos anos.

Que V. Ex^a nos dê uma força na Ferronorte, que tem que ir para Cuiabá e depois se dividir, para haver escoamento, porque só a rodovia não dará conta, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, os três interpelantes concluíram; a palavra está com V. Ex^a.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Em relação ao que falou o Senador Leonel Pavan, sou muito jovem no Governo e ainda não conheço muito bem as pessoas, como, certamente, nem todas me conhecem.

Quanto ao telefone, o Presidente brincou e disse que era para eu dar o número. Entreguei-o, depois,

ao rapaz que estava anunciando. Eu não tinha como ir lá e dizer “Alô, meu telefone...”; entreguei, então, no Ministério para ser anunciado e não sei se foi passado para as pessoas.

Sobre a obra, a história de que não há licenciamento ambiental...

Vou começar de novo.

Sobre o telefone, o Presidente falou que eu daria o número, e eu o entreguei ao rapaz que faz o anúncio. Até anotei dois telefones; o outro é do Ideraldo, gaúcho, de Santa Catarina – nasceu em Santa Catarina e cresceu no Rio Grande do Sul. Ainda coloquei o nome dele embaixo do meu e entreguei ao rapaz do anúncio. Não sei se ele anunciou, V. Ex^a está dizendo que não.

Em relação ao licenciamento ambiental, não é verdade, a obra está toda licenciada, liberada. Só a comecei, porque havia licenciamento ambiental. E mais: está contratada a fiscalização e também o acompanhamento ambiental, exigência do banco que vai financiar 40% dos recursos. Então, não é verdadeira essa informação que passaram a V. Ex^a.

Quanto à desapropriação, desses R\$160 milhões, R\$138 milhões serão utilizados na execução da obra, e R\$12 milhões já estão disponibilizados para a desapropriação, que acontece durante a execução da obra. Ela foi contratada em 21 lotes. Mesmo que ocorra problema em um lote ou outro, existe a possibilidade de executar os outros lotes, porque há recursos orçamentários e financeiros para isso.

O Presidente da República já assegurou que, em relação à obra da BR-101 sul, haverá liquidez dos R\$160 milhões que estão no orçamento deste ano. O que significa isso? Que a obra já está empenhada, que os R\$160 milhões já estão comprometidos. Aliás, R\$160 milhões, não: R\$145 milhões, porque R\$15 milhões constam de um PL que está sendo votado no Congresso e que será entregue para o Ministério dos Transportes. Então, somando-se os R\$145 milhões já empenhados com esses R\$15 milhões, serão R\$160 milhões empenhados, com garantia de liquidez, exatamente para que a obra não sofra nenhuma solução de continuidade.

É claro que, para se iniciar uma obra, não se pode pegar o trator começar. É preciso fazer a topografia, derrubar algumas árvores, adotar alguns procedimentos que fazem parte da execução da obra, mas não há nenhum motivo para que ela não tenha sido iniciada. É bom que V. Ex^a me diga isso para que eu procure saber exatamente que fases foram executadas.

Em resumo, iniciar não significa dizer que vamos chegar com o trator e começar. É preciso fazer a topografia da obra, ver em que altura vai ficar o *grade* e uma série de outras coisas, incluindo o transporte e

a retirada de material no local. No entanto, essa obra tem todos os motivos para ser iniciada, pois está autorizada, existe o recurso e há liquidez para que seja continuada.

Esperei muito tempo para ir a Santa Catarina e só fui quando tive certeza de que poderíamos começar a obra e de que os instrumentos que possuíamos já nos dava possibilidade de iniciá-la. Esperei todo esse tempo que levou a licitação, tanto da obra quanto da contratação da fiscalização, bem como da contratação do acompanhamento ambiental.

O que devem ter falado para V. Ex^a em relação ao licenciamento ambiental refere-se a essa licitação do acompanhamento ambiental, que levou muito tempo – a empresa recorria, ia para lá, chovia etc. –, até que se fecharam todos os prazos, acabou a licitação do acompanhamento ambiental e, aí sim, demos a ordem de serviço.

Estou muito otimista em relação a isso, V. Ex^a pode ter certeza. Inclusive vou convidá-lo, pois procuro administrar sem fazer distinção de Partido, como fazia o Ministério. Tratarei da obra que tenho que executar lá no Estado, mas farei questão de convidar V. Ex^a para inaugurarmos, até o final do ano que vem, alguns trechos dessa obra – é claro que não a obra inteira, porque ela leva de três a quatro anos para ser executada.

Daremos prioridade à construção de alguns trechos mais problemáticos, como os existentes entre algumas cidades, onde o gargalo é maior, onde há um maior número de vítimas registradas, onde há maiores engarrafamentos. Levaremos em consideração todos esses fatores. Como temos um volume de recursos significativo, poderemos dosar, pelo pagamento, aquilo que queremos que ande mais rápido. E a minha idéia é tratar disso tecnicamente, porque sei que, em determinados trechos, se dermos uma aliviada, como há escoamento e saídas da rodovia, acaba melhorando muito o restante do trecho se priorizarmos corretamente a execução da obra.

Então, posso afirmar que estou muito otimista com relação a essa obra, que é uma prioridade não apenas do Ministro dos Transportes ou de V. Ex^a, que é de Santa Catarina. Trata-se de uma prioridade de Governo e do próprio Presidente da República. Conforme mencionei aqui na minha fala inicial, todas as vezes em que eu encontrava o Presidente da República, antes do início dessa obra, Sua Excelência me perguntava sobre a rodovia 101 sul. Cobrava-me até em solenidades. Então, essa obra só aconteceu neste ano porque cuidei pessoalmente das contratações. Tive que acompanhar todos os detalhes, porque sei que

essa obra é prioritária e importante para o Sul e para o País, por ser uma rodovia de integração.

Com relação ao Estado do Senador Jonas Pinheiro e da Senadora Serys Slhessarenko, temos para a BR-163, nesse Orçamento que elaboramos, mais R\$22 milhões, e para a BR-364 mais R\$16 milhões aproximadamente. Em relação ao Orçamento, não são os 150 a que a Senadora se refere, mas somam R\$72 milhões...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Quanto à Ferronorte, trata-se de uma obra prioritária para o Governo. E aguarda a PPP. Já estou até buscando uma outra saída, por via de concessão, de um outro instrumento, para que passemos à iniciativa privada dessa obra porque só assim ela será executada em um prazo menor e a um custo bem menor. Sabemos que a iniciativa privada consegue ser muito mais eficaz na execução desse tipo de obra.

A minha expectativa é muito boa em relação a essa obra. Creio que, de todas as obras de ferrovias, esta é a que tem maior possibilidade de ser atacada para valer já no ano que vem. Por que isso? Porque o interesse é muito grande da iniciativa privada em relação a essa obra.

E, hoje, para que se tenha uma idéia, os japoneses e os chineses, por diversos caminhos, estão brigando por essa obra. O banco japonês já esteve comigo para saber se é verdadeiro, se pode entrar com o dinheiro para financiar. E o banco chinês também já esteve comigo para tratar desse assunto, para saber se pode financiar. E há grupos de empresas brasileiras que utilizariam esses recursos para execução dessa obra.

Estamos esperando fechar o ano para saber se a saída vai ser PPP ou concessão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Ministro, creio que não entendi direito. V. Ex^a falou em R\$16 milhões e em R\$22, o que é isso?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Nesse plano novo aqui, desses R\$2,5 bilhões, tenho R\$22 milhões para a 163, no trecho no Mato Grosso, e para a 364, aproximadamente R\$15 milhões. Então, a somatória daria aproximadamente de R\$38 milhões.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Só para isso. E isso se somará aqueles R\$80 ficaram no orçamento?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não sei exatamente quanto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – São quase R\$80.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Recurso alocado nesse projeto que será enviado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas isso é muito pouco, Sr. Ministro, é absolutamente insustentável, porque precisávamos de 230; e vamos ficar com 100, Ministro, 110. Dê mais uma pensadinha, aí, por favor. Realmente, a situação é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos para a última rodada. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez, quero dizer nesta última reunião da CAE que ali todos aqueles passaram, mas nenhum excedeu com tanta competência e obstinação como V. Ex^a. Dou o testemunho, porque V. Ex^a só faltou um dia: quando V. Ex^a foi operado da garganta e me pediu para substituí-lo. V. Ex^a esteve presente, mesmo estando o meu companheiro de faculdade Lúcio Alcântara, digo que nenhum excedeu todos aqueles, a sua grandeza. Isso enriquece e faz eu declarar o voto aqui, nesse imbróglio, Senadores Sarney e Renan, a história nos orienta a buscar um terço. E a história eleva V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que é isso, Senador. Vamos aos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ministro Alfredo, é pela gratidão. Eu sou piauiense, e essa é uma virtude que trazemos. Ele foi Ministro, talvez, em menor espaço de tempo, mas nunca alguém fez tanto pelo Piauí como S. Ex^a. Tanto isso é verdade, que eu o condecreei com a comenda maior Grã-Cruz Piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a também me honrou, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria dizer, continuando a gratidão, que quero muito prestar homenagem ao Sol que nasce, à aurora, e ao Ministro Aderson Adalto, cavalheiro, que nos atendeu bem, ao Piauí. O Ministro que o antecedeu era piauiense, João Henrique, Deputado Federal; e deixou uns recursos; eu levei à Bancada, e S. Ex^a liberou. Mas, mesmo assim, digo a V. Ex^a que é jovem, que foi Prefeito, também fui Prefeitinho, que fui Governador do Estado e dois Governadores me disseram que ser Prefeito era melhor. Então, V. Ex^a está antecedendo, mesmo sem ser Governador. O Cafeteira e o Moreira Franco, que é piauiense. É melhor e mais gostoso, porque estamos perto. O Governador de Estado é 25% para Educação. De vez em quando, vemos roubo aqui e acolá. E somos o último a saber. O Prefeito controla ali. Mas V. Ex^a tem a perspectiva de ser Prefeito, Governador e, talvez, Presidente da República. Mas, no futuro, quero agradecer ao nosso Ramez e ao Aderson. O Piauí não está satisfeito. Eu não entendo. Não estou satisfeito com nada. Votei nesse Presidente da República aí. Aquela frase é minha e continuo a dizer: “Só fazemos

três coisas: “nascer, morrer e votar no PT”. Estou decepcionado. Por quê? Falam da ditadura e da revolução. Olhem, ela foi bendita para o Piauí. Sei que o Amazonas é grande demais; mas o Piauí também é grande. Eu estava na Sudene, quando Albano Franco, Governador de Sergipe reclamava das estradas. Eu lhe disse: “Oh, Albano, eu governaria o Sergipe com uma lambreta, porque o Piauí tem uma estrada comprida. Elas vão do mar até a Bahia. E na ditadura, na Revolução, vi asfaltá-las. Vi, talvez, V. Ex^a não tivesse nascido. Vi Alberto Silva, Reis Veloso. Eu sei que vi. E agora não conseguimos tapar os buracos. O resto é conversa. Palavras, palavras...mas, eu vi. Não se consegue tapar os buracos.

Mas, para mim, o Piauí é mais importante do que o Brasil. Ele deveria ser um País. Atentai bem. Ele possui um pequeno litoral e um porto. Vi o Getúlio Vargas – V. Ex^a, talvez, não tivesse ainda nascido – em agosto de 1950, dizer “Eleito, vou fazer o Porto de Luiz Correia”. Eu era menino. Talvez, o Senador Magno Malta, grande representante do seu Partido e com perspectivas invejáveis, abençoado por Deus e por Dona Dadá. Vi o Getúlio, em agosto de 1950. Olhem aí, faz 54 anos. Vi o João Paulo Reis Veloso, esse Ministro piauiense; o melhor Ministro do Planejamento da história deste País.

Senador Ramez Tebet, eu era Deputado Estadual. Ele marcou. Chegou lá na inauguração: assoreamento. Engenheiro sabe mais do que eu. Enfim, Senador Magno Malta, nas margens do rio Parnaíba, marcou-se a inauguração. Entra gás, tira o dinheiro dos armazéns. Eu vi essa inauguração. De lá para cá, investiram-se R\$100 milhões, faltam R\$10 milhões.

Não votei no Presidente Fernando Henrique porque eu não consegui passar essa mensagem. Se o Senador Ramez Tebet tivesse sido Ministro – faltam US\$10 milhões a serem investidos, e não se tem um porto –, eu mandaria mudar o nome até de uma cidade para colocar Alfredo City.

Não consegui sensibilizar. Daí, não votei. Votei na segunda no candidato Ciro Gomes, porque não consegui. US\$100 milhões foram investidos, desde o Presidente Getúlio Vargas; faltam US\$10 milhões. Isso é ridículo!

São 60 quilômetros somente de litoral. Há um porto que falta um investimento de 10%. Eu acho isso uma loucura! Pode-se transportá-lo. Transporte marítimo é transporte pesado para longas distâncias, não é? Mas vamos tirar lucro dos prejuízos.

A decepção é maior porque, o homem é o homem e há circunstância, e as circunstâncias fizeram com que eu mandasse o povo votar no candidato eleito do PT.

Há ainda o Porto de Luiz Corrêa.

As ferrovias, eu fui menino e andei de Parnaíba a Teresina. Fui em São Luís. Não existe. É um descalabro. Eu sei que não é, foi um erro do País, há 50 anos, que fez essa opção. Mas eu vi.

Há ainda o transporte rodoviário, que teve o dinheiro liberado pelo Dr. Adércio, que foi o Ministro e que deixou lá uns trocados.

Eu fiz um discurso e quero fazer lançar V. Ex^a. O seu Partido é extraordinário. Esse seu Vice-Presidente é um dos homens. Mas cada macaco no seu galho. O galho dele não era aquele. Um homem daquele em desenvolvimento seria um dos maiores homens deste País. Era até bom do Presidente Lula viajar por seis meses e deixar ele na Presidência, para que víssemos a criação de emprego, trabalho e renda.

Sou do Piauí, cujo hino diz: “numa guerra o seu primeiro filho é o que chega, nós botamos os portugueses”.

Outro dia fiz um pronunciamento e consultei sobre todas as estradas do Brasil. Serei sintético. As melhores cidades são do Sul, de São Paulo. São Paulo é estérreo, é um governo de paulista.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos que lembrar que o Presidente Lula nasceu no Nordeste e impedir essa lavagem cerebral. Todas as estradas boas estão lá.

Está aqui a pesquisa da CNT, e eu não poderia estar satisfeito. Das dez piores – 60% a 74,9% estão ruins –, as três piores são no meu Piauí. Indago: será que é porque votamos e fizemos o Presidente Lula ganhar lá? Será que é porque nós o elegemos? Mas das dez, as três piores estão no Piauí. Estão aqui os números. As dez melhores estradas estão em São Paulo. Das dez piores, três estão no Piauí.

Fortaleza–Picos, BR020. Picos é a nossa São Paulo. É a cidade que mais trabalha no Piauí. A outra: Teresina–Barreiras, na Bahia. O Senador Antonio Carlos Magalhães se zanga, mas naquele Estado encontra-se a segunda pior. A sétima pior é Araguaína–Picos, no Piauí.

Ministro, a esperança é grande, V. Ex^a é maior do que o Amazonas.

Agradeço a Deus. Estamos no Natal. O prefeito é bom. Talvez o Presidente da República não tenha esse entendimento de que V. Ex^a deva ser o Ministro mais importante, muito mais do que o Ministro Palocci.

D. Pedro II não era como o Presidente Lula, não gostava de viajar. Viajou uma vez para a Europa, somente uma. Aí lá ele escreveu: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que você pode dar a um povo.”

Depois, Washington Luiz: “Governar é fazer estrada.” Juscelino, nosso ícone, médico-cirurgião como eu, “prefeitinho” de Santa Casa, oficial da reserva, Prefeito, Governador, Presidente – a única coisa que não fui foi Presidente da República, somente do **Rotary** – energia e transporte.

Então, V. Ex^a é essa esperança histórica. Não há desenvolvimento sem estrada. V. Ex^a, no meu entendimento, é muito mais importante do que o Palocci, que está servindo ao FMI. Ele deveria estar servindo a V. Ex^a e atendendo aos pedidos do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Exm^o Sr. Alfredo Nascimento, vamos falar agora sobre a nossa terra, porque S. Ex^a foi recebido aqui como um Ministro da Amazônia, mas, na verdade, ele nasceu no do Rio Grande do Norte. É nordestino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A sua esposa é de onde?

O SR. MINISTRO ALFREDO NASCIMENTO – É do Nordeste também, do Rio Grande do Norte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas virar cidadão honorário de Santa Catarina.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o Ministro já sabe que os maiores desafios no nosso Estado são os retratados aqui por todos os Estados: a situação da malha rodoviária, dos portos.

No Rio Grande do Norte, a malha rodoviária é da ordem de 2.500km. A pior situação é a da BR-405, no trecho Mossoró–Apudí, cuja recuperação vem se arrastando há vários anos, trazendo prejuízos àquela região, à sua economia e ao Estado.

Quando era Governador, foi entregue uma barragem de 600 milhões de metros cúbicos em Apudí, justamente para revitalizar o desenvolvimento daquela região. Mas as condições da estrada estrangulam o desenvolvimento.

A construção da BR-226, no Rio Grande do Norte, vem se arrastando; a licitação para duplicação do trecho da BR-101 vai ser feita agora. Essa foi uma boa notícia dada pelo Ministro recentemente.

Com relação aos portos, há reivindicações para 2005 da ordem de R\$21 milhões, fora o problema da dragagem do Porto de Natal, no valor de R\$28 milhões. Creio que esses dados não foram apresentados ainda ao Ministro. Há ainda o problema das docas para navios, da ordem de R\$10 milhões, para melhorar a situação do acesso aos navios.

Sr. Ministro, quem ouve e vê pela televisão uma audiência pública como esta começa a ter pena dos

Senadores e dos Estados, terminando por ter pena do Ministro, porque são tantas as reivindicações, tantos os desafios, tantas necessidades de recursos, apesar de V. Ex^a estar com uma disponibilidade razoável. As nossas expectativas maiores são essas, talvez tenhamos esquecido alguma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É a última rodada. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria justificar-me principalmente com o Ministro Alfredo Nascimento, pelas passagens meteóricas que tive ao longo de toda a audiência aqui. V. Ex^a sabe, hoje seria o último dia de votação, tendo em vista que seria humanamente impossível votarmos 16 medidas provisórias mais o Projeto de Parcerias Público-Privadas e uma série de outros assuntos da pauta somente no dia de hoje, está sinalizada a possibilidade de termos ainda deliberação amanhã, segunda-feira e terça-feira da semana que vem. Estávamos construindo tudo isso entre os Líderes, juntamente com o Presidente José Sarney e o Presidente João Paulo. Dessa forma, quero justificar que passei algumas vezes aqui e não pude ficar o tempo que gostaria, inclusive na exposição de V. Ex^a.

Quero registrar, Sr. Ministro e demais Senadores, junto à própria TV Senado, a quem está nos assistindo, todo o empenho da Pasta que V. Ex^a dirige, para que possamos ter efetivamente as condições para essa retomada de crescimento do nosso País em níveis como há muito não tínhamos, essa retomada do crescimento, do desenvolvimento, da produção industrial, dos recordes nas exportações, na geração de emprego e que tudo isso possa ter solidez. Todos nós sabemos que é impossível isso se solidificar, permanecer como um desenvolvimento sustentável se não resolvermos os gargalos da nossa infra-estrutura: rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, energia. Há todo um esforço do Governo para que possamos romper esses gargalos. E a Pasta de V. Ex^a tem tido todo o empenho.

Muitas vezes, tivemos a oportunidade de fazer parcerias; tivemos parcerias com o Ministro anterior e também com V. Ex^a. Brinquei aqui que V. Ex^a vai, com certeza, ganhar o título de “Cidadão Honorário de Santa Catarina”; isso é por conta, primeiro, da obra mais reivindicada, ao longo da última década, no nosso Estado; tivemos as ordens de serviço assinadas pelo Presidente da República depois de um esforço muito grande para superar inúmeros obstáculos do processo licitatório, da negociação, do financiamento internacional. Apesar de as pessoas ainda não terem enxergado as máquinas roncando, até porque não é a assinatura da ordem de serviço que põe a máquina a roncar no dia seguinte. Há necessidade efetiva de

se alocarem parques de máquinas, pessoal, todos os procedimentos; antes de se colocarem as máquinas na pista há que se derrubarem árvores, há uma série de procedimentos que estão andando, apesar de as pessoas não estarem conseguindo enxergar.

Além do início efetivo da duplicação da BR-101, quero registrar todo o esforço do Ministério. E vai ser a única vez na história de Santa Catarina em que teremos os quatro portos catarinenses com obras e recursos do Governo Federal ao mesmo tempo. Depois de toda uma tratativa e com a gentileza do próprio Ministro, conseguimos a inclusão dos dois principais portos catarinenses no plano emergencial; não tivemos que escolher entre o Porto de São Francisco e o Porto de Itajaí. Então além dos recursos – e me parece que V. Ex^a tem uma planilha que quero saber se já anunciou – de 46 milhões para Itajaí e 31 milhões para São Francisco, temos ainda 12 milhões que estão sendo aplicados no Porto de Laguna, para completar a obra com mais 6 milhões, no ano que vem; e 12 milhões no Orçamento para o Porto de Imbituba. Então não poderia aqui deixar de registrar algo que é muito bom para um Estado exportador e industrializado como Santa Catarina: ter o início da duplicação da nossa principal rodovia, que é a rodovia de integração com o Mercosul, e os recursos para nossos quatro portos. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, Sr. Ministro, esse investimento nos moles de Imbituba de 12 milhões para o ano que vem tem um aporte já acordado com a iniciativa privada de 300 milhões para o Porto de Imbituba, para a construção de terminal graneleiro, terminal de contêineres, tudo em parceria com a iniciativa privada.

Então faço este registro de que Santa Catarina, efetivamente, não tem como não reconhecer o esforço, o trabalho. Eu tenho certeza que se algum deputado estadual tiver um pouco de juízo apresentará imediatamente o pedido para que V. Ex^a seja devidamente reconhecido como autoridade.

Ministro, temos esta adequação no orçamento para incluir os recursos dessa retirada do cálculo de superávit primário dos investimentos em infra-estrutura. Não sei se V. Ex^a já comunicou a data, mas, para nós, é importante sabermos a previsão da chegada dessa matéria ao Congresso Nacional para que possa ser apreciada e para que efetivamente possamos ter a implementação desses recursos em menor espaço de tempo possível.

Então, era essa a indagação que eu gostaria de fazer de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Senador Magno Malta. V. Ex^a tem o privilégio de ser o último orador.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Até porque os últimos serão os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por isso eu digo que é um privilégio.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – A minha palavra é rápida, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a por esses dois anos à frente da Comissão. Não vou chover no molhado, tudo o que deveria ter sido dito a respeito da Comissão, do procedimento e da capacidade reconhecida de V. Ex^a já o foi. E faço coro com os companheiros.

Quero cumprimentar o nosso Ministro, Alfredo Nascimento, Ministro do nosso Partido, que nos orgulha tanto pela capacidade operacional, pela gentileza e pela objetividade com que trata das questões. A mim, alegro muito, também, ver os elogios que são tecidos ao ex-Ministro Anderson Adalto, que foi quem mais teve contingenciamento no orçamento e que, mesmo assim, conseguiu trabalhar com gentileza, educação e com atendimento, que é extremamente importante. Muitas vezes, o Parlamentar só quer retorno do Ministro. E S. Ex^a dava esses retornos. E S. Ex^a encaminhou a V. Ex^a uma frase extremamente verdadeira, de que parece que aquele Ministério foi construído para não funcionar. E ainda há as mazelas impostas a estes Ministérios ao longo de anos. Eu não quero fazer histórico dessas mazelas, as quais todos nós conhecemos, mas, certamente, trazem dificuldades e amarras para qualquer ministro que assuma com seriedade querendo resolver o problema das rodovias e dos portos brasileiros. E V. Ex^a, por ter sido prefeito, por ter natureza operacional, é objetivo, tem dado essa resposta ao País, embora com tanta dificuldade.

Entendo, de fato, que com a Parceria Público-Privado, o País irá avançar. O Presidente Lula acertou ao colocar V. Ex^a lá, a indicação do Partido foi extremamente correta. Eu acompanho V. Ex^a desde quando era prefeito. Não somos apenas companheiros de partido. E ainda há essa sua capacidade. Dizia o Senador Mão Santa que é extremamente importante ter-se um ministro que foi operacional quando prefeito ou quando governador. As coisas acontecem diferentemente na mão do homem que já operou quando está no ministério com essa envergadura. Por isso, alegro-me muito ser líder do seu Partido, estar aqui sentado ouvindo os elogios – que são verdadeiros, não são rasgação de seda – ao que V. Ex^a já implementou, já acertou em tão pouco tempo.

Minha bancada e V. Ex^a têm conversado muito com relação aos problemas do Estado Espírito Santo. As coisas estão encaminhadas, como em outros Estados, esperando que essa parceria aconteça rapidamente para que a gente seja privilegiada, porque somos

um Estado com complexo portuário extremamente importante, e as nossas rodovias precisam de atenção.

Cumprimento V. Ex^a, que orgulha este Partido, este Governo, este País e a mim de uma forma muito especial pela nossa amizade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bem, senhor Ministro, tem V. Ex^a a palavra para as respostas e as considerações.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Bom, primeiro, tenho muito prazer em conhecê-lo, ex-prefeito, V. Ex^a teve uma vida toda como político no seu Estado. V. Ex^a é muito eloqüente nas colocações que faz. É muito interessante ouvir o seu falar.

Em relação a Piauí, há um deputado no Piauí, não me lembro o partido e nem me lembro o nome, ele faz sempre umas contas comparando que percentual recebeu cada Estado e qual recebeu o Piauí. E sempre vai lá reclamar. Para que tenham uma idéia, de acordo com o Orçamento, no ano passado, o Piauí recebeu cerca de R\$29 milhões. Este ano está previsto R\$70 milhões, de acordo com o Orçamento enviado a esta Casa, até por reconhecermos os problemas que tem esse Estado.

A Estados como o Piauí e o Rio Grande do Norte – Estados do Nordeste e do Norte – tenho pessoalmente dado atenção, porque, ao longo dos anos – e não apenas no ano passado ou no ano anterior –, não receberam os cuidados que merecem. À exceção de um ou outro caso, por haver alguém com certa influência ou porque o Ministro gostava mais de um Estado do que do outro, melhoraram o volume de recursos para atender esses Estados.

A BR-020 está contemplada. Faz parte dessa estrutura de rodovias também no Piauí, como V. Ex^a relacionou. Para tudo o que está relacionado há um recurso significativo. Por insistência deste Deputado – ele fez uma emenda de mais R\$40 milhões e esteve comigo juntamente com a Bancada –, mandei um documento ao Relator do Orçamento em que dizia que era importante manter aquele valor e tentar juntá-lo ao recurso que já está lá, o que resultará numa melhora significativa.

Por compreender as dificuldades, esse tipo de procedimento parece não ser muito comum, digo que façam uma emenda, porque o assunto é prioridade, para que possamos atender melhor o Estado – isso em relação ao Estado do Piauí.

Anotei também a questão sobre o assunto do porto, porque sou o Relator. Falta muito pouco para concluir essa obra. Cuidarei disso pessoalmente, para ver de que forma poderemos fazer investimento nesse porto.

De todos os Estados, não visitei apenas o Piauí, pois me pediram para não ir lá. Reuni a bancada e me disseram que não adiantava ir lá. Fiz reunião com toda a Bancada, Situação e Oposição, porque sou Ministro. Sirvo o Presidente Lula com muita honra e com muito prazer. Fui convidado para executar uma tarefa, penso que estou preparado para executá-la, desde que os meios me sejam dados. Até agora, os meios que me foram oferecidos, me foram entregues. Não tenho de que reclamar.

As pessoas que olham os números dizem que só liquidamos 22% do Orçamento deste ano. É claro! Mas paguei todas as dívidas contraídas pelo Ministério em 2002 e 2003. O Ministério está muito à vontade para dar ordem no serviço e fazer serem executadas, porque o empreiteiro sabe que executará a obra e receberá. Estamos pagando em dia. É claro que o empreiteiro que tinha uma obra, que tinha empenho ou não havia sido executado o empenho de 2002 e 2003, que ainda não havia fechado, estava com o empenho na mão e queria receber, fechou a obra e recebeu – estamos pagando em dia. Os recursos extraordinários que prometeram para o Ministério também me foram entregues.

Verei com muito carinho a questão do porto. Não conheço o assunto, tentarei compreender e visitarei o Estado. O Piauí é o único Estado onde não estive. A Bancada me disse que não adiantava ir lá, pois não há muito para dizer, para mostrar; há muito pouco para ser feito. Penso que, com este orçamento, teremos a possibilidade de fazer uma boa visita e olhar as coisas. Por causa dessa mania de ser Prefeito, de estar em contato com as pessoas, gosto muito de ver, de sentir o clima para tomar a decisão. Percebi que a questão do porto é importante. São quantos quilômetros de costa?

O SR. (Orador não identificado) – Sessenta e seis.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– São sessenta e seis quilômetros, e o porto não está legal. Isso é importante para a infra-estrutura do País. Então, fico motivado a olhar e até a tratar a questão. Não me esquecerei disso, porque o senhor falou comigo. Outras coisas ficaram confusas, mas V. Ex^a falou comigo do porto e me chamou a atenção, por se tratar de uma cidade, de um Estado com saída para o Atlântico.

O SR. (Orador não identificado) – Do mais próximo da Europa.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Mais próximo da Europa, não. Depois do Rio Grande do Norte, não é, Senador? Não venha dizer que é o mais próximo da Europa, porque há dois norte-rio-grandenses aqui.

Senador Garibaldi Alves Filho, em relação ao porto, quero dizer que estamos alocando neste orça-

mento R\$18,5 milhões para portos. Em relação à 405 e à 101. No Orçamento há muitos pontos genéricos. Antes de aplicar os recursos, antes de gastar o dinheiro, antes de fazer o empenho, vou chamar todos para conversarmos e estabelecermos as prioridades e também a forma de gastar os recursos, como fiz com o pouco dinheiro que tínhamos no orçamento deste ano. Naquela ocasião, reuni a Bancada com todos os partidos para planejarmos como gastar o dinheiro. O orçamento é genérico. Por isso estabelecemos o procedimento a ser adotado.

Em relação à BR-101, o meu compromisso com os três Governadores e com as Bancadas é iniciar a obra de restauração e duplicação da 101 Nordeste nos três Estados. Em Natal, minha cidade, fica o quilômetro zero. Meu pai, que continua morando lá, me perguntou por que eu não iniciava as obras da BR-101 em Natal, cidade onde nasci e onde fica o quilômetro zero. Respondi-lhe que se eu comesse no Rio Grande do Norte, Estado tão pequenininho, os outros reclamariam. Então vamos começar nos três Estados, pois há dinheiro suficiente para executar a obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco.

A BR-405, de Mossoró a Apuí, deve estar como genérica. Não sei exatamente o que há no orçamento para ela. Você tem o controle de 2005? Dê uma olhada porque não tenho isso de cabeça.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Foi designado recursos para ela. O senhor já me disse isso, mas ficariam para restos a pagar e só em janeiro, coisas dessa natureza.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Já existe o recurso. O que estava faltando? Procure descobrir para eu dar uma resposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Recursos já existem, mas é preciso efetivamente...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Era licitação? Estive no Rio Grande do Norte e verifiquei que já existe convênio com o Estado – não sei se era relativo à 105 –, os recursos foram repassados. Faltava apenas o fechamento da licitação no Estado.

Dê uma olhada nisso e depois eu responderei.

Em relação à BR-101, há disponibilidade financeira para trabalhar nos três Estados porque o recurso é para a BR-101 no trecho entre Natal e Palmares. Claro, vou dar preferência às proximidades das cidades porque é onde há maior congestionamento, onde há maior volume de tráfego.

Em relação ao que disse a Senadora Ideli Salvatti, realmente, os quatro portos de Santa Catarina e são entre os portos responsáveis – são 11 portos – por 85% da exportação brasileira. Os portos de Ita-

jaí, de Laguna, de Ibituba e de São Francisco estão nessa relação.

Para se ter uma idéia, os investimentos em portos, por essa capacidade de exportação, somam 102 milhões de reais. Somados a isso, os recursos de Ibituba e de Laguna, 12 milhões e mais 12. Para este ano há 46.700 para Itajaí e para São Francisco, 31.600.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT-SC) – Ministro, quanto a Itajaí, quer dizer que entre o acesso da BR-101, o porto e as questões do (?) e da drenagem...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Como V. Ex^a foi muito generosa comigo, vou dizer o que está previsto. No São Francisco estão previstos para recuperação dos (*inaudível*) 102 e 103, 12 milhões e 800; para construção do viaduto na BR-280 no acesso ao porto, 2 milhões; recuperação e modernização do sistema elétrico do porto, 4 milhões e 800 mil; e derrocamento do canal de acesso, 12 milhões. Somam, portanto, 31.600 milhões em São Francisco do Sul.

Em Itajaí, derrocamento do canal de acesso 6 milhões; recuperação dos (), 12 milhões e 700; construção exclusiva da via de acesso do porto a BR-101, 16 milhões; dragagem, 12 milhões. Isso soma 46 milhões e 700.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – E para a 101, quanto temos e quanto vamos ter?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Ela não estava aqui e vou repetir. Há 160; desses 160, há 138 porque esses 12 milhões são recursos para desapropriação, para pagamento dessas coisas. Para este ano, nesse projeto, há mais, conforme o que está aqui, 400 milhões de reais, o que significa dizer que o anúncio feito por mim e pelo Presidente de que somaria 500 milhões foi ultrapassado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi ultrapassado em quanto, Ministro?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Em 60 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, são 560 milhões.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – 560 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Preciso falar a V. Ex^a, Ministro.

V. Ex^a pôde bem notar aqui que quem falou aqui foi o Brasil. O Senado representa a Federação brasileira. Cada Senador evocou, lembrou, pediu, reivindicou em favor do seu Estado e em favor do País. Mas tenho um privilégio: reivindiquei, primeiro, para a minha cidade e, depois, para o meu Estado.

Quero fazer um agradecimento a V. Ex^a. Sou um homem que gosta de fazer justiça. Aqui se falou muito em estrada e vou contar um episódio. Eu não o conhecia pessoalmente, mas telefonei ao seu Ministério e disse que na cidade onde nasci a Rede Ferroviária Federal estava sucateada, como se encontra, e também que algumas propriedades, algumas residências ocupadas por servidores, pessoas que serviram por muitos e muitos anos à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estavam, Sr. Ministro, com mandado de despejo. Veja que coisa triste despejar homens que trabalharam, de casas que estão caindo aos pedaços.

Telefonei a V. Ex^a, que me deu resposta depois de alguns minutos, dizendo-me o nome da pessoa encarregada de resolver o assunto. Não houve despejo, Sr. Ministro, e as famílias lá se encontram. V. Ex^a pode não se lembrar disso, porque muita gente pensa que isso é pouca coisa diante dos milhões que estamos pedindo aqui, mas temos que olhar para as pessoas. Não se pode dirigir, não se pode governar sem sentimento na alma, sem sentimento no coração.

Estão roubando até dormentes de lá, estão tirando trilhos e queriam tirar as pessoas das casas. V. Ex^a fez justiça. Minha cidade lhe é agradecida. E V. Ex^a depois foi à minha cidade e determinou o reinício das obras de uma estrada que estava paralisada, à qual já me referi aqui.

Por tudo isso, somos gratos, sou particularmente grato a V. Ex^a, que viu que todos aqui reconhecem a objetividade de V. Ex^a e confiam na sua capacidade administrativa.

Quero, portanto, dizer que estamos encerrando o ano de forma altamente confortadora para nós. Estamos aqui, V. Ex^a está aqui por um tempo superior a três horas, atendendo a todos com paciência, dando explicações e demonstrando que veio a esta reunião preparado para responder às perguntas. Só formulo votos para que aquilo que está no papel, que aquilo que está previsto no Orçamento seja executado, tirado do papel, porque, se derem recurso a V. Ex^a, se conseguirmos tirar do Orçamento aquilo que está escrito, se não houver grandes contingenciamentos, tenho certeza de que V. Ex^a vai cumprir uma grande tarefa e vai ajudar, como já está ajudando, o nosso Brasil, que é maior do que todos nós.

V. Ex^a não deixou de abordar outros pontos importantes aqui. V. Ex^a falou na burocratização deste País. Isso está demais, Ministro.

É preciso que o Presidente da República, o nosso Governo – não digo que vá criar um Ministério da Desburocratização – crie um órgão para desburocratizar este País. Porque este País não pode ficar enrolado em centenas de papéis que impedem espíritos empreend-

edores, como o de V. Ex^a, que querem fazer obra e, de repente, não podem fazer, chegando ao cúmulo de não se terminar a obra já iniciada por falta de licença ambiental, por faltar isso ou aquilo.

As empresas no Brasil levam mais de 150 dias para serem abertas. Tudo é um absurdo! Nós precisamos de muita coisa neste País. A carga tributária está muito alta. Nós falamos aqui no PPP, Sr. Ministro. Isso é um instrumento importantíssimo, eu sei, mas ele só terá viabilidade no dia em que nós tivermos segurança institucional. Isto é, o empreendedor, o empresário, o homem que trabalha saber exatamente com que regras está trabalhando, qual é o peso, a carga tributária sobre o empreendimento que ele vai realizar, para dar um exemplo.

É preciso ter também aquilo que todos nós, nesta Comissão, reclamamos não de V. Ex^a, mas da área econômica do Governo. Por favor, está na hora de ouvir um pouco e reduzir esses juros altos que estão aí a impedir o maior crescimento do nosso País.

Mas falar eu não quero, embora tenha muita coisa dentro do peito. Fica comigo a alegria deste 15 de dezembro, de ter encerrado os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos neste ano, tendo aqui a honrosa presença de V. Ex^a, que deu muita esperança, e esperanças concretas, para a melhoria das estradas no Brasil.

Sinceramente, falo em meu nome pessoal e dos meus Pares. Eu vi pelo semblante dos meus colegas a satisfação com que conversaram e dialogaram com V. Ex^a. A Comissão de Assuntos Econômicos deseja a V. Ex^a e a todo o seu Ministério – e por que também não dar uma palavra para o Brasil? –, a todos os brasileiros, um feliz Natal e um ano de 2005 mais realizador e mais feliz para todos nós do que foi o ano de 2004, sem nenhuma queixa a este ano que está se findando. Porque nós temos que dar graças a Deus por aquilo que estamos recebendo.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 14h27min)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 18ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 15 de dezembro de 2004 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro dois mil e quatro, na sala de reuniões da

Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Marco Maciel, João Ribeiro, Rodolpho Tourinho, Magno Malta, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Luis Otavio, Efraim Moraes, Ideli Salvati, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa, Mão Santa, Ney Suassuna e Teotônio Vilela Filho. Deixam de comparecer os(as) Senhores(as) Senadores(as) Antonio Carlos Valadares, Valmir Amaral, Duciomar Costa, Gérson Camata, Mário Calixto, Paulo Octávio e José Maranhão. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01– Mensagem nº 196, de 2004. Não Terminativo. Ementa: “Submete à consideração do Senado Federal o nome do senhor José Machado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, pelo prazo que vier a restar do mandato do senhor Jerson Kelman.” Autor: Presidência da República. Relator: Senador Sérgio Guerra. Relatório: Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado por 14 votos favoráveis, 2 contrário e 0 abstenção. Após a explanação do senhor indicado, fazem uso da palavra para sabatinarem e tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores João Ribeiro e Ideli Salvati. Realizada a sabatina do indicado, passa-se à fase de votação por escrutínio secreto. Foram designados escrutinadoras as senhoras Senadoras Ideli Salvati e Fátima Cleide. Após apurados os votos, a Presidência declara aprovado por 14 votos favoráveis, 2 contrário e 0 abstenção, o nome do senhor indicado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que a pauta de hoje consta de um único item: uma audiência pública para sabatina.

Item nº 1:

Mensagem nº 196, de 2004, não-terminativa.
Ementa.

Submete à consideração do Senado Federal a indicação do Sr. José Machado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – Ana pelo prazo que vier a restar do mandato do Sr. Gerson Kelman.

Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Sérgio Guerra.

Com a palavra, o Relator para proferir o seu relato.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 52, § 3º, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 6º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. José Machado para exercer o cargo da Agência Nacional de Águas – Ana.

O dispositivo constitucional referido confere competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto e após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O art. 5º da Lei de nº 9.986, de 18 de julho de 2000, condiciona a nomeação dos membros de diretoria de agências reguladoras à prévia aprovação do Senado Federal.

O **currículo vitae** do Sr. José Machado, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. José Machado é graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e pós-graduado também em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campinas – Unicamp.

Ocupou, entre outros cargos, os seguintes: Professor, desde 1977, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Universidade Metodista de Piracicaba; Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo entre 1987 e 1988, quando presidiu a Comissão Permanente de Assuntos Municipais; Deputado Federal pelo PT de 1995 a 1998 e de 1999 a 2000; Líder da Bancada na Câmara dos Deputados em 1977; e Prefeito Municipal de Piracicaba por dois mandatos – 1989 a 1992 e 2001 a 2004.

Também participou, na qualidade de membro titular, dos comitês estadual e federal de bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2000 a 2004).

Presidiu o Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal dos Vales dos rios Tietê e Paraná, de 2001 a 2002.

Foi membro fundador e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba e Capivari e da Agência de Cooperação dos Municípios Brasileiros (2002 a 2004).

Foi autor do projeto de lei que culminou na Lei Estadual de nº 7.483, de 1991, do Estado de São Paulo, que criou a área de proteção ambiental de Piracicaba e Juqueri-Mirim.

Colaborou com o Deputado Haroldo Cedraz, do PFL da Bahia, relator do projeto de lei que instituiu a política nacional de recursos hídricos, Lei 9.433, de 18 de janeiro de 1977.

Representou a Bancada Federal do PT na tramitação, discussão e votação do projeto de lei que culminou na Lei 9.984, de 17 de junho de 2000, que criou a Ana.

Já foi distinguido por vários prêmios, entre os quais citamos o Certificado de Mérito Ambiental, concedido pelo Consórcio Intermunicipal de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá por ocasião dos 15 anos de fundação da entidade em 2004.

A ampla experiência profissional do Sr. José Machado está comprovada em seu **currículo**, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado.

Fica, assim, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condição de deliberar sobre a indicação do Sr. José Machado para exercer o cargo de Diretor da Ana por um período equivalente a prazo remanescente do mandato do Sr. Gerson Kelman, nos termos do § 6º da Lei 9.986, de 2000.

Trata-se de pessoa bastante conhecida no meio político. Na Câmara Federal, de uma especial, foi nosso companheiro lá, convivemos juntos, convivemos por um bom período. Trata-se de uma pessoa qualificada, extremamente responsável, com larga experiência gerencial, experiência comprovada nos mandatos executivos que já desempenhou. Seguramente é uma indicação que vai qualificar a vida das agências no Brasil, ainda mais essa agência, todos concordamos, que é absolutamente estratégica e fundamental num país que tem problemas graves para resolver e potencialidades grandes que não podem ser desperdiçadas.

Acho que a indicação do José Machado é boa para o Congresso, é boa para o País.

Nosso voto, portanto, é favorável à sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao indicado.

S. S^a terá vinte minutos para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ MACHADO – Excelentíssimo Sr. Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, Ex^{ms} Srs. Senadores presentes, Senador Sérgio Guerra, Relator desta matéria – agradeço a V. Ex^a pelo seu parecer.

Quero agradecer também à Ministra Marina Silva pela indicação do meu nome e também ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sua concordância e aprovação.

Quero fazer um agradecimento muito especial ao Senador José Jorge pelo seu empenho pessoal para que esta reunião extraordinária se realizasse, tendo em vista a urgência na substituição do Dr. Gerson Kelman, que está sendo indicado e ontem foi sabatinado e aprovado por esta Comissão para assumir a Diretoria-Geral da Aneel.

Eu queria fazer uma breve descrição sobre a problemática dos recursos hídricos no Brasil, sem a pretensão de cansá-los. Isso porque os Srs. Senadores conhecem sobejamente essa problemática.

O Brasil é um país abundante em água doce, porém essa disponibilidade está bastante comprometida em função de vários fatores que afetam tanto a questão da quantidade, quanto a questão da qualidade da água.

O nosso padrão de desenvolvimento, ao longo dos séculos, da ocupação do território de maneira desordenada, sem planejamento, provocou um contencioso extremamente complicado e prejudicial aos interesses do nosso País. Isso porque afetou esse patrimônio estratégico – os recursos hídricos – de maneira severa. De tal modo que temos situações as mais diversas num país de dimensões continentais como o Brasil.

Por onde passamos os olhos ou estudamos a realidade nacional, verificamos que de uma forma ou de outra todas as bacias hidrográficas estão hoje enfrentando problemas. Algumas delas com maior gravidade, outras com menor gravidade. Em alguns casos, o conflito pelo uso da água é extremamente grave, complicado e compromete o desenvolvimento regional. Em alguns casos afeta até o desenvolvimento do nosso País.

Nós podemos falar, dentro desse contexto, nas práticas agrícolas inadequadas, com tecnologias atrasadas, que afetam, por exemplo, a conservação do solo, provocando o assoreamento, provocando processos erosivos, provocando uma perda extraordinária do solo brasileiro, que é riquíssimo e muitas vezes é carregado para o leito dos rios. Essa realidade está presente em praticamente todas as regiões de agricultura intensiva.

Há também a questão do uso indiscriminado de agrotóxicos. Hoje saiu uma matéria extremamente interessante no **Jornal do Brasil**. Trata-se de um casal que percorreu o Brasil inteiro de hidroavião, percorreu 120 mil quilômetros, indo a praticamente todos os principais mananciais brasileiros, rios, lagos, represas, verificando situações muito graves de assoreamento, de presença de nutrientes, de metais pesados.

Enfim, a qualidade da água é hoje um grande fator de complicação, além, evidentemente, da quantidade de água, dos problemas advindos do desmatamento, da ocupação das matas ciliares, do prejuízo causado às nascentes, aos olhos d'água, que são os grandes alimentadores dos grandes rios. Com isso tudo, em alguns lugares a situação é por demais crítica.

A minha experiência pessoal está muito focada na bacia hidrográfica do rio Piracicaba, que é a região de onde venho, onde iniciei a minha vida pública. Ali, podemos ver um paradigma muito claro desse conflito. A única coisa que o rio Piracicaba não tem, digamos, de uso – já houve no passado, mas o desenvolvimento colocou isso como impossível – é a navegabilidade.

A irrigação hoje é um fator extremamente complicado para a estabilidade da disponibilidade hídrica, assim como o uso, evidentemente, para o abastecimento público, o uso para o insumo industrial, o uso para a geração de energia elétrica e para o afastamento de esgotos.

E a realidade da bacia do Piracicaba é uma realidade também de transposição. Como sei que essa questão vai aparecer aqui, quero me adiantar para dizer que vivemos, na região da bacia do Piracicaba, a questão do Sistema Cantareira, que foi uma outorga de trinta anos atrás, no momento em que não havia mecanismos de discussão democrática e, portanto, a implementação do Sistema Cantareira para abastecer a capital, de fato, criou um problema muito grave para duas regiões metropolitanas, porque a bacia do Piracicaba hoje oferece água para a cidade de São Paulo e para a região metropolitana de Campinas. Quer dizer, somando as duas regiões metropolitanas, podemos ter uma idéia do conflito exacerbado que hoje temos naquela região.

Voltarei a esse tema mais adiante. O fato é que esse contencioso todo foi percebido pela sociedade brasileira, pelas instituições, por esta Casa, pela Câmara dos Deputados, enfim, pelas universidades e por instituições como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos e a Associação Brasileira de Engenharia de Saneamento. Enfim, toda a sociedade civil organizada passou a se preocupar crescentemente com o tema da água. A água se transformou num tema importantíssimo no Brasil e se iniciou uma reação, um processo

de construção de uma massa crítica de conhecimento bastante importante sobre a questão desse contencioso hídrico, a que me referi de maneira muito ligeira por entender que esse assunto é bastante conhecido.

O processo de capacitação técnica que ocorreu nesse período é bastante significativo, com as universidades formando técnicos do gabarito, por exemplo, de Gerson Kelman, que ontem fez aqui uma brilhante apresentação técnica sobre a área específica de energia elétrica, que tem uma forte interface com a questão da água.

Portanto, o Brasil está muito capacitado, muito preparado tecnicamente para enfrentar essa situação. Há uma consciência clara da necessidade de enfrentar essa questão. Temos capacidade técnica e construímos um arcabouço jurídico-institucional para dar conta dessa situação. Especificamente, é inevitável e absolutamente importante que se registrem as duas grandes leis que vieram dar esse suporte jurídico-institucional: a Lei 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a chamada Lei das Águas; e a Lei 9.984, de 2000, que é a lei que criou a Agência Nacional de Águas. Ambas são leis complementares no sentido de que uma complementa a outra.

Tive a honra e a satisfação de participar ativamente da aprovação dessas duas leis. Eu estava na Câmara dos Deputados nesse período e, como já foi aqui relatado pelo eminente Senador Sérgio Guerra, eu acompanhei, quase que fui um sub-relator **ad hoc** do Deputado Haroldo Cedraz, porque S. Ex^a conhecia o meu interesse pelo tema, fizemos inclusive uma viagem de estudos aos Estados Unidos e ao México. Ontem abordei um Senador desta Comissão para lembrá-lo sobre essa experiência. O Senador César Borges esteve presente a essa missão nesses dois países, no momento em que o Deputado Haroldo Cedraz preparava seu relatório.

Depois, com o Deputado Eliseu Resende, relator do projeto de lei da Ana na Câmara, também estive presente, negociando em nome da Bancada do PT as emendas, ajudando a desenhar o melhor relatório possível, tanto que essa matéria foi aprovada, se bem me recordo, com votação simbólica, no plenário da Câmara, porque ela estava redonda, ela estava perfeitamente bem lapidada, para ter uma aprovação unânime pela Câmara dos Deputados. Depois seguiu seu curso aqui no Senado, e as duas leis foram aprovadas com tranquilidade e muita convicção. São dois poderosos instrumentos de reafirmação dos fundamentos sobre o papel estratégico dos recursos hídricos e dos princípios norteadores da política, com a criação de instrumentos de gestão e as atribuições para que fosse possível

enfrentar essa situação complexa, difícil e conflituosa que temos no País em relação à água. O Brasil, como já foi dito, representa 13% da disponibilidade de água doce do planeta. Portanto, fala-se inclusive que a água, no futuro, será uma **commodity**, tal a sua importância estratégica.

O meu interesse pelo tema já referi aqui: toda a militância que exerço nesse campo, por vivenciar, como cidadão e homem público, uma realidade paradigmática que foi consórcio da bacia do Piracicaba, talvez o berço do sistema de gerenciamento, porque ele inspirou a Lei paulista 7.663. Eu estava na Assembleia Legislativa quando esse projeto de lei tramitou. Aliás, aproveito a oportunidade para homenagear seu maior arquiteto, já falecido, o Engenheiro Flávio Barth, a quem gostaria de homenagear nesta oportunidade como um dos grandes arquitetos e articuladores dessas idéias gerais que consubstanciaram todo o tema das leis, tanto a lei estadual quanto a federal.

A minha experiência também já foi colocada aqui no relatório do Senador Sérgio Guerra: a minha participação não apenas como membro titular do Comitê Federal – hoje a bacia do Piracicaba tem um Comitê Federal porque é um rio de domínio da União –, como também no Comitê Estadual.

Avançando para caminhar a uma conclusão, queria elencar alguns temas que considero questões nacionais a serem enfrentadas de maneira incisiva, concreta – essa é uma das lições precípuas e importantes da Agência Nacional de Águas.

Primeiro, enfrentar essa questão da escassez de água, em especial no Nordeste semi-árido, assunto recorrente e que chama a atenção de todos nós. Acredito que o País, as autoridades desta Casa, todos estão empenhados em colaborar para garantir disponibilidade hídrica que permita garantir ao Nordeste se desenvolver como merece.

Segundo, a poluição das águas nas regiões mais desenvolvidas e nas regiões metropolitanas. É o caso, por exemplo, só em São Paulo, dos rios Tietê, Pinheiros e Piracicaba, este último um rio de integração regional de importância decisiva para o abastecimento público, sobretudo porque é uma região que não tem, digamos assim, condições de captação de águas subterrâneas em condições abundantes e com qualidade. Portanto, a dependência das chamadas águas superficiais é crucial, e a questão da poluição é um problema a ser enfrentado com bastante prioridade.

Terceiro, os conflitos decorrentes do uso competitivo, o uso irracional e o desperdício da água. Ainda praticamos o uso perdulário da água. Por ser relativamente abundante, criamos uma cultura de desperdício da água sobretudo nos centros urbanos. Infelizmente

essa é uma realidade, e acredito que o avanço do sistema regulatório vai permitir que se trabalhe com mais consciência e com mais proficiência a questão do reuso da água, sobretudo o uso industrial. Hoje muitas indústrias já praticam tecnologias do uso da água, porque é um insumo que começa a encarecer a produção. Então, as empresas estão procurando avançar. Os próprios sistemas de irrigação precisam buscar tecnologias cada vez mais adequadas. A agricultura hoje representa 70% da demanda de água do País. Essa é uma questão importante e tende a se agravar à medida que os agronegócios avançam no Brasil em regiões onde a água é um fator importante.

As inundações nas áreas com grandes aglomerações urbanas e ribeirinhas é outra importante questão, sobretudo pelas tragédias que causam.

Quanto ao desperdício de água, é preciso buscar novos paradigmas, incidindo planos diretores principais para que haja uma transformação na forma de elaboração desses planos, assim como permitir avanços tecnológicos para aproveitamento de água de chuva, por exemplo.

Em relação à questão das águas subterrâneas, é preciso se fazer um levantamento quantitativo e qualitativo mais aprimorado dessa disponibilidade para garantir também a proteção desses aquíferos. Temos uma riqueza extraordinária em água subterrânea.

Sobre o ainda frágil sistema de integração da gestão integrada dos recursos hídricos e articulação institucional, é preciso fortalecer os sistemas e os mecanismos de gestão disponíveis e viabilizados pela aprovação da Lei 9.433.

Qual é a agenda da ANA de que eu procurei me inteirar nos contatos que tenho feito com a diretoria e com os superintendentes pelos documentos que me chegaram às mãos?

Primeiro, hoje, tanto a Agência quanto o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, estão empenhados na conclusão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – essa é uma pauta importantíssima. A Agência tem um papel importante a desempenhar pela excelência do seu corpo técnico, dos mais qualificados do Brasil, portanto tem um papel preponderante na definição dessa política.

Quanto a avançar na articulação interinstitucional, a Agência tem muitas relações importantes a serem estabelecidas, construídas e fortalecidas.

Na questão da capacitação técnica dos órgãos gestores – e aí não nos referimos estritamente aos órgãos estaduais, mas também aos órgãos federais – é preciso continuar avançando na comunicação, na popularização dos mecanismos de gestão, para facilitar também a presença forte da cidadania, dos movi-

mentos organizados, porque é responsabilidade da sociedade, dentro da atual concepção, o sistema de gerenciamento da participação social intensa.

Em relação à questão da cobrança do uso da água, sobretudo por causa das interfaces e das dificuldades de entrosamento dos Estados, temos realidades como as do Paraíba do Sul, ou do próprio Piracicaba, onde se tem um rio de domínio da União e afluentes de domínio do Estado. Como se implementa a cobrança nessas situações, quando, por exemplo, a lei paulista está emperrada na Assembléia Legislativa, e pela União temos hoje autorização para iniciar a cobrança? Mas não podemos cobrar num rio de domínio da União e deixar de cobrar no domínio dos Estados, porque isso pode criar um desequilíbrio no sistema produtivo, na competitividade. Então, é preciso buscar avançar nas pactuações junto aos estados para que a cobrança, que não é precípua e principalmente um instrumento arrecadatório, seja, sobretudo, um instrumento regulatório.

Como a Agência é reguladora, a cobrança é uma importante ferramenta para o sistema regulatório através do mecanismo poluidor-pagador. É preciso também nos debruçarmos sobre os custos e a eficácia do sistema. O sistema de gerenciamento é custoso e complexo, tornando-se necessário, portanto, trabalhar a sua sustentabilidade operacional. É preciso também – e essa é uma preocupação que já tem dois instrumentos, o Decreto Presidencial nº 4.024 e a Resolução da Ana nº 194 – dar sustentação a esse propósito de garantir a sustentabilidade hídrica e operacional nas obras de infra-estrutura hídrica. Em várias obras de infra-estrutura hídrica cujos empreendedores são alguns ministérios ou instituições é preciso ter a garantia de que haverá sustentabilidade hídrica e operacionalidade dessas obras.

É preciso, evidentemente, trabalhar e dar continuidade aos programas em andamento, como o Prodes, um programa-piloto importante, com excelentes resultados, um programa de despoluição baseado no critério de financiar ou pagar por aquilo que já foi feito. No que respeita ao esgoto tratado, o Governo, através da Agência Nacional, tem comparecido com 50% dos recursos para estimular os municípios e estados a investirem em sistema de tratamento de esgoto.

É necessário avançar nos programas de convivência com a seca através dos projetos das cisternas rurais, trabalhar o Pró-Água Gestão, uma competência da Agência Nacional de Águas que tem dado excelentes resultados.

Finalizando, Sr. Presidente, quero aqui considerar que a Ana é uma autarquia sólida, moderna e de excelência técnica. Quero aqui assumir o compromisso

público, perante esta prestigiosa Comissão de manter o **status** de excelência técnica da Agência.

Faço aqui um elogio público à sua direção na pessoa do atual Diretor-Presidente Gerson Kelman. Quero dizer que é preciso valorizar a direção colegiada, é preciso trabalhar em equipe, é preciso valorizar a matricialidade nas ações de gestão. Essa é uma experiência que reputo importantíssima, com a qual posso colaborar para imprimir esse caráter na gestão da Agência. De resto, agradeço a atenção das Srs e dos Srs. Senadores e me coloco à disposição para o nosso debate, para os esclarecimentos necessários.

Evidentemente, com muita humildade espero contar com o voto de confiança desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, tendo em vista a explanação do relator e do nosso entrevistado, peço a V. Ex^a que libere a votação, porque, como sou Relator da primeira medida provisória no Plenário, cuja sessão está quase começando, não queria deixar de votar.

Tenho certeza de que, depois do Presidente anterior, que foi excelente administrador, o Sr. José Machado manterá o mesmo nível. Por isso, tranqüilo como estou, já ciente do voto que vou dar, peço a V. Ex^a que, se for possível, uma vez que S. S^a já explanou, nos permita a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou responder a questão de ordem de V. Ex^a. Na realidade, o Regimento manda que a votação seja feita após o final do debate. É evidente que as dúvidas dos Srs. Senadores também são muito importantes para que a Comissão possa ter uma visão real do potencial do trabalho e das idéias do indicado. Portanto, não vou abrir a votação agora, a não ser que algum Senador tenha algum problema específico que possa me falar aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Sr. Presidente, eu lhe pediria, então, uma exceção, se possível, uma vez que há poucos Senadores na Casa, e a maioria já está no Plenário para a votação de cinco medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se há poucos Senadores aqui, tenho de manter os que estão aqui, e não liberá-los.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu não me referi a esta Comissão, mas a esta Casa. Saindo, eu posso fazer falta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se há poucos Senadores na Casa, não haverá quórum.

Vou passar a palavra ao relator, Senador Sérgio Guerra, para verificar se S. Ex^a tem algum questionamento, e depois ao Senador João Ribeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem: V. Ex^a vai liberar a votação?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Apenas para aqueles que tiverem algum problema específico.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Estão chamando na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas eu estou chamando V. Ex^a aqui também.

O SR. (orador não identificado) – A reunião da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização acabou de ser suspensa, Senador Valdir Raupp, por falta de acordo. O PFL está obstruindo, assim como os outros Partidos da Oposição. A reunião acabou de ser suspensa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, não há como se liberar antes do final. Entretanto, se algum Senador tiver algum problema especial, evidentemente vou liberar.

Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Dr. José Machado, tenho confiança na sua competência, mas vou-lhe dar algumas opiniões sobre o quadro de absoluta desordem que caracteriza a questão da água no Brasil.

Agências, de uma maneira geral, como a própria Agência que o senhor vai dirigir, sofrem seguramente problemas graves de recursos, de financiamento, de organização, de base técnica. São submetidas a constrangedores e inadmissíveis contingenciamentos, de maneira que, se as responsabilidades e os desafios são grandes, as possibilidades são mínimas, não por conta da qualidade de eventuais dirigentes, pois os que estavam lá são competentes e o que vai entrar também é. Entretanto, o fato concreto é que a base de organização e de financiamento para sustentar esses programas é bastante deficiente.

De outro lado, os desafios são imensos. Por exemplo, na nossa região Nordeste eles são dramáticos. Essa discussão que está no ar sobre a transposição do rio São Francisco é assustadora. O Governo toma a iniciativa de tocar o projeto, sendo que a lei de Orçamento deste ano tem mais de R\$1 bilhão reservado para esse projeto. Não há muita racionalidade, do ponto de vista geral, em começar a tocar um programa de mais de R\$4 bilhões, quando programas de dez, vinte, trinta, cinquenta, cem milhões de reais estão abandonados. A proposta de orçamento apresentada tem recursos mínimos para projetos em andamento,

e vamos começar um megaprojeto. Isso me parece um desacerto total, não na perspectiva exclusiva da questão da água e do Nordeste, mas da própria responsabilidade pública. Qualquer documento responsável sobre questão de política de investimento diz: tudo menos deixar obras descontinuadas, paralisar obra, obras inacabadas. É somente isso o que existe, pelo menos no Nordeste do Brasil e em vastas áreas do País. Há mais de seiscentas obras paralisadas de médio e de grande porte, muitas delas no campo dos recursos hídricos.

De outro lado, há um conflito total sobre essa questão da transposição, quando várias fontes de informação técnica têm informação contraditória. Há um contencioso em torno disso. Mesmo sem estar esse contencioso razoavelmente resolvido, nos lançamos num programa desse tamanho. Para nós, no Nordeste, não é fácil tratar disso. Primeiro, porque há uma leitura, que é em grande parte produto da nossa pobreza, de que não podemos ser contra nada, e tudo que vier para lá deve ser bem recebido.

Se um determinado governo decide iniciar um projeto de 1 bilhão, 2, 3 ou 4, coisa que não acontece há muito tempo lá, fica muito difícil para qualquer um de nós dizer que esse projeto seja começado. A maioria da população não entenderá isso em face da pobreza, da falta de recursos e de iniciativa pública que caracteriza a situação daquela área.

De maneira segura, posso dizer que, do ponto de vista dos recursos hídricos, há, no Nordeste, uma desordem total. Governos de Estado têm feito um certo esforço de organização – o meu estado fez, o estado de Pernambuco, o Ceará também o fez e outros o fizeram –, mas não há sistematização, não há perspectiva regional. Os órgãos voltados para o combate à seca, como o DNOCS, estão inteiramente quebrados, falidos. A CODEVASF foi desmontada, não tem financiamento há 2 anos, não faz praticamente nada.

A marca é a desordem, e é nessa situação de desordem que o senhor tem um papel relevante a cumprir, para o qual tem seguramente a confiança de muitos, tem a minha, mas tem a certeza de que deverá contar com muito apoio para instrumentalizar sua vontade, para que a disposição de contribuir não fique apenas na disposição, tenha meios materiais de se consumir. É provável que o senhor tenha grandes dificuldades nesse campo. Não sei como poderá contar com o seu partido, o partido do Governo – espero que conte. Mas com a Oposição o senhor conta para ter recursos para fazer a Agência funcionar e cumprir o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, caro Deputado, Prefeito e professor universitário José Machado, meu particular amigo de convivência na Câmara dos Deputados.

Quero dizer a esta Comissão, sobretudo aos Senadores que pessoalmente não conheciam o Deputado José Machado, que ele é uma das melhores figuras que conheci na Câmara dos Deputados. Convivi de perto com ele na Comissão de Trabalho, no Plenário e em outras comissões. Como Líder do Partido dos Trabalhadores, foi um líder equilibrado, um homem cumpridor da sua palavra, daqueles que gostam de honrar seus compromissos e que sempre honrou.

Portanto, minhas palavras serão breves.

Apesar do rico currículo que o nosso Deputado José Machado apresentou a esta Comissão, aqui enaltecido pelo competente relatório do Senador Sérgio Guerra, que esclarece bem a posição e a competência do nosso entrevistado, quero dizer ao entrevistado que conte com o Senador João Ribeiro, com a bancada do meu Estado, o Tocantins, para que V. Ex^a possa desenvolver ali um grande trabalho.

Sei que a missão é árdua, tem muita coisa pela frente, mas ninguém melhor do que V. Ex^a para desempenhar essa função. É uma área difícil, complicada. Particularmente, tenho muito orgulho de dizer que há essa grande polêmica a respeito da transposição das águas do São Francisco, mas também tenho orgulho de dizer que o ex-Governador Siqueira Campos já havia oferecido as águas do Estado naquilo que compete ao território tocantinense para essa transposição. O atual Governador Marcelo Miranda vem apoiando esse projeto na mesma linha. Nós, de pronto, não poderíamos ser contra, apesar de haver argumentos contrários. Mas isso é uma decisão de Governo, e estamos torcendo para que esse projeto ocorra, porque, nessa época em que nos encontramos, o Brasil tendo a quantidade de água doce que tem – inclusive se fala em guerra, talvez daqui a 50 anos, por causa da água doce –, grande parte dela está na Amazônia, onde está o Tocantins.

Vendo nossos irmãos nordestinos, região da qual faz parte o nosso Presidente e outros membros desta Comissão, com problema de água até para sobreviver, para beber e tratar dos seus animais e criações, acho que vale qualquer esforço que o Governo possa fazer. Eu não sei onde há quem se oponha a um projeto dessa magnitude e dessa importância. Gente, água é um bem que Deus deixou para todos – para a população do mundo inteiro –, e nós a temos em abundância, a temos água sobrando. Se gastamos dinheiro com outras coisas, gastemos nisso, que é mais importante. Vamos deixar de fazer outros projetos ou

vamos retardar outros projetos e vamos investir nesse importante projeto.

Faço, então, este apelo a V. Ex^a – porque está dentro da sua área – para que estude com carinho a questão da transposição. Não sou nordestino, o Tocantins não tem problema de água. A minha região não tem problema de água. A Amazônia não tem problema de água. Pelo contrário, tem água em abundância para plantar, para usar, para fazer múltiplos usos, para construir usinas hidrelétricas. O Tocantins irá fazer novas hidrelétricas. Já fez uma, tem duas sendo construídas e mais outras em fase de licitação. Portanto, nós não temos problema de água. O Tocantins é solução na questão da água. V. Ex^a, então, conte com o Estado do Tocantins. Realmente, eu fico deveras emocionado quando se trata dessa questão de água. Falo isso porque fui Prefeito de uma cidade do interior do Brasil, e uma das piores coisas que vi no início do meu mandato foi chegar à periferia e ver a população buscando água na cabeça, água contaminada, de um corregoquinho que corria ali com problemas. A minha primeira atitude foi correr e colocar água para aquele povo – água para alimentar, água para beber, água para uso nas suas casas.

Considero água uma coisa sagrada. É um bem puro, é um bem natural. Então, nós temos que aproveitar isso, e acho que o Brasil terá uma grande oportunidade com V. Ex^a à frente da Agência Nacional de Águas. Como disse, é um homem íntegro, preparado, que conhece muito bem a vida pública, já exerceu vários cargos públicos e foi professor universitário, enfim, é um homem com todas as condições de desenvolver um grande papel.

Faço aqui este depoimento, desejando muito sucesso a V. Ex^a e manifestando interesse em estreitar cada vez mais o relacionamento que temos, porque a nossa convivência foi muito boa na Câmara dos Deputados.

Então, muito sucesso nesta sua nova empreitada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador João Ribeiro. Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar, de forma muito carinhosa, o nosso companheiro José Machado, pessoa reconhecida por todos nós que o acompanhamos ao longo de toda a sua vida pública, tanto no Parlamento quanto no Executivo municipal.

Estamos muito satisfeitos em estar aqui, agora, podendo fazer, eu não chamaria sabatina, mas esta conversa amigável, já que temos a plena convicção de que esta Casa irá aprovar a indicação, com mui-

to respeito, pelo trabalho e pelo reconhecimento de tudo que o Sr. José Machado já realizou ao longo de sua vida e em todos os cargos que ocupou. Mas eu queria, até aproveitando a experiência que o Sr. José Machado tem, exatamente por ter estado à frente de um Executivo municipal, onde sabemos que tomou inúmeras iniciativas nessa questão do saneamento, de água e toda esta lógica que precisamos avançar cada vez mais no nosso País, perguntar em que medida os municípios brasileiros poderiam contribuir com a gestão dos recursos hídricos. Sabemos que o ano que vem será efetivamente o ano de regulamentação do setor de saneamento, como aquilo que nós demos conta de fazer no setor elétrico, refazendo todo o sistema.

Eu gostaria exatamente de poder focar como os municípios vão poder contribuir nessa parceria para a gestão dos recursos hídricos, para a sua utilização de forma adequada, com a questão ambiental, com a questão de poder atender uma demanda cada vez maior e qualificada tanto na questão da água quanto do saneamento no nosso País e nos municípios de maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos à Senadora Ideli e passamos a palavra ao indicado para que ele possa responder aos três Senadores, já que não há mais nenhum Senador inscrito.

O SR. JOSÉ MACHADO – Muito obrigado.

Vou-me referir em primeiro lugar à arguição do Senador Sérgio Guerra, que coloca uma questão apropriada, a meu juízo, a respeito da necessidade de se dotar a Agência Nacional de Águas dos recursos necessários para que ela possa cumprir a sua missão.

A Ana tem a missão institucional extremamente importante para o nosso País de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, de implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Tenho como preocupação e como compromisso, se é que posso dizer assim, trabalhar, militar em favor de uma melhor adequação de recursos para a Agência Nacional de Águas. Evidentemente que isso demandará uma ação política, demandará o apoio da Ministra do Meio Ambiente, demandará, enfim, uma discussão dentro da diretoria para que a Agência esteja fortalecida politicamente e tenha o seu papel reconhecido, que é o papel estratégico.

Quando aqui estive colaborando para a aprovação das duas leis já mencionadas, uma das grandes preocupações minhas, inclusive nas emendas que ofereci e no debate com o Deputado Haroldo Cedraz – aliás, tese com a qual ele concordava plenamente, depois o próprio Deputado Eliseu Resende –, é de que o sistema de gerenciamento possa ter uma retaguarda política, institucional, recursos para que os

instrumentos de gestão possam se materializar. Não adianta nós termos uma arquitetura bonita, um sistema bem elaborado, bem concebido e depois, no momento de levar à prática, não conseguir manter uma equipe em boas condições de trabalho. Não adianta termos tudo isso articulado, e o sistema não funcionar. É preciso implementar a política. Quanto aos recursos da cobrança, por exemplo, entendo que é inadmissível que fiquem contingenciados, porque são cruciais para a regulação.

Como eu disse, encaro a cobrança pelo uso da água como mecanismo regulatório, e não como mecanismo expropriatório, confiscatório ou de caráter arrecadatório. É também de caráter arrecadatório, mas é, sobretudo, um mecanismo de regulação, um mecanismo para induzir novas práticas, de sedimentar uma nova cultura na abordagem dos usos múltiplos da água. Portanto, me comprometo – essa é uma convicção que tenho desde o tempo em que trabalhei para fundar o consórcio da bacia do Piracicaba, a minha atuação no Comitê de Bacia, na aprovação das duas leis, acredito que poderei e verei, dentro das minhas atribuições, caso meu nome seja sufragado, trabalhar para valorizar a Agência. Quero que a Agência seja forte. Não posso aceitar um instrumento importante dentro do sistema de gerenciamento que tenha as pernas fracas; é preciso ter alicerces. Espero contar com esta Casa. E aqui, me dirigindo ao Senador Sérgio Guerra, que precisou se ausentar, mas eu pedi que, depois, nas notas taquigráficas, ele pudesse ler este meu depoimento, quero dizer a S. Ex^a que aceito esse apoio que ele generosamente oferece, para que possamos fazer um amplo e profundo debate para capitalizar a Agência, para que cumpra sua nobre missão.

Com relação a seus comentários sobre a transposição, quando ele avalia que é muito dinheiro investido numa obra, enquanto outros programas de menor custo estão sendo relegados, obras às vezes inacabadas, a avaliação que ele tem da desordem no sistema de gerenciamento, devo dizer que isso é missão da Agência. Se existe desordem, cabe à Agência trabalhar para colocar isso em ordem. E acredito que a Agência esteja fazendo isso. Não conheço todos os diretores e superintendentes, mas o que eu conheço e pelo que leio do relatório de gestão de 2003 – que tenho em mãos – é que é um relatório bastante alentado, substancial, sólido e que demonstra cabalmente que a Agência está em campo, está trabalhando, está operando e priorizando a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento com toda força e convicção. Porque se trata, para além de um compromisso institucional, essas pessoas que militam no Sistema Nacional de Gerenciamento o fazem, inclusive, por convicção ideológica.

Tenho essa crença porque muitos deles militaram em instituições como ABRH, por exemplo, e ajudaram a erigir esse sistema, essa arquitetura. Portanto, há um compromisso inarredável dessas pessoas de trabalhar para colocar em ordem aquilo que eventualmente não esteja adequado. Porque esse sistema tem que funcionar, e se existem entidades falidas e mal aproveitadas, precisamos fazer a crítica dessa situação e operar junto aos organismos governamentais com o apoio desta Casa para que ele efetivamente funcione.

Com relação a transposições, é verdade, as posições são contraditórias tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político. É um assunto recorrente, que já percorreu inúmeras comissões nesta Casa e na Câmara dos Deputados, que eu acompanhei de alguma forma, o ardor do debate, as divergências públicas, conhecidas. É um programa de Governo, a Agência cumpriu o seu papel institucional de dar o suporte técnico para que a decisão flua e flua bem. Espero, caso seja conduzido à direção da Agência, colaborar incisivamente para que se alcance uma solução negociada para a questão da transposição. Vou trabalhar para isso. Evidentemente que com toda a modéstia, sem nenhuma pretensão exagerada. Mas creio que a Agência tem um papel que pode ser exercido nessa questão.

Com relação ao amigo e companheiro de Câmara, ex-Deputado João Ribeiro, hoje Senador da República, hoje o vejo nesta condição com muita alegria. Foi um grande prazer e alegria encontrá-lo e vê-lo revestido dessa elevada função pública que é o Senado da República. Agradeço sua carinhosa intervenção e retribuo com os meus agradecimentos e o meu afeto também.

Quero dizer que o Estado do Tocantins, com certeza, hoje já colabora e tem muito a colaborar para viabilizar essa questão do equilíbrio da disponibilidade hídrica, tem abundância de água, é um rio bastante preservado, embora já se encontrem sinais que podem preocupar. Creio que temos todas as condições de fazer a prevenção, embora haja situações a corrigir, com as quais gastaremos muito dinheiro.

As gerações passadas não cuidaram dessas questões. Houve um processo desordenado de ocupação do território a que me referi, até por falta de um acúmulo crítico de conhecimento, mas hoje temos instrumentos, conhecimentos técnicos e convicção política para preservar onde que for possível, ampliando o cabedal de conhecimento.

O **Jornal do Brasil** publica hoje matéria sobre um levantamento de um casal que percorreu o Brasil fazendo análises de água, detectando em bacias preservadas sinais preocupantes de contaminação

por metais pesados ou por outros componentes, seja por despejo de esgoto sanitário ou pelo uso intensivo de agrotóxico.

Essas situações precisam ser cuidadosamente acompanhadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Águas. Temos certeza de que estão sendo fiscalizadas, mas a advertência é importante.

Agradeço à Senadora Ideli Salvatti, minha amiga e companheira, por seus comentários generosos. Espero corresponder às expectativas desta Comissão e desta Casa.

Em que os Municípios podem contribuir para a gestão dos recursos hídricos? Acredito que os Municípios são os pilares do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Com uma visão adequada do pacto federativo, em que vemos as três esferas de Governo atuando articuladamente, com responsabilidades definidas, delegar o que for preciso, mas acertando bem as coisas e contratando bem os compromissos, creio que os Municípios têm uma grande colaboração a dar no enfrentamento da crise do sistema de águas em nosso País.

Os Municípios já vêm dando uma grande contribuição – modestamente, sou testemunha viva dessa contribuição – porque praticamente saíram à frente. Há o pioneirismo do consórcio da bacia do Piracaba, modelo nacional de tantos consórcios que se disseminaram. Hoje há uma rede de consórcios intermunicipais de organizações não-governamentais, cujas sedes são os Municípios. São cidadãos, homens públicos e mulheres que estão envolvidos nessa questão, em alguns casos evidentemente pressionados pelas circunstâncias gravíssimas, que são cobrados pela sociedade.

Portanto, nos Municípios têm sido erigidos mecanismos interessantíssimos de negociação e de pactuação. Os comitês estão indo bem, em grande medida por obra e graça dos agentes locais. O poder local tem dado uma contribuição inestimável para o enfrentamento da questão nacional.

Acredito na conjugação da visão nacional que esta Casa tem o dever de ter, da mesma forma que a Câmara dos Deputados, o Poder Executivo, as agências nacionais, passando pelos Governos estaduais, que também têm avançado. Muitos Estados que antes nem tinham Secretarias de Recursos Hídricos hoje já as têm, porque essa é uma preocupação crescente dos Governadores, já que a situação vai chegando a limites insuportáveis, criando tensões cada vez mais complicadas, sobretudo nas chamadas regiões metropolitanas.

Os Municípios podem, devem e estão dando uma contribuição inestimável para a viabilidade do Sistema Nacional de Gerência de Recursos Hídricos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Encerrarei esta parte do debate para que iniciemos a votação.

Alguns Senadores já votaram. Consulto se há algum Senador titular ou suplente que ainda não votou.

(Pausa.)

Peço às Senadoras Ideli Salvatti e Fátima Cleide que tragam a urna para a apuração dos votos.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que hoje os Líderes estiveram com o Presidente José Sarney. Se não me falha a memória, em nossa pauta constam 16 medidas provisórias, mais o projeto de parceria público-privada – para cuja votação antes do encerramento do ano temos acordo – e mais outras matérias importantes, como a indicação de autoridades para a Ana, a Aneel e de embaixadores.

Na impossibilidade de darmos conta de toda a nossa pauta, fechamos um acordo de votações conforme o qual votaríamos, hoje, cinco medidas provisórias; amanhã, quatro medidas provisórias; na segunda-feira, o restante das medidas provisórias; e na terça-feira votaríamos os projetos que constariam da pauta, como a parceria público-privada e a indicação das autoridades.

Assim, solicito a inclusão na pauta – conforme o acordo – de requerimento de urgência para que aprovemos a matéria e a levemos ao Plenário se o resultado da votação for o que imagino que seja, positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Infelizmente V. Ex^a terá de fazer o pedido depois da apuração.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

(Procede-se à apuração)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Votaram SIM 14 Srs. Senadores e NÃO, dois.

Foi aprovado o nome do Dr. José Machado.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como já fiz toda a explanação, apresento requerimento de urgência para que levemos a matéria ao Plenário, conforme o acordo, para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em votação, requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se à reunião às 16h02min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA
MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 511,
DE 2004-SF “DESTINADA A PLANEJAR
E COORDENAR A EXECUÇÃO DA

PROGRAMAÇÃO REFERENTE
ÀS COMEMORAÇÕES DO ANO
DA MULHER – 2004, INSTITUÍDO
PELA LEI Nº 10.745, DE 2003”

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6-7-2004

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e cinquenta minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Serys Shessarenko e ainda com as presenças dos Senadores Papaléo Paes, Roseana Sarney, Augusto Botelho, Ney Suassuna, Fátima Cleide e Lúcia Vânia, membros, reúne-se a Comissão Especial “**destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituído pela Lei nº 1.074, de 2003**”. Havendo número regimental, a Presidência informa que a presente reunião destina-se a apresentação do cronograma do calendário do Ano Internacional da Mulher. A seguir, a Presidência passa a palavra a Relatora que apresenta sugestões sobre a importância de um show por mulheres populares para maiores atrações aos trabalhos da Comissão, em todos os seguimentos da nossa sociedade. Os demais parlamentares teceram comentários sobre a preciosidade desta Comissão para que as mulheres, não só brasileiras, e sim todas, sejam reconhecidas e valorizadas como seres humanos que, sem nenhuma dúvida, dia após dia, elas estão contribuindo de uma forma tremenda para o avanço tecnológico do Brasil. Não havendo nada mais a tratar a Presidência agradece a presença de todos, faz um breve relato e encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Irani Ribeiro dos Santos*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial criada mediante o Requerimento nº 511, de 2004, do Senado Federal, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003.

Informamos que a presente reunião destina-se à apresentação do cronograma de trabalho da Comissão e à apresentação de sugestões de trabalho. Há espaço aberto para outras discussões.

Nós já discutimos com a Senadora Roseana Sarney e com o Senador Papaléo Paes o cronograma de todas as ações que ainda acontecerão em comemora-

ção ao Ano Nacional da Mulher, de julho até dezembro. As ações previstas...

Existia uma discussão. Algumas alterações foram feitas, inclusive acrescentando-se um *show* popular promovido por mulheres cantoras com projeção regional e nacional. O restante das ações foram aprovadas.

Indago dos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 16 de junho, cuja cópia foi distribuída aos srs. Parlamentares. Há necessidade da leitura? (Pausa.)

Por unanimidade...

Indago da Secretária se há expedientes recebidos ou expedidos. (Pausa.)

Foram recebidos telegramas do Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro Hamilton Carvalhido.

Senadora Roseana Sarney, V. Ex^a, como Relatora, gostaria de acrescentar alguma coisa?

A SRA. RELATORA (Roseana Sarney) – Apenas gostaria de dizer que esse evento que acabou de ser construído é uma homenagem do Senado a todas as mulheres brasileiras. É bom destacar que queremos que todas participem e as nossas artistas também participem homenageando a mulher brasileira, que tanto contribuiu para a formação dessa grande nação.

Estamos como o calendário do grupo de trabalho da Comissão Especial do Ano da Mulher, de 2004, com atividades em julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Portanto, todo o ano está coberto, homenageando as mulheres brasileiras.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Com certeza.

Eu gostaria de dizer que várias ações foram executadas no primeiro semestre de 2004. As atividades previstas para o segundo semestre, como a Senadora Roseana Sarney anunciou, estão relacionadas por escrito. Entendo que não há necessidade de fazer a leitura delas uma vez que já foram discutidas aos Parlamentares presentes naquela reunião. Além disso, foram apresentadas novas sugestões.

Marcaremos outra reunião para alguns encaminhamentos que se fizerem necessários. A programação está feita.

Mais uma vez, elogio esta Comissão formada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney. Em dezembro do ano passado, solicitamos a formação desta Comissão, o Presidente Sarney a constituiu imediatamente.

Ainda gostaria de dizer que todo o avanço, todos os acontecimentos relacionados com o Ano Nacional da Mulher têm sido fruto da determinação do Presidente Sarney. Tudo que é solicitado para esta Comissão Especial é prontamente atendido por S. Ex^a. Realmente a

mulher brasileira está de parabéns com a participação efetiva do Presidente do Congresso e do Senado Federal, Senador José Sarney. Todas as ações têm sido concretizadas de pronto. Acredito que o segundo semestre será muito rico, superando o primeiro semestre, em que as ações foram iniciais, preliminares. Tivemos a videoconferência, tivemos várias ações importantíssimas. Mas acredito que as do segundo semestre serão maiores em número e também em qualidade.

Eu não poderia deixar de registrar que, sem a participação efetiva do Senado, não teríamos conseguido avançar e dar a visibilidade que vimos dando ao Ano Nacional da Mulher. Inclusive, participei, há poucos dias, de uma reunião em que tivemos parlamentares de praticamente toda a América Latina, todos já buscando saber dessa história do Ano Nacional da Mulher para também o fazerem em seus países. Isso é a visibilidade que está-se dando. Visibilidade se dá com apoio político, e nós estamos conseguindo levar adiante pelo apoio político que temos do Presidente José Sarney.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA
MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 511,
DE 2004-SF “DESTINADA A PLANEJAR
E COORDENAR A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
REFERENTE ÀS COMEMORAÇÕES
DO ANO DA MULHER – 2004, INSTITUÍDO
PELA LEI Nº 10.745, DE 2003”

Ata da 3ª Reunião, realizada em 06/10/2004

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatro, às dezesseis horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Serys Slhessarenko e ainda com as presenças dos Senadores Papaléo Paes, Augusto Botelho e Aelton de Freitas, reúne-se a Comissão Especial “**destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituído pela Lei nº 1.074, de 2003**”. Havendo número regimental, a Presidência informa que a presente reunião destina-se a eleição do Vice-Presidente da Comissão a ouvir a Exposição da Senadora Serys Slhessarenko – Presidente da Comissão sobre o Ano da Mulher Latino Americano. A seguir, a Presidência informa que na reunião de instalação foi discutida a indicação do Senador Aelton Freitas para o cargo de Vice-Presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher 2004, para o qual foi eleito por una-

nimidade. Faltava apenas fazer o registro, a Presidência convida o Senador Aelton Freitas para tomar assento à mesa, concedendo a ele a palavra, que agradece a todos pela confiança. Após a Presidência anuncia aos senhores Parlamentares que o ano de dois mil e cinco será o ano Internacional da Mulher Latino Americano e que no dia 11 de setembro deste ano realizará uma vídeo conferência no Interlegis, parabenizando o órgão pela competência e qualidade dos trabalhos que vem prestando as nações. Ainda teceu um breve comentário sobre a situação da mulher no mundo atual. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos, encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Irani Ribeiro dos Santos*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

A SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Esta Comissão já discutiu a indicação do Senador Aelton Freitas para o cargo de Vice-Presidente da Comissão Especial Ano 2004, ano nacional da mulher, para o qual foi eleito por unanimidade. Faltava apenas fazer o registro do resultado.

Gostaríamos de anunciar oficialmente aos membros da Comissão de que foi feita a defesa, há quase dois meses, no Parlamento Latino-americano da importância de definirmos o ano 2005 como Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, sendo o Ano Nacional da Mulher Latino-Americana em cada País. A proposta foi aprovada pelo Parlatino, que definiu o ano 2005 como Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, em 22 países. O Brasil deu o exemplo, já que o ano 2004 é o Ano Nacional da Mulher e, no próximo ano, 22 países da América Latina trabalharão o mesmo tema.

Como os membros da Comissão já sabem, há muitas comemorações previstas para a reta final do ano de 2004.

Haverá uma videoconferência da qual seria muito interessante que os membros da Comissão participassem. Faremos o convite várias vezes, comunicando aos gabinetes das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Estamos convidando a todos os Senadores da Casa para participarem da videoconferência, cuja data ainda não está definida, podendo ser no dia 09 ou 11 de novembro.

Houve uma videoconferência antes das eleições que discutiu a participação da mulher na política. O evento foi muito importante para o Brasil inteiro.

Em uma das videoconferências que promovemos, contamos com a participação de 19 Assembléias Leg-

islativas no debate. Na última, houve a participação de 12 Assembléias Legislativas.

Promoveremos outra videoconferência para avaliar o que aconteceu, que será no auditório do Interlegis, para debater a participação feminina frente ao resultado das eleições 2004. Sabemos que a lei de quotas de 30% para candidatas aos cargos de Vereadoras, Vice-Prefeitas e Prefeitas não foram atingidas. Nesta videoconferência teremos oportunidade de ouvir candidatas eleitas e não-eleitas que apresentarão dados sobre suas dificuldades, desafios e plataformas eleitorais e, no caso das eleitas, seus programas envolvendo a questão da mulher.

Esperamos que todos os Senadores e Senadoras desta Comissão compareçam ao evento.

Gostaria de dizer aos Senadores presentes que é muito importante o trabalho que o Interlegis vem desenvolvendo. O potencial de possibilidade que o Interlegis vem trazendo aos trabalhos do Senado de modo geral e muito especialmente à Comissão Especial Ano 2004, Ano da Mulher Brasileira, é da maior relevância. Estamos conseguindo atingir muitos Estados. Acredito que nesta avaliação faremos um trabalho intensivo na nossa Comissão para que, de preferência, todas as Assembléias Legislativas do Brasil realmente participem da avaliação da Lei de Quotas.

Há pouco tempo estive no México, onde participei de uma avaliação da Lei de Quotas. Há países em que o percentual de quotas é de 50%, o que possibilitou a ocupação de até 35% das cadeiras do Parlamento por mulheres. A Lei de Quotas não é a salvação para a participação da mulher na política, mas é um instrumento importante.

Vamos avaliar esse percentual na Lei de Quotas e conhecer as propostas das companheiras eleitas Vereadoras porque realmente importantes são as proposições quanto à defesa da proposição de gênero. Não bastam as mulheres serem eleitas Vereadoras, Deputadas ou Senadoras. Não. Precisamos de mulheres com propostas claras na defesa da igualdade de direitos. Como sempre dizemos, não queremos de forma nenhuma passar da situação de oprimidas a opressoras, tanto na questão da discriminação quanto da violência. Queremos a conquista da igualdade de direitos.

Felizmente, as nossas Comissões no Senado da República são um exemplo. O Brasil está dando um exemplo para o mundo ao ser o primeiro País a definir, por lei, um ano como Ano da Mulher. Tanto o Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz quanto a Comissão Ano 2004 – Ano Nacional da Mulher são compostos, em sua maioria, por Senadores. Esse dado nos dá um alento muito grande porque acreditamos que, com a participação efetiva dos companheiros homens solidários e fraternos, conseguiremos superar essa discriminação.

Participamos do Encontro da Fedim – Federação Democrática Internacional de Mulheres – do qual também participaram representantes de mais de 50 países. Esse Encontro ocorreu há poucos dias no Brasil e dele participaram mulheres de todos os continentes.

Realmente a manifestação de que elegemos o ano de 2004 como Ano Nacional da Mulher é algo absolutamente inédita. Até onde temos conhecimentos, é o primeiro país no mundo que conseguiu dedicar um ano à discussão da problemática da discriminação, enfim, à busca da conquista de direitos iguais entre homens e mulheres. Eu diria que este é um momento importante para o Brasil. Para a mulher brasileira, representa um salto grande.

Reforço que a nossa Comissão é composta, em sua maioria, por Senadores realmente extremamente solidários à defesa dos direitos da mulher.

Anuncio a chegada do Senador Papaléo Paes, e já estão presentes os Senadores Augusto Botelho e Aelton Freitas. V. Ex^{as} dão apoio às nossas lutas e são membros desta Comissão, como também – se não estiver equivocada – do Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, além de ambos serem médicos. É muito importante a participação dos Senadores.

A lei que dispõe sobre a eleição deste ano como Ano Nacional de Mulher é de autoria do Deputado Federal Maurício Rabelo, do Estado do Tocantins. Creio que devemos sempre lembrar disso, porque reforça a nossa luta.

Reforçamos o convite para a videoconferência e registramos a eleição do Senador Aelton Freitas para Vice-Presidência desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas.)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 744 PÁGINAS